Poder Judiciário

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

N. 146/2013 Data da divulgação: Sexta-feira, 09 de agosto de 2013. Porto Velho - RO

PRESIDENTE - Desembargador Roosevelt Queiroz Costa

VICE-PRESIDENTE - Desembargador Raduan Miguel Filho

CORREGEDOR-GERAL - Desembargador Miguel Monico Neto

SECRETÁRIO JUDICIÁRIO - Bacharel Jucélio Scheffmacher de Souza

SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO - Contador José Miguel de Lima

DIRETOR DA DIGRAF - Administrador José Delson Ribeiro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDÊNCIA

ATOS DO PRESIDENTE

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 154, inciso IX, do RITJ/RO.

Portaria N. 1738/2013-PR

Considerando o que consta no Protocolo Digital n. 44395-05.2013,

R E S O L V E:

I - CONVOCAR os estudantes abaixo relacionados, como Estagiários deste Órgão, por terem atendido às exigências e formalidades contidas no Regulamento do Exame de Seleção para Estagiário do Poder Judiciário do Estado de Rondônia – EDITAL N.º 001/2012-PJRO, publicado no Diário da Justiça n. 175, de 20/09/2012.

II - Os candidatos aprovados no referido exame devem apresentar a documentação exigida para admissão, conforme item 10 do edital, nas respectivas comarcas, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação desta portaria no Diário da Justiça.

III - O não cumprimento desta obrigação implicará na automática desistência e consequente convocação dos próximos candidatos aprovados.

NOME	CURSO	COMARCA	CLASS	PNE
ROBSON FALCIER DOS SANTOS	Direito	Alta Floresta do Oeste	6º	NÃO
JOSIANE OLIVEIRA	Direito	Alta Floresta do Oeste	7º	NÃO
KENEDI DE QUADROS	Direito	Alta Floresta do Oeste	8º	NÃO
ALICIO MARTINS KRAUSE	Direito	Alta Floresta do Oeste	9º	NÃO
LUANA GOMES DOS SANTOS	Direito	Alvorada do Oeste	6º	NÃO
VANESSA TRINDADE DE OLIVEIRA	Direito	Ariquemes	14º	NÃO
TULIO HENRIQUE DE ALMEIDA SILVA	Direito	Ariquemes	15º	NÃO
REGINA CELIA FERREIRA	Direito	Ariquemes	16º	NÃO
DAIANE TEIXEIRA ESPER	Direito	Ariquemes	17º	NÃO
MELISSA BRAUNA CORREA	Direito	Ariquemes	18º	NÃO
REGINA MARTINS FERREIRA	Direito	Ariquemes	19º	NÃO
TASSIANE DA CRUZ BUENO	Direito	Ariquemes	20º	NÃO
BRUNA FRANCIELLI DE PAULA	Direito	Ariquemes	21º	NÃO
PÂMELLA SILVA NOBRE	Direito	Ariquemes	22º	NÃO
DOUGLAS SANTOS DA SILVA	Nível Médio	Ariquemes	35º	NÃO

AUGUSTO VIEIRA DOS SANTOS	Nível Médio	Ariquemes	36º	NÃO
ELENILSON TEIXEIRA DE MORAIS	Nível Médio	Ariquemes	37º	NÃO
ELISANGELA DE JESUS SANTOS	Direito	Cacoal	6º	NÃO
LEILIANE SOARES DE OLIVEIRA	Direito	Cacoal	7º	NÃO
ARNNON AFFONSO GAVIOLI DE ASSIS	Direito	Cacoal	8º	NÃO
BRUNA BURILI	Direito	Cacoal	9º	NÃO
CARLA DO NASCIMENTO GALDINO	Direito	Espigão do Oeste	10º	NÃO
MAYARA DOS SANTOS AURELIANO	Direito	Espigão do Oeste	11º	NÃO
GABRIEL DOS SANTOS REGLY	Direito	Espigão do Oeste	12º	NÃO
IARA DOS SANTOS AURELIANO	Direito	Espigão do Oeste	13º	NÃO
ANA PATRÍCIA DIONIZIO DE SOUZA	Direito	Jaru	12º	NÃO
DEISIELLI DA SILVA GRAÇA	Direito	Jaru	13º	NÃO
FRANCIELY CAMPOS FRANÇA	Direito	Jaru	14º	NÃO
KAOMA EMIDIO DE SOUZA	Direito	Jaru	15º	NÃO
PAULO HENRIQUE CORRÊA	Informática	Jaru	2º	NÃO
JÉSSICA GONÇALVES DIAS SILVA	Nível médio	Jaru	19º	NÃO
LEONAN DE FREITAS FELIX	Nível médio	Jaru	20º	NÃO
LUCAS CORRENT VIEIRA	Nível médio	Jaru	21º	NÃO
FAGNER SANTOS DE SOUSA	Direito	Ouro Preto do Oeste	4º	NÃO
HIAGO FRANKLIN SOUZA BORGES	Direito	Ouro Preto do Oeste	5º	NÃO
FERNANDA RAFAELE PEREIRA DE OLIVEIRA	Direito	Ouro Preto do Oeste	6º	NÃO
OZIEL RODRIGUES DE SOUZA	Direito	Ouro Preto do Oeste	7º	NÃO
JOZIMAR CAMATA DA SILVA	Direito	Ouro Preto do Oeste	8º	NÃO
LUIS HENRIQUE ARAÚJO AMARAL JACOB	Direito	Ouro Preto do Oeste	9º	NÃO
LARYSSA LEAO FERREIRA	Nível médio	Ouro Preto do Oeste	20º	NÃO
YASMIN RAFAELA FONTOURA TORCHITE	Direito	Pimenta Bueno	5º	NÃO
THALES CEDRIK CATAFESTA	Direito	Pimenta Bueno	6º	NÃO
MARIANA PILONETO FARIAS	Direito	Pimenta Bueno	7º	NÃO
ARIANE ZANETTE FERREIRA	Direito	Pimenta Bueno	8º	NÃO
ROGÉRIO ADRIANO SANTIN	Direito	Pimenta Bueno	9º	NÃO
PAULO CESAR SOUZA PINHEIRO	Nível médio	Pimenta Bueno	21º	NÃO
QUÉSIA TEREZA DUARTE DOS SANTOS	Nível médio	Pimenta Bueno	22º	NÃO
LETICIA SILVA TERRAO	Nível médio	Pimenta Bueno	23º	NÃO
JOUSIMAILA ARAUJO MOREIRA	Administração	Porto Velho	60º	NÃO
SOFIA HELENA DA COSTA PINHEIRO	Administração	Porto Velho	61º	NÃO
CARLA MAIZA SILVA DE FRANÇA	Administração	Porto Velho	62º	NÃO
LUCAS CASTRO DE OLIVEIRA	Administração	Porto Velho	63º	NÃO
ANJA VANUYCRA SANTOS DE MELO	Ciências Contábeis	Porto Velho	34º	NÃO
NESTOR ODICIO DA SILVA NETO	Ciências Contábeis	Porto Velho	35º	NÃO
KATIANE FONSECA DIAS	Ciências Contábeis	Porto Velho	36º	NÃO
EMANUEL MONTEIRO DE CASTRO OLIVEIRA	Ciências Contábeis	Porto Velho	37º	NÃO
ALEX SANDER CARVALHO LOURENÇO	Direito	Porto Velho	200º	NÃO
JUNIOR SOUSA AGUIAR	Direito	Porto Velho	201º	NÃO
EDUARDO LIMA QUEIROZ	Direito	Porto Velho	202º	NÃO
RUSKAYA APARECIDA PANHO SILVA	Direito	Porto Velho	203º	NÃO
RAPHAEL LUIZ WILL BEZERRA	Direito	Porto Velho	204º	NÃO
IGOR JUSTINIANO SARCO	Direito	Porto Velho	205º	NÃO
VIVIANE DOS SANTOS ANDRADE	Direito	Porto Velho	206º	NÃO
ANA BEATRIZ ALTINI PAES	Direito	Porto Velho	207º	NÃO
IAN BARROS MOLLMANN	Direito	Porto Velho	208º	NÃO
FERNANDA CRISTINA CRISPIM NUNES	Direito	Porto Velho	209º	NÃO
KIMBERLY ALVES DE SÁ	Direito	Porto Velho	210º	NÃO
ANA PAULA LUNA NOVAIS	Direito	Porto Velho	211º	NÃO
MÁRCIA REGINA PEREIRA	Direito	Porto Velho	212º	NÃO
ISRAEL FERREIRA DE OLIVEIRA	Direito	Porto Velho	213º	NÃO
MARIANA VELOSO JUSTO	Direito	Porto Velho	214º	NÃO
ELIENE PATRÍCIA ALVES DOS SANTOS	Direito	Porto Velho	215º	NÃO

CASSANDRA COUTINHO FERREIRA	Direito	Porto Velho	216º	NÃO
DAIANA ALMEIDA DE BRITO	Direito	Porto Velho	217º	NÃO
PAMELA ADRIELLE DE AZEVEDO MARQUES SILVA	Direito	Porto Velho	218º	NÃO
VIVIANE SODRÉ BARRETO	Direito	Porto Velho	219º	NÃO
JÉSSICA MESQUITA BASTOS CRUZ	Direito	Porto Velho	220º	NÃO
LEIDE MAIRA SILVA DA MATA	Direito	Porto Velho	221º	NÃO
WILLER MELO BRANDÃO	Informática	Porto Velho	41º	NÃO
MÁRCIO SOUSA ROCHA	Informática	Porto Velho	42º	NÃO
TIEGO NEVES DA SILVA	Informática	Porto Velho	43º	NÃO
ANGELA SILVIANE MOURA CUNHA	Informática	Porto Velho	44º	NÃO
CASSIO CABRAL FERNANDES	Informática	Porto Velho	45º	NÃO
FELIPE NOGUEIRA MATOS	Informática	Porto Velho	46º	NÃO
VINÍCIUS ANICETO LACERDA DA SILVA	Informática	Porto Velho	47º	NÃO
MARIA DE JESUS RIBEIRO DE LIMA	Informática	Porto Velho	48º	NÃO
RONISA OLIVEIRA DOS SANTOS	Nível Médio	Porto Velho	240º	NÃO
SABRINA CARVALHO PEREIRA	Nível Médio	Porto Velho	241º	NÃO
LAURA ELOUISE SILVA	Nível Médio	Porto Velho	242º	NÃO
GUSTAVO SCHERER SOARES GUALBANO	Nível Médio	Porto Velho	243º	NÃO
JOYCE CRISTINA CARVALHO LIRA	Nível Médio	Porto Velho	244º	NÃO
RAPHAEL KOITI IHIDA	Nível Médio	Porto Velho	245º	NÃO
JOÃO RAFAEL CARVALHO E SILVA	Nível Médio	Porto Velho	246º	NÃO
REBECA MORAIS NASCIMENTO	Nível Médio	Porto Velho	247º	NÃO
TAÍS PAIVA OLIVEIRA	Nível Médio	Porto Velho	248º	NÃO
RITA GALVÃO ZAKALUK	Nível Médio	Porto Velho	249º	NÃO
BRENDO BARROS DE SOUZA	Nível Médio	Porto Velho	250º	NÃO
THAMYRIS L.PASTORINI GONÇALVES	Nível Médio	Porto Velho	251º	NÃO
ANDRÉIA BRAGANÇA MOURA	Nível Médio	Porto Velho	252º	NÃO
GABRIELA RIBEIRO CORDOVIL	Nível Médio	Porto Velho	253º	NÃO
MATHEUS PEREIRA DA SILVA	Nível Médio	Porto Velho	254º	NÃO
PEDRO HENRIQUE FERREIRA PAIVA	Nível Médio	Porto Velho	255º	NÃO
ITALO MOURÃO LOPES	Nível Médio	Porto Velho	256º	NÃO
RUANNE EMILY BORGES CELESTINO	Nível Médio	Porto Velho	257º	NÃO
REBECA MARINHO MARQUES	Nível Médio	Porto Velho	258º	NÃO
KAREM DATO DA SILVA PINTO	Nível Médio	Porto Velho	259º	NÃO
THIAGO HENRIQUE ALVES COSTA	Nível Médio	Porto Velho	260º	NÃO
RODRIGO CAVALCANTE PESSOA DE SOUZA	Nível Médio	Porto Velho	261º	NÃO
ALEXANDRE IVAN DOS SANTOS REBOUÇAS	Nível Médio	Porto Velho	262º	NÃO
MARLON RIBEIRO FERREIRA	Nível Médio	Porto Velho	263º	NÃO
JANAINA CORTEZ DE SOUZA ESTEVAM	Nível Médio	Porto Velho	264º	NÃO
PABLO GERHARDT OLIVEIRA	Nível Médio	Porto Velho	265º	NÃO
NATHALY SERPA CRUZ	Nível Médio	Porto Velho	266º	NÃO
ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA	Nível Médio	Porto Velho	267º	NÃO
LEONARDO ANDREI RIBEIRO DA SILVA	Nível Médio	Porto Velho	268º	NÃO
DUILIO WILSON PAIVA ZUNEGA JUNIOR	Nível Médio	Porto Velho	269º	NÃO
EDOARDO COLARES DE OLIVEIRA	Nível Médio	Porto Velho	270º	NÃO
NATÁLIA AUGUSTA SANTOS DA SILVA	Nível Médio	Porto Velho	271º	NÃO
POLIANA CARVALHO LIMA	Psicologia	Porto Velho	15º	NÃO
JÉSSICA MENTA LIMA	Psicologia	Porto Velho	16º	NÃO
ESTER MIRIÃ BRAGA SALES	Psicologia	Porto Velho	17º	NÃO
ANA LÍGIA OLIVEIRA DE FREITAS	Psicologia	Porto Velho	18º	NÃO
BEATRIZ KAORI HIKAGUE HAIABE	Psicologia	Porto Velho	19º	NÃO
KELZIANE SICSÚ DO NASCIMENTO	Psicologia	Porto Velho	20º	NÃO
GELZA FERREIRA SOUZA	Psicologia	Porto Velho	21º	NÃO
GRACIELE MARIANE DE OLIVEIRA CASTOLDI	Psicologia	Porto Velho	22º	NÃO
JÉSSICA MIRLA EPIFÂNIO FERREIRA	Psicologia	Porto Velho	23º	NÃO
JOSÉ LÚCIO FREITAS GUARATES	Serviço Social	Porto Velho	18º	NÃO
ILANA RODRIGUES DE OLIVEIRA	Serviço Social	Porto Velho	19º	NÃO

IVONE DE SOUZA MARCUS	Serviço Social	Porto Velho	20º	NÃO
EVELIN PIRES DE ALMEIDA	Serviço Social	Porto Velho	21º	NÃO
JAIME DOS SANTOS GOIS JUNIOR	Direito	Presidente Médici	7º	NÃO
DANNA BONFIM SEGOBIA	Direito	Presidente Médici	8º	NÃO
SHEILA FERREIRA LADISLAU	Direito	Presidente Médici	9º	NÃO
THAÍS RODRIGUES DE OLIVEIRA	Direito	Presidente Médici	10º	NÃO
ANNA VIRGINIA CARDOSO	Direito	Rolim de Moura	5º	NÃO
BRUNO EDUARDO SANT ANA SILVA	Direito	Rolim de Moura	6º	NÃO
TAYNÁ DAMASCENO DE ARAÚJO	Direito	Rolim de Moura	7º	NÃO
EVERTON ERICKJOHNSON MESQUITA ROMIO	Direito	Rolim de Moura	8º	NÃO
MAGANNA MACHADO ABRANTES	Direito	Santa Luzia do Oeste	3º	NÃO
RODRIGO FERREIRA BARBOSA	Direito	Santa Luzia do Oeste	4º	NÃO
DAIANE GLOWASKY	Direito	Santa Luzia do Oeste	5º	NÃO
ANA CAROLINE CARDOSO DE AZEVEDO	Direito	Santa Luzia do Oeste	6º	NÃO
SILVANIA SALVI LEAL	Direito	Vilhena	10º	NÃO
DIOGO RENATO GUNTZEL	Direito	Vilhena	11º	NÃO
JÉSSICA DAYANE STURMER ROSSIGNOL	Direito	Vilhena	12º	NÃO
JAYNE MOUTINHO BALESTRIN	Direito	Vilhena	13º	NÃO
THAIS NAIANA BROCANELLI MAZIERO	Direito	Vilhena	14º	NÃO
LUCAS CLAINDIONE ALVES DE AMARAL	Informática	Vilhena	2º	NÃO
CARLOS VINICIUS CRUZEIRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	Nível médio	Vilhena	34º	NÃO
EVERALDO DE VARGAS JUNIOR	Nível médio	Vilhena	35º	NÃO
FERNANDO CONTARATO LEAL	Nível médio	Vilhena	36º	NÃO
MAIARA ROSAFFA ROCHA BARBOSA	Nível médio	Vilhena	37º	NÃO
JESSICA LAZAROTTO DO NASCIMENTO	Nível médio	Vilhena	38º	NÃO
WANDERSON JARDEL SOUZA SCHMOLLER	Nível médio	Vilhena	39º	NÃO

Portaria N. 1739/2013-PR

Considerando o que consta na C.I. nº 048/2013-SJ, datada de 5/7/2013, protocolo n. 36845-56.2013,

R E S O L V E:

I – Relotar a servidora EUZENI FIRMINO DE MORAES BRITO FARIAS, cadastro 003772-9, Auxiliar Operacional, padrão 23, na especialidade de Telefonista, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente do Poder Judiciário, no Departamento de Distribuição.

II – Designar a servidora em referência para exercer a função gratificada de Oficial de Apoio, FG-2.

III – Efeitos retroativos a 8/7/2013.

Portaria N. 1740/2013-PR

Considerando o que consta nos protocolos n. 35533-45.2013 e 42728-81.2013,

R E S O L V E:

I – Dispensar o servidor GEOMAR DE SOUZA AMORIM, cadastro 203506-5, Técnico Judiciário, padrão 15, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente do Poder Judiciário, da função gratificada de Chefe de Seção II, FG-4, da Seção de Editoração Eletrônica.

II – Designar o servidor ENILDO LAMARÃO GIL, cadastro 204946-5, Técnico Judiciário, padrão 07, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente do Poder Judiciário, para exercer a referida função.

III – Efeitos retroativos a 8/7/2013.

Portaria N. 1741/2013-PR

Considerando o que consta nos protocolos n. 35533-45.2013 e 42728-81.2013,

R E S O L V E:

Relotar o servidor GEOMAR DE SOUZA AMORIM, cadastro 203506-5, Técnico Judiciário, padrão 15, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente do Poder Judiciário, na Coordenadoria de Informática, com efeitos a retroativos a 9/7/2013.

Portaria N. 1742/2013-PR

Considerando o que consta no Protocolo n. 41658-29.2013,

R E S O L V E:

Relotar a estagiária do curso de Direito LUANA OLIVEIRA COSTA SILVA, cadastro 802988-1, do Cartório da Vara da Auditoria Militar da Comarca de Porto Velho/RO para o Cartório Distribuidor do Fórum da Comarca de Cacoal/RO, com efeitos a partir da publicação desta portaria.

Portaria N. 1743/2013-PR

Considerando o que consta na Instrução n. 001/2013-PR, publicada no DJE n. 005, de 09/01/2013.

Considerando o que consta na Solicitação de Suprimento de Fundos - SSF, datada de 19/07/2013, protocolo digital n. 39956-48.2013,

R E S O L V E:

Conceder Suprimento de Fundos à servidora ROSE MARY LIMA, cadastro 002921-1, Técnica Judiciária, padrão 23, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente do Poder Judiciário, exercendo a função gratificada de Assistente de Direção do Fórum/Prédio II, FG-4, lotada na Administração do Fórum da Comarca de Cacoal/RO, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), correndo as despesas por conta do presente exercício.

R E C U R S O:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA Elemento de Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo: no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), e 3.3.90.39 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para Atividade 02.122.1278.2998 – Manter a Administração da Unidade, para atender à comarca de Cacoal/RO.

Portaria N. 1744/2013-PR

Considerando o que consta na Instrução n. 001/2013-PR, publicada no DJE n. 005, de 09/01/2013.

Considerando o que consta na Solicitação de Suprimento de Fundos - SSF, datada de 05/08/2013, protocolo digital n. 43440-71.2013,

R E S O L V E:

Conceder Suprimento de Fundos à servidora MARIA APARECIDA RIBEIRO TORRES, cadastro 205010-2, Técnica Judiciária, padrão 05, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente do Poder Judiciário, exercendo a função gratificada de Chefe de Seção I, FG-5, lotada na Seção de Manutenção e Controle Predial, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), correndo as despesas por conta do presente exercício.

R E C U R S O:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA Elemento de Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo: no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), e 3.3.90.39 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para Atividade 02.122.1278.2998 – Manter a Administração da Unidade, para atender o Departamento de Engenharia e Arquitetura/RO.

Portaria N. 1745/2013-PR

Considerando o que consta na Instrução n. 001/2013-PR, publicada no DJE n. 005, de 09/01/2013.

Considerando o que consta na Solicitação de Suprimento de Fundos - SSF, datada de 15/07/2013, protocolo digital n. 38729-23/2013,

R E S O L V E:

Conceder Suprimento de Fundos à servidora JAQUELINE DISSENHA BOGÉA OLIVEIRA, cadastro 203366-6, Auxiliar Operacional, padrão 15, na especialidade de Serviços Gerais, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente do Poder Judiciário, exercendo a função gratificada de Secretária Executiva, FG-3, lotada no Departamento de Recursos Humanos, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), correndo as despesas por conta do presente exercício.

R E C U R S O:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA Elemento de Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo: no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para Atividade 02.122.1278.2998 – Manter a Administração da Unidade, para atender o Departamento de Recursos Humanos.

Portaria N. 1746/2013-PR

Considerando o que consta na Instrução n. 001/2013-PR, publicada no DJE n. 005, de 09/01/2013.

Considerando o que consta na Solicitação de Suprimento de Fundos - SSF, datada de 01/08/2013, protocolo digital n. 42968-70/2013,

R E S O L V E:

Conceder Suprimento de Fundos à servidora DINA EDNA FRAZON BALERONI, cadastro 002938-6, Técnica Judiciária, padrão 23, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente do Poder Judiciário, exercendo a função gratificada de Assistente de Direção do Fórum/Prédio II, FG-4, lotada na Administração do Fórum da Comarca de Espigão d'Oeste/RO, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), correndo as despesas por conta do presente exercício.

R E C U R S O:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA Elemento de Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo: no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), e 3.3.90.39 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para Atividade 02.122.1278.2998 – Manter a Administração da Unidade, para atender à comarca de Espigão d'Oeste/RO.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Porto Velho-RO, 8 de agosto de 2013.

Des. Roosevelt Queiroz Costa
Presidente do TJRO

CONSELHO DA MAGISTRATURA

ATOS DO PRESIDENTE

ATO Nº 585/2013-CM

O PRESIDENTE, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando constante do Processo Nº. 0041268-64.2010,

R E S O L V E:

CONVALIDAR o afastamento do Juiz de Direito BRUNO SÉRGIO DE MENEZES DARWICH, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Guajará-Mirim, ocorrido no dia 12/07/2013, nos termos do artigo 103, II, do RITJ/RO.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 7 de agosto de 2013.

(a)DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

Presidente

ATO Nº 586/2013-CM

O Presidente DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução 017/2010-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 110 de 17/06/2010;

Considerando o que consta do processo nº 22518-09.2013, às fls. 6, 7, 8 e 20,

R E S O L V E :

CONCEDER o equivalente a 70% (setenta por cento) do valor da diária inteira disciplinado pelo Anexo II da referida Resolução, por dia de afastamento, observando o tempo a hospedagem e a duração da substituição, ao Juiz Substituto MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT, lotado na 2ª Seção Judiciária sediada na Comarca de Ariquemes, em virtude de seu deslocamento para exercer atividades Judicantes na Comarca de Buritis, com saída no dia 1º e retorno dia 30/4/2013.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 7 de agosto de 2013.

(a)DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

Presidente

Republicado por erro material

ATO Nº 576/2013-CM

O Presidente, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando constante do Processo Nº. 0015329-77.2013,

AUTORIZAR o afastamento do Juiz Substituto HEDY CARLOS SOARES, lotado da 1ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Porto Velho, nos dias 27 e 28/08/2013, para participar de audiência de instrução e julgamento na cidade de Ananindeua/PA, sem ônus para este Poder.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 1º de agosto de 2013.

(a)DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

Presidente

ATO Nº 587/2013-CM

O Presidente DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta do processo nº 18758-57.2010, às fls. 24/25,

R E S O L V E :

CONVALIDAR o exercício do Juiz de Direito LUIS ANTÔNIO SANADA ROCHA, titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Pimenta Bueno, na Direção de Fórum da referida Comarca, no período de 1º a 30/7/2013, nos termos do artigo 200 do Regimento Interno deste poder c/c com artigo 142 da Lei Complementar nº 94/93.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 7 de agosto de 2013.

(a)DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

Presidente

ATO Nº 588/2013-CM

O Presidente DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução 017/2010-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 110 de 17/06/2010;

Considerando o que consta do processo nº 18335-34.2009, às fls. 85/92,

R E S O L V E :

CONCEDER o equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor da diária inteira disciplinado pelo Anexo II da referida Resolução, por dia de afastamento, observando o tempo a hospedagem e a duração da substituição, à Juíza de Direito CLÁUDIA VIEIRA MACIEL DE SOUSA, titular da Vara Única da Comarca de São Francisco do Guaporé, em virtude de seus deslocamentos, ocorrido nos dias 20 e 28/5/2013, para exercer atividades Judicantes na Comarca de Costa Marques.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 7 de agosto de 2013.

(a)DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

Presidente

ATO Nº 589/2013-CM

O Presidente DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução 017/2010-PR, disponibilizada no D.J.E. Nº 110 de 17/06/2010;

Considerando o que consta do processo nº 62065-61.2010, às fls. 77/78,

R E S O L V E :

CONCEDER duas diária e meia, bem como passagens aéreas, para o trecho PVH/Brasília/PVH ao Juiz de Direito MARCELO TRAMONTINI, titular do 1º Juizado da Infância

e da Juventude da Comarca de Porto Velho, à cidade de Brasília/DF, para participar do 1º Encontro Conjunto do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e o fórum Nacional da Justiça Juvenil – FONAJUV, com saída prevista para o dia 14 e retorno dia 16/8/2013.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 7 de agosto de 2013.

(a)DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

Presidente

Republicado por erro material

ATO Nº 579/2013-CM

O Presidente, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando constante Ofício Nº 050/2013-AMERON, 18/07/2013,

R E S O L V E:

AUTORIZAR o afastamento dos Magistrados Valter de Oliveira, Aldemir de Oliveira, José Antônio Robles, Ilisir Bueno Rodrigues, Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, Sérgio William Domingues Teixeira, Edvino Preczevski, Marcelo Tramontini, Fabiano Pegoraro Franco, Johnny Gustavo Clemes, Áureo Virgílio de Queiroz, Elsi Antônio Dalla Riva, Maximiliano Darcy David Deitos, José Antônio Barretto, Danilo Augusto Kanthack Paccini, Ivens dos Reis Fernandes, Adriano Lima Toldo, Luis Marcelo Batista da Silva e Hedy Carlos Soares, para participarem de evento oficial organizado pela Associação dos Magistrados Brasileiros AMB, a realizar-se na cidade de Rio Branco/AC no período 14 a 18/08/2013,sem ônus para este Poder.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 1º de agosto de 2013.

(a)DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

Presidente

ATO Nº 590/2013-CM

O Presidente, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando constante do Processo n. 0062914-33.2010

R E S O L V E:

CONVALIDAR o afastamento do Juiz de Direito LEONEL PEREIRA DA ROCHA, Titular da 1ª Vara Genérica da Comarca de Espigão do Oeste, ocorrido no período de 17 a 19/07/2013, nos termos do artigo 103, II, do RITJ/RO.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 7 de agosto de 2013.

(a)DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

Presidente

ATO Nº 591/2013-CM

O Presidente, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando constante do Processo n. 0033510-34.2010

R E S O L V E:

AUTORIZAR o afastamento do Juiz de Direito JOSÉ TORRES FERREIRA, Titular do 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Velho, no período de 05 a 09/08/2013, nos termos do artigo 103, I, do RITJ/RO.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 7 de agosto de 2013.

(a)DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

Presidente

ATO Nº 592/2013-CM

O Presidente DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o constante do Processo n. 32200-27.2009, às fls. 54/62,

R E S O L V E :

CONCEDER trinta dias de férias ao Juiz de Direito ÁLVARO KALIX FERRO, titular do Juizado de Violência doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Porto Velho, referentes ao primeiro período de 2013, para fruição no período de 12/8/2013 a 10/9/2013, nos termos do art. 66 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional - LOMAN.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 7 de agosto de 2013.

(a)DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

Presidente

DESPACHOS

Conselho da Magistratura

Despacho DO RELATOR

Processo Administrativo

Número do Processo :0007076-38.2013.8.22.0000

Comunicante: Cristiano Gomes Mazzini

Comunicado: Conselho da Magistratura do Tribunal de Justica do Estado de Rondonia

Relator:Des. Eurico Montenegro

Vistos.

Trata-se de alegação de suspeição por motivo de foro íntimo nos autos n. 0000838-64.2013.8.22.0012.

A jurisprudência tem se manifestado no sentido de que o Juiz não é obrigado a declarar os motivos da suspeição por foro íntimo (v. Theotônio Negrão, Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor, 38ª edição, art. 135, nota 7).

Inclusive, a Resolução n. 82/2009 do CNJ, que prevê a necessidade do magistrado declinar os motivos pelos quais se declarou suspeito, encontra-se suspensa em razão de decisões liminares proferidas nos mandados de segurança n. 28089, de relatoria do Ministro Joaquim Barbosa, e n. 28215, de relatoria do Ministro Carlos Ayres Britto.
Sobre o assunto, este Conselho da Magistratura assim tem se posicionado:
MAGISTRADO. SUSPEIÇÃO. MOTIVO DE FORO ÍNTIMO. ATO RELEVANTE.
A suspeição por motivo de foro íntimo deve observar a ocorrência de ato relevante e, na ocorrência, deve o magistrado afastar-se da função jurisdicional. (Processo Administrativo n. 00124590220108220000, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, J. 26/11/2010)
Deixo, então, de aplicar o disposto na Resolução n. 82/2009 do CNJ.
Anote-se nos assentamentos funcionais do comunicante.
Dê-se ciência e arquive-se.
Porto Velho - RO, 7 de agosto de 2013.
Desembargador Eurico Montenegro
Relator

Conselho da Magistratura
Despacho DO RELATOR
Processo Administrativo
Número do Processo :0006829-57.2013.8.22.0000
Comunicante: Jorge Luiz dos Santos Leal
Comunicado: Conselho da Magistratura do Tribunal de Justica do Estado de Rondonia
Relator:Des. Raduan Miguel Filho
Vistos.
O Juiz de Direito Jorge Luiz dos Santos Leal informa, pelo expediente de fl. 02, haver afirmado suspeição, por motivo de foro íntimo, fundamentando no art. 135, Parágrafo Único, do Código de Processo Civil, nos processos:
0022256-96.2010.8.22.0001
0019075-19.2012.8.22.0001
0015318-17.2012.8.22.0001
0025903-31.2012.8.22.0001
0016894-79.2011.8.22.0001
0245873-38.2009.8.22.0001
0282783-98.2008.8.22.0001
0014138-63.2012.8.22.0001
0022657-27.2012.8.22.0001
0021820-84.2003.8.22.0001
Relatei. Decido.
O fundamento da suspeição está previsto no Parágrafo Único do artigo 135 do Código de Processo Civil e o Código de Organização Judiciária deste Tribunal estabelece, no art. 13, IV, competir ao Conselho da Magistratura apreciar, reservadamente, os casos de suspeição de natureza íntima afirmada por juízes.
Decerto, a suspeição por motivo de foro íntimo decorre do dever de fidelidade e independência do magistrado e a ele cabe avaliar o reflexo em sua isenção, quando se deparar com determinada causa, que sugere a situação prevista na aludida legislação.
Ressalte-se que a Resolução n. 82/2009 do CNJ, que prevê a necessidade de o magistrado declinar os motivos pelos quais se declarou suspeito, encontra-se suspensa em razão de decisões liminares proferidas nos mandados de segurança n. 28089, de relatoria do Ministro Joaquim Barbosa, e n. 28215, de relatoria do Ministro Carlos Ayres Britto.
Então, ao Conselho da Magistratura cabe examinar a razoabilidade do caso e mandar registrar o fato na ficha funcional para os fins de observações futuras.
Ante o exposto, tendo em vista que o comunicante atendeu aos procedimentos necessários, conheço da suspeição e determino que se anote a comunicação nos assentamentos funcionais do magistrado.
Cumpra-se.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 8 de agosto de 2013.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

EDITAIS

EDITAL n. 37/2013-CM.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Desembargador ROOSEVELT QUEIROZ COSTA, torna pública a existência de vagas para composição da Turma Recursal da Comarca de Ji-Paraná, que será preenchida por Juízes de Direito de 3º e 2ª Entrância, lotados na Terceira Seção Judiciária.

Assim, os Juízes de Direito, na aludida condição, que se interessarem, deverão manifestar-se por meio de requerimento dirigido a esta Presidência, no prazo de cinco (05) dias, a contar da disponibilização do presente Edital. Caso o número de inscritos seja insuficiente para o preenchimento das vagas na composição da Turma Recursal, estas serão preenchidas por convocação feita pelo Tribunal Pleno.

Eventual desistência só será aceita se, formulada no prazo de 2 (dois) dias, contados da data da publicação do Edital de lista final dos inscritos.

Porto Velho, 07 de agosto de 2013.
(a)Desembargador ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Presidente

EDITAL N. 38/2013-CM.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, em cumprimento ao que dispõe os artigos 83 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional - LOMAN e 99 do Regimento Interno deste Poder, torna público que se encontram vagos, para provimento por REMOÇÃO, um cargo de Desembargador na composição na 1ª Câmara Criminal e um cargo de Desembargador na composição da 2ª Câmara Criminal, decorrentes das aposentadorias do Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, conforme Ato n. 566/2013-CM, de 30/7/2013, e da Desembargadora Zelite Andrade Carneiro, conforme Ato n. 567/2013-CM de 30/7/2013, disponibilizados no Diário da Justiça n. 140, de 1º/8/2013.

Assim, os Desembargadores interessados na remoção deverão manifestar-se por meio de requerimento dirigido à Presidência, no prazo de cinco (05) dias, a contar da disponibilização do presente edital no Diário da Justiça Eletrônico.

Eventual desistência só será aceita se, formulada no prazo de 2 (dois) dias, contados da data da publicação do Edital de lista final dos inscritos.

Porto Velho, 08 de agosto de 2013.
(a) Desembargador ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Presidente

CORREGEDORIA-GERAL

ATOS DO CORREGEDOR

Provimento N. 0019/2013-CG

Dispõe sobre a instituição do Anexo A do Provimento n. 005/2013-CG, correspondente aos novos tipos de selo digital de fiscalização.

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO as alterações contempladas nos artigos 6º e 9º, ambos, da Lei Estadual n. 918/2000 (alterada pela Lei n. 3.108/13, de 25/06/2013);

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 6º, §1º, 7º e 31, todos, da Lei Estadual n. 2.936/2012;

CONSIDERANDO o disposto no Anexo A do Provimento n. 017/2012-CG;

CONSIDERANDO o constante do Processo Digital n. 0005970-40.2012.8.22.1111, que trata da implantação do selo digital de fiscalização nas atividades extrajudiciais do Estado de Rondônia;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Anexo A do Provimento n. 005/2013-CG, que disciplina o valor unitário do selo digital de fiscalização a ser repassado ao FUJU.

Art. 2º. A atualização do valor correspondente ao selo digital de fiscalização, sujeita-se à regra contida no §1º, do art. 6, da Lei n. 2.936/2012.

Art. 3º. Este provimento entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2013.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 8 de agosto de 2013.

Desembargador Miguel Mônico Neto
Corregedor-Geral da Justiça

Lei n. 918/2000, alterada pela Lei n. 3.108/2013 - Provimentos n. 002/2013-CG, alterado pelos Provimentos n. 009/2013-CG e Provimento n. 015/2013-CG)

ANEXO A

TABELA QUE ENTRA EM VIGOR A PARTIR DO DIA 01/07/2013								
Tipo de Serviço (1)	Digital Código	Digital (Isento) Código	Custo para o Usuário (100%)		Custo de Aquisição para a Serventia (2)			
					TJ (3)		FUJU (4)	
			Digital	Digital (Isento)	Digital (7,662%)	Digital (Isento) (7,662%)	Digital (92,338%)	Digital (Isento)
Registro Civis das Pessoas Naturais	11	12	0,77	0,00	0,059	0,059	0,711	0,00
Tabelionato de Notas	13	14	0,77	0,00	0,059	0,059	0,711	0,00
Registro de Imóveis	15	16	0,77	0,00	0,059	0,059	0,711	0,00
Tabelionato de Protesto de Títulos	17	18	0,77	0,00	0,059	0,059	0,711	0,00
Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas	19	20	0,77	0,00	0,059	0,059	0,711	0,00

1 – Tipos de selos estabelecidos no manual técnico do SIGEXTRA, alterado pelo Provimento n. 015-2013-CG

2 – Todos os valores serão repassados ao FUJU.

3 – Valor correspondente ao custo de desenvolvimento e produção dos selos digitais de fiscalização.

4 – Valor destinado ao FUJU para o ressarcimento de atos gratuitos e selos isentos e complementação da renda mínima.

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

PORTARIA N. 417/2013-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, inc. I, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Juíza Substituta ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS, lotada na 3ª Seção Judiciária, para responder, sem prejuízo da designação anterior, pelo Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Ji-Paraná, no período de 9/8/2013 a 25/8/2013.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 5 de agosto de 2013.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO

Corregedor-Geral da Justiça

PORTARIA N. 422/2013-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, inc. I, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

R E S O L V E:

DESIGNAR o JSubstituto HEDY CARLOSSOARES,lotado na 1ª Seção Judiciária, para responder, prejuízo da designação anterior,pelas respectivas varas da comarca de Porto Velho, conforme quadro abaixo:

VARA	PERÍODO
Responder pelo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	6/8/2013 a 8/8/2013
Responder pelo 2º Juizado da Infância e Juventude	7/8/2013 a 11/8/2013

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 8 de agosto de 2013.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO

Corregedor-Geral da Justiça

PORTARIA N. 423/2013-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 35, § 2º, do Código de Organização e Divisão Judiciária,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Juiz de 3ª Entrância DANILO AUGUSTO KANTHACK PACCINI, lotado na comarca de Porto Velho, para responder, sem prejuízo das designações anteriores, pela 1ª Vara de Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Cíveis da referida comarca, no dia 6/8/2013.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 8 de agosto de 2013.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO

Corregedor-Geral da Justiça

PORTARIA N. 424/2013-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 35, § 2º, do Código de Organização e Divisão Judiciária,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Juiz de 3ª Entrância ACIR TEIXEIRA GRÉCIA, lotado na comarca de Porto Velho, para responder, sem prejuízo da designação anterior, pela Vara de Execuções Penais da referida comarca, no período de 8/8/2013 a 16/8/2013.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 8 de agosto de 2013.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO

Corregedor-Geral da Justiça

PORTARIA N. 425/2013-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, inc. I, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Juíza Substituta MICHIELY APARECIDA CABRERA VALEZI BENEDETI, lotada na 7ª Seção Judiciária, para responder pela Vara Única da comarca de Alta Floresta D'Oeste, nos dias 7/8/2013 e 8/8/2013.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 8 de agosto de 2013.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO

Corregedor-Geral da Justiça

PORTARIA N. 426/2013-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, incs. I e II, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Juiz Substituto ROGÉRIOMONTAI DE LIMA, na 1ª Seção Judiciária, para auxiliar e responder pelas respectivas varas da comarca de Porto Velho, conforme quadro abaixo:

VARA	PERÍODO
Auxiliar na 4ª Vara de Família	9/8/2013 a 11/8/2013
Responder pela 4ª Vara de Família	12/8/2013 e 13/8/2013
Auxiliar na 2ª Vara Cível	14/8/2013 a 31/8/2013

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 8 de agosto de 2013.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO

Corregedor-Geral da Justiça

PORTARIA N. 427/2013-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, inc. I, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Juiz Substituto MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT, lotado na 2ª Seção Judiciária, para responder, sem prejuízo da designação anterior, pelas respectivas varas conforme quadro abaixo:

VARA	PERÍODO
2ª Vara Cível da comarca de Ariquemes	11/8/2013 até posterior deliberação
Vara Única da comarca de Buritis	14/8/2013 a 27/8/2013

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 8 de agosto de 2013.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO

Corregedor-Geral da Justiça

PORTARIA N. 428/2013-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, inc. I, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Juíza Substituta LIGIANE ZIGIOTTO BENDER, lotada na 3ª Seção Judiciária, para responder, sem prejuízo da designação anterior, pelo Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Ji-Paraná, no período de 26/8/2013 a 13/9/2013.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 8 de agosto de 2013.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO

Corregedor-Geral da Justiça

PORTARIA N. 429/2013-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o Poder Judiciário desenvolveu a MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE na comarca de Ji-Paraná ;

CONSIDERANDO o constante no Ofício n. 055/2013/O.J.R, com o Protocolo n. 37044-78.2013;

R E S O L V E:

I – CONVALIDAR os atos praticados pela Juíza MARIA ABADIA DE CASTRO MARIANO SOARES LIMA, titular do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Ji-Paraná, na coordenação da MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE, na referida comarca.

II – CONVALIDAR os atos praticados pelos magistrados da comarca de Ji-Paraná EDSON YUKISHIGUE SASSAMOTO, titular da 3ª Vara Cível, EDEWALDO FANTINI JÚNIOR, titular da 2ª Vara Criminal, SILVIO VIANA, titular da 4ª Vara Cível, OSCAR FRANCISCO ALVES JÚNIOR, titular da 3ª Vara Criminal, VALDECIR RAMOS DE SOUZA, titular da 1ª Vara Criminal, MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI, titular da 5ª Vara Cível, ANA VALÉRIA DE QUEIRÓZ SANTIAGO ZIPARRO, titular da 2ª Vara Cível, na referida MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE, no dia 29/6/2013.

III – CONVALIDAR os atos praticados pelos servidores abaixo relacionados, na referida MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE, na comarca de Ji-Paraná, no dia 29/6/2013.

SONIA MATIUSSI
DANIELA CRISTINA DOS S. VIANA CRUZ
KENNYSON JÚLIO
REGINEIDE ALVES DA S. MORALES
ELZIVÃ GOMES DOS S. FÉLIX
LAIS ESTEVÃO DA CUNHA
LUCARLOS CARVALHO DE OLIVEIRA
CELINA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA DOMINGUES
ADRIANA DE NAZARÉ ALVES PALHA
LUCIMERE PIANISSOLI
LUCAS SANTOS GIROLDO
CARMEM ELIZETE MESQUITA S. GIROLDO
LUDMILLA DE OLIVEIRA DOS REIS SILVA
ARLINDA LAURA TISSI RUSSO
DANIELA SIMÕES MELO
CAROLINE TREVIZANE DE OLIVEIRA
GLAUCIENE POLEGARIO DE SOUZA
MICHAEL RUBENNING
MARDILENE OLIVEIRA
BIANCA COSTA
VIVIANE BATISTA DE SOUZA
MOACIR CRUZ SANTOS
SELMA MACEDO DOS S. ALMEIDA
GLAUDENIA MARIA RABELO COSTA
SHARLESTON CAVALCANTE DE OLIVEIRA
NATÁLIA CRISTINA CUNHA AGUIAR
MATILDE ALVES DA SILVA
DAVI GONÇALVES FERREIRA SOBRINHO
LURDES BECCARIA DOS SANTOS
MARICÉLIA VIEIRA ALVES
WILLIAN ALVES DE OLIVEIRA
NEY ALVES DE OLIVEIRA

Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 8 de agosto de 2013.
Desembargador MIGUEL MONICO NETO
Corregedor-Geral da Justiça

PORTARIA N. 430/2013-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 89/CNJ, de 16/9/2009, que institucionaliza os mutirões carcerários como mecanismo de revisão periódica das prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e das internações de adolescente.

CONSIDERANDO que o Poder Judiciário desenvolverá mais uma etapa do Projeto RESSOAR - Resgate Social dos Apenados em Rondônia na comarca de Porto Velho;

CONSIDERANDO o que consta no OFÍCIO/VEP/n.1926, de 29/7/2013, que informa o calendário da realização do Projeto Ressoar/2013;

CONSIDERANDO o constante nos autos n. 37056.92. 2013.8.22.1111,

R E S O L V E:

I - DESIGNAR o Juiz RENATO BONIFÁCIO DE MELO DIAS, titular da Vara de Execuções Penais da comarca de Porto Velho, para coordenar mais uma etapa da Operação RESSOAR - Resgate Social dos Apenados em Rondônia - uma prática da Justiça Itinerante em Execução Penal, nas Unidades Prisionais da capital no período de 9/9/2013 a 8/11/2013, conforme cronograma:

Unidades Prisionais de Porto Velho	Períodos
Unidade de Monitoramento do Sistema Prisional – UMESP	9/9/2013 a 13/9/2013
Presídio Feminino – PEFEM	9/9/2013 a 13/9/2013
Unidade Semiaberto e Aberto Feminino – USAAF	9/9/2013 a 13/9/2013
Centro de Correição	9/9/2013 a 13/9/2013
Colônia Penal Agrícola Ênio Pinheiro - CAPEP	16/9/2013 a 20/9/2013
Penitenciária Edvan Mariano Rosendo - PANDA	23/10/2013 a 4/10/2012
Penitenciária Estadual Ênio Pinheiro – PEENP – Centro de Ressocialização Vale do Guaporé	7/10/2013 a 25/10/2013
Casa de Detenção Dr. José M. Alves da Silva - Urso Branco	29/10/2013 a 8/11/2013

II – DESIGNAR os Juízes Substitutos lotados na 1ª Seção Seção Judiciária, abaixo relacionados para atuarem na referida Operação RESSOAR - Resgate Social dos Apenados em Rondônia, quadro abaixo:

MAGISTRADO	PERÍODO
ALENCAR DAS NEVES BRILHANTE	9/9/2013 a 8/11/2013
FELIPE ROCHA SILVEIRA	9/9/2013 a 8/11/2013
HEDY CARLOS SOARES	9/9/2013 a 8/11/2013
DENISE PEPINO FIGUEIREDO	9/9/2013 a 8/11/2013

III - Determinar que seja encaminhado ofício à Procuradoria-Geral de Justiça, à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Rondônia, informando a instauração da operação.

IV – As demais comunicações serão realizadas pela Coordenação do Projeto Ressoar, que deverá requisitar e solicitar o apoio necessário aos Órgãos e Instituições envolvidos no referido Projeto.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 8 de agosto de 2013.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO

Corregedor-Geral da Justiça

PORTARIA N. 431/2013-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o Poder Judiciário desenvolveu a MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE na comarca de Ariquemes;

CONSIDERANDO o constante na Portaria n. 312/2013-CG, de 11/6/2013, DJE n. 106, de 12/6/2013.

CONSIDERANDO o constante no requerimento com Protocolo n. 41089-28.2013, subscrito pelo Juiz Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira, solicitando folga compensatória;

R E S O L V E:

CONCEDER, excepcionalmente, ao Juiz MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA, titular da 3ª Vara Cível da comarca de Ariquemes, 01 (uma) folga compensatória, usufruída no dia 26/7/2013, nos termos do art. 6º, § 4º, do Provimento n. 021/2004-CG, de 13/10/2004, publicado no DJ n. 202, de 27/10/2004, em razão de sua atuação na MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE no dia 8/6/2013.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 8 de agosto de 2013.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO

Corregedor-Geral da Justiça

PORTARIA N. 432/2013-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o Poder Judiciário desenvolveu a MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE na comarca de Cerejeiras;

CONSIDERANDO o constante na Portaria n. 178/2013-CG, de 17/4/2013, DJE n. 073, de 22/4/2013;

CONSIDERANDO o constante no requerimento com Protocolo n. 42326-97.2013, subscrito pela Juíza Elisangela Nogueira, solicitando folga compensatória;

R E S O L V E:

CONCEDER à Juíza ELISANGELA NOGUEIRA, titular da 1ª Vara Genérica da comarca de Cerejeiras, 01 (uma) folga compensatória, para gozo no dia 6/8/2013, nos termos do art. 6º, § 4º, do Provimento n. 021/2004-CG, de 13/10/2004, publicado no DJ n. 202, de 27/10/2004, em razão de sua atuação na MEGAOPERAÇÃO JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE no dia 8/6/2013.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 8 de agosto de 2013.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO

Corregedor-Geral da Justiça

ATA DE CORREIÇÃO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO.

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e treze (7/8/2013), na Vara Única da Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO, presentes os Juízes Auxiliares da Corregedoria, Guilherme Ribeiro Baldan e Sérgio William Domingues Teixeira, a Juíza Substituta respondendo pela Vara, Michiely A. Cabrera Valezi Benedeti, os Diretores dos Cartórios, Galileu Pereira da Silva e Maria Áurea Saldanha Gontijo Fuzari, procedeu-se à CORREIÇÃO ORDINÁRIA, designada pela Portaria n. 380/2013-CG, de 3/7/2013, publicada no DJE n. 120 de 4/7/2013. Iniciados os trabalhos, os Juízes Auxiliares, depois de realizarem reunião com os servidores e a magistrada para explicar os procedimentos a serem utilizados durante a correição, passaram a examinar as funções administrativas do magistrado, os ofícios de Justiça em geral, os prazos médios, os processos identificados como sendo da Meta 2 de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, os processos identificados como sendo da Meta 18 de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, os processos ativos mais antigos das diversas classes e os paralisados por mais de 60 dias, se da justiça comum ou de 30 dias, se dos juizados especiais. Foram verificadas as custas e as informações das movimentações dos processos no Sistema de Automação Processual (SAP). Todas as sugestões, recomendações e determinações foram realizadas nos seguintes anexos: I - Funções administrativas do magistrado Cível, I - Funções administrativas do magistrado Criminal, II – Ofícios de justiça em geral Cível, II – Ofícios de justiça em geral Criminal, III – Prazo médio Cível, III – Prazo médio Criminal, III – Prazo médio JIJ, III – Prazo médio JECível, III – Prazo médio JECriminal, III – Prazo médio JEFazenda, IV – Processos da meta 2 de 2010 e Processos da meta 18 de 2013 Cível, IV – Processos da meta 2 de 2010 e Processos da meta 18 de 2013 Criminal, IV – Processos da meta 2 de 2010 e Processos da meta 18 de 2013 JIJ, IV – Processos da meta 2 de 2010 e Processos da meta 18 de 2013 JECível, IV – Processos da meta 2 de 2010 e Processos da meta 18 de 2013 JECriminal, IV – Processos da meta 2 de 2010 e Processos da meta 18 de 2013 JEFazenda, V – Processos analisados Cível, V – Processos analisados Criminal, V – Processos analisados JIJ, V – Processos analisados JECível, V – Processos analisados JECriminal, V – Processos analisados JEFazenda, VI – Sistemas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, VII – Imagens da Unidade Cível, VII – Imagens da Unidade Criminal, Anexo VIII – Análise da Estrutura Física, Tecnológica e Organizacional Cível, Anexo VIII – Análise da Estrutura Física, Tecnológica e Organizacional Criminal e por fim, Relatório de Correição Ordinária Cível, Relatório de Correição Ordinária Criminal, Relatório de Correição Ordinária JIJ, Relatório de Correição Ordinária JECível, Relatório de Correição Ordinária JECriminal, Relatório de Correição Ordinária JEFazenda, que demonstra graficamente a evolução dos números da Unidade Jurisdicional correicionada. Os referidos anexos encontram-se disponíveis na página do Tribunal de Justiça, seguindo-se o seguinte caminho: página inicial, menu Corregedoria, Atas de Correição, Judiciais. As determinações deverão ser cumpridas no prazo de 60 (sessenta) dias, caso outro não tenha sido mencionado nos próprios anexos. O Juiz titular da Vara não estava presente por estar de férias. Durante os trabalhos os juízes auxiliares da Corregedoria realizaram inspeção no presídio local e Abrigo. Nada mais havendo, aos oito dias do mês de agosto de dois mil e treze (8/8/2013), lavrou-se a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos acima nominados.

Guilherme Ribeiro Baldan
Juiz Auxiliar da Corregedoria

Sérgio William Domingues Teixeira
Juiz Auxiliar da Corregedoria

Michiely A. Cabrera Valezi Benedeti
Juíza Substituta

Galileu Pereira da Silva
Diretor de Cartório

Maria Áurea Saldanha Gontijo Fuzari
Diretora de Cartório

EMERON

TERMO DE RATIFICAÇÃO

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico a contratação direta, fundamentada no inciso II do art. 25 c/c inciso VI do art. 13 da Lei n. 8.666/93, firmada com a empresa Detail Produções e Eventos Ltda - EPP, no valor total de R$ 600,00 (seiscentos reais), para cobertura da despesa com a inscrição do Des. Raduan Miguel Filho no "I Congresso Brasileiro do IBDCivil - Instituto Brasileiro de Direito Civil", na qualidade de representante do Diretor da Escola da Magistratura de Rondônia, o qual será realizado no Rio de Janeiro - RJ, no exercício de 2013, conforme informações constantes do processo nº 39625-66.2013 (Processo Financeiro 0311/1603/2013).

Porto Velho/RO, 6 de agosto de 2013.

(a) Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Desembargador – Diretor da EMERON

EDITAL

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA – EMERON

EDITAL n. 007/2013
RETIFICAÇÃO

A Escola da Magistratura do Estado de Rondônia – EMERON, no uso de suas atribuições legais, torna pública a retificação do subitem 3.1 e do Anexo II do Edital n. 006/2013 – Emeron, publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia, no dia 8 de agosto de 2013, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

Item 3.1, onde se lê:

" Os magistrados e servidores lotados nas comarcas do interior deverão preencher o Documento de Solicitação de Diárias (DSD) e encaminhá-lo ao Conselho da Magistratura (Decom) e à Divisão de Capacitação (Decap), respectivamente, com no mínimo 20 dias de antecedência. A classificação orçamentária a ser informada no DSD é a seguinte: PE: Plano de Gestão da Emeron; PO: Curso de Extensão e Aperfeiçoamento para Magistrados e Servidores; Especificação: Diárias dentro do Estado; PA: 1607; ED: 339014; SI: 14.",

Leia-se:

" Os magistrados e servidores lotados nas comarcas do interior deverão preencher o Documento de Solicitação de Diárias (DSD) e encaminhá-lo ao Conselho da Magistratura (Decom) e à Divisão de Capacitação (Decap), respectivamente, com no mínimo 20 dias de antecedência. A classificação orçamentária a ser informada no DSD é a seguinte: PE: Plano de Gestão da Emeron; PO: Projeto Pós-graduação em Docência do Ensino Superior"; Especificação: Diárias dentro do Estado; PA: 1607; ED: 339014; SI: 14.".

No Anexo II, registre-se que o calendário está sujeito a alterações.

Porto Velho, 8 de agosto de 2013.

Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Diretor da EMERON

SECRETARIA JUDICIÁRIA

DESPACHOS

VICE-PRESIDÊNCIA

Vice-Presidência
Despacho DO VICE-PRESIDENTE
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0006858-10.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0014355-72.2013.8.22.0001
Agravante: Unimed Rondônia - Cooperativa de Trabalho Médico
Advogado: Breno Dias de Paula(OAB/RO 399B)
Advogada: Suelen Sales da Cruz(OAB/RO 4289)
Agravada: Ana Consuelo da Costa Fernandes
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Ante a declaração de suspeição do relator do feito, Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia (fls. 121), determino a redistribuição dos autos por sorteio.
Cumpra-se.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 8 de agosto de 2013.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Vice-Presidente

TRIBUNAL PLENO

Tribunal Pleno
Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0017091-71.2010.8.22.0000
Processo de Origem : 0019048-35.2009.8.22.0003
Requerente: Thaize Cristina Contieri
Advogado: Irineu Ribeiro da Silva(OAB/RO 133)
Requerida: Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia Idaron
Procuradores: Paulo Adriano da Silva (OAB/RO 4753)
"Vistos.
Manifeste-se a Contadoria quanto a petição de fls. 89/91 e logo após o requerente, no prazo de cinco dias, voltando em seguida para deliberação.
Intime-se, publicando.
Porto Velho, 31 de julho de 2013."
(a) Des. Roosevelt Queiroz Costa
Presidente
Obs.: Manifestação da contadoria da Divisão de Precatórios - DIVPREC, à f. 104 verso.

Tribunal Pleno
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0004383-81.2013.8.22.0000
Impetrante: Grasiela Rocha Torres Goveia
Advogado: José Anastácio Sobrinho(OAB/RO 872)
Impetrado: Governador do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por Grasiela Rocha Torres Goveia, contra ato do Governador do Estado de Rondônia, que anulou seu ato de nomeação e a exonerou do cargo de Geógrafa do DER-RO, por meio do Decreto n. 17.794, de 30/4/2013, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia n. 2.210, de 6/5/2013.

Consulta realizada no Sistema de Acompanhamento Processual – SAP revelou que a matéria ainda está pendente de julgamento nesta Corte, em razão da interposição de recurso de apelação pelo Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia – DER/RO (autos n. 0011542-09.2012.8.22.0001), que foi distribuída à 2ª Câmara Especial em 2/7/2013.
Pelo exposto, aguarde-se o julgamento definitivo da questão.
Após, retornem os autos à conclusão.
I.
Porto Velho - RO, 7 de agosto de 2013.
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Relator

Tribunal Pleno
Despacho DA RELATORA
Mandado de Segurança
Número do Processo :0006921-35.2013.8.22.0000
Impetrante: Manoel Jacinto Cordeiro Filho
Advogado: Arcelino Leon(OAB/RO 991)
Impetrante: Clademir Fernando Faller
Advogado: Arcelino Leon(OAB/RO 991)
Advogada: Karina Rocha Prado(OAB/RO 1776)
Impetrante: Amoan Itai Garrett da Silva
Advogado: Arcelino Leon(OAB/RO 991)
Advogada: Karina Rocha Prado(OAB/RO 1776)
Impetrante: Aymar Achiles Rodrigues Guimarães
Advogado: Arcelino Leon(OAB/RO 991)
Advogada: Karina Rocha Prado(OAB/RO 1776)
Impetrante: Adilberto Saraiva Maciel
Advogado: Arcelino Leon(OAB/RO 991)
Advogada: Karina Rocha Prado(OAB/RO 1776)
Impetrante: Angelina dos Santos Correia Ramires
Advogado: Arcelino Leon(OAB/RO 991)
Advogada: Karina Rocha Prado(OAB/RO 1776)
Impetrante: José Tenório de Siqueira
Advogado: Arcelino Leon(OAB/RO 991)
Impetrado: Governador do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relatora:Desª Ivanira Feitosa Borges
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado pelos policiais militares Manoel Jacinto Cordeiro Filho, Clademir Fernando Faller, Amoan Itaí Garret da Silva, Aymar Achiles R. Guimarães e Adilberto Saraiva Maciel contra ato do Governador do Estado de Rondônia, que, em tese, sem justa causa e 'contra-legis', não renovou o prazo de suspensão das aposentadoria 'ex officio' destes militares, objeto do Decreto n. 17.639, de 18/03/2013, transferindo-os para a Reserva Remunerada ex officio da Polícia Militar Estadual, gerando suposto prejuízo na inclusão destes militares na transposição para o quadro funcional da União.
Consta que os impetrantes são militares que já haviam preenchido os requisitos legais para passar à reserva remunerada ex officio, todavia, diante da reconhecida e emergente necessidade de segurança pública, prevista no art. 95 do Estatuto dos Policiais Militares de Rondônia, os impetrantes vinham permanecendo na atividade pelo Decreto n. 16.081, de 26/07/2011, que suspendia a transferência desses militares para a reserva, o qual fora prorrogado sucessivamente por outros Decretos Legislativos, perpetuando a situação até o dia 30 de julho de 2013, com o Decreto n. 17.639, de 18/03/2013.
Ocorre que, segundo alegam os impetrantes, em síntese, a não prorrogação da suspensão de suas aposentadorias 'ex officio' lhes causam enorme prejuízo, porquanto às vésperas de efetivarem o procedimento de transposição para o quadro funcional da União, estando eles na inatividade, poderão ser impedidos de transferir-se para o quadro em extinção da administração federal, tendo em vista, que, em tese, nos termos do art. 89 da Emenda Constitucional n. 60 e de acordo com a orientação do próprio Comando da Corporação Militar, impõe-se que o servidor público do Estado, no momento de fazer sua opção para o quadro federal, esteja no serviço ativo.
Os impetrantes alegam ainda que o ato da autoridade impetrada de não renovar, temporariamente, a suspensão de suas aposentadorias é ilegal e viola o princípio da razoabilidade, tendo em vista que ainda preexiste a necessidade de mantê-los em atividade, diante da necessidade de segurança pública, vez que atualmente não houve alteração dessa necessidade, conforme foi reconhecido pelo próprio Comando Geral da Polícia Militar.
Nesta linha, aduzem que o ato da autoridade impetrada carece de motivação suficiente, caracterizando arbitrariedade e consequentemente sua ilegalidade.
Ademais, particularmente a impetrante Angelina dos Santos Correia Ramires ressaltou, ainda, que responde a Processo Administrativo de Sindicância perante à Corporação Militar, situação esta que conforme previsão legal do art. 93, inciso I do Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Rondônia, impede a sua transferência para a reserva remunerada.
Outrossim, os impetrantes afirmam que o 'fumus boni iuris' está fartamente demonstrado nos autos, tendo em vista a existência incontestável do direito líquido e certo, bem como o 'periculum in mora' é fato indiscutível por estar ameaçado o direito à transposição para o quadro da administração federal.
Requereram a concessão da medida liminar determinado a anulação do ato arbitrário da autoridade coatora até que seja concretizado o processo de transposição, e quanto à impetrante Angelina dos Santos Correia Ramires até que se finalize o processo administrativo de sindicância que esta responde, inclusive de eventuais recursos deste decorrente. Ao final, requereram o deferimento definitivo da presente segurança, confirmando a liminar.
Examinados, decido.
Conforme relatado, os militares Manoel Jacinto Cordeiro Filho, Clademir Fernando Faller, Amoan Itaí Garret da Silva, Aymar Achiles R. Guimarães e Adilberto Saraiva Maciel impetram o presente mandado de segurança contra ato do Governador do Estado de Rondônia, que, em tese, sem justa causa, não renovou o prazo de suspensão das aposentadoria dos impetrantes, objeto do Decreto n. 16.081, de 26/07/2011, alterado pelo Decreto n. 17.639, de 18/03/2013, transferindo-os para a Reserva Remunerada ex officio da Polícia Militar Estadual, gerando suposto prejuízo quanto à inclusão destes militares na efetivação de suas transposições para o quadro da União.
Anoto que a matéria submetida ao crivo do Judiciário em mandado de segurança, reclama a apresentação de prova robusta e pré-constituída do direito líquido e certo vindicado, sendo imperiosa a apresentação de todo o acervo necessário à comprovação dos fatos imprescindíveis à compreensão da lide, pois certo, a mais não poder, que meras alegações não são capazes de contornar essa exigência, sobretudo por não se ter admissível a dilação probatória (STJ - RMS n. 30.322/

MS, Rel. Min. Laurita Vaz, 5ª Turma, j. 06.12.2011).
Em análise aos autos, verifico que a princípio, os impetrantes demonstraram o 'fumus boni iuris' e o 'periculum in mora', requisitos necessários à concessão da medida liminar, motivo pelo qual DEFIRO a liminar com a RESSALVA de que sua validade se presta para SUSPENDER temporariamente os efeitos do Decreto n. 17.639, de 18/03/2013, determinando o retorno dos impetrantes à atividade funcional até o julgamento da ordem deste mandado de segurança.
Intime-se a autoridade apontada como coatora para apresentar as informações que entender necessárias no prazo legal.
Ciência ao Estado de Rondônia, nos termos do art. 7º, II, da Lei 12.016/09.
À Procuradoria de Justiça para, querendo, emitir parecer.
Após, retornem os autos à conclusão.
Publique-se e intime-se.
Expeça-se o necessário.
Desembargadora Ivanira Feitosa Borges
Relatora

1ª CÂMARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0002226-85.2011.8.22.0007 - Apelação
Origem : 0002226-85.2011.8.22.0007 Cacoal / 2ª Vara Cível
Apelante : Jucilene da Cunha Jorge de Lima
Advogado : Célio Menezes Rodrigues (OAB/RO 4210)
Advogado : José Júnior Barreiros (OAB/RO 1405)
Apelante : Antônio Wilson de Lima
Advogado : Célio Menezes Rodrigues (OAB/RO 4210)
Advogado : José Júnior Barreiros (OAB/RO 1405)
Apelado : Geraldo Vieira
Advogado : Herisson Moreschi Richter (OAB/RO 3045)
Relator(a) : Des. Moreira Chagas
Revisor(a) : Des. Raduan Miguel Filho
Decisão
A parte apelante apresenta petição manifestando seu desejo em desistir do recurso, o que lhe é facultado pelos artigos 501 e 502 do Código de Processo Civil, independentemente de anuência da parte adversa.
Posto isso, julgo prejudicado o recurso, extinguindo-o, nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil.
Remeta-se à primeira instância, com as devidas baixas.
Intimem-se.
Porto Velho, 7 de agosto de 2013.
Desembargador Moreira Chagas
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
pCamaraDistribuicao
0018452-52.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0018452-52.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 4ª Vara Cível
Apelante : Banco do Brasil S/A
Advogada : Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123)
Apelada : Maria das Graças de Lima Rodrigues
Advogado : Cássio Fabiano Rego Dias (OAB/RO 1514)
Relator(a) : Des. Raduan Miguel Filho
Revisor(a) : Des. Sansão Saldanha
Vistos.
Intime-se o apelante para complementar o valor do preparo, com base no valor da condenação, no prazo de 5 dias, sob pena de deserção.
Porto Velho, 07 de agosto de 2013.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0002146-73.2010.8.22.0002 - Embargos de Declaração
Origem :
Embargante : Dibens Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
Advogado : Celso Marcon (OAB/ES 10990)
Advogada : Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogado : Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519)
Embargado : Laércio Aparecido Pires
Relator(a) : Des. Raduan Miguel Filho
Revisor(a) : Des. Sansão Saldanha
Vistos.
A Dibens Leasing S/A arrendamento mercantil opôs embargos de declaração em face do acordão que, com votação unânime, negou provimento ao recurso, mantendo inalterada a decisão de primeiro grau de extinção da inicial por abandono da causa.
Em análise aos pressupostos de admissibilidade do recurso, verifico sua intempestividade.
A decisão impugnada foi disponibilizada no DJ n. 100, de 04.06.2013, considerando como data da publicação o dia 05.06.2013, iniciando-se a contagem do prazo processual em 06.06.2013, cujo termo final para interposição do recurso seria 10.06.2013, mas foi oposto somente em 11 de junho, portanto, é manifestamente intempestivo.
Posto isso, nego seguimento aos embargos de declaração. Faço-o monocraticamente, na forma do art. 557, caput, do Código de Processo Civil.
Transitada em julgado esta decisão, arquivem-se os autos.
Publique-se.
Porto Velho, 07 de agosto de 2013.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

1ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA (Processo Digital)
Recurso Especial em Apelação nrº 0006565-39.2010.8.22.0002
Recorrente: Madekar Indústria e Comércio de Madeiras Ltda
Advogado: Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Advogada: Maria Cristina Dall'Agnol (OAB/RO 4597)
Recorrente: Adalberto Luiz Berkembrock
Advogado: Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Advogada: Maria Cristina Dall'Agnol (OAB/RO 4597)
Recorrida: Comavil Comércio de Máquinas Ferramentas e Representações Vilhena Ltda
Advogada: Luciene Peterle (OAB/RO 2760)
Advogado: Severino José Peterle Filho (OAB/RO 437)
[...]
"Nos termos do provimento nº 001/2001-PR, de 13/09/2001, fica a recorrida intimada para, querendo Contrarrazoar o Recurso Especial, via digital, termos da Lei 11.419, de 19/12/2006, e da Resolução n. 007/2007-PR."
Porto Velho, 7 de agosto de 2013
(a) Belª Ciraneide Fonseca Azevedo
Diretora do 1DEJUCIVEL/TJRO

1ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA (Processo Digital)
Recurso Extraordinário em Apelação nrº 0002877-98.2012.8.22.0002
Recorrente: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada: Paula Prates Boggione Guimarães (OAB/MG 127451)
Advogada: Natália Kelly Garbazza de Carvalho (OAB/MG 132164)
Recorrida: Eduarda de Souza
Advogado: Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)
[...]
"Nos termos do provimento nº 001/2001-PR, de 13/09/2001, fica(m) os(a) recorridos(a) intimado(s) para, querendo Contrarrazoar o Recurso Extraordinário, via digital, conforme art. 10, § 1º da Lei Federal n. 11.419/2006."
Porto Velho, 8 de agosto de 2013
(a) Belª Ciraneide Fonseca Azevedo
Diretora do 1DEJUCIVEL/TJRO

1ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA
Recurso Especial em Apelação nrº 0001858-94.2011.8.22.0001 - PROCESSO DIGITAL
Recorrente: Banco Bradesco S. A.
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Advogado: Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507)
Advogado: Pedro Pereira de Moraes Salles (OAB/SP 228166)
Advogada: Regiane Cristina Marujo (OAB/SP 240977)
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Advogada: Iris Elena da Cunha Gomes da Silva (OAB/RO 5.833)
Recorrida: Sofia Silva Marinho
Advogada: Adriana Pires de Souza (OAB/RO 3450)
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o(a) recorrido(a) intimado(a) para, querendo, apresentar as contrarrazões ao recurso especial, via digital, conforme art. 10, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006."
Porto Velho, 7 de agosto de 2013
(a) Belª Ciraneide Fonseca Azevedo
Diretora do 1DEJUCIVEL

1ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA (Processo Digital)
Recurso Especial em Apelação nrº 0002877-98.2012.8.22.0002
Recorrente: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada: Paula Prates Boggione Guimarães (OAB/MG 127451)
Advogada: Natália Kelly Garbazza de Carvalho (OAB/MG 132164)
Recorrida: Eduarda de Souza
Advogado: Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)
[...]
"Nos termos do provimento nº 001/2001-PR, de 13/09/2001, fica(m) os(a) recorridos(a) intimado(s) para, querendo Contrarrazoar o Recurso Especial, via digital, conforme art. 10, § 1º da Lei Federal n. 11.419/2006."
Porto Velho, 8 de agosto de 2013
(a) Belª Ciraneide Fonseca Azevedo
Diretora do 1DEJUCIVEL/TJRO

2ª CÂMARA CÍVEL

2ª Câmara Cível
Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0006621-73.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0007188-83.2013.8.22.0007
Agravante: Enoke Vieira da Silva
Advogada: Flávia Aparecida Flores(OAB/RO 3111)
Agravada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Relator:Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Enoke Vieira da Silva, contra decisão interlocutória nos autos de ação de cobrança, que move em desfavor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT.
Insurge-se contra decisão de fls. 15 (101 dos autos originários), proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível da comarca de Cacoal, a seguir transcrita:
(…) "Indefiro a gratuidade judiciária uma vez que a parte encontra-se representada por advogado particular, bem como pela própria natureza patrimonial da demanda e porque o baixo valor atribuído à causa não indicam que o recolhimento das custas processuais possam prejudicar o sustento do autor e de sua família. Ainda, porque é facultado à parte autora ajuizar a demanda sem qualquer ônus financeiro perante o Juizado Especial Cível, inclusive com regras processuais destinadas a imprimir maior celeridade ao andamento do feito.
Sem adentrar nos motivos que levam os jurisdicionados a demandarem perante os Juízos Cíveis quando poderiam fazê-lo nos Juizados Especiais, o fato é que os inúmeros casos semelhantes de ajuizamento de ações perante os Juízos Cíveis pleiteando-se a gratuidade, quando seria cabível a proposição da demanda nos Juizados Especiais Cíveis, vem causando distorção que prejudica, em última análise o próprio jurisdicionado.
Isso porque o elevado número de feitos que tramitam nas Varas Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, muitas delas de natureza singela, mas em grande volume, preenchem o tempo do Juízo, postergando a entrega da prestação jurisdicional para os casos que efetivamente seriam da alçada dos Juízos Cíveis, dotadas de complexidade e maior valor econômico.
Assim, emende-se a inicial juntando o comprovante do pagamento das custas processuais em 10 dias, sem o que a inicial será indeferida. Decorridos, com ou sem manifestação, conclusos.
Intimem-se, na pessoa dos Procuradores (arts. 234 e 236 do Código de Processo Civil e art. 50, das Diretrizes Gerais Judiciais).
Aguarde-se integral cumprimento. Em eventual recurso, desde já mantenho a decisão por seus fundamentos. Cacoal-RO, quinta-feira, 4 de julho de 2013(...)".
Aduz o agravante, em síntese, que exerce atividade laboral como carpinteiro, auferindo renda mensal de pouco mais de um salário mínimo, da qual depende seu sustento e de sua família, bem como o custeio de medicamentos e exames referentes ao acidente que sofreu. Afirma ainda que ficou impossibilitado de trabalhar pois sua saúde está comprometida.
Pede o conhecimento e provimento do recurso para que seja concedido o benefício da justiça gratuita.

É o relatório.
Decido.
Deixo de receber o recurso como agravo retido, ante a possibilidade de dano processual à agravante consistente em indeferimento da inicial. Passo a apreciá-lo.
Quanto ao indeferimento do benefício, o art. 4º da Lei 1.060/50 dispõe que, para obtenção do mesmo, é suficiente a simples afirmação do estado de pobreza, que poderá, entretanto, ser elidida por prova em contrário.
Tenho me posicionado em consonância com a firme jurisprudência do STJ no sentido de que o pedido de assistência judiciária dispensa maiores formalidades, podendo ser feito a qualquer momento. Entretanto, de igual forma tenho me posicionado no sentido de que a presunção de hipossuficiência pode ser ilidida. A esse respeito veja-se o seguinte julgado:
PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AFERIÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1. A assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo, desde que comprovada a condição de necessitado. É suficiente a simples afirmação do estado de pobreza para a obtenção do benefício, ressalvado ao juiz indeferir a pretensão, se tiver fundadas razões, conforme disposto no art. 5º da Lei 1.060/50. Precedentes.
2. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no REsp 984.328/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 18/03/2010, DJe 26/04/2010).
Veja ainda no mesmo sentido o REsp 686.722/GO, REsp 742.419/RS, REsp 710.624/SP e AgRg no Ag 640.391/SP.
Esta Corte consolidou posição neste sentido, consoante se observa nos seguintes processos: 10000720050104191, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia; 10001020080043648, Rel. Juiz Edenir Sebastião A. da Rosa; 10001020040051897, Rel. Juiz Jorge Luiz de Moura Gurgel; 10000120060028415, Rel. Des. Moreira Chagas; 10000120040205184, Rel. Des. Kiyochi Mori; 10000120040158844, Rel. Des. Moreira Chagas; dentre outros.
Como dito acima, havendo relevantes motivos decorrentes de ato da parte, diligências ou de elementos dos autos, o magistrado pode averiguar a declaração daquele que pretende o benefício da assistência judiciária por meio de elementos que os autos possuam.
A decisão agravada nega o pedido fundamentando que a natureza da demanda possui baixo valor e, que a parte poderia ajuizar a demanda perante o Juizado Especial.
Pois bem. Verifico que o magistrado não apontou elementos nos autos capazes de ilidir a hipossuficiência alegada. Verifico da peça inicial que o agravante possui profissão de carpinteiro. Ainda, observo que a lide trata de ação de cobrança do seguro DPVAT, onde o agravante descreve seus problemas de saúdo advindos do acidente.
Com relação à interposição da presente ação no Juizado Especial, esta Corte tem entendimento que não encontra respaldo jurídico a imposição ao autor para distribuição no Juizado Especial pelo fato do baixo valor atribuído à causa, uma vez que cabe a parte optar pelo ajuizamento da ação na justiça comum ou especial. Nesse sentido, aliás, é o entendimento pacificado por este e. Tribunal, conforme ementas que seguem:
Agravo de instrumento. Competência. Juizado Especial e Juízo Comum. Faculdade da parte.
A Lei n. 9.099/95 assegura à parte a opção de escolha entre o Juizado Especial ou o Juízo Comum. Optando pelo procedimento comum, não poderá o magistrado declinar da competência e remeter os autos para o Juizado Especial Cível. (TJRO Agravo de Instrumento n. 100.010.2005.005983-1, Rel. Des. Moreira Chagas, 06-12-2005)
Apelação cível. Competência. Juizado Especial e Juízo Comum. Faculdade da parte. Justiça gratuita. Recurso provido.
Não encontra respaldo jurídico a decisão que impõe à parte a distribuição de ações perante o Juizado Especial Cível, eis que o autor pode optar pelo ajuizamento da ação pelo regime do Código de Processo Civil ou pelo regime da lei 9.099/95.
A simples afirmação da parte de que não se encontra em condições de custear as despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, sem maiores elementos que demonstrem o contrário, é suficiente para a concessão do benefício, tal como preceitua o art. 4º da lei 1.060/50. (N. 00117315520108220001, Rel. Juiz Osny Claro de O. Junior, J. 19/10/2010)
Com base em tais elementos, entendo que o agravante não possui condições de arcar com as custas processuais neste momento, podendo ser-lhe concedido o benefício sugerido. Lembrando ainda, que poderá responder civilmente caso esteja faltando com a verdade.
Posto isso, com fundamento no artigo 557, §1º-A do CPC, dou provimento monocrático ao recurso para reformar a decisão agravada a fim de conceder à parte agravante os benefícios da gratuidade judiciária no processo originário nos termos do art. 4º da Lei 1.060/50 .
Feitas as comunicações e anotações necessárias, transitado em julgado, arquive-se.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 8 de agosto de 2013.
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

2ª Câmara Cível
Despacho DO RELATOR
Apelação nrº 0035185-96.2003.8.22.0005
Apelante: Milton Fugiwara
Advogado: Milton Fugiwara(OAB/RO 1194)
Apelado: Banco da Amazônia S/A
Advogado: Michel Fernandes Barros(OAB/RO 1790)
Advogado: Ramiro de Souza Pinheiro(OAB/RO 2037)
Advogado: Maurício Coelho Lara(OAB/RO 845)
Advogado: Washington Ferreira Mendonça(OAB/RO 1946)
Advogada: Aline Fernandes Barros(OAB/RO 2708)
Relator:Des. Kiyochi Mori
Vistos.
Milton Fugiwara, inconformado com a decisão proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná, nos autos de ação de indenização c/c obrigação de fazer, ajuizada contra Banco da Amazônia S/A, interpôs recurso objetivando sua reforma.
Em despacho de fls. 122 o então relator Desembargador Roosevelt Queiroz Costa verificou que o valor referente às custas diferidas não tinha sido recolhido pelo apelante, razão pela qual concedeu prazo de 5 dias para complementação do valor do preparo, sob pena de deserção.
O apelante requereu a reconsideração do despacho em pauta em petição de fls. 128/130.

Em novo despacho, o então relator indeferiu o pedido de reconsideração, concedendo novo prazo de 5 dias para complementação do preparo.
Contra a mencionada decisão o apelante opôs embargos de declaração (138/140) que foram julgados improcedentes por acórdão exarado pela 2ª Câmara Cível deste Tribunal (fls. 150/153).
O apelante interpôs recurso especial em face da decisão da Câmara Cível que, em juízo de admissibilidade pelo órgão a quo, não foi admitido pelo então Presidente desta Corte e. Desembargador Cássio (fls. 174/175).
Ainda irresignado, o recorrente interpôs agravo em recurso especial que não foi conhecido pela relatora ministra Maria Isabel Galloti (fls. 233), decisão esta que foi impugnada por agravo regimental, julgado improvido pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (fls.240/242).
Como nos termos do artigo 542, §2º do CPC o Recurso Especial será recebido apenas no efeito devolutivo tenho que o prazo de cinco dias deferido pelo e. Desembargador Roosevelt Queiroz Costa findou cinco dias após a publicação do acórdão de embargos declaratórios às fls. 150/152 no Dje n. 125/2011.
À luz do exposto, julgo deserta a apelação, negando-lhe seguimento, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, c/c artigo 139, inciso IV, do RITJ-RO.
Publique-se.
Após as anotações devidas, devolvam-se os autos à origem.
Porto Velho - RO, 8 de agosto de 2013.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0006744-71.2013.8.22.0000
Agravante: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini(OAB/RO 4567)
Advogado: Alexandre Leandro da Silva(OAB/RO 4260)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior(OAB/RO 4407)
Agravada: Alda Margarida Barreto Marrocos
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravada: Alzira Alves de Aguiar
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravado: André Francisco Vilar Roman
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravado: Arlindo Cordeiro
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravada: Iolanda Lima Assumpção
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravada: Lucia Eko Suzuki Yamashita
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravada: Maria da Conceição Santiago Siqueira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravado: Martins Firmo da Silva
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravada: Valdivina Rosa de Jesus e Pinho
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravada: Zoraide Regina dos Santos
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Relator:Des. Kiyochi Mori
Vistos.
Banco do Brasil S/A, inconformado com a decisão interlocutória proferida pelo juízo da 9ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, em cumprimento de sentença, autos n. 0018545-15.2012.822.0001 que julgou improcedente exceção de pré executividade ajuizada contra Alda Margarida Barreto Marrocos e outros.
Aduz que a execução é nula ante ausência de título que a legitime. Alega, ainda, que houve excesso de execução em decorrência de: a) inexistência de condenação ao pagamento de juros remuneratórios; b) inexistência de condenação aos reflexos para os planos Collor I e II; c) o termo inicial dos juros moratórios deve ser o da citação na execução de sentença.
Ao final requer a concessão liminar de efeito suspensivo e, no mérito, pugna pelo provimento do agravo para reverter a decisão hostilizada.
Examinados.
Decido.
Trata-se de agravo interposto contra decisão interlocutória que julgou improcedente exceção de pré-executividade.
Em sede preliminar alega o agravante ser a presente impugnação nula em razão da ausência de título executivo judicial válido, pois os efeitos da sentença prolatada na ação coletiva se estendem apenas ao Distrito Federal.
Muito embora referido artigo limite, de fato, a competência territorial da sentença proferida em ACP quando afirma que fará coisa julgada erga omnes nos limites da competência territorial do órgão prolator, hodiernamente pacificou-se que tal restrição foi mitigada pelo Código de Defesa do Consumidor, que em seu art. 103, inc. III, dispõe que nas ações coletivas a sentença fará coisa julgada erga omnes, quando procedente, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores.
E não poderia ser diferente, pois proposta ação civil pública por entidade com abrangência nacional, para defender interesses individuais homogêneos relativos ao consumidor, obviamente os efeitos da sentença não podem ficam restritos apenas aos limites da competência territorial do órgão julgador, pelo contrário, devem produzir efeitos em todo o território nacional.
Este, a propósito, é o entendimento hoje pacificado no âmbito do STJ, vejamos:
"DIREITO PROCESSUAL. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ART. 543-C, CPC). DIREITOS METAINDIVIDUAIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO X BANESTADO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE. ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL. IMPROPRIEDADE. REVISÃO JURISPRUDENCIAL. LIMITAÇÃO AOS ASSOCIADOS. INVIABILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA.
1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: 1.1. A liquidação e a execução
individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC). 1.2. A sentença genérica proferida na ação civil coletiva ajuizada pela Apadeco, que condenou o Banestado ao pagamento dos chamados expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, dispôs que seus efeitos alcançariam todos os poupadores da instituição financeira do Estado do Paraná. Por isso descabe a alteração do seu alcance em sede de liquidação/execução individual, sob pena de vulneração da coisa julgada. Assim, não se aplica ao caso a limitação contida no art. 2º-A, caput, da Lei n. 9.494/97.
2. Ressalva de fundamentação do Ministro Teori Albino Zavascki.

3. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.
(STJ - REsp 1243887/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, Dje 12/12/2011).
E também do e. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, colha-se:
"AGRAVO INTERNO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO IDEC, TRAMITADA NO DISTRITO FEDERAL. EFICÁCIA ERGA OMNES. COMPETÊNCIA DAS VARAS CÍVEIS RONDONIENSES PARA PROCESSAMENTO.
Possui eficácia erga omnes a sentença proferida na ação civil pública ajuizada pelo IDEC, que condenou o Banco do Brasil S.A. ao pagamento dos expurgos inflacionários sobre as cadernetas de poupança, sendo competentes as Varas Cíveis Rondonienses para o processamento do respectivo cumprimento de sentença.
(TJRO - Agravo em Agravo de Instrumento n. 00004694320128220000, Rel. Juiz José Torres Ferreira, J. 23/02/2012).
"APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.
Os beneficiários de sentença coletiva podem liquidá-las e executá-las no foro distinto daqueles em que a ação coletiva fora processada e julgada, coma especial finalidade de lhes inviabilizar a efetiva tutela dos direitos individuais, bem como evitar congestionar o órgão jurisdicional. O art. 98, I, do CDC permite expressamente que a liquidação e execução de sentença sejam feitas no domicílio do autor, em perfeita sintonia com o disposto no art. 101, I, do mesmo código, que tem como objetivo garantir o acesso à Justiça.
(TJRO - 00184366920108220001, Rel. Des. Sansão Saldanha, J. 17/05/2011).
Conforme destacado acima, vê-se que tanto o colendo Superior Tribunal de Justiça quanto este egrégio Tribunal de Justiça já possuem entendimento pacificado no sentido de que a sentença proferida em ação coletiva movida por entidade com abrangência nacional para defesa dos direitos dos consumidores possui efeito erga omnes, não estando sujeita aos limites da competência territorial do órgão prolator da sentença.
Há que se salientar ainda que, recentemente, no caso específico da sentença prolatada na ação civil pública nº 1998.01.1.016798-9, objeto da execução em análise, o colendo Tribunal Superior pôs uma pá de cal sobre o assunto, sacramentando o entendimento de que a sentença prolatada na referida ação coletiva é válida em todo o território nacional, podendo ser executada por qualquer consumidor em qualquer ente da federação. Transcreve-se:
PROCESSO CIVIL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMITES SUBJETIVOS DA SENTENÇA. COISA JULGADA. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA.
1. A sentença genérica proferida na ação civil coletiva ajuizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989, dispôs que seus efeitos teriam abrangência nacional, erga omnes. Não cabe, após o trânsito em julgado, questionar a legalidade da determinação, em face da regra do art. 16 da Lei 7.347/85 com a redação dada pela Lei 9.494/97, questão expressamente repelida pelo acórdão que julgou os embargos de declaração opostos ao acórdão na apelação. Precedente: REsp 1243887/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 12/12/2011.
2. Recurso especial conhecido e provido.
(REsp 1348425/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 05/03/2013, DJe 24/05/2013)
Em razão do exposto, rejeito a preliminar.
No mérito, entendo que a irresignação referente ao juros remuneratórios o juízo de origem agiu corretamente ao considerar que a matéria debatida, em verdade, é atinente aos juros moratórios, considerando, ademais, que sua incidência independe de menção expressa na decisão condenatória, decorrendo de disposição legal expressa, o que permite sua inclusão na fase de cumprimento de sentença.
No entanto, no que tange ao termo inicial de sua incidência deve-se destacar que a mora, em execução individual de sentença coletiva, somente verifica-se com a citação do devedor na fase de liquidação de sentença e não a partir da citação durante a fase cognitiva do processo. Nesse sentido colaciono aresto do Superior Tribunal de Justiça:
AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. POUPANÇA. EXPURGOS. INDENIZAÇÃO POR LESÃO A DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. JUROS MORATÓRIOS. MORA EX PERSONA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO NA FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. As ações civis públicas, em sintonia com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, ao propiciar a facilitação a tutela dos direitos individuais homogêneos dos consumidores, viabilizam otimização da prestação jurisdicional, abrangendo toda uma coletividade atingida em seus direitos, dada a eficácia vinculante das suas sentenças.
2. A sentença de procedência na ação coletiva tendo por causa de pedir danos referentes a direitos individuais homogêneos, nos moldes do disposto no artigo 95 do Código de Defesa do Consumidor, será, em regra, genérica, de modo que depende de superveniente liquidação, não apenas para apuração do quantum debeatur, mas também para aferir a titularidade do crédito, por isso denominada pela doutrina "liquidação imprópria".
3. Com efeito, não merece acolhida a irresignação, pois, nos termos do artigo 219 do Código de Processo Civil e 397 do Código Civil, na hipótese, a mora verifica-se com a citação do devedor, realizada na fase de liquidação de sentença, e não a partir de sua citação na ação civil pública.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no REsp 1348512/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 04/02/2013)
A aplicação do referido entendimento demonstra a correta conformação do instituto da mora às idiossincrasias do processo coletivo, tendo em vista na fase de liquidação de execução individual em sentença coletiva apura-se não somente o quantum devido, mas também: os fatos e alegações referentes ao dano sofrido individualmente pelo demandante; a causalidade entre dano e fato danoso; alegações pertinentes ao dimensionamento do dano sofrido.

Em razão disso a doutrina denomina a mencionada fase da execução individual de sentença coletiva de liquidação imprópria, sendo certo que somente através desta é possível conferir certeza e liquidez ao crédito demandado. In casu, a aplicação do art. 405 do CC deve ser realizada com base em tais peculiaridades, prevalecendo e espírito da norma sobre sua literalidade.
Quanto a alegação de inexistência de condenação aos reflexos dos planos Collor I e II, a inclusão deles na atualização do débito é necessária para possibilitar a efetiva recomposição monetária do numerário, mesmo que a decisão executada não tenha feito menção ao critério a ser utilizado para correção monetária. Nesse diapasão:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCLUSÃO DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.
- A inclusão dos índices dos expurgos inflacionários na correção monetária do cálculo de liquidação de sentença não implica julgamento extra petita nem viola a coisa julgada.
- Agravo não provido.
(AgRg nos EDcl no AREsp 79.244/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/12/2012, DJe 07/12/2012)
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DÍVIDA JUDICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA.
INCLUSÃO DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. POSSIBILIDADE. COISA JULGADA.
AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.
1 “Esta c. Corte já firmou o entendimento segundo o qual a inclusão dos expurgos inflacionários nos cálculos de liquidação de sentença não ofende a coisa julgada, nem se caracteriza como excesso de execução, mas visa tão-somente manter o valor real da dívida” (AgRg no Ag 1.227.995/RJ, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJe 12.04.2010).
2. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no REsp 751461/PR, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 11/05/2011)
Portanto, não prospera o recurso no presente ponto.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, §1º-A, do CPC, dou parcial provimento ao recurso de agravo de instrumento, tão somente para alterar o termo inicial de incidência dos juros moratórios, tendo em vista que a mora tem inicio na citação do devedor em liquidação de sentença.
Publique-se.
Comunique-se ao juiz da causa.
Porto Velho - RO, 8 de agosto de 2013.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0006794-97.2013.8.22.0000
Agravante: Amarildo Nogueira de Lima
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo(OAB/RO 535A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva(OAB/RO 1073)
Agravado: Banco Santander Brasil S/A
Advogado: Marcos Antônio Metchko(OAB/RO 1482)
Advogada: Nanci Campos(OAB/SP 83577)
Relator:Des. Kiyochi Mori
Vistos.
Amarildo Nogueira de Lima, inconformado com a decisão interlocutória proferida pela Magistrada da 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, que deferiu a denunciação à lide formulada em contestação, interpôs agravo de instrumento.
Aduz, que o deferimento da denunciação à lide no caso em comento, trata-se de medida a ser revista, uma vez que o art. 88, do Código de Defesa do Consumidor, é de caráter taxativo ao dispor sobre a vedação a denunciação da lide em relações consumeristas.
Ao final requer a concessão liminar de efeito suspensivo e, no mérito, pugna pelo provimento do agravo para reverter a decisão hostilizada.
Examinados.
Decido.
Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão interlocutória proferida em Ação declaratória c/c reparação por perdas e danos, em decorrência da relação bancária.
O instituto da denunciação da lide tem a função de cumular duas ações: a originária, entre autor e réu, soma-se a superveniente, entre denunciante e terceiro denunciado. Essa cumulação de demandas no caso concreto poderia ocasionar tumulto processual e consequentemente violação ao princípio da celeridade processual e facilitação da defesa do consumidor, assim, somando-se também o fato de ser possível posterior ação de regresso, sem qualquer prejuízo ao proponente.
Nessas situações, a jurisprudência tem entendido que a intervenção de terceiro prejudicaria a consecução imediata do direito material do consumidor, assim, não deve ser admitida, pois, acabaria por retardar o feito, prejudicando o consumidor, o que contraria o escopo do sistema de proteção do CDC.
Nesse sentido:
Agravo de instrumento. Denunciação à lide. Relação de consumo.
Sendo a lide relativa a relações de consumo, não há que se falar em denunciação à lide, conforme dispõe o art. 88 do Código de Defesa do Consumidor.
(01.002949-4 Agravo de Instrumento, Rel. Des. Gabriel Marques de Carvalho)
Agravo de Instrumento. Relação de Consumo. Danos Morais. Denunciação da Lide. Impossibilidade.
Não comporta denunciação da lide nas ações que versam sobre relação de consumo, admiti-la, ofende o princípio da celeridade processual com o qual se preocupou a legislação consumerista.
(Ag. Instrumento, N. 10000120050072276, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 14/03/2006)
No mesmo diapasão encontra-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO A CONSUMIDOR. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. INTERPRETAÇÃO DO ART. 88 DO CDC. IMPOSSIBILIDADE.
1. A vedação à denunciação da lide prevista no art. 88 do CDC não se restringe à responsabilidade de comerciante por fato do produto (art. 13 do CDC), sendo aplicável também nas demais hipóteses de responsabilidade civil por acidentes de consumo (arts. 12 e 14 do CDC).
2. Revisão da jurisprudência desta Corte.
3. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.
(REsp 1165279/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2012, DJe 28/05/2012)

Admitir-se a denunciação em qualquer situação em que possa haver posterior direito de regresso do vencido contra um terceiro, poder-se-ia chegar a um resultado oposto àquele buscado pelo legislador consumerista, qual seja, a delonga na prestação jurisdicional.
No caso em comento, busca-se indenização por danos morais em razão de relação de consumo, no entanto, nem se sabe se ao final o agravado se logrará vencedor, só após o julgamento da causa com a sentença definitiva se poderá saber se haverá ou não a necessidade de intentar ação de regresso contra o pretenso denunciado, a qual poderá ser movida em ação autônoma de ressarcimento. Disso decorre que, efetivamente, à luz do CDC, o caso não comporta denunciação da lide e, admiti-la, como já exposto, ofende ao princípio da celeridade processual.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, §1º-A, do CPC, dou provimento ao recurso de agravo de instrumento.
Publique-se.
Comunique-se ao juiz da causa.
Cumpridas as formalidades legais, arquive-se os autos oportunamente.
Porto Velho - RO, 8 de agosto de 2013.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0007060-84.2013.8.22.0000
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Célio Custódio da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Kiyochi Mori
Vistos.
O Ministério Público do Estado de Rondônia , inconformado com a decisão interlocutória proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura, que julgou parcialmente procedente exceção de pré executividade ajuizada por Célio Custódio Silva, determinando a liberação de 50% da verba constrita ao executado/agravado.
Aduz que o agravado foi condenado ao pagamento de multa no valor de três salários mínimos por ter infringido o artigo 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente, fato que resultou na penhora online de sua conta bancária no valor de R$ 1.365,65.
Afirma que a exceção de pré-executividade não é o meio processual adequado para tratar da matéria trazida aos autos pelo agravante, pois a mesma demanda dilação probatória.
Subsidiariamente, alega que não foram produzidas provas suficientes para demonstrar que o agravado possua dependente que necessite de tratamento médico ou que, caso seja necessário, o mesmo não possa ser realizado gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde, sem a necessidade da utilização da verba em comento.
Ao final requer a concessão liminar de efeito suspensivo ativo e, no mérito, pugna pelo provimento do agravo para reverter a decisão hostilizada.
Examinados.
Decido.
Trata-se de agravo interposto contra decisão interlocutória que julgou parcialmente procedente exceção de pré-executividade por entender que a matéria aventada não poderia ser tratada por meio de defesa utilizado.
A exceção de pré-executividade surgiu como modalidade de defesa atípica, criada pela doutrina e perpetuada pela jurisprudência dos Tribunais pátrios, configurando peticionamento informal e sem necessidade de dilação probatória, para alegação de matérias que o órgão jurisdicional deveria conhecer ex officio, sendo esse o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CABIMENTO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ORIENTAÇÃO CONSOLIDADA PELA EG. PRIMEIRA SEÇÃO NO JULGAMENTO DO RECURSO REPETITIVO 1.110.925/SP.
1. “A exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória.” (REsp 1.110.925/SP, julgado sob o rito do art. 543-C, do CPC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 04.05.09).
2. A interposição de agravo manifestamente infundado enseja aplicação da multa prevista no artigo 557 § 2º do Código de Processo Civil.
3. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa.
(AgRg no REsp 1214023/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2011, DJe 16/11/2011)
O agravado juntou aos autos diversos documentos demonstrando os problemas de saúde que afligem sua enteada, argumentando que depende do valor constrito para custear o seu tratamento.
A questão envolve bens de natureza existencial que compreendem não só a saúde da enteada, protegida pelo art. 6º, caput da CF, como também a proteção do núcleo familiar que tem como referencial a tutela da dignidade humana, conforme leitura conjugada dos artigos 1º, inciso III e 226, caput da CF.
Portanto, entendo que para evitar dano reverso a parte agravada, descabe a concessão da medida, estampada no artigo 558 do CPC, de imediata constrição do valor liberado pelo juízo de origem, motivo pelo qual indefiro o pedido liminar.
Requisitem-se as informações ao juiz da causa na forma do inciso IV do art. 527 do CPC.
Intimem-se o agravado para, querendo, oferecer contraminuta no prazo do art. 527, V.
Decorrido o prazo para apresentação de contraminuta (art. 527, V do CPC), intime-se o Parquet para apresentar seu necessário parecer, nos termos do art. 527, VI do CPC.
Ultimadas estas providências, tornem conclusos.
Intimem-se.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 8 de agosto de 2013.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

2ª Câmara Cível
Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0004718-03.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0001966-48.2010.8.22.0005
Agravante: Iraci Alves de Deus
Advogado: Luiz Roberto Mendes de Souza(OAB/RO 4648)

Advogado: José Alexandre Casagrande(OAB/RO 379B)
Advogado: Fernando da Silva Azevedo(OAB/RO 1293)
Agravada: Gomes Jardina & Cia Ltda - ME
Advogada: Karla Divina Perilo(OAB/RO 4482)
Advogado: Eric José Gomes Jardina(OAB/RO 3375)
Relator:Des. Alexandre Miguel
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Iraci Alves de Deus, contra decisão de fl. 13 (fls. 286 nos autos originários), da 2ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná/RO, nos termos:
Destarte precluiu a oportunidade de produção de prova pericial, seja porque já foi indeferida (fl.232), ou porque a requerente não atendeu ao prazo determinado pela magistrada à fl.271. Certifique a escrivania se há precatória pendente de juntada. Em caso negativo, declaro encerrada a instrução do feito, devendo as partes serem intimadas para apresentação de alegações finais.
Alega que há flagrante violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa e o devido processo legal, não havendo que se falar em preclusão da oportunidade de produção de prova pericial, uma vez que cumpriu todas as determinações judiciais.
Diz que no prazo assinalado no despacho de fls. 232, o agravante requereu a produção de prova pericial, conforme petição de fls. 237/238.
Alega, ainda, que apresentou incidente de falsidade no prazo de 10 (dez) dias, conforme determinado no despacho de fl. 271.
Aduz que há fortíssimos indícios de fraude nos selos usados no reconhecimento de assinatura do contrato de compra e venda juntado aos autos originários.
Afirma que o magistrado a quo não analisou as petições de fls. 236/239 e 269/270, as quais versam sobre a produção de prova pericial e os depoimentos colhidos nos autos.
Requer, por fim, o deferimento da prova pericial, bem como a instauração do incidente de falsidade documental.
Às fls. 46/47 foi solicitada informações do juízo a quo, bem como intimou-se o agravado para apresentar contraminuta.
À fl. 60, o magistrado a quo informa que manteve a decisão agravada.
Contraminuta às fls. 62/69, pelo improvimento do presente agravo e a condenação do agravante em litigância de má-fé.
É o relatório.
A decisão agravada entendeu que o agravante não cumpriu o despacho de fls. 271, a saber:
Junte-se a carta precatória encontradiça na contracapa. Proceda a autora o necessário para a instauração de incidente de falsidade documental, nos termos dos arts. 390 e 391 do CPC, conforme alusão das declarações de fls. 269/270, em 10 dias.[g.n.]
Analisando os autos (fls. 35-verso, 271-verso dos autos originários), verifico que o citado despacho foi publicado no DJe n. 22 de 4/2/2013, considerando como data da disponibilização o dia 5/2/2013, iniciando-se a contagem do prazo recursal em 6/2/2013, encerrando-se em 15/2/2013.
Verifico, ainda, que a arguição de falsidade de fls. 39/43 (298/302 dos autos originários) foi apresentada por meio do protocolo integrado em 15/2/2013, ou seja, tempestivamente, no entanto, juntada aos autos posteriormente à prolação da decisão agravada.
Dessa forma, considerando que o incidente de falsidade documental foi apresentado de forma tempestiva, deve o magistrado a quo proceder à sua análise e, consequentemente, a análise dos pedidos ali constantes, dentre eles, sobre a necessidade ou não de produção de prova pericial.
Ante o exposto, nos termos do art. 557, 1º-A, do CPC, dou parcial provimento ao recurso apenas para que o magistrado a quo proceda a instauração e análise do incidente de falsidade documental, sem prejuízo da validade dos atos processuais já praticados.
Comunique-se o juízo a quo da presente decisão.
Publique-se. Cumpra-se. Intimem-se.
Procedidas às anotações necessárias, arquivem-se.
Porto Velho, 08 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0006932-64.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0012110-88.2013.8.22.0001
Agravante: Verônica Pinheiro Gomes
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Agravado: Cartório de Serviço Notorial e Registral de Jaci Paraná
Relator:Des. Alexandre Miguel
Vistos.
Verônica Pinheiro Gomes interpôs agravo de instrumento em face da decisão (fl. 23 – 13 dos autos originários) do juízo da 5ª Vara Cível de Porto Velho/RO, que indeferiu o pedido de gratuidade judiciária e concedeu o prazo de 10 (dez) dias para que a parte autora recolha as custas, sob pena de indeferimento da inicial.
Alega que para obter o deferimento da assistência judiciária gratuita basta a parte afirmar, mediante simples declaração, que se encontra sem recursos pecuniários para arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejudicar o seu sustento e de sua família, pois presume-se pobre, até prova em contrário, quem firmar condição nos termos da lei.
Afirma que o argumento de que a mera declaração de hipossuficiência não é o bastante para a concessão do benefício, notadamente quando o preparo inicial possui baixo valor é desarrazoada.
Diz que se houver necessidade de prova pericial, não poderá fazê-la por falta de condições de pagar os honorários do perito, bem como, se o pedido inicial for julgado improcedente, não poderá arcar com os honorários de sucumbência e custas do processo.
Sustenta que é representada pela Defensoria Pública e não possui rendimentos suficientes para o pagamento das custas do processo.
Pugna ao final pelo provimento do recurso para que seja concedida a gratuidade judiciária à agravante.
Examinados. Decido.
A comprovação do estado de pobreza se faz, em tese, mediante a mera declaração da parte requerente atestando sua condição de hipossuficiente.
Todavia, tal declaração não gera presunção absoluta, podendo ser elidida por entendimento do juízo se houver fundadas razões que justifiquem o indeferimento dos benefícios da gratuidade da justiça. Este é o entendimento constante do acórdão do Ag. Reg. n. 1115711/RJ, Rel. Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, julgado em 6/8/2009, DJe 27/8/2009.
Na hipótese, verifica-se que a ação originária refere-se ao pedido de indenização por dano moral. O valor atribuído à causa corresponde à importância de R$5.000,00 e a agravante afirma que não possui renda suficiente para arcar com os valores referentes às despesas processuais.

A agravante trabalha no lar, o seu comprovante de energia (fls. 19) aponta um gasto mensal em torno de R$40,00 e o contrato de compra e venda de direito de posse (fl. 20) demonstra que o terreno onde reside foi adquirido pelo valor R$11.000,00, o que indica tratar-se de pessoa humilde, corroborando com a afirmação de que não pode arcar com as despesas processuais, sem comprometer o seu sustento e de sua família.
Assim, as circunstâncias contidas nos presentes autos permitem presumir que a parte faz jus à gratuidade judiciária pleiteada.
Neste sentido o STJ já se manifestou no seguinte julgado: REsp 1185599/MG, Rel. Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, julgado em 15/05/2012, DJe 24/05/2012).
Pelo exposto, nos termos do art. 557, §1º-A, do CPC, dou provimento ao recurso, para conceder a gratuidade judiciária ao agravante nos termos do art. 12 da Lei 1.060/50.
Comunique-se o juízo a quo da presente decisão.
Publique-se. Cumpra-se. Intimem-se.
Procedidas às anotações necessárias, arquivem-se.
Porto Velho, 08 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Agravo de Instrumento
Número do Processo :0007146-55.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0001689-94.2013.8.22.0015
Agravante: Banco Bradesco S.A.
Advogada: Anne Botelho Cordeiro(OAB/RO 4370)
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari(OAB/RO 4937)
Advogada: Saionara Mari(OAB/MT 5225)
Agravada: Indústria e Comércio de Madeira São Luiz Exp. e Imp. Ltda
Advogado: Flávio Conesuque Filho(OAB/RO 1009)
Agravada: Maria Arimar Ferreira Mendes
Advogado: Flávio Conesuque Filho(OAB/RO 1009)
Agravado: Francisco Chaves dos Santos
Advogado: Flávio Conesuque Filho(OAB/RO 1009)
Relator:Des. Alexandre Miguel
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Banco Bradesco S.A. contra decisão de fl. 17 (fl. 14 dos autos originários), proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Guajará-Mirim /RO, nos autos da ação de embargos à execução.
Examinados, decido.
Não obstante as alegações do agravante, verifico que o presente recurso não deve ser conhecido, por ser intempestivo.
Conforme se evidencia da certidão de fl. 19 (15 dos autos originários), a decisão agravada foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico n. 86 de 10/5/2013, considerando-se como data de publicação o dia 13/5/2013, iniciando-se a contagem do prazo recursal no dia 14/5/2013, findando em 23/5/2013.
Porém, em descumprimento ao prazo processual de 10 dias, o presente recurso foi interposto somente em 5/8/2013 (fl. 2).
Pelo exposto, nego seguimento ao presente recurso, ante a sua manifesta intempestividade, fazendo-o monocraticamente, com fundamento no art. 557, caput, do CPC.
Comunique-se ao juiz da causa.
Feitas as anotações necessárias, arquive-se.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

2ª Câmara Cível
Despacho DO RELATOR
Embargos de Declaração - Nrº: 1
Número do Processo :0000473-46.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0017917-26.2012.8.22.0001
Embargante: Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Rodrigo Borges Soares(OAB/RO 4712)
Advogada: Marta Turola de Araujo Penna(OAB/SP 300884)
Advogado: Diogo da Silva Cardoso(OAB/PA 15250)
Embargado: Rodrigo Martins de Matos
Advogado: Pedro Alexandre Assis Moreira(OAB/RO 3675)
Relator:Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Gafisa SPE - 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda. opôs os presentes embargos de declaração, atribuindo obscuridade e contradição à decisão de fls. 70/71, que converteu o agravo interposto por instrumento em retido.
Alega que a decisão é obscura uma vez que deixou de expor a fundamentação para manutenção da tutela antecipada no que diz respeito à autorização para suspensão da cobrança da parcela chaves. A contradição está configurada na conversão do agravo de instrumento em agravo retido, tendo em vista se tratar de questão de lesão grave e de difícil reparação, se não apreciada, em caráter de urgência, perderá seu objeto.
Pede seja conferido efeitos infringentes aos embargos, concedendo efeito suspensivo ao agravo de instrumento em face da decisão liminar agravada ante os fatos e fundamentos jurídicos expostos, determinando o processamento do agravo de instrumento.
É o relatório. Decido.
Importa dizer que os presentes embargos de declaração sequer devem ser conhecidos, porquanto, de acordo com a nova sistemática do recurso de agravo, este será processado, em regra, na forma retida, salvo se a decisão agravada for suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida (art. 522 do CPC), em que será recebido como instrumento.
Com efeito, o art. 527, inc. II, do CPC, estabelece que, não se configurando qualquer das hipóteses acima, o agravo será convertido em retido, sendo que o parágrafo único do referido dispositivo prevê que tal decisão somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.
Portanto, resta patente que a decisão que converte agravo de instrumento em retido é irrecorrível.
Trazendo essa lição para o caso em apreço, verifico que persistem os fundamentos que ensejaram a conversão em retido do agravo interposto pelo embargante, haja vista a inexistência do preenchimento dos pressupostos necessários ao processamento deste sob a forma de instrumento.
Assim sendo, incabíveis estes embargos de declaração, quer por ser a decisão embargada irrecorrível, quer pela ausência dos motivos ensejadores à sua interposição, ou seja, inexistência obscuridade ou contradição na decisão recorrida.
Encampando esse entendimento, cito a doutrina de Costa Machado:
Alterando profundamente a redação deste parágrafo único, com o intuito de extirpar do sistema os mais graves defeitos do regime anterior que eram a induvidosa recorribilidade da decisão que convertesse o agravo de instrumento em retido

(inc. II) e a discutível recorribilidade da que atribuísse ou negasse efeito suspensivo ou ativo ao agravo interposto (inc. III), surge a Lei n. 11.187/2005, para estabelecer que elas somente são passíveis "de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar". Malgrado a imperfeição do dispositivo, a sua normatividade nuclear é facilmente percebida: contra tais decisões liminares não cabe mais impugnação via recurso. (In Código de Processo Civil Interpretado, 6ª Edição, Editora Manole, 2007, p. 648).

O Tribunal Pleno desta e. Corte, no Processo n. 2011414-94.2008.822.000, manifestou-se:

Agravo de instrumento. Conversão em retido. Mandado de segurança. Impossibilidade. Incabível a interposição de mandado de segurança contra decisão que converte agravo de instrumento em retido, se não demonstrado que esta decisão seja teratológica ou manifestamente abusiva.

O c. Superior Tribunal de Justiça orienta no mesmo sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESTRANCAMENTO DE RECURSO ESPECIAL RECEBIDO NA MODALIDADE RETIDA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO, PELO RECORRENTE, DO FUMUS BONI IURIS E DO PERICULUM IN MORA. RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ESTARIA APTO A ULTRAPASSAR SEQUER O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que é irrecorrível a decisão do Tribunal a quo que entende ser cabível agravo retido ao invés de agravo de instrumento. 2. Com efeito, ainda que o apelo especial tivesse normal processamento, não estaria apto a ultrapassar sequer o juízo de admissibilidade, porquanto a pretensão da recorrente é manifestamente contrária à jurisprudência tranquila desta Corte. 3.Agravo regimental improvido (AgRg no Ag 1056038/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 28/09/2009).

Atento ao teor dos embargos, noto que não persistem a contradição e obscuridade arguidas, não passando de mera tentativa do embargante de rediscutir a matéria para ver revogada a medida liminar.

Ressalto que a revogação da liminar poderá ser concedida a qualquer tempo, bastando que se demonstre os requisitos necessários, o que não se fez até então.

Por esses fundamentos, nego provimento aos embargos declaratórios.

Feitas as necessárias anotações, remetam-se os autos à origem.

Publique-se.

Porto Velho - RO, 7 de agosto de 2013.

Desembargador Isaias Fonseca Moraes

Relator

Despacho DO RELATOR

Embargos de Declaração - Nrº: 1

Número do Processo :0011640-94.2012.8.22.0000

Processo de Origem : 0006296-32.2012.8.22.0001

Embargante: Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda

Advogado: Rodrigo Borges Soares(OAB/RO 4712)

Advogada: Rosilene de Oliveira Zanini(OAB/RO 4542)

Advogada: Fernanda Maia Marques(OAB/RO 3034)

Advogado: Hiram Souza Marques(OAB/RO 205)

Advogado: Carl Teske Júnior(OAB/RO 3297)

Advogada: Pollyana Gabrielle Souza Vieira(OAB/SP 274381)

Embargada: Antônia Aciole Brito

Advogado: Vinícius Valentin Raduan Miguel(OAB/RO 4150)

Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz(OAB/RO 4389)

Advogado: Edson Antonio Sousa Pinto(OAB/RO 4643)

Relator:Des. Isaias Fonseca Moraes

Vistos.

Gafisa SPE - 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda. opôs os presentes embargos de declaração, atribuindo obscuridade e contradição à decisão de fls. 74/76, que converteu o agravo interposto por instrumento em retido.

Alega que a decisão é obscura uma vez que deixou de expor a fundamentação para manutenção da tutela antecipada no que diz respeito à autorização para imissão na posse independentemente da cobrança do saldo devedor. A contradição está configurada na conversão do agravo de instrumento em agravo retido, tendo em vista se tratar de questão de lesão grave e de difícil reparação, se não apreciada, em caráter de urgência, perderá seu objeto.

Pede seja conferido efeitos infringentes aos embargos, para revogar integralmente a decisão agravada dando efeito suspensivo ao agravo de instrumento e determinando que a imissão só poderá manter-se caso ocorra a quitação do saldo devedor.

É o relatório. Decido.

Importa dizer que os presentes embargos de declaração sequer devem ser conhecidos, porquanto, de acordo com a nova sistemática do recurso de agravo, este será processado, em regra, na forma retida, salvo se a decisão agravada for suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida (art. 522 do CPC), em que será recebido como instrumento.

Com efeito, o art. 527, inc. II, do CPC, estabelece que, não se configurando qualquer das hipóteses acima, o agravo será convertido em retido, sendo que o parágrafo único do referido dispositivo prevê que tal decisão somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.

Portanto, resta patente que a decisão que converte agravo de instrumento em retido é irrecorrível.

Trazendo essa lição para o caso em apreço, verifico que persistem os fundamentos que ensejaram a conversão em retido do agravo interposto pelo embargante, haja vista a inexistência do preenchimento dos pressupostos necessários ao processamento deste sob a forma de instrumento.

Assim sendo, incabíveis estes embargos de declaração, quer por ser a decisão embargada irrecorrível, quer pela ausência dos motivos ensejadores à sua interposição, ou seja, inexistência obscuridade ou contradição na decisão recorrida.

Encampando esse entendimento, cito a doutrina de Costa Machado:

Alterando profundamente a redação deste parágrafo único, com o intuito de extirpar do sistema os mais graves defeitos do regime anterior que eram a induvidosa recorribilidade da decisão que convertesse o agravo de instrumento em retido (inc. II) e a discutível recorribilidade da que atribuísse ou negasse efeito suspensivo ou ativo ao agravo interposto (inc. III), surge a Lei n. 11.187/2005, para estabelecer que elas somente são passíveis "de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar". Malgrado a imperfeição do dispositivo, a sua normatividade nuclear é facilmente percebida: contra tais decisões liminares não cabe mais impugnação via recurso. (In Código de Processo Civil Interpretado, 6ª Edição, Editora Manole, 2007, p. 648).

O Tribunal Pleno desta e. Corte, no Processo n. 2011414-94.2008.822.000, manifestou-se:
Agravo de instrumento. Conversão em retido. Mandado de segurança. Impossibilidade. Incabível a interposição de mandado de segurança contra decisão que converte agravo de instrumento em retido, se não demonstrado que esta decisão seja teratológica ou manifestamente abusiva.
O c. Superior Tribunal de Justiça orienta no mesmo sentido:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESTRANCAMENTO DE RECURSO ESPECIAL RECEBIDO NA MODALIDADE RETIDA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO, PELO RECORRENTE, DO FUMUS BONI IURIS E DO PERICULUM IN MORA. RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ESTARIA APTO A ULTRAPASSAR SEQUER O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que é irrecorrível a decisão do Tribunal a quo que entende ser cabível agravo retido ao invés de agravo de instrumento. 2. Com efeito, ainda que o apelo especial tivesse normal processamento, não estaria apto a ultrapassar sequer o juízo de admissibilidade, porquanto a pretensão da recorrente é manifestamente contrária à jurisprudência tranquila desta Corte. 3.Agravo regimental improvido (AgRg no Ag 1056038/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 28/09/2009).
Atento ao teor dos embargos, noto que não persistem a contradição e obscuridade arguidas, não passando de mera tentativa do embargante de rediscutir a matéria para ver revogada a medida liminar.
Ressalto que a revogação da liminar poderá ser concedida a qualquer tempo, bastando que se demonstre os requisitos necessários, o que não se fez até então.
Por esses fundamentos, nego provimento aos embargos declaratórios.
Feitas as necessárias anotações, remetam-se os autos à origem.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 7 de agosto de 2013.
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Relator

Despacho DO RELATOR
Embargos de Declaração - Nrº: 1
Número do Processo :0000611-13.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0022678-03.2012.8.22.0001
Embargante: Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Hiram Souza Marques(OAB/RO 205)
Advogado: Rodrigo Borges Soares(OAB/RO 4712)
Advogada: Fernanda Maia Marques(OAB/RO 3034)
Advogada: Marta Turola de Araujo Penna(OAB/SP 300884)
Advogado: Diogo da Silva Cardoso(OAB/PA 15250)
Embargada: Liana Maria Queiroz Fernandes
Advogado: Pedro Alexandre Assis Moreira(OAB/RO 3675)
Embargado: Hegel de Melo Fernandes
Advogado: Pedro Alexandre Assis Moreira(OAB/RO 3675)
Relator:Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Gafisa SPE - 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda. opôs os presentes embargos de declaração, atribuindo obscuridade e contradição à decisão de fls. 69/70, que converteu o agravo interposto por instrumento em retido.
Alega que a decisão é obscura uma vez que deixou de expor a fundamentação para manutenção da tutela antecipada no que diz respeito à autorização para suspensão da cobrança do saldo devedor. A contradição está configurada na conversão do agravo de instrumento em agravo retido, tendo em vista se tratar de questão de lesão grave e de difícil reparação, se não apreciada, em caráter de urgência, perderá seu objeto.
Pede seja conferido efeitos infringentes aos embargos, para revogar integralmente a decisão agravada dando efeito suspensivo ao agravo de instrumento e determinando que a imissão só poderá manter-se caso ocorra a quitação do saldo devedor.
É o relatório. Decido.
Importa dizer que os presentes embargos de declaração sequer devem ser conhecidos, porquanto, de acordo com a nova sistemática do recurso de agravo, este será processado, em regra, na forma retida, salvo se a decisão agravada for suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida (art. 522 do CPC), em que será recebido como instrumento.
Com efeito, o art. 527, inc. II, do CPC, estabelece que, não se configurando qualquer das hipóteses acima, o agravo será convertido em retido, sendo que o parágrafo único do referido dispositivo prevê que tal decisão somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.
Portanto, resta patente que a decisão que converte agravo de instrumento em retido é irrecorrível.
Trazendo essa lição para o caso em apreço, verifico que persistem os fundamentos que ensejaram a conversão em retido do agravo interposto pelo embargante, haja vista a inexistência do preenchimento dos pressupostos necessários ao processamento deste sob a forma de instrumento.
Assim sendo, incabíveis estes embargos de declaração, quer por ser a decisão embargada irrecorrível, quer pela ausência dos motivos ensejadores à sua interposição, ou seja, inexistência obscuridade ou contradição na decisão recorrida.
Encampando esse entendimento, cito a doutrina de Costa Machado:
Alterando profundamente a redação deste parágrafo único, com o intuito de extirpar do sistema os mais graves defeitos do regime anterior que eram a induvidosa recorribilidade da decisão que convertesse o agravo de instrumento em retido (inc. II) e a discutível recorribilidade da que atribuísse ou negasse efeito suspensivo ou ativo ao agravo interposto (inc. III), surge a Lei n. 11.187/2005, para estabelecer que elas somente são passíveis "de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar". Malgrado a imperfeição do dispositivo, a sua normatividade nuclear é facilmente percebida: contra tais decisões liminares não cabe mais impugnação via recurso. (In Código de Processo Civil Interpretado, 6ª Edição, Editora Manole, 2007, p. 648).
O Tribunal Pleno desta e. Corte, no Processo n. 2011414-94.2008.822.000, manifestou-se:
Agravo de instrumento. Conversão em retido. Mandado de segurança. Impossibilidade. Incabível a interposição de mandado de segurança contra decisão que converte agravo de instrumento em retido, se não demonstrado que esta decisão seja teratológica ou manifestamente abusiva.
O c. Superior Tribunal de Justiça orienta no mesmo sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESTRANCAMENTO DE RECURSO ESPECIAL RECEBIDO NA MODALIDADE RETIDA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO, PELO RECORRENTE, DO FUMUS BONI IURIS E DO PERICULUM IN MORA. RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ESTARIA APTO A ULTRAPASSAR SEQUER O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que é irrecorrível a decisão do Tribunal a quo que entende ser cabível agravo retido ao invés de agravo de instrumento. 2. Com efeito, ainda que o apelo especial tivesse normal processamento, não estaria apto a ultrapassar sequer o juízo de admissibilidade, porquanto a pretensão da recorrente é manifestamente contrária à jurisprudência tranquila desta Corte. 3.Agravo regimental improvido (AgRg no Ag 1056038/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 28/09/2009).

Atento ao teor dos embargos, noto que não persistem a contradição e obscuridade arguidas, não passando de mera tentativa do embargante de rediscutir a matéria para ver revogada a medida liminar.

Ressalto que a revogação da liminar poderá ser concedida a qualquer tempo, bastando que se demonstre os requisitos necessários, o que não se fez até então.

Por esses fundamentos, nego provimento aos embargos declaratórios.

Feitas as necessárias anotações, remetam-se os autos à origem.

Publique-se.

Porto Velho - RO, 7 de agosto de 2013.

Desembargador Isaias Fonseca Moraes

Relator

Despacho DO RELATOR

Embargos de Declaração - Nrº: 1

Número do Processo :0000549-70.2013.8.22.0000

Processo de Origem : 0020923-41.2012.8.22.0001

Embargante: Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda

Advogado: Rodrigo Borges Soares(OAB/RO 4712)

Advogada: Marta Turola de Araujo Penna(OAB/SP 300884)

Advogado: Diogo da Silva Cardoso(OAB/PA 15250)

Embargada: Solange Cabral Pessanha

Advogado: Pedro Alexandre Assis Moreira(OAB/RO 3675)

Relator:Des. Isaias Fonseca Moraes

Vistos.

Gafisa SPE - 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda. opôs os presentes embargos de declaração, atribuindo obscuridade e contradição à decisão de fls. 69/70, que converteu o agravo interposto por instrumento em retido.

Alega que a decisão é obscura uma vez que deixou de expor a fundamentação para manutenção da tutela antecipada no que diz respeito à autorização para suspensão da cobrança da parcela chaves. A contradição está configurada na conversão do agravo de instrumento em agravo retido, tendo em vista se tratar de questão de lesão grave e de difícil reparação, se não apreciada, em caráter de urgência, perderá seu objeto.

Pede seja conferido efeitos infringentes aos embargos, para revogar integralmente a decisão agravada dando efeito suspensivo ao agravo de instrumento e determinando que a imissão só poderá manter-se caso ocorra a quitação das parcelas em aberto ou, no mínimo, do saldo devedor.

É o relatório. Decido.

Importa dizer que os presentes embargos de declaração sequer devem ser conhecidos, porquanto, de acordo com a nova sistemática do recurso de agravo, este será processado, em regra, na forma retida, salvo se a decisão agravada for suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida (art. 522 do CPC), em que será recebido como instrumento.

Com efeito, o art. 527, inc. II, do CPC, estabelece que, não se configurando qualquer das hipóteses acima, o agravo será convertido em retido, sendo que o parágrafo único do referido dispositivo prevê que tal decisão somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.

Portanto, resta patente que a decisão que converte agravo de instrumento em retido é irrecorrível.

Trazendo essa lição para o caso em apreço, verifico que persistem os fundamentos que ensejaram a conversão em retido do agravo interposto pelo embargante, haja vista a inexistência do preenchimento dos pressupostos necessários ao processamento deste sob a forma de instrumento.

Assim sendo, incabíveis estes embargos de declaração, quer por ser a decisão embargada irrecorrível, quer pela ausência dos motivos ensejadores à sua interposição, ou seja, inexistência obscuridade ou contradição na decisão recorrida.

Encampando esse entendimento, cito a doutrina de Costa Machado:

Alterando profundamente a redação deste parágrafo único, com o intuito de extirpar do sistema os mais graves defeitos do regime anterior que eram a induvidosa recorribilidade da decisão que convertesse o agravo de instrumento em retido (inc. II) e a discutível recorribilidade da que atribuísse ou negasse efeito suspensivo ou ativo ao agravo interposto (inc. III), surge a Lei n. 11.187/2005, para estabelecer que elas somente são passíveis "de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar". Malgrado a imperfeição do dispositivo, a sua normatividade nuclear é facilmente percebida: contra tais decisões liminares não cabe mais impugnação via recurso. (In Código de Processo Civil Interpretado, 6ª Edição, Editora Manole, 2007, p. 648).

O Tribunal Pleno desta e. Corte, no Processo n. 2011414-94.2008.822.000, manifestou-se:

Agravo de instrumento. Conversão em retido. Mandado de segurança. Impossibilidade. Incabível a interposição de mandado de segurança contra decisão que converte agravo de instrumento em retido, se não demonstrado que esta decisão seja teratológica ou manifestamente abusiva.

O c. Superior Tribunal de Justiça orienta no mesmo sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESTRANCAMENTO DE RECURSO ESPECIAL RECEBIDO NA MODALIDADE RETIDA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO, PELO RECORRENTE, DO FUMUS BONI IURIS E DO PERICULUM IN MORA. RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ESTARIA APTO A ULTRAPASSAR SEQUER O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que é irrecorrível a decisão do Tribunal a quo que entende ser cabível agravo retido ao invés de agravo de instrumento. 2. Com efeito, ainda que o apelo especial tivesse normal processamento, não estaria apto

a ultrapassar sequer o juízo de admissibilidade, porquanto a pretensão da recorrente é manifestamente contrária à jurisprudência tranquila desta Corte. 3.Agravo regimental improvido (AgRg no Ag 1056038/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 28/09/2009).

Atento ao teor dos embargos, noto que não persistem a contradição e obscuridade arguidas, não passando de mera tentativa do embargante de rediscutir a matéria para ver revogada a medida liminar.

Ressalto que a revogação da liminar poderá ser concedida a qualquer tempo, bastando que se demonstre os requisitos necessários, o que não se fez até então.

Por esses fundamentos, nego provimento aos embargos declaratórios.

Feitas as necessárias anotações, remetam-se os autos à origem.

Publique-se.

Porto Velho - RO, 7 de agosto de 2013.

Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0011366-18.2012.8.22.0005 - Apelação
Origem : 0011366-18.2012.8.22.0005 Ji-Paraná / 5ª Vara Cível
Apelante : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Advogado : Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Advogada : Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Advogado : Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Advogado : André Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 4667)
Apelado : Lourival Albuquerque Pereira
Advogada : Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Relator : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos
Manifeste-se a apelante, no prazo de 5 (cinco) dias (observando os regramentos do processo digital), se ainda possui interesse no julgamento da apelação interposta às fls. 50/65, porquanto informa por meio da documentação de fls. 91/95, haver realizado acordo e pagamento da quantia devida ao apelado.
I.
Porto Velho, 7 de agosto de 2013.
Des. Isaias Fonseca Moraes
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0011360-11.2012.8.22.0005 - Apelação
Origem : 0011360-11.2012.8.22.0005 Ji-Paraná / 5ª Vara Cível
Apelante : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Advogado : Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Advogada : Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Advogado : Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogado : Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Advogado : André Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 4667)
Apelado : Jaconias Balmant da Silva
Advogada : Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Relator : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos,
Manifeste-se a apelante, no prazo de 5 (cinco) dias, observando os regramentos do processo digital, se ainda possui interesse no julgamento da apelação interposta às fls. 43/57, porquanto informa por meio da documentação de fls. 82/87, haver realizado administrativamente o pagamento da quantia devida ao apelado.
I.
Porto Velho, 7 de agosto de 2013.
Des. Isaias Fonseca Moraes
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0011368-85.2012.8.22.0005 - Apelação
Origem : 0011368-85.2012.8.22.0005 Ji-Paraná / 5ª Vara Cível
Apelante : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Advogado : Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Advogada : Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Advogado : Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Advogado : André Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 4667)
Apelada : Maria Aparecida de Jesus
Advogada : Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Relator : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos
Manifeste-se a apelante, no prazo de 5 (cinco) dias, observando os regramentos do processo digital, se ainda possui interesse no julgamento da apelação interposta às fls. 47/61, porquanto informa por meio da documentação de fls. 85/90, haver realizado administrativamente o pagamento da quantia devida a apelada.
I.
Porto Velho, 7 de agosto de 2013.
Des. Isaias Fonseca Moraes
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0019657-53.2011.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0019657-53.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 7ª Vara Cível
Apelante : Samuel Teodoro Francisco
Advogado : Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Advogado : Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Apelado : Banco Cruzeiro do Sul S.A.
Relator : Des. Isaias Fonseca Moraes
Revisor : Des. Kiyochi Mori
Vistos,
Samuel Teodoro Francisco apela da sentença prolatada pelo Juízo da 7ª Vara Cível da comarca de Porto Velho, nos autos da ação cautelar de exibição de documentos, que move em face do apelado Banco Cruzeiro do Sul S/A.

O apelante propôs a ação aduzindo, em síntese, que firmou contrato de financiamento junto ao banco apelado, mas que não recebeu cópia do instrumento. Requereu, então, a apresentação do contrato de empréstimo assinado entre as partes, para averiguar possíveis irregularidades no pacto.

Citado, o apelado não se manifestou.

A sentença (fls. 16/19) julgou procedente o pedido, determinando que o recorrido apresente o contrato de empréstimo consignado

celebrado entre as partes. E, considerando que o recorrido não deu causa ao ajuizamento da ação, condenou o apelante ao pagamento das custas processuais e honorários de seu advogado.
Em sua apelação (fls. 22/28), o recorrente busca a reforma parcial da sentença para que o apelado seja compelido a suportar o ônus da sucumbência, arcando com as custas processuais e honorários advocatícios. Aduz, para tanto, que seria obrigação do apelado fornecer cópia do instrumento quando de sua assinatura.
Sem contrarrazões.
É o necessário relatório.
Decido.
Segundo o princípio da causalidade, aquele que deu causa à instauração do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes.
No caso ora em julgamento, efetivamente, não vislumbro resistência da parte apelada à exibição dos documentos pleiteados e, ainda, não há nenhuma prova de que o apelante tenha buscado uma solução pela via administrativa.
Com isso, seria indevida a condenação do recorrido em arcar com as custas processuais e honorários advocatícios.
Para ilustrar o expendido, trago o seguinte precedente:
RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. NÃO CONFIGURAÇÃO DE PRETENSÃO RESISTIDA. INCABÍVEL FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. PROVIMENTO NEGADO. 1. Pela aplicação dos princípios da sucumbência e da causalidade em ações cautelares administrativas, para haver condenação a honorários advocatícios pela sucumbência no feito, deve estar caracterizada nos autos a resistência à exibição dos documentos pleiteados. 2. Impossível conhecimento do recurso pela alínea "c" tendo em vista a ausência de similitude fática dos acórdãos paradigmas e o aresto vergastado. 3. Recurso especial improvido. (REsp 1077000/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20/08/2009, Dje 08/09/2009)
Também nesse sentido tem sido o entendimento desta Corte, conforme ementa abaixo transcrita:
Ação cautelar de exibição de documentos. Documento comum às partes. Resistência não oferecida. Sucumbência. Afastada. A jurisprudência do c. STJ já se firmou no sentido de que, não havendo resistência da parte à exibição dos documentos pleiteados, não há de se falar em condenação em honorários advocatícios por sua sucumbência no feito. (Apelação Cível n. 1008350-27.2007.8.22.0001, Relator Juiz Osny Claro de O. Junior, j. 22/02/2011)
Posto isso, nos termos do art. 557, caput, do CPC, nego provimento ao recurso.
I.
Porto Velho, 7 de agosto de 2013.
Des. Isaias Fonseca Moraes
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0023840-67.2011.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0023840-67.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 8ª Vara Cível
Apelante : Oziel Maia Garcia Almeida
Advogado : Adriano Brito Feitosa (OAB/RO 4951)
Apelada : Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado : Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Advogado : Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Relator : Des. Isaias Fonseca Moraes
Revisor : Des. Kiyochi Mori
Vistos,
Informa o 2º Departamento Judiciário Cível, à fl. 82, que em 01/07/2013 foi apresentada por Oziel Maia Garcial Almeida, petição física acompanhada de substabelecimento, endereçada aos autos acima mencionados. Entretanto, sendo o processo eletrônico, tal ato está em desacordo com o estabelecido no parágrafo único do art. 7º da Instrução Conjunta n. 14/2010-PR-CG, razão pela qual não foi procedida a juntada, permanecendo a referida peça à disposição do peticionário para devolução.
O Tribunal de Justiça de Rondônia, por meio da Resolução n. 044, publicada no DJE n. 190, do dia 15/10/2010, regulamentou os procedimentos pertinentes à implementação do Processo Eletrônico, por meio do Sistema Digital do Segundo Grau – SDSG e através da Instrução Conjunta n. 014/2010-PR-CG, publicada no DJE n. 217, do dia 26/11/2010, deflagrou a sua utilização gradativa, com início nas comarcas de 3ª entrância (Porto Velho e Ji-Paraná), especificadamente para a classe Apelação Cível, que não haja participação do Ministério Público.
Ressalto que referidas normatizações foram editadas com suporte na Lei n. 11.419/2006, art. 8º, que dispõe sobre a informatização dos processos judiciais e admite o uso de meio eletrônico na tramitação destes em qualquer grau de jurisdição.
Dessa forma, se vê que a regulamentação do Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG) foi criada por este Tribunal com base em autorização legislativa e dentro dos limites permitidos em lei.
De acordo com a Instrução Conjunta n. 014/2010, em seu artigo 7º, Parágrafo Único, foi concedido o prazo de 180 dias a contar da data da entrada em vigor desta, para que excepcionalmente ainda pudessem ser apresentadas por meio físico ou fac-símile, bem como em arquivo digital, contido em CD ou DVD, via protocolo integrado.
Objetivando ainda facilitar a utilização do SDSG pelos advogados, este Tribunal disponibilizou linhas de transmissão (pontos e internet) e aparelhos de Scanner em todas as salas da OAB, existentes nas unidades jurisdicionais do Estado.
Ocorre que o prazo de 180 (cento e oitenta) dias consignado no artigo 7º da Instrução Conjunta nº 014/2010 – PR/CG, encerrou-se no dia 03 de junho do ano de 2012, e assim, a partir do dia 06 de junho do referido ano, todas as petições em processos eletrônicos que tramitam pelo SDSG no Tribunal de Justiça devem ser apresentadas exclusivamente pelo próprio sistema.
Sendo assim, a presente peça permanecerá à disposição do peticionário pelo prazo de 90 (noventa) dias no departamento, para devolução. Havendo inércia da parte, os documentos serão inutilizados.
I.
Porto Velho, 7 de agosto de 2013.
Des. Isaias Fonseca Moraes
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0022514-09.2010.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0022514-09.2010.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 5ª Vara Cível
Apelante : Ana Cleonice Armiliato Bogoevich
Advogado : João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Advogada : Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553)
Apelada : BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado : Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogada : Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogada : Patrícia Pazos Vilas Boas da Silva (OAB/SP 124899)
Advogado : Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Relator : Des. Isaias Fonseca Moraes
Revisor : Des. Kiyochi Mori
Vistos,
Informa o 2º Departamento Judiciário Cível, à fl. 190, que em 12/07/2013 foi apresentada petição física pelas partes, endereçada aos autos acima mencionados, informando acordo e requerendo sua homologação. Entretanto, sendo o processo eletrônico, tal ato está em desacordo com o estabelecido no parágrafo único do art. 7º da Instrução Conjunta n. 14/2010-PR-CG, razão pela qual não foi procedida a juntada, permanecendo a referida peça à disposição do peticionário para devolução.
O Tribunal de Justiça de Rondônia, por meio da Resolução n. 044, publicada no DJE n. 190, do dia 15/10/2010, regulamentou os procedimentos pertinentes à implementação do Processo Eletrônico, por meio do Sistema Digital do Segundo Grau – SDSG e através da Instrução Conjunta n. 014/2010-PR-CG, publicada no DJE n. 217, do dia 26/11/2010, deflagrou a sua utilização gradativa, com início nas comarcas de 3ª entrância (Porto Velho e Ji-Paraná), especificadamente para a classe Apelação Cível, que não haja participação do Ministério Público.
Ressalto que referidas normatizações foram editadas com suporte na Lei n. 11.419/2006, art. 8º, que dispõe sobre a informatização dos processos judiciais e admite o uso de meio eletrônico na tramitação destes em qualquer grau de jurisdição.
Dessa forma, vê-se que a regulamentação do Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG) foi criada por este Tribunal com base em autorização legislativa e dentro dos limites permitidos em lei.
De acordo com a Instrução Conjunta n. 014/2010, em seu artigo 7º, Parágrafo Único, foi concedido o prazo de 180 dias a contar da data da entrada em vigor desta, para que excepcionalmente ainda pudessem ser apresentadas por meio físico ou fac-símile, bem como em arquivo digital, contido em CD ou DVD, via protocolo integrado.
Objetivando ainda facilitar a utilização do SDSG pelos advogados, este Tribunal disponibilizou linhas de transmissão (pontos e internet) e aparelhos de Scanner em todas as salas da OAB, existentes nas unidades jurisdicionais do Estado.
Ocorre que o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, consignado no artigo 7º da Instrução Conjunta nº 014/2010 – PR/CG, encerrou-se no dia 03 de junho do ano de 2012. Assim, a partir do dia 06 de junho do referido ano, todas as petições em processos eletrônicos que tramitam pelo SDSG no Tribunal de Justiça devem ser apresentadas exclusivamente pelo próprio sistema.
Sendo assim, a presente peça permanecerá à disposição do peticionário pelo prazo de 90 (noventa) dias no departamento, para devolução. Havendo inércia da parte, os documentos serão inutilizados.
I.
Porto Velho, 7 de agosto de 2013.
Des. Isaias Fonseca Moraes
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0021706-67.2011.8.22.0001 - Agravo Regimental
Origem :
Agravante : BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado : Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogada : Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogado : Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogada : Patrícia Pazos Vilas Boas da Silva (OAB/SP 124899)
Agravado : Francisco Felix da Silva
Advogado : Jefferson Janones de Oliveira (OAB/RO 3802)
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a): Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Trata-se de agravo regimental interposto por BV Financeira S.A em face da decisão monocrática que concedeu parcial provimento ao recurso de apelação, reduzindo o valor dos honorários advocatícios para R$ 300,00 (trezentos reais).
Em síntese, sustenta que, diferente do que foi decidida pelo relator, a matéria quanto a não configuração de mora não está pacífica, sob o fundamento de que o simples ajuizamento de ação revisional não elide a mora.
Insurge-se contra a condenação ao pagamento de honorários, bem como entende que o quantum fixado mostra-se exorbitante.
Ao final, pugna pelo juízo de retratação ou remessa do recurso à mesa para para julgamento pelos membros da Câmara.
Examinados.
Decido.
Cabe a interposição do chamado agravo interno das decisões prolatadas com fulcro no caput do artigo 557 do Código de Processo Civil (CPC) no prazo de 05 (cinco) dias, previsto no § 1º da referida norma, sendo possível o recebimento do agravo regimental (artigo 717 do RITJ/RO), pelo princípio da fungibilidade.
É de se observar que, para a aplicação do princípio da fungibilidade, é necessário que o recurso interposto equivocadamente esteja no mesmo prazo do recurso natural.
Vejamos:
Agravo regimental. Decisão proferida com base no art. 557, § 1º-A, do CPC. Recurso adequado. Agravo interno. Oposição de agravo regimental em 10 dias. Impossibilidade de aplicação da fungibilidade. Recurso não conhecido.
O agravo regimental é recurso previsto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - RITJ/RO, o qual possibilita à parte combater decisões sem previsão recursal no CPC. O prazo de interposição do recurso, de acordo com o art. 717 do RITJ/RO, é de 10 dias.
Porém, nos termos do art. 557, § 1º, do CPC, caberá agravo interno, em cinco dias, contra as decisões monocráticas dos relatores que reformarem a sentença por ser manifestamente contrária à jurisprudência do respectivo tribunal.

A fungibilidade entre esses dois recursos é possível, desde que o recurso interposto erroneamente tenha sido protocolado dentro do prazo previsto para o recurso adequado, o que não ocorreu neste caso, razão pela qual deve ser negado conhecimento ao agravo regimental interposto.

Recurso não conhecido. (Agravo n. 0002410-75.2010.8.22.0007, Relator Desembargador Waltenberg Junior, j. 13/03/2012)

Agravo Regimental. Agravo Interno. Princípio da fungibilidade. Dialeticidade. Impugnação específica. Decisão monocrática mantida.

1. Interposto erroneamente o agravo regimental ao invés de agravo interno, é possível, se protocolado no prazo, o seu conhecimento com fulcro no princípio da fungibilidade.

2. O recurso deve manifestar a inconformidade com o ato judicial impugnado e indicar os motivos de fato e direito pelos quais requer o novo julgamento.

(Agravo n. 0013069-27.2011.8.22.0002, Relator Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos, j. 11/09/2012)

Destarte, para utilização do princípio da fungibilidade, é necessário, dentre outros requisitos, que o recurso interposto erroneamente tenha sido protocolado dentro do prazo previsto para o recurso adequado, circunstância que leva à intempestividade do recurso interposto no prazo de seis dias, quando o recurso cabível deve ser manuseado no prazo de cinco dias.

Considerando a certidão de fl. 125, a decisão fora publicada no DJE n. 132, de 22/07/2013, considerando-se como data da publicação o dia 23/07/2013.

Assim, o início da contagem do prazo deu-se em 24/07/2013, tendo o recurso sido interposto digitalmente em 30/07/2013, de forma intempestiva, vez que o prazo final seria em 29/07/2013.

Nesse sentido:

Processo Civil. Agravo de Instrumento com seguimento negado. Decisão com base no 557, § 1º, do CPC. Oposição de agravo regimental no prazo de 10 dias. Intempestividade. Princípio da fungibilidade. Aplicação. Impossibilidade.

Nos termos do art. 557, § 1º, do Código de Processo Civil, o recurso cabível contra as decisões monocráticas dos relatores, que nega seguimento a recurso, é o agravo previsto no respectivo dispositivo normativo, o qual é interposto no prazo de 5 dias, sendo incabível, portanto o agravo regimental previsto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (RITJ/RO), que permite o combate de outras decisões sem previsão recursal no Estatuto Processualista.

Para utilização do princípio da fungibilidade, é necessário, dentre outros requisitos, que o recurso interposto erroneamente tenha sido protocolado dentro do prazo previsto para o recurso adequado, circunstância que leva à intempestividade do recurso interposto no prazo de 10 dias, quando o recurso cabível é manuseável no prazo de cinco dias.

(Ag. Regimental, n. 0008808-25.2011.8.22.0000, Relator Desembargador Moreira Chagas, j. 22/11/2011)

Posto isso, nos termos do art. 557, caput do CPC, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.

Desembargador Kiyochi Mori

Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

0017143-30.2011.8.22.0001 - Embargos de Declaração

Origem :

Embargante : Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Advogada : Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)

Advogada : Luciana Xavier Gaspar de Souza (OAB/RO 4903)

Advogada : Saionara Mari (OAB/MT 5225)

Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)

Embargada : Elenice Reis da Cunha

Advogado : Edson de Oliveira Cavalcante (OAB/RO 1510)

Relator(a) : Des. Kiyochi Mori

Revisor(a): Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia

Vistos.

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Banco Bradesco Financiamentos S.A contra o acórdão de fls. 100/105 (processo digital) para fins de prequestionamento da matéria ventilada nos autos, visto que pretende interpor recursos especial e extraordinário.

Em síntese, argumenta que com o esgotamento da atividade das instâncias ordinárias sua intenção volta-se ao risco de incidência das Súmulas 356 e 282 do Supremo Tribunal Federal (STF) e 211 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), razão pela qual maneja este recurso.

Ressalta que, de acordo com a Súmula n. 98 do STJ, os embargos de declaração com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório.

Ao final, requer seja o recurso conhecido e provido.

Examinados.

Decido.

O embargante interpõe recurso por meio de advogado substabelecente que não possui procuração/substabelecimento nos autos, sendo que o substabelecimento apresentado encontra-se apócrifo (fl. 112).

Verifica-se, à fl. 114, que o despacho intimando o embargante para regularizar a representação no prazo de quarenta e oito horas foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico n. 124, de 10/07/2013, considerando-se como data da publicação o dia 11/07/2013, nos termos da Lei n. 11.419, de 19/12/2006 e Resolução n. 007/2007-PR, de forma que a contagem do prazo iniciou-se no dia 12/07/2013.

Consoante certidão emitida pelo 2º Departamento Judiciário Cível (fl. 121), o recorrente procedeu a regularização processual intempestivamente, visto que a petição foi apresentada no dia 16/07/2013.

Portanto, os embargos não merecem ser conhecidos.

Nesse sentido já decidiu esta Corte de Justiça:

Agravo regimental. Representação Processual. Regularização intempestiva. Exclusão do patrocínio. Contrarrazões não conhecidas.

A regularização da representação processual realizada intempestivamente implica no seu não recebimento e, consequentemente, na exclusão do patrocínio e não conhecimento das contrarrazões apresentadas.

(00044951820118220001, Relator Desembargador Alexandre Miguel, j. 25/04/2012)

Posto isso, nos termos do artigo 557, caput do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.

Desembargador Kiyochi Mori

Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0001878-51.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0001878-51.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 10ª Vara Cível
Apelante : Maria de Fatima da Silva
Advogado : Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Advogado : Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Advogado : Paulo Timóteo Batista (OAB/RO 2437)
Apelado : Banco Triângulo S/A
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada : Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Advogado : Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Advogado : Max Estevan de Moraes Silva (OAB/MG 85568)
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a) : Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposta por Maria de Fátima da Silva contra a sentença prolatada pela Juíza de Direito da 10ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO, que julgou procedente os pedidos contidos na inicial, declarando inexistente o débito no valor de R$ 108,91 (cento e oito reais e noventa e um centavos) e condenando a instituição financeira ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais.
Inconformada com o quantum indenizatório, a requerente interpõe recurso de fls. 60/64 defendendo que sofreu danos morais, visto que teve seu nome inserido indevidamente nos órgãos de restrição ao crédito por dívida quitada antecipadamente.
Sustenta que o valor deve ser fixado de forma a atender ao caráter lenitivo e pedagógico, o que não ocorreu no caso.
Ao final, pugna pelo provimento do recurso com a majoração do quantum indenizatório.
Contrarrazões às fls. 67/71 pelo não provimento do apelo.
Examinados.
Decido.
Infere-se das razões de recurso que o inconformismo da apelante cinge-se quanto ao valor fixado a título de dano moral.
Como é cediço, não há no ordenamento jurídico parâmetros legais rígidos no que concerne ao quantum a ser fixado a título de indenização por dano moral, esta é uma questão subjetiva, que deve apenas obedecer alguns critérios estabelecidos pela doutrina e a jurisprudência, devendo constituir-se em compensação ao lesado e adequado desestímulo ao ofensor.
Por oportuno, trago à baila o magistério de Maria Helena Diniz:
Na reparação do dano moral, o magistrado deverá apelar para o que lhe parecer equitativo ou justo, agindo sempre com um prudente arbítrio, ouvindo as razões das partes, verificando os elementos probatórios, fixando moderadamente uma indenização. O valor do dano moral deve ser estabelecido com base em parâmetros razoáveis, não podendo ensejar uma fonte de enriquecimento nem mesmo se irrisório ou simbólico. A reparação deve ser justa e digna. Portanto, ao fixar o quantum da indenização, o juiz não procederá a seu bel prazer, mas como um homem de responsabilidade, examinando as circunstâncias de cada caso, decidindo com fundamento e moderação. (Revista Jurídica Consulex, n. 3, de 31/03/97)
Portanto, na quantificação do dano moral, deve o julgador valer-se dos critérios de razoabilidade e da proporcionalidade, ou seja, considerar não só as condições econômicas do ofensor e do ofendido, mas o grau da ofensa e suas consequências, para que não constitua a reparação, em fonte de enriquecimento ilícito para o ofendido, mantendo uma proporcionalidade entre causa e efeito.
Esse tem sido o critério adotado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
ADMINISTRATIVO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - DANOS MORAIS E ESTÉTICOS.
1. O valor do dano moral deve ser arbitrado segundo os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, não podendo ser irrisório, tampouco fonte de enriquecimento sem causa, exercendo função reparadora do prejuízo e de prevenção da reincidência da conduta lesiva.
[…]
Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 1259457/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/04/2010, DJe 27/04/2010)
Em sentido correlato é o entendimento manifestado por esta Corte:
CONSUMIDOR. TELEFONIA. PEDIDO DE MIGRAÇÃO. PORTABILIDADE. SERVIÇO INTERROMPIDO. JUSTO MOTIVO. INEXISTÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO. CRITÉRIOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.
[…]
O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, à extensão e à repercussão dos danos, à capacidade econômica, às características individuais e ao conceito social das partes, não havendo motivos para sua modificação quando observadas estas diretrizes. (Apelação n. 0010885-38.2010.8.22.0001, Relator Desembargador Moreira Chagas, j. 14/08/2012)
Nesse contexto, considerando os requisitos circunstanciais para uma prudente fixação do valor da indenização por danos morais e os parâmetros adotados por esta Corte, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) não se mostra adequado e merce ser majorado.
À luz do exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso e fixo verba indenizatória em R$ 8.000,00 (oito mil reais).
Publique-se.
Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0013445-16.2011.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0013445-16.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 7ª Vara Cível
Apelante : Ivete Regis Albino
Advogado : Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844)
Advogado : Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Advogada : Juliane Muniz Miranda de Lucena Lima (OAB/RO 1297)
Apelada : Nextel Telecomunicações Ltda
Advogado : Hisashi Kataoka (OAB/RJ 34672)
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB/RJ 20283)
Advogado : Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)

Advogada : Viviane Lira Loureiro (OAB/RJ 162359)
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a) : Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposta por Ivete Regis Albino contra a sentença prolatada pelo Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO, que julgou parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial, declarando a inexistência do débito que ensejou a negativação do nome nos cadastros de inadimplentes, deixando de condenar a requerida ao pagamento de indenização por danos morais, por concluir que adotou as providências que lhe cabiam na contratação do serviço.
Inconformada, afirma que nunca transacionou com a empresa, e que não pode ser prejudicada pela negligência dela, que contratou com pessoa diversa.
Sustenta que cabia à recorrida o dever de verificar se todas as informações prestadas no momento da contratação eram verdadeiras.
Enfatiza que não realizou negócio jurídico com a apelada, bem como que nunca morou no suposto endereço informado pela empresa em sua defesa.
Assevera que o fato de terceiro não pode ser aplicado na hipótese, visto que deve ser imprevisível ou inevitável para a aplicabilidade da referida excludente, o que não ocorreu.
Ressalta que a responsabilidade da recorrida é objetiva, uma vez que inspirada na teoria do risco proveito, não havendo que se falar ela também foi vítima do fraudador.
Alega que o dano moral está patente, pois a simples inscrição indevida nos cadastros restritivos de crédito faz gerar o dever de indenizar.
Ao final, pugna pelo provimento do recurso com a reforma da sentença, julgando-se procedente a pretensão disposta na exordial, haja vista a ocorrência de dano moral.
Examinados.
Decido.
Insurge-se a apelante contra a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, afastando-se o dano moral, em razão do juízo a quo ter entendido que a recorrida adotou as providências que lhe cabiam na contratação do negócio.
Inicialmente, cumpre avaliar a responsabilidade da empresa pelos danos sofridos pela recorrente.
Consta dos autos que quando da prolação da sentença o magistrado reconheceu a ocorrência de fraude na abertura de crédito em nome da recorrente, todavia afastou o dever de indenizar.
Na espécie, a relação entre as partes é de consumo, devendo ser observada a sistemática de responsabilização prevista no Código de Defesa do Consumidor, sendo o Código Civil aplicável de forma subsidiária.
Nesses termos, prevalece em relações consumeristas a responsabilização pelo risco da atividade, reduzindo-se drasticamente a amplitude das excludentes do dever de indenizar.
Pela teoria do risco da atividade empresarial, eventual dano caudado a terceiros, mesmo que mediante fraude, deve ser suportado pela empresa, com base na teoria objetiva, que afasta a verificação de sua culpa.
Assim, o dever de indenizar o abalo moral sofrido pela apelante decorre da falha na prestação do serviço, feito em seu nome, mediante fraude, cuja consequência foi o cadastramento da mesma em órgão restitivo de crédito.
Superada a questão atinente a responsabilidade da recorrida, passo à análise do dano moral.
Analisando os documentos carreados pelas partes, extrai-se que o serviço não foi contratado pela apelante. Logo, o débito é inexigível e a inscrição indevida.
Em se tratando de inscrição indevida, configurado está o dever de reparar o dano, porquanto este é presumido.
Nesse sentido é entendimento desta Corte:
APELAÇÃO CÍVEL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DÍVIDA PAGA. QUANTUM REPARATÓRIO. ADEQUADO. A inscrição indevida, ou mesmo sua manutenção, do nome do consumidor nos cadastros de restrição ao crédito constitui in re ipsa o dano moral. O quantum da compensação deve compreender, dentro do possível, a compensação pelo dano infligido à vitima, ao mesmo tempo servindo de elemento inibidor e de sanção ao autor do ato ilícito. (Apelação Cível n. 0244615-90.2009.8.22.0001, Relator Juiz Osny Claro de O. Junior, j. 26/10/2010). [sublinhou-se]
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. DÍVIDA PAGA. INSCRIÇÃO EM ÓRGÃO RESTRITIVO DE CRÉDITO. MANUTENÇÃO. PROVA DO PREJUÍZO. DESNECESSIDADE. VALOR. FIXAÇÃO. A indevida inscrição ou manutenção em órgão restritivo de crédito gera direito à indenização por dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pelo autor, que se permite, na hipótese, presumir, gerando direito a ressarcimento que deve, de outro lado, ser fixado sem excessos, evitando-se enriquecimento sem causa da parte atingida pelo ato ilícito. (Apelação Cível n. 0194620-45.2008.8.22.0001, Relator Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, j. 06/10/2010). [sublinhou-se]
Nesse passo, resta apenas fixar o quantum indenizatório.
Como é cediço, não há no ordenamento jurídico parâmetros legais rígidos no que concerne ao valor a ser fixado a título de indenização por dano moral, esta é uma questão subjetiva, que deve apenas obedecer alguns critérios estabelecidos pela doutrina e a jurisprudência, devendo constituir-se em compensação ao lesado e adequado desestímulo ao ofensor.
Por oportuno, trago à baila o magistério de Maria Helena Diniz:
Na reparação do dano moral, o magistrado deverá apelar para o que lhe parecer equitativo ou justo, agindo sempre com um prudente arbítrio, ouvindo as razões das partes, verificando os elementos probatórios, fixando moderadamente uma indenização. O valor do dano moral deve ser estabelecido com base em parâmetros razoáveis, não podendo ensejar uma fonte de enriquecimento nem mesmo se irrisório ou simbólico. A reparação deve ser justa e digna. Portanto, ao fixar o quantum da indenização, o juiz não procederá a seu bel prazer, mas como um homem de responsabilidade, examinando as circunstâncias de cada caso, decidindo com fundamento e moderação. (Revista Jurídica Consulex, nº 3, de 31/03/97)
Portanto, na quantificação do dano moral, deve o julgador valer-se dos critérios de razoabilidade e da proporcionalidade, ou seja, considerar não só as condições econômicas do ofensor e do ofendido, mas o grau da ofensa e suas consequências, para que não constitua a reparação, em fonte de enriquecimento ilícito para o ofendido, mantendo uma proporcionalidade entre causa e efeito.
Esse tem sido o critério adotado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ):
ADMINISTRATIVO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - DANOS MORAIS E ESTÉTICOS.

1. O valor do dano moral deve ser arbitrado segundo os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, não podendo ser irrisório, tampouco fonte de enriquecimento sem causa, exercendo função reparadora do prejuízo e de prevenção da reincidência da conduta lesiva.
[…]
Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 1259457/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/04/2010, DJe 27/04/2010)
Em sentido correlato é o entendimento manifestado por esta Corte:
CONSUMIDOR. TELEFONIA. PEDIDO DE MIGRAÇÃO. PORTABILIDADE. SERVIÇO INTERROMPIDO. JUSTO MOTIVO. INEXISTÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO. CRITÉRIOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.
[…]
O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, à extensão e à repercussão dos danos, à capacidade econômica, às características individuais e ao conceito social das partes, não havendo motivos para sua modificação quando observadas estas diretrizes. (Apelação n. 0010885-38.2010.8.22.0001, Relator Desembargador Moreira Chagas, j. 14/08/2012)
À luz do exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A do Código de Processo Civil (CPC), dou provimento ao recurso para reconhecer o dano moral suportado pela apelante, condenando a apelada ao pagamento do valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) a título de indenização, com incidência dos juros de mora e correção monetária a partir desta data, conforme Súmula n. 362 do STJ.
Diante da procedência dos pedidos iniciais, a recorrida deverá arcar integralmente com o pagamento das custas processuais e honorários do advogado da parte adversa, os quais fixo em 10% do valor da condenação, nos termos do art. 20, § 3º do CPC.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0013445-79.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0013445-79.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 5ª Vara Cível
Apelante : Orgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuario Avulso do Porto de Porto Velho OGMO
Advogado : Vinicius Jácome dos Santos Júnior (OAB/RO 3099)
Advogado : Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Advogada : Zaira dos Santos Tenório (OAB/RO 5182)
Apelado : Banco Bradesco S.A.
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a):
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposta por Orgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário Avulso do Porto de Porto Velho (OGMO) contra a sentença prolatada pelo Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO, que indeferiu a petição inicial da ação ajuizada contra o Banco Bradesco S.A, com base no artigo 284, parágrafo único, cumulado com art. 295, inc. VI, ambos do Código de Processo Civil (CPC) e, por consequência, julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inc. I do mesmo diploma legal.
Consta dos autos que o requerente possui conta poupança junto a instituição financeira e que esta sofreu bloqueio, sem nenhuma justificativa, não sendo possível movimentá-la deste então, motivo pelo qual ajuizou ação de obrigação de fazer, pleiteando o desbloqueio da referida conta e a liberação dos valores que nela se encontram.
No despacho de fl. 27, o magistrado determinou a intimação do autor para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial adequando o valor da causa com o proveito econômico pretendido e recolher as custas iniciais; adequar os pedidos de acordo com o art. 282 do CPC; e trazer aos autos o endereço completo do requerido, sob pena de indeferimento da inicial.
O requerente peticionou às fls. 30/31 adequando o valor atribuído à causa para R$ 20.110,45 (vinte mil cento e dez reais e quarenta e cinco centavos) e informou o endereço completo da instituição financeira, requerendo o deferimento da emenda e prosseguimento do feito.
Inconformado com a sentença extintiva, interpõe recurso de fls. 40/46 afirmando que atendeu todos os requisitos estipulados pelo juízo a quo.
Sustenta que a omissão do pedido de citação do réu não macula a inicial.
Ao final, pugna pelo provimento do recurso com a reforma da decisão do juízo a quo, determinando-se o regular processamento do feito.
Examinados.
Decido.
Pretende o recorrente a reforma da sentença que extinguiu o feito, sem resolução do mérito, em face do indeferimento da inicial, haja vista o não atendimento da totalidade do comando judicial.
Extrai-se dos autos que o apelante, mesmo após sua intimação para emendar a inicial adequando os pedidos de acordo com o art. 282 do CPC, não requereu a citação do réu, conforme determina o inc. VII da referida norma processual, sendo este um elemento indispensável para o prosseguimento do feito. Confira-se:
CPC. Art. 282. A petição inicial indicará:
[…]
VII – o requerimento para a citação do réu.
Assim, nos termos do art. 284, parágrafo único, CPC, não tendo sido cumpridas as diligências solicitadas pelo magistrado, com acerto o indeferimento da petição inicial.
Importante ressaltar que nos casos de extinção do feito pelo indeferimento da inicial, faz-se desnecessária a intimação pessoal da parte para impulsionar o feito.
Para ilustrar, trago à baila o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:
RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INTIMAÇÃO. QUARENTA E OITO HORAS. ART. 267, § 1º, DO CPC. EMENDA À INICIAL. INÉRCIA. NÃO-CABIMENTO.
1. A determinação de intimação pessoal da parte, nos termos do art.267, § 1º, do CPC, para suprir a falta processual em 48 (quarenta e oito) horas, aplica-se apenas aos casos previstos nos incisos II e III, do referido dispositivo, sendo desnecessária quando o processo é extinto, sem julgamento do mérito, porque a parte deixou de emendar a inicial, na forma do art. 284 do CPC.

2. Recurso especial não provido. (STJ. REsp 1200671/RJ. Relator Ministro CASTRO MEIRA. Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURM. Data do Julgamento 14/09/2010. Data da Publicação/Fonte. DJe 24/09/2010)

Não é outro o entendimento adotado por esta Corte:

APELAÇÃO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. DETERMINAÇÃO DE EMENDA. COMPROVAR NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR PARA CONSTITUIÇÃO EM MORA. DESCUMPRIMENTO. INDEFERIMENTO INICIAL. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO.

Mantendo-se inerte o requerente quando intimado a emendar a inicial, impõe-se a extinção do feito sem julgamento do mérito.

A intimação pessoal da parte, nos termos do art. 267, § 1º, do CPC, para suprir a falha procedimental, em quarenta e oito horas, aplica-se apenas aos casos previstos nos incisos II (inércia) e III (abandono) do referido dispositivo, sendo desnecessária quando o processo é extinto, sem julgamento do mérito, porque a parte deixou de emendar a inicial na forma do art. 284 do CPC. (Apelação n. 0015791-34.2011.8.22.0002, Relator Desembargador Sansão Saldanha, j. 23/10/2012)

PROCESSUAL CIVIL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. EMENDA À INICIAL. INÉRCIA DA PARTE AUTORA. EXTINÇÃO. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE.

Mantém-se a sentença de extinção do processo, quando devidamente intimada para emendar a inicial, a parte autora permanece inerte.

A hipótese de extinção da ação mediante indeferimento da inicial não exige intimação pessoal da parte autora como pressuposto para a extinção. (Apelação n. 0020901-51.2010.8.22.0001, Relator Desembargador Moreira Chagas, j. 16/10/2012)

APELAÇÃO. ARGUMENTO. AUSÊNCIA DE CORRELAÇÃO COM A DECISÃO RECORRIDA. NÃO CONHECIMENTO. PETIÇÃO INICIAL. DETERMINAÇÃO DE EMENDA. INÉRCIA DA PARTE AUTORA. EXTINÇÃO. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE.

Não se conhece de argumento trazido em recurso, que não guarde correlação com os motivos determinantes da decisão impugnada.

Na hipótese de indeferimento da petição inicial, após o não atendimento pela parte autora de determinação de sua emenda, não há que falar em necessidade de intimação pessoal da parte. (Apelação n. 0005467-32.2009.8.22.0009, Relator Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, j. 25/11/2009)

Desse modo, não vislumbro equívocos no indeferimento da petição inicial à justificar a reforma da sentença.

À luz do exposto, nos termos do art. 557, caput do CPC, nego provimento ao recurso.

Publique-se.

Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.

Desembargador Kiyochi Mori

Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

0000034-76.2011.8.22.0009 - Apelação

Origem : 0000034-76.2011.8.22.0009 Pimenta Bueno / 1ª Vara Cível

Apelante : Banco Itaucard S/A

Advogada : Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)

Advogada : Liliana Ferraz da Rocha Rosa (OAB/SP 248531)

Advogado : Adam Miranda Sá Stehling (OAB/SP 252075)

Advogada : Déborah Figueiredo Férrer (OAB/RJ 137140)

Apelado : Antônio Carlos Reis

Advogado : Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)

Advogado : Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)

Relator(a) : Des. Kiyochi Mori

Revisor(a) : Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia

Vistos.

Trata-se de recurso de apelação interposta por Banco Itaucard S.A contra a sentença proferida pela Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno/RO, que julgou procedente os pedidos contidos na inicial, e, ante a não apresentação de todos os documentos solicitados pelo autor, admitiu como verdadeiros os fatos este pretendia provar, condenando a instituição financeira ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado.

Contrarrazões às fls. 76/78 pelo não provimento do apelo.

Examinados.

Decido.

Um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade do recurso é a sua tempestividade.

A sentença foi disponibilizada no DJE. n. 097, de 30/05/2011, considerando-se como data de publicação o dia 31/05/2011, iniciando-se a contagem do prazo processual em 01/06/2011. Desse modo, o termo final para a interposição da apelação ocorreria em 15/06/2011, mostrando-se flagrante a intempestividade do recurso, interposto apenas em 16/06/2011, conforme certificado à fl. 84, de forma que não merece ser conhecido.

Posto isso, com fulcro no artigo 557, caput do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.

Desembargador Kiyochi Mori

Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

0003943-87.2010.8.22.0001 - Apelação

Origem : 0003943-87.2010.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais

Apelante : Banco do Brasil S/A

Advogada : Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4571)

Advogado : Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507)

Advogada : Paula Rodrigues da Silva (OAB/SP 221271)

Apelado : Romulo Rocha Silva

Advogado : Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235)

Relator(a) : Des. Kiyochi Mori

Revisor(a) : Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia

Vistos.

Trata-se de recurso de apelação interposta por Banco do Brasil S/A contra a sentença prolatada pela Juíza de Direito da 6ª Vara Cível, Falência e Concordata da Comarca de Porto Velho/RO, que julgou procedente os pedidos contidos na inicial, declarando inexistente o débito gerador da inscrição indevida, condenando-o ao pagamento do valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) a título de indenização por danos morais decorrentes do fato.

Consta dos autos que o requerente, ora apelado, Romulo Rocha Silva, possuía conta bancária junto ao banco apelante, agência n. 1136-3/8.058-6, em São Gabriel da Cachoeira/AM, aberta em 02/2002, enquanto servia aos quadros das forças armadas do Brasil.

Findando sua passagem pela cidade, encerrou sua conta em 02/01/2004, iniciando nova atividade bancária com o requerido,

na agência n. 3231-x/10.322-5, na cidade de Porto Velho/RO. No mês de junho de 2009 foi comunicado de que os cheques de numeração n. 850031 e 850032, emitidos em 26/02/2009 e 03/03/2009, respectivamente no valor de R$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais) e R$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais), voltaram por ausência de fundos, e que seria incluído no CCF.

Ao ter acesso às microfilmagens observou que as cártulas eram da agência de São Gabriel da Cachoeira/AM e que a assinatura que constava nas mesmas não conferia com a sua, motivo pelo qual ajuizou a lide.

Inconformado com a sentença condenatória, o banco interpõe recurso de fls. 93/102 afirmando que o talonário com 20 cheques, de numeração 850017 a 850036, da agência de São Gabriel da cachoeira/AM, contendo as cártulas contestadas, foi retirado via terminal de auto atendimento.

Defende que, em 08/07/2003, foi efetuada a transferência da conta corrente da agência n. 1136-3 para a conta corrente n. 3231-x, comprovando a relação entre os cheques e a conta corrente da agência na cidade de Porto Velho.

Sustenta que para que o ato ilícito pudesse ser atribuído ao apelante, deveria restar configurado defeito ou inadequação do serviço, o que não ocorreu na hipótese.

Ressalta que os fatos narrados pelo apelado não passaram de meros aborrecimentos, não existindo nos autos qualquer prova da ocorrência de intenso abalo psíquico, tampouco da extensão do eventual dano sofrido.

Destaca que admitir a condenação no quantum fixado é atribuir enriquecimento sem causa, que não coaduna com o ordenamento jurídico.

Ao final, pugna pelo provimento do recurso com a reforma da sentença, julgando-se totalmente improcedente a pretensão disposta na exordial, e, sucessivamente, seja reduzido o valor arbitrado a título de indenização por danos morais.

Examinados.

Decido.

Insurge-se o apelante quanto a sentença que declarou a inexistência do débito gerador da inscrição indevida e o condenou ao pagamento do valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) a título de indenização por danos morais decorrentes do fato.

Na espécie, a relação entre as partes é de consumo, devendo ser observada a sistemática prevista no Código de Defesa do Consumidor, sendo as demais normal aplicáveis de forma subsidiária.

Com efeito, a ocorrência da relação jurídica entre as partes, bem como o encerramento formal da conta corrente n. 1136-3, são pontos pacíficos. A controvérsia advém da alegada transferência entre a conta n. 1136-3/8.058-6, de São Gabriel da Cachoeira/AM, para a conta n. 3231-x/10.322-5, na cidade de Porto Velho/RO.

O apelante não colacionou aos autos qualquer prova para corroborar a assertiva da transferência entre as contas e a relação das cártulas emitidas com a conta ativa na cidade de Porto Velho, ônus que lhe incumbia, nos termos do artigo 333, inciso II do Código de Processo Civil (CPC).

Ademais, infere-se dos documentos de fls. 14/15 e fls. 23/27 que as assinaturas apostas na cédula de identidade do apelado e instrumento de mandato não guardam similitude com as constantes nos cheques contestados, o que permite a presunção de falsidade dos mesmos.

Todavia, considerando que nas relações consumeristas prevalece a responsabilização pelo risco da atividade, a conduta de terceiro não ilide a responsabilidade da instituição financeira em reparar o dano, porque isso é considerado fortuito interno, isto é, não está incluído na hipótese de exclusão da responsabilidade por ausência de nexo causal.

Corroborando o citado entendimento doutrinário, o Superior Tribunal de Justiça editou recentemente a Súmula n. 479 com os seguintes dizeres: “As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias”.

Dessa maneira, não merecem prosperar as alegações do apelante quanto a inexistência de defeito ou inadequação do serviço.

Superada a questão atinente a responsabilidade da instituição financeira, resta apenas analisar o dano moral e o quantum indenizatório.

Diante das assertivas acima, restou incontroverso que a inscrição do nome do recorrido nos cadastros de inadimplentes se deu indevidamente, assim, configurado está o dever da instituição financeira em reparar o dano, porquanto este é presumido.

Nesse sentido é entendimento desta Corte:

APELAÇÃO CÍVEL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DÍVIDA PAGA. QUANTUM REPARATÓRIO. ADEQUADO. A inscrição indevida, ou mesmo sua manutenção, do nome do consumidor nos cadastros de restrição ao crédito constitui in re ipsa o dano moral. O quantum da compensação deve compreender, dentro do possível, a compensação pelo dano infligido à vitima, ao mesmo tempo servindo de elemento inibidor e de sanção ao autor do ato ilícito. (Apelação Cível n. 0244615-90.2009.8.22.0001, Relator Juiz Osny Claro de O. Junior, j. 26/10/2010). [sublinhou-se]

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. DÍVIDA PAGA. INSCRIÇÃO EM ÓRGÃO RESTRITIVO DE CRÉDITO. MANUTENÇÃO. PROVA DO PREJUÍZO. DESNECESSIDADE. VALOR. FIXAÇÃO. A indevida inscrição ou manutenção em órgão restritivo de crédito gera direito à indenização por dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pelo autor, que se permite, na hipótese, presumir, gerando direito a ressarcimento que deve, de outro lado, ser fixado sem excessos, evitando-se enriquecimento sem causa da parte atingida pelo ato ilícito. (Apelação Cível n. 0194620-45.2008.8.22.0001, Relator Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, j. 06/10/2010). [sublinhou-se]

Sobre o valor a ser arbitrado a título de dano moral, imperioso esclarecer que sua fixação é de cunho subjetivo, levando-se em consideração o grau de ofensa, a personalidade do ofendido e a possibilidade do ofensor; evitando sempre que essa se transforme numa fonte de enriquecimento injustificado ou que seja inexpressivo a ponto de não retribuir o mal causado pela ofensa.

Esse tem sido o critério adotado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - DANOS MORAIS E ESTÉTICOS.

1. O valor do dano moral deve ser arbitrado segundo os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, não podendo ser irrisório, tampouco fonte de enriquecimento sem causa, exercendo função reparadora do prejuízo e de prevenção da reincidência da conduta lesiva.

[...]

Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 1259457/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/04/2010, DJe 27/04/2010)
Tomando-se como referencial as diretrizes acima mencionadas e o patamar que vem sendo utilizado por esta Câmara em casos semelhantes, tenho que a fixação da verba indenizatória no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) não se mostra adequada, motivo pelo qual merece ser minorado.
À luz do exposto, com fulcro no art. 557, § 1º-A do CPC, dou provimento ao recurso tão somente para reduzir a verba indenizatória, fixando-a em R$ 8.000,00 (oito mil reais), mantendo incólume os demais termos da sentença.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0023178-69.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0023178-69.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 4ª Vara Cível
Apelante : Elizabeth Ferreira de Carvalho Oliveira
Advogado : Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado : Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Apelado : Itaú Unibanco S.A.
Advogado : José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Advogado : Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Advogado : Reinaldo Luis Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/SP 257220)
Advogado : Alexander Rogério de Souza (OAB/SP 182102)
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a): Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposta por Elizabeth Ferreira de Carvalho Oliveira contra a sentença prolatada pelo Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO, que julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, com base no artigo 267, inciso VI do Código de Processo Civil (CPC), por concluir pela falta de interesse processual, consubstanciada na desnecessidade da medida cautelar, visto que se a dívida foi feita por terceiros ou de forma equivocada, a autora deveria ajuizar ação principal discutindo o débito.
Inconformada com a sentença extintiva, interpõe recurso de fls. 40/45 alegando que seu direito encontra-se amparado pelo art. 5º, incisos X e XIV da Constituição Federal (CF) e arts. 844 e 845, ambos do CPC, uma vez que a instituição financeira não disponibilizou documento essencial para que a apelante promova a prova da inexistência do débito.
Defende que somente poderia receber os documentos solicitados por via da demanda proposta, não havendo que se falar em falta de interesse processual.
Ao final, pugna pelo provimento do recurso, a fim de que a sentença seja reformada, determinando-se o prosseguimento do feito.
Examinados.
Decido.
Insurge-se a apelante quanto a sentença que extinguiu o feito, sem resolução do mérito, por concluir pela falta de interesse de agir.
Sabe-se que o interesse de agir constitui uma das condições da ação e decorre da necessidade da tutela jurisdicional e da adequação do respectivo procedimento.
O interesse de agir consiste na imprescindibilidade de a apelante vir a juízo para que o Estado decida a controvérsia existente entre as partes e, ainda, na utilidade que o provimento jurisdicional poderá proporcionar a elas.
Sobre a hipótese ensina Humberto Theodoro Júnior, na obra Curso de Direito Processual Civil:
Localiza-se o interesse processual não apenas na utilidade, mas especificamente na necessidade do processo como remédio apto à aplicação do direito objetivo no caso concreto, pois a tutela jurisdicional não é jamais outorgada sem uma necessidade, [...].” (in Curso de Direito Processual Civil, vol. I, 47ª ed., Editora Forense: Rio de Janeiro: 2007, p. 66/67)
Percebe-se, portanto, que é preciso aferir se a ação trará alguma utilidade para a parte e se esta é a forma correta de deduzir em juízo sua pretensão.
Na espécie, verifica-se que a recorrente não possui interesse na propositura da demanda, haja vista pretender que o banco apresente documentos que comprovem a existência de um débito que alega desconhecer.
Destarte, infere-se que a pretensão da apelante é justamente estabelecer a ausência de relação jurídica, já que alega desconhecer a origem do débito, de modo que a providência cautelar buscada mostra-se absolutamente desnecessária, mormente se considerarmos que o provimento buscado pode ser alcançado em eventual ação declaratória de inexistência de débito.
Nesse sentido, cita-se julgado desta Corte:
EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PROVIDÊNCIA. AÇÃO DECLARATÓRIA. INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO MANTIDA.
Evidenciado que o consumidor alega não reconhecer o débito que lhe é imputado, falece de interesse de agir para ação cautelar de exibição de documentos, uma vez que a providência pretendida, comprovação da relação jurídica, é matéria própria de mérito de ação declaratória de inexistência de débito. (Apelação Cível n. 0005926-87.2011.8.22.0001, Relator Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, j. 25/04/2012)
Posto isso, nos termos do art. 557, caput do CPC, nego provimento ao recurso.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0006199-14.2012.8.22.0007 - Apelação
Origem : 0006199-14.2012.8.22.0007 Cacoal / 2ª Vara Cível
Apte/Apdo : Banco do Brasil S/A
Advogado : Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogado : Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040A)
Advogado : Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogada : Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Advogado : Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412)
Apdo/Apte : Richardson Palácio
Advogado : Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Advogado : Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a) : Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Trata-se de recursos de apelações interpostos por Banco do Brasil S/A e Richardson Palácio contra a sentença prolatada pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO, que

julgou procedente o pedido contido na inicial, determinando que a instituição financeira apresente os documentos pleiteados, deixando de condená-la ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, por não ter ocorrido a pretensão resistida.

Preliminarmente, suscita a falta de interesse processual, argumentando que a pretensão do apelado pode ser atingida juntamente com a própria ação principal.

Sustenta que não se opôs a apresentar os documentos, todavia, necessita de prazo maior para realizar as buscas necessárias.

Ao final, pugna pelo provimento do recurso com a extinção da demanda por falta de interesse de agir, e, subsidiariamente, seja julgado improcedente o pedido inicial.

Contrarrazões às fls. 99/101 pelo não provimento do apelo.

Por seu turno, Richardson Palácio interpõe o recurso de fls. 88/94 em virtude da instituição financeira não ter sido condenada ao pagamento das verbas sucumbenciais.

Aduz ser obrigação da instituição financeira fornecer as cópias dos instrumentos contratuais no ato de sua celebração, independente de prévia notificação.

Ressalta que notificou administrativamente o banco e que somente após o descumprimento do requerimento ajuizou a medida cautelar.

Salienta que nos termos do artigo 20 do Código de Processo Civil (CPC), aquele que deu causa à instauração do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes.

Nesse contexto, requer o provimento do recurso com a condenação do banco ao pagamento das custas processuais e honorários sucumbenciais.

Contrarrazões de fls. 102/104v.

Examinados.

Decido.

Preambularmente, impende salientar que a preliminar de falta de interesse processual arguida pela instituição financeira confunde-se com o mérito recursal, motivo pelo qual serão analisados conjuntamente.

Sabe-se que uma das condições da ação é o interesse de agir e este decorre da necessidade da tutela jurisdicional e da adequação do respectivo procedimento.

Sobre o tema, é entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que o correntista possui interesse de agir na ação de exibição de documentos comuns às partes. Vejamos:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. OBSCURIDADE CARACTERIZADA. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO.

[…]

3. "A jurisprudência desta Corte pacificou-se no sentido de que o correntista possui interesse de agir na propositura de ação de exibição de documentos, objetivando, em ação principal, discutir a relação jurídica deles originada, independentemente de prévia remessa dos extratos bancários ou solicitação no âmbito administrativo". (AgRg no AREsp 99.196/SP, Rel. Min. Sidnei Beneti, Terceira Turma, DJe 9/10/2012)

4. Embargos de declaração acolhidos. (EDcl no AgRg no Ag 901.804/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 01/03/2013)

Não é outro o posicionamento adotado por esta Corte:

APELAÇÃO. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. DOCUMENTO COMUM. CONTRATO BANCÁRIO. INTERESSE DE AGIR. REFORMA.

Todos os documentos que derem causa a lançamentos contábeis, em razão de empréstimo bancário eventualmente celebrado entre as partes, são comuns, tendo o devedor direito ao seu acesso ou exibição e o pedido de exibição pode ser aforado em caráter cautelar ou não cautelar, com isso ensejando ao interessado instruir futura ação, ou mesmo avaliar seu direito material, evitando lide temerária ou pedido excessivo. (Apelação Cível n. 0004432-90.2011.8.22.0001, Relator Desembargador Moreira Chagas, j. 28/08/2012)

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATO BANCÁRIO. DEVER DE EXIBIÇÃO. INTERESSE PROCESSUAL. EXISTÊNCIA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. HONORÁRIOS. VALOR. PRINCÍPIO DA EQUIDADE.

Em ação de exibição de documentos, detém interesse de agir aquele que pretende a apresentação de documento em poder da parte adversa, com a qual possui negócio jurídico, ficando a seu critério a instrução da ação principal.

[...] (Apelação Cível n. 0004947-38.2010.8.22.0009, Relator Desembargador Raduan Miguel Filho, j. 13/09/2011)

Assim, não há que se falar em falta de interesse processual no presente caso.

No que tange à alegada necessidade de dilação do prazo para a apresentação dos documentos, infere-se da decisão de fls. 15 que em 07/06/2012 o magistrado deferiu liminarmente a exibição de todos os documentos relativos a empréstimo firmado entre as partes.

O feito foi sentenciado em 29/01/2013 sem que o banco tenha atendido a determinação judicial.

Desse modo, não há que se falar em dilação do prazo, visto que entre a concessão da liminar e a prolação da sentença transcorreu prazo suficiente para localização dos documentos e apresentação dos mesmos.

Concernente à condenação ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, extrai-se dos autos que a instituição financeira deixou de atender de forma espontânea o comando judicial de exibição.

Assim, ante a inércia, restou demonstrada a recusa à exibição dos documentos, portanto, pela aplicação das regras sobre a sucumbência e a causalidade nas ações cautelares, deve ser condenada ao pagamento das custas e honorários de advogado.

Esse é o posicionamento adotado pelo STJ:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXTRATO DE CADERNETA POUPANÇA. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. AUSÊNCIA PRETENSÃO RESISTIDA. INCABÍVEL FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. JUSTIÇA GRATUITA. FALTA DE ELEMENTOS COMPROVANDO A IMPOSSIBILIDADE DO RECORRENTE ARCAR COM AS DESPESAS PROCESSUAIS. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Pela aplicação dos princípios da sucumbência e da causalidade em ações cautelares de exibição de documentos, para haver condenação a honorários advocatícios deve estar caracterizada nos autos a resistência à exibição dos documentos pleiteados.

[…]

4. Agravo regimental não provido.(AgRg no REsp 934260/RS. Relator(a) Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO. Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA. Data do Julgamento 10/04/2012. Data da Publicação/Fonte DJe 13/04/2012)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. NÃO CONFIGURAÇÃO DE PRETENSÃO RESISTIDA. INCABÍVEL FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. PROVIMENTO NEGADO.
1. Pela aplicação dos princípios da sucumbência e da causalidade em ações cautelares administrativas, para haver condenação a honorários advocatícios pela sucumbência no feito, deve estar caracterizada nos autos a resistência à exibição dos documentos pleiteados.
2. Impossível conhecimento do recurso pela alínea "c" tendo em vista a ausência de similitude fática dos acórdãos paradigmas e o aresto vergastado.
3. Recurso especial improvido. (REsp 1077000/PR, Rel.ª Min.ª MOURA, MARIA THEREZA DE ASSIS. SEXTA TURMA, julg. em 20/08/2009, DJe 08/09/2009). [sublinhou-se]
Não é outro o entendimento desta Corte:
APELAÇÃO. EXIBIÇÃO DOCUMENTO. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. PRETENSÃO RESISTIDA.
Não tendo o banco apresentado a documentação pleiteada até a prolação da sentença, mesmo tendo sido determinada a apresentação, fica demonstrada a recusa à exibição dos documentos, portanto, pela aplicação das regras sobre a sucumbência e a causalidade nas ações cautelares, deve ser condenado ao pagamento de honorários de advogados. (Apelação Cível n. 0003093-96.2011.8.22.0001, Relator Desembargador Sansão Saldanha, j. 25/08/2012)
À luz do exposto, nos termos do art. 557, caput, do CPC, nego provimento ao recurso do réu, e com fulcro no art. 557, § 1º-A, do mesmo Codex, dou provimento ao recurso do autor, reformo a sentença e condeno a instituição financeira ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios do patrono da parte adversa, os quais fixo em R$ 300,00 (trezentos reais), nos termos do art. 20, § 4º, do Diploma Processual Civil.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0009047-26.2011.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0009047-26.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 8ª Vara Cível
Apelante : Banco Itaucard S/A
Advogada : Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Advogado : Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/SP 104061A)
Advogada : Liliana Ferraz da Rocha Rosa (OAB/SP 248531)
Advogado : Adam Miranda Sá Stehling (OAB/SP 252075)
Apelada : Tereza Cácia Ribeiro Duarte
Advogado : Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado : Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a) : Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposta por Banco Itaucard S. A. contra a sentença prolatada pela Juíza de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO, que julgou procedente os pedidos contidos na inicial, declarando a inexistência da dívida, ante a ausência de prova constitutiva, modificativa ou extintiva do direito do autor, e o condenou ao pagamento de indenização por danos morais, fixados em R$ 10.000,00 (dez mil reais), decorrentes da inserção indevida nos cadastros de inadimplentes.
Consta dos autos que o requerente ajuizou ação declaratória de inexistência de débito afirmando que nunca firmou contrato com a instituição financeira, contudo teve seu nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, referente a suposto débito no valor de R$ 991,32 (novecentos e noventa e um reais e trinta e dois centavos).
Inconformado com a sentença condenatória, o banco interpõe recurso de fls. 56/64 arguindo, preliminarmente, a ausência de fundamentação da sentença, sustentando que a magistrada analisou somente os argumentos e documentações acostadas pela recorrida, não se atentando à realidade dos fatos.
No mérito, assegura que a apelada não sofreu danos morais, haja vista as restrições anteriores a perpetrada pelo apelante.
Defende que, ainda que a recorrida não tenha celebrado o contrato que ensejou a negativação, e que seus documentos tenham sido falsificados e utilizados por terceiros, o banco seria tão vítima quanto ela, o que afastaria sua responsabilidade.
Ao final, pugna pelo provimento do recurso com a reforma da sentença, julgando-se totalmente improcedente a pretensão disposta na exordial e, subsidiariamente, seja afastada a condenação pelos danos morais ou reduzido o quantum indenizatório.
Examinados.
Decido.
Preambularmente, impende analisar a ausência de fundamentação da sentença suscitada pelo apelante, sob o argumento de que a juíza a quo deixou de apreciar as assertivas e documentos acostados pela instituição financeira.
Apesar das assertivas, razão não assiste ao apelante, visto que denota-se da sentença atacada que foram sopesados os argumentos de maior relevância para a causa, tanto aqueles extraídos da tese defendida pela recorrida quanto pelo recorrente.
Outrossim, esta Corte adota linha de entendimento no sentido de que não há que se declarar a nulidade da sentença se o julgador manifestou-se suficientemente sobre a matéria controvertida, fundamentando sua decisão.
Nesse sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. NULIDADE DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. RELAÇÃO JURÍDICA. NÃO COMPROVADA. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. QUANTUM REPARATÓRIO ADEQUADO.
Se o julgador manifestar-se suficientemente sobre a matéria controvertida, fundamentando sua decisão não se há que declarar a nulidade da sentença.
[…]
O quantum da compensação deve compreender, dentro do possível, a compensação pelo dano infligido à vitima, ao mesmo tempo servindo elemento inibidor e de sanção ao autor do ato ilícito. (Apelação n. 0048473-16.2009.8.22.0001, Relator Juiz Osny Claro de O. Junior, j. 09/09/2010). [sublinhou-se]
Desse modo, afasto a preliminar de nulidade da sentença e passo à análise do mérito recursal.
Insurge-se a instituição financeira quanto a sentença que declarou a inexistência da dívida e a condenou ao pagamento do valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixado a título de indenização por danos morais decorrentes da inscrição indevida do nome da apelada nos cadastros restritivos.

Não obstante a alegação do banco quanto a falsificação e utilização dos documentos da recorrida, o que afastaria o dever de indenizar, na espécie, a relação entre as partes é de consumo, devendo ser observada a sistemática de responsabilização prevista no Código de Defesa do Consumidor, reduzindo-se drasticamente a amplitude das excludentes de responsabilidade.

O fornecedor passa a ser responsável não só pelos atos por ele praticados mas também por outros que integrem o serviço prestado, o que a doutrina classifica como fortuito interno, ou seja, a conduta que gera o dano decorre da própria empresa ou do modo com que realiza a atividade que desenvolve para obtenção de lucro.

Dessa maneira, não merecem prosperar as alegações quanto a inexistência do dever de indenizar, haja vista a ocorrência de culpa de terceiro.

Ademais, verifico que a instituição financeira sequer trouxe aos autos documentos comprobatórios da relação contratual entre as partes, ônus que lhe incumbia nos termos do artigo 333, inciso II do Código de Processo Civil (CPC).

Assim, não tendo o apelante comprovado a relação jurídica entre as partes, o débito é inexigível e a inscrição indevida.

Não obstante a conduta ilegítima por parte do banco, o dever de indenizar esbarra na existência de outra e anterior anotação negativa em nome da apelada, conforme consulta de fls. 12.

A existência de prévia inscrição, além daquela promovida pelo apelante, conduz à conclusão de que dano algum foi causado por este.

Nesse sentido, já pacificou o Superior Tribunal de Justiça (STJ):

DIREITO DO CONSUMIDOR. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA. EXISTÊNCIA DE OUTROS REGISTROS.

1. É ilegal a inscrição de nome de devedor nos serviços de proteção ao crédito sem a notificação prévia exigida pelo art. 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor.

2. Incabível, entretanto, o pagamento de indenização a título de dano moral quando o devedor já tiver outras inscrições em órgãos de proteção ao crédito.

3. Agravo regimental improvido (STJ, AgRg no REsp. n. 992686/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Quarta Turma, DJe 22/03/2010). [sublinhou-se]

Ademais, o enunciado da Súmula n. 385 do STJ dispõe que "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento".

O mesmo entendimento é adotado por esta Câmara, vejamos:

INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DÍVIDA PAGA.

A simples inscrição indevida do nome da autora no cadastro negativador por si só implica a obrigação de indenizar pelo dano suportado, isso se não houver outras inscrições anteriores, quando se aplica ao caso a Súmula 385 do STJ. (Apelação Cível n. 0010450-61.2010.8.22.0002, Relator Desembargador Alexandre Miguel, j. 29/02/2012)

AÇÃO INDENIZATÓRIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO RESTRITIVO DE CRÉDITO. DANO MORAL. INSCRIÇÕES ANTERIORES. IMPROCEDÊNCIA.

Não comprovada a origem de débito atribuído ao consumidor, tal dívida deve ser declarada inexistente, mostrando-se indevida a inscrição de seu nome em órgãos restritivos de crédito.

Comprovado que o consumidor possui anotações anteriores em órgãos restritivos de crédito, deve ser julgada improcedente a pretensão de recebimento de indenização por dano moral. (Apelação Cível n. 0072510-10.2009.8.22.0001, Relator Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, j. 02/03/2011)

Portanto, ante a existência de inscrição anterior, a negativação promovida pela instituição financeira não é potencialmente suficiente para causar dano à apelada, merecendo a sentença ser reformada neste ponto.

À luz do exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao recurso para afastar a ocorrência do dano moral, mantendo apenas a inexistência da relação jurídica conforme decidido em primeiro grau.

No que tange aos honorários, tendo em vista que as partes decaíram parcialmente em seus pedidos, reconheço a sucumbência recíproca, nos termos do art. 21 do CPC.

Publique-se.

Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.

Desembargador Kiyochi Mori

Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

0001803-40.2011.8.22.0003 - Apelação

Origem : 0001803-40.2011.8.22.0003 Jaru / 2ª Vara Cível

Apelante : Interligação Elétrica do Madeira S.A.

Advogado : Ronaldo Bovo (OAB/RO 4780)

Advogado : Vinicius Vecchi de Carvalho Ferreira (OAB/RO 4466)

Apelado : Edvar de Souza Lima

Advogado : Fabrício Moura Ferreira (OAB/RO 3762)

Advogado : Felipe Cardoso da Freiria (OAB/RO 4352)

Apelada : Maria de Lourdes Gon Lima

Advogado : Fabrício Moura Ferreira (OAB/RO 3762)

Advogado : Felipe Cardoso da Freiria (OAB/RO 4352)

Relator(a) : Des. Kiyochi Mori

Revisor(a) : Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia

Despacho

À Procuradoria de Justiça para manifestação, considerando-se os termos do artigo 82, inciso III do Código de Processo Civil.

Após, retornem os autos conclusos.

Intime-se.

Publique-se.

Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.

Desembargador Kiyochi Mori

Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

0077186-86.2009.8.22.0005 - Apelação

Origem : 0077186-86.2009.8.22.0005 Ji-Paraná / 3ª Vara Cível

Apelante : Eletro J. M. Ltda - Novalar Motos

Advogada : Daniele Coltro Raposo (OAB/RO 4369)

Advogada : Suzana Avelar de Santana (OAB/RO 3746)

Advogado : Severino José Peterle Filho (OAB/RO 437)

Advogada : Luciene Peterle (OAB/RO 2760)

Advogado : Rodrigo Peterle (OAB/RO 2572)

Apelado : Dafra da Amazônia Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda

Advogada : Bruna Carla Alves Pereira (OAB/RO 4034)

Advogado : Benedicto Celso Benício Júnior (OAB/SP 131896)

Apelado : Edimo Lopes

Advogado : Lurival Antonio Ercolin (OAB/RO 64B)

Advogado : Dilermando Cardoso Ercolin (OAB/RO 468E)

Apelado : João Paulo da Rocha
Advogado : Lurival Antonio Ercolin (OAB/RO 64B)
Advogado : Dilermando Cardoso Ercolin (OAB/RO 468E)
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a): Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Verifica-se que o recurso interposto por Eletro J. M. Ltda. – Novalar Motos se mostra extemporâneo, haja vista ter sido protocolizado em 13/06/2011, a despeito de a decisão dos embargos de declaração opostos pela empresa Dafra da Amazônia Uindústria e Comércio de Motocicletas Ltda. somente ter sido disponibilizada no DJE n. 119, de 01/07/2011, considerando-se como data da publicação do dia 04/07/2011, não tendo havido a devida ratificação.
Conforme cediço, os declaratórios são opostos justamente com o escopo de se obter a complementação e o aclaramento da decisão embargada, além de interromper o prazo para a interposição de outros recursos (CPC, art. 538), inferindo-se, portanto, que o presente apelo foi aviado antes mesmo do julgamento da decisão a ser atacada, o que não se pode admitir.
Sobre o tema, insta trazer à baila precedente do egrégio Superior Tribunal de Justiça, que bem pontua a necessidade de ratificação do recurso manejado em momento anterior ao julgamento dos embargos de declaração, mesmo quando opostos pela parte contrária:
PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO INTERPOSTA ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO POSTERIOR. PREMATURIDADE CONFIGURADA.
1. Artigo 538 do Código de Processo Civil: Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos por qualquer das partes.
2. Verifica-se que o prazo para interposição do recurso de apelação só se inicia com a publicação do julgamento dos embargos de declaração, uma vez que estes tem natureza integrativa do acórdão anterior.
3. No presente caso, estamos a lidar com apelação apresentada antes da publicação do resultado dos embargos de declaração contra sentença, ou seja, também antes de encerrada a prestação jurisdicional no 1º grau. Há de se ressaltar, outrossim, que não há nos autos petição da recorrida ratificando os termos da apelação.
Dessa forma, tenho que a prematuridade da apelação aqui se configurou.
4. Recurso especial provido para anular o aresto estadual e, consequentemente, manter a procedência do pedido, conforme sentença de fls. 91/92. Prejudicados os demais temas. (REsp 1009424/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/11/2010, DJe 02/12/2010)
Esta Corte trilha no mesmo sentido:
Agravo interno. Decisão monocrática que negou seguimento aos embargos infringentes. Recurso prematuro.
Os embargos infringentes interpostos antes mesmo do julgamento dos embargos de declaração são extemporâneos quando não reiterados ou ratificados no momento oportuno. (Agravo n. 0001101-06.2011.8.22.0000, Relator Desembargador Waltenberg Junior, j. 08/04/2011)
E mais: Agravo de Instrumento n. 0009843-83.2012.8.22.0000, Relator Desembargador Alexandre Miguel, j. 13/11/2012; e Apelação n. 0250662-80.2009.8.22.0001, Relator Desembargador Eliseu Fernandes, j. 17/01/2011.
À luz do exposto, nego seguimento ao recurso, fazendo-o monocraticamente, com fundamento no artigo 557, caput do Código de Processo Civil.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0001175-39.2011.8.22.0007 - Apelação
Origem : 0001175-39.2011.8.22.0007 Cacoal / 1ª Vara Cível
Apte/Apdo : Miguel Antonio Paes de Barros Filho
Advogada : Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Advogado : Miguel Antônio Paes de Barros (OAB/RO 301)
Apda/Apte : B2W - Companhia Global do Varejo
Advogado : Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Advogada : Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)
Advogado : Luis Felipe Freind dos Santos (OAB/RJ 155718)
Advogado : Eduardo Barros Miranda Périllier (OAB/RJ 119157)
Advogado : Thiago Mahfuz Vezzi (OAB/SP 228213)
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a) : Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Verifica-se que o recurso interposto por Miguel Antonio Paes de Barros Filho se mostra extemporâneo, haja vista ter sido protocolizado em 18/08/2011, a despeito de a decisão dos embargos de declaração opostos pela empresa requerida somente ter sido disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico de 30/09/2011, não tendo havido a devida ratificação.
Conforme cediço, os declaratórios são opostos justamente com o escopo de se obter a complementação e o aclaramento da decisão embargada, além de interromper o prazo para a interposição de outros recursos (CPC, art. 538), inferindo-se, portanto, que o presente apelo foi aviado antes mesmo do julgamento da decisão a ser atacada, o que não se pode admitir.
Sobre o tema, insta trazer à baila precedente do egrégio Superior Tribunal de Justiça, que bem pontua a necessidade de ratificação do recurso manejado em momento anterior ao julgamento dos embargos de declaração, mesmo quando opostos pela parte contrária:
PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO INTERPOSTA ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO POSTERIOR. PREMATURIDADE CONFIGURADA.
1. Artigo 538 do Código de Processo Civil: Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos por qualquer das partes.
2. Verifica-se que o prazo para interposição do recurso de apelação só se inicia com a publicação do julgamento dos embargos de declaração, uma vez que estes tem natureza integrativa do acórdão anterior.
3. No presente caso, estamos a lidar com apelação apresentada antes da publicação do resultado dos embargos de declaração contra sentença, ou seja, também antes de encerrada a prestação jurisdicional no 1º grau. Há de se ressaltar, outrossim, que não há nos autos petição da recorrida ratificando os termos da apelação.
Dessa forma, tenho que a prematuridade da apelação aqui se configurou.
4. Recurso especial provido para anular o aresto estadual e, consequentemente, manter a procedência do pedido, conforme

sentença de fls. 91/92. Prejudicados os demais temas. (REsp 1009424/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/11/2010, DJe 02/12/2010)
Esta Corte trilha no mesmo sentido:
Agravo interno. Decisão monocrática que negou seguimento aos embargos infringentes. Recurso prematuro.
Os embargos infringentes interpostos antes mesmo do julgamento dos embargos de declaração são extemporâneos quando não reiterados ou ratificados no momento oportuno. (Agravo n. 0001101-06.2011.8.22.0000, Relator Desembargador Waltenberg Junior, j. 08/04/2011)
A apelação interposta pela B2W – Companhia Global do Varejo, igualmente, não deve ser conhecida, por estar deserta (fl. 204 dos autos digitais), consoante prevê o artigo 511 do Código de Processo Civil (CPC).
À luz do exposto, nego seguimento aos recursos, fazendo-o monocraticamente, com fundamento no art. 557, caput do Código supracitado.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0008685-24.2011.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0008685-24.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante : Banco Itaú Leasing S.A.
Advogado : Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogada : Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogado : Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Apelado : Francisco Erivaldo Furtado
Advogado : Ademir Dias dos Santos (OAB/RO 3774)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Não há nos autos certidão comprobatória de que a parte apelante/recorrida Banco Itaú Leasing S.A fora intimada para apresentar contrarrazões ao recurso adesivo.
Assim, determino a intimação da referida parte para, querendo, cumprir o ato, a fim de se evitar futura alegação de cerceamento de defesa
Determino, ainda, a intimação do apelante para complementar o preparo recursal, devendo considerar o valor da condenação arbitrada a título de indenização por dano moral, no prazo de cinco dias, sob pena de deserção, conforme artigo 511, §2º, do CPC.
Decorrido o prazo, conclusos, com ou sem regularização.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 8 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0006276-72.2011.8.22.0002 - Apelação
Origem : 0006276-72.2011.8.22.0002 Ariquemes / 1ª Vara Cível
Apte/Apda : Jamile dos Santos Nicoleti
Advogado : Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Advogada : Maria Cristina Dall'Agnol (OAB/RO 4597)
Advogado : Juliano Dias de Andrade (OAB/RO 5009)
Apdo/Apte : Banco Volkswagen S/A
Advogado : Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Advogada : Cynthia Durante (OAB/RO 4678)
Advogado : Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogado : Vagner Marques de Oliveira (OAB/SP 159335)
Advogado : Rafael Souza Nunes (OAB/RO 5068)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Determino a intimação dos apelantes Jamile dos Santos Nicoleti e Banco Volkswagen S/A para complementar o preparo recursal, devendo considerar o valor da condenação arbitrada, no prazo de cinco dias, sob pena de deserção, conforme artigo 511, §2º, do CPC.
Decorrido o prazo, conclusos, com ou sem regularização.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 08/08/13.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0005762-22.2011.8.22.0002 - Apelação
Origem : 0005762-22.2011.8.22.0002 Ariquemes / 2ª Vara Cível
Apelante : Carlos Roberto Blafert
Advogada : Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
Apelada : Dalva Maria Pereira
Advogado : Alex Souza de Moraes Sarkis (OAB/RO 1423)
Advogado : Rafael Burg (OAB/RO 4304)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Determino a intimação do apelante Carlos Roberto Blafert para complementar o preparo recursal, devendo considerar o valor da condenação arbitrado a título de indenização por dano material e moral, no prazo de cinco dias, sob pena de deserção, conforme artigo 511, §2º, do CPC.
Decorrido o prazo, conclusos, com ou sem regularização.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 08/08/13
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0016904-26.2011.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0016904-26.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 8ª Vara Cível
Apelante : Maria Berenice Gomes do Carmo
Advogado : Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado : Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Apelado : Banco BMG S.A.
Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Advogado : Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada : Paula Prates Boggione Guimarães (OAB/MG 127451)
Advogada : Natália Kelly Garbazza de Carvalho (OAB/MG 132164)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes

Vistos.
Determino a intimação da apelante Maria Berenice Gomes do Carmo para complementar o preparo recursal, devendo considerar o valor dado à causa, no prazo de cinco dias, sob pena de deserção, conforme artigo 511, §2º, do CPC.
Decorrido o prazo, conclusos, com ou sem regularização.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 8/8/13
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0005625-09.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0005625-09.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 8ª Vara Cível
Apelante : Banco Semear S/A
Advogado : Jorge Honorato (OAB/RO 2043)
Advogada : Camila de Araújo Lana (OAB/MG 124532)
Advogada : Ana Carolina Araujo Barbosa de Assis (OAB/MG 112610)
Apelada : Terezinha do Carmo Moreira Camargo
Advogado : Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Advogado : Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Determino a intimação do apelante Banco Semear S/A para complementar o preparo recursal, devendo considerar o valor da condenação arbitrada, no prazo de cinco dias, sob pena de deserção, conforme artigo 511, §2º, do CPC.
Decorrido o prazo, conclusos, com ou sem regularização.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 8 agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0011018-80.2010.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0011018-80.2010.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 8ª Vara Cível
Apte/Apda : Engecom Engenharia Comércio e Indústria Ltda
Advogado : Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Advogado : Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303B)
Advogada : Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)
Advogada : Juliene Janones Manfredinho (OAB/PR 49217)
Advogado : Albino Melo Souza Júnior (OAB/RO 4464)
Advogado : Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
Advogada : Beatriz Veiga Cidin (OAB/RO 2674)
Apdo/Apte : Jose Hamilton Nobre Junior
Advogado : Uerlei Magalhães de Morais (OAB/RO 3822)
Advogado : Sérgio Alexandre Dias Freire (OAB/RO 3862)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Determino a intimação do apelante Jose Hamilton Nobre Junior para complementar o preparo recursal, devendo considerar o valor da condenação arbitrado a título de indenização por dano moral e material, no prazo de cinco dias, sob pena de deserção, conforme artigo 511, §2º, do CPC.
Decorrido o prazo, conclusos, com ou sem regularização.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 8/8/13.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
pCamaraDistribuicao
0002723-20.2011.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0002723-20.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 3ª Vara Cível
Apelante : Natura Cosméticos S/A
Advogado : Eduardo Luiz Brock (OAB/SP 91311)
Advogada : Vanessa Maria Sapiência (OAB/SP 201297)
Advogada : Ilka Suemi Nozawa de Oliveira (OAB/SP 221651)
Apelado : Alex Pinheiro
Advogado : Pedro Wanderley dos Santos (OAB/RO 1461)
Advogado : Telson Monteiro de Souza (OAB/RO 1051)
Relator(a) : Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor(a) : Des. Alexandre Miguel
Vistos.
À fl. 101 dos autos consta certidão do 2º Departamento Judiciário Cível, noticiando que em 2/8/2013 foi apresentada petição física por Natura Cosméticos S/A, em desacordo com o estabelecido no parágrafo único do art. 7º da Instrução Conjunta n. 014/2010-PR-CG.
Pois bem, considerando a situação de desconformidade com o estabelecido na referida instrução conjunta não recebo a citada petição física.
Ressalto que a parte apelante procedeu nos autos de igual forma em outra oportunidade e a sua petição também não foi recebida.
Assim, a peça física permanecerá até 90 (noventa) dias no departamento à disposição do subscritor para devolução. Decorrido o prazo sem manifestação da parte, o documento será inutilizado.
Publique-se.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 8 de agosto de 2013.
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0000854-82.2012.8.22.0002 - Apelação
Origem : 0000854-82.2012.8.22.0002 Ariquemes / 2ª Vara Cível
Apelante : Banco BMG S/A
Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Advogado : Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada : Paula Prates Boggione Guimarães (OAB/MG 127451)
Advogada : Natália Kelly Garbazza de Carvalho (OAB/MG 132164)
Apelado : Graciliano Costa
Advogado : Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a): Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Trata-se de apelação interposta pelo Banco BMG S.A, em face de, contra decisão proferida pelo Juízo a quo, que julgou procedente o pedido inicial, formulado por Graciliano Costa, condenando-o ao pagamento de indenização a título de danos morais no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), corrigido monetariamente a partir da sentença, com juros de 1% ao mês a partir da citação, bem como R$ 3.741,08 (três mil setecentos e quarenta e um reais e oito centavos), pela repetição de indébito, corrigido monetariamente desde a data do efetivo desconto, acrescidos de juros de mora, no percentual de 1% ao mês, desde a citação.

Condenou-o, ainda, ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por por cento) sobre o valor da condenação.
Nas razões da apelação (fls. 95/102), a instituição bancária sustenta, em síntese, que não há que se falar em fraude, mas sim de um contrato de empréstimo consignado realizado com toda documentação necessária para tanto.
Acrescenta que, conforme documentação acostada aos autos, toda a documentação pessoal da recorrida foi exigida no ato da contratação, não agindo, em nenhum momento, de maneira negligente.
Afirma impossibilidade da restituição em dobro, visto que não houve cobrança indevida no benefício da autora.
Ao final, pugna pela improcedência e, subsidiariamente, redução da condenação referente aos danos morais para enquadrar em parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade.
Em recurso adesivo (fls. 113/116), Graciliano Costa requer a majoração do quantum atribuído aos danos morais para R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), acrescidos de juros e correção monetária, devendo incidir a partir da data do primeiro desconto e a repetição do indébito em dobro, acrescido de juros e correção monetária a partir de cada desconto.
Ausentes as contrarrazões.
Examinados.
Decido.
Conheço do recurso por ser próprio e tempestivo.
Trata-se de indenização por danos morais sob o argumento de ter experimentado abalo moral advindo de descontos indevidos em benefícios do INSS, que decorreu de contrato de financiamento, com documentos fraudados.
Com referência à alegação de que o banco não agiu de má-fé, cumpre, então, avaliar a responsabilidade da instituição financeira pelos danos sofridos por seus clientes em decorrência de fraudes perpetradas por terceiros.
O fato de ter ocorrido fraude perpetrada por terceiro não é suficiente para o afastamento da responsabilidade civil pela inexistência de nexo de causalidade, o que, prima facie, está de acordo com a regra geral estampada no artigo 403 do Código Civil (CC).
No entanto, a relação entre as partes é de consumo, devendo ser observada a sistemática de responsabilização prevista no Código de Defesa do Consumidor (CDC), sendo o CC aplicável de forma subsidiária.
Nesses termos, prevalece, em relações consumeristas, a responsabilização pelo risco da atividade, reduzindo-se drasticamente a amplitude das excludentes do dever de indenizar.
O fornecedor passa a ser responsável não só pelos atos por ele praticados mas também por outros que integrem o serviço prestado, o que a doutrina classifica como fortuito interno, ou seja, a conduta que gera o dano decorre da própria empresa ou do modo com que realiza a atividade que desenvolve para obtenção de lucro.
Corroborando o citado entendimento doutrinário, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) editou a Súmula n. 479, nos seguintes termos: “As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias”.
Destarte, o delito ou a fraude cometida por um terceiro que usa documentos falsificados não isenta o banco de pagar o prejuízo, porque isso é considerado fortuito interno, isto é, não está incluído na hipótese de exclusão da responsabilidade por ausência de nexo causal.
Dessa maneira, não merecem prosperar as alegações da apelante.
Ambas as partes insurgem-se quanto ao valor arbitrado à título de danos morais.
No que concerne ao quantum da indenização, é notório que a indenização não compensa os danos sofridos, pois estes são intangíveis, entretanto, tem por finalidade abrandar os sofrimentos causados.
Considerando os requisitos circunstanciais, para uma prudente fixação do valor por condenação em dano moral, mister relevar-se a condição social da recorrida e o efeito do dano gerado no seu cotidiano, fatores esses que analisados à margem dos autos e em consonância com os parâmetros adotados por esta Corte, conduzem à manutenção do valor da condenação.
A fixação da condenação deve ter por base o binômio valor de desestímulo e o valor compensatório. De outro norte, a compensação pecuniária tem por objetivo abrandar os sofrimentos causados à apelada, não podendo exceder-se nesse ponto.
Nessa dimensão, as decisões judiciais têm se orientado por múltiplas alternativas e soluções, mas sempre atreladas em formulações teórico-doutrinárias e nos entendimentos pretorianos.
Sobre a matéria CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, in Responsabilidade Civil, n. 49, p. 60, preleciona:
A vítima de uma lesão a algum daqueles direitos sem cunho patrimonial efetivo, mas ofendida em um bem jurídico que em certos casos pode ser mesmo mais valioso do que os integrantes de seu patrimônio, deve receber uma soma que lhe compense a dor ou sofrimento, a ser arbitrada pelo Juiz, atendendo às circunstâncias de cada caso, e tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido. Nem tão grande que se converta em fonte de enriquecimento ilícito, nem tão pequena que torne inexpressiva. Mas é certo que a situação econômica do ofensor é um dos elementos da quantificação, não pode ser levado ela ao extremo de se defender que as suas más condições o eximam do ressarcitório. Como proclama Briz, o fato patrimonial é só um dentre vários que se hão de levar em conta. Esta situação é de ser ponderada, como também a existência de um seguro responsabilidade, posto não seja este um elemento decisivo.
Ao ponderar axiologicamente para fixar o quantum devido à vítima, o julgador não deve perder de vista os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, coibindo os excessos, ou seja, a indenização deve ser nem tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequena que se torne inexpressiva.
Esse tem sido o critério adotado pela jurisprudência do STJ:
ADMINISTRATIVO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - DANOS MORAIS E ESTÉTICOS - [...]
1. O valor do dano moral deve ser arbitrado segundo os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, não podendo ser irrisório, tampouco fonte de enriquecimento sem causa, exercendo função reparadora do prejuízo e de prevenção da reincidência da conduta lesiva.
[...]
Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 1259457/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/04/2010, DJe 27/04/2010)
No caso em tela, mantenho a condenação no patamar fixado pelo juízo a quo, por ser adequado à satisfação da justa proporcionalidade entre o ato ilícito e o prejuízo moral sofrido pelo apelado, bem como apto a atender ao caráter compensatório e inibidor a que se propõe a ação reparatória.

Concernente à condenação em dobro por repetição de indébito nos termos do art. 42, parágrafo único do CDC, verifico que deve ser mantida, pois de fato foi comprovado que a autor pagou efetivamente por débito cobrado indevidamente.
Nesse sentido:
Indenização. Dano moral. Repetição de indébito. Efeitos da revelia. Contratação de empréstimo. Inscrição. Cobrança indevida. Negativa de crédito. Negligência da instituição. Dever de indenizar. Valor indenizatório. Valor cobrado indevidamente. Comprovação de pagamento.
[...]
Há o dever de a instituição financeira indenizar por dano moral quando em decorrência de empréstimo desconhecido a parte-autora sofre negativa de crédito pelo comércio local, cobranças indevidas e tem o nome inscrito em cadastros restritivos de crédito.
É devida a condenação por repetição de indébito nos termos do art. 42, parágrafo único, do CDC quando comprovado que o consumidor pagou por débito indevidamente cobrado.
Ao fixar o valor indenizatório, a título de dano moral, o juiz deve se primar pela razoabilidade na fixação dos valores, dependendo sempre do grau de culpa, intensidade da repercussão e condições, bem como as peculiaridades de cada caso, devendo ser reduzido quando corresponder a valor superior aos danos efetivamente sofridos.
(Apelação Cível n. 0012778-64.2010.8.22.0001, Relator Desembargador Alexandre Miguel, j. 09/11/2011)
Posto isso, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, monocraticamente, nego provimento aos recursos.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0000787-44.2013.8.22.0015 - Apelação
Origem : 0000787-44.2013.8.22.0015 Guajará-Mirim / 2ª Vara Cível
Apelante : Reginaldo Moreno Macurape
Advogado : Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)
Apelada : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Advogado : Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)
Advogado : Cynthia Maria Alecrim de Morais (OAB/RO 4357)
Advogado : Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a):
Vistos.
Trata-se recurso de apelação interposto por Reginaldo Moreno Macurape contra a decisão do juízo a quo, que julgou improcedente a ação de cobrança de seguro obrigatório, visto que não há valor adicional ou complementar a ser pago.
Sustenta que houve cerceamento de defesa por não ter sido anexado laudo de médico particular que atestasse a debilidade e que, ao não permitir a produção de prova pericial, foi violado o disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal (CF).
Ao final, requer a remessa à instância inferior para designação de perícia médica para posterior decisão de mérito ou que se julge, de plano, a demanda procedente, reformando-se a sentença.
Contrarrazões às fls. 167/170.
Examinados.
Decido.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
A recorrente afirma que houve cerceamento de defesa.
Impende salientar que, nesse tocante, os autos foram instruídos com laudo médico à fl. 119.
Considerando que o magistrado é o destinatário da prova, compete a ele o juízo de conveniência sobre a utilidade e pertinência de novo laudo pericial para embasar a decisão no caso concreto.
O contraditório e a ampla defesa são direitos constitucionais insertos no art. 5º, inc. LV da CF, os quais são assegurados aos litigantes em processo administrativo ou judicial com os meios e recursos a eles inerentes.
Assim, torna-se importante, na aferição da ocorrência ou não de cerceamento de defesa, analisar o caso concreto a fim de estabelecer se era necessária a realização das provas requeridas e se essas são realmente úteis ou indispensáveis à solução da controvérsia.
No caso em comento, o laudo acostado aos autos foi emitido em 06/10/2011 e o sinistro ocorreu em 27/03/2011, isto é, a perícia foi realizada após mais de seis meses da data do acidente, o que comprova que a invalidez é permanente, não havendo possibilidade de reversão.
Nesse sentido, colaciona-se a seguinte jurisprudência desta Corte:
Indenização. Julgamento antecipado. Cerceamento defesa. Inocorrência. Danos morais. Vítima fatal. Comprovação de relação empregatícia. Culpa in eligendo e in vigilando. Não configuração. Desavença anterior entre companheiros de trabalho. A produção de provas somente poderá ser assegurada à parte, se elas se mostrarem pertinentes e relevantes ao feito, pois cabe ao magistrado decidir sobre a necessidade da produção de provas, nos termos do que estabelecem os arts. 130 e 131 do CPC, pois toda prova é dirigida a ele e incumbe-lhe sua direção e deferimento ou indeferimento. […] (Apelação Cível n. 100.020.2002.000220-3, Relator Desembargador Kiyochi Mori, j. 14/3/2006)
Nesse diapasão, o indeferimento de nova prova pericial não configura cerceamento de defesa.
No que concerne ao valor da indenização, tendo em vista o acidente ter ocorrido 27/03/2011, sob a égide da Lei n.11.945/2009, que alterou os artigos 3º e 5º da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, bem como incluiu a tabela para cálculo da indenização, de acordo com o grau de lesão apurado:
Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:
I - R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; II - até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; eIII - até R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.
§ 1o No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer

medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e
II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.
Assim, diante do caso concreto, temos que a indenização deve ser aplicada no patamar de 70% tendo em vista o laudo médico atestar lesão decorrente do acidente: fratura de úmero direito e perda de baço (Item 5) e, "sequela atual e conclusão: lesão grave com fratura de úmero e dor local de braço direito e dor em abdômen com debilidade permanente (fl. 119), temos o que se segue:
Perda total de uso de um dos membros superiores: 70% de R$13.500,00 = R$ 9.450,00 x 75% (laudo médico atesta lesão grave - artigo 3º, §1º, II da Lei 6.194/74) = R$7.087,50
Perda do baço: 10% de R$13.500,00 = R$1.350,00 – R$3.712,50 (valor recebido administrativamente) = R$4.725,00.
Assim, no que tange ao quantum, o apelante faz jus ao valor de R$4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, §1º, do Código de Processo Civil, concedo provimento parcial ao apelo para condenar a seguradora ao pagamento do valor remanescente de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais).
Publique-se.
Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0004954-41.2012.8.22.0015 - Apelação
Origem : 0004954-41.2012.8.22.0015 Guajará-Mirim / 2ª Vara Cível
Apelante : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Advogado : Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Advogado : Cynthia Maria Alecrim de Morais (OAB/RO 4357)
Advogado : Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Apelada : Joselina Ventura Paes
Advogado : Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a):
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposto pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A contra a decisão do juízo a quo, que julgou procedente o pedido formulado na ação de cobrança de seguro obrigatório ajuizada por Joselina Ventura Paes, condenando-a ao pagamento de R$1.732,50 (mil setecentos e trinta dois reais e cinquenta centavos), a título de indenização por invalidez permanente, acrescido de correção monetária a contar da propositura da ação e juros desde a citação, além das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação.
Sustenta a necessidade da lesão ser enquadrada na exata proporção e extensão apuradas por meio de perícia média especializada através do laudo elaborado pelo IML, em conformidade com a legislação.
Afirma que a indenização já fora efetuada de acordo com o grau da lesão sofrida pela recorrida, apurada administrativamente em R$3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos).
Aduz o laudo trazido pelo apelado não traz a graduação da lesão, caracterizando laudo inconclusivo, não havendo que se falar em complementação, mas sim, em reforma do equivocado julgado singular.
Ao final, pugna pela anulação da sentença e pela improcedência da ação em razão do pagamento administrativo realizado.
Contrarrazões às fls. 76/79, pela manutenção da decisão.
Examinados.
Decido.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
No que tange ao argumento de que já houve pagamento administrativo, tal não deve prevalecer, pois não discrepa a jurisprudência ao afirmar que o recibo dado na esfera administrativa não importa na renúncia ao pagamento integral, como reiteradamente vem entendendo o egrégio Superior Tribunal de Justiça, ante a disposição legal quanto ao valor da indenização, de modo que, se ao segurado é pago valor menor, a quitação se dá apenas em relação ao que foi recebido, conforme se verifica nos seguintes julgados:
[...] O recibo de quitação firmado pelo beneficiário de seguro obrigatório -
DPVAT de forma plena, mas relativo à satisfação parcial do valor disposto no art. 3º da Lei n. 6.194/74, não traduz renúncia ao montante que é assegurado por força de lei, permitindo reivindicar em juízo acomplementação. [...] (Apelação cível n. 100.009.2005.000883-6, Relator Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, j. 16/08/2006)
[...] A quitação parcial da dívida não implica em renúncia ao crédito, cuja diferença permanece, podendo ser objeto de cobrança por parte do credor. […] (Apelação cível n. 100.001.2006.000834-1, Relator Desembargador Roosevelt Queiroz Costa, j. 22/11/2006)
O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar em juízo a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie (4ª Turma, REsp. 296.675/SP. rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, unânime, DJU de 23/9/2002)
Com relação ao pleito de anulação da sentença e pela improcedência da ação por falta do laudo emitido pelo Instituto Médico Legal, tenho que a ausência do laudo pericial emitido pelo IML, não deve obstar a comprovação do direito do autor, o qual poderá ser verificado no curso do processo, por qualquer outro meio admitido em Direito, nos termos do art. 332 do Código Processo Civil: "CPC. Art. 332. Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa".
Ademais, nos termos do art. 131 do CPC, "o juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias

constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que formaram o convencimento".

Portanto, o Juiz não está vinculado a uma prova específica, ao contrário, havendo nos autos conjunto probatório robusto ou a possibilidade de formação de provas no curso do processo, a apreciação da pretensão deduzida pelo autor não pode ser afastada.

Assente é o entendimento que não há necessidade de juntada de laudo oficial.

Nesse sentido, trago a lume decisão do eminente Desembargador Alexandre Miguel:

Trata-se de agravo de instrumento interposto por Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DVAT S.A. contra decisão proferida nos autos da ação de cobrança movida por Cristiano Souza Santos.

Insurge-se contra a decisão de fls. 78/79, proferida pelo juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Vilhena, a seguir transcrita:

DECISÃO

A requerida Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT alegou, em preliminares: 1- ausência do laudo emitido pelo IML; 2- ônus do autor em comprovar a invalidez alegada; 3- necessidade de perícia complementar a ser realizada pelo IML.

Passo à apreciação.

1- AUSÊNCIA DE LAUDO EMITIDO PELO IML

A falta de laudo emitido pelo IML, por si só, não leva ao indeferimento da petição inicial, se pode ser comprovado por outros meios, como laudo médico. Neste sentido:AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRELIMINARES. AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. IRRELEVÂNCIA. LAUDO IML. OMISSÃO. DOCUMENTO SUBSTITUÍDO POR OUTROS QUE ATESTEM O ALEGADO. POSSIBILIDADE. DEBILIDADE PERMANENTE NÃO COMPROVADA.DPVAT1. PARA QUE O JURISDICIONADO INGRESSE COM PLEITO JUDICIAL CABÍVEL, NÃO SE FAZ NECESSÁRIO O ESGOTAMENTO PRÉVIO NA VIA ADMINISTRATIVA, MESMO PORQUE A SIMPLES OFERTA DE CONTESTAÇÃO AOS AUTOS JÁ DEMONSTRA A RESISTÊNCIA DA SEGURADORA/RÉ.2. PREENCHIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 282 DO CPC E INSTRUÍDA A PETIÇÃO INICIAL COM DOCUMENTO PERTINENTES COM A CAUSA DE PEDIR E O PEDIDO DEDUZIDO PELO DEMANDANTE, NÃO HÁ SE FALAR EM INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS QUE ATESTEM OS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO, POIS O AUTOR CUMPRIU A EXIGÊNCIA DO ARTIGO 283 DO CPC. ALÉM DISSO, O LAUDO EMITIDO PELO IML NÃO CONSTITUI DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL PARA A PROPOSITURA DA DEMANDA. PRECEDENTE.282CPC283CPC3. A IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DE PROVA DE QUE A LESÃO TENHA SIDO CAPAZ DE CARACTERIZAR DEBILIDADE PERMANENTE É MEDIDA QUE SE IMPÕE.4. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO, REJEITADAS AS PRELIMINARES. - (388024920108070001 DF 0038802-49.2010.807.0001, Relator: LEILA ARLANCH, Data de Julgamento: 15/03/2012, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 11/04/2012, DJ-e Pág. 140, undefined) extraído do site

2- ÔNUS DO AUTOR EM COMPROVAR A INVALIDEZ ALEGADA

Como já disse o requerido, ônus em provar refere-se a prova, e não matéria preliminar para extinguir o feito sem resolução de mérito. Rejeito a preliminar suscitada por se tratar de matéria probatória.

3- NECESSIDADE DE PERÍCIA COMPLEMENTAR A SER REALIZADA PELO IML

É necessária a perícia complementar, no entanto, se faz no curso do processo, não sendo impedimento para o processamento da ação, e não se faz necessária que seja feita pelo IML, mas sim por qualquer meio que comprove a ocorrência (ou não) da invalidez.

Dou o processo por saneado.

[...]

(Agravo de Instrumento n. 0005443-26.2012.8.22.0000)

Destarte, sendo prescindível o laudo emitido pelo IML, sem razão a apelante.

Saliente-se que o apelado juntou os documentos de fls. 14/17, capazes de comprovar o alegado na exordial.

Pois bem.

A apelante envolveu-se em acidente no dia 27/06/2011, portanto, no período de vigência da Lei n.11.945/2009, que alterou os artigos 3º e 5º da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, bem como incluiu a tabela para cálculo da indenização, de acordo com o grau de lesão apurado:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; II - até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e III - até R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; eII - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

O laudo emitido pelo médico ortopedista atesta lesão grave com lesão de LCA em joelho esquerdo mais FCC e TESTA e TCE (fl. 17), razão pela qual a decisão a quo deverá ser mantida.

Posto isso, nos termos do art. 557, caput do CPC, monocraticamente, nego provimento ao recurso.

Publique-se.

Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.

Desembargador Kiyochi Mori

Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0005761-03.2012.8.22.0002 - Apelação
Origem : 0005761-03.2012.8.22.0002 Ariquemes / 2ª Vara Cível
Apelante : Claro S/A
Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Advogado : Amauri Luiz de Souza (OAB/RO 1301)
Advogado : Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Apelada : Débora Azevedo da Silva Nascimento
Advogado : Márcio Aparecido Miguel (OAB/RO 4961)
Advogada : Dilene Marly Granzotto (OAB/RO 4024)
Advogada : Eunice de Oliveira Santos (OAB/RO 4801)
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a): Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.

Trata-se de apelação interposta por Americel S.A contra a decisão proferida pelo juízo a quo, na ação de indenização por danos morais ajuizada por Débora Azevedo da Silva Nascimento, que julgou procedente o pedido inicial, condenando-a ao pagamento de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescidos de juros e correção monetária a partir da publicação da decisão, declarando inexistente o débito que gerou o apontamento nos órgão de proteção ao crédito, além das custas, despesas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Nas razões do recurso, sustenta, em síntese, que a presunção de veracidade imposta pela revelia é, sem sobra de dúvidas, relativa, razão pela qual não pode ser tomada como justificativa para a condenação, além de não ensejar o conhecimento automático e total dos pedidos.

Aduz inexistência de dano moral, visto que não houve dano, nexo de causalidade e a ocorrência do fato, sendo que o ocorrido se deu por atuação de terceiros, agindo de má-fé, fraudando a recorrente e o cliente.

Afirma a ausência de conduta antijurídica.

Insurge-se quanto ao valor da indenização.

Ao final, pugna pela extinção do feito, sem julgamento de mérito e, eventualmente, pela redução do quantum atribuído ao dano moral.

Contrarrazões às fls. 55/69.

Examinados.

Decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos recursos.

Faz-se necessário um breve resumo dos fatos.

A autora narra, na inicial, que foi impedida de efetuar compras a prazo, em face do registro de seu nome nos cadastros restritivos de crédito, efetuado pela Claro S/A, que apontou débito no valor de R$ 72,85 (setenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), referente ao contrato n. 00900211332, sendo que não firmou esse.

A Claro não apresentou contestação, contudo, apela da sentença condenatória sustentando inexistência de dano moral.

À luz do artigo 319 do Código de Processo Civil 9CPC), os fatos alegados e não contestados são tidos por incontroversos, não obstante os ditames do art. 322 do mesmo Código propiciar ao apelante intervir no processo na fase em que se encontra, o que não é o mesmo que rediscutir matéria não apreciada pela sentença.

Na espécie, ao não apresentar a contestação, deixou de contrapor as alegações contidas na inicial e, saliente-se que nem mesmo em sede de recurso se desincumbiu em comprovar fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito da autora-apelada nos termos do art. 333, II, do CPC, porquanto não demonstrou efetivamente qualquer prova no sentido confirmar a sua tese de que houve a contratação do serviço por parte da apelada.

Cabe ressaltar que as empresas assumem os riscos e prejuízos decorrentes da maneira como desempenham suas atividades, ou seja, a disponibilização de serviços sem o devido zelo cria riscos à segurança de terceiros, exigindo do apelante maior cautela no exercício de sua atividade.

Ademais, em se tratando de inscrição indevida, não há que se falar em comprovação do dano, porquanto é presumido. Assim, comprovada a conduta ilícita praticada pela empresa de telefonia, configurado está seu dever de indenizar.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS CAPAZES DE INFIRMAR A DECISÃO ORA AGRAVADA. MANUTENÇÃO POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL PRESUMIDO. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. VERBA REPARATÓRIA QUE ATENDE ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO, O PRINCÍPIO DO RAZOÁVEL E OS PARÂMETROS DESTA EGRÉGIA CORTE. ESTÁ O STJ AUTORIZADO A MODIFICAR O VALOR ARBITRADO DE MODO DESARRAZOADO PARA ADEQUÁ-LO A FIM DE NÃO SER TÃO DIMINUTO QUE SEJA ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA VÍTIMA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO. ENUNCIADO 54, DA SÚMULA DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

(AgRg no REsp 1087241/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 08/03/2010)

Dano moral. Cadastro de restrição ao crédito. Inclusão indevida. Estelionato. Ausência de cautela pela empresa ré. Indenização devida. Binômio. Desestímulo/Valor compensatório. Improvimento.

Ausente relação contratual entre as partes, não se mostra legítima a inserção do nome do consumidor em cadastro restritivo de crédito, quando o inadimplemento se deu por culpa exclusiva de ré em não observar as cautelas legais.

[...]

(Apelação Cível n. 0004546-89.2012.8.22.0002, Relator Desembargador Moreira Chagas, j. 26/02/2013)

Em pedido alternativo, a empresa pleiteou a redução do valor da condenação.

É cediço que a indenização não compensa os danos sofridos, pois estes são intangíveis, entretanto, tem por finalidade abrandar os sofrimentos causados.

Considerando os requisitos circunstanciais para uma prudente fixação do valor por condenação em dano moral, mister relevar-se a condição social da recorrida e o efeito do dano gerado no seu cotidiano, fatores esses que analisados à margem dos autos e em consonância com os parâmetros adotados por esta e. Corte, conduzem à minoração do valor da condenação.

A fixação da condenação deve ter por base o binômio valor de desestímulo e o valor compensatório. De outro norte, a compensação pecuniária tem por objetivo abrandar os sofrimentos causados à apelada, não podendo exceder-se nesse ponto.

Nessa dimensão, as decisões judiciais têm se orientado por múltiplas alternativas e soluções, mas sempre atreladas em formulações teórica-doutrinárias e nos entendimentos pretorianos.
Sobre a matéria Caio Mário da Silva Pereira, in Responsabilidade Civil, n. 49, p. 60, preleciona:
A vítima de uma lesão a algum daqueles direitos sem cunho patrimonial efetivo, mas ofendida em um bem jurídico que em certos casos pode ser mesmo mais valioso do que os integrantes de seu patrimônio, deve receber uma soma que lhe compense a dor ou sofrimento, a ser arbitrada pelo Juiz, atendendo às circunstâncias de cada caso, e tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido. Nem tão grande que se converta em fonte de enriquecimento ilícito, nem tão pequena que torne inexpressiva. Mas é certo que a situação econômica do ofensor é um dos elementos da quantificação, não pode ser levado ela ao extremo de se defender que as suas más condições o eximam do ressarcitório. Como proclama Briz, o fato patrimonial é só um dentre vários que se hão de levar em conta. Esta situação é de se ponderada, como também a existência de um seguro responsabilidade, posto não seja este um elemento decisivo.
Ao ponderar axiologicamente para fixar o quantum devido à vítima, o julgador não deve perder de vista os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, coibindo os excessos, ou seja, a indenização não deve ser tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequena que se torne inexpressiva. Este tem sido o critério adotado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
ADMINISTRATIVO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - DANOS MORAIS E ESTÉTICOS - [...]
1. O valor do dano moral deve ser arbitrado segundo os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, não podendo ser irrisório, tampouco fonte de enriquecimento sem causa, exercendo função reparadora do prejuízo e de prevenção da reincidência da conduta lesiva.
[...]
Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 1259457/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/04/2010, DJe 27/04/2010)
No caso em tela, fixo a condenação no patamar de R$8.000,00 (oito mil reais), por ser adequado à satisfação da justa proporcionalidade entre o ato ilícito e o prejuízo moral sofrido pelo autor, bem como apto a atender ao caráter compensatório e inibidor a que se propõe a ação reparatória.
Posto isso, nos termos do art. 557, §1º do CPC, dou provimento parcial ao recurso e reduzo o valor da indenização por danos morais para R$ 8.000,00 (oito mil reais), mantendo-se os demais termos da sentença combatida.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0003530-61.2012.8.22.0015 - Apelação
Origem : 0003530-61.2012.8.22.0015 Guajará-Mirim / 1ª Vara Cível
Apelante : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Advogada : Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Advogado : Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428)
Advogada : Luciana Veríssimo Gonçalves (OAB/MS 8270)
Apelada : Arlene Maria Carvalho Padilha
Advogado : Nadylson Marcelino Brandão Rodrigues Filho (OAB/RO 4435)
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a):
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposto pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A contra a decisão do juízo a quo, que julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação de cobrança de seguro obrigatório ajuizada por Arlene Maria Carvalho Padilha, condenando-a ao pagamento de R$ 1.395,00 (mil trezentos e noventa e cinco reais), a título de indenização por invalidez permanente, acrescido de correção monetária desde o ajuizamento da ação e juros a partir de citação, além dos honorários de advogado, estes fixados em 15% sobre o valor da condenação.
Preliminarmente, suscita a falta de interesse de agir em face do pagamento realizado em sede administrativa.
Aduz nulidade da sentença em razão do julgamento antecipado da lide e cerceamento de defesa, asseverando necessidade de realização de nova perícia.
No mérito, defende a inexistência da obrigação de pagar em virtude da quitação realizada administrativamente.
Insurge-se quanto ao termo inicial de contagem de correção monetária.
Prequestiona o disposto nos incisos XXXVI e LV do artigo 5º da Constituição Federal e artigos 3º e 5º, § 5º da Lei 8.441/92.
Contrarrazões às fls. 98/101.
Examinados.
Decido.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Afasto de plano a preliminar alegada pela seguradora quanto à falta de interesse de agir em razão do pagamento realizado pelas vias administrativas, pois está sacramentado que a quitação dada pelo beneficiário do seguro não importa na renúncia ao pagamento integral, de modo que, se ao segurado é pago valor menor, a quitação se dá apenas em relação a esse valor.
Vejamos:
[...] O recibo de quitação firmado pelo beneficiário de seguro obrigatório - DPVAT de forma plena, mas relativo à satisfação parcial do valor disposto no art. 3º da Lei n. 6.194/74, não traduz renúncia ao montante que é assegurado por força de lei, permitindo reivindicar em juízo a complementação. [...] (Apelação cível n. 100.009.2005.000883-6, Relator Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, j. 16/08/2006)
[...] A quitação parcial da dívida não implica em renúncia ao crédito, cuja diferença permanece, podendo ser objeto de cobrança por parte do credor. [...] (Apelação cível n. 100.001.2006.000834-1, Relator Desembargador Roosevelt Queiroz Costa, j. 22/11/2006)
O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar em juízo a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie (4ª Turma, REsp. 296.675/SP. rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, unânime, DJU de 23/9/2002)
A apelante requer a nulidade da sentença sob o argumento de que houve cerceamento em virtude do julgamento antecipado da lide e não ter sido acolhido seu pedido de realização de perícia, a qual teria como finalidade auferir eventual agravamento das lesões sofridas pela apelada que pudesse justificar a complementação do valor da indenização.

Contudo não lhe assiste razão.
Deve ser ponderado que em várias decisões dos juízes de primeiro grau, tem se decidido que, quando presentes os elementos necessários ao julgamento antecipado da lide, é dever do juiz assim proceder.
O juiz é o destinatário da prova, competindo a ele um juízo de conveniência sobre sua utilidade e pertinência para o caso concreto.
Assim, torna-se importante, na aferição da ocorrência ou não de cerceamento de defesa, analisar o caso concreto a fim de estabelecer se seria necessária a realização das provas requeridas e se essas são realmente úteis ou indispensáveis à solução da controvérsia.
Nesse sentido, traz-se o seguinte julgado deste Tribunal:
Seguro obrigatório. DPVAT. Incapacidade permanente. Princípio da persuasão racional. Prova suficiente. Processo maduro. Julgamento antecipado da lide. Cerceamento de defesa. Inexistência. Regulamento e lei. Hierarquia das normas. Prevalência da norma em sentido estrito. Quantitativo em salários mínimos. Utilização possível. Vedada como fator de correção. Manutenção da sentença. Para fazer jus ao seguro obrigatório de acidentes pessoais, basta a prova suficiente de que a vítima restou permanentemente incapacitada, mostrando-se desnecessárias as demais provas quando o juiz, de acordo com a livre valoração e apreciação dos elementos deduzidos em juízo para a formação de seu convencimento, considera maduro o processo, antecipando o julgamento da lide, o que não enseja cerceamento de defesa. (...) (Apelação Cível n. 100.001.2005.018908-4, Relator Desembargador Roosevelt Queiroz Costa, j. 20/9/2006)
No tocante à pretensão de realização de nova perícia para se verificar agravamento da situação da recorrida, não vejo utilidade em tal prova, visto que por meio documentação acostada aos autos é possível se constatar que o apelado apresenta, lesões grave com fratura de fíbula direita - Laudo à fls. 17.
A apelada envolveu-se em acidente no dia 05/11/2010, portanto, no período de vigência da Lei n.11.945/2009, que alterou os artigos 3º e 5º da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, bem como incluiu a tabela para cálculo da indenização, de acordo com o grau de lesão apurado:
Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:
I - R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; II - até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e III - até R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.
§ 1o No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:
I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e
II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.
O laudo emitido pelo médico ortopedista atesta lesão grave com fratura de fíbula direita (fl. 17), razão pela qual a decisão a quo deverá ser mantida.
No que se refere ao prequestionamento, a apelante limitou-se a indicar dispositivo legal que entende ter sido contrariado, sem discorrer sobre a matéria discutida.
Faz-se necessário esclarecer que o prequestionamento, como pressuposto constitucional do recurso especial ou extraordinário, exige a menção explícita aos preceitos de lei que se pretende malferidos e a motivação justificadora, esclarecendo em que aspectos os dispositivos de lei foram desafeiçoados para possibilitar ao julgador o cotejo, o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso (motivação).
Portanto, manifestar-se expressamente sobre nos incisos XXXVI e LV do artigo 5º da Constituição Federal e artigo 3º e 5º, § 5º da Lei n. 8.441/92 é providência que não se justifica.
Posto isso, nos termos do artigo 557, caput do Código de Processo Civil, nego provimento ao recurso.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0015326-62.2010.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0015326-62.2010.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 8ª Vara Cível
Apelante : Adriany Cristina Ferreira Silva
Advogado : Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada : Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Apelado : Ana Giulia Comércio de Langerie Ltda ME
Advogado : Flávio Henrique Zanlochi (OAB/SP 32026)
Advogado : Celso Evangelista (OAB/SP 84278)
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a): Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Trata-se recurso de apelação interposto por Adriany Cristina Ferreira Silva contra a decisão do juízo a quo, que julgou improcedente o pedido formulado na ação declaratória de inexistência de relação jurídica c/c reparação de danos morais com antecipação da tutela ajuizada em face de Ana Giulia Comércio de Langerie Ltda ME, condenando-a ao pagamento das custas e honorários de advogado, estes fixados em R$ 1.000,00 (mil reais), ressalvada eventual gratuidade concedida.
Em síntese, sustenta que não houve observância da norma legal, direito fundamental para o esclarecimento da causa.
Aduz que há pertinência de arbitramento de indenização por dano moral, em consonância aos constrangimentos, vexames, vergonha e abalos psíquicos sofridos pela apelante.

Defende que houve desequilíbrio em relação a outros julgados deste corte e colaciona diversos acórdãos.
Insurge-se quanto a fixação dos honorários.
Ao final, pugna pelo provimento do recurso com a condenação da apelada ao pagamento de indenização por danos morais e das despesas processuais e honorários no percentual de 20% do valor da condenação.
Alternativamente, requer a redução dos honorários de sucumbência.
Ausentes as contrarrazões.
Examinados.
Decido.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Insurgiu-se a apelante quanto ao julgamento pela improcedência da ação, alegando que houve inscrição indevida de seu nome nos órgãos de restrição ao crédito, referente a uma nota promissória no valor de R$ 317,10 (trezentos e dezessete reais e dez centavos).
Consta, às fls. 115/127, Laudo de Exame Grafotécnico concluindo pela autenticidade da assinatura exarada na nota promissória que deu ensejo à inscrição mencionada.
O Laudo foi impugnado às fls. 130/133.
Pois bem.
A decisão atacada merece ser confirmada por seus próprios fundamentos, eis que bem abordou as questões fáticas e de direito postas nos autos.
Ante ao exposto, adotando a técnica da motivação per relationem, admitida pelo Pretório Excelso, reporto-me aos fundamentos postos na sentença recorrida para mantê-la.
Vejamos:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOCORRÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO - PRETENDIDO REEXAME DA CAUSA - CARÁTER INFRINGENTE - INADMISSIBILIDADE - INOCORRÊNCIA DE CONSUMAÇÃO, NA ESPÉCIE, DA PRESCRIÇÃO PENAL - INCORPORAÇÃO, AO ACÓRDÃO, DAS RAZÕES EXPOSTAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MOTIVAÇÃO “PER RELATIONEM” - LEGITIMIDADE JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DESSA TÉCNICA DE FUNDAMENTAÇÃO - DEVOLUÇÃO IMEDIATA DOS AUTOS, INDEPENDENTEMENTE DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO, PARA EFEITO DE PRONTA EXECUÇÃO DA DECISÃO EMANADA DA JUSTIÇA LOCAL - POSSIBILIDADE - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. - Não se revelam admissíveis os embargos de declaração, quando a parte recorrente - a pretexto de esclarecer uma inexistente situação de obscuridade, omissão ou contradição - vem a utilizá-los com o objetivo de infringir o julgado e de, assim, viabilizar um indevido reexame da causa. Precedentes. - Reveste-se de plena legitimidade jurídico-constitucional a utilização, pelo Poder Judiciário, da técnica da motivação “per relationem”, que se mostra compatível com o que dispõe o art. 93, IX, da Constituição da República. A remissão feita pelo magistrado - referindo-se, expressamente, aos fundamentos (de fato e/ou de direito) que deram suporte a anterior decisão (ou, então, a pareceres do Ministério Público ou, ainda, a informações prestadas por órgão apontado como coator) - constitui meio apto a promover a formal incorporação, ao ato decisório, da motivação a que o juiz se reportou como razão de decidir. Precedentes. (AI 825520 AgR-ED, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 31/05/2011, DJe-174 DIVULG 09-09-2011 PUBLIC 12-09-2011 EMENT VOL-02584-02 PP-00258)
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. TRABALHISTA. RECURSO DE REVISTA. CABIMENTO. SÚMULA N. 297, ITENS I E II, E SÚMULA 422/TST. ART. 896, § 2º, DA CLT. A REPERCUSSÃO GERAL NÃO DISPENSA O PREENCHIMENTO DOS DEMAIS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS. ART. 323 DO RISTF C.C. ART. 102, III, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRESSUPOSTOS DOS RECURSOS TRABALHISTAS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA. ALEGAÇÃO DE OFENSA A DISPOSITIVOS INFRACONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA EXTRAORDINÁRIA. DECISÃO QUE SE MANTÉM POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
[…]
Ressalta-se que, conforme entendimento pacificado da Suprema Corte (MS-27.350/DF, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 04/06/2008), não configura negativa de prestação jurisdicional ou inexistência de motivação a decisão do Juízo ad quem pela qual se adotam, como razões de decidir, os próprios fundamentos constantes da decisão da instância recorrida (motivação per relationem), uma vez que atendida a exigência constitucional e legal da motivação das decisões emanadas do Poder Judiciário. Agravo de instrumento desprovido. 6. Agravo a que se NEGA PROVIMENTO. (ARE 696912 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 02/04/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-077 DIVULG 24-04-2013 PUBLIC 25-04-2013)
Diante do exposto, nos termos do artigo 557, caput do Código de Processo Civil, nego provimento ao apelo.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0021699-12.2010.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0021699-12.2010.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara Cível
Apelante : Vagner Pinheiro
Advogada : Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Advogado : Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Apelado : SPC Brasil - Serviço Nacional de Proteção ao Crédito
Advogada : Pricila Araújo (OAB/RO 2485)
Advogada : Sheila Nascimento Vieira (OAB/SP 283604)
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a): Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Trata-se de apelação interposta por Vagner Pinheito contra a decisão do juízo a quo, que julgou improcedente o pedido de indenização por dano moral formulado em desfavor do SPC Brasil - Serviço Nacional de Proteção ao Crédito, condenando-a ao pagamento de R$ 300,00 (trezentos reais), a título de honorários de advogado, e as custas processuais.
Afirma que o nome não pode constar no cadastro de órgão de proteção ao crédito, visto que não houve notificação prévia das inscrições.

Sustenta que as anotações devem cumprir os requisitos básicos, quais sejam, a veracidade, o conhecimento, o cumprimento dos ditames legais e a correta descrição dos dados e, no caso em comento, a inscrição não foi comunicada e os dados não eram verídicos, vez que o cheque pré datado foi apresentado antecipadamente.

Afirma que houve descumprimento da Súmula n. 359 do STJ.

Ao final, pugna pela reforma da decisão, para que seja reconhecida a ilegalidade da inscrição realizada, cancelando-a, ante a falta de notificação prévia.

Pleiteia a condenação da apelada ao pagamento dos ônus sucumbenciais.

Contrarrazões de fls. 44/56, pela manutenção da sentença.

Examinados.

Decido.

Conheço do recurso, por ser próprio e tempestivo.

Consta, na inicial, que o autor teve seu nome negativado no SPC sem nenhuma notificação em relação ao cadastro junto ao CCF pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, por cheques sem provisão de fundos.

É cediço que a imposição estabelecida pela Lei Consumerista de se comunicar previamente ao cliente-consumidor sobre a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo promovida contra ele e as suas consequências (art. 43, § 2º).

Daí deriva o ônus de notificar previamente ao devedor inadimplente da iminente inscrição negativa do seu nome em banco de dados, oportunizando-lhe a quitação, a celebração de acordo ou o ajuizamento de medida judicial acautelatória para a discussão do quantum, e especialmente para evitar o constrangimento, a humilhação e ofensa à dignidade.

Sendo gestora direta do banco de dados de proteção ao crédito, deve a recorrida proceder nos termos do artigo 43, § 2º do Código de Defesa do Consumidor (CDC) quando realiza a inclusão de dados de consumidores tidos como devedores inadimplentes, em seu sistema.

Contudo, embora a jurisprudência desta Corte e dos tribunais superiores seja pacífica, no sentido de que o cadastro de emitentes de cheques sem fundo, mantido pelo Banco Central do Brasil, é de consulta restrita, não podendo ser equiparado a dados públicos, como oriundos de cartórios de protesto de títulos e de distribuição de processos judiciais, de sorte que a negativação do nome decorrente de elementos de lá coletados pela Serasa e/ou SPC deve ser comunicada ao devedor, a teor do art. 43, § 3º do CDC.

Destarte, deve se impor o cancelamento da inscrição até que haja a comunicação formal ao devedor.

Tal entendimento foi consolidado no Superior Tribunal de Justiça (STJ), por meio da Súmula n. 359: “Cabe ao órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição”.

Ademais, o STJ assim tem decidido:

CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO DE NOME EM BANCO DE DADOS. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO. CDC, ART. 43, § 2º. RESPONSABILIDADE DA ENTIDADE CADASTRAL. INADIMPLÊNCIA CONFESSA. DANO MORAL DESCARACTERIZADO. CANCELAMENTO DO REGISTRO.

I. A negativação do nome do devedor deve ser-lhe comunicada com antecedência, ao teor do art. 43, § 3º, do CDC, gerando lesão moral se a tanto não procede a entidade responsável pela administração do banco de dados.

II. Hipótese excepcional em que o devedor não nega, na inicial, a existência da dívida, aliás uma dentre muitas outras, o que exclui a ofensa moral, mas determina o cancelamento da inscrição, até o cumprimento da formalidade legal.

III. Recurso especial em parte conhecido e parcialmente provido. (REsp 855.758/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 06/09/2007, DJ 15/10/2007, p. 286)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ART. 43, § 2º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ENUNCIADO 359 DA SÚMULA DO STJ. DANO MORAL CONFIGURADO. VERBA REPARATÓRIA QUE NÃO DESTOA DOS PARÂMETROS DESTA EGRÉGIA CORTE. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE.

1. A teor do art. 43, § 2º, do CDC, o consumidor deve ser comunicado sobre a inscrição de seu nome em cadastro de inadimplentes por meio de notificação postal.

2. Os órgãos mantenedores de cadastros possuem legitimidade passiva para as ações que buscam a reparação dos danos morais e materiais decorrentes da inscrição, sem prévia notificação, do nome de devedor em seus cadastros restritivos, inclusive quando os dados utilizados para a negativação são oriundos do CCF do Banco Central ou de outros cadastros mantidos por entidades diversas.

3. A ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em cadastros de proteção ao crédito, prevista no art. 43 , §2º do CDC, enseja o direito à compensação por danos morais. (REsp 1.061.134/RS, submetido ao rito do art. 543-C do CPC).

4. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa. (AgRg no REsp 1248956/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/09/2012, DJe 18/09/2012)

Por oportuno, trago à baila julgado desta Corte no mesmo sentido:

INSCRIÇÃO NA SERASA. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. ÓRGÃO ARQUIVISTA. CHEQUES SEM FUNDOS. COMUNICAÇÃO. OBRIGAÇÃO. AUSÊNCIA. IRREGULARIDADE.

O órgão arquivista é parte passiva legítima para ação que discute a realização ou não de notificação prévia da inscrição do nome de consumidor em cadastro de maus pagadores.

O cadastro de emitentes de cheques sem fundos é órgão de consulta restrita, não estando aberto a acesso público, de modo que a coleta de seus dados pela Serasa deve ser comunicada ao devedor. (Apelação n. 0020431-20.2010.8.22.0001, Relator Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, J. 16/05/2012).

Posto isso, nos termos do artigo 557, §1º-A do Código de Processo Civil (CPC), concedo provimento ao recurso para determinar o cancelamento da inscrição, até regular notificação.

Em face da sucumbência, condeno o recorrido ao pagamento das custas e honorários advocatícios que arbitro em R$ 300,00 (trezentos reais), com fulcro no art. 20, § 4º do CPC.

Publique-se.

Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013.

Desembargador Kiyochi Mori

Relator

2ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA
Recurso Especial em Agravo de Instrumento nrº 0011886-90.2012.8.22.0000
Recorrente: Banco Bradesco S.A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada: Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Recorrido: Paulo Roberto Andrade
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Recorrido: Antônio Pantaleão Angelozi
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Recorrido: Ercilio Vandekokem
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Recorrido: Izaias Buss
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Recorrido: José Francisco
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Recorrida: Maria Inez da Costa Faustino
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Recorrido: Ivo Ribeiro Dutra
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Recorrida: Luciana Lucia Dutra Oliveira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Recorrido: Ozeias Vieira Pereira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Recorrido: Paulo Jose de Souza
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Recorrido: Romeu Mendonça da Silva
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Recorrido: Josias Ascaciba da Silva
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Recorrido: Mário Shotaro Kinukawa
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Recorrido: Aparecido Donizete Rodrigues
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Recorrido: Vantuil Rodrigues
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Recorrido: José Bruno Filho
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Recorrido: Hélio Paulucci
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
[...]
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, ficam os recorridos intimados para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial."
Porto Velho, 8 de agosto de 2013
(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

2ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA
Agravo em Recurso Especial nrº 0017167-17.2009.8.22.0005 (PROCESSO DIGITAL)
Agravante: Petrobrás Distribuidora S/A
Advogada: Marilene Mioto (OAB/RO 499A)
Advogado: Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58476)
Advogado: Carlos Andre Viana Coutinho (OAB/DF 19423)
Advogada: Helena Maria Brondani Sadahiro (OAB/RO 942)
Agravado: José Ribeiro Junqueira Neto
Advogado: Nelson Araújo Escudero Filho (OAB/RO 787)
Advogada: Telma Luciana Topp Silva (OAB/RO 3451)
Advogado: Renato Antonio Pereira de Souza (OAB/MS 6042)
[...]
"Nos termos do art. 1º, §1º, do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o Agravado intimado para, querendo, contraminutar o Agravo e juntar documentos, no prazo de 10 (dez) dias."
Porto Velho, 8 de agosto de 2013
(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

ABERTURA DE VISTA
Recurso Especial nrº 0156785-57.2007.8.22.0001 (PROCESSO DIGITAL)
Recorrente: João Lucena Leal Junior
Advogado: James Nicodemos de Lucena (OAB/RO 973)
Advogada: Ana Carolina de Oliveira Sá (OAB/RO 2455)
Advogado: Antonio Porphírio Pinto dos Santos (OAB/GO 20565)
Advogado: Thiago de Oliveira Sá (OAB/RO 3889)
Recorrida: N. B. S. de A. Representada por seu pai C. S. de A.
Advogado: Lúcio Afonso da Fonseca Salomão (OAB/RO 1063)
Advogada: Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796)
Advogada: Elizângela Almeida Andrade (OAB/RO 3656)
[...]
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica a recorrida intimada para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial."
Porto Velho, 8 de agosto de 2013
(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

2ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL em Apelação nrº 0066570-66.2006.8.22.0002 (PROCESSO DIGITAL)
Agravante: Espólio de Joel Lopes da Costa
Advogada: Rosimeiri Bressan Abe (OAB/RO 1216)
Advogado: Inácio Luiz Martins Bahia (OAB/DF 8069)
Advogado: José D'Assunção dos Santos (OAB/RO 1226)

Agravado: Nedison da Silva
Advogado: Ivan Francisco Machiavelli (OAB/RO 307)
Advogado: Wagner Almeida Barbedo (OAB/RO 31B)
Agravado: Niltone da Silva
Advogado: Ivan Francisco Machiavelli (OAB/RO 307)
Advogado: Wagner Almeida Barbedo (OAB/RO 31B)
Agravado: Jair Américo Correia
Curador: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Angela Maria Fabiano Silva
Advogado: Ozéias Dias de Amorim (OAB/RO 4194)
Advogado: Valdeni Orneles de Almeida Paranhos (OAB/RO 4108)
"Nos termos do art. 1º, §1º, do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, ficam os Agravados intimados para, querendo, contraminutar o Agravo em Recurso Especial e juntar documentos, no prazo de 10 (dez) dias.
Porto Velho, 8 de agosto de 2013."
(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

ABERTURA DE VISTA
RECURSO ESPECIAL em Apelação nrº 0011591-53.2012.8.22.0000 (PROCESSO DIGITAL)
Recorrente: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/ES 10990)
Advogada: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogado: Marlon Tramontina Cruz Urtozini (OAB/SP 203963)
Recorrida: Regiane do Nascimento Savedra
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o(a) recorrido(a) intimado(a) para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho, 8 de agosto de 2013."
(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

2ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA
Agravo em Recurso Especial em Agravo de Instrumento nrº 0003944-07.2012.8.22.0000
Agravante: Novartis Biociências S. A.
Advogado: Ivan Francisco Machiavelli (OAB/RO 307)
Advogada: Deolamara Lucindo Bonfá (OAB/RO 1561)
Advogada: Alexandra Araújo Lobo de Marigny Monteiro (OAB/SP 198022)
Agravada: Unimed Ji-Paraná Cooperativa de Trabalho Médico
Advogada: Maria Luiza de Almeida (OAB/RO 3252)
Advogado: José Roberto Reguelin (OAB/RO 575E)
[...]
"Nos termos do art. 1º, §1º, do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica a Agravada intimada para, querendo, contraminutar o Agravo e juntar documentos, no prazo de 10 (dez) dias."
Porto Velho, 8 de agosto de 2013
(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

2ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA
Agravo em Recurso Especial em Agravo de Instrumento nº 0003429-35.2013.8.22.0000
Agravante: Antônio Garcia Guterres Filho
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Advogada: Patrícia Bergamaschi de Araújo (OAB/RO 4242)
Agravada: Oi S/A
[...]
"Nos termos do art. 1º, §1º, do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica a Agravada intimada para, querendo, contraminutar o Agravo e juntar documentos, no prazo de 10 (dez) dias."
Porto Velho, 8 de agosto de 2013
Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

Câmaras Cíveis Reunidas
Despacho DO RELATOR
Ação Rescisória
Número do Processo :0006612-48.2012.8.22.0000
Processo de Origem : 0045591-14.2005.8.22.0004
Autor: Saragana Indústria de Madeiras Ltda
Advogado: Sidnei da Silva(OAB/RO 3187)
Advogado: Rooger Taylor Silva Rodrigues(OAB/RO 4791)
Ré: Lidinalva dos Santos Xavier
Ré: C. dos S. O. Representada por sua mãe L. dos S. X.
Relator:Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Expeça-se a carta de citação às rés, conforme endereço atual constante na petição de fls. 464, nos termos do artigo 491 do CPC e 530 do RITJ/RO.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 8 de agosto de 2013.
Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

1ª CÂMARA ESPECIAL

1ª Câmara Especial
Despacho DO PRESIDENTE DAS CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS
Mandado de Segurança
Número do Processo :0009631-33.2010.8.22.0000
Impetrante: Vaniomar Domingues da Silva
Defensor Público: Edvaldo Caires Lima(OAB/RO 306)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Relator:Des. Eurico Montenegro

Vistos.
Cientifique o impetrante acerca da informação apresentada pelo Estado de Rondônia, às fls. 64/70, bem com o para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao recebimento do medicamento pleiteado.
Transcorrido prazo sem manifestação, arquive-se.
Publique-se e cumpra-se.
Porto Velho, 07 de agosto de 2013.
Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Presidente das Câmaras Especiais Reunidas

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0004280-74.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0021934-76.2010.8.22.0001
Agravante: Fundo Emergencial da Febre Aftosa do Estado de Rondônia - FEFA/RO
Advogado: Shisley Nilce Soares da Costa(OAB/RO 1244)
Agravado: Melchior Sydnei Daniel
Advogado: Tomás Guilherme Correia(OAB/RO 125A)
Advogado: Delmário de Santana Souza(OAB/RO 1531)
Advogado: Juacy dos Santos Loura Júnior(OAB/RO 656A)
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Eurico Montenegro
Vistos.
1. Defiro o pedido formulado às fls. 343.
2. Proceda o Departamento as anotações necessárias.
3. Peço pauta (art. 374 do RI-TJ/RO).
Porto Velho, 7 de agosto de 2013.
Desembargador Eurico Montenegro
Relator

Despacho DO RELATOR
Reexame Necessário
Número do Processo :0004854-26.2011.8.22.0014
Processo de Origem : 0004854-26.2011.8.22.0014
Interessada (Parte Ativa): T. V. B. D. Representada por sua mãe A. C. B. B.
Defensor Público: José Francisco Cândido(OAB/RO 234A)
Interessado (Parte Passiva): Secretário de Saúde do Município de Vilhena RO
Interessado (Parte Passiva): Município de Vilhena - RO
Procuradora: Astrid Senn(OAB/RO 1448)
Relator:Des. Eurico Montenegro
Vistos.
Reexamina-se a sentença exarada pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Vilhena/RO nos autos de mandado de segurança impetrado por Thauane Vitória Briske Damazio representada por sua genitora Adriana Carla Briske Barcelos em face de ato do Município de Vilhena/RO e do Secretário Municipal da Saúde.
A sentença concedeu parcialmente a ordem, a fim de ser entregue a impetrante o valor de R$ 13.800,00(treze mil e oitocentos reais) correspondente ao valor do exame e cirurgia indispensáveis ao seu tratamento.
Sem recurso voluntário, os autos vieram para o reexame.
A Procuradoria Geral de Justiça, em parecer da lavra do procurador Airton Pedro Marin Filho, pugnou pela confirmação da sentença.
É o relatório. Decido.
O reexame necessário visa a análise da decisão proferida em 1º grau pela instância superior, a fim de verificar sua legalidade e adequação ao caso, nos termos do art. 475, I, do CPC.
Na hipótese, não há como rejeitar a pretensão inicial tendo em vista que o comando constitucional é no sentido de que a saúde pública é dever do Poder Público, que não pode se eximir da responsabilidade de prestá-la com efetividade aos cidadãos que comprovem dela necessitar (art. 196 da CF).
A ofensa a direito líquido e certo restou demonstrada no ato omissivo do Poder Público em não oferecer aos usuários dos serviços de saúde o necessário à manutenção de sua higidez, olvidando-se que a saúde é direito universal e indistinto.
Registro que essa matéria foi diversas vezes decidida por este Tribunal, o qual se manifestou no sentido de ser dever do Estado a assistência à saúde:
Mandado de segurança. Direito à saúde. Realização de cirurgia. Risco de perda da visão. Concessão.
A saúde é um direito social assegurado a todos os cidadãos de forma indistinta (art. 196 da Constituição Federal), sendo obrigação de o Estado promover sua preservação e restabelecimento, devendo fornecer todos os meios necessários para esse fim, inclusive aparelhando seu pessoal e instalações para a realização de tratamento cirúrgico para pacientes que não possuem condições de custeá-los ou ainda custeando seu tratamento na rede particular de saúde do Estado, desde que disponível (Mandado de Segurança 200.000.2008.008483-4, relator Juiz Francisco Prestelo, DJe 01/10/2008).
Também, em casos similares, ressaltei que já se tornou comum esses mandados com a finalidade de assegurar o fornecimento gratuito de medicamentos, exames e procedimentos cirúrgicos. Parece que já chegou a hora de a Secretaria de Saúde tomar providências para a sua aquisição, cumprindo a lei que obriga a licitação como também contribuindo para o descongestionamento do Judiciário.
Assim, acertada a sentença.
Ante o exposto, julgo monocraticamente, considerando a autorização dada pela Súmula 253 do STJ e com arrimo no artigo 557, caput, do CPC e 139, inciso IV, do RITJ/RO, mantenho r. decisão de Primeiro Grau em sede de reexame necessário.
Após o trânsito em julgado remetam-se os autos a origem.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 7 de agosto de 2013.
Desembargador Eurico Montenegro
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0006904-96.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0014045-66.2013.8.22.0001
Agravante: Michel Muniz Riojas
Advogada: Ocicled Cavalcante da Costa(OAB/RO 1175)
Advogada: Luciene Silva Marins(OAB/RO 1093)
Agravado: Município de Porto Velho - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Porto Velho - RO( )
Relator:Des. Eurico Montenegro
Vistos.
O agravo de instrumento deve ser instruído com a certidão da data da intimação da decisão agravada, conforme exigência do art. 525, inciso I do Código de Processo Civil.

No presente caso, o agravante deixou de instruir a petição com a referida certidão, não sendo possível verificar a tempestividade do recurso.
Anoto o entendimento do STJ:
PROCESSUAL CIVIL AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE COMANDO CAPAZ DE INFIRMAR O ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284 DO STF. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO. PEÇA OBRIGATÓRIA. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS.
(...) O traslado da certidão de intimação da decisão agravada é necessário para a verificação da tempestividade do agravo de instrumento interposto com base no art. 525 do CPC. Porém, na sua falta, havendo outra maneira hábil à verificação dessa tempestividade, deve ser levado em conta o princípio da instrumentalidade processual, que viabiliza a validade dos atos processuais, mesmo quando realizados de modo diverso, quando alcançado o objetivo almejado. Precedentes: RESP 162.599/SP, 2ª T.,Min. Castro Meira, DJ de 21.02.2005. (Resp 660671, Min. Teori Albino Zavascki, DJ 28.09.2006, p. 195).
Assim, não havendo outro modo de aferir a tempestividade do agravo de instrumento, a certidão de intimação torna-se indispensável.
Ademais, a ausência de peças consideradas obrigatórias pelo art. 525, I, do CPC, conforme constatado nos autos, não permite a conversão do julgamento em diligência para apresentação das peças faltantes, ocorrendo a preclusão consumativa.
Portanto, o recurso é manifestamente inadmissível.
Pelo exposto, com arrimo nos arts. 525, inciso I e 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento ao agravo.
Após as devidas anotação, arquive-se.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 7 de agosto de 2013.
Desembargador Eurico Montenegro
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0007147-40.2013.8.22.0000
Agravante: Raimundo Silvan Espinosa de Lima
Advogado: Pedro Wanderley dos Santos(OAB/RO 1461)
Advogado: Júlio Cley Monteiro Resende(OAB/RO 1349)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Eurico Montenegro
Vistos.
Raimundo Silvan Espinosa de Lima agrava, por instrumento, da decisão de fl. 7, que indeferiu pedido de gratuidade da justiça e diferiu o pagamento das custas processuais para o final.
Narra o agravante que a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça é medida que se impõe, em razão de seus rendimentos mensais não lhe permitirem arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família.
Aduz que jurisprudência tanto nacional quanto desta Corte é uníssona no sentido da possibilidade da concessão do benefício pleiteado.
Pugna, in limine, pela suspensão da decisão agravada e, no mérito, requer a gratuidade judiciária, para que seja desonerado de recolher a referida verba.
É a síntese.
Decido.
A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem entendido bastar a mera afirmação da parte de ser hipossuficiente:
PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE INTERDIÇÃO - PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1 - O v. acórdão, ao examinar o caso, afastou o benefício da justiça gratuita, essencialmente, sob o argumento de que o artigo 4º, da Lei 1.060/50 não teria sido recepcionado pelo preceito contido no artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal. Entretanto, equivocou-se o decisum hostilizado. Com efeito, o STF já declarou que o referido dispositivo legal foi recepcionado.
2 - Assim sendo, esta Corte já firmou entendimento no sentido de que tem presunção legal de veracidade a declaração firmada pela parte, sob as penalidades da lei, de que o pagamento das custas e despesas processuais ensejará prejuízo do sustento próprio ou da família.
3 - Recurso provido, para, reformando o v. acórdão recorrido, conceder ao recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita (g.n. - Resp n. 710.624/SP, Rel. Min. Jorge Scartezzini, j. 28-6-2005, pub. DJ 29-08-05, pág. 362).
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE POBREZA. SIMPLES AFIRMAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA EM CONTRÁRIO A ILIDIR A PRESUNÇÃO.
1. Dispõe art. 4º da Lei 1.060/50 que, para obtenção do benefício da gratuidade, é suficiente a simples afirmação do estado de pobreza, que poderá ser elidida por prova em contrário.
2. Recurso especial a que se nega provimento. (g. n. - REsp 1060462/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/02/2009, DJe 05/03/2009).
No mesmo sentido temos o REsp 686.722/GO, REsp 742.419/RS, REsp 710.624/SP e AgRg no Ag 640.391/SP.
Na mesma direção, entende esta Corte:
Assistência judiciária gratuita. Pedido formulado no curso do processo. Indeferimento só por fundadas razões.
A parte que não tiver condições de arcar com as despesas processuais poderá, a qualquer momento, pleitear o benefício da justiça gratuita mediante simples afirmação de sua condição de pobre.
O indeferimento do benefício só poderá ocorrer por fundadas razões.(Ag. de Instrumento n. 03.003853-7, rel. Des. Renato Mimessi, julgado em 2-12-2003).
Assim, tenho que inexistem motivos e elementos nos autos capazes de determinar o indeferimento do pedido, e entendo que a decisão agravada está em confronto com jurisprudência dominante de Tribunal Superior.
Importante registrar que a alegação da parte de que não pode arcar com as despesas processuais goza de presunção de veracidade e sobre ela poderá responder por eventual inveracidade.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 557, § 1º-A do CPC, dou provimento monocrático ao recurso para conceder ao agravante os benefícios da gratuidade judiciária nos autos originários e determinar o prosseguimento do feito.
Oficie-se.
Após as anotações de estilo, arquive-se.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 7 de agosto de 2013.
Desembargador Eurico Montenegro
Relator

1ª Câmara Especial
Despacho DO PRESIDENTE DAS CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS
Mandado de Segurança
Número do Processo :2007922-94.2008.8.22.0000
Impetrante: Vera Lúcia de Carvalho
Defensor Público: Hélio Vicente de Matos(OAB/RO 265)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Relator:Des. Eurico Montenegro
Vistos.
Vera Lúcia de Carvalho informou às fls. 67/70, o descumprimento da ordem judicial com a suspensão do fornecimento dos medicamentos a que necessita para o tratamento de sua enfermidade.
Intimado o Secretário de Estado da Saúde de Rondônia, esse respondeu por meio do Relatório Técnico Farmacêutico n. 1906/MJ/DGAF/2013/SESAU de fls. 74/88, datado de 26.7.2013, que já foi realizada a aquisição dos medicamentos em procedimento em que sagrou-se vencedora a empresa Hospfar Ind. Com. de Produtos Hospitalares Ltda., conforme nota de empenho que apresentou. Também informou que, tão logo esses fossem recebidos, os dispensaria à impetrante.
Dito isso, ainda pendente a entrega dos fármacos (Frisium e Trileptal) e tendo em vista o decurso de 10 dias da informação, intime-se, pessoalmente, o impetrado para que, no prazo de 5 dias, informe o atendimento da ordem judicial em sua integralidade.
Publique-se.
Porto Velho, 7 de agosto de 2013.
Desembargador Eurico Montenegro
Presidente das Câmaras Especiais Reunidas

Despacho DO RELATOR
Conflito de Jurisdição
Número do Processo :0005904-61.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0121568-66.2006.8.22.0007
Suscitante: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - RO
Suscitado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal - RO
Relator:Des. Eurico Montenegro
Vistos.
Republicação por erro material.
Republica-se o r. despacho abaixo transcrito, publicado no Diário da Justiça Eletrônico n. 134, de 24.7.2013, considerando-se como data de publicação o dia 25.7.2013.
Cuida-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes/RO em face do Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal/RO, nos autos de execução da pena, em que figura como executado Jefferson Paula de Oliveira.
O Suscitado determinou a remessa do procedimento à Comarca de Ariquemes/RO, local onde o apenado, que cumpria pena em regime domiciliar, informou encontrar-se residindo.
O Suscitante declinou a competência para o julgamento do procedimento ao argumento de que, em razão do princípio do juiz natural, o feito deveria tramitar perante o Juízo da condenação.
A Procuradoria Geral de Justiça, em parecer da lavra do procurador Claudio Ribeiro de Mendonça, opinou pela declaração da competência do Juízo suscitado.
É o relatório.
Decido monocraticamente.
A situação deste feito não se difere daquelas em que esta Corte vem decidindo no sentido de que a execução deverá retornar à Comarca de Origem, com o fim de expedir-se carta precatória para fiscalização do cumprimento das condições impostas.
Jefferson de Paula cumpria a pena em Cacoal – juízo da condenação. Em 26.4.2013, requereu a transferência da execução para a Comarca de Ariquemes/RO, ocasião em que também forneceu seu novo endereço (fls. 370).
Tal pedido culminou com a decisão de fls. 371 que declinou a competência da execução penal.
Dito isso, deve ser declarada a competência do Juízo Suscitado.
Sabe-se que a execução pena competirá ao Juiz indicado na lei local de organização judiciária e, na sua ausência, ao da sentença (Lei de Execuções Penais, art. 65).
O artigo 66 da mesma norma, estabelece ainda competir ao Juiz da Execução converter a pena privativa de liberdade em restritiva de direito, como determinar a forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalizar sua execução (V, “a” e “c”).
Em caso similar ao presente, decidiu o Superior Tribunal de Justiça que:
[…] Réu beneficiado com o livramento condicional ou condenado a pena restritiva de direito que venha a mudar de domicílio, a execução da pena compete ao Juízo da condenação, que deverá, por meio de carta precatória, determinar ao Juízo onde reside o apenado, tão-somente, a realização da audiência admonitória e a fiscalização do cumprimento das sanções impostas […] (CC n. 120.747/PR, relª. Minª. Alderita Ramos de Oliveira, Terceira Seção, j. 17.4.2013 - Grifei).
E ainda nos feitos: CC n. 98.167/SC, rel. Min. Jorge Mussi, Terceira Seção, j. 10.6.2009 e CC n. 38.175/SP, relª. Minª. Laurita Vaz, j. 26.5.2004.
Nessa esteira de entendimento, decidiu este Tribunal nos Conflitos Negativos de Competência n. 0004724-10.2013.8.22.0000 e n. 0004699-94.2013.8.22.0000, em que fui relator, julgados em 13.6.2013. À título de ilustração, colaciono a ementa do primeiro conflito:
Conflito Negativo de Competência. Execução Penal. Pena restritiva de direito. Mudança domicílio.
Compete ao Juízo da condenação a execução da pena privativa de liberdade, substituída por restritiva de direito.
A mudança de domicílio do condenado não provoca o deslocamento da competência para a execução penal, que deverá permanecer perante o Juízo da condenação, que poderá deprecar a realização da audiência admonitória e a fiscalização do cumprimento das condições impostas na concessão da benesse, consoante o disposto nos arts. 65 e 66 da Lei de Execuções Penais.
Pelo exposto, buscando maior celeridade e por economia processual, com arrimo no art. 120, parágrafo único do Código de Processo Civil, adoto o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e desta Câmara Especial deste Tribunal para declarar a competência do Juízo suscitado da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal/RO, para onde a execução deverá retornar, sem prejuízo que possa deprecar a realização da audiência admonitória e a fiscalização do cumprimento das condições impostas na concessão do benefício ao Juízo do domícilio do condenado.
Comunique-se aos Juízos suscitante e suscitado.
Porto Velho, 7 de agosto de 2013.
Desembargador Eurico Montenegro Júnior
Relator

1ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Inquérito Policial
Número do Processo :0002049-74.2013.8.22.0000
Indiciado: Célio Renato da Silveira
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos;
Nos termos do art. 4º da Lei 8.038/90, notifique-se pessoalmente o denunciado para oferecimento de resposta prévia no prazo de 15 dias.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 7 de agosto de 2013.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

1ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0007198-51.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0014359-12.2013.8.22.0001
Agravante: Jamerson Borges de Aguiar Representado por curador João Batista de Aguiar
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
O presente agravo de instrumento foi interposto por Jamerson Borges Aguiar, representado por seu pai e curador João Batista de Aguiar combatendo a decisão de fls. 27/28 dos autos do instrumento que indeferiu o pedido liminar em sede de ação de obrigação de fazer que visa compelir o Estado de Rondônia a providenciar imediata internação compulsória do agravante no setor de psiquiatria do Hospital de Base de Porto Velho e, em ato contínuo, seja providenciado sua transferência para clínica especializada fora do Estado, sendo sugerido o Hospital Euripedes Barsanulfo localizado em Goiânia/GO, conveniado do SUS.
Diante do indeferimento da liminar no primeiro grau, requer o agravante, a concessão da antecipação de tutela recursal.
Analisando detidamente a situação, vejo que o agravante é usuário de drogas desde o 14 anos, ou seja, há mais de 20 anos, o que, a prima facie afastaria a urgência da medida.
Contudo, diante da gravidade da situação e em nome da razoabilidade, acredito haver necessidade de obter maiores informações relativas à causa. Desse modo, condiciono a apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal às informações do Juízo prolator da decisão e do agravado.
Assim, solicitem-se as informações ao Juízo de origem, no prazo legal.
Ao agravado para contrarrazões, devendo consignar especialmente sobre a existência de vagas para internação compulsória de dependentes químicos em hospitais ou clínicas especializadas dentro do Estado de Rondônia ou fora dele.
Posteriormente, à D. Procuradoria de Justiça para emissão de Parecer.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 7 de agosto de 2013.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

1ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0011998-30.2010.8.22.0000
Impetrante: Gelane Aparecida Carlos de Miranda Magalhães
Defensor Público: Raimundo Ribeiro Cantanhede Filho(OAB/RO 238)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
A segurança foi concedida em 10.1.2011, determinando ao impetrado que forneça os fármacos Lamatrogina 100mg, Topiramato 100mg e Trileptal 300mg (Oxcarbamazepina) à paciente Gelane Aparecida Carlos de Miranda Magalhães.
Em 7.8.2013, informa o impetrado a entrega do fármaco Lamatrogina 100mg à paciente, contudo, quanto ao medicamento Trileptal 300mg (Oxcarbamazepina) informa a aquisição e aguarda disponibilidade deste ao Estado para dispensar à paciente, motivo pelo qual requereu nova dilação de prazo.
Ressalta-se não haver informação do impetrado quanto à aquisição do fármaco Topiramato 100mg, muito menos disponibilidade deste à paciente.
Assim, considerando as ponderações presentes, defiro excepcionalmente o novo pedido de dilação de prazo, por 10 dias corrido, para que a autoridade coatora dispense os fármacos Topiramato 100mg e Trileptal 300mg (Oxcarbamazepina) à paciente.
Decorrido o prazo, sem que o impetrado demonstre a entrega dos fármacos à impetrante, determino o sequestro na importância de R$1.435,71 (um mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e um centavos), considerando orçamento de fl. 137, a ser realizado na conta única do Estado de Rondônia, para ser depositado na conta corrente nº 00796-81, agência 0239, banco HSBC, em nome de Rede Drogarias Brasil Ltda – EPP.
Realizado o depósito diretamente na conta da farmácia fornecedora, desnecessário fazer a prestação de conta pela impetrante.
Após, intime-se o impetrante para tomar ciência quanto a realização sequestro e não havendo manifestação contrária, arquive-se os autos.
Expeça-se o necessário.
Porto Velho, 8 de agosto de 2013.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0007104-06.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0013965-05.2013.8.22.0001
Agravante: Americel S/A
Advogado: Edson Antonio Sousa Pinto(OAB/RO 4643)
Advogada: Beatriz Nogueira da Gama Henry(OAB/DF 302735)
Advogado: Tais do Rego Monteiro(OAB/SP 235222)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Oudivanil de Marins
D E C I S Ã O
Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de antecipação de tutela, manejado por Americel S/A. contra decisão proferida

pelo Juízo da 1ª Vara de Execuções Fiscais desta comarca, na ação cautelar n. 0013965-05.2013.8.22.0001, a qual visou medida liminar buscando a emissão de certidão de regularidade fiscal (positiva com efeito negativo) em virtude da apresentação de garantia idônea.

Diz o agravante que o Juízo do 1º grau, mesmo concedendo a liminar pretendida na origem, determinou que fosse proposta a ação principal no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o art. 806 do Código de Processo Civil.

No intuito de melhor esclarecimento transcrevo a íntegra da decisão agravada:

"Processo n. 0013965-05.2013.8.22.0001

Vistos. Cuida-se de Medida Cautelar de Caução, com pedido de liminar, ajuizada por OI S/A contra a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, na qual a demandante busca a concessão de medida liminar para que se emita certidão positiva de débitos com efeito de negativa.Sustenta, em síntese, que os autos de infrações impugnados administrativamente declararam devido o crédito tributário e será consolidado em execução fiscal a ser ajuizada pela Fazenda Pública Estadual perante a 1ª Vara de Execuções Fiscais. Afirma que, enquanto não ajuizada a execução, a situação fática lhe causa prejuízos econômicos, pois o impede de desenvolver suas atividades de forma plena, tendo em vista o veto na apresentação da certidão negativa, imprescindível à concretização de negócios. Diz que o referido débito será objeto de impugnação quando ajuizada ação. Para tanto, apresenta apólices de seguro n. 02.0775-0205488 e n. 02.0775-0205489 como garantia da dívida. Breve relato. Decido. Sabe-se que os embargos à execução fiscal não constituem meio único de discussão na esfera das execuções fiscais. O exequente pode se valer das ações anulatórias de débito fiscal, pela via ordinária, uma vez constituído o débito, a Fazenda Pública conta com cinco anos para ingressar com a ação de executivo fiscal. Entretanto, a demora no ajuizamento da execução fiscal não deve ser imputado ao requerente que cauciona a dívida para discuti-la em futura execução fiscal. A medida cautelar de caução tem ampla aceitação em nossa jurisprudência. Neste sentido: [...] MEDIDA CAUTELAR DE CAUÇÃO. CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA. DEPÓSITO INTEGRAL, EM DINHEIRO, DO DÉBITO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE. DIREITO À OBTENÇÃO DA CPD-EN. (...).1. A jurisprudência desta Corte já se manifestou no sentido de que "o depósito do valor do tributo, para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário (C.T.N., art. 151, II; Lei 6.830/80, art. 38), constitui faculdade do contribuinte, não sendo necessário sequer o ajuizamento de ação cautelar para sua a realização (C.T.N., art. 151, II; Lei 6.830/80, art. 38), uma vez que pode ser efetuado independentemente de autorização judicial (AC 1997.01.00.059920-0/BA, Rel. Juiz Federal Leão Aparecido Alves (conv.), Terceira Turma Suplementar,DJ p.35 de 09/06/2004).2. O aviamento de ação cautelar preparatória, com fins de obter a suspensão do crédito tributário, configura-se apenas mais uma opção ao contribuinte, que poderá utilizar-se de provimento cautelar, com o escopo de assegurar o resultado útil da ação principal, tanto nos autos da ação principal, como via processo cautelar autônomo.3. De fato, o depósito de que trata o art. 151, II, do CTN, direito potestativo da parte, pode ser exercido nos próprios autos do processo de conhecimento. Todavia, ao utilizar cautelar inominada para tal fim, imprescindível propositura da ação principal correspondente. 4. Nesse diapasão, o art. 806 do Código de Processo Civil estabelece que, proposta medida cautelar deve o requerente propor a ação principal no prazo de 30 (trinta) dias.[...] (TRF1, AC 0021375-89.2010.4.01.3800/MG, Rel. Desembargador Federal Reynaldo Fonseca, T7, e-DJF1 de 16/03/2012).Os argumentos apresentados pela requerente demonstram a plausibilidade jurídica pedido cautelar, a restrição da emissão de certidão implica em prejuízos econômicos ao requerente. A apresentação dos originais está suprida pela autenticidade da assinatura eletrônica das apólices de f. 42/51. Ante o exposto, defiro, o pedido de liminar para expedição de CPD-EN. Intime-se o autor nos moldes do art. 806 do Código de Processo Civil. Comunique-se, a Fazenda Pública. Publique-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 24 de julho de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito"

O agravante também ingressou com embargos de declaração pugnando pela correção do nome da requerente e que fossem expressamente nominados os autos de infração, sendo então declaradas tais omissões (f. 94).

Irresignado, entende equivocada a parte final da decisão, pois, sob sua ótica, se fez presente o caráter satisfativo da medida cautelar ingressada, vez que absolutamente consolidada pela jurisprudência tal possibilidade, o que afasta a regra presente no arts. 806 e 808, inciso I, do CPC.

Quer a antecipação da tutela e o provimento do recurso.

É o sucinto relatório. Decido.

A tutela antecipada é um instituto em que as situação apresentadas tendem à indução de um convencimento absoluto para ser deferida, uma prova inequívoca do objeto do pedido, visto que possui natureza satisfativa.

Não vejo qualquer situação que comprove suficientemente a alegação de risco de grave e irreparável pois o juízo somente aplicou a possibilidade prevista no CPC.

Não houve a mensura ou demonstração de quais danos emergiriam ante a decisão do magistrado que determinou o necessário para a instrução do feito de origem, haja vista tratar-se medida cautelar preparatória, servindo de instrumento ao instrumento.

Outrossim, diz o agravante que se sujeitará a 'perigo de lesão grave e de difícil reparação' se for obrigada a ingressar com a ação principal prevista para discussão do mérito dos supostos débitos advindos do autos de infração que lhe foram imputados, o que não impediria o Fisco Estadual de vir a ingressar com execuções fiscais para tal cobrança e no caso de sua eventual condenação originará a duplicidade do pagamento de honorários no caso do insucesso. É muito acaso.

Ora, em determinado momento a discussão do débito virá de qualquer forma, portanto, a meu sentir, são insubsistentes as alegações quanto à existência do receio de dano irreparável ou de difícil reparação. O mais importante foi concedido na origem: a certidão positiva com efeito de negativa.

E tudo quanto ao mais que se queira discutir faz valer o pensamento do Ministro Teori Zavascki sobre o tema:

"A utilização da via da "ação cautelar", com a finalidade a que aparentemente se propõe, constitui evidente anomalia processual. É uma espécie de medida de "produção antecipada de penhora", que serviria para "acautelar" os interesses, não do autor, mas sim do réu da ação principal a ser proposta, não pelo autor da cautelar, mas sim contra ele. O ajuizamento da "ação principal", pelo réu da cautelar, seria, portanto, não o exercício

de seu direito constitucional de acesso ao Judiciário, mas sim um dever legal do credor, que lhe tolheria a possibilidade de adotar outras formas para cobrança de seu crédito.
Em verdade, o objetivo dessa estranha "ação cautelar" não é o que aparenta ser. O que com ela se busca não é medida cautelar, e sim, por via transversa, medida de caráter nitidamente satisfativo de um interesse do devedor: o de obter uma certidão negativa que, pelas vias legais normais, não obteria, já que o débito fiscal existe, não está contestado, não está com sua exigibilidade suspensa e não está garantido na forma exigida por lei."
Voltando à analise liminar, o STJ recomenda, sempre, a cautela na análise dos requisitos necessários à antecipação da tutela, vejamos:
TUTELA ANTECIPADA. REQUISITOS. DEFERIMENTO LIMINAR. Ainda que possível, em casos excepcionais, o deferimento liminar da tutela antecipada, não se dispensa o preenchimento dos requisitos legais, assim a "prova inequívoca", a "verossimilhança da alegação", o "fundado receio de dano irreparável", o "abuso de direito ou o manifesto propósito protelatório do réu", ademais da verificação da existência de "perigo de irreversibilidade do provimento antecipado", tudo em despacho fundamento de modo claro e preciso. O despacho que defere liminarmente a antecipação de tutela com apoio, apenas, na demonstração do fumus boni iuris e do periculum in mora malfere a disciplina do 273 do CPC, à medida que deixa de lado os rigorosos requisitos impostos pelo legislador para a salutar inovação trazida pela Lei 8.952/94. Recurso Especial não conhecido. (STJ - Ac. unân. da 3ª T., publ. Em 08.02.99 - REsp. 131.853- SC - Rel. Min. Menezes Direito - Araldis Comercial Araldi Ltda. x Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BESC - Advs. Jacques Marcello Antunes Stefannes e Carlos Antônio Carvalho Metzler).
Diante da ausência de tais pressupostos, os quais dariam suporte fático e jurídico de forma clara e inconteste para a antecipação, indefiro o pedido de tutela antecipada, devendo a parte aguardar a marcha normal do recurso.
Requisitem-se informações do Juízo da causa.
Intime-se o agravado para contraminuta.
Expeça-se o necessário.
Publique-se.
Porto Velho, 8 de agosto de 2013.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

1ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0007067-76.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0002158-58.2013.8.22.0010
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Município de Rolim de Moura - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Rolim de Moura - RO( )
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos etc,
O Ministério Público do Estado de Rondônia interpõe o presente agravo de instrumento, com o objetivo de reformar a decisão do Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Rolim de Moura (fls. 185/187), que indeferiu seu pedido liminar em sede de Ação Civil Pública, consistente no fornecimento de transporte escolar gratuito às crianças e adolescentes do Conjunto Habitacional Jatobá, no bairro Cidade Alta, localizado naquele município.
O juízo a quo entendeu ausente a fumaça do bom direito, uma vez que o Conjunto Habitacional Jatobá foi entregue recentemente, de modo que os moradores daquela região tinham ciência da ausência de estrutura adequada, não sendo possível compelir o Poder Público a sanar as dificuladades daquela localidade de uma hora para outra.
Além disso, pontuou que a inicial não delimita se o parquet pretende a construção de escola ou creche na região do Conjunto Habitacional Jatobá, mas ressaltou que, de qualquer maneira, tal medida não seria suficiente para solucionar a questão, uma vez que estas escolas/creches dependeriam ainda do devido aparelhamento, contratação e capacitação de pessoal.
Destacou ainda que quem dita o número de vagas na rede pública de ensino, bem como escolhe o local para instalação de colégios, contrata professores e demais servidores necessários é o Estado de Rondônia em conjunto com o respectivo município, em observância ao disposto na LDBE.
Por fim, concluiu alegando que o problema de falta de vagas em escolas e creches não é exclusividade de Rolim de Moura, mas sim do Brasil como um todo, citando matéria jornalística nesse sentido.
O agravante entende que não conceder a antecipação de tutela é penalizar os alunos daquelas localidades, uma vez que as escolas mais próximas ficam localizadas cerca de 6 km daquele bairro. Entende que os autos estão instruídos com todas as informações necessárias para a concessão da medida, e que seu pedido é suficientemente claro, sem margem para incorreta compreensão do juízo a quo.
Nessa seara recursal, requer, liminarmente, o deferimento do mesmo efeito pleiteado em 1º grau, e no mérito, a reforma em definitivo da decisão agravada, para que seja deferido seu pedido de antecipação de tutela.
É o relatório. Decido.
O juízo a quo, ao analisar os requisitos da liminar - perigo da demora e fumaça do bom direito -, indeferiu-a, por entender ausente aquele último.
Ocorre que a liminar em questão reveste-se em verdadeira antecipação dos efeitos da tutela, na medida em que o fornecimento de transporte escolar é pedido alternativo e condicionado ao principal, qual seja, até que sejam implementadas vagas em escolas mais próximas ao Conjunto Habitacional Jatobá, no bairro Cidade Alta.
Em assim sendo, para a sua concessão, hão de ser observados os requisitos previstos no art. 273 do CPC: existência de prova inequívoca, verossimilhança do direito alegado e uma das hipóteses previstas nos I ou II: fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
No caso em análise, com a devida vênia ao juízo ao quo, mais que a fumaça do bom direito, entendo presente a prova inequívoca do direito alegado, com base na documentação acostada nos autos, assim como a verossimilhança do direito alegado, fundado na extensa legislação favorável.
Contudo, não vislumbro nenhumas das hipóteses dos incisos I e II do art. 273 do CPC.
Somente é possível falar na hipótese do inciso II após manifestação da parte adversa, o que não é o caso, uma vez que o pedido liminar é initio litis e inaldita altera pars.

Com relação ao fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, é bem verdade que a longa distância é fator que fatalmente desmotiva os alunos daquela localidade, afastando-os dos bancos das escolas.
Todavia, isso não é motivo suficiente para impor, de inopino, um ônus à Administração Pública, como a contratação/compra de ônibus escolares. A implementação dessa medida importará em gastos ao cofre público, seja pela compra desses ônibus e contratação de motoristas, seja pela terceirização do serviço.
Tal medida deve ser precedida de necessário estudo e diálogo entre as partes, a fim de que a população venha a ser efetivamente beneficiada com o serviço de transporte, ou quem sabe, com a disponibilização das vagas para o próximo ano letivo.
Assim, indefiro a liminar.
Solicite-se informações do juízo agravado, para que as preste no prazo de 10 (dez) dias.
Nesse ínterim, intime-se os agravados para apresentarem contraminuta ao agravo.
Após, a douta Procuradoria de Justiça.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 8 de agosto de 2013.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

1ª Câmara Especial
ABERTURA DE VISTA
Recurso Especial em Mandado de Segurança nrº 0001512-78.2013.8.22.0000
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Fábio José Gobbi Duran (OAB/RO 632)
Recorrida: Vânia Luiz da Silva Luiz da Silva
Advogada: Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Advogado: Miguel Antônio Paes de Barros (OAB/RO 301)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o(a) recorrido(a) intimado(a) para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial (ART.542 do CPC)"
Porto Velho, 8 de agosto de 2013
(a) Belª Eriene Grangeiro de Almeida Silva
Diretora do 1DEJUESP

ABERTURA DE VISTA
Recurso Extraordinario em Mandado de Segurança nrº 0001512-78.2013.8.22.0000
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Fábio José Gobbi Duran (OAB/RO 632)
Recorrida: Vânia Luiz da Silva Luiz da Silva
Advogada: Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Advogado: Miguel Antônio Paes de Barros (OAB/RO 301)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o(a) recorrido(a) intimado(a) para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Extraordinário (ART.542 do CPC)"
Porto Velho, 8 de agosto de 2013
(a) Belª Eriene Grangeiro de Almeida Silva
Diretora do 1DEJUESP

2ª CÂMARA ESPECIAL

2ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0007138-78.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0004819-19.2013.8.22.0007
Agravante: Município de Cacoal - RO
Procurador: Marcelo Vagner Pena Carvalho(OAB/RO 1171)
Agravado: Jack Stewart Andress
Advogado: André Bonifácio Ragnini(OAB/RO 1119)
Relator:Des. Renato Martins Mimessi
Vistos.
Cuida-se de agravo de instrumento manejado contra decisão que, em sede de mandado de segurança, concedeu a liminar pleiteada para que o Município de Cacoal providencie, imediatamente, medidas para fornecimento dos medicamentos LEVEMIR FLEXPEN 5X3 e HUMALOG LISPRO HUM U100, de uso diário e enquanto perdurar o tratamento, sob pena que bloqueio dos valores necessários para a aquisição dos medicamentos.
Sustenta que determinar o atendimento individualizado de pacientes pode causar danos a toda coletividade, pois ao adquirir medicamentos que não estão elencados na esfera de sua competência nem em programas de atendimento, muitas vezes de alto custo, a municipalidade acaba por suportar carga extrema e indevida em suas finanças, o que implica em desequilíbrio nas contas públicas, em razão da ausência de previsão orçamentária, em manifesto prejuízo a outras áreas de ação coletiva.
Alega que havendo a ação do Estado no fornecimento de medicamentos, não há razão para a tutela jurisdicional, faltando razoabilidade na medida e, ainda, interferência indevida nas políticas públicas.
Por fiz, esclarece que a responsabilidade pelo fornecimento de fármacos para o tratamento de Diabetes Tipo I Insulidependente, como é o caso dos autos, é de competência da Secretaria Estadual de Saúde, conforme se extrai dos arts. 1º, 2º e 3º da Resolução n. 221/CIB/RO.
Requer seja liminarmente reformada a decisão de primeiro grau, a fim de evitar grave prejuízo à ordem, à economia pública e aos critérios próprios sistematizados pela rede de saúde pública.
É o relatório. Decido.
Sem razão os argumentos do Município de Cacoal.
Em síntese, a questão discutida nos autos refere-se à responsabilidade do Município em assegurar ao agravado o fornecimento de medicamentos que, em tese, seriam de responsabilidade do Estado.
Como é cediço, a Constituição Federal assegura a todos os cidadãos, como princípio fundamental, o direito à vida. A saúde é decorrência deste direito e representa consequência constitucional indissociável do mesmo.
O art. 196 da Constituição preceitua:
Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Nesse diapasão, quando o legislador constituinte utilizou o termo "Estado", quis dizer União, Estado e Município, ou seja, todos os entes federativos que compõe o Estado. Aliás, este é o entendimento predominante na jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Dessa forma, o Estado em quaisquer de suas esferas, seja federal, estadual ou municipal detém responsabilidade solidária no que se refere à saúde, como bem demonstra a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

Suspensão de Liminar. Agravo Regimental. Saúde pública. Direitos fundamentais sociais. Art. 196 da Constituição. Audiência Pública. Sistema Único de Saúde - SUS. Políticas públicas. Judicialização do direito à saúde. Separação de poderes. Parâmetros para solução judicial dos casos concretos que envolvem direito à saúde. Responsabilidade solidária dos entes da Federação em matéria de saúde. Ordem de regularização dos serviços prestados em hospital público. Não comprovação de grave lesão à ordem, à economia, à saúde e à segurança pública. Possibilidade de ocorrência de dano inverso. Agravo regimental a que se nega provimento.(SL 47 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 17/03/2010, DJe-076) .

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA UNIÃO. REPERCUSSÃO GERAL DECLARADA PELO STF. SOBRESTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. 1. O funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, de modo que qualquer dessas entidades tem legitimidade ad causam para figurar no pólo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso à medicação para pessoas desprovidas de recursos financeiros. Precedentes do STJ. 2. O reconhecimento, pelo STF, da repercussão geral não constitui hipótese de sobrestamento de recurso que tramita no STJ, mas de eventual Recurso Extraordinário a ser interposto. 3. A superveniência de sentença homologatória de acordo implica a perda do objeto do Agravo de Instrumento que busca discutir a legitimidade da União para fornecimento de medicamentos. 4. Agravo Regimental não provido. (AgRg no Ag 1107605/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/08/2010, DJe 14/09/2010).

Esse também é o entendimento deste Tribunal de Justiça:

CONSTITUCIONAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RESPONSABILIDADE DA UNIÃO. COMPETÊNCIA JUSTIÇA FEDERAL. INTEMPESTIVIDADE. PRAZO ART. 198 DO ECA. INAPLICABILIDADE. DIREITO À SAÚDE. MEDICAMENTO. GARANTIA CONSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. REPASSE DE RECURSOS. SUS. É pacífico que a competência constitucional na promoção da saúde é de responsabilidade solidária entre a União, o Estado e o Município. Portanto, todos os entes federativos têm a obrigação constitucional de prestar integral atendimento à saúde. A Justiça estadual é a competente para julgamento do feito, quando o Estado é o demandado em questões relativas ao fornecimento de medicamentos. O inc. II do art. 198 do ECA somente se aplica aos procedimentos previstos nos arts. 152 a 197 do ECA, inaplicável quando o direito processual é o da ação civil pública. O direito à saúde não deve sofrer embaraços impostos por autoridades administrativas no sentido de reduzi-lo ou de dificultar-lhe o acesso. Por isso, diante do imperativo constitucional, descabe ao ente público se esquivar do ônus que lhe é imposto, com argumentos de dificuldade de proporcionar tratamento adequado a todos ou mesmo restrições orçamentárias. O SUS é composto pela União, pelos Estados e pelos Municípios, cabendo a cada ente a administração dos recursos repassados para a promoção da saúde.(Apelação n. 0030904-70.2008.8.22.0701, 2ª Câmara Especial, Relator Des. Walter Waltenberg Silva Junior, julgado em 25/5/2011)

Dessa forma, em que pese o tratamento para Diabetes Mellitus ter sido incluído nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas como dever da autoridade estadual, conforme se extrai da Resolução n. 221/CIB/RO, datada de 01/11/2012, é uníssono o entendimento de que a responsabilidade da União, Estado, Distrito Federal e Municípios é solidária em se tratando de serviço de saúde pública, já que todos estes entes públicos integram uma rede de saúde que compõe o Sistema Único de Saúde. Dessa forma, salvo evidente impossibilidade ou inviabilidade financeira diante de pedido extravagante, o que não é o caso dos autos, o acesso a jurisdição induz a compreensão de que ao necessitado deve ser assegurada a proteção independentemente do ente público a que se dirija buscando o socorro, cabendo a estas o atendimento e, posteriormente, conforme tenham pactuado, realizarem um encontro das despesas e compensarem entre si os recursos .

Assim, as portarias que dividem as atribuições, conforme o nível de complexidade do tratamento a ser fornecido, tem relevância apenas administrativa, de modo a organizar internamente as relações entre os entes federados, não podendo tal argumento servir de óbice à implementação do acesso à saúde, quando requisitado pelo paciente e o seu atendimento mostrar-se viável.

Dessa forma, demonstrado que os fármacos são necessários ao tratamento do agravado e que os medicamentos análogos de insulinas fazem parte da Resolução n. 221/CIB/RO, resta afastado o fumus boni juris no qual o município agravante baseia para postular a liminar e a reforma da decisão recorrida.

Em face do exposto, nego provimento ao presente agravo, o que faço monocraticamente, com base no art. 557 do CPC.

Após o decurso do prazo, ao arquivo.

Intimem-se.

Porto Velho - RO, 8 de agosto de 2013.

Desembargador Renato Martins Mimessi

Relator

2ª Câmara Especial

Despacho DO RELATOR

Embargos de Declaração - Nrº: 1

Número do Processo :0001924-58.2013.8.22.0501

Processo de Origem : 0001924-58.2013.8.22.0501

Embargante: Raimundo Marcelo Ferreira Fernandes

Advogado: Ernande da Silva Segismundo(OAB/RO 532)

Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia

Relator:Des. Renato Martins Mimessi

Vistos.

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Raimundo Marcelo Ferreira Fernandes contra Acórdão (fls. 95/99), que extinguiu o feito ante o reconhecimento da coisa julgada.

Em razões de recurso (fls. 102/109), o embargante aponta suposta contradição no decisum em razão de erro manifesto, visto que a pretensão da Ação paradigma consistia em procedimento de jurisdição voluntária e, portanto, não é apta a produzir coisa julgada.

Requer o acolhimento dos Embargos para sanação do vício apontado, bem como atribuir-lhes efeitos modificativos no sentido de dar provimento ao recurso de apelação nos termos em que foram interpostos.
É o relatório.
Decido.
Conforme consabido, os Embargos de Declaração não se prestam à reforma ou mesmo reapreciação da matéria constante do recurso, cingindo-se às hipóteses taxativamente previstas no art. 535 do Código de Processo Civil.
No caso em tela, em que pese a irresignação do Embargante, verifica-se que sua real intenção ao apontar contradição no decisum, na verdade é, ainda que de forma velada, rediscutir teses que foram exaustivamente enfrentadas no Acórdão ora embargado.
O argumento de que a Ação paradigma se revestia de jurisdição voluntária traduz verdadeiro equívoco do embargante.
Com efeito, a jurisdição voluntária (também chamada de graciosa), existe de forma a atender a administração de certos interesses privados onde é necessário a participação do Estado para a constituição de novos estados jurídicos. Diferencia-se da contenciosa pela não existência de conflito de interesses, ou seja, não há litígio.
Esta, a toda evidência, não é a hipótese dos autos. O embargante teve seus bens bloqueados a pedido do Ministério Público em autos de Ação Penal, sendo certo que o pedido de desbloqueio (pretensão), é resistida pelo Órgão Ministerial, formando-se assim uma pretensão resistida (LIDE), característica esta própria da jurisdição contenciosa.
Nesta senda, é nítido que o presente recurso não busca sanação de um vício, mas sim transparece o inconformismo por parte do embargante com o resultado do julgado, que tenta a todo custo rediscutir o mérito da questão no fito de, ao final, obter decisão mais favorável aos interesses seus.
Ocorre que os Embargos de Declaração têm a finalidade de esclarecer sem modificar, em princípio, a substância, pois não operam novo julgamento, mas apenas completam a decisão omissa, obscura ou contraditória, não admitindo-se sua interposição sequer para fins exclusivos de pré-questionamento.
Tal entendimento é pacífico no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, que diz: Na ausência de quaisquer vícios previstos no art. 535 do CPC, não prosperam os aclaratórios, ainda que manifestados com exclusivo propósito de prequestionamento (EDcl nos EDcl no RMS n. 20.101/ES, rel. Min. Castro Meira, DJ 30/5/2006).
Neste sentido também consignou esta corte, verbis:
EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PREQUESTIONAMENTO. NÃO ACOLHIMENTO.
Inexistindo omissão ou contradição no acórdão, os embargos de declaração não podem ser utilizado com o fim de rediscutir matéria amplamente abordada na decisão embargada.
Mesmo para fins de prequestionamento, é necessária a ocorrência de uma das hipóteses de cabimento dos embargos declaratórios, ou seja, omissão, contradição ou obscuridade.
Embargos não acolhidos.
(TJ/RO - Emb. Declaração n. 00008593820118220003; Rel. Juiz Oudivanil de Marins, J. 16/05/2013)
Destaco, por fim, ser permitido ao Relator julgar monocraticamente recurso de Embargos de Declaração, ainda que opostos contra Acórdão, sem que isso importe em ofensa ao Princípio da Colegialidade, eis que é assegurado ao interessado a possibilidade de interposição de Agravo. (STJ – EDcl no AgRg na CR 4037 EX 2009/0084429-6)
Posto isso, NEGO PROVIMENTO aos Embargos Declaratórios por inexistência de vício a ser sanado. Julgo monocraticamente com base na outorga conferida pelo art. 557 do CPC.
I.
Porto Velho - RO, 7 de agosto de 2013.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

2ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0003362-70.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0003738-75.2012.8.22.0005
Agravante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procuradora Federal: Adriane Irene Montemezzo Arsego(OAB/PR 37884)
Agravado: João Carlos de Souza
Advogado: Lurival Antônio Ercolin(OAB/RO 64B)
Relator:Des. Renato Martins Mimessi
Vistos.
Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo manejado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em face da decisão prolatada pelo Juízo da 4ª Vara Cível de Ji-Paraná/RO, que concedeu a liminar pleiteada, garantindo ao agravado o restabelecimento imediato do auxílio-doença até final julgamento, retroativo ao tempo em que o benefício foi cessado (30.12.2011), bem como o recebimento dos atrasados.
Em suma, o agravado interpôs ação de concessão de benefícios previdenciários em desfavor do INSS, alegando que encontra-se impedido de laborar em razão de doença ocupacional, que afeta seu organismo, causando barreira para a função normal junto ao empregador, o que justificava o benefício decorrente da incapacidade laborativa
Contudo, em abril de 2011, o Agravante cessou o benefício, entendendo que o Agravado poderia retornar ao trabalho, apesar da perícia médica constatar a incapacidade laborativa em definitivo.
O Juízo a quo, inicialmente indeferiu a liminar por entender não comprovada a impossibilidade do impetrante desenvolver outra atividade, entretanto, reconsiderou em audiência, após nova vista nas provas existentes nos autos.
Em sua razões de recurso, o Instituto Nacional do Seguro Social alega que a decisão determinou o restabelecimento do benefício no prazo de 48 horas, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), bem como o pagamento dos valores retroativos no prazo de 15 dias, sob pena de sequestro, sem observar o rito previsto no art. 730 do CPC, além de contrariar o disposto no art. 41, §6º, da Lei nº 8.213/91, bem como o art. 17 da Lei nº 10.910/2004.
Assim, postula que, liminarmente, seja suspensa a decisão agravada, uma vez que concedeu prazo exíguo de 48 (quarenta e oito) horas para o Agravante restabelecer o benefício, sob pena de multa diária de R$ 500,00; e, no mérito, pela reforma da decisão objurgada.
A liminar foi deferida, apenas para alterar o prazo de restabelecimento do benefício.
O Agravante interpôs embargos de declaração, que teve o seu provimento negado (fls 123/124).

Instado a apresentar informações o Juízo a quo, quedou-se inerte. O agravado também não apresentou contrarrazões.
O D. Procurador de Justiça em seu parecer, opina pelo parcial provimento do recurso.
É o relatório.
Decido.
O recurso é próprio e dele conheço.
Eis os fundamentos da decisão recorrida:
"[...] ante o não recolhimento dos honorários periciais pelo requerido, o que inviabilizou a pericia judicial, aliado ao laudo médico juntado na folha 23, atestando que o requerente é portador de fratura de coluna lombar e hérnia de disco, que o incapacita para exercer atividades laborativas, bem como o próprio exame juntado na folha 24, cujo laudo confirma o diagnóstico e a própria condição do requerente que se apresenta neste momento, com dificuldades de locomoção, concedo a liminar pleiteada para o fim de determinar que o requerido promova o restabelecimento imediato do auxílio-doença, devendo fazê-lo retroativamente a partir da data de sua cessação, ocorrida em 30 de dezembro de 2011, promovendo o pagamento dos atrasados e implantando o benefício para pagamento futuro até o julgamento final deste processo. Serve cópia desta decisão como mandado de notificação a fim de que o requerido promova a implantação do benefício, no prazo de 48 horas, sob pena de pagamento de multa que fixo em R$ 500,00 por dia de atraso. O pagamento dos valores em atraso deverá ser realizado no prazo de 15 dias, sob pena de sequestro do valor, com apresentação dos cálculos atualizados pelo requerente. O prazo para interposição do recurso desta decisão se conta desta audiência já que o procurador do requerido foi intimado para comparecimento, nos termos do art. 242, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil. Aguarde-se o retorno da carta precatória expedida para a oitiva da testemunha, onde estará encerrada a instrução processual e os debates orais serão substituídos por memoriais a serem entregues no prazo sucessivo de cinco dias, intimando-se as partes. Após venham os autos conclusos para o proferimento de sentença.[...]"
Pois bem.
Alega o Agravante que a decisão agravada não poderia presumir a inviabilidade no cumprimento da obrigação imposta, fixando multa cominatória, quando também o prazo é impraticável.
Assim, estabelece o art. 461, §4º, do Código de Processo Civil, que o Juiz ao determinar um obrigação de fazer, pode desde logo: "impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito."
Nesse sentido foi a recente decisão desta Câmara, no Agravo de Instrumento nº 0004237-40.2013.8.22.0000, da relatoria do Desembargador Waltenberg Junior:
"Agravo de Instrumento. Previdenciário. Restabelecimento de benefício. Auxílio-doença acidentário. Nulidade da decisão. Ausência de configuração. Astreintes. Finalidade. Valor razoável. Prazo suficiente para cumprimento da decisão. Recurso não provido.
A fundamentação do juiz, ainda que feita de forma sucinta, já é suficiente para o atendimento do art. 93, IX, da Constituição federal, razão por que não se pode falar em nulidade da decisão.
O art. 461, § 4º, do CPC prevê que, ao determinar à parte uma obrigação de fazer, o juiz pode, desde logo, "impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito".
Assim a própria legislação permite que o juiz imediatamente fixe as astreintes, cujo valor não é arbitrado apenas levando em conta o proveito econômico da outra parte, mas especialmente considerando se o valor será suficiente para evitar o descumprimento da ordem.
No caso, considerando a capacidade econômica da autarquia agravante, o valor arbitrado não é exorbitante, uma vez que a fixação de astreintes em valor baixo poderia não surtir o efeito desejado, que é a garantia de cumprimento da decisão judicial.
Quando a única providência a ser tomada pela parte é o cumprimento da ordem judicial que determina o restabelecimento de benefício previdenciário, não se vislumbra necessária a concessão de prazo superior a cinco dias.
Recurso a que se nega provimento.
Entretanto, no tocante ao pagamento dos valores retroativos a data de sua cessação, concedido em sede de antecipação de tutela pelo magistrado a quo, entendo que, por medida de cautela, a questão deva ser melhor analisada.
Cumpre salientar que a tutela antecipatória pressupõe situação processual de urgência e necessidade de se conferir efetividade ao processo, por isso, exige que o deferimento da prestação jurisdicional seja imediata e capaz de eliminar o dano ou a ameaça de direito, quando presentes os requisitos legais.
Em sede de agravo, só se discute o acerto ou desacerto do ato judicial hostilizado, razão pela qual, nos presentes autos, limita-se à verificação do preenchimento ou não das exigências do disposto no art. 273 do Código de Processo Civil.
O artigo 558 do Código de Processo Civil, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 9.139/95, confere ao relator de agravo de instrumento competência para suspender o cumprimento da decisão agravada, desde que susceptível de causar graves danos.
Face o exposto, dou provimento ao presente agravo de instrumento, para reformar a decisão a quo, de forma a ampliar para vinte (dias) o prazo para que a autoridade coatora restabeleça o benefício previdenciário, bem como para suspender o pagamento dos valores em atrasado, até final julgamento do mérito.
Porto Velho - RO, 8 de agosto de 2013.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

2ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0010424-69.2010.8.22.0000
Impetrante: Antônio Martins Chaves
Defensor Público: Edvaldo Caires Lima(OAB/RO 306)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos, etc;
Em07/06/2013,adefesadaimpetranterequerodesarquivamento do autos para informar que desde o dia 15 de abril de 2013, o paciente não vem recebendo o medicamento de uso contínuo (fls. 137/138).

Desse modo, defiro o pedido de desarquivamento e determino a intimação por Oficial de Justiça do Sr. Secretário de Estado da Saúde para que, no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação, manifeste-se quanto as alegações apresentadas pelo impetrante e comprove o fornecimento do fármaco CLORIDRATO DE OXIBUTININA UD 10mg.

Superado o prazo, retornem os autos concluso para que sejam tomadas as medidas cabíveis para o integral cumprimento da decisão.

Providencie-se o necessário.

Porto Velho - RO, 7 de agosto de 2013.

Desembargador Rowilson Teixeira

Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

0008545-14.2012.8.22.0014 - Apelação

Origem : 0008545-14.2012.8.22.0014 Vilhena / 4ª Vara Cível

Apelante : Município de Vilhena - RO

Procurador : Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3691)

Apelado : João Barros de Oliveira

Defensor Público : Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Relator(a) : Des. Gilberto Barbosa

Revisor(a) : Des. Renato Martins Mimessi

Vistos etc.

Cuida-se de Apelação interposta pelo Município de Vilhena contra sentença prolatada pelo Juízo da 4ª Vara Cível daquela Comarca, que determinou o fornecimento do medicamento necessário para o seu tratamento, fls. 45/47.

Argumenta que a responsabilidade é partilhada entre as esferas de governo, sendo o Município responsável pelo atendimento básico e o Estado pelo atendimento de média e alta complexidade.

Alega ser atuante no fornecimento de todo e qualquer tratamento, situação que acaba por inviabilizar o planejamento e orçamento municipal para cumprimento das decisões judiciais.

Defende que a Consolidação do SUS impõe responsabilidades básicas aos municípios, como a participação no financiamento tripartite, a promoção da estruturação da assistência farmacêutica, garantindo o acesso da população aos medicamentos. Requer seja reformada a sentença para que seja julgado improcedente o pleito (fls. 51/59).

Em contrarrazões, o Apelado postula a manutenção da sentença (fls. 63/68).

Oficiou no feito o e. Procurador de Justiça Julio César do Amaral Thomé, manifestando-se pelo não provimento do Recurso, fls. 71/74.

É o relatório. Decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

A partir de uma interpretação sistemática do texto constitucional, a saúde é direito de todos e dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos quais compete garantir a todos o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde, nos termos dos artigos 23, inciso II, e 196, ambos da Constituição Federal.

Nesse sentido, a competência para garantia do direito fundamental à saúde é comum entre os Entes Federados, razão pela qual se compreende ser de responsabilidade solidária a materialização das políticas públicas voltadas à prestação dos serviços de saúde de forma integral em todos os níveis de complexidade (art. 7º, II; art. 6º, I, "d" e. art. 19-M da Lei 8.080/90), matéria esta, já pacificada nos tribunais superiores.

"Suspensão de Liminar. Agravo Regimental. Saúde pública. Direitos fundamentais sociais. Art. 196 da Constituição. Audiência Pública. Sistema Único de Saúde - SUS. Políticas públicas. Judicialização do direito à saúde. Separação de poderes. Parâmetros para solução judicial dos casos concretos que envolvem direito à saúde. Responsabilidade solidária dos entes da Federação em matéria de saúde. Ordem de regularização dos serviços prestados em hospital público. Não comprovação de grave lesão à ordem, à economia, à saúde e à segurança pública. Possibilidade de ocorrência de dano inverso. Agravo regimental a que se nega provimento." (STF, Tribunal Pleno, SL 47 AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 17/03/2010 – destaquei).

"RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. SUS. LEI 8.080/90.

O Sistema Único de Saúde pressupõe a integralidade da assistência, de forma individual e coletiva, para atender cada caso em todos os níveis de complexidade, razão pela qual, comprovada a necessidade do medicamento para a garantia da vida do paciente, deverá ele ser fornecido. Recurso Especial Provido." (STJ, 2ª Turma, REsp nº 212.346/RJ, Rel. Min. Franciulli Netto, julgado em 09/10/2001 – destaquei).

No mesmo caminho este e. Tribunal de Justiça tem decidido reiteradamente:

"APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL. DIREITO À SAÚDE. INTERNAÇÃO EM LEITO DE UTI. ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS. É pacífico na jurisprudência que a competência constitucional na promoção da saúde é de responsabilidade solidária entre a União, o Estado e o Município. Portanto, todos os entes federativos têm a obrigação de prestar integral atendimento à saúde. O serviço de saúde deve ser prestado de forma integral e organizada entre os entes públicos, sem que os cidadãos sofram com qualquer tipo de embaraço burocrático na sua disponibilização". (1ª Câmara Especial, AC 0012760-40.2010.8.22.0002, Rel. Des. Rowilson Teixeira, publicado em 04/08/2011 – destaquei).

Diante disso, em se tratando de obrigação solidária dos Entes, é do cidadão a prerrogativa de "escolher contra quem demandar", cabendo, por consequência, ao Ente demandado o dever de garantir a prestação necessária à efetivação do direito à saúde, podendo, posteriormente, buscar o ressarcimento devido.

Ademais, frise-se, em momento algum o Município demonstrou, de maneira inequívoca, à possibilidade de grave lesão à economia, à ordem ou à sua estrutura financeira para adotar os meios necessários para honrar o constitucional direito à saúde, o que, por certo, deve ser demonstrado e fundamentado de forma clara e concreta, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (ADPF-MC nº 45, Rel. Celso de Mello, DJU 4/5/2004).

Ante o exposto, tratando-se de apelo em confronto com jurisprudência dominante nos Tribunais (STF, SL nº 47 AgRg; STJ, AgRg no Ag 907820/SC), nego-lhe seguimento, o que faço monocraticamente, na forma do art. 557 do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Após o trânsito em julgado e as anotações de estilo, remeta-se ao primeiro grau de jurisdição.

Porto Velho, 07 de agosto de 2013.

Des. Gilberto Barbosa

Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0008051-52.2012.8.22.0014 - Apelação
Origem : 0008051-52.2012.8.22.0014 Vilhena / 2ª Vara Cível
Apelante : Município de Vilhena - RO
Procurador : Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3691)
Procuradora : Astrid Senn (OAB/RO 1448)
Apelada : Ivonete Gonçalves Evangelista
Defensor Público : Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator(a) : Des. Renato Martins Mimessi
Revisor(a) : Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.

Trata-se de Apelação interposta pelo Município de Vilhena inconformado com a r. Sentença prolatada pelo Juízo da 2ª Vara Cível daquela comarca, que concedeu a segurança nos autos do Mandado de Segurança impetrado por Ivonete Gonçalves Evangelista.

O Juiz concedeu a segurança para determinar que o Município fornecesse para a apelada o medicamento Micofenolato de mofetila 500mg, por ser portadora de Lúpus Eritematoso, em estágio grave, e não possui condições de adquirir o referido medicamento.

Em suas razões recursais, o Município de Vilhena afirma que não há interesse de agir para impetração do mandamus, eis que o apelado não procurou a Secretaria de Estado de Saúde para postular os medicamentos, cuja dispensação não é de competência do município. Afirma que só está obrigado a fornecer a medicação constante do RENAME – Relação Nacional de Medicamentos Essenciais e aduz ainda que há anos vem atendendo ordens judiciais, o que está comprometendo o orçamento municipal. Nestes termos, requer seja dado provimento ao recurso.

Contrarrazões ás fls. 79/82.

A Procuradoria de Justiça de Rondônia no parecer de fls. 89/94, opina pelo desprovimento do recurso interposto.

É o relatório.

Decido.

Analiso, primeiramente, a preliminar de falta de interesse de agir.

Defende o apelante que além do medicamento Micofenolato de Mofetila não constar na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME, a apelada não provou ter procurado a Secretaria de Estado da Saúde para obter dos meios necessários ao seu tratamento.

Considerando que a obrigação de garantir a saúde é solidária entre todos os entes da Federação, mesmo que haja repartições de competência no âmbito interno do SUS, entendo que o fato do recorrido não ter comprovado que buscou receber os medicamentos de que necessita junto a rede estadual de saúde não lhe retira o direito de ação em relação ao Município, cuja postura processual evidencia a resistência em atender ao pleito do recorrido, de forma que não há que se falar em falta de interesse de agir.

Rejeito, assim, a preliminar, submetendo-a aos eminentes pares.

A alegação de inexistência de ato ilegal ou abusivo, também merece rejeição. O município alega que não houve recusa em fornecer o medicamento, mas sim impedimento, devido não constar da RENAME.

Ora, o ofício nº 259/2013/GAB. SEMUS, de fls. 25, atesta que o medicamento faz parte do Programa "Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e numa breve pesquisa na Portaria de dispensação nº 2981/2009, capítulo V, art. 50, verifica-se que o medicamento Micofenolato de mofetila 500mg é de dispensação do ente público.

Sabemos que a responsabilidade é solidária entre todos os entes da federação, conforme dispõe o art. 196, da Constituição:

Art. 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Ocorre que, como diz o mandamento constitucional, a saúde é dever de todos, não especificando sobre qual ente da federação recairia a obrigação. Sendo assim, o Município ou Estado ou União são responsáveis pelo fornecimento de medicamentos ou qualquer outro meio para manutenção da saúde, pois qualquer dos entes federativos é legítimo para responder a uma ação judicial.

CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO CÍVEL. CIDADÃO HIPOSSUFICIENTE. DIREITO À SAÚDE. MEDICAMENTO. GARANTIA CONSTITUCIONAL.

É obrigação do Poder Público, abrangendo inclusive o Município, a assistência à saúde aos cidadãos com o fornecimento de medicamentos aos hipossuficientes. (Rel. DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA)

Nesse sentido, o STJ se posicionou:

ADMINISTRATIVO – CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS – POSSIBILIDADE EM CASOS EXCEPCIONAIS – DIREITO À SAÚDE – FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS – MANIFESTA NECESSIDADE – OBRIGAÇÃO DO PODER PÚBLICO – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES – NÃO OPONIBILIDADE DA RESERVA DO POSSÍVEL AO MÍNIMO EXISTENCIAL.

1. Não podem os direitos sociais ficar condicionados à boa vontade do Administrador, sendo de fundamental importância que o Judiciário atue como órgão controlador da atividade administrativa. Seria uma distorção pensar que o princípio da separação dos poderes, originalmente concebido com o escopo de garantia dos direitos fundamentais, pudesse ser utilizado justamente como óbice à realização dos direitos sociais, igualmente fundamentais.

2. Tratando-se de direito fundamental, incluso no conceito de mínimo existencial, inexistirá empecilho jurídico para que o Judiciário estabeleça a inclusão de determinada política pública nos planos orçamentários do ente político, mormente quando não houver comprovação objetiva da incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal.

3. In casu, não há empecilho jurídico para que a ação, que visa a assegurar o fornecimento de medicamentos, seja dirigida contra o município, tendo em vista a consolidada jurisprudência desta Corte, no sentido de que "o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, de modo que qualquer dessas entidades têm legitimidade ad causam para figurar no pólo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso à medicação para pessoas desprovidas de recursos financeiros"

(REsp 771.537/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 3.10.2005). Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1136549/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/06/2010, DJe 21/06/2010).
Em relação ao argumento de restrições orçamentárias devido as várias responsabilizações dos Juízos de 1º grau, descabe ao ente público esquivar-se do ônus que lhe é imposto. Vale ressaltar que é dever do Estado o fornecimento de remédios, conforme o disposto no art. 196 da Constituição. Portanto, não há o que se falar em grave lesão à economia municipal. Apenas está se cumprindo uma obrigação constitucional. Caso seja obrigado a suportar, eventual e excepcionalmente, com despesas que competiriam a outro ente público, cabe-lhe buscar a compensação.
AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA PARA TRATAMENTO DE DROGADIÇÃO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. ADEQUAÇÃO.
Em razão do acesso universal à saúde, constitucionalmente assegurado, a condenação dos entes estatais ao atendimento do direito fundamental à saúde não representa ofensa aos princípios da separação dos poderes, do devido processo legal, da legalidade ou da reserva do possível, e não caracteriza ofensa a eventuais restrições orçamentárias. AGRAVO PROVIDO. EM MONOCRÁTICA. (Agravo de Instrumento Nº 70047486295, Oitava Câmara Cível, TJRS, DJ 17/02/2012)
Isto posto, diante da firme e pacífica jurisprudência dos Tribunais Pátrios, bem como deste Tribunal, nego provimento ao recurso e mantenho inalterada a sentença que obrigou o Município a fornecer o medicamento Micofenolato de mofetila 500mg. Faço-o monocraticamente nos termos do art. 557 do CCP.
Intimem-se.
Porto Velho, 07 de agosto de 2013.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

2ª Câmara Especial
ABERTURA DE VISTA
Agravo em Recurso Extraordinário em Apelação nº 0000715-37.2011.8.22.0012
Agravante: Viriato Faleiros Barbosa
Advogado: Moacir Nascimento de Barros (OAB/RO 1747)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Moacir Nascimento de Barros (OAB/RO 1747)
Procurador: Antônio José dos Reis Júnior (OAB/RO 281B)
"Nos termos do Provimento nº 001/2001/PR, de 13/09/2001, fica o Agravado intimado para, querendo, contraminutar o Agravo em Recurso Extraordinário e juntar documentos, no prazo de 10 (dez)dias."
Porto Velho, 7 de agosto de 2013
(a) Belª Valeska Pricyla Barbosa Sousa
Diretora do 2º DEJUESP/TJRO

ABERTURA DE VISTA
Recurso Especial em Apelação nº 0004020-62.2011.8.22.0001
Recorrente: Sindicato dos Servidores no Poder Judiciário do Estado de Rondônia - SINJUR
Advogado: Sílvio Vinícius Santos Medeiros (OAB/RO 3015)
Advogado: Francisco Anastácio Araújo Medeiros (OAB/RO 1081)
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador: Silvio Vinicius Santos Medeiros (OAB/RO 3015)
Procurador: Nilton Djalma dos Santos Silva (OAB/RO 608)
Procuradora: Alciléa Pinheiro Medeiros (OAB/RO 500)
"Nos termos do Provimento nº 001/2001/PR, de 13/09/2001 fica o recorrido intimado para querendo apresentar contrarrazões ao Recurso Especial."
Porto Velho, 7 de agosto de 2013
(a) Belª Valeska Pricyla Barbosa Sousa
Diretora do 2º DEJUESP/TJRO

ABERTURA DE VISTA
Recurso Extraordinário em Apelação nº 0015504-74.2011.8.22.0001
Recorrente: SENGE - Sindicato dos Engenheiros do Estado de Rondônia
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogada: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)
Advogado: Hélio Vieira da Costa (OAB/RO 640)
Advogado: Dailor Weber (OAB/RO 5084)
Recorrido: Estado de Rondônia
Procuradora: Livia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1673)
"Nos termos do Provimento nº 001/2001/PR, de 13/09/2001, fica o Recorrido intimado para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Extraordinário."
Porto Velho, 7 de agosto de 2013
(a) Belª Valeska Pricyla Barbosa Sousa
Diretora do 2º DEJUESP/TJRO

2ª Câmara Especial
ABERTURA DE VISTA
Agravo em Recurso Especial em Apelação nº 0020200-56.2011.8.22.0001
Agravante: Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Rondônia - SINDEPRO
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogada: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)
Agravado: Estado de Rondônia
Procuradora: Jane Rodrigues Maynhone (OAB/RO 185)
"Nos termos do Provimento nº 001/2001/PR, de 13/09/2001, fica o Agravado intimado para, querendo, contraminutar o Agravo em Recurso Especial e juntar documentos, no prazo de 10 (dez) dias."
Porto Velho, 8 de agosto de 2013
(a) Belª Valeska Pricyla Barbosa Sousa
Diretora do 2º DEJUESP/TJRO

2ª Câmara Especial
ABERTURA DE VISTA
Recurso Extraordinario em Mandado de Segurança nrº 0003280-39.2013.8.22.0000
Recorrente: Estado de Rondônia
Procuradora: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)
Procurador: Joel de Oliveira (OAB/RO 147B)
Recorrido: Clodoaldo Dias Barros Vieira
Advogado: Odair Elias Hellmann (OAB/RO 4375)
Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o recorrido intimado para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Extraordinário.
Porto Velho, 8 de agosto de 2013
Belª Valeska Pricyla Barbosa Sousa
Diretora do 2DEJUESP

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0004622-85.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0010619-62.2012.8.22.0007
Impetrante: Waldir Manoel Cardoso
Advogada: Rosimeiry Maria de Lima(OAB/RO 2504)
Advogado: Miguel Antônio Paes de Barros(OAB/RO 301)
Impetrado: Secretário Municipal de Saúde de Cacoal - RO
Impetrado: Secretário Estadual de Saúde do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Município de Cacoal - RO
Procuradora: Késia Mábia Campana(OAB/RO 2269)
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradora: Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira(OAB/RO 638)
Procuradora: Luciana Fonseca Azevedo(OAB/RO 5726)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos, etc;
Diante da ausência de manifestação da defesa do impetrante, intime-se a autoridade indicada como coatora para que esta se manifeste, no prazo de 10 dias, no sentido de informar se, de fato, houve a consulta agendada para o paciente e ainda quanto a necessidade do uso do medicamento BOCEPREVIR 200MG.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 7 de agosto de 2013.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0003579-16.2013.8.22.0000
Impetrante: Bruno Felipe da Silva
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Francisco Ronaldo Celestino Silva
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Manoel Marcos Lima Barros
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Uelton Carlos Sales da Silva
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Alexsandro Souza Leite
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Flavio Costa de Menezes Junior
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Daniel Garcia da Silva
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Rafael da Silva Veloso Freire
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Marcos Antônio Favarin Santana
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: André Grangeiro de Oliveira
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Renato Martins Mimessi
Vistos.
Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido liminar, impetrado por Bruno Felipe da Silva, Francisco Ronaldo C. Silva, Manoel Marcos Limas Barros, Uelton Carlos S. Da Silva, Alexsandro Souza Leite, Flávio Costa de Menezes Junior, Daniel Garcia da Silva, Rafael da Silva Veloso Freire, Marcos Antônio F. Santana e André Grangeiro de Oliveira contra ato omissivo do Secretário de Estado da Administração, consistente em não ter dado início ainda ao Curso de Formação Básica – 2ª Turma, bem como a posterior posse no Concurso Público para provimento de vagas do cargo de Agente Penitenciário e Sócio Educador.
Aduzem terem sido devidamente aprovados em todas as fases do concurso regido pelo edital n. 367/GDRH/GAB/SEAD de 2010, bem como se matriculado no Curso de Formação Básica do Concurso Público SEJUS – 2ª Turma, conforme Edital n. 156/GDRH/SEAD de 2012, mas até o presente momento não foi dado início ao aludido curso de formação.
Alegam que apesar de haver disponibilidade orçamentária e financeira para a realização do curso, conforme informações da Secretaria de Estado e Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN, o impetrado decidiu lançar os Editais n. 399/GDRH/SAD de 2012 e 008/GDRH/SEAD de 2013, para o fim de contratar Sócio Educador de forma Emergencial.

Asseveram ainda que os cargos a serem ocupados pelos Agentes Penitenciários devidamente aprovados no certame, estão sendo atualmente ocupados de forma precária pelos Militares da Reserva Remunerada, com base na Lei 2.461/11, que alterou e acrescentou dispositivos à Lei 1.053/02, para tal finalidade.

Com isso, aduzem ter havido preterição do direito dos impetrantes em concluírem o curso de formação básica, conquanto estejam todos devidamente aprovados no certame e matriculados para o referido curso.

Assim, requerem, em sede liminar, que a autoridade impetrada se abstenha de realizar contratação de servidores sem vínculos efetivos para o exercício de funções próprias de Agentes Penitenciários.

No mérito, postulam pela concessão definitiva da segurança no sentido de compelir o impetrado a proceder a convocação e realização do Curso de Formação Básica da SEJUS – 2ª Turma.

A liminar foi indeferida (fls.236/238).

Foram opostos embargos de declaração (fls.244/249), que não foram acolhidos (fls. 271/274).

Pelo Impetrado foram apresentadas informações (fls.252/269).

Inconformado com indeferimento da liminar, os impetrantes interpuseram agravo regimental (fls.278/283), que teve negado o seu provimento por unanimidade pelas Câmaras Especiais Reunidas em 14.06.2013.

Vieram aos autos, o parecer do Douto Procurador de Justiça Ivo Scherer, opinando pela parcial concessão da segurança.

É o que tenho a relatar.

Decido.

Os impetrantes pretendem a convocação para participar do Curso de Formação Básica do Concurso Público da SEJUS – 2ª Turma, regido pelo Edital nº 367/GDRH/GAB/SEAD de 2010, para posteriormente serem nomeados aos cargos de agente penitenciário e Sócio Educador.

Analisando detidamente o presente mandamus, verifico que matéria trazida a discussão é idêntica a tratada no processo nº 0002597-02.2013.8.22.0000, de minha relatoria, levado a julgamento nas Câmaras Especiais Reunidas, no dia 14.06.2013, oportunidade em que, à unanimidade, concedeu-se parcialmente a segurança.

Assim, em atenção ao princípio da economia processual e para evitar maiores digressões, utilizo do voto levado à mesa como fundamento para decidir a questão:

"O cerne do presente mandamus consiste em verificar se há direito líquido e certo dos impetrantes que imponha compelir a autoridade coatora a realizar curso de formação básica – última fase do concurso público para provimento de cargos de Agentes Penitenciários e Sócio educadores regido pelo edital n. 367/GDRH/GAB/SEAD de 2010.

Para tanto, ressaltam terem sido regularmente aprovados em todas as fases anteriores do certame, inclusive tendo sido convocados para o referido curso preparatório, contudo, a Administração postergou por inúmeras vezes seu inicio, tendo como última data provável o dia 07/01/2013 e, até a data de impetração, não havia sequer previsão para que de fato se iniciasse.

A autoridade coatora, com base nas informações postadas pela Gerência de Desenvolvimento de Recursos Humanos/SEAD, confirma alegação inicial de que todos os candidatos impetrantes foram aprovados e classificados dentro do número de vagas ofertadas pelo edital do certame, com única exceção referente sr. CILFARNS ALEXANDRE ALVES DA SILVA, que sequer fora matriculado no curso de formação, pois não alcançou a classificação necessária. Informa que o referido curso deverá ser realizado ainda no primeiro semestre do corrente ano.

Esclarece ainda não constar pedido administrativo acerca da convocação dos candidatos para inicio do curso de formação junto aos assentamentos da Secretaria de Administração de Rondônia – SEAD.

Pois bem.

É incontroverso que o candidato regularmente aprovado em concurso público, desde que classificado dentro das vagas previstas no Edital, possui direito líquido e certo à nomeação e posse no respectivo cargo público dentro do período de validade do certame.

Aliás, a matéria fora extensamente discutida no âmbito do Supremo Tribunal Federal durante julgamento de Recurso Extraordinário com Repercussão Geral n. 598.099, de relatoria do e. Ministro Gilmar Mendes, oportunidade em que a Excelsa Corte bem consignou os limites de discricionariedade da Administração Pública referente aos concursos público, bem como destacou os princípios que os norteiam. Pela pertinência ao caso telado, transcrevo sua ementa:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. CONCURSO PÚBLICO. PREVISÃO DE VAGAS EM EDITAL. DIREITO À NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS. I. DIREITO À NOMEAÇÃO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. Dentro do prazo de validade do concurso, a Administração poderá escolher o momento no qual se realizará a nomeação, mas não poderá dispor sobre a própria nomeação, a qual, de acordo com o edital, passa a constituir um direito do concursando aprovado e, dessa forma, um dever imposto ao poder público. Uma vez publicado o edital do concurso com número específico de vagas, o ato da Administração que declara os candidatos aprovados no certame cria um dever de nomeação para a própria Administração e, portanto, um direito à nomeação titularizado pelo candidato aprovado dentro desse número de vagas.

II. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. BOA-FÉ. PROTEÇÃO À CONFIANÇA. O dever de boa-fé da Administração Pública exige o respeito incondicional às regras do edital, inclusive quanto à previsão das vagas do concurso público. Isso igualmente decorre de um necessário e incondicional respeito à segurança jurídica como princípio do Estado de Direito. Tem-se, aqui, o princípio da segurança jurídica como princípio de proteção à confiança. Quando a Administração torna público um edital de concurso, convocando todos os cidadãos a participarem de seleção para o preenchimento de determinadas vagas no serviço público, ela impreterivelmente gera uma expectativa quanto ao seu comportamento segundo as regras previstas nesse edital. Aqueles cidadãos que decidem se inscrever e participar do certame público depositam sua confiança no Estado administrador, que deve atuar de forma responsável quanto às normas do edital e observar o princípio da segurança jurídica como guia de comportamento. Isso quer dizer, em outros termos, que o comportamento da Administração Pública no decorrer do concurso público deve se pautar pela boa-fé, tanto no sentido objetivo quanto no aspecto subjetivo de respeito à confiança nela depositada por todos os cidadãos.

III. SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO. CONTROLE PELO PODER JUDICIÁRIO. Quando se afirma que a Administração Pública tem a obrigação de nomear os aprovados dentro do número de vagas previsto no edital, deve-se levar em consideração a possibilidade de situações excepcionalíssimas que justifiquem soluções diferenciadas, devidamente motivadas de acordo com o interesse público. Não se pode ignorar que determinadas situações excepcionais podem exigir a recusa da Administração Pública de nomear novos servidores. Para justificar o excepcionalíssimo não cumprimento do dever de nomeação por parte da Administração Pública, é necessário que a situação justificadora seja dotada das seguintes características: a) Superveniência: os eventuais fatos ensejadores de uma situação excepcional devem ser necessariamente posteriores à publicação do edital do certame público; b) Imprevisibilidade: a situação deve ser determinada por circunstâncias extraordinárias, imprevisíveis à época da publicação do edital; c) Gravidade: os acontecimentos extraordinários e imprevisíveis devem ser extremamente graves, implicando onerosidade excessiva, dificuldade ou mesmo impossibilidade de cumprimento efetivo das regras do edital; d) Necessidade: a solução drástica e excepcional de não cumprimento do dever de nomeação deve ser extremamente necessária, de forma que a Administração somente pode adotar tal medida quando absolutamente não existirem outros meios menos gravosos para lidar com a situação excepcional e imprevisível. De toda forma, a recusa de nomear candidato aprovado dentro do número de vagas deve ser devidamente motivada e, dessa forma, passível de controle pelo Poder Judiciário.

IV. FORÇA NORMATIVA DO PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO. Esse entendimento, na medida em que atesta a existência de um direito subjetivo à nomeação, reconhece e preserva da melhor forma a força normativa do princípio do concurso público, que vincula diretamente a Administração. É preciso reconhecer que a efetividade da exigência constitucional do concurso público, como uma incomensurável conquista da cidadania no Brasil, permanece condicionada à observância, pelo Poder Público, de normas de organização e procedimento e, principalmente, de garantias fundamentais que possibilitem o seu pleno exercício pelos cidadãos. O reconhecimento de um direito subjetivo à nomeação deve passar a impor limites à atuação da Administração Pública e dela exigir o estrito cumprimento das normas que regem os certames, com especial observância dos deveres de boa-fé e incondicional respeito à confiança dos cidadãos. O princípio constitucional do concurso público é fortalecido quando o Poder Público assegura e observa as garantias fundamentais que viabilizam a efetividade desse princípio. Ao lado das garantias de publicidade, isonomia, transparência, impessoalidade, entre outras, o direito à nomeação representa também uma garantia fundamental da plena efetividade do princípio do concurso público.

V. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

(RE 598099, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 10/08/2011, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-189 DIVULG 30-09-2011 PUBLIC 03-10-2011 EMENT VOL-02599-03 PP-00314).

Em que pese ser incontroverso o direito de nomeação dos candidatos em casos tais, salienta-se que a hipótese em comento comporta uma peculiaridade, vez que, por força de imperativo legal inserto na Lei Estadual n. 1.170/02, a qual dispõe acerca do Estatuto dos Servidores Públicos Civis e pertencentes aos Quadros do Sistema Penitenciário do Estado de Rondônia, o Curso de Formação é imprescindível para a nomeação e ingresso no cargo efetivo do quadro de Servidores do sistema penitenciário de Rondônia, dentre os quais, Agentes Penitenciários e Sócio-educadores.

In verbis:

Art. 4º A nomeação para cargo de provimento efetivo do Quadro de Servidores do Sistema Penitenciário do Estado dependerá de prévia habilitação em concurso público, obedecida a ordem de classificação e prazo de validade.

Parágrafo único. Os concursos para provimento de cargos efetivos serão realizados em 03 (três) fases eliminatórias:

I – de provas, ou de provas e títulos, quando se tratar de provimento de cargo em relação aos quais a lei exija formação de nível superior;

II – de prova oral, que versará qualquer parte das matérias exigidas nas provas do inciso I; e

III – de frequência e aproveitamento na Academia de Formação do Sistema Penitenciário, em curso intensivo de formação.

[…]

Art 6º Observada a ordem de classificação, os candidatos, em número equivalente aos de cargos, serão matriculados no curso de formação específica.

Além disso, o próprio Edital do concurso estabeleceu que os candidatos devidamente aprovados e classificados na 1ª etapa do concurso, seriam convocados e submetidos ao curso específico de formação, inclusive de caráter eliminatório, sendo a aprovação nesta fase requisito essencial para tomada de posse.

A ver:

13.1 Os candidatos aprovados e classificados na 1ª etapa do concurso, dentro do número exato de vagas, serão convocados para matrícula no Curso de Formação Básica e deverão apresentar:

[…]

14.1 Os candidatos que entregarem a documentação exigida no item anterior serão matriculados no Curso de Formação Básica.

14.2 O tempo mínimo de duração previsto para o Curso de Formação é de 60 (sessenta) dias.

14.5 O candidato aprovado no Curso de Formação estará habilitado para ser nomeado para posse em cargo público do Quadro Efetiva de Servidores Efetivos do Estado de Rondônia, em consonância com Legislação em vigor.

Assim, pelo fato dos impetrantes não terem sido aprovados, ou sequer submetidos a última etapa do certame, bem como por ainda estar o certame dentro de seu prazo de validade, não há se falar em direito subjetivo de posse, mas sim mera expectativa de direito (TJ/RO – Agrv. Reg. Em MS n. 00047409520128220000).

Ora, nesta premissa, considerando que os candidatos devidamente aprovados em todas as fases do certame possuem direito de nomeação dentro do prazo de validade do concurso, não seria demais também afirmar que a Administração Pública tem o dever de concluir todas as fases do certame dentro de período suficiente de ter selecionado os candidatos aptos a tomarem posse.

Pelos documentos juntados, extrai-se que o Edital previu prazo de validade de dois anos do concurso, contados a partir da

homologação do resultado final do certame o que se deu em 15 de Julho de 2011 e, portanto, o prazo de validade do concurso expira-se em 16 de Julho próximo, ou seja, pouco mais de 30 dias a contar desta data.
Assim, considerando que a expiração do certame já se avizinha, forçoso concluir que a Administração Pública já se encontra em mora com seu dever, pois o Edital do certame estipula duração mínima de 60 dias para o Curso de Formação, o que, in casu, por óbvio ultrapassaria o prazo de validade do concurso.
É dizer, embora a Administração Pública possua até o último dia de validade do certame, poder discricionário de nomeação dos candidatos devidamente aprovados em todas as fases do concurso, possui também, na via transversa, dever de ofertar todas as fases do concurso, selecionando definitivamente os candidatos aptos a tomada de posse até a mesma data, eis que após isso, a mera expectativa de direito dos candidatos convola-se em direito subjetivo de posse (STJ – Resp. n. 1199702 – DF; publicado em 14/02/2012).
É evidente que no caso de uma hipótese excepcional, em que a realização do curso de formação se mostrasse por demais dificultosa ou onerosa, tal entendimento poderia ser relativizado no sentido de admitir sua realização em uma data posterior, deste que em prazo razoável e em ato devidamente justificado pelo Administrador, contudo, a toda evidência, este não é o caso dos autos.
Constata-se, pois, flagrante descaso da Administração Pública Estadual, o que importa em violação aos princípios constitucionais da boa-fé e da proteção à confiança.
Dessa forma, diante das circunstâncias peculiares pertinentes ao caso sub judice, é evidente que, em relação aos impetrantes, não se está mais no seara da discricionariedade da Administração Pública realizar o referido curso de formação, por seu juízo de conveniência e oportunidade, o que, reitera-se, impedirá os mesmos de serem nomeados, em tempo próprio, nos cargos os quais foram devidamente aprovados e dentro do número de vagas ofertadas pelo Edital.
Neste norte:
ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO. DIREITO SUBJETIVO.
1. A classificação de candidato dentro do número de vagas ofertadas pela Administração gera, não a mera expectativa, mas o direito subjetivo à nomeação.
2. A administração pratica ato vinculado ao tornar pública a existência de cargos vagos e o interesse em provê-los. Portanto, até expirar o lapso de eficácia jurídica do certame, tem o poder-dever de convocar os candidatos aprovados no limite das vagas que veiculou no edital, respeitada a ordem classificatória. Precedentes.
3. A manutenção da postura de deixar transcorrer o prazo sem proceder ao provimento dos cargos efetivos existentes por aqueles legalmente habilitados em concurso público importaria em lesão aos princípios da boa-fé administrativa, da razoabilidade, da lealdade, da isonomia e da segurança jurídica, os quais cumpre ao Poder Público observar.
4. Afasta-se a alegada conveniência da Administração como fator limitador da nomeação dos candidatos aprovados, tendo em vista a exigência constitucional de previsão orçamentária antes da divulgação do edital (art. 169, § 1º, I e II, CF).
5. Recurso ordinário provido para conceder a segurança. (STJ – RMS n. 27.311/AM; Rel. Min. Jorge Mussi; j. em 04/08/2009.)
Assim, sobressai incontroverso que os impetrantes possuem direito líquido e certo de participarem do Curso de Formação de Agentes Penitenciários e Sócio-Educadores o mais breve possível.
Quanto ao pedido de nulidade dos decretos nº 17.470 e 17.471, a qual objetiva a exoneração ex officio dos militares da reserva convocados para fazerem as vezes dos Agentes Penitenciários, esta não merece guarida.
Isso porque, conforme suficientemente explanado, inclusive quando da análise da liminar, os candidatos impetrantes ainda não se encontram aptos a tomarem posse nos respectivos cargos, eis que sequer iniciaram o curso de formação básica.
Portanto, atender seu pleito importaria somente em grave prejuízo à Administração Pública, pois esta se verá impossibilitada de prestar essencial serviço penitenciário face a carência de profissionais qualificados para tanto, atingindo a segurança pública.
Importante ressaltar que tal entendimento não é anuir com a contratação precária realizada pela Administração em detrimento dos candidatos devidamente aprovados em concurso público, mas tão somente demonstra a preocupação deste órgão quanto a ininterrupção dos serviços assim contratados, face a não condição dos impetrantes em, por ora, assumirem suas funções.
Em face do todo o exposto, CONCEDO PARCIALMENTE A SEGURANÇA pleiteada para determinar à autoridade coatora que convoque e dê início ao curso de formação dos Agentes Penitenciários e Sócio-Educadores dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste acórdão.
É como voto."
Face o exposto, concedo parcialmente a segurança, para que a autoridade coatora convoque os impetrantes aprovados e dê início ao curso de formação dos Agentes Penitenciários e Sócio-Educadores, em trinta (30) dias, caso já não o tenha feito em razão do determinado no precedente citado, ficando claro que esta decisão não tem como objetivo estender o prazo anteriormente fixado no outro mandamus.
Faço-o monocraticamente, com fulcro no art. 557 do CPC.
Intimem-se.
Porto Velho - RO, 8 de agosto de 2013.
Desembargador Renato Martins Mimessi
Relator

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Ação Rescisória
Número do Processo :0007089-37.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0042435-61.2009.8.22.0009
Autor: Estado de Rondônia
Procurador: Henry Anderson Corso Henrique(OAB/RO 922)
Réu: Flávio Júnior Campos Rodrigues
Réu: Hevandro Scarcelli Severino
Réu: Sammuel Valentim Borges
Ré: Roxane Ferreto Lorenzon
Relator:Des. Eurico Montenegro
Vistos.
O Estado de Rondônia ajuíza a presente ação rescisória em face de Flávio Júnior Campos Rodrigues e outros, fulcro no artigo 485, V, do Código de Processo Civil.

Decido.
A petição inicial não atende aos ditames dos artigos 283 e 495 do CPC, já que inexiste certidão a atestar o trânsito em julgado da decisão que se visa rescindir.
Assim, o requerente deverá, no prazo de 10 (dez) dias, promover emenda da inicial e apresentar o referido documento, sob pena de indeferimento da inicial.
Publique-se e cumpra-se.
Porto Velho - RO, 7 de agosto de 2013.
Desembargador Eurico Montenegro
Relator

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0007199-36.2013.8.22.0000
Impetrante: Liane Sales Silva
Advogado: Anderson Leal Alves Marinho(OAB/RO 4666)
Advogada: Nádia Alves da Silva(OAB/RO 3609)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Oudivanil de Marins
D E C I S Ã O
Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado por Liane Sales Silva contra suposto ato ilegal praticado pelo Secretário de Estado da Administração, em virtude do cancelamento de edital de convocação para prestação de exames médicos e documentos necessários à posse em cargo público efetivo, em razão de aprovação em concurso público.
Tal certame foi regido pelo Edital n. 368/GDRH/SEAD/2010 publicado em 29.10.2010 652 vagas na área administrativa, visando o atendimento das necessidades da Secretaria do Estado da Justiça (f.16).
O impetrante aduz ter sido convocado para prestação de exames médicos e documentação necessária à perícia médica e posse, conforme Edital de Convocação n. 158/GDRH/SEAD, de 25 de junho de 2013 (f. 51). Porém, tal convocação foi cancelada através de novo edital n. 185/GDRH/SEAD, de 19 de julho de 2013 (f.14) em razão de adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Requer a concessão da liminar para determinar ao impetrado que proceda a sua imediata convocação, nomeação e posse no respectivo cargo pois a demora na solução da demanda pode lhe trazer prejuízos irreparáveis.
É o que há de importante ao relato. Decido.
A medida liminar é provimento cautelar que só tem cabimento quando forem relevantes os fundamentos da impetração e sua concessão não tem o condão de prejulgamento, mas apenas de preservar o impetrante de lesão irreparável ou de difícil reparação, ou ainda quando restar demonstrado de plano a verossimilhança do direito pleiteado, sustando, por fim, os efeitos do ato impugnado.
A concessão da liminar pretendida depende do concurso desses dois requisitos legais, quais sejam: a relevância dos motivos em que se baseia o pedido inicial e a evidência da possibilidade da ocorrência de lesão irreparável ao direito do requerente, este último, de antemão, não vejo.
No presente caso, apesar de termos evidências da presença do direito do impetrante, não se consubstanciou o perigo da demora ou quais tão graves danos se configuraram que não se possa aguardar o curso normal da ação mandamental, fatos esses aliados a não comprovação da irreparabilidade dos supostos danos suportados pelo impetrante.
Entendo mais prudente, neste momento, solicitar as informações acerca de tais afirmativas, ainda mais considerando que o deferimento do pedido liminar, de per si, acaba por exaurir o pedido, pois pugna pela anulação de ato administrativo o que determina, via reflexa, a posse em cargo público efetivo.
Portanto, em sede de cognição sumária, tenho a compreensão que apesar de presentes indícios do direito do Impetrante, não estou convencido da iminência de lesão grave ou de difícil reparação em razão do perigo da demora, visto que, caso haja concessão da segurança, poderá o impetrante pleitear nas vias ordinárias a indenização pelos danos que, por ventura, vierem a ser devidamente comprovados e mensurados.
Pelo exposto, há que se indeferir a medida liminar, haja vista a ausência de um dos requisitos indispensáveis para sua concessão.
Nesses termos, indefiro a liminar pleiteada.
Notifique-se a autoridade apontada como coatora para apresentar as informações que entender pertinentes e, considerando as notícias que aqui aportam acerca das nomeações de diversos cargos comissionados após o cancelamento do edital de convocação n. 158/GDRH/SEAD, apresentando planilha geral (todos os cargos e áreas) que demonstre o quantitativo de nomeações de cargos comissionados posteriores a tal cancelamento.
Dê-se ciência ao Estado de Rondônia, nos termos do art. 7º, II, da Lei 12.016/09.
À Procuradoria de Justiça para, querendo, emitir parecer.
Ultimadas tais diligências, retorne o feito à conclusão.
Publique-se e intime-se.
Expeça-se o necessário.
Porto Velho, 8 de agosto de 2013.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0006773-24.2013.8.22.0000
Impetrante: Jacson Batista Pires
Advogado: Eronaldo Fernandes Nobre(OAB/RO 1041)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos;
Jacson Batista Pires impetra mandado de segurança, com pedido de liminar, contra suposto ato ilegal do Secretário de Estado da Administração, com o objetivo de compelir a autoridade coatora a realizar a segunda etapa do concurso público (Curso de Formação Básica).
Sustenta o impetrante que foi aprovado na primeira etapa do concurso público realizado pela Secretaria de Estado da Administração, regido pelo Edital n. 367/GDRH/SEAD, para o cargo de agente penitenciário, dentro no número de vagas disponíveis. Aduz que foi devidamente matriculado no Curso de Formação Básica – 2ª Turma, de acordo com o Edital n. 156/GDRH/SEAD, de 04.06.12, no entanto até o momento o referido curso não foi iniciado.

Afirma que o não oferecimento do curso de formação para posterior contratação, importa violação de direito líquido e certo do impetrante, pois no dia 15/07/2011, foi publicado o edital de homologação do resultado final do certame. Dessa forma, como não houve prorrogação do concurso, o prazo de validade expirou em 16/07/2013.
Desta feita, requer que determine à autoridade coatora que inicie o curso de formação nos exatos termos do edital e consequentemente proceda a contratação dos aprovados.
É o relatório.
Decido.
A questão dos autos versa sobre a possibilidade de compelir a administração pública estadual em realizar o Curso de Formação Básica – 2ª Turma , o qual faz parte da segunda etapa do concurso público realizado pela Secretaria de Estado da Administração para provimento de cargos de agente penitenciário e sócioeducador.
De início cumpre ressaltar que a jurisprudência é pacífica no sentido de que o candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital tem direito subjetivo a ser nomeado.
Contudo, esse direito subjetivo não impõe à Administração a obrigação de nomear imediatamente e de uma só vez todos os candidatos aprovados dentro do quantitativo de vagas, mas apenas à vincula a fazê-lo dentro do prazo de validade do concurso. Precedentes: AgRg no RMS 28.823/MS, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2012, Dje 26/06/2012; AgRg no RMS 31.899/MS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/05/2012, DJe 18/05/2012.
Desse modo, enquanto não expirado o prazo de validade do concurso, inexiste direito líquido e certo a nomeação. Após o transcurso de sua validade, a expectativa de direito a nomeação convola-se em direito líquido e certo, conforme assentado na jurisprudência do STJ e na do STF.
Nesse sentido, cito:
ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS. PRAZO DE VALIDADE NÃO EXPIRADO. EXPECTATIVA DE DIREITO.
1. Trata-se de Mandado de Segurança no qual a impetrante alega ter sido aprovada dentro do número de vagas em concurso para provimento de cargo de Assistente Técnico de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica, sem a respectiva nomeação.
2. Enquanto não expirado o prazo de validade do concurso público, o candidato aprovado dentro do número de vagas possui mera expectativa de direito à nomeação, a ser concretizado conforme juízo de conveniência e oportunidade.
3. Segurança denegada.
(MS 18.717/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/05/2013, DJe 05/06/2013)
Esta Corte também já se manifestou:
Agravo Regimental em Mandado de Segurança. Concurso Público. Prazo de validade ainda não transcorrido. Ausência de direito líquido e certo.
Possui mera expectativa de direito à nomeação o candidato aprovado dentro do número de vagas, enquanto não expirado o prazo de validade do concurso, período dentro do qual possui a Administração Pública discricionariedade em relação ao momento da nomeação. Precedentes do STF, STJ e desta Corte.
(Agravo, N. 00014997920138220000, Rel. Des. Renato Martins Mimessi, J. 10/05/2013)
Destarte, cabe à Administração Pública escolher, por conveniência e oportunidade, e desde que seja no decorrer do prazo de sua validade e de acordo com o número de vagas estipulado no edital, o momento em que realizará determinada fase do concurso, bem como nomeará e empossará os candidatos aprovados.
No presente caso, conforme informação extraída do site do Governo do Estado de Rondônia (www.rondonia.ro.gov.br), o Secretário de Estado da Administração, por meio do Edital n. 195/GDRH/SEAD, de 06/08/2013, tornou pública a prorrogação do prazo de validade do concurso público regido pelo Edital n. 367/GDRH/GAB/SEAD até 16 de julho de 2015, conforme Decreto n. 18.005, 17 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia n. 2257, 17 de julho de 2013.
Por conseguinte, não houve expiração do prazo de validade do certame, motivo pelo qual não possui direito líquido e certo de ser convocado a participar de curso e contratado pela autoridade coatora, mas sim mera expectativa de direito.
Desta feita, inexistindo prova pré-constituída do direito alegado, não resta alternativa senão o indeferimento da inicial.
Ante o exposto, indefiro a inicial, nos termos do art. 10 da lei n. 12.016/2009 e art.139, III, do Regimento Interno do TJRO e, via de consequencia, declaro extinto o processo, sem resolução do mérito, com base no art. 267, I do CPC.
Custas na forma da lei.
Sem honorários em face do art. 25 da Lei n. 12.016/2009.
Publique-se.
Registre-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 08 de agosto de 2013.
Rowilson Teixeira
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0007205-43.2013.8.22.0000
Impetrante: Sindicato dos Peritos Criminalísticos do Estado de Rondônia - SINPEC
Advogado: Anderson de Moura e Silva(OAB/RO 2819)
Impetrado: Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos;
Trata-se de mandado de segurança impetrado pelo Sindicato dos peritos Criminalistas do estado de Rondônia – SINPEC contra ato do Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania.
Narra o sindicato impetrante que por ocasião da aprovação da Licença Prévia para as Usinas Santo Antonio e Jirau, foi imposto Programa de Compensação Social ao Município de Porto Velho, compreendido em 3 subprogramas: a) Apoio ao Município de Porto Velho; b) Qualificação da população e, c) Apoio à Revisão do Plano Diretor de Porto Velho.
Afirma também que, dentro do subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho, foram propostas questões compensatórias para a segurança pública no município, pela

qual foi realizado Termo de Doação n. 50/11, da Estação de Trabalho AFIS do DPF e Hardware Integrado Associado ao Módulo Perícia (denominado estação FFW), o qual foi instalado no núcleo do Instituto de Criminalística – IC, em Porto Velho.
Asseverou também que, todavia, a autoridade impetrada, por meio do ofício n. 047/GTEC/SESDEC, determinou a entrega do equipamento ao Instituto de Identificação Civil e Criminal – IICC do Município de Ji-Paraná/RO.
Inconformados com o ato, e por meio de respectiva representação sindical, os peritos impetram o presente mandado de segurança com o objetivo de reverter o ato administrativo que removeu o equipamento citado para o instituto de Ji-Paraná.
Para tanto, alegam violação ao Princípio da legalidade, ao fundamento de que o objeto, fruto da compensação das Usinas e destinado ao aprimoramento da segurança , o convênio não poderia ser contrariado, fato que afronta a legalidade. Postulam por liminar.
É o necessário relato.
Decido.
Cediço que o manejo da ação mandamental pressupõe a existência de direito líquido e certo, o qual, segundo ensinamentos do mestre Hely Lopes Meirelles é:
Direito líquido e certo é o que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração. Por outras palavras, o direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa; se sua extensão ainda não tiver delimitada; se seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais.
Quando a lei alude a direito líquido e certo, está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. Em última análise, direito líquido e certo é direito comprovado de plano. Se depender de comprovação posterior, não é líquido nem certo, para fins de segurança.
(autor citado in Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, Habeas Data, 20ª Edição, Ed. Malheiros, São Paulo, págs. 34/35).
Na perspectiva deste conceito, tem-se que o direito supostamente violado por agente público tem que, necessariamente, ser certo – previsto em lei – e líquido – cujo quantum e extensão esteja já delimitado – a fim de que possa ser exequível e exigível sem qualquer outra condicionante.
No presente caso, em síntese, o sindicato impetrante pretende impedir a transferência de equipamento do Instituto de Criminalística - IC de Porto Velho, para a sucursal de Ji-Paraná, o qual foi doado por convênio das construtoras das Usinas na modalidade de compensação social.
Primeiramente, cumpre observar a ilegitimidade do sindicato no presente caso, porquanto, a atuação esbarra na preclusão lógica de sua intenção.
Explico!
O sindicato representa os peritos estaduais, não só os de Porto Velho, mas, todos os peritos do Estado, inclusive, os de Ji-Paraná. Assim, se dentro de seus quadros possuem peritos de ambas as localidades, pretendem impedir que um equipamento deixe de ir para um instituto para ficar em outro, ou seja, beneficiando uns peritos em detrimentos de outros, tal atitude choca-se com a própria finalidade da entidade sindical, que, por contrato social, pretende respeitar e proteger toda a categoria e não proteger uns contra os outros.
Isso é tergiversar.
E no âmbito processual, é motivo suficiente para o indeferimento da exordial.
Não obstante, avançando sobre a causa, temos ainda que falta o pressuposto para o manejo do presente mandamus.
Com efeito, os peritos não têm direito líquido e certo de terem esse equipamento à sua disposição, pois, uma vez doado – por força da compensação – tem a autoridade administrativa, discricionariedade para endereçar do bem. Tanto que o bem poderia ser outro, como veículos, armas, etc.
O objetivo da compensação – com relação à segurança – era promover melhorias à segurança, cujo conceito, por ser vago, se satisfaz com qualquer ato realizado pelo doador, de tal modo que sequer haveria obrigação de doação do citado aparelho e tampouco a obrigatoriedade de deixá-lo no Instituto de Tecnologia – IC de Porto Velho. É certo, que a atitude de remoção do equipamento para outra unidade – de Ji-Paraná – é lamentável, pois, nos desguarnece aqui em Porto velho, todavia, é ato legal.
E outra, o próprio sindicato impetrante reconhece que o equipamento fora instalado em 2011 no IC, e agora, após 2 anos de uso, é removido, cujo fato atende ao convênio, ou seja, foi, a priori, usado para a segurança em Porto Velho, de tal modo que, por inexistir vinculação de prazo de uso em Porto Velho, pode a autoridade livremente removê-lo.
Vejo, que poderia o ato até ser discutido em outra via (ou popular ou ação civil pública), contudo, não o pode nesta via estreita do mandado de segurança, levando à ausência do interesse de agir.
Pelo exposto, nos termos do art. 10 da Lei 12.016/2009, indefiro a inicial, e extinguo o processo nos termos do art. 295, I, do CPC.
Custas de Lei.
P. R. I. C.
Porto Velho - RO, 8 de agosto de 2013.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0001955-29.2013.8.22.0000
Impetrante: Nilson Batista Teixeira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradora: Maria Rejane Sampaio dos Santos(OAB/RO 638)
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
A segurança foi concedida em 24.4.2013 ao paciente Nilson Batista Teixeira, por sofrer de distúrbio androgênico do envelhecimento masculino – D.A.E.M, determinando ao impetrado que forneça ao impetrante o fármaco Nebido 250mg.
Em 14.5.2013 informou o impetrado que tentou adquirir o fármaco, por meio do processo administrativo n. 01.1712.01105-

00/2013, contudo não logrou êxito em encontrar fornecedores, motivo pelo qual requereu a intimação do impetrante para apresentar pelo menos uma cotação para aquisição do fármaco (fls. 63/76).
A pedido desta Relatoria, foi intimado o impetrante para que apresente ao menos 1 (um) orçamento conforme pedido do impetrado (fls.79/80).
Intimado, em 3.7.2013 o impetrante juntou aos autos 3 (três) cotações requerendo sequestro na contado do estado (fls. 85/88).
Sequestro realizado (fls. 94/95) e prestado contas pelo impetrante (fls. 98/99).
Assim, demonstrado estar sendo cumprida a segurança, considerando informações de fls. 94/95, 98/99, arquivem-se os autos.
Porto Velho, 8 de agosto de 2013.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

1ª CÂMARA CRIMINAL

1ª Câmara Criminal
Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus
Número do Processo :0007172-53.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0002141-83.2013.8.22.0701
Paciente: Raimundo Nonato Dias Barradas
Impetrante(Advogada): Maria Elena Pereira Malheiros(OAB/RO 4310)
Impetrado: Juízo de Direito do 2º Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora:Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Vistos,
Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pela advogada Maria Elena Pereira Malheiros, em favor do paciente Raimundo Nonato Dias Barradas, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito do 2º Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Porto Velho
Informa que o paciente encontra-se preso desde o dia 4/8/2013 por, suposta, infringência ao art. 217- A c/c art. 14, II, ambos do Código Penal (estupro de vulnerável). Contudo, sustenta que o paciente não praticou qualquer ato delituoso com qualquer menor.
Assevera que não há nos autos qualquer elemento do tipo penal de estupro de vulnerável, somente pesando em seu desfavor uma suspeita infundada de que tivesse em datas pretéritas praticado atos obscenos ou tentativas frustradas de ato libidinoso, fato que não se amolda ao tipo penal do qual vem sendo acusado.
Posto isto, requer a concessão liminar da ordem, a fim de cessar o constrangimento ilegal do qual está sendo vítima o paciente, mediante compromisso de comparecer a todos os atos processuais.
É o relatório. Decido.
Compulsando os autos, verifico que é imputado ao paciente o delito descrito no art. 217-A c/c art. 14, II , do Código Penal, pois teria tentado passar a mão nas partes íntimas da vítima S. dos S. L. (12 anos de idade).
A prisão preventiva foi decretada com fundamento na garantia da ordem pública, em razão de não ser a primeira vez que tentava contra a dignidade sexual da vítima e de outras crianças (fls. 39/40).
Assim, diante do noticiado, pelo menos em um juízo de cognição sumária, verifico que o caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, razão pela qual indefiro a liminar.
Solicitem-se informações à autoridade impetrada, as quais deverão ser prestadas no prazo de 48 horas.
Após, dê-se vista à d. Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 7 de agosto de 2013.
Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Relatora

Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus
Número do Processo :0007196-81.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0007733-35.2013.8.22.0014
Paciente: Romário Ventura de Lima
Impetrante(Advogada): Regiane Estefanny Castilho(OAB/RO 4835)
Impetrante(Advogada): Tamara Lucia Lacerda(OAB/RO 5341)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena - RO
Relatora:Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Vistos,
Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pela advogada Tamara Lúcia Lacerda, em favor do paciente Romário Ventura de Lima, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena.
Noticia que o paciente foi preso em flagrante pela prática dos crimes previstos no art. 121, §2º, II c/c art. 14, II do Código Penal e art. 12 da Lei n. 10.826/03, por supostamente ter se dirigido até a residência das vítimas portando uma arma calibre 38, onde efetuou diversos disparos atingindo o ombro direito de uma delas, em razão de desentendimentos por conta de um cachorro, encontrando-se atualmente segregado por força de decreto preventivo.
Porém, assegura que referida decisão é carente de fundamentação, vez que se vale de argumentos evasivos e genéricos, não se fazendo presentes os requisitos da prisão preventiva,
Outrossim, destaca que o paciente é primário, registra bons antecedentes, tem residência fixa e trabalho lícito, sendo que o fato noticiado se deu em virtude de violenta emoção, influência de terceiros e outras circunstâncias alheias, todavia trata-se de pessoa de boa conduta, não tendo jamais se envolvido em qualquer outro evento delituoso.
Ainda sustenta que em caso de eventual condenação, certamente será fixado regime menos gravoso que o fechado, razão pela qual requer a concessão liminar da ordem, a fim de que o paciente seja posto em liberdade, mediante o compromisso de comparecer a todos os atos processuais.
É o breve relatório. Decido.
Sabe-se que para o deferimento de medida liminar em sede de habeas corpus é necessário a comprovação, inconteste, do constrangimento ilegal apontado, dada a sua excepcionalidade.
Compulsando os autos, verifica-se que o paciente foi preso em flagrante pela prática dos crimes previstos no art. 121,§ 2º, II c/c

art. 14, II, Código Penal e art. 12 da Lei n. 10.826/03. A prisão preventiva foi mantida, por autoridade competente, como forma de garantir a ordem pública e assegurar a instrução criminal (fls. 42/43).
Dessa forma, em juízo de cognição sumária, o caso noticiado nos autos não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não se verificar situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade.
Diante do exposto, indefiro o pedido de liminar.
Solicitem-se informações à autoridade impetrada, as quais deverão ser prestadas no prazo de 48 horas.
Após, dê-se vista à douta Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 7 de agosto de 2013.
Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Relatora

PAUTA DE JULGAMENTO

1ª CÂMARA ESPECIAL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
Pauta de Julgamento
Sessão 711

Pauta elaborada nos termos do artigo 379 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal, relativa aos processos abaixo relacionados, bem como aqueles adiados de pautas já publicadas, que serão julgados em sessão que se realizará no Plenário II deste Tribunal, aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às 08h30.
Obs.:Para a sustentação oral, conforme previsto no art. 57 caput e parágrafo 1º do referido Regimento, os senhores advogados deverão inscrever-se, previamente, junto ao 1º Departamento Judiciário Especial, ou verbalmente, até o início da Sessão, observando-se, o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 405 da mesma norma.

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 01 0001958-81.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem:0029950-76.2007.8.22.0501Porto Velho/3ª Vara Criminal
Paciente: José Carlos de Oliveira
Impetrante(Advogado): José Eduvirge Alves Mariano (OAB/RO 324A)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho - RO
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: DES. ROWILSON TEIXEIRA
Assunto: Trancamento e/ou unificação de processos crimes.
Distribuído por Sorteio em 30/07/2013

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 02 0005047-15.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:0010246-15.2013.8.22.0001Porto Velho/1ª Vara da Auditoria Militar
Agravante: Marcelo Farias Braga
Advogado: Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567)
Advogado: Daison Nobre Belo (OAB/RO 4796)
Agravado: Corregedor Geral da Policia Militar do Estado de Rondonia
Procurador: Fábio José Gobbi Duran (OAB/RO 632)
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradora: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)
Relator: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Assunto: Inquérito. Processo. Recurso Administrativo. Sustação.
Distribuído por Sorteio em 04/06/2013

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 03 0049607-77.2006.8.22.0003 Apelação
Origem:0049607-77.2006.8.22.0003Jaru/1ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: José Amauri dos Santos
Advogado: José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370)
Advogado: Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593)
Advogado: Ronaldo Viana (OAB/RO 598E)
Relator: DES. ROWILSON TEIXEIRA
Revisor: Des. Oudivanil de Marins
Assunto: Falsificação de documento público. Crimes da Lei de licitações.
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 18/04/2013

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 04 0020897-43.2012.8.22.0001 Apelação (SDSG)
Origem:0020897-43.2012.8.22.0001Porto Velho/2ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Município de Porto Velho - RO
Procurador: Luiz Duarte Freitas Júnior (OAB/RO 1058)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Revisor: Des. Eurico Montenegro
Assunto: Fornecimento de Medicamentos.
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 15/07/2013

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 05 0005400-55.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:0000346-60.2013.8.22.0016Costa Marques/1ª Vara Cível
Agravante: João Otávio Silva Morheb
Advogada: Juliana Maleski Belini Morheb (OABRO 3503)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. ROWILSON TEIXEIRA
Assunto: Dano ao Erário. Penhora. Indisponibilidade de Bens. Antecipação. Eventual Condenação.
Distribuído por Sorteio em 14/06/2013

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 06 0005891-62.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:0003140-28.2011.8.22.0015Guajará-Mirim/2ª Vara Cível
Agravante: Jorge Mercado Freitas
Advogado: Erick Allan da Silva Barroso (OAB/RO 4624)
Advogado: Luis de Menezes Bezerra (OAB/RO 497A)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia

Relator: DES. ROWILSON TEIXEIRA
Assunto: Violação aos Princípios Administrativos. Preparo. Deserção.
Distribuído por Sorteio em 01/07/2013

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 07 0009586-55.2008.8.22.0014 Apelação
Origem:0009586-55.2008.8.22.0014Vilhena/2ª Vara Cível
Apelante: Marlon Donadon
Advogado: Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Advogado: Daniel Rodrigues de Araújo (OAB/RO 4101)
Apelante: Darci Minozzo
Advogado: Marlon Vinicus Gonçalves Facio (OAB/RO 5557)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Município de Vilhena - RO
Procurador: Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3691)
Procurador: Tiago Cavalcanti Lima de Holanda (OAB/RO 3699)
Relator: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Revisor: Des. Eurico Montenegro
Assunto: Doação. Defeito, nulidade ou anulação. Improbidade Administrativa.
Distribuído por Sorteio em 05/10/2012

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 08 0004814-18.2013.8.22.0000 Agravo Regimental e Agravo de Instrumento
Origem:0008104-38.2013.8.22.0001Porto Velho/1ª Vara da Fazenda Pública
Agravante/Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Ítalo Lima de Paula Miranda (OAB/RO 5222)
Agravada/Agravante: Prime Tech Comércio de Materiais Eletrônicos Ltda - ME
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303B)
Advogado: Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
Advogada: Mirele Rebouças de Queiroz Jucá Lauton (OAB/RO 3193)
Advogado: Iran da Paixão Tavares Júnior (OAB/RO 5087)
Relator: DES. ROWILSON TEIXEIRA
Assunto: Obrigação de Fazer. Não Fazer.
Distribuído por Sorteio em 23/05/2013
Interposto em 11/06/2013

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 09 0003658-92.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:0004943-12.2012.8.22.0015Guajará-Mirim/1ª Vara Cível
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Município de Nova Mamoré - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Nova Mamoré - RO
Relator: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer.
Distribuído por Sorteio em 22/04/2013

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 10 0038785-09.2009.8.22.0008 Reexame Necessário
Origem:0038785-09.2009.8.22.0008Espigão do Oeste/2ª Vara
Interessada (Parte Ativa): C. C. S. V. Representada por sua mãe R. A. da S.
Advogado: Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Advogado: Milton Ricardo Ferretto (OAB/RO 571A)
Interessado (Parte Passiva): Rafael Costa Viana
Advogado: Bruno Leonardo Moreira e Vieira Pinto (OAB/RO 3585)
Interessado (Parte Passiva): Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON
Procuradora: Edite Rebouças de Paula (OAB/RO 959)
Procuradora: Nágela Dayane Quiuli Amaral (OAB/RO 4261)
Interessado (Parte Passiva): Elizeu Rodrigues Viana
Curador: Luiz Carlos Storch (OAB/RO 3903)
Relator: DES. ROWILSON TEIXEIRA
Assunto: Curadoria dos bens do ausente. Pensão por morte.
Distribuído por Sorteio em 01/07/2013

Processo de Interesse do Ministério Público
n. 11 0001061-53.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:0025744-88.2012.8.22.0001Porto Velho/2ª Vara da Fazenda Pública
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Rômulo da Silva Lopes
Agravado: José Miguel Saud Morheb
Advogado: Léo Antonio Fachin (OAB/RO 4739)
Advogado: Sérgio Murilo Lemos Paraguassú Filho (OAB/RO 5428)
Agravado: Higiprest Serviços de Limpeza Ltda Epp
Advogado: Léo Antonio Fachin (OAB/RO 4739)
Advogado: Sérgio Murilo Lemos Paraguassú Filho (OAB/RO 5428)
Relator: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Assunto: Reformar decisão que indeferiu a indisponibilidade de bens.
Distribuído por Sorteio em 01/02/2013

n. 12 0002271-83.2011.8.22.0009 Apelação (SDSG)
Origem:0002271-83.2011.8.22.0009Pimenta Bueno/1ª Vara Cível
Apelante: Banco Morada S/A - Em Liquidação Extrajudicial
Advogado: Wilton Roveri (OAB/SP 62397)
Advogada: Gabriela Roveri Fernandes (OAB/SP 127329)
Apelado: Município de Pimenta Bueno - RO
Procuradora: Emanuelle Urizzi Bernardi (OAB/RO 4541)
Procurador: Flávia Izabel Becker (OAB/PR 44871)
Relator: DES. ROWILSON TEIXEIRA
Revisor: Des. Oudivanil de Marins
Assunto: Pagamento em Consignação.
Distribuído por Sorteio em 16/05/2013

n. 13 0076126-83.1997.8.22.0010 Apelação (SDSG)
Origem:0076126-83.1997.8.22.0010Rolim de Moura/1ª Vara Cível
Apelante: Estado de Rondônia (BERON)
Procurador: Luciano Brunholi Xavier (OAB/RO 550A)
Apelada: Salete Baroni
Advogado: Rubens Vieira Lopes (OAB/RO 273)
Relator: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Revisor: Des. Eurico Montenegro
Assunto: Prescrição e Decadência. Custas.
Distribuído por Sorteio em 12/12/2011

n. 14 0005414-39.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:0092674-11.2000.8.22.0001Porto Velho/2ª Vara da Fazenda Pública
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Élcio de Sousa Araújo (OAB/RO 5220)
Agravada: Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de Rondônia - ASSPOM
Advogado: Raimundo Reis de Azevedo (OAB/RO 572)
Advogada: Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614)
Advogado: Arcelino Leon (OAB/RO 991)
Relator: DES. ROWILSON TEIXEIRA
Assunto: Pagamento. Bens Pessoais. Representante. Organização.
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 14/06/2013

n. 15 0000736-13.2011.8.22.0012 Apelação(SDSG)
Origem:0000736-13.2011.8.22.0012Colorado do Oeste/1ª Vara Cível
Apelante: Município de Colorado do Oeste - RO
Procurador: Isaías Alves dos Santos (OAB/RO 249B)
Apelado: Banco do Brasil S/A
Advogado: Sheidson da Silva Ardaia (OAB/RO 609E)
Advogada: Vera Mônica Queiroz Fernandes Aguiar (OAB/RO 2358)
Advogado: Donizeti Elias de Souza (OAB/RO 266B)
Advogada: Janice de Souza Barbosa (OAB/RO 3347)
Advogada: Gercimara Alves Barbosa (OAB/RO 562E)
Advogado: Aparecido Pereira dos Santos (OAB/RO 4508)
Relator: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Assunto: Dívida Ativa.
Distribuído por Sorteio em 11/01/2012

n. 16 0005887-25.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:0076170-37.2008.8.22.0101Porto Velho/2ª Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos
Agravante: Júlio Cezar Paula
Defensor Público: Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306)
Agravado: Município de Porto Velho - RO
Procuradora: Kárytha Menêzes e Magalhães (OAB/RO 2211)
Relator: DES. OUDIVANIL DE MARINS
Assunto: Dívida Ativa. Assistência Judiciária Gratuita.
Distribuído por Sorteio em 01/07/2013

Porto Velho, 7 de agosto de 2013.

Exmo. Des. Eurico Montenegro
Presidente da 1ª Câmara Especial

1ª CÂMARA CRIMINAL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
1ª Câmara Criminal
Pauta de Julgamento
Sessão 1315

Pauta elaborada nos termos do artigo 379 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, relativa aos processos abaixo relacionados, bem como àqueles adiados de pautas já publicadas, que serão julgados em sessão que se realizará no Plenário I deste Tribunal, aos quinze dias do mês de agosto do ano dois mil e treze, às 8h30.
Obs.:Para a sustentação oral, conforme previsto no artigo 57 caput e parágrafo 1º do referido Regimento, os senhores advogados deverão inscrever-se, previamente, junto ao 1º Departamento Judiciário Criminal, ou verbalmente, até o início da Sessão, observando-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 405 da mesma norma.

n.01-0015274-21.2010.8.22.0501 Apelação
Origem:00152742120108220501Porto Velho/2ª Vara Criminal
Apelante: Johnny Nascimento de Abreu
Advogado: Nilton Barreto Lino de Moraes (OAB/RO 3974)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Distribuído por Sorteio em 30/08/2011
Julgamento Adiado em 1º/08/2013

n.02- 0000878-06.2005.8.22.0019 Apelação
Origem:00008780620058220019Machadinho do Oeste/1ª Vara Criminal
Apelante: José Donizeti Ferreira
Advogado: Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834)
Advogado: Alessandro Ferreira Redondo (OAB/RO 3283)
Advogada: Maracélia Lima de Oliveira (OAB/RO 2549)
Advogado: César Roberto Reinehr (OAB/RO 1781)
Advogado: José Viana Alves (OAB/RO 2555)
Advogada: Érica Caroline Ferreira Vairich (OAB/RO 3893)
Advogada: Beatriz Wadih Ferreira de Paula (OAB/RO 2564)
Advogado: Tiago Fagundes Brito (OAB/RO 4239)
Apelante: Wanderson Carlos do Couto Teixeira
Advogado: Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834)
Advogado: Alessandro Ferreira Redondo (OAB/RO 3283)
Advogada: Maracélia Lima de Oliveira (OAB/RO 2549)
Advogado: César Roberto Reinehr (OAB/RO 1781)
Advogado: José Viana Alves (OAB/RO 2555)
Advogado: Tiago Fagundes Brito (OAB/RO 4239)
Apelante: Nelson Aparecido Estevão
Advogada: Maracélia Lima de Oliveira (OAB/RO 2549)
Advogado: Alessandro Ferreira Redondo (OAB/RO 3283)
Advogado: Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834)
Advogado: César Roberto Reinehr (OAB/RO 1781)
Advogado: José Viana Alves (OAB/RO 2555)
Advogado: Tiago Fagundes Brito (OAB/RO 4239)
Apelante: Ismael Clauze Lourença
Advogada: Maracélia Lima de Oliveira (OAB/RO 2549)
Advogado: Alessandro Ferreira Redondo (OAB/RO 3283)
Advogado: César Roberto Reinehr (OAB/RO 1781)
Advogado: José Viana Alves (OAB/RO 2555)
Apelante: Gilson Teles da Costa
Advogada: Maracélia Lima de Oliveira (OAB/RO 2549)
Advogado: Alessandro Ferreira Redondo (OAB/RO 3283)
Advogado: José Viana Alves (OAB/RO 2555)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 13/05/2010
Julgamento Adiado em 1º/08/2013

n.03- 0110525-08.2006.8.22.0501 Apelação
Origem:01105250820068220501Porto Velho/2º Juizado da Infância e da Juventude
Apelante: Raimundo Nonato Lima Mendes
Defensora Pública: Liliana dos Santos Torres Amaral (OAB/RO 58B)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Distribuído por Sorteio em 17/08/2011
Julgamento Adiado em 1º/08/2013

n.04- 0001721-04.2010.8.22.0501 Apelação
Origem:00017210420108220501Porto Velho/1ª Vara do Tribunal do Júri
Apelante: Edson Pacífico de Souza
Advogado: Marcos Vilela de Carvalho (OAB/RO 84)
Advogada: Adriana Nobre Vilela (OAB/RO 4408)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Distribuído por Sorteio em 19/08/2011
Julgamento Adiado em 1º/08/2013

n.05- 0009735-69.2013.8.22.0501 Reexame Necessário
Origem:00097356920138220501Porto Velho/3ª Vara Criminal
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Recorrente: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho-RO
Réu: Marcos Brito Soares
Defensora Pública: Liliana dos Santos Torres Amaral (OAB/RO 58B)
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Sorteio em 28/06/2013

n.06- 0001394-88.2012.8.22.0501 Apelação
Origem:00013948820128220501Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Maria Rosicleide da Silva
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Advogada: Nathasha Maria Braga Arteaga Santiago (OAB/RO 4965)
Advogada: Amália da Silva Freitas Albuquerque (OAB/PB 13721)
Apelante: Igor Silva dos Santos
Advogada: Mirtes Lemos Valverde (OAB/RO 2808)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 04/09/2012

n.07- 0007670-72.2011.8.22.0501 Apelação
Origem:00076707220118220501Porto Velho/2ª Vara Criminal
Apelante: Wilson Miranda Passos
Advogado: Wilson Dias de Souza (OAB/RO 1804)
Advogado: Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567)
Advogado: Daison Nobre Belo (OAB/RO 4796)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Revisora: Juíza Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres
Distribuído por Sorteio em 27/01/2012

n.08- 0006300-28.2010.8.22.0005 Apelação
Origem:00063002820108220005Ji-Paraná/2ª Vara Criminal
Apelante: Luiz Gilvan da Costa
Defensora Pública: Vanilda Estevão da Silva Rodrigues Contreiras (OAB/RO 240)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Distribuído por Sorteio em 25/07/2013

n.09- 0003462-45.2011.8.22.0501 Apelação
Origem:00034624520118220501Porto Velho/2ª Vara Criminal
Apelante: Joacimar da Silva Viana
Defensor Público: Alberto José Beira Pantoja (OAB/RO 409)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Revisora: Juíza Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres
Distribuído por Sorteio em 30/06/2011

n.10- 0008470-66.2012.8.22.0501 Apelação
Origem:00084706620128220501Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Eliane Cristiane Alves
Advogada: Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553)
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Apelante: Jonas Cligie Mittouso Pinheiro
Advogada: Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553)
Apelante: Vanessa Naiara Alves
Defensor Público: João Luís Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
RRelatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 13/03/2013

n.11- 0001603-12.2011.8.22.0010 Apelação
Origem:00016031220118220010Rolim de Moura/1ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Sidinei Bento
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Revisora: Juíza Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres
Distribuído por Sorteio em 09/09/2011

n.12- 0015400-03.2012.8.22.0501 Embargos de Declaração em Apelação
Origem:00154000320128220501Porto Velho/1ª Vara Criminal
Embargantes/Embargados: Tekelyni Soares Morheb e I.S.M. rep. por sua mãe T.S.M.
Advogado: Léo Antonio Fachin (OAB/RO 4739)
Embargado/Embargante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Interpostos em 03/07/2013
Interpostos em 19/07/2013

n.13- 0001073-53.2012.8.22.0501 Apelação
Origem:00010735320128220501Porto Velho/2ª Vara Criminal
Apelante: Bruno Luis Oliveira Mota
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Francisco Deivide Lopes da Costa
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Revisora: Juíza Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 26/06/2012

n.14- 0002954-39.2010.8.22.0015 Apelação
Origem:00029543920108220015Guajará-Mirim/1ª Vara Criminal
Apelante: Heidrian de Souza Vasquez
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Distribuído por Sorteio em 29/06/2011

n.15- 0022623-51.2005.8.22.0501 Apelação
Origem:00226235120058220501Porto Velho/3ª Vara Criminal
Apelante: Ademilson Soares Falcão
Defensora Pública: Liliana dos Santos Torres Amaral (OAB/RO 58B)
Apelante: Edilson Caetano Soares
Advogado: Domingos Pascoal dos Santos (OAB/RO 2659)
Advogada: Alcilene Cezário dos Santos (OAB/RO 3033)
Apelante: José Ivanildo Ferreira Alves
Defensora Pública: Liliana dos Santos Torres Amaral (OAB/RO 58B)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Revisora: Juíza Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres
Distribuído por Sorteio em 27/04/2010

n.16- 0000423-35.2009.8.22.0008 Apelação
Origem:00004233520098220008Espigão do Oeste/1ª Vara
Apelante: Oziel Tavares Nascimento
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Distribuído por Sorteio em 10/12/2012

n.17- 0076861-15.2008.8.22.0501 Apelação
Origem:00768611520088220501Porto Velho/Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
Apelante: Eden dos Passos Lima
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Advogada: Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553)
Advogado: Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3646)
Advogada: Kelly Michelle Castro Inácio Doerner (OAB/RO 3240)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Sorteio em 16/08/2011

n.18- 0006433-36.2011.8.22.0005 Apelação
Origem:00064333620118220005Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Apelante: Sandro de Aquino Galvão
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Distribuído por Sorteio em 09/04/2013

n.19- 0004790-44.2010.8.22.0501 Apelação
Origem:00047904420108220501Porto Velho/2ª Vara Criminal
Apelante: Eduardo Miranda dos Reis
Defensor Público: Alberto José Beira Pantoja (OAB/RO 409)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Revisora: Juíza Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres
Distribuído por Sorteio em 17/08/2011

n.20- 0000881-72.2011.8.22.0011 Apelação
Origem:00008817220118220011Alvorada do Oeste/1ª Vara Criminal
Apelante: Nilton Alves Nepomuceno
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Valmir do Nascimento Melo
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Distribuído por Sorteio em 13/05/2013

n.21- 0099543-27.2009.8.22.0501 Apelação
Origem:00995432720098220501Porto Velho/Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
Apelante: Christiano Amaral Santos
Defensor Público: Constantino Gorayeb Neto (OAB/RO 60)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Sorteio em 04/05/2012

n.22- 0015112-89.2011.8.22.0501 Apelação
Origem:00151128920118220501Porto Velho/1ª Vara Criminal
Apelante: Edinei de Souza Rodrigues
Advogada: Maria Almeida de Jesus (OAB/RO 663)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Distribuído por Sorteio em 08/02/2013

n.23- 0034050-06.2009.8.22.0016 Recurso em Sentido Estrito
Origem:00340500620098220016Costa Marques/1ª Vara Criminal
Recorrente: Wanderlei Pereira dos Santos
Defensor Público: João Luís Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Sorteio em 13/06/2013

Porto Velho, 8 de agosto de 2013

Desembargador VALTER DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Câmara Criminal

PUBLICAÇÃO DE ATAS

1ª CÂMARA CÍVEL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
Ata de Julgamento
Sessão 1601

Ata da sessão de julgamento realizada aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e treze. Presidência do Excelentíssimo Desembargador Raduan Miguel Filho. Presentes os Desembargadores Sansão Saldanha, Moreira Chagas e Kiyochi Mori como convocado.
Secretária, Belª. Ciraneide Fonseca Azevedo.
Em face do impedimento do Des. Raduan Miguel Filho na Apelação n. 0016893-94.2011.8.22.0001 (processo digital) e Apelação n. 0011728-66.2011.8.22.0001 (processo digital), foi convocado o Desembargador Kiyochi Mori.
O senhor presidente declarou aberta a sessão às 8h30 horas, agradeceu a presença de todos, franqueou a palavra aos desembargadores para julgamento dos processos em mesa, em seguida passou-se ao julgamento dos processos constantes em pauta.

PROCESSOS JULGADOS:

0016893-94.2011.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00168939420118220001Porto Velho - Fórum Cível/7ª Vara Cível
Apelante: Itaú Unibanco S.A.
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/MG 91811)
Advogado: Sérgio Soares Silva (OAB/SP 251896)
Apelado: Severino Ferreira Lima
Relator: DES. MOREIRA CHAGAS
Revisor: Juiz José Torres Ferreira
Impedido: Des. Raduan Miguel Filho
Distribuído por Sorteio em 04/10/2012
Decisão : RECURSO PROVIDO PARA REFORMAR A SENTENÇA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0002552-95.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem:00097403420128220014Vilhena/2ª Vara Cível
Agravante: Map Terraplenagem e Transportes Ltda
Advogado: Roberto Berttoni Cidade (OAB/RO 4178)
Advogada: Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616)
Agravado: Transener Internacional Ltda
Advogado: Ricardo Mesquita Queiroz de Abeci (OAB/DF 12709)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Interpostos em 27/05/2013
Decisão : AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0004359-53.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:00034387920138220102Porto Velho - Varas de Família e Turma Recursal/4ª Vara de Família e Sucessões
Agravante: E. M. dos S. N.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: A. G. N.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Distribuído por Sorteio em 10/05/2013
Decisão : AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0003894-44.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:00025389620138220102Porto Velho - Varas de Família e Turma Recursal/4ª Vara de Família e Sucessões
Agravante: I. P.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: L. da S. S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Distribuído por Sorteio em 26/04/2013
Decisão : AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0001274-59.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:01797805019968220001Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara Cível
Agravante: Bradesco Seguros S/A
Advogado: Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/SP 115762)
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Advogado: Alexandre Cardoso Júnior (OAB/SP 139455)
Agravado: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Rondônia - SINDSEF
Advogada: Sandra Pedreti Brandão (OAB/RO 459)
Advogada: Lígia Cristina Trombini Pavoni (OAB/RO 1419)
Relator: DES. MOREIRA CHAGAS
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 07/02/2013
Decisão : AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMDADE.

0005047-74.2011.8.22.0003 Apelação(Processo Digital)
Origem:00050477420118220003Jaru/2ª Vara Cível
Apelante: Allianz Seguros S.A.
Advogados: Jacó Carlos Silva Coelho (OAB/GO 13721), Claudinéia Santos Pereira (OAB/GO 22376) e outro
Apelada: Devani Ferreira da Silva Oliveira
Advogado: Francisco César Trindade Rego (OAB/RO 75A)
Advogado: Kinderman Gonçalves (OAB/RO 1541)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 20/04/2012
Decisão : REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

003704-81.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:00062365920128220001Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Agravante: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogado: Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040)
Agravados: Adailde Miqueline Costa e outros
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA

Distribuído por Sorteio em 23/04/2013
Decisão : AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0003623-35.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem:00017074820138220102Porto Velho - Varas de Família e Turma Recursal/4ª Vara de Família e Sucessões
Agravante: E. M. dos S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: A. J. C. dos S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. RADUAN MIGUEL FILHO
Interpostos em 27/06/2013
Decisão : AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0002014-17.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:00046133320128220009Pimenta Bueno/1ª Vara Cível
Agravante: Carlos Rodrigues da Silva
Advogado: Charles Márcio Zimmermann (OAB/RO 2733)
Advogado: Marco César Kobayashi (OAB/RO 4351)
Agravado: Banco do Brasil S/A
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Distribuído por Sorteio em 06/03/2013
Decisão : AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMDADE.

0003360-03.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:00057326920118220007Cacoal/3ª Vara Cível
Agravante: Associação Educacional de Cacoal RO
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Advogada: Vera Lúcia Nunes de Almeida (OAB/RO 1833)
Agravado: Marco Aurélio Rodrigues Pinto
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Distribuído por Sorteio em 12/04/2013
Decisão : AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMDADE.

0004318-86.2013.8.22.0000 Agravo Regimental em Agravo de Instrumento
Origem:00153999720118220001Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Agravante: JCRM Materiais de Construção e Construções Ltda ME
Advogado: Haroldo Lopes Lacerda (OAB/RO 962)
Advogado: Hugo André Rios Lacerda (OAB/RO 5717)
Agravada: D. S. Madeiras Indústria e Comércio e Exportação Ltda
Advogado: Fernando Waldeir Pacini (OAB/SP 91420)
Advogado: Fernando Salioni de Sousa (OAB/RO 4077)
Relator: DES. MOREIRA CHAGAS
Interpostos em 5/7/2013
Decisão : AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0003085-54.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:00081147720128220014Vilhena/2ª Vara Cível
Agravante: Map Terraplenagem e Transportes Ltda
Advogada: Carla Falcao Rodrigues (OAB/RO 616A)
Advogado: Roberto Berttoni Cidade (OAB/RO 4178)
Agravada: Guaporé Máquinas e Equipamentos Ltda
Advogado: Hulgo Moura Martins (OAB/RO 4042)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Distribuído por Sorteio em 05/04/2013
Decisão : NEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0004106-65.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:00141369320128220001Porto Velho - Fórum Cível/5ª Vara Cível
Agravante: Arpo Produções e Eventos Ltda
Advogado: Marcus Vinícius de Oliveira Cahulla (OAB/RO 4117)
Advogado: Tiago Facundes Brito (OAB/RO 4239)
Agravada: Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S/A
Advogada: Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Distribuído por Sorteio em 03/05/2013
Decisão : AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0004982-20.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:00082637820138220001Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Agravantes: Invest Construções e Administrações Ltda e outro
Advogada: Patrícia Oliveira de Holanda Rocha (OAB/RO 3582)
Advogada: Raquel Oliveira de Holanda Galli (OAB/RO 363B)
Agravado: José Jorge Tavares Pacheco
Advogada: Rosemary Rodrigues Nery (OAB/RO 5543)
Relator: DES. RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por Sorteio em 29/05/2013
Decisão : AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0002437-74.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:00186161720128220001Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Agravante: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Agravados: Elias de Almeida e outros
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Distribuído por Sorteio em 18/03/2013
Decisão : AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE

0002506-09.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:01952800520098220001Porto Velho - Fórum Cível/7ª Vara Cível
Agravantes: João Bosco Vieira de Oliveira e outra
Advogado: João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2213)
Advogada: Fabiane Martini (OAB/RO 3817)
Agravado: Leonardo Emanoel Machado Monteiro
Advogado: José Vitor Costa Júnior (OAB/MT 12288)
Relator: DES. RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por Sorteio em 19/03/2013
Decisão : AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0001572-51.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem:00315657320088220014Vilhena/3ª Vara Cível
Agravante: Benedito Golumba
Advogado: Roberto Berttoni Cidade (OAB/RO 4178)
Advogada: Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616A)
Agravados: Marcelo Alexandre dos Santos Oliveira e outros
Defensora Pública: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Interpostos em 15/4/2013
Decisão :AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0004696-42.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem:00100541920128220001Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Agravante: Selma Maria Pereira Silva
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Agravado: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogado: Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040)
Relator: DES. RADUAN MIGUEL FILHO
Interpostos em 2/7/2013
Decisão : AGRAVO INTERNO PROVIDO, POR MAIORIA, NOS TERMOS DO VOTO DIVERGENTE DO JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA, VENCIDO O RELATOR.

0002843-95.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem:00225767820128220001Porto Velho - Fórum Cível/6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Agravante: Banco Bradesco S/A
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Advogado: Reinaldo Luis Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/SP 257220)
Advogada: Paula Rodrigues da Silva (OAB/SP 221271)
Agravada: Iolanda Maria Piai dos Santos
Advogada: Eudislene Mendes de Oliveira (OAB/RO 1462)
Advogado: Morel Marcondes Santos (OAB/RO 3832)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Interpostos em 12/4/2013
Decisão : AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0002502-69.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem:00186031820128220001Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Agravados: Vilson Baccon Soares e outros
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Agravado: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Interpostos em 23/5/2013
Decisão : AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0001818-88.2011.8.22.0009 Apelação (processo digital)
Origem:00018188820118220009Pimenta Bueno/2ª Vara Cível
Apelante: Omni S/A - Crédito, Financiamento e Investimento
Advogado: Eduardo Pena de Moura França (OAB/SP 138190)
Advogado: Hebert Barbosa Cunha (OAB/SP 284976)
Apelado: Fábio Correia da Silva
Advogado: Alexsandro Klingelfus (OAB/RO 2395)
Advogado: Lauro Paulo Klingelfus (OAB/RO 1951)
Relator: DES. MOREIRA CHAGAS
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Distribuído por Sorteio em 09/05/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0005803-43.2012.8.22.0005 Apelação (processo digital)
Origem:00058034320128220005Ji-Paraná/5ª Vara Cível
Apelante: Banco Semear S/A
Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB/MG 96864)
Advogado: Victor Ribeiro Zadorosny (OAB/MG 111038)
Apelados: Marcos Luiz da Silva e outro
Advogado: Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Distribuído por Sorteio em 05/10/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0002869-24.2012.8.22.0002 Apelação (processo digital)
Origem:00028692420128220002Ariquemes/1ª Vara Cível
Apelante: Banco Itaucard S.A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogada: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Apelado: Robson Godoy de Lima
Advogado: Sidnei Doná (OAB/RO 377B)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 28/09/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0010459-26.2010.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00104592620108220001Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Apte/Apdo: Raynner Alves Carneiro
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Apda/Apte: Avon Cosméticos Ltda
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogado: Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391)
Advogado: Paulo Guilherme de Mendonça Lopes (OAB/SP 98709)
Advogado: José Alexandre Cancela Lisboa Cohen (OAB/PA 12415)
Advogada: Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Relator: DES. MOREIRA CHAGAS
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Distribuído por Sorteio em 15/07/2011
Decisão : RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO E RECURSO DA PARTE REQUERIDA NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0018801-26.2010.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00188012620108220001Porto Velho - Fórum Cível/7ª Vara Cível
Apelante: Banco Bonsucesso S. A.
Advogado: William Batista Nesio (OAB/RO 4950)
Advogado: Ivan Mercedo de Andrade Moreira (OAB/RO 4948)
Advogado: Abaeté de Paula Mesquita (OAB/RJ 129092)
Advogada: Hivyelle Rosane Brandão Cruz de Oliveira (OAB/RJ 119748)
Advogada: Tatiana Feitosa da Silveira (OAB/RO 4733)
Advogado: Fábio Luiz de Oliveira e Ferreira (OAB/MG 63816)
Advogada: Nara Patrícia da Silva (OAB/MG 109936)
Advogado: Celso Henrique dos Santos (OAB/MG 110394)
Apelado: José Aldo Ferreira
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Advogado: Paulo Timóteo Batista (OAB/RO 2437)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 17/08/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0009835-40.2011.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00098354020118220001Porto Velho - Fórum Cível/5ª Vara Cível
Apelante: Jair Rodrigues de Oliveira
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Apelado: Banco Itaucard S/A
Advogada: Flávia Volpi Otake (OAB/RO 3530)
Advogada: Sara Jaqueline dos Santos Moreira (OAB/SP 196368)
Advogado: Antônio Braz da Silva (OAB/PE 12450)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 23/08/2012
Decisão : RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0011065-20.2011.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00110652020118220001Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogada: Ivone de Paula Chagas Sant'Ana (OAB/RO 1114)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Apelado: Alexandre Wagnner Moraes de Assis
Advogada: Joselia Valentim da Silva (OAB/RO 198)
Advogado: Gilson Luiz Jucá Rios (OAB/RO 178)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 12/09/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0003610-36.2013.8.22.0000 Apelação (processo digital)
Origem:00177247920108220001Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Apelante: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Apelado: José Barbosa da Silva
Advogado: Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844)
Advogado: Clodoaldo Luís Rodrigues (OAB/RO 2720)
Relator: DES. MOREIRA CHAGAS
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 24/04/2013
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0012523-69.2011.8.22.0002 Apelação (processo digital)
Origem:00125236920118220002Ariquemes/1ª Vara Cível
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Apelada: Ana Pereira Braga
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça (OAB/RO 876)
Advogado: José Carlos Fogaça (OAB/RO 2960)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 06/07/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0245985-07.2009.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:02459850720098220001Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara Cível
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogada: Ivone de Paula Chagas Sant'Ana (OAB/RO 1114)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Apelada: GSG Engenharia Ltda
Advogado: Mohamad Hijazi Zaglhout (OAB/RO 2462)
Advogado: Vinícius Jácome dos Santos Júnior (OAB/RO 3099)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 26/07/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0001295-63.2012.8.22.0002 Apelação (processo digital)
Origem:00012956320128220002Ariquemes/1ª Vara Cível
Apelante: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos
Advogada: Leila Mejdalani Pereira (OAB/SP 128457)
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho (OAB/RO 2991)
Advogada: Janaína de Almeida Ramos de Oliveira (OAB/SP 243235)
Advogada: Marília Albernaz Pinheiro de Carvalho (OAB/PB 14976)
Apelada: Tereza Maria Sasso
Advogada: Sandra Pires Corrêa Araújo (OAB/RO 3164)
Advogado: Douglas Carvalho dos Santos (OAB/RO 4069)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 11/10/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0000096-64.2012.8.22.0015 Apelação (processo digital)
Origem:00000966420128220015Guajará-Mirim/2ª Vara Cível
Apelante: Oceanair Linhas Aéreas S.A.
Advogado: Jamyson de Jesus Nascimento (OAB/RO 1646)
Advogada: Célia Alves Guedes (OAB/SP 234337)
Apelado: Luiz Geraldo Pereira
Advogado: Alexandre dos Santos Nogueira (OAB/RO 2892)
Relator: DES. MOREIRA CHAGAS
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Distribuído por Sorteio em 19/10/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0001480-07.2012.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00014800720128220001Porto Velho - Fórum Cível/10ª Vara Cível
Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogada: Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Advogado: Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040)
Apelado: Rafael Rodrigo Zaro
Advogada: Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 04/10/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0001926-10.2012.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00019261020128220001Porto Velho - Fórum Cível/10ª Vara Cível
Apelante: Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema Não Padronizado
Advogado: Fabrizio Morelo Teixeira (OAB / DF 17352)
Advogado: Alfredo Zucca Neto (OAB/SP 154694)
Advogado: Marcelo Peres (OAB/SP 140646)
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho (OAB/RO 2991)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogada: Vanessa Cantero Mari Monteiro (OAB/SP 243677)
Advogada: Alexandra Dias Barbosa (OAB/SP 268504)
Advogado: Bruno de Souza Gomes (OAB/SP 247926)
Advogado: Jefferson Montoro (OAB/SP 129119)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Apelada: Guacymara Barbosa Gorayeb
Advogado: Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 08/10/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0005159-10.2011.8.22.0014 Apelação (processo digital)
Origem:00051591020118220014Vilhena/2ª Vara Cível
Apelante: Arno Pereira
Advogada: Titânia Pinto Freire de Morais (OAB/RO 969)
Advogado: Urano Freire de Morais (OAB/RO 240B)
Apelado: Banco Bradesco S.A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada: Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Advogada: Luciana Xavier Gaspar de Souza (OAB/RO 4903)
Advogada: Saionara Mari (OAB/MT 5225)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 27/06/2012
Decisão : RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0009740-10.2011.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00097401020118220001Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Apelante: Maria Mírian de Miranda Souza
Advogada: Liza Liz Ximenes de Souza (OAB/RO 3920)
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Apelada: Ponto Técnico Engenharia e Construções Ltda
Advogada: Inês Aparecida Gulak (OAB/RO 3512)
Relator: DES. MOREIRA CHAGAS
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 15/10/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0006270-50.2011.8.22.0007 Apelação (processo digital)
Origem:00062705020118220007Cacoal/3ª Vara Cível
Apelante: Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda - Facimed
Advogado: Jorge Ronaldo dos Santos (OAB/RO 1211)
Advogada: Juliana Carvalho da Silva (OAB/RO 599E)
Apelada: Hozana Batista Marques
Advogada: Evani Souza Trindade (OAB/RO 1431)
Advogado: José Rossifran de Souza (OAB/RO 2932)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 13/07/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0015429-35.2011.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00154293520118220001Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Apelante: UNIRON - União das Escolas Superiores de Rondônia Ltda
Advogado: José Ademir Alves (OAB/RO 618)
Apelado: Antônio Hoverton Pereira de Souza
Advogado: Gabriel de Moraes Correia Tomasete (OAB/RO 2641)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 11/07/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0021885-35.2010.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00218853520108220001Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara Cível
Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4571)
Advogado: Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507)
Apelada: Anny Thaiss Cardoso Pereira Betanin
Advogado: Agnaldo Araújo Nepomuceno (OAB/RO 1605)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 06/09/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0000263-27.2011.8.22.0012 Apelação (processo digital)
Origem:00002632720118220012Colorado do Oeste/1ª Vara Cível
Apelantes: Antônio Carlos Real dos Santos e outra
Advogado: Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Advogada: Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Apelada: Interligação Elétrica do Madeira S.A.
Advogado: Ronaldo Bovo (OAB/RO 4780)
Relator: DES. MOREIRA CHAGAS
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 03/10/2012
Decisão : RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0007121-70.2012.8.22.0002 Apelação (processo digital)
Origem:00071217020128220002Ariquemes/4ª Vara Cível
Apelante: Claro S/A
Advogado: Amauri Luiz de Souza (OAB/RO 1301)
Advogado: André Luiz Barbosa Carvalho (OAB/MG 66825)
Advogado: João Marcelo Moreira Oliveira Dias (OAB/MG 104619)
Apelada: Maria Lúcia Ferreira da Silva
Advogada: Cynthia Patricia Chagas Muniz Dias (OAB/RO 1147)
Advogada: Evanete Revay (OAB/RO 1061)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 18/09/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0002202-60.2011.8.22.0006 Apelação (processo digital)
Origem:00022026020118220006Presidente Médici/1ª Vara Cível
Apelante: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A
Advogado: Benedicto Celso Benício (OAB/SP 20047)
Advogado: Benedicto Celso Benício Júnior (OAB/SP 131896)
Advogada: Daniele Ferraioli Dias Afonso (OAB/SP 173742)
Advogado: Leonardo Baccelli Gasparini (OAB/SP 275393)
Advogada: Karine Nakad Chuffi (OAB/RO 4386)
Advogado: Vitor Ramos Rodrigues (OAB/SP 264290)
Apelado: Maurício Ribeiro Ramos
Advogada: Elisângela de Oliveira Teixeira Miranda (OAB/RO 1043)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 24/09/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0013755-19.2011.8.22.0002 Apelação (processo digital)
Origem:00137551920118220002Ariquemes/4ª Vara Cível
Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogada: Louise Rainer Pereira Gionedis (OAB/PR 8123)
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4571)
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Advogada: Paula Rodrigues da Silva (OAB/SP 221271)
Apelado: Ademar Rodrigues de Carvalho
Advogado: Luiz Antônio Previatti (OAB/RO 213B)
Advogado: Leandro Kovalhuk de Macedo (OAB/RO 4653)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 20/08/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0008553-64.2011.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00085536420118220001Porto Velho - Fórum Cível/5ª Vara Cível
Apelante: Alternate Sistemas e Informática Ltda
Advogado: Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
Advogada: Rosangela Skau Perino (OAB/SP 123301)
Advogada: Marta Gusmão dos Santos (OAB/SP 162322)
Apelada: Valfarma Manipulação Farmacêutica Ltda - ME
Advogado: Dalgobert Martinez Maciel (OAB/RO 1358)
Advogado: Rui Benedito Galvão (OAB/RO 242B)
Relator: DES. RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 17/04/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0008515-74.2010.8.22.0005 Apelação (processo digital)
Origem:00085157420108220005Ji-Paraná/4ª Vara Cível
Apelante: Maria Salete Dias
Advogado: Elpídio Santos Magalhães (OAB/RO 3419)
Advogado: Paulo dos Santos Brandão (OAB/RO 1014)
Apelada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Advogada: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Advogado: Paulo Vinício Porto de Aquino (OAB/RO 2723)
Advogada: Estela Máris Anselmo Savoldi (OAB/RO 1755)
Advogada: Márcia Regina Barbisan de Souza (OAB/RO 2031)
Advogada: Luciana Veríssimo Gonçalves (OAB/MS 8270)
Relator: DES. RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por Sorteio em 27/06/2012
Decisão : RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0001074-93.2011.8.22.0009 Apelação (processo digital)
Origem:00010749320118220009Pimenta Bueno/2ª Vara Cível
Apelante: Clara Papa Maltarolo
Advogado: Ricardo Marcelino Braga (OAB/RO 4159)
Advogado: Ronny Ton Zanotelli (OAB/RO 1393)
Apelada: Cooperativa de Crédito do Centro Sul Rondoniense Sicoob Credip
Advogado: Éder Timótio Pereira Bastos (OAB/RO 2930)
Advogada: Sidilane May Pissinati Bastos (OAB/RO 564E)
Relator: DES. MOREIRA CHAGAS
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 26/11/2011
Decisão : REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉIRTO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE

0018269-18.2011.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00182691820118220001Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Apelante: Banco Santander Brasil S/A
Advogado: Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846)
Advogado: Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482)
Advogado: Fábio Henrique Furtado Coelho de Oliveira (OAB/RO 5105)
Advogada: Nanci Campos (OAB/SP 83577)

Apelado: Antônio José Souza da Silva
Advogado: Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 26/09/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0000741-31.2012.8.22.0002 Apelação (processo digital)
Origem:00007413120128220002Ariquemes/3ª Vara Cível
Apelante: Claro S/A
Advogado: Amauri Luiz de Souza (OAB/RO 1301)
Advogada: Ana Paula Arantes de Freitas Linhares (OAB/DF 13166)
Advogado: João Marcelo Moreira de Oliveira Dias (OAB/MG 104619)
Apelado: Luiz Carlos Ribeiro Moraes
Advogada: Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 23/08/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0005571-72.2010.8.22.0014 Apelação (processo digital)
Origem:00055717220108220014Vilhena/4ª Vara Cível
Apelante: Panamericano Administradora de Cartões de Crédito Ltda
Advogado: Cloris Garcia Toffoli (OAB/SP 66416)
Advogado: Oswaldo de Oliveira Junior (OAB/SP 85115)
Advogada: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Advogada: Luciana Berghe (OAB/SP 214207)
Apelado: Carlos da Silveira Costa
Advogado: Manoelino Geraldo Costa Neto (OAB/RO 4847)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 04/09/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0016046-29.2010.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00160462920108220001Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Apelante: Marlon Estolano Morais Andrade
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Alcibíades Gutierrez Vargas
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogada: Layanna Mábia Maurício (OAB/RO 3856)
Relator: DES. MOREIRA CHAGAS
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Distribuído por Sorteio em 28/09/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0006672-52.2011.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00066725220118220001Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Apelante: Americel S/A
Advogado: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)
Advogada: Ana Paula Arantes de Freitas Linhares (OAB/DF 13166)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Apelado: Jhunny Alleson Pereira dos Santos
Advogado: Luiz das Chagas Apolônio (OAB/RO 39B)
Advogada: Francilane Vieira de Souza (OAB/RO 4827)
Advogada: Rosângela Lázaro de Oliveira (OAB/RO 610)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 11/09/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0003599-48.2011.8.22.0009 Apelação (processo digital)
Origem:00035994820118220009Pimenta Bueno/2ª Vara Cível
Apelante: Valdemir Pessoa dos Santos
Advogado: Alexandre Henriques Rodrigues (OAB/RO 3840)
Apelado: Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte CDL BH
Advogada: Rita de Cássia Viana Andrade (OAB/MG 84677)
Advogada: Pollyanna Mara Ribeiro de Miranda Brasil (OAB/MG 108534)
Advogada: Iracema Souza de Góis (OAB/RO 2044)
Apelada: Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas CNDL
Advogado: Charles Baccan Júnior (OAB/RO 2823)
Advogada: Sheila Nascimento Vieira (OAB/SP 283604)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 15/08/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0000026-11.2011.8.22.0006 Apelação (processo digital)
Origem:00000261120118220006Presidente Médici/1ª Vara Cível
Apelante: Teresa Cristina da Rocha Garcia
Advogado: Neri Cezimbra Lopes (OAB/RO 653A)
Advogado: Alan Arais Lopes (OAB/RO 1787)
Apelada: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais de Nível Superior da Área da Saúde de Ji Paraná e Região Ltda
Relator: DES. RADUAN MIGUEL FILHO
Distribuído por Sorteio em 27/02/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0008002-09.2010.8.22.0005 Apelação (processo digital)
Origem:00080020920108220005Ji-Paraná/4ª Vara Cível
Apelante: Cleunice de Souza e Silva Virgolino
Advogada: Marcia Rejane de Souza e Silva (OAB/RO 1720)
Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Advogado: Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507)
Advogado: Pedro Pereira de Moraes Salles (OAB/SP 228166)
Advogada: Regiane Cristina Marujo (OAB/SP 240977)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 24/07/2012
Decisão : RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0022798-17.2010.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo) (processo digital)
Origem:00227981720108220001Porto Velho - Fórum Cível/5ª Vara Cível
Apte/Recdo: Banco do Brasil S/A
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4571)
Advogado: Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507)
Advogada: Paula Rodrigues da Silva (OAB/SP 221271)
Apda/Recte: Helena Lúcia Santos Carvalho
Advogada: Helena Lúcia Santos Carvalho (OAB/RO 1155)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 20/08/2012
Decisão : RECURSO DE APELAÇÃO DO BANCO DO BRASIL S/A NÃO PROVIDO E RECURSO ADESIVO DE HELENA LÚCIA SANTOS CARVALHO PROVIDO, POR MAIORIA, VENCIDO O DES. RADUAN MIGUEL QUE NÃO O CONHECIA.

0022918-60.2010.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo) (processo digital)
Origem:00229186020108220001Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Apte/Recda: Tam Linhas Aéreas S.A
Advogado: Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Advogada: Marcela de Castro Vaz Augusto (OAB/SP 243029)
Apdo/Recte: José Anastácio Sobrinho
Advogado: Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
Advogado: Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 30/08/2012
Decisão : RECURSOS NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0023294-12.2011.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00232941220118220001Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Apelante: TAM Linhas Aéreas S/A
Advogado: Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Advogada: Fernanda Garbin Savaris (OAB/RS 79076)
Advogada: Érica Gamarano Marota Rodrigues (OAB/SP 212940)
Advogada: Fernanda Rivé Machado (OAB/RS 62828)
Apelado: Jailson Pereira Barata
Advogado: José Teixeira Vilela Neto (OAB/RO 4990)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 11/10/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0010426-29.2007.8.22.0005 Embargos de Declaração em Apelação (processo digital)
Origem:00104262920078220005Ji-Paraná/3ª Vara Cível
Embargante: Paulo de Souza Farias Filho
Advogada: Renata Alice Pessôa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)
Advogado: Moisés Severo Franco (OAB/RO 1183)
Advogado: Edilson Stutz (OAB/RO 309B)
Embargada: Cooperativa de Poupança e Crédito dos Pequenos Empresários Microempresários e Microemprendedores da Região de Maringá Sicoob Metropolitano
Advogado: Paulo César Siqueira da Silva (OAB/PR 29001)
Advogado: Márcio Fernando Candeo dos Santos (OAB/PR 25487)
Advogada: Matilde Fátima Mezzomo Barroso (OAB/RO 264)
Relator: DES. RADUAN MIGUEL FILHO
Interpostos em 12/4/2013
Decisão : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0005006-10.2011.8.22.0003 Embargos de Declaração em Apelação (processo digital)
Origem:00050061020118220003Jaru/1ª Vara Cível
Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogada: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogado: Marlon Tramontina Cruz Urtozini (OAB/SP 203963)
Advogado: Thiago Andrade Cesar (OAB/SP 237705)
Embargado: Frank Barroso da Silva
Relator: DES. MOREIRA CHAGAS
Interpostos em 8/07/2013
Decisão : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0000700-04.2011.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00007000420118220001Porto Velho - Fórum Cível/6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante: Brasil Telecom S/A
Advogada: Taíse Guilherme Moura (OAB/RO 5106)
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogada: Letícia de Freitas Azevedo (OAB/RO 3020)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Advogada: Maria Eliza Mac Culloch Pais Costa (OAB/DF 26665)
Advogado: José Augusto Fonseca Moreira (OAB/DF 11003)
Apelado: Gustavo Gerola Marsola
Advogado: Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164)
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 04/04/2013
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0021992-79.2010.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo) (processo digital)
Origem:00219927920108220001Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara Cível
Apte/Recda: Brasil Telecom S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogado: Rodrigo Borges Soares (OAB/RO 4712)
Advogada: Taíse Guilherme Moura (OAB/RO 5106)
Advogada: Márcia Aparecida Del Piero Silva (OAB/RO 5293)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Advogada: Maria Eliza Mac Culloch Pais Costa (OAB/DF 26665)
Apda/Recte: Maria Aparecida da Silva
Advogado: Arioswaldo Alves de Freitas (OAB/RO 2256)
Advogada: Letícia Freitas Gil (OAB/RO 3120)
Advogada: Lívia Freitas Gil (OAB/RO 3769)

Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 06/11/2012
Decisão : RECURSO DE BRASIL TELECOM S/A NÃO PROVIDO E RECURSO ADESIVO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0002688-26.2012.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00026882620128220001Porto Velho - Fórum Cível/10ª Vara Cível
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Apelada: Lusiane Martins de Assis
Advogado: Diogo Spricigo da Silva (OAB/RO 3916)
Advogado: José Bruno Ceconello (OAB/RO 1855)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 03/10/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0008285-73.2012.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00082857320128220001Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Apelante: Americel S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada: Ana Flávia Pereira Guimarães (OAB/MG 105287)
Advogada: Ana Paula Arantes de Freitas Linhares (OAB/DF 13166)
Apelado: Emerson de Carvalho Lira
Advogada: Julliana Medeiros Pires (OAB/RO 3302)
Advogado: Ricardo Maldonado Rodrigues (OAB/RO 2717)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 18/04/2013
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0013238-14.2011.8.22.0002 Apelação (processo digital)
Origem:00132381420118220002Ariquemes/2ª Vara Cível
Apelante: Claro S.A.
Advogado: Amauri Luiz de Souza (OAB/RO 1301)
Advogado: André Luiz Barbosa Carvalho (OAB/MG 66825)
Advogada: Ana Flávia Pereira Guimarães (OAB/MG 105287)
Apelada: Sandra Cardozo Brandão
Advogado: Márcio Aparecido Miguel (OAB/RO 4961)
Advogada: Dilene Marly Granzotto (OAB/RO 4024)
Advogada: Eunice de Oliveira Santos (OAB/RO 4801)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 27/08/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0003219-49.2011.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00032194920118220001Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Apelante: Cátia Lúcia da Silva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Apelado: SPC Brasil - Serviço Nacional de Proteção ao Crédito
Advogada: Pricila Araújo (OAB/RO 2485)
Advogada: Sheila Nascimento Vieira (OAB/SP 283604)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 21/09/2012
Decisão : RECURSO PROVIDO PARA REFORMAR A SENTENÇA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0008627-81.2012.8.22.0002 Apelação (processo digital)
Origem:00086278120128220002Ariquemes/4ª Vara Cível
Apelante: Claro S/A
Advogado: Amauri Luiz de Souza (OAB/RO 1301)
Advogada: Ana Paula Arantes de Freitas Linhares (OAB/DF 13166)
Advogado: João Marcelo Moreira Oliveira Dias (OAB/MG 104619)
Apelado: Cirso Felix
Advogado: Marcelo Gomes dos Anjos (OAB/RO 4087)
Advogada: Mônica Maria Trevisane (OAB/RO 2601)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 18/10/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0017842-21.2011.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00178422120118220001Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Apelante: Tim Celular S. A.
Advogado: Celso David Antunes (OAB/BA 1141A)
Advogado: Luís Carlos Monteiro Laurenço (OAB/BA 16780)
Advogada: Taiana Santos Azevedo (OAB/DF 22452)
Advogada: Sílvia Renata Vidal Giannotti (OAB/BA 17509)
Advogado: Nay Cordeiro Evangelista de Souza (OAB/PB 14229)
Advogada: Marília Albernaz Pinheiro de Carvalho (OAB/PB 14976)
Apelado: Cristiano Rodrigues de Araújo
Advogado: Erivaldo Monte da Silva (OAB/RO 1247)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 26/10/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0006000-07.2012.8.22.0002 Apelação (processo digital)
Origem:00060000720128220002Ariquemes/4ª Vara Cível
Apelante: Banco Cruzeiro do Sul S.A.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Apelada: Rosemary da Costa Barros
Advogado: Adeusair Ferreira dos Anjos (OAB/RO 3780)
Advogado: Rodrigo Henrique Mezabarba (OAB/RO 3771)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 17/10/2012
Decisão : RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

0007422-54.2011.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00074225420118220001Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Apelante: Manoel Soares da Silva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Apelada: Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas CNDL
Advogada: Pricila Araújo (OAB/RO 2485)
Advogada: Sheila Nascimento Vieira (OAB/SP 283604)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 26/09/2012
Decisão : RECURSO PROVIDO PARA REFORMA A SENTENÇA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

PROCESSO ADIADO

0013195-17.2010.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00131951720108220001Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara Cível
Apelantes: Jaiana José Ferreira de Araújo e outros
Advogado: Lincoln José Piccoli Duarte (OAB/RO 731)
Apelado: Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro Ltda
Advogados: Renata Alice Pessôa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112), Edilson Stutz (OAB/RO 309B) e outro
Relator: DES. SANSÃO SALDANHA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 03/04/2012
Pedido de Vista: Des. Raduan Miguel Filho em 25/06/2013
Decisão parcial : "APÓS O VOTO DE VISTA PELO PROVIMENTO DO APELO, PEDIU VISTA O DES. RADUAN MIGUEL FILHO."

PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA

0018907-85.2010.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00189078520108220001Porto Velho - Fórum Cível/7ª Vara Cível
Apelante: Regina Brito Onofre
Advogado: Arlindo Carvalho dos Santos (OAB/RO 4550)
Apelada: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S. A.
Advogados: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Celso Marcon (OAB/RO 3700) e outra
Relator: DES. MOREIRA CHAGAS
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Distribuído por Sorteio em 17/10/2012
Pedido de vista do Des. Raduan Miguel Filho em 23/07/2013.
Decisão parcial: "APÓS O NÃO PROVIMENTO DO RECURSO PELO RELATOR, O JUIZ JOSÉ TORRES SUSCITOU QUESTÃO DE ORDEM PELA SUSPENSÃO DO PROCESSO, POR MAIORIA, VENCIDO O JUIZ JOSÉ TORRES, A CÂMARA DECIDIU NÃO SUSPENDER O PROCESSO. NO MÉRITO, EM VOTO DE VISTA O JUIZ JOSÉ TORRES VOTOU PELO PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. O DES. RADUAN MIGUEL PEDIU VISTA PARA ANÁLISE DO MÉRITO."

0005000-82.2011.8.22.0009 Apelação (processo digital)
Origem:00050008220118220009Pimenta Bueno/2ª Vara Cível
Apte/Apdo: Adevaldo da Silva Giló
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Apdo/Apte: Banco BMG S/A
Advogados:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875A), Gustavo de Freitas Duarte (OAB/MG 91616) e outra
Relator: DES. MOREIRA CHAGAS
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Distribuído por Sorteio em 08/11/2012
Pedido de vista do Des. Raduan Miguel Filho em 23/07/2013.
Decisão parcial: "APÓS O VOTO DO RELATOR PELA REJEIÇÃO DA PRELIMINAR E, NO MÉRITO, PELO PROVIMENTO DO RECURSO DO BANCO BMG S/A PARA REFORMAR A SENTENÇA E JULGAR PREJUDICADO O RECURSO DE ADEVALDO DA SILVA GILÓ, O JUIZ JOSÉ TORRES SUSCITOU QUESTÃO DE ORDEM PELA SUSPENSÃO DO PROCESSO ACOLHENDO A PRELIMINAR SUSCITADA PELO BANCO, VENCIDO, POR MAIORIA, O JUIZ JOSÉ TORRES, A CÂMARA DECIDIU NÃO SUSPENDER O PROCESSO. NO MÉRITO, EM VOTO DE VISTA O JUIZ JOSÉ TORRES VOTOU PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. DE ADEVALDO DA SILVA GILÓ E PELO PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO DO BANCO. O DES. RADUAN MIGUEL PEDIU VISTA PARA ANÁLISE DO MÉRITO."

0004935-87.2011.8.22.0009 Apelação (processo digital)
Origem:00049358720118220009Pimenta Bueno/1ª Vara Cível
Apte/Apdo: Banco BMG S/A
Advogados: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913) e outros
Apda/Apte: Rogéria Olímpia Rodrigues Oliveira Souza
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Relator: DES. MOREIRA CHAGAS
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Distribuído por Sorteio em 22/11/2012
Pedido de vista do Des. Raduan Miguel Filho em 23/07/2013.
Decisão parcial: "APÓS O NÃO PROVIMENTO DO RECURSO PELO RELATOR, O JUIZ JOSÉ TORRES SUSCITOU QUESTÃO DE ORDEM PELA SUSPENSÃO DO PROCESSO, POR MAIORIA, VENCIDO O JUIZ JOSÉ TORRES A CÂMARA DECIDIU NÃO SUSPENDER O PROCESSO. NO MÉRITO, EM VOTO DE VISTA O JUIZ JOSÉ TORRES VOTOU PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. O DES. RADUAN MIGUEL PEDIU VISTA PARA ANÁLISE DO MÉRITO

0021959-89.2010.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00219598920108220001Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara Cível
Apelante: Heloísa Brasil da Silva
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Advogada: Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553)
Apelada: BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogados: Celso Marcon (OAB/RO 3700), Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173) e outros
Relator: DES. MOREIRA CHAGAS
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 11/03/2013
Pedido de vista do Des. Raduan Miguel Filho em 23/07/2013.
Decisão parcial: "APÓS O NÃO PROVIMENTO DO RECURSO PELO RELATOR, O JUIZ JOSÉ TORRES SUSCITOU QUESTÃO DE ORDEM PELA SUSPENSÃO DO PROCESSO,

POR MAIORIA, VENCIDO O JUIZ JOSÉ TORRES A CÂMARA DECIDIU NÃO SUSPENDER O PROCESSO. NO MÉRITO, EM VOTO DE VISTA O JUIZ JOSÉ TORRES VOTOU PELO PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. O DES. RADUAN MIGUEL PEDIU VISTA PARA ANÁLISE DO MÉRITO."

0019090-56.2010.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00190905620108220001Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Apelante: Espólio de Ananias Alves de Oliveira representado pelo(a) responsável Maria Madalena de Oliveira
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Advogada: Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553)
Apelado: Banco do Brasil S/A
Advogado: Nelson Paschoalotto (OAB/SP 108911)
Advogado: Eric Garmes de Oliveira (OAB/SP 173267A)
Relator: DES. MOREIRA CHAGAS
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Distribuído por Sorteio em 08/10/2012
Pedido de vista do Des. Raduan Miguel Filho em 23/07/2013.
Decisão parcial: "APÓS O NÃO PROVIMENTO DO RECURSO PELO RELATOR, O JUIZ JOSÉ TORRES SUSCITOU QUESTÃO DE ORDEM PELA SUSPENSÃO DO PROCESSO, POR MAIORIA, VENCIDO O JUIZ JOSÉ TORRES A CÂMARA DECIDIU NÃO SUSPENDER O PROCESSO. NO MÉRITO, EM VOTO DE VISTA O JUIZ JOSÉ TORRES VOTOU PELO NÃO PROVIMENTO. O DES. RADUAN MIGUEL PEDIU VISTA PARA ANÁLISE DO MÉRITO."

0011728-66.2011.8.22.0001 Apelação (processo digital)
Origem:00117286620118220001Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Apelante: Comércio de Derivados de Petróleo Estrela Ltda
Advogado: Reynner Alves Carneiro (OAB/RO 2777)
Advogada: Hellen Maria Alves Carneiro de Oliveira (OAB/RO 3895)
Apelado: Banco Itaú S.A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogada: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogado: Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519)
Advogada: Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173)
Relator: JUIZ JOSÉ TORRES FERREIRA
Revisor: Des. Moreira Chagas
Distribuído por Sorteio em 13/11/2012
Pedido de vista do Des. Raduan Miguel Filho em 23/07/2013.
Decisão parcial: "APÓS O VOTO DO RELATOR PELO PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO PARA ANULAR A SENTENÇA, PEDIU VISTA O DES. KIYOCHI MORI. O DES. MOREIRA CHAGAS AGUARDA."

Ao final o desembargador presidente determinou a leitura da ata da presente sessão, a qual foi aprovada à unanimidade e, às 09h49 declarou encerrada a sessão.

Porto Velho/RO, 23 de julho de 2013.

(a.) Exmo. Desembargador Raduan Miguel Filho
Presidente da 1ª Câmara Cível

2ª CÂMARA ESPECIAL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
2ª Câmara Especial
Ata de Julgamento
Sessão 372

Ata da sessão de julgamento realizada no II Plenário deste Tribunal – 5º andar deste Tribunal, situado na rua José Camacho, nº 585, Bairro Olaria, aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze. Presidência do Excelentíssimo Desembargador Renato Martins Mimessi. Presentes os Excelentíssimos Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior e o Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos. Presente ainda, o Desembargador Rowilson Teixeira convidado para o julgamento dos autos de Apelação n. 0037731-52.2007.8.22.0501, em face do impedimento do Desembargador Gilberto Barbosa. Procurador de Justiça Dr. Airton Pedro Marin Filho. Secretária Belª Valeska Pricyla Barbosa Sousa. Declarada aberta a sessão às 08:30h, pela ordem, foram submetidos a julgamento os processos extrapauta e os constantes da pauta.

n. 01 0037731-52.2007.8.22.0501 Apelação
Origem: 0037731-52.2007.8.22.0501 Porto Velho/3ª Vara Criminal
Apelante: José Lacerda de Melo
Advogado: Antonio Osman de Sá (OAB/RO 56A)
Apelante: Haroldo Augusto Filho
Advogada: Maracelia Lima de Oliveira (OAB/RO 2549)
Apelante: Luciane Maciel da Silva Oliveira
Advogada: Maracelia Lima de Oliveira (OAB/RO 2549)
Advogada: Beatriz Wadih Ferreira (OAB/RO 2564)
Apelante: Terezinha Esterlita Grandi Marsaro
Advogado: Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235)
Advogado: David Pinto Castiel (OAB/RO 1363)
Apelante: José Carlos de Oliveira
Advogado: José Eduvirge Alves Mariano (OAB/RO 324A)
Advogado: Bruno Rodrigues (OAB/DF 2042A)
Apelante: Moisés José Ribeiro de Oliveira
Defensora Pública: Liliana dos Santos Torres Amaral (OAB/RO 58B)
Apelante: Edson Marques da Silva Filho
Advogada: Carolina Gioscia Leal (OAB/RO 2592)
Advogado: Ney Luiz de Freitas Leal (OAB/RO 28A)
Advogado: David Pinto Castiel (OAB/RO 1363)
Advogado: Alan Rogério Ferreira Riça (OAB/RO 1745)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Revisor: Des. Renato Martins Mimessi
Redistribuído por Prevenção de Magistrado em 25/07/2012
Impedimentos: Des. Gilberto Barbosa e Des. Daniel Ribeiro Lagos
Dada a palavra a Advogada Dra. Maracelia Lima de Oliveira (OAB/RO 2549), sustentou oralmente em favor dos Apelantes Haroldo Augusto Filho e Luciane Maciel da Silva Oliveira.
Decisão Parcial: "REJEITADAS AS PRELIMINARES, POR UNANIMIDADE. NO MÉRITO, APÓS O VOTO DO RELATOR, NEGANDO PROVIMENTO AOS RECURSOS DE JOSÉ LACERDA DE MELO, HAROLDO AUGUSTO FILHO, JOSÉ

CARLOS DE OLIVEIRA, MOISÉS JOSÉ RIBEIRO DE OLIVEIRA E EDSON MARQUES DA SILVA FILHO, DANDO PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DE TEREZINHA ESTERLITA GRANDI MARSARO E DANDO PROVIMENTO AO RECURSO LUCIANE MACIEL DA SILVA OLIVEIRA, PEDIU VISTA O DES. RENATO MIMESSI. O DES. ROWILSON TEIXEIRA AGUARDA."

* n. 02 0011981-72.2012.8.22.0501 Apelação
Origem: 0011981-72.2012.8.22.0501 Porto Velho/1ª Vara da Auditoria Militar
Apte/Apdo: Luciano Pereira dos Santos
Advogado: Juacy dos Santos Loura Júnior (OAB/RO 656A)
Advogado: Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308B)
Apdo/Apte: Estado de Rondônia
Procurador: Glauber Luciano Costa Gahyva (OAB/RO 1768)
Procuradora: Lívia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1673)
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Revisor: Des. Renato Martins Mimessi
Distribuído por Sorteio em 21/03/2013
Decisão Parcial: "APÓS O VOTO DO RELATOR, DANDO PROVIMENTO AO RECURSO DO ESTADO DE RONDÔNIA E JULGANDO PREJUDICADO O RECURSO DE LUCIANO PEREIRA DOS SANTOS, NO QUE FOI ACOMPANHANDO PELO DES. RENATO MIMESSI. PEDIU VISTA O DES. WALTENBERG JUNIOR."

n. 03 0003475-24.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 0016821-73.2012.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara da Fazenda Pública
Agravante: Jakeline Moretti Leite
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Agravante: Andrea Mariza Pantoja Alves
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Agravante: Felipe Ampuero Marques
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Agravante: Eduardo Pinheiro Dias
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Agravante: Rivaldo Veras de Jesus
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Agravante: Antônio Figueiredo de Lima Filho
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Agravante: Joelma Cunha Pedraza
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Agravante: Gecilene Antunes Faustino
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Agravante: Rosineide Kempim
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Agravante: Thalita Barbosa Zago
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Agravante: Daniele Costa Rocha
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Município de Porto Velho - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Porto Velho - RO
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Distribuído por Sorteio em 16/04/2013
Decisão Parcial: "APÓS O VOTO DO RELATOR, DANDO PROVIMENTO AO RECURSO, NO QUE FOI ACOMPANHANDO PELO DES. WALTENBERG JUNIOR, PEDIU VISTA O DES. GILBERTO BARBOSA."

* n. 04 0010751-74.2007.8.22.0014 Apelação (Agravo Retido)
Origem: 0010751-74.2007.8.22.0014 Vilhena/3ª Vara Cível
Apelante: Edna Pereira de Souza
Advogado: Djanir Américo Brasiliense (OAB/RO 4381)
Advogado: Ivan Ferreira Ribeiro (OAB/SP 288761)
Apte/Agte: Ivaneth Faria Bordiga
Advogada: Simoni Rocha (OAB/RO 2966)
Apte/Agte: Irineu Bordiga
Advogada: Simoni Rocha (OAB/RO 2966)
Apdo/Agdo: Laércio Alves de Almeida
Advogado: Eber Coloni Meira da Silva (OAB/RO 4046)
Advogado: Cledson Franco de Oliveira (OAB/RO 4049)
Interessado (Parte Passiva): Município de Vilhena - RO
Procuradora: Astrid Senn (OAB/RO 1448)
Procurador: Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3619)
Procuradora: Marlene Frois Pereira Schmitt (OAB/RO 3406)
Procurador: Bartolomeu Alves da Silva (OAB/RO 2046)
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Revisor: Des. Gilberto Barbosa
Distribuído por Sorteio em 19/10/2012
Decisão Parcial: "REJEITADAS AS PRELIMINARES, INCLUSIVE O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, BEM COMO NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO RETIDO, POR UNANIMIDADE. NO MÉRITO, APÓS O VOTO DO RELATOR, DANDO PROVIMENTO AOS RECURSOS DE IVANETH FARIA BORDIGA E IRINEU BORDIGA E DANDO PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DE EDNA PEREIRA DE SOUZA, NO QUE FOI ACOMPANHANDO PELO DES. GILBERTO BARBOSA. PEDIU VISTA O DES. RENATO MIMESSI."

n. 05 0005432-60.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem: 0010642-89.2013.8.22.0001 Porto Velho/ 2ª Vara da Fazenda Pública
Agravante: Jose Roberto Farias dos Santos
Advogado: Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883)
Advogada: Arly dos Anjos Silva (OAB/RO 3616)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Interpostos em 01/07/2013
Decisão: "RECURSO PROVIDO, POR MAIORIA, VENCIDO O RELATOR."

n. 06 0005042-90.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 0010109-33.2013.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara da Fazenda Pública
Agravante: SINDSAÚDE- Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado de Rondônia
Advogado: Pedro Wanderley dos Santos (OAB/RO 1461)

Advogado: Telson Monteiro de Souza (OAB/RO 1051)
Advogado: Júlio Cley Monteiro Resende (OAB/RO 1349)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 03/06/2013
Decisão: "RECURSO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."

n. 07 0006555-93.2013.8.22.0000 Conflito de Competência
Origem: 0011492-41.2012.8.22.0014 Vilhena/1ª Vara Cível
Suscitante: Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Vilhena – RO
Suscitado: Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Vilhena - RO
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Distribuído em 19/07/2013
Decisão:DECLARADO COMPETENTE O JUÍZO SUSCITADO, POR UNANIMIDADE.

n. 08 0001639-71.2013.8.22.0014 Agravo Regimental em Reexame Necessário
Origem: 0001639-71.2013.8.22.0014 Vilhena/3ª Vara Cível
Agravante: Alessandro D'Orazio
Defensora Pública: Élia Oliveira Mello (OAB/RO 351B)
Agravado: Município de Vilhena – RO
Procuradora: Astrid Senn (OAB/RO 1448)
Agravado: Prefeito do Município de Vilhena – RO
Agravado: Secretário Municipal de Saúde de Vilhena - RO
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Interposto em 29/07/2013
Decisão:RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE

n. 09 0004102-20.2012.8.22.0014 Agravo Regimental em Reexame Necessário
Origem: 0004102-20.2012.8.22.0014 Vilhena/3ª Vara Cível
Agravante: Sebastião Jair Leite
Advogado: Hélio Vicente de Matos (OAB/RO 265)
Agravado: Município de Vilhena - RO
Procurador: Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3691)
Procuradora: Astrid Senn (OAB/RO 1448)
Agravado: Secretário de Saúde do Município de Vilhena - RO
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Interpostos em 30/07/2013
Decisão:RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE.

* n. 10 0022288-67.2011.8.22.0001 Apelação
Origem: 0022288-67.2011.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Ronaldo Borges Bylão
Advogado: Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235)
Advogada: Margarete Geiareta da Trindade (OAB/RO 4438)
Apelado: Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia - SEDAM
Advogado: Carlos Roberto Vieira de Vasconcelos (OAB/RO 742)
Advogado: Paulo Alexandre Correia de Vasconcelos (OAB/RO 2864)
Apelado: Diretor da Coordenadoria de Licenciamento e Monitoramento Ambiental do Estado de Rondônia
Advogado: Carlos Roberto Vieira de Vasconcelos (OAB/RO 742)
Advogado: Paulo Alexandre Correia de Vasconcelos (OAB/RO 2864)
Apelado: Auto Posto Formula 1 Ltda - EPP
Advogado: Cleber dos Santos (OAB/RO 3210)
Advogado: Laércio José Tomasi (OAB/RO 4400)
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Revisor: Des. Renato Martins Mimessi
Distribuído por Sorteio em 19/11/2012
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."

* n. 11 0001671-23.2011.8.22.0022 Apelação
Origem: 0001671-23.2011.8.22.0022 São Miguel do Guaporé/1ª Vara Cível
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Ativa): Município de Seringueiras - RO
Procuradora: Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis de Almeida (OAB/RO 4738)
Apelado: Carlos Elias Rodrigues
Advogado: Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado - OAB: 4B - OAB/RO
Advogado: Márcio Melo Nogueira - OAB: 2827 - OAB/RO
Advogado: Diego de Paiva Vasconcelos - OAB: 2013 - OAB/RO
Advogado: Eudes Costa Lustosa - OAB: 3431 - OAB/RO
Advogado: Allan Monte de Albuquerque - OAB: 5177 - OAB/RO
Advogada: Samara Albuquerque Cardoso - OAB: 5720 – OAB/RO
Advogado: Giovanni Dilion Schiavi Gomes (OAB/RO 4262)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Revisor: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Distribuído por Sorteio em 21/05/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."

* n. 12 0003205-19.2012.8.22.0005 Apelação
Origem: 0003205-19.2012.8.22.0005 Ji-Paraná/3ª Vara Cível
Assunto: Ensino Fundamental e Médio
Apelante: Estado de Rondônia
Procuradora: Ana Paula de Freitas Melo Chagas (OAB/RO 1670)
Apelado: T. C. da S. Representado por sua mãe S. M. S. do C.
Advogado: Jakson Felberk de Almeida (OAB/RO 982)
Advogada: Aliadne Bezerra Lima Felberk de Almeida (OAB/RO 3655)
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Revisor: Des. Gilberto Barbosa
Distribuído por Sorteio em 09/11/2012
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."

* n. 13 0004002-54.2010.8.22.0008 Apelação
Origem: 0004002-54.2010.8.22.0008 Espigão do Oeste/1ª Vara
Apelante: Município de Espigão do Oeste - RO
Procuradora: Elisabeta Balbinot (OAB/RO 1253)
Procurador: Kleber Freitas Pedrosa Alcântara (OAB/RO 3689)
Apelado: G. H. de O. F. Representado por sua mãe M. D. de O. F.
Advogado: Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Advogado: Milton Ricardo Ferretto (OAB/RO 571A)
Apelada: M. D. de O. F. Representada por sua mãe M. D. de O. F.
Advogado: Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Advogado: Milton Ricardo Ferretto (OAB/RO 571A)
Apelado: P. de O. F. Representado por sua mãe M. D. de O. F.

Advogado: Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Advogado: Milton Ricardo Ferretto (OAB/RO 571A)
Apelada: Marcia Domingues de Oliveira Franz
Advogado: Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Advogado: Milton Ricardo Ferretto (OAB/RO 571A)
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Revisor: Des. Renato Martins Mimessi
Distribuído por Sorteio em 15/02/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."

* n. 14 0002355-96.2011.8.22.0005 Apelação
Origem: 0002355-96.2011.8.22.0005 Ji-Paraná/1ª Vara Cível, Reg. Púb. e Correg. dos Cart. Extra
Apelante: Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia - DER/RO
Procurador: Bruno Rafael Orsi (OAB/RO 4852)
Procurador: Bruno César Singulani França (OAB/RO 3937)
Procurador: Victor Ramalho Monfredinho (OAB/RO 4869)
Apelado: Severino Emiliano da Silva
Advogado: Lurival Antônio Ercolin (OAB/RO 64B)
Advogado: Dilermando Cardoso Ercolin (OAB/RO 468E)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Revisor: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Distribuído por Sorteio em 22/02/2013
Decisão Parcial: "APÓS O VOTO DO RELATOR, DANDO PROVIMENTO AO RECURSO PEDIU VISTA, O DES. WALTENBERG JUNIOR. DES. GILBERTO BARBOSA AGUARADA."

* n. 15 0007211-15.2011.8.22.0002 Apelação
Origem: 0007211-15.2011.8.22.0002 Ariquemes/2ª Vara Cível
Apte/Apdo: Município de Ariquemes - RO
Procurador: Vergilio Pereira Rezende (OAB/RO 4068)
Procurador: Nilton Edgard Mattos Marena (OAB/RO 361B)
Procurador: Paulo César dos Santos (OAB/RO 4768)
Apdo/Apte: Estado de Rondônia
Procurador: Ítalo Lima de Paula Miranda (OAB/RO 5222)
Procurador: Matheus Pavão de Oliveira (OAB/RO 5228)
Procurador: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Revisor: Des. Gilberto Barbosa
Distribuído por Sorteio em 18/12/2012
Decisão: "NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DO ESTADO E DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, POR UNANIMIDADE."

* n. 16 0050109-17.2009.8.22.0001 Apelação
Origem: 0050109-17.2009.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Samara Dionisio Ribeiro
Advogado: Juarez Paulo Bearzi (OAB/RO 752)
Advogada: Maria da Conceição Ambrósio dos Reis (OAB/RO 674)
Apelado: Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia - DETRAN/RO
Procurador: Marlon Gonçalves Holanda Júnior (OAB/RO 3650)
Procurador: Saulo Rogério de Souza (OAB/RO 1556)
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Revisor: Des. Gilberto Barbosa
Distribuído por Sorteio em 03/12/2012
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."

* n. 17 0003400-63.2010.8.22.0008 Apelação (Recurso Adesivo)
Origem: 0003400-63.2010.8.22.0008 Espigão do Oeste/1ª Vara
Apelante/Recorrido: Josias dos Santos
Advogada: Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3981)
Advogado: José Edilson da Silva (OAB/RO 1554)
Apelante/Recorrida: Edite Salvático
Advogada: Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3981)
Advogado: José Edilson da Silva (OAB/RO 1554)
Apelante/Recorrido: G. S. dos S. Representado por sua mãe E. S.
Advogada: Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3981)
Advogado: José Edilson da Silva (OAB/RO 1554)
Apelado/Recorrente: Município de Espigão do Oeste - RO
Procuradora: Elisabeta Balbinot (OAB/RO 1253)
Procurador: Kleber Freitas Pedrosa Alcântara (OAB/RO 3689)
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Revisor: Des. Renato Martins Mimessi
Distribuído por Sorteio em 23/01/2013
Decisão: "NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO E DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, POR UNANIMIDADE."

* n. 18 0312690-21.2008.8.22.0001 Apelação
Origem: 0312690-21.2008.8.22.0001 Porto Velho/6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante: Celso Ricardo Bastos Goncalves
Advogada: Valdinéia Rolim Meireles (OAB/RO 3851)
Advogado: José Assis (OAB/RO 2332)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador: Procuradoria Geral do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Revisor: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Distribuído por Sorteio em 04/04/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."

* n. 19 0002999-49.2010.8.22.0013 Apelação
Origem: 0002999-49.2010.8.22.0013 Cerejeiras/1ª Vara
Apelante: Sebastião Luiz da Silva
Advogada: Cleide Claudino de Pontes (OAB/RO 539)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Seiti Roberto Mori (OAB/RO 215B)
Procurador: Antônio José dos Reis Júnior (OAB/RO 281B)
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Revisor: Des. Gilberto Barbosa
Distribuído por Sorteio em 22/04/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."

* n. 20 0017289-71.2011.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo)
Origem: 0017289-71.2011.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara da Fazenda Pública
Apelante/Recorrido: Município de Candeias do Jamari - RO
Procurador: José Girão Machado Neto (OAB/RO 2664)

Apelado/Recorrente: Allan Nunes Rosa
Advogada: Vanêssa Azevêdo Macêdo (OAB/RO 2867)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Revisor: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Distribuído por Sorteio em 05/07/2013
Decisão: "NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, E DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO, POR UNANIMIDADE."

* n. 21 0000073-61.2011.8.22.0013 Apelação
Origem: 0000073-61.2011.8.22.0013 Cerejeiras/2ª Vara
Apelante: Município de Corumbiara - RO
Procurador: Ronaldo Patricio dos Reis (OAB/RO 4366)
Apelada: Poliana Maria de Moraes Paro Spinola
Advogado: Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Revisor: Des. Renato Martins Mimessi
Distribuído por Sorteio em 21/11/2012
Decisão: "REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO E DE OFÍCIO EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO REFORMANDO PARCIALMENTE SENTENÇA, POR UNANIMIDADE."

* n. 22 0003804-11.2010.8.22.0010 Apelação
Origem: 0003804-11.2010.8.22.0010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível
Apte/Apda: B. M. de A. R. Representada por sua mãe É. C. M. D.
Advogado: Sidnei Sotele (OAB/RO 4192)
Advogado: Valério Cesar Milani e Silva (OAB/RO 3934)
Apdo/Apte: Estado de Rondônia
Procurador: Felipe da Rocha Florêncio (OAB/RO 5219)
Procurador: Luciano Brunholi Xavier (OAB/RO 550A)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Revisor: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 10/01/2013
Decisão: "DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE B. M. DE A. R. REPRESENTADA POR SUA MÃE É. C. M. D, NÃO CONHECIDO RECURSO DO ESTADO E EM REEXAME NECESSÁRIO FOI MODIFICADA PARCIALMENTE A SENTENÇA, POR UNANIMIDADE."

* n. 23 0009189-12.2011.8.22.0007 Apelação
Origem: 0009189-12.2011.8.22.0007 Cacoal/4ª Vara Cível
Apelante: Espólio de Napoleão Ferreira Vieira
Advogada: Roseane Maria Vieira Tavares Fontana (OAB/RO 2209)
Apelado: Município de Cacoal - RO
Procurador: Silvério dos Santos Oliveira (OAB/RO 616)
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Revisor: Des. Gilberto Barbosa
Distribuído por Sorteio em 22/04/2013
Decisão: "RECURSO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."

* n. 24 0000916-30.2010.8.22.0023 Apelação
Origem: 0000916-30.2010.8.22.0023 São Francisco do Guaporé/1ª Vara Cível
Apelante: Fabio de Oliveira Silva
Advogada: Cleide Claudino de Pontes (OAB/RO 539)
Apelante: Ricardo Coelho de Oliveira
Advogada: Cleide Claudino de Pontes (OAB/RO 539)
Apelante: Eliomar Quaresma de Souza
Advogada: Cleide Claudino de Pontes (OAB/RO 539)
Apelante: Marcilene Aparecida Barbosa
Advogada: Cleide Claudino de Pontes (OAB/RO 539)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Luciano Brunholi Xavier (OAB/RO 550A)
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Revisor: Des. Renato Martins Mimessi
Distribuído por Sorteio em 03/12/2012
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."

* n. 25 0003275-70.2011.8.22.0005 Apelação
Origem: 0003275-70.2011.8.22.0005 Ji-Paraná/5ª Vara Cível
Apelante: Lammy Industrial Madeireira da Amazônia Ltda
Advogado: Geneci Alves Apolinário (OAB/RO 1007)
Apelante: Marcos Antonio Matana
Advogado: Geneci Alves Apolinário (OAB/RO 1007)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Willame Soares Lima (OAB/RO 949)
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Distribuído por Sorteio em 26/03/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."

* n. 26 0008868-80.2011.8.22.0005 Apelação
Origem: 0008868-80.2011.8.22.0005 Ji-Paraná/3ª Vara Cível
Apelante: Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia - DER/RO
Procurador: Jorge William Fredi (OAB/RO 4525)
Procurador: Victor Ramalho Monfredinho (OAB/RO 4869)
Apelado: Benedito Bernardino dos Santos
Advogado: Lurival Antônio Ercolin (OAB/RO 64B)
Advogado: Dilermando Cardoso Ercolin (OAB/RO 468E)
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Revisor: Des. Renato Martins Mimessi
Distribuído por Sorteio em 25/02/2013
Decisão: "RECURSO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."

* n. 27 0005413-54.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 0001198-80.2010.8.22.0019 Machadinho do Oeste/1ª Vara Cível
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Ítalo Lima de Paula Miranda (OAB/RO 5222)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. RENATO MARTINS MIMESSI
Distribuído por Sorteio em 14/06/2013
Decisão: "RECURSO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."

* n. 28 0013581-13.2011.8.22.0001 Apelação
Origem: 0013581-13.2011.8.22.0001
Porto Velho - Fórum Cível 2ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Maria das Graças Pereira de Souza
Advogado: Cleber dos Santos (OAB/RO 3210)
Advogado: Laércio José Tomasi (OAB/RO 4400)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
Procurador: Fábio José Gobbi Duran (OAB/RO 632)

Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Revisor:Des. Renato Martins Mimessi
Distribuído por Sorteio em 21/11/2012
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."

* n. 29 0007250-85.2011.8.22.0010 Apelação
Origem: 0007250-85.2011.8.22.0010 Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Apelante: Alfredo Deluque
Advogado: Aírton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Advogado: Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Apelada: Izaette Moura de França
Advogado: João Carlos da Costa (OAB/RO 1258)
Advogado: Daniel Redivo (OAB/RO 3181)
Apelado: Município de Rolim de Moura RO
Procuradora: Florisbela Lima (OAB/RO 3138)
Apelado: Ivan Anastácio de Brito
Advogado: Sérgio Martins (OAB/RO 3215)
Advogado: José Carlos de Oliveira (OAB/RO 3708)
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Revisor: Des. Renato Martins Mimessi
Distribuído por Sorteio em 28/01/2013
Decisão: "RECURSO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."

* n. 30 0006288-55.2012.8.22.0001 Apelação
Origem: 0006288-55.2012.8.22.0001 Porto Velho/1ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Sardinha Comércio e Serviços Bar e Lanchonete Ltda - ME
Advogado: Antônio Patrioça de Sá Chaves (OAB/RO 3674)
Apelada: Secretária Municipal da Fazenda de Porto Velho - RO
Apelado: Departamento de Fiscalização da Prefeitura Municipal de Porto Velho - RO
Interessado (Parte Passiva): Município de Porto Velho - RO
Procurador: Carlos Alberto de Sousa Mesquita (OAB/RO 805)
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Revisor: Des. Renato Martins Mimessi
Distribuído por Sorteio em 03/04/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."

* n. 31 0019034-33.2009.8.22.0009 Apelação
Origem: 0019034-33.2009.8.22.0009 Pimenta Bueno/2ª Vara Cível
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Henry Anderson Corso Henrique (OAB/RO 922)
Procurador: Jair Alves Batista (OAB/RO 61B)
Procurador: Antônio das Graças Souza (OAB/RO 10B)
Apelada: Ana Ferreira de Almeida
Advogada: Ana Paula Morais da Rosa (OAB/RO 1793)
Advogada: Marli Teresa Munarini de Quevedo (OAB/RO 2297)
Relator: DES. GILBERTO BARBOSA
Revisor: Des. Renato Martins Mimessi
Distribuído por Sorteio em 18/12/2012
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR UNANIMIDADE."

PROCESSO ADIADO

* 0000110-90.2012.8.22.0001 Apelação
Origem: 0000110-90.2012.8.22.0001 Porto Velho/2ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Auricema Rodrigues de Lima
Advogado: Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235)
SUST ORAL
Advogado: Rafael Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4486)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
Relator: DES. WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Revisor: Des. Gilberto Barbosa
Distribuído por Sorteio em 14/12/2012

* PROCESSOS DIGITAIS

Inexistindo processos para julgamento, o Desembargador Presidente determinou a leitura da presente ata, a qual foi aprovada à unanimidade encerrando-se a sessão às 10h15.

Porto Velho, 06 de agosto de 2013

Exmo. Sr. Des. Renato Martins Mimessi
Presidente da 2ª Câmara Especial

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

TRIBUNAL PLENO

Data: 08/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
Tribunal Pleno

Data de distribuição :11/04/2013
Data do julgamento : 05/08/2013
0003329-80.2013.8.22.0000 Mandado de Segurança
Impetrante: Chiara Karina Rosa
Advogado: Fabrício Fernandes Andrade (OAB/RO 2.621)
Impetrado: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Lit. Pas. Nec.: Estado de Rondônia
Procuradores: Regina Coeli Soares de Maria Franco (OAB/RO 430), Maria Rejane Sampaio dos Santos
Interessada (Parte Ativa): Cristiane Neves de Aguiar
Advogado: Tito Magno Rodrigues (OAB/RO 3.100)
Interessada (Parte Passiva): Raimunda Geralda Negreiros de Abreu
Advogada: Wilma Gomes de Morais (OAB/RO 1.809)
Interessado: Marcos Yoshimine Filho
Advogado: Jackson Chediack (OAB/RO 5.000)
Interessados: Antônio Rosa da Cruz, Maria Janete Machado Gonçalves, Estéfano José da Cruz, Laura Carvalho Mota e Silva, Francisco Campos de Oliveira, Danila Sibele Franco de Lima, Rosinei Maria Martins, Ivondeleusa Rodrigues da Silva Paixão, Maria de Jesus Oliveira e Ana Rosa Frazão Paiva
Relator: Desembargador Rowilson Teixeira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Administrativo. Concurso público. Prova de títulos. Certidão de tempo de serviço. Expedição por órgão diverso do exigido pelo edital. Rejeição do título. Legalidade do ato. Impossibilidade de flexibilização da regra para o candidato, sob pena de violação ao Princípio da Isonomia.

Seguindo o brocardo jurídico de que o edital faz lei entre as partes, deve o candidato obedecê-lo, a ponto de providenciar documento – para a fase de avaliação de títulos – nos moldes estabelecidos pelo edital regedor, não havendo que se falar em violação ao princípio da razoabilidade e/ou proporcionalidade o estabelecimento da modalidade de documento a ser apresentado, tampouco há excesso de rigor na cobrança, mesmo porque, a flexibilização da regra para o candidato violaria o Princípio da Isonomia, porquanto o comando editalício, já cumprido pelos demais candidatos, não pode ser atenuado em favor de outro, desprestigiando a igualdade daqueles.

(a) Belª Magda Chaul B. Aidar Pereira
Diretora do DEJUPLENO

1ª CÂMARA CÍVEL

Data: 08/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Cível

Data de distribuição :03/10/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0000181-60.2011.8.22.0023 Apelação
Origem: 00001816020118220023 São Francisco do Guaporé/RO (1ª Vara Cível)
Apelante: Vanusa dos Santos
Advogada: Joyce Borba Defendi (OAB/RO 4.030)
Apelado: Banco Bradesco S/A
Advogada: Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4.370)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Revisor: Juiz José Torres Ferreira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA PARTE AUTORA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : INSCRIÇÃO INDEVIDA. QUANTUM REPARATÓRIO. MAJORAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.
Na quantificação da indenização por dano moral, deve o julgador, valendo-se de seu bom senso prático e adstrito ao caso concreto, arbitrar, pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, um valor justo ao ressarcimento do dano extrapatrimonial.
Nas causas de baixa complexidade e com contraditório reduzido ante a revelia, não há necessidade de majorar o valor dos honorários advocatícios se estes estiverem em conformidade com as diretrizes da lei processual civil.
A correção monetária tem sua contagem iniciada na data do arbitramento da indenização, conforme Súmula n. 362 do Superior Tribunal de Justiça. Os juros moratórios, por sua vez, fluem a partir do evento danoso, nos termos da súmula 54 do Superior Tribunal de justiça.

Data de distribuição :06/11/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0000312-52.2012.8.22.0006 Apelação
Origem: 00003125220128220006 Presidente Médici/RO (1ª Vara Cível)
Apelante: Banco Panamericano S.A
Advogados: Feliciano Lyra Moura (OAB/PE 21.714) e Claudete Solange Ferreira (OAB/RO 972)
Apelado: João Rodrigues de Almeida
Advogados: Sonia Ercilia Thomazini Lopes Balau (OAB/RO 3.850) e Luciano da Silveira Vieira (OAB/RO 1.643)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Revisor: Juiz José Torres Ferreira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação cível. Relação jurídica. Inscrição indevida. Responsabilidade Civil Objetiva. Dano moral efetivo. Dano in re ipsa. Quantum reparatório. Majoração.
É devida a indenização por danos morais ao consumidor que teve seu nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, por dívida em que não foi comprovada a relação jurídica.
Na quantificação da indenização por dano moral, deve o julgador, valendo-se de seu bom senso prático e adstrito ao caso concreto, arbitrar, pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, um valor justo ao ressarcimento do dano extrapatrimonial.

Data de distribuição :11/09/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0000475-54.2011.8.22.0010 Apelação
Origem: 00004755420118220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara Cível)
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Ivone de Paula Chagas Sant'ana (OAB/RO 1.114)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1.571)
Apelado: Wadler Ferreira
Advogada: Regiane Teixeira Struckel (OAB/RO 3.874)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Revisor: Desembargador José Torres Ferreira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação cível. Inexigibilidade de débito c/c danos morais. Energia elétrica. Cobrança indevida. Fraude. Laudo unilateral. Dano moral. Ocorrência.
Existindo constatação de suposta fraude no medidor de energia do usuário, a quem não foi oportunizado acompanhar a perícia técnica realizada pela concessionária, nulo é o débito apurado, e presumido é o dano moral.

Data de distribuição :08/05/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0000972-92.2011.8.22.0002 Apelação
Origem: 00009729220118220002 Ariquemes/RO (3ª Vara Cível)
Apelante: Bradesco Companhia de Seguros S. A.
Advogados: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2.894), Edyen Valente Calpis (OAB/MS 8.767) e outra
Apelado: José Carlos Fernandes
Advogado: Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2.629)

Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Revisor: Juiz José Torres Ferreira
Decisão :" POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR. NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Seguro obrigatório. Invalidez parcial permanente. Pagamento parcial. Quitação. Falta de interesse de agir. Indenização. Grau de invalidez. Tabela. Correção monetária. Termo inicial. Honorários.
Se ao segurado é pago valor menor, a quitação se dá apenas em relação ao quantum recebido, não havendo impedimento para se pleitear, na via judicial, a diferença que se entende devida.
O valor da indenização do seguro obrigatório por invalidez permanente é determinado de acordo com o grau de incapacidade e a repercussão da lesão, conforme previsto na legislação pertinente.
A correção monetária, quando houver pedido administrativo, deve incidir a partir da data do pagamento administrativo.

Data de distribuição :04/10/2011
Data do julgamento : 30/07/2013
0000998-88.2010.8.22.0014 Apelação
Origem: 00009988820108220014 Vilhena/RO (2ª Vara Cível)
Apte/Apdo: Leonildo Nicocelli
Advogados: Josemário Secco (OAB/RO 724) e Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2.022)
Apdo/Apte: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4.567), Sandro Pissini Espíndola (OAB/MS 6.817) e outros
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Revisor: Juiz José Torres Ferreira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DECLARAR PREJUDICADA A ANÁLISE DOS RECURSOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Ação. Causa de pedir. Pedido. Sentença. Não observância. Julgamento extra petita. Ausência de fundamentação. Nulidade.
No julgamento da lide o magistrado deve restringir-se à causa de pedir e ao pedido deduzidos na inicial, pois, destes se afastando, incorre em decisão extra petita, restando configurada a nulidade da sentença por ofensa ao princípio da congruência, que deve ser declarada, bem assim quando também não se verifica o mínimo de fundamento na decisão.

Data de distribuição :30/07/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0001245-71.2011.8.22.0002 Apelação
Origem: 00012457120118220002 Ariquemes/RO (1ª Vara Cível)
Apte/Apdo: Evger Blan Krebs
Advogados: Marcelo Gomes do Anjos (OAB/RO 4.087) Mônica Maria Trevisane (OAB/RO 2.601)
Apda/Apte: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON
Advogados: Ivone de Paula Chagas Sant'Ana (OAB/RO 1.114) Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1.571)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Revisor: Desembargador José Torres Ferreira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DAS CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA E DAR PROVIMENTO AO RECURSO DE EVGER BLAN KREBS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação civil. Indenizatória. Energia elétrica. Fraude. Dano moral. Ocorrência. Majoração.
Quando a operação para constatação de irregularidade no relógio medidor não observa os procedimentos legais previstos, gera-se o dever de indenizar ante a situação vexatória a que é exposta o consumidor.
Se a indenização por dano moral se mostra modesta ante os sofrimentos perpassados pelo autor, impõe-se a majoração do valor, sobretudo considerando que a reparação por dano moral deve ser suficientemente expressiva a fim de compensar a vítima pelos sofrimentos e transtornos sofridos e, ao mesmo tempo, desestimular o causador do dano, objetivando evitar a repetição de conduta do mesmo gênero.

Data de interposição :05/07/2013
Data do julgamento : 30/07/2013
0001259-90.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem: 00821081720078220014 Vilhena/RO (3ªVara Cível)
Agravante: Associação dos Servidores Municipais de Vilhena - ASMUV
Advogada: Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3.146)
Agravada: Pato Branco Alimentos Ltda
Advogados: Josemário Secco (OAB/RO 724): Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2.022)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER O AGRAVO INTERNO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo Regimental em Embargos de Declaração. Pretensão de rediscutir a matéria.
Embora tenha a agravante referido expressamente que agravava os embargos de declaração, as razões referem-se aos motivos e fundamentos da decisão principal.
Assim, estando claro que a finalidade é rediscutir a matéria, o agravo não deve ser conhecido.

Data de distribuição :19/09/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0002969-67.2012.8.22.0005 Apelação
Origem: 00029696720128220005 Ji-Paraná/RO (2ª Vara Cível)
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogados: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1.571) e Pedro Origa (OAB/RO 1.953)
Apelado: Antonio Carlos Silverio Meira
Advogado: José Alberto Borges (OAB/RO 4.607)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Revisor: Juiz José Torres Ferreira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação cível. Inexigibilidade de débito. Energia elétrica. Cobrança indevida. Fraude. Perícia unilateral.
Existindo constatação de suposta fraude no medidor de energia do usuário, a quem não foi oportunizado acompanhar a perícia técnica realizada pela concessionária, nulo é o débito apurado.

Data de distribuição :26/04/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0004066-39.2011.8.22.0005 Apelação
Origem: 00040663920118220005 Ji-Paraná/RO (4ª Vara Cível)
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogados: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2.894) : Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8.767)
Apelada: Madelaine de Almeida Moreira
Advogada: Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1.338)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Decisão :"POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, PROVER PARCIALMENTE O RECURSO DA SEGURADORA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Seguro obrigatório. Invalidez parcial permanente. Pagamento parcial. Quitação. Falta de interesse de agir. Indenização. Grau de invalidez. Tabela. Correção monetária. Termo inicial. Honorários.
Se ao segurado é pago valor menor, a quitação se dá apenas em relação ao quantum recebido, não havendo impedimento para se pleitear, na via judicial, a diferença que se entende devida.
O valor da indenização do seguro obrigatório por invalidez permanente é determinado de acordo com o grau de incapacidade e a repercussão da lesão, conforme previsto na legislação pertinente.
A correção monetária, quando houver pedido administrativo, deve incidir a partir da data do pagamento administrativo.
Sendo os honorários fixados de acordo com os requisitos previstos na lei processual civil, não há falar em redução.

Data de interposição :05/07/2013
Data do julgamento : 30/07/2013
0005645-66.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem: 00067004920138220001 Porto Velho/RO (9ª Vara Cível)
Agravante: Eloilson Braga e outro(a/s)
Advogados: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3.471) : Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15.066)
Agravado: Banco do Brasil S.A.
Advogados: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4.567): Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4.407)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo de instrumento. Cumprimento de sentença. Consumidor. Competência. Não necessidade de liquidação prévia. Juros de mora. Início.
Por se aplicar o Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários, deve ser observado o princípio da facilitação da defesa do consumidor, possibilitando-lhe executar sentença coletiva em foro diverso daquele onde foi proferida tanto quanto do de seu domicílio, sobremodo se a opção vem em benefício do demandado.
A execução coletiva pode dispensar a prévia liquidação por artigos ou por arbitramento, podendo ser feita por simples cálculos, na forma da antiga redação do art. 604, do CPC.
A mora verifica-se com a citação do devedor, realizada na fase de liquidação de sentença, e não a partir de sua citação na ação civil pública.

Data de distribuição :20/11/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0008302-12.2012.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo)
Origem: 00083021220128220001 Porto Velho/RO (4ª Vara Cível)
Apelante/Recorrida: Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A
Advogados: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2.913), Rafael Gonçalves da Rocha (OAB/RS 41.468) e outros
Apelado/Recorrente: Mauro Nunes Costa do Nascimento
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1.073)
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Revisor: Juiz José Torres Ferreira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, AFASTAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A E DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DE MAURO NUNES COSTA DO NASCIMENTO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação cível. Ilegitimidade passiva. Inscrição indevida. Responsabilidade solidária da empresa nacional com as empresas locais. Dano moral in re ipsa . Desnecessidade de provas. Quantum reparatório. Majoração. Honorários advocatícios. Manutenção.
A legitimidade está mais do que demonstrada, porque a responsabilidade pelo ato praticado pela parte ré no procedimento de cobrança é dela própria.
Ao utilizar os dados fornecidos pela empresa de telefonia local, a Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A assume o risco de responder solidariamente pelos eventuais danos causados ao consumidor.
O dano moral in re ipsa dispensa a comprovação de sua extensão, sendo, portanto, desnecessária a comprovação de prejuízo efetivo.
Na quantificação da indenização por dano moral, deve o julgador, valendo-se de seu bom senso prático e adstrito ao caso concreto, arbitrar, pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, um valor justo ao ressarcimento do dano extrapatrimonial.
No arbitramento da verba honorária, deve o juiz considerar o local de prestação do serviço, a natureza da causa, o trabalho realizado pelo causídico e o tempo de trâmite da ação, nos termos do art. 20, § 3º do CPC.

Data de distribuição :08/05/2013
Data do julgamento : 30/07/2013
0009684-74.2011.8.22.0001 Apelação
Origem: 00096847420118220001 Porto Velho /RO (2ª Vara Cível)
Apelante: Banco Santander (Brasil) S/A.
Advogados: Celso Marcon (OAB/RO 3.700), Daguimar Lustosa Nogueira (OAB/RO 4.120)
Apelado: Joilton Marques de Souza
Advogados: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655-A) e Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2.281)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Revisor: Juiz José Torres Ferreira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".

Ementa : Apelação cível. Ação cautelar. Exibição de documentos. Procedente. Ausência de interesse de agir. Desnecessidade de negativa administrativa. Ausência de periculum in mora. Presentes os pressupostos necessários à propositura da ação. Aplicabilidade do CDC às instituições financeiras. Facilitação da defesa. Possibilidade de inversão do ônus da prova. Busca e apreensão. Possibilidade nos casos quando não houver cumprimento voluntário da determinação judicial.
Estão presentes o fumus boni iuris, mediante a pretensão de ajuizamento da lide principal com a juntada indispensável dos documentos reclamados para justificar o direito buscado, e o periculum in mora, considerando o evidente prejuízo de dano à parte, uma vez sonegados os documentos objeto de discussão.
O CDC apenas deixa de ser aplicado nos casos em que houver lei específica, quando não houver onerosidade no negócio e quando não houver subsunção ao conceito de consumidor, nos termos do art. 2º do CDC.
É garantida ao consumidor a facilitação da defesa, inclusive com a inversão do ônus da prova.
Caso não haja apresentação dos documentos voluntariamente, é possível determinação de busca e apreensão para tornar efetiva a exibição dos documentos pretendidos.

Data de distribuição :18/09/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0013901-63.2011.8.22.0001 Apelação
Origem: 00139016320118220001 Porto Velho/RO (7ª Vara Cível)
Apelante: Gilza Costa Melo
Advogados: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433-A) e Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212.689)
Apelada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogados: Ivone de Paula Chagas Sant'Ana (OAB/RO 1.114) e Ubirajara
Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1.571)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Revisor: Juiz José Torres Ferreira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação cível. Indenizatória. Energia elétrica. Laudo unilateral.Danos morais. Ocorrência.
Existindo constatação de suposta fraude no medidor de energia do usuário, a quem não foi oportunizado acompanhar a perícia técnica realizada pela concessionária, nulo é o débito apurado, e presumido é o dano moral.

Data de distribuição :26/09/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0015179-02.2011.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo)
Origem: 00151790220118220001 Porto Velho/RO (7ª Vara Cível)
Apelante/Recorrida: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Ivone de Paula Chagas Sant'Ana (OAB/RO 1.114)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1.571)
Apelado/Recorrente: Roberto Goiany Xavier Santarém
Advogado: Patrícia Bergamaschi de Araújo (OAB/RO 4.242)
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3.300)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Revisor: Juiz José Torres Ferreira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO DAS CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA E DAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DE ROBERTO GOIANY XAVIER SANTARÉM NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação cível. Ação declaratória. Inexistência de débito. Inscrição indevida. Danos morais. Ocorrência.
Sendo indevida a inscrição do nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes, é caso de dano moral puro, passível de indenização, o qual independe de comprovação do dano efetivo. O valor do dano moral deve ser estabelecido de maneira a compensar a lesão causada em direito da personalidade e com atenção aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Data de distribuição :20/01/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0017669-31.2010.8.22.0001 Apelação - Recurso Adesivo
Origem: 00176693120108220001 Porto Velho/RO (8ª Vara Cível)
Apte/Recda: Centrais Elétricas de Rondônia S.A - CERON
Advogados: Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1.553) e Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1.571)
Apda/Recte: Ana Cleide Mosinho Amorim
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1.559)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Revisor: Juiz José Torres Ferreira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO DA CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA E DAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação cível. Inexigibilidade de débito c/c danos morais. Energia elétrica. Cobrança indevida. Fraude. Laudo unilateral. Dano moral. Ocorrência. Quantum. Majoração.
Existindo constatação de suposta fraude no medidor de energia do usuário, a quem não foi oportunizado acompanhar a perícia técnica realizada pela concessionária, nulo é o débito apurado e presumido é o dano moral.
A valoração do dano moral deve ser feita segundo os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, não podendo ser irrisório para a parte que vai pagar nem consistir em fonte de enriquecimento sem causa para a vítima, exercendo as funções reparadora do prejuízo e preventiva da reincidência do réu na conduta lesiva.

Data de distribuição :16/07/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0127915-65.2008.8.22.0001 Apelação
Origem: 01279156520088220001 Porto Velho/RO (1ª Vara Cível)
Apelante: Mary Ferreira Lopes Pessoa
Advogados: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1.073) e Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535 -A)
Apelada: Viação Nossa Senhora de Medianeira Ltda
Advogado: Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1.482) e Rubens Caetano Vieira (OAB/DF 695 - A)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Revisor: Juiz José Torres Ferreira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".

Ementa : Transporte rodoviário. Extravio de bagagem. Prova dos bens perdidos. Dano material. Tarificação. Dano moral. Valor. Fixação. Critérios.
Se não há prova do conteúdo da bagagem extraviada, de modo a se aferir o prejuízo da vítima, o dano material deve ser fixado, conforme a tarifação prevista no Decreto Federal n. 2.521/98.
O valor da indenização por dano moral deve ponderar-se no juízo de razoabilidade entre o fato e o dano, sem se esquecer do caráter pedagógico da condenação a fim de se evitar a reincidência da conduta lesiva do ofensor e propiciar ao ofendido os meios de compensar os transtornos experimentados, devendo ser majorado quando não observado que a vítima estava em tratamento de neoplasia maligna, o que, por si, constitui situação particular especial da parte.

Data de distribuição :17/08/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0129930-67.2009.8.22.0002 Apelação
Origem: 01299306720098220002 Ariquemes/RO (3ª Vara Cível)
Apelante: Mondai Máquinas e Equipamentos S.A.
Advogado: Weverton Jefferson Teixeira Heringer (OAB/RO 2.514)
Apelado: Osmar Soares Silveira
Def. Público: André Vilas Boas Gonçalves (OAB/RO 1.376)
Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho
Revisor: Juiz José Torres Ferreira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação cível. Usucapião extraordinária. Requisitos preenchidos.
Comprovado o exercício de posse mansa, pacífica, ininterrupta e com animus domini, impõe-se a manutenção do julgamento de procedência formulado na ação de usucapião.

(a) Belª Ciraneide Fonseca Azevedo
Diretora do 1DEJUCIVEL

2ª CÂMARA CÍVEL

Data: 08/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Cível

Data de distribuição :24/08/2011
Data do julgamento : 31/07/2013
0000088-88.2010.8.22.0005 Apelação
Origem: 00000888820108220005 Ji-Paraná/RO (5ª Vara Cível)
Apelante: Caixa Econômica Federal
Advogados: Mário Gomes de Sá Neto (OAB/RO1426), Melissa dos Santos Pinheiro Vassoler Silva (OAB/RO 2.251) e Antônio Carlos Ferreira (OAB/SP 69.878)
Apelante: Banco do Brasil S.A
Advogados: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4.567), Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198.0400), Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1.911), Karine Nakad Chuffi (OAB/RO 4.386) e André Costa Ferraz (OAB/SP 271.481 - A)
Apelante: HSBC Bank Brasil S.A - Banco Múltiplo
Advogados: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696), Ana Flávia Pereira Guimarães (OAB/MG 105.287) e Alice Reigota Ferreira Lira (OAB/RO 352 - B)
Apelado: Mauro Osmar Butzke
Advogadas: Agnes Fernandes Rodrigues de Souza (OAB/RO 4.447) e Ândrea Maia Ribeiro (OAB/RO 4.554)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Revisor: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO BANCO DO BRASIL E DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO HSBC NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Exibição de documento. Competência. Justiça comum. Cobrança de tarifa. Impossibilidade. Indicação de dados. Necessidade.
É da competência da justiça comum a ação de exibição de documentos em que o intuito é o levantamento de valores referentes ao PIS/PASEP.
Não se cobra tarifa bancária para a exibição de documento comum entre as partes quando não exceder o pedido de um por mês.
A pretensão genérica e inespecífica, em que se busca apenas investigar a possível existência de documentos, não dá direito à exibição pretendida.

Data de distribuição :05/06/2012
Data do julgamento : 31/07/2013
0002589-72.2011.8.22.0007 Apelação
Origem: 00025897220118220007 Cacoal/RO (3ª Vara Cível)
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2.894)
Advogado: Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8.767)
Apelado: Carlos Quirino do Prado
Advogado: Sinomar Francisco dos Santos (OAB/RO 4.815)
Advogado: Abdiel Afonso Figueira (OAB/RO 3.092)
Advogado: Flávio Kloos (OAB/RO 4.537)
Advogada: Jenifher Cristielly dos Santos Alves (OAB/RO 644-E)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Revisor: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, REJEITAR AS PRELIMINARES E, NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Seguro obrigatório. Preliminar. Cerceamento de defesa e ausência de interesse de agir. Pagamento administrativo. Rejeitadas. Aplicação da tabela anexa à Lei n. 6.194/74. Redução do quantum. Correção monetária. Termo inicial.
Afasta-se o alegado cerceamento de defesa, se, com os laudos médicos juntados aos autos, é possível constatar-se a incapacidade permanente do apelado, bem como seu grau.
O pagamento administrativo não exclui a possibilidade de a parte pleitear possível diferença de valor.
Aos acidentes automobilísticos ocorridos após à MP n. 451/2008, aplica-se a tabela anexa a esta, devendo o seguro obrigatório ser pago de acordo com a proporcionalidade da lesão sofrida, observando-se o tipo e a gravidade da perda ou redução de funcionalidade.

Reforma-se a sentença que, ao apurar o valor devido da indenização, não observa os percentuais constantes na legislação e nos laudos médicos acostados aos autos.
O termo inicial da correção monetária é data do pagamento administrativo, conforme reiterada jurisprudência e Súmula 08 deste tribunal.

Data de interposição :15/07/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0005237-75.2013.8.22.0000 Agravo Regimental em Agravo de Instrumento
Origem: 00043031720138220001 Porto Velho/RO (7ª Vara Cível)
Agravantes: Tiago Inácio de Sene e outro
Advogado: Haroldo Lopes Lacerda (OAB/RO 962)
Agravado: Condomínio Residencial Porto Velho II
Advogado: Pedro Origa Neto (OAB/RO 2-A)
Advogada: Ivone de Paula Chagas Sant'Ana (OAB/RO 1.114)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo interno em agravo de instrumento. Gratuidade judiciária. Indeferimento. Insuficiência de recursos. Ausência de demonstração. Diferimento das custas. Ausência das hipóteses previstas na Lei 301/90. Manutenção da decisão monocrática.
Deve ser indeferido o pedido de gratuidade judiciária quando não há prova de incapacidade financeira das partes, que permita presumir a inviabilidade no pagamento dos encargos processuais.
Na ausência das hipóteses previstas da Lei n. 301/90, art. 6º § 5º do CPC, não há como deferir o pedido de pagamento de custas ao final do processo.

(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

Data: 08/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Cível

Data de interposição :28/06/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0008945-20.2010.8.22.0007 Agravo em Apelação
Origem: 00089452020108220007 Cacoal/RO - 2ª Vara Cível
Agravante: Luiz Carlos Dantas
Advogados: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4.741) e Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3.765)
Agravada: Creditec S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
Advogados: Alexandra Pontes Tavares de Almeida (OAB/SP 126.787) e Luiz Carlos Monteiro Laurenço (OAB/BA 16.780)
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo interno. Ausência de fundamento novo. Manutenção da decisão agravada. Revisão de contrato. Capitalização de juros.
Não evidenciado fundamento novo que impugne a decisão agravada, sequer a desconstituição da dominância jurisprudencial indicada na decisão recorrida, deve ser mantida a conclusão externada acerca da inexistência de ilegalidade em encargos contratuais e capitalização de juros.

Data de interposição :13/07/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0038141-87.2009.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 00381418720098220001 Porto Velho/RO (1ª Vara Cível)
Embargante: GN Incorporadora e Construtora Ltda
Advogados: Alexandre Camargo (OAB/RO 704) e e Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Embargado: Fernando Luiz Pereira Souza
Advogado: Valnei Gomes da Rocha (OAB/RO 2.479)
Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Processo civil. Embargos de declaração. Defeitos. Inexistência. Rediscussão da matéria. Impossibilidade. Prequestionamento.
Inexistindo qualquer omissão, obscuridade ou contradição no julgado, mostra-se inviável a oposição de embargos de declaração, mormente se houver intenção do embargante em rediscutir matéria já apreciada.
O provimento do recurso para fins de prequestionamento condiciona-se à existência efetiva dos defeitos previstos na legislação processual.

(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

2ª CÂMARA ESPECIAL

Data: 08/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Especial

Data de interposição :29/07/2013
Data do julgamento : 06/08/2013
0001639-71.2013.8.22.0014 Agravo Regimental em Reexame Necessário
Origem: 0001639-71.2013.822.0014 Vilhena/RO (3ª Vara Cível)
Agravante: Alessandro D'Orazio
Defensora Pública: Élia Oliveira Mello (OAB/RO 351-B)
Agravado: Município de Vilhena - RO
Procuradora: Astrid Senn (OAB/RO 1.448)
Agravado: Prefeito do Munípio de Vilhena - RO
Agravado: Secretário Municipal de Saúde de Vilhena - RO
Relator: Desembargador Renato Mimessi
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO.".
Ementa : Agravo regimental em reexame necessário. Fornecimento de medicamentos não constantes da relação do SUS. Ausência de direito líquido e certo. Recurso não provido.
O mandado de segurança possui via estreita de processamento, a exigir narrativa precisa dos fatos, com indicação clara do direito que se reputa líquido, certo e violado, devendo ser, impreterivelmente, amparado em prova pré-constituída.
Não há direito líquido e certo a medicação não constante da RENAME, mesmo que receitada por médico do SUS.
Agravo regimental não provido.

Data de distribuição :21/05/2013
Data do julgamento : 06/08/2013
0001671-23.2011.8.22.0022 Apelação
Origem: 00016712320118220022 São Miguel do Guaporé/RO (1ª Vara Cível)
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado/parte ativa: Município de Seringueiras-RO
Procuradora: Fernanda Nascimento Nogueira Cândido Reis de Almeida (OAB/RO 4.738)
Apelado: Carlos Elias Rodrigues
Advogados: Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado (OAB/RO 4 - B), Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2.827), Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2.013), Eudes Costa Lustosa (OAB/RO 3.431), Alan Monte de Albuquerque (OAB/RO 5.177), Samara Albuquerque Cardoso(OAB/RO 5.720) e Giovanni Dilion Schiavi Gomes (OAB/RO 4.262)
Relator: Desembargador Renato Mimessi
Revisor: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.".
Ementa : Apelação. Ação civil pública. Ato de improbidade. Superfaturamento. Ausência de comprovação.
Para configuração do ato de improbidade previsto nos arts. 9º, 10º e 11º da Lei n. 8.429/92, mister haver elementos probatórios suficientes que demonstrem a conduta ímproba do agente público, não havendo que se falar em superfaturamento, quando comprovado nos autos que o serviço foi contratado dentro dos valores de mercado praticados na região.

Data de distribuição :26/03/2013
Data do julgamento : 06/08/2013
0003275-70.2011.8.22.0005 Apelação
Origem: 00032757020118220005 Ji-Paraná/RO (5ª Vara Cível)
Apelante: Lammy Industrial Madeireira da Amazônia Ltda.
Advogado: Geneci Alves Apolinário (OAB/RO 1.007)
Apelante: Marcos Antonio Matana
Advogado: Geneci Alves Apolinário (OAB/RO 1.007)
Apelado: Estado de Rondônia
Advogado: Willame Soares Lima (OAB/RO 949)
Relator: Desembargador Renato Mimessi
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.".
Ementa : Apelação. Tributário. Tributo lançamento por homologação. Pagamento antecipado. Não ocorrência. Auto de infração. Recurso administrativo. Anulação do lançamento. Vício formal. Decadência. Dies a quo. Decisão Administrativa Definitiva. Recurso improvido.
O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário quando sobrevém decisão definitiva, judicial ou administrativa, que anula o lançamento anteriormente efetuado, em virtude da verificação de vício formal, reinicia-se da data em que se tornar definitiva a aludida decisão anulatória.

Data de distribuição :10/01/2013
Data do julgamento : 06/08/2013
0003804-11.2010.8.22.0010 Apelação
Origem: 00038041120108220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara Cível)
Apte/Apda: B. M. de A. R. Representado por sua mãe É. C. M. D.
Advogados: Sidnei Sotele (OAB/RO 4.192) e
Valério César Milani e Silva (OABRO 3.934)
Apdo/Apte: Estado de Rondônia
Procuradores: Felipe da Rocha Florêncio (OAB/RO 5.219) e Luciano Brunholi Xavier (OAB/RO 550-A)
Relator: Desembargador Renato Mimessi
Revisor: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DE B. M. de A. R. Representada por sua mãe É. C. M. D, NÃO CONHECER DO RECURSO DO ESTADO E, EM REEXAME NECESSÁRIO, MODIFICAR PARCIALMENTE A SENTENÇA.".
Ementa : Apelação cível. Ação de indenização por danos materiais e morais. Morte de detento dentro do estabelecimento prisional. Responsabilidade objetiva do Estado. Valor excessivo. Aplicação do Princípio da razoabilidade. Filho menor. Pensão mensal devida. Juros de mora. Fazenda Pública.
Responde o Estado pelo dano decorrente da morte de detento dentro do estabelecimento prisional, hipótese em que se aplica a teoria da responsabilidade objetiva da Administração.
O valor do dano moral há que ser aplicado em obediência ao princípio da razoabilidade, uma vez que a quantia reparadora não pode servir de enriquecimento sem causa para a vítima do dano, e, de outro lado, deve atender ao caráter punitivo e educativo para o ofensor, a fim de evitar a reiteração da ação ou omissão danosa.
Em se tratando de filho menor, há presunção absoluta de dependência econômica, notadamente nos casos de famílias de baixa renda, impondo-se o dever do Estado em pagar uma pensão mensal equivalente a 2/3 do salário mínimo vigente, até a data em que a filha completar 25 anos de idade.
Na responsabilidade civil extracontratual, o termo inicial da correção monetária é a data do arbitramento dos danos morais, consoante dispõe a Súmula n. 362/STJ. Já os juros moratórios incidem desde a data do evento danoso, na forma da Súmula n. 54/STJ.
Considerando que o evento danoso se deu no ano de 2007, deve ser aplicado o percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP n. 2.180-35/2001 até o advento da Lei n. 11.960, de 30/06/2009, que deu nova redação ao art. 1.º-F da Lei n. 9.494/97 e o percentual estabelecido para caderneta de poupança, a partir da Lei n. 11.960/2009.

Data de distribuição :14/06/2013
Data do julgamento : 06/08/2013
0005413-54.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00011988020108220019 Machadinho do Oeste/RO (1ª Vara Cível)
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Ítalo Lima de Paula Miranda(OAB/RO 5.222)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Renato Mimessi
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO.".
Ementa : Agravo de instrumento. Antecipação da tutela. Cumprimento parcial. Justificativa plausível. Multa. Sequestro dos valores. Perigo de dano.
Tratando-se de obrigação de fazer determinada em sede de antecipação de tutela e que pode ser revista ao final da ação, mostra-se temerário o sequestro dos valores referentes a multa fixada para o caso de descumprimento, notadamente se houve o cumprimento de parte significativa da ordem judicial.

Data de distribuição :04/04/2013
Data do julgamento : 06/08/2013
0312690-21.2008.8.22.0001 Apelação
Origem: 03126902120088220001 Porto Velho/RO (6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais)
Apelante: Celso Ricardo Bastos Goncalves
Advogada: Valdinéia Rolim Meireles (OAB/RO 3.851)
Advogado: José Assis (OAB/RO 2.332)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador: Procuradoria Geral do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Relator: Desembargador Renato Mimessi
Revisor: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.".
Ementa : Previdenciário. Trabalhador. Auxílio-doença comum. Conversão em auxílio-acidente. Diminuição da capacidade laboral. Inexistente. Impossibilidade. Recurso não provido.
Inexistente prova de que as sequelas da doença derivam de acidente de trabalho e que reduziram a capacidade do trabalhador, inviável é o reconhecimento do seu direito a percepção do auxílio-acidente.

(a) Belª Valeska Pricyla Barbosa Sousa
Diretora do 2DEJUESP

2ª CÂMARA CRIMINAL

Data: 08/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :17/05/2013
Data do julgamento : 07/08/2013
0004799-75.2011.8.22.0014 Apelação
Origem: 00047997520118220014 Vilhena/RO (2ª Vara Cível - Juizado Infância e Juventude)
Apelante: A. W. V.
Def. Público: José da Silva Messias(OAB/RO 59-B)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação. Ato infracional análogo. Crime de tráfico de drogas. Substituição da medida de internação. Medida menos gravosa. Reiteração criminosa configurada. Confissão. Irrelevância.
A prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas, aliada à comprovada reiteração criminosa por fato análogo e homicídio simples, denota a gravidade e periculosidade concretas do fato e do adolescente, comportando a necessidade da medida de internação, sendo irrelevante o fato de ter confessado o ato infracional.
Recurso não provido.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Ata de Distribuição - Data : 07/08/2013
Vice-Presidente : Des. Raduan Miguel Filho
Representante da OAB : Shisley Nilce Soares da Costa (OAB/RO 1244)
Ficam os Senhores Advogados cientificados, na forma consignada do art. 7°, Parágrafo Único, da Resolução n. 044/2010, de 14/10/10, publicada no D.J.E. n. 190, de 15/10/2010, que nos processos distribuídos na classe apelação, abaixo relacionados, todas as peças e recursos apresentados de ora em diante, inclusive recursos destinados aos tribunais superiores, somente serão aceitos por meio eletrônico, e que o meio físico não mais é aceito pelo SDSG - Sistema Digital Segundo Grau - SDSG do TJ/RO.
Foram distribuídos os seguintes feitos, pelo Sistema SAP 2º Grau, em SDSG:

TRIBUNAL PLENO
0005307-92.2013.8.22.0000 Direta de Inconstitucionalidade
Relator: Juiz Osny Claro de O. Junior
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido: Governador do Estado de Rondônia
Requerida: Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Redistribuição por Sorteio

1ª CÂMARA CÍVEL
0292312-44.2008.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00342171519988220014
Vilhena/1ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Revisor: Des. Sansão Saldanha
Apelante: Barreto Construção e Incorporação Ltda.
Advogado: David Pinto Castiel (OAB/RO 1363)
Apelada: Margarida Maria de Andrade Silva
Advogado: Ely Roberto de Castro (OAB/RO 509)
Distribuição por Sorteio

0020514-36.2010.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00204908420018220013
Cerejeiras/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Revisor: Des. Sansão Saldanha
Apte/Apdo: Banco Finasa S/A
Advogada: Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Advogada: Lorena Cristina dos Santos Melo (OAB/RO 3479)
Advogado: Moisés Batista de Souza (OAB/SP 149225)
Advogada: Suzane de Paula Roessler (OAB/RO 4800)
Advogado: Paulo Celso Pompeu (OAB/SP 129933)
Advogado: Roberto Costa (OAB/SP 123992)
Apdo/Apte: Adilon Pereira da Silva
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Advogada: Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0004997-20.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00049972020128220001
Porto Velho - Fórum Cível/10ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Apelante: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada: Paula Prates Boggione Guimarães (OAB/MG 127451)
Advogada: Natália Kelly Garbazza de Carvalho (OAB/MG 132164)
Apelado: Robson Schultz Schrock
Advogado: Jefferson Janones de Oliveira (OAB/RO 3802)
Distribuição por Sorteio

0023442-86.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00086903220008220001
Porto Velho - Fórum Cível/6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Relator: Des. Moreira Chagas
Apelante: Francisco de Assis Machado Carvalho
Advogado: João Roberto Lemes Soares (OAB/RO 2094)
Advogado: Jeremias de Souza Leite (OAB/RO 5104)
Apelado: Consórcio Santo Antônio Civil
Advogada: Deniele Ribeiro Mendonça (OAB/RO 3907)
Distribuição por Sorteio

0001266-72.2010.8.22.0005 SDSG Apelação
Origem: 00012667220108220005
Ji-Paraná/2ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Apte/Apda: Luciana Cristina Simões Ramalho
Advogado: Jefferson Freitas Vaz (OAB/RO 1611)
Apdo/Apte: José Roberto Veronezi
Advogada: Deolamara Lucindo Bonfá (OAB/RO 1561)
Advogado: Wagner Almeida Barbedo (OAB/RO 31B)
Advogado: Ivan Francisco Machiavelli (OAB/RO 307)
Advogado: Théo Fernando Abreu Haag (OAB/RO 4836)
Distribuição por Sorteio

0000141-98.2012.8.22.0102 SDSG Apelação
Origem: 00001419820128220102
Porto Velho - Varas de Família e Turma Recursal/4ª Vara de Família e Sucessões
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Revisor: Des. Sansão Saldanha
Apelante: L. B. P. Representada por sua mãe F. R. de B. B.
Advogado: Maurício Gomes de Araújo (OAB/RO 2007)
Apelado: R. C. P.
Advogado: Eucilen Freitas de Sá (OAB/RO 4028)
Distribuição por Sorteio

0007522-72.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00075227220128220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Revisor: Des. Sansão Saldanha
Apelante: MA Viagens e Turismo Ltda
Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Advogado: Douglacir Antônio Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 287)
Apelante: Ana Paula Pelegrini
Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Advogado: Douglacir Antônio Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 287)
Apelado: Banco Santander Brasil S/A
Advogado: Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482)
Advogado: Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846)
Advogada: Nanci Campos (OAB/SP 83577)
Advogada: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Distribuição por Sorteio

0018554-74.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00119455820018220002
Ariquemes/3ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha
Revisor: Des. Moreira Chagas
Apelante: Itamar Lourenço Martins
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante: Gilberto Ferreira da Silva
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante: Idelfonso Monteiro Vieira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante: Gilmar Nunes
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante: Gedeão Rogério Nogara
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante: Jurandi Pereira da Silva
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante: Erminia Falco Vieira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante: Rogerio Maroso
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante: João Bueno do Amaral
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante: Maria Angelina Reis Sampaio
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado: Banco do Brasil S. A.
Distribuição por Sorteio

0000423-42.2012.8.22.0004 SDSG Apelação
Origem: 00004234220128220004
Ouro Preto do Oeste/1ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Apelante: Tam Linhas Aéreas S.A.
Advogado: Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Advogada: Érica Gamarano Marota Rodrigues (OAB/SP 212940)
Advogada: Fernanda Rivé Machado (OAB/RS 62828)
Advogada: Fernanda Garbin Savaris (OAB/RS 79076)
Advogada: Talita Araújo Oliveira Locoselli (OAB/SP 312574)
Apelada: Solange Adriana Araújo
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006985-45.2013.8.22.0000 SDSG Apelação
Origem: 00085902520108220002
Ariquemes/2ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha
Revisor: Des. Moreira Chagas
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON

Advogado: Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
Advogado: Jorge Henrique Lima Mourão (OAB/RO 1117)
Advogado: Douglacir Antônio Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 287)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Apelada: Sandra Vieira de Melo Santos
Advogado: Allan Souza de Moraes Sarkis (OAB/RO 2682)
Advogado: Rafael Burg (OAB/RO 4304)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0008813-07.2012.8.22.0002 SDSG Apelação
Origem: 00042818819978220010
Rolim de Moura/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Sansão Saldanha
Revisor: Des. Moreira Chagas
Apelante: Banco Mercantil do Brasil S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogado: Valter Lucio de Oliveira (OAB/MG 46749)
Apelada: Rosilda Ribeiro da Silva
Advogado: Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)
Distribuição por Sorteio

0014903-31.2012.8.22.0002 SDSG Apelação
Origem: 00149033120128220002
Ariquemes/2ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506)
Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Apelado: Núbio de Jesus Miranda
Advogado: Thales Marques Rodrigues (OAB/RO 4995)
Advogado: Matheus Filipe da Silva Costa (OAB/RO 654E)
Advogado: Amélio Chiaratto Neto (OAB/RO 3714)
Distribuição por Sorteio

0012904-43.2012.8.22.0002 SDSG Apelação
Origem: 00095715120018220008
Espigão do Oeste/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Revisor: Des. Sansão Saldanha
Apelante: 14 Brasil Telecom Celular S/A
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Apelado: Ivaldo da Silva Rezende
Advogado: Thales Marques Rodrigues (OAB/RO 4995)
Advogado: Amélio Chiaratto Neto (OAB/RO 3714)
Distribuição por Sorteio

0007211-50.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00011426320138220012
Colorado do Oeste/1ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Agravante: Thais Fabiana Dreon Busanello
Advogada: Simoni Rocha (OAB/RO 2966)
Advogada: Maila Suzamar da Rocha (OAB/MT 12690)
Agravante: Fernando Cleber Dreon Busanello
Advogada: Simoni Rocha (OAB/RO 2966)
Agravada: Cooperativa de Crédito Rural de Colorado do Oeste Ltda COLCREDI
Advogada: Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Advogado: Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Distribuição por Sorteio

0007223-64.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00192663520108220001
Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Agravante: Energia Sustentável do Brasil S.A.
Advogado: Jean Bento (OAB/RO 5065)
Advogado: Eder Giovani Sávio (OAB/SC 11131)
Advogado: Fábio Barcelos da Silva (OAB/SC 21562)
Advogada: Patrícia Cobian Leoni Sávio (OAB/SC 15228)
Agravado: José Afreu da Silva
Advogado: Felipe Góes Gomes de Aguiar (OAB/RO 4494)
Agravada: Sirley Simões
Advogado: Felipe Góes Gomes de Aguiar (OAB/RO 4494)
Agravado: Laerte Ferreira Pinto
Advogado: Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA CRIMINAL
0010391-94.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00103919420118220501
Porto Velho - Fórum Criminal/3ª Vara Criminal
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Revisor: Des. Valter de Oliveira
Apelante: Leandro Sales de Oliveira Carvalho
Defensora Pública: Liliana dos Santos Torres Amaral (OAB/RO 58B)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0125304-05.2009.8.22.0002 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 01253040520098220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Apelante: Reginaldo Feliciano Valadares
Procuradora: Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0009741-26.2010.8.22.0002 Apelação
Origem: 00097412620108220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Revisora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Apelante: Cerâmica Copercini Ltda
Advogado: Adeusair Ferreira dos Anjos (OAB/RO 3780)
Advogado: Rodrigo Henrique Mezabarba (OAB/RO 3771)
Advogada: Kelli Renata de Jesus Damasceno (OAB-RO 5090)
Apelante: Deonisio Copercini
Advogado: Adeusair Ferreira dos Anjos (OAB/RO 3780)
Advogado: Rodrigo Henrique Mezabarba (OAB/RO 3771)
Advogada: Kelli Renata de Jesus Damasceno (OAB-RO 5090)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0007196-81.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00077333520138220014
Vilhena/1ª Vara Criminal
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Paciente: Romário Ventura de Lima
Impetrante (Advogada): Regiane Estefanny Castilho (OAB/RO 4835)
Impetrante (Advogada): Tamara Lucia Lacerda (OAB/RO 5341)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena - RO
Distribuição por Sorteio

0007204-58.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00087032920138220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Paciente: Felipe Gomes de Oliveira
Impetrante (Advogada): Iasmine Pereira Barreto (OAB/RO 4621)
Advogado: José Teixeira Vilela Neto (OAB/RO 4990)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0000724-36.2010.8.22.0011 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 00007243620108220011
Alvorada do Oeste/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Recorrente: Itamar Nunes Martins
Advogado: Naotoshi Tokimatu (OAB/SP 66477)
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0007210-65.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00113534920138220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Paciente: Orlando Braga Dias Junior
Impetrante (Advogada): Eudislene Mendes de Oliveira (OAB/RO 1462)
Impetrante (Advogado): Edinor de Albuquerque Melo (OAB/RN 10133)
Impetrante (Advogado): Morel Marcondes Santos (OAB/RO 3832)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006253-89.2012.8.22.0003 Apelação
Origem: 00062538920128220003
Jaru/1ª Vara Criminal
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Revisor: Des. Valter de Oliveira
Apelante: Adebaldo da Silva Paiva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0000475-07.2013.8.22.0003 Apelação
Origem: 00004750720138220003
Jaru/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Apelante: Jamerson Alves da Silva
Advogado: Everton Campos de Queiroz (OAB/RO 2982)
Advogado: Iure Afonso Reis (OAB/RO 5745)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0003841-57.2013.8.22.0002 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 00038415720138220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Recorrente: Paulo Henrique Ferreira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0002845-17.2013.8.22.0501 Apelação
Origem: 00028451720138220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Revisor: Des. Valter de Oliveira
Apelante: Rodrigo Oliveira da Silva
Advogado: Marcus Vinicius Prudente (OAB/RO 212)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0044387-14.2000.8.22.0002 Apelação
Origem: 00443871420008220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Apelante: Abílio de Abreu
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça (OAB/RO 876)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0009016-03.2011.8.22.0002 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 00090160320118220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Recorrente: André Vital de Souza
Defensor Público: André Vilas Boas Gonçalves (OAB/RO 1376)
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA ESPECIAL
0000648-32.2012.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00006483220128220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Revisor: Des. Oudivanil de Marins
Apelante: Município de Vilhena - RO
Procurador: Bartolomeu Alves da Silva (OAB/RO 2046)
Apelado: Salim de Jesus Almeida Rabelo Mendes
Advogado: Estevan Soletti (OAB/RO 3702)
Advogado: Gilson Ely Chaves de Matos (OAB/RO 1733)
Advogado: Jânio José Machado de Queiroz Junior (OAB/RO 728E)
Distribuição por Sorteio

0012870-71.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00128707120128220001
Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Revisor: Des. Eurico Montenegro
Apelante: Estado de Rondônia

Procurador: Glauber Luciano Costa Gahyva (OAB/RO 1768)
Advogado: Fábio José Gobbi Duran (OAB/RO 632)
Apelado: Everton de Freitas Santos
Advogado: Cristiano Polla Soares (OAB/RO 5113)
Distribuição por Sorteio

0006938-05.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00069380520128220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Revisor: Des. Oudivanil de Marins
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Bruno dos Anjos (OAB/RO 5410)
Procurador: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
Procurador: Igor Veloso Ribeiro (OAB/RO 5231)
Apelada: Maq Service Serviços Continuos Ltda
Advogado: Léo Antônio Fachin (OAB/RO 4739)
Distribuição por Sorteio

0004425-86.2011.8.22.0005 SDSG Apelação
Origem: 00044258620118220005
Ji-Paraná/1ª Vara Cível, Reg. Púb. e Correg. dos Cart. Extra
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Revisor: Des. Eurico Montenegro
Apelante: José Nivaldo Mendes de Melo
Advogado: Francisco Edilson Celestino Holanda (OAB/RO 1754)
Apelante: Idaiza Francisca dos Santos
Advogado: Francisco Edilson Celestino Holanda (OAB/RO 1754)
Apelante: Lucia Elaine Rodrigues Junqueira
Advogado: Francisco Edilson Celestino Holanda (OAB/RO 1754)
Apelante: Inaísa Porto dos Santos
Advogado: Francisco Edilson Celestino Holanda (OAB/RO 1754)
Apelante: Sivaldo Maciel Moura
Advogado: Francisco Edilson Celestino Holanda (OAB/RO 1754)
Apelante: Júlio César Rodrigues Junqueira
Advogado: Francisco Edilson Celestino Holanda (OAB/RO 1754)
Apelante: Dirley Guerra de Almeida
Advogado: Francisco Edilson Celestino Holanda (OAB/RO 1754)
Apelante: Antonio Carlos de Lyra Borges
Advogado: Francisco Edilson Celestino Holanda (OAB/RO 1754)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Alencar das Neves Brilhante (OAB/RO 5129)
Procurador: Henry Anderson Corso Henrique (OAB/RO 922)
Apelado: Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia - DETRAN/RO
Procuradora: Michele da Silva Albuquerque Cavalcante Côco (OAB/RO 1327)
Procurador: Clênio de Amorim Corrêa (OAB/RO 184)
Distribuição por Sorteio

0003984-08.2011.8.22.0005 SDSG Apelação
Origem: 00023727520018220008
Espigão do Oeste/1ª Vara Cível
Relator: Des. Eurico Montenegro
Apelante: Município de Ji-Paraná - RO
Procurador: Robson Magno Clodoaldo Casula (OAB/RO 1404)
Procurador: Silas Rosalino de Queiroz (OAB/RO 1535)
Procuradora: Kelcylen Moreira Martins Leite (OAB/RO 4019)
Apelada: Maria da Penha Gomes Rios
Advogada: Alana Silva Ferreira Santos Dahmer (OAB/RO 2293)
Advogado: Altair Altoff da Rocha (OAB/RO 1870)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0009710-38.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00097103820128220001
Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Revisor: Des. Eurico Montenegro
Apelante: Pompílio Nascimento de Mendonça
Advogado: Alan Kardec dos Santos Lima (OAB/RO 333)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Antonio Isac Nunes Cavalcante (OAB/RO 5095)
Distribuição por Sorteio

0001886-91.2013.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00018869120138220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Revisor: Des. Eurico Montenegro
Apelante: Robson de Oliveira Correa Lima
Advogada: Janaína Zimmer (OAB/RO 3365)
Apelante: Celivaldo Soares da Silva
Advogada: Janaína Zimmer (OAB/RO 3365)
Apelante: Maria Beleza de Souza
Advogada: Janaína Zimmer (OAB/RO 3365)
Apelante: José Maria da Silva
Advogada: Janaína Zimmer (OAB/RO 3365)
Apelante: Sebastiana de Fatima Correia Abrantes
Advogada: Janaína Zimmer (OAB/RO 3365)
Apelante: Severino do Ramo Araújo
Advogada: Janaína Zimmer (OAB/RO 3365)
Apelante: Edileusa Lopes da Silva
Advogada: Janaína Zimmer (OAB/RO 3365)
Apelante: Maria Alves de Amarante
Advogada: Janaína Zimmer (OAB/RO 3365)
Apelante: Regineuza Maria Rocha Souza
Advogada: Janaína Zimmer (OAB/RO 3365)
Apelante: Ângela Maria Mendes dos Santos
Advogada: Janaína Zimmer (OAB/RO 3365)
Apelante: Mizaque Ribeiro de Carvalho Souza
Advogada: Janaína Zimmer (OAB/RO 3365)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0007198-51.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00143591220138220001
Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Agravante: Jamerson Borges de Aguiar Representado por curador João Batista de Aguiar
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0007222-79.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00148006620088220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Relator: Des. Eurico Montenegro
Agravante: Frios Vilhena Importação e Exportação Ltda
Advogada: Patricia Belucio de Queiroz (OAB/AC 3280)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)

Procurador: Valdecir da Silva Maciel (OAB/RO 390)
Procurador: Luiz Cláudio Vasconcelos Xavier de Carvalho (OAB/RO 1143)
Procurador: Luciano Alves de Souza Neto (OAB/RO 2318)
Procurador: Lerí Antônio Souza e Silva (OAB/RO 269A)
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA ESPECIAL
0007740-37.2011.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00077403720118220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Revisor: Des. Gilberto Barbosa
Apelante: Salveliano de Mendonça Pereira
Advogada: Arly dos Anjos Silva (OAB/RO 3616)
Advogado: Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883)
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
Procuradora: Regina Coeli Soares de Maria Franco (OAB/RO 430)
Distribuição por Sorteio

0015756-43.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00157564320128220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Renato Martins Mimessi
Revisor: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Apelante: Thomas Greg & Sons Gráfica e Serviços Indústria e Comércio Importação e Exportação de Equipamentos Ltda
Advogada: Claudia Yu Watanabe (OAB/SP 152046)
Advogado: Vinícius Nascimento Saldanha de Oliveira (OAB/RO 1933)
Apelado: Estado de Rondônia
Procuradora: Jane Rodrigues Maynhone (OAB/RO 185)
Apelado: Valid Soluções e Serviços de Segurança Em Meios de Pagamento e Identificação S.a.
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogada: Juliana Bastos Neves (OAB/RJ 170053)
Distribuição por Sorteio

0014509-95.2010.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00145099520108220001
Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Renato Martins Mimessi
Revisor: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Apelante: Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia - DETRAN/RO
Procuradora: Cleuzemer Sorene Uhlendorf (OAB/RO 549)
Apelada: Cristiane de Oliveira Eller
Advogado: Zoil Batista de Magalhães Neto (OAB/RO 1619)
Distribuição por Sorteio

0018732-23.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00187322320128220001
Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Revisor: Des. Gilberto Barbosa
Apelante: Município de Porto Velho RO
Advogado: Luiz Duarte Freitas Júnior (OAB/RO 1058)
Apelado: David Pinto Castiel
Advogado: David Pinto Castiel (OAB/RO 1363)
Apelada: Suely Monteiro de Oliveira
Advogado: David Pinto Castiel (OAB/RO 1363)
Distribuição por Sorteio

0007187-22.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 01735204420028220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Renato Martins Mimessi
Agravante: Urbanizadora de Parques e Jardins de Rondônia Ltda
Advogado: Hiram Souza Marques (OAB/RO 205)
Advogado: Carl Teske Júnior (OAB/RO 3297)
Advogada: Fernanda Maia Marques (OAB/RO 3034)
Agravado: José Ribamar Gonçalves Xisto
Advogado: Aurimar Lacouth da Silva (OAB/RO 602)
Advogado: Anderson Júnior Ferreira Martins (OAB/RO 3466)
Agravado: Amaury Rainho
Advogado: Aurimar Lacouth da Silva (OAB/RO 602)
Advogado: Anderson Júnior Ferreira Martins (OAB/RO 3466)
Agravada: Mariana Medeiros Carneiro de Holanda
Advogado: Aurimar Lacouth da Silva (OAB/RO 602)
Advogado: Anderson Júnior Ferreira Martins (OAB/RO 3466)
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Município de Porto Velho - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Porto Velho RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0007201-06.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00142023920138220001
Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Agravante: Carlos Antonio Gomes de Oliveira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0007203-73.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00072150320128220007
Cacoal/3ª Vara Cível
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Agravante: Município de Cacoal RO
Procuradora: Késia Mábia Campana (OAB/RO 2269)
Procuradora: Viviane Helena Vizzotto Vieira dos Santos (OAB/RO 4481)
Agravado: Samuel Nascimento Geus
Advogada: Flávia Aparecida Flores (OAB/RO 3111)
Distribuição por Sorteio

0007218-42.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00081778920138220007
Cacoal/3ª Vara Cível
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Agravante: Rondônia Gestão Ambiental S. A.
Advogado: Amadeu Guilherme Lopes Machado (OAB/RO 1225)
Advogado: Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2013)
Agravado: Município de Cacoal - RO
Procurador: Procurador Geral do Município de Cacoal - RO
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA CÍVEL
0017464-31.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00174643120128220001
Porto Velho - Fórum Cível/10ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Revisor: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Advogado: Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040)
Apelada: Leila Maria Soares da Silva
Advogado: Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Advogado: Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844)
Distribuição por Sorteio

0012682-49.2010.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00126824920108220001
Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Revisor: Des. Kiyochi Mori
Apte/Apdo: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogado: Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040)
Advogada: Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Advogado: André Costa Ferraz (OAB/SP 271481A)
Apda/Apte: Siomara Nunes de Oliveira
Advogada: Rosilene de Oliveira Zanini (OAB/RO 4542)
Advogada: Maria Clara do Carmo Góes (OAB/RO 198B)
Distribuição por Sorteio

0020138-16.2011.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00201381620118220001
Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel
Apelante: Banco Cruzeiro do Sul S.A.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Advogada: Marly Vieira Tonett Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 1620)
Advogado: Marcelo Orabona Angélico (OAB/SP 94389)
Advogada: Karen Amann (OAB/SP 140975)
Apelada: Abigail Monteiro Affonso Coêlho
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Distribuição por Sorteio

0017281-94.2011.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00172819420118220001
Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Revisor: Des. Kiyochi Mori
Apelante: Milena Brasileiro Guimaraes
Advogada: Ana Carolina de Oliveira Sá (OAB/RO 2455)
Advogado: Thiago de Oliveira Sá (OAB/RO 3889)
Apelado: Banco Itaucard S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogada: Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329)
Advogada: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogada: Sara Jaqueline dos Santos Moreira (OAB/SP 196368)
Distribuição por Sorteio

0003227-89.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00032278920128220001
Porto Velho - Fórum Cível/10ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel
Apelante: Antonio Luis dos Santos e Santos
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Apelado: Banco Itaú S/A
Advogado: Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB/BA 16780)
Advogado: Cristiano de Albuquerque Oliveira (OAB/SP 202596)
Advogado: Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164)
Distribuição por Sorteio

0009516-38.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00095163820128220001
Porto Velho - Fórum Cível/10ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Revisor: Des. Isaias Fonseca Moraes
Apelante: B.B. Eletro Ltda
Advogado: Telson Monteiro de Souza (OAB/RO 1051)
Advogado: Pedro Wanderley dos Santos (OAB/RO 1461)
Apelada: Evaneide Maria Nunes Feijó
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Distribuição por Sorteio

0003779-42.2012.8.22.0005 SDSG Apelação
Origem: 00037794220128220005
Ji-Paraná/2ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Revisor: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Apelante: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada: Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Advogada: Saionara Mari (OAB/MT 5225)
Apelada: Jania Mara Xavier
Advogado: Lurival Antônio Ercolin (OAB/RO 64B)
Advogado: Dilermando Cardoso Ercolin (OAB/RO 468E)
Distribuição por Sorteio

0009339-74.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00093397420128220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Revisor: Des. Isaias Fonseca Moraes
Apelante: Odiel Leôncio Marques Postigo
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Apelado: Banco BMG S. A.
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada: Paula Prates Boggione Guimarães (OAB/MG 127451)
Advogado: Gustavo de Freitas Duarte (OAB/MG 91616)
Distribuição por Sorteio

0000336-61.2013.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00003366120138220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel

Apelante: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogado: Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Advogado: Thiago Andrade Cesar (OAB/SP 237705)
Advogado: Marlon Tramontina Cruz Urtozini (OAB/SP 203963)
Apelado: Comercial Santos Ltda
Apelada: Luduvina Oliveira
Distribuição por Sorteio

0004437-78.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00044377820128220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel
Apelante: Mastter Moto Comércio de Veículos e Motos Ltda
Advogada: Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)
Advogado: José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529)
Apelada: Gerlaine Dantas Lopes
Advogada: Valeska Bader de Souza (OAB/RO 2905)
Advogada: Neidy Jane dos Reis (OAB/RO 1268)
Distribuição por Sorteio

0010492-11.2013.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00104921120138220001
Porto Velho - Fórum Cível/5ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Revisor: Des. Kiyochi Mori
Apelante: Lúcia Maria Brasil Camargo
Advogado: Francisco José da Silva Ribeiro (OAB/RO 1170)
Advogado: Antonio Porphirio Pinto dos Santos (OABGO 20565)
Advogado: Francisco José da Silva Ribeiro (OAB/RO 1170)
Apelante: Denilson Brasil Ribeiro
Advogado: Francisco José da Silva Ribeiro (OAB/RO 1170)
Advogado: Fábio Viana Oliveira (OAB/RO 2060)
Advogado: Antonio Porphírio Pinto dos Santos (OAB/GO 20565)
Apelante: José Claudio Nogueira
Advogado: Antonio Porphirio Pinto dos Santos (OABGO 20565)
Advogado: Fábio Viana Oliveira (OAB/RO 2060)
Advogado: Francisco José da Silva Ribeiro (OAB/RO 1170)
Apelante: Mary Celi Brasil Camargo
Advogado: Francisco José da Silva Ribeiro (OAB/RO 1170)
Advogado: Antonio Porphírio Pinto dos Santos (OAB/GO 20565)
Advogado: Fábio Viana Oliveira (OAB/RO 2060)
Apelante: Max Brasil Camargo
Advogado: Francisco José da Silva Ribeiro (OAB/RO 1170)
Advogado: Antonio Porphírio Pinto dos Santos (OAB/GO 20565)
Advogado: Fábio Viana Oliveira (OAB/RO 2060)
Apelante: Maria Conceição Brasil Camargo
Advogado: Francisco José da Silva Ribeiro (OAB/RO 1170)
Advogado: Antonio Porphírio Pinto dos Santos (OAB/GO 20565)
Advogado: Fábio Viana Oliveira (OAB/RO 2060)
Apelante: Maila Samea Oliveira Camargo
Advogado: Francisco José da Silva Ribeiro (OAB/RO 1170)
Advogado: Antonio Porphírio Pinto dos Santos (OAB/GO 20565)
Advogado: Fábio Viana Oliveira (OAB/RO 2060)
Apelante: Denis Brasil Ribeiro
Advogado: Francisco José da Silva Ribeiro (OAB/RO 1170)
Advogado: Antonio Porphírio Pinto dos Santos (OAB/GO 20565)
Advogado: Fábio Viana Oliveira (OAB/RO 2060)
Apelante: Mariléia Brasil de Carvalho
Advogado: Francisco José da Silva Ribeiro (OAB/RO 1170)
Advogado: Antonio Porphírio Pinto dos Santos (OAB/GO 20565)
Advogado: Fábio Viana Oliveira (OAB/RO 2060)
Apelante: Dirceu de Figueiredo Ribeiro Júnior
Advogado: Francisco José da Silva Ribeiro (OAB/RO 1170)
Advogado: Antonio Porphírio Pinto dos Santos (OAB/GO 20565)
Advogado: Fábio Viana Oliveira (OAB/RO 2060)
Apelada: Yara Brasil Camargo
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0000386-82.2012.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00003868220128220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Revisor: Des. Isaias Fonseca Moraes
Apelante: Unimed de Rondônia - Cooperativa de Trabalho Médico
Advogada: Franciany D'Alessandra Dias de Paula (OAB/RO 349B)
Advogado: Breno Dias de Paula (OAB/RO 399B)
Advogado: Francisco Arquilau de Paula (OAB/RO 1B)
Apelada: Leozina Cândida Souza
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0011245-31.2010.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00112453120108220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Revisor: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Apelante: Enercamp Engenharia e Comércio Ltda
Advogado: Jair do Nascimento Cintra (OAB/SP 272108)
Advogado: Thiago Fernandes Cintra (OAB/SP 236985)
Apelada: Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado: Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Advogado: Josemário Secco (OAB/RO 724)
Distribuição por Sorteio

0001555-46.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00015554620128220001
Porto Velho - Fórum Cível/10ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Revisor: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Apelante: Madeireira Amigão Ltda
Advogada: Maria da Conceição Souza Vera (OAB/RO 573)
Apelada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogada: Ivone de Paula Chagas Sant'Ana (OAB/RO 1114)
Advogado: Douglacir Antônio Evaristo Sant Ana (OAB/RO 287)
Distribuição por Sorteio

0015720-98.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00157209820128220001
Porto Velho - Fórum Cível/10ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel
Apelante: Francisca Silva Nunes
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Apelado: Banco Citicard Sa
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Advogado: Michael Ogawa (OAB/SP 130671)
Advogada: Ana Carolina Franco de Souza (OAB/SP 288127)
Distribuição por Sorteio

0009886-14.2012.8.22.0002 SDSG Apelação
Origem: 00098861420128220002
Ariquemes/2ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel
Apelante: Companhia Energética do Ceará - Coelce
Advogado: Antonio Cleto Gomes (OAB/CE 5864)
Advogada: Karine Reis Silva (OAB/RO 3942)
Advogado: Bergson de Souza Bonfim (OAB/CE 14364)
Apelado: Pedro Carvalho da Silva
Advogada: Jane Miriam da Silveira Gonçalves (OAB/RO 4996)
Distribuição por Sorteio

0007929-75.2012.8.22.0002 SDSG Apelação
Origem: 00079297520128220002
Ariquemes/2ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Revisor: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Apelante: Catâneo Comércio de Materiais Para Construção Ltda
Advogado: José Assis dos Santos (OAB/RO 2591)
Advogada: Juliana Maia Ratti (OAB/RO 3280)
Apelado: Amadeu Brito de Souza
Advogada: Fábia Carla Varea Nakad (OAB/RO 2606)
Advogada: Helena Maria Piemonte Pereira Debowski (OAB/RO 2476)
Distribuição por Sorteio

0011674-63.2012.8.22.0002 SDSG Apelação
Origem: 00116746320128220002
Ariquemes/2ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Revisor: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Cesar Henrique Longuini (OAB/RO 5217)
Advogado: Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Apelado: Samuel Batista Teixeira
Advogado: Marcos Roberto Faccin (OAB/RO 1453)
Distribuição por Sorteio

0009811-09.2011.8.22.0002 SDSG Apelação
Origem: 00096018620018220008
Espigão do Oeste/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel
Apelante: José Carlos Brito dos Santos
Advogado: Luis Roberto Debowski (OAB/RO 211)
Advogada: Marinalva de Paulo (OAB/RO 5142)
Advogado: Stephani Alice Oliveira Vial (OAB/RO 4851)
Apelante: Sonete Bispo dos Santos
Advogado: Luis Roberto Debowski (OAB/RO 211)
Advogada: Marinalva de Paulo (OAB/RO 5142)
Advogado: Stephani Alice Oliveira Vial (OAB/RO 4851)
Apelado: Euto Pereira Filho
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça (OAB/RO 876)
Apelada: Berenilda Estumano Pereira
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça (OAB/RO 876)
Distribuição por Sorteio

0009190-75.2012.8.22.0002 SDSG Apelação
Origem: 00091907520128220002
Ariquemes/2ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Revisor: Des. Isaias Fonseca Moraes
Apelante: Elisângela Ferreira da Silva
Advogado: Cristian Rodrigo Fim (OAB/RO 4434)
Advogado: Fabiano Reges Fernandes (OAB/RO 4806)
Apelada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063)
Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0007194-14.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00080670820138220002
Ariquemes/2ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Agravante: Alan Duarte de Azevedo Amaral
Advogado: Ricardo Douglas de Souza Gentil (OAB/RO 1118)
Agravada: Empreendimentos Soluções Imobiliários Ltda - ME
Distribuição por Sorteio

0007202-88.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00118925520128220014
Vilhena/1ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Agravante: J. T. C.
Advogado: Luiz Antonio Gatto Junior (OAB/RO 4683)
Advogado: Lauro Lúcio Lacerda (OAB/RO 3919)
Agravada: C. A. M.
Advogado: Roniéder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0007206-28.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00046460820128220014
Vilhena/1ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Agravante: J. T. C.
Advogado: Luiz Antonio Gatto Junior (OAB/RO 4683)
Advogado: Lauro Lúcio Lacerda (OAB/RO 3919)
Agravada: C. A. M.
Advogado: Roniéder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0007209-80.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00012217020128220014
Vilhena/2ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Agravante: João Batista Neto
Advogado: José Júnior Barreiros (OAB/RO 1405)
Advogada: Larissa Hellen da Silva (OAB/RO 4797)
Agravada: Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.
Advogado: Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223)
Advogado: Fábio André Spier (OAB/SP 300960)
Advogada: Karina Glaucia Angela Antão Nobre de Menezes (OAB/RJ 110058)
Advogada: Priscila Sagrado Uchida (OAB/RO 5255)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0007219-27.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00038562920138220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Agravante: Alaor Mafalda de Oliveira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravante: Claudiomiro de Oliveira Gonçalves

Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravante: Maria Neide de Oliveira Gonçalves
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravante: Alzira de Oliveira Gonçalves Estevam
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravante: Cleiton de Oliveira Gonçalves
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravante: Valci de Oliveira Gonçalves
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravante: Antonia Ferreira da Costa
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravante: Antônio Fiorotti
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravante: Armando Alves Boa Sorte
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravante: Maria José Coelho
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravante: Francisco Gutemberg Fernandes Campos
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravante: Adolfo Coelho Neto
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravante: Joaquim Coelho Filho
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravante: Valéria Maria Coelho Schmadecke
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravante: Júlio Luiz Pedri Valença
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravante: Mizael Bezerra
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravante: Rubens Dias de Jesus
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravado: Banco do Brasil S/A
Advogada: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Advogado: Giovani Gionédis (OAB/PR 8128)
Distribuição por Sorteio

0007226-19.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00056244820138220014
Vilhena/3ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S. A.
Advogada: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RO 5398)
Advogada: Ellen Laura Leite Mungo (OAB/RO 4877)
Advogado: Marlon Tramontina Cruz Urtozini (OAB/SP 203963)
Advogado: Thiago Andrade Cesar (OAB/SP 237705)
Advogada: Tayane Aline Hartmann Pietrangelo (OAB/RO 5247)
Agravado: Edecláudio da Silva Albuquerque
Advogado: Josemário Secco (OAB/RO 724)
Advogado: Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Distribuição por Sorteio

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS
0007199-36.2013.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Impetrante: Liane Sales Silva
Advogado: Anderson Leal Alves Marinho (OAB/RO 4666)
Advogada: Nádia Alves da Silva (OAB/RO 3609)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0007205-43.2013.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Impetrante: Sindicato dos Peritos Criminalísticos do Estado de Rondônia - SINPEC
Advogado: Anderson de Moura e Silva (OAB/RO 2819)
Impetrado: Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0007220-12.2013.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Eurico Montenegro
Impetrante: Ademar Bezerra Soares
Advogado: José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370)
Advogado: Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA CRIMINAL
0098581-43.2005.8.22.0501 Apelação
Origem: 00985814320058220501
Porto Velho - Fórum Criminal/3ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos (Substituído pelo Juiz Osny Claro de O. Junior_)
Apelante: Anselmo Garcia de Almeida
Defensora Pública: Liliana dos Santos Torres Amaral (OAB/RO 58B)
Apelante: Wilison Saraiva da Silva
Defensora Pública: Liliana dos Santos Torres Amaral (OAB/RO 58B)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006238-60.2011.8.22.0002 Apelação
Origem: 00062386020118220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos (Substituído pelo Juiz Osny Claro de O. Junior_)
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Souza e Teixeira Comércio de Madeiras Ltda ME
Advogado: Moacir Requi (OAB/RO 2355)
Apelado: Airton de Souza Meira
Advogado: Walquires Tiburcio de Faria (OAB/GO 2355)
Distribuição por Sorteio

0007195-96.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00127565320138220501
Porto Velho - Fórum Criminal/3ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Alef Ferreira Tavares
Impetrante (Advogado): Aparecido Donizeti Ribeiro de Araújo (OAB/RO 2853)
Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Sorteio

0002191-72.2013.8.22.0002 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 00021917220138220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos (Substituído pelo Juiz Osny Claro de O. Junior_)
Recorrente: Edson Nascimento de Souza
Advogado: Éder Timótio Pereira Bastos (OAB/RO 2930)
Advogado: Noel Nunes de Andrade (OAB/RO 1586)
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0002435-56.2013.8.22.0501 Apelação
Origem: 00024355620138220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos (Substituído pelo Juiz Osny Claro de O. Junior_)
Apelante: Anderson Ferreira Santos
Defensor Público: João Luís Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0002264-35.2013.8.22.0005 Apelação
Origem: 00022643520138220005
Ji-Paraná/2ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos (Substituído pelo Juiz Osny Claro de O. Junior_)
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Wesley Rodrigues Viana
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0005022-51.2013.8.22.0501 Apelação
Origem: 00050225120138220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos (Substituído pelo Juiz Osny Claro de O. Junior_)
Apelante: Carlos Alexandre Gonçalves dos Santos
Defensora Pública: Rosária Gonçalves Novais (OAB/RO 407)
Apelante: Maxsuel Brandão Oliveira
Defensora Pública: Rosária Gonçalves Novais (OAB/RO 407)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0119053-73.2006.8.22.0002 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 01190537320068220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Recorrente: José Carlos Assis dos Anjos
Advogado: Cloves Gomes de Souza (OAB/RO 385B)
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0003400-29.2011.8.22.0008 Apelação
Origem: 00034002920118220008
Espigão do Oeste/1ª Vara
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: Vanderlei Tesch
Advogado: Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS
0007186-37.2013.8.22.0000 Embargos Infringentes e de Nulidade
Origem: 0011239-81.2011.8.22.0501
Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Juiz Osny Claro de O. Junior
Embargante: Bernardino Carlos Silva
Defensor Público: João Luís Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0007188-07.2013.8.22.0000 Embargos Infringentes e de Nulidade
Origem: 0013819-84.2011.8.22.0501
Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Revisor: Des. Valter de Oliveira
Embargante: Elielson Moraes da Silva
Defensor Público: João Luís Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO

Orgão Julgador / Magistrado	Dist	Red	Tra	Tot
1ª CÂMARA CÍVEL				
Des. Moreira Chagas	7	0	0	7
Des. Raduan Miguel Filho 5	0	0	5	
Des. Sansão Saldanha	3	0	0	3
1ª CÂMARA CRIMINAL				
Des. Valter de Oliveira	4	0	0	4
Desª Ivanira Feitosa Borges	3	0	0	3
Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres	6	0	0	6
1ª CÂMARA ESPECIAL				
Des. Eurico Montenegro	2	0	0	2
Des. Oudivanil de Marins	4	0	0	4
Des. Rowilson Teixeira	3	0	0	3
2ª CÂMARA CÍVEL				
Des. Alexandre Miguel	5	0	0	5
Des. Isaias Fonseca Moraes	5	0	0	5
Des. Kiyochi Mori	8	0	0	8
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia	8	0	0	8
2ª CÂMARA CRIMINAL				
Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno	8	0	0	8
Juiz Osny Claro de O. Junior_	1	0	0	1
2ª CÂMARA ESPECIAL				
Des. Gilberto Barbosa	3	0	0	3
Des. Renato Martins Mimessi	3	0	0	3
Des. Walter Waltenberg Silva Junior	2	0	0	2
CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS				
Desª Ivanira Feitosa Borges	1	0	0	1
Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno	1	0	0	1
CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS				
Des. Eurico Montenegro	1	0	0	1
Des. Oudivanil de Marins	1	0	0	1
Des. Rowilson Teixeira	1	0	0	1
TRIBUNAL PLENO				
Juiz Osny Claro de O. Junior	0	1	0	1
Total de Distribuições	85	1	0	86

Porto Velho, 7 de agosto de 2013

Des. Raduan Miguel Filho
Vice-Presidente do TJ/RO.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS

EXTRATO DA CARTA CONTRATO Nº 014/2013

1 - CONTRATADA: Guará Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda ME.
2 - PROCESSO: 0311/1531/2013.
3 - OBJETO: Despesas com contratação de empresa para fornecimento de água mineral sem gás, envasada em garrafões de 20 litros, para atender a Divisão de Serviços Gerais – DISEG/TJRO, durante o exercício de 2013 ou até a conclusão do Procedimento Licitatório, conforme Art. 24 IV da Lei 8666/93 e proposta da empresa.
4 – VIGÊNCIA: a partir de 05/08/2013 até 31/12/2013.
5 – VALOR: R$ 26.175,00.
6 - RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.
7 – NOTAS DE EMPENHO: 2013NE01163
8 – ELEMENTOS DE DESPESA: 33.90.30.
9 – P. DE TRABALHO: 02.122.1278.2998.
10 – ASSINAM: José Miguel de Lima – Secretário Administrativo/TJRO e Márcio Rogério Oliveira – Representante Legal.
DEF: em 08/08/2013.

(a.) Celina Pontes da Costa França
Diretora Depto de Economia e Finanças

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2013NE01100

1 - CONTRATADA: Fernando Castro da Silva.
2 - PROCESSO: 0311/1473/2013
3 - OBJETO: Despesas com serviços de jardinagem com uso de ferramentas e equipamentos, para atender a Comarca de São Francisco do Guaporé/RO.
4 – VIGÊNCIA: a partir de 01/08/2013 até 31/12/2013.
5 – VALOR: R$ 3.000,00
6 – RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.
7 – ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36
8 - P. TRABALHO: 02.122.1278.2998
9 – ASSINAM: Sr. José Miguel de Lima – Secretário Administrativo e Fernando Castro da Silva – Representante legal da empresa.
DEF: em 08/08/2013

(a.) Celina Pontes da Costa França
Diretora Depto de Economia e Finanças

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº2013NE01101

1 - CONTRATADA: Jesse Ribeiro Dias.
2 - PROCESSO: 0311/1504/2013
3 - OBJETO: Despesas com serviços de jardinagem com uso de ferramentas e equipamentos, para atender a Comarca de Vilhena/RO.
4 – VIGÊNCIA: a partir de 31/07/2013 até 31/12/2013.
5 – VALOR: R$ 3.900,00
6 – RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.
7 – ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36
8 - P. TRABALHO: 02.122.1278.2998
9 – ASSINAM: Sr. José Miguel de Lima – Secretário Administrativo e Jesse Ribeiro Dias – Representante legal da empresa.
DEF: em 08/08/2013

(a.) Celina Pontes da Costa França
Diretora Depto de Economia e Finanças

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº2013NE01161

1 - CONTRATADA: D. F. Evangelista & Cia Ltda. - ME.
2 - PROCESSO: 0311/1518/2013
3 - OBJETO: Despesas com serviços de jardinagem com uso de ferramentas e equipamentos, para atender a Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO.
4 – VIGÊNCIA: a partir de 08/08/2013 até 31/12/2013.
5 – VALOR: R$ 4.000,00
6 – RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.
7 – ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39
8 - P. TRABALHO: 02.122.1278.2998
9 – ASSINAM: Sr. José Miguel de Lima – Secretário Administrativo e Derli Ferreira Evangelista – Representante legal da empresa.
DEF: em 08/08/2013

(a.) Celina Pontes da Costa França
Diretora Depto de Economia e Finanças

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA
PROCESSO n. 0021356-76.2013.8.22.1111
PREGÃO ELETRÔNICO 070/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por meio da Pregoeira, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se encontra instaurada a Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO.
a) DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção de placas em aço escovado;
b) DO ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS: Através do site www.comprasnet.gov.br, das 8h do dia 14/08/2013 até às 9h do dia 27/08/2013;
c) DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA: 27/08/2013, às 9h;
d) LOCAL: Sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br, opção “Serviços aos Fornecedores”;
e) DA RETIRADA DO EDITAL: Através do sítio www.comprasnet.gov.br e poderá ser retirado no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia na Rua José Camacho, n. 585, sala 04, térreo - Bairro Olaria, nesta Capital, no horário das 7h às 13h e das 16h às 18h, fone/fax: (069) 3217-1372, e-mail: licitacoes@tjro.jus.br;
f) REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília/DF.

Porto Velho - RO, 08 de agosto de 2013.

Cínthia Mendes Cabral
Pregoeira

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECÇÃO DE RONDÔNIA

Edital nº 004/2013

Tribunal de Ética e Disciplina

Pelo presente edital, ficam notificados para cumprir o disposto no § 2º do art. 53 do Código de Ética e Disciplina, os representados e seus procuradores abaixo, bem como seus Defensores Dativos, devendo comparecer à Sessão de Julgamento que será realizado no dia 23 de Agosto de 2013, horário: 1ª e 2ª Turma às 10:00 hs na sede da OAB/RO, sito à Rua Paulo Leal, 1300 – Nossa Senhora das Graças, nesta Capital

1ª TURMA Horário: 10:00hs

Processo nº 060/2011
Representante: Diogenes Canabrava Ramalho OAB/RO 239-B
Representado: C. R. F
Adv. Claudio Ramalhaes Feitosa OAB/RO 3821
Objeto: Representação
Relator: Douglas Tadeu Chiquetti

Processo nº 001/2011
Representação: Ex. Of. nº 1684/1ªV.CRIM/S.M.GUAPORÉ/RO
Representado: A. L. M OAB/RO 2498 e A. T OAB/RO 2282
Adv. Ande Luiz Marques e Admir Teixeira
Objeto: Representação
Relator: Celso dos Santos

Processo nº 111/2010
Representação: Ex. Of. VT/MDO/RO/Nº 094/2009
Representado: L. B. V OAB/RO 2662 E J. P. B. V. OAB/RO 4128
Defensor Dativo: Oscar Dias
Objeto: Representação
Relator: José Bernardes Passos Filho

Processo nº 020/2012
Representante: Rosa de Fátima Guedes do Nascimento OAB/RO 614
Representado: R. R. A. OAB/RO 572
Adv. Raimundo Reis de Azevedo
Objeto: Representação
Relator: José Bernardes Passos Filho

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PORTARIA Nº 0421
29 DE ABRIL DE 2013
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o Processo nº 2013001120004698,
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor CARLOS ALEX ARRUDA PAGUNG, cadastro nº 4422-3, ocupante do cargo efetivo de Vigilante, Gratificação de Atividades Perigosas, correspondente a 50% (cinquenta por cento) da referência MP-NI-01, conforme inciso II, do artigo 1º da Resolução 04/2010-PGJ, alterada pela Resolução nº 032/2012-PGJ, no período de 08 a 27.04.2013.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0832
05 DE AGOSTO DE 2013
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Processo nº 2013001120011683,
R E S O L V E:
EXONERAR, a pedido, o servidor LEANDRO KLEBER TERLES, cadastro nº 5219-4, do cargo comissionado de Assistente de Promotoria de Justiça, código 703-3, referência MP-DAS-03, do Quadro Administrativo do Ministério Público de Rondônia, com efeitos a partir de 05.08.2013.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
CLÁUDIO JOSÉ DE BARROS SILVEIRA
Procurador-Geral de Justiça
Em exercício

PORTARIA Nº 0839
06 DE AGOSTO DE 2013
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Resolução nº 017/2010-PGJ, de 16.11.2010, e o contido no Processo nº 2013001120009327,
R E S O L V E:
CONCEDER Gratificação de Capacitação à servidora ODETE DIOGO PEREIRA DA SILVA, cadastro nº 4454-8, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo, na porcentagem de 7,5% (sete e meio por cento) incidente sobre o vencimento básico, a partir de 27.06.2013 .
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
CLÁUDIO JOSÉ DE BARROS SILVEIRA
Procurador-Geral de Justiça
Em exercício

PORTARIA Nº 0840
06 DE AGOSTO DE 2013
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Processo nº 2013001120010809,
R E S O L V E:
EXONERAR, a pedido, o servidor DOUGLAS DIEGO COELHO SOARES, cadastro nº 5253-9, do cargo comissionado de Assessor Jurídico, código 703-6, referência MP-DAS-06, do Quadro Administrativo do Ministério Público de Rondônia, com efeitos a partir de 22.07.2013.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
CLÁUDIO JOSÉ DE BARROS SILVEIRA
Procurador-Geral de Justiça
Em exercício

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
EXTRATO DA PORTARIA Nº 001/2013/2ªPJRM
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
MP/RO 2013001010015780
Data da instauração: 25 de julho de 2013
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Rolim de Moura
Promotora: Drª. Jovilhana Orrigo Ayricke
Envolvido: Município de Rolim de Moura
Assunto: Finalidade de acompanhar as medidas adotadas pelo legislativo municipal com o objetivo de promover alterações na legislação municipal que dispõe sobre os impedimentos para a investidura em cargo comissionado no âmbito do Município.
Jovilhana Orrigo Ayricke
PROMOTORA DE JUSTIÇA

EXTRATO DA PORTARIA Nº 016/2013/2ªPJRM
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
MP/RO 2010001010002092
Data da instauração: 02 de Agosto de 2013
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Rolim de Moura
Promotora: Dra. Jovilhiana Orrigo Ayricke
Envolvido: Município de Rolim de Moura
Assunto: Realizar providências para a regularização do quadro de servidores da Câmara Municipal de Rolim de Moura, bem como acompanhar o cumprimento do TAC nº 003/2013, firmado para a realização de concurso público até Junho de 2014.
JOVILHIANA ORRIGO AYRICKE
PROMOTORA DE JUSTIÇA

EXTRATO DA PORTARIA Nº 17/2013/2ªPJRM
INQUÉRITO CIVIL
MP/RO 2012001010031780
Data da instauração: 01 de agosto de 2013
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Rolim de Moura
Promotora: Drª. Jovilhana Orrigo Ayricke
Envolvido: Município de Rolim de Moura
Assunto: Finalidade de apurar possível prioridade no pagamento de verbas rescisórias à determinados ex-servidores públicos do município de Rolim de Moura.
Jovilhana Orrigo Ayricke
PROMOTORA DE JUSTIÇA

EXTRATO DA PORTARIA Nº 18/2013/3ªPJRM
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
MP/RO 2013001010012866
Data da instauração: 31 de julho de 2013
Promotoria: 3ª Promotoria de Justiça de Rolim de Moura
Promotora: DrªClaudia Machado dos Santos Gonçalves
Envolvido: Município de Rolim de Moura
Assunto: Finalidade de apurar a possível negligência no atendimento de ocorrência policial pela Rádio Patrulha da Policia Militar de Rolim de Moura.
Claudia Machado dos Santos Gonçalves
PROMOTORA DE JUSTIÇA

EXTRATO DA PORTARIA Nº 20/2013/2ªPJRM
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
MP/RO 2013001010011238
Data da instauração: 06 de agosto de 2013
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Rolim de Moura
Promotora: Drª. Jovilhana Orrigo Ayricke
Envolvido: Município de Rolim de Moura
Assunto: Finalidade de apurar possível desvio de função da servidora municipal Adilma Pinheiro Pereira.
Jovilhana Orrigo Ayricke
PROMOTORA DE JUSTIÇA

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO N. 463/2013 2ªPJA/1ªTIT do Feito N.2013001010017148
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/1ª Titularidade
Promotor: Elias Chaquian Filho
Interessado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado:Hospital Municipal de Monte Negro
Interessado: Tereza de Jesus Diogo Pacheco
Interessado: Luiz Marcos Machado
Assunto: Portaria de instauração de Inquérito Civil Público
Resumo: Feito instaurado para apurar denúncia a respeito do comportamento de Tereza de Jesus Diogo Pacheco e Luiz Marcos Machado.

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO N. 464/2013 2ªPJA/1ªTIT do Feito N. 2011001010011733
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/1ª Titularidade
Promotor: Elias Chaquian Filho
Interessado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado:Prefeitura Municipal de Ariquemes
Interessado: Antônio Rodrigues Júnior
Assunto: Portaria de instauração de Inquérito Civil Público
Resumo: Feito instaurado para apurar denúncia a respeito de condutas ilícitas praticadas por servidores públicos do Setor de Engenharia e Arquitetura da Prefeitura de Ariquemes/RO.

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO N. 466/2013 2ªPJA/1ªTIT do Feito N.2013001010014806
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/1ª Titularidade
Promotor: Elias Chaquian Filho
Interessado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado: DETRAN-CUJUBIM
Assunto: Improbidade Administrativa
Resumo: Feito instaurado para apurar denúncia de que o DETRAN de Cujubim estaria anunciando, através dos meios convencionais de comunicação, a realização de blitz repreensiva naquela cidade.

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO N. 476/2013 2ªPJA/1ªTIT do Feito N. 2013001010026307
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/1ª Titularidade
Promotor: Elias Chaquian Filho
Interessado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado: Romeu Reolon
Interessado: Rádio Belém
Assunto: Portaria de instauração de Inquérito Civil Público
Resumo: Feito instaurado para apurar denúncia de prática de atos de improbidade administrativa levada a efeito por servidores públicos do Município de Cujubim, em função da subtração de medicamentos do Município de Alto Paraíso em favor do Município de Cujubim, sem as devidas formalidades.

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO N. 478/2013 2ªPJA/1ªTIT do Feito N. 2013001010016204
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/1ª Titularidade
Promotor: Elias Chaquian Filho
Interessado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado: Prefeitura Municipal de Rio Crespo
Interessado: Edna Maria da Silva
Assunto: Portaria de instauração de Inquérito Civil Público
Resumo: Feito instaurado para apurar denúncia envolvendo a pavimentação asfáltica urbana realizada na cidade de Rio Crespo/RO.

EXTRATO DE PORTARIA
Procedimento n.2009001060028161
Data da instauração: 05 de agosto de 2013
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/3ª Titularidade
Promotor: Dr. Glauco Maldonado Martins
Interessado: AGEVISA / 1ª Promotoria de Justiça
Assunto: INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Portaria N. 477/2013 - com o objetivo de investigar se existe ou não comercialização de leite e derivados sem registro nos órgãos sanitários (clandestinos) do município de Ariquemes-RO, bem como promover a responsabilidade dos fornecedores quando necessário.

PORTARIA DE ARQUIVAMENTO N. 180/2013 2ªPJA/1ªTIT do Feito N.2013001010006442
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/1ª Titularidade
Promotor: Elias Chaquian Filho
Interessado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado: Câmara Municipal de Ariquemes
Assunto: Portaria de arquivamento de Inquérito Civil Público
Resumo: Feito arquivado por inexistência de indícios que deem ensejo à continuidade das investigações.

EXTRATO DO ARQUIVAMENTO
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
MPRO 2012001010024612
PORTARIA 018/2012
Instauração: 21/09/2012
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Pimenta Bueno – 1ªTitularidade
Promotor: Dr. Marcos Ranulfo Ferreira
Investigado: Secretário Municipal de Administração e Fazenda de Primavera de Rondônia/RO.
Assunto: Apurar supostas irregularidades nas cedências de servidores no âmbito da Prefeitura de Primavera de Rondônia/RO.
Arquivamento: “Posto isso, considerando a subsequente ausência de irregularidades no procedimento em análise, não

há motivo para a propositura de eventual ação civil pública, razão pela qual, com amparo no artigo 9º, caput, da lei 7.347/85, promovo o arquivamento destes autos de protocolo, decisão que submeto ao crivo desse Colendo Conselho Superior requerendo homologação. ”

Pimenta Bueno-RO, 23 de julho de 2013.

MARCOS RANULFO FERREIRA

PROMOTOR DE JUSTIÇA

EXTRATO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

PARQUETWEB 2012001010019709

Data de instauração: 25.09.2013

21ª Promotoria de Justiça- Habitação e Urbanismo e Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico

Promotor de Justiça: Átilla Augusto da Silva Sales

Assunto: Iniciou-se o presente procedimento através da portaria n° 060/2012-HU, em razão do pedido de providências feito pela Sra. Simone de Souza Lemes, quanto à falta de infraestrutura e saneamento básico nas Ruas Rosa e Girassol, no Bairro Cohab Floresta. Foram encaminhadas cópias de representação formulada, para a Secretaria Municipal de Serviços Básicos – SEMUSB e Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis, bem como prestação das informações. Em resposta a SEMUSB realizou serviços de limpeza e encascalhamento solicitados nas ruas Rosa e Girassol. A SEMOB, após vistoria no local, constatou que as ruas receberam serviços de limpeza, regularização e encascalhamento, estando em boas condições de tráfego. Verificou-se, pois, diante da situação inicial descrita, que foram tomadas as providências quanto à realização de encascalhamento e limpeza das ruas Rosa e Girassol, permitindo a trafegabilidade no local. Diante do exposto, promove o Ministério Público Estadual o arquivamento deste procedimento, remetendo-se ao Conselho Superior do Ministério Público, para os fins legais, nos termos do artigo 9º, §1º e §3º, da Lei n. 7.347/85, c.c. o artigo 28, caput, e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 005/2010-CPJ. PVH, 13 de maio de 2013.

SECRETARIA-GERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

O Ministério Público do Estado de Rondônia comunica aos interessados que realizará licitação, autorizada pelo Processo nº. 2013001120010050 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo de licitação MENOR PREÇO POR ITEM, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/1993, Decreto Federal nº. 5.450/2005, Decreto Estadual nº. 12.205/2006 e as Resoluções nº. 07/2005-PGJ publicada no Diário da Justiça nº. 126 de 12/07/2005 e nº. 11/2013-PGJ, publicada no Diário da Justiça nº. 072 de 18/04/2013, bem como pelas condições constantes no Processo Licitatório nº. 34/2013, modalidade de Pregão Eletrônico nº. 33/2013, do edital e seus respectivos anexos, que dele fazem parte integrante, tendo como objeto a elaboração de Registro de Preços para aquisição de telas de projeção e projetores multimídia, visando atender as necessidades do Ministério Público do Estado de Rondônia.

ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS

Período: 09.08.2013 a 26.08.2013

Horário: até as 10h00min do dia 26.08.2013 (Horário de Brasília – DF)

Local: site eletrônico www.comprasnet.gov.br, opção “Serviços aos Fornecedores”.

ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E SESSÃO DE DISPUTA

Data: 26.08.2013

Horário: às 10h00min (Horário de Brasília – DF)

O presente edital estará disponível para consulta através dos seguintes endereços eletrônicos: www.comprasnet.gov.br e www.mp.ro.gov.br e poderá ser retirado no Ministério Público do Estado de Rondônia, conforme o seguinte endereço e horário:

Horário: De 8h as 12h, das 14h às 18h.

Local: Procuradoria-Geral de Justiça – Rua Jamari, nº. 1555, Bairro Olaria

Porto Velho/RO – Sala da Comissão Permanente de Licitação – 2º Andar, Sala 07.

Fone: (0x69) 3216-3853; Fax: (0xx69) 3216-3974.

E-mail: cpl@mp.ro.gov.br

Porto Velho, 09 de agosto de 2013.

Irandê Barbosa Medeiros

Pregoeiro

GERÊNCIA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013-A

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL

O Ministério Público do Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ n.º 04.381.083/0001-67, com sede na Av. Jamary, n.º 1555, Bairro Olaria, CEP: 76.801-917, Porto Velho/RO, neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral, Renato Grieco Puppio, vem por meio do presente, RESCINDIR UNILATERALMENTE a Ata de Registro de Preços n.º 01/2013, lote I (coffee break e coquetel) referente ao Pregão Eletrônico 60/2012, cujo fornecedor registrado é a empresa Fayslen & Medeiros Ltda. EPP CNPJ: 09.117.622/0001-79, com fundamento na cláusula décima-primeira da ata em epígrafe, c/c o artigo 78, incisos I, II, VII e VIII da Lei n.º 8.666/93.

Porto Velho, 08 de agosto de 2013.

Renato Grieco Puppio

Promotor de Justiça

Secretário-Geral

GERÊNCIA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013-A
CONVOCAÇÃO DA 3ª COLOCADA

Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico nº. 60/2012, realizado em 03 de dezembro de 2012, pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, convocado através do Aviso de Pregão, publicado no Diário da Justiça nº. 213, de 20 de novembro de 2012.

LOTE 01 – COFFEE BREAK					
Item		Especificação	Qtde de pessoas	Valor Unitário	Valor Total
01	COFFE BREAK CATSER: 03697	Salgados e Doces Variados: salgadinhos assados e fritos, salada de frutas, mingau, pão de queijo, enroladinhos recheados com presunto e queijo ou frango, mini-sanduíches com presunto e queijo alface e tomate, tortas (doce e salgada), bolos diversos cortados em cubinhos apresentados em pratos descartáveis decorativos, frutas variadas (inteiras e fatiadas) e biscoitos variados recheados. Bebidas: Sucos naturais de frutas variados, refrigerantes variados de 1ª linha (oferecer opções light) e água mineral com e sem gás. Decoração: Mesas com tampões, mesas de apoio, toalhas e cobre manchas em tecido, ornamentação com flores naturais (rosas, lírios, gérberas, astromélias, flores tropicais), copos de vidro, jarras de vidro ou inox, bandejas de inox, guardanapos e suportes bandejas para mesas.	5.598	R$ 18,00	R$ 100.764,00
02	COQUETEL COMPLETO CATSER: 03697	Salgados e Doces Variados: Mini esfirra, pasteizinhos de forno, croissant, brioches, pães variados, tortas salgadas, bolos confeitados, barquetes, carolinas, tarteletes, canapés variados, patês variados com torradas, ramequim, bolinhos de bacalhau, canudinhos, rissoles, empadas, bolinhos e salgados variados, frutas variadas. Bebidas: Sucos naturais de frutas variados, refrigerantes variados de 1ª linha (oferecer opções light), água mineral com e sem gás, iogurtes, achocolatados e coquetéis de frutas sem álcool. Decoração: Mesas, tampões, toalhas e cobre manchas em tecido, arranjo de flores naturais (rosas, lírios, gérberas, astromélias e flores tropicais), copos de vidro, taças, jarras de vidro ou inox, bandejas de inox, guardanapos e suportes para pratos, bandejas para mesas e ornamentação com flores naturais e ou frutas. Pessoal: Garçons aparamentados e ajudantes.	4.400	R$ 38,00	R$ 167.200,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01				R$ 267.964,00	
WORLD COMÉRCIO, SERVIÇOS, ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA – CNPJ: 01.185.595/0001-60					

A íntegra das condições desta ata está contida nos autos do Processo Licitatório nº. 68/2012, Pregão Eletrônico nº. 60/2012, Processo Administrativo nº 2012001120015011. A presente Ata tem a validade até o dia 02 de janeiro de 2014.

Porto Velho, 08 de agosto de 2013.

Renato Grieco Puppio
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

Mônica da Conceição Lima Tenório
Sócia-Gerente
RG: 456.283 SSP/RO
World Com. Serv. Ass. E Cons. Ltda.
CNPJ: 01.185.595/0001-60

TERCEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE PORTO VELHO

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

1º Cartório do Juizado Especial Criminal
Proc.: 0003955-42.2013.8.22.0601
Ação: Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência d
Querelante: Edio Laudelino da Luz
Advogado: Rochimer Mello da Rocha Filho (OAB/RO - 635) / Renato da Costa Cavalcante Júnior (OAB/RO- 2390)
Querelado: Gustavo Rodrigues da Silva
Advogado: Marcos Rogerio de Carvalho (OAB/RO-4102)
DESPACHO : "VISTOS , etc. Designo audiência de conciliação para o dia 30/08/2013 às 09h30. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Intime-se o patrono do querelante para adequar o instrumento de procuração, nos moldes do art. 44 do CPP, dentro do prazo estipulado no art. 103 do CP. Porto Velho/RO, 12 de Julho de 2013. Roberto Gil de Oliveira, Juiz de Direito.

Belª Sandra Regina Gil Nunes Menezes
Escrivã Judicial

VARA DA AUDITORIA MILITAR

1º Cartório da Auditoria Militar
Juiz: Carlos Augusto Teles Negreiros
Diretora de Cartório: Marlene Jacinta Dinon
Endereço eletrônico: pvh1militar@tjro.jus.br

Proc.: 0015226-28.2011.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Uilian Eugênio Costa
Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194)
DESPACHO : Uilian Eugênio Costa inconformado com a SENTENÇA proferida (fls. 109/118), interpos Recurso de Apelação por intermédio de seu advogado constituído (fls. 119). Consigno ainda, que este declararou que desejam arrazoar em instância superior, nos termos do art. 600, §4º do CPP.A escrivania certificou a tempestividade da apelação (fl. 119v) Ante o exposto, RECEBO A APELAÇÃO nos termos do art. 600, §4º do CPP. Remetam-se os autos ao E. TJRO para exame e julgamento da apelação.Diligencie-se pelo necessário.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: 0010868-83.2012.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar (R
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Rozenilson Guimarães Sales
Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (RO 5194)
DESPACHO : A denúncia já foi recebida e não vislumbro na resposta do acusado alguma das hipóteses do art. 397, do Código de Processo Penal.O recebimento da denúncia pressupõe a presença dos requisitos do art. 41, do Código de Processo Penal e art. 77, do Código de Processo Penal Militar. Destarte, há lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelos delitos imputados.DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 28/11/2013, às 08h30. Requisite-se. Intime-se, se necessário.Diligencie-se, pelo necessário.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito
Marlene Jacinta Dinon
Diretora de Cartório

1º Cartório da Auditoria Militar
Juiz: Carlos Augusto Teles Negreiros
Diretora de Cartório: Marlene Jacinta Dinon
Endereço eletrônico: pvh1militar@tjro.jus.br

Proc.: 0005895-51.2013.8.22.0501
Ação: Procedimento Ordinário (Militar)
Requerente: João Cuelhas
Advogado: Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Procuradoria do Estado de Rondônia
Finalidade: Intimar as partes, para que no prazo comum de 05 dias, querendo, especificar provas.

Marlene Jacinta Dinon
Diretora de Cartório

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS

1º Cartório de Execuções e Contravenções Penais

Proc.: 0060210-39.2007.8.22.0501
Ação: Execução da Pena
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado: Felipe de Almeida Paz
Advogado: Aparecido Donizete Ribeiro de Araújo
DESPACHO : VISTOS , etc...Manifeste-se a defesa.Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 16 de julho de 2013. Alencar das Neves Brilhante Juiz de Direito
Data: 09/08/2013

Proc.: 0032395-96.2009.8.22.0501
Ação: Execução da Pena
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado: Luiz Claudio de Mesquita da Silva
Advogado: Defensor Público (DNI DNI)
DESPACHO : Intime-se o advogado Marcos Cesar Mesquita da Silva OAB/RO 4646, para audiência de justificação no dia 14/08/2013 às 8h: 45min, que será realizada na sala de audiências do Juízo da 1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais da Comarca de Porto Velho, Fórum Criminal.
Data: 09/08/2013

Proc.: 0032395-96.2009.8.22.0501
Ação: Execução da Pena
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado: Luiz Claudio de Mesquita da Silva
Advogado: Marcos Cesar Mesquita da Silva OAB/RO 4646
DESPACHO : Intime-se o advogado Marcos Cesar Mesquita da Silva OAB/RO 4646, para audiência de justificação no

dia 14/08/2013 às 8h: 45min, que será realizada na sala de audiências do Juízo da 1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais da Comarca de Porto Velho, Fórum Criminal.
Data: 09/08/2013

Proc.: 0100173-83.2009.8.22.0501
Ação: Execução Provisória
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado: André Salvador de Carvalho
Advogado: Dailson Nobre Belo OAB/RO 4796
DESPACHO : Intime-se o advogado Dailson Nobre Belo OAB/RO 4796, para audiência de justificação no dia 14/08/2013 às 8h: 30min, que será realizada na sala de audiências do Juízo da 1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais da Comarca de Porto Velho, Fórum Criminal.
Data: 09/08/2013

Proc.: 0002623-95.2012.8.22.0012
Ação: Execução da Pena
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça.. (RO 111111111)
Condenado: Pedro Pedra Vieira
Advogado: Maycon Cristian Pinho (OAB/RO 2030)
DESPACHO : Intimse-se o Advogado Marco Antonio Ribeiro de Menezes Lagos OAB/PR 42.732, para audiência de justificação no dia 18/08/2013 às 09h: 15min na sala de audiências da 1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais da Comarca de Porto Velho - RO, Fórum Criminal.

VARA DE DELITOS DE TÓXICOS

1º Cartório de Delitos de Tóxico
Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho-RO
Juiz: Dr. Glodner Luiz Pauletto
Escrivã Judicial: Antônia Lucitânia P. Veras
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico:
pvh1toxico@tjro.jus.br

Proc.: 0006490-50.2013.8.22.0501
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciada: Flaviana Pereira Arriates, CPF 960.315.302-87, RG 892232 SSP-RO, brasileira, convivente, do lar, nascida em 07/12/1986, natural de Guajará Mirim/RO, filha de Lourdes Perira do Rosário e Francisco Arriates, ESTANDO EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO.
ADVOGADO(A): MIRTES LEMOS VALVERDE (OAB/RO 2808)
Finalidade: CITAR a ré acima qualificada do recebimento da denúncia contra ela imputada, bem como INTIMÁ-LA a comparecer em Audiência designada para o dia 03 de setembro às 08h30min.
DESPACHO : ”V i s t o s, Recebo as defesas preliminares de folhas 153/163 e 182/183. Examinando os autos observo que a denúncia preenche os requisitos preVISTOS no artigo 41, do Código de Processo Penal, e vem instruída com inquérito policial, no qual consta lastro probatório suficiente para deflagração de ação penal, pelos crimes imputados. Não verifico, prima facie, alguma das hipóteses previstas no artigo 395, do Código de Processo Penal. Por isso, recebo a denúncia. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03 de setembro de 2013, às 08: 30 horas.Cite (m)-se/Intimem-se MP, defensor/a (s), testemunha (s) e ré/u (s). Requisite (m)-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 22 de julho de 2013. Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito”
Alexandre Marcel Silva
Escrivão Judicial em substituição

Proc.: 0006081-74.2013.8.22.0501
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Deivenilson Ferreira de Oliveira
SENTENÇA :
Advogado: Aparecido Donizeti Ribeiro de Araújo OAB/RO 2853Finalidade: Intimar o advogado da SENTENÇA proferida nos autos: ”Trata-se de ação penal que imputa ao acusado Deivenilson Ferreira de Oliveira, qualificado nos autos, o crime preVISTO no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas), pois, segundo consta na denúncia, no dia 10/04/2013, por volta das 15h08min, na rua Barão do Amazonas, 9695 ou 9685, bairro Mariana, nesta cidade e Comarca de Porto Velho/RO, o denunciado tinha em depósito, sem autorização legal, visando a comercialização, 282,92g de maconha.O acusado foi notificado e apresentou defesa preliminar, mas por preencher os requisitos legais, a denúncia foi recebida. Citado, o acusado foi interrogado em juízo, e ouvidas as testemunhas.Em sede de alegações finais, o Ministério Público requereu em síntese a condenação do réu nos termos da denúncia. A defesa pugnou pela aplicação absolvição, com fundamento no artigo 386, VII, do CPP.É o relatório.DECIDO. A materialidade restou comprovada por meio dos autos de apresentação e apreensão de fls. 19, e do Exame Químico Toxicológico Definitivo de fls. 33, que constatou que as substâncias apreendidas tratam-se de maconha, notoriamente tida como droga de uso proscrito. Relativamente à autoria, cumpre analisar a conduta do acusado. Na delegacia o acusado se utilizou do direito de permanecer calado. Em juízo afirmou que havia acabado de receber um dinheiro de seu tio, referente ao seu trabalho como servente de pedreiro, quando chegaram cinco viaturas em sua residência alegando que tinha um foragido no local.Autorizou a entrada dos policiais e após revistas nada encontraram, diante disso quatro viaturas foram embora e permaneceu apenas uma. Posteriormente uma viatura retornou e pediu para revistar o local novamente, após as diligências o algemaram afirmando que haviam encontrado droga embaixo da cama.Afirma que não havia droga em sua residência.Ouvida na fase judicial, a testemunha de defesa Cláudio Raimundo Bittencourt Brindeiro afirmou que os policiais não pediram autorização do acusado para entrar no imóvel. Inicialmente havia uma viatura, posteriormente chegaram duas viaturas, sendo que um policial chegou com uma mochila. Após conversar com os vizinhos eles afirmaram que encontraram droga na casa dentro de uma bolsa, o que lhe causou espanto pois viu que o policial chegou com a bolsa.A testemunha Alexandre Cunha Santos afirmou que estava capinando um quintal quando os policiais chegaram e arrombaram a porta de uma casa que ficava de frente do terreno em que estava trabalhando. Após, os agentes adentraram o imóvel e encontraram droga dentro de uma mochila, na ocasião não havia ninguém no imóvel.

Posteriormente ficou sabendo que o acusado estava sendo acusado por esta droga.Contrário a versão sustentada pelo acusado, o policial militar Francisco Matos afirmou em juízo que no dia dos fatos estava de serviço quando foi solicitado pelo centro de operações para que realizasse diligências no local dos fatos, pois havia informações indicando a venda de drogas. Em buscas no local encontraram embaixo de uma cama e dentro de uma bolsa o tablete de maconha, além de certa quantia em dinheiro no bolso do acusado.Nota-se que as declarações do acusado se mostram isoladas nos autos.As testemunhas de defesa apresentaram em juízo versões contrárias as prestadas nas declarações de fls. 49/50, anexadas na resposta à acusação, o que evidencia uma clara tentativa do réu de furtar-se de sua responsabilidade e induzir este juízo a erro.A versão apresentada pela testemunha Cláudio se destoa inclusive da versão sustentada pelo acusado, no que se refere a forma como a equipe policial adentrou o imóvel, uma vez que o acusado afirmou que autorizou a entrada dos policiais, enquanto a testemunha alega que eles adentraram sem pedir permissão.A testemunha Alexandre não passou segurança em suas declarações, pelo contrário, se contradisse diversas vezes ao tentar esclarecer como ficou sabendo da prisão do acusado e como relacionou a droga apreendida na residência abandonada com a apreendida na residência do acusado. Assim, diante da precisão policial em relatar a forma como ocorreram os fatos, não há razões para desmerecer as declarações dos agentes, os quais gozam de presunção de legitimidade. Destarte, seria um contrassenso credenciar o Estado contratar funcionários para atuar na prevenção e repressão da criminalidade e negar-lhe crédito quando, perante o mesmo Estado Juiz, procedem a relato de sua atuação de ofício.Além disso, é pacífico o entendimento jurisprudencial sobre a validade e eficácia do depoimento prestado pelo policial, o qual deve ser tido por verdadeiro até prova em contrário, uma vez que sua condição funcional não o torna testemunha inidônea ou suspeita. Nesse sentido: "O testemunho policial é prova idônea e suficiente a fundamentar o decreto condenatório por tráfico de drogas, mormente quando aliada a outras circunstâncias que também indicam que a droga se destinava ao comércio ilícito." (TJRO, Apelação 0004667-81.2012.8.22.0014, Relª. Desembargadora Zelite Andrade Carneiro, j. 09/05/2013)Ante os fatos apresentados, a simples negativa de autoria de tráfico de droga, por si só não elide os elementos indiciários até agora amealhados na investigação. Comprovada a conduta imputada e considerando, sobretudo, a quantidade de droga apreendida, a maneira como a substância estava embalada, e as demais circunstâncias da prisão, concluo que estão presentes os elementos do tipo preVISTO no artigo 33, caput, da Lei de drogas, Lei 11.343/06.Nessas condições, o acusado deve ser condenado pelo crime de tráfico, na modalidade ter em depósito , droga sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.PELO EXPOSTO, julgo parcialmente procedente a pretensão punitiva deduzida na denúncia e, por consequência, CONDENO DEIVENILSON FERREIRA DE OLIVEIRA, por infração ao artigo 33, caput, da Lei 11.343/06.O réu tem 22 anos, é solteiro e não registra antecedentes.Assim, considerando as circunstâncias judiciais ditadas pelo artigo 59 e 68 do Código Penal, atendendo à culpabilidade (plena consciência da ilicitude do seu ato); aos antecedentes (favoráveis); à conduta social (reprovável); aos motivos (ditados pela ganância de obter lucro fácil e imediato); às circunstâncias; personalidade (evidencia desvio de personalidade, voltada ao mundo do crime, relegando os bons princípios de convivência); consequências do crime (as piores em razão dos efeitos nefastos causados pela droga); comportamento da vítima (a vítima a sociedade não incentivou nem contribuiu para a prática do crime, contrariamente, exige pronta e exemplar punição). E mais, atento ao disposto no art. 42 da Lei Antidrogas que dispõe que a natureza e a quantidade da substância entorpecente devem influenciar na fixação da pena. Na espécie, verifico que a quantidade de droga é substancial, 282,92g de maconha, de modo que a pena base deve se afastar do mínimo legal, sob pena de ser ineficaz a aplicação da reprimenda, pois a distribuição do entorpecente encontrará a sociedade desprotegida contra seus efeitos maléficos, atingindo um número muito alto de usuários o que denota o tráfico e o lucro fácil na sua mais infame complexidade. Assim, fixo-lhe a pena base em 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão e pagamento de 550 (quinhentos e cinquenta) dias multa, no valor dia de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos. Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes a serem consideradas.Considerando que o réu é tecnicamente primário e não consta que se dedique a atividades criminosas, nem integre organização criminosa, nos termos do § 4º do art. 33, da Lei 11.343/06, reduzo a pena em 1/6, sendo este patamar suficiente à reprovação de sua conduta, que em virtude da considerável quantidade de droga, cerca de 220g de cocaína, impedem a redução no máximo, fixando-a em definitivo em 04 (quatro) anos e 7 (sete) meses de reclusão, e pagamento de 459 dias multa ao valor já fixado, o qual, depois de liquidado, perfaz o total de R$ 10.373,40, cujo pagamento deverá ser feito em 10 dias do trânsito em julgado, sob pena de inscrição em dívida ativa.O condenado deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado, com fundamento no art. 33, §3º, do CP, pois que as circunstâncias do art. 59 assim o determinam.Nesse sentido: STF: HC 114452 AgR / RS - RIO GRANDE DO SUL; AG.REG. NO HABEAS CORPUS; Relator(a): Min. LUIZ FUX; Julgamento: 16/10/2012; Ementa: Constitucional e penal. Agravo regimental no Habeas corpus. HC substitutivo de recurso ordinário. Inadmissibilidade. Entendimento recente da Turma. Tráfico de entorpecentes. Progressão de regime após o cumprimento de 1/6 da pena. Improcedência: Exigência legal do cumprimento de 2/5 da pena, se o réu for primário, e de 3/5, se for reincidente. Ausência de error in judicando que justifique a concessão, ex officio, do writ. 1. A Primeira Turma desta Corte, em acórdão recente, proferido no HC n. 109.956, decidiu não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) , não fazendo sentido qualquer retrocesso. 2. A minorante do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006, não retirou o caráter hediondo do crime de tráfico de entorpecentes, limitando-se, por critérios de razoabilidade e proporcionalidade, a abrandar a pena do pequeno e eventual traficante, em contrapartida com o grande e contumaz traficante, ao qual a Lei de Drogas conferiu punição mais rigorosa que a prevista na lei anterior. 3. O reconhecimento da progressão de regime após o cumprimento de 1/6 da pena, pelo afastamento da hediondez do crime, desprezando-se as frações de 2/5, se primário, e de 3/5, se reincidente, previstas na Lei de Drogas, constituirá incentivo a que as pessoas cada vez mais se aventurem no tráfico, ante o ínfimo tempo em que permanecerão presas. 4. Agravo regimental desprovido. (grifei)Recomendo o réu na prisão onde se encontra, pois nesta condição foi processado e continuam presentes os pressupostos e

fundamentos que ensejaram a manutenção da prisão em flagrante, e sua conversão em preventiva.Determino a incineração da droga e dos apetrechos. Isento das custas. Decreto, com fundamento art. 243, Parágrafo único da Constituição Federal e art. 63, da Lei nº 11.343/06, a perda dos valores apreendidos em poder do acusado em favor do DENARC para aplicação nos trabalhos voltados a prevenção e repressão ao tráfico de drogas.Cumpra-se as comunicações legais e demais providências de praxe, após, arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Arlen José Silva de SouzaJuiz de Direito"

Proc.: 0013030-17.2013.8.22.0501
Ação: Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente: Eulógio Alencar Barroso
Advogado: Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567)
SENTENÇA :
Advogado(s): Oscar Dias de Souza Netto OAB/RO 3567Finalidade: Intimar o(s) advogados da seguinte DECISÃO : VISTOS. Trata-se de pedido de Liberdade Provisória formulado por Eulógio Alencar Barroso que alega não estarem presentes os requisitos legais da medida cautelar. Em parecer, o Ministério Público pugna pelo indeferimento do pleito.Em que pese a argumentação da defesa, verifico que pretende discutir antecipadamente, em momento processual inadequado, a própria autoria delitiva por parte do investigado.Na presente fase processual a persecução é vista sob a ótica de indícios de autoria e materialidade do delito, elementos que só poderiam ser afastados por prova cabal e segura da ausência de justa causa.Conforme se verifica nos documentos juntados, o requerente foi preso preventivamente em 04 de julho de 2013, quando da deflagração da Operação Apocalipse , que culminou com a prisão de diversas pessoas envolvidas numa cadeia consequencial de delitos, oriundos primordialmente, segundo apontam as investigações, da associação montada para o tráfico, e dos dinheiros provenientes deste.O requerente é apontado de estar envolvido na prática do crime de estelionato dentro da OrCrim. Segundo as investigações, EULOGIO teria transacionado altos valores com cartões de crédito da Organização através de seu estabelecimento comercial de materiais de construção, cujo nome é CAVALO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO , recaindo indícios que a loja era utilizada para a prática de estelionato pela organização criminosa. Além disso, durante a operação foi verificada a ocorrência de operações envolvendo veículos entre o requerente e os líderes da Organização Criminosa.A isso, somam-se os depoimentos dos policiais que participaram das investigações e todas as provas já elaboradas até o presente momento.De acordo com o art. 312, do CPP, a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que haja prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.A demanda para o decreto preventivo prisional requer ao menos a observância de três dos requisitos apresentados, sendo dois deles fixos, que são o indício suficiente de autoria, e a prova da existência do crime, e um terceiro variável entre os demais (garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal).Os dois requisitos fixos encontram-se latentes no pedido de representação pela preventiva, diante de todas as provas que foram amealhadas, como depoimentos, extratos bancários, perícias, interceptações telefônicas e telemáticas, filmagens etc.Os indícios de autoria e materialidade trazidos na representação apontam que todos os investigados, direta ou indiretamente compactuam com a associação montada para o tráfico de drogas, seja com a lavagem do dinheiro proveniente deste, das mais diversas formas imagináveis, por exemplo, através da compra de materiais de construção, bens móveis e imóveis, com cartões de crédito fraudados, utilizando-se, inclusive, de laranjas para assumir a propriedade e para fraudar as instituições bancárias, seja em investimento em campanha de políticos, e até nomeações de servidores fantasmas .No que se referem aos requisitos variáveis, em atencioso estudo aos autos da representação, constata-se facilmente a presença de todos eles.Como primeiro requisito apontado, tem-se a garantia da ordem pública, e aqui no conceito que se emprega, segundo as lições de Guilherme de Souza Nucci (2011, p. 63/64), envolve a própria segurança pública, demandando quesitos básicos como gravidade concreta do crime, repercussão social, maneira destacada de execução, condições pessoais negativas do autor e envolvimento com quadrilha, bando ou organização criminosa, quesitos estes todos observados no deslinde das investigações da Operação Apocalipse .Segundo apontam as investigações, alguns dos presos na Operação atuam diretamente na associação para o tráfico ilícito de drogas, enquanto os demais, beneficiam-se dos lucros adquiridos com esta prática ilícita, numa verdadeira conexão consequencial de crimes, como estelionato, lavagem de dinheiro, tráfico de influência e outros, todos oriundos da associação montada para o tráfico de drogas. Os delitos de associação ao tráfico de drogas e seu financiamento, em concurso com o crime de estelionato, são as fontes de recursos financeiros ilícitos da Organização Criminosa em comento. Isso demonstra tanto o nível de complexidade desta organização quanto seu ímpeto voltado à criminalidade, ante a diversidade de infrações por ela perpetrados.Desta forma, entre os crimes ora imputados ao grupo de criminosos, o de associação ao tráfico e o financiamento para fins de tráfico de drogas, são condutas que merecem um tratamento mais enérgico frente à hediondez equiparada. Ainda mais em razão de que os demais delitos apurados envolvem, além do flagrante prejuízo financeiro das instituições vítimas, o indevido locupletamento do grupo criminoso que utiliza os louros do crime em práticas ainda mais nefastas, tais como tráfico de drogas e financiamento de candidatos a cargos públicos. Assim, além dos fundamentos que ensejam o decreto da prisão preventiva dos ora representados, os evidentemente instrumentais, ligadas à proteção do processo penal, já declinados supra, emerge, ainda, à proteção da própria comunidade, especialmente a rondoniense, coletivamente considerada, no pressuposto de que ela seria duramente atingida pelo não-aprisionamento de autores de crimes que causam intranquilidade social, o que por via direta atinge diretamente à ordem pública.Desta feita, a existência de uma organização criminosa, dirigida para a prática de diversos crimes, como no presente caso, é por si só fundamento para a decretação da preventiva, sob o argumento do alto risco de reiteração criminosa.Além do que, havendo conluio entre os parlamentares e outros integrantes da Organização Criminosa, inclusive com os particulares por aqueles nomeados em seus respectivos gabinetes, é indiscutível a existência, in casu, da comunicação das circunstâncias subjetivas previstas no art. 312 do Código Penal, razão pela qual os particulares também

devem responder criminalmente pela prática do crime de peculato desvio.Já a garantia da ordem econômica, nada mais é do que um viés da ordem pública, sendo uma espécie desse gênero, de modo que deve ser analisada sob os fatores do gênero.Segundo estimativas feitas durante a investigação, o patrimônio dos membros da Organização Criminosa ultrapassam trinta milhões de reais entre veículos e imóveis. Capaz de gerar grandes prejuízos às Instituições Bancárias e alcançando cifras milionárias, o esquema engendrado possui uma certa gama de envolvidos e, em virtude de sua magnitude, tornou-se um dos alicerces financeiros da Organização Criminosa.A Organização Criminosa, como dito, uma vez dotada de poder financeiro, investe parte desses recursos ilícitos em campanhas políticas de candidatos potencialmente vencedores, estratégia essa utilizada, atualmente, tanto na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia quanto na Câmara de Vereadores desta municipalidade.Uma vez eleito, o político apoiado pela Organização Criminosa possui, em relação a essa, como contraprestação, o dever de disponibilizar diversos cargos em comissão àquela, lotando outros integrantes da quadrilha em seu gabinete.Nesta esteira, a investigação demonstra um verdadeiro efeito cascata na seara criminosa, que deságua numa rede de crimes praticados por servidores públicos, parlamentares, empresários e particulares, o que ocasiona um grande prejuízo não somente ao erário, mas ao próprio cidadão contribuinte, tirando recursos que poderiam ser investidos em áreas sociais, como saúde, educação, transporte, e outras. Assim, a periculosidade dos representados, evidenciada no alto valor numerário que já movimentaram em poucos anos, o modus operandi da organização criminosa, com a prática de diversos crimes com envolvimento, inclusive, de diversos representantes do povo, demonstram que os requisitos de garantia da ordem pública e da ordem econômica necessitam de relevância.Já o requisito da conveniência da instrução criminal, liga-se basicamente à atuação dos investigados em face da captação das provas. De modo que o impedimento para a escorreita atuação estatal na colheita das provas e no regular trâmite do processo, se torna inconveniente para a soltura do requerente.A soltura do requerente muito dificultaria no deslinde das investigações, principalmente na colheita de testemunhos, tendo em vista que as duas principais testemunhas até então ouvidas, e que foram fundamentais nas investigações, passaram por situações de possível coação que merecem atenção. Luciana Dermani de Aguiar, irmã da deputada Ana da 8 , sofreu agressão física por parte de um dos representados, enquanto a testemunha Maria Eliane dos Reis Soares, falecida esposa do vereador Jair Montes, também preso pela Operação e apontado como um dos líderes da OrCrim, faleceu misteriosamente após um assalto sofrido em sua casa, onde apenas ela teria sido agredida, agressão esta que culminou com sequeles que resultaram na sua morte. Vislumbra-se, pois, que a conveniência da instrução criminal almeja assegurar a prova processual contra a ação da organização criminosa em pauta, a qual pode esvaecer provas do delito, mitigando vestígios e evidências, corrompendo, constrangendo ou ameaçando testemunhas e alhures. Sem a prisão dos membros do grupo criminoso em tela, a instrução será desnaturada.Frisa-se, que uma vez identificados todos os membros do organismo criminoso, a liberdade indevida de qualquer deles pode representar um perda irreparável para a persecução criminal, VISTO que, uma vez solto, poderá desnaturar provas importantes para o deslinde desta investigação.Para alcançar a impunidade, basta que os indiciados promovam, por si ou interpostas pessoas, ameaças às vítimas e informantes, obrigando-as a ausentarem-se do distrito da culpa, além de infundirem temor ao ponto de, por ocasião do ato processual do sumário de culpa, alterarem elas diametralmente seus depoimentos em benefício daqueles e contra a Administração da Justiça e busca da verdade real, cristalizada nos artigos 156 e 209, do CPP e 130, do CPC. Ademais, a maléfica influência do tempo sobre os fatos no decorrer da futura ação penal são fatores suficientes para a manutenção do decreto prisional. Almeja-se, pois, assegurar a prova processual contra a ação da suspeição em pauta, a qual pode esvaecer provas do delito, mitigando vestígios e evidênciasDeste modo, o cárcere dos envolvidos se mostra necessário para o regular deslinde das investigações, para a colheita de todas as provas fundamentais.No que se refere, por fim, a garantia de aplicação da lei penal, tem-se que esta se vincula, precipuamente, à potencial fuga do agente, evitando qualquer eficiência punitiva estatal.No caso em concreto, os líderes da organização criminosa, FERNANDO da GATA e BETO BÁBA , possuem antecedentes criminais, já tendo cumprido pena anterior por crime de estelionato, quadrilha e uso de documento falso (processo nº 0014105-50.2000.8.20.0001 - 8ª Vara Criminal de Natal/RN). Desta forma, ao tomar conhecimento das imputações ora lhes atribuídas, com certeza buscarão evadir-se do distrito da culpa, visando garantir a sua impunidade.Não se pode olvidar, ademais, que com os golpes engendrados, os demais membros da organização criminosa também se encontram em situação financeira favorável à tal pretensão. Manutenir a segregação cautelar não compõe ofensa aos princípios constitucionais da presunção de inocência ou do devido processo legal, ante a licença ínsita no artigo 5º, LXI, da Constituição Federal. Ainda, conforme tem-se noticiado recentemente nos veículos de informações nacionais, muitos dos investigados em Operações deflagradas pela Polícia Judiciária, esquivam-se de cooperar com as investigações, fugindo muitas vezes, inclusive, após serem agraciados por Ordem de Habeas Corpus.Assim, diante da enorme gravidade dos crimes praticados pela Organização Criminosa em comento investigada e de tudo que já exposto, se faz necessária a cautelaridade prisional dos representados, de modo a assegurar a adequada aplicação da lei penal, a conveniência da instrução criminal, e principalmente como garantia das ordens pública e econômica.Ante os fatos apresentados, a negativa de autoria e a alegação de ausência de provas são insuficientes para revogar a prisão, mormente pela gravidade dos crimes praticados, e principalmente em razão da relevante Organização Criminosa montada para a persecução de todo o aparato criminoso.Não existem vícios formais ou materiais que venham a infamar a prisão do requerente e verifico que foram asseguradas todas as garantias constitucionais, razão por que não há motivos para concessão de liberdade provisória, estando presentes todos os requisitos que asseguram a manutenção da prisão preventiva já decretada, conforme se observa.Desta forma, presentes os fundamentos da prisão preventiva (ART. 312 do CPP), a liberdade provisória não merece ser concedida, razão pela qual INDEFIRO o pleito. Intime-se. E após o trânsito em julgado da DECISÃO , arquivem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0012438-70.2013.8.22.0501
Ação: Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente: Railton Lima Siqueira de Andrade
Advogado: José Cantídio Pinto (OAB/RO 1961), Claris Eneida Pergher Pinto (OAB/RO 3556)
SENTENÇA :
Advogado(s): José Cantídio Pinto OAB/RO 1961Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) da seguinte DECISÃO : "VISTOS. Trata-se de pedido formulado por Railton Lima Siqueira, já qualificado, objetivando a revogação de sua prisão preventiva, tendo em vista a prisão ocorrida em 04 de julho de 2013, em razão da Operação Apocalipse , pela suposta prática do crimes consequenciais à associação para o tráfico, através da lavagem de capitais provenientes deste delito e outros, como no caso do requerente em questão, investigado por ter participação em negociações e compras de veículos utilizados pela organização, bem como ao cometimento de diversos estelionatos e fraudes e assim compactuar com a conexão de crimes montada pela Organização Criminosa que ora vem sendo desmantelada. Para sustentar o pedido, a defesa tece considerações acerca da dinâmica dos fatos em que se deu a prisão, afirmando não haver elementos comprobatórios que justifiquem sua manutenção no cárcere.Juntou os documentos.O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pleito. Relatei brevemente. Decido.Em que pese a argumentação da defesa, verifico que pretende discutir antecipadamente, em momento processual inadequado, a própria autoria delitiva por parte do investigado.Na presente fase processual a persecução é vista sob a ótica de indícios de autoria e materialidade do delito, elementos que só poderiam ser afastados por prova cabal e segura da ausência de justa causa.Conforme se verifica nos documentos juntados, o requerente foi preso quando da deflagração da Operação Apocalipse , que culminou com a prisão de diversas pessoas envolvidas numa cadeia consequencial de delitos, oriundos primordialmente, segundo apontam as investigações, da associação montada para o tráfico, e dos dinheiros provenientes deste.O requerente é apontado de estar envolvido com a organização criminosa, tendo atuado em compras e negociações de veículos ligados a esta organização, bem como teria participação ativa em transações ilícitas e em vários estelionatos e fraudes que acarretaram o enriquecimentos dos participantes da referida organização. Conforme o apurado, Railton possui em seu nome diversos bens da Organização e utilizava um veículo comprado por esta. Além disso, o requerente havia sido nomeado na Assembleia Legislativa de Rondônia por indicação de um dos líderes da organização, Beto Baba.A isso, somam-se os depoimentos dos policiais que participaram das investigações e todas as provas já elaboradas até o presente momento.De acordo com o art. 312, do CPP, a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que haja prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.A demanda para o decreto preventivo prisional requer ao menos a observância de três dos requisitos apresentados, sendo dois deles fixos, que são o indício suficiente de autoria, e a prova da existência do crime, e um terceiro variável entre os demais (garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal).Os dois requisitos fixos encontram-se latentes no pedido de representação pela preventiva, diante de todas as provas que foram amealhadas, como depoimentos, extratos bancários, perícias, interceptações telefônicas e telemáticas, filmagens etc.Os indícios de autoria e materialidade trazidos na representação apontam que todos os investigados, direta ou indiretamente compactuam com a associação montada para o tráfico de drogas, seja com a lavagem do dinheiro proveniente deste, das mais diversas formas imagináveis, por exemplo, através da compra de materiais de construção, bens móveis e imóveis, com cartões de crédito fraudados, utilizando-se, inclusive, de laranjas para assumir a propriedade e para fraudar as instituições bancárias, seja em investimento em campanha de políticos, e até nomeações de servidores fantasmas .No que se refere aos requisitos variáveis, em atencioso estudo aos autos da representação, constata-se facilmente a presença de todos eles.Como primeiro requisito apontado, tem-se a garantia da ordem pública, e aqui no conceito que se emprega, segundo as lições de Guilherme de Souza Nucci (2011, p. 63/64), envolve a própria segurança pública, demandando quesitos básicos como gravidade concreta do crime, repercussão social, maneira destacada de execução, condições pessoais negativas do autor e envolvimento com quadrilha, bando ou organização criminosa, quesitos estes todos observados no deslinde das investigações da Operação Apocalipse .Segundo apontam as investigações, alguns dos presos na Operação atuam diretamente na associação para o tráfico ilícito de drogas, enquanto os demais, beneficiam-se dos lucros adquiridos com esta prática ilícita, numa verdadeira conexão consequencial de crimes, como estelionato, peculato, lavagem de dinheiro, tráfico de influência e outros, todos oriundos da associação montada para o tráfico de drogas.Os delitos de associação ao tráfico de drogas e seu financiamento, em concurso com o crime de estelionato, são as fontes de recursos financeiros ilícitos da Organização Criminosa em comento. Isso demonstra tanto o nível de complexidade desta organização quanto seu ímpeto voltado à criminalidade, ante a diversidade de infrações por ela perpetrados.Desta forma, entre os crimes ora imputados ao grupo de criminosos, o de associação ao tráfico e o financiamento para fins de tráfico de drogas, são condutas que merecem um tratamento mais enérgico frente à hediondez equiparada. Ainda mais em razão de que os demais delitos apurados envolvem, além do flagrante prejuízo financeiro das instituições vítimas, o indevido locupletamento do grupo criminoso que utiliza os louros do crime em práticas ainda mais nefastas, tais como tráfico de drogas e financiamento de candidatos a cargos públicos. Assim, além dos fundamentos que ensejam o decreto da prisão preventiva dos ora representados, os evidentemente instrumentais, ligadas à proteção do processo penal, já declinados supra, emerge, ainda, à proteção da própria comunidade, especialmente a rondoniense, coletivamente considerada, no pressuposto de que ela seria duramente atingida pelo não-aprisionamento de autores de crimes que causam intranquilidade social, o que por via direta atinge diretamente à ordem pública.Desta feita, a existência de uma organização criminosa, dirigida para a prática de diversos crimes, como no presente caso, é por si só fundamento para a decretação da preventiva, sob o argumento do alto risco de reiteração criminosa.Além do que, havendo conluio entre os parlamentares e outros integrantes da Organização Criminosa, inclusive com os particulares por aqueles nomeados em seus respectivos gabinetes, é indiscutível a existência, in casu, da comunicação das circunstâncias subjetivas previstas no art.

312 do Código Penal, razão pela qual os particulares também devem responder criminalmente pela prática do crime de peculato desvio.Já a garantia da ordem econômica, nada mais é do que um viés da ordem pública, sendo uma espécie desse gênero, de modo que deve ser analisada sob os fatores do gênero.Segundo estimativas feitas durante a investigação, o patrimônio dos membros da Organização Criminosa ultrapassam trinta milhões de reais entre veículos e imóveis. Capaz de gerar grandes prejuízos às Instituições Bancárias e alcançando cifras milionárias, o esquema engendrado possui uma certa gama de envolvidos e, em virtude de sua magnitude, tornou-se um dos alicerces financeiros da Organização Criminosa.A Organização Criminosa, como dito, uma vez dotada de poder financeiro, investe parte desses recursos ilícitos em campanhas políticas de candidatos potencialmente vencedores, estratégia essa utilizada, atualmente, tanto na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia quanto na Câmara de Vereadores desta municipalidade.Uma vez eleito, o político apoiado pela Organização Criminosa possui, em relação a essa, como contraprestação, o dever de disponibilizar diversos cargos em comissão àquela, lotando outros integrantes da quadrilha em seu gabinete.Nesta esteira, a investigação demonstra um verdadeiro efeito cascata na seara criminosa, que deságua numa rede de crimes praticados por servidores públicos, parlamentares, empresários e particulares, o que ocasiona um grande prejuízo não somente ao erário, mas ao próprio cidadão contribuinte, tirando recursos que poderiam ser investidos em áreas sociais, como saúde, educação, transporte, e outras. Assim, a periculosidade dos representados, evidenciada no alto valor numerário que já movimentaram em poucos anos, o modus operandi da organização criminosa, com a prática de diversos crimes com envolvimento, inclusive, de diversos representantes do povo, demonstram que os requisitos de garantia da ordem pública e em que pese a argumentação da defesa, verifico que pretende discutir antecipadamente, em momento processual inadequado, a própria autoria delitiva por parte da investigada. da ordem econômica necessitam de relevância.Já o requisito da conveniência da instrução criminal, liga-se basicamente à atuação dos réus em face da captação das provas. De modo que o impedimento para a escorreita atuação estatal na colheita das provas e no regular trâmite do processo, se torna inconveniente para a soltura do requerente.A soltura do requerente muito dificultaria no deslinde das investigações, principalmente na colheita de testemunhos, tendo em vista que as duas principais testemunhas até então ouvidas, e que foram fundamentais nas investigações, passaram por situações de possível coação que merecem atenção. Luciana Dermani de Aguiar, irmã da deputada Ana da 8 , sofreu agressão física por parte de um dos representados, enquanto a testemunha Maria Eliane dos Reis Soares, falecida esposa do vereador Jair Montes, também preso pela Operação e apontado como um dos líderes da OrCrim, faleceu misteriosamente após um assalto sofrido em sua casa, onde apenas ela teria sido agredida, agressão esta que culminou com sequeles que resultaram na sua morte.Vislumbra-se, pois, que a conveniência da instrução criminal almeja assegurar a prova processual contra a ação da organização criminosa em pauta, a qual pode esvaecer provas do delito, mitigando vestígios e evidências, corrompendo, constrangendo ou ameaçando testemunhas e alhures. Sem a prisão dos membros do grupo criminoso em tela, a instrução será desnaturada.Frisa-se, que uma vez identificados todos os membros do organismo criminoso, a liberdade indevida de qualquer deles pode representar um perda irreparável para a persecução criminal, VISTO que, uma vez solto, poderá desnaturar provas importantes para o deslinde desta investigação.Para alcançar a impunidade, basta que os indiciados promovam, por si ou interpostas pessoas, ameaças às vítimas e informantes, obrigando-as a ausentarem-se do distrito da culpa, além de infundirem temor ao ponto de, por ocasião do ato processual do sumário de culpa, alterarem elas diametralmente seus depoimentos em benefício daqueles e contra a Administração da Justiça e busca da verdade real, cristalizada nos artigos 156 e 209, do CPP e 130, do CPC. Ademais, a maléfica influência do tempo sobre os fatos no decorrer da futura ação penal são fatores suficientes para a manutenção do decreto prisional. Almeja-se, pois, assegurar a prova processual contra a ação da suspeição em pauta, a qual pode esvaecer provas do delito, mitigando vestígios e evidênciasDeste modo, o cárcere dos envolvidos se mostra necessário para o regular deslinde das investigações, para a colheita de todas as provas fundamentais.No que se refere, por fim, a garantia de aplicação da lei penal, tem-se que esta se vincula, precipuamente, à potencial fuga do agente, evitando qualquer eficiência punitiva estatal.No caso em concreto, os líderes da organização criminosa, FERNANDO da GATA e BETO BÁBA , possuem antecedentes criminais, já tendo cumprido pena anterior por crime de estelionato, quadrilha e uso de documento falso (processo nº 0014105-50.2000.8.20.0001 - 8ª Vara Criminal de Natal/RN). Desta forma, ao tomar conhecimento das imputações ora lhes atribuídas, com certeza buscarão evadir-se do distrito da culpa, visando garantir a sua impunidade. Não se pode olvidar, ademais, que com os golpes engendrados, os demais membros da organização criminosa também se encontram em situação financeira favorável à tal pretensão. Manutenir a segregação cautelar não compõe ofensa aos princípios constitucionais da presunção de inocência ou do devido processo legal, ante a licença ínsita no artigo 5º, LXI, da Constituição Federal. Ainda, conforme tem-se noticiado recentemente nos veículos de informações nacionais, muitos dos investigados em Operações deflagradas pela Polícia Judiciária, esquivam-se de cooperar com as investigações, fugindo muitas vezes, inclusive, após serem agraciados por Ordem de Habeas Corpus.Assim, diante da enorme gravidade dos crimes praticados pela Organização Criminosa em comento investigada e de tudo que já exposto, se faz necessária a cautelaridade prisional dos representados, de modo a assegurar a adequada aplicação da lei penal, a conveniência da instrução criminal, e principalmente como garantia das ordens pública e econômica.Ante os fatos apresentados, a negativa de autoria e a alegação de ausência de provas são insuficientes para revogar a prisão, mormente pela gravidade dos crimes praticados, e principalmente em razão da relevante Organização Criminosa montada para a persecução de todo o aparato criminoso.Não existem vícios formais ou materiais que venham a infamar a prisão do requerente e verifico que foram asseguradas todas as garantias constitucionais, razão por que não há motivos para revogação da prisão preventiva, estando presentes todos os requisitos que asseguram a manutenção da prisão preventiva já decretada, conforme se observa.Diante do exposto, com fulcro nos artigos 312 e 313 do CPP, INDEFIRO o pedido.Intime-se.Ciência ao Ministério Público.Após, observadas as formalidades legais, arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito”

Proc.: 0017248-25.2012.8.22.0501
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Marcos Mendes Lanoecê, Harrison Lucas Lima Guimarães
SENTENÇA :
Advogado: Hélio Silva Melo Júnior OAB/RO 958Finalidade: Intimar o advogado da SENTENÇA proferida nos autos: "Trata-se de ação penal que imputa aos acusados Marcos Mendes Lanoecê, o crime do art. 180, caput, do CP e art. 33, caput, c/c art. 40, VI, ambos da Lei 11.343/06, e Harrison Lucas Lima Guimarães, o crime do art. 155, § 1º e 4º, incisos I e IV, do CP e art. 244-B, caput, da lei 8.069/90 (ECA), pois, segundo consta na denúncia, no dia 15/12/2012, em Itapuã do Oeste/RO, o denunciado Harisson, juntamente com o inimputável D. S. S., subtraiu, mediante rompimento de obstáculo, coisa alheia móvel consistente em 1 aparelho celular marca Samsung, modelo GT-S35; 1 aparelho celular marca LG, modelo E-350; 1 aparelho celular marca Sony Ericson, modelo F-305, entre outros, da vítima Wilson Dornela.No mesmo dia, mas momento antes, o denunciado Harisson corrompeu o inimputável D. S. S., à prática de ato infracional análogo ao crime de furto qualificado.Ainda no mesmo dia, o denunciado Marcos adquiriu, em proveito próprio, coisa que sabia ser produto de crime, consistente em 3 aparelhos celulares, de marca diversa, oriundos do furto narrado no primeiro fato.Consta ainda nos autos, que também no dia 15/12/2012, no centro de Itapuã do Oeste, o denunciado Marcos tinha em depósito, sem autorização legal e visando a comercialização, 29 invólucros de cocaína, perfazendo 13,15g e mais uma porção maior, perfazendo 5,95g, sendo que ele teria trocado parte da droga com o corréu Harisson, pelos celulares furtados.Os acusados foram notificados (fls. 89) e ofereceram defesa preliminar (fls. 90/91 e 93/94), mas por preencher os requisitos legais, a denúncia foi recebida (fl. 95). Citados (fl. 105), foram interrogados em juízo, onde foram ouvidas quatro testemunhas.Em alegações finais, o Ministério Público requereu a condenação dos acusados, nos termos da denúncia.A defesa de Harrison requereu a fixação da pena no mínimo legal e a compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, com relação ao crime do artigo 155, §4º, incisos I e IV, do Código Penal, e sua absolvição nos termos do artigo 386, VII, do CPP com relação ao crime do artigo 244-B, da Lei 8.069/90.A defesa de Marcos requereu a absolvição nos termos do art. 386, III, do CPP. Não sendo este o entendimento requereu a desclassificação do delito para o preVISTO no artigo 28 da Lei 11.343/06.É o relatório. DECIDO.A materialidade resta comprovada pelo auto de apresentação e apreensão de fls. 29, termo de restituição de fls. 30, laudo de exame de constatação em imóvel comercial nº 0577/2013/SCP/IC/DPT/PC/SESDEC de fls. 147/149, que constatou o rompimento de obstáculo para subtração dos objetos no interior do imóvel, e laudo de exame toxicológico definitivo (fls. 82/83) que concluiu se tratar de cocaína, a substância entorpecente apreendida, notoriamente tida como droga de uso proscrito. Relativamente à autoria, cumpre analisar as condutas dos acusados.Na fase policial Marcos negou todos os fatos a si imputados, declarando ser apenas usuários de drogas, não esclarecendo detalhes sobre os fatos. Harrison, por sua vez, também negou a autoria delitiva, declarando que apenas teria comprado um celular do adolescente David, pelo valor de R$ 10,00, mas que não sabia ser produto de crime.O adolescente David confirmou que teria furtado sozinho os aparelhos celulares e que posteriormente vendeu ao acusado Marcos, o qual seria traficante de drogas. Em juízo Marcos afirmou que comprou de Harrison um aparelho celular pelo valor de R$ 30,00, que seria pago posteriormente. Com relação a droga apreendida, disse que se destinava ao seu consumo e pagou R$ 200,00 na substância. Tem quatro filhos e ganha R$ 40,00 pela diária de seu trabalho.Harrison esclareceu que furtou quatro celulares sem a participação do adolescente David. Vendeu um dos aparelhos para o corréu pela quantia de R$ 30,00. Não trocou nenhum dos aparelhos por entorpecente. Alega que um adolescente para quem vendeu um dos aparelhos que está envolvido com a droga.A confissão parcial de Harrison com relação ao furto que praticou se coaduna com os demais elementos de prova constantes nos autos.Conforme narrado pelos policiais militares, no dia dos fatos a equipe foi acionada pela vítima Wilson Ferreira, o qual informou que havia ocorrido um furto em sua loja de conserto de celulares. Em diligências os policiais localizaram o adolescente David, que confirmou ter praticado o furto juntamente com o acusado Harrison, e este após ser localizado afirmou ter trocado parte dos objetos subtraídos por droga com o corréu.Segundo o policial Maury Moreira Mendes, após Harrison passar as informações sobre Marcos, a equipe se deslocou até a residência deste, e de pronto o acusado permitiu a entrada dos policiais, os quais lograram êxito em localizar os aparelhos.Nota-se que as declarações prestadas na delegacia e em juízo tanto por Harrison e Marcos como pelo adolescente se mostram isoladas nos autos e se destoam das informações colhidas no momento da abordagem.O que fica evidente nos autos, é que na delegacia o adolescente assumiu sozinho a autoria delitiva na tentativa de eximir Harrison de sua responsabilidade criminal, e em juízo Harrison assumiu sozinho a prática do furto, na tentativa de livrar-se da responsabilidade pelo crime de corrupção de menores, em uma clara tentativa de induzir este juízo a erro.Apesar das versões apresentadas pelos acusados e pelo adolescente, considero suficientemente comprovada a autoria delitiva com relação ao crime de furto qualificado com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, mediante concurso de pessoas, e a corrupção de menores praticados por Harrison, e também com relação ao crime de receptação praticado por Marcos, razão pela qual a condenação é medida que se impõe.Verifico, por fim, que a causa de aumento do repouso noturno é incompatível com as formas qualificadas do furto, o que é o caso dos autos. Nesse sentido é o entendimento do TJRO: Furto qualificado. Concurso de agentes. Rompimento de obstáculo. Perícia. Imprescindibilidade. Causa de aumento pelo repouso noturno. Impossibilidade. É imprescindível a realização de exame pericial para a incidência da qualificadora de rompimento de obstáculo à subtração da coisa, pois, por se tratar de infração que deixa vestígio, é necessário o exame de corpo de delito direto, por expressa determinação legal. A causa de aumento pelo repouso noturno é incompatível com as formas qualificadas do crime de furto. (Processo N. 00267915720098220016, Rel. Juiz Francisco Borges, J. 29/02/2012)Assim, afasto a causa de aumento prevista no §1º, do artigo 155, do Código Penal.No que se refere ao tráfico de drogas, o acusado Harrison afirmou em juízo que não trocou nenhum celular por droga com o corréu, no entanto, no momento da abordagem disse aos policiais que passou três aparelhos celulares a Marcos em troca de quatro porções de droga, aliás, somente através desta informação foi possível chegar até o corréu e recuperar os

celulares e apreender a droga.O policial Maury ainda esclareceu em juízo que no momento da abordagem o acusado Harrison e o adolescente David informaram que já haviam consumido a droga trocada pelos celulares.No que se refere a alegação de posse de droga para uso pessoal sustentada pelo acusado Marcos, esta não merece prosperar. O acusado quer fazer crer que possuía 29 invólucros de droga para seu consumo, no entanto além da quantidade ser incompatível o mero porte para uso pessoal, o acusado não demonstrou ter condições financeiras de comprar a quantidade apreendida, uma vez que trabalha realizando diárias a R$ 40,00, e possui quatro filhos para sustentar.Ante os fatos apresentados, a simples negativa de autoria de tráfico de drogas, por si só não elide os elementos indiciários até agora amealhados na investigação. As provas são claras e apontam o envolvimento do acusado no comércio de drogas.Comprovada a conduta imputada e considerando, sobretudo, a quantidade de droga apreendida, a maneira como a substância estava embalada, e as demais circunstâncias da prisão, concluo que estão presentes os elementos do tipo preVISTO no artigo 33, caput, c/c artigo 40, VI, todos da Lei de drogas, Lei 11.343/06.Nessas condições, o acusado Marcos deve ser condenado pelo crime de tráfico, na modalidade ter em depósito droga envolvendo adolescente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, visando a venda.PELO EXPOSTO, julgo procedente a pretensão punitiva deduzida na denúncia e, por consequência, condeno MARCOS MENDES LANOECÊ, pelos crimes do art. 180, caput, do CP e art. 33, caput, c/c art. 40, VI, ambos da Lei 11.343/06, e HARRISON LUCAS LIMA GUIMARÃES, por infração aos artigos 155, §4º, incisos I e IV, do CP e art. 244-B, caput, do ECA.Ao réu MARCOS MENDES LANOECÊO réu tem 25 anos, é solteiro, ajudante geral, não concluiu o ensino fundamental. Registra antecedentes (fls. 78/79), já tendo sido condenado por furto qualificado e porte ilegal de arma. Considerando as circunstâncias judiciais ditadas pelo artigo 59 e 68 do Código Penal, atendendo à culpabilidade (o réu tinha plena consciência da ilicitude do seu ato e fazia do crime seu meio de vida). Os antecedentes (desfavoráveis). A conduta social (reprovável). Os motivos (indignos, ditados pela ganância de obter lucro fácil e imediato). A personalidade (delitiva). As consequências do crime (só não foram piores porque ocorreu a pronta ação policial). O comportamento da vítima (a vítima a sociedade não incentivou nem contribuiu para a prática do crime, contrariamente, exige pronta e exemplar punição).Do crime do art. 33, caput, c/c art. 40, VI, ambos da Lei 11.343/06: E mais, atento ao disposto no art. 42 da Lei Antidrogas que dispõe que a natureza e a quantidade da substância entorpecente devem influenciar na fixação da pena, fixo-lhe a pena base, em fixo-lhe a pena base em 5 (cinco) anos de reclusão e pagamento de 500 (quinhentos) dias multa. Considerando a reincidência genérica, agravo sua pena em 06 meses de reclusão e 50 dias multa, art. 61, I, CP, perfazendo 05 anos e 06 meses de reclusão e 550 dias multa.Aumento em 1/6 em razão da incidência do art. 40, VI, da Lei de Tóxicos (envolvimento de adolescente), perfazendo 06 anos e 05 meses de reclusão e pagamento de 640 dias multa, que torno definitiva na ausência de outras causas modificadoras.A multa depois de liquidada perfaz o total de R$ 13.269,33 (treze mil duzentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos).Do crime do art. 180, caput, do CP: Fixo a pena base em 01 ano de reclusão e 100 dias multa.Agravo em 06 meses de reclusão e 50 dias multa, em virtude da reincidência genérica, art. 61, I, do CP, perfazendo 01 ano e 06 meses de reclusão e 150 dias multa, que torno definitiva na ausência de outras causas modificadoras. A multa depois de liquidada perfaz um total de R$ 3.110,00 (três mil cento e dez reais) e, que na falta de outras causas modificadoras, torno definitiva.Reconheço o concurso material, preVISTO no art. 69, do CP, para unificar as penas que totalizam 07 anos e 11 meses de reclusão e 790 dias multa, no valor de R$ 16.379,33.Ao réu HARRISON LUCAS LIMA GUIMARÃESO réu tem 21 anos, é solteiro, ajudante de mecânica, e disse ter concluído o ensino médio. Registra antecedentes (fls. 73/77), já tendo sido condenado por furto qualificado nesta mesma Vara Especializada, e em vara genérica, por furto simples, sendo que é indiciado em diversos inquéritos também por furto.Considerando as circunstâncias judiciais ditadas pelo artigo 59 e 68 do Código Penal, atendendo à culpabilidade (o réu tinha plena consciência da ilicitude do seu ato e fazia do crime seu meio de vida). Os antecedentes (altamente desfavoráveis, pois é evidente que o acusado se dedica à prática de furtos na capital). A conduta social (reprovável). Os motivos (indignos, ditados pela ganância de obter lucro fácil e imediato). A personalidade (delitiva). As consequências do crime (só não foram piores porque ocorreu a pronta ação policial). O comportamento da vítima (a vítima a sociedade não incentivou nem contribuiu para a prática do crime, contrariamente, exige pronta e exemplar punição).Do crime do art. 155, §4º, incisos I e IV, do CP: Fixo a pena base em 02 anos de reclusão e 150 dias multa.Agravo em 01 ano de reclusão e 100 dias multa, em virtude da reincidência específica, art. 61, I, do CP, perfazendo 03 anos de reclusão e 250 dias multa, que torno definitiva na ausência de outras causas modificadoras. A multa depois de liquidada perfaz um total de R$ 5.183,33 (cinco mil cento e oitenta e três reais e trinta e três centavos).Do crime do art. 244-B, caput, da Lei 8.069/90: Fixo a pena base em 01 ano de reclusão.Agravo em 06 meses de reclusão, em virtude da reincidência genérica, art. 61, I, do CP, perfazendo 01 ano e 06 meses de reclusão, que torno definitiva na ausência de outras causas modificadoras. Reconheço o concurso material, preVISTO no art. 69, do CP, para unificar as penas que totalizam 04 anos e 06 meses de reclusão e 250 dias multa, no valor de R$ 5.183,33.Os condenados deverão iniciar o cumprimento das penas privativas de liberdade em regime fechado, em atenção ao disposto no art. 33, §3º do CP, uma vez que a maioria das circunstâncias judiciais lhes são desfavoráveis.Igualmente inviável, a substituição ou suspensão das penas privativas de liberdade aplicadas em razão do disposto nos artigos 44 e 77, ambos do Código Penal.Determino a incineração da droga. Isento os réus das custas.Intimem-se os réus a pagarem a multa em dez dias a contar do trânsito em julgado, sob pena de inscrição em dívida ativa. Recomendo os réus na prisão onde se encontram, pois nesta condição foram processados e continuam presentes os pressupostos e fundamentos que ensejaram a manutenção da prisão em flagrante e sua conversão em preventiva.Decreto, com fundamento art. 243, Parágrafo único da Constituição Federal e art. 63, da Lei nº 11.343/06, a perda dos objetos e valores apreendidos, e não restituídos, em favor do Estado, destinando os bens ao CONEN, para leilão e aplicação dos frutos em ações de educação e prevenção ao uso de drogas, e os valores à ACUDA.P.R.I.C.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Arlen José Silva de SouzaJuiz de Direito”

Proc.: 0013992-74.2012.8.22.0501
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Róbson Alves Limoeiro, Carlos Alberto Gouveia Pereira
SENTENÇA :
Trata-se de ação penal que imputa aos acusados Carlos Alberto Gouveia Pereira, o crime do art. 180, caput, do CP e art. 33, caput, c/c art. 40, VI, ambos da Lei 11.343/06, e Robson Alves de Limoeiro, o crime do art. 157, § 2º, incisos I e II, do CP c/c art. 244-B, caput, da lei 8.069/90 (ECA), pois, segundo consta na denúncia, no dia 09/10/2012, nas confluências das ruas Mariana com União, bairro Mariana, nesta capital, o denunciado Robson, em companhia do adolescente Juarenilson B. C., mancomunados e agindo com firme propósito delituoso, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, subtraíram para eles um aparelho celular marca LG, modelo E4060f, cor preta, pertencente a vítima Eduardo Oliveira.No mesmo dia, após o roubo descrito anteriormente, o denunciado Carlos adquiriu em proveito próprio, o aparelho roubado, o qual sabia ser produto de crime.Ainda no mesmo dia, o denunciado Carlos mantinha em depósito, no interior de sua residência, sem autorização legal, visando a comercialização, 10 (dez) invólucros de cocaína, que perfaziam aproximadamente 12,96g, e 1 (um) invólucro de maconha perfazendo 1,10g.Os acusados foram notificados e ofereceram defesa preliminar, mas por preencher os requisitos legais, a denúncia foi recebida. Citados, foram interrogados em juízo, onde foi ouvida uma testemunha.Em alegações finais, o Ministério Público requereu a condenação dos acusados, nos termos da denúncia.A defesa de Robson requereu a desclassificação do crime de roubo para o de furto, considerando a atenuante da confissão, bem como o afastamento da corrupção de menores.A defesa de Carlos requereu o afastamento da causa de aumento prevista no artigo 40, VI, da Lei 11.343/06, e a fixação da pena do crime de tráfico no mínimo legal, considerando ainda a confissão espontânea. Com relação ao crime de receptação, requereu a absolvição, uma vez que o acusado não sabia que se tratava de produto de crime.É o relatório. DECIDO.A materialidade do crime de tráfico de entorpecente resta comprovada pelo auto de apresentação e apreensão de fls. 37/38, laudo de exame em arma de fogo de fls. 137/138, que comprovou que a arma estava apta aos fins a que se destina, e laudo de exame toxicológico definitivo (fls. 81/82) que concluiu se tratar de cocaína e maconha as substâncias apreendidas, notoriamente tidas como drogas de uso proscrito. Relativamente à autoria, cumpre analisar as condutas dos acusados.Na fase policial os acusados se utilizaram do direito de permanecer calado e se manifestar apenas em juízo.Na fase judicial Carlos disse que estava passando por problemas emocionais e financeiros, por isso entrou em desespero e veio a comercializar drogas. Com relação ao celular, disse que dois homens lhe ofereceram o aparelho, na oportunidade indagou se havia nota fiscal e eles disseram que depois levariam até ele, por isso comprou o aparelho, mas não sabia que se tratava de produto de crime. Robson confessou que roubou o celular juntamente com o adolescente Benício, e posteriormente vendeu o aparelho para o corréu. Não sabia que Benício era menor de idade. Corroborando a confissão dos acusados, o policial militar Paulo Moreira de Souza afirmou em juízo que no dia dos fatos sua guarnição foi acionada via CIOP para ir até a Vila Mariana atender uma ocorrência de roubo. No local, após a vítima passar as características dos infratores, um policial mais antigo sabia onde os mesmos poderiam ser encontrados.Em diligências se depararam com o acusado Robson, oportunidade em que a vítima de pronto o reconheceu. O acusado informou que o celular estava na residência do menor. Diante da informação a equipe se deslocou ao local e encontrou uma arma de fogo, sendo que o adolescente informou que havia vendido o aparelho. Na residência do comprador informada pelo adolescente abordaram o acusado Carlos, recuperaram o celular e apreenderam certa quantidade de droga.Na delegacia o policial ainda esclareceu que no momento da abordagem do adolescente, este afirmou que havia vendido o aparelho em uma boca de fumo pelo valor de R$ 60,00, sendo R$ 10,00 em espécie e R$ 50,00 em droga. Durante a abordagem encontraram R$ 10,00 com o adolescente, e a substância entorpecente ele já havia consumido.Nota-se que a confissão parcial sustentada pelo acusado Carlos se mostra fragilizada, uma vez que o policial militar foi seguro em afirmar que o adolescente indicou que havia trocado o celular em entorpecente.Não é razoável acreditar que um viciado em drogas tenha ido até uma boca de fumo vender um aparelho celular sem pegar alguma quantidade de droga em troca. Assim, a condenação pelo crime de tráfico de drogas envolvendo adolescente é o caminho mais correto a ser seguido.Da mesma forma no que se refere ao crime de receptação, embora Carlos sustente que não tinha conhecimento que o aparelho celular se tratava de produto de roubo, sua alegação carece de qualquer sustento fático probatório, razão pela qual sua condenação pelo crime de receptação é medida que se impõe.Com relação ao acusado Robson, sua confissão corrobora os demais elementos de provas, estando presentes, portanto, os elementos do tipo preVISTOS nos artigos 157, §2º, incisos I e II, c/c artigo 244-B, da Lei 8.069/90.PELO EXPOSTO, julgo procedente a pretensão punitiva deduzida na denúncia e, por consequência, condeno CARLOS ALBERTO GOUVEIA PEREIRA, pelos crimes do art. 180, caput, do CP e art. 33, caput, c/c art. 40, VI, ambos da Lei 11.343/06, e ROBSON ALVES DE LIMOEIRO, por infração aos artigos 157, §2º, incisos I e II, do CP c/c art. 244-B, caput, do ECA.Ao réu CARLOS ALBERTO GOUVEIA PEREIRAO réu tem 38 anos, é casado, soldador, e não registra antecedentes.Considerando as circunstâncias judiciais ditadas pelo artigo 59 e 68 do Código Penal, atendendo à culpabilidade (o réu tinha plena consciência da ilicitude do seu ato e fazia do crime seu meio de vida). Os antecedentes (favoráveis). A conduta social (reprovável). Os motivos (indignos, ditados pela ganância de obter lucro fácil e imediato). A personalidade (delitiva). As consequências do crime (só não foram piores porque ocorreu a pronta ação policial). O comportamento da vítima (a vítima a sociedade não incentivou nem contribuiu para a prática do crime, contrariamente, exige pronta e exemplar punição).Do crime do art. 33, caput, c/c art. 40, VI, ambos da Lei 11.343/06: E mais, atento ao disposto no art. 42 da Lei Antidrogas que dispõe que a natureza e a quantidade da substância entorpecente devem influenciar na fixação da pena, fixo-lhe a pena base, em fixo-lhe a pena base em 5 (cinco) anos de reclusão e pagamento de 500 (quinhentos) dias multa. Deixo de aplicar a atenuante da confissão espontânea em razão de já ter fixado a pena no mínimo legal, nos termos da Súmula 231 do STJ.Aumento em 1/6 em razão da incidência do art. 40, VI, da Lei de Tóxicos (envolvimento de adolescente), perfazendo 05 anos e 10 meses de reclusão e pagamento de 583 dias multa, que torno definitiva

na ausência de outras causas modificadoras.A multa depois de liquidada perfaz o total de R$ 12.087,53, cujo pagamento deverá ser feito em dez dias a contar do trânsito em julgado, sob pena de inscrição em dívida ativa.Do crime do art. 180, caput, do CP: Fixo a pena base em 01 ano de reclusão e 100 dias multa, que torno definitiva na ausência de outras causas modificadoras.A multa depois de liquidada perfaz um total de R$ 2.073,33, cujo pagamento deverá ser feito em dez dias a contar do trânsito em julgado, sob pena de inscrição em dívida ativa.Reconheço o concurso material, preVISTO no art. 69, do CP, para unificar as penas que totalizam 06 anos e 10 meses de reclusão e 683 dias multa, no valor de R$ 14.160,87.Ao réu ROBSON ALVES DE LIMOEIROO réu tem 24 anos, é solteiro, pedreiro. Registra antecedentes (fls. 96/99).Considerando as circunstâncias judiciais ditadas pelo artigo 59 e 68 do Código Penal, atendendo à culpabilidade (o réu tinha plena consciência da ilicitude do seu ato). Os antecedentes (altamente desfavoráveis, pois é evidente que o acusado se dedica à prática de crimes). A conduta social (reprovável). Os motivos (indignos, ditados pela ganância de obter lucro fácil e imediato). A personalidade (delitiva). As consequências do crime (só não foram piores porque ocorreu a pronta ação policial). O comportamento da vítima (a vítima a sociedade não incentivou nem contribuiu para a prática do crime, contrariamente, exige pronta e exemplar punição).Do crime do art. 157, 2º, incisos I e II, do CP: Fixo a pena base em 04 anos de reclusão e 150 dias multa.Agravo em 06 meses de reclusão e 50 dias multa, em virtude da reincidência, art. 61, I, do CP, perfazendo 04 anos e 06 meses de reclusão e pagamento de 200 dias multa.Aumento em 1/3 em virtude do disposto nos incisos I e II do §2º, do artigo 157, do Código Penal, tornando a pena definitiva em 06 anos de reclusão e pagamento de 266 dias multa.A multa depois de liquidada perfaz um total de R$ 5.515,07, cujo pagamento deverá ser feito em dez dias a contar do trânsito em julgado, sob pena de inscrição em dívida ativa.Do crime do art. 244-B, caput, da Lei 8.069/90: Fixo a pena base em 01 ano de reclusão.Agravo em 06 meses de reclusão, em virtude da reincidência, art. 61, I, do CP, perfazendo 01 ano e 06 meses de reclusão, que torno definitiva na ausência de outras causas modificadoras. Reconheço o concurso material, preVISTO no art. 69, do CP, para unificar as penas que totalizam 07 anos e 06 meses de reclusão e pagamento de 266 dias multa, no valor de R$ 5.515,07.Os condenados deverão iniciar o cumprimento das penas privativas de liberdade em regime fechado, em atenção ao disposto no art. 33, §3º do CP, uma vez que a maioria das circunstâncias judiciais lhes são desfavoráveis. Igualmente inviável, a substituição ou suspensão das penas privativas de liberdade aplicadas em razão do disposto nos artigos 44 e 77, ambos do Código Penal.Determino a incineração da droga. Isento os réus das custas.Recomendo os réus na prisão onde se encontram, pois nesta condição foram processados e continuam presentes os pressupostos e fundamentos que ensejaram a manutenção da prisão em flagrante e sua conversão em preventiva.Decreto, com fundamento art. 243, Parágrafo único da Constituição Federal e art. 63, da Lei nº 11.343/06, a perda dos objetos e valores apreendidos, e não restituídos, em favor do Estado, destinando os bens ao CONEN, para leilão e aplicação dos frutos em ações de educação e prevenção ao uso de drogas, e os valores à ACUDA.P.R.I.C.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0016941-71.2012.8.22.0501
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado: Alan Bruno Sena da Silva
DESPACHO :
ADVOGADA: MARIA DA CONCEIÇÃO SOUZA VERA OAB/RO 573FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO DO SEGUINTE DESPACHO VISTOS. Recebo o apelo de fls.131.As razões e contra-razões de recurso deverão ser apresentadas na instância superior no momento oportuno.Encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado para apreciação do recurso, com as homenagens de estilo.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito
Antonia Lucitânia P. Veras
Escrivã Judicial

1º Cartório de Delitos de Tóxico
Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho-RO
Juiz: Dr. Glodner Luiz Pauletto
Escrivã Judicial: Antônia Lucitânia P. Veras
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico:
pvh1toxico@tjro.jus.br

Proc.: 0017068-09.2012.8.22.0501
Expediente do dia 07/08/2013
Para publicação em 09/08/2013
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Libanes Ribeiro Schmidt
Advogada: Uda de Melo França, OAB/RO 449-A
Finalidade: intimar a advogada supracitada para apresentar alegações finais no prazo legal.
Alexandre Marcel Silva
Escrivão Substituto

Proc.: 0006471-44.2013.8.22.0501
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Condenado: Josivaldo Miranda Almeida, Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Romilson Fernandes da Silva (OAB/RO 5109), Telma Santos da Cruz (OAB/RO 3156)
DESPACHO :
FINALIDADE: INTIMAR O ADVOGADO PARA APRESENTAR AS RAZÕES DE RECURSO NO PRAZO LEGALVISTOS ,Recebo os apelos de fls. 63.Vista para as razões. Juntada as razões e contrarrazões, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para a apreciação do recurso, com as homenagens de estilo.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013 Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0012491-51.2013.8.22.0501
Ação: Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente: Wolney Marcos Bueno
Advogado: Luciano Bezerra Agra (OAB/RO 51B)
SENTENÇA :
Advogado: Luciano Bezerra Agra OAB/RO 51-BFinalidade: Intimar o advogado da DECISÃO proferida nos autos: "VISTOS. Trata-se de pedido formulado por Wolney Marcos Bueno, já qualificado, objetivando a revogação de sua prisão preventiva,

tendo em vista o decreto prisional ocorrido em 04 de julho de 2013, em razão da Operação Apocalipse , pela suposta prática do crimes consequenciais à associação para o tráfico, através da lavagem de capitais provenientes deste delito, estelionato e outros.Para sustentar o pedido, tece considerações acerca da dinâmica dos fatos em que se deu a prisão, afirmando não haver elementos comprobatórios que justifiquem sua manutenção no cárcere, eis que seria inocente.Juntou os documentos.O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pleito. Relatei brevemente. Decido.Em que pese a argumentação da defesa, verifico que pretende discutir antecipadamente, em momento processual inadequado, a própria autoria delitiva por parte do investigado.Na presente fase processual a persecução é vista sob a ótica de indícios de autoria e materialidade do delito, elementos que só poderiam ser afastados por prova cabal e segura da ausência de justa causa.Conforme se verifica nos documentos juntados, o requerente ainda não foi preso, mas teve a ordem de prisão decretada quando da deflagração da Operação Apocalipse , que culminou com a prisão de diversas pessoas envolvidas numa cadeia consequencial de delitos, oriundos primordialmente, segundo apontam as investigações, da associação montada para o tráfico, e dos dinheiros provenientes deste.O requerente é apontado nas investigações como proprietário de um veículo utilizado por um dos líderes da organização criminosa, o investigado Beto Baba. Além disso, há indícios de participação do requerente em crimes de estelionato praticados com cartões de crédito e, possivelmente, formação de quadrilha.A isso, somam-se os depoimentos dos policiais que participaram das investigações e todas as provas já elaboradas até o presente momento.De acordo com o art. 312, do CPP, a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que haja prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.A demanda para o decreto preventivo prisional requer ao menos a observância de três dos requisitos apresentados, sendo dois deles fixos, que são o indício suficiente de autoria, e a prova da existência do crime, e um terceiro variável entre os demais (garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal).Os dois requisitos fixos encontram-se latentes no pedido de representação pela preventiva, diante de todas as provas que foram amealhadas, como depoimentos, extratos bancários, perícias, interceptações telefônicas e telemáticas, filmagens etc. Os indícios de autoria e materialidade trazidos na representação apontam que todos os investigados, direta ou indiretamente compactuam com a associação montada para o tráfico de drogas, seja com a lavagem do dinheiro proveniente deste, das mais diversas formas imagináveis, por exemplo, através da compra de materiais de construção, bens móveis e imóveis, com cartões de crédito fraudados, utilizando-se, inclusive, de laranjas para assumir a propriedade e para fraudar as instituições bancárias, seja em investimento em campanha de políticos, e até nomeações de servidores fantasmas .No que se refere aos requisitos variáveis, em atencioso estudo aos autos da representação, constata-se facilmente a presença de todos eles.Como primeiro requisito apontado, tem-se a garantia da ordem pública, e aqui no conceito que se emprega, segundo as lições de Guilherme de Souza Nucci (2011, p. 63/64), envolve a própria segurança pública, demandando quesitos básicos como gravidade concreta do crime, repercussão social, maneira destacada de execução, condições pessoais negativas do autor e envolvimento com quadrilha, bando ou organização criminosa, quesitos estes todos observados no deslinde das investigações da Operação Apocalipse .Segundo apontam as investigações, alguns dos presos na Operação atuam diretamente na associação para o tráfico ilícito de drogas, enquanto os demais, beneficiam-se dos lucros adquiridos com esta prática ilícita, numa verdadeira conexão consequencial de crimes, como estelionato, peculato, lavagem de dinheiro, tráfico de influência e outros, todos oriundos da associação montada para o tráfico de drogas.Os delitos de associação ao tráfico de drogas e seu financiamento, em concurso com o crime de estelionato, são as fontes de recursos financeiros ilícitos da Organização Criminosa em comento. Isso demonstra tanto o nível de complexidade desta organização quanto seu ímpeto voltado à criminalidade, ante a diversidade de infrações por ela perpetrados.Desta forma, entre os crimes ora imputados ao grupo de criminosos, o de associação ao tráfico e o financiamento para fins de tráfico de drogas, são condutas que merecem um tratamento mais enérgico frente à hediondez equiparada. Ainda mais em razão de que os demais delitos apurados envolvem, além do flagrante prejuízo financeiro das instituições vítimas, o indevido locupletamento do grupo criminoso que utiliza os louros do crime em práticas ainda mais nefastas, tais como tráfico de drogas e financiamento de candidatos a cargos públicos. Assim, além dos fundamentos que ensejam o decreto da prisão preventiva dos ora representados, os evidentemente instrumentais, ligadas à proteção do processo penal, já declinados supra, emerge, ainda, à proteção da própria comunidade, especialmente a rondoniense, coletivamente considerada, no pressuposto de que ela seria duramente atingida pelo não-aprisionamento de autores de crimes que causam intranquilidade social, o que por via direta atinge diretamente à ordem pública.Desta feita, a existência de uma organização criminosa, dirigida para a prática de diversos crimes, como no presente caso, é por si só fundamento para a decretação da preventiva, sob o argumento do alto risco de reiteração criminosa.Além do que, havendo conluio entre os parlamentares e outros integrantes da Organização Criminosa, inclusive com os particulares por aqueles nomeados em seus respectivos gabinetes, é indiscutível a existência, in casu, da comunicação das circunstâncias subjetivas previstas no art. 312 do Código Penal, razão pela qual os particulares também devem responder criminalmente pela prática do crime de peculato desvio.Já a garantia da ordem econômica, nada mais é do que um viés da ordem pública, sendo uma espécie desse gênero, de modo que deve ser analisada sob os fatores do gênero.Segundo estimativas feitas durante a investigação, o patrimônio dos membros da Organização Criminosa ultrapassam trinta milhões de reais entre veículos e imóveis. Capaz de gerar grandes prejuízos às Instituições Bancárias e alcançando cifras milionárias, o esquema engendrado possui uma certa gama de envolvidos e, em virtude de sua magnitude, tornou-se um dos alicerces financeiros da Organização Criminosa.A Organização Criminosa, como dito, uma vez dotada de poder financeiro, investe parte desses recursos ilícitos em campanhas políticas de candidatos potencialmente vencedores, estratégia essa utilizada, atualmente, tanto na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia quanto na Câmara de Vereadores desta municipalidade.Uma vez eleito, o político apoiado pela Organização Criminosa possui, em

relação a essa, como contraprestação, o dever de disponibilizar diversos cargos em comissão àquela, lotando outros integrantes da quadrilha em seu gabinete.Nesta esteira, a investigação demonstra um verdadeiro efeito cascata na seara criminosa, que deságua numa rede de crimes praticados por servidores públicos, parlamentares, empresários e particulares, o que ocasiona um grande prejuízo não somente ao erário, mas ao próprio cidadão contribuinte, tirando recursos que poderiam ser investidos em áreas sociais, como saúde, educação, transporte, e outras. Assim, a periculosidade dos representados, evidenciada no alto valor numerário que já movimentaram em poucos anos, o modus operandi da organização criminosa, com a prática de diversos crimes com envolvimento, inclusive, de diversos representantes do povo, demonstram que os requisitos de garantia da ordem pública e da ordem econômica necessitam de relevância.Já o requisito da conveniência da instrução criminal, liga-se basicamente à atuação dos réus em face da captação das provas. De modo que o impedimento para a escorreita atuação estatal na colheita das provas e no regular trâmite do processo, se torna inconveniente para a soltura do requerente.A soltura do requerente muito dificultaria no deslinde das investigações, principalmente na colheita de testemunhos, tendo em vista que as duas principais testemunhas até então ouvidas, e que foram fundamentais nas investigações, passaram por situações de possível coação que merecem atenção. Luciana Dermani de Aguiar, irmã da deputada Ana da 8 , sofreu agressão física por parte de um dos representados, enquanto a testemunha Maria Eliane dos Reis Soares, falecida esposa do vereador Jair Montes, também preso pela Operação e apontado como um dos líderes da OrCrim, faleceu misteriosamente após um assalto sofrido em sua casa, onde apenas ela teria sido agredida, agressão esta que culminou com sequeles que resultaram na sua morte.Vislumbra-se, pois, que a conveniência da instrução criminal almeja assegurar a prova processual contra a ação da organização criminosa em pauta, a qual pode esvaecer provas do delito, mitigando vestígios e evidências, corrompendo, constrangendo ou ameaçando testemunhas e alhures. Sem a prisão dos membros do grupo criminoso em tela, a instrução será desnaturada. Frisa-se, que uma vez identificados todos os membros do organismo criminoso, a liberdade indevida de qualquer deles pode representar um perda irreparável para a persecução criminal, VISTO que, uma vez solto, poderá desnaturar provas importantes para o deslinde desta investigação.Para alcançar a impunidade, basta que os indiciados promovam, por si ou interpostas pessoas, ameaças às vítimas e informantes, obrigando-as a ausentarem-se do distrito da culpa, além de infundirem temor ao ponto de, por ocasião do ato processual do sumário de culpa, alterarem elas diametralmente seus depoimentos em benefício daqueles e contra a Administração da Justiça e busca da verdade real, cristalizada nos artigos 156 e 209, do CPP e 130, do CPC. Ademais, a maléfica influência do tempo sobre os fatos no decorrer da futura ação penal são fatores suficientes para a manutenção do decreto prisional. Almeja-se, pois, assegurar a prova processual contra a ação da suspeição em pauta, a qual pode esvaecer provas do delito, mitigando vestígios e evidênciasDeste modo, o cárcere dos envolvidos se mostra necessário para o regular deslinde das investigações, para a colheita de todas as provas fundamentais. No que se refere, por fim, a garantia de aplicação da lei penal, tem-se que esta se vincula, precipuamente, à potencial fuga do agente, evitando qualquer eficiência punitiva estatal.No caso em concreto, os líderes da organização criminosa, FERNANDO da GATA e BETO BÁBA , possuem antecedentes criminais, já tendo cumprido pena anterior por crime de estelionato, quadrilha e uso de documento falso (processo nº 0014105-50.2000.8.20.0001 - 8ª Vara Criminal de Natal/RN). Desta forma, ao tomar conhecimento das imputações ora lhes atribuídas, com certeza buscarão evadir-se do distrito da culpa, visando garantir a sua impunidade. Não se pode olvidar, ademais, que com os golpes engendrados, os demais membros da organização criminosa também se encontram em situação financeira favorável à tal pretensão. Manutenir a segregação cautelar não compõe ofensa aos princípios constitucionais da presunção de inocência ou do devido processo legal, ante a licença ínsita no artigo 5º, LXI, da Constituição Federal. Ainda, conforme tem-se noticiado recentemente nos veículos de informações nacionais, muitos dos investigados em Operações deflagradas pela Polícia Judiciária, esquivam-se de cooperar com as investigações, fugindo muitas vezes, inclusive, após serem agraciados por Ordem de Habeas Corpus.Assim, diante da enorme gravidade dos crimes praticados pela Organização Criminosa em comento investigada e de tudo que já exposto, se faz necessária a cautelaridade prisional dos representados, de modo a assegurar a adequada aplicação da lei penal, a conveniência da instrução criminal, e principalmente como garantia das ordens pública e econômica.Ante os fatos apresentados, a negativa de autoria e a alegação de ausência de provas são insuficientes para revogar a prisão, mormente pela gravidade dos crimes praticados, e principalmente em razão da relevante Organização Criminosa montada para a persecução de todo o aparato criminoso.Não existem vícios formais ou materiais que venham a infamar a prisão do requerente e verifico que foram asseguradas todas as garantias constitucionais, razão por que não há motivos para revogação da prisão preventiva, estando presentes todos os requisitos que asseguram a manutenção da prisão preventiva já decretada, conforme se observa.Diante do exposto, com fulcro nos artigos 312 e 313 do CPP, INDEFIRO o pedido.Intime-se.Ciência ao Ministério Público.Após, observadas as formalidades legais, arquive-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Arlen José Silva de SouzaJuiz de Direito”

Proc.: 0012182-30.2013.8.22.0501
Ação: Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente: Jamila Quenia de Araújo Silva
Advogado: José Cantídio Pinto (OAB/RO 1961)
SENTENÇA :
Advogado(s): José Cantídio Pinto OAB/RO 1961Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) da seguinte DECISÃO : “VISTOS. Trata-se de pedido formulado por Jamila Quênia de Araújo Silva, já qualificada, objetivando a revogação de sua prisão preventiva, tendo em vista a prisão ocorrida em 04 de julho de 2013, em razão da Operação Apocalipse , pela suposta prática do crimes consequenciais à associação para o tráfico, através da lavagem de capitais provenientes deste delito e outros, como no caso da requerente em questão, investigada de ser servidora fantasma na Assembleia Legislativa de Rondônia, bem como por participar de golpes com cartão de crédito e assim compactuar com a conexão de crimes montada pela Organização Criminosa que ora vem sendo desmantelada. Para sustentar o pedido, a defesa tece considerações acerca da dinâmica dos fatos em que se deu a prisão, afirmando não haver elementos comprobatórios que justifiquem sua

manutenção no cárcere.Juntou os documentos.O Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do pleito. Relatei brevemente. Decido.Na presente fase processual a persecução é vista sob a ótica de indícios de autoria e materialidade do delito, elementos que só poderiam ser afastados por prova cabal e segura da ausência de justa causa.Conforme se verifica nos documentos juntados, a requerente foi presa quando da deflagração da Operação Apocalipse , que culminou com a prisão de diversas pessoas envolvidas numa cadeia consequencial de delitos, oriundos primordialmente, segundo apontam as investigações, da associação montada para o tráfico, e dos dinheiros provenientes deste.A requerente foi nomeada para trabalhar no Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa de Rondônia, porém, apresentava padrão de vida incompatível com sua renda, uma vez que possuía carros de luxo, duas empresas e despesas altas. Foi constatado ainda que Jamila teve seu nome relacionado em fraudes, tendo participado como Laranja de cartões de crédito e de um dos líderes da organização criminosa, Beto Baba, juntamente com seu esposo James. Conforme apurado, o nome de Jamila possivelmente era utilizado para bens da Organização Criminosa. A isso, somam-se os depoimentos dos policiais que participaram das investigações e todas as provas já elaboradas até o presente momento.De acordo com o art. 312, do CPP, a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que haja prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.A demanda para o decreto preventivo prisional requer ao menos a observância de três dos requisitos apresentados, sendo dois deles fixos, que são o indício suficiente de autoria, e a prova da existência do crime, e um terceiro variável entre os demais (garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal).Os dois requisitos fixos encontram-se latentes no pedido de representação pela preventiva, diante de todas as provas que foram amealhadas, como depoimentos, extratos bancários, perícias, interceptações telefônicas e telemáticas, filmagens etc. Os indícios de autoria e materialidade trazidos na representação apontam que todos os investigados, direta ou indiretamente compactuam com a associação montada para o tráfico de drogas, seja com a lavagem do dinheiro proveniente deste, das mais diversas formas imagináveis, por exemplo, através da compra de materiais de construção, bens móveis e imóveis, com cartões de crédito fraudados, utilizando-se, inclusive, de laranjas para assumir a propriedade e para fraudar as instituições bancárias, seja em investimento em campanha de políticos, e até nomeações de servidores fantasmas .No que se refere aos requisitos variáveis, em atencioso estudo aos autos da representação, constata-se facilmente a presença de todos eles.Como primeiro requisito apontado, tem-se a garantia da ordem pública, e aqui no conceito que se emprega, segundo as lições de Guilherme de Souza Nucci (2011, p. 63/64), envolve a própria segurança pública, demandando quesitos básicos como gravidade concreta do crime, repercussão social, maneira destacada de execução, condições pessoais negativas do autor e envolvimento com quadrilha, bando ou organização criminosa, quesitos estes todos observados no deslinde das investigações da Operação Apocalipse .Segundo apontam as investigações, alguns dos presos na Operação atuam diretamente na associação para o tráfico ilícito de drogas, enquanto os demais, beneficiam-se dos lucros adquiridos com esta prática ilícita, numa verdadeira conexão consequencial de crimes, como estelionato, peculato, lavagem de dinheiro, tráfico de influência e outros, todos oriundos da associação montada para o tráfico de drogas.Os delitos de associação ao tráfico de drogas e seu financiamento, em concurso com o crime de estelionato, são as fontes de recursos financeiros ilícitos da Organização Criminosa em comento. Isso demonstra tanto o nível de complexidade desta organização quanto seu ímpeto voltado à criminalidade, ante a diversidade de infrações por ela perpetrados.Desta forma, entre os crimes ora imputados ao grupo de criminosos, o de associação ao tráfico e o financiamento para fins de tráfico de drogas, são condutas que merecem um tratamento mais enérgico frente à hediondez equiparada. Ainda mais em razão de que os demais delitos apurados envolvem, além do flagrante prejuízo financeiro das instituições vítimas, o indevido locupletamento do grupo criminoso que utiliza os louros do crime em práticas ainda mais nefastas, tais como tráfico de drogas e financiamento de candidatos a cargos públicos. Assim, além dos fundamentos que ensejam o decreto da prisão preventiva dos ora representados, os evidentemente instrumentais, ligadas à proteção do processo penal, já declinados supra, emerge, ainda, à proteção da própria comunidade, especialmente a rondoniense, coletivamente considerada, no pressuposto de que ela seria duramente atingida pelo não-aprisionamento de autores de crimes que causam intranquilidade social, o que por via direta atinge diretamente à ordem pública.Desta feita, a existência de uma organização criminosa, dirigida para a prática de diversos crimes, como no presente caso, é por si só fundamento para a decretação da preventiva, sob o argumento do alto risco de reiteração criminosa.Além do que, havendo conluio entre os parlamentares e outros integrantes da Organização Criminosa, inclusive com os particulares por aqueles nomeados em seus respectivos gabinetes, é indiscutível a existência, in casu, da comunicação das circunstâncias subjetivas previstas no art. 312 do Código Penal, razão pela qual os particulares também devem responder criminalmente pela prática do crime de peculato desvio.Já a garantia da ordem econômica, nada mais é do que um viés da ordem pública, sendo uma espécie desse gênero, de modo que deve ser analisada sob os fatores do gênero.Segundo estimativas feitas durante a investigação, o patrimônio dos membros da Organização Criminosa ultrapassam trinta milhões de reais entre veículos e imóveis. Capaz de gerar grandes prejuízos às Instituições Bancárias e alcançando cifras milionárias, o esquema engendrado possui uma certa gama de envolvidos e, em virtude de sua magnitude, tornou-se um dos alicerces financeiros da Organização Criminosa.A Organização Criminosa, como dito, uma vez dotada de poder financeiro, investe parte desses recursos ilícitos em campanhas políticas de candidatos potencialmente vencedores, estratégia essa utilizada, atualmente, tanto na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia quanto na Câmara de Vereadores desta municipalidade.Uma vez eleito, o político apoiado pela Organização Criminosa possui, em relação a essa, como contraprestação, o dever de disponibilizar diversos cargos em comissão àquela, lotando outros integrantes da quadrilha em seu gabinete.Nesta esteira, a investigação demonstra um verdadeiro efeito cascata na seara criminosa, que deságua numa rede de crimes praticados por servidores públicos, parlamentares, empresários e particulares, o que

ocasiona um grande prejuízo não somente ao erário, mas ao próprio cidadão contribuinte, tirando recursos que poderiam ser investidos em áreas sociais, como saúde, educação, transporte, e outras. Assim, a periculosidade dos representados, evidenciada no alto valor numerário que já movimentaram em poucos anos, o modus operandi da organização criminosa, com a prática de diversos crimes com envolvimento, inclusive, de diversos representantes do povo, demonstram que os requisitos de garantia da ordem pública e da ordem econômica necessitam de relevância.Já o requisito da conveniência da instrução criminal, liga-se basicamente à atuação dos réus em face da captação das provas. De modo que o impedimento para a escorreita atuação estatal na colheita das provas e no regular trâmite do processo, se torna inconveniente para a soltura da requerente.A soltura da requerente muito dificultaria no deslinde das investigações, principalmente na colheita de testemunhos, tendo em vista que as duas principais testemunhas até então ouvidas, e que foram fundamentais nas investigações, passaram por situações de possível coação que merecem atenção. Luciana Dermani de Aguiar, irmã da deputada Ana da 8 , sofreu agressão física por parte de um dos representados, enquanto a testemunha Maria Eliane dos Reis Soares, falecida esposa do vereador Jair Montes, também preso pela Operação e apontado como um dos líderes da OrCrim, faleceu misteriosamente após um assalto sofrido em sua casa, onde apenas ela teria sido agredida, agressão esta que culminou com sequeles que resultaram na sua morte.Vislumbra-se, pois, que a conveniência da instrução criminal almeja assegurar a prova processual contra a ação da organização criminosa em pauta, a qual pode esvaecer provas do delito, mitigando vestígios e evidências, corrompendo, constrangendo ou ameaçando testemunhas e alhures. Sem a prisão dos membros do grupo criminoso em tela, a instrução será desnaturada. Frisa-se, que uma vez identificados todos os membros do organismo criminoso, a liberdade indevida de qualquer deles pode representar um perda irreparável para a persecução criminal, VISTO que, uma vez solto, poderá desnaturar provas importantes para o deslinde desta investigação.Para alcançar a impunidade, basta que os indiciados promovam, por si ou interpostas pessoas, ameaças às vítimas e informantes, obrigando-as a ausentarem-se do distrito da culpa, além de infundirem temor ao ponto de, por ocasião do ato processual do sumário de culpa, alterarem elas diametralmente seus depoimentos em benefício daqueles e contra a Administração da Justiça e busca da verdade real, cristalizada nos artigos 156 e 209, do CPP e 130, do CPC. Ademais, a maléfica influência do tempo sobre os fatos no decorrer da futura ação penal são fatores suficientes para a manutenção do decreto prisional. Almeja-se, pois, assegurar a prova processual contra a ação da suspeição em pauta, a qual pode esvaecer provas do delito, mitigando vestígios e evidênciasDeste modo, o cárcere dos envolvidos se mostra necessário para o regular deslinde das investigações, para a colheita de todas as provas fundamentais. No que se refere, por fim, a garantia de aplicação da lei penal, tem-se que esta se vincula, precipuamente, à potencial fuga do agente, evitando qualquer eficiência punitiva estatal.No caso em concreto, os líderes da organização criminosa, FERNANDO da GATA e BETO BÁBA , possuem antecedentes criminais, já tendo cumprido pena anterior por crime de estelionato, quadrilha e uso de documento falso (processo nº 0014105-50.2000.8.20.0001 - 8ª Vara Criminal de Natal/RN). Desta forma, ao tomar conhecimento das imputações ora lhes atribuídas, com certeza buscarão evadir-se do distrito da culpa, visando garantir a sua impunidade. Não se pode olvidar, ademais, que com os golpes engendrados, os demais membros da organização criminosa também se encontram em situação financeira favorável à tal pretensão. Manutenir a segregação cautelar não compõe ofensa aos princípios constitucionais da presunção de inocência ou do devido processo legal, ante a licença ínsita no artigo 5º, LXI, da Constituição Federal. Ainda, conforme tem-se noticiado recentemente nos veículos de informações nacionais, muitos dos investigados em Operações deflagradas pela Polícia Judiciária, esquivam-se de cooperar com as investigações, fugindo muitas vezes, inclusive, após serem agraciados por Ordem de Habeas Corpus.Assim, diante da enorme gravidade dos crimes praticados pela Organização Criminosa em comento investigada e de tudo que já exposto, se faz necessária a cautelaridade prisional dos representados, de modo a assegurar a adequada aplicação da lei penal, a conveniência da instrução criminal, e principalmente como garantia das ordens pública e econômica.Ante os fatos apresentados, a negativa de autoria e a alegação de ausência de provas são insuficientes para revogar a prisão, mormente pela gravidade dos crimes praticados, e principalmente em razão da relevante Organização Criminosa montada para a persecução de todo o aparato criminoso.Não existem vícios formais ou materiais que venham a infamar a prisão da requerente e verifico que foram asseguradas todas as garantias constitucionais, razão por que não há motivos para revogação da prisão preventiva, estando presentes todos os requisitos que asseguram a manutenção da prisão preventiva já decretada, conforme se observa.Diante do exposto, com fulcro nos artigos 312 e 313 do CPP, INDEFIRO o pedido.Intime-se.Ciência ao Ministério Público.Após, observadas as formalidades legais, arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito”

Proc.: 0011385-54.2013.8.22.0501
Ação: Pedido de Busca e Apreensão Criminal
Requerente: G. de C. A. C. O. G.
Requerido: A. A.
DESPACHO :
Vara: 1ª Vara de Delitos de TóxicosProcesso: 0011385-54.2013.8.22.0501Classe: Pedido de Busca e Apreensão CriminalRequerente: Grupo de Combate Ao Crime Organizado GccoRequerido: A ApurarAdvogado: José Viana Alves - OAB/RO 2.555Intimar o advogado do seguinte DESPACHO : VISTOS ,Trata-se de pedido dos vereadores Eduardo Carlos Rodrigues e Marcelo Reis Louzeiro, de autorização para comparecimento às sessões ordinárias ou extraordinárias semanais da Câmara Legislativa.Para melhor análise determino a Distribuição, Registro e Autuação em apartado dos referidos pedidos, seguido de remessa ao Ministério Público para parecer.Intime-se e cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0012355-54.2013.8.22.0501
Ação: Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente: Alexsandro Braga Serrão
Advogado: Nilton Barreto Lino de Moraes (OAB/RO 3974)
SENTENÇA :
Advogado(s): Nilton Barreto Lino de Moraes OAB/RO 3974Finalidade: Intimar o(s) advogado(s) da seguinte DECISÃO : “VISTOS etc. ..,A parte interessada interpôs pedido de revogação de prisão preventiva, no entantoàs fls. 17-v dos autos apresentou a desistência do presente pedido.Assim, nos termos do art. 267, VII, do CPC, julgo extinto o processo. P.R.I. e, certificado o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidadeslegais.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito”

Antonia Lucitânia P. Veras
Escrivã Judicial

VARA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER

Cartório do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PORTO VELHO
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
EXPEDIENTE DO DIA 08/08/2013

Proc.: 0011286-21.2012.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Francisco de Assis Oliveira Clarindo
Advogado: Renner Paulo Carvalho (OAB/RO 3740)
Finalidade: De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. FABIANO PEGORARO FRANCO, INTIMAR o advogado acima nominado da designação de AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, a ser realizada no dia e hora abaixo mencionados, referente aos autos em epígrafe.
Data e hora da audiência: 16/09/2013 às 09: 00 horas.
Muzamar Maria Rodrigues Soares
Diretora de Cartório

Muzamar Maria Rodrigues Soares
Escrivã Judicial

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

1ª Vara do Tribunal de Júri
Juíz de Direito: Enio Salvador Vaz
Escrivã Judicial: Rosânjela Bezerra Gomes
Endereço eletrônico: pvh1juri@tj.ro.gov.br

Proc.: 0001694-50.2012.8.22.0501
Ação: Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado (Pronunci: Josevânio da Silva Oliveira
Advs: Marcos Vilela de Carvalho - OAB/RO 084 e Roberto Harlei Nobre de Souza - OAB/RO 1642
Finalidade: Intimar o advogados supra, para se manifestarem sobre quais testemunhas desejam ouvir no plenário, conforme DESPACHO abaixo:
DESPACHO :
V i s t o s.
Processo em ordem e preparado para julgamento.Aguarde-se pauta.Defiro a atualização dos antecedentes do acusado. O rol de testemunhas excedeu o limite legal, portanto, digam as partes, no prazo sucessivo de três dias, quais testemunham desejam ouvir no plenário, desde que seja o número de cinco. Intimem-se.Segue, em separado, relatório sucinto do processo, para ser juntado aos autos.Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Enio Salvador Vaz Juiz de Direito
Porto Velho, 08 de agosto de 2013.
Rosânjela Bezerra Gomes
Escrivã Judicial
1ª Vara do Tribunal de Júri
Juíz de Direito: Enio Salvador Vaz
Escrivã Judicial: Rosânjela Bezerra Gomes
Endereço eletrônico: pvh1juri@tj.ro.gov.br

Proc.: 0014761-19.2011.8.22.0501
Ação: Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Pronunciado: Samuel Ouvidio Nicolau
Advogado: SILVIO MACHADO, OAB/RO 3355
Finalidade: INTIM AÇÃO DO ADVOGADO DA DATA DO JULGAMENTO
DESPACHO :
Designo o dia 09/09/2013, às 8h30min, para ter lugar a sessão de instrução e julgamento, perante o Tribunal do Júri, durante a realização da 6ª Reunião Periódica do ano em curso.Adotem-se as medidas necessárias.Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Enio Salvador Vaz Juiz de Direito
Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2013
Rosanjela Bezerra Gomes
Escriv]a Judicial

Rosânjela Bezerra Gomes
Escrivã Judicial

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

2º Cartório do Tribunal do Júri
Juiz de Direito: José Gonçalves da Silva Filho
Escrivã Judicial: Sandra Mª L. Cantanhêde de Vasconcellos
Endereço eletrônico: pvh2juri@tjro.jus.br

Processo: 0004434-44.2013.8.22.0501
Ação: Ação penal - crime doloso contra vida - (Réu solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Izoel Dias da Silva Pião
Advogado: Leci Sabino da Silva -OAB n. 5445
Finalidade: Intimar o advogado supramencionado para apresentar Defesa Prévia nos autos do processo em epígrafe. P.R.I Porto Velho, quinta-feira, 08 de agosto de 2013. Rinaldo Barbosa de Melo - Chefe de Cartório

Sandra Maria Lima Cantanhêde de Vasconcellos
Escrivã Judicial

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações, façam-nos pessoalmente
ao Juiz ou contate-nos via internet
Endereço eletrônico:
Escrivão: phv1criminal@tjro.jus.br

Processo: 0002500-51.2013.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Herbert Berger Souza Pimenta, Amauri Magalhães Almeida
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça (OAB/RO 876), José Carlos Fogaça (OAB/RO 2960), Maria Elena Pereira Malheiros (OAB/RO 4310)
DESPACHO : VISTOS , A denúncia já foi recebida e não vislumbro na resposta do acusado alguma das hipóteses do artigo 397, do Código de Processo Penal.O recebimento da denúncia pressupõe a presença dos requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal, e a existência de lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo delito imputado.POR ISSO, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 13 de setembro de 2013, às 10h30min. Intime-se.Requisite-se e/ou depreque-se, se for o caso. Diligencie-se, pelo necessário.Porto Velho-RO, quarta-feira, 3 de julho de 2013.Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Élia Massumi Okamoto
Diretora de Cartório

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
Proc.: 0008033-88.2013.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Fábio Machado de Oliveira
Advogado: Nilton Barreto Lino de Moraes (OAB/RO 3974)
Finalidade: Intimar o advogado acima da audiência de instrução que será realizada no
dia 25/09/2013 às 8: 45 horas.
Kauê Alexsandro Lima
Escrivão Judicial
2º Cartório Criminal
Proc.: 0011982-23.2013.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Jerlisson Calixto de Araújo, Thiago Pereira da Silva
Advogado: Greyce Avello Correa - OAB/RO 5676
DESPACHO : VISTOS etc. A denúncia já foi recebida. Não vislumbro a presença de qualquer causa extintiva da punibilidade ou de absolvição sumária (arts. 395 e 397 do CPP). Para a análise dos argumentos trazidos pela defesa em sua resposta, se faz necessário um estudo mais aprofundado das provas, o que poderá ocorrer somente após a instrução processual, mesmo porque não é possível julgar o caso com base apenas nas provas colhidas na fase policial (art. 155 do CPP).Audiência de instrução para 13/9/2013 às 08h45min. Intime-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Valdeci Castellar Citon Juiz de Direito

Proc.: 0008599-08.2011.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Diego Santos Souza
Advogado: Tamara Lucia Lacerda (OAB/RO 5341), Leony Fabiano dos Santos Tavares (OAB/RO 5200), Anne Thaianna Rocha de Souza (OAB/RO 5454)
Finalidade: Intimar os advogados acima para audiência de instrução designada para o
dia 24/09/2013 às 9: 30 horas.

Proc.: 0011058-17.2010.8.22.0501
Requerente : Associação Missionária Casa do Pai
Advogado: Ezequiela Roque do Espírito Santo, OAB/RO 5602
DESPACHO : “VISTOS etc. Em atendimento ao disposto no art. 3º, Parágrafo Único da Portaria n. 001/2010 deste Juízo, foi determinado fiscalização na Entidade ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA CASA DO PAI.(...). Diante do exposto, considerando que a entidade não possui autorização de funcionamento pelos órgão públicos responsáveis pela fiscalização de suas atividades (art. 1º, letra e da Port. 001/2010), ou seja, registro nos Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho de Assistência Social e tendo em vista as irregularidades encontradas em sua prestação de contas e RELATÓRIO social, com fundamento no art. 4º da mencionada norma, determino o descadastramento da entidade ASSOCIAÇÃO CASA DO PAI neste Juízo para o recebimento de doação de valores e/ou bens oriundos de transações penais, suspensões condicionais do processo ou apreendidos nos autos de ação penal e não reclamados no prazo legal.Com as providência necessárias, arquive-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Valdeci Castellar Citon Juiz de Direito”.

Proc.: 0001795-53.2013.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Dermesson Raimundo Almeida Gomes Ou Demerson Raimundo Almeida Gomes, José Osmar do Nascimento Castro Filho
Advogado: Eliseu dos Santos Paulino (OAB/AC 3650)
SENTENÇA :
Ante o exposto, julgo procedente a denúncia e condeno DERMESSON RAIMUNDO ALMEIDA GOMES e JOSÉ OSMAR DO NASCIMENTO CASTRO FILHO à pena do art. 157, § 3º, ÚLTIMA parte, c/c art. 14, II, ambos do CP, e art. 244-B, do ECA, na forma do art. 69, do CP.Passo à dosimetria da pena.À época do fato JOSÉ OSMAR era primário, não registrava antecedentes, sua culpabilidade foi inerente ao delito praticado e as consequências de sua conduta já tipificam o delito, por estas razões, fixo a pena base em 20 (vinte) anos de reclusão para o roubo e 01 (um) ano de reclusão para a corrupção de menores. Deixo de reduzir a pena do acusado José Osmar em razão da atenuante da confissão posto que a pena já foi fixada no mínimo legal.Em razão do reconhecimento da tentativa do crime de latrocínio, e por ter JOSÉ OSMAR percorrido moderadamente o iter criminis, diminuo a pena em

1/2 (metade), fixando-a em 10 (dez) anos de reclusão. Deixo de aplicar a pena de multa por entender que o réu não possui condições financeiras de suportá-la, posto que assistido pela Defensoria Pública. Por não haver outras circunstâncias a considerar, torno esta pena em definitivo.Nos termos do art. 69 do Código Penal, a pena total aplicada ao acusado José Osmar é de 11(onze) anos de reclusão.Não aplico o § 2º, do art. 387, do CPP, vez que tal cálculo será realizado automaticamente pelo sistema quando da autuação da execução penal.Em atenção ao quantum da pena fixada e ainda ao art. 2º, §1º da Lei 8.072, fixo o regime fechado para o início do cumprimento da pena. DERMESSON é reincidente (00711298-74.2007.8.22.0501), bem como sua culpabilidade foi elevada, pois mentalmente hígido, mais que sabedor da conduta ilícita que praticava, tanto que cumpria pena no regime semiaberto quando praticou este novo crime, demonstrando possuir a personalidade desviada e sem vestígios de recuperação e conduta social incompatível com a vida em sociedade, por estas razões e as consequências de sua conduta, apesar de graves, já tipificam o delito, por estas razões, fixo a pena base em 23 (vinte e três) anos de reclusão e 15 (quinze) dias multa para o roubo e 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão para a corrupção de menores. Inexistem atenuantes a serem consideradas.DERMESSON é reincidente (0009743-17.2011.8.22.0501), razão pela qual aumento a pena para 26 (vinte e seis) anos de reclusão e 17 (dezessete) dias multa para o roubo e 01 (um) ano e 05 (cinco) meses de reclusão para a corrupção de menores. Em razão do reconhecimento da tentativa do crime de latrocínio, e por ter DERMESSON percorrido moderadamente o iter criminis, diminuo a pena em 1/2 (metade), fixando-a em 13 (treze) anos de reclusão e 10(dez) dias multa para o roubo. Nos termos do art. 69 do Código Penal, a pena total aplicada ao acusado José Osmar é de 14(quatorze) anos e 05(cinco) meses de reclusão. Por não haver outras circunstâncias a considerar, torno esta pena em definitivo.Não aplico o § 2º, do art. 387, do CPP, vez que tal cálculo será realizado automaticamente pelo sistema quando da autuação da execução penal.Pela reincidência e em atenção ao art. 2º, §1º da Lei 8.072, fixo o regime fechado para o início do cumprimento da pena.Após o trânsito em julgado, lance os nomes dos réus no rol dos culpados, proceda-se as comunicações e anotações de praxe, expeçam-se guias de execução e arquive-se.Custas pelo condenado Dermesson. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Valdeci Castellar Citon Juiz de Direito

Proc.: 0015686-15.2011.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Iracy Francisca Pinheiro, Armelindo Roman, João Pequeno Neto
Advogado: Márcio Santos (OAB/RO 838), Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843)
SENTENÇA :
VISTOS etc. O MP denunciou IRACY FRANCISCA PINHEIRO, ARMELINDO ROMAN e JOÃO PEQUENO NETO, por infração ao art. 171, §2º, inciso I, c/c artigo 29, ambos do CP, pois consta da denúncia que: no dia 09/12/2011, em horário não precisado nos autos, no estabelecimento comercial denominado Imobiliária J. P. Imóveis , localizada nesta cidade, os denunciados, obtiveram para si, vantagem ilícita consistente em vender coisa alheia como própria, em prejuízo das vítimas Roque de Matos e Tereza Estavarengo Matos. Segundo foi apurado, dias antes dos fatos, às vítimas dirigiram-se à Imobiliária J. P. Imóveis, de propriedade do denunciado JOÃO PEQUENO, com a intenção de comprar um imóvel residencial. Na ocasião, JOÃO PEQUENO descreveu um imóvel, que após demonstrar interesse no mesmo, as vítimas foram até o local para conhecer as condições do imóvel. Posteriormente, fecharam o negócio em R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), parcelados em duas vezes. Ocorre que após o dia da realização do negócio, a vítima Roque, se dirigiu a Prefeitura, para regularização do IPTU, quando fora avisada que o imóvel pertencia ao Município de Porto Velho. A vítima ainda teve acesso ao processo de Reintegração de Posse, em que a denunciada IRACY, havia sido notificada no ano de 2008, para que desocupasse o imóvel. Que IRACY e ARMELINDO confessaram que tinham conhecimento que o imóvel não era residencial, e que foram orientados pela funcionária da Prefeitura Soraya Rachid Bruxel, a vender o imóvel a pessoas que tivessem interesse em construir algum tipo de indústria. Assim o imóvel foi colocado a venda junto a imobiliária do denunciado JOÃO PEQUENO, concorrendo o mesmo para prática do crime, eis que toda negociação foi realizada diretamente entre ele e as vítimas. Recebida a denúncia, o feito seguiu o rito próprio e, encerrada a instrução, as partes apresentaram alegações finais, onde o MP reitera o pedido de condenação. A defesa de Iracy e Armelindo pede a absolvição com fundamento nos incisos I, II, IV e VII do CPP, enquanto que a defesa do acusado JOÃO PEQUENO NETO requer preliminarmente a nulidade do processo pelo cerceamento de defesa e no mérito a absolvição por não ter concorrido o réu para a prática da ação penal.É o RELATÓRIO .Decido.Da preliminar: A defesa de JOÃO PEQUENO NETO arguiu preliminar de nulidade absoluta por entender que o indeferimento de perguntas à testemunha Tadeu Aparecido de Matos Cordeiro cerceou sua defesa, alegando que truculência deste juízo e pertinência do questionamento. A pergunta foi indeferida pois não guardava relação com o esclarecimento dos fatos em apuração. Ressalto que o art. 400, §1º, garante ao Juiz que preside a audiência o poder para indeferir perguntas que sejam irrelevantes, impertinentes ou protelatórias. Nesse sentido têm decido o E. TJ/RO: Júri. Nulidade. Inocorrência. Indeferimento de pergunta. Impertinência. Ausência de relação com os fatos. Prejuízo não configurado. Crime hediondo. Progressão de regime. Possibilidade. DECISÃO do Supremo Tribunal Federal. Ao Juiz-Presidente do Júri é autorizado indeferir perguntas quando elas forem impertinentes e não tiverem relação com fatos constante dos autos, não havendo que se falar em nulidade, mormente quando ausente qualquer prejuízo à defesa do réu. (Processo n. 01720050026611, Rel. Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, J. 15/02/2007).Deste modo afasto a preliminar de nulidade posto que não restou configurado qualquer prejuízo ao acusado, até mesmo porque a pergunta foi respondida por outras testemunhas no decorrer da instrução processual.Merito: A materialidade está provada pelo registro de ocorrência policial de fls. 04/07, documento de fls. 12/45, bem como pelos depoimentos colhidos.TADEU APARECIDO DE MATOS CORDEIRO, teve seu depoimento tomado na qualidade de informante, respondendo que é filho das vítimas ROQUE e TERESA, os quais moravam em Porto Velho e tinham uma propriedade em Rolim de Moura. O depoente então orientou que eles vendessem essa propriedade para comprar um imóvel nesta cidade para que pudesse gerar renda pra eles. A venda foi feita e o depoente orientou que eles procurassem

uma imobiliária como forma de garantir uma compra segura. As vítimas então procuraram a imobiliária do acusado JOÃO. Foi negociado então o terreno indicado na denúncia e feito o pagamento em duas parcelas, com diferença de 10 dias entre elas. Foi lavrado um contrato de compra e venda. Posteriormente estiveram na SEMUR para fazer a transferência do IPTU. A funcionária informou que o imposto de 2011 estava em atraso. O IPTU foi pago e quando foram iniciar o procedimento para transferência foram informados que esse terreno tinha sido reintegrado à Prefeitura com o objetivo de ser instalado no local o setor industrial. Foi fornecido ao depoente cópia desse processo administrativo, onde consta que a acusada IRACY e seu filho RODRIGO tinham sido notificados para desocupar o imóvel. Essa notificação teria ocorrido cerca de 2 anos antes. Procuraram então os acusados IRACY e ARMELINDO e estes informaram que desconheciam esse procedimento da Prefeitura e se declararam também vítima da situação. A funcionária informou também que a acusada esteve na Prefeitura pessoalmente e foi orientada para desocupar o imóvel. Esclarece que não houve ressarcimento do valor pago e que não foi feita nenhuma pesquisa anterior quanto a situação do terreno, posto que por se tratar de uma negociação intermediada por imobiliária o mínimo exigível seria o profissional informar acerca da regularidade imobiliária do objeto em negociação. Por cerca de 01 (um) ano receberam os valores de aluguel referentes ao imóvel, suspendendo tal recebimento em razão da notificação da prefeitura. Inicialmente os acusados alegaram desconhecer tal situação de irregularidade imobiliária, contudo após apresentada a cópia do processo de retomada do imóvel eles acabaram reconhecendo que tinham conhecimento da irregularidade. Em uma das oportunidades que compareceu na prefeitura, foi orientado a criar uma empresa para viabilizar a regularização do imóvel, o que não dá certeza de retomada da propriedade do imóvel. Segundo apurou na cadeia dominial, os acusados Iracy e Armelindo eram possuidores do imóvel desde 2004, estando o IPTU em nome de terceira pessoa.RODRIGO FRANCISCO DE QUEIROZ, ouvido na qualidade de informante por ser filho da acusada IRACY, respondeu que recebeu em nome de sua mãe, a notificação da Prefeitura de Porto Velho dando conhecimento da irregularidade do imóvel e que na época os acusados Iracy e Armelindo estavam viajando e que esqueceu de entregar esse documento para eles. Se recorda também que esteve na Prefeitura junto com sua mãe, mas não se lembra muito bem da orientação dada. Em razão do tempo já transcorrido, não lembra se esteve na Prefeitura no dia seguinte da notificação recebida, conforme documentos de fls. 44 e 45. Foi o próprio depoente quem escreveu a data no documento de fl. 44. Lido o documento de fl. 45 o depoente diz que não lembra muito não dessa orientação. Reconhece sua assinatura à fl. 59 confirmando que esteve no 8º DP prestado esse depoimento, porém não se lembra o que disse ao delegado. Perguntado se foram na Prefeitura em razão da notificação recebida respondeu deve ter sido , mas não tem certeza disso. Quanto ao depoimento de fl. 59 também diz não lembra direito não . Informa que após a compra do imóvel as vítimas passaram a receber os valores referentes a aluguéis e o administram até hoje. Esclareceu que o imóvel foi comprado por sua mãe em 2004 e que na época o IPTU estava em atraso quando então ela o regularizou e continuou fazendo o pagamento regularmente. Não soube informar se o IPTU foi transferido para o nome da sua mãe, mas acredita que sim por que sua mãe sempre procura fazer as coisas certas. Os IPTU's atrasados estavam em nome do vendedor do terreno. Na localidade do imóvel existem residências, comércios e escolas. Quando o imóvel foi comprado o local chama-se Bairro Industrial e não sabe se houve mudança no nome do bairro. Sabe que lá no bairro moram várias pessoas. Soube através de sua mãe que uma funcionária da Prefeitura de nome SORAYA, ligou para ela dizendo que havia uma pessoa, salvo engano chamada FONSECA , que estava interessada em comprar esse imóvel. Não lembra se isso foi antes ou depois da notificação de fl. 44. não se recorda muito da conversa da sua mãe com a funcionária da Prefeitura quando estiveram na Prefeitura. A vítima TEREZA ESTEVARENGO DE MATOS, informou que estava interessada em comprar um terreno e por isso procurou uma imobiliária como garantia de que o negócio fosse bem realizado. Confiou no corretor, pois entendeu que ele iria verificar a documentação do terreno. Teve contato com os proprietários do imóvel somente no dia do pagamento do valor combinado. Toda negociação foi feita através do corretor, inclusive a visita ao imóvel foi acompanhada pelo corretor. Haviam dois inquilinos no imóvel. Uma inquilina desocupou o imóvel logo depois e o outro chamado RILDO permaneceu. Chegou a receber alguns aluguéis de RILDO porém quando soube que o imóvel era da Prefeitura a depoente deixou de receber os aluguéis. Sabe que RILDO ainda está no imóvel, mas não paga nenhum aluguel para a depoente. Soube que o imóvel era da Prefeitura quando foi fazer a transferência do IPTU para seu nome. Isso foi no mês de agosto de 2011. Depois procurou os proprietários do imóvel e estes alegaram que não sabiam que o imóvel era da Prefeitura, mas a depoente tem um documento onde consta que eles deveriam desocupar o imóvel em um mês. Informa que chegou a propor um acordo com os acusados para desfazer o negócio, mas não obteve êxito. Esclareceu que não recebeu nenhuma notificação para devolver o imóvel. Em razão da irregularidade a depoente abandonou o imóvel. A depoente informou aos inquilinos que o imóvel não podia ser ocupado por moradia e por isso que a outra inquilina saiu do imóvel. Chegou a pagar IPTU do imóvel. Estão tentando montar uma empresa para ver se conseguem a posse do imóvel. É seu filho que está acompanhado esse processo e não sabe que documentos ele juntou no processo. A testemunha SORAYA RACHID BRUXEL informou que a área em que está localizado o imóvel é destinada exclusivamente para indústria, e inclusive é a única casa que existia na área na época. Quando a acusada foi notificada compareceu à Prefeitura e conversou diretamente com a depoente expondo a situação e a necessidade de desocupação do imóvel até o dia 01/01/2009. Informa que tanto a acusada quanto o filho dela compareceram à sua presença e chegaram a afirmar que iriam instalar uma indústria no local. Informa que a ocupação para fins residenciais da área é irregular. Informa que em momento algum foi informado para a acusada que poderia vender o imóvel ou instalar alguma indústria, posto que o imóvel pertencia à Prefeitura e não mais à acusada. Esclarece que embora já houvesse sido determinada a perda do imóvel o IPTU ainda estava registrado no nome de Adaléia . Informa que na época em que foi procurada pela acusada a residência em questão era a única daquela área. Afirma que em nenhum momento informou à acusada Iracy que poderiam instalar uma indústria no local para tentar reverter a DECISÃO administrativa. O imóvel foi subdividido em duas partes, uma residencial e outra onde foi instalada uma marcenaria.A testemunha Maria de Nazaré Teixeira da Silva informou que é locatária do imóvel residencial em questão.

Informa que acompanhou toda a transação de compra do imóvel pela acusada Iracy, Esclareceu que foi a acusada Iracy quem alugou a outra parte do imóvel para a pessoa conhecida por Rildo, que instalou uma serralheria no local. Atualmente a parte residencial do imóvel está abandonada. Informa que quando ainda morava no local a testemunha Soraya foi até o local procurando a proprietária perguntando a ela se ela queria vender o imóvel para instalação de uma indústria, pois um industrial vizinho tinha o interesse em adquirir a área. Afirma que ouviu a conversa e em momento algum a testemunha Soraya informou que o imóvel teria que ser desocupado. Quando o imóvel foi vendido às vítimas os aluguéis passaram a ser pagos a eles, inclusive o da serralheria. No mesmo quarteirão do imóvel haviam casas de madeira e em outra área próxima havia uma escola.Paulo Roberto Catteneo informou que conhece o acusado JOÃOPEQUENO pois presta serviços de despachante para ele e tomou conhecimento dos fatos quando as vítimas compareceram até o escritório informando o ocorrido, recordando-se que o imóvel estava averbado na Prefeitura em nome de uma pessoa física mas que a área era destinada a uso industrial. Não tomou conhecimento se havia determinação para desocupação do imóvel. Soube informalmente que a Prefeitura estaria com a intenção de regularizar os imóveis residenciais da área.Ayres Kosin Gamarra informou que compareceu ao imóvel em questão para notificar os inquilinos acerca da possibilidade de venda. Informa que o acusado JOÃO PEQUENO sempre faz pesquisas para saber da possibilidade de venda dos imóveis, complementando que ele não efetua a venda sem antes realizar esta pesquisa. Informa que não viu o documento resultante da pesquisa realizada pelo acusado JOÃO.Em seu interrogatório, Iracy Francisca Pinheiro informou que não foi notificada acerca da irregularidade do imóvel. Informa que seu filho recebeu uma notificação e não lhe entregou. Afirma que não compareceu na Prefeitura para tomar ciência da irregularidade do imóvel e que a testemunha Soraya foi até o imóvel perguntar-lhe se queria vender o imóvel para uma indústria vizinha, de propriedade do Sr. Fonseca, que ofereceu um valor muito abaixo do valor real do imóvel. Esclarece que o imóvel estava alugado inicialmente para Nazaré e depois alugou outra parte para Rildo que instalou uma serralheria. Esclarece que quando Soraya compareceu ao imóvel foi informado que só poderia vender o imóvel para instalação de uma indústria, não justificando o motivo. Esclareceu que quando comprou o imóvel ele tinha IPTU, em nome da proprietária anterior de nome Adaléa. Informa que pagou todo o IPTU atrasado, à vista, mas não soube esclarecer qual o motivo de não ter transferido o IPTU para seu nome. Afirma que não sabia que o imóvel não poderia ser vendido quando efetuou a venda para as vítimas. Armelindo Roman ao ser interrogado informou que não sabia de nenhuma irregularidade do imóvel em questão.Ao ser interrogado o acusado JOÃO PEQUENO Neto informou que é corretor de imóveis a 36 anos e sempre agiu com o máximo de probidade e licitude. Informa que a área em que etá localizada o imóvel foi doada à Prefeitura por um empresário chamado Antônio Teixeira, com a finalidade de instalação do parque industrial.. Esclarece que na área doada foram construídos alguns condomínios e inclusive um conjunto habitacional da Prefeitura. Afirma que na área estão instaladas escolas, comércios, igrejas e residências, inclusive no mesmo quarteirão do imóvel foi edificado um conjunto habitacional da Prefeitura. Informa que inicialmente acreditou que o imóvel seria um resto de imóvel que alguém cadastrou e assim tornou-se proprietário. Acredita que os fatos são decorrentes do interesse da indústria metalúrgica vizinha ao terreno que queria adquirir o imóvel em questão, sendo auxiliada neste intento por uma funcionária da Prefeitura. Informa que antes de efetuar a venda verificou a cadeia dominial e o cadastro de IPTU, descobrindo que o proprietário anterior chamava-se Adaléia Lobo da Silva, sendo constatada então uma dívida de IPTU. Tal verificação se deu in loco, na própria Prefeitura. Ficou encarregado de providenciar todas as certidões negativas e intermediou inclusive o pagamento, sendo informado 10 (dez) meses depois da venda da existência do processo administrativo de retomada do imóvel. Depois que soube da irregularidade tentou providenciar a regularização e quando estava tudo certo o filho das vítimas iniciou procedimento para instalação de uma indústria de polpas no local, o que inviabilizou a regularização que estava providenciando. Esclarece que sabia que o terreno estava inserido na área que foi doada para instalação do parque industrial, não sendo verificada a origem do cadastro do IPTU somente lendo levantado que o cadastro estava em nome de pessoa física. Acredita que a destinação industrial da área doada foi desconstituída posto que inclusive foi instalado conjuntos habitacionais financiados pela Caixa Econômica. O único documento comprobatório da posse do imóvel que teve acesso foi o IPTU.Assim, passo à análise da conduta de cada acusado.Inicialmente incumbe ressaltar que o acusado Armelindo Roman nada soube informar sobre os fatos e apenas figurou nos contratos de compra e venda do imóvel por ser esposo da acusada Iracy. Da análise do conjunto probatório percebe-se que as negociações acerca do imóvel eram tratadas unicamente pela acusada Iracy, posto que Armelindo exercia a profissão de garimpeiro, devendo portanto ser afastada a sua responsabilidade pelos fatos, pelo que sua absolvição é a medida cabível.Quanto à acusada Iracy Francisca vejo que esta agiu com dolo ao efetuar a venda do imóvel posto que restou provado que sabia da irregularidade existente há cerca de 02(dois) anos e ainda assim efetuou a venda às vítimas sem informar tal situação. O depoimento da testemunha Soraya Rachid foi salutar ao informar que dias após a entrega da notificação a acusada Iracy compareceu pessoalmente à Secretaria Municipal responsável, sendo-lhe então esclarecido os motivos que ensejaram a retomada do imóvel e orientada a desocupação do imóvel. O prejuízo às vítimas está provado posto que conforme declarações de Tereza, Roque e Tadeu, os valores pagos jamais foram restituídos, sendo que Tadeu confrontou a negativa de conhecimento prévio da acusada com cópias do processo administrativo, sendo então reconhecido pela acusada e seu filho Rodrigo que tinham conhecimento prévio da irregularidade. Causa estranheza o fato de que embora tenha adquirido o imóvel em 2004, Iracy jamais transferiu, ou demonstrou ter tentado, o IPTU para seu nome. O crime em apuração é caracterizado pela característica inalienável do imóvel que embora pertencente ao próprio agente, está impedido, por força de Lei ou contrato de vendê-la. Assim, presente o elemento subjetivo do tipo penal na conduta da acusada, qual seja o dolo, que é a vontade de obter lucro indevido, posto que após tomar conhecimento da irregularidade imobiliária efetuou a venda omitindo o fato da propriedade não mais lhe pertencer. Restou ainda caracterizado o prejuízo causado à vítima mediante erro, que é a exposição da vítima a uma situação enganosa, pelo que sua conduta é típica, ilícita e culpável, devendo ser repulsada pelo Estado

com a consequente condenação pelo delito cometido.JOÃO PEQUENO Neto, profissional do ramo de imóveis há mais de 30(trinta)!!! anos alegou que desconhecia a irregularidade existente sobre o imóvel, alegando que efetuou todas as pesquisas necessárias para efetuar a venda e nada foi constatado. Contudo tal versão apresenta-se contraditória ao que foi dito pela testemunha Ayres Kosin Gamarra, que afirmou que todos os imóveis que são colocados à venda passam por prévia verificação acerca da regularidade, o que não seria diferente neste caso, posto que o próprio acusado afirma em seu depoimento que sempre efetua todos os procedimentos necessários para a venda. Deste modo, as provas dos autos apontam que o acusado JOÃO, sabendo da irregularidade do imóvel, auxiliou e intermediou a venda deste, induzindo à vítima a erro, posto que por ser corretor de imóveis registrado no conselho competente agiu de modo temerário, causando prejuízo até então não reparado às vítimas que confiaram em sua pessoa por ser profissional experiente. O dolo da sua conduta está presente pois pretendia com seus atos auferir lucro para si e para terceiros em detrimento do patrimônio da vítima que não foi ressarcida em seu prejuízo. Assim sua conduta foi típica, pois amolda-se ao disposto no art. 171, §2º, I do CP, ilícita e culpável pois incumbido de desconstituir as provas já produzidas em seu desfavor não conseguiu afastá-las, motivo pelo qual deve sofrer a repressão pelo delito cometido.No que tange à palavra das vítimas quanto ao reconhecimento do autor do delito, a Jurisprudência é bastante rica. Neste sentido, temos: Estelionato. Palavra da vítima. Harmonia com o conjunto probatório. Absolvição. Impossibilidade. Se a palavra da vítima, em harmonia com a prova testemunhal, confirma que o agente lhe induziu em erro visando auferir vantagem econômica, é caracterizado o delito de estelionato, não havendo que se falar em absolvição . (Processo n. 0030672-68.2006.8.22.0009 , Rel. Des. Juíza Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres (em substituição à desembargadora Zelite Andrarde Carneiro), J. 10/01/2013). Estelionato. Autoria e materialidade. Palavra da vítima e prova documental. Suficiência de prova. Absolvição. Impossibilidade. Pena-base. Circunstâncias judiciais desfavoráveis. Proporcionalidade. Redução incabível. Substituição por restritiva de direitos. Reincidência. Excepcionalidade. A harmonia entre as declarações das vítimas e a prova documental apontando o réu como autor do delito de estelionato prevalece sobre a tese de negativa de autoria apresentada por ele, constituindo elementos probatórios suficientes para embasare o decreto condenatório. Verificado que a pena-base foi aplicada acima do mínimo legal em razão das circunstâncias judiciais aferidas serem preponderantemente desfavoráveis, descabe a pretensa redução para o mínimo legal. Considerando a natureza do crime, praticado sem violência ou grave ameaça à pessoa, faculta-se ao juiz, quando socialmente recomendável, aplicar a substituição ao reincidente específico que não demonstra periculosidade. (Processo n. 00434370820058220009, Rel. Des. Valter de Oliveira, J. 01/12/2011).Os depoimentos são válidos e não há qualquer razão aparente ou concreta para que venham incriminar injustamente os réus. Impossível a absolvição dos acusados IRACY e JOÃO PEQUENO, pois a prova dos autos é segura, robusta e incriminatória.Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a denúncia para condenar IRACY FRANCISCA PINHEIRO e JOÃO PEQUENO NETO à pena do art. 171, § 2º, I, do CP e absolver ARMELINDO ROMAN das acusações que lhe foram imputadas nos termos do art. 386, VII do CPP.Passo à dosimetria da pena.IRACY FRANCISCA PINHEIRO e JOÃO PEQUENO NETO são primários, não registram antecedentes, a culpabilidade de ambos foi inerente ao delito praticado e, apesar das consequências de sua conduta já ser elementar do tipo, esta foi em valor elevado, pois o prejuízo da vítima foi de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), por estas razões, fixo a pena base em 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão e 15 (quinze) dias multa, cujo valor unitário fixo no mínimo legal (R$ 23,00). Por não haver outras circunstâncias a considerar, torno a pena em definitivo.Fixo o regime aberto para o início do cumprimento da pena.Por sua primariedade, substituo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, consistentes em prestação de serviço à comunidade e limitação de fim de semana, pelo prazo da pena substituída, cujo modo de cumprimento será especificado no Juízo da execução.Após o trânsito em julgado, lance o nome do réu no rol dos culpados, proceda-se as comunicações e anotações de praxe, expeça-se guia de execução e arquive-se.Custas pelos condenados.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Valdeci Castellar Citon Juiz de Direito

Proc.: 0002558-54.2013.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Willian Lowe Dutra, Romario da Silva Vieira
Advogado: José Haroldo de Lima Barbosa (RO 658 A)
SENTENÇA :
VISTOS etc. O MP denunciou WILLIAN LOWE DUTRA por infração ao art. 171, do CP, por duas vezes, art. 12, da Lei n. 10.826/03, e art. 297, do CP, e ROMÁRIO DA SILVA VIEIRA por infração ao art. 171, do CP, por duas vezes, pois consta da denúncia que: 1º FATO no dia 31.12.2012, por volta das 20h, na Lanchonete Renascer, localizada na Rua João Bortolozzo s/n, Bairro Centro, Distrito de Vista Alegre do Abunã, nesta comarca, eles obtiveram para si, mediante artifício, vantagem econômica em prejuízo da vítima Fabrícia de Morais Pereira. Segundo consta, WILLIAN e ROMÁRIO foram ao local e pediram uma caixa de cerveja, efetuando o pagamento com uma nota de R$ 100,00 falsificada, recebendo R$ 80,00 de troco da vítima, que só percebeu a falsidade depois, em razão da textura e tinta da nota estar se soltando; 2º FATO no dia 31.12.2012, por volta das 21h, no Vitória Lanches, localizado na Rua Antônio Olímpio de Lima s/n, Bairro Centro, próximo a Agropesca do André, Distrito de Vista Alegre do Abunã, nesta comarca, eles obtiveram para si,mediante artifício, vantagem econômica em prejuízo da vítima Juliana Soares Marques. Segundo consta, WILLIAN e ROMÁRIO foram ao local e pediram quatro energéticos, efetuando o pagamento com uma nota de R$ 100,00 falsificada, recebendo R$ 80,00 de troco da vítima. Após alguns minutos, Patrícia e seu patrão foram ao local e narraram ter recebido a nota falsa de R$ 100,00 como pagamento, momento em que Juliana percebeu que a nota entregue a ela também era falsa, motivo pelo qual acionaram a Polícia Militar que, em diligências, localizou os acusados; 3º FATO no dia 31.12.2012, em horário não precisado, na residência localizada na rua atrás do mercado JR, Distrito de Extrema, nesta Comarca, WILLIAN tinha no interior de sua residência uma arma de fogo do tipo garrucha , sem marca ou modelo aparentes, desmuniciada, sem autorização e em desacordo com determinação legal; 4º FATO ainda durante as diligências na residência mencionada no 3º FATO, Policiais

Militares constataram que WILLIAN falsificou, em parte, documento público, consistente em uma cédula de identidade. Conforme narra a inicial, policiais localizaram uma cédula de identidade, a qual estava pronta para colocação de foto e digital.Recebida a denúncia, o feito seguiu o rito próprio e, encerrada a instrução, as partes apresentaram alegações finais, onde o MP reitera o pedido de condenação, e a defesa pede a absolvição do acusado WILLIAM por falta de provas e o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea e aplicação de pena mínima ao acusado ROMÁRIO.É o RELATÓRIO . Decido.A materialidade está provada pelo registro de ocorrência policial de fls. 9/10, auto de apreensão de fls. 19, termos de restituição de fls. 20 e 45, documentos de fls. 53/58, 62/63, laudo de exame em papel moeda de fls. 91/97, laudo de exame em arma de fogo de fl. 185/187, bem como pelos depoimentos colhidos.Juliana e Fabrícia informam que estavam trabalhando nos estabelecimentos indicados nos 1º e 2º fatos quanto os acusados fizeram compras e efetuaram pagamentos com as notas falsificadas. Narraram os fatos como indicados na denúncia.Evaniel foi atender a ocorrência e como a viatura não tinha combustível para perseguir o veículo dos acusados, avisaram a guarnição de Extrema, onde foram presos. Foram até o local e apreenderam com a testemunha Paulo a nota de R$100,00 (cem reais) original de uma das notas falsificadas. Na casa dele foram apreendidos os demais objetos, inclusive a arma. Este morava como o acusado Willian. Na impressora foi encontrada uma nota verdadeira de R$20,00 (vinte reais) e no lixo uma folha com uma cópia desta nota. Este papel foi apreendido e reconhecido em juízo.A testemunha Paulo Roberto informou que acompanhava os acusados no momento de suas prisões. Estavam voltando para Porto Velho e no caminho pararam em dois ou três estabelecimentos em Extrema/RO, onde compraram cervejas e alguns energéticos. Não sabe informar porque da multiplicidade de compras em vários estabelecimentos. Não perguntou aos acusados o motivo das várias compras, informando que chegou a descer do veículo em uma das oportunidades. Foi detido juntamente com os acusados sob a acusação de uso de moeda falsa, sendo liberado na oportunidade e indiciados os acusados Romário e William. Os demais objetos apreendidos foram localizados no apartamento em que residia juntamente com William. Esclarece que a impressora apreendida foi localizada no quarto pertencente a William. Informa que Romário pediu uma nota de R$100,00 emprestada, sendo devolvida quando retornou à residência. Informa que a arma apreendida estava guardada embaixo da cama de William. Ressalta que o acusado Romário tinha livre acesso à sua residência e o conhecia a pouco tempo. Ao ser interrogado William informou que o acusado Romário pediu uma nota R$100,00 emprestada da testemunha Paulo. No dia dos fatos estavam voltando de Porto Velho e passaram em 2 (dois) estabelecimentos para comprar cervejas e energéticos. Compraram uma caixa de cervejas no mercado Renascer e energéticos na lanchonete e em seguida foram detidos na entrada de Extrema/RO. Ficou sabendo da falsificação efetuada por Romário somente após os fatos, sendo que ele utilizou a sua impressora para reproduzir as notas. Esclarece que o possível dia em que foi feita a falsificação o acusado Romário estava sozinho em casa posto que o depoente e Paulo haviam ido até um balneário. Informa que não percebeu que a nota entregue por Romário era falsa. A arma de fogo era de sua propriedade, uma garrucha que ganhou do avô de sua ex-esposa e estava embaixo de sua cama pois não tinha onde guardá-la. Quanto ao RG apreendido informa que baixou a imagem do Google e já estava preenchida quando efetuou esse download, sendo que apenas inseriu a assinatura. O acusado ROMÁRIO DA SILVA VIEIRA informou que os fatos se deram em razão de uma brincadeira sem graça do depoente que pegou uma nota de R$ 100,00 (cem reais) e efetuou cópias em um domingo à tarde, quando WILLIAM e Paulo estavam em um balneário. Fez as notas, recortou e guardou em sua carteira. No dia dos fatos quando voltavam para Porto Velho passaram nos estabelecimentos comerciais mencionados na denúncia e efetuaram as compras, sendo que o depoente forneceu a nota falsa para William efetuar a compra. Informa que foram efetuadas compras em 3 (três) comércios diferentes. Esclarece que efetuou a cópia de 3 (três) notas e que além da nota de Paulo utilizou ainda uma nota sua. Passo a analisar a conduta de cada acusado.WILLIAM confessou que possuía em sua residência a arma de fogo descrita na denúncia, afirmando que lhe pertencia e que ficava guardada embaixo de sua cama. Ao ser submetida a laudo de exame em arma de fogo, restou comprovada que a arma está apta a expelir projéteis, o que demonstra a potencial lesividade do instrumento. Ressalta-se ainda que a arma de fogo não é daquelas de uso restrito. O acusado WILLIAM não comprovou possuir autorização da autoridade competente para manter a arma de fogo em sua posse, tampouco apresentou o porte de arma. Quanto ao delito de estelionato verifico que este restou comprovado. Ainda que o acusado alegue que não sabia da falsificação, fez o uso das notas fornecidas por ROMÁRIO e não parece ter lhe causado estranheza o fato de lhe terem sido fornecidas notas de R$100,00 (cem reais) em suas oportunidades e momentos próximos para compras de valores consideravelmente pequenos, pelo que denota que a intenção do acusado juntamente com ROMÁRIO era desfazer-se das notas, sem importar-se com o possível prejuízo causado às vítimas.ROMÁRIO por sua vez confessa os delitos que lhe são imputados, afirmando que o fez apenas a título de brincadeira, motivo pelo qual deve ser condenado por seus atos. A tese de atipicidade da conduta apresentada pela defesa dos acusados deve ser afastada porquanto a jurisprudência é pacífica ao afirmar que a falsificação grosseira por si só não caracteriza a atipicidade da conduta pois verifica-se que as notas serviram para, concretamente, causar prejuízo a terceiros. Ademais a Súmula 73 do STJ diz que "A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual." Portanto o STJ não reconhece a atipicidade da conduta, mas apenas desloca a competência para a justiça comum, mantendo a característica ilícita do fato.Deste modo entendo estar presente e o elemento subjetivo do tipo penal na conduta dos acusados, qual seja, o dolo, que é a vontade de obter lucro vantagem ilícita em desfavor de outrem, posto que tanto WILLIAM quanto ROMÁRIO, sabedores da falsidade da moeda que portavam, trataram de utilizá-las em mais de uma oportunidade. Restou ainda caracterizado o prejuízo causado às vítimas mediante erro, que é a exposição da vítima a uma situação enganosa, pelo que suas condutas São típicas, ilícitas e culpáveis, devendo serem repulsadas pelo Estado com a consequente condenação pelos delitos cometidos.Verifico que a absolvição do acusado WILLIAM quanto ao delito descrito no art. 297, caput do CP é o melhor caminho a seguir, posto que não restou comprovada a potencialidade lesiva do documento que fora produzido, o que não representa assim risco à fé pública posto

que pelas suas características a falsificação é facilmente identificável por qualquer pessoa média .Com relação aos estelionatos, verifico ter ocorrido o crime continuado. Isso porque foram dois estelionatos praticados nas mesmas condições de tempo e maneira de execução, devendo o segundo ser considerado uma continuação do primeiro nos termos do art. 71, do CP.Ante o exposto, julgo procedente a denúncia e condeno WILLIAN LOWE DUTRA à pena do art. 171, por duas vezes, na forma do art. 71, ambos do CP, art. 12, da Lei n. 10.826/03 e ROMÁRIO DA SILVA VIEIRA à pena do art. 171, por duas vezes, na forma do art. 71, ambos do CP e absolvo WILLIAN LOWE DUTRA quanto ao art. 297 do Código Penal com fundamento no art. 386, VII do CPP. Passo à dosimetria da pena.WILLIAN é primário, não registra antecedente, sua culpabilidade foi inerente aos delitos praticados e as consequências de sua conduta já tipificam os delitos, por estas razões, fixo as penas bases em 1 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias multa, para cada um dos estelionatos e 1 (um) ano de detenção e 10 (dez) dias multa para a posse ilegal de arma de fogo.Considerando que os estelionatos foram praticados de forma continuada, aplico apenas a pena de um deles aumentada em 1/6 (um sexto), fixando-a em 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão e 12 (doze) dias multa para os estelionatos.Nos termos do art. 69, do CP, a pena total do réu WILLIAN é de 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão, 1 (um) ano de detenção e 22 (vinte e dois) dias multa, cujo valor unitário fixo no mínimo legal (R$ 23,00)Deixo de aplicar o § 2º, do art. 387, do CPP, vez que tal cálculo será realizado automaticamente pelo sistema quando da autuação da execução penal. Por não haver outras circunstâncias a considerar, torno as penas em definitivo.Fixo o regime aberto para o início do cumprimento das penas.Pela primariedade dos réus, substituo as penas privativas de liberdade por duas restritivas de direito, consistentes em prestação de serviço à comunidade e limitação de fim de semana, pelo prazo das penas substituídas, cujo modo de cumprimento será especificado no Juízo da execução.ROMÁRIO é primário, não registra antecedente, sua culpabilidade foi inerente aos delitos praticados e as consequências de sua conduta já tipificam os delitos, por estas razões, fixo as penas bases em 1 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias multa, para cada um dos estelionatos. ROMÁRIO era menor de 21 (vinte e um) anos à época do fato, no entanto, deixo de diminuir a pena em razão desta já ter sido fixada no mínimo legal. Do mesmo modo deixo de aplicar a atenuante da confissão espontânea.Considerando que os estelionatos foram praticados de forma continuada, aplico apenas a pena de um deles aumentada em 1/6 (um sexto), fixando-a em 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão e 12 (doze) dias multa.Deixo de aplicar o § 2º, do art. 387, do CPP, vez que tal cálculo será realizado automaticamente pelo sistema quando da autuação da execução penal. Por não haver outras circunstâncias a considerar, torno as penas em definitivo. Fixo o regime aberto para o início do cumprimento das penas. Pela primariedade dos réus, substituo as penas privativas de liberdade por duas restritivas de direito, consistentes em prestação de serviço à comunidade e limitação de fim de semana, pelo prazo das penas substituídas, cujo modo de cumprimento será especificado no Juízo da execução.Após o trânsito em julgado, lance os nomes dos réus no rol dos culpados, proceda-se as comunicações e anotações de praxe, expeçam-se guias de execução e arquive-se.Proceda-se o levantamento dos valores apreendidos com os acusados para pagamento dos valores de custas e multa e havendo saldo, restitua-se aos acusados. Não sendo suficiente o valor para pagamento, intime para pagamento no prazo legal.Proceda-se à devolução dos objetos apreendidos aos legítimos proprietários. Quanto aos perecíveis, certifique-se a validade e proceda-se a destruição.Custas pelos condenados.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Valdeci Castellar Citon Juiz de Direito

Proc.: 0114313-59.2008.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Uilson Oliveira Almeida, Arlindo Pulqueiro da Silva Neto
Advogado: Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553), João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
SENTENÇA :
VISTOS etc. O MP denunciou ARLINDO PULQUEIRO DA SILVA NETO, por infração ao art. 157, §2º, inciso I e II e § 3º, última parte, ambos do CP, pois consta da denúncia que no dia 17/09/2008, por volta das 19h30min, em uma chácara de propriedade da empresa Votorantin, localizada na rua Piloto, próximo ao posto da Polícia Rodoviária Federal da BR 364, sentido Cuiabá, nesta cidade, ARLINDO, juntamente com um terceiro identificado como Edmilson Oliveira de Almeida (falecido em 17/09/2008) e outra pessoa não identificada, mediante violência à pessoa exercida com emprego de arma de fogo, subtraiu coisa alheia móvel consistente em 01 (um) revólver, marca Rossi, Calibre 38, modelo 941, capacidade para seis cartuchos, amar raiada, cano de 4; 01 (um) aparelho celular, marca Nokia, modelo 1208, pertencentes à empresa vítima Votorantin. Segundo apurado, os infratores, munidos de arma de fogo, adentraram no endereço supra e renderam a vítima Antônio Domingos Souza Filho, vigilante da referida empresa, porém, este reagiu afirmando que iria pegar sua arma, momento em que ARLINDO efetuou um disparo que atingiu o peito da vítima, causando-lhe ferimentos que levaram à sua morte. Em seguida ARLINDO subtraiu o revólver e celular da vítima Antônio e evadiu-se com os demais infratores em uma motocicleta Honda Titan 125, placa NCK 0479, passando a ser perseguidos quando alcançaram a Av. Amazonas com Mamoré, momento em que se desequilibraram em caíram. Nesse momento ARLINDO tentou continuar a fuga a pé, sendo logo capturado e Edmilson buscou continuar a fuga de motocicleta, vindo a colidir com uma das viaturas, o que causou sua morte. Recebida a denúncia, o feito seguiu o rito próprio e, encerrada a instrução, as partes apresentaram alegações finais, onde o MP reitera o pedido de condenação, e a defesa pede preliminarmente a nulidade do processo e no mérito a absolvição do acusado nos termos do art. 386, IV, V e VII do CPP.É o RELATÓRIO . Decido.Da preliminar: A defesa requer a nulidade processual sob o argumento de cerceamento de defesa posto que em sua visão este juízo foi arbitrário ao não designar nova audiência para interrogatório do acusado, que apesar de intimado, deixou de comparecer à solenidade designada para o dia 5/6/2013, sob o argumento de que estaria acometido por doença que o impossibilitou de comparecer, sendo naquela oportunidade apresentado um atestado médico, datado do dia 4/6/2013, com a CID 10: A90 (dengue clássica). Ocorre que tal atestado é datado de 04.06.2012 e concedia ao acusado 01 (um) dia de repouso das atividades laborais, logo, cessados os efeitos no dia 5/6/2013, não ficando assim

comprovada a impossibilidade de comparecimento. Ressalto ainda que o referido atestado não declara expressamente a impossibilidade de locomoção do acusado no dia da audiência, pelo que não foi conhecido como causa para elidir sua ausência. Ademais, verifico que a defesa técnica do acusado se fez presente na solenidade para a oitiva das testemunhas. Assim, mantenho a revelia decretada pelos seus próprios fundamentos. No mérito.A materialidade está provada pelos registros de ocorrência policial de fls. 06 e 10/11, certidão de óbito de fls. 19, laudo de exame tanatoscópico de fls. 48/50, laudo de exames em arma de fogo e cartuchos balísticos de fls. 181/183, auto de apreensão de fls. 184, laudo de avaliação merceológica indireta de fls. 185, laudo de exame em local de ação violenta de fls. 212/216, bem como pelos depoimentos colhidos.O Policial Militar Gledson Moreira de Souza esclareceu que sua guarnição recebeu a notícia do roubo via CIOP quando aVISTO u uma motocicleta em alta velocidade, fizeram acompanhamento e iniciaram a perseguição. Em dado momento o condutor da motocicleta perdeu o controle e caiu. Uma pessoa seguiu com a motocicleta e o outro seguiu em sentido contrário. O condutor da motocicleta veio a colidir com uma viatura da polícia vindo a falecer. Esclarece que um cidadão chamou a polícia informando que uma pessoa jogou uma arma de fogo próximo ao local da queda da motocicleta, informando ainda que essa pessoa tinha uma mancha no rosto.A testemunha Marco Antônio Gomes de Lima informou que estava em frente à sua casa quando viu uma motocicleta caindo próximo à esquina. O condutor da motocicleta levantou e seguiu enquanto que o carona seguiu em direção ao depoente, sendo que alguns metros antes fez um gesto similar ao arremesso de algum objeto. Essa pessoa seguiu caminhando em direção ao depoente e tirou o capacete. Após a viatura da polícia passar essa pessoa foi embora. Esclarece que essa pessoa aparentava ter uma mancha de sangue no rosto. Populares encontraram a arma de fogo no matagal, em local coincidente com o da queda do objeto lançado. Em tentativa de reconhecimento a testemunha afirmou que o porte físico do acusado é parecido com o daquela pessoa que viu no dia dos fatos. Quanto à mancha no rosto mencionada não tem certeza se realmente é uma mancha ou era um sangramento.A testemunha Edvaldo Alves dos Santos informa que estava em frente à sua casa juntamente com seu vizinho quando ocorreu a queda. Acrescenta que foi o depoente quem encontrou arma de fogo. Informa que o acusado tem a fisionomia parecida com a pessoa que lançou a arma de fogo próximo ao local da queda. No dia dos fatos não chegou a ver o rosto daquela pessoa.Francisco de Assis Bezerra da Silva informa que era gerente da empresa onde a vítima trabalhava no dia dos fatos. Soube pela polícia que os autores do crime eram dois e que um deles havia falecido em um acidente de moto e o outro estaria preso. O revólver apreendido nos autos não era da empresa. Marcus Antônio informa ter vendido a motocicleta indicada na denúncia para a pessoa de Uilson. Soube da morte dele através de Rangel, como consta de seu depoimento de fls. 99. Confirmou Rangel e Mancha , que é o acusado Arlindo, pediram para ele buscar moto na delegacia, pois este tinha participado do delito descrito na denúncia, por isto não podia ir à Delegacia buscar a moto.José de Oliveira informou que é segurança patrimonial e que no dia dos fatos ainda pela manhã dois rapazes usando uma motocicleta chegaram ao local dos fatos e perguntaram se naquele lugar tinha verdura para vender, o depoente achou a situação estranha e falou para eles que não. Então eles foram até o outro portão da propriedade e fizeram a mesma pergunta, sendo que o depoente evitou contato com eles e mandou-os ir embora, sendo então avisado tal fato à polícia. Já durante a tarde os mesmos rapazes voltaram ao local e passaram só olhando . Esclarece que um dos rapazes tinha uma mancha no rosto. Por volta das 19: 00hs a vítima chegou ao local e pouco tempo depois o depoente voltou para avisá-lo dos fatos envolvendo os suspeitos. Chegou a ver o acidente de moto que vitimou o Uilson. Poucas horas depois ficou sabendo dos fatos ocorridos em seu local de trabalho. Mostrada a fotografia do acusado Arlindo o depoente reconheceu como a pessoa que esteve na chácara no dia dos fatos.A concatenação das provas produzidas em juízo aponta para a efetiva participação do acusado no crime descrito na denúncia. Os componentes da guarnição da polícia militar que atenderam a ocorrência informaram que tão logo tiveram a notícia do fato informada pelo rádio avistaram uma motocicleta em atitude suspeita e então passaram a acompanhá-la sendo certo que no trajeto a dupla que a montava separou-se em virtude de uma queda da motocicleta, sendo que o acusado seguiu à pé e o outro acabou falecendo em virtude de acidente de trânsito durante a perseguição. As testemunhas Marco Antônio e Edvaldo, que moram ao próximo ao local da queda, visualizaram o acusado e informaram que este lançou um objeto para longe e em seguida passou na frente deles, sendo informado que tal pessoa tinha uma mancha no rosto, não sabendo precisarem a origem desta.Já o segurança José de Oliveira reconheceu o acusado como uma das pessoas que, em uma motocicleta semelhante à usada no roubo, compareceu ao local dos fatos em atitude suspeita, reconhecendo o acusado como sendo uma das pessoas que estiveram no local. Corroborando este pensamento temos o depoimento de Marcos Antônio que informou que Rangelson e Mancha , que é a pessoa do acusado, pediram a ele que buscasse a motocicleta na delegacia pois eles haviam praticado o fato descrito na denúncia, versão esta idêntica à apresentada em sede inquisitorial, motivo pelo qual não vislumbra-se contradições e têm-se por válido seu depoimento, não havendo motivos para acolher a tese defensiva que tenta questionar a veracidade do depoimento da testemunha, chegando quase ao extremo de imputar-lhe a prática delituosa. Ao ser ouvido na delegacia de polícia, assegurado o direito constitucional ao silêncio, o acusado narrou os fatos em consonância com o descrito na denúncia e em harmonia com as demais provas colhidas nos autos. Informou naquela oportunidade que em comunhão de esforços com Uilson decidiu realizar um roubo no local dos fatos, e para tanto chegaram a ir ao local durante o dia para estudá-lo . Já durante a noite voltaram ao local e lá chegando o segurança tentou reagir, momento em que foi alvejado por um disparo, segundo ele efetuado por Uilson. Após, saíram em fuga e foram perseguidos pela PM, sendo que separaram-se em razão de uma queda e Uilson faleceu em decorrência de acidente de trânsito. Sobre o valor probatório de confissão extrajudicial, colhe-se na jurisprudência o seguinte entendimento: Em regra, a prova constante do inquérito policial não deve ser desprezada, mormente em casos em que o delito ocorre sob clandestinidade, como o furto. As confissões nele obtidas regularmente e estando seus termos em consonância com as demais circunstâncias dos autos, têm alto valor probante e podem ser aceitas, se não elididas na fase judicial (RT 421/267).In casu, a confissão extrajudicial encontra respaldo nos demais elementos de prova coligidos.Entendo que, apesar da denúncia, restou praticado apenas um delito, o roubo

qualificado pela morte da vítima, posto que não há como vislumbrar a existência de desígnios diversos entre os fatos narrados na denúncia.Assim, provada a materialidade e autoria, a condenação é impositiva.Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a denúncia e condeno ARLINDO PULQUEIRO DA SILVA NETO à pena do art. 157, § 3º, última parte, do CP.À época dos fatos ARLINDO registrava antecedentes, no entanto, este será considerado apenas para efeitos de reincidência, assim, sua culpabilidade foi inerente ao delito praticado, bem como sua conduta, as circunstâncias e as consequências já tipificam o delito, por estas razões fixo a pena base em 20 (vinte) anos de reclusão e 10 (dez) dias multa.Inexistem atenuantes a serem analisadas.ARLINDO é reincidente (501.2006.016224-0), razão pela qual aumento a pena para 20 (vinte) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 12 (doze) dias multa, cujo valor unitário fixo no mínimo legal (R$ 23,00). Por não haver outras circunstâncias a considerar, torno esta pena em definitivo.Em razão da quantidade de pena aplicada, bem como por ser crime hediondo, fixo o regime fechado para o início do cumprimento da pena.Após o trânsito em julgado, lance o nome dos réus no rol dos culpados, proceda-se as comunicações necessárias, expeça-se guia de execução e arquive-se.Custas pelo condenado.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Valdeci Castellar Citon Juiz de Direito

Proc.: 0011479-36.2012.8.22.0501
Ação: Seqüestro
Requerente: Marco Antônio de Lellis
Advogado: Lucas Gustavo da Silva (OAB/RO 5146), Antônio Figueiredo de Lima Filho (OAB/RO 5116)
Requerido: A Apurar
DESPACHO :
VISTOS etc. Oficie à autoridade policial solicitando informações quanto a conclusão do inquérito.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Valdeci Castellar Citon Juiz de Direito

Proc.: 0011829-87.2013.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Márcio César Silva Gomes
Advogado: Telson Monteiro de Souza (OAB/RO 1051)
Finalidade: Intimar o advogado acima nominado do DESPACHO abaixo:
DESPACHO : VISTOS etc.A denúncia já foi recebida. Não vislumbro a presença de qualquer causa extintiva da punibilidade ou de absolvição sumária (arts. 395 e 397 do CPP). Para a análise dos argumentos trazidos pela defesa em sua resposta, se faz necessário um estudo mais aprofundado das provas, o que poderá ocorrer somente após a instrução processual, mesmo porque não é possível julgar o caso com base apenas nas provas colhidas na fase policial (art. 155 do CPP).Audiência de instrução para 13/9/2013 às 09h30min. Intime-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Valdeci Castellar Citon Juiz de Direito
Kauê Alexsandro Lima
Escrivão Judicial

2º Cartório Criminal
Proc.: 0009488-88.2013.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Luis Felipe Gomes Barboza
Advogado: Marcus Vinicius da Silva Siqueira (OAB/RO 5497)
Finalidade: Intimar o advogado acima da audiência de instrução que foi designada para o dia 25/09/2013 às 8: 00 horas.

Kauê Alexsandro Lima
Escrivão Judicial

3ª VARA CRIMINAL

3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho-RO
Juiz: Franklin Vieira dos Santos
Escrivã Judicial: Rosimar Oliveira Melocra
Endereço eletrônico: pvh3criminal@tjro. jus. br

Proc.: 0010137-53.2013.8.22.0501
Ação: Embargos de Terceiro
Embargante: Felipe Rogério da Silva Pinheiro
Advogado: Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3646)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Finalidade: Intimar a defesa do requerente para que proceda juntada do documento original fls. 33 ou cópia devidamente autenticada, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento do pedido.
Publicação n._____ Em 09.08.2013
Rosimar Oliveira Melocra
Diretora de Cartório

Rosimar Oliveira Melocra
Escrivã Judicial

1º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

1º Cartório de Execuções Fiscais
SUGESTÕES, RECLAMAÇÕES OU ELOGIOS, FAVOR ENCAMINHÁ-LOS AOS E-MAILS: pvh1fiscais@tjro.jus.br / ouvidoria@tjro.jus.br, OU PESSOALMENTE NA SEDE DO JUÍZO sito À Rua Gonçalves Dias, nº 192 - Centro, CEP: 76801-076 FONE: (69) 3217-1237. FAX: (69) 3217-1239
Juíza de Direito : Fabíola Cristina Inocêncio
Diretor de Cartório: Bel. José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo

Proc.: 0008945-33.2013.8.22.0001
Ação: Carta Precatória (Cível)
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Samuel Alvarenga Gonçalves ( )
Requerido: Maria Eliana de Aquino Borges Arantes
Advogado: Odair Flauzino de Moraes (RO 115-A)
Termo de Deliberação da Audiência: Iniciados os trabalhos, observou-se que não consta nos autos os quesitos/perguntas que teriam sido formulados pela requerida, não se podendo saber nem mesmo se a parte efetivamente formulou tais perguntas/quesitos. Isso porque, conforme documento de fls. 411, concedeu-se prazo de quinze dias para a prática do ato, sendo a parte intimada com vista dos autos no dia 15 de outubro

de 2012, não havendo mais nenhum documento juntado na cópia dos autos em mídia digital que veio acostada aos autos. Assim, considerando possível equívoco na confecção da carta precatória, e ainda requerimento formulado pela testemunha EDMUNDO MACHADO NETO, redesigno audiência para o dia 24 de setembro de 2013, às 10 horas. Oficie-se ao Juízo deprecante, solicitando que encaminhe, se for o caso, as perguntas formuladas pela parte requerida para que sejam objeto de indagação às testemunhas. Intime-se a testemunha EDMUNDO MACHADO NETO. Os presentes saem intimados. - Alencar das Neves Brilhante, Juiz de Direito.
José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo
Diretor de Cartório

1º Cartório de Execuções Fiscais
SUGESTÕES, RECLAMAÇÕES OU ELOGIOS, FAVOR ENCAMINHÁ-LOS AOS E-MAILS: pvh1fiscais@tjro.jus.br / ouvidoria@tjro.jus.br, OU PESSOALMENTE NA SEDE DO JUÍZO sito À Rua Gonçalves Dias, nº 192 - Centro, CEP: 76801-076 FONE: (69) 3217-1237. FAX: (69) 3217-1239
Juíza de Direito : Fabíola Cristina Inocêncio
Diretor de Cartório: Bel. José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo

Proc.: 0016175-29.2013.8.22.0001
Ação: Carta Precatória (Cível)
Requerente: Tka Guindastes IndÚstrias e ComÉrcio Ltda
Advogado: Ciane Maneguzzi (OAB/RS 78174)
Requerido: Metalurgica Amazonia Esquadrias de Ferro Ltda EPP
Custas Judiciais:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais e apresentar instrumento procuratório, sob pena de devolução da carta precatória.

Proc.: 0016176-14.2013.8.22.0001
Ação: Carta Precatória (Cível)
Requerente: Elaine Isabel de Oliveira
Advogado: Urano Freire de Moraes (OAB-RO 240-B)
Custas Judiciais:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de devolução da carta precatória.

Proc.: 0016177-96.2013.8.22.0001
Ação: Carta Precatória (Cível)
Requerente: Maria da Cruz de Oliveira
Advogado: Alexandre de Oliveira Brito (OAB/SP 202518)
Requerido: José Duarte Talin Araujo, Posto de Molas Minuano Ltda
Custas Judiciais:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de devolução da carta precatória.

José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo
Diretor de Cartório

2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

2º Cartório do Juizado Especial Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET. ENDEREÇO ELETRÔNICO: pvh2jespcivel@tjro.jus. br
JUIZ: JOSÉ TORRES FERREIRA
DIRETORA DE CARTÓRIO: APARECIDA MARIA DA SILVA FERNANDES

Proc: 1003708-78.2012.8.22.0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Centro Educacional Mojuca(Requerente)
Advogado(s): Ricardo Fávaro Andrade(OAB 2967 RO)
Patricia da Silva(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte autora da certidão acostada nos autos, que passo a transcrever:
Certidão: Certifico que o mandado de citação/intimação foi expedido. Certifico ainda que a parte autora será intimada da audiência designada no movimento 34, via DJE, (Audiência de Conciliação para 8 de outubro de 2013 ás 12: 00 hs).

Proc: 1000524-80.2013.8.22.0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Unidas Acessorios de Veiculos Ltda(Requerente)
Advogado(s): Nilva Salvi(OAB 4340 RO)
José Roberto Franchetto(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte autora da audiência de conciliação designada para o dia 16 de outubro de 2013 às 11: 30h,constante no movimento 11, a ser realizada nas dependências do 2º Juizado Especial Cível desta comarca

Proc: 1005971-83.2012.8.22.0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
ATLANTA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA(Requerente)
Advogado(s): FLAVIO PINHO FERREIRA(OAB 1816 RO)
Alexandre Pereira Guimaraes(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte autora da certidão acostada nos autos, que passo a transcrever:
Certidão: Certifico que o mandado de citação/intimação foi expedido. Certifico ainda que a parte autora será intimada da audiência designada no movimento 23, via DJE, (Audiência de Conciliação para 3 de outubro de 2013 às 12: 00 hs).

Proc: 1004496-92.2012.8.22.0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
AGOSTINHO ALVES DA SILVA(Requerente)
Advogado(s): Maria Goreti de Oliveira(OAB 3199 RO), José Reinaldo de Oliveira(OAB 5766 RO)
CLARO S/A(Requerido)
Advogado(s): Israel Augusto Alves Freitas da Cunha(OAB 2913 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte ré da certidão acostada nos autos, que passo a transcrever:

Certidão: Face apresentação dos valores transferidos junto à Caixa Econômica Federal, a parte ré será intimada para apresentar Impugnação à Penhora "on line", caso queira, ou concordar com os valores bloqueados em prol do autor, no prazo de 15 (quinze) dias.
Proc: 1006201-62.2011.8.22.0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Gumercindo das Neves Junior(Autor)
Advogado(s): Carla Begnini Pinheiro(OAB 778 RO)
Azul Linhas Aéreas Brasileira (Trip - Linhas Aéreas S/A(Requerido)
Advogado(s): Rodrigo Reis Ribeiro(OAB 1659 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte autora da certidão acostada nos autos, que passo a transcrever:
Certidão: Em razão do Requerimento, será expedido mandado para intimação do Autor para efetuar o pagamento dos honorários referentes à condenação na Turma Recursal, conforme petição acostada pelos patronos da Trip. Prazo de 10 dias para pagamento e apresentação nos autos.

Proc: 1001431-26.2011.8.22.0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
MARIA DAS GRAÇAS COSTA OLIVEIRA(Requerente), M. G. C. Oliveira-me(Requerente)
Advogado(s): Maria Goreti de Oliveira(OAB 3199 RO)
BANCO BRASIL(Requerido)
Advogado(s): Karina de Almeida Batistuci(OAB 4571 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte ré das certidões acostadas nos autos, que passo a transcrever:
Certidão: Face apresentação dos valores transferidos junto à Caixa Econômica Federal, a parte ré será intimada para apresentar Impugnação à Penhora "on line", caso queira, ou concordar com os valores bloqueados em prol do autor, no prazo de 15 (quinze) dias.
Certidão: Certifico que os advogados que consta na petição de movimento 76 não tem poderes para subscrevê-la, assim como a advogada LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS - OAB/PR 8.123 não tem poderes para substabelecer. Portanto todas as publicações serão realizadas em nome da advogada KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - OAB/RO 4.571, conforme procuração constante no movimento 21.5.

Proc: 1002213-62.2013.8.22.0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Jaiede Maria do Socorro(Requerente)
Advogado(s): Antônio Carlos Mendonça Tavernard(OAB 4206 RO)
Banco GMAC S. A.(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte autora da audiência de conciliação, movimento 21, designada para o dia 17 de outubro de 2013 às às 12: 00h, a ser realizada nas dependências do 2º Juizado Especial Cível desta comarca.

3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

3ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital
Juiz de Direito Substituto: Rogério Montai de Lima
Diretor de Cartório - Escrivão: Evaldo da Costa Farias
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ou via internet: pvh3jespcivel@tjro.jus.br

Proc: 1000866-22.2012.8.22.0603
Ação: Petição (Juizado Cível)
VANESSA LIMA PANTOJA(Requerente)
Advogado(s): Luciana Xavier Gaspar de Souza(OAB 4903 RO)
Acerte Comércio de Motos Ltda(Requerido), Kasinski Administradora de Consórcio S/C Ltda(Requerido), CAVALCANTE FLORES LTDA(Requerido)
Advogado(s): NOÊMIA FERNANDES SALTÃO(OAB 1355 RO)
OAB: 108.273 SP
VANESSA LIMA PANTOJA(Requerente)
Advogado(s): Luciana Xavier Gaspar de Souza(OAB 4903 RO)
Acerte Comércio de Motos Ltda(Requerido)
Advogada: NOÊMIA FERNANDES SALTÃO(OAB 1355 RO),
Kasinski Administradora de Consórcio S/C Ltda(Requerido
Advogada: MARIA DE FÁTIMA MOREIRA (OAB/SP 108.273),
CAVALCANTE FLORES LTDA(Requerido)
Finalidade: Intimar as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para comparecerem à Audiência de Instrução e Julgamento redesignada para o dia 20 de Agosto de 2013 às 09: 00 horas, na sala de audiências deste 3º Juizado Especial Cível, podendo trazer até 03 (três) testemunhas, independente de intimação, e demais provas que desejarem produzir. Ressaltando que: A ausência injustificada do requerente resultará em extinção e arquivamento do feito com condenação nas custas e despesas processuais. A ausência injustificada do requerido poderá ensejar o mesmo aos efeitos da revelia.
Porto Velho, 07 de agosto de 2013.
(a)Leonardo Roberto Garcês Barbosa, Chefe de Cartório.

Proc: 1000472-49.2011.8.22.0603
Ação: Interdito Proibitório (Juizado Cível)
Dalila Marques de Souza Calixto(Requerente)
Rosimar Rodrigues de Souza(Requerido)
Advogado(s): DJANIR AMÉRICO BRASILIENSE(OAB 4381 RO), ROBERTO EGMAR RAMOS(OAB 4679 MS)
Dalila Marques de Souza Calixto(Requerente)
Rosimar Rodrigues de Souza(Requerido)
Advogado(s): DJANIR AMÉRICO BRASILIENSE(OAB 4381 RO), ROBERTO EGMAR RAMOS(OAB 4679 MS)
Finalidade: Intimar a parte requerida, por intermédio de seus advogados constituídos, para comparecer à Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 20 de Agosto de 2013 às 10: 30 horas, na sede Juízo, podendo trazer até 03 (três) testemunhas, independente de intimação, e demais provas que desejarem produzir. Ressaltando que: A ausência injustificada do requerente resultará em extinção e arquivamento do feito com condenação nas custas e despesas processuais. A ausência injustificada do requerido poderá ensejar o mesmo aos efeitos da revelia.
Porto Velho, 07/08/2013.

(a)Leonardo Roberto Garcês Barbosa,
Chefe de Cartório.

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

1º Cartório da Fazenda Pública
Juiz de Direito: Inês Moreira da Costa
Escrivã Judicial: Rutinéa Oliveira da Silva
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET..
www.twitter.com/1FazPublica_RO
A íntegra das decisões estão disponíveis no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia ou consultada diretamente no SAP.
E-MAIL GABINETE: phv1fazgab@tj.ro.gov.br
E-MAIL ESCRIVANIA: pvh1faz@tj.ro.gov.br

Proc.: 0014094-10.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Município de Porto Velho RO
Advogado: Waldecy dos Santos Vieira ( )
Requerido: J. B. S. Frigorífico Friboi S.a
Advogado: Richard Campanari (OAB/RO 2889), Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641), MARIA CRISTINA DALL´ AGNOL (OAB 4597), ADRIANA KLEINSCHMITT PINTO (OAB 5088), Juliano Dias de Andrade (OAB/RO 5009)
DESPACHO :
Considerando o efeito suspensivo concedido em Agravo de Instrumento, aguarde-se em cartório o julgamento do recurso. Após, conclusos. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0007482-61.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Aline Juliana Morsch Passos
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido: Ipam Inst. Prev. dos Serv. Mun. de Porto Velho
Advogado: Floriano Vieira dos Santos (OABRO 544), Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934), Sandra de Almeida Franco (OAB/RO 2559)
DECISÃO :
DECISÃO A exequente requereu o cumprimento de SENTENÇA , de fls. 285, para recebimento da importância de R$ 15.759,12 (quinze mil, setecentos e cinquenta e nove reais e doze centavos). Todavia, o executado aduz que a parte autora apresentou seu cálculo com excesso, posto que, na SENTENÇA não foi determinado correção monetária desde o ajuizamento da ação e nem juros desde a citação, entendendo assim, que a atualização e os juros devem incidir da data da prolação da SENTENÇA , devendo a execução ser na importância de R$ 13.085,71 (treze mil, oitenta e cinco reais e setenta e um reais).Consta na petição inicial nas fls. 09 o pedido de aplicação de correção monetária do efetivo desembolso até o pagamento e juros da citação.A SENTENÇA julgou parcialmente o pedido, condenando o IPAM a ressarcir a Autora as despesas médico-hospitalares com base na tabela do próprio IPAM. No entanto, em grau de recurso (fl. 209) a SENTENÇA foi reformada para condenar o Requerido ao pagamento de R$ 10.000,00.Há que se observar que nem a SENTENÇA de primeiro grau, nem o julgamento do recurso de apelação especificaram a data de início da correção monetária e dos juros de mora. Certamente os embargos de declaração, que deveriam ter sido interpostos pela parte Autora, teria suprido essa omissão. No entanto, em falta destes, cumpre ao juízo decidir sobre essa questão.De fato, em se tratando de danos morais com origem na responsabilidade extracontratual, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido da incidência dos juros de mora a partir do evento danoso (Súmula n. 54). No entanto, o caso em exame trata de responsabilidade contratual, de modo que os juros devem ser contados a partir da citação. Neste sentido: PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXTRAÇÃO E CARREGAMENTO DE TORAS E RESÍDUOS DE PINNUS.ANÁLISE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. LUCROS CESSANTES. SUMULAS N. 5 E 7 DO STJ. JUROS MORATÓRIOS. CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA N.43/STJ.(...)2. Os juros moratórios, em sede de responsabilidade contratual, fluem a partir da citação. Precedentes.3. O termo inicial da correção monetária aplicável nos casos de indenização por danos materiais conta-se da data do efetivo prejuízo, nos termos da Súmula n. 43/STJ.4. Agravo regimental desprovido. (STJ, AgRg no REsp 1176131/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 04/03/2013). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. SEGURO-SAÚDE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. JUROS MORATÓRIOS. TAXA LEGAL. TERMO INICIAL. CITAÇÃO.1. Nos termos do enunciado 43 da Súmula do STJ, a correção monetária, em caso de danos materiais, corre desde a data do evento danoso.2. Os juros moratórios incidem à taxa de 0,5%, ao mês, até o dia 10.1.2003 (Código Civil de 1916, art. 1.062) e, a partir de então, à taxa de 1%, ao mês (Código Civil de 2002, art. 406). Precedentes.3. Na hipótese de responsabilidade contratual, os juros moratórios possuem como termo inicial a data da citação.4. Embargos de declaração acolhidos para sanar omissão apontada.(STJ, EDcl no REsp 538.279/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2012, DJe 29/08/2012) Sendo assim, assiste razão a parte exequente que os juros moratórios em sede de responsabilidade contratual, fluem a partir da citação e o termo inicial da correção monetária aplicável nos casos de indenização por danos materiais conta-se da data do efeito prejuízo, conforme a jurisprudência do STJ. Aguarde-se em cartório o prazo de 10 (dez) dias. Após, encaminhem-se os autos ao contador judicial, para apurar o valor devido, conforme essa DECISÃO .Em seguida, intime-se a parte autora para providenciar a documentação necessária para expedição da RPV. Se não for cumprida a determinação, arquivem-se os autos. Com a documentação nos autos, expeça-se. Após, arquivem-se os autos em cartório até a data para liquidação do crédito. Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 07 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0001678-10.2013.8.22.0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: C. M. S.
Advogado: Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641), Maria Cristina Dall Agnol ( ), Richard Campanari (OAB/RO 2889), Adriana Kleinschmitt Pinto (5088), Juliano Dias de Andrade ( )
Requerido: E. de R. M. de P. V. R.
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Procurador Geral do Estado

de Rondônia. Pge Ro. ( ), Carlos Dobbis (OAB/RO 127), Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Carlos Alberto de Souza Mesquita (OAB/RO 805), Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-B), Procurador-Geral do Município de Porto Velho/RO ( )
SENTENÇA :
Ante o exposto, julga-se improcedente o pedido cautelar formulado. Resolve-se o processo nos termos do art. 269, I, CPC.Custas de lei. Condena-se a demandante a pagar a cada demandado honorários advocatícios, fixados em R$ 3.000,00 (três mil reais).Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

REPUBLICADO
Proc.: 0016498-88.2000.8.22.0001
Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa
Litisconsorte Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia, Estado de Rondônia
Advogado: Cláudio Ribeiro de Mendonça ( ), Joao Francisco Afonso ( ), Fábio José Gobbi Duran (OAB/RO 632), Regina Coeli S.de Maria Franco- Proc.do Est.Ro. ( ), João Ricardo Valle Machado (RO 204-A), Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
Réu: Rached Mohamoud Ali, Francisco Roberto dos Santos, José Loura Neto, João Roberto Siqueira de Carvalho, Leonidas Rachidi Jandy, S. B. Comércio Ltda, Koyo Takeda, Chiaki Takeda, Kazuhiro Takeda, Terumi Takeda, Socibra Distribuidora Ltda, Antonio Alves de Sousa, Arlene Teixeira Lima, LABIOMED Comércio e Representação Ltda, Agostinho Gleiton Dantas de Oliveira, Jeane Carla da Cruz Nogueira, Poli Análises Clínicas Ltda, Giácomo Casara de Rivoredo, Dental Médica Comércio e Representações Ltda, José de Arimatéia Ferreira Fontes, Marisete Fernandes Bezerra Fontes, Elias Simões de Araújo, Luiz Gonzaga da Costa, Rawel Comercio e Representacoes Ltda, Malcy Pasqualine de Assis, Idair Pasqualini de Assis, Aluisio Pasqualini de Assis, Waldir Roque da Silva, Med-K Produtos e Servicos Medico Hospitalares e Laboratoriais Ltda, Protovendas Comercio e Representacoes Ltda, Maria Adelaide Mugrave, Antonio Carlos Ferreira Marinho, A. L. Pinheiro, Ronmazom Importacao e Exportacao Ltda, Valdenisa Ferreira da Cruz, Antonio Carlos Ferreira Marinho, Takeda Comercio Ltda, Rose Mary Goncalves, Raimundo Nonato de Araújo Ramos, Porto Vendas Comercio Representações Ltda
Advogado: Nelson Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 624A), Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593), José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370), Sergio Rubens Castelo Branco de Alencar Junior (OAB/RO 169), Nelson Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 624A), Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235), Nelson Sérgio da Silva Maciel Júnior (OAB/RO 4763), Jânio Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 1950), Sergio Rubens Castelo Branco de Alencar Junior (OAB/RO 169), Darci José de Vargas (OAB/RO 578A), Nelson Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 624A), Zoil Batista de Magalhães Neto (OAB/RO 1619), Ely Roberto de Castro (OAB/RO 509), Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235), Ely Roberto de Castro (509), Luiz Kenhiti Kuromoto (OAB/RO 23B), Hiran Saldanha de Macedo Castiel ( ), Sueli Valentin Môro Miguel (OAB/RO 156), Ely Roberto de Castro (OAB/RO 509), Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235), Rafael Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4486), Margarete Geiareta da Trindade (OAB/RO 4438), Sueli Valentin Môro Miguel (RO 156), Ely Roberto de Castro (RO 509), Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235), Rafael Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4486), Margarete Geiareta da Trindade (OAB/RO 4438), Sueli Valentin Môro Miguel (OAB/RO 156), Ely Roberto de Castro (509), Margarete Geiareta da Trindade (OAB/RO 4438), Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235), Rafael Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4486), Sueli Valentin Môro Miguel (RO 156), Lena Cláudia Brasil (OABRO 1056), Lena Cláudia de Nazará Brasil (RO 1056), Antonio Coriolano Camboim de Oliveira (RO 288-A), Luiz Antônio Rebelo Miralha (OAB/RO 700), Leonardo Guimarães Bressan Silva (OAB/RO 1583), Marcos Roberto da S Santos (OAB/RO 1039), Leonardo Bressan (RO 1583), Leonardo Guimarães Bressan Silva (OAB/RO 1583), Luiz Antonio Rebelo Miralha (RO 700), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506), José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063), Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633), Odair Martini (30-B), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063), Odair Martini (RO 30 B), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063), Odair Martini (RO 32-B), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063), Shisley Nilce Soares da Costa (OAB/RO 1244), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063), Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300), Meire Andréa Gomes (OAB/RO 1857), Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158), Francisco Nunes Neto (RO 158), Mario Pasini Neto (RO 1075), Ely Roberto de Castro (OAB/RO 509), Francisca Rennea Cruz Takeda (RO 1308), Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235), Margarete Geiareta da Trindade (OAB/RO 4438), Rafael Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4486), Francisco Nunes Neto (RO 158), José Bruno Ceconello (OAB/RO 1855), Mary Terezinha de S. dos S. Ramos (RO 1994), Mary Terezinha de Souza dos Santos Ramos (OAB/RO 1994), José Bruno Ceconello (OAB/RO 1855), Francisco Nunes Neto (RO 158)
SENTENÇA :
ANTE O EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO PARA: I - ACOLHER a preliminar de ilegitimidade passiva e excluir da lide MARIA ADELAIDE MUGRAVE, com base no art. 267, VI do CPC. II - JULGAR IMPROCEDENTE A AÇÃO em relação a MED-K PRODUTOS E SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA., PORTOVENDAS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., e os respectivos sócios ROSE MARY GONÇALVES e RAIMUNDO NONATO ARAÚJO RAMOS, por ausência de provas dos atos de improbidade que lhe são imputados. III - JULGAR PROCEDENTE A AÇÃO em relação a RACHED MOHAMOUD ALI, FRANCISCO ROBERTO DOS SANTOS, JOSÉ LOURA NETO, JOÃO ROBERTO SIQUEIRA DE CARVALHO, LEÔNIDAS RACHID JANDY, TAKEDA COMÉRCIO LTDA., KOYO TAKEDA, CHIAKI TAKEDA, KAZUHIRO TAKEDA, TERUMI TAKEDA, SOCIBRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, ANTÔNIO ALVES DE SOUZA, ARLENE TEIXEIRA LIMA, LABIOMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO, AGOSTINHO GLEITON DANTAS DE OLIVEIRA, JEANE CARLA DA CRUZ NOGUEIRA, POLI ANÁLISES CLÍNICAS LTDA., GIÁCOMO CASARA RIVOREDO, DENTAL MÉDICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., JOSÉ DE ARIMATÉIA FERREIRA FONTES, MARISETE FERNANDES BEZERRA FONTES, LUIZ GONZAGA DA COSTA, RAWEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., MALCI PASQUALINI DE ASSIS, IDAIR PASQUALINI DE ASSIS, ALUISIO PASQUALINI DE ASSIS, IMPERIAL

DISTRIBUIDORA A.L.PINHEIRO, RANMAZON IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., VANDENISA FERREIRA DA CRUZ e ANTONIO CARLOS FERREIRA MARINHO, pela prática de atos de improbidade com lesão ao erário, conforme artigo 10, I e artigo 11, caput da Lei 8.429/92.Passo à dosimetria das penalidades, previstas no art. 12, II, condenando os Requeridos mencionados no item 3 acima, da seguinte forma: a) RACHED MOHAMOUD ALI ressarcimento integral do dano no valor de R$ 539.979,69 (quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e setenta e nove reais e sessenta e nove centavos) e suspensão dos direitos políticos por cinco anos.b) FRANCISCO ROBERTO DOS SANTOS - ressarcimento integral do dano no valor de R$ 119.361,92 e suspensão dos direitos políticos por cinco anos.c) JOSÉ LOURA NETO - ressarcimento integral do dano no valor de R$ 50.016,90 e suspensão dos direitos políticos por cinco anos.d) JOÃO ROBERTO SIQUEIRA DE OLIVEIRA - ressarcimento integral do dano no valor de R$ 75.181,54 e suspensão dos direitos políticos por cinco anos.e) LEÔNIDAS RACHID JANDY - ressarcimento integral do dano no valor de R$ 441.894,82 e suspensão dos direitos políticos por cinco anos.f) TAKEDA COMÉRCIO LTDA., KOYO TAKEDA, CHIAKI TAKEDA, KAZUHIRO TAKEDA, TERUMI TAKEDA - ressarcimento integral do dano no valor de R$ 891.531,88 e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos.g) SOCIBRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, ANTÔNIO ALVES DE SOUZA, ARLENE TEIXEIRA LIMA - ressarcimento integral do dano no valor de R$ 1.500,00 e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos.h) LABIOMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO, AGOSTINHO GLEITON DANTAS DE OLIVEIRA, JEANE CARLA DA CRUZ NOGUEIRA, ressarcimento integral do dano no valor de R$ 1.783,00 e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos.i) POLI ANÁLISES CLÍNICAS LTDA., GIÁCOMO CASARA RIVOREDO - ressarcimento integral do dano no valor de R$ 205.580,05 e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos.j) DENTAL MÉDICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., JOSÉ DE ARIMATÉIA FERREIRA FONTES, MARISETE FERNANDES BEZERRA FONTES, LUIZ GONZAGA DA COSTA, ressarcimento integral do dano no valor de R$ 45.603,40 e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos.k) RAWEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., MALCI PASQUALINI DE ASSIS, IDAIR PASQUALINI DE ASSIS, ALUISIO PASQUALINI DE ASSIS - ressarcimento integral do dano no valor de R$ 47.114,00 e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos.l) IMPERIAL DISTRIBUIDORA A.L.PINHEIRO - ressarcimento integral do dano no valor de R$ 11.302,54 e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos.m) RANMAZON IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., VANDENISA FERREIRA DA CRUZ e ANTONIO CARLOS FERREIRA MARINHO - ressarcimento integral do dano no valor de R$ 22.020,00 e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos.O valor do ressarcimento integral do dano deverá ser corrigido monetariamente a partir do efetivo desembolso pelo Estado, e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação dos Requeridos.Condeno, ainda, os Réus ao pagamento das custas processuais, levando-se em conta o valor do prejuízo ao erário. Honorários advocatícios indevidos.Transitada em julgado esta SENTENÇA , expeçam-se as comunicações de ordem, inclusive ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, para fins da suspensão dos direitos políticos ora determinada e demais documentos necessários.Publique-se. Registre-se. Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0012219-05.2013.8.22.0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Claudio Santos Almeida
Advogado: MARIA BEATRIZ IMTHON (OAB 625)
Litisconsorte Passiv: Comandante Geral da Polícia Militar de Rondônia, Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
SENTENÇA :
Posto isso, concede-se a segurança, confirmando-se a medida liminar deferida. Resolve-se o mérito nos termos do art. 269, inc. I, do CPC.Sem custas e honorários advocatícios.SENTENÇA sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdicional. Sendo assim, oportunamente remetam-se os autos ao TJRO.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO
Proc.: 0022887-06.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Tânia Otto Oliveira
Advogado: Suara Lúcia Otto Barboza de Oliveira (OAB/RO 2228)
Requerido: Município de Porto Velho - RO, Ipam Inst. Prev. dos Serv. Mun. de Porto Velho
Advogado: Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-B), Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Carlos Alberto de Souza Mesquita (OAB/RO 805), Procurador-Geral do Município de Porto Velho/RO ( ), Floriano Vieira dos Santos (OABRO 544), Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934), Sandra de Almeida Franco (OAB/RO 2559)
Recurso de Apelação Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO
Proc.: 0014748-94.2013.8.22.0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Alfredo Silva Filho
Advogado: Gilson Luiz Jucá Rios (OAB/RO 178), Joselia Valentim da Silva (OAB/RO 198), Verônica Fátima Brasil dos Santos Reis Cavalini (OAB/RO 1248), Juliana Morheb Nunes (OAB/RO 3737)
Impetrado: Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Porto Velho- IPAM

Advogado: Floriano Vieira dos Santos (OABRO 544), Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934), Sandra de Almeida Franco (OAB/RO 2559)
Recurso de Apelação Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO
Proc.: 0012630-48.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Estado de Rondônia
Advogado: Bruno dos Anjos (OAB/RO 5410)
Requerido: Recol Distribuição e Comércio Ltda Porto Velho
Advogado: Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214), Allan Pereira Guimarães (OAB/RO 1046)
Especificação de provas:
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a especificarem provas.
PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATORIO

Proc.: 0012632-18.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Isaura Pereira de Souza
Advogado: Marcus Edson de Lima ( ), Defensoria PÚblica do Estado de RondÔnia ( )
Requerido: Município de Porto Velho RO
Advogado: Carlos Dobbis (OAB/RO 127), Carlos Alberto de Souza Mesquita (OAB/RO 805), Procurador-Geral do Município de Porto Velho/RO ( )
Especificação de provas:
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a especificarem provas.

PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATORIO
Proc.: 0007878-33.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ezequias Alves dos Santos
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( ), Defensoria PÚblica do Estado de RondÔnia ( )
Requerido: Estado de Rondônia, Município de Porto Velho - RO
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Antônio Isac Nunes Cavalcante de Astrê (OAB/RO 5095), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( ), Carlos Dobbis (OAB/RO 127), Procurador-Geral do Município de Porto Velho/RO ( )
Especificação de provas:
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a especificarem provas.

Proc.: 0002783-22.2013.8.22.0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Débora Araujo Batista
Advogado: Dayane Rodrigues Batista (OAB/RO 4854)
Litisconsorte Passiv: Presidente da Comissão de Concurso Público do Ministério Público do Estado de Rondônia, Cornelio Eterson Junior, Estado de Rondônia
Advogado: Edson Antonio Sousa Pinto (RO 4643), Eduardo Abílio K. Diniz (OAB/RO 4389), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546), Kenucy Neves de Lima (RO 2475), Amanda Géssica de Araújo Farias (OAB/RO 5757), Felipe Bensiman Ciampi (OAB/RO 760E), Eder Castro de Oliveira Gomes (OAB/RO 787-E), Glauber Luciano Costa Gahyva (OAB/MT 5814)
DESPACHO :
DESPACHO Recebo o recurso de apelação em seu efeito devolutivo, cujas razões e contrarrazões encontram-se nos autos, encaminhem-se os autos ao e.TJ/RO. Intime-se Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0016087-88.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: JOSÉ BONIFACIO ALEMÃO
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Estado de Rondônia, Município de Porto Velho RO
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Carlos Dobbis (OAB/RO 127)
DECISÃO :
DECISÃO Trata-se de pedido de ação de obrigação de fazer com pedido de antecipação de tutela proposta por José Bonifácio Alemão em face do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho, objetivando o fornecimento de materiais como Cloridrato de Lidocaína, geléia estéril 2%, sondas de nelaton calibre n. 12, seringas descartáveis 20 ml, óleo mineral, dispositivo urinário externo para incontinência, fraldas descartáveis, e, medicamentos Imiprina, Cloridrato 25 mg, Oxibutinina 0,1% (1 mg/m²), conservantes 0,15%, água purificada 100 ml, nipagim 15%, nipazol 5%, propilenoglicol 80%, baclofeno 10 mg. Narra a inicial que o paciente apresenta sequelas nerológicas em decorrência de disparo de arma de fogo e necessita fazer uso diário da referida medicação e materiais para que possa ter uma melhor qualidade de vida. Assevera que foi oficiado ao Secretário de Saúde do Estado de Rondônia, solicitando o fornecimento da medicação e materiais, e foi informado que os medicamentos solicitados não constam na Portaria n. 2981, e que Cloridrato de Lidocaína, Geleia Estéril 2% e óleo mineral fazem parte da portaria do Município. A Inicial veio acompanhada de procuração e documentos.Decido.É sabido que o pleito antecipatório dos efeitos da tutela pode ser concedido quando existente prova inequívoca da verossimilhança da alegação bem como haja fundado receio de dano irreparável ou difícil reparação. Além disso, tal concessão ainda constitui-se em faculdade conferida ao juiz, que, dentro dos critérios legais, decidindo dentro dos critérios expostos, sem prejuízo de a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la.A descrição dos fatos e a documentação juntada com a inicial comprovam a urgente necessidade de fornecimento da medicação. Assim, defiro a antecipação da tutela para determinar ao Município de Porto Velho que no prazo de 10 dias adquira e dispense ao Sr. JOSÉ BONIFÁCIO ALEMÃO, os materiais Cloridrato de Lidocaína, geleia estéril, óleo mineral e fraldas descartáveis, bem como, para determinar ao Estado de Rondônia, que adquira e dispense ao referido paciente, sondas de nelaton calibre n. 12, seringas descartáveis de 20 ml, dispositivo urinário externo para incontinência, e medicamentos Imiprina, cloridrato 25 mg, Oxibutinina 0,1%, conservantes 0,15%, água purificada 100 ml, nipagin 15%, nipazol 5%, propilenoglicol 80% e baclofeno 10 mg, de forma contínua e ininterrupta, pelo tempo que se fizer necessário, conforme prescrição médica. Deverá, ainda, o Estado de Rondônia, verificar a possibilidade de inclusão do Requerente no Programa de Atendimento Domiciliar - SAMDI, informando ao Juízo, no mesmo prazo para cumprimento da

liminar. Para o caso de descumprimento injustificado da liminar fixo pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de 10.000,00 (dez mil reais), a ser suportada pelos Requeridos. Citem-se os demandados, com as advertências legais, para, se quiserem, responder a demanda.Apresentada a contestação, manifeste-se o demandante no prazo de 10 dias.Após, sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0018956-58.2012.8.22.0001
Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa
Litisconsorte Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia, Estado de Rondonia
Advogado: Alzir Marques Cavalcante Junior ( ), Maria Rejane S. dos Santos (RO 00000), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
Requerido: Valdir Alves da Silva, Milton Luiz Moreira
Advogado: Vivaldo Garcia Júnior (OAB/RO 4342), Allan Pereira Guimarães (OAB/ RO 1.046), Maguis Umberto Correia (OAB/ RO 1214), Lester Pontes de Menezes Junior (RO 2657)
DECISÃO :
DECISÃO Tratam-se os autos de Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa interposta pelo Ministério Público em face de Valdir Alves da Silva e Milton Luiz Moreira pela prática de atos de improbidade, atentatórios aos princípios da administração pública.Segundo o requerente, no ano de 2003 o Estado de Rondônia foi autorizado pela Justiça do Trabalho a proceder a contratação de médicos e profissionais da área da saúde em caráter emergencial, enquanto não houvesse concurso público para preencher as vagas. Doravante, o governo contratou em caráter emergencial Dinalva Souza Rosa pelo prazo de 120 dias prorrogáveis por igual período, porém através da rescisão da trabalhadora observa-se que ela foi admitida em 20 de outubro de 2003, porém sua saída ocorreu em 10 de maio de 2005, sem qualquer autorização legal.Os requeridos foram regularmente notificados e apresentaram defesa prévia. O requerido Valdir Alves da Silva suscitou: prescrição e necessidade de comprovação do dolo para configuração do ilícito preVISTO no art. 11 da Lei 8.429/92. Já o requerido Milton Luiz Moreira suscitou a preliminar de ilegitimidade passiva. Passo a análise das alegações e da preliminar: No que tange à prescrição, arguida por Valdir Alves da Silva, à época dos fatos Coordenador Geral de Recursos Humanos, foi nomeado para tal cargo no dia 02 de janeiro de 2003 e exonerado no dia 14 de dezembro de 2005. Expõe, também, que passou a exercer a função de Secretário de Estado da Administração, sem contudo comprovar a data da nomeação e exoneração. Doravante, o art. 23 da Lei n.8.429/92 estabelece: Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas: I - até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança; Doravante, visualiza-se pertinência funcional, entre a função de Coordenador Geral de Recursos Humanos e a de Secretário de Estado da Administração, pois, está dentro do mesmo órgão. Sem olvidar, que não ficou demonstrada a data ao certo que o requerido exerceu as funções acima expostas.Conforme esclarece José dos Santos Carvalho Filho sobre a pertinência funcional, observa-se que: ”A ocasião dos comentários sobre mandado sucessivo, consignamos que o elemento mais importante acerca desse tema reside na pertinência funcional entre os cargos, quer os relativos a mandatos eletivos, quer os que integram a estrutura administrativa de entes públicos, verificando o intérprete, através dela, a densidade dos elementos de composição, com a conexão de funções, a hierarquia, a probabilidade de influência etc. ” (José dos Santos Carvalho Filho, Improbidade Administrativa, Editora Atlas, 2012)Já em relação ao início da contagem do prazo, o Superior Tribunal de Justiça salientou que considera o início da contagem a partir do término do último exercício: ADMINISTRATIVO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PRESCRIÇÃO – TERMO A QUO – AGENTE QUE PERMANECE EM CARGO COMISSIONADO POR PERÍODOS SUCESSIVOS.1. A Lei 8.429/92, art. 23, I, condicionou a fluência do prazo prescricional ao “término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança”.2. Na hipótese em que o agente se mantém em cargo comissionado por períodos sucessivos, o termo a quo da prescrição relativa a ato de improbidade administrativa é o momento do término do último exercício, quando da extinção do vínculo com a Administração.3. Recurso especial não provido.(REsp 1179085/ SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/03/2010, DJe 08/04/2010)Sendo assim, ante a sucessão de cargos por parte do Requerido,afasto por ora a alegação de prescrição.Com relação à necessidade de comprovação de dolo para configuração do ilícito preVISTO no art. 11 da Lei 8.429/92, alegado pelo requerido Valdir Alves da Silva, insta observar que conforme as fls. 44, o requerido sabia sobre a existência de servidores emergenciais com contratos vencidos e não prorrogados. Sendo assim, há indícios de dolo. Salienta-se que o Superior Tribunal de Justiça tem firme posicionamento no sentido de que existindo meros indícios de cometimento de atos enquadrados na Lei de Improbidade Administrativa, a petição inicial deve ser recebida, ainda que fundamentadamente, pois, na fase inicial prevista no art. 17, §§ 7º, 8º e 9º, da Lei n. 8.429/92, vale o princípio do in dubio pro societate, a fim de possibilitar o maior resguardo do interesse público, conforme se observa: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. POSSÍVEL PROMOÇÃO PESSOAL EM PROPAGANDA OFICIAL.INDÍCIOS SUFICIENTES PARA O RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL.APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO NO CASO EM CONCRETO. INOCORRÊNCIA.CONCLUSÃO ALCANÇADA A PARTIR DOS FUNDAMENTOS UTILIZADOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. OCORRÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDO COMO VIOLADOS.1. De acordo com a orientação jurisprudencial deste Sodalício, existindo meros indícios de cometimento de atos enquadrados na Lei de Improbidade Administrativa, a petição inicial deve ser recebida, fundamentadamente, pois, na fase inicial prevista no art. 17, §§ 7º, 8º e 9º, da Lei n. 8.429/92, vale o princípio do in dubio pro societate, a fim de possibilitar o maior resguardo do interesse público. Precedentes.2. No caso em tela, a análise dos fundamentos expostos no acórdão recorrido - sem que com isso seja necessário realizar o revolvimento do conjunto fático e probatório constante dos autos - há indícios de prática de ato de improbidade, tendo em vista que a promoção pessoal em informes publicitários oficiais é conduta que pode ser enquadrável nos ditames da Lei nº 8.429/92, não havendo, assim, que se falar na ausência de justa causa para o

processamento da demanda.3. Além disso, observa-se ser por demais prematura a extinção do processo com julgamento de mérito, tendo em vista que nesta fase da demanda, a relação jurídica sequer foi formada, não havendo, portanto, elementos suficientes para um juízo conclusivo acerca da demanda.4. Não houve o revolvimento de provas e fatos - o que é vedado na via recursal eleita a teor da Súmula 7/STJ - tendo em vista que, no caso em concreto, a circunstância quanto à existência de indícios de prática de ato qualificado por improbidade administrativa fora retirada do próprio acórdão, quando afirmou que a parte ora agravante - agente público do Município de Vitória/ES - inseriu seu nome no informe publicitário veiculado para estimular o contribuinte a pagar em dia o IPTU.5. Além disso, não há que se falar em falta de prequestionamento dos dispositivos tidos como violados nas razões do recurso especial - art. 17,§ 8º e 9º da Lei nº 8.429/92 - tendo em vista que houve manifestação expressa a respeito dos mesmos no acórdão recorrido.Inviabilidade, assim, de aplicar as Súmulas 282 e 356, do Supremo Tribunal Federal.6. Agravo regimental a que se nega provimento.(AgRg no REsp 1317127/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/03/2013,DJe 13/03/2013)Por conseguinte, em relação à ilegitimidade passiva arguida pelo requerido Milton Luiz Moreira, à época Secretário de Estado da Saúde, tendo sido comunicado sobre a situação irregular de servidores emergenciais que estavam trabalhando com contratos vencidos e nada fez para adequar os servidores emergenciais aos termos da legislação vigente, tampouco se desincumbiu do dever de solicitar providencias para regularizar a situação. Por tanto, não está afastada eventual prática de improbidade.Ao exame de admissibilidade da ação deve ser observada a extensão da responsabilidade, que na regra da Lei 8.429/92, é ampliada e propicia averiguação de lesão ao erário independentemente de as condutas dos agentes serem dolosas ou culposas.Há razoabilidade jurídica dos fundamentos declinados pelo Autor e as provas deverão ser produzidas na fase processual própria. Há, portanto, preenchimento dos pressupostos e condições de regular prosseguimento da ação. O pedido é juridicamente possível e insta que seja deslindada a causa após regular formação processual, propiciando às partes a defesa dos fundamentos de fato e direito que invocam.Sendo assim, afasto as alegações de prescrição e de ilegitimidade passiva suscitadas pelos requeridos e, por conseguinte, acolho o processamento da ação em relação a VALDIR ALVES DA SILVA e MILTON LUIZ MOREIRA e determino a citação dos requeridos para contestarem a ação no prazo legal, com as advertências de praxe. Ciência ao Autor sobre o acolhimento para processamento da ação. Intimem-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito
Rutinéa Oliveira da Silva
Escrivã Judicial

Proc.: 0304744-95.2008.8.22.0001
Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa
Litisconsorte Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia, Estado de Rondônia
Advogado: Alexandre Augusto Corbacho Martins ( ), EVANIR ANTONIO BORBA (OAB/RO 776), Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira (OAB/RO 638)
Requerido: José Carlos de Oliveira, Moisés José Ribeiro de Oliveira, Leomar Wentz, Fox Construcoes Ltda, Fernandes Salame, Construtoria Medianeira Fernandes Salame - Me, João Alves Xavier, Denise Cristina Araujo Silva Xavier, Pretender Serviços Comércio e Representações Ltda., José Ronaldo Palitot, Julio César Carbone, Marli Fátima Ribeiro de Oliveira, Luciana de Ross
Advogado: Antônio Osman de Sá (OAB/RO 56A), Advogado não informado ( ), Cristovam Coelho Carneiro (OAB/RO 115), Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243), Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214), Cristovam Coelho Carneiro (OAB/RO 115), José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593), Gilson Luiz Jucá Rios (OAB/RO 178), Joselia Valentim da Silva (OAB/RO 198), Gilson Luiz Jucá Rios (OAB/RO 178), Defensoria PÚblica do Estado de RondÔnia ( ), Antônio Carlos de Almeida Batista (OAB/RO 881), Gilson Luiz Jucá Rios (OAB/RO 178), Joselia Valentim da Silva (OAB/RO 198), Advogado não informado ( ), Carmela Romanelli (OAB/RO 474A), Defensoria PÚblica do Estado de RondÔnia ( ), Constantino Gorayeb Neto (OAB/RO 60), David Pinto Castiel (OAB/RO 1363)
INTIMAR:
Intimar às partes, para, querendo, comparecer a audiência de oitiva de testemunhas: Edson de Morim e Nelson Pogorechi, designada para o dia 28/08/2013, às 8 h e 30 min, na Segunda Vara Cível na Comarca de Rolim de Moura/RO.

Proc.: 0013943-44.2013.8.22.0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Neide Ane Almeida de Andrade
Advogado: Ângelo Florindo da Silva (OAB/RO 5489)
Litisconsorte Passiv: Secretária Municipal de Administração do Município de Candeias do Jamari, Município de Candeias do Jamari - RO
Advogado: José Girão Machado Neto (RO 2664), Procurador Geral do Município ( )
DESPACHO :
Torno sem efeito o DESPACHO 49. Venham os autos conclusos para SENTENÇA . Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0004567-68.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Estado de Rondonia
Advogado: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776), Élcio de Sousa Araújo (OAB/RO 5220), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
Requerido: Jean de Mesquita Gomes
Advogado: Magnum Jorge Oliveira da Silva (OAB/RO 3204), Defensoria PÚblica do Estado de RondÔnia ( ), Telma Regina de Souza (OAB/RO 298), Marcelo Czarnecki Mayorquim (OAB/RO 2873)
DESPACHO :
Defiro o sobrestamento do feito pelo prazo de 30 dias.Decorrido o prazo, intime-se o Estado de Rondônia para se manifestar a respeito do resultado das diligências para localização do bem penhorado.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0002618-23.2010.8.22.0601
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Michele Maria Nazare Souza Gomes

Advogado: Blandina Amelia Leonardo Pinto Gonçalves (OAB/RO 1705), Pitágoras Custódio Marinho (OAB/RO 4700), Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633), José Alves Pereira Filho (RO 647), Luiz Fernando Coutinho da Rocha (OAB/RO 307B)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Fábio José Gobbi Duran (OAB/RO 632)
DESPACHO :
Oficie-se, com urgência, ao Diretor do Hospital de Base, para conhecimento e cumprimento da SENTENÇA proferida nestes autos (cuja cópia segue em anexo), bem como para encaminhe a paciente para a residência da Requerente, devendo deixá-la sob seus cuidados e informar ao Juízo em 10 dias. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0007617-68.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eutalio de Jesus Oliveira
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( ), Defensoria PÚblica do Estado de RondÔnia ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
DESPACHO :
Oficie-se, com urgência, encaminhando cópia dos receituários médicos constantes nos autos (fls. 17 e 30), para fins de cumprimento da liminar deferida, que deverá ser informado nos autos em 15 dias.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0012160-51.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Raimisaranlei Cordeiro da Silva, Lourisnei Lima de Abreu, Josafá Trajano Dias
Advogado: Rafael Oliveira Claros (OAB/RO 3672)
Requerido: Município de Porto Velho RO, TAXÍVEL COMERCIAL LTDA
Advogado: Shirley Conesuque Gurgel do Amaral (OAB/RO 705), Carlos Alberto de Souza Mesquita (OAB/RO 805), Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), José da Costa Gomes (OAB/RO 673), Advogado Nao Informado
DESPACHO :
Considerando a DECISÃO proferida em conflito de competência, encaminhem-se os autos ao Juizado Espedical da Fazenda para processamento. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0012590-66.2013.8.22.0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Paulo Alberto Ferreira Neto
Advogado: Rafael Maia Correa (OAB/RO 4721)
Litisconsorte Passiv: Secretária Municipal de Administração do Município de Candeias do Jamari, Município de Candeias do Jamari - RO
Advogado: Advogado Não Informado (202020 2020202020)
SENTENÇA :
Posto isso, concede-se a segurança vindicada para determinar a convocação/nomeação do impetrante no cargo de psicólogo/Secretaria de Administração, confirmando-se a medida liminar deferida.Resolve-se o mérito nos termos do art. 269, inc. I, do CPC.Sem custas e honorários advocatícios.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0016120-78.2013.8.22.0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Bárbara Moreira Belotto
Advogado: Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Impetrado: Diretor do Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN/R0
SENTENÇA :
Posto isso, com fulcro no art. 10 da Lei 12.016/2009 c/c art. 295, inc. II do CPC, indefere-se o presente mandado de segurança, e, por conseguinte, extingue-se o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, incisos I e VI do CPC.Sem custas e honorários advocatícios.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0016079-14.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Carlito Vaca Fernandes
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Município de Porto Velho RO
DECISÃO :
Posto isso, indefere-se o pedido de antecipação da tutela.Cite-se.Vindo contestação, arguindo-se preliminares ou juntando-se documentos, intime-se o demandante para manifestação em até 10 dias, devendo, ainda, sob pena de inferimento, especificar as provas que pretende produzir.Após, intime-se o demandado para dizer, em até 5 dias, se pretende produzir outras provas, especificando-as e justificando-as, sob pena de indeferimento.Int.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATORIO
Proc.: 0011021-30.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Aline Heveny Sousa Dias
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)
Especificação de provas:
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a especificarem provas.

PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATORIO
Proc.: 0010039-16.2013.8.22.0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Átila Augusto da Silva Sales ( ), Promotor de Justiça (OAB/RO 1111)
Requerido: Município de Porto Velho RO
Advogado: Carlos Dobbis (OAB/RO 127), Luiz Duarte de Freitas Junior (RO 1058), Procurador-Geral do Município de Porto Velho/RO ( )
Especificação de provas:
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a especificarem provas.

PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATORIO
Proc.: 0010674-94.2013.8.22.0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Meridional Comércio e Serviços Ltda
Advogado: Ângelo Florindo da Silva (OAB/RO 5489)
Litisconsorte Passiv: Pregoeiro da Superintendência Estadual de Compras e Licitações do Governo de Rondônia, Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( ), Bruno dos Anjos (OAB/RO 5410)
Recurso de Apelação Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0016109-49.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Genilda de Carvalho Lima
Advogado: Brazilino de Carvalho Viana (OAB/RO 553)
Requerido: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON, Lauriani Nunes de Souza Barros
DECISÃO :
Considerando o disposto no art. 2º da Lei n. 12.153/2009, a competência para processar e julgar estes autos é do Juizado Especial da Fazenda Pública, razão pelo qual remetam-se estes autos ao Juízo Competente. Int.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0098443-19.2008.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Aparecida Antônia da Silva Lacerda
Advogado: Aglico José dos Reis (OAB/RO 650A), Neidy Jane dos Reis (OAB/RO 1268)
Executado: Estado de Rondônia - Meio Ambiente
Advogado: Lívia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1637)
DESPACHO :
Oficie-se ao Banco do Brasil para que informe que destino foi dado à importância penhorada na conta da executada via BacenJud, esclarecendo que a operação a qual se solicitam informações é a transferência informada pelo Unibanco às lfs. 164/165. Encaminhe-se a cópia da petição de fls. 164/165 juntamente com o Ofício.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0009581-96.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vitória Nathiely França Goes
Advogado: Marcus Edson de Lima ( ), Defensoria PÚblica do Estado de RondÔnia ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
DESPACHO :
Intime-se o Estado de Rondônia para comprovar o cumprimento da liminar proferida nestes autos, no prazo de 05 dias.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0011863-10.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Estado de Rondônia
Advogado: Bruno dos Anjos (OAB/RO 5410), Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
Requerido: Drogaria Pax Norte Ltda ME
Advogado: Rafael Maia Correa (OAB/RO 4721)
DESPACHO :
DECISÃO Apense-se ao autos nº 0009786-28.2013, que o Estado de Rondônia move em face de Drogaria Pax Norte. Considerando, que houve acordo em audiência celebrado no dia 07/08/2013 ás 09: 00, aguarde-se o cumprimento do acordo, tendo em vista que o efeito se estenderá igualmente a estes autos. Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0016082-66.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Samuel Paiva Melo
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Município de Porto Velho RO
Advogado: Carlos Dobbis (OAB/RO 127)
DECISÃO :
Considerando o disposto no art. 2º da Lei n. 12.153/2009, a competência para processar e julgar estes autos é do Juizado Especial da Fazenda Pública, razão pelo qual remetam-se estes autos ao Juízo Competente. Int.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Rutinéa Oliveira da Silva
Escrivã Judicial

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Juiz de Direito: Edenir Sebastião A. da Rosa
Escrivã: Silvia Assunção Ormonde
Email: pvh2fazgab@tj.ro.gov.br
Email : pvh2faz@tj.ro.gov.br
OBS: SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU VIA INTERNET

Proc.: 0014305-80.2012.8.22.0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Promotor de Justiça: Joao Francisco Afonso
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: André Costa Barrros
Requerido: Orlando José de Souza Ramires
Requerido: Luiz Augusto Bandeira
Advogado: Rafael Oliveira Claros (OAB/RO 3672), Márcio Pereira Bassani (OAB/RO 1699)
INTIMAÇÃO: " Das Partes, para ciência da redesignação da audiência no Juízo Deprecado, sendo o dia 11/09/2013, às 09 horas. Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO".

Proc.: 0020254-85.2012.8.22.0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Promotor de Justiça: Geraldo Henrique Ramos Guimarães
Requerido: Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia - DETRAN
Procuradora: Christianne Gonçalves Garcez (OAB/RO 3697)
SENTENÇA : " (...) Com efeito, nessa premissa, é evidenciada o dever dos entes públicos a disponibilizarem, gerenciarem e manter informações devidamente atualizadas em seus sítios eletrônicos, com o fito de efetivar o direito à informação e publicidade garantidos constitucionalmente à população.Nos autos, verifica-se que ainda não há comprovação da inclusão e atualização das informações no sítio eletrônica, pelo Réu, requeridas pelo Autor. Anote-se ainda, que conforme certidão juntada pelo Autor, há uma série de dados a serem inseridos e atualizados. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para determinar a adequação do site da requerida a todos itens constantes da petição inicial, bem como a comprovação da respectiva inserção e atualização, no prazo de 10 (dez) dias. Sem honorários e custas judiciais. P.R.I.C. Porto Velho-RO, 30 de julho de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito".

Proc.: 0025824-52.2012.8.22.0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Estado de Rondônia
Procurdor: Manuel Jasmim Correia Barros (OAB/RO 5229)
Embargado: Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Rondônia - SINGEPERON
Advogado: Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114), Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
INTIMAÇÃO: " Das Partes, para se manifestarem sobre a certidão do contador de fls. 205 (...concordamos com os cálculos do Estado, conforme fls. 178/200)".

Proc.: 0076043-74.2009.8.22.0001
Ação: Desapropriação
Requerente: Município de Porto Velho RO
Procurador: Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-B),
Procuradora: Maria da Penha Nobre Pereira (OAB/RO 3274),
Procurador: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Requerido: Espólio de Lucini Sebastiao Pinheiro
Advogado: Marcello Henrique de Menezes Pinheiro (RO 265-B)
Intimação: Ficam as partes intimadas, por via de seus respectivos Advogados, para no prazo de 10 dias, manifestarem sobre os cálculos judiciais de fls. 539."

Proc.: 0026393-53.2012.8.22.0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Alicio Freire Silva
Advogado: Luiziana Teles Feitosa Anacleto (OAB/RO 4463)
Requerido: Secretário de Saúde do Estado de Rondônia, Estado de Rondônia
Advogado: Antônio Isac Nunes Cavalcante de Astrê (OAB/RO 5095), Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Bruno dos Anjos (OAB/RO 5410)
DECISÃO :
A Secretaria de Saúde do Estado de Rondônia oficiou nestes autos solicitando apresentação de laudo médico atualizado e dilação do prazo para cumprimento da ordem judicial.Observo entretanto, que a situação do Requerente é grave, estando atualmente sem poder enxergar e sentindo fortes dores, conforme se extrai da petição de fls.107.Ressalto ainda que a liminar proferida nestes autos para fornecimento do fármaco pleiteado data de janeiro do corrente ano, de modo que se passaram mais de 8 meses sem o devido cumprimento, já tendo ocorrido inclusive intimação pessoal do secretário de saúde para tanto (fls. 42).Por essas razões, indefiro o requerimento da Secretaria Estadual de Saúde, anotando que o laudo médico apresentado se encontra desatualizado exclusivamente pela mora do Impetrado que se absteve de cumprir em tempo a determinação judicia, não sendo razoável impor novamente ao paciente o ônus de obter novo laudo.Diante disso: I - Intime-se pessoalmente o Secretário Municipal de Saúde para cumprir a DECISÃO judicial, apresentando, posteriormente prova do devido cumprimento, no prazo de 05 dias, sob pena de multa diária e pessoal, no valor de R$ 500,00, até o limite de R$ 5.000,00, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.II - Desde já, intime-se a parte autora a apresentar cotações de três farmácias, com indicação do CNPJ e conta bancária de cada uma delas. Para, se for o caso efetuar o sequestro da quantia.Intime-se. Expeça-se o necessário.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0034988-90.2002.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Município de Porto Velho RO
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Geane Pereira da Silva Goveia (OAB/RO 2536), José Luiz Storer Júnior (OAB/RO 761)
Requerido: Fazenda Bom Jesus
Advogado: Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506)
DESPACHO :
Diante do valor depósito intime-se o Município de Porto Velho para, no prazo de 5 dias, indicar dados bancários para transferência do valor.Após, oficie-se a CEF para que providencie a transferência.Oportunamente, arquivem-se. Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0006176-23.2011.8.22.0001
Ação: Execução Contra a Fazenda Pública
Exequente: Lhivinstone Martins de Freitas Ferreira
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo ( )
Executado: Estado de Rondonia
Advogado: Claricéa Soares (OAB/RO 411A)
DESPACHO :
1. Segundo o Provimento nº 006/06, não tendo havido o pagamento após o prazo da RPV, cabe ao juízo as providências que entender cabíveis.2. Por isso, diante do descumprimento da RPV, converto em sequestro da quantia penhorada via Bacen Jud.3. Após confirmado o depósito na CEF, expeça-se alvará ou providencie-se a transferência.4. Ciência ao interessado que se nada for requerido em 05 dias, o feito será extinto pelo pagamento.Intime-se.Porto Velho-RO, 8 de agosto de 2013. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015190-60.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Lissandra Spadotto Batista
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Município de Porto Velho RO
Advogado: Carlos Dobbis (OAB/RO 127)
DESPACHO :
Considerando os termos da Lei n. 12.153/2009, determinando a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, observados a natureza da ação e o valor da causa, tenho por remeter estes autos ao Cartório Distribuidor para proceder a correta distribuição.Proceda-se a baixa e remeta-se os autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0046255-98.1998.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia - SINSEPOL
Advogado: Hélio Vieira da Costa (OAB/RO 640), Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641), Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Deise Lúcia da Silva Silvino Virgolino (OAB/RO 615), Maria Rejane Sampaio dos Santos ( ), Patrícia Barros Capeleiro (OAB/RO 5226), Marcella Sanguinetti Soares Mendes Pge ( )
DESPACHO :
Expeça-se ofício á divisão de precatórios para execução em separado dos honorários advocatícios, conforme determinado ás fls. 4083, e requerido ás fls. 4089.Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0002535-56.2013.8.22.0001
Ação: Mandado de Segurança
Requerente: Líder Comércio e Serviços de Telefonia Ltda
Advogado: Marina Soares Machado (OAB/MG 140243), Alice Gontijo Santos Teixeira (OAB/MG 106670), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Impetrado: Coordenador Geral da Receita Estadual da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia, Procurador Chefe da Procuradoria Fiscal do Estado de Rondonia, Estado de Rondônia
Advogado: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
DECISÃO :
Certifico a tempestividade do Recurso de Apelação apresentado, recebo-o no seu efeito devolutivo nos termos do art.520, CPC. Após, subam os presentes autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as nossa homenagens. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015193-15.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Estado de Rondônia
Advogado: Ítalo Lima de Paula Miranda (OAB/RO 5222)
Requerido: Marcos Antonio Santana Andrade
DESPACHO :
Cite-se o Requerido nos termos dos arts. 297 do CPC;Apresentada a contestação, manifeste-se o Autor, prazo de 10 (dez) dias;Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes provas que pretendem produzir, justificando-as, prazo de 05 (cinco) dias;Após, concluso. Cite-se. Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0016107-79.2013.8.22.0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)
DECISÃO :
O medicamento pretendido possui elevado custo e não está incluído na Portaria 2981/2009, que distribui a competência de assistência farmacêutica entre os entes da federação. Ademais, não há nos autos documento que comprove a impossibilidade de substituição do fármaco pretendido por outro já compreendido na competência espontânea pela rede pública estadual.Anote-se ainda, que o laudo médico é datado de 16/05/2013, já passados três meses, sem o fármaco, logo, não resta demonstrado o receio de dano irreparável.Portanto, não há possibilidade de atendimento da pretensão do Requerente, neste momento processual, por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.Cite-se o Estado para contestar no prazo legal.Após, à réplica e especificação de provas.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0005676-12.2011.8.22.0015
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça ( )
Requerido: Recol Distribuidora e Comércio Ltda
Advogado: Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1.214), Allan Pereira Guimarães (OAB/ RO 1.046)
DECISÃO :
Considerando a Certidão (fls.547/v) certificando a tempestividade do Recurso de Apelação apresentado, recebo-o no seu efeito devolutivo nos termos do art.520, CPC.Após, subam os presentes autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as nossa homenagens.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015189-75.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: MARIA APARECIDA DE PAULA
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos ( )
DESPACHO :
Considerando os termos da Lei n. 12.153/2009, determinando a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, observados a natureza da ação e o valor da causa, tenho por remeter estes autos ao Cartório Distribuidor para proceder a correta distribuição.Proceda-se a baixa e remeta-se os autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0039800-05.2007.8.22.0001
Ação: Execução Contra a Fazenda Pública
Exequente: Rinaldo Ferraz de Lima
Advogado: Maria da Conceição Souza Vera (OAB/RO 573), Samára Nascimento Soares Silva (OAB/RO 590E)
Executado: IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia
Advogado: Lidiane Borges Barros da Silva (OAB/RO 3198), Maria Luciana Alves da Silva (OAB/RO 3526), Paula Aquino (OAB/RO 4116)
DECISÃO :
1. Segundo o Provimento nº 006/06, não tendo havido o pagamento após o prazo da RPV, cabe ao juízo as providências que entender cabíveis.2. Por isso, diante do descumprimento da RPV, converto em sequestro da quantia penhorada via Bacen Jud.3. Após confirmado o depósito na CEF, expeça-se alvará.4. Ciência ao interessado que se nada for requerido em 05 dias, o feito será extinto pelo pagamento.Intime-se.Porto Velho-RO, 8 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015689-44.2013.8.22.0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Estado de Rondonia
Advogado: Emílio César Abelha Ferraz (OAB/RO 234B)
Embargado: A Musical Ltda
DESPACHO :
Se no prazo, certifique-se sua tempestividade, para seguimento do feito;Apense-se.Intime-se o Embargado para impugnação;A Contadoria Judiciária, em sendo o caso;As partes para manifestarem-se, havendo novos cálculos;Após, concluso. Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0005835-26.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sandro Henrique Barbosa
Advogado: João de Deus Quirino Filho (10520), Álisson de Souza Bandeira Pereira (15166)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Luciana Fonseca Azevedo (OAB/RO 5726)
DESPACHO :
Diante da certidão de fls. 201 verso, intime-se o Estado de Rondônia a fornecer ao cartório cópia da petição protocolada no dia 19.07.13, que provavelmente se refere a provas. Intime-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0023986-11.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Charles Martins (204)
Requerido: Fundação Rio Madeira - Riomar
Advogado: Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A)
DESPACHO :
Nesta data foi solicitada pesquisa no Bacen Jud sobre eventuais contas da requerida. Aguarde-se em Gabinete por 03 dias. Após, será apreciado o pedido retro e dado cumprimento ao DESPACHO de fls. 781.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0024762-74.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco Vanginaldo Soares Barros
Advogado: Ocicled Cavalcante da Costa (RO 1.175)
Requerido: Município de Porto Velho RO
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Luiz Duarte Freitas Júnior (RO 1058), Ricardo Amaral Alves do Vale (OAB/RO 2130)
DECISÃO :
Considerando a Certidão (fls.165/v) certificando a tempestividade do Recurso de Apelação apresentado, recebo-o no seu efeito devolutivo nos termos do art.520, CPC.Após, subam os presentes autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as nossa homenagens.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0189660-46.2008.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Jaelma Raquel Muniz
Advogado: Arcelino Leon (OAB/RO 991)
Executado: Fazenda Pública Estadual Estado de Rondônia
Advogado: Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Maria Carolina Beltrão Sampaio (OAB/RO 5637)
DECISÃO :
O Estado de Rondônia peticiona nos autos aduzindo que o ofício de fls. 470 da SEAD apenas menciona a ocorrência dos descontos e se comprometendo a realizar o depósito desses valores na conta do centro de estudos da PGE, não comprovando, portanto, a efetiva satisfação do débito. Por essa razão, o ente público solicita que seja intimado apenas quando for efetivamente comprovado o referido depósito nos autos em epígrafe.Todavia, anoto que o Estado de Rondônia possui condições de diligenciar em sua própria Secretaria para verificar a ocorrência do referido depósito, independente de intervenção judicial. Desta feita, intime-se o Estado de Rondônia a se manifestar no prazo de 10 dias, a respeito da satisfação do débito, confirmando o efetivo depósito dos valores descontados em folha, sob pena de dar-se por extinta a execução pelo pagamento.Intime-se.Porto Velho-RO, 8 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0016108-64.2013.8.22.0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)
DECISÃO :
O medicamento pretendido possui elevado custo e não está incluído na Portaria 2981/2009, que distribui a competência de assistência farmacêutica entre os entes da federação. Ademais, não há nos autos documento que comprove a impossibilidade de substituição do fármaco pretendido por outro já compreendido na competência espontânea pela rede pública estadual.Anote-se ainda, que o laudo médico é datado de 16/05/2013, já passados três meses, sem o fármaco, logo, não resta demonstrado o receio de dano irreparável.Portanto, não há possibilidade de atendimento da pretensão do Requerente, neste momento processual, por ora, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.Cite-se o Estado para contestar no prazo legal.Após, à réplica e especificação de provas.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0006865-96.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Pedro Sousa Ferreira Junior
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( ), Defensoria Publica ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Ellen Cristine Alves de Melo ( )
DECISÃO :
Certifico a tempestividade do Recurso de Apelação apresentado, recebo-o no seu efeito devolutivo nos termos do art.520, CPC. Após, subam os presentes autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as nossa homenagens.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0019927-43.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Wagner Batista da Silva
Advogado: Afonso Batista da Silva (OAB/RO 5359), Willian Vanderlei de Andrade (OAB/RO 5197)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Ítalo Lima de Paula Miranda (OAB/RO 5222)
DECISÃO :
Considerando a Certidão (fls.294/v) certificando a tempestividade do Recurso de Apelação apresentado, recebo-o no seu efeito devolutivo nos termos do art.520, CPC.Após, subam os presentes autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as nossa homenagens.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0022189-97.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Lindovaldo Gonçalves de Sousa
Advogado: Clara Regina Góes Orlando (OAB/RO 653)
Requerido: Estado de Rondonia
Advogado: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
DECISÃO :
Considerando a Certidão (fls.125/v) certificando a tempestividade do Recurso de Apelação apresentado, recebo-o no seu efeito devolutivo nos termos do art.520, CPC.Após, subam os presentes autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as nossa homenagens.Porto Velho-RO, 8 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0016085-21.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco Cosme de Lima Filho
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)
DECISÃO :
Pretende a Requerente realização de cirurgia oftalmológica, com urgência, nos termos do laudo médico às fl. 12, alertando que a demora para a realização do procedimento poderá ocasionar cegueira.Não é revelada necessidade de maiores considerações no que se refere a verossimilhança de direito em fornecer aos beneficiários de tratamento, partindo da premissa de que efetivamente seja hipossuficiente e não detém condições financeiras próprias para prover os procedimentos necessários à sobrevivência.É satisfatoriamente demonstrado o receio de dano irreparável, posto que a não realização da cirurgia ou a morosidade do atendimento poderá ocasionar sequelas irreversíveis à Requerente, sendo agravado pela sua idade.Desse modo, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela para realização do procedimento oftalmológico.Cumpra-se com urgência.Cite-se para contestar, no prazo legal.Após à réplica e especificação de provas.Intime-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0018470-44.2010.8.22.0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Aglico José dos Reis
Advogado: Neidy Jane dos Reis (OAB/RO 1268), Valeska Bader de Souza (OAB/RO 2905)
Requerido: Deomar Castelo Branco, Aucilene Tavares Correia, Município de Porto Velho
Advogado: José Gomes Bandeira Filho (RO 816), Lukas Mota de Jesus (OAB/RO 638E), Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306), Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Carlos Alberto de Sousa Mesquita (OAB/RO 805)
DECISÃO :
Considerando a Certidão (fls.273/v) certificando a tempestividade do Recurso de Apelação apresentado, recebo-o no seu efeito devolutivo nos termos do art.520, CPC.Após, subam os presentes autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as nossa homenagens.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0209733-39.2008.8.22.0001
Ação: Desapropriação
Requerente: Município de Porto Velho - RO
Advogado: Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-B), Francisco Alberto de Lacerda (OAB/RO 1524), Mirton Moraes de Souza (OAB/RO 563), Waldecy dos Santos Vieira ( )
Requerido: Espolio de Florindo da Silva Valladares
Advogado: Mário Gomes de Sá Neto (OAB/RO 1426), Thiago de Oliveira Sá (OAB/RO 3889)
DECISÃO :
Considerando a Certidão (fls.500/v) certificando a tempestividade do Recurso de Apelação apresentado, recebo-o no seu efeito devolutivo nos termos do art.520, CPC.Após, subam os presentes autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as nossa homenagens.Porto Velho-RO, 8 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0014772-59.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jorge Gomes Mariano, Joicelaine Anazário Gulla, Jorsilene Pinto dos Santos, Jose Augusto da Silva, Jose Cosme Santos, José Gabriel Fernandes da Silva, José Galvão Santana, Jose Matias de Souza, José Pereira Ribeiro Filho, Jose Tiburcio, Josefa Dionizio Ribeiro, Josimar Araujo dos Santos, Jozue Sousa Abreu, Jovelina Costa Soares, Juliana Campos Silva, Justini Jânio da Silva Rodrigues, Juvenal Pereira de Souza, Katya Kelly Monteiro da Silva, Ledy Reis Barbosa, Leila

Cristina Nogueira dos Santos, Leiny Pereira da Silva, Lenilda Emília Pereira da Silva, Leone Ferreira dos Santos, Libia Assis das Neves, Lucinaia Bispo de Moraes Pacifico, Luiz Alberto Cruz de Andrade, Lurdes de Vargas Mendes, Manoel do Carmo Santiago Andrade, Manoel Martins da Costa, Manoel Mauro Rodrigues da Silva, Manoel Pires Chaves, Márcia de Almeida Brito Barroso, Marcio Freire Pereira, Marcos Alves da Costa, Margarida Fernandes da Silva, Maria Antonia Gomes Pinheiro, Maria Auxiliadora Sales de Queiroz, MARIA AUXILIADORA SILVA, Maria Castro Passos, Maria Conceição Santos Marques, Maria da Silva Lima, Maria das Dores Costa da Silva, Maria das Dores Costa de Carvalho, Maria das Dores Santos, Maria das Graças Ferreira, Maria das Graças Rodrigues Pereira
Advogado: Ronaldo Carlos Barata (OAB/RO 729), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (RO 614), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB-RO 614), Não Informado (OAB/SP 243972), Ronaldo Carlos Barata (OAB/RO 729), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614), Ronaldo Carlos Barata (OAB/RO 729), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614), Ronaldo Carlos Barata (OAB/RO 729), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614), Ronaldo Carlos Barata (OAB/RO 729), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614), Ronaldo Carlos Barata (OAB/RO 729), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614), Ronaldo Carlos Barata (OAB/RO 729), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614), Ronaldo Carlos Barata (OAB/RO 729), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614), Ronaldo Carlos Barata (OAB/RO 729), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614), Ronaldo Carlos Barata (OAB/RO 729), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614), Ronaldo Carlos Barata (OAB/RO 729), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614), Ronaldo Carlos Barata (OAB/RO 729), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614), Ronaldo Carlos Barata (OAB/RO 729), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614), Ronaldo Carlos Barata (OAB/RO 729), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614)
Requerido: IPAM - Instituto de Previdencia e Assistencia dos Servidores do Municipio de Rondônia
Advogado: Ana Maria Lessa Mariaca (RO 1182), Blandina Amelia Leonardo Pinto Gonçalves (OAB/RO 1705), Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934), Floriano Vieira dos Santos (OABRO 544), Sandra de Almeida Franco (OAB/RO 2559)
DECISÃO :
Considerando a Certidão (fls.305/v) certificando a tempestividade do Recurso de Apelação apresentado, recebo-o no seu efeito devolutivo nos termos do art.520, CPC.Após, subam os presentes autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as nossa homenagens.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito
Proc.: 0017415-24.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: B. R. Almeida & Cia Ltda
Advogado: Andrey Cavalcante (OAB/RO 303B), Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
Requerido: Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia - DER/RO
Advogado: Bruno César Singulani França (OAB/RO 3937), Bruno Rafael Orsi (OAB/RO 4852), Marlúcia Chianca de Morais (OAB/RO 3632)
DESPACHO :
Expeça-se alvará conforme requerido para levantamento dos 50% restante dos honorários periciais, conforme requerido ás fls. 422.Intimem-se as partes, por via de seus advogados, a se manifestarem sobre o laudo pericial apresentado.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0023930-75.2011.8.22.0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Rozalba Botelho Medeiros
Advogado: Mário Lúcio Machado Profeta (OAB/RO 820)
Requerido: Município de Porto Velho RO
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
SENTENÇA :
Assim, nos fundamentos expostos, e tudo mais que consta dos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido: I Rejeitando o pedido de reintegração de posse em favor de Rozalba Botelho Medeiros, pois não configurados os requisitos do art. 926 e 927 do Código de Processo Civil c/c art. 1.196 do Código Civil de 2002; II-. Rejeitando a pretensão de danos morais, pois não configurados os seus elementos, anotando a informação da testemunha que a Autora nem mesmo morava no local, à época; III - Acolhendo o pedido de indenização por danos materiais, na regra do art. 1.255, Código Civil, considerando a destruição do poço, baldrame e da cerca em poste de concreto e arame liso, sem restar comprovada nos autos a ocorrência de má-fé pela Autora quando da sua construção, devendo por isso ser ressarcido o valor correspondente, apurado em liquidação de SENTENÇA por arbitramento, incidentes os juros legais (0,5% ao mês) a partir da citação, não reconheço direito a indenização pela construção da casa, considerando a informação prestada em Juízo que a mesma fora vendida há oito anos para terceiro que lá reside até hoje. Considerando a sucumbência recíproca e considerando-a proporcional, distribuo e compenso, sem condenar qualquer das partes em honorários. Sem custas pela gratuidade pela Autora e isenção pelo Réu. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. Vindo recurso, intime-se o Apelado para as contrarrazões, certificada a tempestividade e preparo. P.R.I.Porto Velho-RO, 8 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0019341-11.2009.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Cícero Salustiano Siqueira, Solange Maria Gomes Munhoz, Sandra Regina Souza, Wania Aurora Aparecida, Sueli Norma Oliveira Soares, Telma do Socorro Rocha Pantoja, Edson de Paula Dias, Hermilenio Sombra de Macedo, Águida Maria de Vasconcelos Oliveira, Messias da Silva Lins, Jairo Cesar da Silva Barreto, Regina Medeiros Ramos, Maria da Penha Fosse, Sérgio Alves Ribeiro, Maria Gorete Caetano, Felisberto Gomes Trindade, Lucy Lopes Alves, Georgete Jafuri Pinheiro da Silva, Roberto Gonçalves da Silva, Sandra Maria Gomes Batista Correa, Manoel Lopes Neto, Joana Fernandes Iurczak

Machado, Jeferson Chuinca, Lucimar Batista de Azevedo, João Araújo Santos, Francisco Heverton Bezerra Bessa, Josefa Oliveira da Conceição, Vitalina Maria de Jesus, Maria Sueli Holanda de Castro, Luverci de Oliveira Silva, Lucineide Farias Lages, Claudio Fernando Muniz Ribeiro, Dorival Nunes da Rosa, Nilton Coimbra Magalhães, Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: José Ricardo Costa (OAB/RO 2008), Marcella Sanguinetti Soares Mendes Pge ( )
Executado: Antônia Fernandes Leite, Maria de Nazaré Rodrigues Cavalcante, José Osvaldino Xavier de Oliveira, Maria Selma de Souza Silva
Advogado: José Ricardo Costa (OAB/RO 2008), Ramiro Ramos de Carvalho (OAB/RO 2313), José Ricardo Costa (OAB/RO 2008)
DESPACHO :
Retifico a DECISÃO retro.Há pedido de desconto em folha de pagamento da quantia individualizada de cada executado. Defiro o Requerimento, devendo ser oficiado à Secretaria de Estado de Administração e ao IPERON, conforme requerido ás fls. 335/6. No que se refere ao executado Nilton Coimbra Magalhães, após a expedição do ofício, retornem os autos conclusos para realização de bloqueio online no sistema BACEN JUD.Intime-se. Expeça-se o necessário.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0010600-74.2012.8.22.0001
Ação: Mandado de Segurança
Requerente: Emily Vitória Garcia Lamarão
Advogado: Vivaldo Garcia Júnior (OAB/RO 4342)
Requerido: Diretor de Assistência Farmacêutica da Coordenação Política da Assistencia Farmacêutica
Advogado: Patrícia Capeleiro ( )
DESPACHO :
Compulsando os autos, verifico que houve o cumprimento equivocado do mandado judicial expedido (nº 95954/2013), em que o Oficial de Justiça procedeu a intimação de pessoas estranhas a estes autos (fls. 65, 68 e 69). I - Por essa razão, expeça-se novamente o mandado de intimação, com a máxima urgência, nos mesmos termos do anteriormente expedido, procedendo o direcionamento da distribuição para o Oficial de Justiça responsável, sem produtividade.II - Informe ainda a escrivania à administração do Fórum sobre o ocorrido.Intime-se. Expeça-se o necessário.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015723-19.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Luiza Rodrigues dos Santos
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Estado de Rondônia, Município de Porto Velho RO
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Carlos Dobbis (OAB/RO 127)
DESPACHO :
Emende-se a inicial com o fim de determinar corretamente o polo passivo da ação, não sendo possível intentar este tipo de pedido em face do Estado de Rondônia e Município de Porto Velho, vez que as competências são distintas e o objeto é único.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0013674-05.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Joaquim dos Santos
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Município de Porto Velho RO, Estado de Rondônia
Advogado: Carlos Dobbis (OAB/RO 127), Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)
DECISÃO :
Pretende a disponibilização de fraldas descartáveis geriátricas de forma contínua pelo Requerido, devido a sequela de acidente vascular cerebral isquêmico.É sabido que a utilização de fraldas descartáveis ao Autor é imprescindível, tendo em vista, os problemas motores que possui. Neste sentido, a disponibilização do insumo à manutenção de sua saúde, evitando risco de problemas dermatológicos e infecções. Ademais, o TJRO possui entendimento consolidado sobre o dever do Município neste tipo de fornecimento.Por todo o exposto, considerando a necessidade na utilização do insumo requerido DEFIRO o pedido de antecipação de tutela, em parte, a fim de que seja disponibilizado no prazo de 05 (cinco) dias fraldas geriátricas, no limite de 07 por dia, sem ater-se a marca determinada.Cite-se o Estado para contestar no prazo legal. Após, à réplica e especificação de provas.Cumpra-se. Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0016084-36.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Majory Dayane dos Prazeres de Oliveira
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)
DECISÃO :
Desse modo, é imprescindível melhor análise do pleito para a disponibilização da bomba de insulina, necessitando de efetiva comprovação pela Autora dos requisitos mínimos para a utilização do aparelho e a impossibilidade de substituição de outro tratamento para diabetes tipo I, já utilizado na rede pública de saúde.Ante o exposto, INDEFIRO a pedido de antecipação de tutela.Cite-se o Estado para contestar no prazo legal.Após, à réplica e especificação de provas.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0093220-85.2008.8.22.0001
Ação: Execução Contra a Fazenda Pública
Exequente: Franciedson Freitas da Silva
Advogado: Lise Helene Machado Vitorino (RO 2101), Merien Amantéa Fernandes (OAB/RO 2695)
Executado: Estado de Rondônia
Advogado: Lia Torres Dias (OAB/RO 2999)
DESPACHO :
O Estado de Rondônia peticiona nos autos questionando o valor expresso na RPV n. 08/2013 e a ausência do nº de CPF do Exequente neste documento.No que se refere ao valor executado, não há o que se argumentar pois o valor obtido em SENTENÇA de embargos é maior do que o exposto no documento impugnado, pois foi renunciado expressamente ao

excedente a 10 salários mínimos, para fins de pagamento via RPV, conforme petição de fls. 137Para fins de regularização do documento, intime-se o Exequente a informar seu CPF, com o fito de instruir a Requisição de pequeno valor, no prazo de 48 horas.Após, oficie-se ao Estado de Rondônia para pagamento no prazo de 10 dias, tendo em vista a data de expedição do documento ser referente ao mês de fevereiro do corrente ano. Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0013676-72.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Angel Alexandre Luna da Silva
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Estado de Rondônia, Município de Porto Velho RO
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Carlos Dobbis (OAB/RO 127)
DESPACHO :
Pretende o Autor a disponibilização de fraldas geriátricas descartáveis na forma contínua por apresentar paralisia cerebral.É sabido que a utilização de fraldas descartáveis ao Autor é imprescindível, tendo em vista, os problemas motores que possui. Neste sentido, a disponibilização do insumo à manutenção de sua saúde, evitando risco de problemas dermatológicos e infecções.Ademais, o TJRO possui entendimento consolidado sobre o dever do Município neste tipo de fornecimento.Por todo o exposto, considerando a necessidade na utilização do insumo requerido DEFIRO o pedido de antecipação de tutela, em parte, a fim de que seja disponibilizado no prazo de 05 (cinco) dias fraldas geriátricas, no limite de 07 por dia, sem ater-se a marca determinada.Cite-se o Estado para contestar no prazo legal.Após, à réplica e especificação de provas.Cumpra-se. Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito
Silvia Assunção Ormonde
Escrivã Judicial

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Juiz de Direito: Edenir Sebastião A. da Rosa
Escrivã: Silvia Assunção Ormonde
Email: pvh2fazgab@tj.ro.gov.br
Email : pvh2faz@tj.ro.gov.br
OBS: SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU VIA INTERNET

Proc.: 0016543-09.2011.8.22.0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia, Carlos Alberto Soccol, Município de Porto Velho
Advogado: Geraldo Henrique Ramos Guimaraes (RO 0000), Alzir Marques Cavalcante Junior ( ), Heleneide Afonso da Silva Soccol (OAB/RO 756), Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Requerido: Roberto Eduardo Sobrinho, Jair Ramires, Natanael Castro Moura, Erasmo Carlos dos Santos, Gilberto das Dores Morais, Joelcimar Sampaio da Silva, Francisley Carvalho Leite, Construtora Marquise S/a, Mário Jonas Freitas Guterres
Advogado: Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Márcio de Melo Nogueira (OAB/RO 2728), Walmir Bernarrosh Vieira (OAB/RO 1500), Luiz de França Passos (OAB/RO 2936), Marlen de Oliveira Silva (OAB/RO 2928), José Alves Pereira Filho (OAB/RO 647), Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633), Richard Campanari (OAB/RO 2889), Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641), Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-B)
SENTENÇA :
Assim, ante tudo que foi exposto: a) Rejeito a ação de improbidade administrativa em face dos requeridos Natanael Castro Moura, Gilberto das Dores Morais, Joelcimar Sampaio e Franciscley Carvalho Leite seja por não vislumbrar a ocorrência do elemento subjetivo indispensável à caracterização da improbidade, seja por não considerar que haja nos autos elementos para imputar os fatos aos requeridos;b) a ação prosseguirá quanto aos requeridos ROBERTO EDUARDO SOBRINHO, CARLOS ALBERT SOCCOL, JAIR RAMIRES, ERASMO CARLOS DOS SANTOS CONSTRUTORA MARQUISE S/A e MARIO JONAS FREITAS GUTERRES, bem como quanto ao pedido de declaração de nulidade da concorrência e do contrato n. 030/PGM/2010, e seus aditivos.c) indefiro o pedido de antecipação de tutela por vislumbrar a possibilidade de dano inverso ao Município.Cite-se o os requeridos, bem como o Município para apresentar contestação.Com a manifestação, abra-se vista para réplica e especificação de provas.Intimem-se os advogado de Roberto Sobrinho, Natanael Castro Moura e Gilberto das Dores do Amaral a regularizarem suas representações nos autos, apresentando o instrumento de procuração, no prazo de 10 dias.Int.Porto Velho-RO, 08 de agosto de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Silvia Assunção Ormonde
Escrivã Judicial

2º JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Cartório do 2º Juizado da Infância e da Juventude
2º Juizado da Infância e Juventude de Porto Velho-RO
Juiz Titular: Dr. Dalmo Antonio de Castro Bezerra
e-mail: pvh2jij@tjro.jus.br
Diretora de Cartório: Ana Zelia Vaz Oliveira

Proc.: 0000335-47.2012.8.22.0701
Ação: Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteç
Requerente: Minsitério Público do Estado de Rondônia
Requerido: Edivaldo Claudio Bezerra
Advogado: Anisio Feliciano da Silva (OAB/RO 36A)
DESPACHO : Intime-se a defesa do requerido para apresentar
alegações finais no prazo legal.
Porto Velho, 09 de agosto de 2013

Ana Zelia Vaz de Oliveira
Diretora de Cartório

1ª VARA DE FAMÍLIA

1ª Vara de Família e Sucessões

Proc.: 0008251-52.2013.8.22.0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: I. C. D.
Advogado: Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues (OAB/RO 3798)
Requerido: J. D.
Advogado: José Mario Alves da Silva (OAB/RO 81A)
DESPACHO :
VISTOS e examinados.Objetiva a requerente a RETIFICAÇÃO do formal de partilha, com retificação de seu nome de então casada para o atual, além de inclusão de especificações de dados do imóvel.O formal de partilha já fora expedido às fls. 50/51, NOS EXATOS TERMOS DA SENTENÇA de fl. 43, com a relação dos bens e documentos apresentados NOS AUTOS. Não há falar-se em retificação do formal de partilha, uma vez que aquele já expedido está de acordo com a DECISÃO judicial prolatada nestes Autos. Anote-se que na SENTENÇA não consta alteração do nome da virago, portanto, se alteração houve por contrair novo matrimônio, tratando-se de fato superveniente, deve ser demonstrado com o documento respectivo. Aliás, nem mesmo apresentou a requerente documento pessoal, com o novo pleito, no qual conste o nome atual. Por fim, se no processo não houve especificação dos dados do imóvel em questão, a SENTENÇA e o formal se vinculam ao que constava do processo, não podendo ser, agora, especificados dados pelo Juízo, os quais não podem ser observados no decorrer do processo, a fim de confrontação com a documentação somente agora apresentada.Nos termos do artigo 141 das DGJ/TJ/RO, o formal de partilha constitui um conjunto de cópias ou reproduções de peças dos autos de processo, com a numeração de todas as folhas, devidamente rubricadas pelo Escrivão e indicação do número destas. Deve constar do fomal a discriminação completa dos imóveis, inclusive número de seu registro no cartório competente, a toda obviedade, se tal informação estiver no processo. Não é o que se verifica neste Feito.Posto isso, indefiro o pedido de fl. 64. Intime-se via DJ.Em seguida, voltem ao arquivo.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0010123-39.2012.8.22.0102
Ação: Interdição
Interditante: C. A. C. F.
Advogado: Laercio Batista de Lima (OAB/RO 843)
Interditado: A. C. F.
SENTENÇA :
VISTOS e Examinados.C. A. C. F., devidamente qualificado nestes Autos, requereu a interdição de A. C. F. cognitiva prejudicada, não detendo discernimento para alimentar-se e medicar-se apropriadamente, necessitando ficar em tempo integral sob vigilância. Juntou procuração e documentos (fls. 07/23).Emenda à fl. 26/33. Recebimento da inicial e emenda à fl. 34.Realizada audiência para interrogatório do interditando, a tomada de depoimento restou, porém, frustrada por não ter ele respondido à comunicação com a magistrada, permanecendo em silêncio, apenas mantendo contato visual (fl. 38).Determinada a realização de perícia médica, o laudo veio aos autos à fl. 44/45 . O Ministério Público manifestou-se pelo acolhimento do pedido (fls. 47/48).É o Relatório. Decido.Pelos elementos constantes dos autos, prescindo de outras provas a serem produzidas, razão pela qual passo a conhecer diretamente do pedido.Inicialmente, convém assinalar a legitimidade do requerente, na qualidade de genitor do interditanto (fl. 20),para ingressar com o presente pleito, conforme o disposto no art. 1.768, inciso I, do Código Civil.Estabelecida tal premissa, observa-se que o laudo pericial encartado nos autos corrobara as alegações do requerente, no sentido de ser o requerido desprovido de capacidade de fato. A perícia veio a constatar que o interditando é portador de Autismo (CID 10: F84.0), que gera incapacidade total e permanente, estando ele inapto a gerir os atos da própria vida (fl. 45).Some-se a isso o fato de o requerido sequer ter conseguido se comunicar com a magistrada durante o interrogatório, o que também denota a efetiva existência da enfermidade indicada na perícia.Assim, resta inconteste que o interditando encontra-se totalmente incapacitado, não tendo o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.Gize-se, ademais, que não há qualquer elemento nos autos que contraindique a nomeação do requerente como curador, ressaltando-se que ele já vem se responsabilizando pelos cuidados com o interditando. RESTRIÇÕES: É sabido que à curatela são aplicáveis as regras da tutela (artigo 1.781 do Código Civil). Desta forma, bens da interditanda não poderão ser vendidos pelo CURADOR, a não ser mediante autorização judicial (artigos 1.750 e 1.754 do Código Civil).Não poderá também o curador contrair dívidas em nome do CURATELADO, inclusive para abatimento direto em eventual benefício previdenciário, a não ser expressa e específica autorização judicial (artigo 1.748, I, do Código Civil). Fica autorizado ao CURADOR, outrossim, receber o benefício previdenciário do CURATELADO, nos termos do artigo 1.747, II, do Código Civil.ISTO POSTO, e por tudo mais que dos autos consta, DECRETO A INTERDIÇÃO de A. C. F., declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 3º, inciso II, do atual Código Civil, e de acordo com o artigo 1.775, Parágrafo 3º do mesmo Códex, nomeio-lhe Curador o requerente C. A. C. F.Expeça-se termo de curatela, com as restrições acima, de forma destacada.Na forma do artigo 1.184, combinado com o que dispõe o § 2º do artigo 232, ambos do Código de Processo Civil, publique-se esta DECISÃO por três vezes apenas no Diário da Justiça, com intervalo de 10 (dez) dias. Em obediência ao disposto no artigo 9º, inciso III do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil (art. 29, V, Lei 6.015/73). Comunique-se ao TRE (fl. 19).P.R.I.C.Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0005991-02.2013.8.22.0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: F. O. da S.
Advogado: Franklin Moreira Duarte (OAB/RO 5748)
Requerido: A. G. da S. O.
DESPACHO :
VISTOS e examinados.Defiro o pedido de dilação de prazo para cumprimento da determinação de emenda, conferindo mais 20 (vinte) dias ao requerente.Transcorrido sem manifestação, venham conclusos para extinção, como já assinalado à fl. 13.Intime-se via DJ.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0001735-16.2013.8.22.0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: S. M.
Advogado: Leonardo Werneck de Carvalho (Defensoria Pública)
Requerido: M. A. do N.
SENTENÇA :
VISTOS e examinados.S. M. do N., já qualificada nos autos, ingressou com a presente Ação de Divórcio Litigioso em face de M. A. do N., igualmente qualificado, alegando, em síntese, que, mantido relacionamento amoroso por mais de 13 anos, se casou com o requerido pelo regime da comunhão parcial de bens no dia 06/01/2012, mas já estão separados de fato há 05 meses. Da união advieram 03 filhos ainda menores Não adquiriram bens a partilhar. Requer a manutenção do nome de casada. Pleiteou fosse decretado o divórcio (fls.03/06). Juntou procuração e documentos.As questões afetas aos filhos menores estão sendo discutidos em processo autônomo (autos 0001807-03.2013.8.22.0102) - fls. 13/14.Assim, prescindível a intervenção do Ministério Público nestes autos, posto não haver interesse de incapaz no processo.A parte requerida foi citada, conforme fl. 16, mas não apresentou contestação.É o relatório. Decido.Não há preliminares ou questões prejudiciais da análise do mérito para serem decididas. No mérito, o pedido inicial é procedente.Com o advento da Emenda Constitucional n. 66, publicada no DOU de 14-07-2010, deixou-se de se exigir prazo para a propositura e decretação do divórcio, devendo restar comprovado nos autos tão-só a vontade das partes em dissolver a sociedade conjugal, o que se vê neste Feito, dado o pedido da autora, a notícia de separação de fato e a revelia do requerido.A questão afeta aos filhos menores está sendo discutida em processo autonômo, conforme relatório de fl. 14. Ademais, as partes não adquiriram bens a partilhar. Assim, nada há a ser deliberado quanto a prole e patrimônio. Quanto ao uso do nome, sendo direito da personalidade da autora, e diante de pedido expresso, permanecerá ela usando o nome de casada. POSTO ISSO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO e decreto o divórcio do casal, com fundamento no artigo 1580, § 2º do Código Civil e declaro cessados os deveres de coabitação e fidelidade recíproca e o regime matrimonial de bens, como se o casamento fosse dissolvido, e sem que haja partilha de bens, posto que nada foi adquirido. Custas e honorários pelo réu, estes em 10% sobre o valor da causa, dada a ausência de complexidade.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, expeçam-se os mandados necessários e arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 9 de maio de 2013.Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0006666-96.2012.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: E. K. N. da S.
Advogado: Sérgio Muniz Neves (Defensoria Pública)
Requerido: Iran Pereira da Silva
Custas Finais:
Fica a parte Iran Pereira da Silva, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$118,91 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0000166-14.2012.8.22.0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: A. M. da S. D. M. da S.
Advogado: Sérgio Muniz Neves (Defensoria Pública)
Requerido: André Castro da Silva
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 62,51 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0008449-26.2012.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: A. P. S. de C.
Advogado: Paulo Roberto da Silva Maciel (OAB/RO 4132), Paulo Fernando Lérias (OAB/RO 3747)
Requerido: E. B. de A.
Advogado: Antônio Santana Moura (OAB/RO 531-A)
DESPACHO :
VISTOS e Examinados em Saneador.
1. O processo não deve ser sentenciado de plano, pois requer a produção de outras provas, não estando presentes as hipóteses de julgamento antecipado da lide.2. Quanto à prejudicial de mérito atinente ao suposto acordo firmado entre as partes, verifica-se que o termo de fl. 42 não se encontra assinado por nenhum dos litigantes, padecendo, pois, de possibilidade de gerar efeitos jurídicos.
3. Julgo saneado o feito, fixando como ponto controvertido a partilha de bens e o valor dos alimentos em prol do filho menor.
4. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 16/09/2013, às 11: 00 horas.
5. Deverão ser as partes intimadas para depoimento pessoal nos termos do art. 343, CPC, com as penalidades de seus parágrafos, que devem ser expressas no mandado. 6. Sejam todos intimados, inclusive patronos, testemunhas, o Ministério Público e as partes, repito, estas para prestarem depoimento pessoal, sob pena de confesso.
7. O rol de testemunhas deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação do presente DESPACHO (artigo 407 do CPC), mesmo que venham independentemente de intimação, sob pena de não serem admitidas.
8. Quanto às provas documentais, só serão admitidas na hipótese do art. 397 do Código de Processo Civil.9. Por fim, defiro o pedido de expedição de ofício ao IDARON (fl.48), uma vez que há demonstração do alegado óbice intransponível relatado pela requerente, ressaltando que a instrução normativa de fl. 20 descreve, em seu bojo, que o pedido de informações será feito por parte do TITULAR da ficha, que não é o caso da requerente.Oficie-se ao órgão como requerido à fl. 48, último parágrafo.
10. CUMPRA-SE COM ATENÇÃO.Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0005681-30.2012.8.22.0102
Ação: Execução de Alimentos
Exequente: L. G. M. R.
Advogado: Sérgio Muniz Neves (Defensoria Pública)
Executado: A. de F. R.
Advogado: Maria Almeida de Jesus (OAB/RO 663)
SENTENÇA :
VISTOS e examinados.Verifica-se a ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, uma vez que o exequente não regularizou a sua representação processual, inclusive mudou de endereço, sem realizar, contudo, a devida atualização nos autos, o que também contraria o art. 238, Parágrafo único, do Código de Processo Civil.Assim, JULGO

EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil.Autorizo eventuais levantamentos de documentos, com exceção da procuração, mediante cópia e recibo nos autos.Sem custas e sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se.Após, arquive-se, independentemente de trânsito em julgado. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0007828-92.2013.8.22.0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: C. D. F. F.
Advogado: Itamar Jorge de Jesus Olavo (OAB/RO 2862)
Requerido: K. M. F.
SENTENÇA :
VISTOS e Examinados.Observado que esta ação fora distribuída por dependência, diligenciando-se junto ao SAP/TJ/RO, verificou este Juízo a ocorrência de litispendência, com os autos n. 000600-82.2013.8.22.0102.Constata-se que efetivamente trata-se de processo com o mesmo pedido, causa de pedir e partes, o qual já aguarda devolução do mandado de citação.Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 267, inciso V do Código de Processo Civil.Custas pelo autor.Transitada em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0012184-67.2012.8.22.0102
Ação: Interdição
Interditante: Vanessa Claro de Faria
Advogado: Kharina Mielke (OAB/RO 2906)
Interditado: Amanda de Faria Fernandes
DESPACHO :
VISTOS e examinados.A parte autora requereu o prosseguimento do feito, bem como a determinação de nova perícia médica.Defiro o pedido.1. Expeça-se ofício ao CAPS, requisitando a designação de nova data para realização de perícia psiquiátrica, na forma do art. 1.183 do CPC. Com a nova data, sejam as partes intimadas para comparecimento.2. Observa a Escrivania as disposições constantes à fl. 24, item 3, 3.1 e 3.2.3. Redesigno o interrogatório da interditanda para o dia 03/09/2013, às 10h00min.4. Expeça-se novo mandado de citação da requerida, bem como de intimação e condução coercitiva para audiência marcada, de ambas as partes.5. Seja a parte requerente intimada, via DJ, a cumprir o determinado à fl. 31, alínea “a”, até a data da audiência supra.Cumpra-se com atenção.Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0007218-61.2012.8.22.0102
Ação: Execução de Alimentos
Requerente: F. D. de O.
Advogado: Wilson Xavier de Andrade Neto (OAB/RO 4559)
Requerido: F. F. C.
Advogado: Polyana Feitosa Borges (OAB/RO 5600)
DESPACHO :
VISTOS e examinados.1) Trata-se ação de execução de alimentos proposta por F. D. de O., representado pela genitora, contra F. F. C., todos qualificados, objetivando o pagamento do débito alimentar referente aos meses de janeiro a maio de 2012, no valor de R$ 2.036,56, pelo rito do Cumprimento de SENTENÇA (475-J, CPC). Juntou documentos de fls. 07/23.Emenda às fls. 26/39 e 42.Citado (fl. 61), o executado apresentou embargos à execução, aduzindo, em síntese, que o cálculo apresentado pelo exequente estaria incorreto, apresentando novo cálculo e requerendo o parcelamento do débito em 10 vezes (fls. 55/59).Viera o credor às fls. 63/68, declinando que o demonstrativo do débito está correto, concordando com o parcelamento em 10 vezes, mas no valor por ele apresentado.Parecer do Ministério Público (fls. 69/70), pugnando pela remessa dos autos ao contador judicial e, após, intimação do executado acerca da proposta de parcelamento do exequente, mediante desconto em folha de pagamento.É o sucinto relatório. DECIDO.2) Incialmente, observa-se que o executado apresentou “embargos à execução”, que certamente não se amolda ao presente procedimento desta execução. Porém, estando tal petição dentro do prazo do art. 475-J, §1º, do CPC, e à luz do princípio da instrumentalidade das formas, recebo-a como impugnação, passando a analisar o mérito do arrazoado.O demonstrativo do débito apresentado pelo credor de fl. 28 está baseado no ganho apresentado às fls. 34/35 (R$ 2.658,61), dos meses de junho e julho de 2011.Já o demonstrativo apresentado pelo devedor à fl. 58 está baseado no ganho apresentado à fl. 59, do mês de abril de 2013. De plano, constata-se haver inconsistência nas alegações do executado.O valor de R$ 2.282,23 não pode ser utilizado como base de cálculo para apuração do percentual de 15% dos rendimentos líquidos, pago a título de pensão, haja vista que em tal montante estão incluídos descontos outros, que não apenas os legais, tais como empréstimos bancários.Destaque-se que no acordo de fls. 12/13 foi expressamente consignado que seriam abatidos apenas os impostos compulsórios por força legal, com exclusão do FGTS, PIS/PASEP, horas extras, diárias, despesas de viagens a serviço, auxílios e adicional de insalubridade. No contracheque de fl. 59, há descontos que não possuem tal natureza, tendo provável origem contratual, e como tal, não considerados para fins de cômputo dos rendimentos líquidos do executado.Logo, não prospera a impugnação ofertada pelo executado, ressaltando-se que no próprio contracheque de fl. 59 consta desconto de R$ 473,64 referente à pensão alimentícia, valor que difere daquele apontado nominalmente por ele na planilha de fls. 58 (R$ 342,33), justamente porque tal se fundara em base de cálculo inferior à correta (R$ 2.282,23).Conforme art. 475-L, inciso V e seu parágrafo § 2º, CPC, o executado, ao alegar excesso de execução, declarou valor o qual, diante da documentação por ele próprio apresentada, mostrou-se improcedente.Assim, desnecessária a ida dos autos à Contadoria, ante a clarividente impropriedade dos argumentos do executado, sendo que a única impugnação de sua parte residia na afirmação de que os valores executados eram superiores ao devido, o que não comprovou, como VISTO , não encontrando o devido respaldo jurídico.2.1) POSTO ISSO, julgo improcedente a impugnação do devedor, determinando o prosseguimento da execução.3) Considerando a proposta do devedor de parcelamento da dívida em 10 vezes, a serem pagas na mesma data do desconto em folha de pagamento das demais prestações (fl. 56, terceiro parágrafo), com aceitação da parte credora (fl. 67, quarto parágrafo); considerando a improcedência da impugnação do executado, estando nos autos o demonstrativo ATUALIZADO do débito (fl. 68); considerando estar nos autos o demonstrativo de rendimentos de fl. 59, a demonstrar a viabilidade e possibilidade da medida, de modo a não inviabilizar

a subsistência do devedor, e, por fim, considerando que os artigos 16 e 17 da Lei 5.478/68 outorgam preferência absoluta ao meio executório do desconto: somente na hipótese de a situação pessoal do executado não comportar a medida, que pressupõe fonte determinada e fixa de rendimentos, entram em cena a expropriação e a coerção pessoal (in Manual do Processo de Execução, Araken de Assis, 8ª ed., RT, 2002), determino que o pagamento do valor da execução se dê mediante desconto diretamente no rendimento do executado, da seguinte forma: valor do débito: R$ 2.500,35valor do desconto: R$ 250,03número de parcelas: 10 (dez)O valor das parcelas da execução deverá ser depositado pelo empregador, mensalmente, na conta bancária na qual já é depositada a pensão regular mensal.3.1) POSTO ISSO, considerando-se que foi possível a satisfação do débito na forma do artigo 17 da Lei de Alimentos (Lei 5.478/68), nos termos do artigo 18 da mesma Lei, e artigo 794, I do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Oficie-se ao empregador a fim de que efetue mensalmente os descontos e depósitos, tanto da pensão alimentícia (15% dos rendimentos líquidos), quanto do valor das dez (10) parcelas da presente execução, conforme planilha acima. Informe que, liquidadas as parcelas do débito, deverá permanecer o desconto mensal da pensão alimentícia (15% dos rendimentos líquidos).Autorizo eventuais levantamentos de documentos, com exceção da procuração, mediante cópia e recibo nos autos.Custas e honorários pelo devedor, estes em 20% sobre o valor dado à causa.Transitada em julgado, arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0008012-48.2013.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: N. L.
Advogado: Patrícia Silva dos Santos (OAB/RO 4089)
Requerido: J. W. de N.
DESPACHO :
VISTOS e examinados.R. e A. em segredo de justiça e com gratuidade.Deverá ser emendada a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, para que a requerente: a) avalie cada um dos bens;b) apresente certidão de inteiro teor do imóvel (acaso não tenha matrícula em cartório de registro de imóveis, seja apresentada certidão descritiva e informativa da Prefeitura, na qual conste todos os limites e confrontações, bem como a cadeia possessória do bem perante a Municipalidade);c) traga a cópia do documento do veículo e motocicletas; tais poderão ser obtidos pelo site do Detran;d) informe os rendimentos mensais APROXIMADOS do requerido;e) retifique o valor dado à causa, que deve corresponder à integralidade do patrimônio amealhado;Intime-se via DJ.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0008156-22.2013.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: E. S.
Advogado: Diego Alexis dos Santos Arenas (OAB/RO 5188)
Requerido: J. B. dos S.
DESPACHO :
VISTOS e examinados.1) Narra a parte autora ter sido ameaçada pelo requerido, apresentando o B.O. de fl. 26. Tendo ocorrido prática de crime, anote-se que o pleito de medida protetiva deve ser feito no âmbito criminal, e não a este Juízo Especializado de Família.2) Quanto ao pedido de fl. 13, item 4, incabível, sendo obrigação da parte autora declinar e especificar o patrimônio comum e os pedidos a ele referentes.4) Quanto ao pleito de fl. 13, item 3, medida cautelar de arrolamento tem procedimento específico, incompatível com o rito ordinário desta ação de dissolução, não sendo admissível a cumulaçãopretendida.5) Deverá ser emendada a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, para que a requerente: a) apresente certidão de inteiro teor do imóvel (Acaso não tenha matrícula em cartório de registro de imóveis, seja apresentada certidão descritiva e informativa da Prefeitura, na qual conste todos os limites e confrontações, bem como a cadeia possessória do bem perante a Municipalidade);b) avalie o imóvel e, se for o caso, retifique o valor dado à causa;c) especifique, de maneira precisa, a data de início e fim da união;d) considerando que o pedido deve ser certo e determinado (CPC, art. 286), decline, desde logo, todos os bens que pretende partilhar, uma vez que é incabível pedido indeterminado de partilha de “outros bens a serem apurados no decurso do processo”.Intime-se via DJ.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0008039-31.2013.8.22.0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: A. A. A. Q.
Advogado: Erisson Ricardo Roberto Rodrigues da Silva (OAB/RO 5440)
Requerido: R. G. Q.
DESPACHO :
VISTOS e examinados.O executado deve obrigação alimentar, conforme documentos que instruem a inicial.Conquanto a inicial tenha sido protocolizada em 25/07/2013 e o vencimento da obrigação se dê no dia 23 (vinte e três) de cada mês, o exequente pleiteou a execução das parcelas atinentes aos meses de abril, maio e junho de 2013, com fundamento no artigo 733 do Código de Processo Civil, o que não se mostra admissível, uma vez que, em entendimento pretoriano, firmou-se que a execução fulcrada no procedimento da coerção pessoal somente é cabível apenas quanto aos 03 (três) últimos meses em atraso, e quando da interposição da ação já estava vencido o mês de julho de 2013.Essa exegese é claramente extraída da Súmula 309 do STJ, cujo intuito é o de evitar que a coação e a eventual prisão por dívida vencida não se acumule por longo período de tempo, de modo a onerar sobremodo o devedor e inviabilizar o pagamento pelo tamanho da dívida. Obseva-se, ainda, que no demonstrativo do débito à fl. 06 não houve a consideração da correção monetária e juros, incidentes após a data de cada vencimento.Desta forma, deverá a parte autora emendar a inicial a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, adeque o pedido, apresente demonstrativo do débito na forma contábil, e adeque o valor dado à causa.Com o transcurso, sem a necessária adequação, venham conclusos.Intime-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0007262-46.2013.8.22.0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: A. da C. M.
Advogado: Elpidio Rodrigues Caldas Neto (OAB/RO 3634)
Requerido: B. F. M.
DESPACHO :
VISTOS. Imprimo o rito ordinário, não havendo prejuízo às partes, elastecendo-se a ampla defesa.Indefiro a antecipação

dos efeitos da tutela, por falta de demonstração de seus requisitos ensejadores, necessitando os autos de maiores elementos de prova.Cite-se. Sirva este como mandado.Porto Velho-RO, quarta-feira, 24 de julho de 2013.Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0007008-73.2013.8.22.0102
Ação: Interdição
Interditante: F. S. C. D. M.
Advogado: LAED ALVARES SILVA (OAB/RO 263-A)
Interditado: A. de O. C.
DESPACHO :
VISTOS e examinados.Deverá ser emenda a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, para que a requerente: a) especifique cada um dos valores recebidos pelo requerido, quais sejam, rendimentos, aposentadoria, saldos de conta corrente e conta poupança e aluguel, realcionando-os com os documentos de fls. 18/44.b) esclareça se o interditando tem outros filhos, qualificando cada um (inclusive com os endereços), declinando se há concordância com o pedido de nomeação da autora como curadora;c) traga cópia do título de eleitor. Intime-se via DJ.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0008053-15.2013.8.22.0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: N. S. de S.
Advogado: Alan Kardec dos Santos Lima (OAB/RO 333)
Requerido: E. A. S. C. A. S.
DESPACHO :
VISTOS e examinados.Indefiro o pedido de gratuidade, uma vez que o comprovante de rendimentos apresentado (fl. 17) permite concluir pela capacidade financeira do requerente para arcar com o pagamento da custas, sem que haja prejuízo ao seu sustento pessoal, afastando ainda a presunção disposta no art. 4º, §1º, da Lei nº 1.060/50.Intime-se, via DJ, para recolhimento das custas em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0008157-07.2013.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: G. M. G. J. L. T. G. J.
Advogado: Fábio Viana Oliveira (OAB/RO 2060)
Requerido: R. F.
DESPACHO :
VISTOS e examinados.Trata-se de ação guarda cumulada com pedido de regulamentação de visitas.Primeiramente, constata-se que a parte autora insurge-se, estando a guarda com a genitora, com relação à fixação de visitas ao pai ocorrida nos autos nº 0005097-31.2010.8.22.0102. É verdade que a ação proposta fora de alimentos, contudo, a guarda fora judicialmente reconhecida para a genitora, ao fixar alimentos como obrigação paterna e visitação ao pai. Eis a jurisprudência do TJRO, na qual se observa esta posição, de forma muito clara: Conflito negativo de competência. Ação de modificação de guarda. Distribuição por dependência ao juízo da ação de Alimentos. Natureza acessória. Encontro dos juízes das varas de família e sucessões de Porto Velho. Enunciado n° 19.
A ação de modificação de guarda mantém seu caráter acessório, pois, deve reconhecer a existência de guarda anteriormente estabelecida, sendo competente, portanto, o juízo em que tramita ou tramitou a ação principal (art. 108 do CPC).
No mesmo sentido é o Enunciado nº 19 do Encontro dos Juízes das Varas de Família e Sucessões da comarca de Porto Velho, segundo o qual os autos devem ser distribuídos por dependência à Vara que fixou a guarda. (0008285-76.2012.8.22.0000 Conflito de competência. Relator : Desembargado Renato Mimessi) Entretanto, em consulta ao SAP (relatório em anexo), não se constata ter havido o trânsito em julgado em referido processo, salvo informação mais precisa (certidão), sendo óbvio que a parte requerente deve expressar seu inconformismo naqueles autos.A propositura desta ação de modificação de guarda e regulamentação de visitas (já fixada aquela para a genitora e esta para o pai), quando esta matéria já é objeto de discussão em outro processo, sem haver o trânsito em julgado naquele, portanto, em ação já decidida em primeiro grau, pendente de recurso no segundo grau de jurisdição, portanto, ação ainda em trâmite, gera litispendência.Aliás, se a petição de fl. 180 tem justamente o intuito de dar fim ao processo mencionado alhures (protocolo de petição pelo sistema digital do segundo grau - fl. 181), maior indicativo tem-se que a matéria está sub judice. Assim, cumpre à parte autora comprovar a ocorrência do trânsito em julgado naquele processo em questão.Por outro lado, ainda suprida a pecha acima citada, não pode passar desapercebido que os requerentes, também no que toca ao atual pleito de regulamentação de visitas, limitam-se a questionar atos tomados no processo supracitado, apontando vícios que o acometeriam, corroborados pela inércia da própria requerente em praticar determinados atos processuais no momento oportuno (deixou transcorrer in albis o prazo para réplica e para contrarrazoar o recurso apresentado pelo requerido). É dizer, não foram apresentados fatos novos, porquanto a inicial reportou-se tão somente a atos e fatos processuais pretéritos, objetos da demanda anterior, que certamente não podem ser reapreciados por este Juízo.As SENTENÇA s prolatadas em relações jurídicas continuativas, tais quais as de alimentos, guarda e visitas, são aptas a produzir coisa julgada formal e material. O fato de haver possibilidade de posterior revisão, como é o caso da ação revisional de alimentos, ação de modificação de guarda e visitas, não importa em incompatibilidade com a idéia de imutabilidade ínsita no conceito de coisa julgada material. Modificando-se os fatos inseridos no bojo de determinada relação jurídica continuativa, podem as partes deduzir nova ação, porém, com elementos distintos da anterior, tratando-se, na verdade, de uma nova pretensão, fundada numa causa de pedir ou pedido diverso. Obviamente, a coisa julgada não incide nesse caso, pois se trata de uma discussão de fatos supervenientes ao trânsito em julgado da SENTENÇA anterior. Como leciona Fredie Didier Jr. (Curso de Direito Processual Civil, v. 2, p. 443-444): ”SENTENÇA sobre relação jurídica continuativa faz, sim, coisa julgada material. Para a relação

jurídica continuativa, identificada por aquele quadros fático e jurídico, há uma DECISÃO transitada em julgada, indiscutível. Agora modificado o quadro fático e/ou jurídico, necessário que se dê novo tratamento à relação jurídica, o que será feito por nova ação, que culminará em uma nova DECISÃO transitada em julgado indiscutível para aquele nova situação. [...]A lei admite a revisão da SENTENÇA , embora transitada em julgado, diante da superveniência de modificações no estado de fato ou de direito e, portanto, nos pressupostos e elementos constitutivos da situação julgada. Mas a nova SENTENÇA , proferida em ação de revisão, não desconhece nem contraria a anterior. Trata-se de uma nova SENTENÇA , proferida para uma nova situação cujos pressupostos e elementos constitutivos já variaram com o passar o tempo. Na verdade, toda SENTENÇA proferida em tais situações contém em si a cláusula rebus sic stantibus, adaptando-a ao estado de fato e ao direito supervenientes".No mesmo sentido, colhe-se aresto oriundo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS. EXTINÇÃO DO PROCESSO EM RAZÃO DA CONFIGURAÇÃO DA COISA JULGADA. RELAÇÃO CONTINUATIVA. ALTERAÇÃO NO ESTADO DE FATO. POSSIBILIDADE DE REVISÃO DA SENTENÇA EM NOVA AÇÃO. EXEGESE DO ART. 471, I, DO CPC. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA ANULADA."Modificadas as situações fáticas ou jurídicas sobre as quais se formou a anterior coisa julgada material, tem-se uma nova ação, isto é, com nova causa de pedir próxima (fundamentos de fato) ou nova causa de pedir remota (fundamentos de direito). Não se trata de "repropositura" da mesma ação anterior, cuja SENTENÇA de mérito foi acobertada pela autoridade da coisa julgada, mas sim de "propositura" de ação nova, fundada em novos fatos ou em novo direito" (Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery). (TJSC - AC: 207319 SC 2009.020731-9, Relator: Luiz Carlos Freyesleben, Data de Julgamento: 31/08/2009, Segunda Câmara de Direito Civil)Veja que a parte requerente, longe de apresentar fatos novos a permitirem a revisão da visitação fixada em processo nº 0005097-31.2010.8.22.0102 (isso, claro, caso tenha efetivamente ocorrido o trânsito em julgado), cinge-se a rememorar e rebater questões ocorridos naqueles autos, o que recai sobre o manto da coisa julgada e, como tal, não permite rediscussão.Posto isso, deverá a parte requerente emendar a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, para: a) apresentar a certidão de trânsito em julgado extraída do processo nº 0005097-31.2010.8.22.0102;b) esclarecer os motivos supervenientes à DECISÃO proferida nos referidos autos que fundamentam o presente pedido quanto a regulamentação de visitas (causa de pedir - art. 282, III e art. 295, Parág. único, I, CPC).Intime-se via DJ.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Gualter Fabrício M. Cruz
Escrivão Judicial

2ª VARA DE FAMÍLIA

2ª Vara de Família e Sucessões
pvh2famil@tjro.jus.br

Proc.: 0003166-85.2013.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: D. de S. S.
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Interditado: R. P. de S. da S.
EDITAL DE MODIFICAÇÃO DE INTERDIÇÃO E CURATELA DE: RAIMUNDA PEREIRA DE SOUSA A Drª. Larissa Pinho de Alencar Lima, MMª. Juíza de Direito respondendo pela 2ª Vara de Família de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, na forma da lei, etc. .. FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou der conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Cartório, respectivamente, aos termos da ação de Tutela e Curatela - Processo nº 0003166-85.2013.822.0102, onde Decí de Souza Silva ingressou com a ação de modificação de interdição e curatela de sua mãe RAIMUNDA PEREIRA DE SOUSA em favor de seus irmãos José Arimatéia da Silva e Raimundo Pereira da Silva e Souza, conforme se vê da SENTENÇA a seguir transcrita: "(...) Ante o exposto, mantendo-se a curatela, substituo a curadora anteriormente nomeada, pela pessoa de seu irmão, Raimundo Pereira da Silva e Souza, que deverá prosseguir no cumprimento dos encargos a ela inerentes, ficando vedada a alienação de qualquer patrimônio imobiliário sem autorização judicial. Comunique-se às serventias extra judiciais anteriormente comunicadas da interdição. Em obediência ao disposto no art.1.184 do CPC e no art. 9º, III, do Código Civil, registre-se a presente no Registro Civil e publique-se pela imprensa local e pelo Órgão Oficial por três vezes, com intervalo de dez dias. Após o cumprimento integral das determinações contidas nesta SENTENÇA e observadas sempre as cautelas e formalidades legais, arquivem-se. Fica dispensada a especialização de hipoteca legal. Concedo a gratuidade. Porto Velho, 25 de junho de 2013. (a) João Adalberto Castro Alves, Juiz de Direito." DADO e PASSADO nesta cidade de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de julho de dois mil e treze (2013). Eu, Franci Félix Paiva, Chefe de Cartório, mandei digitar e subscrevi. (a) Larissa Pinho de Alencar Lima, Juíza de Direito respondendo pela 2ª Vara de Família e Sucessões.

Proc.: 0001866-25.2012.8.22.0102
Ação: Execução de Alimentos
Requerente: R. F. de O.
Advogado: Maria Idalina Monteiro Rezende (OAB/RO 3194)
Requerido: R. P. de O.
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Ficam as partes, por via de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimada para se manifestar quanto ao RELATÓRIO juntado às fls. 89/90.
RAIMUNDO BEZERRA DO VALE FILHO
Diretor de Cartório

2ª Vara de Família e Sucessões
pvh2famil@tjro.jus.br
Proc.: 0004968-21.2013.8.22.0102
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: E. F. R. E.
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: F. C. E.
Advogado: Elaine de Souza (OAB/RO 4255)
SENTENÇA :
Ante a satisfação da obrigação, conforme petição de fls. 19, julgo extinto o processo, com fundamento no artigo 794, I, do CPC. Arquive-se.P.R.I.C.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.João Adalberto Castro Alves Juiz de Direito

Proc.: 0006174-70.2013.8.22.0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: T. O. de L. G.
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: V. P. G.
SENTENÇA :
Tereza Oliveira de Lima Gonçalves, qualificada na inicial, propôs ação de divórcio em face de Vicente Paulo Gonçalves. Alegou, em síntese, que casou-se com o réu em 13 de agosto de 1974, sob o regime de comunhão universal de bens, conforme cópia da certidão de casamento acostada aos autos, e estão separados de fato há 27 anos. Da união advieram quatro filhos, todos maiores; não há bens a partilhar; ao final pediu para voltar a usar o nome de solteira e a decretação do divórcio. Juntou documentos. Citado, o requerido apresentou contestação às fls. 15/16, confirmou os fatos alegados na inicial, e não se opôs a decretação do divórcio.É o relatório. DECIDO.Trata-se de pedido de divórcio, em que o requerido reconheceu os fatos em que se fundou a ação, de modo que outra solução não tem a lide, senão a procedência do pedido.A Emenda Constitucional 66, de 13 de julho de 2010, que deu nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimiu o requisito de prévia separação judicial. Assim, não há qualquer requisito para a procedência, salvo a manifestação de vontade das partes.Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO E DECRETO O DIVÓRCIO DO CASAL. Voltará a mulher a usar o nome de solteira. Isento de custas e honorários pois são beneficiários da justiça gratuita. Transitada em julgado, expeça-se o necessário e arquive-se.P. R. I. C.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.João Adalberto Castro Alves Juiz de Direito

Proc.: 0007149-92.2013.8.22.0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: T. G. M.
Advogado: Mozart Luiz Borsato Kerne (OAB/RO 272)
Requerido: E. F. da F. M.
SENTENÇA :
Ante o exposto, nos termos do artigo 295, VI c.c. o artigo 267, I do CPC, indefiro a inicial e julgo extinto o processo. Arquive-se.P.R.I.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. João Adalberto Castro Alves Juiz de Direito

Proc.: 0005419-46.2013.8.22.0102
Ação: Busca e Apreensão (Cível)
Requerente: L. K. X. A.
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: D. C. de A.
SENTENÇA :
Trata-se de ação de tutela promovida por Ana Maria Antelo Sudario. Determinada a emenda, a parte autora quedou inerte.A legislação não permite o prosseguimento do processo sem que sejam atendidas todas as determinações legais no ato da propositura da ação, de modo que, determinada a adequação (diga-se, oportunidade para sanar as faltas), não tendo sido a inicial completada no prazo fixado, a extinção é medida que se impõe, já que, a qualquer tempo, depois de regularizada a situação o autor poderá promover novo pedido. Ante o exposto, nos termos do artigo 295, VI c.c. o artigo 267, I do CPC, indefiro a inicial e julgo extinto o processo. Arquive-se.P.R.I.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.João Adalberto Castro Alves Juiz de Direito

Proc.: 0009956-22.2012.8.22.0102
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: S. S. M. V. J. S. M. V.
Advogado: Carlos Cantanhede (OAB/RO 3206)
Requerido: M. T. M. V.
SENTENÇA :
Assim, ante a quitação do débito, julgo extinto o processo, com fundamento no artigo 794, II, do CPC. Arquive-se. P. R. I. C.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.João Adalberto Castro Alves Juiz de Direito

Proc.: 0006562-07.2012.8.22.0102
Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente: Reny Soares Dias Carvalho, Ollivan do Nascimento Carvalho, Viviane Cristina Carvalho de Oliveira, Patricia Kelly do Nascimento Carvalho, Filipe Bruno Marques de Carvalho, Espolio de Ricardo Wendel do Nascimento Carvalho
Advogado: Ilizandra Sumeck Carminatti (OAB/RO 3977)
Requerido: Espolio de Ivan Gonzaga de Carvalho
DECISÃO :
Defiro o requerimento de fls. 136. Expeça-se alvará em nome do procurador constituído por meio da procuração pública acostada às fls. 139.Int. C.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.João Adalberto Castro Alves Juiz de Direito

Proc.: 0004526-55.2013.8.22.0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: J. C. P. C.
Advogado: Geovanni da Silva Nunes (OAB/RO 2421)
Requerido: A. M. B. C.
DECISÃO :
1. Indefiro o item “7” da petição de fls. 25/26, haja vista que, o documento hábil a transferência de imóveis partilhados é o formal de partilha. 2. No mais, considerando o requerimento de conversão da ação litigiosa em consensual, e que há notícias de que o imóvel fora partilhado, sendo que o autor adquirirá a meação da mulher, devem os interessados apresentar termo de

acordo onde conste a convenção celebrada, ou seja, deve ser esclarecido e detalhado o negócio havido entre as partes, quanto ao bem imóvel, de forma a evitar-se futuros questinamentos, bem como, para que se possa promover-se adequadamente futuras execuções em caso de descumprimento. Prazo 05 dias. Int. C.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.João Adalberto Castro Alves Juiz de Direito

Proc.: 0002543-21.2013.8.22.0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: E. M. A.
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: F. A.
Advogado: Dimas Queiroz de Oliveira Júnior (OAB/RO 2622), Nery Alvarenga (OAB/RO 470A)
DESPACHO :
O feito já foi sentenciado.Cumpra-se a DECISÃO de fls. 19, pois esta equivocado o requerido na sua manifestação de fls. 20/21, já que a pensão restou fixada em 45% (quarente e cinco por cento) do salário mínimo.Após, arquive-se.Int.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.João Adalberto Castro Alves Juiz de Direito

Proc.: 0011447-64.2012.8.22.0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: M. E. M. de M.
Advogado: José Roberto da Silva Júnior (OAB/RO 5460)
Requerido: J. F. de A.
Advogado: Fernando Deseyvan Rodrigues (OAB/RO 1099), Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
DESPACHO :
2. Após, em prosseguimento, intime-se o devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da dívida, sob pena de multa de 10 % (dez por cento), acaso não efetuado no tempo aprazado (art. 475-J, do CPC).Vencido o prazo sem que haja o pagamento, intime-se a parte credora para apresentar planilha atualizada, inclusa a multa, no prazo de cinco (05) dias, pena de ser executado o valor da condenação. Em seguida, com ou sem a atualização, expeça-se mandado de penhora. 3. Fixo honorários para esta execução em 6 (seis) por cento do valor do débito, devendo ser advertido o executado que este percentual será reduzido de metade, caso haja o pronto pagamento da dívida.4. Expeça-se o necessário.Int. C.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.João Adalberto Castro Alves Juiz de Direito

Proc.: 0011478-84.2012.8.22.0102
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: V. M. da S.
Advogado: Iracema Martendal Cerrutti (OAB/RO 2972)
Requerido: V. M. da S. J.
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
DECISÃO :
Ante o requerimento de fls. 42/43, promova-se a consulta do endereço via TRE. Após, intime-se a parte autora para manifestar-se em 5 dias. Int. C.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.João Adalberto Castro Alves Juiz de Direito

RAIMUNDO BEZERRA DO VALE FILHO
Diretor de Cartório

3ª VARA DE FAMÍLIA

3ª Vara de Família e Sucessões

Proc.: 0156183-71.2004.8.22.0001
Ação: Inventário
Requerente: Cleonilde Oliveira Apontes, Roberta Letícia Apontes Zibetti, Gustavo Verginio Apontes Zibetti, Rodrigo Apontes Zibetti
Advogado: Celso Ceccatto (OAB/RO 111), Eduardo Ceccatto (OAB/RO 5100),
Inventariado: Espólio Joao Batista Zibetti
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0007980-77.2012.8.22.0102
Ação: Execução de Alimentos
Exequente: J. V. de M. M.
Advogado: Liduina Mendes Vieira (OAB/RO 4298)
Executado: S. da S. M.
Advogado: Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : 85.

Proc.: 0013182-69.2011.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: L. N. M.
Advogado: Defensoria Publica
Requerido: R. C. S. R.
SENTENÇA : ....Em face do exposto, nos termos do inciso III do artigo 267 do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito. Sem custas e sem honorários.Transitado em julgado, observadas as formalidades necessárias, arquive-se.P.R.I.C.Porto Velho-RO, terça-feira, 16 de abril de 2013.Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0006660-55.2013.8.22.0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: B. K. C. B. M.
Advogado: Francisca Rosilene Garcia Celestino (OAB/RO 2769)
Requerido: J. D. M.
Advogado: Aldaleia Soares Maia OAB/RO 2977
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : 136.

Proc.: 0000770-43.2010.8.22.0102
Ação: Inventário
Inventariante: F. H. P. da S. E. C. P. da S. J. J. P. da S. Z. P. da S. M. Z. P. da S. M. Z. da S. S.
Advogado: Inês Aparecida Gulak (OAB/RO 3512), Simão Salim (OAB/RO 262B)
Inventariado: J. P. da S.
DESPACHO : Petição de fls. 171/172: Considerando a informação de que a herdeira Maria Célia Pacoal Brandão - única que divergia do esboço de partilha apresentado pelo inventariante - cedeu os seus direitos hereditários, conforme

documento de fl. 174/176, sendo desnecessária a realização de audiência designada para o dia 05 de agosto de 2013, às 11h, ficando sem efeito o DESPACHO de fl. 166.Por outro lado, para que cessão de direito hereditários surta os efeitos jurídicos, imprescindível é que ocorra por escritura pública, na forma do art. 1.793 do CC. Assim, assino ao inventariante o prazo de 30 dias para que traga aos autos escritura pública de cessão de direitos hereditários de todos os herdeiros que cederam os seus quinhões hereditários. No mesmo prazo, deverá apresentar novo plano de partilha, estabelecendo claramente o valor individualizado dos bens partilháveis e partes cabíves a cada um dos herdeiros, observando as disposições expressas no art. 1.025 do CPC.Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0001180-96.2013.8.22.0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: C. O. F.
Advogado: Defensoria Publica
Requerido: S. D. O.
SENTENÇA : ....Em face do exposto, julgo procedente o pedido e, em consequência, condeno o requerido S. D. O. a pagar à sua filha I. C. F. de O. pensão alimentícia mensal no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo, a ser depositada em conta em nome representante legal da requerente junto à Caixa Econômica Federal agência 2748, conta nº 1, operação 013, todo dia 10 de cada mês. Sem custas, pois as partes são beneficiárias da assistência judiciária. Condeno o requerido no pagamento de honorários advocatícios, que arbitro em R$ 400,00, na forma do artigo 20, § 4º do CPC. A exigibilidade do pagamento dos honorários advocatícios fica suspensa na forma do art. 12 da Lei 1.060/50. Retifiquem-se os registros de autuação no tocante ao nome da requerente I. C. F. de O. e do requerido. Transitada em julgado, após as formalidades legais, arquivem-se os autos.P. R. I. C.Porto Velho-RO, sexta-feira, 10 de maio de 2013.Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0006970-61.2013.8.22.0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: M. G. da S. S.
Advogado: Helio Silva de Melo Junior (OAB/RO 958)
Requerido: A. L. de S.
DESPACHO : Defiro o requerimento de fls. 13/14, concedendo à requerente o prazo de 30 dias para promover os atos necessários para o processamento da ação, sob pena de indeferimento. Decorrido o prazo, venham-me os autos conclusos para deliberação, independentemente de manifestação da parte.Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0007009-63.2010.8.22.0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: A. P. R.
Advogado: Jefferson Janones de Oliveira (OAB/RO 3802)
Requerido: A. P. H. R.
Advogado: Rodrigo Luciano Alves Nestor (OAB/RO 1644)
DESPACHO : Intime-se o requerente para que se manifeste sobre a avaliação e de fl. 100 bem como a petição de fl. 102, em 05 dias, sob pena de aceitação.Após, ao Ministério Público. Porto Velho-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0006900-44.2013.8.22.0102
Ação: Divórcio Consensual
Requerente: A. dos S. B. L. M. dos S.
Advogado: Lael Ézer da Silva (OAB/RO 630)
DESPACHO : Os requerentes não deram total cumprimento às determinações contidas no DESPACHO de fls. 13. Assim, intimem-se para emendar a inicial, manifestando-se e tomando as providência necessárias sobre os seguintes pontos: a) estabelecer o valor e juntar cópia dos documentos que comprovem a propriedade ou posse do imóvel localizado na Rua Marechal Deodoro, , Bairro Tucumunzal. De forma alternativa, requerer a sua exclusão da partilha;b) ajustar o valor da causa, que deverá corresponder ao valor total dos bens a serem partilhados, acrescido de 12 (doze) vezes o valor da pensão alimentícia pleiteada (art. 259, incs. II e VI, do CPC).c) complementar o valor das custas processuais, se for o caso.Em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento (art. 284, parágrafo único, do CPC).Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0008113-85.2013.8.22.0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: J. D. M.
Advogado: Aldaléia Soares Maia (OAB/RO 2977)
Requerido: B. K. C. B. M.
SENTENÇA : .....Em face do exposto, indefiro a petição inicial, julgando extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 295, inc. III, c/c art. 267, incs. I e V, ambos do Código de Processo Civil. Indefiro a gratuidade, pois, tomando-se por conta o valor dado à causa e os elementos existentes nos autos, mormente contracheques de fls. 35 e 37, conclui-se que o autor pode suportar o ônus de pagar as custas iniciais do processo. Assim, condeno o autor do pagamento das custas. Sem honorários.Transitada em julgado, arquive-se.P.R.I.C.Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0007083-15.2013.8.22.0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: G. de A. T.
Advogado: Anderson Júnior Ferreira Martins (OAB/RO 3466); Ideildo Martins dos Santos OAB/RO 2693
Requerido: M. Z. M. T.
DESPACHO : VISTOS e etc.1. Processe-se em segredo de Justiça. 2. A ação é de exoneração de pensão alimentícia. Rege-se, portanto, pelo rito especial da Lei 5.478/78, em razão do disposto em seu art. 13.3. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 26 de setembro de 2013, às 10h50min.3.1. CITE-SE o requerido. INTIMEM-SE requerente e requerido para comparecerem à audiência acima designada.3.2. Para a audiência advirta-se a parte autora que seu não comparecimento implicará no arquivamento do feito e a parte requerida que não comparecendo terá a revelia decretada, presumindo-se então verdadeiros os fatos descritos na inicial. A contestação deverá ser apresentada até o início da audiência. 3.3. Advirta-se também as partes de que não havendo conciliação o feito será na mesma data instruído e julgado, pelo que deverão comparecer à audiência acompanhadas das provas que tiverem, sendo que testemunhas serão admitidas no máximo três para cada parte, que deverá trazê-las independentemente de intimação, tudo nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei de Alimentos (Lei 5.478/68). 4. Intimem-

se todos, inclusive o MP. 5. Sirva-se de mandado. Nos termos do Provimento nº 003/2012-CG, o Oficial de Justiça deverá informar que, não tendo condições de constituir advogado, a parte deverá procurar o Defensor Público da Comarca.Porto Velho-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0010794-62.2012.8.22.0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: R. E. G. da S. P.
Advogado: Risolene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3963); João Bosco Vieira de Oliveira OAB/RO 2213
Requerido: A. L. P. da S.
SENTENÇA : ....Dessa forma, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, na forma do inciso III, do artigo 267 do CPC.Custas iniciais pela requerente. Sem custas finais e sem honorários.Transitada em julgado, recolhidas as custas ou inscritas na dívida ativa do Estado, arquive-se.P.R.I.C.Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0248302-75.2009.8.22.0001
Ação: Inventário
Requerente: H. de A. T.
Advogado: Beniamine Gegle de Oliveira Chaves (RO 123 b), Inês Aparecida Gulak (OAB/RO 3512)
Inventariado: W. T.
DECISÃO : Os herdeiros Eric da Costa Trindade e Nádia da Costa Trindade, por meio da petição de fls. 220/225, procederam a vários pedidos, os quais passo a analisar: a) no que se refere ao crédito trabalhista: o cartório deve oficiar ao Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO, informando sobre a abertura deste inventário em decorrência da morte de Wilde Trindade e, ao mesmo tempo, solicitando esclarecimento a respeito da fase em que se encontra o processo nº 00697.2007.002.14.00-0 e que eventual valor disponível ao falecido seja colocado a disposição deste juízo sucessório.b) no que se refere ao ITCD: a alegação de que houve pagamento de imposto sobre o valor total do bem imóvel por ocasião da doação realizada não é suficiente para afastamento da incidência. É que naquela oportunidade o imposto recolhido referiu-se à doação do bem, fato gerador decorrente da transmissão inter vivos, sendo que o é devido neste momento é o ITCD, que se refere a outro fato gerador, a transmissão do bem em razão da morte do autor da herança. Por outro lado, o imposto deve recair somente sobre a metade do bem imóvel, já que outra parte doada fazia parte da meação de Elza Gomes da Costa Trindade. Assim, caberá ao inventariante, por ocasião do recolhimento do imposto causa mortis, observar que a incidência é sobre a metade do bem em questão.c) no que se refere à dívida do espólio com a Fazenda Pública Federal: o sobrestamento pretendido não é possível, destacando que os bens do espólio são os garantidores do pagamento, sendo certo que a partilha somente poderá ocorrer após a quitação dos débitos com a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal). Assim, caberá ao inventariante proceder à quitação do débito ou apresentar plano de pagamento.d) no que se refere ao pedido de imissão de posse no imóvel localizado na Rua Duque de Caxias, nº 267, Bairro Arigolândia, Matrícula nº 414do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Porto Velho-RO: a DECISÃO de fls. 184/195, que já se encontra preclusa, estabeleceu que 50% (cinquenta por cento) do bem em questão deve ser objeto de partilha, sendo que as partes cabíveis aos herdeiros Henrique de Almeida Trindade e Eloene de Almeida Trindade serão resolvidas mediante compensação, que poderá ser em dinheiro, já que o bem fará parte dos quinhões hereditários de Nádia da Costa Trindade e Eric da Costa Trindade. Nesse passo, considerando que a DECISÃO está preclusa e que eles são os detentoes do maior quinhão, é possível o adiantamento da providência, com a imissão na posse do bem, desde que procedam ao depósito dos valores atualizados para garantirem às partes cabíveis aos demais interessados, do imposto causa mortis referente a seu quinhão e das custas do processo.Atento a esse motivos: 1) Oficie-se ao Juízo 2ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO, nos termos da alínea a, consignando que este juízo aguardará a resposta por 15 dias;2) Cumpra-se, com urgência, a determinação contida no item 4 da parte dispositiva da DECISÃO de fls. 184/195. Por cautela, nesta data, procedi a pedido de bloqueio pelo sistema BACEN-JUD;3) declaro a incidência do ITCD decorrente da transmissão causa mortis de 50% do imóvel localizado na Rua Duque de Caxias, nº 267, Bairro Arigolândia, Matrícula nº 414 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Porto Velho-RO;4) assino aos herdeiros Nádia da Costa Trindade e Eric da Costa Trindade para que, querendo, em 30 dias, procedam ao depósito do equivalente a 2/8 (dois oitavos) do valor total do imóvel localizado na Rua Duque de Caxias, nº 267, Bairro Arigolândia, Matrícula nº 414 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Porto Velho-RO, para a garantia das partes cabíveis aos demais herdeiros, do imposto causa mortis referente ao seu quinhão e das custas do processo, observando que o valor do imóvel deverá, para o fim da compensação, deverá ser atualizado a partir do dia 26 de junho de 2012 até a data do efetivo depósito;5) O inventariante deverá, no prazo de 30 dias, apresentar os valores atualizados e especificados dos débitos do espólio;6) Sobre os pedidos de aluguel do imóvel e de exclusão do crédito trabalhista e do veículo do monte partilhável, decidirei após o cumprimento dos itens anteriores. Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0012870-42.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Euza Gomes Felícia da Costa, Eric da Costa Trindade, Nadia da Costa Trindade
Advogado: Inês Gulak (OAB/RO 3512)
Requerido: Henrique de Almeida Trindade
Advogado: Beniamine Gegle de Oliveira Chaves (OAB/RO 123B)
DESPACHO : Manifeste-se a apelante, em 05 dias, sobre o interesse no processamento da apelação, ante a DECISÃO proferida, nesta data, nos autos 0248302-75.2009.8.22.0001, conforme cópia anexa. A ausência de manifestação será interpretada como desistência da apelação interposta. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0004182-45.2011.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: E. da C. T.
Advogado: Inês Gulak (OAB/RO 3512)
Requerido: H. de A. T.
Advogado: Beniamine Gegle de Oliveira Chaves (RO 123 b)
DESPACHO : Assino ao requerio Eric da Costa Trindade o prazo de 10 dias, para que se manifeste sobre a petição de fls. 51/52, trazendo aos autos os documentos que entender pertinentes. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0000848-32.2013.8.22.0102
Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente: A. R. da S. M. L. da S. P. A. G. da S. C.
Advogado: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)
DESPACHO : Defiro o sobrestamento do feito até o dia 02 de setembro de 2013.Não havendo manifestação da parte autora após o término do prazo, o feito será extinto e arquivado.Int. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0008010-78.2013.8.22.0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: G. de B. A.
Advogado: Eliana Soleto Alves Massaro (OAB/RO 1847)
Requerido: R. F. de A.
DESPACHO : Intime-se a parte autora para emendar a inicial, regularizando a representanção processual, pois é o autor da ação quem deve figurar como outorgante na procuração, ainda que representado ou assistido por seu representante legal, conforme seja absoluta ou relativamente incapaz (v. arts. 3o, I, 4o, I, 115 e 1.634, todos do CC), em dez dias, sob pena de indeferimento (art. 284, parágrafo único, CPC).Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0005902-47.2011.8.22.0102
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: A. P. R.
Advogado: Jefferson Janones de Oliveira (OAB/RO 3802)
Requerido: A. P. H. R.
Advogado: Rodrigo Luciano Alves Nestor (OAB/RO 1644)
DESPACHO : Verifiquei no sistema BACEN JUD que a determinação para a transferência não foi realizada. Assim, procedi a nova determinação nesta data, conforme cópia anexa. Assim, que os valores forem transferidos, expeça-se alvará, com prazo de 15 dias, em favor do exequente.Observe-se o DESPACHO de fl. 58.Int. Porto Velho-RO, terça-feira, 4 de junho de 2013.

Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

4ª VARA DE FAMÍLIA

4ª Vara de Família e Sucessões

Proc.: 0007060-86.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: N. F. da S.
Advogado: Regina Eugênia de Souza Bensiman Ciampi (OAB/RO 1505)
Requerido: C. A. S.
Venda Judicial: Datas
Ficam as partes intimadas, por via de seus procuradores, da designação das seguintes datas para a realização da Venda Judicial dos bens penhorados nos autos: 1ª Venda: Dia 19.09.2013 às 10 horas 2ª Venda: Dia 30.09.2013 às 10 horas.

Proc.: 0006901-46.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: A. A. dos S. N. G. da S.
Advogado: Juacy dos Santos Loura Júnior (OAB/RO 656A), Elaine de Almeida (OAB/RO 2336), Enemara de Oliveira Assunção (OAB/RO 2951), Haroldo Lopes Lacerda (RO 962), Hugo André Rios Lacerda (OAB/RO 615E)
Venda Judicial: Datas e Retira
Ficam as partes intimadas, por via de seus procuradores, da designação das seguintes datas para a realização da Venda Judicial dos bens penhorados nos autos: 1ª Venda: Dia 19/09/2013 às 9h45mim, 2ª Venda: Dia 30/09/2013 às 9h45mim. Fica ainda a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, retirar o edital de venda judicial expedido, mediante o pagamento de custas editalícias no valor de R$ 26,07, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação, sob pena de não realização do ato.

Proc.: 0247189-86.2009.8.22.0001
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: J. R. dos S.
Advogado: Ramiro de Souza Pinheiro (OAB/RO 2037), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946)
Requerido: J. dos S. R. dos S. K. dos S.
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio de fl(s).192 da Comarca de Soledade-RS.

Proc.: 0010296-63.2012.8.22.0102
Ação: Execução de Alimentos
Requerente: B. S. F. B.
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( ), Maria Rosa de Lima Ferreira (OAB/RO 3346), Paulo Daniel de Oliveira Furtado (OAB/RO 5344)
Requerido: A. C. A. B.
Advogado: Isau da Costa Paiva (OAB/AC 2393), Silvia Maria Baeta Minhoto (OAB/AC 3261)
Fica a parte autora intimada para, no prazo legal, manifestar-se sobre a petição e comprovante de depósito de fls. 52.

Proc.: 0004704-04.2013.8.22.0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: M. G. N. R.
Advogado: Geovanni da Silva Nunes (OAB 2421)
Requerido: D. S. C. J. A. C.
DESPACHO :
VISTOS , 1. Acolho a emenda. Proceda a escrivania a exclusão de Juarez Alexandre do polo passivo da lide. R. e A . em segredo de justiça e com gratuidade. 2. Nos termos do artigo 1.706 do Código Civil c/c o artigo 4º da Lei 5.478/68 e em face das informações trazidas aos autos pela parte autora, arbitro alimentos provisórios em 30% (trinta por cento) do valor do salário mínimo, devidos a partir da citação do requerido e pagos mensalmente na conta bancária a ser aberta para esta finalidade, até DECISÃO final.3. Cite-se o requerido para contestar e intime-se o autor. Designo desde logo audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento se não houver acordo para o dia 04 de outubro de 2013, às 10: 00 horas.4. Para a audiência advirta-se no mandado a parte autora que seu não comparecimento implicará no arquivamento do feito e a parte requerida que não comparecendo terá a revelia decretada, presumindo-se então verdadeiros os fatos descritos na inicial. A contestação deverá ser apresentada até ou o início da audiência.4.1. Se não houver acordo, deverá a parte requerida apresentar contestação em audiência, desde que o faça por intermédio de advogado, passando-se em seguida à oitiva das testemunhas, alegações finais e prolação da SENTENÇA (arts. 8º e 9º da Lei de Alimentos). Advirta-se também as partes de que não havendo conciliação o feito será na mesma data instruído e julgado, pelo que deverão comparecer à audiência acompanhadas das provas que tiverem, sendo que testemunhas serão admitidas no máximo três para cada parte, que deverá trazê-las independentemente de intimação, tudo nos termos dos Arts. 7º e 8º da Lei de Alimentos (Lei 5.478/68); e5.Cite-se. Intime-se todos, inclusive o MP. Servindo esta como mandado.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013. Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0004343-21.2012.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: F. R. P. de C.
Advogado: Márcio Silva dos Santos (OAB/RO 838), Vanessa Rodrigues Alves Moita (OAB/RO 5120)
Requerido: A. da C. F.
Advogado: Tuanny Iaponira Pereira Braga (OAB/RO 2820), José Alves Pereira Filho (OAB/RO 647), Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633), Pitágoras Custódio Marinho (OAB/RO 4700), Luiz Fernando Coutinho da Rocha (OAB/RO 307B)
DESPACHO :
VISTOS , Cumpra-se integralmente o DESPACHO de fls. 221. Em 05 (cinco) dias.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0007085-19.2012.8.22.0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: M. D. S. P.
Advogado: Fabiane Martini (OAB/RO 3817), João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2213)
Requerido: L. F. P.
Advogado: Jeozadaque Mota dos Santos (OAB/SP 244.325), Carlitos Sergio Ferreira (OAB/SP 264689), Jorge Fernandes Neto (OAB/RO 5468)
DESPACHO :
VISTOS ,Diga o requerido quanto ao pedido de desistência da autora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de concordância. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0002892-92.2011.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: W. A. de S. C.
Advogado: Jussier Costa Firmino (OAB/RO 3557)
Requerido: I. E. P. de L. I. V. P. de L. R. N. C.
Advogado: Nelson Pereira da Silva (OAB/RO 4283)
DESPACHO :
VISTOS , Intime-se as partes, via DJE, para se manifestarem quanto ao resultado do exame de DNA, em 05 (cinco) dias. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0004101-62.2012.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: J. R. R. R.
Advogado: Patricia Holanda Rocha (OAB/RO 3582)
Requerido: R. dos S. R.
DESPACHO :
VISTOS ,Digam as partes as provas que pretendem produzir especificando a sua relevância e pertinência, no prazo de 10 (dez) dias.Após, com ou sem manifestação, ao estudo psicossocial, com prazo de 30 (trinta) dias.Cumpridas as determinações, retornem ao Ministério Público.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0003291-53.2013.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: E. A. de O. L. I. R.
Advogado: Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
DESPACHO :
VISTOS ,Defiro o pedido de suspensão pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar desta data.Decorrido o lapso temporal acima mencionado e sem manifestação, renove a conclusão para extinção do processo.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0004067-53.2013.8.22.0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: T. H. da S. H.
Advogado: Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306)
Requerido: M. C. M. H.
Advogado: Iure Afonso Reis (OAB/RO 5745)
DECISÃO :
VISTOS ,Trata-se de ação revisional de alimentos proposta por Thiarlles Henrique da Silva Higino em face de Maria Clara Martins Higino, representada por sua genitora Francineh Martins Moreira de Oliveira, requerendo a redução dos alimentos pagos atualmente para 15% (quinze por cento) do salário mínimo.Apresentada contestação às fls. 21/26, a requerida em sede preliminar arguiu exceção de incompetência em razão do lugar e no mérito que o requerente possui uma firma em seu nome, podendo assim continuar arcando com os valores já arbitrados.Parecer do Ministério Público às fls. 37/38.Instado a se manifestar, o autor deixou de impugnar a Contestação.

Em que pese a incompetência relativa ter sido arguida em preliminar de Contestação e não por meio de Exceção aliado ao fato do autor não se manifestar, passo a analisá-la.Neste sentido, verbis: Incompetência Relativa. Arguição por Preliminar de Contestação e Não por Exceção de Incompetência. Mera Irregularidade Processual. Contrato de Adesão. Cláusula de Eleição de Foro. Possibilidade. Necessidade de Comprovação de Prejuízo ao Exercício da Ampla Defesa. Perpetuação da Jurisdição. Matéria de Ordem Pública. Arguição de Ofício. Agravos de Instrumento Providos. 1. Argüição de incompetência relativa através de preliminar constitui mera irregularidade, não impossibilitando a análise do pedido de declinação de foro; 2. É válida cláusula de eleição de foro prevista em contrato de adesão se não ficar comprovado o prejuízo ao exercício da ampla defesa e do contraditório. 3. Apreciado no processo o pedido de declinação do foro e não tendo sido interposto recurso contra a DECISÃO , há a prorrogação da competência e a perpetuação da jurisdição, cuja matéria é revestida de ordem pública, possibilitando sua análise pelo órgão julgador. 4. Agravos de instrumento providos. (TJ-PE - AI: 200232757 PE 0001274-10.2007.8.17.0000, Relator: Alfredo Sérgio Magalhães Jambo, Data de Julgamento: 26/05/2011, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 106).A requerida alega que possui domicílio em Jaru/RO e requer que os autos sejam encaminhados aquela Comarca, com base no art. 100, II, do CPC.Verifico que assiste razão à requerida, uma vez que o Código de Processo Civil em seu art. 100, II, assim dispõe: ”Art. 100. É competente o foro: (...)II - do domicílio ou da residência do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos;(...)”. Assim, declino a competência deste Juízo para o julgamento da ação em favor da 1ª Vara Cível de Jaru/RO, onde os alimentos que o autor pretende revisar foram arbitrados.Encaminhem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0002324-08.2013.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: F. P. C.
Advogado: Fábio Henrique dos Santos Leão (OAB/RO 4402)
Requerido: V. D. B. G.
Advogado: Maria Clara do Carmo Góes (OAB/RO 198B)
DECISÃO :
VISTOS ,Chamo o feito à ordem.Trata-se de ação de guarda proposta por Franclin Parada Coelho em face de Vanessa Danieli Borges Garcia.Em consulta ao SAP verificou-se a existência da ação de alimentos nº 0006100-67.2009.822.0001, que tramitou junto à 2ª Vara de Família desta Comarca, onde foi fixada pensão alimentícia a ser paga pelo autor para os menores em questão, demonstrando assim, que a requerida possuía a sua guarda de fato, sendo então este processo para modificação da guarda ora estabelecida.Neste sentindo, verbis: Conflito negativo de competência. Ação de modificação de guarda. Distribuição por dependência ao juízo da ação de Alimentos. Natureza acessória. Encontro dos juízes das varas de família e sucessões de Porto Velho. Enunciado n° 19. A ação de modificação de guarda mantém seu caráter acessório, pois, deve reconhecer a existência de guarda anteriormente estabelecida, sendo competente, portanto, o juízo em que tramita ou tramitou a ação principal (art. 108 do CPC). No mesmo sentido é o Enunciado nº 19 do Encontro dos Juízes das Varas de Família e Sucessões da comarca de Porto Velho, segundo o qual os autos devem ser distribuídos por dependência à Vara que fixou a guarda. (TJ/RO - Conflito de Competência nº 0008285-76.2012.822.0000, Relator: Desembargador Renato Mimessi, Data de Julgamento: 23/10/2012, 2ª Câmara Especial, Data da publicação: DJE: 25/10/2012). (grifo).Desta feita, declino a competência para a 2ª Vara de Família desta Comarca, em virtude de ali ter sido anteriormente fixada a guarda dos menores, objeto da lide.Redistribuam-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0007775-14.2013.8.22.0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: J. B. C. e S.
Advogado: Marcos Antonio Metchko (OAB/RO 1482), Marcos Antonio Araujo dos Santos (OAB/RO 846)
Requerido: D. A. L. e S.
DESPACHO :
VISTOS , Emende o autor a inicial, em obediência ao artigo 283 do CPC, trazendo aos autos documentos necessários para a propositura da ação, neste caso, a cópia da DECISÃO que fixou os alimentos devidamente assinada por quem de direito. Em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0006828-57.2013.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: A. F. de S. C. das C. S.
Advogado: Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
DESPACHO :
VISTOS ,Cumpram as partes a cota do MP, às fls. 30, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0002973-70.2013.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: M. G. A. da R.
Advogado: Laed Alvares Silva (RO 263-A)
Requerido: R. E. da R.
Advogado: LISE HELENE MACHADO VITORINO (OAB 2101)
DESPACHO :
VISTOS , Digam as partes se possuem provas para produzir em audiência. Em 05 (cinco) dias.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0001331-62.2013.8.22.0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: M. D. dos S. P.
Advogado: Fabiane Martini (RO 3817)
Requerido: L. F. P.
Advogado: Jeozadaque Mota dos Santos (OAB/SP 244.325), Carlitos Sergio Ferreira (OAB/SP 264689), Jorge Fernandes Neto (OAB/RO 5468)
DECISÃO :
VISTOS , Indefiro o pedido de ofício à Receita Federal, uma vez que não restou demonstrado a sua necessidade para o deslinde do processo. Indefiro o pedido de ofício para à Caixa Econômica Federal, já que não há nos autos nenhuma

comprovação de recusa da Instituição em disponibilizar o contrato de financiamento requerido aliado ao fato de que às fls. 68/91 já consta uma cópia do referido contrato. Quanto à intimação dos inquilinos dos imóveis indicados às fls. 162, não verifico a sua necessidade já que os valores recebidos a título de aluguéis não influenciarão na partilha dos referidos bens.O processo não comporta julgamento antecipado, há a necessidade de produção de prova. Não há questões processuais pendentes. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 19 de dezembro de 2013, às 10: 00 horas.Defiro a produção de prova testemunhal. Nos termos do artigo 407 do CPC, o rol de testemunhas deve ser depositado em cartório no prazo de cinco dias para intimação, ou em até dez dias antes da realização da audiência com comparecimento independentemente de intimação.Intimem-se as partes, o MP, as testemunhas arroladas pela autora às fls. 162, e as testemunhas arroladas tempestivamente pelo réu. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0003034-28.2013.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: C. Q. D.
Advogado: Maria Clara C. Góes (RO 198-B)
Requerido: J. M. dos S.
DESPACHO :
VISTOS ,Cumpra o autor a cota do MP às fls. 29, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0006203-23.2013.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: V. S. P.
Advogado: João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2213), Risolene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3963)
Requerido: C. O. P.
DESPACHO :
VISTOS , R. e A em segredo de justiça e com gratuidade. Designo audiência preliminar de conciliação para o dia 04 de outubro de 2013, às 10: 20 horas.Cite-se o(a) requerido(a) para contestar em 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado aos autos, sob pena de revelia e intimem-se as partes para comparecerem à audiência, devidamente acompanhadas de advogado. Ciência ao Ministério Público. Serve este de mandado ou ARMP.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0002528-52.2013.8.22.0102
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: E. D. G. da S.
Advogado: Maria Inês Spudaro (3306), Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930)
Requerido: S. de A. A.
DESPACHO :
VISTOS ,Traga a parte autora em 05 (cinco) dias, o número do CPF do executado, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito
Proc.: 0000725-37.2013.8.22.0101
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: D. L. de L.
Advogado: Maria da Conceição Ambrósio dos Reis (OAB/RO 674), Ellen Reis Araújo Trindade (OAB/RO 5054)
DESPACHO :
VISTOS ,Considerando que tramitou junto à 1ª Vara de Família desta Comarca, ação idêntica a esta, com a mesma causa de pedir e mesmas partes, redistribuam-se por dependência àquela Vara.Ao Cartório Distribuidor.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0008112-03.2013.8.22.0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: M. T. P.
Advogado: Edivo Costa Rocha. (RO 2861)
DESPACHO :
VISTOS ,Emende-se a inicial para: a) incluir no polo passivo os herdeiros da falecida, juntando os seus respectivos documentos de identificação, a fim de comprovar o parentesco (RG/certidão de nascimento/certidão de casamento); b) informar o período exato da união estável entre o autor e a de cujus.Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0008247-15.2013.8.22.0102
Ação: Tutela e Curatela - Nomeação
Requerente: M. A. de M. B.
Advogado: NOEMIA FERNANDES SALTAO (OAB 1355)
Interditado: C. A. de M. B.
SENTENÇA :
VISTOS ,Maria Augusta de Moura Batista, devidamente qualificada, propôs medida protetiva para internação involuntária com pedido de tutela de urgência de Carlos Alex de Moura Batista, alegando em síntese que o requerido é dependente de substâncias químicas/entorpecentes há algum tempo, que vem se comportando de forma agressiva, se recusando a aceitar ajuda clínica. Pede a internação involuntária do requerido no Hospital Adauto Botelho no Estado de Mato Grosso. É o breve mas necessário relato. Assim, denota-se que falta à requerente uma das condições da ação, in casu, o interesse na ação, na medida que a internação involuntária prescinde de autorização judicial para ocorrer. Disciplina a internação psiquiátrica o artigo 6º da Lei 10.216/2001, com a seguinte redação, verbis: Artigo 6º -A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos. Parágrafo único- São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica: I-internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário; II-internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido

de terceiro; e III-internação compulsória: aquela determinada pela Justiça. Portanto, são três as modalidades de internação psiquiátrica, a voluntária, a involuntária e a compulsória. Somente a internação psiquiátrica compulsória exige autorização judicial para sua execução. A internação psiquiátrica involuntária, quando requerida por terceiros, será autorizada por médico regularmente registrado no Conselho Regional de Medicina, e deverá ser comunicada em 72 horas ao Ministério Público, nos exatos termos do artigo 8º da legislação já citada. Segundo artigo de Adriano Alves dos Santos, no caso de dependência de substância entorpecente, verbis: o familiar pode juntamente com médico psiquiatra realizar a internação involuntária do usuário quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes . A lei é clara ao definir prazo de setenta e duas horas para que os responsáveis técnicos do estabelecimento de saúde informe ao Ministério Público da Comarca, sobre internação desta pessoa e os motivos que levaram a internação evitando assim o carcere privado .(in A Legalidade na Internação Involuntária e Compulsória de Viciados em Crack , site). De sorte que, se prescindível a autorização judicial para a internação psiquiátrica involuntária, seu pedido via judicial implica no reconhecimento da carência do direito de ação para tal. Segundo a lição de Moacyr Amaral, o interesse de agir se confunde, de ordinário, com a necessidade de se obter o interesse primário ou direito material pelos órgão jurisdicionais .(in Primeiras Linhas de Direito Processual Civil, Editora Saraiva, Vl. 01, 1987, pg. 172). Ainda segundo o magistério de Luiz Fux, essa situação que reclama a intervenção judicial sob pena de um dos sujeitos sofrer um prejuízo em razão da impossibilidade de autodefesa é que caracteriza o interesse de agir .(in Curso de Direito Processual Civil, Editora Forense, 2001, pg. 150). Não tem a requerente a necessidade de obter um ordem judicial para a internação pretendida, que pode ser feita pelos familiares com a autorização de médico psiquiatra. Isto posto, sendo o requerente carecedor do direito de ação por falta de interesse de agir. Indefiro a inicial na forma do artigo 295, III do CPC, julgando extinto o processo sem resolução de mérito, na forma do inciso VI, do artigo 267, do CPC. Sem custas. P.R.I e Arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0008155-37.2013.8.22.0102
Ação: Divórcio Consensual
Requerente: J. M. de S. I. R. P. S.
Advogado: Derli Schwanke (OAB/RO 5324)
DESPACHO :
VISTOS ,Emende-se a inicial para: a) trazer aos autos cópia do contracheque do autor, informando o seu órgão empregador a fim de possibilitar os futuros descontos referentes à pensão alimentícia para o filho menor; b) trazer o número da conta bancária da autora para o depósito dos valores a serem descontados.Prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.

Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Endereço: Av. Lauro Sodré, 1728 - Jardim América - Porto Velho - Rondônia. CEP. 76803-686.
E- mail : pvh1civel@tj.ro.gov.br (pvh1civel@tjro.jus.br)
Juiz: Dr. Jorge Luiz dos Santos Leal
Escrivã: Clêuda S. M. de Carvalho
Telefone: (69) 3217-1318

Proc.: 0013005-83.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Nubia Lima Medeiros Bento
Advogado: Adriano Brito Feitosa (OAB/RO 4951)
Requerido: Americel S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
SENTENÇA :
SENTENÇ AVISTOS , etc...RELATÓRIONÚBIA LIMA MEDEIROS BENTO propôs ação de indenização por danos morais face de CLARO- AMERICEL S.A. alegando em síntese, que é proprietária da linha telefônica de n. 69-9395-6343 na modalidade de pré-pago, contudo alegou que sem o seu consentimento a empresa ré promoveu a troca do plano e ainda bloqueou o chip. Salientou que a linha era utilizada pelo seu marido e que o bloqueio ocasionou vários transtornos pois era utilizada para contato com os clientes. Alegou que os fatos narrados na exordial lhe trouxeram dano moral, transtornos e humilhação. Concluiu pela procedência do pedido formulado, para que a ré seja condenada ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos, em valor a ser arbitrado judicialmente.Regularmente citada (fls. 18, verso), a empresa ré alegou que o acesso (linha) foi migrado para o plano pós-pago, porém a requerente solicitou o retorno para o pré-pago, tendo a requerida imediatamente atendido à solicitação da autora. Afirmou que os valores correspondentes às chamadas realizadas não foram pagos pela autora. Salientou a inexistência de ato ilícito. Concluiu pela improcedência da presente demanda.A réplica foi apresentada às fls. 37-42.A parte autora especificou tempestivamente suas provas, tendo a parte requerida não apresentado, conforme certidão de fls. 44.É o relatório. Decido.FUNDAMENTAÇÃOO processo comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil. As partes são legítimas e estão bem representadas. Estando presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, o mérito pode ser analisado. Trata-se ação de indenização por danos morais onde a autora alegou que a requerida procedeu a troca de plano pré-pago, para pós-pago sem seu consentimento, e ainda que seu terminal telefônico ficou impossibilitado de receber e efetuar chamadas.Analisando os autos, vejo que não tem razão a parte autora.Conforme documento de fls. 34-35, restou comprovado que houve utilização da linha telefônica no período que a autora afirma que seu chip ficou bloqueado, ou seja, conforme detalhamento de ligações, ficou maciçamente provado que houve utilização dos serviços da requerida, não existindo indícios de bloqueio.Assim, verifico que por mais que a autora alegue que houve o bloqueio da linha, não trouxe nos autos qualquer comprovação desse fato. Para a procedência do pedido autoral era imprescindível que trouxesse um documento que comprovasse que o chip objeto da demanda não funcionou após a troca de plano, contudo quedou-se inerte em comprovar

este fato. O dano moral alegado não é presumido, devendo, ser efetivamente comprovado, o que não foi realizado, a despeito do artigo 333, do Código de Processo Civil. O autor não trouxe comprovação do seu alegado abalo moral decorrente da suposta suspensão dos serviços, tampouco comprovou que houve a suspensão. É evidente, que a requerida não pode promover a troca de plano sem anuência do cliente, contudo, conforme os autos, provou-se que após o pedido da autora para que voltasse ao plano pré-pago, a requerida o fez. Inexistindo nos autos qualquer indício de que a honra objetiva da autora, tenha sido atingida, razão pela se infere que se tratou de mero dissabor que integra os problemas cotidianos a que todos estão sujeitos.Neste sentido, vejo que não há qualquer evidência de ocorrência de danos morais sofridos pela autora, nem mesmo culpa da Requerida.Com isso, não havendo outra solução a dar ao caso senão a improcedência total dos pedidos formulados na exordial.DISPOSITIVOPelo exposto e por tudo o mais que consta nos autos, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS pela autora.Sucumbente, condeno a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R$ 1.000,00 (hum mil reais). Ressalvando a justiça gratuita deferida às fls. 16.Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0011445-09.2012.8.22.0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Maria de Fatima da Silva Bezerra
Advogado: Maria Inês Spudaro (3306), Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930)
Requerido: CAERD - Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia
Advogado: Fabricia Pereira de Souza Gomes (OAB/RO 5272)
SENTENÇA :
S E N T E N Ç A VISTOS , etc...RELATÓRIO MARIA DE FÁTIMA DA SILVA BEZERRA propôs ação cautelar inominada em face de COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD alegando em síntese que é proprietária de um imóvel situado na Rua Peru, 4558, bairro Sul Solimões, sendo consumidora dos serviços prestados pela ré. Afirmou que ao tentar efetuar o pagamento de tarifa de consumo de água, foi comunicada da existência de multa em virtude de religamento indevido da conexão. Afirmou ainda que não estava residindo naquele imóvel e que não violou o hidrômetro. Concluiu pela concessão de liminar para que a ré proceda ao religamento do serviço de abastecimento de água.Citada, a parte requerida apresentou contestação. Sustentou que a autora utiliza os serviços de fornecimento de água, e que o corre ocorreu em razão do inadimplemento dos meses de setembro à novembro de 2011. E em VISTO ria realizada, constatou-se a utilização de água com a retirada do hidrômetro, sendo aplicada a multa na oportunidade, agindo em exercício regular de direito. Requereu a toral improcedência dos pedidos na inicial.Réplica às fls. 43/48.É o relatório. Decido.FUNDAMENTAÇÃOTrata-se de ação cautelar inominada, na qual a parte autora pretende a religação do fornecimento de água em seu imóvel situado na Rua Peru, nº 4558, pois quando se dirigiu à ré para efetuar o pagamento de tarifa de consumo de água, foi comunicada da existência de multa em virtude de violação do hidrômetro, que não residia no imóvel e que não violou o hidrômetro.A requerida sustentou em sua contestação que suspendeu o fornecimento de água por inadimplemento referente aos meses de setembro à novembro de 2011 e que ao realizar inspeção no imóvel da autora, constatou a violação do hidrômetro e aplicou a multa, agindo em exercício regular de direito.É imprescindível, que antes de analisar o mérito, cabe ao juízo realizar a verificação do preenchimento das condições da ação e pressupostos processuais, pois tratam-se de matérias de ordem pública. No presente caso, vejo que a autora é carente do direito de ação pela ausência de interesse processual.O processo cautelar, via de regra, está sempre atrelado à outro processo, não tendo um fim em si mesmo. Com a tutela cautelar, se busca proteger o benefício útilde uma ação principal a ser ajuizada posteriormente. Somente em raríssimas exceções se admite caráter satisfativo à tutela cautelar. No presente caso, a cautelar não tem essa natureza. Esse entendimento é corroborado pela jurisprudência pátria: MEDIDA CAUTELAR INOMINADA DE NATUREZA SATISFATIVA A função cautelar é apenas preparatória ou incidental, não possui autonomia ou fim em si mesma - Carência da ação - Extinção do feito sem julgamento de mérito. APL 9084617612005826 SP 9084617-61.2005.8.26.0000, Relator(a): José Luiz Germano, Julgamento: 15/02/2011, Órgão Julgador: 2ª Câmara de Direito Público.A autora pretende valer-se do processo cautelar para obter tutela satisfativa, não utilizando-se o procedimento adequado ao presente caso.É necessário ressaltar que o interesse processual é constituído pelo binômio necessidade e adequação. E que para que haja interesse processual, é preciso que o provimento jurisdicional seja útil a quem o postula, de modo que o meio processual pertinente deve produzir um resultado adequado.No caso concreto não há adequação do pedido ao sistema jurídico em vigor.Assim, não vejo outra alternativa senão extinguir o processo sem julgamento do mérito, com fundamento no artigo 267, VI do Código de Processo Civil. DISPOSITIVOIsto posto, e considerando tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO o processo, sem apreciação do mérito, com fundamento no artigo 267, VI do Código de Processo Civil.Sucumbente, condeno a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), conforme artigo 20, 3º do Código de Processo Civil.Passados 30 dias sem manifestação de qualquer das partes, dê-se baixa e arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0001931-95.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vanderlei Godois Silveira
Advogado: Amaro Vinícius Bacinello Ramalho (OAB/RO 3212), Dulcinéia Bacinello Ramalho (OAB/RO 1088)
Requerido: Claro Americel S.A.
Advogado: Israel Algusto Alves Freitas da Cunha (AOB/RO 2913)
SENTENÇA :
S E N T E N Ç A VISTOS , etc... RELATÓRIO VANDERLEI GODOIS SILVEIRA promoveu a presente ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais em face de AMERICEL S/A (CLARO) alegando que é titular de uma linha na modalidade pré-paga. Informou que em julho de 2012 recebeu uma mensagem informando que houve uma adesão ao plano controle no valor de R$ 35,00 ao mês. Entrou em contato com os prepostos da Ré através da

central de atendimento para informar que não tinha interesse em aderir o plano controle. Assim acreditou que o problema seria resolvido. No entanto meses depois, ao efetuar compras no comércio local, foi surpreendido com a recusa em virtude de negativação de seu nome no cadastro de inadimplentes por suposto débito com a requerida. Concluiu pleiteando a declaração de inexistência de débitos entre as partes e a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais pelos constrangimentos sofridos, em valor a ser arbitrado judicialmente.A tutela foi antecipada foi deferida às fls. 21.A Ré foi citada e apresentou contestação arguindo que o próprio autor solicitou a migração para o plano controle. Assim, a cobrança, bem como a negativação é devida. Salientou que não há dano moral a ser indenizado, pois inexiste culpa da requerida. Concluiu pela improcedência total dos pedidos formulados na exordial.Réplica a contestação às fls. 77/80.A parte autora especificou suas provas, tendo a parte ré se mantido inerte, conforme certidão de fls. 84. Vieram os autos conclusos para SENTENÇA .É o relatório. Decido.FUNDAMENTAÇÃOO processo comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil.As partes são legítimas e estão bem representadas. Estando presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, o mérito pode ser analisado.Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais sob o argumento de que o autor teve seu nome incluído nos órgãos de proteção ao crédito indevidamente pela Requerida, por serviços que não solicitou.Em sua defesa, a ré limitou-se a alegar que o autor solicitou a troca do plano, sendo a negativação devida. Os documentos acostados à peça contestatória tratam-se de telas emitidas do próprio sistema interno da ré, documentos unilaterais que não podem servir como prova para suspender, modificar ou extinguir o direito autoral.O que se vê nos autos é que o autor afirma que seu plano pré-pago foi convertido em pós-pago pela ré, sem a sua anuência. Por isso, entende que os débitos que originaram a negativação são indevidos. Dá analise dos documentos constantes nos autos, vejo que tem razão o autor, pois, a ré não trouxe qualquer prova de que ele solicitou tal serviço. Assim, presume-se que a mudança ocorreu de forma unilateral, sem o consentimento da parte autora, gerando débito, o que corrobora o entendimento de que realmente o autor não deu origem ao débito negativado.Vale salientar que a requerida não demonstrou que houve utilização de tais serviços, quedou-se inerte em demostrar que o autor usufruiu da linha pós-paga, não trouxe qualquer documentação para comprovar o alegado.Pelo descrito, vejo claramente o dano sofrido pelo autor, pois afirma não haver solicitado tais serviços e demonstra a inclusão de seu nome junto aos órgãos de proteção de crédito, bem como os abalos morais sofridos em virtude da referida negativação. Verifica-se a presença do dano moral de forma evidente. As ações de indenização por negativação indevida têm sido constantes nas Varas Cíveis, ocupando aproximadamente 30% dos processos em trâmite neste Estado. Verifico que afixação do valor da indenização em R$ 5.000,00 (Cinco mil reais) não tem surtido o efeito pedagógico desejado, pois o volume de processos idênticos por erro das grandes empresas, das quais os bancos, empresas de cartão de crédito e telefonia não diminuiu.Essas afirmações encontram ressonância na entrevista concedida pelo Ministro Luiz Felipe Salomão, do STJ, ao site Consultor Jurídico em 6 de janeiro de 2012 (call center para a Justiça. E ainda complementa: Talvez porque isso implique redução de custos. Deve ser mais barato deixar acionar o Judiciário do que manter um call center que efetivamente resolva os problemas. É inadmissível que o Poder Judiciário esteja sendo utilizado como órgão de Consultoria Jurídica destas Empresas, pois torna-se muito mais barato custear condenações judiciais em valor pequeno, em valor quase insignificante diante do seu poderio econômico, sem ter que contratar mais funcionários e montar um setor jurídico para impedir que os problemas aconteçam.Sobre isso o STJ já vem modificando o seu pensamento: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. MONTANTE INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. VALOR DA REPARAÇÃO EM SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO EVENTO DANOSO. CORREÇÃO MONETÁRIA DESVINCULADA DO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 1. A Segunda Seção desta Corte de Justiça, na esteira do decidido no Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 222.488/PR, Relator o e. Ministro Moreira Alves, orienta-se no sentido de ser vedada a vinculação do salário mínimo ao valor da indenização por dano moral. Todavia, entende ser possível sua utilização como parâmetro de fixação da verba indenizatória e não como indexador, fator de correção monetária. Portanto, a indenização, quando fixada em salários mínimos, deve considerar o valor de salário mínimo vigente à época do evento danoso, computando-se a partir daí a correção monetária. 2. Esta Corte firmou entendimento no sentido de que, em casos de indenização por danos morais, decorrentes de inscrição indevida em cadastro de proteção ao crédito, é razoável a condenação em até 50 (cinquenta) salários mínimos (da época do evento). 3. Agravo regimental a que se nega provimento. AgRg. No Ag. 938.114/RJ. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 2007/0187805-0. Ministro Raul Araújo Filho, DJ 28.06.2010.” Negritei.Assim, tenho como justo fixar o valor da indenização em R$100.000,00 (Cem mil reais), em face da condição econômica das partes, a extensão do dano sofrido e, principalmente, o efeito pedagógico da medida. Destaco que o caráter punitivo deve ser exacerbado diante dos inúmeros processos existentes em face de grandes empresas do país, sem que as condenações em valores menores tenham surtido qualquer efeito de diminuição de novas ações ou tomada de medidas para evitar novas ocorrências. DISPOSITIVOPelo exposto e por tudo o mais que consta nos autos, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS formulados pelo Autor para: 1) determinar a retirada definitiva da inscrição do nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito pela dívida discutida nestes autos; 2) declarar a inexistência do débito referente ao contrato discutido nestes autos; e 3) condenar a ré ao pagamento do valor de R$100.000,00 (Cem mil reais), já atualizados, à título de danos morais.Sucumbente na maior parte do pedido, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor corrigido da condenação, nos termos do art. 20, § 3°, do Código de Processo Civil.Fica a parte devedora, desde já, devidamente intimada para cumprir com sua obrigação fixada no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, sob pena de incidência da multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil.Publique-se. Registre-se.Intimem-se. Cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.
Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito
Clêuda S. M. de Carvalho
ESCRIVÃ JUDICIAL

1º Cartório Cível
Endereço: Av. Lauro Sodré, 1728 - Jardim América - Porto Velho - Rondônia. CEP. 76803-686.
E- mail : pvh1civel@tj.ro.gov.br (pvh1civel@tjro.jus.br)
Juiz: Dr. Jorge Luiz dos Santos Leal
Escrivã: Clêuda S. M. de Carvalho
Telefone: (69) 3217-1318

Proc.: 0005977-64.2012.8.22.0001
Ação: Oposição
Requerente: Braz Pires da Luz Filho
Advogado: Bento Manoel de Morais Navarro Filho (OAB/RO 4251)
Requerido: Disbrasil Distribuidora Brasil Importação e Exportação Ltda
Advogado: Cleber Jair Amaral (OAB/RO 2856)
DECISÃO :
1. Defiro a produção de prova testemunhal pleiteada, motivo pelo qual designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 31/10/2013, às 09 h. Indefiro o depoimento pessoal do representante legal da parte Ré pois em nada influenciaria para o deslinde do feito, já que a versão de cada parte sobre os fatos discutidos neste feito está devidamente narrada em suas peças vestibulares.2. Intimem-se as partes para que arrolem as testemunhas que pretendem ouvir, informando se as mesmas deverão ser intimadas ou comparecerão independentemente de intimação, em 10(dez) dias.3. Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0075192-69.2008.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Edilmar Araújo de Oliveira
Advogado: Paulo Jorge Ferreira do Nascimento (OAB/RO 99B)
Requerido: Izenilda Pereira de Lima, Durcival Santana Costa, Antônio Ferreira da Silva
Advogado: Juliano Amora Couceiro (RO 1142), Juliano Amora Couceiro (OAB/RO 1142)
DESPACHO :
VISTOS e etc. ,Considerando a DECISÃO de fl. 478 e a certidão de fl. 480, intime-se a parte Autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.Decorrido o prazo sem manifestação, providencie-se o arquivamento dos autos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Angélica Ferreira de Oliveira Freire Juíza de Direito

Proc.: 0009976-88.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329), Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido: Vange Pereira de Azevedo
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS , etc. ..Proposta a presente ação, as partes noticiaram a realização de composição amigável extrajudicial e o submeteram para homologação e extinção do feito (fls. 25). Presentes os requisitos legais, homologo o acordo celebrado entre as partes, para que tenha validade legal e reconheço a satisfação da obrigação, julgando extinto o feito na forma do artigo 269, III, do CPC. Em face da grande quantidade de processos em andamento na vara e da necessidade de melhor orientar as rotinas cartorárias, assim como o fato de que eventual continuação do feito só poderá acontecer através de nova ação de execução de SENTENÇA , providencie-se desde logo o arquivamento do feito.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0065636-48.2005.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Epron Informática Ltda
Advogado: Alexandre Maldonado Rodrigues (OAB/RO 1179), Marcelo Maldonado Rodrigues (RO 2080)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A), Ubirajara Rezende (RO 1571)
DECISÃO :
VISTOS etc. ..Há nos autos às fls. 2.211, a informação de que o recurso que tramitava no Superior Tribunal de Justiça transitou em julgado. Em virtude deste fato, converto a fase de cumprimento provisório da SENTENÇA em cumprimento definitivo. Em consequência disso e considerando a petição de fls. 2.216/2.225, vejo que deve ser observado o recente entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que deve ser oportunizado à parte devedora pagar o seu débito, inclusive apresentando os seus cálculos. Intime-se a parte ré para que efetue o pagamento do valor fixado na condenação, no prazo de 15 dias. Como já há valores vinculados ao processo, diga a devedora expressamente se esse valor serve como pagamento ou parte dele.Quanto ao pedido de levantamento dos valores depositados já existente nos autos, aguarde-se a manifestação da parte devedora no prazo estipulado. Após, analisarei o pedido de levantamento. Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0011938-49.2013.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056S)
Requerido: Isabel Carla de Mello Moura Piacentini
DECISÃO :
DECISÃO .1) Defiro a expedição de mandado de pagamento, via AR-MP, com prazo de 15 (quinze) dias, anotando-se que caso a parte ré o cumpra, ficará isenta de custas e honorários advocatícios (CPC, art. 1.102c, § 1º), fixados, entretanto, estes, para o caso de não cumprimento, em 10% do valor do débito. 2) Conste, ainda, do mandado, que, nesse prazo, a parte requerida poderá oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, título executivo judicial (CPC, art. 1.102c). 3) Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0014869-25.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: everton batista de souza
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)
Requerido: Glauco Mauro de Sant'ana, Darli Coelho Peres

DECISÃO :
DECISÃO .VISTOS , etc. ..Pretende a parte autora concessão de antecipação de tutela a fim de que os requeridos promovam a transferência do veículo em questão.Entretanto, INDEFIRO, a tutela antecipada pleiteada, por entender ser pedido que deverá ser analisado posteriormente, pois se deferido pode se tornar irreversível, conforme preceitua o § 2º do artigo 273 do Código de Processo Civil.Citem-se os Réus para que apresentem defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vista ao autor para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0006515-11.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão (Cível)
Requerente: everton batista de souza
Advogado: Honório Moraes Rocha Neto (OAB/RO 3736)
Requerido: Glauco Mauro de Sant'ana
DECISÃO :
DECISÃO .Chamo o feito à ordem.Revogo a DECISÃO de fl. 68.Certifique-se o trânsito em julgado da SENTENÇA .Com o trânsito em julgado traslade-se cópia da SENTENÇA aos autos da ação principal, desapensem-se estes autos, dê-se baixa e arquive-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0013579-72.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sineide da Silva Santos
Advogado: JoÃo Batista Paulino de Lima (OAB/AC 2206)
Requerido: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S. A.
DECISÃO :
DECISÃO .VISTOS , etc. ..1) Analisando os documentos apresentados e as sustentações jurídicas e fáticas, vejo que convencem em parte da verossimilhança do direito da parte autora, sendo que reconhecidamente a manutenção da inscrição gera-lhe sérios constrangimentos.2) Assim, com fundamento no artigo 273, do Código de Processo Civil, defiro em o pedido de antecipação de tutela em relação a inscrição indevida, em conseqüência, determino que seja encaminhado Ofício aos órgãos restritivos de crédito a fim de que efetuem a exclusão do nome do(a) autor(a) de seus cadastros, no prazo de 48 horas, sob pena de desobediência. 3)Indefiro os pedidos de suspensão de exigibilidade da dívida e o contramandado de busca e apreensão, pois estes pedidos se confundem com o mérito e devem ser analisados com mais cuidado.4) Cite-se. Intimem-se.5) Defiro, por ora, a assistência judiciária gratuita requerida.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0009671-07.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S. A
Advogado: Celso Marcon (OAB/AC 3266A), Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329)
Requerido: Ivanildo Alves Ferreira
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS , etc. ..O Autor pleiteou a extinção da presente demanda, antes mesmo da citação do Requerido, informando que as partes transigiram (fls. 21/22). Dessa forma, julgo extinto este processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VIII, do CPC.Defiro o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópias. Dê-se baixa e arquive-se de imediato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0014255-20.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Condomínio Portal das Artes
Advogado: Raimisson Miranda de Souza (OAB/RO 5565), Octavia Jane Silva Morheb (OAB/RO 1160)
Requerido: Jorilda Alves de Souza Monteiro
DECISÃO :
DECISÃO 1) Cite-se e intime-se a parte ré, nos termos dos art. 277 e 278 do CPC, para comparecer a audiência de conciliação e saneamento do feito no dia 22.01.2014, às 09h, onde poderá oferecer defesa. 2) Na solenidade deverão comparecer as partes com seus respectivos advogados ou prepostos com poderes para transigir. 3) Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0001696-31.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jose Alves dos Santos
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Requerido: Banco Santander S/a
Advogado: Roberto Jarbas de Souza (OAB/RO 1246)
SENTENÇA :
S E N T E N Ç A VISTOS , etc. RELATÓRIO JOSÉ ALVES DOS SANTOS propôs a presente ação declaratória de inexistência de débito cumulada com repetição de indébito e reparação de danos morais em face de BANCO SANTANDER S.A. alegando em síntese que é aposentado pelo INSS e que ao receber seu benefício previdenciário do mês de dezembro/2012, notou significativa redução do valor. Ao solicitar informações, tomou conhecimento de que o desconto se referia a um suposto empréstimo consignado junto ao banco réu. Sustentou que nunca solicitou qualquer empréstimo, e que os descontos indevidos lhe causaram abalo moral. Concluiu pela concessão da liminar para suspender os descontos mensais em seu benefício previdenciário, além da declaração de inexistência de débitos, repetição do indébito e danos morais a ser arbitrado judicialmente.A antecipação de tutela foi deferida às fls. 14.Regularmente citado (fls. 15 verso). O requerido apresentou contestação (fls. 16/26). Sustentou ausência de responsabilidade do banco réu por culpa exclusiva de terceiros, já que afirma ter ocorrido fraude, não obstante tenha tomado todas as medidas cabíveis para evitar essas situações. Impugnou o pedido de repetição de indébito. Afirmou ainda que não há prova do dano moral supostamente suportado pelo autor. Requereu a total improcedência dos pedidos da inicial.É o RELATÓRIO . Decido. FUNDAMENTAÇÃOImpõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, I, do Estatuto Processual Civil. As partes são legítimas e estão bem representadas. Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, o mérito

pode ser analisado.Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com repetição de indébito e danos morais. O autor afirmou que desconhece a origem dos descontos em seu benefício previdenciário e que nunca contraiu qualquer empréstimo com a ré e que os descontos indevidos lhe causaram abalo moral.Em contestação, o banco réu sustentou ausência de responsabilidade tendo em vista possível fraude ocorrida no ato da contratação. Sustentou que não houve má-fé na cobrança de débitos e que não há qualquer prova dos danos morais.O fato de que terceiros possam ter se utilizado dos documentos pessoais do autor para firmar o contrato de empréstimo consignado não podem retirar-lhe o dever de ser indenizado pelos danos decorrentes da falha na prestação de serviços.Não é admissível que se possa realizar um contrato de prestação de serviços sem que se realize uma análise criteriosa dos documentos apresentados pelo interessado. Ainda que a ré tenha alegado que se valeu de todas as cautelas possíveis, é evidente que não procedeu dessa forma. Caso tivesse agido da forma como sustenta, não teria firmado contrato de prestação de serviços.A responsabilidade da ré é objetiva, pois verificada a falha na prestação de serviço.Dessa forma, considerando os elementos presentes nos autos, vejo que o autor realmente não contraiu os débitos que originaram os descontos em seu benefício previdenciário, razão pela qual deve ser declarada a inexistência do débito.Da Repetição do Indébito em dobroQuanto ao pedido de repetição de indébito em dobro, vejo que deve ser julgado improcedente. Conforme relatado pela própria ré, o empréstimo feito em nome do autor é oriundo de fraude, em que terceira pessoa se utiliza de documentos falsos para contrair empréstimos. Não houve resistência da ré em reconhecer ocorrência de fraude, razão pela qual não constato a má-fé.A parte ré efetuou o desconto de boa-fé, de modo que a devolução dos valores descontados deverão ser pela modalidade simples, não em dobro. Evidente o direito de receber de volta o valor descontado indevidamente, pois não há origem legal ou contratual válida no desconto.Do Dano MoralCom relação ao pedido de indenização por danos morais, vejo claramente o dano sofrido pelo autor, pois demonstrou às fls. 11 o desconto de valor referente a parcela do contrato de empréstimo consignado, mesmo não havendo qualquer relação jurídica entre as partes.A conclusão que se pode chegar é que os descontos em seu benefício previdenciário são indevidos, causando-lhe dano de ordem moral de ordem subjetiva e que a ação que provocou esse dano é decorrente de negligência do réu, por ausência dos cuidados devidos; e que há o vínculo entre o ato praticado pela ré e o dano sofrido, estando presente o nexo de causalidade.Ademais, veja-se que apesar do valor não ser de grande monta, tem repercussão significativa no apertado orçamento do autor, pessoa de idade e que vive do benefício social recebido, causando total insegurança no autor, que a qualquer momento poderia ficar ser receber o seu pagamento por um erro evidente do réu.Assim, verifica-se a presença do dano moral de forma evidente. A jurisprudência tem entendido que basta a prova do fato em si, não sendo necessário provar o dano propriamente dito. (STJ, RESP 599702/RJ; RECURSO ESPECIAL 2003/0184266-1; Ministro CESARASFOR ROCHA; QUARTA TURMA; Data do Julgamento: 02/03/2004).Portanto, não se pode deixar de reconhecer o dano moral aventado na peça exordial, levando em consideração os fatos ocorridos. Assim, tenho como justo fixar o valor da indenização em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em face do valor descontado, a condição econômica das partes e a extensão do dano sofrido. DISPOSITIVOPelo exposto e por tudo o mais que consta nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS formulados pelo autor para: 1) tornar definitiva a antecipação de tutela; 2) declarar a INEXISTÊNCIA DO DÉBITO discutidos nestes autos; 3) Condenar a ré ao pagamento do valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), já atualizados, à título de danos morais; 4) Julgo procedente o pedido de repetição de indébito devendo a devolução dos descontos ocorrer na forma simples, não em dobro.Sucumbente na maior parte dos pedidos, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais) sobre o valor corrigido da condenação, nos termos do art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil.Fica a parte ré desde logo intimada para efetuar o pagamento da dívida no prazo de 15 dias após o trânsito em julgado, sob pena de aplicar-se a multa do artigo 475-J do CPC. Passados 30 dias do trânsito em julgado e se as partes não se manifestarem, dê-se baixa e arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0004865-26.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Damiana Rodrigues da Silva Santos
Advogado: Sebastião Uendel Galvão Roberto (RO 1730)
Requerido: INVESTINORTE PARTICIPAÇÕES ADMINISTRAÇÃO E EMPREEMDIMENTOS LTDA
SENTENÇA :
S E N T E N Ç A VISTOS , etc. RELATÓRIO DAMIANA RODRIGUES DA SILVA SANTOS propôs a presente ação declaratória de extinção de sociedade em conta de participação, cumulada com danos materiais em face de INVESTINORTE - PARTICIPAÇÕES, ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA alegando em síntese que aderiu a uma sociedade em conta de participação na qualidade de sócia participante com o objetivo de constituir crédito para aquisição de bem móvel. Afirmou que pagou uma taxa inicial no valor de R$ 3.893,20 (três mil, oitocentos e noventa e três reais e vinte centavos) além de 12 (doze) parcelas no valor de R$ 472,58 (quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos). Sustentou que ao pagar a 13º (décima terceira) parcela, foi informada pela requerida que a empresa não estava mais emitindo boletos para pagamento. Afirmou que a ré esta sendo demandada em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Amazonas. Concluiu pela rescisão do contrato entre as partes, além da condenação da ré pela devolução dos valores pagos .Devidamente citada (fls. 38 verso) a requerida deixou transcorrer o prazo para defesa, não apresentando contestação.É o RELATÓRIO . Decido. FUNDAMENTAÇÃO Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, II, do Estatuto Processual Civil. Trata-se de ação declaratória de rescisão contratual cumulada com danos materiais. Afirmou a autora que aderiu a uma sociedade em conta de participação na qualidade de sócia participante

com o objetivo de constituir crédito para aquisição de bem móvel e que efetuou o pagamento de diversas quantias, entre elas taxa inicial e parcelas mensais, mas que, durante o contrato, a ré lhe informou que não mais iria receber pagamentos.Não tendo a parte ré contestado a ação, manifesta-se no âmbito processual o fenômeno da revelia, deduzindo que os fatos narrados na inicial são presumidamente verdadeiros, conforme autoriza o art. 319 do Código de Processo Civil.A parte autora juntou contrato de constituição de sociedade em conta de participação às fls. 17/19. No contrato, há cláusula expressa que no caso de desistência, serão restituídas as parcelas integralizadoras e valores pagos a título de administração e gerência, ficando apenas os valores correspondentes para cobrir gastos com manutenção de contratos.A autora juntou às fls. 22/33 os comprovantes de pagamentos referentes às 12 (doze) parcelas mensais referente ao contrato.Esse modelo de sociedade tem sido alvo de diversas ações do Ministério Público, já que tem sido utilizado para criação de falsos fundos de investimentos imobiliários e consórcios sem os devidos registros na CVM e outros órgãos competentes.Em consulta ao site do TJ/AM, verifiquei que houve concessão de liminar para que a ré suspenda todas as suas atividades, tendo em vista o nítido caráter ilegal das atividades desenvolvidas, sendo determinado ainda, a indisponibilidade dos bens da empresa ré e dos seus sócios para possível ressarcimento de consumidores lesados, e que a fraude alcança a estimativa de R$2.000.000,00 (dois milhões de reais).Considerando os efeitos da revelia, tenho como verdadeiros os fatos alegados na inicial pela autora, de modo que seus pedidos devem ser julgados procedentes rescindindo o contrato entre as partes, bem como a devolução de todas as parcelas efetivamente pagas, corrigidas monetariamente a partir do efetivo pagamento de cada uma, somados a juros de mora de 1% ao mês a contar do efetivo desembolso de cada parcela.Considerando que a ré deu origem ao pedido de condenação, pelo fato de ter encerrado suas atividades por DECISÃO judicial sob suspeita de fraude, todos os valores deverão ser restituídos à parte autora, não podendo ser feito qualquer desconto a qualquer título.DISPOSITIVOPelo exposto e por tudo o mais que consta nos autos JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS formulados pela autora para: 1) Declarar a rescisão do contrato entre as partes discutido nestes autos; 2) Condenar a ré à devolução de todas as quantias pagas pela autora, devidamente corrigidas monetariamente a partir do pagamento de cada uma, com juros de mora de 1% ao mês também contados mês a mês a partir do efetivo desembolso.Sucumbente, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do art. 20, § 3°, do Código de Processo Civil.Passados 30 dias do trânsito em julgado e se as partes não se manifestarem, dê-se baixa e arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Clêuda S. M. de Carvalho
ESCRIVÃ JUDICIAL

1º Cartório Cível
Endereço: Av. Lauro Sodré, 1728 - Jardim América - Porto Velho - Rondônia. CEP. 76803-686.
E- mail : pvh1civel@tj.ro.gov.br (pvh1civel@tjro.jus.br)
Juiz: Dr. Jorge Luiz dos Santos Leal
Escrivã: Clêuda S. M. de Carvalho
Telefone: (69) 3217-1318

Proc.: 0001701-24.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mundial Gráfica e Editora Ltda Me
Advogado: Lucimar Sombra de Oliveira (RO 573-A), Kátia Cilene Gomes Ribeiro (OAB/RO 2160)
Requerido: Roberto Kuppê Moraes da Silva
Advogado: Defensoria Pública (000000000000000000)
SENTENÇA :
S E N T E N Ç A VISTOS etc.RELATÓRIOMUNDIAL GRAFICA E EDITORA LTDA ME propôs ação de cobrança em face de ROBERTO KUPPÊ MORAES DA SILVA afirmando ser credora da importância de R$ 7.900,00, referente à Duplicata emitida e assinada pelo Requerido (fls. 14/16). Disse que não conseguiu receber o que é devido administrativamente, razão pela qual ingressou com a presente demanda a fim de que o Requerido seja compelido a efetuar o pagamento do valor do título, acrescidos de juros e correção monetária.O réu foi citado por Edital (fl. 37/39), tendo sido nomeado Curador de Ausentes, que ofereceu defesa por negativa geral (fl. 41/42).Réplica apresentada às fls. 44/45.É o relatório. Decido.Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, II, do Estatuto Processual Civil.A resposta genérica do Curador de Ausentes não se contrapôs de maneira eficaz à prova documental acostada aos autos.Verifica-se através dos documentos de fls. 14/16 que o Requerido emitiu duplicata em favor da empresa autora, a qual foi protestada por inadimplência. A ausência de impugnação específica comprova o fato alegado na exordial, de que não houve adimplemento da dívida, de modo que o pedido deve ser julgado procedente.ISTO POSTO, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido formulado pela autora e condeno o Requerido ao pagamento da importância de R$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais), devidamente corrigido a partir da propositura da ação. Juros de 1% ao mês a partir da citação. Sucumbente, condeno a Requerida ainda ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios ao patrono da autora, que fixo em 10% sobre o valor corrigido da condenação, bem como honorários advocatícios ao Curador de Ausentes, no mesmo valor.Sai a parte intimada a proceder voluntariamente o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, após o trânsito em julgado desta DECISÃO , sob pena de multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do débito. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0011353-94.2013.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: H. S. B. C. Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo
Advogado: Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB / RJ 151.056-S)
Requerido: Alexandro Campelo da Silva, Karla Grazielly Ferreira Santos
DECISÃO :
A assinatura constante na petição de fls. 127/139 é muito diferente da apresentada na inicial juntada aos autos em primeiro lugar e que está impressa por sistema informático.Como é possível a existência de erro na indicação do advogado ou até mesmo uma fraude no uso de seu nome, esclareça o patrono do autor qual é a assinatura verdadeira.Deverá juntar à sua manifestação cópia da sua carteira da OAB, para conferência. Isso se faz necessário para apurar se a pessoa que assina um dos documentos é advogado habilitado, atuando sob a fé de seu grau e munus público.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0025213-02.2012.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Eletrotel Eletricidades e Telecomunicações Ltda
Advogado: Jussier Costa Firmino (OAB/RO 3557)
Requerido: Rondonorte Transportes e Turismo Ltda
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS , etc...RELATÓRIORONDONORTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA apresentou embargos à ação monitória que contra si foi proposta por ELETROTEL ELETRICIDADES E TELECOMUNICAÇÕES LTDA alegando em síntese que o valor pleiteado pelo embargado no montante de R$ 16.112,15 (dezesseis mil, cento e doze reais e quinze centavos) é exorbitante, pois já pagou a quantia de R$ 2.135,48 (dois mil, cento e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos), devendo este valor, devidamente corrigido, ser abatido da quantia cobrada. Sustentou que o valor correto da dívida é de R$ 13.885,56 (treze mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos). Concluiu pelo parcelamento da dívida.A embargada apresentou impugnação. Sustentou que desconhece qualquer pagamento no valor de R$ 2.135,48 (dois mil, cento e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos) e que a embargante não trouxe qualquer prova da quitação da dívida. Afirmou ainda a impossibilidade de acordo nos termos propostos.É o relatório. Decido.FUNDAMENTAÇÃOO feito comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, II do Código de Processo Civil.Vejo que as partes são legítimas e estão bem representadas. Estando presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, o mérito pode ser analisado. Trata-se de embargos à ação monitória em que o embargante sustenta que o valor cobrado pelo embargado é exorbitante, pois já teria pago parte do valor da dívida, apresentando valor que entende correto.Em sua impugnação, a embargada afirmou que desconhece qualquer pagamento parcial da dívida, e que não há qualquer prova do pagamento.Da análise dos documentos fornecidos pela parte embargada, verifico que colacionou título de crédito no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais), além de diversas notas fiscais de produtos adquiridos pela embargante e que não foram pagos. Afirmou a embargante que o valor atual da dívida é de R$ 16.112,15 (dezesseis mil, cento e doze reais e quinze centavos).A embargante, ao passo que afirma ter pago a quantia de 2.135,48 (dois mil, cento e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos), não traz qualquer prova do pagamento dessa quantia nos autos. Os documentos de fls. 35/36 não guardam qualquer relação com a dívida cobrada pela embargada, mas sim com outros débitos oriundos de notas promissórias de outros valores. Nesse passo, o artigo 333, II do Código de Processo Civil dispõe que cabe ao réu/devedor comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. No presente caso, além de ter havido confissão expressa em relação a parte da dívida, não houve prova do pagamento, razão pela qual os embargos devem ser julgados improcedentes.DISPOSITIVOISTO POSTO, JULGO IMPROCEDENTES os embargos à ação monitória, constituo, de pleno direito, por SENTENÇA , o pedido em título executivo judicial e confirmo a existência da dívida cobrada na exordial, que deverá ser corrigida monetariamente, com juros de 1% ao mês a partir da citação. Converto o mandado inicial em mandado executivo, que poderá ser executado, na forma do art. 475, J, do CPC.Sucumbente, condeno a embargante ao pagamento das custas processuais e honorários ao patrono da embargada, que fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do artigo 20, § 3º do Código de Processo Civil.Passados 30 dias sem manifestação de qualquer das partes, dê-se baixa e arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0013136-24.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Soliane Maria Lima de Oliveira
Advogado: Odailton Knorst Ribeiro (RO 652), Anderson Adriano da Silva (OAB/RO 3331)
Requerido: Sabenauto - Comércio de Veículos Ltda
DECISÃO :
DECISÃO .VISTOS , etc...Pretende a parte autora concessão de antecipação de tutela a fim de que o requerido promova a transferência do veículo em questão.INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela por entender que, se deferido, pode se tornar irreversível, incidindo na regra do § 2º do artigo 273 do CPC.Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas ao autor para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0006311-64.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antônio Carlos Furtado
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Naza Pereira (RO 1073)
Requerido: Mazda Confecções Ltda - ME
Advogado: Ivaldo Ferreira dos Santos (OAB/RO 663A)
Especificação de provas:
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 03 dias, intimadas a especificarem provas.

Proc.: 0002854-24.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: David Henrique Cartogenio Lima de Araujo
Advogado: Daniella Tomaz Sidrim (OAB/RO 4417), Eric George Tomaz Sidrim (OAB/RO 2968)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
Honorários Periciais:
Fica a parte requerida intimada. por seu advogado, a efetuar o depósito dos honorários periciais no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais),conforme proposta fls. 49 e determinação de fls. 20.

Proc.: 0014440-92.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Darlem Monteiro Dantas
Advogado: Daniella Tomaz Sidrim (OAB/RO 4417)
Requerido: American Life Companhia de Seguros
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a proposta de honorários periciais.

Proc.: 0007145-67.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Karita Farias de Lima, Débora Lima de Melo, Diósini França de Andrade, Sheila Cristina Alves Cunha, José Francisco de Andrade, Matheus Henrique Alves de Andrade, Ellen Vitória Alves de Andrade
Advogado: Jeanne Leite Oliveira (OAB/RO 1068), Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811)
Requerido: Santo Antônio Energia S/A
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0001789-91.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Fabiana Viana da Silva
Advogado: Jorge Pacheco (1888), Rosemary Rodrigues Nery (OAB/RO 5543)
Requerido: Centrais Eletricas de Rondônia Sa Ceron
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0008502-82.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jocely Orilus
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Eletrobras Distribuição Rondônia - CERON
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0011583-73.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Julia Vieira Ramos
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Pedro Origa (MF 1953)
Especificação de provas:
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 03 dias, intimadas a especificarem provas.

Proc.: 0025758-72.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Walter Gustavo da Silva Lemos
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Sky Brasil Serviços Ltda
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Especificação de provas:
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 03 dias, intimadas a especificarem provas.

Proc.: 0011969-06.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sebastiana Barbosa Leal
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Requerido: Banco Finasa S.A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Especificação de provas:
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 03 dias, intimadas a especificarem provas.

Proc.: 0024085-49.2009.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Nelcimar Pereira da Silva
Advogado: José Assis (OAB/RO 2332), Valdinéia Rolim Meireles (OAB/RO 3851)
Requerido: União P F N
Advogado: Procurador do INSS ( )
DESPACHO :
Considerando a certidão de fl. 114 e a petição de fl. 116, expeça-se RPV, conforme pleiteado pela Autora, nos termos da legislação correlata.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Angélica Ferreira de Oliveira Freire Juíza de Direito

Proc.: 0005960-28.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Ester Miranda Rodrigues
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Itaucard S/A
Advogado: Melanie Galindo Martinho. (RO 3793)
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS , etc... RELATÓRIO. MARIA ESTER MIRANDA RODRIGUES propôs ação revisional de cláusula contratual cumulada com reconhecimento de abuso extorsivo do valor financiado em face de BANCO ITAUCARD S/A alegando, em síntese, que o autor financiou um veículo junto a instituição requerida no importe de R$ 41.900,00, dividindo em 60 parcelas de R$ 1.137,16. Sustentou que desta prestação foram pactuados e aplicados juros capitalizados e em percentual acima do permissivo constitucional. Falou sobre anatocismo, ilegalidade da TAC Taxa de abertura de crédito, IOF e tarifa de emissão de boletos. Por fim, requereu que as parcelas fossem corrigidas, o pagamento em dobro do valor cobrado

indevidamente, a limitação dos juros ao patamar de 6% ao ano. Regularmente citado, o Requerido apresentou contestação. Alegou que não há qualquer irregularidade nos contratos firmados entre os demandantes, porquanto a taxa de juros e a forma de capitalização foram plenamente acordados pelas partes. Teceu considerações acerca da legislação aplicável à espécie, sobretudo no que diz respeito à limitação e à capitalização dos juros. Falou sobre ato jurídico perfeito, pacta sunt servanda, inexistência de juros abusivos, impossibilidade de repetição de indébito. Concluiu por requerer a total improcedência dos pedidos. Réplica às fls. 123/152.É o relatório. Decido. FUNDAMENTAÇÃO . As partes são legítimas e estão bem representadas. Estando presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, o mérito pode ser analisado.Trata-se de mais uma das inúmeras causas envolvendo a relação de cliente com banco, onde alega a ocorrência de várias irregularidades e ilegalidades nos contratos celebrados. Em primeiro lugar é imprescindível deixar claro que a relação negocial estabelecida entre o autor e o banco é relação de consumo, sujeita às regras do CDC, inclusive no que diz respeito à possibilidade de revisão e anulação das cláusulas que se apresentem abusivas. Dentre as várias teses apresentadas pelo autor, veja-se que todas elas já têm uma orientação firme na jurisprudência, não havendo necessidade de alargar a discussão. Tratando-se de contrato bancário, em plena vigência a regra da Lei 4.595/64, cabe ao Conselho Monetário Nacional regular a moeda e o crédito. Ademais, veja-se que a própria Constituição foi emendada para deixar bem claro esse ponto, sendo impossível falar-se em limitação ou mesmo revogação do disposto na Lei 4.595/64.A alegação de prática abusiva não se encontra provada nos autos, pois fica bem claro que os juros cobrados pelos bancos são analisados mensalmente pelo Banco Central do Brasil, sendo o Comitê de Política Econômica o responsável por controlar as taxas de juros cobradas no mercado bancário dos particulares. O STJ já definiu que a eventual lesividade das taxas de juros cobradas deve ser comprovada caso a caso e a simples fixação de uma taxa superior a 12 % ao ano, por si só, não caracteriza a abusividade. Com a edição da Emenda Constitucional nº 40/2003, a limitação então constante no referido dispositivo constitucional foi suprimida, de modo que o Decreto nº 22.626/33, na parte em que restringia os juros a 12% (doze por cento) ao ano, se já era questionável à luz da Súmula nº 596 do STF, passou doravante a ser, com a devida vênia insustentável. Isto porque, de fato, ao estruturar o Sistema Financeiro Nacional e o Mercado de Capitais, a Lei nº 4.595/64, em seu art. 4º, inciso IX, outorgou ao Conselho Monetário Nacional a atribuição de limitar, sempre que necessário, as taxas de juros praticadas nas operações bancárias.Art. 4º - Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República: IX Limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive os prestados pelo Banco Central da República do Brasil, assegurando taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover: (...).Nesta ordem de ideias, a Lei nº 4.595/64, única norma que restou a ser aplicada em casos como o presente, se sobrepõe ao comando inserto no art. 1º do Decreto nº 22.626/33, quer porque especial em relação a este, quer porque editada posteriormente ao referido Decreto. Este entendimento, aliás, está referendado pela Súmula nº 596 do STF: as disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro nacional. Por estas razões, ante a ausência de previsão legal, afasta-se a pretensa restrição dos juros tal como requerido pelo autor. Quanto a comissão de permanência, multa contratual e correção monetária, não há provas de suas acumulações nem incidências erroneamente aplicadas, afinal todas são possíveis desde que evidente o fato gerador de cada uma e não havendo a forma acumulativa de seus pontos. Fica claro essa exposição na jurisprudência já firmada no STJ a qual colaciono a seguir: AgRg no REsp 688137 / RS. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2004/0125395-3. Relator(a) Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO (1144). Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA. Data do Julgamento 22/02/2011. Data da Publicação/Fonte DJe 02/03/2011. Ementa. PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. JÁ DEFERIDA. INTERESSE RECURSAL. CARÊNCIA. SUCUMBÊNCIA. CUSTAS E HONORÁRIOS. VALIDADE CONTRATUAL. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. IMPUTADOS AO AUTOR DA REVISIONAL. 1. É admitida a cobrança da comissão de permanência no período da inadimplência, desde que não cumulada com correção monetária, juros moratórios, multa contratual ou juros remuneratórios, calculada à taxa média de mercado, limitada, contudo, à taxa contratada. 2. Deferido o encargo pretendido na DECISÃO monocrática, o regimental que possui o mesmo objeto carece de utilidade. 3. Reformado o acórdão recorrido de modo a manter a validade de todas as cláusulas do contrato bancário, os ônus sucumbenciais devem ser imputados ao autor da ação revisional. 4. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO.Assim, ficou claro na exposição feita e na jurisprudência indicada, que é perfeitamente possível a existência dos institutos levantados pelo requerente como indevidos, apenas o que não pode é sua cumulação. Analisando os autos não há essa aglutinação de taxas e encargos. Os documentos que demonstram os boletos com todos os encargos e demais elementos do contrato, apontam que diante da inércia, e só nesse momento, possam a vir a incidir os item questionados nesse tópico. Contudo, há uma relação em cadeia e sucessiva, onde o primeiro a ser cobrado é a comissão de permanência, que já calcula diversos itens, sendo que a partir de sua incidência afasta os demais.A Tarifa de abertura de crédito TAC, IOF e taxa de emissão do boleto bancário são devidas quando expressas no contrato. E assim o foi neste presente caso (fls. 113/118). Portanto deve ser refutado tal argumento inicial.Esta é a orientação jurisprudencial já pacificada nosso TJ/RO, in verbis: Revisão contratual. Cobrança de capitalização de juros, tarifa de cadastro e IOF. Possibilidade. Previsão contratual. É possível a cobrança de capitalização de juros desde que expressamente pactuada no contrato. Inexiste ilegalidade na cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC), se houve a pactuação entre as partes, tendo sido discriminado o seu valor no contrato, e este não se mostra excessivo, de modo a configurar o desequilíbrio contratual. Ocorrido o fato gerador, o IOF - Imposto sobre operações financeiras, é compulsório o seu recolhimento. ACÓRDAO. VISTOS , relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO AGRAVO RETIDO E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO

AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 22 de agosto de 2012. DESEMBARGADOR(A) Kiyochi Mori (0018046-02.2010.8.22.0001 Apelação - Agravo Retido) Outro não é o entendimento do STJ, in verbis: 'AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ACÓRDÃO PROLATADO POR TURMA RECURSAL DE JUIZADO ESPECIAL. RESOLUÇÃO N. 12/2009. BANCÁRIO. TARIFAS DE ABERTURA DE CRÉDITO E DE EMISSÃO DE CARNÊ. CONTRATAÇÃO. COBRANÇA LEGÍTIMA. 1. A cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e da tarifa de emissão de carnê (TEC), quando efetivamente contratadas, é legítima, pois não foram vedadas pela legislação regente e remuneram a instituição financeira por serviço prestado ao consumidor. Precedentes do STJ. 2. Agravo regimental provido para dar parcial provimento à reclamação.' (AgRg na Rcl 12.386/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/05/2013, DJe 27/05/2013)No que diz respeito à capitalização deve-se salientar, primeiramente, que o contrato de abertura de crédito ocorreu em outubro de 2010, posteriormente a entrada em vigor da Medida Provisória nº 2.170-36 de 12/09/01 e a Emenda Constitucional nº 32 de 11/09/01 que admite a capitalização dos juros. Destaco que a 2ª Seção do E. STJ, nos julgamentos dos Recursos Especiais nº 602.068/RS e 603.643/RS, relatados pelo Ministro Antônio de Pádua Ribeiro e publicados no Diário da Justiça de 21/03/05, firmou o entendimento de que, nos contratos celebrados após 31/03/00, data da publicação da Medida Provisória nº 1.963-17, revigorada pela Medida Provisória nº 2.170-36 de 12/09/01 e cuja vigência encontra-se assegurada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 32 de 11/09/01, é admissível a capitalização dos juros em período inferior a um ano, desde que assim expressamente pactuada. Ressalto que há nos contratos de alienação fiduciária, cláusula expressa prevendo a capitalização de juros. Desta forma tanto os juros quanto os encargos constam no contrato. Assim não tem fundamento as alegações do autor, pois ao analisarmos os extratos verifica-se a aplicação do que fora pactuado, não havendo o que se falar em anatocismo. Com efeito, impõe-se reconhecer a ausência de provas, ainda que indiciárias, de que sobre os valores contratados incidiram juros capitalizados maiores do que os preVISTOS legalmente, e considerando que os contratos firmados entre as partes datam de período posterior à edição da Medida Provisória nº 1.963-17 (31/03/00), tenho que a capitalização dos juros tal como contratada não ofende legislação aplicável à espécie, ainda que se fale em contratos de adesão e relação de consumo. Ainda é importante refutar os pedidos liminares de manutenção de posse e consignação incidente, afinal a parte autora restou inadimplente com suas obrigações, não tendo direito a manter um veículo com parcelas em aberto.Por óbvio, se os fundamentos do pedido de revisional de contrato foram afastados, não há que se falar em repetição de indébito, pois os valores pagos pela parte autora no contrato em discussão foram previamente pactuados, não havendo qualquer irregularidade capaz de determinar devolução total ou parcial de qualquer quantia.DISPOSITIVO. Pelo exposto, julgo improcedentes os pedidos formulados na ação principal, tendo em vista a regularidade e legalidade das cláusulas insertas nos contratos firmados entre os demandantes. Condeno o autor ao pagamento das custas e honorários ao patrono do Requerido, que fixo em R$ 1.000,00 (Hum mil reais).Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0008592-90.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Josue Batista Lima
Advogado: José Gomes Bandeira Filho (OAB/RO 816), Helen Cristine Ferreira Silva (OAB/RO 5157), Lukas Mota de Jesus (OAB/RO 638E)
Requerido: Bruno Leonardo Paulino Nascimento
DECISÃO :
DECISÃO .VISTOS , etc...Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 10(dez) dias, trazendo aos autos documentos que comprovem a sua propriedade do imóvel, pois, até agora, apresentou documentos que comprovam ser o réu o proprietário do bem em litígio, sob pena de indeferimento. INDEFIRO o pedido de tutela antecipada, desde logo, por se tratar de pedido de suspensão de DECISÃO de outro juízo, o qual reintegrou o réu na posse do imóvel. Aquela DECISÃO judicial transitada em julgado deve ser cumprida. Este juízo não tem competência para servir de instância revisora de juízo de igual competência.Intime-se.. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0003234-18.2011.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: José do Carmo de Oliveira
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco BMB S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
SENTENÇA :
S E N T E N Ç A VISTOS etc.RELATÓRIOJOSÉ DO CARMO DE OLIVEIRA propôs AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS com pedido de liminar em face da BANCO BMG S/A alegando em síntese possuir diversos contratos de financiamento com o Banco Réu. Informou que não recebeu cópias dos referidos contratos e a evolução contábil da dívida. Alegou que surgiram dúvidas quanto a regularidade da cobrança, pois as taxas de juros sequer encontram-se indicadas nos documentos de posse do autor. Aduziu ainda que o Banco se nega a fornecer esses documentos. Por essa razão requereu as referidas cópias. Não comprovou que fez o pedido administrativo ao banco solicitando os documentos que pretende ver exibidos.A liminar foi indeferida.O Banco réu foi citado e apresentou contestação, alegando preliminarmente falta de interesse de agir e no mérito aduziu que a ação não tem razão de ser, pois o contrato encontra-se a disposição do autor. Requereu a improcedência do feito. Não instruiu a contestação com os documentos que o autor solicitou. Impugnação à contestação foi apresentada pela parte autora. Vieram os autos conclusos para SENTENÇA . É o relatório. Decido.Preliminarmente: Falta de Interesse de Agir O Banco Réu aduziu que falta interesse de agir, pois a autora poderia ter solicitado o Contrato de Financiamento pela via extrajudicial, argumentando que não há que se falar em resistência do Banco em fornecer o contrato. Disse também que o autor tinha conhecimento dos valores ali descritos, concordando com eles. Afasto a preliminar argüida, pois a parte autora alegou que houve acréscimo de taxas e emolumentos no contrato, pelo qual não contratou. Por isso, o autor tem interesse de agir. MÉRITOO feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, inciso I, do CPC, uma vez que a matéria fática encontra-se suficientemente demonstrada nos autos, dispensando, para a formação da convicção desse juízo, de

dilação probatória. Trata-se a presente de ação de exibição de documentos, declinando o requerente como causa de pedir a relação jurídica de direito material com o banco e a resistência do requerido em exibir documentos que estão em seu poder e são de seu interesse.É direito do cliente do banco, dentre outros, ter vista dos documentos bancários de seus contratos, bem como, as demais transações que efetuou, a fim de que tome conhecimento do teor dos seus termos,ônus e obrigações. No presente caso, a parte ré não trouxe o contrato de financiamento, requerido pela parte autora, com a contestação. Esclareço ainda que a procedência desta demanda limita-se à exibição dos documentos e não a existência ou não de indenização, questão essa que deverá ser discutida em outra ação.Embora a parte autora tenha seu direito de consumidor reconhecido, e não sendo necessário a comprovação do esgotamento das vias administrativas para ter acesso aos documentos requeridos, a ausência do pedido administrativo se reflete diretamente na condenação da parte ré. Nesse sentido o seguinte julgado do Tribunal de Justiça/RO: PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA - Tribunal de Justiça - 2ª Câmara Cível - Data de distribuição : 2/3/2012- Data de julgamento : 9/5/2012 0000754-67.2011.8.22.0001 Apelação; Origem : 00007546720118220001 Porto Velho/RO (1ª Vara Cível); Apelante : Francisco Ozemar Leitão de Souza ; Advogados : Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4.741) e Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3.765); Apelado : Banco Schahin S.A. Advogado : Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4.507) e José Edgard da Cunha Bueno Filho (oab/ro 4.570); Relator : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia; Revisor : Desembargador Alexandre Miguel EMENTA: Exibição de documento. Sucumbência. Condenação. Honorários. Inexistindo provas de que houve recusa à exibição de documentos pleiteados pela aplicação dos princípios da sucumbência e da causalidade em ações cautelares, não há que se falar em condenação em honorários de advogados. ACÓRDÃO. VISTOS , relatados e discutidos estes autos, acordam os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 9 de maio de 2012. DESEMBARGADOR MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA.RELATOR DISPOSITIVODiante do exposto, julgo procedente o pedido para determinar que a parte ré proceda à exibição dos documentos discriminados na exordial, no prazo de 5 dias com fulcro no art. 359, I do CPC, sob pena de busca e apreensão. Em virtude da ausência de comprovação da parte autora de ter feito o pedido de exibição de documentos administrativamente, deixo de condenar o requerido ao pagamento de honorários advocatícios. Condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais.Passados 30 dias sem a manifestação das partes, feitas as devidas anotações, dê-se baixa e arquivem-se os autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0005715-80.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Thaici Lopes Marinho
Advogado: Alessandra Lima da Silva (OAB/RO 5709)
Requerido: Gol Transportes Aéreos Sa

DECISÃO :
DECISÃO .CHAMO O FEITO À ORDEM.REJEITO LIMINARMENTE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO apresentados pela autora porque evidentemente apresentados indevidamente. Não há SENTENÇA neste processo.O documento de fls. 44/48 diz respeito a outro feito, julgado em março de 2013, apresentado pela parte ré, servindo como argumentação da parte em relação ao que será decidida neste processo.Conforme se vê da ata da audiência de fls. 21, foi designada audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento para o dia 12.11.13, às 11: 00 horas.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0002603-40.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: David Veiga dos Santos
Advogado: Amaro Vinícius Bacinello Ramalho (OAB/RO 3212)
Requerido: Empresa Brasileira de Telecomunicações Embratel
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DECISÃO :
DECISÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃOVISTOS. Tratam-se de embargos de declaração apresentados pela parte autora contra a SENTENÇA de fls. 73/76 alegando em síntese ausência de apreciação relativa a custas e honorários advocatícios.É o relatório, no essencial. Decido.Com razão o embargante.De fato a SENTENÇA foi omissa por não fazer a condenação da parte vencida em custas e honorários próprios da sucumbência.Desse modo, ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para fazer incluir no dispositivo da SENTENÇA a condenação da parte ré ao pagamento das custas processuais e verba honorária em favor do patrono da parte autora de 10% sobre o valor da condenação. Mantenho a SENTENÇA hígida em seus demais termos.Intime-se. Reabro à parte ré o direito de recorrer da SENTENÇA .Considerando que a parte ré já depositou em juízo o valor da condenação principal, poderá, após o trânsito em julgado, efetuar a complementação do valor da condenação.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0166910-50.2008.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Associação dos Servidores do Sistema Penitenciario do Estado de Rondonia Assiperon
Advogado: Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883)
Executado: Jose Rodrigues dos Passos
DECISÃO :
Expeça-se alvará, conforme pleiteado pela parte Autora à fl. 88, até o limite da satistação integral de seu crédito.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Angélica Ferreira de Oliveira Freire Juíza de Direito

Proc.: 0019212-98.2012.8.22.0001
Ação: Usucapião
Requerente: MARIA ROZALIA NUNES
Advogado: Defensoria Publica ( )
Requerido: Francisco Pereira Caldas, Raimunda Pontes Caldas

SENTENÇA :
S E N T E N Ç A VISTOS etc.RELATÓRIOMARIA ROSALIA NUNES propôs ação de usucapião em face de RAIMUNDA PONTES CALDAS E FRANCISCO PEREIRA CALDAS alegando em síntese que adquiriu um imóvel localizado à Rua Sorocaba, n. 5058, Bairro Cohab, com uma área de 219m2, desde 2005, de forma mansa e pacífica, ininterrupta e sem oposição. Destacou ainda que o imóvel está cadastrado junto a Prefeitura do Município de Porto Velho, no cadastro de IPTU Imposto Predial e Territorial Urbano. Por fim requereu que seja feito o reconhecimento do usucapião.Os confinantes foram citados às fls. 32/33 e não apresentaram contestação (fls. 44). Os Requeridos foram citados por edital às fls.31, não tendo apresentado contestação (fls. 44).A Procuradoria da União no Estado manifestou-se no sentido de não ter interesse no feito, ficando assegurado o direito de defesa (fl.42).O Município de Porto Velho manifestou-se informando não ter interesse na propriedade (fl. 40/41). O Estado de Rondônia manifestou-se informando não ter interesse na propriedade.Manifestação do Ministério Público à fl. 43, onde demonstrou não ter interesse no feito. Realizou-se a citação dos terceiros interessados por edital, não havendo comparecimento de qualquer deles nos autos.Vieram os autos para audiência de instrução e julgamento na qual a parte autora arrolou três testemunhas, mas não compareceu a audiência e nem as trouxe para suas oitivas. Passou-se a proferir SENTENÇA .É o relatório. Decido. FUNDAMENTAÇÃOImpõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, II, do Estatuto Processual Civil. Não tendo os requeridos FRANCISCO PEREIRA CALDAS E RAIMUNDA PONTES CALDAS e qualquer dos confinantes contestado a ação, manifesta-se no âmbito processual o fenômeno da revelia, deduzindo que os fatos narrados na inicial são presumidamente verdadeiros, conforme autoriza o art. 319 do Código de Processo Civil.Para que seja reconhecido o instituto do usucapião, necessário se faz que a parte autora apresente provas de que sua posse é mansa e pacífica, durante o período determinado pela lei. Também deve demonstrar o animus domini, caraterística necessária do possuidor para o reconhecimento da propriedade. Além disso, o pedido da parte autora está fundamentado no art. 1240 do Código Civil que prevê o usucapião e o art. 183 da Constituição Federal, cujos requisitos são o justo título, o exercício da posse mansa, pacífica e ininterrupta com ânimo de dono, sem oposição, área urbana inferior a 250m2, utilizar como moradia e o transcurso de prazo não inferior a cinco anos (usucapião constitucional). Desta forma, o lapso temporal, a posse, inclusive com animus domini devem ser comprovados através de testemunhas. Na audiência designada para a data de hoje, a parte autora não arrolou testemunhas. Portanto, não comprovou os fatos constitutivos de seu direito. Registro que é imprescindível ter certeza sobre a existência desses requisitos para poder-se julgar procedente o instituto do usucapião e, não sendo uma prova impossível para a parte autora, pois tinha todas as condições para produzi-la, não se pode destruir o direito de propriedade da pessoa que tem o lote de terras em seu nome.Nesse sentido a DECISÃO do STJ: 1. PARTILHA. NULIDADE. HERDEIRO EXCLUIDO. PRESCRIÇÃO.E DE VINTE ANOS O PRAZO DE PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DE NULIDADE DO HERDEIRO QUE NÃO FOI PARTE NO ATO DE PARTILHA. 2. USUCAPIÃO. USUCAPIÃO CONSTITUCIONAL. REQUISITOS. PROVA. FATOS NÃO CONTESTADOS. OPOSTA COMO DEFESA, PELO REU, A PRESCRIÇÃO AQUISITIVA DE IMOVEL URBANO INSTITUIDA NO ARTIGO 183 DA CF, O SILENCIO DO AUTOR SOBRE TAIS FATOS (ART. 334, II CPC) NÃO IMPEDE AO JUIZ DAR-SE POR INSATISFEITO COM PROVA E REJEITAR A PRETENSÃO, POIS O CPC TAMBEM ACOLHE O PRINCIPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO (ART. 131). 3. BENFEITORIAS. DIREITO DE RETENÇÃO. POSSUIDOR DE BOA-FE. EXERCICIO CONTRA O AUTOR DA AÇÃO. O POSSUIDOR DE BOA-FE TEM DIREITO DE INDENIZAÇÃO E DE RETENÇÃO A SER EXERCIDO CONTRA O AUTOR DA AÇÃO POSSESSORIA OU REIVINDICATORIA, PARA EVITAR O SEU ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, E NÃO CONTRA O TERCEIRO DE QUEM RECEBEU O BEM (ART. 516 DO CC). RECURSO CONHECIDO EM PARTE, E NESSA PARTE PROVIDO. (REsp 45.693/SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/1994, DJ 13/02/1995, p. 2242) negritei. Nesse acórdão o Ministro Relator fundamenta: É ônus do réu fazer a prova do fato extintivo do direito do autor (art. 333, II CPC), o que significa, no caso, demonstrar os requisitos estabelecidos na Carta para a prescrição constitucional urbana. É certo que a regra do artigo 334 consagra o princípio da dispensa da prova de fatos incontroversos, sobre os quais não discordam as partes, pois seria inútil ocupar-se deles na instrução probatória. Porém, “nada obsta a que, embora não contestados, em dadas circunstâncias deva ser feita a prova dos fatos, o que se verifica: a)quando reclamada pelo juiz, para o fim de formar com mais segurança o seu convencimento; b) ou quando a lide versar sobre direitos indisponíveis, como nas ações de anulação de casamento; ou c)quando a lei exija que a prova do ato jurídico se revista de forma especial (prova da propriedade imobiliária...)” (Amaral Santos, Comentário, IV/33. Um dos casos que convém incluir na situação da alínea a, da lição do mestre, é o de reconhecimento da prescrição aquisitiva, seja na ação de usucapião, seja como defesa, pelo significado social de que se reveste a DECISÃO judicial, e pelo rigorismo formal exigido para a declaração desse direito. Com a lei processual, apesar da disposição do artigo 334, também consagrou o princípio do livre convencimento (art. 131), será sempre permitido ao juiz proferir uma SENTENÇA de non liquet, quando lhe faltar convicção sobre o direito do autor, ainda que silente o réu. Sendo assim, não viola a regra do artigo 334, II do CPC o julgador que não se dá por satisfeito com os elementos constantes dos autos sobre os requisitos de fato exigidos para a prescrição aquisitiva da propriedade imóvel, apenas porque o réu não impugnou as afirmações feitas pelo interessado.”A conclusão é que no presente caso não estão caracterizados os requisitos para a ocorrência do usucapião, devendo ser julgado improcedente o pedido.DISPOSITIVOISTO POSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, julgo improcedente o pedido inicial.Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no importe de R$ 1.000,00 (Mil reais), ressalvada a gratuidade da justiça deferida. Passados 30 dias sem a manifestação das partes, feitas as devidas anotações, dê-se baixa e arquivem-se os autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Angélica Ferreira de Oliveira Freire Juíza de Direito

Proc.: 0000834-60.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Tadema Maria Santos Trindade
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
SENTENÇA :
S E N T E N Ç A VISTOS etc.RELATÓRIOTADEMA MARIA SANTOS TRINDADE propôs AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS em face do BANCO DO BRASIL S.A alegando em síntese possui um contrato de financiamento com o Banco Réu. Informou que não recebeu cópia do referido contrato e a evolução contábil da dívida. Alegou que surgiram dúvidas quanto a regularidade da cobrança, pois as taxas de juros sequer encontram-se indicadas nos documentos de posse do autor. Por essa razão requereu as referidas cópias. Trouxe aos autos o pedido que realizou extrajudicialmente ao banco réu. O banco réu foi citado (fls. 15, verso), mas não apresentou defesa. Vieram os autos conclusos para SENTENÇA .É o relatório. Decido.MÉRITOO feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, inciso I, do CPC, uma vez que a matéria fática encontra-se suficientemente demonstrada nos autos, dispensando, para a formação da convicção desse juízo, de dilação probatória. Não tendo a parte requerida apresentando contestação a ação no prazo legal, manifesta-se no âmbito processual o fenômeno da revelia, deduzindo que os fatos narrados na inicial são presumidamente verdadeiros, conforme autoriza o art. 319 do Código de Processo Civil.O processo é simples e de fácil solução, pois recai sobre os fatos alegados na inicial a presunção de veracidade como efeito da revelia, pelo que tenho que a Requerida não apresentou à parte autora os documentos que ensejaram as cobranças. Declinando o requerente como causa de pedir a relação jurídica de direito material com o banco e a resistência do requerido em exibir documentos que estão em seu poder e são de seu interesse.É direito do cliente do banco, dentre outros, ter vista dos documentos bancários de seus contratos, bem como, as demais transações que efetuou, a fim de que tome conhecimento do teor dos seus termos, ônus e obrigações.A negativa injustificada da Requerida em apresentar tais documentos afronta a legislação vigente e deve ser coibida, razão pela qual o pedido formulado na exordial deve ser julgado procedente.No presente caso, a parte ré quedou-se inerte em trazer aos autos o contrato de financiamento requerido pela parte autora.Esclareço ainda que a procedência desta demanda limita-se à exibição dos documentos e não a existência ou não de indenização, questão essa que deverá ser discutida em outra ação.Esclareço, também, que embora a parte autora tenha seu direito de consumidor reconhecido, não é necessária a comprovação do esgotamento das vias administrativas para ter acesso aos documentos requeridos.Contudo verifica-se conforme documento de fls. 10-12, que o advogado da parte autora solicitou extrajudicialmente o contrato, tendo o banco réu respondido à notificação alegando que o solicitante, não tinha poderes para tanto. Assim entendo que o pedido administrativo feito ao banco, não teve validade, pois não foi instruído de procuração ou feito diretamente pela autora. A parte autora não demonstrou que realizou um novo pedido, caracterizando assim a ausência do pedido administrativo, o que se reflete diretamente na condenação da parte ré. Neste caso, há o seguinte julgado do Tribunal de Justiça/RO: PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA - Tribunal de Justiça - 2ª Câmara Cível - Data de distribuição : 2/3/2012- Data de julgamento : 9/5/2012 0000754-67.2011.8.22.0001 Apelação; Origem : 00007546720118220001 Porto Velho/RO (1ª Vara Cível); Apelante : Francisco Ozemar Leitão de Souza ; Advogados : Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4.741) e Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3.765); Apelado : Banco Schahin S.A. Advogado : Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4.507) e José Edgard da Cunha Bueno Filho (oab/ro 4.570); Relator : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia; Revisor : Desembargador Alexandre Miguel EMENTA: Exibição de documento. Sucumbência. Condenação. Honorários. Inexistindo provas de que houve recusa à exibição de documentos pleiteados pela aplicação dos princípios da sucumbência e da causalidade em ações cautelares, não há que se falar em condenação em honorários de advogados. ACÓRDÃO. VISTOS , relatados e discutidos estes autos, acordam os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Os desembargadores Alexandre Miguel e Kiyochi Mori acompanharam o voto do relator. Porto Velho, 9 de maio de 2012. DESEMBARGADOR MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA.RELATOR DISPOSITIVODiante do exposto, julgo procedente o pedido de exibição de documentos para determinar que a parte ré proceda, à exibição dos documentos discriminados na exordial, no prazo de 5 dias com fulcro no art. 359, I do CPC, sob pena de busca e apreensão. Em virtude da ausência de comprovação da parte autora de ter feito o pedido de exibição de documentos administrativamente junto ao Banco requerido, deixo de condenar o requerido ao pagamento de honorários advocatícios. Condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais.Passados 30 dias sem a manifestação das partes, feitas as devidas anotações, dê-se baixa e arquivem-se os autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Angélica Ferreira de Oliveira Freire Juíza de Direito

Proc.: 0024006-65.2012.8.22.0001
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
1ª Vara Cível
CITAÇÃO DE: FRANCISCO PEREIRA CALDAS, CPF nº 005.776.262-72, RG nº 1171 SSP/RO e RAIMUNDA PONTES CALDAS, RG nº 4920 SSP/RO e eventuais interessados, para tomar conhecimento da ação de Usucapião movida por Franquelmo de Oliveira Fernandes, referente ao Imóvel Urbano nº 5299, Setor 26, Quadra 127, Lote 0208, localizado na Rua das Rosas, no Bairro Cohab, neste Município, de conformidade com os artigos 231, I, e 232, I, do C.P.C.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 (quinze) dias, advertido-os que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos alegados pela autora, art. 319, c/c 285 do Código de Processo Civil.
PROCESSO : 0024006-65.2012.8.22.0001
CLASSE : Usucapião
PROCEDIMENTO: Jurisdição Especial Contenciosa
REQUERENTE : Franquelmo de Oliveira Fernandes
ADVOGADO : Defensoria Pública
REQUERIDO : Francisco Pereira Caldas e outros
SEDE DO JUÍZO: FÓRUM CÍVEL – Av. Lauro Sodré, nº 1728, Jardim América, Porto Velho/RO
Porto Velho, 8 de agosto de 2013
Clêuda do S. M. de Carvalho
Escrivã Judicial

Proc.: 0023675-83.2012.8.22.0001
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
1ª Vara Cível
CITAÇÃO DE: FRANCISCO PEREIRA CALDAS, CPF nº 005.776.262-72, RG nº 1171 SSP/RO e RAIMUNDA PONTES CALDAS, RG nº 4920 SSP/RO e eventuais interessados, para tomar conhecimento da ação de Usucapião movida por Elisa Barroso de Assis dos Anjos e outros, referente ao Imóvel Urbano nº 4667, Setor 25, Quadra 132, Lote 0176, localizado na Rua 8 de Julho, no Bairro Caladinho, neste Município, de conformidade com os artigos 231, I, e 232, I, do C.P.C.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 (quinze) dias, advertido-os que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos alegados pela autora, art. 319, c/c 285 do Código de Processo Civil.
PROCESSO : 0023675-83.2012.8.22.0001
CLASSE : Usucapião
PROCEDIMENTO: Jurisdição Especial Contenciosa
REQUERENTE : Elisa Barroso de Assis dos Anjos e outros
ADVOGADO : Defensoria Pública
REQUERIDO : Francisco Pereira Caldas e outros
SEDE DO JUÍZO: FÓRUM CÍVEL – Av. Lauro Sodré, nº 1728, Jardim América, Porto Velho/RO
Porto Velho, 8 de agosto de 2013
Clêuda do S. M. de Carvalho
Escrivã Judicial

Proc.: 0004042-86.2012.8.22.0001
EDITAL DE CITAÇÃO
1ª VARA CÍVEL
PRAZO: 20 (vinte) dias
CITAÇÃO DE: AVEMAR ROBERTO ROCHA, CPF nº 286.584.342-49, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigos 231, I, e 232, I, do C.P.C.
Finalidade: CITAR a parte requerida acima mencionada, para contestar no prazo mencionado a seguir a Ação de Obrigação de Fazer. Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pela autora, nos termos do artigo 319, do CPC.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 (quinze) dias.
Processo: 0004042-86.2012.8.22.0001
Classe : Obrigação de Fazer
Procedimento: Ordinário
Parte Autora: Jean Francisco Delfino Tomaz
Advogado: Isaac Pinto Castiel (OAB/RO 2953)
Parte Requerida: Avemar Roberto Rocha
Sede do Juízo: Fórum Cível - Av. Lauro Sodré, nº 1728, Jardim América, Porto Velho. CEP: 76.804-686 - Fone: (69) 3217.1318
Porto Velho, 08 de agosto de 2013
Clêuda do S. M. de Carvalho
Escrivã Judicial

Proc.: 0019754-19.2012.8.22.0001
EDITAL DE CITAÇÃO
1ª VARA CÍVEL
PRAZO: 20 (vinte) dias
CITAÇÃO DE: FRANCISCO CARLOS MAIA, CPF nº 001.930.008-57 e FRANCISCA TÂNIA DA CRUZ MAIA, CPF nº 348.483.552-49, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigos 231, I, e 232, I, do C.P.C.
Finalidade: CITAR a parte requerida acima mencionada, para contestar no prazo mencionado a seguir a Ação de Obrigação de Fazer. Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pela autora, nos termos do artigo 319, do CPC.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 (quinze) dias.
Processo: 0019754-19.2012.8.22.0001
Classe : Obrigação de Fazer
Procedimento: Ordinário
Parte Autora: Daniel Euzébio de Moraes Junior
Advogado: José Girão Machado Neto (OAB/RO 2664)
Parte Requerida: Francisco Carlos Maia e outros
Sede do Juízo: Fórum Cível - Av. Lauro Sodré, nº 1728, Jardim América, Porto Velho. CEP: 76.804-686 - Fone: (69) 3217.1318
Porto Velho, 08 de agosto de 2013
Clêuda do S. M. de Carvalho
Escrivã Judicial

Proc.: 0017563-35.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Madecon Engenharia e Participações Ltda ME
Advogado: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Requerido: Gafisa SPE Oitenta e Cinco Empreendimentos Imobiliários Ltda
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0007305-92.2013.8.22.0001
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
1ª Vara Cível
CITAÇÃO DE: Eventuais interessados, para tomar conhecimento da ação de Usucapião movida por Lindalva Moreira da Silva Oliveira e outros, contra Civila Engenharia S/A, referente ao Imóvel Urbano nº 5708, Quadra 023, Lote 0105, localizado na Rua Estela, no Bairro Cuniã, neste Município, de conformidade com os artigos 231, I, e 232, I, do C.P.C.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 (quinze) dias, advertido-os que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos alegados pela autora, art. 319, c/c 285 do Código de Processo Civil.
PROCESSO : 0007305-92.2013.8.22.0001
CLASSE : Usucapião
PROCEDIMENTO: Jurisdição Especial Contenciosa
REQUERENTE : Lindalva Moreira da Silva Oliveira e outros
ADVOGADO : Marcus Edson de Lima
REQUERIDO : Civila Engenharia S/A
SEDE DO JUÍZO: FÓRUM CÍVEL – Av. Lauro Sodré, nº 1728, Jardim América, Porto Velho/RO
Porto Velho, 8 de agosto de 2013
Clêuda do S. M. de Carvalho
Escrivã Judicial

Proc.: 0289419-80.2008.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sandro Micheletti
Advogado: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)
Requerido: Maria Madalena Garcia, Soraya Garcia

Advogado: Antonio Manoel Rebello das Chagas (OAB/RO 1592), José Ricardo Maruch de Castilho (PR 18.360), Fernando Pelloso (OAB/PR 36.082)
DECISÃO :
Considerando a informação de Soraya Garcia, de que é única herdeira de Maria Madalena Garcia e de que a de cujus não deixou bens a inventariar, defiro o pedido do Credor para que seja realizada penhora no rosto dos autos da 6ª Vara Cível. Expeça-se o necessário.Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Angélica Ferreira de Oliveira Freire Juíza de Direito

Proc.: 0004297-10.2013.8.22.0001
Ação: Prestação de Contas - Exigidas
Requerente: Elenilson Anjo Parente
Advogado: Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788)
Requerido: Paulo Francisco de Matos
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS. ..RELATÓRIOELENILSON ANJO PARENTE propôs a presente ação de prestação de contas em face de PAULO FRANCISCO DE MATOS alegando em síntese que firmou contrato de prestação de serviços advocatícios com o réu para que esse propusesse ações na justiça cível. Afirmou que outorgou poderes ao réu e que na procuração havia autorização para que o réu recebesse valores advindos das demandas judiciais e que posteriormente seriam repassados ao autor. Sustentou que da ação n. 001.2009.007968-9 o réu fez o levantamento de alvará no valor de R$ 6.822,85 (oito mil, oitocentos e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos) e até o presente momento o réu não prestou contas do valor recebido.Devidamente citado (fls. 19 verso), o réu apresentou contestação. Afirmou que o autor o procurou para propor uma série de ações pois estava com seu nome negativo por várias empresas. Afirmou ainda que o autor lhe propôs a cedência de seus eventuais direitos sobre as ações a serem propostas e que pagou ao autor a quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais) pelo negócio, e que não há contas a prestar. Sustentou, inclusive que advogou para várias pessoas indicadas pelo autor, mas que depois ficou sabendo que o autor é estelionatário, integrante de organização criminosa e contra ele tramita ação criminal na 3ª vara criminal de Porto Velho. Requereu a total improcedência dos pedidos da inicial.É o Relatório. Decido. FUNDAMENTAÇÃOO feito comporta julgamento antecipado, na forma do art. 330 I, do Código de Processo Civil. As partes são legítimas e estão bem representadas. Estando presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, o mérito pode ser analisado.Trata-se de ação de prestação de contas na qual o autor sustenta que o réu, ao prestar serviços de advocacia em ação judicial, recebeu lavará de levantamento da quantia no valor de R$ 6.822,85 (seis mil, oitocentos e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos) e que não repassou qualquer valor, bem como não prestou contas.O réu sustentou que prestou serviços advocatícios aos autor, mas que entabulou negócio jurídico com o autor, pela cedência de seus eventuais direitos advindos das ações pelo valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), não havendo qualquer conta a ser prestada.Em análise dos documentos fornecidos pela parte ré, verifico que às fls. 25 as partes celebraram contrato de cessão de direitos, no qual o autor, por livre disposição de vontade, transferiu ao réu todos os direitos referentes às ações de indenização a serem ajuizadas em face das empresas que incluíram seu nome nos cadastros de inadimplentes.Nesse sentido, constato que não há contas a serem prestadas, pois o autor renunciou a qualquer direito que poderia ter com o ajuizamento das ações. O fato de estar supostamente arrependido pelo negócio feito com o réu não é capaz de invalidá-lo, razão pela qual os pedidos devem ser julgados improcedentes.Evidente que o autor não tem direito de receber prestação de contas por um direito que ele vendeu/cedeu ao réu. O autor já não tem mais vínculo jurídico sobre qualquer dos alegados direitos negociados porque a cessão foi feita em caráter irrevogável e irretratável.Soma-se a isso a grande possibilidade do próprio direito afirmado pelo autor ser proveniente de estelionato praticado em auto-falsificação, não se podendo admitir que o criminoso ainda consiga estorquir o advogado que contratou para tentar receber dinheiro indevido das empresas vítimas do seu crime.Cabe ressaltar que este juízo não pode fechar os olhos diante da situação que lhe apresenta. O autor responde processo perante o juízo da 3ª Vara Criminal de Porto Velho, sob a acusação de formação de quadrilha e estelionato pela prática de fraudes no comércio local mediante uso de documentos falsos. Essa prática vem ocorrendo com frequência do Estado de Rondônia, envolvendo, inclusive, advogados e empresas. Nesse sentido, há indicativo de má-fé do autor ao propor a presente demanda, não havendo contas a serem prestadas.DISPOSITIVOIsto posto JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS NA INICIAL, pela ausência do direito de exigir contas.Sucumbente, condeno o autor ao pagamento das custas processuais e verba honorária em favor do réu no importe de R$ 1.000,00, com a ressalva da assistência judiciária gratuita que agora defiro.Oficie-se ao Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho informando sobre o endereço atual do autor, encaminhando-lhe cópia da procuração acostada à inicial deste processo. Passados 30 dias do trânsito em julgado sem manifestação das partes, arquivem-se os autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0005553-22.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Condomínio Jequitibá
Advogado: Octavia Jane Silva Morheb (OAB/RO 1160)
Requerido: Alexandre Brito da Silva
SENTENÇA :
S E N T E N Ç A VISTOS etc. RELATÓRIOASSOCIAÇÃO CONDOMÍNIO JEQUITIBÁ propôs ação de cobrança em face de ALEXANDRE BRITO DA SILVA afirmando ser credora do réu na importância de R$ 8.559,40, referente às taxas condominiais inadimplidas. Alegou que não conseguiu receber seu crédito administrativamente, razão pela qual ingressou com a presente demanda a fim de que o Requerido seja condenado ao pagamento das taxas condominiais inadimplidas, inclusive aquelas vencidas no decorrer do processo. Devidamente citado (fls. 32), o Requerido compareceu à audiência designada pelo rito sumário através de sua advogada, tendo apresentado sua defesa oralmente (fls. 43/44). Alegou o Requerido que realizou os pagamentos de todas as parcelas cobradas neste feito, no entanto o procedimento foi realizado pela internet e, por isso, pleiteou ao juízo que oficiasse ao HSBC para que encaminhasse o extrato da conta do autor a fim de que os pagamentos fossem comprovados. Concluiu pela improcedência total dos pedidos da inicial.Na mesma solenidade, a parte autora apresentou

sua réplica e reiterou os pedidos da exordial.Em DESPACHO saneador, este juízo indeferiu o pedido do Requerido para que fosse oficiado ao Banco HSBC por entender que esta diligência cabia a ele. Os autos vieram conclusos para SENTENÇA .É o relatório. Decido.FUNDAMENTAÇÃOImpõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, II, do Estatuto Processual Civil.Verifica-se através dos documentos acostados à exordial que a parte ré está inadimplente junto à empresa autora, no valor de R$ 8.559,40 em virtude das taxas condominiais inadimplidas (fls. 10/11).O Requerido alegou em sua contestação que efetuou o pagamento dos valores cobrados, todavia não trouxe qualquer prova do alegado. Os documentos de fls. 46/111 não se referem aos meses cobrados pela parte autora.Saliento que o Requerido tentou imputar ao juízo uma responsabilidade probatória que lhe compete, quando pleiteou fosse oficiado ao HSBC para que encaminhasse aos autos cópia de seu extrato bancário. Ocorre que o tempo para que o autor juntasse aos autos esta prova era o momento da apresentação de sua defesa. Não o tendo feito, ocorreu a preclusão.Seguindo este raciocínio, este juízo indeferiu o pedido de ofício (fls. 114), DECISÃO da qual não houve interposição de recurso.Por isso, não tendo o Requerido comprovado a quitação dos valores que estão sendo cobrados nestes autos, não vejo outra solução senão julgar procedentes os pedidos autorais, condenando o Requerido a pagar as taxas condominiais inadimplidas, inclusive aquelas vencidas no decorrer do processo.DISPOSITIVOISTO POSTO e por tudo o mais que nos autos consta, julgo procedente o pedido formulado pela parte autora, condenando o Requerido ao pagamento das taxas condominiais inadimplidas, inclusive aquelas vencidas no decorrer do processo, devidamente corrigidas a partir da propositura da ação, com juros de 1% ao mês a partir da citação. Condeno-o ainda ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Sai a parte intimada a proceder voluntariamente o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, após o trânsito em julgado desta DECISÃO , sob pena de multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do débito. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.Publique-se. Registre-se. se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0009218-46.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sônia Maria Alves de Oliveira
Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 2A)
Requerido: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogado: Fabricia Pereira de Souza Gomes (OAB/RO 5272)
DECISÃO :
CHAMO O FEITO A ORDEMConsiderando a informação da Escrivania de que a SENTENÇA proferida nestes autos ainda não foi juntada, providencie a Escrivania a juntada da SENTENÇA .Após, faculto às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar apelação ou ratificar a já apresentada.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0007209-48.2011.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Tania Maria Santos Maia
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A), Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Requerido: Vivo S.A.
DECISÃO :
Chamo o feito à ordem. A escrivã informou através da certidão de fls. 39 que os autos retornaram do Tribunal de Justiça e a parte autora já apresentou réplica à contestação. No entanto, o requerido não foi citado e nem apresentou contestação. Portanto, neste momento, passo a analisar a inicial e determino o desentranhamento da réplica à contestação de fls. 35/37 e sua entrega ao seu subscritor . Trata-se de ação exibitória de documentos proposta por TANIA MARIA SANTOS MAIA, sob o argumento de que não sabe qual a origem da dívida com o VIVO S/A capaz de originar a negativação de seu nome nos órgãos restritivos de crédito. Pleiteia em sede de liminar seja a empresa compelida a exibir os documentos que originaram a negativação de seu nome.Como o deferimento da liminar esgotaria a pretensão da parte autora, indefiro a medida liminar nesta fase processual. Cite-se o requerido para os termos da ação cautelar (CPC, arts. 802 e 803). Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0009720-82.2012.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Cecília Feitosa de Oliveira Bernardo
Advogado: Fabio Feitosa Bernardo (OAB/RO 3264), Tatiana Feitosa da Silveira (OAB/RO 4733)
Requerido: Banco do Brasil Agência: 3796-6 - Calama
Advogado: Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412)
DECISÃO :
DECLARAÇÃO DE SUSPEIÇÃO.VISTOS. Manifesto a minha suspeição para continuar no presente feito por força da norma contido no artigo 135, II do CPC.Recentemente parente direto meu propôs ação em face do BANCO DO BRASIL S/A buscando receber os expurgos inflacionários dos planos econômicos. Por isso não posso mais continuar na condução do feito por fato superveniente.Dessa forma, determino a remessa destes autos ao meu substituto automático, via distribuição, devendo ser observada a compensação.Oficie-se ao Conselho da Magistratura, para conhecimento.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0011138-89.2011.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Obenira Maria de Oliveira
Advogado: Claudecy C Feitosa (RO 3257), Tatiana Feitosa da Silveira (OAB/RO 4733)
Requerido: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
SENTENÇA :
S E N T E N Ç A Houve depósito espontâneo do valor determinado na condenação (fls. 70/72), na forma do art. 475, J, do CPC, não havendo impugnação. Considerando o pedido de extinção do feito pela satisfação de sua pretensão (fls. 74), julgo extinta a obrigação e o presente processo, nos termos do art. 794, I, do CPC.Expeça-se alvará de levantamento

da quantia depositada às fls. 72 em favor do credor.Após as anotações de estilo, dê-se baixa e arquive-se de imediato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0017624-56.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Nair Moraes Silva
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779)
Requerido: BANCO ITAU CARD S/A
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
DECISÃO :
DECISÃO Converto o julgamento em diligência pois há controvérsia ainda não dirimida. A autora alega que teve seu nome mantido negativado indevidamente. Contudo os elementos dos autos não são suficientes para precisar durante quanto tempo houve a manutenção da incrição.Assim, oficie-se ao SERASA e o SPC para que informem nos autos, no prazo de 05 dias, a data em que houve a exclusão das negativações de fls. 14-15. Instrua-se os ofícios com as cópias das folhas mencionadas. Com a resposta, intimem-se as partes para que tragam suas alegações finais, no prazo sucessivo de 5 dias. Após, voltem os autos conclusos para SENTENÇA com prioridade.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0001598-17.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Arnaldo da Silva Lima
Advogado: Valdenira Freitas Neves de Souza (OAB/RO 1983)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Ivone de Paula Chagas Sant' Ana (OAB/RO 1114)
SENTENÇA :
S E N T E N Ç A Houve depósito espontâneo do valor determinado na condenação (fls.86/90), na forma do art. 475, J, do CPC, não havendo impugnação. Considerando o pedido de extinção do feito pela satisfação de sua pretensão (fls.91), julgo extinta a obrigação e o presente processo, nos termos do art. 794, I, do CPC.Expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada às fls. 87 em favor do credor.Após as anotações de estilo, dê-se baixa e arquive-se de imediato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0014134-89.2013.8.22.0001
Ação: Despejo (Cível)
Requerente: Social Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Cassio Esteves Jaques Vidal (OAB/RO 5649)
Requerido: Sâmia de Oliveira Brito
DECISÃO :
DECISÃO .Intime-se a parte autora para emendar a inicial, trazendo aos autos a procuração original para administração de imóvel (fl. 17), ou devidamente autenticada no prazo de 10(dez) dias, sob pena de indeferimento.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Clêuda S. M. de Carvalho
ESCRIVÃ JUDICIAL

2ª VARA CÍVEL

EDITAL DE VENDA JUDICIAL
Exequente: Francisco das chagas Lino aguiar
Advogado: Macsued Carvalho Neves OAB/RO 4770
Executado: D.P. De Oliveira – EPP (Rondonáutica)
Processo nº: 0020197-04.2011.8.22.0001
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Descrição dos bens: 1) 04(quatro) Tacômetro W30 no valor unitário de R$85,00 (oitenta e cinco reais); 2) 02 (dois) Tacometrôs W43.039NP no valor unitário de R$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais); 3) 21(vinte e uma) mangueiras de combustível completa no valor unitário de R$ 105,00(cento e cinco reais); 4) 06(seis) coletes Riosemares com gola 60 kg no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais); 5) 03 (três) coletes R: M com gola 50 kg no valor unitário de R$ 140,00 (cento e quarenta reais); 6) 07(sete) coletes R: M com gola 40kg no valor unitário de R$ 127,00(cento e vinte e sete reais); 6) 03(três) coletes R: M com gola 100 kg no valor unitário de R$115,00 (cento e quinze reais); 7) 03(três) coletes R: M com gola 110kg, no valor unitário de R$ 180,00(cento e oitenta reais); 8) 02 (dois) coletes R: M com gola 120 kg no valor unitário de R$180,00 (cento e oitenta reais); 9) 03 (três) coletes R: M com gola 130kg no valor unitário de 183,00(cento e oitenta e três reais); 10) 03 (três) coletes RM com gola 70kg no valor untiário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais); 11) 03 (três) coletes R: M com gola 80kg no valor unitário de R$ 156,00(cento e cinquenta e seis reais); 12) 01 (um) colete R: M com gola 90kg no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais); 13) 03 (três) colete R: M com gola 110 kg Camuflado no valor unitário de R$ 115,00 (cento e quinze reais); 14)03 (três) coletes RM Camuflado 120 kg no valor unitário de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais); 15) 02 (dois) Colete RM Camuflado 130 kg no valor unitário de R$ 130, (cento e trinta reais); 16) 04(quatro) coletes RM camuflado 70 kg no valor unitário de R$ 100,00 (cem reais); 17) 03 (três) coletes RM Camuflado 180kg no valor unitário de R$ 110,00 (cento e dez reais); 18) 03 (três) coletes RM camuflado 90kg no valor unitário de R$ 114,00 (cento e quatorze reais); 19) 02 (dois) coletes RM camuflado 100kg no valor unitário de R$ 114,00 (cento e quatorze reais); 20) 06(seis) coletes RM 20kg no valor unitário de R$ 55,00 (cinquenta e cinco reais); 21) 04 (quatro coletes RM 15kg no valor unitário de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais); 22) 04 (quatro) coletes RM camuflados sem gola 90 kg no valor unitário de R$ 80,00 (oitenta reais); 23) 03 (três) coletes RM camuflado sem gola 100kg no valor unitário de R$ 90,00 (noventa reais); 24) 01(um) colete RM camuflado com gola 140 kg no valor unitário de R$ 141,00 (cento e quarenta e um reais); 25) 02 (dois) coletes RM sem gola 140kg no valor unitário de R$100,00 (cem reais); 26) 02(dois) coletes R M sem gola 150kg no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais); 27) 01 (um) colete RM sem gola 160kg no valor unitário de R$ 130,00 (cento e trinta reais); 28) 04 (quatro) coletes RM sem gola 40kg no valor unitário de R$55,00 (cinquenta e cinco reais); 29) 90(noventa) iscas BEB no valor unitário de R$40,00 (quarenta reais); 30) 37 (trinta e sete) Iskas BeB no valor unitário de R$27,00 (vinte e sete reais); 31) 167 (cento e sessenta e sete) iskas MORIAH no valor unitário de R$ 35,00 (trinta e cinco) reais; 32) 02 (duas) PAS aqui Zemaq no valor unitário de R$ 980,00 (novecentos e noventa reais); 33) 01(um)

EDKAR 1B9 Zemaq no valor unitário de R$980,00 (novecentos e oitenta reais); 34) 05 (cinco) Tanques de combustível 45 lt no valor unitário de R$ 380,00 (trezentos e oitenta reais); 35) 04 (quatro) tanques de combustível 60 lts no valor unitário de R$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais); 36) 02 (dois) tanques de combustível de 28 lt no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais); 37) 01(um) tanque de combustível de 50 lt nov alor unitário de R$ 290,00 (duzentos e noventa reais); 38) 48(quarenta e oito) coletes salva vidas (ativa 35 a 55kg) no valor unitário de R$23,00 (vinte e três reais); 39)13 (treze) coletes salva vidas (Ativa 55 a 110 kg) no valor unitário de R$ 28,00(vinte e oito reais); 40) 02(dois) coletes salva vida (ativa 55kg esportivo) no valor unitário de R$ 145,00(cento e quarenta e cinco reais); 40) 02(dois) coletes salva vida (Ativa G) no valor unitário de R$160,00 (cento e sessenta reais); 41)02(dois) dois coletes salva vida Ativa 60kg no valor unitário de R$55,00 (cinquenta e cinco reais) ;41) 09(nove) coletes salva vida Ativa 90kg nov alor unitário de R$90,00 (noventa reais); 41) 13 (treze) coletes salva vida Ativa 80 kg no valor unitário de R$ 70,00 (setenta reais); 42) 18(dezoito) cadeiras Tiro fio no valor unitário de R$ 190,00 (noventa reais); 43) 04(quatro) cadeiras estofado no valor unitário de R$ 290,00 (duzentos e noventa reais); 44) 04 (quatro) cadeira concha nov alor unitário de R$ 190,00 (cento e noventa reais); 45) 89 (oitenta e nove) cinta 2,5mm no valor unitário de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais); 46) 24 (vinte e quatro) cintas 3,5mm no valor unitário de R$ 55,00 (cinquenta e cinco reais); 47)08 (oito) guincho G2 Comp. No valor unitário de R$ 210,00 (duzentos e dez reais); 48)09 (nove) guinchos GI no valor unitário de R$ 110,00 (cento e dez reais); 49) 29 bujão plastico no valor unitário de R$ 12,00 (doze reais); 50) 46 (quarenta e seis) Passa Cabos no valor de R$ 30,00 (trinta reais); 51) 06 Defensa G4 no valor unitário de 160,00 (cento e sessenta reais); 52)06 (seis) capas p/ motor YA 25HP no valor unitário de R$ 60,00 (sessenta reais); 53)01 (uma) capa para motor YA 30 HP no valor unitário de R$ 60,00 (sessenta reais); 54) 03 (três) lanternas p/ carreta em LED no valor unitário de R$ 220,00 (duzentos e vinte reais); 55) 27 (vinte e sete) porta copos no valor unitário de R$ 15,00 (quinze reais); 56) 15 (quinze) capas de chuva no valor unitário de R$ 30,00 (trinta Reais); 57) 06 (seis) cabo nautico 6mm no valor unitário de R$90,00 (noventa reais); 58) 19 (dezenove) cabos nautico 8mm no valor unitário de R$ 110,00 (cento e dez reais); 59) 13 (treze) cabo nautico 12mm no valor unitário de 130,00 (cento e trinta reais).

Avaliação total: R$ 54.515,00 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e quinze reais)

- Valor do débito atualizado: R$ 34.164,77 (trinta e quatro reais, cento e sessenta e quatro reais e setenta e sete centavos)

Datas para as vendas:

1ª) 09/09/2013, às 09h30min e

2ª) 19/09/2013, às 09h30min

A arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante ou, no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante caução.

Observação: 1-Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio; 2-Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.

Comunicação: quando os bens penhorados não excederem o valor correspondente a sessenta vezes o salário mínimo, será dispensada a publicação do edital, não podendo, neste caso, o preço da arrematação ser inferior ao da avaliação.

Sede do Juízo: Fórum Cível – Av. Lauro Sodré, 1728, Jardim América, CEP: 76803-686, Fone: (69) 3217-1320.

Porto Velho-RO, 24 de julho de 2013.

(a)Maxilene de Sousa Freitas

Juiza Substituta

Maria Dulcenira Cruz Bentes

Diretora de Cartório

2º Cartório Cível

SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

pvh2civel@tj.ro.gov.br

JUIZ: Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

Escrivã: Maria Dulcenira Cruz Bentes

Proc.: 0017629-15.2011.8.22.0001

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Maria da Penha Fosse

Advogado: José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1163)

Requerido: Banco BMG S.A.

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/MG 107878), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)

Petição Autor:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls. 147/149.

Proc.: 0020364-84.2012.8.22.0001

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Antonio Lopes do Nascimento

Advogado: Jefferson Janones de Oliveira (OAB/RO 3802)

Requerido: Banco Panamericano S/A

Advogado: José Martins (OAB/SP 84314)

Petição Autor:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls. 37/42.

Proc.: 0009654-68.2013.8.22.0001

Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: Banco J. Safra S/A

Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)

Requerido: Centro de Formação de Condutores Radical Ltda

Advogado: Carlos Corrêia da Silva (OAB/RO 3792)

Réplica:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0002924-41.2013.8.22.0001

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Escola Infantil D. G. S/C Ltda

Advogado: Paula Jaqueline de Assis Miranda (OAB/RO 4245)

Requerido: Alexandra Nogueira Pinheiro Schell

AR Negativo:

Manifeste a parte interessada sobre a juntada de AR NEGATIVO.

PVH.

Proc.: 0001839-89.1991.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco da Amazônia S/A- BASA
Advogado: Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Executado: Ibemalta Ind. de Beneficiamento De Madeiras Ltda, Iclé Ibanes França, Espólio de Edson Jose de Araujo
Advogado: Fernando da Silva Maia (OAB/RO 452)
Certidão do Oficial de Justiça: I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0172049-22.2004.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Recort Comércio de Motoserras Ltda
Advogado: Antonio Manoel Rebello das Chagas (OAB/RO 1592)
Requerido: Haroldo Rates Gomes Neto
Advogado: Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0160513-29.1995.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Carlos Aparecido Castão
Advogado: Raimundo Reis de Azevedo ( )
Requerido: Adbras Administradora Brasil S/A
Advogado: Luiz Carlos Ribeiro da Silva (RO 402-A)
AR Negativo:
Manifeste a parte interessada sobre a juntada de AR NEGATIVO. PVH.

Proc.: 0009964-65.1999.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: França & Carvalho e Cia Ltda - Me
Advogado: Christóvão Pereira Neto (OAB/RO 832), Erivaldo Monte da Silva (OAB/RO 1247), Bento Manoel de Morais Navarro Filho (OAB/RO 4251)
Requerido: Genefran Alves
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0222489-80.2008.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Verinei Pimentel de Freitas
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Maria Rudma Ramos da Silva
Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 1953), Fábio Antonio Moreira (OAB/RO 1553)
AR Negativo:
Manifeste a parte interessada sobre a juntada de AR NEGATIVO. PVH.

Proc.: 0002234-12.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Aurora Wanderley Gusmao
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior ( )
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls. 74/77.
Maria Dulcenira Cruz Bentes
Sra.

2º Cartório Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
pvh2civel@tj.ro.gov.br
JUIZ: Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Escrivã: Maria Dulcenira Cruz Bentes

Proc.: 0021216-11.2012.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Center Plástica Clínica de Cirurgia Ltda
Advogado: Magnum Jorge Oliveira da Silva (OAB/RO 3204), Cândido Ocampo Fernandes (OAB/RO 780)
Executado: A. M. Ribeiro Açougue & Comercio Me
Finalidade: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0020472-84.2010.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Banco do Brasil Sa
Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123)
Requerido: Couro Fino Amazonas Ltda, Adjanir Neto Chaves Souza, Diego Chaves Ximenes
Finalidade: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0026147-57.2012.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Wanderson Kleber de Almeida
Advogado: Ellen Reis Araújo Trindade (OAB/RO 5054), Maria da Conceição Ambrósio dos Reis (OAB/RO 674)
Requerido: Construmec Ltda
Finalidade: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0111817-68.2009.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Angelo José Zanella, Tiago Alexandre Zanella
Advogado: Flora Maria Ribas Araújo (OAB/RO 2642)
Executado: Edinael Alves dos Reis
Finalidade: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0014924-44.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: William dos Santos Ramos Coimbra
Advogado: Antônio Sérgio Silva de Carvalho (OAB/RO 4639), Fabrício Francis da Silva Figueiredo (OAB/RO 4829), Zaine

Francisco da Silva Figueiredo (OAB/RO 4916)
Requerido: Família Bandeirante Previdência Privada
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875A), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS , etc. William dos Santos Ramos Coimbra ajuizou ação de indenização por cobrança indevida cumulada com repetição de indébito cumulada com reparação por danos morais em face de Família Bandeirante Previdência Privada afirmando que desde janeiro de 2006 vem sofrendo na sua folha de pagamentos descontos mensais, referentes ao plano pecúlio da requerida e que, ao tomar conhecimento do referido contrato, verificou que a assinatura acostada no contrato não era sua, registrando na Delegacia Especializada em Crimes Contra o Consumidor no dia 17/06/2011, Boletim de Ocorrência sob o nº 11E1022000671. Aduz que os referidos valores descontados na folha de pagamento são relativos aos serviços que a requerida presta ao Banco BMG, qual seja intermediária na concessão de empréstimo, figurando como consignatária que possibilita a ocorrência do desconto em folha de pagamento, e que este, em sede de contestação em audiência de conciliação realizada no PROCON, no dia 16/05/2011, informou que o desconto referente ao plano de pecúlio existe devido um Termo Operacional formalizado juntamente com a requerida, com a finalidade de prestar assistência financeira aos associados, configurando a chamada venda casada. Afirma que solicitou junto à requerida o cancelamento dos descontos indevidos referentes ao plano de pecúlio, sendo informado por esta que somente poderia cancelar o referido plano após a liquidação total do contrato de assistência financeira. Alega que em nenhum momento contratou o referido serviço prestado pela requerida, tão pouco formalizou contrato de empréstimo e que os valores cobrados indevidamente, ano a ano têm seus valores majorados. Requer concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, o cancelamento dos descontos mensais, referentes ao plano pecúlio da requerida no valor de R$ 4,19, a restituição em dobro dos valores já descontados, indenização por dano morais e inversão do ônus da prova. Juntou documentos às fls. 13/43.Às fls. 44 foi deferida a assistência judiciária gratuita.Às fls. 45/70 a parte requerida apresentou contestação alegando que é autorizada a prestar assistência financeira aos seus associados, exclusivamente, seja por si ou por intermédio do Banco BMG S/A. Aduz que foi explanado ao autor que somente está autorizada a prestar assistência financeira aos seus associados, tendo o autor demonstrado interesse em associar-se mediante contratação de um Plano de Pecúlio Individual, firmando o respectivo instrumento contratual com vistas a contratação apenas deste serviço e que, posteriormente, o autor demonstrou intenção em celebrar contrato de empréstimo, o que também foi atendido mediante formalização do respectivo pacto. Afirma que, nos termos do artigo 15 da Circular nº 320/06, da SUSEP, o referido plano não poderá ser cancelado enquanto perdurar o seu contrato de empréstimo. Diz que o autor tomou ciência prévia das condições contratuais, tais como número de parcelas e valores a serem pagos para quitação integral de seu débito, no que diz respeito ao contrato de empréstimo e que o mesmo firmou declaração de ciência quanto ao conteúdo contratual. Requer total improcedência da ação ou, caso contrário, que a indenização por dano morais seja fixada com equidade e que o reembolso das parcelas pagas seja dado de forma simples, ou seja, sem repetição de indébito. Juntou documentos às fls. 64/85.Houve réplica às fls. 87/88.É o RELATÓRIO .Decido.A lide comporta julgamento antecipado à luz do que dispõe o art. 330, I, do CPC, uma vez que a questão é de direito e de fato, não havendo para elucidação desta, outras provas a serem produzidas.Tratam os autos de ação ordinária na qual o autor alega estar sofrendo descontos indevidos em seu contracheque desde janeiro 2006, em razão de Plano Pecúlio Individual que afirma não ter entabulado, tampouco contrato para concessão de empréstimo junto ao Banco BMG, pretendendo a restituição em dobro dos valores descontados e a reparação pelos prejuízos de ordem moral.Compete ao autor a comprovação do fato constitutivo de seu direito enquanto que à requerida a comprovação de fato extintivo, impeditivo e modificativo de seu direito. No caso em análise, havendo a alegação de que o requerente não realizou o negócio com a requerida, que originou os descontos de valores em sua folha de pagamento, caberia à ré provar a existência de relação jurídica entre as partes, o que legitimaria a cobrança e, consequentemente, a relação jurídica entre as partes.Pois bem! Em que pese a parte autora tenha apresentado em sua exordial contrato em que consta uma assinatura evidentemente divergente da sua, compulsando o documento de fl. 69, verifico que a requerida se desincumbiu de comprovar que, ao contrário do que alegou o autor na inicial, este firmou o Plano Pecúlio Individual nº 5205770 com a ré, pois a assinatura ali aposta é a mesma firmada pelo autor na procuração ad judicia (fls. 13), termo de audiência de fls. 18 e boletim de ocorrência de fls. 19, do qual a parte autora não se insurgiu no momento oportuno, em Réplica, portanto, restando demonstrado que os descontos por parte da ré é legítima deve ser indeferido o pleito do autor. Isto posto, com fundamento no art. 269, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, pconseguinte, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil.Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em R$400,00, com a ressalva do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.P.R.I.Porto Velho-RO, 6 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0009828-77.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Stênio Ricardo Campos Kriger
Advogado: Domingos Sávio Neves Prado (OAB/RO 2004)
Requerido: Yasuda Seguros S/A
DECISÃO :
DECISÃO /CARTA/MANDADOI A análise dos argumentos expendidos na inicial e dos documentos apresentados, não permite concluir, de plano, pela relevância dos fundamentos invocados pela parte autora. Diante do exposto, indefiro o pedido de antecipação de tutela, pois não estão presentes os requisitos essenciais da medida.II - Cite-se a parte requerida, via ARMP, para que no prazo de 15 (quinze) dias, ofereça defesa através de advogado constituído ou Defensor Público, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial e eventual procedência do pedido e ainda, a condenação em custas e honorários de advogado.III - Caso infrutífera a

tentativa de citação, deverá a parte autora ser intimada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos termos do art. 267, parágrafo 1º, do CPC.IV - Fica a parte requerida intimada a, no momento da apresentação da contestação, especificar, circunstanciadamente, as provas que pretende produzir, indicando sua relevância e pertinência, sob pena de preclusão (artigo 300 do CPC). Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0018446-16.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Roni Lucas de Castro Kemp
Advogado: Marcos Araujo (846 RO), Marcos Metchko (OAB/RO 1482)
Requerido: Geremias Pereira Barbosa
Advogado: Luiz Cavalcante de Souza Junior (OAB/RO 3439)
DESPACHO :
VISTOS ,Considerando que a parte autora pretende com a presente ação o ressarcimento pelos valores executados no processo de nº 0266702-74.2008.8.22.0001, oportunizo o prazo de 10 (dez) dias para que promova a comprovação do respectiva despesa, sob pena de preclusão.Decorrido o prazo, tornem conclusos para SENTENÇA .Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0015150-78.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Agenor Paula de Souza
Advogado: Vítor Martins Noé (OAB/RO 3035), Camila Varela Gregorio (OAB/RO 4133)
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social INSS
DECISÃO :
DESPACHO /CARTA/MANDADOVISTOS. I - Defiro por ora os benefícios da assistência judiciária gratuita.II - Defiro a prioridade de tramitação, com base no art. 71 do Estatuto do Idoso.III Considerando que a discussão do feito trata de lesão incapacitante, desde já, determino a realização de prova de perícia médica, a ser realizada pelo IML, para identificar o grau de incapacidade, classificada com o seu percentual, a sua duração e a sua relação com a atividade realizada pelo segurado e eventualmente para outras funções, pelo que, o pedido de antecipação da tutela será analisado após a apresentação do laudo médico. Oficie-se, observando-se os quesitos apresentados às fls. 10 e encaminhando os quesitos já depositados pelo requerido em cartório. Com a apresentação do laudo, tornem os autos conclusos para DESPACHO inicial.III Defiro prazo de 05 (cinco) dias para a parte autora apresentar quesitos.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0012522-19.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alexandre do Vale Paiva
Advogado: Ana Paula Silveira (OAB/RO 1588), Sylvan Bessa dos Reis (OAB/RO 1300)
Requerido: Claro Americel S.A.
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS. Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com ação de danos morais, materiais e com pedido de antecipação de tutela proposta por Alexandre do Vale Paiva em face do Claro Americel S.A.Às fls. 48, foi determinado que o autor emendasse a inicial, no prazo de 10 (dez) dias. Contudo, embora regularmente intimado através do DJ/RO (fls. 48v), o autor manteve-se não atendeu completamente ao DESPACHO , conforme se observa na petição de fls. 49, deixando de apresentar a cópia dos documentos pessoais.Diante do exposto, com fulcro no artigo 284, parágrafo único, do CPC, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTA a presente ação, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 267, I e IV, do CPC. Custas na forma da lei. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante a substituição por cópia às expensas da parte autora.P.R.I. Arquive-se oportunamente. Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0002677-94.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento Provisório de SENTENÇA
Exequente: Luciane Nunes Leite Fernandes, Vinicio Nunes Alamino Fernandes
Advogado: José Alexandre Casagrande (OAB/RO 379B), Lise Helene Machado Vitorino (OAB/RO 2101), José Alexandre Casagrande (OAB/RO 379B)
Executado: Centrais Elétricas de Rondônia S/A- Ceron
Advogado: Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553), Pedro Origa (OAB/RO 1953)
DECISÃO :
VISTOS. A parte exequente apresenta valores das despesas médicas e odontológicas, R$ 222.380,00 e R$ 25.025,00, respectivamente. Também apresentou o valor de R$ 5.747,00 que é relativo ao 1º semestre de 2013 da Faculdade de Direito.O valor de R$ 25.025,00, refere-se ao restante do tratamento odontológico, existindo nos autos, a previsão de custos e a declaração emitida pela Dra. Catarina Soares Silveira. O valor de R$ 5.747,00 conrresponde ao semestre letivo da autora na instituição de ensino onde cursa sua faculdade, conforme extrato financeiro anexado. Contudo, os valores apresentados para a troca da prótese foram impugnados pela requerida, por não constar nos autos comprovação da necessidade da troca da referida prótese, o que de certa forma é pertinente, uma vez que não se tem a necessária indicação médica para o momento adequado da referida troca, o que deverá ser providenciado pela exequente. Assim, considerando a condenação da requerida, esta deve arcar com os valores ora apresentados do tratamento odontológico e o estudo da exequente, no valor de R$ 30.772,00 (R$ 25.025,00 + R$ 5.747,00), devendo ser intimada para o pagamento, via plantonista, no prazo de 3 dias, sob pena de penhora on line. Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0014780-36.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mauricéia Pereira Amoedo Martins
Advogado: Fábio Alexandre Abiorana Lucena (OAB/RO 3453), Fábio Alexandre Abiorana Lucena (OAB/RO 3453)
Requerido: Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Rodrigo Borges Soares (OAB/RO 4712), Hiram Souza Marques (OAB/RO 205), Fernanda Maia Marques (OAB/RO 3034)

DESPACHO :
VISTOS. Considerando que a liminar pleiteada não fora concedida e que não há notícia de pagamento, o saldo devedor deve ser pago pelo autor, antes de sua imissão na posse do imóvel. A parte requerente pode discutir as cláusulas do contrato, porém, deve realizar seus pagamentos. Nada impede que a empresa adote as medidas cabíveis para a cobrança de valores. Especifiquem, circunstanciadamente, as provas que pretendem produzir, indicando sua relevância e pertinência. Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0013557-14.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Clarice Aparecida de Oliveira
Advogado: Glaci Kern Hartmann (OAB/RO 3643)
Requerido: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
DECISÃO :
VISTOS ,Trata-se a parte requerida de empresa pública federal, razão pela qual, declino da competência para conhecer do presente feito, encaminhando-se os autos à Justiça Federal. Anote-se, dando baixa.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0012130-84.2010.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão (Cível)
Requerente: Altamir Higinio de Souza
Advogado: Rodrigo Luciano Alves Nestor (OAB/RO 1644)
Requerido: Rusemblik Oliveira da Silva, Banco Finasa S.A.
Advogado: Casimiro Ancilon de Alencar Neto (OAB/RO 4569), Aparecido Martins Patussi (OAB/SP 87486), Alexandre Romani Patussi (OAB/SP 242085)
DESPACHO :
DESPACHO VISTOS. I - Defiro a citação por edital do 1º requerido, com prazo de 20 dias, nos termos do artigo 232, III, do CPC observando o disposto no art. 233, ambos do CPC. II Certifique-se as publicações dos editais e a sua afixação na sede do juízo, nos termos do artigo 232, II do CPC, tornando os autos conclusos. III - Em que pese a liminar concedida, inviável a pretendida intimação para apresentação do bem ou depósito em dinheiro, uma vez que a eventual responsabilidade da instituição pelas respectivas perdas e danos ao autor, por si, não autoriza a pretendida antecipação dos efeitos da tutela, até porque o 1º requerido ainda precisa ser citado. Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0045844-55.1998.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco da Amazônia S/A
Advogado: Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Executado: Nelci Mendes de Carvalho
DESPACHO :
VISTOS. Defiro a venda judicial nos moldes do art. 685-C do CPC, no prazo de 90 dias, pelo preço mínimo de R$ 100.000,00, com comissão de corretagem de 5%, nomeando como Leiloeira a Srª. Evanilde Aquino Pimentel (JUCER nº. 015/2009), podendo ser localizado na Rua das Pedras, nº. 454, Bairro Jardim dos Migrantes, Ji-Paraná/RO. Fones: (69) 3421-1869 e 8133-1688. Intime-se. O anúncio da venda deverá ser publicado em jornais de grande circulação, nos termos do § 1º do mesmo artigo.Fica desde já a parte exequente informada que, ocorrendo a alienação, a mesma deverá ser formalizada nos termos do § 2º do art. 685-C do CPC.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0001597-61.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Claudia de Souza
Advogado: Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244), Edmar da Silva Santos (OAB/RO 1069)
Requerido: Rodrigo Rafael dos Santos
Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194), Maicon Davi da Silva (OAB/RO 733E)
DESPACHO :
VISTOS. A fim de avaliar a ocorrência de justa causa para prorrogação do prazo da contestação e consequente tempestividade da defesa apresentada; Considerando que o "RELATÓRIO de atendimento" se resume a preenchimento de formulário, realizado ao final do prazo da contestação acompanhado de informes da literatura médica, mas sem notícia de remédios ou tratamentos prescritos ou eventual internação, e considerando que a natureza e gravidade do quadro clínico não parece indicar simples repouso por 15 dias, oportunizo que o patrono do requerido apresente declaração circunstanciada do médico que o atendeu acerca dos procedimentos adotados no refererido atendimento de 15/04/2013. Prazo de 10 dias. Após tornem para saneamento. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0022715-64.2011.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Flávio Scolaro
Advogado: Leandra Maia Melo (OAB/RO 1737)
Executado: Luis Antônio Balestielli, L. V. Ind. Com. Exp. e Imp. de Madeira Ltda - Me
DECISÃO :
VISTOS. Indevida a conclusão. Processo suspenso por força dos embargos de terceiro, até o dia 31 de dezembro de 2013. Decorrido este prazo, deverá o exequente impulsionar regularmente o feito, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção e arquivamento. Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0089688-79.2003.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Martins e Bertelli Ltda
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Executado: José Carlos Monteiro
Advogado: Lincoln José Piccoli Duarte (OAB/RO 731)
DESPACHO :
VISTOS. Considerando a regularização da representação processual do requerido, defiro o item "b" do pedido realizado pelo exequente, às fls. 102.Considerando ainda, a certidão do Sr. Oficial de Justiça (fls. 87), que por ocasião do cumprimento do mandado de penhora e avaliação, não encontrou o bem penhorado, fica a parte exequente intimada a indicar a localização do veículo para que seja possível a sua remoção. Prazo de 10 dias. Com o fornecimento da localização do

veículo, fica desde já deferida a expedição de mandado com a remoção do bem. Caso não haja manifestação das partes, intime-se pessoalmente a parte exequente para dar andamento válido ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0010849-88.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Cristovão Colombo de Albuquerque Neto
Advogado: Denis Augusto Monteiro Lopes (RO 2433)
Requerido: Centro Automotivo Bonfante
DESPACHO :
DECISÃO /CARTA/MANDADOI - Defiro o benefício da assistência judiciária gratuita.II A análise dos argumentos expendidos na inicial e dos documentos apresentados, não permite concluir, de plano, pela plausibilidade dos fundamentos invocados pela parte autora, uma vez que além da inscrição questionada nesses autos, há outras restrições ao nome do autor, nos órgãos de proteção ao crédito. Diante do exposto, indefiro o pedido de antecipação de tutela, pois não estão presentes os requisitos essenciais da medida.III - Cite-se a parte requerida, via ARMP, para que no prazo de 15 (quinze) dias, ofereça defesa através de advogado constituído ou Defensor Público, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial e eventual procedência do pedido e ainda, a condenação em custas e honorários de advogado.IV - Caso infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser intimada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos termos do art. 267, parágrafo 1º, do CPC.V - Fica a parte requerida intimada a, no momento da apresentação da contestação, especificar, circunstanciadamente, as provas que pretende produzir, indicando sua relevância e pertinência, sob pena de preclusão (artigo 300 do CPC). Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0008745-26.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Stéfani Mendes Casara
Advogado: Anderson Felipe Reusing Bauer (OAB/RO 5530), Pablo Rosa Corrêa Carneiro de Andrade (OAB/RO 4635)
Requerido: Fiat Automóveis S/A, Autovema Veículos Ltda
DECISÃO :
Em complementação, passo a apreciação do pedido de antecipação de tutela.A análise dos argumentos expendidos na inicial e dos documentos apresentados, não permite concluir, de plano, pela plausibilidade dos fundamentos invocados pela parte autora. Diante do exposto, indefiro o pedido de antecipação de tutela, pois não estão presentes os requisitos essenciais da medida.Tornem os autos ao cartório para aguardar o decurso de prazo para apresentação de contestação da parte requerida. Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0003948-75.2011.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846), Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido: José Amorim Costa
Advogado: Juraci Aparecida Valente da Silva (RO 156B)
DECISÃO :
VISTOS. O pedido realizado às fls. 119/122, no que diz respeito à multa estipulada às fls. 20, não pode ser atendido, uma vez que o seu termo inicial seria a constatação de remoção do veiculo para outra comarca.Ademais, houve a homologação do acordo realizado entre as partes, acordo este reconhecido e confirmado pelo TJ/RO, cujo descumprimento não tem o condão de restabelecer uma multa estabelecida anteriormente no DESPACHO inicial. Por isso, a cobrança da multa estipulada não é possível, cabendo à parte requerida apenas o recebimento de valores a título de perdas e danos, tendo em vista que o Banco requerente não cumpriu com sua obrigação assumida no acordo. Nos termos do Decreto-Lei n. 911/69, cabe ao credor fiduciário a responsabilidade de indenizar o devedor, nos casos em que tenha ocorrido a purgação da mora e o bem alienado fiduciariamente tenha sido vendido. A parte requerida já apurou os valores pagos pelo financiamento da motocicleta Yamaha, modelo YBR 125-ED (GG) BASI, ao 2008/2008, Placa 0182, e sendo este de R$ 18.441,42, devidamente atualizado até o dia 12-09-2012. Às fls. 127/129, o Banco requerente diz que não tem como cumprir a obrigação assumida no acordo homologado às fls. 48, que seria a devolução da motocicleta apreendida, pois esta foi vendida para terceiro de boa-fé e traz aos autos comprovante de depósito no valor de R$ 2.600,00, o correspondente ao valor obtido no leilão extrajudicial. Nada diz sobre o valor apresentado para as perdas e danos. Considerando que o Decreto autoriza a apuração das perdas e danos, nos mesmos autos, quando o veículo alienado é vendido mesmo com a purgação da mora, condeno o banco requerente a pagar ao requerido o valor de R$ 18.441,42, valor atualizado até setembro de 2012.Considerando ainda que, existem valores depositados nos autos e vinculados a estes autos, além do valor da condenação pela litigância de má-fé (fls. 116), fica a parte requerida intimada a apresentar planilha com os valores devidos e atualizados. Com a apresentação da planilha, intime-se o banco requerente para depositar os valores, nos termos do artigo 475-J do CPC, com honorários de 10%, salvo pagamento. Porto Velho-RO, 7 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0018709-14.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Thiago Chagas FranÇa
Advogado: Oswaldo Pascoal Júnior (OAB/RO 3426)
Requerido: Banco Itaucard S/A, Romera Moveis Ltda
Advogado: Manuela Gselmann da Costa (RO 3511), José Manoel Garcia Fernandes (OAB/PR 12855)
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS , etc. Thiago Chagas França ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais em face de Banco Itaucard S/A e Móveis Romera LTDA, afirmando que no dia 09/02/2011, seus pais adquiriram junto à 2ª requerida um aparelho de TV no valor de R$ 1.999,00, tendo como forma de pagamento, segundo o funcionário da mesma, 01 entrada no valor de R$ 500,00 e o restante dividido em 05 parcelas iguais na quantia de R$ 299,80, para as quais seria utilizado seu cartão de crédito. Aduz que no momento em que o referido funcionário ia providenciar a emissão da Nota Fiscal do Aparelho escolhido, o senhor Johnny, gerente da requerida, interferiu no negócio alegando que aquela compra não poderia ser

concretizada naqueles termos, sendo garantido que o cancelamento da venda havia sido providenciado junto a Administradora do Cartão de Crédito do Autor. Assevera que nas faturas de seu cartão de crédito Itaucard Visa, com os vencimentos nos dias 06 de março, 06 de abril, 06 de maio, 06 de junho e 06 de julho, todas de 2011, lhe foram cobradas a quantia de R$ 299,80, em cada uma, com a descrição de MÓVEIS ROMERA FL 1 01/05, 02/05, 03/05, 04/05 e 05/05. Diz que, ao procurar as requeridas, ambas alegaram não serem responsáveis pelo ocorrido, jogando a culpa uma para a outra, obrigando-o a efetuar o pagamento dos valores de todas as faturas referentes a uma compra que não fez para que seu nome não fosse incluído nos cadastros de mal pagadores. Requer concessão dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, seu depoimento pessoal, bem como de seus pais, inquirição do funcionário e do gerente da 2ª requerida, inversão do ônus da prova, restituição em dobro das 05 parcelas cobradas indevidamente e indenização por danos morais. Juntou documentos às fls. 31/48.Às fls. 49 foi deferida a gratuidade da justiça.Citada, a segunda requerida Móveis Romera LTDA. apresentou contestação às fls. 52/80, alegando que, a pedido do autor, promoveu a imediata solicitação eletrônica de cancelamento do anterior parcelamento creditado em seu cartão de crédito pessoal, junto à 1ª requerida e que eventuais cobranças posteriores foram realizadas exclusivamente por esta. Afirma que a motivação para cancelamento do negócio partiu do autor e que a situação vexatória ou constrangedora relatada pelo autor jamais ocorreu. Requer sua exclusão do polo passivo e, alternativamente, que a condenação observe o seu aspecto subsidiário, devendo a correção monetária da condenação, incidir após a respectiva publicação da SENTENÇA acolhedora e os juros moratórios a partir da citação, excluindo-se o seu cômputo sobre danos morais. Juntou documentos.Às fls. 81/95, a primeira requerida Banco Itaucard S/A apresentou sua contestação alegando ser parte ilegítima para figurar no polo passivo eis que a presente ação envolve destrato comercial entre o autor e a 2ª requerida, e que não é responsável pela negociação comercial, mas um mero meio de pagamento. Requer extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, VI, do CPC, em face da ilegitimidade passiva e, no mérito, requer sejam os pedidos do autor julgados totalmente improcedentes. Juntou documentos.Houve réplica à contestação da 1ª requerida às fls. 96/112 e réplica à contestação da 2ª requerida às fls. 113/134.É o RELATÓRIO .Decido.Da preliminar de ilegitimidade passiva Rejeito a preliminar ofertada, eis que matéria de mérito e com ele deve ser analisado.Do méritoTrata-se de ação de repetição de indébito c/c indenização ajuizada em decorrência da compra de um produto através de cartão de crédito, em que, apesar de cancelada a operação comercial e comunicado à primeira requerida, as parcelas continuaram a ser lançadas na fatura do autor, pugnando pela restituição em dobro dos valores cobrados indevidamente, bem como uma indenização por danos morais.Importante consignar que estamos diante de uma relação de consumo, na qual emerge que a responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços é objetiva, cabendo ao consumidor apenas a demonstração da ocorrência de um ato ilícito, um dano e o nexo causal entre ambos, pois, nos termos do parágrafo único do art. 7º do CDC, a responsabilidade é objetiva e a simples colocação do produto ou serviço no mercado autoriza o consumidor a ajuizar as medidas cabíveis contra todos aqueles que estiverem na cadeia de responsabilidade que propiciou o evento danoso.No mesmo sentido, o Desembargador Rizzatto Nunes, em sua obra Curso de Direito do Consumidor, 2ª edição, Editora Saraiva, ano 2005, página 607, assevera que o comerciante vende ao consumidor, emite o boleto com número de seu cartão e o valor do produto, pelo que o boleto é enviado à administradora, que efetua o pagamento do preço ao vendedor, que, posteriormente, é cobrado do consumidor. Logo, embora a primeira requerida Banco Itaucard S/A afirme que não firmou nenhuma relação comercial com o requerente, dizendo ser apenas o banco responsável pelo pagamento da compra feita pelo autor na loja da segunda requerida, de acordo com os princípios que regem as relações de consumo e, objetivamente, os comandos do Código de Defesa do Consumidor, as requeridas, por força de suas atividades habituais, participam da cadeia de prestação de serviços, relacionando-se entre si por meio dos contratos celebrados entre elas, sendo que as administradoras dos cartões de crédito participam do negócio no momento da oferta feita pelo vendedor, na medida em que a conhecem e anuem com seu conteúdo, na esteira de precedente julgado (ACJ 2009.07.1.007231-9, Rel. Juíza Wilde Maria Silva Justiniano Ribeiro, 1ª TRJE/DF).Ademais, a segunda requerida não se desincumbiu de sua responsabilidade pelo simples fato de ter solicitado o estorno da compra junto à administradora de cartão de crédito (fls. 37/38), pois deveria ter envidado esforços para fiscalização do efetivo estorno. Além do que, se tivesse a requerida agido com as cautelas que dela se espera, teria percebido por meio de seu sistema que os valores estavam mensalmente sendo creditados em sua conta.Desse modo, não pode a referida demandada, no presente caso, querer eximir-se de sua responsabilidade, alegando que a não efetivação do estorno e a cobrança indevida dos valores se deu por culpa exclusiva de terceiro, VISTO que as administradoras dos cartões de crédito não figuram na relação como meros terceiros, estranhos à relação estabelecida, mas, sim, como membros integrantes da própria relação consumerista. Coaduna com o exposto, in verbis: AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPRA REALIZADA VIA CARTÃO DE CRÉDITO. CANCELAMENTO DE VENDA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL E DA ADMINISTRADORA DO CARTÃO. AFASTADA A ILEGITIMIDADE PASSIVA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.Em análise aos documentos acostados na folha 33 dos autos, percebe-se que o estabelecimento comercial que efetuou a venda do produto ao autor, efetuou o cancelamento da compra. Ademais, consta no referido documento que a solicitação de cancelamento foi registrada e que, após a aprovação, o crédito ao portador do cartão deverá ser feito pelo Banco emissor. Se houve problema no repasse de dados entre os integrantes da cadeia de fornecedores, essa matéria deverá ser solvida entre eles, via ação regressiva, em razão da solidariedade existente.O que não se admite é que se repasse ao consumidor, parte vulnerável da relação, os riscos de disfunções que devem ser absorvidos pelas rés, exploradoras da atividade com intuito de lucro. (TJ/RS, Recurso Inominado nº 71002301141, julgamento em 22/10/2009, publicado em 28/10/2009)Nessas circunstâncias, é inquestionável a legitimidade das empresas requeridas para figurarem no polo passivo da presente demanda e responderem solidariamente pela falha na prestação do serviço, ressaltando-se ainda que a divergência sobre quem efetivamente tenha dado azo a esta falha do serviço e pela qual deve ser

responsabilizado diretamente, em sendo o caso, obviamente deverá ser objeto de avença à parte, entre as próprias empresas interessadas. Da repetição de indébitoQuanto ao pedido de restituição em dobro do valor pago indevidamente, o parágrafo único do art. 42 do CDC prevê que o consumidor cobrado por quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais (...) , o que pode ser constatado através das faturas de seu cartão de crédito (fls. 41/48), as quais demonstram a cobrança das parcelas contratadas no ato de uma compra que foi posteriormente cancelada.No caso dos autos, por óbvio a parte autora foi cobrada em excesso, já que o autor não ficou com o produto e as requeridas também não procederam devidamente o cancelamento das cobranças, que devem ser consideradas indevidas.Assim, considerando que a cobrança é indevida, perfeitamente possível a repetição do indébito, nos termos do Código do Consumidor.Do dano moralNo tocante a existência de dano moral, presentes os elementos da responsabilidade civil (ato ilícito, dano, nexo de causalidade e dispensada a demonstração da culpa), entendo que está configurado o abalo extrapatrimonial ao autor, pois, a partir do momento em que o consumidor solicitou o cancelamento da compra, utilizando-se da possibilidade prevista no art. 49 do Código Guardião do Consumidor, caberia a segunda requerida não somente repassar a informação a administradora do cartão de crédito e solicitar o estorno, como, principalmente, procurar resolver o problema e propor a recorrida algum tipo de compensação. Em momento algum a recorrente empreendeu qualquer ação parecida; ao contrário, seu modo de agir com o cliente foi de profunda desconsideração e menosprezo.Torna-se assim mais que evidente que o fato narrado nestes autos não pode ser considerado como mero contratempo ou simples aborrecimento do dia-a-dia, pois, para não ver o seu nome inscrito nos órgãos de restrição ao crédito, o autor efetivou o pagamento das cinco faturas em que constaram a cobrança indevida da quantia de R$ 299,80, totalizando a importância de R$ 1.499,00, desestabilizando a sua tranquilidade financeira e, por reflexo, à sua vida privada, expressão da personalidade de um indivíduo, bem protegido constitucionalmente (art. 5º, inc. X,da CF/88). Consigne-se ainda que o Colendo Superior Tribunal de Justiça, em reiterados julgados, já pacificou o entendimento de que o dano moral independe de prova, havendo necessidade apenas de se demonstrar o fato que o gerou.É sabido que a fixação do dano moral tem caráter subjetivo, não havendo critérios pré-estabelecidos para o arbitramento do dano. Neste diapasão, cabe ao juiz, por seu prudente arbítrio e, tendo sempre em mente, os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, estimar, no caso concreto, um valor justo a título de indenização.Com efeito, a dificuldade na mensuração do valor do ressarcimento, que, por óbvio, não pode ser tarifado, exige que o magistrado busque em seu senso prático, atentando às peculiaridades do caso concreto, estabelecer critérios para embasar sua DECISÃO , devendo sopesar especialmente as condições econômicas e sociais do ofendido e do ofensor, as circunstâncias do fato e a culpa dos envolvidos, o momento de solicitação do cancelamento da compra, a extensão do dano e seus efeitos, sem esquecer que a indenização deve ser suficiente para reparar o dano, não podendo importar em enriquecimento sem causa.Isto posto, com fundamento no art. 269, I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para condenar, solidariamente, as requeridas: a) na repetição do indébito das parcelas cobradas indevidamente, mediante comprovação nos autos do efetivo pagamento, com correção monetária a partir dos respectivos pagamentos e juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação válida; b) no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com atualização e aplicação de juros legais de 1% ao mês a partir do arbitramento.Condeno, ainda, as requeridas ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da condenação.Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.P.R.I.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0011209-23.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Ananias Vieira Lins Júnior
Advogado: Saiera Oliveira (OAB/RO 2458)
Requerido: Banco da Amazônia S. A.
Advogado: Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Guilber Diniz Barros (OAB/RO 3310), Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946), Ramiro de Souza Pinheiro (OAB/RO 2037)
SENTENÇA :
SENTENÇA Ananias Vieira Lins Júnior ajuizou ação cautelar de exibição de documentos com pedido de liminar em face de Banco da Amazônia alegando que é titular de uma conta corrente nº. 030.096-4 que iniciou a movimentação em 01/05/2001 cessando em novembro de 2011. Requer a apresentação do contrato de abertura da conta. Alega que requereu o referido contrato administrativamente, no entanto, não teve retorno do requerido. Requereu liminar para exibição do contrato de abertura de conta, extratos desde abertura e partidas contábeis e a procedência da ação. Junta documentos, fls. 09/27. Devidamente citado, a parte requerida apresentou contestação, fls. 44/51, alegando, preliminarmente, falta de interesse de agir. No mérito alega que o autor não delimitou o objeto dos pedidos. Assevera que tramita perante a 4ª Vara Cível ação de execução promovida pelo réu em face de Augusto Cesar Lins, em que ficou determinado a realização de perícia contábil, sendo necessário, para tanto, que o Banco juntasse os extratos de todas as contas envolvendo os mesmo membros da família. Alega que o pedido foi atendido pelo requerido Alega ainda que não estão presentes o fumus boni iuris e o periculum in mora para o deferimento da liminar. Requereu a improcedência da ação. Juntou documentos, fls. 52/59.Réplica às fls. 60/66.É o RELATÓRIO .Decido.O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, nos moldes do art. 330, I, do Estatuto Processual Civil, eis que não há necessidade de dilação probatória.DA PRELIMINARRejeito a preliminar ofertada, eis que matéria de mérito e com ele deve ser analisado.DO MÉRITONo presente caso, considerando que os documentos são comuns às partes, ou referentes situação jurídica que as envolva, possível o ajuizamento da ação cautelar visando a sua exibi-lo.Com efeito, a autora simplesmente pretende obter documentos para demonstrar qual o débito existente em seu nome e se o mesmo lhe pertence, para tentar justificá-lo, a fim de possibilitar a conferência extrajudicial da legalidade e sua origem.De posse desses documentos e informações, por conseguinte, poder analisar a conveniência e possibilidade de propor ou não futuras ações judiciais, restando comprovado, portanto - em consonância com os princípios da transparência

e da boa-fé objetiva (art. 6º, III, do CDC e art. 422 do CC) - o interesse e a necessidade da autora em ter a seu alcance os documentos provenientes do veículo contratual que originou o débito.No caso em análise, a instituição requerida não apresentou o contrato firmado entre as partes, embora tenha o dever legal de apresentar a documentação necessária, tratando-se de documento que, por seu conteúdo, comum às partes. Neste sentido: Processual civil. Exibição de documentos. Agravo Regimental. Súmula 182 - STJ I - É inadmissível a recusa de exibição de documento comum às partes. Precedentes. II - È inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da DECISÃO agravada. (Súmula 182-STJ) III - Agravo regimental desprovido. (STJ 3ª Turma AgRg no Ag 553.290/RS, Rel. Min. Antônio de Paula Ribeiro, julg. em 16/09/2004, pub. no DJ de 22/11/2004 p. 335).Do Exposto, sendo os documentos comuns às partes, nos termos do artigo 358, inciso III do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e, em consequência, determino que a requerida promova a exibição de cópia do contrato de abertura de conta firmado entre as partes, extratos desde a abertura e partidas contábeis, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias. Com a exibição, oportunizo a autora vistas dos autos em cartório por 05 (cinco) dias para, querendo, extrair cópias.Decorrido o prazo sem a apresentação dos referidos documentos, fica deferida desde já a busca e apreensão Destes.Considerando que a parte requerida deu causa ao processo, uma vez que não atendeu ao requerimento administrativo (fls. 11), condeno a requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte autora, estes arbitrados na forma do §4º do art. 20 do CPC em R$ 300,00 (trezentos reais). Juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária a partir desta data. P.R.I.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0008518-36.2013.8.22.0001
Ação: Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante: Pedro Telles
Advogado: Jefferson Janones de Oliveira (OAB/RO 3802)
Embargado: Flávio Scolaro
Advogado: Leandra Maia Melo (OAB/RO 1737), Maria Angélica Pazdziorny (OAB/RO 777)
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS. Pedro Telles ajuizou embargos de terceiro em face de Flavio Scolaro alegando que é proprietário do veículo, trator Florestal (Skinder), mod. TS22, Marca Muller, Motor MB. 366T, ano 1986, penhorado nos autos de embargos à execução (0022715-64.2011.8.22.0001). Alega que foi realizado contrato de compra e venda com o executado em abril de 2011, tendo como objeto o referido veículo. Requereu a antecipação de tutela para suspender a remoção judicial sobre o bem, os benefícios da justiça gratuita e a procedência para desconstituir a restrição judicial do trator. Juntou documentos, fls. 21/54.Às fls. 55, há DESPACHO para que a parte autora promovesse a emenda à inicial, devendo recolher as custas processuais e retificar o valor dado à causa. O DESPACHO foi integralmente cumprido, fls. 56/57 e às fls. 58 foi indeferida a antecipação de tutela. Às fls. 62/67 a parte embargante apresentou novos documentos e às fls. 69, informa que interpôs agravo de instrumento da DECISÃO que indeferiu a tutela antecipada, o qual foi negado seguimento, conforme ofício nº. 1025/2013, fls. 95/103.Devidamente citado, fls. 58v, a parte impugnada apresentou defesa, fls. 78/85, alegando que o embargante é gerente da empresa do executado e que o executado está tentando se esquivar de pagar a dívida e que a verdade está clara na certidão do Sr. Oficial de Justiça, fls. 59 dos autos em apenso, onde consta que o referido veículo é de propriedade do executado. Assevera que o contrato apresentado não possui nenhum registro de cartório e que as notas promissórias são novas e atuais e que não consta nos autos o comprovante de propriedade do trator. Requereu que o embargante e o executado fossem condenados por litigância de má-fé e que os embargos de terceiros fossem julgados totalmente improcedentes. É o RELATÓRIO .Decido.Por tratar-se de matéria preponderantemente de direito, o caso em questão não exige dilação probatória, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil. Trata-se de Embargos de terceiro onde o embargante pretende ver levantada a constrição judicial da penhora sobre o veículo descrito na inicial, penhora esta que foi realizada nos autos de execução em apenso, nº. 0022715-64.2011.8.22.0001, alegando que é o atual proprietário do bem constrito judicialmente.Para tanto, o embargante junta aos autos contrato de compra e venda datado de abril de 2011 e notas promissórias.Contudo, analisando o contrato de compra e venda juntado às fls. 23/24, percebe-se que este não foi registrado em cartório, impossibilitando a confirmação da data de sua elaboração. A apresentação de outros contratos para comprovar a cadeia sucessória do referido bem, não são o suficiente para comprovar a propriedade do referido bem pelo embargante. Ademais, não há nos autos qualquer documento que comprove a propriedade do veículo por parte do embargante.O Código de Processo Civil atribui ao autor o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito, e, ao réu o de provar os fatos modificativos, impeditivos ou extintivos do direito do autor (art. 333 do Código de Processo Civil). Considerando que não há nos autos prova dos fatos constitutivos do direito do autor, a improcedência do pedido é medida que se impõe.Do Exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial para rejeitar os embargos de terceiro opostos por Pedro Telles. Condeno o embargado ao pagamento de custas e honorários advocatícios, que arbitro em R$ 800,00(oitocentos reais).Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.P.R.I.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0011530-29.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria de Nazaré Lacerda de Melo
Advogado: Paulo Roberto da Silva Maciel (OAB/RO 4132)
Requerido: Banco Bonsucesso S. A.
Advogado: Celso David Antunes (OAB/BA 1141A), Luis Carlos Laurenço (OAB/BA 16780)
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS. Maria de Nazaré Lacerda de Melo ajuizou ação de cobrança cumulada com indenização de dano moral e repetição de indébito em face de Banco Bonsucesso S/A alegando que, em 05/08/2008, firmou contrato de financiamento com a empresa ré no valor de R$ 7.705,98, o qual, acrescido de juros e IOF, totaliza o valor de R$ 14.925,60, a ser pago em 60 parcelas iguais de R$ 248,76. Aduz que, mesmo após a requerida

ter efetuado a venda do referido crédito para o Banco BMG, pelo valor de R$ 6.326,93, continuou a efetuar os descontos das mencionadas parcelas diretamente de sua folha de pagamento durante o período de setembro/2010 à fevereiro/2011, que foram ressarcidos administrativamente. Aduz que houve o descontado ainda nos meses de março à maio/2011, para a qual retornou à requerida, sendo informada pelo seu preposto que o reembolso logo estaria em sua conta corrente, o qual não ocorreu. Diz que os descontos desses valores sem que tenha contraído qualquer contrato com a empresa ré tornaram-na inadimplente com seus credores, estando sujeita a pagamento de multas e juros, ante a inadimplência de suas obrigações contratuais. Requer indenização por dano moral, sugerindo a importância de R$ 21.800,00, repetição do indébito e concessão dos benefícios da justiça gratuita. Junta documentos às fls. 12/20.Às fls. 21 foi deferida a assistência judiciária gratuita.Citado, o requerido apresentou contestação às fls. 24/47, alegando que a autora contratou junto a si empréstimo consignado, sendo estabelecido na ocasião que os descontos seriam realizados diretamente em sua folha de pagamento e que, caso a margem consignável esteja comprometida, o desconto não será realizado na data aprazada e o tomador dos recursos ficará inadimplente. Aduz que agiu no exercício regular do seu direito e utilizou-se da prerrogativa constante na cláusula terceira do Contrato assinado entre as partes, a qual estabelece que, se por qualquer motivo ou causa houver retenção do valor da parcela desta, fica o banco autorizado a acrescer o número de prestações mensais, em tantos meses quanto bastem para a liquidação integral do empréstimo, com todos os acréscimos contratuais. Requer improcedência dos pedidos contidos na inicial. Junta documentos.Houve réplica às fls. 48/56.Intimadas a especificarem as provas que pretendem produzir, as partes informaram que não pretendem produzir outras provas, pugnando pelo julgamento antecipado da lide.Às fls. 90/94, a parte autora se manifestou sobre os documentos apresentados pelo requerido às fls. 60/88.É o RELATÓRIO .Decido.Trata-se de ação de repetição de indébito cumulada com indenização por danos morais em que a parte autora argumenta que firmou contrato de financimento com a requerida no valor de R$ 14.925,60, a qual vendeu o seu crédito ao Banco BMG pela importância de R$ 6.326,93, contudo, permaneceram sendo descontadas em sua folha de pagamento as parcelas inicialmente contratadas, na quantia de R$ 248,76, pelo que a requerida assevera em sua defesa que houve a celebração do contrato, agindo no exercício regular do seu direito. Compete à autora a comprovação do fato constitutivo de seu direito enquanto que à requerida a comprovação de fato extintivo, impeditivo e modificativo de seu direito. No caso em análise, restando incontroversa a contratação do financiamento, caberia a parte autora comprovar a cessão de direitos de crédito através da simples juntada de instrumento particular da avença, contudo, referido documento não veio aos autos, limitando-se a autora a juntar na inicial a cópia de seus contracheques referente aos meses de março à maio de 2011 em que constam o desconto efetuado pela requerida, no valor de R$ 248,76, bem como do Banco BMG, no valor de R$ 1.067,89, que, ressalte-se não há qualquer menção em sua inicial, apenas simples grifo, sem discriminação de sua origem, pelo que, nada impede que os lançamentos do Banco BMG derivam de outro empréstimo contraído por ela, pelo que não restou demonstrada a suposta cessão de crédito para corroborar a alegação de que a cobrança é indevida.Em que pese a empresa requerida tenha efetuado o desconto das parcelas referentes aos períodos de setembro/2010 à fevereiro/2011 e março à maio/2011 e que, após a parte autora solicitar administrativamente o seu ressarcimento, a parte requerida disponibilizou em sua conta corrente as importâncias descontadas, ambas no valor de R$ 1.492,56, conforme extratos de fls. 16 e 94, não há verossimilhança e conhecimento inequívoco sobre as circunstâncias das devoluções administrativas.Ademais, a devolução de valores administrativamente em duas oportunidades afasta o instituto da repetição de indébito que exige a má-fé do credor, que deve agir com a intenção de lesar a consumidora, conforme disciplina o artigo 42 do CDC.Diante disso, conclui-se que a cobrança por parte da instituição financeira é legítima e que esta agiu no exercício regular do seu direito ao efetuar os descontos em folha de pagamento, pelo que improcede a pretensão deduzida na inicial.Isto posto, com fundamento no art. 269, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial.Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em R$400,00, com a ressalva do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.P.R.I.Porto Velho-RO, 6 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0022172-27.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Márcio Alcântara
Advogado: Pedro Alexandre Assis Moreira (OAB/RO 3675)
Requerido: Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Rodrigo Borges Soares (OAB/RO 4712)
DECISÃO :
VISTOS. A liminar concedida dispensava apenas o pagamento da parcela denominada “chaves”, ou seja, o saldo devedor deveria ter sido pago pelo autor antes de sua imissão na posse do imóvel. A parte requerente pode discutir as cláusulas do contrato, porém, deve realizar seus pagamentos, até por que a própria liminar concedida nestes autos já foi revogada. Nada impede que a empresa adote as medidas cabíveis para a ilegal ocupação do autor, inclusive medidas administrativas de cobrança, pelo que, indefiro o pedido de fls. 213/215. Constatada a ausência do Termo de Condições Gerais mencionado no contrato firmado entre as partes, oportunizo a sua juntada pela parte autora, bem como o prazo de 15 dias. Considerando o objeto destes autos, fixo como ponto controvertido a aplicabilidade de multa decorrente de descumprimento contratual pela requerida, incidência de perdas e danos na modalidade lucros cessantes correspondentes aos alugueis do imóvel no período de atraso até efetiva entrega e a responsabilidade da requerida pelos honorários advocatícios contratuais devidos pela autora relativos ao ajuizamento desta ação. Considerando a natureza da matéria controvertida, desnecessária a realização de prova oral, por isso, indefiro a prova pleiteada pela requerida. Quanto aos outros elementos de prova necessários ao deslinde da causa, além daqueles já constantes dos autos, vê-se a pertinência e relevância de oportunizar às partes a apresentação, por cada uma, de até três avaliações de aluguéis de unidade imobiliária equivalente àquela da autora, por profissional ou empresa habilitados.

Prazo 15 dias, seguindo-se o prazo comum de 05 dias para as derradeiras razões. Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0170643-87.2009.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Leidimar Raimunda Nunes de Lima
Advogado: Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391), Daniel Penha de Oliveira (OAB/MG 87318)
Requerido: Tim Celular S/A
Advogado: Flávio Luis dos Santos (OAB/RO 2238)
DECISÃO :
DECISÃO Realizado bloqueio do valor total exequendo em ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 475-J, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, CONVOLO-O em penhora.Fica parte executada intimada na forma do §1º do art. 475-J do Código de Processo Civil.Havendo apresentação de impugnação, dê-se vista ao exequente. Decorrido o prazo sem impugnação, certifique-se e tornem os autos conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0020182-35.2011.8.22.0001
Ação: Usucapião
Requerente: Maria das Gracas Viana de Souza Diogo
Advogado: Izaac Pinto Castiel (OAB/RO 2953)
Requerido: Antonio de Souza Leite, Francisca Assiza de Souza Martins, João Elias de Souza Martins Neto, Domingos de Souza Leite
DECISÃO :
VISTOS ,Considerando a não comprovação da necessidade de assistência judiciária gratuita pela requerente, indefiro o benefício, pelo que, emende-se a inicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, devendo a parte autora recolher as custas.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0016241-77.2011.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Raphael Cerqueira Moraes
Advogado: Jonatas de S. Rondon Júnior (RO. 3749)
Executado: Anderson de Araujo Rodrigues, Roziwelty Galvão Queiroz
DECISÃO :
DECISÃO Realizada tentativa de bloqueio de ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, considerando o resultado negativo, uma vez que não houve bloqueio de valores, fica parte exequente intimada para indicar outros bens passíveis de penhora, impulsionando validamente o feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0015409-44.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Evaldo da Silva
Advogado: Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)
Requerido: União P F N
DESPACHO :
VISTOS ,Considerando a proposta de acordo apresentada pela parte requerida, manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 (cinco) dias.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem concluso para SENTENÇA .Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0014749-50.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Andreia da Silva Alves
Advogado: Rodrigo Reis Ribeiro (OAB/RO 1659)
Requerido: Construtora BS S.A., Flaézio Lima Negócios Imobiliários Ltda
Advogado: Renata Fabris Pinto (OAB/RO 3126)
DECISÃO :
DECISÃO VISTOS. Andréia da Silva Alves ofereceu embargos de declaração da SENTENÇA de mérito (fls. 141/143), alegando ter havido omissão, uma vez que às fls. 89 foi deferido o pedido de assistência judiciária gratuita, no entanto, quando da condenação da embargante em custas e honorários de sucumbência sem a ressalva do sobrestamento de seu pagamento por até cinco anos.É o breve relato.Decido. Nos termos do art. 535, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na SENTENÇA , obscuridade, contradição ou omissão. No presente caso concreto, assiste razão a embargante, pelo que, acolho os embargos, passando o dispositivo a ter a seguinte redação: "SENTENÇA VISTOS ,(...)Assim, homologo a desistência da ação em relação à Construtora BS S/A, nos termos do artigo 267, VIII do CPC e acolho a preliminar de ilegitimidade passiva de Flaézio Lima Negócios Imobiliários Ltda, nos termos do artigo 267, VI do CPC. Condeno a autora em custas e honorários advocatícios em favor do patrono da imobiliária, no valor de R$ 500,00, observadas as circunstância do artigo 11, §2º e artigo 12 da Lei nº 1.060/50."Publique-se. Retifique-se no registro da SENTENÇA , anotando-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0014399-62.2011.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Maria Marlene de Souza Silva
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11101)
Executado: BANCO PINE S.A
Advogado: Laiana Oliveira Melo (OAB/RO 4906), Bernardo Augusto Galindo Coutinho (RO 2991), Carlos Eduardo Coimbra Donegatti (OAB/SP 290.089)
DECISÃO :
DECISÃO Realizado bloqueio do valor total exequendo em ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 475-J, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, CONVOLO-O em penhora.Fica a parte executada intimada na forma do §1º do art. 475-J do Código de Processo Civil.Havendo apresentação de impugnação, dê-se vista ao exequente. Decorrido o prazo sem impugnação, certifique-se e tornem os autos conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0005349-12.2011.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Ildo de Assis Macedo (OAB/RO 4519)
Executado: Roupi Construtora Ltda, Rodrigo Palomares de Sousa, Giullian Palomares de Sousa
DECISÃO :
DECISÃO Realizada tentativa de bloqueio de ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, considerando o resultado negativo, uma vez que não houve bloqueio de valores, fica parte exequente intimada para indicar outros bens passíveis de penhora, impulsionando validamente o feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0014358-95.2011.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Marcelo Soares da Silva
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Requerido: Banco Santander Brasil S/A
Advogado: Marcos Metchko (RO 1482)
DECISÃO :
DECISÃO I - Expeça-se mandado para busca e apreensão dos documentos solicitados pelo autor para cumprimento no endereço indicado às fls. 62. II - Realizado bloqueio do valor total exequendo em ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 475-J, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, CONVOLO-O em penhora.Fica a parte executada intimada na forma do §1º do art. 475-J do Código de Processo Civil.Havendo apresentação de impugnação, dê-se vista ao exequente. Decorrido o prazo sem impugnação, certifique-se e tornem os autos conclusos. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0019373-50.2008.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Maicon Bergue Macedo de Souza
Advogado: Dulcinéia Bacinello Ramalho (OAB/RO 1088), Daiane Kelli Joslin (OAB/PR 60112)
Requerido: Vesle Móveis e Eletrodomésticos Ltda
Advogado: Sarah Melendes Lemos Queiroz (OAB/RO 2879)
DECISÃO :
DECISÃO I - Considerando a responsabilidade subsidiária dos sócios, defiro o pedido para o fim de determinar a penhora de bens em nome de Haneman Alves Mendes Expeça-se o necessário.II - Realizada tentativa de bloqueio de ativos financeiros da parte executada, junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 475-J, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, o resultado foi negativo, uma vez que não houve bloqueio de valores.Fica a parte exequente intimada para indicar outros bens passíveis de penhora, impulsionando validamente o feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0016894-79.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marlene Valério dos Santos Arenas, Diego Alexis dos Santos Arena
Advogado: Vilson dos Santos Souza (OAB/RO 4828)
Requerido: Brasilveiculos Companhia de Seguros, Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), ( )
DECISÃO :
VISTOS. I Partes legítimas e regularmente representadas. II Defiro prova testemunhal, cujo rol está indicado às fls. 338. Para tanto, defiro a expedição de carta precatória para oitiva da referida testemunha, devendo a parte, Brasil Veículos Companhia de Seguros, ser intimada para retirá-la, prazo de 05 dias e comprovar a sua distribuição no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, promovendo a oitiva da testemunha em 20 dias, sob pena de extinção.III - Faculto as partes apresentar as perguntas a serem formuladas à testemunha no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preculsão. IV - Com a diligência devidamente cumprida, concedo vista às partes, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo após, os autos tornarem conclusos para SENTENÇA . Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0148354-63.2009.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Livia Alves Marcelino
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Cacique Promotora de Vendas Ltda
Advogado: Michele Marques Rosato (OAB/RO 3645)
DECISÃO :
DECISÃO Realizado bloqueio do valor total exequendo em ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, referente ao saldo remanescente, CONVOLO-O em penhora.Fica a parte executada intimada na forma do §1º do art. 475-J do Código de Processo Civil.Havendo apresentação de impugnação, dê-se vista ao exequente. Decorrido o prazo sem impugnação, certifique-se e tornem os autos conclusos. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0198807-62.2009.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Bruno Eduardo Sobrinho, Eduardo & Eduardo Ltda
Advogado: José Alves Pereira Filho (OAB/RO 647), Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633), José Alves Pereira Filho (OAB/RO 647)
Requerido: T. A. Itajubá ME, Tadeu Augusto Itajuba
Advogado: Francisco Alves Pinheiro Filho ( ), Carla Begnini (RO 0000778), José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975), Francisco Alves Pinheiro Filho ( ), Carla Begnini (RO 0000778), José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
DECISÃO :
DECISÃO Realizada tentativa de bloqueio de ativos financeiros da parte executada, junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 475-J, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, o resultado foi negativo, uma vez que não houve bloqueio de valores.Fica a parte exequente intimada para

indicar outros bens passíveis de penhora, impulsionando validamente o feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0187918-83.2008.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Francisco Wilami Soares de Souza, José Nilson Soares, Laura Vicuna de Almeida Mota
Advogado: José Reinaldo de Oliveira (OAB/SP 125685), Maria Goreti de Oliveira (OAB/RO 3199), José Reinaldo de Oliveira (OAB/SP 125685), Maria Goreti de Oliveira (OAB/RO 3199), José Reinaldo de Oliveira (OAB/SP 125685), Maria Goreti de Oliveira (OAB/RO 3199)
Requerido: Neida Maria Lorensetti da Rocha, Izaquiel Lopes de Moraes
Advogado: Joselia Valentim da Silva (OAB/RO 198), Gilson Luiz Juca Rios (OAB/RO 178), José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718), Verônica Fátima B.S.R. Cavalini (OAB/RO 1248), Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843), José Gomes Bandeira Filho (OAB/RO 816)
DESPACHO :
VISTOS ,I - Indefiro o pedido de intimação do senhor Izaquiel Lopes de Moraes, tendo em vista que os honorários de sucumbência devem ser exigidos nos autos da Ação de Rescisão Contratual em apenso nº 0224853-59.2007.8.22.0001. II - Defiro a suspensão do processo até o dia 01 de outubro de 2013. Decorrido este prazo, deverá o exequente impulsionar regularmente o feito, comprovando a modificação da condição de hipossuficiência dos executados, sob pena de extinção e arquivamento.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0224853-59.2007.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Neida Maria Lorensetti da Rocha
Advogado: Joselia Valentim da Silva (OAB/RO 198), Gilson Luiz Jucá Rios (OAB/RO 178), Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20015), José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 263E), Tatiane de Souza Lima (OAB/RO 392E)
Requerido: Izaquiel Lopes de Moraes
Advogado: José Gomes Bandeira Filho (OAB/RO 816), Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843)
DECISÃO :
DECISÃO I - Indefiro a realização de penhora online em desfavor dos opoentes Francisco Wilami Soares de Souza, José Nilson Soares e Laura Vicunã de Almeida Mota, tendo em vista que os honorários de sucumbência devem ser exigidos nos autos da Oposição em apenso nº 0187918-83.2008.8.22.0001.II - Realizada tentativa de bloqueio de ativos financeiros da parte executada, junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 475-J, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, o resultado foi negativo, uma vez que não houve bloqueio de valores.III - Nos termos do artigo 652, §3º, do CPC, intime-se o devedor para indicar bens passíveis de penhora, sob pena de configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça (artigo 600 do CPC) com a cominação da multa prevista no artigo 601 do CPC.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0020132-09.2011.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Maria Cristina Miquelini
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: SPC Brasil - Serviço Nacional de Proteção ao Crédito
DECISÃO :
DECISÃO Realizado bloqueio do valor total exequendo em ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 475-J, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, CONVOLO-O em penhora.INTIME-SE a parte executada na forma do §1º do art. 475-J do Código de Processo Civil.Havendo apresentação de impugnação, dê-se vista ao exequente. Decorrido o prazo sem impugnação, certifique-se e tornem os autos conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0102197-03.2007.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Assis Herter Silva, Barbara Costa Amorim Herter Silva
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: M. A. Pereira Me - Floricultura Aliança, Manreru Alencar Pereira
DECISÃO :
DECISÃO Realizada tentativa de bloqueio de ativos financeiros da parte executada, junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 475-J, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, o resultado foi negativo, uma vez que não houve bloqueio de valores.Fica a parte exequente intimada para indicar outros bens passíveis de penhora, impulsionando validamente o feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0022600-77.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: União das Escolas Superiores de Rondônia - UNIRON
Advogado: Fernando Augusto Torres dos Santos (OAB/RO 4725), Alex Sandro Sarmento Ferreira (MT 6551 - A)
Requerido: Saul Stephanovichi
Advogado: Sandra Stephanovichi Bresolin (RO 4627)
DECISÃO :
DECISÃO Realizada tentativa de bloqueio de ativos financeiros da parte executada, junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 475-J, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, o resultado foi negativo, uma vez que não houve bloqueio de valores.Fica a parte exequente intimada para indicar outros bens passíveis de penhora, impulsionando validamente o feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0001848-50.2011.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Lenilson Alves de Sena
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Serasa S.A.
Advogado: Dina Apostolakis Malfatti (OAB/SP 96352)
DECISÃO :
DECISÃO Realizado bloqueio do valor total exequendo em ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 475-J, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, CONVOLO-O em penhora.Fica a parte executada intimada na forma do §1º do art. 475-J do Código de Processo Civil.Havendo apresentação de impugnação, dê-se vista ao exequente. Decorrido o prazo sem impugnação, certifique-se e tornem os autos conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0001354-88.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Voa Brasil Viagens e Turismo Ltda ME
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389)
Requerido: Brasil Agenciamentos Turísticos Ltda Me
DESPACHO :
VISTOS ,Considerando o requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , fica a parte executada intimada para que cumpra a obrigação no prazo do artigo 475-J do CPC. Honorários advocatícios de 10% sobre o valor da execução, salvo pagamento.Anote-se a mudança da autuação para cumprimento de SENTENÇA . Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0016451-31.2011.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Global Cursos Formação Profissional Ltda-ME
Advogado: Jefferson Janones de Oliveira (OAB/RO 3802)
Requerido: ALEXANDRE SILVA DE OLIVEIRA FILHO
Advogado: Francisco Nunes da Silva Júnior (OAB/RO 4307)
DECISÃO :
DECISÃO Realizada tentativa de bloqueio de ativos financeiros da parte executada, junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 475-J, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, o resultado foi negativo, uma vez que não houve bloqueio de valores.Fica a parte exequente intimada para indicar outros bens passíveis de penhora, impulsionando validamente o feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0000772-88.2011.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Arthur Duran Roca
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido: Banco Santander S.A.
Advogado: Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846), Marcos Metchko (RO 1482), Fábio Henrique Furtado Coelho de Oliveira (OAB/RO 5105)
DECISÃO :
DECISÃO I - Diante da inércia da requerida, cumpra-se o item I do DESPACHO de fls. 71.II - Realizado bloqueio do valor total exequendo em ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 475-J, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, CONVOLO-O em penhora.Fica a parte executada intimada na forma do §1º do art. 475-J do Código de Processo Civil.Havendo apresentação de impugnação, dê-se vista ao exequente. Decorrido o prazo sem impugnação, certifique-se e tornem os autos conclusos. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0005846-26.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Santo Antônio Energia S.A.
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020)
Requerido: Lauro Ricardo Magalhães Portela
Advogado: Renner Paulo Carvalho (OAB/RO 3740)
DESPACHO :
VISTOS. Considerando que nos DESPACHO s anteriores já houve determinação para que não fosse cobrado o imposto de renda incidente sobre as despesas, deve ser realizada a correção do valor apresentado pelo perito sob esta rubrica, devendo ser pago pela requerente apenas o valor de R$ 550,00 sem a incidência de 25% de imposto. Desta forma, resta como valor devido ao perito, pelos trabalhos já começados, incluindo o tempo de estudo dos documentos e os deslocamentos realizados, o valor de R$ 2.650,00 (R$ 550,00 + R$ 2.100,00). Considerando que o Sr. Perito já recebeu R$ 2.375,00 por meio do alvará expedido às fls. 358, expeça-se alvará para o levantamento do restante da quantia devida, depositado às fls. 349, que perfaz R$ 275,00. O remanescente do valor depositado às fls. 349 deve ser levantado em favor da requerente, além do valor depositado às fls. 313, expedindo-se o necessário. Após a expedição dos alvarás, tornem os autos conclusos para DECISÃO . Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0018359-26.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Wilson Rosa
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Cruzeiro do Sul S.A.
Advogado: Marly Tonett Sismeiro (OAB/RO 1620), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875A)
DESPACHO :
VISTOS. Embora seja uma ação revisional de contrato, este documento ainda não veio aos autos. Considerando o pedido formulado na inicial, fica a parte requerida intimada para que apresente o contrato firmado entre as partes, sob pena de aplicação do artigo 359 do CPC. Prazo de 05 dias. Com a apresentação ou não do contrato, tornem os autos conclusos para SENTENÇA com prioridade. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0179462-67.1996.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: João Alves de Souza Neto
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Bradesco S.A.
Advogado: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
SENTENÇA :
VISTOS. João Alves de Souza Neto interpôs a presente ação revisional de cláusula contratual c/c reconhecimento de abuso extorsivo do valor financiado, caracterização do anatocismo do contrato, com pedido liminar de consignação em pagamento, e manutenção de posse em desfavor do Banco Bradesco S/A. Alega que realizou um contrato de compra e venda no valor de R$ 25.990,00, em 60 meses, com parcelas no valor de R$ 776,32, para aquisição de um veículo Ford KA Flex 1.0, ano/modelo 2011.Diz que as cláusulas do contrato não foram estipuladas dentro dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sendo abusivas, leoninas e ilegais, causando a inadimplência da autora. Argumenta que no ato da contratação não lhe foi dado oportunidade de refletir sobre os juros, estes sendo cobrados muito acima dos índices praticados no mercado. Aduz que a financeira inclui a correção monetária cumulada com comissão de permanência, juros moratórios e remuneratórios acima do limite legal, o que é vedado. Noticia que já adimpliu R$ 6.210,56, ou seja, 19% do contrato, portanto o veículo deve ficar em sua posse. Assevera que não há explicação para as taxas de juros praticadas no momento da celebração do contrato pelo autor, que era de 0 à 0,43%. Alega que quando o adimplemento torna-se impossível por força da onerosidade imposta, não ocorre mora por parte do devedor. Requer em sede de liminar a consignação incidente, o depósito do bem, que os cartórios de registro de títulos e cadastros de restrição ao crédito se abstenham de efetuar o apontamento em nome da autora, bem como requereu a procedência do pedido para declarar a nulidade das cláusulas abusivas e excessivamente onerosas, a limitação dos juros a 6% ao ano, a declaração de cobrança indevida da multa contratual, comissão de permanência, encargos moratórios e juros compensatórios, a condenação da ré a ressarcir em dobro o que efetivamente tiver cobrado indevidamente. Junta documentos. Às fls. 61/62 foi indeferido o pedido liminar. Regularmente citado, o requerido ofertou defesa às fls. 66/186, onde alega que não há qualquer irregularidade nos contratos firmados entre os demandantes, porquanto a taxa de juros e a forma de capitalização foram plenamente acordados pelas partes. Afirmou que inexiste cláusula abusiva. Disse que o contrato é imutável se pago em dia, por isso, é inadmissível o pedido de revisão contratual e de consignação em pagamento imposto nesta ação, pois acatar o valor inferior preVISTO no contrato é admitir-se que o contrato não deverá ser cumprido na forma avençada. Defendeu as cláusulas contratuais afirmando que decorrem de ato jurídico perfeito. Rebateu a incidência de juros abusivos e ilegais e que é admissível a capitalização dos juros. Disse que não existe ilegalidade na cumulação da comissão de permanência com os juros moratórios, uma vez que possuem naturezas jurídicas distintas. Discorreu acerca da impossibilidade da inversão do ônus da prova. Requereu ao final a improcedência do pedido. Juntou documentos.Houve réplica às fls. 187/222. É o RELATÓRIO . Decido. O caso em questão não exige dilação probatória, razão pela qual, passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil. As partes firmaram, em 25-01-2011, um contrato de financiamento com pacto de alienação fiduciária do veículo FORD KA Flex 1.0, ano/modelo 2011. Verifica-se pelo documento de fls. 127 que o valor financiado foi de R$ 29.421,39, incidindo juros remuneratórios de 1,63% ao mês e 21,38% ao ano, para pagamento em 60 parcelas de R$ 776,32. Conforme se vê, os valores são pré-fixados, os encargos moratórios, comissão de permanência, juros remuneratórios e juros de mora. Pois bem. Inicialmente faço um esclarecimento sobre a aplicação da Lei consumerista ao caso em comento. É cediço que a atividade bancária, enquadra-se nas disposições da legislação consumerista, não só por expressa determinação do artigo 3º do CDC, mas também porque integra a ordem econômica, estando abrangida pela "norma-objetivo" do artigo 4º do mesmo diploma. A respeito do tema é o comentário do renomado jurista Nelson Nery Jr., in CDC Comentado, Ed. Forense, p. 304: Analisando o problema da classificação do Banco como empresa e de sua atividade negocial, tem-se que é considerado pelo artigo 3º, caput, do CDC, como fornecedor, vale dizer, como um dos sujeitos da relação de consumo. O produto da atividade negocial é o crédito; agem os bancos, ainda, na qualidade de prestadores de serviços quando recebem tributo mesmo de não clientes, fornecem extratos de contas bancários por meio de computador etc. Podem os bancos, ainda, celebrar contrato de aluguel de cofre, para a guarda de valores, igualmente enquadrável no conceito de relação de consumo. Suas atividades envolvem, pois, os dois objetos das relações de consumo: os produtos e os serviços. No caso em tela, é evidente que o contrato, ora sob exame, tem como finalidade a contemplação de crédito, que, por sua vez, é o produto oferecido pela instituição financeira. Havendo, portanto, a outorga desse produto - o crédito - que é utilizado pelo consumidor como destinatário final, estando configurada a relação de consumo, o que enseja a aplicação da Lei Protetiva Consumerista. Nessa senda, conclui-se que, regulando o CDC o mercado de consumo de forma ampla, deve ser extensiva a interpretação da definição de consumidor, para que aquele que retira o produto do mercado de modo final e, sendo parte hipossuficiente da relação negocial, não seja abatido por contratos abusivos e excessivamente onerosos. Vale colacionar importante precedente jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, que assim considerou: "RECURSO ESPECIAL - PROCESSUAL CIVIL - REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - CRITÉRIO DO JUIZ - MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA - SÚMULA 7-STJ RECURSO NÃO CONHECIDO. 1 - Em primeiro plano, resta consolidado, nesta Corte, através da Súmula 297, que CDC é aplicável às instituições financeiras. 2 - Por outro lado, em se tratando de produção de provas, a inversão, em caso de relação de consumo, não é automática, cabendo ao magistrado a apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor ou de sua hipossuficiência, conforme estabelece o art. 6, VIII, do referido diploma legal. Configurados tais requisitos, rever tal apreciação é inviável em face da Súmula 07. 3 - Recurso não conhecido. (REsp 707.451/SP, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 14.11.2006, DJ 11.12.2006 p. 365)."Em razão, portanto, da pacífica aplicação do Código de Defesa do Consumidor às relações bancárias e tendo em vista que tais normas de proteção são de ordem pública e interesse social, por força do

art. 1º daquele diploma legal, é possível a declaração de nulidade de pleno direito de disposições contratuais, como aqueles que impõem ao consumidor excessiva onerosidade e, em contrapartida, consignam vantagem exagerada ao credor, nos termos do art. 51, inc. IV, e § 1º do referido diploma legal, porque abusivas e ofensivas ao princípio geral da boa-fé. Com esse entendimento passo a apreciação dos pedidos iniciais. DOS JUROS REMUNERATÓRIOS Afirma o autor que há abusiva aplicação de juros remuneratórios no contrato firmado entre as partes, uma vez que os valores cobrados estão muito acima dos praticados pelo mercado. Está consolidado o entendimento de que as Instituições Financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios que foi estipulada na Lei de Usura, como dispõe a Súmula 596 do STF. Nesse sentido recente DECISÃO do STJ, senão vejamos: "PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUROS REMUNERATÓRIOS. INAPLICÁVEL LIMITAÇÃO EM 12% AO ANO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. POSSIBILIDADE DESDE QUE POSTERIOR À MP 2.170-36/2001 E PACTUADA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULAÇÃO COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. VALIDADE DOS ENCARGOS. CARACTERIZAÇÃO DA MORA. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF. 2. Nos contratos bancários firmados posteriormente à entrada em vigor da MP 1.963-17/2000, reeditada sob o n. 2.170-36/2001, é lícita a capitalização mensal dos juros, desde que expressamente prevista no ajuste. 3. A Segunda Seção desta Corte pacificou a orientação de ser admitida, no período de inadimplemento contratual, a comissão de permanência, à taxa média do mercado apurada pelo Banco Central do Brasil e limitada à taxa do contrato, desde que não esteja cumulada com correção monetária (Súmula 30/STJ), com juros remuneratórios (Súmula 296/STJ), com juros moratórios nem com multa contratual. 4. O reconhecimento da validade dos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) implica a caracterização da mora. 5. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a DECISÃO agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 6. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, T4, Relator Ministro Raul Araújo, j. Em 01-08-2012)."In casu , a taxa de juros estabelecida pela instituição financeira foi de 1,98% a.m., índice este que não se configura abusivo, uma vez que não está adstrito à limitação de 12% ao ano e era de conhecimento prévio da parte. Não há, portanto, a alegada abusividade no contrato ora questionado.DA CAPITALIZAÇÃO DE JUROS É aceitável a capitalização mensal dos juros (apenas em contratos firmados a partir de 31 de março de 2000 MP. 2.170/2001) ou a anual, se - apenas e somente se - expressamente pactuada. Em recente julgado, o STJ entendeu que a pactuação expressa da capitalização de juros, se configura quando a taxa anual de juros ultrapassar o duodécuplo da taxa mensal. Neste sentido: "AgRg no REsp 1231210 / RSAGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0010404-5Relator Ministro RAUL ARAÚJO (1143)Órgão Julgador - QUARTA TURMAData do Julgamento 14/06/2011Data da Publicação/Fonte DJe 01/08/2011Ementa: AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. ART. 5º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.170-36/2001. POSSIBILIDADE. CONTRATO FIRMADO APÓS 31.3.2000. CAPITALIZAÇÃO MENSAL EXPRESSAMENTE PACTUADA. 1. Nos contratos bancários firmados após a edição da Medida Provisória nº 1.963-17/2000 (31.3.2000), é permitida a cobrança de juros capitalizados em periodicidade mensal desde que expressamente. pactuada, o que ocorre quando a taxa anual de juros ultrapassa o duodécuplo da taxa mensal. 2. Agravo interno desprovido."No caso concreto, verifica-se que o contrato possui assim, pacto de capitalização de juros. Como o contrato prevê taxa anual de 21,38% ao ano, sendo este maior do que doze vezes o índice da taxa mensal, que é de 1,63%, prevista está a capitalização de juros do contrato em apreço, devendo este ser mantido, nos termos da DECISÃO acima. DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA No tocante à comissão de permanência, é válida sua incidência no período da inadimplência se pactuada, como ocorre in casu, no entanto, é limitada ao patamar dos juros remuneratórios e não superior à média de mercado, vedada a cumulação com qualquer encargo moratório juros remuneratórios e/ou juros moratórios e/ou multa e/ou correção monetária. A cobrança da comissão de permanência deve ser expressamente pactuada e está sujeita às condições impostas pelas Súmulas n. 30, 294 e 296 do STJ. Também é o entendimento jurisprudencial: "APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL PACTO DE FINANCIAMENTO [...] COMISSÃO DE PERMANÊNCIA NÃO CUMULADA COM OS DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS [...] "É cabível a cobrança da comissão de permanência, exceto nas cédulas e notas de crédito rural, comercial e industrial, quando contratada, respeitado o limite de juros remuneratórios pactuados, desde que não superiores à taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, não sendo viável a cumulação do encargo com a correção monetária, juros remuneratórios, multa contratual ou com juros moratórios" (Enunciado n. III do Grupo de Câmaras de Direito Comercial do TJSC) (Apelação Cível n. 2007.018977-8, de São José, relator Des. Ricardo Fontes, Primeira Câmara de Direito Comercial, j. Em 16-8-07)."Conclui-se que a comissão de permanência torna-se possível se, na liquidação de SENTENÇA , a inadimplência restar confirmada. No entanto, sendo cobrada a comissão de permanência, afasta-se a cobrança dos demais encargos. Contudo, o que levou a autora a incorrer em mora não foi a cumulação da comissão em permanência com a multa, mas o não pagamento das parcelas pactuadas.Além do que, a cobrança da comissão de permanência se deve ao período de inadimplência, que vai refletir no quantum devido do contrato, apenas por esta razão, não se pode afastar a mora da parte requerente. Nesta perspectiva também fica afastada a alegada abusividade da incidência de tal parcela, vedada apenas a cumulação de outros encargos.DA TARIFA DE EMISSÃO DE BOLETO BANCÁRIO E DA TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITOAs tarifas de abertura de cadastro e de emissão de boleto bancário, quando autorizadas pelo contrato não configuram mais cláusulas abusivas, apenas se restar demonstrado que o valor cobrado está em desacordo com o praticado no mercado financeiro. Importante lembrar que essas tarifas não estão proibidas pelo Banco Central e por isso sua cobrança está autorizada, desde que sejam previstas em contrato. Nesse sentido : "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. NÃO LIMITAÇÃO COM BASE NO

DECRETO 22.626/33. ABUSIVIDADE. NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA 382/STJ. TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO (TAC). TARIFA DE EMISSÃO DE BOLETO (TEC). POSSIBILIDADE. COBRANÇA. 1. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que os juros remuneratórios cobrados pelas instituições financeiras não sofrem a limitação imposta pelo Decreto nº 22.626/33, conforme disposto na Súmula 596/STF, de forma que a abusividade do percentual pactuado deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período, o que não ocorreu no caso dos autos. Inteligência da Súmula 382/STJ. 2. As tarifas de abertura de crédito (TAC) e emissão de carnê (TEC), por não estarem encartadas nas vedações previstas na legislação regente (Resoluções 2.303/1996 e 3.518/2007 do CMN), e ostentarem natureza de remuneração pelo serviço prestado pela instituição financeira ao consumidor, quando efetivamente contratadas, consubstanciam cobranças legítimas, sendo certo que somente com a demonstração cabal de vantagem exagerada por parte do agente financeiro é que podem ser consideradas ilegais e abusivas, o que não ocorreu no caso presente. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido(STJ, T4 Quarta Turma, AgRg no REsp 1295860 / RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 18-05-2012).”Nesse mesmo sentido: ”Ação revisional. Limitação de juros remuneratórios em 6% ao ano. Impossibilidade. Cobrança de encargos administrativos. Ilegalidade não demonstrada. Ônus da prova do autor. Os bancos ou instituições financeiras não estão sujeitas à limitação de juros prevista no Decreto-lei n. 22.626/33, razão pela qual deve prevalecer o que foi celebrado entre as partes quanto à incidência dos juros remuneratórios, mormente se a taxa de juros não se mostra em descompasso com as taxas aplicadas no mercado financeiro. A cobrança de encargos administrativos, tais como tarifa de serviços de terceiros, tarifa de cadastro e registro de contrato e tarifa de emissão de carnê não são cláusulas consideradas, por si só ilegais, cabendo ao autor provar a ausência de pactuação destas ou a vantagem exagerada por parte do agente financeiro para que assim sejam consideradas. (TJ/RO Apelação nº 0164384-76.2009.8.22.0001. Rel. Des. Alexandre Miguel, julgado em 15/05/2013)”.Assim, perfeitamente possível a cobrança realizada pelo banco requerido, não havendo nenhum valor a ser ressarcido ao consumidor. DA COBRANÇA DO IOF No que tange à cobrança de IOF diluído nas parcelas do financiamento, é devida a cobrança, uma vez que independe da vontade das partes a sua incidência. Vejamos o artigo 63 do Código Tributário Nacional: “Art. 63. O imposto, de competência da União, sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários tem como fato gerador: I - quanto às operações de crédito, a sua efetivação pela entrega total ou parcial do montante ou do valor que constitua o objeto da obrigação, ou sua colocação à disposição do interessado.”Neste mesmo sentido: “REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. MEDIDA PROVISÓRIA 2.170- 36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. TARIFAS ADMINISTRATIVAS. I - Porque eivado de inconstitucionalidade, não tem eficácia o art. 5º da Medida Provisória n° 2.170-36/2001, não se prestando, pois, a respaldar a prática de capitalização mensal de juros, conforme decidido na AIL 2006.00. 2.001774-7. II - A comissão de permanência, que detém a tríplice função de remunerar, atualizar e apenar, já se constitui encargo substitutivo para a inadimplência, sendo vedada, pois, sua cumulação com juros remuneratórios, correção monetária e encargos moratórios. III - São nulas as cláusulas contratuais que estipulam a cobrança da Taxa de Abertura de Crédito - TAC e da Taxa de Emissão de Boleto - TEC e outras da mesma natureza (art. 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor). IV - É legítima a cobrança do IOF - imposto incidente sobre operações financeiras -, pois trata de tributo cuja incidência independe da vontade das partes. Recurso desprovido. (20090110366975APC, Relator NÍVIO GERALDO GONÇALVES, 1ª Turma Cível - TJDF, julgado em 10/11/2010, DJ 16/11/2010 p. 153).” Portanto, revela-se perfeitamente possível a cobrança do imposto pela instituição bancária, uma vez que este incide independentemente de sua vontade. DA RESTITUIÇÃO SIMPLES DAS TARIFAS BANCÁRIASConsiderando DECISÃO recente do Superior Tribunal de Justiça, exarada na Reclamação n. 4.892-PR (Rel. Min. Raul Araújo, julgada em 27/04/2011), a devolução, nos casos em que houver a cobrança de tarifas bancárias, deve se dar de forma simples, e não mais em dobro. DOS PEDIDOS LIMINARESOs pedidos pleiteados em sede de liminar já foram enfrentados e rechaçados pelo DESPACHO inicial de fls. 61/62. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos iniciais, para: 1 - Afastar da cobrança os encargos moratórios, para que seja aplicada apenas a comissão de permanência, caso seja comprovada a mora da autora na liquidação da SENTENÇA ; 2 - Deferir a compensação de valores, na forma simples, se após a apuração em liquidação de SENTENÇA , sobejar saldo em favor do devedor, com correção monetária pelo IGPM, a partir do vencimento de cada parcela paga e juros legais a partir da citação; Em face do decaimento recíproco, custas pro rata, devendo cada uma das partes arcar com os honorários de seus respectivos advogados. Certificado o trânsito em julgado, e pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0009921-45.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Karina Rocha Prado
Advogado: Arcelino Leon (OAB/RO 991)
Requerido: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo do Estado de Rondônia - POLICREDI, Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro Ltda
Advogado: Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883), Augusto Cezar Damasceno Costa (OAB/RO 4921), José Ney Martins Júnior (OAB/RO 2280)
DECISÃO :
VISTOS em saneador.Considerando que às fls. 322v. o Sr. Antônio Guilherme Nunes (liquidante da Policredi) foi intimado do DESPACHO de fls. 320 e que às fls. 324v. os seus advogados também foram intimados e não houve manifestação no sentido de regularizarem a representação processual,

devem os advogados continuarem a atuar no feito até o cumprimento integral do artigo 45 do CPC. Partes legítimas e bem representadas. A parte autora requer a apresentação da relação de todos os cooperados que se encontravam filiados no ano de 2010, porém sem indicar a relevância, sendo assim, indefiro a produção da referida prova, por não vislumbrar sua utilidade e pertinência. Defiro o depoimento pessoal das partes, sob pena de confesso, e prova testemunhal, cujo rol deverá ser apresentado com antecedência de 10 dias da audiência. As partes deverão trazer suas testemunhas independentemente de intimação. Caso contrário, o pedido de intimação das testemunhas através de mandado deverá ser justificado e o rol apresentado nos 20 dias anteriores a data da audiência. Designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 24-09-2013, às 09 horas. Considerando que a requerida Policredi não informa seu endereço nos autos, deve esta ser intimada no endereço de seu representante legal, conforme minuta da Jucer, que segue em anexo. Intimem-se pessoalmente.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0034695-81.2006.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Associação Brasileira de Consumidores de Água e Energira Elétrica - ASSOBRAEE
Advogado: Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), Odair Martini (OAB/RO 30B), Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633), Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506), Chrystiane Léslie Muniz (OAB/RO 998), Alexandre Camargo ( ), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), Andréa Cristina Nogueira (OAB/RO 1237), Raul Canal (OAB/DF 10308), Milton Tolentino de Souza Júnior (OAB/SC 5343), Cristiane da Silva Lima (OAB/RO 1569), Steffano José do Nascimento Rodrigues (OAB/RO 1136)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. CERON
Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 2A)
DECISÃO :
VISTOS. A multa processual serve para compelir ao cumprimento da obrigação e se mostrou inócua, portanto, não há razão e nem justificativa para se majora-la. O que se deve perseguir é o cumprimento, a viabilidade da liquidação e como envolve obrigação de fazer, deve-se buscar a medida prática equivalente que garanta o adimplemento da obrigação.Por outro lado, não se pode perder de vista que a cominação de multa tão elevada à concessionária que detém com exclusividade a distribuição de energia elétrica, significa onerar o sistema e, por conseguinte, onerar todos os consumidores que pagam sua contas em dia.A desídia no cumprimento da ordem judicial não pode refletir no patrimônio da empresa, que por certo diz respeito a toda a população do estado. Desta forma, a medida prática equivalente, no caso, será a intimação do Diretor Presidente, ou quem suas vezes fizer, para que forneça no prazo de 30 dias a lista dos consumidores industriais do Estado de Rondônia, do período de março a novembro de 1986, sob pena de multa diária e pessoal, no valor de R$ 500,00, e sem prejuízo da caracterização de crime de desobediência e oportuna busca e apreensão dos documentos. No momento do cumprimento da diligência deve o Sr. Oficial de Justiça proceder a qualificação completa do representante legal da empresa, com o nome completo, número dos documentos pessoais, filiação e endereço. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0001558-64.2013.8.22.0001
Ação: Oposição
Requerente: Jose Francisco Pereira Gouveia, Francisca Marques de Almeida
Advogado: Mário Lúcio Machado Profeta (OAB/RO 820)
Requerido: Santo Antônio Energia S.A., Lauro Ricardo Magalhães Portela
SENTENÇA :
VISTOS. Trata-se de ação de Oposição interposta por José Francisco Pereira Gouveia e Francisca Marques de Almeida incidental à ação de Declaratória de nº 0005846-26.2011.8.22.0001 que tem como partes Santo Antônio Energia S/A no polo ativo e Lauro Ricardo Magalhães Portela no polo passivo, alegando, em síntese, que são os possuidores da área em litígio.É o breve RELATÓRIO . Decido.A oposição é uma ação, de regra, declaratória contra o autor primitivo, e condenatória contra o réu. O opoente passa a ser autor de uma ação em que o autor e o réu originários são réus. Trata-se, pois, de uma ação prejudicial à demanda primitiva porque se a oposição for julgada procedente, quer dizer que a coisa ou o direito controvertido pertence ao opoente, prejudicando, assim, a ação original em que o autor pleiteava a mesma coisa ou direito (Direito Processual Civil Brasileiro, 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 1. p. 134). Nesse sentido: ”A participação do opoente, dessa forma, visa à exclusão (intervenção ad excludendum) das ‘pretensões’ do autor e do réu sobre o objeto litigioso do processo. Trata-se do sujeito que entende que nenhum dos primitivos sujeitos da relação processual tem razão quanto à demanda, mas que o direito lhe pertence. (MARINONI, Luiz Guilherme. Manual do Processo de Conhecimento. 6 ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 179).”Insta saber, portanto, se os opoentes fazem jus ao direito sobre o qual os opostos controvertem na ação declaratória (art. 56 do CPC).Pois bem.Considerando que o intuito do instituto da oposição é a obtenção para si, no todo ou em parte, da coisa ou do direito sobre o que controvertem autor e réu de determinada demanda, encontra-se ausente o interesse de agir.Isso porque, no caso em exame, a intervenção nos autos da ação declaratória nº 0005846-26.2011.8.22.0001 visa o reconhecimento de posse/propriedade da área descrita na inicial, uma vez que não logrou êxito em comprovar tal posse/propriedade junto à empresa, não fazendo parte do acordo realizado entre as partes, não sendo o mesmo direito visado por Lauro, qual seja, o direito ao recebimento da proposta n. 1620/2010.Logo, os opoentes visam pedido diverso daquele discutido na ação primitiva, tendo a interveniente postulado o reconhecimento de seu direito à propriedade/ posse do imóvel descrito na inicial, possuindo, portanto, natureza jurídica diversa, sendo que a presente oposição não se mostra via adequada para tanto. Portanto, não se vislumbra aos opoentes legítimo interesse processual em interpor a presente ação. Assim, de posse dos conceitos acima declinados, verifica-se que a pretensão dos opoentes diverge do objeto contido na demanda primitiva, pelo que, indefiro a inicial, com fundamento no artigo 295, incisos III do Código de Processo Civil e, em consequência, declaro extinto o processo, sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, incisos I e VI do CPC. Custas na forma da lei.Faculto o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial mediante a substituição por cópias, ás expensas da parte autora.P.R.I. Com o trânsito em julgado, desapensem-se e arquivem-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0002329-42.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: FÁBIO ALEXANDRE ABIORANA LUCENA
Advogado: Fábio Alexandre Abiorana Lucena (OAB/RO 3453)
Requerido: BANCO SANTANDER - Ag. 3253
Advogado: Marcos Araújo (RO 846), Marcos Metchko (OAB/RO 1482)
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS. Fábio Alexandre Abiorana Lucena propôs ação de indenização por danos morais em face do Banco Santander S/A, alegando em síntese que no dia 06/07/2012, às 12h00, a requerente se dirigiu ao banco requerido para pagar uma conta, retirando a senha nº 668, todavia foi emitida com horário diverso do real, marcando 12h46min. Argumenta que pelo tratamento indigno dispensado pelo requerido, a parte autora aguardou para ser atendida até às 14h10min, ou seja, após 2h10min, por culpa exclusiva do requerido, demonstrando desrespeito do réu pelos seus clientes. Requer que seja julgada procedente a ação para condenar a requerida ao pagamento de indenização por danos morais. Junta documentos. Regularmente citada, a parte requerida compareceu em audiência de tentativa de conciliação e apresentou contestação, fls. 19/32, alegando, em síntese, que a parte autora não comprovou que aguardou pelo atendimento nas agências do requerido. Aduz que não há ato ilícito imputado ao réu eis que não restou caracterizada nenhum culpa que lhe pode ser imputada e que não há dever de indenizar a título de danos morais. Alegou ainda que as leis locais que limitam o tempo de espera em fila bancária são inconstitucionais. Requereu a improcedência dos pedidos iniciais. Junta documentos.Houve réplica às fls. 51/58.É o RELATÓRIO .Decido.O caso em questão não exige dilação probatória, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil.Trata-se se ação de indenização onde alega a autora que sofreu dano moral por ter que esperar na fila do banco requerido mais de 1 (uma) hora para efetuar o pagamento de uma conta.Estabelece o art. 2º da Lei Municipal nº 1.350/99, com a redação atualizada pela Lei Municipal nº 1.631/2005, que, tratando-se de agências bancárias, o tempo razoável de atendimento será de até vinte minutos em dias normais e de até trinta minutos em véspera ou depois de feriados prolongados. Assim, segundo a referida lei, que já foi objeto de análise pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (APC 00.003175-5), a permanência do consumidor em fila de atendimento por mais de trinta minutos configura fato ilícito.In casu, a cópia da senha e o comprovante de pagamento, juntados nos autos à fl. 25/27, corroboram as alegações da parte autora de que permaneceu em fila de atendimento por mais de uma hora.Conclui-se, assim, que houve um descumprimento do ordenamento legal e um descaso do banco requerido perante seu cliente. O tempo de espera que o autor aguardou demonstra uma eficiência desejável dos serviços prestados pela instituição requerida e simples narrativa dos fatos, demonstra, na espécie, a ocorrência de dano moral indenizável, ou seja, analisando objetivamente os fatos relatados identifico que a espera em fila de banco, além do razoável, não constitui mero aborrecimento do cotidiano, mas enseja a reparação por dano moral, porque capaz de causar impaciência, angústia, desgaste físico, sensação de descaso e irritação. Sensações estas que indiscutivelmente provocam um sofrimento íntimo além dos meros dissabores e aborrecimentos próprios do cotidiano.Nesse sentido é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, in verbis: CONSUMIDOR. ESPERA EM FILA. DANO MORAL INDENIZÁVEL. INDENIZAÇÃO. VALOR.Configura direito ao recebimento de indenização por danos morais ao consumidor que aguarda tempo demasiado na fila de banco para atendimento, ultrapassando o tempo estabelecido em lei municipal, sendo incabível a majoração do quantum arbitrado, se este atendeu ao princípio da razoabilidade e observou as peculiaridades do caso concreto. (TJRO. Apelação nº 0012941-44.2010.8.22.0001. Porto Velho, 7 de março de 2012)Resta apenas fixar o valor da indenização, que é a tarefa mais árdua em se tratando de indenização por dano moral, uma vez que a um só tempo lidamos com duas grandezas absolutamente distintas, uma imaterial (a dor sofrida) e outra material (o dinheiro). Compatibilizar estes dois valores dano moral com o valor monetário que, de alguma forma, represente não um pagamento, mas sim um lenitivo, é muito difícil.A jurisprudência tem oferecido alguns critérios para quantificar o valor do dano moral, havendo entendimento majoritário no sentido de que se leve em consideração a intensidade da ofensa, a capacidade financeira do ofensor, o tempo e a condição econômica do ofendido, de forma que a reparação não represente a ruína para o devedor, nem constitua fonte de enriquecimento sem causa para o credor, devendo ser estabelecida criteriosamente. Assim, considerando os argumentos expostos, os elementos constantes nos autos, a condição econômico-financeira da Requerente, a repercussão do ocorrido e, ainda, a culpa da Requerida, bem como a capacidade financeira desta, fixo o dano moral, já considerado o seu valor atualizado, em R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), de modo a disciplinar o Requerido e, dar satisfação pecuniária ao Autor. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e, em consequência, CONDENO a requerida a pagar a parte autora o valor de R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), a título de indenização por danos morais, com juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado. CONDENO a requerida, ainda, ao pagamento das custas e honorários advocatícios da parte autora, estes arbitrados em 15% (quinze por cento) do valor da condenação. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.P.R.I.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0006238-92.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sineide da Silva Santos
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779), Gardênia Souza Guimarães (OAB/RO 5464)
Requerido: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS. Sineide da Silva Santos propôs ação declaratória de inexistência de débito com indenização por danos morais com pedido de antecipação de tutela em face de Banco Santander S/A alegando, em síntese, que ao tentar realizar compras no comércio local teve seu crédito negado em razão se seu nome estar incluído nos cadastros de inadimplentes por parte da requerida. Assevera que, muito embora tenha relação contratual com a requerida, o seu contrato de financiamento encontra-se totalmente adimplido. Aduz que em razão da

atitude ilícita da requerida, sofreu danos morais. Requereu, os benefícios da justiça gratuita, antecipação da tutela para retirar seu nome dos cadastros de inadimplentes. No mérito, requereu a confirmação dos efeitos da tutela, a declaração de inexigibilidade do débito e indenização a título de danos morais. Juntou documentos, fls. 08/31.Às fls. 31 foi deferido o benefício da assistência judiciária gratuita e a antecipação de tutela. Devidamente citada, fls. 35v, a parte requerida manteve-se silente, conforme certidão de fls. 38.Em síntese.É o RELATÓRIO .A lide comporta julgamento antecipado à luz do que dispõe o art. 330, I, do CPC, uma vez que a questão é de direito e de fato, não havendo para elucidação desta, outras provas a serem produzidas.No caso em espécie, cuida-se de responsabilidade por dano moral decorrente de alegada inscrição indevida do nome da autora em órgão de restrição ao crédito.Compete ao autor a comprovação do fato constitutivo de seu direito enquanto que ao réu a comprovação de fato extintivo e modificativo daquele (CPC, art. 333). Portanto, não tendo a parte requerida se desincumbido de comprovar o inadimplemento do referido contrato de financiamento pela autora (art. 333, II, do CPC), tem-se pela veracidade de suas alegações e a procedência da ação pela inscrição indevida de pessoa que não se provou ser devedora, sendo o que basta para a configuração do dano moral indenizável. Caracterizado assim o dano moral pela simples inscrição indevida e consequente restrição ao crédito, conforme pacífica jurisprudência do Eg. TJ/RO, in verbis: A inscrição indevida do nome do consumidor nos cadastros do SPC e da Serasa, constitui in re ipsa o dano moral, restando desnecessária a prova de prejuízo à honra ou reputação. (TJRO AC n. 100.001.2002.004760-5, Rel. Des. Renato Martins Mimessi, por unanimidade, j. 24/08/2004).O que se discute é exatamente a responsabilidade objetiva do prestador de serviço que utiliza serviços extremamente vulneráveis e inseguros de contratação, concorrendo para a ação de criminosos. Se a atividade da instituição financeira tem proveito com a facilitação da contratação, dependendo unicamente dos dados fornecidos por terceiros, e sem nenhuma forma de controle sobre a idoneidade de tais informações, razoável que responda objetivamente pelos danos que sua atividade venha a causar. Assim, tenho que caracterizada a responsabilidade civil da Requerida pelo dano moral experimentado pela Autora, analisada de acordo com os fatos e documentos trazidos aos autos.Resta apenas fixar o valor da indenização, que é a tarefa mais árdua em se tratando de indenização por dano moral, uma vez que a um só tempo lidamos com duas grandezas absolutamente distintas, uma imaterial (a dor sofrida) e outra material (o dinheiro).Compatibilizar estes dois valores, dano moral com o valor monetário que, de alguma forma, represente não um pagamento, mas sim um lenitivo, é muito difícil. A jurisprudência tem oferecido alguns critérios para quantificar o valor do dano moral, havendo entendimento majoritário no sentido de que se leve em consideração a intensidade da ofensa, a capacidade financeira do ofensor, o tempo e a condição econômica do ofendido, de forma que a reparação não represente a ruína para o devedor, nem constitua fonte de enriquecimento sem causa para o credor, devendo ser estabelecida criteriosamente.Assim, considerando os argumentos expostos, os elementos constantes nos autos, a condição econômico-financeira da Requerente, a repercussão do ocorrido e, ainda, a culpa da Requerida, bem como a capacidade financeira desta, fixo o dano moral, já considerado o seu valor atualizado, em R$ 8.000,00 (oito mil reais), de modo a disciplinar a Requerida e, dar satisfação pecuniária à Autora. Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido da exordial para: a) declarar a inexigível o débito em nome da autora junto ao requerido, no valor de R$ 14.106,42; b) condenar o Banco Santander S/A ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com atualização e aplicação de juros de 1% ao mês a partir do arbitramento; c) tornar definitiva a tutela concedida às fls. 31. Oficie-se.Condeno a parte requerida em custas e nos honorários advocatícios que arbitro em 15% sobre o valor da condenação.Certificado o trânsito em julgado, e pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.Publique-se. Registre-se. Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0020364-21.2011.8.22.0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido: Cisnandes Francisco Braz, Maria Luiza dos Santos, Benedito Rodrigues Freire
DECISÃO :
VISTOS. I Partes legítimas e regularmente representadas.II - Considerando a liminar concedida às fls. 16 e a noticia da regularização do Sítio Aliança (fls. 20), defiro a produção de prova documental, com a juntada de novos documentos, até a data da audiência a seguir designada. III - Defiro a produção de prova testemunhal, cujo rol deverá ser apresentado com antecedência de 10 dias da audiência. As partes deverão trazer suas testemunhas independentemente de intimação. Caso contrário, o pedido de intimação das testemunhas através de mandado deverá ser justificado e o rol apresentado nos 20 dias anteriores à data da audiência. III - Designo a Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 19-09-2013, às 11 horas. IV Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0023521-65.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Arcendina Fontes Teixeira, Domingos Sartori, Elionice Touro Zambrini, Elsio Emerson Basso, Ivone Kruger do Nascimento
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado: Banco do Brasil S/A
DECISÃO :
DECISÃO Realizado bloqueio do valor total exequendo em ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 475-J, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, CONVOLO-O em penhora.Fica a parte executada intimada na forma do §1º do art. 475-J do Código de Processo Civil.Havendo apresentação de impugnação, dê-se vista ao exequente. Decorrido o prazo sem impugnação, certifique-se e tornem os autos conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0004741-43.2013.8.22.0001
Ação: Impugnação ao Valor da Causa (Cível)
Impugnante: Hernan Augusto Gomes, Darlene dos Santos da Costa
Advogado: José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Impugnado: Santo Antônio Energia S/A
Advogado: Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
DESPACHO :
VISTOS. Cumpra-se a parte final da DECISÃO de fls. 14, desapensem-se e arquivando-se estes autos. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0002750-32.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Areia Branca Material Basico Ltda
Advogado: Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244)
Requerido: Motriz Engenharia e Construções Ltda
Advogado: Antonio Pereira da Silva (RO 802)
DESPACHO :
VISTOS. Designo audiência de conciliação para o dia 19/09/2013 às 08h. Ficam as partes intimadas via seus advogados pelo Diário da Justiça (artigo 50 das Diretrizes Gerais Judiciais c/c artigo 238 do CPC).Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0003137-47.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Altemir Carvalho de Lima
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Oi S.a
Advogado: Rochilmer Rocha Filho ( ), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Renato Cavalcante ( )
DECISÃO :
VISTOS em saneador.Partes legítimas e bem representadas. Embora tenha havido pedido de oitiva de testemunhas, tal prova se mostra irrelevante, uma vez que se trata de inscrição em órgãos de restrição ao crédito, o que deverá ser comprovado documentalmente. Por tratar-se de matéria preponderantemente de direito, e por entender que os documentos que acompanham os autos são suficientes para o convencimento do Juízo, venham os autos conclusos para SENTENÇA . Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0004725-26.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Condominio Residencial Park Jamari
Advogado: Octavia Jane Silva Morheb (OAB/RO 1160)
Requerido: Almir Rodrigues Gomes
DECISÃO :
DECISÃO Realizada tentativa de bloqueio de ativos financeiros da parte executada, junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 475-J, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, o resultado foi negativo, uma vez que não houve bloqueio de valores.Fica a parte exequente intimada para indicar outros bens passíveis de penhora, impulsionando validamente o feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0001968-59.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Condomínio Parque Residencial Granville - Ana Matos
Advogado: Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues (OAB/RO 3798)
Requerido: Predial Administradora Imobiliaria Ltda
DECISÃO :
DECISÃO Realizada tentativa de bloqueio de ativos financeiros da parte executada, junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 475-J, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, o resultado foi negativo, uma vez que não houve bloqueio de valores.Fica a parte exequente intimada para indicar outros bens passíveis de penhora, impulsionando validamente o feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0020197-04.2011.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Francisco das Chagas Lino Aguiar
Advogado: Macsued Carvalho Neves (OAB/RO 4770)
Executado: D. P. de Oliveira Epp . Rondonáutica, Dirceu Piedade de Oliveira
Advogado: Mário Sérgio Leiras Teixeira (OAB/RO 1400)
DESPACHO :
VISTOS ,Considerando que já foram elaborados os expedientes cartorários necessários para a realização da hasta pública dos bens penhorados às fls. 78/79; considerando que o valor dos referidos bens já ultrapassa o limite da execução; considerando que a parte exequente não comprova a propriedade dos bens indicados às fls. 95, indefiro, por ora, a pretendida penhora, sendo conveniente o aguardo da tentativa de venda judicial já designada para data próxima (09/09/2013 e 19/09/2013). Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0000454-71.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Ivonil Silveira de Farias
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300), Patrícia Bergamaschi de Araújo (OAB/RO 4242)
Denunciado: Luciana F. de Martins de Lima, Jose Pereira Mendonca, HDI Seguros S/A
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688), Manuela Gselmann da Costa (RO 3511), Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
DECISÃO :
VISTOS. I Partes legítimas e regularmente representadas.II - Defiro a produção de prova testemunhal, cujo rol deverá ser apresentado no com antecedência de 10 dias da audiência. As partes deverão trazer suas testemunhas independentemente de intimação. Caso contrário, o pedido de intimação das testemunhas através de mandado deverá ser justificado e o

rol apresentado nos 20 dias anteriores à data da audiência. III - Designo a Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 25-09-2013, às 9 horas. IV Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0001798-53.2013.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: C e J Luminosos e Fachadas Ltda
Advogado: Sílvio Vinícius Santos Medeiros (OAB/RO 3015)
Requerido: Cleverton Araújo Hentges
DECISÃO :
DECISÃO Realizado bloqueio do valor total exequendo em ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, CONVOLO-O em penhora.INTIME-SE a parte executada na forma do §1º do art. 475-J do Código de Processo Civil.Havendo apresentação de impugnação, dê-se vista ao exequente. Decorrido o prazo sem impugnação, certifique-se e tornem os autos conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0005665-88.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Idathy Cardoso de Almeida
Advogado: José Gomes Bandeiras Filho (OAB/RO 816)
Requerido: Santo Antônio Energia S.A.
DESPACHO :
VISTOS. Considerando o pedido realizado na inicial e a falta de contestação da parte requerida, fica a parte autora intimada a especificar como será realizada a perícia pertinente, bem como será realizado o pagamento dos honorários periciais. Prazo de 05 dias. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0018567-73.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Augusto Luiz Santos Veiga, Eliezer Inacio dos Santos, Fauaz Nakad, Maria Geronima Vieira, Selma Aparecida Vieira Monteiro, Sandra Regina Vieira Cruz, Cilene Aparecida Vieira de Almeida, Salatiel Jose Vieira, Nelsi Fernando Somavilla, Raimundo Vieira Rolim, Reinaldo de Souza, Rivaldo da Silva, Rivaldo Gomes da Silva, Waldir Toze
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado: Banco do Brasil S/A
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS , etc. Realizado bloqueio do valor total exequendo em ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 475-J, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, CONVOLO-O em penhora.Considerando que a referida penhora condiz com o valor integral do débito da executada, o qual já foi objeto de impugnação, analisada às fls. 277/279, com fundamento nos arts. 794, I, c/c art. 795, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente execução de SENTENÇA . Faculto o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante a substituição por cópia às expensas da parte exequente. Custas na forma da lei.Expeça-se alvará em favor da parte exequente para levantamento do referido valor penhorado, no prazo de cinco dias.Em caso de inércia, proceda-se a transferência do referido valor para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG. Com o trânsito em julgado desta DECISÃO , procedam-se às baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos.P. R. I.C.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0022055-36.2012.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Pemaza S/A
Advogado: Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
Executado: Ossimidio de Souza Martins
Advogado: Paulo Henrique Gurgel do Amaral (OAB/RO 1361)
DESPACHO :
DECISÃO Realizada tentativa de bloqueio de ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, considerando o resultado negativo, uma vez que não houve bloqueio de valores, designo audiência de conciliação para o dia 04/09/2013 às 08h30. Ficam as partes intimadas via seus advogados pelo Diário da Justiça (artigo 50 das Diretrizes Gerais Judiciais c/c artigo 238 do CPC).Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0014211-35.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Flaézio Lima de Souza, Cezar Rafael Freitas Zoghbi, Marcelo José Alencar de Oliveira, Sandra Stphanovich Bressolin, Maristela Falcão Borges
Advogado: Daniele Meira Couto (RO 2400)
Requerido: Nelson Luiz Juchem
Advogado: Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235)
DECISÃO :
VISTOS em saneador.Em sua peça de defesa, o requerido arguiu preliminar de incompetência do Juízo, considerando que os autores são integrantes do Conselho de Fiscalização Profissional do Setor Imobiliário de Rondônia, devendo a ação ter sido proposta na Justiça Federal. Da mesma forma, arguiu preliminar de ilegitimidade ativa, pois nenhum dos autores foi citado no conteúdo do e-mail, tendo sido feita referência apenas ao CRECI/RO, o que também levaria ao julgamento do feito, sem a análise do mérito. As preliminares arguidas devem ser afastadas, pois os autores se sentiram ofendidos e por isso ingressaram com o presente feito, sem a participação do órgão ao qual representam, não sendo possível o deslocamento da competência deste Juízo e nem o julgamento do feito sem a análise do mérito. Partes legítimas e bem representadas. Defiro prova testemunhal, cujo rol deverá ser apresentado com antecedência de 10 dias da audiência. As partes deverão trazer suas testemunhas independentemente de intimação. Caso contrário, o pedido de intimação das testemunhas através de mandado deverá ser justificado e o rol apresentado nos 20 dias anteriores a data da audiência.Designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 24-09-2013, às 11 horas. Intimem-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0024173-82.2012.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido: Andreia Lista de Oliveira

DESPACHO :
VISTOS ,I - Indefiro o pedido de ofício às empresas de telefonia, nos termos do item I do DESPACHO de fls. 51II - Indefiro o pedido de expedição de ofício ao Denatran, eis que o sistema Renajud não se presta para a localização de endereço.III - Fica a parte autora intimada a se manifesar no prazo de cinco dias sobre a resposta obtida junto ao Banco Central, promovendo o impulsionamento válido do feito, sob pena de extinção e arquivamento.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0010248-19.2012.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Jucélia Pereira de Moura
Advogado: Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843)
Requerido: E. Silva de Azevedo Me
DESPACHO :
VISTOS. Indefiro, por ora, o pedido, tendo em vista que a citação por edital é medida extrema somente justificável após exauridas todas as diligências na busca do endereço do requerido. Dessa forma, deve a autora, no prazo de 10 (dez) dias, indicar o endereço atualizado do requerido para regular citação. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0016189-47.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Bom Apetite Restaurante e Serviços Ltda Me
Advogado: Izidoro Celso Nobre da Costa (OAB/RO 3361)
Requerido: J. B. S. Frigorífico Friboi S.a
Advogado: Paulo Roberto Zanchetta de Oliveira (211844 SP), Evandro de Macedo Lemos (SP 192684-E)
DECISÃO :
DECISÃO Realizado bloqueio do valor total exequendo em ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, referente ao saldo remanescente, CONVOLO-O em penhora.Fica a parte executada intimada na forma do §1º do art. 475-J do Código de Processo Civil.Havendo apresentação de impugnação, dê-se vista ao exequente. Decorrido o prazo sem impugnação, certifique-se e tornem os autos conclusos. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0026104-23.2012.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), ( )
Executado: Porto Júnior Construções Ltda, Rosemeire de Souza Nunes
DECISÃO :
DECISÃO Realizada tentativa de bloqueio de ativos financeiros da parte executada junto ao sistema BACEN-JUD, considerando o resultado negativo, uma vez que não houve bloqueio de valores, fica parte exequente intimada para indicar outros bens passíveis de penhora, impulsionando validamente o feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Maria Dulcenira Cruz Bentes
Sra.

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
Juiz de Direito OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Júlia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
JUIZ DIRETOR: pvhjuizcivel@tj.ro.gov.br
ESCRIVÃO: pvh3civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0012540-40.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rosecleide Martins Noé
Advogado: Vítor Martins Noé (OAB/RO 3035), Jaqueline Joice Rebouças Pires Noé (OAB/RO 5481)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
DECISÃO :
DECISÃO A autora ingressou com a presente ação ordinária postulando os seguintes pedidos: 1) tutela antecipada para: a) que fosse cancelada a ordem de corte do fornecimento de energia em seu imóvel;b) que fossem excluídas as inscrições em seu nome junto ao Serasa/SPC, promovidas ela ré;c) deferir o depósito da quantia, a título de fatura de energia, que entende devida com base nas últimas seis faturas;2) esclarecer a divergência no valor da fatura referente ao mês de dezembro/2012;3) ao final, confirmar as tutelas antecipadas, desconstituídos os valores indevidos apontados nas faturas dos meses de dezembro/2012 e março/2013; e4) condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais.Quando da propositura da ação havia a informação de que o nome da autora encontrava-se negativado junto ao SPC/Serasa em razão de débitos com vencimentos em 06/04/2013 (R$ 638,87) e 06/05/2013 (R$ 826,65) - Documento de fl. 34.Recebida a inicial foi determinado, em sede de tutela antecipada: a) que a requerida se abstivesse de proceder o desligamento da energia elétrica do imóvel da autora, em razão dos débitos apontados nesta lide (dezembro/2012 e março/2013 e a fatura com vencimento em 06/05/2013), até o julgamento final da ação, sob pena de multa diária de R$ 500,00; eb) que a requerida providenciasse a baixa da inscrição do nome da autora, no prazo de 48 horas, não podendo proceder nova inclusão pela mesma dívida (dezembro/2012, março/2013 e a fatura com vencimento em 06/05/2013), até o julgamento da lide, sob pena de multa diária de R$ 500,00.A ré tomou conhecimento da liminar deferida na data de 17/06/2013 (fl. 54). Contudo, conforme se verifica do documento de fl. 58, a requerida descumpriu a ordem judicial, procedendo o corte na data de 19/06/2013.Em razão disso houve novo pronunciamento judicial, onde restou determinado o imediato restabelecimento do serviço de energia sob pena de multa diária de R$ 2.000,00 (fl. 66).Na sequência a ré apresentou contestação de fls. 69/79.Posteriormente a autora veio novamente em juízo informar o descumprimento da ordem judicial por parte da ré, eis que seus dados foram novamente inscritos junto ao Serasa/SPC.Mais uma vez este juízo se pronunciou, concedendo a ordem para que fosse determinada a baixa do apontamento descrito à fl. 107, fatura no valor de R$ 1.465,52, com vencimento em 18/06/2013, deixando de elevar o valor da multa por se trarar de inscrição nova.Não satisfeita, a requerente protocolou novo pedido requerendo que fosse

determinado que a ré excluísse da fatura com vencimento no dia 13/08/2013 o valor de R$ 205,98 e expedir outra fatura para que pudesse efetuar o pagamento, além de reiterar o pedido de majoração da multa.Pois bem, nos termos do art. 460 do CPC “é defeso ao juiz proferir SENTENÇA , a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenanr o réu em quantidadade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.”Como já ressaltado, os pedidos formulados pela autora em sua exordial dizem respeito a ilegalidade do corte do fornecimento de energia decorrente de inadimplemento das faturas dos meses de dezembro/2012 e março/2013, revisão da fatura do mês de dezembro/2012, bem como desconstituição do valor da fatura do mês de dezembro/2012 e março/2013. Com a apresentação da contestação, ocorrida às fls. 69/79, o limites da lide restaram definidos, ou seja, somente deve ser apreciado o que foi efetivamente pedido na inicial.Em que pese ter sido deferida a tutela antecipada para que fosse promovida a exclusão dos dados da autora dos cadastros de inadimplentes do Serasa em decorrência do inadimplemento das faturas de energia elétrica com vencimentos em 18/06/2013, somente as faturas referente aos mês de dezembro/2012 e as com vencimentos em 06/04 e 06/05 de 2013 são objeto da lide..A discussão acerca da ilegalidade da inscrição do nome da autora junto ao Serasa decorrente do inadimplemento da fatura com vencimento em 18/06/2013, no valor de R$ 1.465,52 (fl. 107), não é objeto da lide.O mesmo se diga dos pedidos encartados às fls. 111/112, uma vez que não constaram do pedido inicial. Portanto, eventual discussão em torno destes pedidos deve ser efetivada em ação própria e não nesta, haja vista que com a apresentação da contestação o objeto da lide restou delimitado. Com estas considerações, TORNO SEM EFEITO a DECISÃO de fl. 110 e INDEFIRO os pedidos constantes às fls. 111/112. Manifeste-se a autora acerca da contestação apresentada. Prazo de 5 dias.Após, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0013618-40.2011.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Osmam Pereira de Andrade
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765)
Requerido: HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo
DECISÃO :
VISTOS. Em uma análise preliminar constata-se a aparência da legitimidade ativa e interesse processual, assim determino, com fulcro nos artigos 355 e 844 do Código de Processo Civil, que o Requerido exiba os documentos pleiteados pela parte Autora.O Requerido deverá atentar-se ao disposto no art. 357 do CPC “ O requerido dará a sua resposta nos 5 (cinco) dias subseqüentes à sua intimação. Se afirmar que não possui o documento ou a coisa, o juiz permitirá que o requerente prove, por qualquer meio, que a declaração não corresponde à verdade.”Cite-se para, em querendo, apresente sua defesa, no prazo de 5 dias (art. 802), consignando os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC).Atente-se o requerido de que, a não apresentação no prazo legal, acarretará a presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (artigo 803 do CPC).Vindo ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade.Intime-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0201905-55.2009.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Fábio Alexandre Abiorana Lucena (OAB/RO 3453)
Requerido: Andreia Sousa Alencar
DECISÃO :
VISTOS ,Mantenho DECISÃO de fls.52/53. Intime-se a exequente para que, no prazo de quinze dias, empreenda diligências e as comprove nos autos, dando prosseguimento ao feito. Caso não se manifeste no prazo supra indicado, deverá ser intimada pessoalmente para, no prazo de 48 horas, dar andamento ao feito, sob pena de extinção com base no artigo 267, inciso III, do CPC. Intime-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0006914-40.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sonia Rodrigues Simoes
Advogado: HÂnderson SimÕes da Silva (OAB/RO 3279)
Requerido: Guarujá Construções Ltda, O Porto Imóveis Ltda, Savana Construções Ltda
DESPACHO :
DESPACHO Esclareça a parte Autora, no prazo de 05 (cinco) dias, o que pretende com a presente ação, tendo em vista que nomeia a ação como sendo “Ação Ordinária de Indenização por Danos Morais”, todavia, pleiteia medida cautelar que não corresponde com o procedimento pretendido. Outrossim, caso a Autora pretenda o seguimento pelo rito Cautelar, deve adequar o valor dado à causa, devendo este corresponder ao valor do bem que pretende arrestado, sob pena de indeferimento (art. 283, CPC).Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0013365-81.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Altanir da Silva Santos
Advogado: Reginaldo Ferreira Lima. (RO 2118)
Requerido: Banco do Brasil S/A
DECISÃO :
VISTOS ,Faça constar dos autos que o requerente é pessoa idosa na forma da lei, devendo o feito ter prioridade na tramitação, nos moldes da lei 10.471/03 (Estatuto do Idoso). Recebo a Emenda à Inicial. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos dos arts. 5º, LXXIV da CF e 4º da Lei 1.060/50.Cite-se o Requerido para que, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação, nos termos do art.327 do CPC.Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação.Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC.Intimem-se e cumpra-se. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015891-21.2013.8.22.0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Egesa Engenharia Sa
Advogado: Leonardo Silva Fontes (OAB/MG 103170), Mara Dayane de Araújo Almada (OAB/RO 4552)
Embargado: Rondobrita Materiais de Construção Ltda
DECISÃO :
VISTOS. Recebo os embargos, sem efeito suspensivo, nos termos do artigo 736 do Código de Processo Civil.Intime-se o Embargado para, querendo, oferecer impugnação em 15 dias (CPC, art.740).Havendo impugnação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas ao(a) Embargante para réplica.Não ocorrendo a hipótese anterior, intimem-se as partes representadas a se manifestar quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade.Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada a se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intme-se nos moldes do art. 267, § 1º do CPC.Certifique-se no processo principal o recebimento destes embargos, sem efeito suspensivo. Apensem-se aos autos da ação principal.Intimem-se.VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015445-18.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Recol Distribuição e Com. Ltda
Advogado: Ricardo Pantoja Braz (OAB/RO 5576)
Requerido: COMÉRCIO POPULAR DE PRODUTOS FARMACEUTICOS IMP. E EXP. LTDA, Centro Pague Menos Comércio Representações Lda, Com.central Supermercados e Com de Varejo e Atacado Ltda, Francisco M. Araújo Imp. Exp. Me Drogaria & Conv. Pague Menos
DESPACHO :
VISTOS. Postergo a análise do pedido de antecipação de tutela para depois do decurso do prazo da apresentação da contestação.Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC).Cumpra-se.VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015789-96.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Augustinho Lino da Silva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco Bv Financeira Sa
DESPACHO :
VISTOS. Complemente-se a inicial, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial, devendo o patrono do Requerente assinar a inicial, pois a mesma encontra-se apócrifa. Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0013980-71.2013.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Idemar Ribeiro Alves, Vilmar Alves, Irani Ribeiro Alves, Iracilda Alves Batista, Ivani Ribeiro Alves, Adenilson Quirino, Antonio José da Silva, Jordimar Rodrigues de Moura, Dorival Vicente, Expedito Cicero de Medeiros, Geneir Macedo da Silva, Israel Chiquilito, JoÃo Francisco Alves, JoÃo Rodrigues
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado: Banco do Brasil S. A.
DESPACHO :
VISTOS Nos termos do art. 475-B e art. 475-J do CPC, intime-se o executado pessoalmente, por AR, para pagar o valor do débito, executado no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios da execução, que ora arbitro em 10%, salvo havendo impugnação, caso em que serão majorados. Com a intimação, encaminhe-se também a contrafé existente nos autos. Decorrido o prazo sem pagamento, intime-se o autor para atualizar o débito, incluindo a multa e honorários, e requerer o que entender pertinente para prosseguimento do feito. Cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0099400-83.2009.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Joselia Valentim da Silva
Advogado: Verônica Fátima Brasil dos Santos Reis Cavalini (OAB/RO 1248)
Executado: Sebastião Nicacio da Silva, Paulo Henrique Martins de Souza
DESPACHO :
DESPACHO Antes de decidir o pleito de fls.54/56, oficie-se ao IDARON para que informe se há bens de propriedade do Sr.Sebastião Nicacio da Silva; anotando-se como prazo de resposta 15 dias.Com a resposta do ofício, manifeste-se a exequente, no prazo de 05 dias.Após, conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0003175-30.2011.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Gerson Camilo Ferreira
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido: Banco Santander Brasil S/A
DECISÃO :
VISTOS. Em uma análise preliminar constata-se a aparência da legitimidade ativa e interesse processual, assim determino, com fulcro nos artigos 355 e 844 do Código de Processo Civil, que o Requerido exiba os documentos pleiteados pela parte Autora.O Requerido deverá atentar-se ao disposto no art. 357 do CPC " O requerido dará a sua resposta nos 5 (cinco) dias subseqüentes à sua intimação. Se afirmar que não possui o documento ou a coisa, o juiz permitirá que o requerente prove, por qualquer meio, que a declaração não corresponde à verdade."Cite-se para, em querendo, apresente sua defesa, no prazo de 5 dias (art. 802), consignando os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC).Atente-se o requerido de que, a não apresentação no prazo legal, acarretará a presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (artigo 803 do CPC).Vindo ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade.Intime-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015737-03.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edna Soares Gomes
Advogado: Jhonatas Emmanuel Pini (OAB/RO 4265)
Requerido: Banco do Brasil S/A

DESPACHO :
DESPACHO Para que haja a concessão do benefício da justiça judiciária gratuita é necessário que se comprove a necessidade de tal, pois a mera declaração de pobreza não basta para o deferimento do pedido. É o entendimento do nosso e. Tribunal: AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. Interposto erroneamente o agravo regimental ao invés de agravo interno, é possível o seu conhecimento com fulcro no princípio da fungibilidade. A simples declaração de pobreza para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art.5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência de elementos objetivos, impossibilita a concessão. Na caso concreto a parte interessada, funcionário público, desincumbiu-se do dever de comprovar a situação de necessidade alegada. Recurso não provido. (Agravo n.0004058-43.2012.8.22.0000, Relator Desembargador Raduan Miguel Filho, j. 19/06/2012). Dessa forma, concedo a parte autora o prazo de 10 (dez) dias para que junte aos autos comprovante de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, etc,) ou recolha devidamente as custas, sob pena de extinção e arquivamento do feito.Cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0008609-63.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco das Chagas Sampaio de Carvalho
Advogado: Paulo José Borges da Silva (OAB/AC 3306)
Requerido: Banco Santander S.A.
DESPACHO :
VISTOS. Recebo a emenda à inicial e determino que a escrivania proceda a retificação do nome do Requerido e sua qualificação para que passe a constar o nome BANCO DO BRASIL S.A.Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC).Cumpra-se.VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015880-89.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Itaú Unibanco S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/AC 3266A), Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329)
Executado: Time Serviços Ltda ME, Adriana Oliveira dos Santos
DESPACHO :
VISTOS. Cite-se por Oficial de Justiça via mandado, para que o Executado efetue o pagamento da dívida e dos honorários advocatícios, ou nomeie bens à penhora no prazo de 3 (três) dias do ato da Citação, salientando que o prazo para apresentação de defesa é de 15 (quinze) dias, fazendo constar do mandado que, no caso de pagamento em 3 (três dias), os honorários advocatícios serão reduzidos à metade. Fixo honorários da execução em 10%, salvo embargos. Não ocorrendo o pagamento ou a nomeação de bens, realize-se de imediato a penhora on line. Em sendo infrutífera, que seja, então, determinado a penhora e avaliação dos bens do devedor via Oficial de Justiça, podendo, na oportunidade, caso não seja o devedor encontrado, arrestar-lhe tantos bens quanto sejam necessários para garantir a execução, cumprindo com o que dispõe o art. 653, parágrafo único do CPC.Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC.Cumpra-se. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015788-14.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Augustinho Lino da Silva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: BANCO BMG SA.
DESPACHO :
VISTOS. Em uma análise preliminar constata-se a aparência da legitimidade ativa e interesse processual, assim determino, com fulcro nos artigos 355 e 844 do Código de Processo Civil, que o Requerido exiba os documentos pleiteados pela parte Autora.O Requerido deverá atentar-se ao disposto no art. 357 do CPC " O requerido dará a sua resposta nos 5 (cinco) dias subseqüentes à sua intimação. Se afirmar que não possui o documento ou a coisa, o juiz permitirá que o requerente prove, por qualquer meio, que a declaração não corresponde à verdade."Cite-se para, em querendo, apresente sua defesa, no prazo de 5 dias (art. 802), consignando os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC).Atente-se o requerido de que, a não apresentação no prazo legal, acarretará a presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (artigo 803 do CPC).Vindo ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade.Intime-se e cumpra-seVIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015857-46.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Itaucard S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido: Marcelo Lima da Silva
DECISÃO :
VISTOS Comprovada a celebração entre as partes de cédula de crédito bancário com alienação fiduciária em garantia, a existência de saldo devedor impago e a mora do devedor (demonstrada através de instrumento de protesto com intimação por edital, sendo certo que o devedor pode ser intimado do protesto do título pessoalmente, por meio de carta registrada ou pela publicação de edital e que a lei determina apenas que a mora deve ser comprovada por meio do protesto do título, não especificando qual a forma da intimação deste, de modo que válida), DEFIRO A LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO, nos termos do art. 3º, §§ 1º a 4º, do Dec. Lei 911/69, alterados pelo art. 56, da Lei nº 10.931/04, reputando presentes os requisitos ensejadores da concessão da medida. Executado o mandado liminar e entregue o bem em mãos do depositário indicado pelo credor, cite-se, incontinenti, o devedor fiduciante para, querendo, reaver o bem, mediante o pagamento integral da dívida pendente, o que deverá ser feito no prazo de que trata o art.3º,

§ 1º, do Decreto lei n. 911/69 e/ou contestar a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da execução da liminar (art. 3º, § 3º, Decreto Lei 911/69). Efetuado o pagamento a Requerente deverá restituir o veículo ao Requerido, comprovando nos autos. Considerando o prazo de que dispõe o devedor para reaver o bem, determino que, realizada a apreensão do veículo objeto da alienação, o mesmo permaneça em depósito nesta Comarca, até o escoamento daquele prazo, sob pena de multa no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais). Decorrido aquele prazo, fica desde já autorizado o credor fiduciário a pleitear a expedição de novo certificado de registro de propriedade em seu nome ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária. Defiro os benefícios contidos no §2º do art.172 do CPC.Intimem-se e cumpra-se.VIAS DA PRESENTE SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0020353-89.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Domingos Luiz de Souza
Advogado: Quênede Constâncio do Nascimento (OAB/RO 3631), Daniella Tomaz Sidrim (OAB/RO 4417)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Rafael Ferreira Batista (OAB/RO 4182), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
SENTENÇA :
SENTENÇA Domingos Luiz de Souza propôs ação de cobrança de seguro obrigatório por danos causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT), em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., ambos já qualificados, alegando em síntese, que em 09/08/10 foi vítima de acidente de transito que culminou em invalidez permanente consistente em lesões neurológicas que cursam com dano cognitivo comportamental.Sustentou que a lei n.6.194/74 lhe ampara para recebimento de indenização no montante de R$6.600,00, já que recebeu R$6.900,00 administrativamente. Requereu a procedência do pedido com a condenação da requerida ao pagamento da indenização do seguro DPVAT, no valor de R$6.600,00, corrigido monetariamente pelo IGPM, a partir do ajuizamento da ação e acrescido de juros legais de 1% ao mês a contar da citação. Postulou o benefício da gratuidade judiciária. Juntou documentos.Recebido o feito em rito sumário, designou-se audiência de conciliação, na qual proposta tentativa de conciliação restou infrutífera, ocasião em que a ré apresentou contestação arguindo preliminar de carência de ação, sob o fundamento de que não estaria presente o interesse de agir, porquanto o autor não teria feito requerimento administrativo prévio. No mérito, asseverou que não prova da alegada invalidez permanente, consubstanciada na falta de laudo emitido pelo IML, tampouco a existência de nexo causal entre o acidente e a lesão; que está vigente a lei n. 11. 945/09 que fazem distinção dos graus de invalidez auferidos em perícia para fins de pagamentos de indenização e, por fim, pediu a improcedência da ação.Oportunizada réplica, sobrevindo DECISÃO saneadora que deferiu a produção de prova pericial para aferir ocorrência, grau e a extensão da lesão, porém embora devidamente intimado, o autor não compareceu, vindo os autos conclusos.Relatados, DECIDO. Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).No presente caso, a questão de mérito dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 330, inciso I do Código de Processo Civil.Suscitou o requerido preliminar de carência de ação, sob o fundamento de que não estaria presente o interesse de agir, porquanto o autor não teria feito requerimento administrativo prévio.Entretanto, é direito fundamental ao cidadão ver as lesões ou ameaças a seus direitos serem apreciadas pelo Poder Judiciário, não se podendo exigir tenha o interessado esgotado as vias administrativas antes de ingressar em juízo para cobrar de seu devedor, com o que pode retirar-lhe o direito de amplo acesso ao Judiciário, descumprindo, assim, com uma garantia constitucional. Sobre o tema, Cândido Rangel Dinarmarco leciona: A exigência de documentos indispensáveis acompanhando a petição inicial diz respeito à correta propositura da demanda, como pressuposto de admissibilidade do julgamento do mérito (pressuposto processual: supra, nn. 503, 833 e 834). O art. 283 não tem o significado de confinar estritamente ao momento de ajuizamento da petição inicial a possibilidade de serem trazidos quaisquer documentos pelo autor. São documentos indispensáveis à propositura da demanda somente aqueles sem os quais o mérito da causa não possa ser julgado, como a certidão de casamento na ação de separação judicial, a escritura pública e registro nas demandas fundadas em direito de propriedade, o instrumento do contrato cuja anulação se vem pedir etc. Não se incluem na exigência do art. 283 do Código de Processo Civil os demais possíveis documentos que o autor traria ou trará ao processo depois, ainda que importantes para que, no mérito, sua demanda seja julgada procedente. Em uma demanda de ressarcimento por responsabilidade extracontratual, p.ex., não há nenhum documento indispensável justamente porque o julgamento da causa não tem por pressuposto qualquer relação jurídica precedente entre as partes (CC, art.159) (Instituições de Direito Civil, vol. III, São Paulo: Malheiros, 2005, p. 379/380).Assim sendo, ao se exigir do autor que comprove o esgotamento das vias administrativas para que possa ingressar em juízo, estar-se-ia criando um grave obstáculo ou mesmo impedindo o seu acesso ao Judiciário para pleitear o reconhecimento do direito que alega possuir, por força de disposição constitucional. Logo, não pode prevalecer exigência neste sentido. Nesse sentido: SEGURO DPVAT. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. RECURSO PROVIDO.A extinção do processo por ausência de prévio requerimento administrativo, ofende o direito de acesso à justiça. É desnecessário o esgotamento da via administrativa para a propositura da ação de cobrança do seguro DPVAT.SENTENÇA que se anula. (TJRO, Ap. Cível n.0007412-70.2012.8.22.0002, Rel. Des. Sansão Saldanha, J. 12/03/2013) Afasto a preliminar suscitada e passo a análise do mérito.O seguro DPVAT foi criado visando à cobertura de indenização aos beneficiários que vierem a óbito ou sofrerem lesões em decorrência de sinistro ocasionado por veículos automotores em via terrestre. Para que tal direito seja concretizado, a lei exigiu meras formalidades ao segurado ou aos seus beneficiários, desde que demonstrado a ocorrência do sinistro, do dano e o nexo de causalidade entre estes eventos. Com efeito, a ausência do autor à prova pericial inviabilizou, por completo, a possibilidade de se aferir

aocorrência, grau e a extensão da lesão do mal que disse ser portador. Há apenas parecer particular por ela produzido unilateralmente, fl.16, expressamente impugnado pela ré, que não participou de sua colheita.Igualmente não trouxe indícios que justificassem as escusas referentes à impossibilidade de comparecimento, em razão da distância, ou da dificuldade de locomoção. A propósito: SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)-COBRANÇA - ALEGAÇÃO DE INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR À PERÍCIA MÉDICA DETERMINADA - AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA - PRECLUSÃO DA PROVA AUTOR QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS, NOS TERMOS DO ART. 333, I, DO CPC - IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO CONFIRMADA - RECURSO NÃO PROVIDO. A ausência injustificada do autor na perícia médica determinada, implica na preclusão da prova, e assim, diante da não comprovação da alegada invalidez decorrente do sinistro, cujo ônus a ele pertencia, a teor do disposto no art. 333, I, do CPC, de rigor a manutenção integral da SENTENÇA , que julgou improcedente a ação, cujos fundamentos se adotam como razão de decidir na forma do art. 252 do Regimento Interno deste Tribunal. (TJ-SP - APL: 19939229201182601 00 SP 0199392-29.2011.8.26.0100, Relator: Paulo Ayrosa, Data de Julgamento: 04/09/2012, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 04/09/2012)Destarte, a ausência do autor à perícia acarreta a improcedência do pedido indenizatório, pela frustração da prova que lhe incumbia fazer do fato constitutivo do seu direito, quando da distribuição do respectivo ônus.Ante o exposto, com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil, JULGO, por SENTENÇA com resolução de mérito, IMPROCEDENTE o pedido contido na inicial.CONDENO o réu no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes que arbitro em R$700,00, sobre o valor atribuído à causa, nos termos do art.20, § 4º do CPC, ficando, todavia, a exigência de tais verbas diferida nos termos do artigo 572 do Código de Processo Civil, ou seja, condicionada ao implemento do § 2º, do artigo 11 e 12 da Lei 1.060/50, provando-se em cinco anos a cessação da hipossuficiência financeira.P.R.I.CPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0012846-77.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Harley Roberto Oliveira de Melo e Silva
Advogado: Wanderly Lessa Mariaca (OAB/RO 1281)
Requerido: Banco Itaú S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
DECISÃO :
VISTOS ,Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0002416-66.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Andréa Gomes da Silva
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco GMAC S.A.
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/GO 21593), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), João Diego Raphael Cursino Bonfim ( )
DECISÃO :
VISTOS ,Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0022711-61.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Leonardo Ferreira de Melo
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: TAM - Linhas Aéreas S/A
Advogado: Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
DECISÃO :
VISTOS ,Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0023046-46.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: SILVECLER CORTIJO DE CAMPOS
Advogado: Francisco Alves Pinheiro Filho (OAB/RO 568), Carla Begnini Pinheiro (OAB/RO 778)
Requerido: Sociedade Mantenedora de Pesquisa, Educação, Assistência, Comunicação e Cultura Maria Coelho Aguiar
Advogado: Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796), Marcos Rodrigo Bentes Bezerra (OAB/RO 644), Samir Raslan Carageorge (OAB/RO 616E), Jorge Fernandes Neto (OAB/RO 5468)
DECISÃO :
VISTOS ,Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0022242-44.2012.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Henrique Jorge de Queiroz Bastos
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido: Banco Bmg S.a.
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DECISÃO :
VISTOS ,Recebo a apelação em seu efeito devolutivo, nos termos do art. 520, IV do CPC.Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0022500-54.2012.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Edgerson Augusto Flores
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
DECISÃO :
VISTOS. Recebo a apelação em seu efeito devolutivo nos termos do art. 520, IV do CPC.Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0000967-05.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Nelson Brzezinski
Advogado: Francisco Alves Pinheiro Filho (OAB/RO 568)
Requerido: Banco Itaucard Sa
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB/RN 392A), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407), Thiago Jose Carmo de Lima (OAB/RN 10.116), Lucas Gustavo da Silva (OAB/RO 5146)
DECISÃO :
VISTOS ,Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0022426-97.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Ozanir Vieira Rodrigues
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Americel S A Claro
DECISÃO :
VISTOS ,Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0001140-29.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Campolim de Almeida Neto
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido: BANCO BMG SA.
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
DECISÃO :
VISTOS ,Recebo a apelação em seu efeito devolutivo, nos termos do art. 520, IV do CPC.Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0012332-27.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Joel dos Santos Neves
Advogado: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Requerido: Anderson Teramoto, Raimundo Ferreira Rios
Advogado: Raimundo Ferreira Rios (OAB/RO 2331), Anderson Teramoto (OABRO 210), Raimundo Ferreira Rios (OAB/RO 2331)
DECISÃO :
VISTOS ,Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0014474-04.2011.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Eder Veloso da Silva
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407), Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
DECISÃO :
DECISÃO Dispõe o art. Art. 511 do CPC: No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.No caso, não comprovou o recorrente o recolhimento do preparo recursal, ainda que em valor inferior, não sendo o caso de intimação para complementação, conforme §2º do art. 511.Desta forma, diante da ausência de recolhimento do preparo recursal o recurso não pode ser recebido por lhe faltar requisito extrínseco.Posto isso, deixo de receber o recurso interposto.Transitada em julgada esta DECISÃO , arquivem-se os autos. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0095609-09.2009.8.22.0001
Ação: Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante: Everaldo de Sousa Marçal
Advogado: Aline Daros (OAB/RO 3353)
Embargado: Banco Finasa S. A.
Advogado: Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519)
DECISÃO :
VISTOS ,Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0013871-62.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: José Cairo dos Santos
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Bradesco Vida e Previdência
Advogado: Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910), Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
DECISÃO :
VISTOS ,Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0005130-96.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eufrásio Augusto da Silva
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Dibens Leasing S/A- Arrendamento Mercantil
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
DECISÃO :
VISTOS ,Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0010083-06.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eleilson Bispo Andrade
Advogado: Arlindo Carvalho dos Santos (OAB/RO 4550)
Requerido: Gnose Empresa Educacional Ltda
Advogado: Pedro Kirk da Fonseca (OAB/SP 142256), Maurício Grego Veiga (OAB/SP 151503), Max Schmidt (OAB/SP 210672), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
DECISÃO :
VISTOS ,Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0219855-77.2009.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Simone Santos Oliveira
Advogado: Filipe Conesuque Gurgel do Amaral (OAB/RO 3334)
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
DECISÃO :
VISTOS. Dispõe o art. Art. 511 do CPC: No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.No caso, não comprovou o recorrente o recolhimento do preparo recursal, ainda que em valor inferior, não sendo o caso de intimação para complementação, conforme 2º do art. 511.Desta forma, diante da ausência de recolhimento do preparo recursal o recurso não pode ser recebido por lhe faltar requisito extrínseco.Posto isso, deixo de receber o recurso interposto.Transitada em julgada esta DECISÃO , arquivem-se os autos. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0011020-16.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sebastiao Adelino Angelo
Advogado: Paulo Roberto da Silva Maciel (OAB/RO 4132), Paulo Fernando Lérias (OAB/RO 3747)
Requerido: Eletrobras Distribuição Rondônia
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571), Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285), Pedro Origa Neto (OAB/RO 2-A)
DECISÃO :
VISTOS ,Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0013293-31.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Júlio Oliveira da Silva
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Fiat S.A.
Advogado: Melanie Galindo Martinho (OAB/RO 3793)
DECISÃO :
VISTOS ,Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0003562-45.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Luiza Melo
Advogado: Juarez Paulo Bearzi (OAB/RO 752), Maria da Conceição Ambrósio dos Reis (OAB/RO 674)
Requerido: FZ VEICULOS LTDA
DECISÃO :
VISTOS ,Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0020953-76.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Laercio Souza Vieira
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Safra Sa
Advogado: Celso Marcon (OAB/AC 3266A), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329)
SENTENÇA :
SENTENÇA Ante o noticiado, homologo o acordo firmado entre as partes para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil.Expeça-se o necessário.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de recolhimento das custas, mediante apresentação de cópias.Transitado em julgado esta DECISÃO , arquivem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015336-72.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Laercio Souza Vieira
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Requerido: Banco J. Safra S.A.
Advogado: Celso Marcon (OAB / RO 3700)
SENTENÇA :
SENTENÇA Ante o noticiado, homologo o acordo firmado entre as partes para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil.Expeça-se o necessário.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de recolhimento das custas, mediante apresentação de cópias.Translade-se cópia do acordo para estes autos.Transitado em julgado esta DECISÃO , arquivem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0000759-26.2010.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831), Pablo Rosa Corrêa Carneiro de Andrade (OAB/RO 4635)
Requerido: Jair Gomes da Silva
DESPACHO :
VISTOS. A homologação do acordo está condicionada a vinda de procuração outorgada pela autora ao advogado subscritor do termo de acordo.Fixo o prazo de 05 dias.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0020388-15.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Rone Caetano Soares
Advogado: Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes ( ), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210), Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)
SENTENÇA :
SENTENÇA Ante o noticiado, homologo o acordo firmado entre as partes para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, III, do Código de Processo

Civil.Expeça-se o necessário.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de recolhimento das custas, mediante apresentação de cópias.Transitado em julgado esta DECISÃO , arquivem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0160114-43.2008.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Lima & Holanda Cavalcanti Ltda Me
Advogado: Patricia Holanda Rocha (OAB/RO 3582)
Requerido: Tiara Martell
SENTENÇA :
SENTENÇA Ante o noticiado, homologo o acordo firmado entre as partes para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil.Expeça-se o necessário.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de recolhimento das custas, mediante apresentação de cópias.Transitado em julgado esta DECISÃO , arquivem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0219441-89.2003.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Adriana Silva de Macedo
Advogado: Anísio Raimundo Teixeira Grécia (OAB/RO 1910), Jucilene Santos da Cunha (OAB/RO 331B), Lélia de O.r. Gomes Neta (OAB/RO 4308)
Requerido: Banco Industrial e Comercial S/A
Advogado: Marcus Vinicius Prudente (OAB/RO 212)
DESPACHO :
VISTOS. Manifeste-se o exequente quanto a petição de fls. 198/199 requerendo o que entender necessário, no prazo de 03 dias, sob pena de extinção por satisfação do débito.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015051-79.2011.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831), Izidoro Celso Nobre da Costa (OAB/RO 3361)
Requerido: Gloria Inez Jouayed Almeida Fernandes
Advogado: Nery Alvarenga (OAB/RO 470A)
DESPACHO :
VISTOS. A homologação do acordo está condicionada a assinatura da requerida na petição de fls. 32/33 ou a juntada aos autos de procuração desta outorgando poderes ao advogado subscritor do termo de acordo.Fixo o prazo de 05 dias.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0017503-62.2011.8.22.0001
Ação: Consignação em Pagamento
Consignante: Laercio Souza Vieira
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Consignado: Banco J. Safra S.A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/AC 3266A), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
SENTENÇA :
SENTENÇA Ante o noticiado, homologo o acordo firmado entre as partes para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil.Expeça-se o necessário.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de recolhimento das custas, mediante apresentação de cópias.Translade-se cópia do acordo para estes autos.Transitado em julgado esta DECISÃO , arquivem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0018076-23.1999.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Luiza Centeno Nogueira
Advogado: Maria da Conceição Souza Vera (OAB/RO 573)
Executado: Jorge Osvaldo Pereira da Silva
Advogado: Jorge Osvaldo Pereira da Silva (OAB/RO 341)
DESPACHO :
DESPACHO Requeira a exequente o que entender de direito no prazo de 5 dias.Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se nos termos do § 1º do art. 267 do CPC.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0042065-24.2000.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Construtora Gomes Ltda
Advogado: Hiram Souza Marques ( )
Requerido: Electra Construções Elétricas Ltda
Advogado: Paulino Palmerio Queiroz (RO 208.A)
DESPACHO :
DESPACHO Mantida a DECISÃO de fls. 250/251, requeira o autor o que entender de direito no prazo de 5 dias.Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se nos termos do § 1º do art. 267 do CPC.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0018404-93.2012.8.22.0001
Ação: Desapropriação
Requerente: Interligação Elétrica do Madeira S.a Ie Madeira
Advogado: Dijalma Mazali Alves (OAB/MS 10279)
Requerido: Lenir Conceicao dos Santos, Silas Neiva de Carvalho
Advogado: Rodrigo Tosta Giroldo (OAB/RO 4503)
DECISÃO :
DECISÃO Considerando a manifestação da requerente (fl. 218) no sentido de que já se encontra na posse do imóvel, bem como concordando que os réus procedam com o levantamento do equivalente à 80% do valor depositado à fl. 84, DEFIRO o postulado às fls. 152/153Outrossim, em atenção ao pedido de fl. 157, DEFIRO a expedição de alvará em favor do senhor Perito para levantamento da quantia depositada à fl. 151. Providencia a escrivania com a expedição dos respectivos alvarás.No mais, as partes deverão se manifestarem acerca do laudo pericial no prazo comum de 10 dias.Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos para DECISÃO .Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Julia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial

3º Cartório Cível
Juiz de Direito OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Júlia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
JUIZ DIRETOR: pvhjuizcivel@tj.ro.gov.br
ESCRIVÃO: pvh3civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0172050-31.2009.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Michel Fernandes Barros
Advogado: Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Executado: Maria Gilza Pereira Goncalves
AR Negativo:
Manifeste-se a parte ré sobre a juntada de AR NEGATIVO, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0020657-88.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Anderson de Jesus
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Vinicius de Lima Ruiz, Maria Alves de Lima Ruiz, United Auto Nagoya ComÉrcio de VeÍculos Ltda
Advogado: Flávio Kendi Hiasa (OAB/SP 234397), Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173), Henrique Oliveira Junqueira (OAB/RO 4214)
AR Negativo:
Manifeste a parte autora sobre a juntada de AR NEGATIVO, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0251723-73.2009.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Gerenciamento Técnico Imobiliário Ltda
Advogado: Maria Inês Spuldaro (OAB/RO 3306)
Executado: L. A. de Araujo
Advogado: Laercio Batista de Lima (OAB/RO 843)
AR Negativo:
Manifeste-se a parte executada sobre a juntada de AR NEGATIVO, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0013273-11.2010.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados - NPL I
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830), José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669)
Requerido: Distribuidora Jamary Ltda
AR Negativo:
Manifeste a parte autora sobre a juntada de AR NEGATIVO, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0019862-48.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Deuzimar Vanderley da Silva
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0009287-49.2010.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Camargo e Oliveira Ltda Yellow Confecções
Advogado: Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020), Renato Djean Roriz de Assumpção (OAB/RO 3917)
Executado: Amanda Silva Dias de Almeida
AR Negativo:
Manifeste-se a parte executada sobre a juntada de AR NEGATIVO, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0017314-50.2012.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: V. Sperotto Importação e Exportação
Advogado: Caroline Carranza Fernandes Arnuti (OAB/RO 1915), Tadeu Fernandes (OAB/RO 79A), José Carlos Leite Júnior (OAB/PR 22224)
Executado: Waldemir Martins Lemos
Termos de penhora:
Fica a parte Exeqüente, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre os termos da penhora e avaliação elencados no auto de fls.31/33.

Proc.: 0021137-32.2012.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Venezia Iveco Venezia Comercio de Caminhoes Ltda
Advogado: Maria Inês Spudaro (3306), Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930), Bruna Guimarães da Costa (OAB/RO 4249), Gabriela Guizelini Bouchabki Pellucio (OAB/RO 4623)
Requerido: Valney Cristian Pereira de Moraes
AR Negativo:
Manifeste-se a parte autora sobre a juntada de AR NEGATIVO, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0011766-15.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Roberto Machado
Advogado: Gersey Silva de Souza (OAB/AC 3086), Rosimar Francelino Maciel (OAB/RO 2860)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0022799-02.2010.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Metalurgica Amazonia Esquadrias de Ferro Ltda EPP
Advogado: Elda Luciana Oliveira Melo (OAB/RO 3924)
Executado: Sergio de Souza Pires
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0024076-82.2012.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Instituto Euvaldo Lodi Iel Dr Ro
Advogado: Mileisi Luci Fernandes (OAB/RO 3487)
Executado: Rs Petshop Ltda
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0024078-52.2012.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Instituto Euvaldo Lodi Iel Dr Ro
Advogado: Mileisi Luci Fernandes (OAB/RO 3487)
Executado: Empresa de Pecas Rondonia Ltda.
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0021383-28.2012.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Remopeças Retífica de Motores e Peças Ltda EPP
Advogado: Maria Inês Spudaro (3306), Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930), Bruna Guimarães da Costa (OAB/RO 4249)
Requerido: José Alves dos Santos
AR Negativo:
Manifeste-se a parte autora sobre a juntada de AR NEGATIVO, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0016270-30.2011.8.22.0001
Ação: Despejo (Cível)
Requerente: Maria Nazaré Prado Silva
Advogado: Renata Fabris Pinto (RO 3126), Gabriel de Moraes Correia Tomasete (OAB/RO 2641)
Requerido: Johann Dieggo Vargas da Silva Vieira
AR Negativo:
Manifeste-se a parte autora sobre a juntada de AR NEGATIVO, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0025206-10.2012.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Eletrotel Eletricidades e Telecomunicações Ltda
Advogado: Jussier Costa Firmino (OAB/RO 3557)
Requerido: Eplan - Engenharia, Planejamento e Eletricidade Ltda
AR Negativo:
Manifeste-se a parte autora sobre a juntada de AR NEGATIVO, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0022119-80.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Casa do Padeiro de Rondônia Ltda
Advogado: Daniel Henrique de Souza Guimarães (OAB/GO 24534)
Requerido: Metalúrgica Jcv Ltda, Silveiras Braz Empreendimentos e Participações Ltda, Montreal Tecnologia de Ativos Ltda
AR Negativo:
Manifeste-se a parte autora sobre a juntada de AR NEGATIVO, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0010399-19.2011.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Fabio Chianca de Morais
Advogado: Júlio Cley Monteiro Resende (OAB/RO 1349), Pedro Wanderley dos Santos (OAB/RO 1461)
Executado: F. F. Restaurante Café Madeira Ltda ME
AR Negativo:
Manifeste-se a parte executada sobre a juntada de AR NEGATIVO, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0017208-88.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ivanildo Leite da Silva
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0026106-90.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo mato Pissini (OAB RO 4567)
Requerido: Teixeira Gosman de Paula Ltda Epp, Joao Aristides Teixeira Junior, Edicarlo Gosman de Paula
AR Negativo:
Manifeste-se a parte autora sobre a juntada de AR NEGATIVO, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0019453-43.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro Ltda
Advogado: Renata Alice Pessôa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)
Requerido: Alberto de Souza Barros
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689)
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0021640-24.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Hozano Leite Barbosa
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: União P F N
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0023608-21.2012.8.22.0001
Ação: Despejo (Cível)
Requerente: Pneuminas Sa Ind e Com Filial
Advogado: Maurilio Pereira Júnior Maldonado (OAB/RO 4332)
Requerido: Rodotec Transportes e Logistica Ltda
AR Negativo:
Manifeste-se a parte autora sobre a juntada de AR NEGATIVO, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0017680-26.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Erivonaldo Alves dos Santos
Advogado: Cristiane da Silva Lima (OAB/RO 1569), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506)
Requerido: Thiago Fernandes
AR Negativo:
Manifeste-se a parte autora sobre a juntada de AR NEGATIVO, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0026026-29.2012.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Serviço Social da Indústria - SESI/DR-RO
Advogado: Mileisi Luci Fernandes (OAB/RO 3487), Deise Lucia da Silva Silvino Virgolino (615)
Requerido: Domingos Barros de Oliveira
AR Negativo:
Manifeste-se a parte autora sobre a juntada de AR NEGATIVO, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0000827-68.2013.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Pommer & Barbosa Ltda. Epp
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Rodolfo Souza de Castro
AR Negativo:
Manifeste-se a parte autora sobre a juntada de AR NEGATIVO, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0002941-77.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antônio Carlos de Santana
Advogado: Vera Maria da C. Souza (OAB/RO 573)
Requerido: Maria Pereira de Lima, Genivaldo Pereira Lima, Núbia Varnou da Silva, Rogerio Pereira de Lima, Valdir Pereira de Lima, Jair Pereira de Lima, Cecília de Lima Pereira, Janio Pereira, Carlos Pereira de Lima
Advogado: Maria de FÁtima Fraga Silva (OAB/BA 5161)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000620-69.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edmundo Pereira dos Santos
Advogado: Guilherme Gaiotto Jaquini (OAB/RO 4953)
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000698-63.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Fabiana Sobral Bezerra
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000121-85.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Maria das Gracas da Silva Passos
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000620-69.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edmundo Pereira dos Santos
Advogado: Guilherme Gaiotto Jaquini (OAB/RO 4953)
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
Laudo Pericial:
Fica a parte autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, se manifestar sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0024123-56.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Aldemir Muniz Maciel
Advogado: Maria Almeida de Jesus (OAB/RO 663)
Requerido: Santander Free Visa Administradora de Cartã de Crédito, Banco Itaú S.a
Advogado: Marcos Antonio Araujo dos Santos (OAB/RO 846), Marcos Metchko (OAB/RO 1482), José Edgard da Cunha Bueno (OAB/RO 4570)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0002345-93.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Carla Monica Oliveira Silva Miranda, José Miranda Pereira Filho
Advogado: Gisele Zamboto (OAB/RO 5041), Paulo Henrique Gurgel do Amaral (1361), Geraldo Tadeu Campos (OAB/RO 553A)
Requerido: Ocean Air Linhas Aéreas Ltda
Advogado: Jamyson de Jesus Nascimento (OAB/RO 1646)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0022246-81.2012.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Jeimison Faustino de Brito
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido: B. V. Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0026289-61.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eliseu Brito dos Santos
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado Multisegmentos Creditstore
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000329-69.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Thalisson Augusto de Sousa Figueiredo
Advogado: Igor dos Santos Cavalcante (OAB/RO 3025)
Requerido: LOSANGO S/A
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0020265-17.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Auxiliadora Batista Maia
Advogado: Luzinete Xavier de Souza (OAB/RO 3525)
Requerido: Condominio Edificio Ararangua, luz administradora e incorp. de condominios ltda
Advogado: Pitágoras Custódio Marinho (OAB/RO 474E), Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633), Ivaldo Ferreira dos Santos (OAB/RO 663A)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0003980-12.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Carlos Albano Marialves
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Tim Celular S/A
Advogado: Gianmarco Costabeber (OAB/RS 55359)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0002680-15.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Severino Sebasião de Almeida
Advogado: Mary Terezinha de Souza dos Santos Ramos (OAB/RO 1994)
Requerido: Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0026319-96.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Tibério Dâmaso Mendonça
Advogado: Kharina Mielke (OAB/RO 2906)
Requerido: Banco Itaú S/A
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0002782-37.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Claudiane Teixeira de Lima
Advogado: Jeferson Nunes Arantes Fuhr (OAB-RO OAB 5249)
Requerido: Banco Semear S.A.
Advogado: Amaro V. B. Ramalho (OAB/RO 3212)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0009437-25.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Renato Roriz da Silva
Advogado: Sally Anne Bowmer Beça Coutinho (RO 2980)
Requerido: Tam Linhas Aéreas S. A.
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0002766-83.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Hermerson Pereira Zacarias
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0021752-90.2010.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Requerido: Moacy Sousa da Silva Me, Moacy Sousa da Silva
DESPACHO :
DESPACHO 1) Conforme se verifica dos recibos em anexo a tentativa de penhora on line restou infrutífera, tendo sido penhorado a quantia irrisória de R$ 0,69, que restou desbloqueada nos termos do que dispõe o § 2º do art. 659 do CPC.2) Assim, requeira o exequente o que entender de direito. Prazo de 5 dias.3) Transcorrido o prazo sem manifestação do exequente - o que deverá ser certificado pela escrivania - proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0123526-71.2007.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Rogerio Alves da Silva
Advogado: Alan Kardec dos Santos Lima (OAB/RO 333)
Requerido: Banco ABN AMRO Real S.A.
Advogado: Roberto Jarbas M. Sousa (RO 1246), Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511), Meire Andrea Gomes (1857), Adam Miranda Sá Stehling (OAB/RO 4776), Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/SP 104061A)
DESPACHO :
DESPACHO Requisitado o bloqueio de valores em relação a executada indicada, a ordem foi integralmente cumprida, tudo conforme recibos anexos.Por isso, deverão ser intimados exequente e executado, este último para eventual impugnação/embargos.Decorrido o prazo em branco, o que deverá ser certificado, expeça-se alvará em favor da parte credora.Nada sendo requerido em 5 dias, tornem os autos conclusos para SENTENÇA .Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0001643-50.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Condomínio Portal das Artes
Advogado: Octavia Jane Silva Morheb (OAB/RO 1160)
Requerido: Fabiane França Campos Souza
DECISÃO :
DECISÃO I - Do Pedido de Penhora on lineRequisitado o bloqueio de valores em relação a executada indicada, a ordem foi parcialmente cumprida, restando penhorado o valor de R$ 1.350,73, tudo conforme recibos anexos.Por isso, deverão ser intimados exequente e executado, para os fins legais.Transcorrido o prazo sem que o executado apresente impugnação/embargos - o que deverá ser certificado pela escrivania - expeça-se alvará em favor da exequente para levantamento da quantia penhorada.II - Do Pedido de Consulta via RENAJUDEfetivada consulta via RENAJUD não foi encontrado qualquer veículo em nome do executado, conforme recibo em anexo.Portanto, requeira a autora o que entender de direito. Prazo de 10 dias.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0004324-95.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Izaura Eliziario Simões
Advogado: Sheila Gomes da Silva Ferreira (OAB/RO 2035), Maria das Graças Gomes (OAB/RO 2136)
Requerido: Banco Bonsucesso - Banco de Credito
Advogado: Abaeté de Paula Mesquita (OAB/RJ 129092), Sally Anne Bowmer Beça Coutinho (RO 2980), Hivyelle Rosane Brandão Cruz de Oliveira (OAB/RJ 119748)
DESPACHO :
DESPACHO Requisitado o bloqueio de valores em relação a executada indicada, a ordem foi integralmente cumprida, tudo conforme recibos anexos.Por isso, deverão ser intimados exequente e executado, este último para eventual impugnação/embargos.Decorrido o prazo em branco, o que deverá ser certificado, expeça-se alvará em favor da parte credora.Nada sendo requerido em 5 dias, tornem os autos conclusos para SENTENÇA .Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0246883-20.2009.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Elvira Ferreira Lopes
Advogado: Edivo Costa Rocha (OAB/RO 2861)
Requerido: Parana Cia de Seguros
DESPACHO :
DESPACHO Requisitado o bloqueio de valores em relação a executada indicada, a ordem foi integralmente cumprida, tudo conforme recibos anexos.Por isso, deverão ser intimados exequente e executado, este último para eventual impugnação/embargos.Decorrido o prazo em branco, o que deverá ser certificado, expeça-se alvará em favor da parte credora.Nada sendo requerido em 5 dias, tornem os autos conclusos para SENTENÇA .Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0248516-66.2009.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Distribuidora de Auto Peças Rondobrás Ltda
Advogado: Maria Inês Spuldaro (OAB/RO 3306)
Requerido: Francisco Edberto Torres de Castro
DECISÃO :
DECISÃO I - Dos Embargos à ExecuçãoA contestação por negativa geral apresentada pela Curadoria de Ausentes não tem efeito de embargos do Devedor, pois não traz qualquer fundamento capaz de caracterizar constituição, modificação ou extinção do direito do autor, nem tampouco elementos que retirem a força executiva do título que embasa a exordial. Dessa forma, deve ser rejeitado liminarmente.II - Da penhora on lineVisando dar celeridade ao feito procedi a tentativa de penhora on line que acabou restando infrutífera, conforme se verifica dos documentos em anexo.Com estas considerações, requeira o exequente o que entender de direito. Prazo de 10 dias.Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se nos termos do § 1º do art. 267 do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0037803-16.2009.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Acalanto Maternal e Jardim de Infância Ltda.
Advogado: Jonatas de S. Rondon Júnior (RO. 3749)
Executado: Marcela Rodrigues de Souza
Advogado: Francisco Manuel da Silva (OAB/RO 1810)
DESPACHO :
DESPACHO 1) Requisitado o bloqueio de valores em relação a executado, a ordem não foi cumprida em razão de insuficiência de fundos, tudo conforme recibos anexos.2) Desta forma, requeira o exequente o que entender de direito no prazo de 5 dias.3) Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0246884-39.2008.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: C. de D. de P. P. L.
Advogado: Ana Waléria Mendonça Brasil (OAB/RO 2944)
Executado: K. D. de A.
DECISÃO :
DECISÃO I - Dos Embargos à ExecuçãoA contestação por negativa geral apresentada pela Curadoria de Ausentes não

tem efeito de embargos do Devedor, pois não traz qualquer fundamento capaz de caracterizar constituição, modificação ou extinção do direito do autor, nem tampouco elementos que retirem a força executiva do título que embasa a exordial. Dessa forma, deve ser rejeitado liminarmente.II - Da penhora on lineVisando dar celeridade ao feito procedi a tentativa de penhora on line que acabou restando infrutífera, conforme se verifica dos documentos em anexo.Com estas considerações, requeira o exequente o que entender de direito. Prazo de 10 dias.Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se nos termos do § 1º do art. 267 do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015438-94.2011.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Banco Itaucard S/A
Advogado: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Requerido: Marcio Cavalcanti de Souza
DESPACHO :
DESPACHO 1) Conforme se verifica dos recibos em anexo a tentativa de penhora on line restou infrutífera, tendo sido penhorado a quantia irrisória de R$ 0,02, que restou desbloqueada nos termos do que dispõe o § 2º do art. 659 do CPC.2) Assim, requeira o exequente o que entender de direito. Prazo de 5 dias.3) Transcorrido o prazo sem manifestação do exequente - o que deverá ser certificado pela escrivania - proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0090701-21.2000.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: José Ribamar Ferreira do Nascimento, Salustiana Araujo da Silva
Advogado: Antônio Adamor Gurgel do Amaral (OAB/RO 1059), Paulo Henrique Gurgel do Amaral (OAB/RO 1361)
Requerido: Joao Sengatini Serralheiro, Jose Fernandes Peixoto
DESPACHO :
DESPACHO 1) Requisitado o bloqueio de valores em relação aos executados indicados, a ordem foi parcialmente cumprida, restando penhorado o valor de R$ 3.496,14 em nome de José Fernandes Peixoto, não sendo possível a consulta com relação ao outro réu em razão do mesmo não possuir relacionamentos bancários, tudo conforme recibos anexos.2) Por isso, deverão ser intimados exequente e executado, para os fins legais.3) Transcorrido o prazo sem que o executado apresente impugnação/embargos - o que deverá ser certificado pela escrivania - expeça-se alvará em favor da exequente para levantamento da quantia penhorada, e intime-se a autora requerer o que entender de direito. Prazo de 5 dias.4) Nada sendo requerido, proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0249398-28.2009.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Santander Brasil S/A
Advogado: Wyliano Alves Correia (OAB/RO 2715), Odailton Knorst Ribeiro (RO 652), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Executado: M. de M. Vieira Me, Adriano de Melo Vieira
DECISÃO :
DECISÃO I - Dos Embargos à ExecuçãoA contestação por negativa geral apresentada pela Curadoria de Ausentes não tem efeito de embargos do Devedor, pois não traz qualquer fundamento capaz de caracterizar constituição, modificação ou extinção do direito do autor, nem tampouco elementos que retirem a força executiva do título que embasa a exordial. Dessa forma, deve ser rejeitado liminarmente.II - Da penhora on lineVisando dar celeridade ao feito procedi a tentativa de penhora on line que acabou restando infrutífera, conforme se verifica dos documentos em anexo.Com estas considerações, requeira o exequente o que entender de direito. Prazo de 10 dias.Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se nos termos do § 1º do art. 267 do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0017145-34.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Energia Sustentável do Brasil S.A.
Advogado: Eder Giovani Sávio (OAB/SC 11131), Fábio Barcelos da Silva (OAB/SC 21562), Jean Bento (OAB/RO 5065), Lidiani Silva Ramires Donadelli (OAB/RO 5348)
Requerido: Davi Santana da Silva, Maria do Socorro Cardoso de Souza
Advogado: José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
DESPACHO :
DESPACHO 1) Requisitado o bloqueio de valores em relação ao executado, a ordem não foi cumprida em razão da requerida não possuir contas bancárias, tudo conforme recibos anexos.2) Desta forma, expeça-se mandado de penhora em desfavor da executada.3) Com o retorno do mandado, seja positivo ou negativo, dê vista a exequente para manifestação. Prazo de 5 dias.4) Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0019706-60.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Indústria e Comércio de Bebidas MDM Ltda
Advogado: César Henrique Longuini (OAB/RO 5217)
Requerido: Multiplik Consultoria e Desenvolvimento Empresarial Ltda Me Multiplik Neurolinguagem e Coaching
DESPACHO :
DESPACHO Requisitado o bloqueio de valores em relação a executada indicada, a ordem foi integralmente cumprida, tudo conforme recibos anexos.Por isso, deverão ser intimados exequente e executado, este último para eventual impugnação/embargos.Decorrido o prazo em branco, o que deverá ser certificado, expeça-se alvará em favor da parte credora.Nada sendo requerido em 5 dias, tornem os autos conclusos para SENTENÇA .Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0151484-95.2008.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: S. M. Pregos e Parafusos Ltda
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido: Claudelany Pinto do Nascimento Froio

DESPACHO :
DESPACHO 1) Conforme se verifica dos recibos em anexo a tentativa de penhora on line restou infrutífera, tendo sido penhorado a quantia irrisória de R$ 10,25, que restou desbloqueada nos termos do que dispõe o § 2º do art. 659 do CPC.2) Assim, requeira o exequente o que entender de direito. Prazo de 5 dias.3) Transcorrido o prazo sem manifestação do exequente - o que deverá ser certificado pela escrivania - proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0018341-68.2012.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Alexandre Camargo
Advogado: Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
Executado: L. & A. Engenharia Ltda
Advogado: Roberto Pereira de Souza e Silva (RO 755), Marcus Filipe Araújo Barbedo (OAB/RO 3141)
DESPACHO :
DESPACHO 1) Requisitado o bloqueio de valores em relação a executado, a ordem não foi cumprida em razão de insuficiência de fundos, tudo conforme recibos anexos.2) Desta forma, requeira o exequente o que entender de direito no prazo de 5 dias.3) Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0018300-04.2012.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Associação de Crédito Cidadão de Rondônia ACRECID
Advogado: Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Executado: Rosalvo Caetano de Souza, Tatiane Aparecida da Silva
DESPACHO :
DESPACHO 1) Requisitado o bloqueio de valores em relação a executado, a ordem não foi cumprida em razão de insuficiência de fundos, tudo conforme recibos anexos.2) Desta forma, requeira o exequente o que entender de direito no prazo de 5 dias.3) Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0207597-74.2005.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Catarinense Comércio de Materias Para Construções Ltda
Executado: Vilma Dias de Abreu
DESPACHO :
DESPACHO Em petição de fl. 94 a exequente postulou que fosse efetuada penhora sobre o veículo cuja restrição foi efetuada por meio do RENAJUD.Ocorre que aludida ferramenta judicial somente efetua a restrição junto ao Detran, de modo que para a realização da penhora necessário saber a localização do veículo.Conforme se verifica da certidão de fl. 96/v a executada foi citada por edital, de maneira que não se sabe o seu paradeiro, muito menos a do veículo.Diante do constatato e visando dar celeridade ao feito que se arrasta desde o ano de 2005, procedi com a tentativa de penhora on line, contudo, a mesma restou infrutífera, conforme recibos em anexo.Assim, para atendimento do pedido de fl. 94 imperioso que a exequente indique a localização do veículo, bem como o paradeiro da executada.Com estas considerações, requeira o exequente o que entender de direito no prazo de 5 dias. Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0007860-17.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Condominio Residencial Pinhais
Advogado: Octavia Jane Silva Morheb (OAB/RO 1160), Henry Rodrigo Rodrigues Gouvêa (OAB/RO 632A), RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA (OAB 5565), Samuel dos Santos Junior (RO 1238)
Requerido: Suzana Vieira Sack
DESPACHO :
DESPACHO 1) Requisitado o bloqueio de valores em relação a executado, a ordem não foi cumprida em razão de insuficiência de fundos, tudo conforme recibos anexos.2) Desta forma, requeira o exequente o que entender de direito no prazo de 5 dias.3) Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0000948-33.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: CAERD - Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia
Advogado: Evaldo Silvan Duck de Freitas (OAB/RO 884A)
Requerido: Francisco Anacleto Rocha Monteiro
DESPACHO :
DESPACHO 1) Examinando os autos verifico que o requerido já havia sido citada na ação monitória. Contudo, após a SENTENÇA de fl. 19 não foi mais possivel encontrá-lo no endereço onde havia sido citado.Em razão disso, procedi penhora on line visando o bloqueio devalores na conta da devedora.2) Requisitado o bloqueio de valores em relação ao executado indicado, a ordem foi parcialmente cumprida, restando penhorado o valor de R$ 218,78, tudo conforme recibos anexos.3) Por isso, deverão ser intimados exequente e executado, para os fins legais.4) Transcorrido o prazo sem que o executado apresente impugnação/embargos - o que deverá ser certificado pela escrivania - expeça-se alvará em favor da exequente para levantamento da quantia penhorada, e intime-se a autora requerer o que entender de direito. Prazo de 5 dias.5) Nada sendo requerido, proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0020157-56.2010.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Escon Factoring e Fomento Ltda
Advogado: Albino Melo Souza Júnior (OAB/RO 4464), Claudia Clementino Oliveira (SSP/RO 668), Jenaldo Alves de Araujo (OAB/RO 4630)
Executado: Importadora e Exportadora Mundial Ltda

DESPACHO :
DESPACHO 1) Requisitado o bloqueio de valores em relação a executado, a ordem não foi cumprida em razão de insuficiência de fundos, tudo conforme recibos anexos.2) Desta forma, requeira o exequente o que entender de direito no prazo de 5 dias.3) Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0022960-75.2011.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Executado: Manoel Oliveira de Meireles, M. O. de Meireles Atacadista de Produtos Alimenticios
DESPACHO :
DESPACHO 1) Requisitado o bloqueio de valores em relação a executado, a ordem não foi cumprida em razão de insuficiência de fundos, tudo conforme recibos anexos.2) Desta forma, requeira o exequente o que entender de direito no prazo de 5 dias.3) Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0002342-12.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sylvan Bessa dos Reis
Advogado: Sylvan Bessa dos Reis (OAB/RO 1300)
Requerido: Clívia Simões Pandorra dos Santos
DESPACHO :
DESPACHO 1) Requisitado o bloqueio de valores em relação a executado, a ordem não foi cumprida em razão de insuficiência de fundos, tudo conforme recibos anexos.2) Desta forma, requeira o exequente o que entender de direito no prazo de 5 dias.3) Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0258437-54.2006.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Jose Roberto de Souza
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Roberto Alves de Souza
Advogado: Elenrrizia Schneider da Silva (OAB/RO 1748), Aldenizio Custodio Ferreira (RO 1546)
DESPACHO :
DESPACHO 1) Requisitado o bloqueio de valores em relação a executado, a ordem não foi cumprida em razão de insuficiência de fundos, tudo conforme recibos anexos.2) Desta forma, requeira o exequente o que entender de direito no prazo de 5 dias.3) Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0006711-15.2012.8.22.0001
Ação: Oposição
Reconvinte: Hemerson Prestes Pires
Advogado: Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158)
Reconvindo: Hernan Aguirre Chaves
DESPACHO :
DESPACHO 1) Conforme se verifica dos recibos em anexo a tentativa de penhora on line restou infrutífera, tendo sido penhorado a quantia irrisória de R$ 2,06, que restou desbloqueada nos termos do que dispõe o § 2º do art. 659 do CPC.2) Assim, requeira o exequente o que entender de direito. Prazo de 5 dias.3) Transcorrido o prazo sem manifestação do exequente - o que deverá ser certificado pela escrivania - proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0016932-57.2012.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Comércio de Piscinas Porto Velho Ltda ME
Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (RO 5194)
Executado: Antônia Nilza Lima Silva
DESPACHO :
DESPACHO 1) Conforme se verifica dos recibos em anexo a tentativa de penhora on line restou infrutífera, tendo sido penhorado a quantia irrisória de R$ 21,94, que restou desbloqueada nos termos do que dispõe o § 2º do art. 659 do CPC.2) Assim, requeira o exequente o que entender de direito. Prazo de 5 dias.3) Transcorrido o prazo sem manifestação do exequente - o que deverá ser certificado pela escrivania - proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0012422-69.2010.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Willy Ripke
Advogado: Arly dos Anjos Silva (OAB/RO 3616), Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883)
Executado: Izaquiel Lopes de Morais
Advogado: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
DESPACHO :
DESPACHO 1) Requisitado o bloqueio de valores em relação a executado, a ordem não foi cumprida em razão de insuficiência de fundos, tudo conforme recibos anexos.2) Desta forma, requeira o exequente o que entender de direito no prazo de 5 dias.3) Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0027015-74.2008.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Eletrobrás Distribuição Rondônia S.A - CERON
Advogado: Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
Requerido: M. do C. da Silva Fernandes Me
DESPACHO :
DESPACHO 1) Requisitado o bloqueio de valores em relação a executado, a ordem não foi cumprida em razão de insuficiência de fundos, tudo conforme recibos anexos.2) Desta forma, requeira o exequente o que entender de direito no prazo de

5 dias.3) Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0248900-29.2009.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Três Rhd Factoring Ltda
Advogado: Leri Antonio Souza e Silva (OAB/RO 269A), Roberto Pereira de Souza e Silva (RO 755), Marcus Filipe Araújo Barbedo (OAB/RO 3141), George Uílian Cardoso de Souza (OAB/RO 4491)
Executado: Apoena Construtora e Paisagismo Ltda.
DECISÃO :
DECISÃO I - Dos Embargos à ExecuçãoA contestação por negativa geral apresentada pela Curadoria de Ausentes não tem efeito de embargos do Devedor, pois não traz qualquer fundamento capaz de caracterizar constituição, modificação ou extinção do direito do autor, nem tampouco elementos que retirem a força executiva do título que embasa a exordial. Dessa forma, deve ser rejeitado liminarmente.II - Da penhora on lineVisando dar celeridade ao feito procedi a tentativa de penhora on line que acabou restando infrutífera, conforme se verifica dos documentos em anexo.Com estas considerações, requeira o exequente o que entender de direito. Prazo de 10 dias.Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação, proceda-se nos termos do § 1º do art. 267 do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0000058-94.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Mario Flavio de Miranda
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Jeovane de Jesus Rocha
DESPACHO :
DESPACHO 1) Conforme se verifica dos recibos em anexo a tentativa de penhora on line restou infrutífera, tendo sido penhorado a quantia irrisória de R$ 7,30, que restou desbloqueada nos termos do que dispõe o § 2º do art. 659 do CPC.2) Assim, requeira o exequente o que entender de direito. Prazo de 5 dias.3) Transcorrido o prazo sem manifestação do exequente - o que deverá ser certificado pela escrivania - proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0013679-32.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Divino Eterno da Silva
Advogado: Daniel Gago de Souza (OAB/RO 4155)
Requerido: Banco da Amazônia S/A
Advogado: Jucilene Santos da Cunha (OAB 331/B), Edmar Queiroz Damasceno Filho (OAB/RO 589), Monamares Gomes Grossi (OAB/RO 903), Daniele Gurgel do Amaral (OAB/RO 1221)
DESPACHO :
DESPACHO Requisitado o bloqueio de valores em relação a executada indicada, a ordem foi integralmente cumprida, tudo conforme recibos anexos.Por isso, deverão ser intimados exequente e executado, este último para eventual impugnação/embargos.Decorrido o prazo em branco, o que deverá ser certificado, expeça-se alvará em favor da parte credora.Nada sendo requerido em 5 dias, tornem os autos conclusos para SENTENÇA .Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0008895-75.2011.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Solo Sinai Construções Ltda
Advogado: Elpídio Rodrigues Caldas Neto (OAB/RO 3634)
Requerido: Regina Marilene Martins
DESPACHO :
DESPACHO 1) Conforme se verifica dos recibos em anexo a tentativa de penhora on line restou infrutífera, tendo sido penhorado a quantia irrisória de R$ 2,84, que restou desbloqueada nos termos do que dispõe o § 2º do art. 659 do CPC.2) Assim, requeira o exequente o que entender de direito. Prazo de 5 dias.3) Transcorrido o prazo sem manifestação do exequente - o que deverá ser certificado pela escrivania - proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0007752-51.2011.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Associação de Crédito Cidadão de Rondônia ACRECID
Advogado: Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Executado: Maria Aparecida Leite Brito, João de Brito, Marilene Ribeiro Brito
DESPACHO :
DESPACHO 1) Requisitado o bloqueio de valores em relação aos executados indicados, a ordem foi parcialmente cumprida, restando penhorado o valor de R$ 651,49 nas contas da executada Maria Aparecida Leite Brito, tudo conforme recibos anexos.2) Por isso, deverão ser intimados exequente e executada, para os fins legais.3) Transcorrido o prazo sem que o executado apresente impugnação/embargos - o que deverá ser certificado pela escrivania - expeça-se alvará em favor da exequente para levantamento da quantia penhorada, e intime-se a autora requerer o que entender de direito. Prazo de 5 dias.4) Nada sendo requerido, proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0009669-42.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogado: Ingrid Rodrigues de Menezes (RO 1.460)
Requerido: Iza Galdino Melgar
DESPACHO :
DESPACHO 1) Examinando os autos verifico que a requerida já havia sido citada na ação monitória. Contudo, após a SENTENÇA de fl. 26 não foi mais possivel encontrar a ré no endereço onde havia sido citada.Em razão disso, procedi penhora on line visando o bloqueio devalores na conta da devedora.2) Requisitado o bloqueio de valores em relação ao executado indicado, a ordem foi parcialmente cumprida, restando penhorado o valor de R$ 124,14, tudo conforme recibos anexos.3) Por isso, deverão ser intimados exequente e executado, para os fins legais.4) Transcorrido o prazo sem que o executado apresente impugnação/embargos - o que

deverá ser certificado pela escrivania - expeça-se alvará em favor da exequente para levantamento da quantia penhorada, e intime-se a autora requerer o que entender de direito. Prazo de 5 dias.5) Nada sendo requerido, proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0009696-93.2008.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Jeane Ribeiro Cruz
Advogado: Márcio Silva dos Santos (OAB/RO 838)
Requerido: Francisco Alvino de Moraes
DESPACHO :
DESPACHO Requisitado o bloqueio de valores em relação a executada indicada, a ordem foi integralmente cumprida, tudo conforme recibos anexos.Por isso, deverão ser intimados exequente e executado, este último para eventual impugnação/embargos.Decorrido o prazo em branco, o que deverá ser certificado, expeça-se alvará em favor da parte credora.Nada sendo requerido em 5 dias, tornem os autos conclusos para SENTENÇA .Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0001943-46.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jean Carlos dos Santos Meireles
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Santander S.A.
DESPACHO :
VISTOS. Cumpra-se DESPACHO de fls. 40.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0004766-90.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Thiago Tavares Gama
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Itau Card S/A
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Celso Marcon (OAB/ES 10990)
DESPACHO :
DECISÃO Defiro o pedido de levantamento dos valores conforme petição de fls. 152.Expeça-se alvará em favor da parte autora. Após, certifique o transito em julgado da SENTENÇA de fls. 143/151.Em caso positivo, desapense e ARQUIVE-SE.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0017476-45.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marcondes Alves de Souza
Advogado: Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689), João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Bv Financeira Sa
DESPACHO :
VISTOS. Desapense-se e tornem conclusos para julgamento antecipado.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0012809-16.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Gerson Francisco Nunes
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Banco Itaucard S/A
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
DESPACHO :
VISTOS. Considerando o depósito da quantia determinada na SENTENÇA , dou por satisfeita a prestação jurisdicional. Expeça-se alvará em favor do exequente para levantamento da importância depositada à fl. 96.Após a expedição do alvará, o exequente deverá o retirar o referido expediente no prazo de 30 (cinco dias).Transcorrido o prazo sem a retirada do alvará, proceda a escrivania com a transferência dos valores para a conta única do TJ/RO, independentemente de nova conclusão. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do comprovante de recolhimento das custas processuais, mediante a apresentação de cópias.Após, arquive-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0002603-11.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Celeste Hilda Barros
Advogado: Edmar da Silva Santos (OAB/RO 1069), Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244)
Requerido: Banco Santander S.A.
Advogado: Marcos Antonio Araujo dos Santos (OAB/RO 846), Marcos Metchko (RO 1482)
DESPACHO :
VISTOS. Expeça-se alvará em favor do exequente para levantamento da quantia depositada às fls. 76.Intime-se o executado, por intermédio de seu patrono, a pagar o débito remanescente, no prazo de 05 dias, sob pena de penhora. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0002282-68.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: João Moreira Luna
Advogado: Mohamad Hijazi Zaglhout (OAB/RO 2462)
Requerido: Santo Antônio Energia S.A.
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982), Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786)
DESPACHO :
VISTOS. Certifique-se o trânsito em julgado nas decisões dos apensos, procedendo-se o desapensamento destes autos principas e o arquivamento dos incidentes.Em seguida, tornem conclusos para saneamento.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0004200-78.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Zilene Pereira
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Ibi Banco Múltiplo
Advogado: João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669), José Edgard da Cunha Bueno (OAB/RO 4570), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)

DESPACHO :
VISTOS. Considerando o depósito da quantia determinada na SENTENÇA , dou por satisfeita a prestação jurisdicional. Expeça-se alvará em favor do exequente para levantamento da importância depositada à fl.63.Após a expedição do alvará, o exequente deverá o retirar o referido expediente no prazo de 30 (cinco dias).Transcorrido o prazo sem a retirada do alvará, proceda a escrivania com a transferência dos valores para a conta única do TJ/RO, independentemente de nova conclusão. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do comprovante de recolhimento das custas processuais, mediante a apresentação de cópias.Após, arquive-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0018623-09.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Andrelina Reolon Pereira, Carlos Roberto Teixeira, Fany Gomes da Silva, Francisco Oliveira Costa, Germano Schatz, Jaime Leonardeli, Lindoia Oliveira e Silva, Mozart Hamilton Bueno, Valdir Rossi
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
DESPACHO :
DESPACHO Constato que os advogados do banco requerido não estão cadastrados no SAP.Por isso, não foram regularmente intimados da penhora de fls. 195.Por cautela, intime-se pessoalmente o banco requerido para no prazo de 15 dias impugnar a penhora, caso queira.No mais, proceda o cartório o necessário cadastramento dos patronos do requerido.Após, tornem conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0006444-09.2013.8.22.0001
Ação: Impugnação ao Valor da Causa (Cível)
Impugnante: Santo Antônio Energia S.A.
Advogado: Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982), Cáren Esteves Duarte (OAB/RO 602E), Ebenézer Borges (802E)
Impugnado: João Moreira Luna
Advogado: Mohamad Hijazi Zaglhout (OAB/RO 2462)
DESPACHO :
VISTOS. Ciente da interposição de agravo.Aguarde-se o julgamento do recurso.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0018827-87.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jean Carlos dos Santos Meireles
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Santander S.A.
DESPACHO :
DECISÃO Defiro o pedido de levantamento dos valores conforme petição de fls. 130/131.Expeça-se alvará em favor da parte autora.No mais, cumpra-se as decisões de fls. 128 e 129. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0018096-28.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sandra de Araujo Cunha
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Banco Bradesco S.A.
Advogado: Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Ildo de Assis Macedo (OAB/RO 4519), Daynne Francylle de Godoi Pereira (OAB/GO 30.368)
DESPACHO :
VISTOS. Ciente da interposição do agravo de instrumento. Aguarde-se o julgamento do recurso.Informo ao cartório que a interposição do referido recurso não prejudica a determinação de fls, 111 no que toca a expedição de alvará em favor do exequente.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0010104-45.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Raimundo Juscelino Alves Lavor
Advogado: Itagiba Simões Pires (OAB/RO 4291)
Requerido: Brasil Telecom S/A, Serasa S.A.
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240), Selma Lirio Severi (116356), Rosana Benencase (OAB/SP 120552), Dulcinéia Bacinello Ramalho (OAB/RO 1088)
DECISÃO :
VISTOS ,Recebo as apelações em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o adverso via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0012543-29.2012.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Itaucard S/A
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Requerido: Thiago Tavares Gama
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
DESPACHO :
VISTOS. Cumpra-se DESPACHO de fls. 78.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0195050-60.2009.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: HSBC Bank Brasil- Banco Múltiplo S/A
Advogado: Joaquim Fábio Mielli Camargo (OAB/MT 2680)
Requerido: J. A. de Sene e Cia Ltda ME, José Aparecido de Sene
Advogado: José Ademir Alves (RO 618)
DESPACHO :
VISTOS. Expeça-se alvará em favor do exequente para levantamento da importância depositada nos autos.Após a expedição do alvará, o exequente deverá o retirar o referido expediente no prazo de 30 (cinco dias).Transcorrido o prazo sem

a retirada do alvará, proceda a escrivania com a transferência dos valores para a conta única do TJ/RO, independentemente de nova conclusão.Após, arquive-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0006445-91.2013.8.22.0001
Ação: Impugnação ao Valor da Causa (Cível)
Impugnante: Santo Antônio Energia S.A.
Advogado: Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982)
Impugnado: João Moreira Luna
Advogado: Mohamad Hijazi Zaglhout (OAB/RO 2462)
DECISÃO :
VISTOS. Dispõe o art. Art. 511 do CPC: No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.No caso, não comprovou o recorrente o recolhimento do preparo recursal, ainda que em valor inferior, não sendo o caso de intimação para complementação, conforme § 2º do art. 511. Desta forma, diante da ausência de recolhimento do preparo recursal o recurso não pode ser recebido por lhe faltar requisito extrínseco.Posto isso, deixo de receber o recurso interposto. Transitada em julgada esta DECISÃO , arquivem-se os autos. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0010492-79.2011.8.22.0001
Ação: Monitória
Exequente: Rosemir Aparecida Rodrigues da Cruz
Advogado: Edison Fernando Piacentini (RO. 978)
Executado: Rosalvo Lima e Silva
Advogado: Laercio Batista de Lima (OAB/RO 843)
SENTENÇA :
SENTENÇA Rosemir Aparecida Rodrigues da Cruz propôs ação monitória em face de Rosalvo Lima e Silva, ambos já qualificados, alegando em síntese, ser credor da ré da importância de R$6.106.06. Sustenta que apesar das tentativas amigáveis no sentido de receber o crédito todas restaram infrutíferas, não lhe cabendo outra alternativa que não fosse a presente medida. Pugna pela procedência da ação, condenando a requerida a efetuar o pagamento do valor de R$6.106.06, e, no caso de não pagamento, que seja constituído o crédito em título executivo judicial. Com a inicial vieram os documentos.Deferida a expedição do mandado monitório e citatório, nos termos do art. 1102b, do CPC, o requerido apresentou embargos na forma do art.1102c, do mesmo estatuto, arguindo preliminar de ilegitimidade passiva; e no mérito, que jamais realizou negócio jurídico com o autor. Arrematou pugnando seja extinto o processo com resolução do mérito, se aceita a preliminar arguida, e caso contrário, seja julgado improcedente o pedido formulado pela autoras, com condenação da requerente nos ônus da sucumbência. Acompanharam defesa documentos.Réplica aos embargos, sendo as partes instadas a especificarem provas, tendo as mesmas quedado silente, vindo os autos conclusos.Relatados, DECIDO.Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).No presente caso concreto a questão de mérito é unicamente de direito, devendo ser observado o art. 330, I do Código de Processo Civil, segundo o qual o juiz deverá conhecer diretamente do pedido, proferindo SENTENÇA , quando não houver necessidade de produzir prova em audiência.Arguiu a requerida a preliminar de carência de ação por ilegitimidade passiva; ao argumento de que não possui nenhuma relação jurídica com o autor.Entretanto, na hipótese vertente o requerente recebeu o cheque, objeto da presente lide, por endosso.Sendo assim, consabido que ao emitente não é dado o direito de discutir a causa debendi contra terceiro de boa-fé, não se fazia necessária a descrição da origem da dívida. À propósito: DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CHEQUE À ORDEM PRESCRITO. ENDOSSO. EFEITO DE CESSÃO DE CRÉDITO. LEGITIMIDADE DO ENDOSSATÁRIO PARA AJUIZAR AÇÃO MONITÓRIA FUNDADA EM CHEQUE PRESCRITO, SEM MENÇÃO AO NEGÓCIO JURÍDICO SUBJACENTE. MATÉRIA ENFRENTADA, PELA SEGUNDA SEÇÃO, NO JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL, SOB O RITO DO ARTIGO 543-C DO CPC.1. O cheque, ordem de pagamento à vista, tem por função extinguir a obrigação causal que ensejou sua emissão; sendo, em regra, pro solvendo, de modo que, salvo pactuação em contrário, só extingue a dívida, isto é, a obrigação que a cártula visa satisfazer consubstanciada em pagamento de importância em dinheiro, com o efetivo pagamento.2. O art. 20 da Lei do Cheque esclarece que o endosso transmite todos os direitos resultantes de sua emissão e o artigo 22, do mesmo Diploma, dispõe que o detentor de cheque “à ordem” é considerado portador legitimado, se provar seu direito por uma série ininterrupta de endossos, mesmo que o último seja em branco.3. Portanto, o cheque endossado - meio cambiário próprio para transferência dos direitos do título de crédito, que se desvincula da sua causa, conferindo ao endossatário as sensíveis vantagens advindas dos princípios inerentes aos títulos de crédito, notadamente o da autonomia das obrigações cambiais -, confere, em benefício do endossatário, ainda em caso de endosso póstumo, nos termos do artigo 27 da Lei do Cheque, os efeitos de cessão de crédito.4. O julgamento do REsp 1.094.571/SP, submetido ao rito do art.543-C do CPC, consolidou a jurisprudência do STJ no sentido que, “em ação monitória fundada em cheque prescrito, ajuizada em face do emitente, é dispensável menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula”.5. Recurso especial provido.(REsp 1199001/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/05/2013, DJe 20/05/2013)Ademais, in casu, o emitente, em momento algum nega a emissão do cheque objeto da presente lide e, por outro lado, presume-se a boa-fé do credor, aliás, sequer posta em dúvida. Destarte, incabível a oposição de exceções pessoais pelo emitente, perante o credor. Assim, rejeito a preliminar.Consoante estabelece o art.1.102a, do Código de Processo Civil, a “ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel”.Do dispositivo supra, computa-se que só é cabível o procedimento monitório caso se trate de prova escrita sem eficácia de título executivo. Isso porque, a sua finalidade é justamente conferir a exequibilidade a documento que não teve e continua não tendo força executiva.Pois bem. Em que pese entendimento contrário, entende-se, ainda, que o cheque, por si só, basta para comprovar a existência da dívida e a busca do título

executivo pela via da ação monitória, tornando prescindível a indicação da causa de sua emissão.Não se afigura correta a interpretação de que o cheque prescrito seria simplesmente um indício de prova material, tornando imperiosa a descrição da causa debendi, pois, se assim entendesse, estar-se-ia transmudando a ação monitória em ação ordinária, na qual se exige ampla e complexa cognição.Nesse passo, a distribuição do ônus probatório em sede de ação monitória deve se orientar de modo que, enquanto ao credor incumbe a apresentação da prova escrita exigida pela lei, ao réu faculta-se a apresentação de embargos com o intuito de desconstituir a força monitória reconhecida à prova, podendo, para tanto, discutir a causa debendi do negócio.Ainda, a teor do art. 333, II, do Código de Processo Civil, por se tratar de questão inerente à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, certo é que as alegações acerca da causa debendi apresentadas pelo réu devem vir acompanhadas de prova robusta, cabal e convincente, sob pena de não surtirem qualquer efeito.No presente caso, verifica-se que o requerido nada trouxe aos autos para comprovar as suas alegações, as quais, aliás, mostram-se bastante vagas e imprecisas, limitando-se a questionar, genericamente, a origem da dívida e a regularidade dos títulos emitidos, nenhum fato concreto apontando a fim de desconstituir a dívida representada pelos títulos, razão pela qual improcede o pedido.Com estas considerações, tenho por improcedente os embargos proposto pelo embargante.Ante o exposto, com fundamento no art. 269, I do código de processo civil, JULGO IMPROCEDENTE os EMBARGOS MONITÓRIOS, por consequência, CONSTITUO DE PLENO DIREITO o título executivo judicial e determino a conversão do MANDADO INICIAL em MANDADO executivo, prosseguindo-se o feito na forma prevista no Livro II, Título II, Capítulos II e IV do Código de Processo Civil.Condeno a parte requerida no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes que arbitro em 10% sobre o valor da causa, na forma do art. 20, § 3º do CPC. P.R.I.CPorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0001922-70.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eni Pereira de Araujo
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: Fatima Alves Gonçalves Acursi
Advogado: Edmar da Silva Santos (OAB/RO 1069), Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244)
SENTENÇA :
SENTENÇA Eni Pereira de Araújo propôs ação declaratória de rescisão de contrato em face de Fátima Alves Gonçalves Acursi, ambos já qualificados, alegando em síntese, que as partes celebraram contrato de locação residencial do imóvel sito a Rua Brasília, n.1555, bairro Nossa Senhora das Graças, pelo prazo de doze meses, com termo inicial em 01/06/2011 e final em 01/05/2012, pelo valor locatício mensal de R$3.500,00, com vencimento até o dia 20 de cada mês.Disse que em virtude da necessidade da autora em alugar o imóvel o quanto antes, as partes convencionaram que a ré ficaria responsável em promover os reparos necessários, porém decorridos 7 meses a requerida nada teria feito. Noticiou que a clausula 11ª do contrato prevê multa de 03 aluguéis para hipótese de descumprimento de clausula contratual.Ao final, requereu, antecipação dos efeitos da tutela, para determinara a suspensão do contrato de locação e depósito judicial dos dos aluguéis que se vencerem até a data da efetiva desocupação; e no mérito, a procedência dos pedidos, com a confirmação da tutela eventualmente concedida, além da declaração da rescisão do contrato com o consequente despejo do requerido, bem como a condenação do mesmo no pagamento dos débito no valor de R$42.000,00, assim como dos aluguéis que se vencerem até a data da efetiva desocupação, além das custas processuais e de honorários advocatícios, apresentando os documentos. Postergada análise da tutela.Citada, a requerida apresentou contestação defendendo, em suma, que a autora locou o imóvel em questão a autora em perfeito estado de conservação, porém ao proceder a inspeção de rotina foi surpreendida pela destinação comercial dada ao imóvel, tendo comunicado a autora que se quisesse permanecer deveria utilizar o imóvel para fins residencial, o que teria sido aceito.Entretanto, em janeiro/12 para realizar nova inspeção constatou que o imóvel encontrava-se abandonado, razão pela qual registrou boletim de ocorrência n.12E1003004049 no 3º DP, ensejando a rescisão contratual. E ainda, impugnou os valores cobrados, informando ser credora da autora no valor de R$11.500,00 que será cobrado em ação própria. Ao final, pugnou pela improcedência dos pedido iniciais, com condenação do requerente nos ônus da sucumbência. Acompanharam defesa documentos.Réplica, sendo as partes instadas a especificarem provas, tendo a autora quedado silente, enquanto a ré informou não ter outras provas a produzir.Relatados, DECIDO.Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).O presente caso retrata questão meramente de direito, dispensando a produção de provas em audiência, razão pela qual passo, doravante, a conhecer diretamente do pedido, nos termos do art.330, I, do Código de Processo Civil.Ao exame do mérito, observo que a controvérsia cinge-se em aferir o direito do autor à rescisão do contrato de locação firmado, que, segundo alega, foram causados pelo descumprimento contratual da requerida.É sabido que é obrigação do locatário devolver o imóvel locado, finda a locação, no estado em que o recebeu, a salvo com os danos decorrentes do seu uso normal, mas indispensável se faz a realização de prévia VISTO ria judicial, com oportunidade de acompanhamento e participação por parte do ex-inquilino e fiadores, pois é ela que vai comprovar a alteração abusiva ou o estrago fora da normalidade do uso, ou simplesmente o dano causado pelo decurso do tempo, para que possa o locador lesado, com base nela, vir a cobrar os custos dos reparos que se fizerem necessários ao imóvel, VISTO que tais danos somente são passíveis de indenização, nos termos do art.23, inc. III, da Lei 8.245/90, mediante comprovação inequívoca. No caso em tela, alega a parte autora que a requerida se comprometeu a proceder os reparos necessários à habitabilidade do imóvel, porém não trás prova nesse sentido.De outro giro, a requerida alega que houve descumprimento contratual da ré ao dar destinação diversa da avença, mas também não junta elementos de convençam o julgador deste fato. Contudo, apresenta boletim de ocorrência n.12E1003004049 registrado junto ao 3º DP que caracterizaria o abandono de imóvel pleiteado.Ante o exposto, com fundamento no art. 9º, inciso III, e art. 57, ambos da Lei n. 8.245/91, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para DECRETAR a rescisão do contrato de locação entre o autor e o réu e determino a expedição de mandado de

verificação do abandono do imóvel e de imissão de posse do réu, autorizando que, na mesma diligência, sendo constatado o abandono de forma inequívoca, seja o réu imediatamente imitido na posse do imóvel. A remoção de eventuais bens existentes no local deverá ser objeto de pedido neste Juízo. Caso não se constate o abandono do imóvel, deverá o ocupante ser intimado a desocupá-lo no prazo de 30 dias, que é fixado nos termos do art.63, caput, da Lei 8.245/91. Considerando a sucumbência recíproca, cada parte arcará com os honorários de seu patrono, nos termos do art. 21 do CPCCustas pro rata. P.R.I.CPorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0014140-09.2007.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Evaldo da Rocha Maia - ME
Advogado: Lena Claudia de Nazaré Brasil (OAB/RO 1056)
Requerido: Concreto Construções Ltda., Roberto de Souza
DECISÃO :
DECISÃO Considerando a certidão exarada pela escrivania na data de 08/08/2013, TORNO SEM EFEITO a DECISÃO anterior. Analisando os autos verifico que intimada para proceder com a devolução dos autos que fez carga na data de 21/08/2012 a advogada do exequente deixou de restituí-lo ao juízo. Procedida a busca e apreensão, o Sr. Oficial de Justiça não conseguiu localizar a causídica, sequer os autos.Não bastasse isso, a advogada não dignou-se nem a fornecer qualquer subsídio para a localização ou mesmo justificativa para a não devolução.Assim, nos termos do art. 1.063, DETERMINO seja o exequente intimado pessoalmente dando-lhe ciência de que a advogada por ele contratada perdeu os autos que estavam em carga, ou seja, em sua posse, devendo se manifestar em juízo no prazo de 30 dias sob pena de arquivamento do processo. Intimem-se as partes, por meio do DJ, quanto aos termos do art. 1.063 e seguintes do CPC.Doravante, fica a advogada da exequente sem direito à vista dos autos fora do cartório, e, lhe aplico multa no equivalente à meio salário mínimo, nos termos do art. 196 do CPC.Oficie-se à OAB/RO para que tome as providências que achar necessárias com relação à conduta da advogada, solicitando que, no prazo de 30 dias, informe a este juízo eventual medida adotada.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015801-13.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Francisco Roberto Botelho
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco do Brasil S/A
DESPACHO :
VISTOS. Emende-se a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, a inicial trazendo aos autos o endereço correto da Requerida, apresentando CEP, sob pena de indeferimento. Cumpra-sePorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0018232-88.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Carlos Renato Dolfini
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Requerido: Banco Finasa B. M. C. S.A
Advogado: Daynne Francylle de Godoi Pereira (OAB/GO 30.368), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Saionara Mari (OAB/MT 5225), Gerson da Silva Oliveira (OAB/MT 3844E), Ildo de Assis Macedo (OAB/MT 3541)
SENTENÇA :
SENTENÇA Carlos Renato Dolfini propôs ação revisional c/c pedido de antecipação de tutela em face da Banco Finasa B. M. C. S.A, ambos já qualificados nos autos, alegando, em síntese, que celebrou um contrato de arrendamento mercantil no valor de R$29.196,62 a serem pagos em 60 prestações mensais e consecutivas de R$744,73, com o primeiro vencimento para 17/08/09.Sustenta que o contrato pactuado padece de vícios e ilegalidades, requerendo o reconhecimento incidental da inconstitucionalidade do artigo 5º da Medida Provisória n.2.170-36/01, a declaração de nulidade da cláusula de capitalização dos juros em periodicidade inferior ao permissivo legal, assim como o expurgo do contrato da aplicação da tabela price.Requer, ainda, a declaração do direito de repetição do indébito, em dobro, dos valores pagos a maior, possibilitando-se a compensação com o saldo devedor a ser apurado em liquidação de SENTENÇA . Com a inicial vieram os documentos.Indeferida antecipação dos efeitos da tutela. Citado, o requerido apresentou contestação defendendo, em suma, que o contrato foi pactuado dentro dos patamares e permissivos legais, devendo prevalecer a livre manifestação das partes e a força obrigatória do contrato.Argumentou não estarem demonstrado os elementos ensejadores do dever de indenizar e arrematou pugnando pela improcedência dos pedidos ou alternativamente que na hipótese de eventual condenação seja arbitrada com moderação. Acompanharam defesa documentos.Réplica apresentada, vieram-me os autos conclusos.Relatados, DECIDO.Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).No presente caso concreto, a questão de mérito dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art.330, inciso I, do Código de Processo Civil.Da aplicação do Código de Defesa do ConsumidorNo tocante à aplicação do Código de Defesa do Consumidor, compartilho do entendimento uníssono na jurisprudência pela aplicabilidade deste aos contratos bancários, e faço por razões as mais diversas. Isso porque o artigo 3º, parágrafo 2º, do Código de Defesa do Consumidor diz que “serviço é qualquer atividade fornecida ao mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista”.Deste modo, há expressa previsão legal no sentido de que o Código de Defesa do Consumidor se aplica aos contratos bancários, não há como pretender-se escapar à sua incidência.Igualmente o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, através de sua Terceira e Quarta Turmas já se manifestou sobre a aplicabilidade do CDC aos contratos bancários, consoante se vê das ementas referentes aos REsp 57.974-0-RS, de relatoria do em. Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior, e REsp 14.799-RS, de relatoria do Min. Waldemar Zveiter, citadas exemplificativamente.Nesse sentido a súmula n.297 do STJ “O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras”.Este também é o entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: BANCÁRIO. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO

INDUSTRIAL. APLICAÇÃO DO CDC. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO. MULTA MORATÓRIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.- A Segunda Seção desta Corte firmou entendimento no sentido de que o CDC é aplicável às instituições financeiras, nos termos da Súmula 297/STJ.- A jurisprudência desta Corte tem limitado os juros remuneratórios pactuados em Cédula de Crédito Industrial ao limite máximo de 12% ao ano (art. 5º do Decreto-lei 413/69).- Não cabe a redução da multa moratória de 10% para 2% nos contratos firmados antes da vigência da Lei 9.298/96, hipótese dos autos.- Quanto às cédulas de crédito industrial, o Decreto-lei 413/69 admite a capitalização de juros, tendo o STJ consolidado o seu entendimento acerca do assunto na sua Súmula 93.- O recurso especial não comporta conhecimento quanto ao alegado dissídio jurisprudencial, por insuficiente a transcrição de ementas e pequenos trechos de julgados de outros Tribunais, sem o necessário cotejo analítico dos acórdãos.Agravo no recurso especial não provido.(STJ - AgRg no REsp: 948276 MG 2007/0097118-0, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 19/03/2009, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/03/2009)Pelo exposto, tenho como incidente o Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários, inclusive o que é posto sob análise nestes autos, motivo pelo qual entendo que ainversão do ônus da prova opera por força de lei.Inconstitucionalidade do art. 5º da Medida Provisória nº 2170-36.Em relação à pretensão de declaração de inconstitucionalidade relativamente ao artigo 5º da Medida Provisória º 1963-17/2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2001, a jurisprudência nacional tem considerado descabida tal pretensão, uma vez que a constitucionalidade do dispositivo é objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade em trâmite no Supremo TribunalFederal (ADI nº 2316), senão vejamos: APELAÇÕES CÍVEIS. NEGÓCIO JURÍDICO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE (CHEQUE ESPECIAL). Declaração incidental de inconstitucionalidade. Inviável a instauração de incidente de inconstitucionalidade relativamente ao artigo 5º da Medida Provisória nº 1963-17/2000, reeditada sob o nº 2.170-3/2001, porquanto em trâmite Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, que discute a constitucionalidade do referido dispositivo.Código de Defesa do Consumidor. Aplicabilidade aos contratos bancários. Súmula nº 297 do STJ.Juros remuneratórios: Não havendo demonstração acerca da taxa pactuada, é imperativa a limitação à taxa média de mercado, apurada e publicada pelo Banco Central, para cheque especial, nos períodos de vigência do contrato.Capitalização mensal dos juros e comissão de permanência. Vedada a cobrança destes encargos. Contratos não carreados aos autos. Impossibilidade de verificar a expressa pactuação, nos termos dos artigos 46 e 54, §3º, CDC. Tarifas bancárias, correção monetária pelo índice INPC e juros moratórios. Pleitos prejudicados. Inovação recursal. Caracterização da mora. Revisados os encargos relativos ao período da normalidade contratual, resta afastada a mora até o recálculo do débito. Compensação e repetição de indébito. Pagamento indevido. Devolução de modo simples, sob pena de enriquecimento injustificado do credor. Inscrição em cadastros de inadimplentes. Impossibilidade. Orientação do STJ. DAPELO DA PARTE RÉ DESPROVIDO. APELO DA PARTE AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO.(Apelação Cível Nº 70046992863, Segunda Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Julgado em25/01/2012)Portanto, rejeito a pretensão de declaração inconstitucionalidade por exceção do artigo 5º da Medida Provisória n. 2.170-36.Da Capitalização dos Juros e tabela priceEm relação à capitalização dos juros, perfilho do entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a capitalização dos juros com periodicidade inferior a um ano, com o advento da Medida Provisória n.º 1.963-17/2000 e suas reedições, é permitida, desde que pactuadas.Nessa mesma linha de raciocínio o Superior Tribunal de Justiça em recente DECISÃO , sob a relatoria da Ministra Nancy Andrigui, vejamos: BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO. (...) II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - Consignada, no acórdão recorrido, a abusividade na cobrança da taxa de juros, impõe-se a adoção da taxa média de mercado, nos termos do entendimento consolidado neste julgamento. - Nos contratos de mútuo bancário, celebrados após a edição da MP nº 1.963-17/00 (reeditada sob o nº 2.170- 36/01), admite-se a capitalização mensal de juros, desde que expressamente pactuada.Vejamos o entendimento do referido Tribunal Superior no REsp 890460 / RS 2006/0212456-4 sob a relatoria do Aldir Passarinho Junior em 18.02.2008: CIVIL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS ANUALIDADE. ART. 591 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INAPLICABILIDADE. ART. 5º DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.963-17/2000 (2.170-36/2001). LEI ESPECIAL. PREPONDERÂNCIA.I. Não é aplicável aos contratos de mútuo bancário a periodicidade da capitalização prevista no art. 591 do novo Código Civil, prevalecente a regra especial do art. 5º, caput, da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (2.170- 36/2001), que admite a incidência mensal.II. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 890.460/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2007, DJ 18/02/2008, p. 35)Ainda: AGRAVO REGIMENTAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - CONTRATO FIRMADO POSTERIORMENTE À EDIÇÃO DA MP Nº 1.963-17/2000 - COBRANÇA - POSSIBILIDADE - AGRAVO IMPROVIDO.1. Com a edição da MP 1.963-17, de 30.03.2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001), admite-se a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que haja previsão contratual.2. Agravo regimental improvido.(AgRg no REsp 922.150/RJ, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2007, DJ 17/12/2007, p. 200)Deste modo, a jurisprudência é clara no sentido de que somente é permitida a capitalização para os contratos posteriores ao o advento da Medida Provisória n.º 1.963-17/2000 e suas reedições, e, repiso, desde que pactuadas.Assim, não verifico no contrato pactuado previsão expressa de tal capitalização mensal, e aplicando o entendimento jurisprudencial de que a MP n.º1.963-17/2000 não retroage, deve, desse modo, ser expurgado do montante da dívida tal cobrança em relação ao contrato supramencionado. Nesse escólio é o entendimento recente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, senão vejamos: EMENTA: AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO -

APLICABILIDADE DO CODECON - JUROS CONTRATUAIS - TAXA SUPERIOR A 12% AO ANO - LEGALIDADE - CONTRATOS ANTERIORES À MP N.º1.963-17/2000 - VEDAÇÃO DA CAPITALIZAÇÃO - ADITIVO AUTORIZANDO A COBRANÇA DE JUROS CAPITALIZADOS - LEGALIDADE DA PRÁTICA A PARTIR DA ASSINATURA DO NOVO CONTRATO - Nos termos da Súmula 596 do STF, as disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições bancárias que integram o sistema financeiro nacional, especialmente se convencionadas em contratos. - A Emenda Constitucional n.º 40, de 29 de maio de 2003, alterando a redação do art. 192 da Constituição Federal, suprimiu o seu parágrafo terceiro, que limitava a taxa de juros a 12% ao ano. - Apesar de ser admissível a capitalização de juros nas operações financeiras, desde a edição da Medida Provisória n.º1.963-17/2000, a sua cobrança dependerá de pactuação expressa, sem a qual não é possível a sua aplicação. - Antes da edição da MP n.º 1.963-17, de 31 de março de 2000, a capitalização mensal de juros não era admitida pela legislação brasileira, e não pode ser considerada legal se o contrato que previa a sua aplicação é anterior a sua edição. - É ilegal a cobrança da taxa registro do contrato de financiamento.(TJMG, Apelação Cível 1.0525.11.003550-4/002, Relator(a): Des.(a) Antônio de Pádua , 14ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 24/05/2012, publicação da súmula em 01/06/2012)Sobrevindo aditivo contratual autorizando a capitalização de juros, somente a partir da anuência do consumidor, ou assinatura de contrato posterior, é que será admitida a cobrança de juros sobre juros.Dessa sorte, deve ser expurgada da dívida qualquer valor referente a capitalização de juros. No tocante à utilização da Tabela Price, a jurisprudência têm entendido pela legalidade. A título de exemplo, veja-se o seguinte precedente recente: ”PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. TABELA PRICE. LEGALIDADE. ANATOCISMO. SÚMULAS N.5 E 7 DO STJ. TAXA REFERENCIAL (TR). SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR. APLICAÇÃO DO IPC DE MARÇO DE 1990. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC NÃO CONFIGURADA. 1. A utilização do sistema francês de amortização, Tabela Price, para o cálculo das prestações da casa própria não é ilegal e não enseja, por si só, a incidência de juros sobre juros.2. Na hipótese de o valor da prestação ser insuficiente para cobrir a parcela relativa aos juros, estes deverão ser lançados em conta separada sobre a qual incidirá apenas correção monetária, a fim de evitar a prática de anatocismo.3. Contudo esta Corte, por ocasião do julgamento de recurso submetido ao regime do art. 543 do CPC, assentou a impossibilidade de o STJ analisar a existência de capitalização de juros com a utilização da Tabela Price, emrazão da incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ (REsp n. 1.070.297/PR, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/9/2009, DJe 18/9/2009).4. Admite-se a aplicação da TR para correção do saldo devedor de contrato de mútuo vinculado ao SFH, ainda que firmado anteriormente ao advento da Lei n. 8.177/1991, desde que pactuado o mesmo índice aplicável à cadernetade poupança, nos termos da jurisprudência consolidada no julgamento de recurso submetido ao regime do art. 543 do CPC (REsp n. 969.129/MG, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em9/12/2009, DJe 15/12/2009).5. “Nos contratos vinculados ao SFH, a atualização do saldo devedor antecede sua amortização pelo pagamento da prestação.” (Súmula n.450/STJ).6. A correção monetária do saldo devedor dos contratos de financiamento imobiliário vinculados ao SFH, relativamente ao mês de abril de 1990, deve ser calculada com base no IPC de março do mesmo ano, no percentual de84,32% (oitenta e quatro inteiros e trinta e dois centésimos percentuais).7. A violação do art. 535 do CPC não resulta configurada na hipótese em que o Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronuncia-se sobre a questão controvertida nos autos, não incorrendo em omissão, contradição ouobscuridade.8. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AgRg no Aresp 251028/RJ, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, Julgado em 02/05/2013, Dje 15/05/2013)”Ainda: ”EMBARGOS INFRINGENTES. REVISÃO DE CONTRATO. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. TABELA PRICE. APLICABILIDADE. Segundo o sistema de cálculo da Tabela Price, a prestação amortizará o capital, a longo prazo, iniciando-se pelo pagamento quase integral dos juros, passando, no decorrer da contratualidade, ao pagamento do principal. No caso dos autos, considerando a contratação a uma taxa anual efetiva de juros de 9,381%, inferior à taxa legal de 12% ao ano, não há falar em abusividade. ACOLHERAM OS EMBARGOS INFRINGENTES, POR MAIORIA. (Embargos Infringentes Nº 70038787156, Nono Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nelson José Gonzaga, Julgado em 18/03/2011)”Repetição do Indébito e CompensaçãoPor sua vez, com efeito, caracterizando-se o pagamento indevido como uma das formas de enriquecimento sem causa, é cabível a devolução dos valores pagos a maior, como meio de reequilibrar a situação patrimonial das partes, injustamente alterada pela abusividade do contrato.Esclareço, entretanto, que a repetição dar-se-á na forma simples. O STF já sumulou a matéria, quando da edição do verbete 159, que assenta: ”cobrança excessiva, mas de boafé, não dá lugar às sanções do art. 1531, do Código Civil”.A toda evidência, não se pode imputar má-fé à cobrança realizada pela parte adversária, porquanto a incidência dos encargos se fulcrou em interpretação de contrato, ainda que errônea, envolvendo, por conseguinte, tema controvertido.De outra face, tenho por inaplicável à espécie o parágrafo único do art. 42 do CDC, pois depreende-se da dicção daquele dispositivo que a incidência da repetição dobrada está condicionada à inexistência de “engano justificável”, circunstância presente na hipótese, uma vez que a matéria envolve, como já referi anteriormente, dissídio tanto jurisprudencial como doutrinário. Nesse sentido já decidiu a egrégia 12ª Câmara Cível do TJRS, quando do julgamento da AC 598280378, Rel. Des. Luiz Felipe Brasil Santos, cuja ementa segue transcrita: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO , § 7º, II, DO CPC. NOVO JULGAMENTO. CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL. JUROS REMUNERATÓRIOS.De acordo com entendimento do STJ, nos créditos incentivados os juros remuneratórios se encontram limitados em 12% ao ano, pela seguinte justificativa: tendo o Decreto-lei n. 413/69, art. 5º, posterior à Lei n. 4.595/64 e específico para as cédulas de crédito industrial, o que se estende aos demais créditos incentivados, conferido ao Conselho Monetário Nacional o dever de fixar os juros a serem praticados, sendo omisso, no tópico, esse órgão governamental, incide a limitação de 12% ao ano prevista na Lei de Usura, não estando alcançada a cédula de crédito comercial pelo entendimento jurisprudencial consolidado na Súmula n. 596/ STF.APELO DO BANCO/RÉU PARCIALMENTE PROVIDO E APELAÇÃO DOS AUTORES PREJUDICADA, EM NOVO

JULGAMENTO. (Apelação Cível Nº 598280378, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 25/02/1999)O Superior Tribunal de Justiça edita jurisprudência no mesmo sentido: AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. LIMITAÇÃO DOS JUROS A 12% AO ANO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA E JUROS REMUNERATÓRIOS. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. PRECEDENTES DA CORTE.1. A jurisprudência desta Corte, apesar de acolher a orientação da Súmula nº596/STF afastando as disposições da Lei de Usura quanto à taxa de juros nos contratos celebrados com instituições financeiras, admite, sim, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor quando efetivamente demonstrada a abusividade da taxa cobrada, já que caracterizada uma relação de consumo entre o mutuário e a instituição financeira. Assim, deveria ter sido impugnada a FUNDAMENTAÇÃO do acórdão recorrido no tocante à aferição da abusividade, o que não fez. Eventual ataque ao fundamento do acórdão, somente neste agravo, apresenta-se como intempestiva.2. A capitalização dos juros, nos termos da jurisprudência da Corte, em hipóteses como a presente, não pode ter periodicidade inferior à anual. 3. Vedada a cobrança cumulativa da comissão de permanência com os juros remuneratórios, já que estes encontram-se, também, na composição daquela.4. No que se refere ao mérito da repetição de indébito, a jurisprudência desta Corte já assentou que aquele que recebe pagamento indevido deve restituí-lo para impedir o enriquecimento indevido, prescindindo da discussão a respeito de erro no pagamento em hipóteses como a presente.5. Agravo regimental desprovido.(AGRESP 595136/ RS, STJ - 3ª Turma, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ: 19.04.2004).Registro que a repetição do indébito é conseqüência lógica da redefinição do débito operada a partir da revisão do contrato. Trata-se de medida indispensável a evitar que a instituição financeira enriqueça indevidamente e para fazer valer o princípio da economia processual, sendo desnecessário, assim, ajuizar nova ação judicial somente para repetir o indébito, o que deve ser feito desde já na presente ação.Aliás, como bem asseverou o eminente Des. Henrique Osvaldo Poeta Roenick, no julgamento da apelação cível nº 70000321000 do E. TJRS, “se possível em caso de erro, com muito mais razão em caso de nulidade, que é vício mais grave e que deriva da cobrança de encargos abusivos e ilegais, devendo-se afastar a possibilidade de enriquecimento ilícito de uma das partes”.Assim, se, eventualmente, após a pertinente compensação, for apurada a existência de crédito em favor da parte autora, viável, ainda, a repetição de indébito, na forma simples, VISTO inexistir má-fé na cobrança realizada pela parte demandada. Uma vez apurados, em liquidação de SENTENÇA , os valores pagos a maior pela parte consumidora, a repetição do indébito será feita através de compensação com as parcelas eventualmente ainda vincendas ou as já vencidas. Isso posto, por tudo mais que dos autos consta e com fundamento no disposto dos artigos 6 e 51 do Código de Defesa do Consumidor, acolho parcialmente os argumentos esposados para julgar os pedidos PARCIALMENTE PROCEDENTES no seguinte sentido: 1. Deixo de declarar a inconstitucionalidade por exceção do artigo 5º da Medida Provisória n. 2.170-36, pelos motivos retro expostos.2. No tocante à capitalização dos juros, em razão de somente ser esta para os contratos posteriores ao o advento da Medida Provisória n.º 1.963-17/2000 e suas reedições, e desde que pactuadas, deve ser expurgada a capitalização dos contratos mensal.3. Declaro a aplicação do Código de Defesa do Consumidor no contrato em questão.4. Declaro a legalidade da utilização do sistema de amortização francesa conhecida como tabela “price”.5. A liquidação de SENTENÇA pelo interessado, após o expurgo da capitalização dos juros, deverá obedecer aos parâmetros desta DECISÃO e apurado, em liquidação de SENTENÇA , valores pagos a maior pela parte Autora, determino a repetição do indébito na forma simples que será feita por meio de compensação com as parcelas eventualmente ainda vincendas ou vencidas.6. Havendo, após a compensação, saldo em seu favor, será efetivada a devolução simples do mesmo a Autora. Retifique-se o polo passivo desta demanda passando a figurar como réu BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A, ao invés de Banco Finasa B. M. C. S.A Declaro extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.Condeno a parte Requerida ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R$ 800,00 (oitocentos reais), ante a sucumbência mínima da parte Autora, nos termos do artigo 21, do Código de Processo Civil.P.R.I.CPorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0012255-47.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Samuel Brandao da Silva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos ( )
Requerido: Fundo de Investimento em Direito Creditorios Não Padronizados Multisegmentos Credistore
DECISÃO :
Presentes os requisitos necessários para a concessão da medida pleiteada, VISTO que não há falar-se em inscrição dos dados da pessoa em cadastros de inadimplentes enquanto se discute a legalidade ou não dos débitos, fato que se traduz em dano de difícil reparação a qualquer indivíduo. Ademais, a documentação que acompanha a inicial denota a verossimilhança aos fatos alegados. Desta forma, estando presentes os requisitos autorizadores, com fundamento com art. 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em consequencia, determino que se oficie aos órgãos de proteção ao crédito (SPC/Serasa) para que promovam a imediata retirada dos dados cadastrais da autora de seus órgãos restríticios, no prazo de 48h, contados da ciência desta ordem, não podendo proceder a nova inclusão pela mesma dívida em discussão, até final julgamento da lide, sob pena de, desobedecendo qualquer das ordens, incorrer em multa diária correspondente a R$ 1.000,00 por dia de atraso, sem prejuízo da apuração de eventual crime de desobediência, nos termos do art.330, CP.Cite-se o requerido para que, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação, nos termos do art.327 do CPC.Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação.Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC.Intimem-se e cumpra-

se. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOPorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0021162-79.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rafael Prenholatto do Espírito Santo
Advogado: Vanessa Azevedo Macedo (RO 2867)
Requerido: Banco Santander S. A.
Advogado: Marcos Araujo (846 RO), Marcos Metchko (RO 1482)
SENTENÇA :
SENTENÇA Rafael Prenholatto do Espírito Santo ajuizou ação de cobrança de valores c/c repetição de indébito em Banco Santander Banespa S.A., ambos qualificados, alegando, em síntese, que contratou financiamento com o requerido no valor de R$12.711,76 (doze mil, setecentos e onze reais e setenta e seis centavos) comprometendo-se a pagar mensalmente as parcelas do contrato no valor de R$346,34).Afirma que lhe foram cobrados os seguintes encargos: R$532,00 a título de taxa de abertura de crédito, R$1.000,00 a título de tarifa de liquidação antecipada e R$3,90 pela tarifa de emissão de carnê. Sustenta a ilegalidade da cobrança desses valores sob o argumento de que tais despesas são de responsabilidade da ré e o repasse ao consumidor é indevido e abusivo. Pede a procedência dos pedidos iniciais para lhe ser restituídos em dobro tais valores. Com a inicial vieram os documentos de fls. 11 a 14.Deferida a assistência jurídica gratuita.Citada, a ré apresentou contestação de fls. 19 a 32 sustentando, em síntese, defendeu a validade do contrato e das taxas combatidas argumentando que a autora contratou por livre e espontânea vontade e tinha inteiro conhecimento dos valores das referidas taxas e da quantidade e valor das parcelas fixas. Ao final, pugnou pela improcedência dos pedidos. Trouxe documentos de fls. 33 a 37.Em réplica de fls. 38 a 49 a autora reiterou os fundamentos jurídicos da inicial, refutando a alegação de que as tarifas cobradas são consideradas indevidas. As partes não especificaram provas.Vieram conclusos para julgamento no estado em que se encontra.É o relatório. DECIDO.Matéria somente de direito, julgamento imediato. Observe-se, ainda, que as partes não têm outras provas a produzir (vide folhas 55 a 56). Revolta-se a autora contra a cobrança da tarifa de abertura de crédito, tarifa de liquidação antecipada e também a tarifa de emissão de carnê.Quanto à tarifa de abertura de crédito, nada obsta, uma vez que esta está clara entre as partes, fato este não ocorrido.Atente-se que a cobrança de tarifas de liquidação antecipada por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deve estar prevista no contrato firmado entre a instituição financeira e o cliente ou ter sido o respectivo serviço previamente autorizado ou solicitado pelo cliente ou usuário (artigo 1º da Resolução BACEN 3.518, de 06.12.2007).A tarifa acima mencionada está nessa situação. Se o valor é alto e realmente é , deveria o consumidor ter se insurgido quanto a tal cobrança, quando da contratação, ou procurado outro prestador do específico serviço, com eventual tarifa em valor menor.O Código de Defesa do Consumidor prescreve que é consumidor toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.Fornecedor, a pessoa física ou jurídica que comercializa produtos ou presta serviços, entendendo-se serviço como qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.Não há dúvida sobre a natureza jurídica da atividade bancária, que se qualifica como empresarial, observando-se a antiga lição de vivante dizendo que “o banco é a empresa comercial que recolhe os capitais para distribuí-los sistematicamente com operações de crédito.O artigo 119 do Código Comercial de 1850 já definia a atividade dos banqueiros, denominando-a de operação de bancos, que também o Regulamento nº 37/1850, considerava como mercancia” (Cesare Vivante, Trattato di diritto commerciale, vol. I, 5ª ed., Milano, Ed. Francesco Vallardi, 1934, nº 53, p.92, apud Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, comentado pelos autores do anteprojeto, de Ada Pellegrini Grinover e outros, 5ª ed., 1997, ed. Forense, p. 371). Não é toda e qualquer operação bancária que estará abrangida pelo regime jurídico do Código de Defesa do Consumidor, mas apenas aquelas que constituam relações jurídicas de consumo, como assinala NELSON NERY JÚNIOR.Segundo o citado autor, a consideração das atividades bancárias como relações de consumo depende da determinação da finalidade dos contratos realizados com os bancos. Assim, “havendo a outorga do dinheiro ou do crédito para que o devedor o utilize como destinatário final, há a relação de consumo que enseja a aplicação dos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor”. Presume-se que o crédito por mútuo em dinheiro para pessoa física destina-se ao consumo, cabendo ao banco o ônus de provar o contrário, até por força de eventual incidência da norma do art. 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor (Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, comentado pelos autores do anteprojeto, de Ada Pellegrini Grinover e outros, ed. Forense Universitária, 4ª ed., pg. 311/318, item 11).Há, no caso em testilha, relação jurídica de consumo, tendo em conta ser o autor pessoa física e, nos termos da lei, é destinatário final dos produtos. Não se argumente, por outro lado, a impossibilidade do tomador de empréstimos ser destinatário final do dinheiro, pois se deve levar em conta a classificação dos bens em naturalmente consumíveis e juridicamente consumíveis, esclarecendo Arnoldo Wald que “uma coisa é considerada juridicamente consumível quando se destina ao consumo, mesmo quando continua a existir depois de usada” (Curso de Direito Civil Brasileiro Introdução e Parte Geral, 7ª edição, 1992, p.174).Aplicável, pois, ao caso, o Código de Defesa do Consumidor.Quanto à tarifa de emissão de boleto bancário, admissível sua exigência, desde que previamente contratada a exigência entre as partes, considerando, aqui, a data do contrato.Não se vê no contrato firmado entre as partes tal cláusula, o que não se coaduna com os ditames do Código de Defesa do Consumidor.Se não houve a contratação de forma específica, irregular a exigência.Ainda, não se vê no contrato a alternativa de pagamento de maneira diversa ao boleto bancário, de maneira a proporcionar ao consumidor outra opção para pagamento, presente, dessa forma, a abusividade apontada. Deve tal tarifa ser excluída do contrato, com restituição em dobro ao autor pelo que indevidamente pagou (em dobro porque houve cobrança indevida e efetivo pagamento). Ainda, outro ponto.O Código de Defesa do Consumidor norteia as relações de consumo pelo princípio da boa-fé, nele incutido, à evidência, o dever de informação. Consubstancia-se no dever dos contratantes de prestarem todas as informações necessárias, de maneira ampla e clara, para a consolidação livre das vontades em aderir ao contrato. Ora, o artigo 52 do CDC determina que no fornecimento de

produtos que envolvam outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre o preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional e o montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros, bem como acréscimos legalmente preVISTOS. Ainda, o artigo 54, § 3º manda a redação dos contratos de adesão, como no caso em testilha, ser redigida em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis para facilitar a compreensão pelo consumidor. Observe-se: "A declaração, ao final dos contratos de adesão, firmada pelo consumidor de que conhece e compreende todas as cláusulas e condições, que começa a se generalizar, não tem qualquer valor, porque cabe ao fornecedor provar que assegurou os meios para tal, com relação a todos os consumidores potenciais. (...)Procura-se proteger o consumidor contratante contra as assim chamadas cláusulas de surpresa, que aparentam um sentido equitativo ou até mesmo a ele favoráveis, quando do primeiro contato ou da primeira leitura, mas que encerram engenhosas formulações, provocando efeitos contrários ao que se supôs. Daí a exigência legal de fácil compreensão prévia e da garantia de ser esclarecido razoavelmente" (Contratos no Código de Defesa do Consumidor: Pressupostos Gerais, Paulo Luiz Neto Lobo, RT 705/45).Dessa forma, deveria o réu comprovar que prestou a devida e necessária informação ao consumidor sobre a incidência da tarifa de emissão de boleto, até mesmo para possibilitar-lhe eventualmente outro modo de pagamento no qual não recaia tal tarifa.Aqui, o réu não fez, também, tal comprovação. Assim, excluem-se as tarifas de abertura de crédito e liquidação antecipada, devendo ser efetuadas as restituições.Ante ao exposto, com fundamento no art.269, I do CPC, JULGO, por SENTENÇA com resolução de mérito, PROCEDENTES os pedidos formulados, para DETERMINAR a restituição dos valores cobrados ao autor referente à taxa de abertura de crédito no valor de R$532,00, a liquidação antecipada no valor de R$1.000,00, além dos valores desembolsados a título de tarifa de emissão de boleto bancário no valor de R$3,90 no período de 60 meses. Com relação a todas as parcelas pagas pelo autor durante todo o período, atualizadas monetariamente (tabela prática) e demais taxas e com juros legais de mora de 1% ao mês desde cada desembolso, valores a serem restituídos, ainda, em dobro, nos termos do artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, bem com excluir a incidência da tarifa nas parcelas vincendas, se for o caso, providenciando o réu o necessário.Condeno, ainda, o requerido a pagamento das custas e despesas processuais ehonorários que arbitro em 15% sobre o valor da condenação.P.R.I.C.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0014713-37.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Zenildo Gomes da Silva
Advogado: Eduardo Pinheiro Dias (OAB/RO 3491)
Requerido: Banco BMG S/A
DECISÃO :
Faça constar dos autos que o requerente é pessoa idosa na forma da lei, devendo o feito ter prioridade na tramitação, nos moldes da lei 10.471/03 (Estatuto do Idoso).Presentes os requisitos necessários para a concessão da medida pleiteada, VISTO que não há falar-se em inscrição dos dados da pessoa em cadastros de inadimplentes enquanto se discute a legalidade ou não dos débitos, fato que se traduz em dano de difícil reparação a qualquer indivíduo. Ademais, a documentação que acompanha a inicial denota a verossimilhança aos fatos alegados. Desta forma, estando presentes os requisitos autorizadores, com fundamento com art. 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em consequencia, determino que se oficie aos órgãos de proteção ao crédito (SPC/Serasa) para que promovam a imediata retirada dos dados cadastrais da autora de seus órgãos restríticios, no prazo de 48h, contados da ciência desta ordem, não podendo proceder a nova inclusão pela mesma dívida em discussão, até final julgamento da lide, sob pena de, desobedecendo qualquer das ordens, incorrer em multa diária correspondente a R$ 1.000,00 por dia de atraso, sem prejuízo da apuração de eventual crime de desobediência, nos termos do art.330, CP.Cite-se o requerido para que, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação, nos termos do art.327 do CPC.Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação.Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC.Intimem-se e cumpra-se. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOPorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015887-81.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Fiat S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido: Sâmia Regina Costa Ramalho
DECISÃO :
VISTOS ,Diante da argumentação apresentada pela Autora e a farta documentação em destaque o contrato de abertura de crédito com alienação fiduciária em garantia e, notificação extrajudicial informando a respeito do inadimplemento da obrigação, constato a fumaça do bom direito e os requisitos legais preVISTOS no art. 3º do Dec. lei 911/69.Isso posto, determino liminarmente a busca, apreensão, VISTO ria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante da exordial e contrato, depositando-se o bem em mãos do Autor, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários mínimos até o limite do valor do veículo.Executada a liminar, na mesma oportunidade cite-se a requerida e intime-a para, em 05 dias efetuar o pagamento integral da dívida pendente sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§ 1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art.56 da Lei 10.931/04).Efetuado o pagamento a Requerente deverá restituir o veículo a Requerida, comprovando nos autos.No prazo de 15 dias a contar da citação o devedor fiduciante poderá apresentar contestação. Atente-se a parte requerida de que, a não apresentação no prazo legal, acarretará a presunção de veracidade dos fatos alegados na

inicial (artigos 285 e 319 do CPC).Defiro os benefícios contidos no §2º do art.172 do CPC.Cumpra-seVIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOPorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0005937-48.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Curso Excelência Serviços Educacionais Ltda
Advogado: Viviane Barros Alexandre (OAB/PE 16547)
Requerido: Eletrobrás Centrais Eletricas de Rondônia - CERON.
DECISÃO :
DECISÃO O cerne da presente demanda é a aferição do real consumo de energia do imóvel situado onde a parte autora estabelece suas negociações.Os documentos que acompanharam a inicial demonstram que a requerida está efetuando a cobrança dos valores que estão sendo questionados, os quais foram apurados após perícia realizada em medidor de energia elétrica. Havendo questionamento quanto ao valor cobrado, afigurase verossímel a pretensão de não suspensão do serviço até o deslinde da causa.Também restou demonstrado que não obstante as diversas tentativas, a autora não logrou êxito em resolver o problema diretamente com a requerida, o que deve ser presumido como verdadeiro ante o principio da boa-fé que rege o processo civil. O receio de dano irreparável ou de difícil reparação também se encontra presente, pelo resultado nefasto que pode ser causado ao autor, por ser instituição de ensino destinada a preparatório para concursos públicos, tendo em vista a essencialidade do serviço prestado pela requerida. Desta forma, estando presentes os requisitos autorizadores, com fundamento com art. 273, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela e, em consequencia, determino que a requerida se abstenha de efetuar a interrupção do fornecimento de energia da unidade consumidora do autor, em relação ao débito questionado, no prazo de 48h, contados da ciência desta ordem, não podendo proceder a interrupção pela mesma dívida em discussão, até final julgamento da lide, sob pena de, desobedecendo qualquer das ordens, incorrer em multa diária correspondente à R$1.000,00 (hum mil reais) por dia de atraso, sem prejuízo da apuração de eventual crime de desobediência, nos termos do art.330, CP.Cumprida a antecipação de tutela, cite-se o requerido para que, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação, nos termos do art.327 do CPC.Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação.Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC.VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOCENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A - CERON, concessionária de serviços públicos de energia elétrica, empresa controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS, com sede e endereço na Rua José de Alencar, 2613 Baixa da União - Porto Velho/ROPorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015042-49.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Noelma de Lima Mendes
Advogado: Gabriel de Moraes Correia Tomasete (OAB/RO 2641), Soráia Silva de Sousa (OAB/RO 5169)
Requerido: BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
DECISÃO :
DECISÃO Defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos dos arts. 5º, LXXIV da CF e 4º da Lei 1.060/50.Presentes os requisitos necessários para a concessão da medida pleiteada, VISTO que não há falar-se em inscrição dos dados da pessoa em cadastros de inadimplentes enquanto se discute a legalidade ou não dos débitos, fato que se traduz em dano de difícil reparação a qualquer indivíduo. Ademais, a documentação de fls. 158 comprova que há risco de negativação, tendo em vista que a Requerida já reconheceu o inadimplemento da Autora através de notificação extrajudicial, denotando a verossimilhança aos fatos alegados. Desta forma, estando presentes os requisitos autorizadores, com fundamento com art. 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela PARCIALMENTE, e em consequência, determinando que a requerida se abstenha de inscrever o nome da parte autora em quaisquer cadastros de maus pagadores (Serasa, SPC, CFC) em razão dos débitos discutidos nestes autos, ou, caso já tenha negativado, retire-o, no prazo de 48h, contados da ciência desta ordem, sob pena de, desobedecendo qualquer das ordens, incorrer em multa diária correspondente a R$ 1.000,00 por dia de atraso, sem prejuízo da apuração de eventual crime de desobediência, nos termos do art.330, CP.Defiro, ainda, a consignação incidental para que a Autora proceda com o depósito judicial no valor de R$716,89 à título de consignação, referente à primeira parcela da renegociação, sob pena de ser revogada a tutela deferida.Postergo a análise do pedido de tutela antecipada constante do item 1.1, letra “b” para após a apresentação da contestação.Cite-se a Requerida para que, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação, nos termos do art.327 do CPC.Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação.Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC.Intimem-se e cumpra-se. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOPorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015052-93.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Felipe Andrade
Advogado: Lester Pontes de Menezes Júnior (RO 2657/RO)
Requerido: Banco Santander S.A.
DECISÃO :
DECISÃO Presentes os requisitos necessários para a concessão da medida pleiteada, VISTO que não há falar-se em inscrição dos dados da pessoa em cadastros de inadimplentes enquanto se discute a legalidade ou não dos débitos, fato que se traduz em dano de difícil reparação a qualquer indivíduo.

Ademais, a documentação que acompanha a inicial denota a verossimilhança aos fatos alegados. Desta forma, estando presentes os requisitos autorizadores, com fundamento com art. 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em consequencia, determino que se oficie aos órgãos de proteção ao crédito (SPC/Serasa) para que promovam a imediata retirada dos dados cadastrais do autor de seus órgãos restríticios (Serasa, SPC etc), no prazo de 48h, contados da ciência desta ordem, não podendo proceder a nova inclusão pela mesma dívida em discussão, até final julgamento da lide, sob pena de, desobedecendo qualquer das ordens, incorrer em multa diária correspondente a R$ 1.000,00 por dia de atraso, sem prejuízo da apuração de eventual crime de desobediência, nos termos do art.330, CP.Cite-se o requerido para que, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação, nos termos do art.327 do CPC.Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação.Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC.Intimem-se e cumpra-se. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOPorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015259-92.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Raimunda dos Anjos Rodrigues
Advogado: Rodrigo Augusto Barboza Pinheiro (OAB/RO 5706)
Requerido: BANCO SANTANDER S/A, BANCO CRUZEIRO DO SUL
DECISÃO :
DECISÃO Raimunda dos Anjos Rodrigues ajuizou ação revisional c/c tutela antecipada em desfavor de Banco Santander e Banco Cruzeiro do Sul S/A requerendo em sede antecipatória a limitação dos descontos efetuados em seu contracheque ao importe de 30% alegando que os referidos descontos estão causando prejuízo ao seu sustento. Com a inicial vieram os documentos de fls. 19/27.Passo ao exame dos requisitos do art. 273 do CPC.Entendo presentes os requisitos necessários para o deferimento do pleito, quais sejam, a verossimilhança da alegação e o risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Pois bem, busca-se a solução mediante aplicação do princípio da razoabilidade, de modo a não se sacrificar unilateralmente direito de um ou de outro, atendendo os interesses de ambas as partes, já que o devedor não pode ser privado integralmente de seu salário, enquanto que a instituição financeira, por sua vez, também não pode deixar de receber o valor que foi objeto do contrato. O percentual de 30% se mostra razoável, porquanto preserva o equilíbrio econômico do contrato, garantindo aos credores o recebimento de seus créditos sem, contudo, onerar demasiadamente a devedora, ferindo-lhe o princípio da dignidade da pessoa humana, preVISTO no artigo 1º, III da CF/88. O decreto n. 10330/2003, que dispõe sobre consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares ativos, aposentados e pensionistas da Administração Direta e Indireta do Estado de Rondônia, prevê em seu artigo 4ª que: “a soma das consignações compulsórias e facultativas não excederá o limite de 70% da remuneração mensal do servidor, respeitando o limite de 30% para as facultativa”. Dessa forma, considerando-se que o valor recebido a título de salário possui caráter alimentar, tenho que os descontos devem ser efetivados de maneira a viabilizar a mantença do devedor, motivo pelo qual, a fim de não desarticular financeiramente a parte e, ainda, viabilizar o pagamento da dívida, entendo justo que se limite o desconto a 30% dos proventos.Nesse sentido vê-se vários julgados do TJ/RO: ”AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. PARCELAS. DESCONTO. CONTA CORRENTE. SALÁRIO. RAZOABILIDADE. Não obstante a legalidade da cláusula que prevê a cobrança do pagamento por meio de desconto na conta corrente da agravada, mister se faz a limitação do débito ao percentual de 30% da remuneração ali depositada a título de salário, sob pena de se inviabilizar a sobrevivência do devedor, o que atentaria contra o princípio da dignidade da pessoa humana.” (Número do processo: 2.0000.00.520240-0/000(1), Relator: RENATO MARTINS JACOB, Data do acórdão: 06/10/2005, Data da publicação: 22/11/2005) “Agravo. Revisional de contrato. Desconto em folha de pagamento. Limitação em 30%. É correta a limitação dos descontos em folha de pagamento, quando em trâmite a ação revisional de contrato, no intuito de não onerar em demasia o contratante e evitar a ausência de verba mínima para a subsistência do devedor.” (Processo nº: 0000691-11.2012.8.22.0000, Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho, Data do Acórdão: 20/03/2012, Data da publicação: 27/03/2012)Assim, presentes os requisitos necessários uma vez que os descontos efetuados pela instituição financeira recaem sobre os valores percebidos a título de salário, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA e determino que se notifique ao Departamento de Recursos Humanos do autor para que dê imediato cumprimento na presente liminar, obedecendo os descontos o limite de 30% do salário do servidor até ulterior DECISÃO .Cite-se os Requeridos para contestar a ação em 15 dias cientificando-os que não contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor, advertência prevista nos artigos 285 e 310 do CPC. Tendo em vista o valor da causa e o útlimo comprovante apresentado pela Autora, defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos dos arts. 5º, LXXIV da CF e 4º da Lei 1.060/50.Cumpra-se. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOPorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015669-53.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Premonorte Industria & Comercio de Pré Moldados
Advogado: José Vitor Costa Júnior (OAB/RO 4575)
Executado: N. A Engenharia e Construções Ltda
DESPACHO :
VISTOS. Cite-se por Oficial de Justiça via mandado, para que o Executado efetue o pagamento da dívida e dos honorários advocatícios, ou nomeie bens à penhora no prazo de 3 (três) dias do ato da Citação, salientando que o prazo para apresentação de defesa é de 15 (quinze) dias, fazendo constar do mandado que, no caso de pagamento em 3 (três dias), os honorários advocatícios serão reduzidos à metade. Fixo honorários da execução em 10%, salvo embargos. Não ocorrendo o pagamento ou a nomeação de bens, realize-se de imediato a penhora on line. Em sendo infrutífera, que seja,

então, determinado a penhora e avaliação dos bens do devedor via Oficial de Justiça, podendo, na oportunidade, caso não seja o devedor encontrado, arrestar-lhe tantos bens quanto sejam necessários para garantir a execução, cumprindo com o que dispõe o art. 653, parágrafo único do CPC.Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC.Cumpra-se. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOPorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015727-56.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogado: Edemilson Koji Motoda (OAB/SP 231747)
Requerido: Gleison Carneiro da Silva
DESPACHO :
VISTOS , Emende-se a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, devendo o autor proceder com a correta qualificação da parte requerida, em especial no que diz respeito ao endereço. Int. e cumpra-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015779-52.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rejane Monteiro de Souza
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: BANCO BMG SA.
DESPACHO :

DESPACHO INICIALCite-se o requerido para que, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação, nos termos do art.327 do CPC.Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação.Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC.Intimem-se e cumpra-se. SERVE A PRESENTE COMO MANDADOPorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015588-07.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Pontual Material de Construção e Terraplanagem Ltda
Advogado: Antônio Augusto Souza Dias (RO 596)
Requerido: EMPA ENGENHARIA E PARCERIA LTDA
DESPACHO :
VISTOS ,Cite-se o requerido para que, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação, nos termos do art.327 do CPC.Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação.Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC.Intimem-se e cumpra-se. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOPorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0001534-36.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: C&J Luminosos e Fachadas Ltda
Advogado: Sílvio Vinícius Santos Medeiros (OAB/RO 3015)
Requerido: Theodoro Dantas de Figueiredo
DESPACHO :

DESPACHO INICIALCite-se o requerido para que, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação, nos termos do art.327 do CPC.Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação.Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC.Intimem-se e cumpra-se. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOPorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Julia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE À JUÍZA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
pvhcivel4a@tj.ro.gov.br
JUIZ: JOSÉ ANTONIO ROBLES
ESCRIVÃ: BELª IRENE COSTA LIRA SOUZA

Proc.: 0021518-40.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Fernanda Guimarães Mendes Luz
Advogado: Antonio Manoel Rebello das Chagas (OAB/RO 1592)
Requerido: Banco Santander S.A.
Advogado: Anne Caroline Freitas Pereira Matsushita (OAB/RO 4816)
SENTENÇA :
VISTOS , etc.I - RelatórioFernanda Guimarães Mendes, regularmente qualificada e representada nos autos, ajuizou ação indenizatória por danos morais em desfavor do Banco Santander S/A, igualmente qulificado, pelos motivos fáticos e jurídicos que passam a expor. Sustenta que experimentou danos morais em razão de constrangimento a que foi submetida por preposto da instituição requerida, ocasionando danos

ofensivos à honra objetiva e subjetiva, conforme pedido inicial (fls. 03/12) e documentos apresentados (fls. 16/18).Aduziu a autora que no dia 13/09/2012, por volta das 12h45min, ao comparecer no estabelecimento requerido com a finalidade de aumentar o limite de saque diário de sua conta corrente universitária de n. 01029305-9, veio a ser atendida pelo gerente de nome Renato que veio a constrangê-la em tom de deboche ao afirmar que "conta universitária é conta de liso que não havia a necessidade de aumentar o limite de saque diário", causando transtornos que perduram até a presente data.Regularmente citada, a parte ré apresentou contestação, alegando, que não merece guarida a pretensão externada por configurar tentativa de enriquecimento ilícito, não havendo que se falar em qualquer espécie de dano a ser reparado pois o preposto da empresa em momento algum mencionou qualquer comentário que pudesse afetar a requerente.Ofertada réplica e designada audiência de instrução, foi ouvida uma testemunha.As partes apresentaram alegações finais remissivas à inicial e defesa (fls. 93/100 e fls. 111/113).É o breve relatório.II - DecidoO cerne da demanda reside na alegação de danos à personalidade da requerente, posto que a demandante teria sido ofendida moralmente e na presença de várias pessoas por preposto da instituição requerida, quando estava apenas buscando amparo e informações acerca do serviço prestado pela instituição bancária (aumento do limite de saque diário de sua conta corrente universitária).Resta incontroverso que realmente a requerente compareceu na agência bancária requerida (dia 13 de setembro de 2012) no intuito de aumentar o limite de saque diário de sua conta corrente universitária de n. 01029305-9, ocasião em que segundo ela veio a ser distratada.No caso vertente, discute-se tão somente o tratamento supostamente constrangedor praticado por preposto da instituição bancária.A única testemunha inquirida (fls. 44), ratificou integralmente as alegações da autora, bem como a aflição e a situação vexatória por ela suportada.Nesse diapasão não há qualquer dúvida de que a instituição requerida deve responder objetivamente pelos atos de seus prepostos, uma vez que o referido preposto agiu de forma livre e consciente quando proferiu de forma verbal, as palavras ofensivas à requerente.A requerida deixou de cumprir o mister do art.333, I, CPC, de modo que deve arcar com o ônus da responsabilidade pelo risco administrativo e pelos treinamentos (falhas de treinamento) que deve fazer e instruir aos seus empregados, quanto ao tratamento a ser dado aos correntistas e usuários das agências bancárias.O preposto da instituição requerida não poderia ter menosprezado a situação de "universitária" da autora. Ao contrário, caberia ao preposto enaltecer a atual condição de universitária da autora, porquanto poucos são aqueles que têm a oportunidade de buscar um nível de escolaridade superior nos dias atuais.O tratamento igualitário aos consumidores, pouco importanto se o cliente é universitário, estagiário ou um mega empresário, deve ser meta e objetivo final de qualquer empresa, pricipalmente as empresas de grande porte como as instituições financeiras que tem aparato técnico, jurídico e financeiro para treinar seus funcionários a fim de melhorar a qualidade do serviço.Na verdade, o que aconteceu foi falha na prestação do serviço.Ao contratar um serviço, o que se espera dele é a descrição exata pela qual o contratou. Um dos problemas mais recorrentes e inoportunos é o enfrentado pelo consumidor e a má prestação. O mais comum de acontecer no dia-dia quanto à má prestação de um serviço, é o mau atendimento, entenda-se este como sendo o atendimento insatisfatório, deficiente, ineficaz, incompleto, e muitas vezes o atendimento que carece da aplicação da conduta paciente e moral de quem está prestando o serviço contratado, e que isso muitas vezes pode gerar danos ao consumidor.Como já foi dito acima, o mau atendimento é uma das facetas da má prestação de serviço, e qualquer cidadão/consumidor, provavelmente, já foi vítima do mesmo. Além do mais, a atitude da parte Requeridas se mostrou abusiva. O Código de Defesa do Consumidor visa proteger a parte vulnerável e hipossuficiente e destaca como prática abusiva a recusa de atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades, consoante se denota do artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor, como ocorreu de fato no caso dos autos. Isso porque, no primeiro momento foi negado o aumento do limite e, no mesmo dia, o limite foi aumentado. Sendo assim, a instituição financeira poderia desde o início prestar o serviço solicitado pela Autora cliente e consumidora, mas recusou, sob a argumentação de que conta de universitário é conta de "liso". Dessa sorte, não se trata nestes autos de mero aborrecimento, mas sim dano à personalidade, pois a ofensa dirigida à Autora deixou de considerar os objetivos de vida, o conceito de felicidade que a mesma encontrou nos estudos em uma visão eudemonista e sua condição estudantil, que deveria ser enaltecida e não denegrida. Sendo assim, não vislumbro qualquer hipótese de enriquecimento sem causa, uma vez que a demandante foi ofendida em sua honra merecendo a devida compensação financeira, nos exatos termos dos preceitos constitucionais e infraconstitucionais.Nesse contexto, é inegável a configuração dos danos morais, consubstanciados em todo o constrangimento e transtorno anormal sofridos pela demandante, sua condição de consumidora, que foi submetida ao desrespeito e ao descaso.Ainda em relação ao dano moral, segundo o professor Yussef Said Cahali: " é a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precúuo na vida do homem e que são a paz, a tranquilidade de espúito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade fúlica, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-se desse modo, em dano que afeta a parte social do patrimônio moral(honra, reputação, etc.) e dano que molesta a parte afetiva do patrimônio moral (dor, tristeza, saudade, etc.), dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante, etc.) e dano moral puro (dor, tristeza, etc.) (Cahali, Yussef Said. Dano Moral, Editora Revista dos Tribunais, SP, 1998, 2ª edição, p. 20).Para Savatier, dano moral: é qualquer sofrimento humano que não é causado por uma perda pecuniária, e abrange todo atentado à reputação da vítima, à sua autoridade legitima, ao seu pudor, à sua segurança e tranquilidade, ao seu amor próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas afeições, etc. (Traité de La Responsabilité Civile, vol.II, nº 525, in Caio Mario da Silva Pereira, Responsabilidade Civil, Editora Forense, RJ, 1989).Assim, com arrimo na doutrina supra colacionada, tem-se que o dano moral é uma ofensa que atinge o âmago do indivíduo, dor esta de difícil comprovação, vez que varia de indivíduo para indivíduo, razão pela qual a jurisprudência há muito tempo vem entendendo que o dano moral não se prova, mas sim, os fatos.Desse modo, inconteste que atitude da parte Requerida causou mais que mero desconforto a parte Autora.Configurados os danos morais passo a aquilatar seu quantum.A jurisprudência tem oferecido alguns critérios para quantificar o valor do dano moral, havendo entendimento majoritário no sentido de que se leve em consideração a intensidade da ofensa, a capacidade financeira

do ofensor e a condição econômica do ofendido, de forma que a reparação não represente a ruína para o devedor, nem constitua fonte de enriquecimento sem causa para o credor, devendo ser estabelecida criteriosamente.No presente caso concreto sopesando os constrangimentos suportados pela Autora, e também que a indenização pelo dano moral deve revestir-se de caráter inibidor e compensatório, fixo o dano moral em R$ 4.000,00 (quatro mil reais). Tal valor tem como parâmetro as recentes decisões que tratam do assunto. Os juros e a correção monetária devem incidir a partir desta data, uma vez que, no arbitramento, foi considerado valor já atualizado, conforme jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça (EDRESP 194.625/SP, publicado no DJU em 05.08.2002., p. 0325).DispositivoAnte ao exposto, com fundamento no artigo 927 do CC, arts. 6º VIII e 14 do CDC e art. 5º, X da CF, X da CF, julgo PROCEDENTE o pedido inicial, para declarar a inexistência da dívida no valor de R$ 105,00 (cento e cinco reais) com a repetição de indébito na forma simples. Condeno a parte Requerida ao pagamento do valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), à título de indenização por danos morais, com juros de 1% a o mês e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado.Resta resolvida a fase de conhecimento, com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil.Condeno a parte Requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes fixados em 20% sobre o valor da condenação, valor este razoável e proporcional para remunerar o serviço prestado, consoante se depreende dos termos do parágrafo terceiro do artigo 20 do Código de Processo Civil, considerados o grau de complexidade da causa, o tempo, exigido para o serviço do advogado, o grau de zelo profissional e o lugar da prestação do serviço.Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito.Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0015993-77.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Raquel Placido dos Santos
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: César Henrique Longuini (OAB/RO 5217), Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285), Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
DESPACHO :
VISTOS e etc.Diante da alteração do pedido realizado pela Autora, manifeste a parte requerida, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre petição de fls. 27/28 e documentos, requerendo o que entender de direito.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique e renove a conclusão.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0021897-15.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marcos Vinicius Farias Limeira
Advogado: Joelma Cunha Pedraza (OAB/RO 5024)
Requerido: Autovema Veículos Ltda, Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529), Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS etc.Marcus Vinicius Farias Limeira e Joaquim Limeira, devidamente qualificado e representado, ajuizou a presente Ação redibitória com rescisão de contrato de financiamento, indenização por danos morais e pedido de antecipação de tutela, em face da Autovema Veículos LTDA e Banco Bradesco Financiamentos S/A, igualmente qualificados e representados, alegando em suma o seguinte.Sustenta o primeiro Autor que adquiriu um veículo usado da primeira Requerida, com recursos da obtenção do financiamento perante a segunda Requerida . Assegura que no segundo dia de uso do bem, o veículo começou a fazer um barulho estranho, aparentemente advindo do motor.Relata que ao realizar a VISTO ria, a primeira Requerida efetuou a troca da peça denominada correia dentada, entretanto o veículo continuou apresentando o mesmo barulho. Aduz que no dia 08.08.2011 o veículo foi novamente deixado na primeira Requerida para sanar o defeito apresentado, no entanto não foi sanado.Afirma que por diversas vezes o bem foi levado a conserto, mas sempre recebiam a notícia de que não havia qualquer vício no produto. Inconformado, o Autor pediu para trocar o veículo ou cancelar o contrato, o que foi negado pela Requerida Autovema. Argumenta que a primeira Requerida recusou qualquer forma de negociação e que o nome dos Requerentes foram enviados aos bancos de dados restritivos de crédito pela segunda Requerida por dívida no valor de R4 45.612,00 (quarenta e cinco mil seiscentos e doze reais), pois o contrato de financiamento permaneceu ativo já que a primeira Requerida não aceitou desfazer o negócio jurídico.Requer a antecipação de tutela para exclusão do nomes dos Autores dos bancos de dados restritivos de crédito, a desconstituição do negócio jurídico entabulado entre os Requerentes e a primeira Requerida.Pede, ainda, a anulação do contrato de financiamento realizado entre os Requerentes e o segundo Requerido, além dos danos morais experimentados por todos os transtornos causados.Com a inicial vieram os documentos de fls.17-43 dos autos.DESPACHO inicial às fls. 45 deferindo a antecipação dos efeitos da tutela.Regularmente citada, a segunda requerida apresentou contestação, levantando em sede de preliminar a ilegitimidade passiva e, no mérito, refuta os argumentos esposados pelos Autores, defendendo, em suma, a licitude do contrato firmado entre as partes e a ausência dos requisitos jurídicos para anulação, além de negar a existência dos requisitos ensejadores da indenização pelo dano moral. Pede o acolhimento da preliminar suscitada e a improcedência de todos os pedidos.Igualmente citada, a primeira Requerida apresentou defesa arguindo preliminar de ilegitimidade passiva para responder pelo contrato de financiamento celebrado entre os Autores e a segunda Requerida. No mérito afirma que foram realizados alguns reparos no veículo e, após algum tempo, o primeiro Autor alegou a continuidade do barulho. Relata que após análise dos mecânicos foi constatada a necessidade da troca dos tuchos, bielas e refazer o motor. Aduz que esse

procedimento levou em média 25 (vinte e cinco) dias, sendo que o Autor quis receber o carro em 06.09.2011, todavia o bem ficou pronto em 09.09.2011.Alega que no dia 08.09.2011 o pai do Autor se dirigiu até a primeira Requerida com uma carta de devolução do veículo, que não foi aceita pela primeira Requerida. Entretanto, afirma que o veículo foi deixado no pátio da Autovema pelo pai do primeiro Requerido, com as chaves, documentos e boletos.Nega a existência do dever de reparar e requer a improcedência dos pedidos.Réplica apresentada às fls. 145-155 dos autos.Vieram os autos à conclusão.É o relatório. Fundamento e decido.Incide à hipótese vertente a regra inserta nos inciso I, artigo 330, do Código de Processo Civil, o, que impõe o julgamento antecipado da lide, em razão de ser a matéria exclusivamente de direito.Cumpre observar que os tribunais brasileiros, inclusive o Superior Tribunal de Justiça, são unânimes em afirmar que o Julgador pode e deve indeferir o pedido de produção de prova inútil ou desnecessária, frente aos fatos alegados pelas partes e aos demais elementos probatórios já existentes nos autos, in verbis: "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO-OCORRÊNCIA. PROVA PERICIAL. DESNECESSIDADE. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL. ARTIGO 131 DO CPC. SOCIEDADE CIVIL UNIPROFISSIONAL. FINALIDADE EMPRESARIAL. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. (...) 2. O princípio da persuasão racional insculpido no artigo 131 do Código de Processo Civil faculta ao magistrado utilizar-se de seu convencimento, à luz dos elementos fáticos e probatórios, jurisprudência, circunstâncias e legislação que entenda aplicável o caso concreto, rechaçando diligências que se mostrem desnecessárias ou protelatórias.(...).(STJ - REsp 802437/MS; Recurso Especial 2005/0202919-7 - Relator: Ministro Castro Meira - Órgão Julgador: 2ª Turma - Data do Julgamento: 14/03/2006 - Data da Publicação/Fonte: DJ 23.03.2006 p. 161)"Aliás, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: "Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz e não mera faculdade assim proceder.(STJ, 4ª Turma, RE 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU, 17.09.90, pág. 9.153, 2ª col., em., THEOTONIO NEGRÃO, "CPC", Ed. Saraiva, 26ª ed., nota n.º 1 ao art. 330, pág. 295)."Passo a analisar as preliminares.Foi levantada preliminar de ilegitimidade passiva da primeira Requerida em relação ao contrato de financiamento realizado pelos Autores e pela segunda Requerida. No entanto, esta preliminar deve ser afastada. Isso porque o pedido de anulação do contrato de financiamento se deu em desfavor da segunda Requerida e não da primeira Demandada, razão pela qual não há que se falar em ilegitimidade "ad causam" para responder um pedido que não foi feito em seu desfavor. Nesse sentido, deixo de acolher a preliminar.A segunda Requerida apresentou, igualmente, preliminar de ilegitimidade passiva por entender que não possui qualquer vínculo com os fatos narrados. Ocorre que os Autores pediram expressamente a anulação do contrato de financiamento celebrado com esta Demandada, comprovando vínculo jurídico para alocá-lo como parte Requerida nesta relação processual. Assim, o fato de ter ou não direito a tal pedido será apreciada no mérito, razão pela qual rejeito a preliminar aventada.Do mesmo modo tenho que o segundo Requerente se afigura como parte legítima para figurar no polo ativo da relação jurídica processual posta em Juízo, porquanto embora não seja o devedor principal, assumiu a condição de fiador, obrigando-se solidariamente ao pagamento da dívida, tanto que recebeu a regular notificação do órgão de proteção ao crédito, consoante se depreende o documento de fls. 44 dos autos. Ausentes os pressupostos negativos, passo a analisar o mérito da demanda.Trata-se a presente demanda de ação redibitória com pedido de rescisão de contrato de financiamento, indenização por danos morais e pedido de antecipação de tutela, sob argumentação de ter adquirido um veículo usado com vício redibitório.Cuida-se o instituto civil que fez alusão ao vício redibitório, na verdade, do princípio da garantia, segundo o qual todo alienante deve assegurar, ao adquirente, a título oneroso, o uso da coisa por ele adquirida e para os fins a que é destinada. (Carlos Roberto Gonçalves).A previsão legal dos vícios redibitórios encontra a sua justificativa jurídica na garantia contratual, essa garantia é tal, que chega ao ponto de impor responsabilidade ao alienante, ainda que a coisa pereça em poder do alienatário (adquirente), se tal perecimento decorrer do vício oculto, já existente ao tempo da tradição, ainda assim o adquirente terá o direito à compensação devida. (Stolze e Pamplona Filho adaptado). Seus requisitos são: a) a existência de um contrato comutativo (translativo da posse e da propriedade da coisa); b) um defeito oculto grave existente no momento da tradição; c) a diminuição do valor econômico ou imprópria para o uso destinado.Pois bem. A compra do veículo em questão foi negociada através da primeira Requerida, sendo que desta relação adveio uma segunda relação jurídica que foi a celebração de um contrato de financiamento com a segunda Requerida justamente para pagar a aquisição do bem adquirido, ou seja, foi um contrato acessório ao principal.Claro que qualquer pessoa, ao adquirir um veículo, deseja receber o mais breve possível e em estado normal de conservação. Mesmo sabendo que está comprando um carro usado, acredita que este terá funcionamento regular ao fim a que se destina.Ocorre que, pelo que consta na inicial e na própria defesa apresentada pela primeira Requerida, inclusive com maior riqueza de detalhes, o veículo mal saiu da concessionária já teve que voltar para efetuar a troca de óleo, filtros, tensores e correia dentada.Relata a primeira Requerida, em clara confissão, que após a análise dos mecânicos, foi constatada a necessidade de troca de tuchos, bielas por conta de não estar ocorrendo normalmente a lubrificação e ainda precisou ser refeito o motor, procedimento que levou em média 25 (vinte e cinco) dias, conforme declarações às fls. 95/96 dos autos.Ressalto que o vício, relacionado ao motor, não era aparente e de fácil constatação, tanto que o requerente retornou com ele a concessionária da primeira Requerida porque não foi sanado o problema quando dos primeiros reparos.O vício, portanto, era oculto, e o direito de reclamar surge a partir do momento em que este se evidencia, não sendo razoável exigir do comprador que simplesmente presuma que o veículo, embora usado, apresente sérios problemas mecânicos em tão pouco tempo.A compra do veículo no estado em que se encontra, diz muito mais respeito aos vícios aparentes, sobretudo funilaria e danos no interior, do que à parte mecânica, a não ser que o defeito tivesse se manifestado no momento em que o autor deu a ignição, antes de selar o negócio. O que de fato não ocorreu no caso dos autos.É evidente que se após curto período houve necessidade de reparos no veículo além daqueles típicos à sua utilização normal, deve o alienante indenizar o adquirente pelo que este despendeu com o conserto, ou aceitar o desfazimento do negócio. Ademais, ao vender o veículo à parte autora, a primeira Requerida assumiu deveres acessórios decorrentes da compra e venda, determinados pelo

princípio da boa-fé (art. 422 do CC) que reclama dos contratantes conduta leal e sincera quanto ao exato cumprimento do negócio" (Apelação nº 0005377-90.2010.8.26.0554, j. 29.02.2012). Sendo assim, não é porque o veículo é usado que se justifica o motor fundir ou ter que ser refeito por qualquer motivo, pouco tempo depois da aquisição. O que razoavelmente se espera é que, no mínimo, o veículo funcione em estado normal, sem necessidades de tantos reparos em tão pouco tempo. Certamente o autor acreditou que o carro tivesse sido submetido, ao menos, à manutenção básica durante o seu tempo de uso. Ninguém que celebra um contrato de compra e venda pelo valor apontado na inicial espera que em curtíssimo lapso de tempo, precisasse de tantos reparos, o que permite concluir que os vícios já existiam à época do negócio, mas se manifestaram somente depois da tradição.Aliás, diante das circunstâncias do caso concreto, nem há falar em falta de cautela do adquirente por não ter VISTO riado o veículo acompanhado de um mecânico, haja vista que o defeito se manifestou depois da compra.Quanto ao direito aplicável, o caput do art. 441 do Código Civil dispõe que "A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor". O art. 444, por seu turno, prevê que "A responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição".Importa anotar, a propósito, que é irrelevante perquirir se os requeridos tinham conhecimento dos defeitos no motor, porque, nos termos do art. 443 do CC/02, a ciência do alienante a respeito da existência dos vícios ocultos só tem reflexo nas perdas e danos. Sendo assim, prudente o acolhimento do pedido de desfazimento do negócio jurídico e o retorno das das partes ao "status quo ante". Anoto que o desfazimento da compra e venda traz como consequência a rescisão do contrato de financiamento, que tem como natureza acessória em face daquele e foi celebrado unicamente em virtude do contrato principal de compra e venda do veículo.Nessa mesma linha de intelecção: APELAÇÃO CÍVEL. ALIENAÇÃO FIDUCÍÁRIA. AÇÃO RESOLUTIVA DE CONTRATO BANCÁRIO CUMULATIVA COM DANO MORAL. VÍCIOS REDIBITÓRIOS. ANULAÇÃO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ARTIGO 18 DO CDC. VÍCIO REDIBITÓRIO NO BEM OBJETO DO NEGÓCIO JURÍDICO DE COMPRA E VENDA. NULIDADE. RETORNO DAS PARTES AO STATUS QUO ANTE. MESMA SORTE QUANTO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. EMBORA SEJA AUTÔNOMO, POSSUI VINCULAÇÃO À COMPRA E VENDA ANTERIOR. ASSIM, TODOS OS NEGÓCIOS JURÍDICOS CONEXOS QUE FORAM REALIZADOS PARA A AQUISIÇÃO DO VEÍCULO DEVEM SER ANULADOS, RETORNANDO-SE AS PARTES AO STATUS QUO ANTE. SENTENÇA MANTIDA. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70036287175, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Angela Terezinha de Oliveira Brito, Julgado em 16/12/2010)Ainda: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. VÍCIO REDIBITÓRIO. CONTRATO DE FINANCIAMNETO. O contrato de financiamento realizado com o banco agravado, diz com uma avença acessória atrelada ao contrato principal, no caso, de compra e venda. À luz do art. 184 do CC, ao ser rescindido, o principal, de compra e venda, impossível manter-se o acessório. DADO PROVIMENTO ao recurso. (Agravo de Instrumento Nº 70022109649, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nelson José Gonzaga, Julgado em 20/11/2007)Assim, conforme documentos apresentados pelo autor e as próprias alegações da Requerida, verifica-se que o veículo em questão passou por diversos reparos, inclusive teve que ser refeito o motor, em pouquíssimo tempo de uso, não restando ao Autor qualquer garantia de que o bem terá efetivo funcionamento normal, o que resta prejudicado ao uso que se destina. Desta sorte, comprovado o vício redibitório no produto, o contrato de compra e venda poderá ser rescindido, por consequência o contrato acessório de financiamento para aquisição do bem em discussão, resultar-se-á também rescindido.Essa é a inteligência do artigo 184 do Código Civil, vejamos: "Art. 184. Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal."Colaciono jurisprudência nesse sentido: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FINANCIMENTO ATRELADO À COMPRA e VENDA. Afastada a preliminar de ilegitimidade passiva do banco réu, tendo em vista que o contrato de financiamento possui natureza acessória em relação ao principal. Provado o vício redibitório na máquina adquirida, bem como o defeito na prestação dos serviços por parte da empresa vendedora, incide a responsabilização objetiva, à luz do art. 14 do CDC. Exclusão do banco à condenação por danos morais, por ter cumprido integralmente o pactuado, inexistindo, portanto, ato ilícito de sua parte. Reduzido o percentual fixado a título de verba honorária. DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70020294468, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ergio Roque Menine, Julgado em 26/09/2007)" "REPARAÇÃO DE DANOS. VEÍCULO USADO. VÍCIO REDIBITÓRIO. DEMANDA MOVIDA CONTRA A PROPRIETÁRIA E AS DUAS REVENDAS QUE INTERMEDIARAM O NEGÓCIO. SOLIDARIEDADE. COMPLEXIDADE AUSENTE. INCIDÊNCIA DO CDC. I. São solidariamente responsáveis perante o consumidor que adquire automóvel com vício oculto a proprietária (pessoa física) e as lojas encarregadas da venda, assegurado o direito de regresso entre elas. II. Automóvel ano 98 com motor fundido. Vício oculto típico, que pode ser mascarado para não ser percebido pelo consumidor, salvo quando desmontado o motor, o que não lhe é exigível na inspeção prévia. Responsabilidade evidente. III. Prova pericial desnecessária, uma vez esclarecida a matéria técnica relevante pela via documental e oral. Recursos desprovidos. Unânime. (Recurso Cível Nº 71000856682, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: João Pedro Cavalli Junior, Julgado em 25/05/2006)" Sobre a configuração do dano moral vejamos o magistério de Sérgio Cavalieri Filho: "Dissemos linhas atrás que dano moral,à luz da Constituição Vigente,nada mais é do que agressão à dignidade da pessoa humana.Que consequências podem ser extraídas dai A primeira diz respeito a própria configuração do dano moral.Se dano moral é agressão à dignidade humana,não basta configurá-lo qualquer contrariedade.Nessa linha de principio, só deve ser reputado o dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade,interfira intensamente no comportamento psicológico do individuo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor,aborrecimento, mágoa, irritação ou

sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral,porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras,aponto de romper o equilíbrio psicológico do individuo.Se assim, não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral,ensejando em ações jurídicas em bus de indenizações pelos mais trivais aborrecimentos. In casu, demonstrou o demandante que o incômodo demonstrado ultrapassou o mero dissabor. Isso porque foi gerada uma expectativa de poder ter o seu bem em pleno funcionamento, o que lhe restou frustração e irresignação, pois o veículo não parava de retornar a oficina até que teve o motor fundido.Sendo assim, restou provado o dano extrapatrimonial.Além do mais, acerca da desnecessidade de produção de prova objetiva do dano moral, cita-se a seguinte jurisprudência: "CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DANOS PATRIMONIAL E MORAL. ART. 602 DO CPC.A concepção atual da doutrina orienta-se no sentido de que a responsabilização do agente causador do dano moral opera-se por força do simples fato da violação danum in re ipsa. Verificado o evento danoso, surge a necessidade de reparação, não havendo que se cogitar da prova do prejuízo, se presentes os pressupostos legais para que haja a responsabilidade civil (nexo de causalidade e culpa)....4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessas partes, provido."(Recurso Especial n.º23.575/DF, STJ, Rel. Min. César Asfor Rocha, j. 09.06.97).Assim, presentes, pois, os pressupostos na responsabilidade civil (o dano, o nexo de causalidade e a conduta ilícita da ré), medida que se impõe é reconhecer o dever de indenizar. Configurado o dano moral, resta-me apenas aquilatar seu quantum.A jurisprudência tem oferecido alguns critérios para quantificar o valor do dano moral, havendo entendimento majoritário no sentido de que se leve em consideração a intensidade da ofensa, a capacidade financeira do ofensor e a condição econômica do ofendido, de forma que constitua a reparabilidade a exemplaridade, devendo ser estabelecida criteriosamente.No presente caso sopesando os aborrecimentos suportados pela parte Autora e também que a indenização pelo dano moral deve revestir-se de caráter inibidor e compensatório, fixo o dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) à título de danos morais para cada Autor. Os juros e a correção monetária devem incidir a partir desta data, uma vez que, no arbitramento, foi considerado valor já atualizado, conforme jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça (EDRESP 194.625/SP, publicado no DJU em 05.08.2002., p. 0325).DispositivoAnte o exposto, com fundamento no artigo 184, 441, 444, 927 do CC, arts. 6º VIII e 14 do CDC e art. 5º, X da CF, julgo procedente o pedido inicial e confirmo a tutela antecipada concedida, para declarar rescindido o contrato de compra e venda do veículo em relação a primeira Requerida, devendo as partes retornarem ao "status quo ante".Declaro desconstituído o contrato de financiamento apontado na inicial realizado entre os Requerentes e a segunda Requerida, sendo que os valores pagos devem ser restituídos na forma simples, acrescidos de juros de 1% a partir desta DECISÃO e correção monetária a contar do efetivo desembolso. Os valores a serem restituídos ao primeiro Autor a fim de retornar ao "status quo" serão apurados em liquidação de SENTENÇA , por meio de procedimento próprio.Condeno solidariamente as Requeridas ao pagamento do valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) à título de danos morais para cada Autor, com juros de 1% ao mês e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado. Resta o feito resolvido com julgamento de mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Condeno a Requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes fixados em 20% do valor da condenação, valor este razoável e proporcional para remunerar o serviço prestado, consoante se depreende dos termos do parágrafo terceiro, alíneas 'a', 'b' e 'c', do artigo 20 do Código de Processo Civil, considerados o grau de complexidade da causa, o tempo, exigido para o serviço do advogado, o grau de zelo profissional e o lugar da prestação do serviço.Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito.Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0003233-62.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marilza Francisca Coelho dos Santos
Advogado: Paulo Francisco de Matos ( )
Requerido: Banco Itaú Unibanco S.A.
Advogado: Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164), José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718), Luis Carlos Laurenço (OAB/BA 16780)
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS etc.Marilza Francisca Coelho dos Santos, regularmente qualificada e representada, ingressou com a presente ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais, com pedido de tutela antecipada em face do Banco Itaú Unibanco S/A, igualmente qualificado e representado nos autos, alegando, em síntese, o que passa a expor.Sustenta que foi correntista do banco Requerido, cuja abertura da conta se deu com a finalidade de receber salário proveniente de seu emprego anterior. Com a abertura da conta foram disponibilizados dois cartões de crédito, um de bandeira VISA e outro MASTERCARD, sendo que as faturas destes eram pagas via boleto e não débito em conta.Relata que em 12.11.2012 solicitou o encerramento de sua conta corrente, ocasião em que foi exigido pelo Banco Requerido o pagamento da quantia de R$ 343,16 (trezentos e quarenta e três reais e dezesseis centavos) para quitar as pendências.Alega que em 14.12.2012 recebeu ligação da gerência do banco solicitando seu comparecimento sob o fundamento de que havia pendências em aberto provenientes do débito da fatura mínima do cartão em sua conta corrente, no entanto a Autora nega ter autorizado o procedimento de débito em conta das faturas relacionadas ao cartão, já que pagava por meio de boleto bancário.Afirma que os descontos foram indevidos porque nunca autorizou o pagamento através de débito automático em conta corrente e que as faturas indicadas já estavam quitadas desde 12.11.2012. Argumenta que teve crédito negado no comércio local em virtude da inclusão indevida de seu nome nos bancos de dados restritivos de crédito relativamente ao débito de R$ 101,00

(cento e hum reais), supostamente vencido em 07.01.2013 sob a rubrica de outras operações. Aduz que o débito inexiste. Requer a antecipação da tutela para a exclusão de seu nome dos bancos de dados restritivos de crédito, assim como a declaração de inexigibilidade do débito e a condenação por danos morais experimentados.Com a inicial vieram os documentos de fls. 07-18 dos autos.DESPACHO inicial às fls.19-20 dos autos deferindo a tutela antecipada.Regularmente citado, o Requerido apresentou contestação, refutando os argumentos esposados pelo autor, alegando em suma a regularidade do apontamento do débito, a exigibilidade da dívida, a inexistência do dever de indenizar e a improcedência dos pedidos.Audiência de Conciliação às fls.41 dos autos e a de instrução e julgamento às fls. 46-47.Alegações apresentadas às fls. 50 e 52/53 dos autos.Vieram os autos conclusos.É o relatório. Fundamento e decido.Ausentes os pressupostos processuais negativos, passo ao exame do mérito.Trata-se a presente ação de declaratória de inexistência de débito c/c dano moral e tutela antecipada em que a Autora alega ter experimentado, em razão de ter recebido cobrança indevida referente a um débito decorrente de sua conta corrente cancelada junto ao banco Requerido.Considerando que o caso em tela se trata de relação de consumo, regido, portanto, pelo Código de Defesa do Consumidor, é de se ter que a inversão do ônus da prova se impõe, in verbis: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; Atenta aos documentos juntados pela autora, verifico que realmente houve o pedido de cancelamento da referida conta corrente junto ao banco Requerido (docs. fls. 10/12), assim como o depósito em dinheiro da quantia de R$ 343,16 (trezentos e quarenta e três reais e dezesseis centavos) para quitar as pendências solicitadas pelo Demandado (doc. Fls. 13). Verifico, igualmente, que o efetivo encerramento da conta se deu em 12.11.2012, seguindo as normas e resoluções do Banco Central, sem qualquer pendência, consoante documento emitido pelo próprio banco Requerido, conforme documentos de fls. 15 dos autos.Além disso, ficou constatado que por motivos internos da instituição financeira, o banco, por meio de seu gerente, resolveu criar um título para supostamente pagar somatórios em aberto na conta da Requerente, após o efetivo encerramento da conta sem pendências. No entanto o título que ele gerou não creditou na conta corrente da Autora por que a mesma já havia sido encerrada e que somente em 19.12.2012 conseguiu eliminar definitivamente o saldo suplementar supostamente devedor.O próprio preposto do banco relata que ficou surpreso quando a Autora o procurou em janeiro de 2013 noticiando as cobranças feitas pelo banco, momento em que prontamente se dispôs a fazer um levantamento para saber o que estava acontecendo quando então descobriu que aquela operação de crédito que havia gerado unilateralmente transformou-se em ordem de pagamento, gerando o débito em questão, consoante se depreende de seu depoimento às fls. 47 dos autos.Sendo assim, houve nítida e indubitável falha na prestação do serviço. Ressalto que a responsabilidade no caso em tela é objetiva, independentemente de prova de culpa, nos termos do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor: O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.Aliás, na condição de prestadora de serviços, cabe à demandada oferecer o mínimo de segurança e confiabilidade aos seus clientes em relação ao procedimentos adotados, de acordo com as diretrizes do Código de Defesa do Consumidor. Logo, configurada a falha da fornecedora ao dever de lealdade na fase contratual e pós-contratual, deve responder pelos danos causados pela má prestação do serviço.Isso porque o banco Requerido jamais poderia criar título para pagamento de eventuais e supostos débitos na conta corrente da Autora que, posteriormente, transformou-se em ordem de pagamento em desfavor da Requerente. Tem um detalhe. Tudo isso ocorreu após o cancelamento definitivo da conta, que se deu de fato em 12.11.2012, sem qualquer pendência, conforme documento expedido pelo próprio banco Requerido.Na hipótese, tenho que a falha na prestação do serviço é o quanto basta para que se tenha violada a boa-fé objetiva do contrato e ultrapassado, em muito, o que se considera mero dissabor.Além disso, a inscrição indevida do nome do consumidor nos órgãos restritivos de crédito colorem a figura do dano moral puro, prescindindo da prova da sua configuração.Nesse sentido, já se manifestou os Tribunais: RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. TELEFONIA CANCELAMENTO. COBRANÇA POR SERVIÇOS NÃO PRESTADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. Cobrança indevida de valores gerados após o cancelamento do serviço de telefonia. Sendo indevida a inscrição do nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes, é caso de dano moral puro, passível de indenização, o qual independe de comprovação do dano efetivo. Dano in re ipsa. O valor do dano moral deve ser estabelecido de maneira a compensar a lesão causada em direito da personalidade e com atenção aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Negativa de seguimento à apelação. (Apelação Cível Nº 70055051494, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marcelo Cezar Muller, Julgado em 24/06/2013).APELAÇÃO CÍVEL. JULGAMENTO CONFORME ART. 557 DO CPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÍVIDA INEXISTENTE. DANO MORAL. VALOR DA CONDENAÇÃO MANTIDO. Hipótese dos autos em que a operadora de telefonia demandada realizou a inscrição do nome da parte autora em órgão de proteção ao crédito por dívida inexistente. Como decorrência da inscrição indevida junto ao órgão de restrição e seus consabidos efeitos, há a ocorrência de danos extrapatrimoniais suscetíveis de indenização, que independem de prova efetiva e concreta de sua existência. Dano moral puro ou in re ipsa. Valor da condenação mantido, diante das peculiaridades do caso concreto e dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, bem como da natureza jurídica da indenização. APELO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. SEGUIMENTO NEGADO. (Apelação Cível Nº 70054871637, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Tasso Caubi Soares Delabary, Julgado em 05/06/2013).Assim, presentes, pois, os pressupostos na responsabilidade civil (o dano, o nexo de causalidade e a conduta ilícita da ré), medida que se impõe é reconhecer o dever de indenizar. Configurado o dano moral, resta-me apenas aquilatar seu quantum.A jurisprudência tem oferecido alguns critérios para quantificar o valor do dano moral, havendo entendimento majoritário no sentido de que se

leve em consideração a intensidade da ofensa, a capacidade financeira do ofensor e a condição econômica do ofendido, de forma que constitua a reparabilidade a exemplaridade, devendo ser estabelecida criteriosamente.No presente caso sopesando os aborrecimentos suportados pela parte Autora e também que a indenização pelo dano moral deve revestir-se de caráter inibidor e compensatório, fixo o dano moral em R$ 8.000,00 (oito mil reais) à título de danos morais. Os juros e a correção monetária devem incidir a partir desta data, uma vez que, no arbitramento, foi considerado valor já atualizado, conforme jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça (EDRESP 194.625/SP, publicado no DJU em 05.08.2002., p. 0325).DispositivoIsso posto, com fundamento no art. 6º, VIII e 14 do Código de Defesa do Consumidor, julgo PROCEDENTE o pedido, para declarar a inexistência do débito no valor de R$ 101,00 (cento e hum reais) apontado na inicial. Condeno a Requerida ao pagamento do valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) à título de danos morais. Os juros e a correção monetária devem incidir a partir desta data, uma vez que, no arbitramento, foi considerado valor já atualizado, conforme jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça (EDRESP 194.625/SP, publicado no DJU em 05.08.2002., p. 0325).Ratifico a DECISÃO de fls. 19-20 dos autos que deferiu a tutela antecipada.Resta resolvida a fase de conhecimento, com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil. Condeno a parte Requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes fixados em 20% do valor da condenação, valor este razoável e proporcional para remunerar o serviço prestado, consoante se depreende dos termos do §3º, do artigo 20, do Código de Processo Civil, considerados o grau de complexidade da causa, o tempo, exigido para o serviço do advogado, o grau de zelo profissional e o lugar da prestação do serviço.Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito.Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0021867-77.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sidrônio Timóteo e Silva
Advogado: Aldenízio Custódio Ferreira (OAB/RO 1546)
Requerido: Pemaza S/A
Advogado: Carlos Luiz Pacagnan (OAB/RO 107B)
SENTENÇA :
VISTOS etc.VISTOS etc.I - RELATÓRIOSIDRÔNIO TIMÓTEO E SILVA, ingressou com a presente AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS e PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA em face de PEMAZA S/A, alegando, em síntese, que no final do ano de 2008 encaminhou o turbo de sua camionete que apresentava vazamento de óleo - dentro do período de garantia – para fins de conserto pela requerida.Asseverou o autor que após a realização do conserto, o veículo lhe foi devolvido sem que houvesse a cobrança de qualquer valor em decorrência da garantia que ainda perdurava. Noticiou que alguns meses depois, a requerida lhe enviou a duplicata de n. 113.916-1, que posteriormente veio a ser encaminhada para protesto, sendo objeto de ação monitória ajuizada no mês de novembro de 2010, que tramitou junto à 7ª Vara Cível, desta comarca, com DECISÃO de procedência aos embargos monitórios e declaração de inexistência de débito de R$ 1.437,00 (um mil, quatrocentos e trinta e sete reais), tendo tal DECISÃO ocorrido no mês de agosto de 2011.Ao final, defendeu que sofreu dano moral em virtude dos fatos narrados e que estão presentes os pressupostos da obrigação de indenizar, requerendo a condenação da parte ré ao pagamento de indenização por danos morais e materiais referentes as despesas despendias com advogado em ambas as ações, além das verbas de sucumbência (fls. 03/10).Juntou procuração e documentos (fls. 11/22).DECISÃO interlocutória (fls. 24/25), irrecorrida, determinando o cancelamento do protesto e anotações, bem como a exclusão do nome da parte autora do cadastro de inadimplentes e baixa do protesto.Devidamente citada, a parte ré apresentou contestação, afirmando que não se encontram presentes os pressupostos caracterizadores para o reconhecimento do direito que vindica a parte autora, não tendo havido qualquer violação ao direito do requerente, propugnando pela improcedência da ação em relação aos danos morais e materiais, invertendo-se o ônus da sucumbência. (fls. 27/49).Réplica remissiva à inicial (fls. 67/69). As partes não especificaram novas provas.É o breve relatório.II - DECIDO. Do Julgamento Antecipado da lideIn casu, atenta ao bojo dos autos, vislumbro que nele há elementos de provas suficientemente inequívocos a ensejar convencimento do juízo, mormente a possibilitar o seu julgamento antecipado. Por consequência, dispensável qualquer dilação processual.Aliás, sobre tal entendimento, vejamos a jurisprudência: “Presentes nos autos elementos documentais suficientes à elucidação da matéria de fato efetivamente controvertida, nada importa que o juiz tenha previamente consultado as partes sobre a produção de mais provas, e alguma delas a tenha requerido. A opção pela antecipação ou não do julgamento pertence exclusivamente ao Juiz, que pode saber, e só ele pode, da suficiência ou insuficiência dos dados disponíveis para o seu convencimento. (....)” (RJTJRGS, 133/355)Do corpo deste último aresto trago ainda à colação a seguinte passagem: ”[...] O Juiz, e somente ele, como destinatário da prova que é, detém, com exclusividade, o poder de optar pela antecipação do julgamento ou pela remessa do processo à dilação probatória. Seu é o convencimento a ser formado, e seu, portanto, há de ser também o juízo quanto à suficiência ou não dos elementos já coligidos para a consolidação desse convencimento. Por outras palavras, não é às partes que cabe aquilatar do cabimento ou descabimento da aplicação do art. 330 do CPC, mas o Juiz. A prova em audiência faz-se ou deixa-se de fazer não porque as partes desejam ou prefiram esta ou aquela alternativa, mas porque o Juiz ainda precisa ou não precisa mais esclarecer-se quanto à matéria de fato. [...]”.Ante as circunstâncias do caso concreto e a prova documental trazida para o bojo dos autos, o julgamento antecipado da lide é de rigor.Pois bem. Como se deflui do constante deste processo, a relação jurídica existente entre as partes desta lide se configura incontroversamente como de consumo, subsumindo-se, pois, às disposições pertinentes do Código de Defesa do Consumidor, sendo objetiva a responsabilidade da instituição requerida.Analisando as circunstâncias do caso concreto, impõe-se notar que é

norma curial de direito que não se pode exigir prova de fato negativo, pelo que não cabia ao autor comprovar a legitimidade da cobrança do débito que foi a protesto (fl. 12), mas sim à parte requerida, a qual não se desincumbiu de seu ônus.É que o autor, ao contrário da parte ré, narrou e comprovou que a dívida veio a ser declarada inexistente por meio de DECISÃO proferida na ação monitória de n. 0021446-24.2010.8.22.0001 (fls. 78/81).Com efeito, de pronto notamos duas condutas ilícitas praticadas por esta parte ré: a primeira, pelo fato de não ter se atentado para a questão referente a garantia do produto e ainda assim ter realizado o serviço; a segunda, por ter efetuado protesto do título supracitado.Quanto ao nexo de causalidade, este fica evidenciado, destarte, uma vez que em razão da conduta da parte ré, a parte autora teve o seu CPF protestado. O dano, segundo requisito, é evidente e deve ser reparado. Não há como negar que um protesto indevido abala o bom nome, a reputação de qualquer pessoa, muito mais quando se vê que a dívida protestada, no caso, não era devida. De qualquer sorte, o Superior Tribunal de Justiça vem afirmando, com razão, que em casos como este é dispensável a prova objetiva do prejuízo moral, bastando a demonstração da circunstância que revele a situação ofensiva à honra e reputação da pessoa física ou jurídica, como se infere do seguinte aresto: "DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO CAMBIAL. DANO MORAL. PREJUÍZO. REPARAÇÃO. PESSOA JURÍDICA. POSSIBILIDADE. HONRA OBJETIVA. DOUTRINA. PRECEDENTES DO TRIBUNAL. CRITÉRIOS NA FIXAÇÃO DO DANO. PRUDENTE ARBÍTRIO DO JUIZ. RECURSO DESACOLHIDO. I – O protesto indevido de título cambial acarreta a responsabilidade de indenizar razoavelmente o dano moral correspondente, que prescinde da prova de prejuízo. II – A evolução do pensamento jurídico, no qual convergiram jurisprudência e doutrina, veio a afirmar, inclusive nesta Corte, onde o entendimento tem sido unânime, que a pessoa jurídica pode ser vítima também de danos morais, considerados esses como violadores da sua honra objetiva..." (STJ-4ª Turma, REsp 171.084-MA, Rel. Sálvio de Figueiredo Teixeira).A respeito da quantificação dos danos morais, vê-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "A matéria referente à fixação de indenização por danos morais, no Direito Brasileiro, é delicada, e fica sujeita à ponderação do Magistrado, fazendo-se necessário, para encontrar a solução mais adequada, que se observe o princípio da razoabilidade, tal como já decidido pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, não havendo critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, sendo, portanto, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação e atendendo às peculiaridades do caso concreto". (in RESP 435119; Relator Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira; DJ 29/10/2002).Assim, à míngua de parâmetros legais objetivos para a fixação da reparação pelo dano moral, seu arbitramento depende de valoração subjetiva, a ser exercitada por cada Julgador, a respeito das circunstâncias fáticas e jurídicas, que envolvem a questão examinada.A indenização, portanto, deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento indevido, com manifestos abusos e exageros, devendo o arbitramento operar-se com moderação, de forma proporcional ao grau de culpa e à gravidade da lesão.De sorte que, atendendo a estas ponderações, e considerando as circunstâncias do caso concreto, além do caráter pedagógico de que deve se revestir a fixação do dano moral, afigura-se adequado o valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais).Quanto ao pleito de reparação de dano material, compartilho da construção jurisprudencial que acolhe interpretação ampliativa aos dispositivos 389, 395 e 404 da lei substantiva civil, na esteira no REsp n. 1.027.797/MG, de relatoria da ilustre jurista Ministra Nancy Andrighi, aplicando o princípio da restituição integral de despesas ao vencedor do processo.Aliás, não me parece razoável que aquele que se viu obrigado a socorrer-se do Poder Judiciário e teve parte de seu patrimônio destinado ao pagamento de honorários devidos ao advogado, obtendo sucesso na demanda, ou seja, reconhecido seu direito, seja restituído apenas parcialmente, pois do montante total que obteve, teve que destacar parte para pagar os honorários contratuais de seu advogado. Na construção jurisprudencial a que me referi alhures, a relatora do precedente mais recente, ministra Nancy Andrighi, destacou a previsão legal no sentido de que os honorários advocatícios integram os valores relativos à reparação por perdas e danos, e que os honorários sucumbenciais, por constituírem crédito autônomo do advogado, não importam em decréscimo patrimonial do vencedor da demanda. Assim, como os honorários convencionais são retirados do patrimônio da parte lesada, para que haja reparação integral do dano sofrido, aquele que deu causa ao processo deve restituir os valores despendidos com os honorários contratuais. Ademais, o Código Civil de 2002, nos termos dos arts. 389, 395 e 404, determina, de forma expressa, que os honorários advocatícios integram os valores devidos a título de reparação por perdas e danos. Assim, os honorários mencionados pelos referidos artigos são os honorários contratuais, pois os sucumbenciais, por constituírem crédito autônomo do advogado, não importam em decréscimo patrimonial do vencedor da demanda. Desta forma, como os honorários convencionais são retirados do patrimônio da parte lesada – para que haja reparação integral do dano sofrido – aquele que deu causa ao processo deve restituir os valores despendidos com os honorários contratuais. Saliento, ainda, que o artigo 389, de clareza ímpar, deixa evidente que aquele que deu causa a propositura da ação (inadimplemento da obrigação), responde por perdas e danos mais juros, multa e honorários de advogado. E ao comentar o artigo em testilha, assim expõe o aplaudível doutrinador Nelson Nery Júnior, cujo escólio colaciono para facilitar a compreensão da controvérsia. Nesse sentido: "2. Inadimplemento da obrigação. É o não cumprimento dos deveres obrigacionais por aquele que tinha o dever de fazê-lo. [...] A consequência teoricamente normal para o inadimplemento é responder o inadimplente por perdas e danos." Já para Judith Martins-Costa, o termo "inadimplemento" não indica o não-cumprimento, (a) pelo devedor, das normas que impõem o dever de prestar ao credor, no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer". E prossegue afirmando: "Em sentido amplo se pode dizer que o inadimplemento é a situação objetiva de não-realização da prestação devida e de insatisfação do interesse do credor, independentemente da causa da qual a falta procede." E a ideia de cumprimento da obrigação está intimamente ligada à boa-fé, eis que a inadimplência voluntária de uma obrigação gera, por óbvio, prejuízos a terceiros, notadamente ao credor da obrigação, sendo que se a inadimplência desta enseja a necessidade da parte lesada em socorrer-se do Poder Judiciário, tendo, para tanto, que contratar advogado para esse desiderato, evidente que cabe ao inadimplente da obrigação o ônus de arcar com os honorários do causídico, justamente por ter dado causa a propositura da ação, evitando, desta forma, o

prejuízo imotivado da parte prejudicada pelo não cumprimento pontual da obrigação assumida. Ressalto, por fim, que o argumento de que o art. 791 da CLT, ao estabelecer que "empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho", deixou evidente a facultatividade da presença do advogado nos processos trabalhistas. Sendo assim, por ser uma faculdade, a concessão do jus postulandi não pode ser utilizada como fundamento para penalizar o trabalhador que resolve contratar um advogado particular. Destarte, em que pese o entendimento de que os honorários advocatícios integram os valores devidos a título de reparação por perdas e danos, ao compulsar os presentes autos, verifica-se que o requerente quedou-se inerte quanto a comprovação dos honorários contratuais de seu advogado nesta demanda, sendo portanto indevido o reembolso.III - CONCLUSÃODiante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente AÇÃO ORDINÁRIA promovida por SIDRÔNIO TIMÓTEO E SILVA em face de PEMAZA S/A. Por consequência, condeno-a a pagar à parte autora, a título de indenização por danos morais, a importância de R$ 7.000,00 (sete mil reais), cujo valor deverá ser corrigido com juros de 1% (um por cento) ao mês a partir desta data, uma vez que na fixação foi considerado montante atualizado (EDRESP 194.625/SP, publicado no DJU em 05.08.2002, p. 0325).Torno em definitivo a DECISÃO de antecipação de tutela de fl. 24/25. Condeno-a, ainda, no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do art. 475-J, do CPC, no prazo de quinze dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.Não havendo pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de seis meses do trânsito em julgado. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0012994-54.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco Carlos dos Santos Batista, Alexandre Oliveira Batista
Advogado: Carlos Frederico Meira Borré (OAB/RO 3010), Orlando Leal Freire (OAB/RO 5117), Gabriela Guizelini Bouchabki Pellucio (OAB/RO 4623)
Requerido: Fox Minas Construções e Empreendimentos Ltda
Advogado: Francisco Lopes Coelho (OAB/RO 678)
DESPACHO :
VISTOS e etc.FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS BATISTA e ALEXANDRE OLIVEIRA BATISTA, ajuizaram ação de reparação de danos materiais e morais em face de FOX MINAS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, decorrente de acidente de trânsito ocorrido no dia 31 de janeiro de 2011, fato que veio a causar danos no veículo Palio ELX Flex, marca Fiat, cor branca, ano 2010, modelo 2010, Placa NOP-7999 de propriedade do primeiro requerente e que na ocasião estava sendo conduzido pelo segundo requerente.Relatou o segundo requerente, em síntese, que no dia dos fatos, conduzia o veículo Palio, por volta das 16h30min, ocasião em que no cruzamento da Av. Farquar com a Av. Calama, teve referido veículo abalroado na região lateral por outro auto, modelo Hilux, da marca Toyota, Placa HNZ-8435, conduzido pelo funcionário da empresa requerida, que inadvertidamente avançou a preferencial, resultando em perda total do veículo do primeiro requerente e trauma físico na clavícula do segundo requerente, com imobilização e afastamento das atividades laborais do por mais de 30 (trinta) dias.Em decorrência dos traumas sofridos, o segundo requerente teve que arcar com despesas médicas no importe de R$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) e o primeiro requerente sofreu prejuízos materiais que perfizeram o total de R$ 7.499,00 (sete mil quatrocentos e noventa e nove reais) pertinente a aluguel de veículo e R$ 661,41 (seiscentos e sessenta e um reais e quarenta e um centavos) referente a perda de bônus e contratação de seguro.Juntaram documentos (fls. 20/48). Devidamente citada, a parte ré apresentou contestação, alegando, em síntese, que os autores não fizeram prova do fato constitutivo do direito invocado, não fazendo juntar o DUT e CRV que comprovariam a propriedade do veículo e tampouco qualquer documento fiscal hábil a comprovar as supostas despesas com aluguel de veículo, perda de bônus e contratação de seguro e despesas médicas do segundo requerente.Houve a juntada de réplica e novos documentos pelo autores (fls. 71/75 e 77/82).É o relatório. In casu, atenta ao bojo dos autos, vislumbro que nele há elementos de provas suficientemente inequívocos a ensejar convencimento do juízo, mormente a possibilitar o seu julgamento antecipado. Por consequência, dispensável qualquer dilação processual.Aliás, sobre tal entendimento, vejamos a jurisprudência: "Presentes nos autos elementos documentais suficientes à elucidação da matéria de fato efetivamente controvertida, nada importa que o juiz tenha previamente consultado as partes sobre a produção de mais provas, e alguma delas a tenha requerido. A opção pela antecipação ou não do julgamento pertence exclusivamente ao Juiz, que pode saber, e só ele pode, da suficiência ou insuficiência dos dados disponíveis para o seu convencimento. (....)" (RJTJRGS, 133/355)Do corpo deste último aresto trago ainda à colação a seguinte passagem: "[...] O Juiz, e somente ele, como destinatário da prova que é, detém, com exclusividade, o poder de optar pela antecipação do julgamento ou pela remessa do processo à dilação probatória. Seu é o convencimento a ser formado, e seu, portanto, há de ser também o juízo quanto à suficiência ou não dos elementos já coligidos para a consolidação desse convencimento. Por outras palavras, não é às partes que cabe aquilatar do cabimento ou descabimento da aplicação do art. 330 do CPC, mas o Juiz. A prova em audiência faz-se ou deixa-se de fazer não porque as partes desejam ou prefiram esta ou aquela alternativa, mas porque o Juiz ainda precisa ou não precisa mais esclarecer-se quanto à matéria de fato. [...]".Havendo arguição de preliminar de ilegitimidade ativa, passo à respectiva análise.Aduz o requerido que o primeiro requerente não é parte legítima para figurar na demanda, posto que não trouxe aos autos, quando do ajuizamento da ação, o certificado de propriedade do veículo.Contudo, os documentos trazidos pelo autor (contrato de compra e venda do veículo e especificação de proposta de seguro 01.033.431.032463 – fls. 82 e 41) dão prova plena de sua legitimidade, devendo referida ilegitimidade alegada ser afastada de plano.Por conseguinte, afasto a preliminar e passo ao mérito da causa.O cerne da demanda reside basicamente

no pedido de cobrança de valores despendidos pelo primeiro demandante consistente na locação de veículo pelo prazo de 90 (noventa) dias, período este em que aguardava a conclusão do procedimento administrativo para recebimento da indenização do bem inutilizado, bem como na importância (R$ 661,41) pertinente a uma diferença que precisou pagar à seguradora após a ocorrência do sinistro.E, neste ponto, verifico que o conjunto probatório produzido permite a formação do histórico e dinâmica do acidente, emprestando efetiva razão ao primeiro demandante. A colisão fora lateral e o requerido, condutor do veículo Hilux, fora o efetivo causador do evento (Laudo de exame em local de acidente de tráfego – fls. 26/30). Sendo assim, sendo o veículo Hilux a unidade de tráfego que deu causa determinante ao acidente, à respectiva parte demandada é debitada a responsabilidade civil, como reclamado na inicial, razão pela qual a obrigação de ressarcir o prejuízo financeiro do primeiro demandante é segura, nos moldes dos arts. 186, 927 e 944, do CCB.Desta forma, deverá a requerida ser compelida ao pagamento do importe reclamado (R$ 7.499,00), devidamente evidenciado nos autos no que concerne a locação de veículo pelo prazo de 90 (noventa) dias, período este em que o primeiro requerente aguardava a conclusão do procedimento administrativo para recebimento da indenização do bem inutilizado.A atual legislação civil brasileira, de acordo com o antigo Código Civil de 1916, (art. 1521, III), prevê expressamente a possibilidade de responsabilização objetiva do empregador por atos de seus empregados e prepostos, quando praticados no exercício de suas atividades ou em razão dele. Senão vejamos: CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. VEICULO DIRIGIDO POR TERCEIRO. CULPA DESTE A ABALROAR OUTRO VEICULO. OBRIGAÇÃO DO PROPRIETARIO DE INDENIZAR. Contra o proprietário de veículo dirigido por terceiro considerado culpado pelo acidente conspira a presunção “iuris tantum “ de culpa “in eligendo e in vigilando”, não importando que o motorista seja ou não seu preposto, no sentido de assalariado ou remunerado, em razão do que sobre ele recai a responsabilidade pelo ressarcimento do dano que a outrem possa ter sido causado. recurso conhecido e provido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; Resp 5756/RJ Recurso Especial 1990/00108152; ministro Cesar Asfor Rocha (1098); T4. Quarta Turma; DJ 30.03.1998 p. 65 JSTJ vol. 1 p. 283 lexstj vol. 108 agosto. 1998 p. 88 rdr vol. 11 p. 354)Deixo de condenar a requerida ao pagamento da importância de (R$ 661,41) referente a diferença que precisou ser despendida pelo primeiro requerente à seguradora após a ocorrência do sinistro ante a ausência de provas.Quanto ao pleito formulado pelo segundo requerente em relação ao recebimento da importância de R$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), deixo de deferi-lo, posto que o Nota Fiscal apresentada (fls. 31) diz respeito a serviços médicos que foram pagos por pessoa jurídica. Por fim e no que tange aos danos extrapatrimoniais, estes não merecem prosperar.Incumbe à parte demandante, demonstrar fato constitutivo de seu direito (art. 333,I, CPC), e desse mister os mesmos não se desincumbiram, pois não comprovaram o jus vindicado e nem demonstraram em que consistiram os danos morais suportados, não representando a hipótese caso de danum in re ipsa.Não comprovaram os requerentes qualquer tratamento grosseiro, diferenciado ou que atentasse contra o direito da personalidade, constitucionalmente protegido. A questão resumiu-se a danos materiais, não havendo ofensa à honra objetiva ou subjetiva. Não se desincumbiram, portanto, do ônus probandi preVISTO e exigido pelo art.333, I, do Código de Processo Civil.E, no processo civil, valem os princípios da verdade processual, da persuasão racional e do livre convencimento na análise da prova, que não permitem, in casu, a tutela e provimento judicial reclamado.Do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para o fim de: Condenar a requerida FOX MINAS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, já qualificada, a pagar ao autor FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS BATISTA, igualmente qualificado, o valor total de R$ 7.499,00 (sete mil quatrocentos e noventa e nove reais), corrigidos monetariamente e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir da data do evento danoso, em respeito às Súmulas de nº 43 e 54 do STJ.JULGO IMPROCEDENTE o pedido relativo ao pagamento da importância de R$ 661,41 (seiscentos e sessenta e um reais e quarenta e um centavo) pleiteado pelo requerente ALEXANDRE OLIVEIRA BATISTA.Diante da parcial procedência da ação, condeno as partes, de forma pro rata, no pagamento das custas e despesas processuais, bem ainda estabeleço que cada parte suporte os honorários de seus próprios advogados (CPC, art. 21).Por fim, , nos termos do art. 269, I, CPC, transitada esta em julgado, ficará a requerida automaticamente intimada para pagamento integral do determinado (valor da condenação acrescido dos consectários legais determinados), em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 475-J, CPC, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante total líquido e certo.Caso a parte não requeira a execução após o transcurso da quinzena consignada, deverá o cartório arquivar o feito, promovendo oportunamente o cumprimento da SENTENÇA .Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.P.R.I.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0025885-10.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Fábio Gomes Ferreira
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779)
Requerido: Banco Itaucard S/A
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS etc.Fábio Gomes Ferreira, regularmente qualificado e representado, ingressou com a presente ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais, com pedido de tutela antecipada em face do Banco Itaúcard S/A, igualmente qualificado e representado nos autos, alegando, em síntese, o que passa a expor.Sustenta que teve seu crédito negado em virtude de apontamento de seu nome e CPF nos bancos de dados restritivos de crédito, relativamente a um débito vencido em 06.12.2011. Aduz que a referida dívida já havia sido paga em 27.11.2012, por meio de negociação com o banco Requerido.Argumenta que não foi cumprido pelo banco Requerido o acordo celebrado, haja vista que embora tenha quitado o débito, seu nome não foi excluído dos bancos de dados dos órgão de proteção. Requer a antecipação da tutela para a exclusão de seu nome dos bancos de dados restritivos de crédito, assim como a declaração de inexigibilidade do débito e a condenação por danos morais experimentados. Com a inicial vieram os documentos de fls. 10-21 dos autos. DECISÃO às fls.22 dos autos deferindo a tutela antecipada. Regularmente citado, o Requerido apresentou contestação, refutando os argumentos esposados pelo autor, alegando em

suma que não existe qualquer débito do Autor em relação ao banco Requerido e que nenhuma parcela encontra atrasada. Defende a inexistência do dever de indenizar e a improcedência dos pedidos.Réplica apresentada às fls. 51-52 dos autos.Ofício da SERASA às fls. 69 dos autos.Vieram os autos conclusos.É o relatório. Fundamento e decido.Incide à hipótese vertente o disposto do artigo 330, I, do Código de Processo Civil, por se tratar a matéria exclusivamente de direito e ante a desnecessidade de produção de outras provas, razão pela qual julgo antecipadamente a lide.Aliás, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz e não mera faculdade assim proceder. (STJ, 4ª Turma, RE 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU, 17.09.90, pág. 9.153, 2ª col., em., THEOTONIO NEGRÃO, CPC , Ed. Saraiva, 26ª ed., nota n.º 1 ao art. 330, pág. 295). Ausentes os pressupostos processuais negativos, passo ao exame do mérito.Trata-se a presente ação de declaratória de inexistência de débito c/c dano moral e tutela antecipada em que o Autor alega ter experimentado, em razão de ter seu nome e CPF mantido nos bancos de dados restritivos de crédito por ordem do Requerido.Considerando que o caso em tela se trata de relação de consumo, regido, portanto, pelo Código de Defesa do Consumidor, é de se ter que a inversão do ônus da prova se impõe, in verbis: “Art. 6º São direitos básicos do consumidor: VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;”Atenta aos documentos juntados pela parte autora, verifico que realmente houve o pagamento do referido débito e que o nome e CPF do Requerente foram mantidos nos bancos de dados restritivos de crédito por período posterior à referida quitação, consoante se denota o teor do documento de fls.69 dos autos.Ocorre que, liquidada a dívida, a instituição financeira tem o dever de retirar imediatamente o nome de seu cliente dos bancos de dados restritivos de crédito, haja vista que tem aparato técnico e jurídico para providenciar com agilidade todos os procedimentos necessários para tal intento, respeitando a boa-fé objetiva contratual que deve permear toda relação jurídica negocial.Além do mais, pelo que se extrai da própria defesa apresentada pelo banco Requerido, resta incontroversa a alegação de que a dú ida inexiste, por jEter sido quitada, impondo-se, portanto, a declaração de inexistência do referido débito. A hipótese é de danum in re ipsa, o qual se presume, conforme as mais elementares regras da experiência comum, prescindindo de prova quanto à ocorrência de prejuízo concreto, diante da indevida manutenção do registro negativo por longo período, cerceando o crédito do consumidor. A propósito do tema, oportuna a transcrição dos seguintes precedentes: RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. Após o pagamento da dívida, é reconhecida a irregularidade da manutenção do registro em cadastro de inadimplentes. Dano moral configurado. O valor do dano moral deve ser estabelecido de maneira a compensar a lesão causada em direito da personalidade e com atenção aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Apelação provida. (Apelação Cível Nº 70049730989, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marcelo Cezar Muller, Julgado em 12/11/2012) RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MANUTENÇÃO DA INSCRIÇÃO DO NOME DA AUTORA EM ÓRGÃOS DE INADIMPLENTES APÓS O PAGAMENTO DE TODAS AS PARCELAS. OMISSÃO NA BAIXA. DANO IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO MAJORADO. Regularizada a situação de inadimplência do consumidor, devem imediatamente ser corrigidos os dados constantes nos órgãos de proteção ao crédito. Havendo negligência da parte credora, a quem incumbe promover a baixa da inscrição, mostra-se configurado o dever de indenizar por danos morais. Majoração do valor fixado na SENTENÇA para R$ 8.000,00 (oito mil reais) a fim de recompor os danos morais sofridos, levando em consideração os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. APELAÇÃO DA RÉ DESPROVIDA. APELAÇÃO DA AUTORA PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70049623531, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Túlio de Oliveira Martins, Julgado em 25/10/2012)Sendo assim, houve nítida e indubitável falha na prestação do serviço. Ressalto que a responsabilidade no caso em tela é objetiva, independentemente de prova de culpa, nos termos do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor: O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.Aliás, na condição de prestadora de serviços, cabe à demandada oferecer o mínimo de segurança e confiabilidade aos seus clientes em relação ao procedimentos adotados e, ainda, demonstrar agilidade em informar o pagamento do débito aos órgão restritivos de crédito, evitando situações de manutenção indevida, de acordo com as diretrizes do Código de Defesa do Consumidor. Logo, configurada a falha da fornecedora ao dever de lealdade na fase contratual e pós-contratual, deve responder pelos danos causados pela má prestação do serviço.Na hipótese, tenho que a falha na prestação do serviço é o quanto basta para que se tenha violada a boa-fé objetiva do contrato e ultrapassado, em muito, o que se considera mero dissabor. Assim, presentes, pois, os pressupostos na responsabilidade civil (o dano, o nexo de causalidade e a conduta ilícita da ré), medida que se impõe é reconhecer o dever de indenizar. Configurado o dano moral, resta-me apenas aquilatar seu quantum.A jurisprudência tem oferecido alguns critérios para quantificar o valor do dano moral, havendo entendimento majoritário no sentido de que se leve em consideração a intensidade da ofensa, a capacidade financeira do ofensor e a condição econômica do ofendido, de forma que constitua a reparabilidade a exemplaridade, devendo ser estabelecida criteriosamente.No presente caso sopesando os aborrecimentos suportados pela parte Autora e também que a indenização pelo dano moral deve revestir-se de caráter inibidor e compensatório, fixo o dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) à título de danos morais. Os juros e a correção monetária devem incidir a partir desta data, uma vez que, no arbitramento, foi considerado valor já atualizado, conforme jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça (EDRESP 194.625/SP, publicado no DJU em 05.08.2002., p. 0325).DispositivoIsso posto, com fundamento no art. 6º, VIII e 14 do Código de Defesa do Consumidor, julgo PROCEDENTE o pedido, para declarar a inexistência do débito no valor de R$ 446,00 (quatrocentos e quarenta e seis reais) com vencimento em 06.12.2011 apontado na inicial e no ofício de fls. 69 dos autos. Condeno a parte Requerida ao pagamento do valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) à título de danos morais. Os juros e a correção monetária

devem incidir a partir desta data, uma vez que, no arbitramento, foi considerado valor já atualizado, conforme jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça (EDRESP 194.625/SP, publicado no DJU em 05.08.2002., p. 0325).Ratifico a DECISÃO de fls. 22 dos autos que deferiu a tutela antecipada.Resta resolvida a fase de conhecimento, com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil. Condeno a parte Requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes fixados em 20% sobre o valor da condenação, valor este razoável e proporcional para remunerar o serviço prestado, consoante se depreende dos termos do §3º, do artigo 20, do Código de Processo Civil, considerados o grau de complexidade da causa, o tempo, exigido para o serviço do advogado, o grau de zelo profissional e o lugar da prestação do serviço.Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito.Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0018049-83.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ester Cardoso da Silva
Advogado: Fabricio Matos da Costa (OAB/RO 3270)
Requerido: B.B. Eletro Ltda
Advogado: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS etc.Ester Cardoso da Silva regularmente qualificada e representada, ingressou com a presente ação de obrigação de fazer c/c reparação por danos morais em face de BB Eletro (Baú Barateiro), igualmente qualificada e representada nos autos, alegando, em síntese, o que passa a expor.Sustenta que realizou uma compra no ano de 2003 no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), pagando algumas parcelas e deixando outras em aberto, não podendo informar o valor exato do débito. Relata que já se passaram 9 (nove) anos da data da compra, sendo que após esse lapso temporal a dívida já se encontra prescrita.Argumenta que, embora a dívida já esteja prescrita, o nome da Autora consta nos bancos de dados restritivos de crédito por período superior a 5 (cinco) anos, em desacordo com o artigo 43 do Código de Defesa do Consumidor.Requer a retirada de seu nome e CPF dos bancos de dados restritivos de crédito e a indenização por dano moral no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).Com a inicial vieram os documentos de fls. 07-11 dos autos.DESPACHO inicial às fls.12 dos autos que deferiu a tutela antecipada.Regularmente citada, a Requerida apresentou contestação, refutando os argumentos esposados pelo autor, alegando em suma que embora o título tenha perdido força executiva, ainda conserva a materialidade da existência da dívida, podendo a Requerida buscar meios de alcançar a satisfação de seu crédito.Afirma que o protesto do título foi o meio preparatório encontrado para perseguição do débito, pois constitui em mora o devedor. Defende a impossibilidade de indenização por danos morais, a ausência da prescrição e requer a improcedência dos pedidos.Réplica apresentada às fls. 30-32 dos autos.Audiência de Conciliação às fls.63 dos autos.Vieram os autos conclusos.É o relatório. Fundamento e decido.Incide à hipótese vertente o disposto do artigo 330, I, do Código de Processo Civil, por se tratar a matéria exclusivamente de direito e ante a desnecessidade de produção de outras provas, razão pela qual julgo antecipadamente a lide. Cumpre observar que os tribunais brasileiros, inclusive o Superior Tribunal de Justiça, são unânimes em afirmar que o Julgador pode e deve indeferir o pedido de produção de prova inútil ou desnecessária, frente aos fatos alegados pelas partes e aos demais elementos probatórios já existentes nos autos, in verbis: "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO-OCORRÊNCIA. PROVA PERICIAL. DESNECESSIDADE. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL. ARTIGO 131 DO CPC. SOCIEDADE CIVIL UNIPROFISSIONAL. FINALIDADE EMPRESARIAL. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. (...) 2. O princípio da persuasão racional insculpido no artigo 131 do Código de Processo Civil faculta ao magistrado utilizar-se de seu convencimento, à luz dos elementos fáticos e probatórios, jurisprudência, circunstâncias e legislação que entenda aplicável o caso concreto, rechaçando diligências que se mostrem desnecessárias ou protelatórias. (...)." (STJ - REsp 802437/MS; Recurso Especial 2005/0202919-7 - Relator: Ministro Castro Meira - Órgão Julgador: 2ª Turma - Data do Julgamento: 14/03/2006 - Data da Publicação/Fonte: DJ 23.03.2006 p. 161)Aliás, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz e não mera faculdade assim proceder. (STJ, 4ª Turma, RE 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. em 14.08.90, DJU, 17.09.90, pág. 9.153, 2ª col., em., THEOTONIO NEGRÃO, CPC , Ed. Saraiva, 26ª ed., nota n.º 1 ao art. 330, pág. 295).Ausentes os pressupostos processuais negativos, passo ao exame do mérito.Trata-se a presente ação de obrigação de fazer c/c reparação por danos morais, sob o argumento de ter sido incluído indevidamente seu nome nos bancos de dados restritivos de crédito por dívida prescrita.Atenta aos fatos narrados, observo que a dívida foi contraída em 2003, fato este incontroverso, haja vista inexistir impugnação especifica a este respeito.Com a entrada em vigor do Código Civil de 2003, adveio a previsão legal em seu disposto do artigo 206, parágrafo 5º, acerca da prescrição em cinco anos da pretensão de cobrança de dívida líquida constante de instrumento público ou particular, razão pela qual entendo que o débito efetuado em 2003 se encontra prescrito. E essa é a regra a ser aplicada, por ser específica, não se podendo aplicar a regra geral de 10 anos.Do mesmo modo, entendo que, conforme dispõe o artigo 43, §1º da lei nº 8.078/90, os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos .Além do mais, o Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento quanto a essa questão, com a Súmula 323, que reza: A inscrição de inadimplentes pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito por, no máximo, cinco anos. Nessa mesma linha a jurisprudência: RECURSO ESPECIAL. CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS CADASTROS DE ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE VULNERAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INSCRIÇÃO EM ÓRGÃOS DE

PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA AO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO DO ART. 43, §2º, DO CDC. ILEGALIDADE DO REGISTRO. CANCELAMENTO. CHEQUE. PRESCRIÇÃO DA EXECUTIVIDADE DO TÍTULO. ART. 43, § 1º, DO CDC. PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DE COBRANÇA. ESGOTAMENTO DO PRAZO QÜINQÜENAL DO REGISTRO RECONHECIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. NÃO EXCLUSÃO DA INDENIZAÇÃO POR TAL FUNDAMENTO. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO, PROVIDO.1. Não há violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil quando o acórdão recorrido aprecia a questão de maneira fundamentada. O julgador não é obrigado a se manifestar acerca de todos os argumentos apontados pelas partes, se já tiver motivos suficientes para fundamentar sua DECISÃO . 2. É necessária a prévia comunicação ao devedor, por parte da administradora do banco de dados, acerca da inscrição do seu nome em cadastro de inadimplentes, sob pena de ilegalidade e de cancelamento do registro, ante a inobservância do preVISTO na norma inserta no artigo 43, §2º do CDC.3. A redação do art. 43, § 1º, do Código Consumerista direciona ao entendimento de que o registro nos órgãos de controle cadastral não tem vinculação alguma com a prescrição relativa à espécie de ação. Assim, se a via executiva não puder mais ser exercida, porém remanescendo o direito à cobrança do débito por outro meio processual, não existe impedimento à manutenção do nome do inadimplente em órgão de proteção ao crédito pelo período qüinqüenal, uma vez que a prescrição é da ação de cobrança, desvinculada da ação cambial. Precedente.4. Suficiência, porém, do primeiro fundamento, rectius, falta de comunicação prévia ao devedor, para caracterizar a ilicitude da conduta da ré e, conseqüentemente, sua responsabilidade pelo ressarcimento do dano moral. 5. Redução, porém, do quantum fixado a título de danos morais, dentro dos parâmetros seguidos pelo Superior Tribunal de Justiça.6. Recurso conhecido em parte e, na extensão, provido. (REsp 789046 / RS/ Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA/ QUARTA TURMA/ 24/04/2007/ DJ 21.05.2007 p. 586).Por conseguinte, reconheço que os cadastros em órgãos de restrição ao crédito, poderiam ser mantidos num período máximo de 5 anos, estes contados a partir do vencimento da obrigação, que no caso dos autos se deu em 2003.Dessa sorte, estando prescrita a dívida contraída em 2003 e passado o período de manutenção legal do título nos bancos de dados restritivos de crédito, a Requerida cometeu ato passível de indenização ao incluir o nome da Autora em cadastros e restrições como meio de coerção do pagamento do débito.É cediço que a inscrição indevida em cadastro de inadimplente, se inexistentes registros desabonatórios anteriores, gera dano moral indenizável, independente de comprovação, porquanto se trata de dano moral in re ipsa, ou seja, prescinde da produção de provas. No entanto, com o extrato juntado pela própria parte Autora, extrai-se que em consulta realizada em 20.08.2012 (fl.08 e 21) demonstra que a demandante teve seu nome incluído em cadastro restritivo pela Demandada em 20.03.2012, que restou mantido mesmo depois de prescrita a dívida.Em que pese reprovável a conduta da Requerida, ao manter a inscrição mesmo depois de prescrita a dívida, não é o caso de indenização por dano moral, mas somente do imediato cancelamento da inscrição. Isso porque àquela data a demandante já tinha o seu nome inscrito nos bancos de dados restritivos de crédito por outros débitos referentes a débitos vencidos em 23.08.2009 e 17.08.2008, ou seja inscrições anteriores.Nesse contexto, descaracterizado o dano moral, nos termos do disposto na súmula N. 385 do Superior Tribunal de Justiça: Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito de cancelamento. Assim já decidiu o Superior Tribunal de justiça: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - RESPONSABILIDADE CIVIL - VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - INEXISTÊNCIA - AÇÃO REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS - DANO MORAL INEXISTENTE - REGISTROS ANTERIORES - RESPONSABILIDADE CIVIL AFASTADA - EXAME DO SEGUNDO REGISTRO - SÚMULA 7/STJ - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO.1.- O Tribunal de origem apreciou todas as questões relevantes ao deslinde da controvérsia nos limites do que lhe foi submetido. Não há que se falar, portanto, em violação do artigo 535 do CPC ou negativa de prestação jurisdicional.2.- Ao julgar o REsp 1.002.985/RS, Relator o E. Ministro ARI PARGENDLER, a Segunda Seção desta Corte adotou orientação no sentido de que a existência de registros anteriores nos serviços de proteção ao crédito afasta a pretensão indenizatória.3.- Na hipótese dos autos, a revisão do julgado a quo no sentido de examinar-se se o segundo registro no nome da ora recorrente seria mesmo indevido exigiria o revolvimento das circunstâncias de fato pertinentes ao caso, o que não se admite em Recurso Especial, diante da aplicação da Súmula 7 desta Corte.4.- A agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.5.- Agravo Regimental improvido.(AgRg no Ag 1401012/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/08/2011, DJe 22/08/2011)No caso concreto, considerando a existência de inscrição anterior assiste razão a demandado na pretensão de afastar a indenização por dano moral. DispositivoIsso posto, com fundamento no inciso VIII, art. 6º, parágrafo 1º, art. 43 do Código de Defesa do Consumidor, parágrafo 5º do art. 206, do Código Civil, súmulas 323 e 385 do Superior Tribunal de Justiça, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, para determinar que a Requerida proceda a imediata exclusão do nome da Autora dos bancos de dados restritivos de crédito em relação a dívida descrita na inicial no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de pagamento de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) ao dia, à título de astreinte, até o limite máximo de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), a contar da data da intimação deste pronunciamento. Com base nos mesmos fundamentos acima, julgo IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais. Resta resolvida a fase de conhecimento, com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência mínima da parte Autora, pois o pedido principal foi acatado, condeno a parte Requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados em R$ 800,00 (oitocentos reais) valor este razoável e proporcional para remunerar o serviço prestado, consoante se depreende dos termos do artigo 21 do Código de Processo Civil, considerados o grau de complexidade da causa, o tempo, exigido para o serviço do advogado, o grau de zelo profissional e o lugar da prestação do serviço.Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma

do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito.Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0011011-54.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Wilson Braz Lima
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Construtora B.S. Ltda EPP, CENTRAL IMÓVEIS - E. M. E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Advogado: Rodrigo Badaró Almeida de Castro (OAB/DF 2221A)
DECISÃO :
VISTOS e etc.Considerando a DECISÃO de fls. 99 dos autos onde foi deferido o pedido de substituição e exclusão da empresa BS Construtora LTDA do polo passivo da relação jurídica processual, desentranhem-se a contestação, assim como todos os documentos apresentados às fls. 111-172 e devolva ao subscritor da peça contestatória. Certifique nos autos o desentranhamento.Defiro o pedido de fls. 174 dos autos.Expeça-se o necessário, observando as regras do artigo 233 do Código de Processo Civil.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0015170-69.2013.8.22.0001
Ação: Impugnação de Assistência Judiciária
Impugnante: Sindicato dos Trabalhadores em Vigilância Segurança Transporte de Valores Cursos de Formação de Vigilantes e Similares no Estado de Rondônia
Advogado: Fabrício dos Santos Fernandes (OAB/RO 1940)
Impugnado: Francinele Alves de Miranda
DESPACHO :
VISTOS etc.Quanto a impugnação apresentada, manifeste-se a impugnada em 05 (cinco) dias.Após, conclusos.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0015578-60.2013.8.22.0001
Ação: Consignação em Pagamento
Consignante: Flávio Henrique Teixeira Orlando
Advogado: Flávio Henrique Teixeira Orlando (OAB/RO 2003)
Consignado: Raimundo José Rodrigues da Costa
DESPACHO :
Para que haja a concessão do benefício da justiça judiciária gratuita é necessário que se comprove a necessidade de tal, pois a mera declaração de pobreza não basta para o deferimento do pedido. É o entendimento do nosso Tribunal: AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA.POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO.Interposto erroneamente o agravo regimental ao invés de agravo interno, é possível se conhecimento com fulcro no princípio da fungibilidade. A simples declaração de pobreza para concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência dos elementos objetivos, impossibilita a concessão. No caso concreto parte interessada, funcionário publico, desincumbiu-se do dever de comprovar a situação de necessidade alegada. Recurso não provido.(Agravo n.0004058-43.2012.8.22.0000, Relator Desembargador Raduan Miguel Filho, j. 19/06/2012)Dessa forma, concedo a parte autora o prazo de 10 (dez) dias para que junte aos autos comprovante de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, etc,) ou recolha devidamente as custas, sob pena de extinção e arquivamento do feito.Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0000699-82.2012.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Banco Itaucard S/A
Advogado: MÉlanie Galindo Martinho Azzi (RO 3793)
Requerido: Cosme Pereira da Silva
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 65 : "Certifico e dou fé que decorreu o prazo para legal para o requerido comprovar o recolhimento das custas finais".

Proc.: 0007168-18.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Luiz Rodrigo Fonseca de Souza
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Banco Santander S.A.
Advogado: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 107: "Certifico e dou fé que decorreu in albis o prazo legal para o executado impugnar a penhora".
Irene Costa Lira Souza
Escrivã Judicial

4º Cartório Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE À JUÍZA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
pvhcivel4a@tj.ro.gov.br
JUIZ: JOSÉ ANTONIO ROBLES
ESCRIVÃ: BELª IRENE COSTA LIRA SOUZA

Proc.: 0006729-70.2011.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Comércio de Piscinas Porto Velho Ltda ME
Advogado: Jamyson de Jesus Nascimento. (OAB/RO 1646)
Executado: Francisco Lopes da Costa
Advogado: Sebastião Martins dos Santos (OAB/RO 1085)
Penhora - Réu:
Fica a parte Executada, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada da penhora realizada, para, querendo, interpor impugnação conforme DECISÃO .

Proc.: 0016209-38.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Geraldo Rodrigues da Silva
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 1953), Fábio Antonio Moreira (OAB/RO 1553)
SENTENÇA :
VISTOS , etc. I - RELATÓRIO Trata-se de AÇÃO REVISIONAL DE DÉBITO c.c OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER c.c INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL c.c. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA proposta por GERALDO RODRIGUES DA SILVA em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON, aduzindo, em síntese, que no mês de junho de 2012 a concessionária emitiu fatura de cobrança em valor totalmente incompatível com o histórico de consumo médio da residência do requerente. No mês de maio de 2012, o valor exigido foi de R$ 42,14 para consumo de 79kwh, sendo que no mês seguinte a requerida exigiu pagamento de R$ 135,92, alegando um consumo de 255 kwh. Pese embora a ausência de modificação no consumo da unidade, a ré aferiu aumento em patamar absurdo. Afirma que a atitude da requerida é ilegal. Por fim, arrematou a sua retórica pleiteando a revisão dos valores para com redução da média de consumo mensal, assim como para que a ré se abstenha de realizar interrupção do fornecimento de energia de sua residência, bem ainda que a mesma se abstenha de efetuar a inscrição do nome do autor nos órgãos restritivos de crédito, que seja condenada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (fls. 03/09).Juntou documentos (fls. 10/15).Houve deferimento liminar (fls. 16/18).A ré contestou, alegando que realizou aferição no relógio medidor da autora e nada foi constatado de irregular, portanto a cobrança estava conforme o consumo. Ao final, dizendo não ter praticado qualquer ato ilícito e, por consequência, não se fazerem presentes os pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil, requereu a improcedência da ação, invertendo-se o ônus da sucumbência (fls. 19/23).A tentativa de conciliação restou infrutífera.Houve réplica (fls. 30/32).É o breve RELATÓRIO .II - DECIDO. Do Julgamento Antecipado da lideIn casu, atento ao bojo dos autos, vislumbro que nele há elementos de provas suficientemente inequívocos a ensejar convencimento do juízo, mormente a possibilitar o seu julgamento antecipado. Por consequência, dispensável qualquer dilação processual.Aliás, sobre tal entendimento, vejamos a jurisprudência: ”Presentes nos autos elementos documentais suficientes à elucidação da matéria de fato efetivamente controvertida, nada importa que o juiz tenha previamente consultado as partes sobre a produção de mais provas, e alguma delas a tenha requerido. A opção pela antecipação ou não do julgamento pertence exclusivamente ao Juiz, que pode saber, e só ele pode, da suficiência ou insuficiência dos dados disponíveis para o seu convencimento. (....)” (RJTJRGS, 133/355)Do corpo deste último aresto trago ainda à colação a seguinte passagem: ”[...] O Juiz, e somente ele, como destinatário da prova que é, detém, com exclusividade, o poder de optar pela antecipação do julgamento ou pela remessa do processo à dilação probatória. Seu é o convencimento a ser formado, e seu, portanto, há de ser também o juízo quanto à suficiência ou não dos elementos já coligidos para a consolidação desse convencimento. Por outras palavras, não é às partes que cabe aquilatar do cabimento ou descabimento da aplicação do art. 330 do CPC, mas o Juiz. A prova em audiência faz-se ou deixa-se de fazer não porque as partes desejam ou prefiram esta ou aquela alternativa, mas porque o Juiz ainda precisa ou não precisa mais esclarecer-se quanto à matéria de fato. [...]”.MéritoAb initio, antes de qualquer ilação acerca do direito que vindicam as partes, peço venia para transcrever lição sobre o tema “responsabilidade civil”. Vejamos: ”Para que se configure o ato ilícito, será imprescindível que haja: a) fato lesivo voluntário, negligência ou imperícia; b) ocorrência de um dano patrimonial ou moral, sendo que pela Súmula 37do Superior Tribunal de Justiça serão cumuláveis as indenizações por dano material e moral decorrentes do mesmo fato e c) nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente.” (Maria Helena Diniz, in Código Civil Anotado, 6ª Edição, Editora Saraiva, págs. 169/170).E mais: ”Fundamento da responsabilidade civil. A responsabilidade civil se assenta na conduta do agente (responsabilidade subjetiva) ou no fato da coisa ou no risco da atividade (responsabilidade objetiva). Na responsabilidade objetiva o sistema fixa o dever de indenizar independentemente da culpa ou dolo do agente. Na responsabilidade subjetiva há o dever de indenizar quando se demonstra o dolo ou a culpa do agente, pelo fato causador do dano”. (Nelson Nery Júnior e Rosa M. de Andrade Ney, Código Civil Anotado, 2ª Edição, Editora Revista dos Tribunais, pág. 186).Feitas tais digressões, passo ao cerne dos autos.A demanda reside basicamente no pedido revisional de fatura, especificamente em relação ao consumo do mês junho/2012 no valor de R$ 135,92 (cento e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos), que segundo a autora está destoando da média de consumo faturado e praticados mensalmente, sendo certo que a tutela judicial deve cingir-se aos termos do pedido, nos moldes do art. 128, do CPC, sob pena de julgamento ultra ou extra petita. Além do mais, não há notícias nos autos de faturas supervenientes.A questão deve ser analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, dada a inegável relação de consumo, competindo à empresa concessionária de energia elétrica o ônus operacional e administrativo, bem como o conhecimento técnico necessário e as ações de fiscalização para garantir serviço satisfatório e regularidade dos “relógios medidores” da energia fornecida.E, neste ponto, verifico que a requerida assim não agiu, posto que o faturamento mensal questionado está acima do consumo médio mensal da consumidora e que correspondia a aproximados R$ 42,00 (quarenta e dois reais), conforme exposto e demonstrado na inicial (fl. 04). Deste modo, havendo abrupta e “espantosa” elevação de faturamento sem que tenha ocorrido qualquer alteração no consumo do imóvel, há que se conceder a necessária credibilidade à parte autora, que não tem como aferir a medição regular de seu consumo, posto que depende totalmente dos técnicos e rotinas da requerida.O valor de R$ 135,92 (cento e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos) revela-se abusivo e sem parâmetro plausível, posto que a concessionária de energia elétrica não comprovou a certificação INMETRO do relógio medidor e, muito menos, apresentou histórico de consumo da parte demandante e levantamento de carga para confrontação com a medição/faturamento realizado.Ora, se o consumo médio de determinado imóvel é registrado e cobrado em valores próximos a R$ 42,00 (quarenta e dois reais), não se justifica um súbito aumento, injustificado, que eleve o valor da fatura sem que se tenha gerado eventual aumento na carga consumida no imóvel no período impugnado.É visível a irregularidade da cobrança no mês apontado pela autora, até mesmo por conta do visível

descontrole demonstrado pela ré com relação a tamanha disparidade no valor cobrado.A autora e consumidora, recebendo energia elétrica regularmente e sem qualquer controle de qualidade (de tensão e de aferição), não pode ser penalizada, competindo à empresa arcar com o ônus da energia real não aferida como ônus operacional e administrativo, posto que não diligenciou corretamente.A partir do momento que a concessionária de serviço público tem controle monopolizador sobre os medidores e a rede de distribuição de energia elétrica, acessando RELATÓRIO s de pagamento e de consumo, deve melhor diligenciar e fiscalizar aqueles "contadores" que apresentem violações ou aferições aquém do usualmente constatado.Ressalte-se que a autora vem realizando pagamentos de faturas (fls. 12/14) em valores que se coadunam com o seu consumo mensal, não havendo nada que aponte para norte contrário.Demais disso, o cálculo feito pela empresa não demonstra como fora elaborada a conta apontada como devida nas respectivas faturas (fls. 12/14), não tendo como a autora contestar, já que é leiga, hipossuficiente e não tem condições de entender matematicamente como a empresa procedeu para chegar ao valor cobrado.Deste modo, em relação ao pedido revisional da fatura mensal junho/2012 de R$ 135,92 (cento e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos) deve o valor impugnado ser considerado abusivo, posto que totalmente divergente dos valores pagos habitualmente e em importes que não podem ser considerados irrisórios. Até mesmo porque a Requerida não demonstratou de modo suficientemente hábil a legitimidade do aumento excessivo, dever este que lhe incumbia, pois afirmou em Juízo que a instalação do medidor foi realizada de acordo com as normas legais, mas não comprovou em momento algum o parâmetro utilizado nem os testes de higidez do medidor. Calculando-se o valor do consumo das 03 (três) faturas mensais anteriores (março/2012, abril/2012 e maio/2012, respectivamente, 78, 79 e 79 quilowatts) apura-se o valor médio de consumo de 79 kWh (setenta e nove quilowatts), motivo pelo qual, deve ser este o consumo a ser calculado para o mês de junho/2012, absorvendo a ré todo o residual, sem repassar o ônus para a consumidora ou para os meses seguintes (diluição vedada) quilowatts.O pedido de revisão de fatura específica deve ser julgado procedente, posto que não houve evidente demonstração de elevação de consumo ou de compensação de leituras anteriores pela média.Com relação ao pedido de indenização por danos morais, tenho que é improcedente, e isso por duas simples razões: A primeira, porque quadrou ensejo, em caso análogo, o Tribunal de Justiça de Rondônia, ter decidido o seguinte: EMENTA Energia elétrica. Débito. Apuração irregular e unilateral. Dano moral. Mero dissabor. É inexistente o débito apurado de forma irregular e unilateral pela concessionária do serviço público de energia elétrica. Inexiste dano moral quando não evidenciada nenhuma situação vexatória em relação ao consumidor ou que a apuração de irregularidade em medidor de energia e a cobrança de débito tenha extrapolado a normalidade da vida cotidiana. (Ap. Civ. n. 0002375-36.2010.8.22.0001, Origem: 00023753620108220001 Porto Velho/RO (4ª Vara Cível), Rel. Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia).A segunda, pelo fato de verificar que a parte autora não teve o seu nome inscrito em órgãos restritivos de créditos, muito menos interrompido o fornecimento de energia elétrica em seu imóvel.III - CONCLUSÃODo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, CONDENANDO a empresa concessionária de energia elétrica CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA CERON S/A, para o fim de REVISIONAR a fatura impugnada (11/07/2012 R$ 135,92), utilizando-se a média de consumo apurado nos últimos 03 (três) meses, qual seja, 79 Kwh (setenta e nove quilowatts), desprezando-se todo o excedente, que deverá ser absorvido pela empresa como ônus operacional, caso não seja possível excluir-se do sistema.Deverá a ré CENTRAIS ELÉTRICA DE RONDÔNIA CERON S/A promover a elaboração de nova fatura correspondente ao mês de junho/2012 e no patamar determinado de 79 Kwh, concedendo prazo de 30 (trinta) dias para pagamento pelo Autor sem quaisquer juros legais ou contratuais, bem como multa ou demais encargos. Diante da parcial procedência da ação, cada parte deverá suportar os honorários de seus respectivos advogados (CPC, art. 21).Não havendo pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de seis meses do trânsito em julgado.Custas pro rata, isentando a autora de seu pagamento em razão de sua manifesta debilidade econômica (deferida às fls. 16/18). P.R.I.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0005882-05.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Flavio de Araujo Pereira
Advogado: Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
Executado: Banco do Brasil S/a Agência Av. Amazonas
Advogado: Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507), Karina de Almeida Batistuci (OAB/AM 685A)
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Diante da concordância da parte exequente com os valores depositados à fl. 176, nos termos do artigo 794, I, do CPC, JULGO EXTINTO este processo, movido por FLAVIO DE ARAUJO PEREIRA contra BANCO DO BRASIL S/A, ambos qualificados à fl. 03 e, em consequência, ordeno o seu arquivamento. Expeça-se alvará em favor da parte exequente.Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Custas pelo executado. Intime-se para pagamento, sob pena de inscrição na dívida ativa. Oficie-se, se inerte. Caso representem valor irrisório, isento a parte do recolhimento. .Publique-se. Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0090372-91.2009.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Einstein Instituição de Ensino Ltda
Advogado: Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
Requerido: Cleide Claudino de Pontes
Advogado: Cleide Claudino de Pontes (OAB/RO 539)
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Homologo o acordo celebrado entre as partes às fls. 81/82, para que produza seus efeitos jurídicos e legais e, em consequência, com fundamento no artigo 269, III, c/c art. 794, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO com resolução do mérito o presente processo em que são partes EINSTEN INSTITUIÇÃO DE ENSINO LTDA (exequente) contra CLEIDE CLAUDINO DE PONTES (executada), ambas qualificadas nos autos, e ordeno o seu arquivamento. Faculto o

desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por fotocópia. Sem custas. Publique-se. Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0020379-87.2011.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: jose bernardo souza mendes
Advogado: Eliane de Fatima Alves Antunes (OAB/RO 3151)
Requerido: RMT Comércio de Confecções Ltda.
Advogado: Marcondes Rai Novack (OAB/MT 8571)
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Tendo em vista que a parte autora, embora intimada para dar andamento neste feito em 48 horas, conforme carta de fl. 75, sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (fl. 76), nos termos do artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, este processo em que são partes JOSE BERNARDO SOUZA MENDES (requerente) e RTM COMÉRCIO DE CONFECÇÕES (requerido), ambos qualificados nos autos, e ordeno seu arquivamento. Determino os levantamentos necessários. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0245554-70.2009.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: UNIRON-Faculdade Interamericana de Porto Velho
Advogado: Fernando Augusto Torres dos Santos (OAB/RO 4725)
Executado: Carlos Serrano de Albuquerque Filho, Carlos Serrano Albuquerque Neto
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Considerando a manifestação de fl. 80 (requerimento de desistência), JULGO EXTINTO o presente processo da ação de execução movida por UNIRON - FACULDADE INTERAMERICANA DE PORTO VELHO em face de CARLOS SERRANO DE ALBUQUERQUE FILHO E CARLOS SERRANO ALBUQUERQUE, nos termos do art. 267, inc. VIII, do Código de Processo Civil e, em consequência, ordeno o seu arquivamento. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0016555-91.2009.8.22.0001
Ação: Depósito
Requerente: Banco Finasa S.A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/ES 10990), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Requerido: Darci Gonçalves
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Tendo em vista que a parte autora, embora intimada para dar andamento neste feito em 48 horas, conforme carta de fl. 95, sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (fl. 96), nos termos do artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, este processo em que são partes BANCO FINASA S/A (requerente) e DARCI GONÇALVES (requerida), ambos qualificados nos autos, e ordeno seu arquivamento. Determino os levantamentos necessários. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0011061-80.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edvânia Pereira da Silva
Advogado: Arioswaldo Alves de Freitas (RO 2256), Letícia Freitas Gil (OAB/RO 3120), Lívia Freitas Gil (OAB/RO 3769)
Requerido: ELETROBRAZ- ELETROELETRONICOS LTDA-EPP
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Tendo em vista que a parte autora, embora intimada para dar andamento neste feito em 48 horas, conforme carta de fl.74 , sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (fl. 75), nos termos do artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, este processo em que são partes EDVANIA PEREIRA DA SILVA (requerente) e ELETROBRAZ - ELETROELETRÔNICOS LTDA - EPP (requerido), ambos qualificados nos autos, e ordeno seu arquivamento. Determino os levantamentos necessários. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0019485-77.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Luis Antônio Pereira dos Santos
Advogado: João Roberto Lemes Soares (OAB/RO 2094), Jeremias de Souza Leite (OAB/RO 5104)
Requerido: Consórcio Santo Antônio Energia
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B)
DECISÃO :
VISTOS e etc. Especifiquem as partes, no prazo de 10 (dez) dias, as provas que pretendem produzir, justificando a sua necessidade, sob pena de indeferimento.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique e renove a conclusão para deliberação.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0008230-25.2012.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Panamericano S/A
Advogado: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB/RO 4778)
Requerido: Jair Fiel de Lima
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Tendo em vista que a parte autora, embora intimada para dar andamento neste feito em 48 horas, conforme carta de fl. 27, sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (fl. 28), nos termos do artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, este processo em

que são partes BANCO PANAMERICANO S/A (requerente) e JAIR FIEL DE LIMA (requerido), ambos qualificados nos autos, e ordeno seu arquivamento. Determino os levantamentos necessários. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0000474-28.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ledilson Pereira Portugal
Advogado: Vera Maria da Conceição Souza. (RO 573)
Requerido: Banco J. Safra S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
SENTENÇA :
VISTOS , etc. I RELATÓRIO LEDILSON PEREIRA PORTUGAL ajuizou ação revisional de contrato bancário c/c repetição de indébito em face de BANCO SAFRA S/A, ambos qualificados à fl. 03. Aduz ter celebrado com o requerido em 23/09/2011 um contrato de empréstimo consignado (contrato nº 4000046252), no valor de R$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais), a ser pago em 60 parcelas de R$ 842,16 (oitocentos e quarenta e dois reais e dezesseis centavos), com início em 23/09/2011 e término em 23/08/2016. Afirma, em síntese que o contrato possui cláusulas leoninas que oneram excessivamente o consumidor, acarretando desequilíbrio contratual. Afirma que foram fixados juros abusivos, de forma capitalizada e em percentuais que excedem de modo substancial a média de mercado, de modo que devem ser recalculados. Questiona a cobrança de comissão de permanência cumulada com juros moratórios, correção monetária e multa contratual e das tarifas de emissão de carnê e de abertura de crédito. Além da revisão de tais cláusulas, que segundo a autora, fazem com que as prestações venham a se tornar excessivamente onerosas, requereu a repetição do indébito em dobro, nos termos do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor. Requereu a concessão dos benefícios da gratuidade processual e, liminarmente, a concessão de tutela antecipada para modificar os valores das parcelas descontadas de seu contracheque, no montante que entende devido (R$ 389,67). Juntou procuração e documentos de fls. 18/20Às fls. 30/31 foi indeferido o pedido de antecipação de tutela e determinado o prosseguimento do feito independentemente do recolhimento das custas.Citado, o requerido apresentou a contestação de fls. 34/47 em que defende a validade do ajuste dos encargos e a inexistência de proibição legal para a estipulação de juros superiores a 12% ao ano, tampouco de vedação à prática da capitalização de juros. Afirma que inexiste abusividade/ilegalidade nos juros remuneratórios estipulados por estarem em consonância com o patamar da taxa média de mercado, aproveitando a oportunidade para salientar que não há que se falar em limitação de juros para as instituições financeiras, sobretudo diante da revogação do § 3º do art. 192 da CF, com a Emenda Constitucional nº 40/2003. Alega que as despesas de operações de crédito que integram o custo efetivo total são legais por terem sido previamente contratadas, pugnando ao final pela improcedência dos pedidos que constam na inicial, com as cominações legais daí decorrentes Réplica às fls. 54/73.É o RELATÓRIO . DECIDO.II FUNDAMENTAÇÃO a) Do Julgamento Antecipado da LideConforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ - 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).No presente caso concreto a questão de mérito é unicamente de direito, devendo ser observado o art. 330, I do Código de Processo Civil, segundo o qual o juiz deverá conhecer diretamente do pedido, proferindo SENTENÇA , quando não houver necessidade de produzir prova em audiência.b) Da Aplicação do CDCImportante destacar ainda que o caso em tela envolve inquestionavelmente relação de consumo, submetendo-se, consoante o disposto na Súmula 297 do STJ, aos ditames do Código de Defesa do Consumidor, o qual prevê em seu art. 6º, inciso V, a possibilidade de modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas - Teoria da Base Objetiva do Negócio Jurídico e não a teoria da imprevisão prevista no art. 478 do Código Civil.Some-se a isso o fato de que já não mais vigora a vetusta orientação doutrinária que entendia ser absoluto o princípio pacta sunt servanda, porquanto não se pode excluir do Poder Judiciário o exame de qualquer alegação de ameaça ou ofensa a direito (CF, art. 5º, XXXV), de modo que negócios desta natureza podem ser reVISTOS pelo judiciário, sem haver ofensa ao ato jurídico perfeito. Feitas estas considerações inicias, passo a analisar as abusividades apontadas pelo autor em sua inicial haja vista que a Súmula 381, do STJ veda ao julgador conhecer, de ofício, a abusividades das cláusulas em contratos bancários. c) Dos Juros RemuneratóriosO autor afirma em sua inicial que os juros remuneratórios foram fixados em patamares abusivos, de forma capitalizada e em percentuais que excedem de modo substancial a média de mercado - o que estaria acarretando desequilíbrio contratual.Contudo, de uma leitura atenta dos autos não há demonstração de ilegalidade/abusividade nos juros.Primeiramente, merece ser destacado que em nosso ordenamento jurídico não existe norma que estipule percentual limite para a cobrança de juros bancários, sendo pacífico que não se aplica a limitação dos juros pela Lei de Usura (Decreto 22.626/33) em face do que dispõe a Lei de Reforma Bancária (Lei nº 4.595/64) e a Súmula 596 do STF, a qual estabelece que as disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional .Ademais, restou pacificado em nível jurisprudencial, sobretudo com a edição da Súmula 648 do STF: a norma do § 3º do art. 192 da Constituição, revogada pela EC 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar. Entendimento este que, inclusive, foi reforçado com a edição da Súmula Vinculante nº 7 do STF, com o mesmo teor. Não se aplicando às instituições financeiras a Lei de Usura, torna-se possível as taxas de juros remuneratórios livremente pactuados pelas partes, desde que respeitada à média de mercado.No presente caso, contrariando a alegação do autor de que os juros remuneratórios fixados no contrato excederiam de modo substancial a média de mercado, verifica-se em consulta ao site do Banco Central do Brasil (http: //www.bcb.gov.br/ txcredmes - tabela XVII - Operações com juros prefixados Aq. De Bens PF veículos que ao tempo da celebração do contrato (agosto/2011), que a média de mercado oscilava em torno de 2,17 ao mês e 29,41% ao ano, enquanto

que no contrato os juros foram fixados em patamares plenamente compatíveis, quais sejam 2,14% ao mês e 28,93% ao ano. É certo que o Código de Defesa do Consumidor permite a modificação de cláusula contratual que estabeleça prestação desproporcional ou sua revisão, em razão de fato superveniente que a torna excessivamente onerosa (art. 6º, V). Entretanto, no tocante aos juros remuneratórios, tenho que em momento algum a parte autora comprovou ter surgido, depois da celebração do contrato, qualquer circunstância ou fato superveniente capaz de autorizar a modificação do percentual de juros conforme pretendido.Ademais, não se pode olvidar que o contrato assinado pela autora prevê claramente o número e valor das parcelas, tratando-se de prestações mensais fixas. Admitir como regra a revisão dos contratos de empréstimo simplesmente pelo fato de acarretar ao devedor uma onerosidade previsível, seria, em verdade, privar o contrato de sua finalidade precípua. Há, pois, que prevalecer o princípio pacta sunt servanda quanto a esta peculiaridade.d) Da Capitalização dos JurosNo que tange à capitalização de juros, a 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial 973.827 firmou as seguintes teses para os efeitos do art. 543-C do CPC (Recursos Repetitivos): - "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada.""A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".No presente caso, depreende-se dos autos que as partes celebraram o contrato de empréstimo consignado em agosto/2011 (ou seja, após a edição da medida provisória supramencionada), cuja taxa anual pactuada foi de 29,41%, e a mensal de 2,17% (fl. 20) - o que se mostra suficiente para autorizara cobrança da taxa efetiva anual contratada.e) Da Comissão de Permanência e Encargos MoratóriosConforme entendimento consolidado pelo STJ é lícita a cobrança de comissão de permanência calculada pela taxa média de mercado, desde que não exceda a taxa do contrato e não seja cumulada com correção monetária, juros remuneratórios ou moratórios e multa moratória (Súmulas 30, 294 e 296 e AgRg no Resp 712.801/DIREITO e AgRg no Resp 706.368/NANCY). Sobre o tema: DIREITO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. SÚMULA Nº 283/STF. NÃO INCIDÊNCIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. POSSIBILIDADE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. POSSIBILIDADE.Os argumentos apresentados nas razões de recurso especial são suficientes para impugnar o aresto recorrido, não havendo, assim, incidência do enunciado sumular nº 283/STF. 2. A Segunda Seção desta Corte, na assentada do dia 22.10.2008, quando do julgamento do REsp n. 1.061.530/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, no sistema do novel art. 543-C do CPC, trazido pela Lei dos Recursos Repetitivos, pacificou o entendimento já adotado por esta Corte de que as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios que foi estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33). 3. A capitalização dos juros em periodicidade mensal é admitida para os contratos celebrados a partir de 31 de março de 2000 (MP nº 1.963-17/2000), desde que pactuada. 4. É admissível a cobrança da comissão de permanência, em caso de inadimplemento, desde que não cumulada com correção monetária, juros remuneratórios, multa contratual e juros moratórios (Súmulas 30 e 296/STJ). Esse encargo pode ser calculado à base da taxa média dos juros no mercado, desde que não exceda a taxa do contrato, convencionada pelas partes (Súmula 294/STJ). 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1018798 / MS. Rel. HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO, Quarta Turma STJ, DJ 01/07/2010)Conforme se extrai da cláusula 9 do contrato (fl. 22), há cumulação de comissão de permanência, com juros de mora de 1% (um por cento) e multa contratual de 2% (dois por cento) em caso de inadimplemento. Inadmissível tal cumulação, deve ser preservada a cobrança da comissão de permanência calculada pela taxa média de mercado, limitada a taxa prevista no contrato e afastado os demais encargos moratórios (REsp 899.662 /RS).f) Das tarifas Administrativas (TEB e TAC)No que tange à Tarifa de Emissão de Boletos, o STJ já decidiu pela ilegalidade se sua cobrança. Conforme salientado no Resp. 1.161.411/RJ, o Banco Central atento à crescente prática operada pelas instituições bancárias e buscando inibi-las, alterou, por meio da Resolução 3.693/2009, a redação do art. 1º da Resolução 3.518/2007, que passou a prever expressamente a proibição da cobrança da tarifa para ressarcimento de despesas de emissão de boletos de cobrança, carnês e assemelhados . Contudo, certo é que da análise ao boleto apresentado pelo autor e do instrumento contratual, verifica-se que a mesma não estava sendo cobrada - razão pela qual não merece prosperar o pedido de declaração de nulidade, restando prejudicado o pedido de repetição do indébito e compensação neste quesito. Quanto à cobrança de tarifa de abertura de crédito, sua ocorrência é incontroversa, estando expressamente preVISTO no contrato, com a denominação de tarifa de cadastro o valor de R$ 1.000,00 (fl. 20 Características da Operação). Contudo, entendo que esta quantia se mostra abusiva, pois o objeto da avença já é remunerado pelos juros contratuais, inexistindo justificativa para a cobrança de valor tão elevado para procedimentos administrativos inerentes à própria contratação.Ressalte-se que o Tribunal de Justiça de Rondônia, acompanhando o entendimento que vem sendo firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, também vem decidindo no sentido de que, com a demonstração cabal de vantagem exagerada por parte do agente financeiro , pode ser considerada abusiva/ilegal a incidência de tarifas administrativas, entre as quais a tarifa de cadastro.Nessesentido:REVISÃOCONTRATUAL.COBRANÇA DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS, TARIFA DE CADASTRO E IOF. POSSIBILIDADE. PREVISÃO CONTRATUAL.É possível a cobrança de capitalização de juros desde que expressamente pactuada no contrato.Inexiste ilegalidade na cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC), se houve a pactuação entre as partes, tendo sido discriminado o seu valor no contrato, e este não se mostra excessivo, de modo a configurar o desequilíbrio contratual. Ocorrido o fato gerador, o IOF - Imposto sobre operações financeiras, é compulsório o seu recolhimento. (TJ/RO, Apelação Cível nº. 00180460220108220001, Rel. Des. Alexandre Miguel, J. 22/08/2012)Apelação cível. Contrato bancário. Repetição de indébito. Tarifa de cadastro. Legitimidade.A tarifa de cadastro quando efetivamente contratada e não excessiva é legítima, pois não há vedação legal para a sua cobrança (Resolução 3.518/2007 do CNM e Circular do BACEN n. 3.371/2007), inexistindo o dever de restituição do valor pago a este título ao autor.(TJ/RO, Apelação

Cível nº. 00002599020118220011, Rel. null, J. 01/02/2012) AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. INAPLICÁVEL LIMITAÇÃO EM 12% AO ANO. TAXAS DE ABERTURA DE CRÉDITO (TAC) E EMISSÃO DE CARNÊ (TEC). CARACTERIZAÇÃO DA MORA. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.1. Conforme jurisprudência pacífica do STJ, as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica cobrança abusiva; são inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591, c/c o art. 406 do CC/2002; é admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a cobrança abusiva (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante as peculiaridades do julgamento em concreto.2"As tarifas de abertura de crédito (TAC) e emissão de carnê (TEC), por não estarem encartadas nas vedações previstas na legislação regente (Resoluções 2.303/1996 e 3.518/2007 do CMN), e ostentarem natureza de remuneração pelo serviço prestado pela instituição financeira ao consumidor, quando efetivamente contratadas, consubstanciam cobranças legítimas, sendo certo que somente com a demonstração cabal de vantagem exagerada por parte do agente financeiro é que podem ser consideradas ilegais e abusivas" (REsp 1.246.622/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 16/11/2011).3. O reconhecimento da validade dos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) implica a caracterização da mora.4. Agravo regimental a que se nega provimento.(AgRg no REsp 1078412/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 04/12/2012, DJe 04/02/2013) PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. BANCÁRIO. TAXAS DE ABERTURA DE CRÉDITO E EMISSÃO DE CARNÊ. COBRANÇA. POSSIBILIDADE. Esta corte tem entendimento assente no sentido de que a não incidência da TAC e da TEC dependem da demonstração inequívoca de abusividade frente às taxas de mercado e ao contrato entabulado entre as partes. Recurso Especial Provido (RESP 1.223.479, Relatora Ministra Nancy Andrighi, julgado em 15.02.2011).Assim, entendo que a quantia de R$ 1.000,00 (mil reais) configura vantagem exagerada na forma do art. 51 do CDC.g) Da repetição do indébito e compensaçãoO entendimento dominante no STJ é no sentido de admitir a repetição do indébito na forma simples, e não em dobro, salvo comprovada má-fé (STJ, AgRg no Ag 570214/MG, Relª. Minª. Nancy Andrighi, DJ. 28/06/2004). Tal entendimento estriba-se no argumento de que a consecução dos termos contratados, a considerar a obrigatoriedade que o contrato encerra, vinculando as partes contratantes, não revela má-fé do fornecedor, ainda que, posteriormente, reste reconhecida a ilicitude de determinada cláusula contratual. Assim, diante da constatação de pagamento de valores indevidos, passo a aplicar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça também adotado pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, no sentido de que a repetição do indébito se dê na forma simples. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. REVISÃO DE CLÁUSULAS. PREVISÃO LEGAL. POSSIBILIDADE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULAÇÃO COM OUTROS ENCARGOS DE MORA. IMPOSSIBILIDADE. TAXAS ADMINISTRATIVAS. COBRANÇA. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. MÁ-FÉ NÃO CONFIGURADA. INDÉBITO DEVIDO. FORMA SIMPLES.É cabível a pretensão do consumidor de revisar contrato de mútuo, notadamente considerando a expressa previsão legal em tal sentido.Admite-se a comissão de permanência durante o período de inadimplemento contratual, à taxa média dos juros de mercado, limitada ao percentual fixado no contrato e desde que não cumulada com a correção monetária, com os juros remuneratórios e moratórios, nem com a multa contratual. Segundo jurisprudência da Terceira Turma do STJ, é ilegal a cobrança de taxas de abertura de crédito e serviços prestados, uma vez que representa enriquecimento sem causa da instituição financeira, autorizando-se a repetição de indébito na forma simples se não comprovada má-fé em sua cobrança. (TJ/RO, N. 00028993320108220001, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, J. 14/03/2012)III DISPOSITIVODo exposto, na forma do art. 269, I, do CPC, extingo o processo sem resolução do mérito e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS formulados pelo autor, para o fim de: 1) DECLARAR a nulidade da cláusula 9 que prevê a cumulação de comissão de permanência com outros encargos moratórios (juros de mora e multa contratual), para que em caso de inadimplência incida unicamente a comissão de permanência - que poderá ser calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central desde que não exceda a taxa prevista no contrato;2) DECLARAR a nulidade da cobrança de tarifa de cadastro, fixada no valor de R$ 1.000,00 (mil reais);3) CONDENAR o réu a repetir os indébitos pagos, na forma simples, relativos à cobrança indevida do encargos/cláusulas declaradas abusivas, compensáveis com o valor do débito que resta à parte autora pagar.O quantum para fins de restituição/compensação deverá ser apurado oportunamente pela parte autora, com base nos artigos 475-B, do CPC, acrescidos de juros de mora a partir da citação válida (art. 219, caput, do CPC) na ordem de 1% (um por cento) ao mês (art. 406, do CC c/c art. 161, § 1º do CTN), além da correção monetária a partir do desembolso da quantia lançada a maior.Em face da sucumbência recíproca, cada parte arcará com os honorários de seus respectivos advogados. Custas pro rata, mas estando o autor amparada pelo benefício da gratuidade da justiça, suspendo a obrigação à luz do disposto nos arts. 11 e 12 da lei 1.060/50.Certificado o trânsito em julgado e apresentados os cálculos, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do art. 475-J, do CPC, no prazo de quinze dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito. Não havendo pagamento e nem requerimento do credor para cumprimento da SENTENÇA , proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de seis meses do trânsito em julgado. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento,o que deverá ser certificado, arquive-se.P.R.I.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0009291-18.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Josilaine Pinto de Souza
Advogado: Ely Roberto de Castro (OAB/RO 509)
Requerido: Uniron - Faculdade Interamericana de Porto Velho
Advogado: José Ademir Alves (OAB/RO 618), Laura Maria Braga Araruna (OAB/RO 3730), José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529), Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)

SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS etc. I - RELATÓRIO JOSILAINE PINTO DE SOUZA, regularmente qualificada e representada nos autos, ajuizou ação de reparação de danos morais com pedido de lucros cessantes em desfavor da FACULDADE INTERAMERICANA DE PORTO VELHO, igualmente qualificada, pelos motivos fáticos e jurídicos que seguem. Relata a parte autora, em síntese, ter concluído o curso de zootecnia na faculdade requerida no mês de agosto de 2010, sendo que ao pleitear a expedição e registro do diploma de graduação obteve a informação de que referido curso ainda não havia sido reconhecido pelo MEC, fato que a impossibilitou de participar de concurso realizado pelo CNPQ.Aduziu a autora que constava a informação no edital de vestibular publicado no ano de 2005 de que referido curso era reconhecido pelo MEC por meio da Portaria de Funcionamento n. 904 de 17/03/2005, sendo constatado posteriormente que referida informação era inverídica. Com base nessa retórica propugna pela procedência da ação para que a ré seja condenada a lhe pagar indenização a título de danos morais e lucros cessantes no importe de R$ 26.124,00 (vinte e seis mil, cento e vinte e quatro reais), inclusive nas verbas de sucumbência (fls. 03/17).Com a inicial vieram os documentos de fls. 18/32 dos autos.Foi postergado o conhecimento da liminar pretendida (fls. 36).Devidamente citada, a parte ré apresentou contestação, alegando, em síntese, que na época o curso já havia sido reconhecido pelo MEC, restando apenas a edição da Portaria de reconhecimento n. 136, que veio a ser publicada no mês de julho de 2012, não havendo que se falar em qualquer evento danoso à honra da parte autora e tampouco a incidência de qualquer lucro cessante ante a ausência de qualquer comprovação de perda salarial e / ou honorários pelo exercício da profissão. Ao final, requereu a improcedência da ação, com a inversão do ônus da sucumbência (fls. 39/45).É o RELATÓRIO . II - DECIDO. Do Julgamento Antecipado da lideIn casu, atenta ao bojo dos autos, vislumbro que nele há elementos de provas suficientemente inequívocos a ensejar convencimento do juízo, mormente a possibilitar o seu julgamento antecipado. Por consequência, dispensável qualquer dilação processual.Aliás, sobre tal entendimento, vejamos a jurisprudência: “Presentes nos autos elementos documentais suficientes à elucidação da matéria de fato efetivamente controvertida, nada importa que o juiz tenha previamente consultado as partes sobre a produção de mais provas, e alguma delas a tenha requerido. A opção pela antecipação ou não do julgamento pertence exclusivamente ao Juiz, que pode saber, e só ele pode, da suficiência ou insuficiência dos dados disponíveis para o seu convencimento. (....)” (RJTJRGS, 133/355).Do corpo deste último aresto trago ainda à colação a seguinte passagem: ”[...] O Juiz, e somente ele, como destinatário da prova que é, detém, com exclusividade, o poder de optar pela antecipação do julgamento ou pela remessa do processo à dilação probatória. Seu é o convencimento a ser formado, e seu, portanto, há de ser também o juízo quanto à suficiência ou não dos elementos já coligidos para a consolidação desse convencimento. Por outras palavras, não é às partes que cabe aquilatar do cabimento ou descabimento da aplicação do art. 330 do CPC, mas o Juiz. A prova em audiência faz-se ou deixa-se de fazer não porque as partes desejam ou prefiram esta ou aquela alternativa, mas porque o Juiz ainda precisa ou não precisa mais esclarecer-se quanto à matéria de fato. [...]”.Não há quaisquer questões preliminares e/ou prejudiciais do mérito, de modo que passo diretamente ao estudo do meritum causae.III - Do méritoA questão é simples e deve ser analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor, adotando os respectivos princípios e observando a vulnerabilidade do consumidor e relação contratual em si, notadamente com a aplicação teoria da responsabilidade objetiva nos casos de dano oriundo da falha na prestação do serviço.No Código de Defesa do Consumidor os princípios estão referidos no art. 4º, não especificamente dos contratos mas do sistema nacional das relações de consumo. Há uma certa imprecisão entre o que denomina princípios e as diretrizes gerais contidas no mencionado artigo. As expressões empregadas no referido artigo podem ser agrupadas segundo a classificação dos princípios sociais adotadas neste trabalho: a) “compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica”: esse trecho do inciso III do art. 4º, implicitamente, conduz ao princípio da função social; b) “transparência”, “boa-fé”, “informação”: princípio da boa-fé; c) “vulnerabilidade”, “harmonização dos interesses”, “equilíbrio nas relações”: princípio da equivalência material. O Código de Defesa do Consumidor, no capítulo específico da proteção contratual, especialmente no art. 51 (cláusulas abusivas) menciona o princípio da boa-fé e expressões enquadráveis no princípio da equivalência material, como “eqüidade”, “equilíbrio contratual”, “justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes”. A boa-fé objetiva é regra de conduta dos indivíduos nas relações jurídicas obrigacionais. Interessam as repercussões de certos comportamentos na confiança que as pessoas normalmente neles depositam, exatamente como aconteceu no caso dos autos, onde a Autora depositou plena confiança na Requerida de que o curso era reconhecido à época da publicação do edital.Confia-se no significado comum, usual, objetivo da conduta ou comportamento reconhecível no mundo social. A boa-fé objetiva importa conduta honesta, leal, correta. É a boa-fé de comportamento. O novo Código Civil brasileiro (art. 422) refere-se a ambos os contratantes do contrato comum civil ou mercantil, não podendo o princípio ser aplicado preferencialmente ao devedor, neste caso segundo a regra contida no art. 242 do Código Civil alemão. Nas relações de consumo, todavia, ainda que o inciso III do art. 4º do CDC cuide de aplicá-lo a consumidores e fornecedores, é a estes que ele se impõe, principalmente, em virtude da vulnerabilidade daqueles. Por exemplo, no que concerne à informação o princípio da boa-fé volta-se em grande medida ao dever de informar do fornecedor. Além dos tipos legais expressos de cláusulas abusivas o CDC fixou a boa-fé como cláusula geral de abertura, que permite ao aplicador ou intérprete o teste de compatibilidade das cláusulas ou condições gerais dos contratos de consumo. No inciso IV do art. 51 a boa-fé, contudo, a boa-fé está associada ou alternada com a eqüidade (“...com a boa-fé ou a eqüidade”), a merecer consideração. No que respeita aos princípios do contrato a eqüidade não se concebe autonomamente, mas como critério de heterointegração tanto do princípio da boa-fé quanto do princípio da equivalência material. O juízo de eqüidade conduz o juiz às proximidades do legislador, porém limitado à decidibilidade do conflito determinado na busca do equilíbrio dos poderes contratuais. Apesar de trabalhar com critérios objetivos, com standards valorativos, a eqüidade é entendida no sentido aristotélico da justiça do caso concreto. O juiz deve partir de critérios definidos referenciáveis em abstrato não os podendo substituir por juízos

subjetivos de valor. Por seu turno, o art. 422 do Código Civil de 2002 associou ao princípio da boa-fé o que denominou de princípio da probidade ("... os princípios da probidade e boa-fé"). No direito público a probidade constitui princípio autônomo da Administração Pública, preVISTO explicitamente no art. 37 da Constituição, como "princípio da moralidade" a que se subordinam todos agentes públicos. No direito contratual privado, todavia, a probidade é qualidade exigível sempre à conduta de boa-fé. Quando muito seria princípio complementar da boa-fé objetiva ao lado dos princípios da confiança, da informação e da lealdade. Pode dizer-se que não há boa-fé sem probidade. Outro ponto relevante a ser destacado é o princípio da informação.A questão da informação tornou-se vital em qualquer atividade humana, incluídas naturalmente nas relações de consumo, seja a matéria contratual ou não. É necessário frizar a importância da informação de acordo com o jurista Luís Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, em que este explana importantíssimo pensamento a respeito da informação: "Não há sociedade sem comunicação de informação. A história do homem é a história da luta entre idéias, é o caminhar dos pensamentos. O pensar e o transmitir o pensamento são tão vitais para o homem como a liberdade física."Hoje, mais do que nunca, informação é poder. Afinal, o dever de informar do fornecedor não está sediado em simples regra legal. Muito mais do que isso, pertence ao império de um princípio fundamental do Código do Consumidor, de mais a mais, os direitos do consumidor são irrenunciáveis."Art. 4° da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990.A Política Nacional de Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito a sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: IV - educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;"A tradução, feita por Rizzato Nunes, quanto ao princípio da informação preceituado no CDC: "Dever de informar: com efeito, na sistemática implantada pelo CDC, o fornecedor está obrigado a prestar todas as informações acerca do produto e do serviço, suas características, qualidades, riscos, preços e etc. , de maneira clara e precisa, não se admitindo falhas ou omissões."Desta sorte, a Requerida deveria ter informado de modo claro e preciso acerca da ausência de reconhecimento do curso pelo MEC. O que de fato não ocorreu.As provas dos autos demonstram a conduta ilícita praticada pela instituição requerida ao fornecer curso que na época sequer possuía reconhecimento pelo MEC expondo a requerente a uma situação de constrangimento ao se ver impedida de atuar em sua área de serviço após a conclusão do curso.Ressalto que a falha na prestação do serviço e a quebra da boa-fé objetiva na relação jurídica contratual restam caracterizadas, uma vez que a requerida quando do lançamento do edital de vestibular no ano de 2005 divulgou que referido curso já gozava de reconhecimento pelo MEC.Conforme revelam os autos, a autora comprovou a conclusão do curso de zootecnia no mês de agosto de 2010 (Certificado de Conclusão fls. 21), bem como os pleitos de expedição e registro do diploma de graduação datados de 11 de janeiro de 2011 e 09 de fevereiro de 2012 (fls. 20 e 32), obtendo a resposta pela requerida somente no dia 15 de fevereiro de 2012 (fls. 25).A requerida, por sua vez, trouxe a comprovação de que apenas no mês de julho de 2012, houve o reconhecimento do curso superior de graduação zootecnia - ministrado pela instituição (fls. 59/60), ou seja, mais de 1 (um) ano e 06 (seis) meses após a conclusão do curso pela autora, restando configurada total falha na prestação de serviço por parte da demandada e quebra da boa-fé objetiva com a consequente responsabilização civil.Deste modo, cristalino se revela o direito vindicado, em relação aos danos morais suportados pela autora devendo haver a plena responsabilização civil para fins de indenização compensatória dos danos morais. Entende-se pacificamente nos Tribunais pátrios que os danos morais estão consubstanciados nos próprios fatos que causaram os constrangimentos ao jurisdicionado. Trata-se de sensação e, portanto, direito subjetivo que se projeta de várias formas nas diferentes pessoas que compõem o meio social." in re ipsa ipso factohominis factiin re ipsa;" (Elias, Helena - O Dano Moral na Jurisprudência do STJ - pag. 99/100 - Rio de Janeiro - Editora Lumen Juris 2004).A prova do dano moral é presumida, não havendo a necessidade de sua materialização. Sobre o caso em testilha já se posicionaram os tribunais, senão vejamos: "Ementa: PROCESSO CIVIL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR . AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. CURSO NÃO RECONHECIDO PELO MEC. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA AO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. REDUÇÃO DO VALOR FIXADO NA SENTENÇA . PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1. TENDO A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SILENCIADO QUANTO AO NÃO RECONHECIMENTO OFICIAL DO CURSO PARA O QUAL A ALUNA PRESTOU VESTIBULAR E SE MATRICULOU, DEVE RESPONDER PELOS DANOS MORAIS DAÍ ADVINDOS, PORQUE HOUVE OMISSÃO DE INFORMAÇÃO ESSENCIAL AO NEGÓCIO JURÍDICO FIRMADO ENTRE AS PARTES, CONSTITUINDO FALHA GRAVE NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. 2. O VALOR DA INDENIZAÇÃO DEVE OBEDECER AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE, DE FORMA QUE A SOMA NÃO SEJA TÃO GRANDE QUE PROVOQUE O ENRIQUECIMENTO DA VÍTIMA, NEM TÃO PEQUENA QUE SE TORNE INEXPRESSIVA. DEMONSTRADO QUE O VALOR FIXADO NA SENTENÇA A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS É EXCESSIVO, DEVE SER REDUZIDO. 3. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME". (TJ-DF - Apelacão Civel APC 20100710270365 DF 0026702-44.2010.8.07.0007 (TJ-DF) Data de publicação: 19/07/2013)"."Ementa: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROPAGANDA ENGANOSA CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO NÃO RECONHECIDO PELO MEC DANOS MATERIAIS DEVOLUÇÃO DOS VALORES DANOS MORAIS INDENIZAÇÃO DEVIDA FRUSTRAÇÃO DA EXPECTATIVA DE OBTER CERTIFICAÇÃO RECONHECIDA VALOR ARBITRADO COM MODERAÇÃO E PROPORCIONALIDADE AÇÃO JULGADA PROCEDENTE SENTENÇA CORRETA, ORA CONFIRMADA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. - Recurso desprovido". (TJ-SP - Apelação APL 9148568872009826 SP 9148568-87.2009.8.26.0000 (TJ-SP) Data de publicação: 07/12/2011" Na mensuração do quantum indenizatório, acompanho o seguinte entendimento da jurista e Magistrada Helena Elias (op.cit.): "O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade

psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação".Sendo assim e levando-se em consideração a negligência e má administração da instituição requerida, tenho como justo e proporcional a fixação do quantum em R$ 15.000,00 (quinze mil reais), de molde a disciplinar a instituição requerida e a dar satisfação pecuniária à requerente.Esta é a DECISÃO que mais justa emerge para o caso, dada a necessidade de se aplicar os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da exemplaridade. O valor acima resta suficiente, nunca sendo demais frisar que a fixação da indenização é tarefa árdua, uma vez que, a um só tempo, enfrentamos duas grandezas absolutamente distintas: uma imaterial (dor e constrangimento sofridos) e outra material (o dinheiro). Compatibilizar a dor sofrida com a compensação financeira reclamada que, de alguma forma, represente não um pagamento, mas sim um lenitivo, é muito difícil.No que concerne a alegação de lucros cessantes é importante mencionarmos estes representam a perda, segura, daquilo que se deixou de ganhar, não sendo admitida a presunção e nem mesmo a inversão do ônus da prova, a exemplo do que ocorre nas relações de consumo e em decorrência do serviço mal prestado. Deste modo, não comprovada a efetiva perda do ganho esperado, a frustração da expectativa de lucro, não há como se presumir o prejuízo alegado pela autora. Assim, compulsando os autos, observo que não se comprovou que efetivamente a mesma poderia obter um lucro mensal de 02 (dois) salários mínimos no seu mister. Houve apenas a afirmação de que a requerente "se viu impedida" de participar de concurso para sua área.O disposto do artigo 402 do Código Civil acata o princípio da razoabilidade para quantificar o lucro cessante, VISTO que, se certeza e atualidade são requisitos para que o dano seja indenizável, apenas se poderá considerar, para fins indenizatórios, o que razoavelmente se deixou de lucrar. Ensina a professora Maria Helena Diniz que a perda de chance é indenizável, ante à certeza da existência da chance perdida pelo lesado por ato culposo, comissivo ou omissivo, do lesante, impedindo sua verificação" (Diniz, Maria Helena - Código Civil Anotado, 11 ed., rev., aum. e atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10-1-2002) - São Paulo: Saraiva, 2005 - pag. 386).Desta sorte, é imprescindível a prova do montante que a parte deixou de ganhar, não se indenizando o chamado dano potencial ou hipotético. Portanto, e mais uma vez, só é possível a concessão de lucros cessantes nas hipóteses de constatação possível e real, não se permitindo pedido de lucros possíveis não comprovados. É a chamada doutrina da causalidade direta e imediata.Desse modo, e volvendo-se para o caso concreto, tem-se claramente que a autora da demanda não se desincumbiu efetivamente do ônus de provar a ocorrência do lucro cessante reclamado, deixando de demonstrar a certeza e a atualidade do que razoavelmente deixou de lucrar com a conduta da requerida, razão pela qual merece improcedência a pretensão neste ponto.DispositivoIsso posto, com base no disposto do arti 422 do Código Civil, artigo 4º, 14 do Código de Defesa do Consumidor, 927 do Código Civil, art. 5º, X da CF e por tudo que constam dos autos, julgo PARCIALMENTE procedente o pedido formulado para condenar a Requerida ao pagamento de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), à título de reconhecidos danos morais, causados à requerente, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da presente condenação (Súmula 362, STJ).Julgo improcedente o pedido de lucros cessantes.Declaro extinto o processo com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência mínima da parte Autora, condeno a Requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes fixados em 20% do valor da condenação, valor este razoável e proporcional para remunerar o serviço prestado, consoante se depreende dos termos do artigo 21, do Código de Processo Civil, considerados o grau de complexidade da causa, o tempo, exigido para o serviço do advogado, o grau de zelo profissional e o lugar da prestação do serviço.Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito.Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0002696-37.2011.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: G. V. Comércio de Utensílios Domésticos Ltda.
Advogado: Paulo Henrique Gurgel do Amaral (OAB/RO 1361)
Requerido: Cássio dos Anjos Almeida, Rosangela Vieira dos Santos
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Trata-se de ação monitória ajuizada por G.V. COMÉRCIO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (MULTIBAR) em face de CASSIO DOS ANJOS ALMEIDA e ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS, todos qualificados à fl. 03, aduzindo ser credor da quantia de R$ 1.789,50 (mil, setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos), consubstanciada nos cheques prescritos de nº 000006 e 000007, emitidos em 05/04/2007, cada qual no valor de R$ 476,20 (quatrocentos e setenta e seis reais e vinte centavos) e vinculados à conta 018911, agência 2167 do Banco Bradesco, de titularidade dos requeridos. Requereu a expedição de mandado de pagamento de quantia certa e juntou a procuração e os documentos de fls. 07/08.Os requeridos foram citados na forma do art. 1.102b do CPC (fls. 18-verso e 26), deixando transcorrer "in albis" o prazo para pagamento ou oferecimento de embargos. É o RELATÓRIO , no essencial. DECIDO.Em análise aos autos, verifica-se que os cheques prescritos anexados à fl. 08, devolvidos por insuficiência de fundos, dão sustentação à presente ação judicial, pois enquadram-se perfeitamente na definição de "prova escrita sem eficácia de título executivo" exigida pelo art. 1.102-a do CPC, convencendo portanto, da eficácia e idoneidade da existência do crédito perseguido pelo autor. Considerando que, nos termos do art 1.102c do CPC, o não oferecimento de embargos implica na constituição do título executivo judicial, JULGO PROCEDENTE a ação monitória, constituindo, de pleno direito, o título executivo judicial, no valor de R$ 952,40 (novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos), devendo incidir correção monetária a partir da data da emissão das cártulas e juros de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação.Condeno os requeridos nas custas processuais e honorários de sucumbência, os quais fixo

em 10% do valor da condenação, na forma do art. 20, § 3º do CPC. Para o cumprimento da SENTENÇA , a parte exequente terá de retificar os cálculos, devendo a correção monetária incidir a partir da emissão das cártulas (05/04/2007), fluindo os juros de 1% (um por cento) ao mês da citação, pois tendo os títulos perdido a executividade houve a necessidade de nova constituição em mora com a citação. Certificado o trânsito em julgado e apresentada planilha de cálculo na conformidade da exposição reportada no dispositivo, inclusive, quanto aos honorários, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do art. 475-J, do CPC, no prazo de quinze dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.Não havendo pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de seis meses do trânsito em julgado. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.P.R.I.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0001718-89.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marina Silva Pontes
Advogado: Blucy Rech Borges (OAB/RO 4682)
Requerido: Eletrobrás Centrais Eletricas de Rondônia - CERON.
DECISÃO :
VISTOS ,Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de débito cumulada com Indenização por Danos Morais com Antecipação dos Efeitos da Tutela, movida por MARINA SILVA PONTES contra ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA. Narra a parte autora que no janeiro de 2013 recebeu fatura do mês de dezembro/2012. Relata que o suposto valor consumido está muito acima da média. Alega que é a única consumidora da unidade estando o valor cobrado fora da realidade, e que, ao tentar solucionar esse impasse foi-lhe informado que havia irregularidades no medidor de energia. Quanto ao pedido de concessão de TUTELA ANTECIPADA passo a analisar: Enquanto o débito estiver sendo discutido em juízo, não poderá experimentar as consequências de suposto inadimplemento, não se justificando a inclusão ou manutenção de seu nome nos cadastros de inadimplentes, nessa seara: RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM ANULATÓRIA DE TÍTULO DE CRÉDITO E INDENZIAÇÃO POR DANO MORAL. Estando em discussão a própria existência da relação contratual, indevida a inscrição ou manutenção do nome da autora cadastrada até uma DECISÃO final da demanda. Viável a concessão da tutela antecipada porque presentes os pressupostos elencados no artigo 273 do Código de Processo Civil. Precedentes jurisprudenciais. Em DECISÃO monocrática, provido o agravo de instrumento para reformar o DESPACHO vergastado e conceder a antecipação de tutela. (Agravo de Instrumento Nº 70022678890, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 27/12/2007).EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - TUTELA ANTECIPADA - PROTESTO - SUSTAÇÃO - FUNGIBILIDADE ENTRE TUTELA ANTECIPADA E TUTELA CAUTELAR - ART. 273, PARÁGRAFO 7º DO CPC - REQUISITOS CARACTERIZADOS - RECURSO PROVIDO. A Lei nº 10.444, de 7 de maio de 2002, que acrescentou o parágrafo 7º, ao artigo 273, estabelece a fungibilidade entre a tutela cautelar e a antecipada. Assim demonstrados o fumus boni juris e o periculum in mora, ao juiz não é dado optar pela concessão ou não da medida cautelar, pois tem o dever de concedê-la. (Agravo de Instrumento nº 484.359-6, Tribunal de Justiça de MG).Assim, presentes os requisitos exigidos pelo art. 273, do Código de Processo Civil, antecipo os efeitos da tutela para determinar que a parte ré ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA, se abstenha de incluir o CPF da autora nos cadastros de inadimplentes (SPC, Serasa, e outros) referente ao débito em discussão, enquanto pendente de julgamento a demanda, caso já tenha incluído, retire-o imediatamente, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000 (hum mil reais) até o limite de 30 dias. 1 - Cite-se com as advertências legais.Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida, sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de pressuposto processual de existência.2 Difiro o recolhimento das custas ao final. Int. VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOENDEREÇO: ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA: Av. Imigrantes, nº 4137, bairro Industrial, Porto Velho/RO, CEP: 76.821-063.ADVERTÊNCIA: O prazo para responder à ação é de 15 (quinze) dias, contados da juntada do comprovante de recebimento desta correspondência ao processo. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0285707-82.2008.8.22.0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Cia Itauleasing de Arrendamento Mercantil
Advogado: Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519), Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173)
Requerido: Ildo Passos de Souza
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Tendo em vista que a parte autora, embora intimada para dar andamento neste feito em 48 horas, conforme carta de fl. 92 , sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (fl. 93), nos termos do artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, este processo em que são partes CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (requerente) e ILDO PASSOS DE SOUZA (requerido), ambos qualificados nos autos, e ordeno seu arquivamento. Determino os levantamentos necessários. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0059416-92.2009.8.22.0001
Ação: Depósito
Requerente: Banco Finasa S/A
Advogado: Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Requerido: Washington de Meneses Costa Neto
Advogado: Denio Mozart de Alencar Guzman (OAB/RO 3211)

SENTENÇA :
VISTOS , etc. Tendo em vista que a parte autora, embora intimada para dar andamento neste feito em 48 horas, conforme carta de fl. 102, sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (fl. 103), nos termos do artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, este processo em que são partes BANCO FINASA S/A (requerente) e WASHINGTON DE MENESES COSTA NETO (requerido), ambos qualificados nos autos, e ordeno seu arquivamento. Determino os levantamentos necessários. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0263520-51.2006.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Adivilson Brito das Neves
Advogado: Wanusa Cazelotto Dias dos Santos Barbieri (OAB/RO 2326)
Executado: Eletrovolt Transformadores Ltda
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Tendo em vista que a parte autora, embora intimada para dar andamento neste feito em 48 horas, conforme carta de fl. 111 , sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (fl. 112), nos termos do artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, este processo em que são partes ADIVILSON BRITO DAS NEVES(exequente) e ELETROVOLT TRANSFORMADORES LTDA (executado), ambos qualificados nos autos, e ordeno seu arquivamento. Determino os levantamentos necessários. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0006554-13.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Ciese Centro de Instrução Especializado e Segurança Ltda
Advogado: Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Executado: Vigher - Serviços de Segurança Ltda
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Tendo em vista que a parte autora, embora intimada para dar andamento neste feito em 48 horas, conforme carta de fl. 53 , sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (fl. 54), nos termos do artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, este processo em que são partes CIESE CENTRO DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADO E SEGURANÇA LTDA (exequente) e VIGHER - SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA (executado), ambos qualificados nos autos, e ordeno seu arquivamento. Determino os levantamentos necessários. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0011030-89.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Samia Lima Raposo
Advogado: Efson Ferreira dos Santos (OAB/RO 4952), Assis Herter Silva (OAB/RO 4540)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS , etc. Homologo o acordo celebrado entre as partes às fls. 39/41, para que produza seus efeitos jurídicos e legais e, em consequência, com fundamento no artigo 269, III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO com resolução do mérito o presente processo em que são partes SAMIA LIMA RAPOSO (requerente) e SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (requerida), ambos qualificados nos autos, e ordeno o seu arquivamento. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por fotocópia. Sem custas. Publique-se. Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0000792-45.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Banco Semear S.A.
Advogado: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB/MG 96864)
Executado: Jeanne Lima de Araujo
Advogado: Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Tendo em vista que a parte exequente, embora intimada para dar andamento neste feito em 48 horas, conforme carta de fl. 80, sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (fl. 81), nos termos do artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, este processo em que são partes BANCO SEMEAR S/A (exequente) e JEANNE LIMA DE ARAÚJO (executada), ambos qualificados nos autos, e ordeno seu arquivamento. Determino os levantamentos necessários. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0135884-10.2003.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Nery Alvarenga
Advogado: Nery Alvarenga (OAB/RO 470A)
Requerido: Plácido Cordeiro Prado
Advogado: Reginaldo Pereira Alves (OAB/RO 679), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614)
DESPACHO :
VISTOS. O presente processo já foi extinto, inclusive a SENTENÇA transitou em julgado e o feito já foi arquivado, de modo que em entendendo o credor possuir alguma diferença creditícia, tal como alega às fls. 119/121, poderá requerer a extração de peças, e, ainda, com outros elementos de prova, promover, querendo, nova execução. Com efeito, visando resguardar eventual vontade do peticionante das folhas supracitadas, permaneça este feito em cartório pelo prazo de 10 dias, para obtenção de peças que entender importantes, deferindo-lhe, desde já, a substituição por fotocópia, desde

que providenciada pelo mesmo.Transcorrido tal prazo, sem manifestação, retornem os autos ao arquivo geral, anotando-se.Int.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0248112-15.2009.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edneia Barbosa de Oliveira
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Layanna Mábia Maurício (OAB/RO 3856)
Denunciado: Sabemi Seguradora S.A, BANCO MATONE S/A - Banco Original S.A
Advogado: Gilberto Badaró de Almeida Souza (OAB/BA 22772), Amaro Vinícius Bacinello Ramalho (OAB/RO 3212), Dulcinéia Bacinello Ramalho (OAB/RO 1088), Amaro Vinícius Bacinello Ramalho (OAB/RO 3212), Gilberto Badaró de Almeida Souza (OAB/BA 22772)
SENTENÇA :
VISTOS etc. I RELATÓRIO EDNEIA BARBOSA DE OLIVEIRA, servidora pública federal, ingressou com AÇÃO REVSIONAL DE CONTRATO c.c PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS em face de SABEMI SEGURADORA S/A, alegando, em síntese, que em data de 18/12/2007, ambas firmaram contrato de empréstimo, no valor de R$ 5.741,38, a ser pago em 48 parcelas na importância de R$ 358,98, a serem debitados em seu contracheque. Demais disso, que referidos descontos vem acontecendo de uma forma desordenada, causando-lhe desequilíbrio financeiro, pois tem meses que não efetiva o desconto devido, e em outras vezes chega a descontar até três parcelas de uma só vez e com valores aleatórios, às vezes no valor de R$ 328,99. Diz, também, que quando solicitou o empréstimo, a quantidade de parcelas para a obtenção do valor mencionado, seriam em 48 delas, no entanto, no momento em que assinou referido contrato, o mesmo estava em branco , onde foi informada que seria preenchido depois e que lhe seria encaminhado uma cópia, porém, pelo fato de não tê-la recebido, assim como por não obter êxito pelos contatos mantidos com a mesma, registrou ocorrência policial e, inclusive, procurou o Procon/RO, justamente para a sua obtenção. Quando lhe foi apresentado o contrato, notou que o valor do empréstimo era R$ 8.721,90, a ser pago em 60 vezes, cujas parcelas no mesmo valor de R$ 358,98. Afirma, ainda, que para comprovar essa conduta ilícita praticada pela ré, que o depósito que referida requerida efetuou em sua conta bancária, no dia 27/12/2007, foi exatamente de R$ 5.741,38. Ao final, com base nessa retórica, propugna pela procedência da ação, notadamente para que seja revisado o contrato realizado junto ao requerido para que pague apenas o valor acordado do empréstimo, ou seja, o valor de R$ 358,90 ( ) em 48 parcelas, além de se vê compensada em todos os danos morais causados pelos procedimentos imprudentes, negligentes e temerários da requerida . Além disso, para que também seja condenada nas verbas sucumbenciais (fls. 03/20).Juntou documentos (fls. 20/68).Em contestação, Sabemi Seguradora S/A, às fls. 74/100, aduziu preliminares de inépcia da inicial e de necessidade de denunciação à lide. Sobre a primeira inépcia da inicial -, afirma que a autora não indicou no pedido, quais as cláusulas do contrato de empréstimo que postula serem revisadas, o que é incabível diante da lei processual vigente , o que a impossibilita de se defender; em relação à segunda denunciação à lide -, alega que o contrato que menciona a parte autora, no caso, foi firmado entre a mesma e o Banco Matone S/A, tendo a mesma atuado apenas como mera intermediária, onde com base nessa argumentação e, ainda, de ser parte ilegítima, requereu que esta instituição seja incluída no processo, como parte denunciada, para responder acerca dos descontos do empréstimo e presente ação judicial , declarando-se a sua ilegitimidade, extinguindo-se o processo em face de sua pessoa jurídica. Já como matéria de mérito, diz a ré Sabemi Seguradora S/A, em suma, deter informações sobre contratos de empréstimos de valores que foram disponibilizados à parte autora, onde nele figurou apenas como mera intermediária citando dois deles, com destaque para o de n. 580.761; Liberação: 27/12/2007; Financeira: Matone; Nº Prestações: 60; Valor da Prestação: R$ 358,58; Valor Emprestado: R$ 8.596,89; Valor Líquido: R$ 5.752,20; Taxa de Intermediação: R$ 1.838,30; prestamista R$ 630,91 [...] , e que a única relação comercial que liga a autora à sua pessoa são: o plano de previdência e o contrato de seguro , que não fazem parte da presente demanda. Da mesma forma, terem pactuado a autora e o Banco Matone que os descontos decorrentes do empréstimo, no caso, seriam em folha de pagamento, assim como utilizando o canal de descontos da ré , procedimento plenamente amparado pela legislação . Postula, ao final, para que seja acolhida a sua preliminar de ilegitimidade passiva ad causa ou, alternativamente, pelo julgamento improcedente da ação, invertendo-se o ônus da sucumbência.Com tal contestação vieram documentos (fls. 101/143).Houve deferimento da denunciação à lide da empresa Banco Matone S/A (fl. 236). Defendendo-se, a instituição do Banco Matone S/A, por sua vez, disse que realmente houve a celebração do contrato noticiado nos autos, a ser pago em 60 parcelas fixas e mensais de R$ 358,58 cada, e que nele inexiste hipótese de fraude ou ilícito , de modo que jamais poderá sofrer qualquer modificação. Além disso, que não há como responder por indenização por dano moral, até porque nenhum valor acima do realmente contratado foi descontado , propugnando pela improcedência da ação, invertendo-se o ônus da sucumbência (fls. 244/252). Apresentou documentos (fls. 253/259).A parte autora impugnou a contestação apresentada pela denunciada à lide, Banco Matone S/A, reavivando a sua tese inaugural. Requereu, ao final, a procedência da ação, condenando-se a parte requerida a reparar os danos morais causados à sua pessoa, além da rescisão do contrato (fls. 289/299).A tentativa de conciliação restou infrutífera (fl. 307).Vieram-me os autos conclusos.É o breve RELATÓRIO . II - DECIDO.FUNDAMENTAÇÃO.DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDEO processo comporta julgamento antecipado, eis que as matérias nele apresentadas são eminentemente de direito (CPC, art. 330, I). E mais: não há complexidade ou sequer necessidade de esforço de inteligência para as questões postas em julgamento.Sobre tal entendimento, isto é, de julgamento antecipado, vejamos: Presentes nos autos elementos documentais suficientes à elucidação da matéria de fato efetivamente controvertida, nada importa que o juiz tenha previamente consultado as partes sobre a produção de mais provas, e alguma delas a tenha requerido. A opção pela antecipação ou não do julgamento pertence exclusivamente ao Juiz, que pode saber, e só ele pode, da suficiência ou insuficiência dos dados disponíveis para o seu convencimento. (....)" (RJTJRGS, 133/355).Do corpo deste último aresto trago ainda à colação a seguinte passagem: "(...) O Juiz, e somente ele, como destinatário da prova que é, detém, com exclusividade, o poder de optar pela

antecipação do julgamento ou pela remessa do processo à dilação probatória. Seu é o convencimento a ser formado, e seu portanto há de ser também o juízo quanto à suficiência ou não dos elementos já coligidos para a consolidação desse convencimento. Por outras palavras, não é às partes que cabe aquilatar do cabimento ou descabimento da aplicação do art. 330 do CPC, mas o Juiz. A prova em audiência faz- se ou deixa-se de fazer não porque as partes desejam ou prefiram esta ou aquela alternativa, mas porque o Juiz ainda precisa ou não precisa mais esclarecer- se quanto à matéria de fato. (...)".Além disso, conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder . DA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL SUSCITADA PELA RÉ SABEMI SEGURADORA S/ARejeito-a. É que além da petição inicial preencher satisfatoriamente os requisitos preVISTOS no art. 282 e incisos do CPC, outro fato é que a versão da autora, isto é, de que houve prática de ato ilícito em face de sua pessoa, praticado pela ré, típica de abusividade de relação consumerista, significa que não deve ser estancada em mero juízo de prelibação, e sim analisado à luz do velho brocardo: narra mihi factum dabo tibi jus .Ademais, porque a parte autora não propugna por vício decorrente de cláusula contratual, mas apenas para que seja o contrato revisionado, reduzindo-se a quantidade de parcelas mensais, de 60 para 48 delas. DO MÉRITOA presente ação é improcedente e chego a tal conclusão por cinco simples motivos. São eles: O primeiro, pelo fato de observar dos autos que a autora, na qualidade de servidora pública federal, jamais poderia ter assinado em branco o contrato de que reclama no processo, que aponta o valor financiado de R$ 8.721,90 a ser pago em 60 prestações de R$ 358,58. Deveria, no caso, assim ter procedido somente após estar o mesmo devidamente preenchido, com os campos expressos, de modo que como assim não procedeu, a meu ver não pode ser beneficiada com a própria torpeza. Sobre tal conduta imprudente, leciona o processualista, professor Ernani Fidelis dos Santos: A tendência do direito moderno é dar eficácia cada vez maior às relações jurídicas devidamente acertadas não apenas de forma jurisdicional, mas, também, quando os particulares, usando de seu poder de disciplinamento de seus próprios negócios, o fizerem. [ ]. O acertamento de dívida, assim, pode dar-se através de simples manifestação de vontade, materializada em documento, podendo constituir título executivo, desde que dele conste obrigação de pagar quantia certa, entregar coisa, prestar fato ou dele se abster. [ ]. (in Novos Perfis do Processo Civil Brasileiro, Ed. Del Rey, 1996, p. 69/70). Segundo, em decorrência da regra do pacta sunt servanda . Demais disso, pela vedação do Poder Judiciário declarar abusividade de cláusulas previstas em contrato bancário (enunciado n. 381 da Súmula do STJ); Terceiro, por entender, diante do que se apresenta os elementos probatórios, que este é mais um daqueles casos em que o cliente de instituições bancárias, com base em contratos celebrados, recebe e utiliza de valores, mas, a partir daí, passa a reclamar do pactuado entre si. Aliás, por similitude jurídica a tal entendimento vício na origem do contrato -, o Tribunal de Justiça de Rondônia proclamou a seguinte jurisprudência: Cível. Apelação. Contrato realizado por livre arbítrio. Encargos calculados nos termos do avençado pelas partes. Alegação de cláusulas leoninas, juros exorbitantes. Descaracterização. Se ao contratar fê-lo de livre arbítrio, não poderá, após beneficiar-se das condições ajustadas em consenso, alegar que as cláusulas são leoninas e os juros exorbitantes (proc. n. 97.000437-Rel. Des. Adilson Alencar, TJRO, n. 165, Pub. aos 02/09/98, p. 07). O quarto, porque os juros que se vê pactuado no contrato tratado nestes autos, de 51,11% ao ano, não ser, ao menos ao meu ver, abusivo. Além disso, porque de acordo com a lei 4.595/64 (Lei de Usura) as instituições financeiras não estão sujeitas a nenhum tarifamento quanto aos juros remuneratórios que pratica, estando livres para fixá-los de acordo com os parâmetros vigentes no mercado, consoante orientação do STF (Súmula n. 596).Finalmente, com relação ao quinto entendimento do motivo de julgamento improcedente, decorre do fato da parte ré ter esclarecido em sua defesa (fl. 82) sobre a taxa de intermediação e de prestamista (R$ 1.838,30 e R$ 630,91) que foram debitadas do montante emprestado à autora (R$ 8.596,89), os quais foram à sua pessoa jurídica, cujas autorizações estão comprovadas pelos documentos de fls. 123/124. A razão disso é, então, que na conta bancária da autora (fl. 35) somente houve o depósito líquido da importância de R$ 5.741,38.Registre-se, por necessário, que em se compensando referidos valores, há uma diferença módica, no entanto, incapaz de macular aquilo que efetivamente foi convencionado. Da mesma forma, que em querendo a autora, poderá reavê-lo administrativa ou judicialmente. Por todos estes fundamentos, oportuna é a ocasião para colacionar o seguinte julgado: Cabe ao julgador, no momento da DECISÃO , quando os princípios relativos ao ônus da prova se transformam em regras de julgamento, impor derrota àquela parte que tinha o encargo de provar e não provou (Ac. un. da 1ª Câm. Do TJPB de 18.04.96, na Ap. 95.003423-1, rel. Des. Plínio Leite Fontes, Rev. do Foro 95/66). Por fim, por entender que a improcedente a ação principal, a denunciação da lide - que foi facultativa - perde seu objeto, apenas o que cabe nesta situação é condenar o denunciante pela verba honorária.Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. Não se conhece de parte de apelação que não aponta as razões de fato e de direito pelas quais entende o recorrente deva ser reformada a DECISÃO hostilizada, violando, assim, o disposto no art. 514, II, do Código de Processo Civil, não bastando a mera referência aos termos da contestação. Hipótese em que indevida a indenização pleiteada pelo autor a título de danos morais. O litisdenunciante arcará com o pagamento do ônus da sucumbência da lide secundária quando esta for julgada prejudicada em virtude da improcedência da principal. APELO DOS RÉUS CONHECIDO EM PARTE E PROVIDO. APELO DA SEGURADORA PREJUDICADO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70028152379, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard, Julgado em 15/04/2009) III - CONCLUSÃOPor todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a presente AÇÃO ORDINÁRIA, promovida por EDNEIA BARBOSA DE OLIVEIRA em face de SABEMI SEGURADORA S/A. Por consequência, com fundamento no art. 20, § 4º, do CPC, levando em consideração a natureza e complexidade da causa, o zelo profissional demonstrado na defesa, o valor do financiamento, arbitro os honorários advocatícios a ser pago pela autora, no valor de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais). Com fundamento no art. 267, inc. VI, do CPC, JULGO EXTINTA, sem julgamento do mérito, a DENUNCIAÇÃO À LIDE promovida por SABEMI SEGURADORA S/A em face do BANCO MATONE S/A. Demais disso, CONDENAR referida denunciante ao pagamento da verba advocatícia desta parte denunciada, que

também nos mesmos fundamentos e termos do art. 20, § 4º, do citado Estatuto, arbitro-lhe honorários na importância de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).Diante da improcedência da ação e, ainda, perda da objeto em relação à citada intervenção de terceiro, as custas e despesas processuais deverão ser pagas pela autora e ré-denunciante, de forma pro rata. Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do art. 475-J, do CPC, no prazo de quinze dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.Não havendo pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de seis meses do trânsito em julgado.Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.P.R.IPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0128920-06.2000.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Assiscar Comércio de Veículos Ltda
Advogado: Paulino Palmério Queiroz (OAB/RO 208A)
Executado: Aparecido Sebastião de Lima
Advogado: Tatiana da Costa Mederios (OAB-RO 1440)
DESPACHO :
VISTOS. Diga a credora sobre o incidente processual de fls. 214/217, requerendo o que entender de direito.Int.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0014871-29.2012.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V. Financeira S.A C.F.I
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido: Murilo Lopes
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Tendo em vista que a parte autora, embora intimada para dar andamento neste feito em 48 horas, conforme carta de fl. 23, sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (fl. 25), nos termos do artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, este processo e, por consequência, ordeno seu arquivamento. Determino os levantamentos necessários. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0022450-62.2011.8.22.0001
Ação: Dissolução e Liquidação de Sociedade
Requerente: Roberto Luiz Henz
Advogado: Marcos Cesar de Mesquita da Silva (OAB/RO 4646)
Requerido: Álvaro Leôncio Postigo Filho
Advogado: Hugo Martinez Rodrigues (OAB/RO 1728)
DESPACHO :
VISTOS. 1 - Homologo, nestes autos, fl. 105, a desistência da inquirição da testemunha arrolada pela parte ré, especificamente a senhora Josefa Alves Ramalho;2 - Desentranhe-se a petição de fls. 97/100, instrumento de mandato de fl. 101, além do documento de fls. 102/104, juntando-os nos autos em apenso, feito n. 0005675-98.2013.8.22.001, eis que pertencente exatamente a este, certificando-se esta DECISÃO em ambos os processos.Int.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0004052-04.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Grafisa Spe Oitenta e Cinco Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: José Vitor Costa Júnior (OAB/MT 12288), Hiram Souza Marques (OAB/RO 205), Rosilene de Oliveira Zanini (OAB/RO 4542)
Requerido: M. L. Engenharia Ltda Epp
Advogado: Lourival Goedert (OAB/RO 925), Geraldo Tadeu Campos (OAB/RO 553A)
DESPACHO :
VISTOS. Manifeste a parte autora sobre a contestação de fls. 102/113, em sede de réplica. Prazo de 10 dias.Transcorrido, com ou sem manifestação, tornem-me os autos conclusos.Int. Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0159080-43.2002.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Aldeota Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Fábio Antônio Moreira ( ), Douglacir Antonio Evaristo Sant Ana (OAB/RO 287), Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A)
Executado: Ivo Batista Mendonça
DESPACHO :
VISTOS. Com fundamento no art. 125, inc. IV, do CPC, designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 25/09/2013, às 9h. Nela deverá comparecer o patrono da parte autora, o qual, querendo, deverá adotar providências para que na solenidade compareça seu preposto.Já com relação ao executado, determino que o mesmo seja intimado por meio de oficial de justiça. Com efeito, expeça-se o respectivo mandato.Int.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0035941-54.2002.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco da Amazônia S/A
Advogado: Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946), Guilber Diniz Barros (OAB/RO 3310)
Executado: Luiz F. C. Andrade Panificadora, Luiz Franklin Chaves de Andrade, Ellen Sandra Pereira de Oliveira
DESPACHO :
VISTOS. Ad cautelam para que o pedido de fl. 315 seja deferido, conveniente que a instituição credora diligencie e apresente nestes autos documento, em existinto, demonstrando que o bem que pretende a constrição, no caso, esteja livre e desembaraçado de qualquer ônus, cujo objetivo é evitar maiores transtornos processuais a estes autos, o qual já tramita neste juízo há mais de onze anos.Int. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0036010-52.2003.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Rodão Auto Peças Ltda
Advogado: Edmar da Silva Santos (OAB/RO 1069), Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244)
Executado: Teresinha D' Agostini
DESPACHO :
VISTOS. Defiro o pedido de fls. 181/182, expedindo-se o mandado de penhora dos valores dos aluguéis que são pagos mensalmente aos inquilinos da executada, referente aos apartamentos nela - petição - indicados. Int.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0005675-98.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Roberto Luiz Henz, Nair Fatima Bilsek Henz
Advogado: Marcos Cesar de Mesquita da Silva (OAB/RO 4646)
Requerido: Álvaro Leôncio Postigo Filho, Josefa Alves Ramallho
Advogado: Hugo Martinez Rodrigues (AOB/RO 1728), Ueliton Felipe Azevedo de Oliveira (OAB/RO 5176)
DESPACHO :
VISTOS. Cumprida a providência determinada no DESPACHO de fl. 106 do processo em apenso, feito n. 0022450-62.2011.8.22.0001, intimem-se os autores para que, querendo, manifestem sobre as contestações apresentadas pelos requeridos, no prazo de 10 dias.Transcorrido tal prazo, com ou sem manifestações, tornem-me os autos conclusos.Int. Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0020734-63.2012.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão (Cível)
Requerente: BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido: Vera Lúcia Aparecida da Silva
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Tendo em vista que a parte autora, embora intimada para dar andamento neste feito em 48 horas, conforme carta de fl. 26, sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (fl. 28), nos termos do artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, este processo e, por consequência, ordeno seu arquivamento. Determino os levantamentos necessários. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0021567-81.2012.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V. Financeira S.A C.F.I
Advogado: Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido: Claudenice Coelho Gomes
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Tendo em vista que a parte autora, embora intimada para dar andamento neste feito em 48 horas, conforme carta de fl. 25, sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (fl. 27), nos termos do artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, este processo e, por consequência, ordeno seu arquivamento. Determino os levantamentos necessários. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0025389-78.2012.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão (Cível)
Requerente: B. V. Financeira S.A C.F.I
Advogado: Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido: Lenilson Nunes de Moura
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Tendo em vista que a parte autora, embora intimada para dar andamento neste feito em 48 horas, conforme carta de fl. 26, sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (fl. 28), nos termos do artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, este processo e, por consequência, ordeno seu arquivamento. Determino os levantamentos necessários. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0023726-94.2012.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Instituto Rondoniense de Cardiologia e Neurologia Intervencionista e Cirugia Encovascular Ltda
Advogado: Demétrio Laino Justo Filho (OAB/RO 276)
Requerido: Jose Silva, Adriano Cruz Silva
DESPACHO :
VISTOS. Defiro os pedidos de fls. 104/105.Int.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0000437-98.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BV Financeira S.A C.F.I.
Advogado: Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido: Samuel Bomtempo
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Tendo em vista que a parte autora, embora intimada para dar andamento neste feito em 48 horas, conforme carta de fl. 26, sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (fl. 28), nos termos do artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, este processo e, por consequência, ordeno seu arquivamento. Determino os levantamentos necessários. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0001953-56.2013.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Comércio de Produtos Alimentícios Eldorado Ltda Me
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Raul Gil Silva Oliveira
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Tendo em vista que a parte autora, embora intimada para dar andamento neste feito em 48 horas, conforme carta de fl. 25, sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (fl. 27), nos termos do artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, este processo e, por consequência, ordeno seu arquivamento. Determino os levantamentos necessários. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0017001-89.2012.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão (Cível)
Requerente: B. V. Financeira S.A.
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido: Valtomir Nascimento Coelho
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Tendo em vista que a parte autora, embora intimada para dar andamento neste feito em 48 horas, conforme carta de fl. 24, sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (fl. 26), nos termos do artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, este processo e, por consequência, ordeno seu arquivamento. Determino os levantamentos necessários. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0011273-67.2012.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V. Financeira S.A C.F.I
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido: Luciano Martins de Oliveira
SENTENÇA :
VISTOS , etc. Tendo em vista que a parte autora, embora intimada para dar andamento neste feito em 48 horas, conforme carta de fl. 27, sob pena de extinção do processo, deixou escoar o prazo legal sem qualquer manifestação (fl. 29), nos termos do artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução de mérito, este processo e, por consequência, ordeno seu arquivamento. Determino os levantamentos necessários. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0012166-29.2010.8.22.0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Pollyana Gabrielle Souza Vieira (OAB/SP 274381), José Vitor Costa Júnior (OAB/MT 12288)
Embargado: M. L. Engenharia Ltda Epp
Advogado: Lourival Goedert (OAB/RO 925), Geraldo Tadeu Campos (OAB/RO 553A)
DESPACHO :
VISTOS. Ad cautelam, manifeste a parte embargante sobre os documentos apresentados pela empresa embargada, fls. 57/146, requerendo o que entender de direito. Prazo de 10 dias.Int.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Antônio Robles Juiz de Direito

Irene Costa Lira Souza
Escrivã Judicial

5ª VARA CÍVEL

5º Cartório Cível
O INTEIRO TEOR DOS DESPACHO S E SENTENÇA S PODEM SER OBTIDOS NO ENDEREÇO ELETRÔNICO : www.tj.ro.gov.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO :
JUIZ : jjorge@ tj.ro.gov.br
ESCRIVÃ : olivia@tj.ro.gov.br
VARA : pvh5civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0019127-15.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marcela Teixeira Oliveira
Advogado: Paulo Timoteo Batista (RO 115-E), Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Requerido: Banco Ibi S A Banco Múltiplo
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
SENTENÇA :
SENTENÇA I. RELATÓRIO .Marcela Teixeira Oliveira, qualificada às fls. 3, ajuizou ação declaratória de inexigibilidade de débito, cumulada com pedido de indenização contra Banco Ibi S/A - Banco Múltiplo, também qualificado às fls. 3, pretendendo a reparação por danos morais, em razão dos constrangimentos decorrentes da indevida manutenção do nome da requerente em cadastro de inadimplentes, segundo alega.De acordo com a inicial, a autora possuia débito em aberto com o requerido, relacionado a cartão de crédito, tendo realizado negociação para pagamento em uma entrada e quatro parcelas. Narra que, a despeito de cumprir com as obrigações acordadas, o apontamento restritivo foi mantido, o que gerou inconvenientes, vez que a autora, ao tentar efetuar compras no comércio local, foi impedida ante o apontamento mantido, razão porque entende ter sido lesada moralmente. Pede a antecipação dos efeitos da tutela para excluir o seu nomedo cadastro de inadimplentes. No mérito, suscitando a

inexistência da dívida, pugna pela exclusão dos seus dados do cadastro de inadimplentes, bem como a procedência do pedido para que o requerido seja condenado ao pagamento de indenização pelos danos morais, em valor a ser arbitrado judicialmente.Dá à causa o valor de R$3.000,00 (três mil reais), apresentando os documentos de fls. 8/17. A antecipação de tutela foi deferida às fls. 22/23.Citado, o requerido apresentou contestação às fls. 26/33, asseverando, em suma, que o débito e o apontamento são regulares, uma vez que a restrição impugnada nos autos não se refere ao débito mencionado pela autora, mas por dívida existente em outro cartão de crédito contratado pela requerida. Requer a extinção do feito, sem resolução do mérito. Ao mesmo tempo, pede improcedência do pedido inicial. Alternativamente, que eventual indenização seja estabelecida em patamar condizente com a realidade dos autos.Juntou documentos às fls. 34/41.Impugnação à contestação às fls. 56/57.Realizada audiência de conciliação (fls. 58/59), as tentativas de acordo restaram infrutíferas, manifestando a parte autora o desinteresse na produção de novas provas, requerendo o julgamento antecipado da lide.É a síntese necessária.II. FUNDAMENTAÇÃO .Ressalto, de início, o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça, que prescreve: “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ – 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).Antes de entrar no mérito, oportuno mencionar que o requerido alega, em preambular, a necessidade de alteração do polo passivo de “Banco Ibi S/A” para “Banco Bradescard S/A”, alegando alterações no conglomerado financeiro. Ao final requer a extinção do feito, ou seja, trata-se de preliminar não apenas para a correção da nomenclatura do polo passivo, mas sim de preliminar suscitando o reconhecimento de ilegitimidade passiva.Nesse ponto, tenho que sem razão o requerido.Isto porque a participação comercial de vários membros de um grupo econômico para a realização dos negócios disponibilizados, torna-o parte legítima para figurar no polo passivo das demandas que envolvam os serviços prestados, eis que igualmente parte da organização e membro do referido conglomerado.A propósito: ”(...) Em que pese o contrato de arrendamento mercantil de f. 34-37, TJ ter sido celebrado entre o agravante o Banco Finasa BMC S/A, e a ação de reintegração de posse ter sido ajuizada pelo Banco Bradesco Financiamentos S/A, em desfavor do recorrente (f. 21, TJ), não há que se falar em extinção do processo, sem julgamento do mérito, por ilegitimidade ativa, vez que, conforme se vê às f. 14-19, TJ, o Banco Finasa BMC S/A pertence ao mesmo grupo econômico do Banco Bradesco S/A. Demais disso, foi juntado aos autos o instrumento de mandato corretamente, conferindo poderes aos patronos do agravado, para defender os interesses do grupo econômico na lide, abarcando, portanto, o Banco Finasa BMC S/A, o Banco Bradesco Financiamentos S/A, dentre outros (...)” (TJMG, Agravo de Instrumento n. 1.0431.11.002443-4/001, Rel. Des. Eduardo Mariné da Cunha, DJ 15/05/2012).Afasto, portanto ,a preliminar, passando ao mérito.Cinge-se a presente ação sobre a manutenção do nome da parte autora em cadastro de restrição de crédito, a despeito de ter negociado e efetivado o adimplemento da dívida geradora da restrição, segundo narrado na inicial.A parte autora sustenta que possuia dívida de cartão de crédito com o requerido, tendo realizado negociação para pagamento, consistindo o pacto em pagamento de uma entrada e quatro parcelas fixas. Assevera que, a despeito de cumprir com as obrigações acordadas, o apontamento restritivo foi mantido, o que gerou inconvenientes, vez que a autora, ao tentar efetuar compras no comércio local, foi impedida ante o apontamento mantido.A parte requerida, por sua vez, sustenta que o débito e o apontamento são regulares, uma vez que a restrição impugnada nos autos não se refere ao débito mencionado pela autora, mas sim uma dívida oriunda de outro cartão de crédito contratado pela requerente. Ao que vejo, é incontroverso nos autos, e o documento de fls. 10 não deixa margem para dúvidas, que o nome da autora foi lançado em cadastro de inadimplentes, sendo certo que a inscrição foi praticada pela parte requerida.Igualmente inquestionável é a efetiva pactuação de acordo para a realização do adimplemento de uma dívida (fls. 12 e 14), bem como os pagamentos efetivados (fls. 13 e 15).Não obstante, o requerido esclarece que a dívida correspondente ao lançamento indicado na inicial não se trata daquele que resultou na negociação objeto da lide, o que de fato restou demonstrado, senão vejamos.Os documentos de fls. 12 e 14 comprovam a realização de um acordo para quitação da dívida relacionada ao cartão de crédito n. 4283.0402.4678.7010. Em relação a este cartão de crédito, havia uma dívida em aberto, que ensejou inscrição dos dados da autora na Serasa (fl. 53).Em razão da negociação do débito, a autora efetuou o pagamento da entrada em 07/08/2012, realizando o pagamento da primeira parcela no dia 06/09/2012, segundo documentos de fls. 13 e 15. Ocorre que a requerida promoveu a baixa da restrição cadastral dois dias depois do pagamento da entrada, consoante suficientemente comprovado à fl. 53.Todavia, a autora questiona nesta ação outro apontamento em seu nome, diverso daquele discriminado à fl. 53, referente a um débito de R$38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos), lançado junto à Serasa em 20/10/2008 e ainda em aberto no dia da consulta, realizada em 06/09/2012 (fl. 10).Segundo informado pela instituição financeira requerida, trata-se de dívida relativa à utilização de outro cartão de crédito pela autora, de n. 5306.3196.8349.3105.A requerente impugna estes argumentos, dizendo que não utilizou ou sequer recebeu referido cartão de crédito (fls. 56/57).Todavia, a análise detida dos autos conduz à improcedência do pedido inicial, porquanto a requerida demonstrou que a restrição cadastral de fl. 10 se refere ao mencionado cartão de crédito, com débito detalhado à fl. 27 (verso). A autora nega a contratação e utilização de um cartão de crédito cuja cópia ela própria juntou à inicial (cartão n. 5306.3196.8349.3105 - fl. 16).Diante desse contexto, não há dano a ser indenizado, já que o apontamento negativo junto à Serasa (fl. 10), que motivou o ajuizamento da ação, não diz respeito à renegociação de dívida descrita pela autora, relativa ao cartão de crédito n. 4283.0402.4678.7010, não impugnado pela consumidora.Não preenchidos, portanto, os requisitos caracterizadores da responsabilidade civil, impõe-se a improcedência do pedido inicial.III. Dispositivo.Frente ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por Marcela Teixeira Oliveira em face de Banco Ibi S/A - Banco Múltiplo, extinguindo o feito com resolução do mérito, na forma do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil.Revogo a liminar de fls. 22/23.Custas processuais pela autora, além de honorários advocatícios de R$1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 20, §4º da lei processual, verificadas as alíneas do §3º do mesmo dispositivo legal. O pagamento dos honorários

sucumbenciais submete-se ao regime do art. 475-J do CPC. Arquive-se oportunamente, após as providências cartorárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0062700-11.2009.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Juracy Moreira dos Reis
Advogado: Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776), Jane Sampaio de Souza (OAB/RO 3892)
Requerido: Banco Santander (ABN AMRO REAL) S/A
Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza (RO 1246)
DECISÃO :
DECISÃO : VISTOS. Considerando a certidão supra, proceda a escrivania a transferência do valor constante no extrato retro, para a conta judicial de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, da Caixa Econômica Federal, nos termos do Provimento n. 016/2010-CG. Após, retornem os autos ao arquivo geral com as respectivas baixas.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0020875-53.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alberto Souza Barros
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: BV Finaceira S. A.
Advogado: Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Celso Marcon (OAB/ES 10990)
DECISÃO :
DECISÃO : VISTOS. Considerando a certidão supra, expeça-se alvará em favor do credor para levantamento da quantia depositada nos autos, intimando-o desta DECISÃO e para retirar o alvará, no prazo de 48 horas. Decorrido o prazo sem o devido levantamento, proceda a escrivania a transferência do valor constante no extrato retro, para a conta judicial de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, da Caixa Econômica Federal, nos termos do Provimento n. 016/2010-CG. Após, retornem os autos ao arquivo geral com as respectivas baixas. Após, retornem os autos ao Arquivo Geral com as respectivas baixas.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0214173-15.2007.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Reinaldo da Paz Martins
Advogado: Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846), Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482)
Requerido: Brasil Telecom S/A
Advogado: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
DECISÃO :
DECISÃO : VISTOS. Considerando a certidão supra, expeça-se alvará em favor do Requente para levantamento da quantia depositada nos autos, intimando-o desta DECISÃO e para retirar o alvará, no prazo de 48 horas. Decorrido o prazo sem o devido levantamento, proceda a escrivania a transferência do valor constante no extrato retro, para a conta judicial de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, da Caixa Econômica Federal, nos termos do Provimento n. 016/2010-CG. Após, retornem os autos ao arquivo geral com as respectivas baixas. Após, retornem os autos ao Arquivo Geral com as respectivas baixas.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0092345-52.2007.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Finasa S.A.
Advogado: Edson de Oliveira Cavalcante (OAB/RO 1510)
Requerido: Jeane Camilo Ferreira de Almeida
Advogado: Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
DECISÃO :
DECISÃO : VISTOS. Considerando a certidão supra, proceda a escrivania a transferência do valor constante no extrato retro, para a conta judicial de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, da Caixa Econômica Federal, nos termos do Provimento n. 016/2010-CG. Após, retornem os autos ao arquivo geral com as respectivas baixas.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0005116-54.2007.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Cristian Felipe Figueira Viana
Advogado: Antônio Rabelo Pinheiro (OAB/RO 659)
Executado: Hsbc Bamerindos Seguros S/A
Advogado: Renato Spadoto Righetti (OAB/RO 1198)
DECISÃO :
DECISÃO : VISTOS. Considerando a certidão supra, expeça-se alvará em favor do perito para levantamento da quantia depositada nos autos, intimando-o desta DECISÃO e para retirar o alvará, no prazo de 48 horas. Decorrido o prazo sem o devido levantamento, proceda a escrivania a transferência do valor constante no extrato retro, para a conta judicial de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, da Caixa Econômica Federal, nos termos do Provimento n. 016/2010-CG. Após, retornem os autos ao arquivo geral com as respectivas baixas. Após, retornem os autos ao Arquivo Geral com as respectivas baixas.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0056605-67.2006.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Judite Gréqui Apolinário
Advogado: Alcindo Pimentel (OAB/RO 2563)
Requerido: Ernesto de Souza Ferreira
DECISÃO :
DECISÃO : VISTOS. Considerando a certidão supra, proceda a escrivania a transferência do valor constante no extrato retro, para a conta judicial de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, da Caixa Econômica Federal, nos termos do Provimento n. 016/2010-CG. Após, retornem os autos ao arquivo geral com as respectivas baixas.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0114131-84.2009.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Adelmo Cardoso Mascarenhas
Advogado: Noel Nunes de Andrade (RO 1.586)

Requerido: Fic Financeira Itaú Cbd
Advogado: Luiz Carlos Ferreira Moreira (OAB/RO 1433)
DECISÃO :
DECISÃO : VISTOS. Considerando a certidão supra, expeça-se alvará em favor da parte credora para levantamento da quantia depositada nos autos, intimando-se para levantamento. Decorrido o prazo de validade do alvará, sem o levantamento, proceda a escrivania a transferência do valor constante no extrato retro, para a conta judicial de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, da Caixa Econômica Federal, nos termos do Provimento n. 016/2010-CG. Após, retornem os autos ao arquivo geral com as respectivas baixas. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0293920-77.2008.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Joaquim Alves de Medeiros
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A
Advogado: Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519)
DECISÃO :
DECISÃO : VISTOS. Considerando a certidão supra, expeça-se alvará em favor da parte credora para levantamento da quantia depositada nos autos, intimando-se para levantamento. Decorrido o prazo de validade do alvará, sem o levantamento, proceda a escrivania a transferência do valor constante no extrato retro, para a conta judicial de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, da Caixa Econômica Federal, nos termos do Provimento n. 016/2010-CG. Após, retornem os autos ao arquivo geral com as respectivas baixas. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014340-06.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Severino Ramos Correia
Advogado: Renan Gomes Maldonado de Jesus (OAB/RO 5769), Paulo Fernando Lérias (OAB/RO 3747)
Requerido: Dario Adielso Haut
DECISÃO :
DECISÃO VISTOS. O autor dá à causa o valor de R$ 50.324,00 e pede os benefícios da assistência judiciária gratuita.O artigo 5º da Carta Magna, é específico ao afirmar: LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.Ora, pela própria redação se conclui que a parte pretendente do benefício da assistência judiciária gratuita deverá comprovar - quando do seu pedido - que os seus recursos não são suficientes para o pagamento das custas processuais. E, pela própria redação, não é possível outra interpretação que não a literal.É certo que a prestação jurisdicional é um bem da vida por demais caro à sociedade. Igualmente os demais bens da vida, como saúde, segurança, saneamento, entre outros.Deveria, também, ser totalmente custeado pelo Estado. Infelizmente não o é.Como os demais bens da vida, deve a prestação jurisdicional ser gratuita, mas somente àqueles que provarem a efetiva necessidade desse benefício.E por ser a prestação jurisdicional bem essencial, não se poderia permitir que as pessoas pudessem custear um e não o outro. Estar-se-ia, nesse caso, diminuindo o valor desse serviço, que, como dito, é essencial, inclusive pela manutenção do Estado democrático. No caso específico dos autos, não houve provas efetivas de que o autor não detém condições de arcar com o preparo das custas processuais iniciais. E essa prova deveria ter sido feita quando de sua alegação e pedido do benefício.Com essas considerações, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita.Concedo ao autor o prazo de dez dias para o preparo das custas processuais iniciais, pena de extinção do presente feito.No mesmo prazo deverá adequar a exordial ao disposto no artigo 282, VI do CPC.Intime-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0015357-77.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Soluedy Antônio Marques das Chagas
Requerido: Banco do Brasil S. A.
DECISÃO :
DECISÃO O autor dá à causa o valor de R$ 3.000,00 e pede os benefícios da assistência judiciária gratuita, sob o fundamento de "ser pessoa pobre e não possuir condições financeiras de arcar com as despesas processuais", mesmo possuindo, conforme qualificação, profissão de policial militar.O artigo 5º, LXXIV, da Carta Magna, é específico ao afirmar: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".Ora, pela própria redação se conclui que a parte pretendente do benefício da assistência judiciária gratuita deverá comprovar - quando do seu pedido - que os seus recursos não são suficientes para o pagamento das custas processuais. E, pela própria redação, não é possível outra interpretação que não a literal.É certo que a prestação jurisdicional é um bem da vida por demais caro à sociedade. Igualmente os demais bens da vida, como saúde, segurança, saneamento, entre outros.Deveria, também, ser totalmente custeado pelo Estado. Infelizmente não o é.Como os demais bens da vida, deve a prestação jurisdicional ser gratuita, mas somente àqueles que provarem a efetiva necessidade desse benefício.E por ser a prestação jurisdicional bem essencial, não se poderia permitir que as pessoas pudessem custear um e não o outro. Estar-se-ia, nesse caso, diminuindo o valor desse serviço, que, como dito, é essencial, inclusive pela manutenção do Estado democrático.No caso específico dos autos, não houve provas efetivas de que o autor não detém condições de arcar com o preparo das custas processuais iniciais. E essa prova deveria ter sido feita quando de sua alegação e pedido do benefício.Com essas considerações, INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita e concedo ao autor o prazo de 10 (dez) dias para o preparo das custas processuais iniciais, pena de extinção do presente feito.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014903-97.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: André Luiz de Oliveira Brum
Advogado: Alessandra Lima da Silva (OAB/RO 5709)
Requerido: Banco do Brasil S/A
DECISÃO :
DECISÃO Trata-se de ação declaratória de repetição de indébito c/c reparação de danos com pedido de antecipação de tutela, formulada por ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA BRUM,

em face de BANCO DO BRASIL S/A, ambos qualificados à fls. 03. Pleiteia a concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, para que a empresa requerida pare de fazer descontos em sua conta corrente, alegando para tanto que nunca autorizou ou solicitou os descontos.Pois bem, passo a analisar o pedido de antecipação de tutela.A concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional constitui-se em faculdade conferida ao juiz, que, dentro dos critérios legais, decide sobre a conveniência da medida, podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la.Os requisitos legais para a concessão antecipada da tutela jurisdicional, ou seja, a verossimilhança da alegação e o periculum in mora, não estão presentes nos autos, isso porque não é possível falar em perigo da demora nesse momento, já que os descontos estão sendo realizados há quase nove meses e só agora buscou a tutela jurisdicional, por este motivo deverá ser indeferida a concessão dos efeitos da tutela antecipada.Pelo exposto, com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para a data de 06 /11 /2013 às 11 horas.Cite-se a parte requerida, com as advertências dos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil, para comparecer à audiência, oportunidade em que poderá defender-se, desde que por intermédio de Advogado, ficando ciente de que todos os atos instrutórios serão praticados na audiência designada e, caso pretenda ouvir testemunhas, deverá apresentar o seu rol em cartório com antecedência de 20 (vinte) dias.CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.Endereço do requerente: Rua Portuguesa, nº. 6463, bairro Três Marias, Porto Velho/RO.Endereço do requerido: Av. Nações Unidas, nº. 628, bairro Nossa Senhora das Graças, CEP 76804-188, Porto Velho/RO.Intime-se.Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0019897-08.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antônia Daurivan Pereira de Freitas, Darlan Pinheiro da Silva
Advogado: José Ademir Alves (OAB/RO 618), Laura Maria Braga Araruna (OAB/RO 3730)
Requerido: Direcional Âmbar Empreendimentos Imobiliários Ltda, Seabra Empreendimentos Imobiliarios Ltda
DECISÃO :
DECISÃO VISTOS. O autor dá à causa o valor de R$ 158.804,10 e pede os benefícios da assistência judiciária gratuita.Houve determinação para que se comprovasse a hipossuficiência alegada e, os requerentes apenas informaram que em janeiro de 2013 o requerente Darlan Pinheiro da Silva foi demitido do seu emprego e que a requerente Antonia Daurivan Pereira de Freitas é pensionista por morte previdenciária.O fato por si só de o requerente ter sido demitido do emprego em janeiro do corrente ano, bem como de a requerente ser pensionista por morte previdenciária, não comprova sua hipossuficiência. Explico, não restou demonstrado se o autor continua ou não desempregado, isso porque trouxe apenas a cópia da folha que mostra sua dispensa do antigo empregador. Nesse mesmo sentido a requerente não comprovou ser a pensão por morte ser seu único sustento.Dessa forma, não restou totalmente comprovada a necessidade da concessão da gratuidade de justiça.O artigo 5º da Carta Magna, é específico ao afirmar: LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. (gn)Ora, pela própria redação se conclui que a parte pretendente do benefício da assistência judiciária gratuita deverá comprovar - quando do seu pedido - que os seus recursos não são suficientes para o pagamento das custas processuais. E, pela própria redação, não é possível outra interpretação que não a literal.É certo que a prestação jurisdicional é um bem da vida por demais caro à sociedade. Igualmente os demais bens da vida, como saúde, segurança, saneamento, entre outros.Deveria, também, ser totalmente custeado pelo Estado. Infelizmente não o é.Como os demais bens da vida, deve a prestação jurisdicional ser gratuita, mas somente àqueles que provarem a efetiva necessidade desse benefício.E por ser a prestação jurisdicional bem essencial, não se poderia permitir que as pessoas pudessem custear um e não o outro. Estar-se-ia, nesse caso, diminuindo o valor desse serviço, que, como dito, é essencial, inclusive pela manutenção do Estado democrático. No caso específico dos autos, não houve provas efetivas de que a parte autora não detém condições de arcar com o preparo das custas processuais iniciais. E essa prova deveria ter sido feita quando de sua alegação e pedido do benefício. Com essas considerações, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita.Concedo à parte requerente o prazo de dez dias para o preparo das custas processuais iniciais, pena de extinção do presente feito.Intime-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0013005-49.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Tatiana Nascimento Batista
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Requerido: Ceron Eletrobrás Centrais Eletricas de Rondônia Sa
DECISÃO :
DECISÃO TATIANA NASCIMNETO BATISTA ajuizou ação ordinária em face de CERON S/A ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA S/A, pretendendo a declaração de inexistência de débitos, bem como a reparação por danos morais, em razão da inscrição supostamente indevida de seu nome em cadastros de inadimplentes, referente a débitos que afirma desconhecer.Passo a analisar o pedido de antecipação de tutela.A concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional constitui-se em faculdade conferida ao juiz, que, dentro dos critérios legais, decide sobre a conveniência da medida, podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la.No caso em tela, o pedido de exclusão do cadastro de inadimplentes decorre da não utilização dos serviços que geraram a dívida, sustentada pela autora, que alega estar sofrendo dano em decorrência da inscrição indevida.A antecipação de tutela pretendida deve ser deferida, pois os documentos apresentados demonstram a inscrição negativa (fls. 15), bem como há nos autos, prova inequívoca do pedido de cancelamento que fez e, com as limitações próprias do início do conhecimento, a possibilidade de ser ilegítima a negativação.O perigo da demora dispensa maiores considerações, uma vez que a negativação impede o acesso da parte autora ao crédito, dificultando sobremaneira a aquisição de bens e produtos de primeira necessidade.Assim, pelo exposto, com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela.DETERMINO que a empresa requerida retire o nome da requerente dos cadastros de inadimplentes

no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).Cite-se a parte requerida para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil.CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Avenida dos Imigrantes, n. 4137, bairro Industrial, Porto Velho RO, CEP 76821-063. Intime-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0066664-85.2004.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Itaiguara Transportes Ltda
Advogado: Francisco Edson Lopes da Rocha Júnior (OAB/PA 6861), JosÉ Higino de Sousa Neto (OAB/AM 1734), MÁrcio Luiz Sordi (OAB/AM 134-A), Luciana Almeida de Sousa (OAB/AM 1927), João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB/AM 1456), Ana Rita Lima Freire (OAB/AM 3056), Leila Almeida de Sousa (OAB/AM 3734), Sandro Abreu Torres (OAB/AM 4078), Adriana Ferreira do Nascimento (OAB/AM 5498), Fernanda Cabral Marques (OAB/AM 6755), Tatiane de Paula Santos (OAB/AM 6153), Caroline Oliveira Quintanilla (OAB/AM 5594), Karina Lundgren Pinto Neves Baptista (OAB/PE 21.751), Francisco Edson Lopes da Rocha Junior (OAB/PA 6861), Teuly Souza da Fonseca Rocha (OAB/PA 7895), Alessandra Vialogo da Cunha (OAB/PA 15.142-B), Erica Simone da Costa Rodrigues (OAB/PA 14.066), Alessandro Pureza Castilho (OAB/PA 14851), Ana PatrÍcia Baptista Rabelo (OAB/PE 17.344), SÉrgio Agusto Marcelino Albuquerque (OAB/PE 11.956)
Executado: Enfra Transportes Ltda
Advogado: Márcio Silva dos Santos (OAB/RO 838)
DECISÃO :
DECISÃO A exequente pleiteia às fls. 111/112 a desconsideração da personalidade jurídica da empresa ora devedora, para atingir bens de seus sócios.Trazendo conhecimentos esposados pelo ilustre doutrinarista Jacy de Souza Mendonça, temos: ...A pessoa jurídica é realidade distinta dos termos que a compõem. Ela não se confunde com os sócios nem com seu estabelecimento, produto, equipamentos, marca, etc. Pessoa jurídica é a relação entre os sócios, tangida pela busca de um objetivo, um bem comum a eles. Numa pessoa jurídica, realmente, tudo pode passar e se transformar, sem que ela perca sua integralidade. Os sócios, o produto, os empregados, os fornecedores etc. , mudam e ela continua a mesma.....Recentemente, o novo Código Civil retomou o instituto jurídico da descaracterização da pessoa jurídica, agora em sua formatação original, autorizando-a, bem como a extensão do risco econômico aos sócios, apenas em casos de abuso de direito praticado por algum sócio. Se alguém se aproveita da cobertura de sua empresa, de responsabilidade limitada, para praticar abusos jurídicos contra outrem, responde pessoalmente pelo débito. Formulação absolutamente saudável e elogiável.O Próprio Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 28, assim se manifesta: Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.Portanto, o que resta absolutamente claro é que é realmente possível a descaracterização da pessoa jurídica, para que seus sócios, individual e pessoalmente, possam responder pelas obrigações por ela assumida. Entretanto, não se pode perder de vista que isso somente é possível quando houver administração com abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.Também é de se salientar que não é o simples fato de a empresa possuir contra si ações judiciais que devem ser considerados os seus administradores com administração possível de se permitir a descaracterização da pessoa jurídica.De qualquer forma, penso que tal descaracterização somente pode ocorrer por DECISÃO judicial, onde se permita a produção de provas dentro do contraditório. Não há dúvidas de que cabe à parte interessada a busca de DECISÃO judicial, dentro de processo próprio, de tal descaracterização.Com essas considerações, indefiro a pretensão da credora neste ponto.**********BACEN**********RENAJUD**********Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014041-29.2013.8.22.0001
Ação: Exceção de Incompetência
Exequente: Nilma Paes de Oliveira Serrath
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Executado: Banco Volkswagem S.A.
DECISÃO :
DECISÃO Arquivem-se com as baixas necessárias.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014038-74.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: EDMAR DA SILVA SANTOS, Angelo Miguel Toureiro Santos
Advogado: Edmar da Silva Santos (OAB/RO 1069), JOANNES PAULUS DE LIMA SANTOS (OAB 4244)
Requerido: AMERON - Assistência Médica e Odontológica Rondônia Ltda
DECISÃO :
DECISÃO Acolho a emenda à inicial.Cite-se a parte requerida para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil.CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Av. Calama, nº. 2615, bairro Liberdade, Porto Velho/RO.Intime-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0015437-41.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Hsbc Finance Brasil S.a. Banco Múltiplo
Advogado: Romero Maranhão Mendes (OAB/PE 21166)
Requerido: Paulo da Cruz
DECISÃO :
DECISÃO A cópia reprográfica do instrumento de procuração só é eficaz quando devidamente autenticada (RT 715/206; RJTSP, Lex 122/39).Em sendo assim, emende-se a inicial no prazo de 10 (dez) dias sob pena de indeferimento, devendo a parte autora apresentar instrumento de procuração, substabelecimento, notificação e contrato originais ou devidamente autenticados. Intime-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0010232-31.2013.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Daniel Moraes de Souza
Advogado: Luís Sérgio de Paula Costa (OAB/RO 4558)
Requerido: Jeová Paulo de Oliveira
DECISÃO :
DECISÃO Acolho a emenda a inicial.Considerando que a parte requerente apresentou prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 1.102 B do CPC, defiro a expedição de mandado monitório.Cite-se a parte requerida para efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 16.487,45 (dezesseis mil quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) ou para opor embargos no prazo de 15 (quinze) dias, consoante com os arts. 1.102 B e 1.102 C ambos do Código de Processo Civil.Cumprindo o réu o mandado, ficará isento de custas e honorários conforme o §1º do art. 1.102 C do referido diploma legal.Caso não haja pronto pagamento nem sejam opostos embargos, certifique-se, tornando-me os autos conclusos para SENTENÇA .CÓPIA DESTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Rua das Flores, Nº 543, Bairro Areal da Floresta, Porto Velho Rondônia.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0015130-87.2013.8.22.0001
Ação: Alvará Judicial
Requerente: Maria Luzia da Silva Lima, MARIA HELENA DA SILVA LIMA, Edmilson Gonçalves de Lima, Jose Edilson da Silva Lima, Maria Auxiliadora da Silva Lima, Maria Augusta da Silva Lima, Maria Dilce da Silva Lima
Advogado: Antônio Augusto Souza Dias (OAB/RO 596)
DECISÃO :
DECISÃO A parte autora pretende os benefícios da assistência judiciária gratuita, porém observa-se que foi atribuído à causa o valor de R$ 1.000,00 (mil reais), o que torna ínfimo o valor das custas iniciais em R$ 15,00 (quinze reais).Feita estas considerações, e por não estar caracterizado que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, INDEFIRO o pedido de gratuidade de justiça, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial.Intime-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0003146-09.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Volkswagen S. A.
Advogado: Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Manoel Archanjo Dama Filho ( )
Requerido: Nilma Paes de Oliveira Serrath
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), Déborah Ingrid Matoso Ribas Nonato (OAB/RO 5458)
DECISÃO :
DECISÃO Apense-se aos autos do processo n. 0024638-91.2012.8.22.0001.Intimem-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0001146-70.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco Sérgio de Paiva, ELZI APARECIDA SIMÕES
Advogado: Odair Martini (30-B), César Henrique Longuini (OAB/RO 5217), Clodoaldo Luiz Rodrigues (OAB/RO 2720), Cristiane da Silva Lima (OAB/RO 1569)
Requerido: Raffaele Itálo Munafo, Shelton Hotel S. R. LTDA ME
Advogado: Viviane Barros Alexandre (OAB/RO 353-B)
DECISÃO :
VISTOS , em DECISÃO saneadora.Trata-se de ação de locupletamento proposta por FRANCISCO SERGIO DE PAIVA e ELZI APARECIDA SIMÓES em face de RAFFAELE ÍTALO MUNAFO e SHELTON HOTEL S. R. LTDA-ME, alegando, em síntese, que o primeiro requerente e o primeiro requerido eram sócios do segundo requerido e que devido a uma ação de resolução de sociedade, vendeu suas cotas ao primeiro requerido; porém houve enriquecimento sem causa por parte do primeiro demandado.Pugna pela condenação dos requeridos no pagamento de R$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), a título de reposição do aumento sem causa de seu patrimônio.Juntou procuração e documentos às fls. 13/42. DESPACHO inicial à fl. 43.Os requeridos foram devidamente citados, conforme fls. 46 e 56/57.Contestação de SHELTON HOTEL S. R. LTDA ME às fls. 65/79. Alega, em preliminar, sua ilegitimidade passiva, sob alegação de que não pode figurar no polo passivo de ação de locupletamento a pessoa jurídica; bem como ilegitimidade ativa do primeiro requerente por jamais ter pertencido ao autor o imóvel sede do contestante e, por fim, alega a preliminar de coisa julgada, afirmando que as partes fizeram acordo quanto ao pagamento de cotas para que o primeiro requerente deixasse os quadros societários do segundo requerido.Contestação de RAFFAELE ITALO MUNAFO às fls. 80/93, suscitando preliminares de ilegitimidade ativa e coisa julgada nos mesmos moldes.No mérito os requeridos aduzem ter o primeiro requerente efetuado acordo e recebido valores muito superiores ao alegado.Requerem o acolhimento das preliminares e, no mérito, a improcedência dos pedidos, bem como condenação dos autores em custas e honorários sucumbenciais.Documentos às fls. 94/289.Situados os fatos, examino a preliminar de ilegitimidade passiva do segundo requerido, e o faço para rejeitá-la.Afirma a sociedade empresária que não é parte legítima para figurar no polo passivo de ação de locupletamento, tendo em vista ser pessoa jurídica e que o objeto da presente ação seria o enriquecimento sem causa de seu sócio, não tendo a empresa praticado qualquer ato que causasse prejuízo a terceiros.A análise da legitimidade ad causam é feita pelo juiz de acordo com a argumentação trazida pelas partes, sem necessidade de ingressar no exame do direito material em si, conforme a Teoria da Asserção, valendo citar julgado do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia sobre o tema: "(...) A verificação da legitimidade das partes em juízo faz-se mediante a aplicação da teoria da asserção, segundo a qual deve o juiz raciocinar admitindo, provisoriamente e por hipótese, que todas as afirmações do autor são verdadeiras (...)" (Agravo de Instrumento n. 100.007.2006.001726-7, Rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, j. 20/10/2006).No caso dos autos, para verificação da configuração de ato ensejador de enriquecimento sem causa, necessário analisar o próprio mérito do pedido, ultrapassando a seara da preliminar, fazendo com que o requerido Shelton Hotel S.R. Ltda. tenha legitimidade passiva. O autor aponta enriquecimento sem causa do primeiro requerido, por ter multiplicado em pelo menos dez vezes o capital aplicado para ingressar na sociedade, no período de um ano, sem que tivesse trabalhado no empreendimento sequer por um mês.Portanto, estes fatos narrados naturalmente refletiriam em ganho patrimonial da sociedade empresária, porquanto o investimento teria sido direcionado à pessoa jurídica. Ou seja, nos termos da exordial, se o primeiro requerido enriqueceu-se, foi em razão da sua condição de sócio do hotel. Assim,

considerando estas articulações tratadas na petição inicial, aliadas ao fato de negar a sociedade empresária a prática de qualquer ato que causasse prejuízo a terceiros, denota-se a legitimidade para figurar no polo passivo da demanda, já que as questões debatidas inevitavelmente exigem exame do mérito para sua definição. Além disso, narra a inicial que o imóvel onde está sediado o hotel pertence à segunda autora, o que também teria gerado locupletamento. Narrativa esta que reforça a legitimidade passiva do segundo requerido, demandando exame da questão de fundo em sede própria. Prosseguindo, também não merece prosperar a preliminar de ilegitimidade ativa de FRANCISCO SERGIO DE PAIVA, pois trata-se de ação de locupletamento, através da qual o autor visa o recebimento de valores que acredita ter deixado de auferir por culpa do primeiro requerido. Portanto, é nítida a legitimidade e o interesse do autor no feito.Igualmente não merece acolhimento a prefacial de coisa julgada, haja vista a própria natureza da ação noticiada, (ação ordinária n. 0104071-52.2009.8.22.0001), com objeto diverso, consistente na dissolução da sociedade relativa ao Shelton Hotel S.R. Ltda.-ME., desdobramento da ação cautelar n. 001.2009.007479-2, em que foi deferida liminar decretando o afastamento de Francisco Sérgio de Paiva, ora autor, da administração da referida sociedade empresária (fls. 128/129 e 181).Na mencionada ação principal, foi homologada transação efetivada pelas partes, constando do instrumento de acordo que as cotas da empresa, pertencentes a Francisco Sérgio Paiva, foram adquiridas por Raffaele Italo Mufano, retirando-se o primeiro do quadro societário (fls. 182/183).Na presente ação, todavia, pretende o autor demonstrar que os requeridos obtiveram proveito econômico em seu detrimento, locupletando-se ilícita e desproporcionalmente em razão das operações realizadas.Observa-se, portanto, que os pedidos nas referidas ações são diversos, não havendo completa similitude entre as respectivas causas de pedir, além de não coincidir todas as partes dos processos, o que permite concluir que não são ações idênticas.Ademais, pretendendo o acolhimento da prefacial de coisa julgada, cabia ao requerido juntar cópias da inicial da ação de resolução de sociedade.Consoante se extrai da jurisprudência do egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, “os requisitos para o reconhecimento da coisa julgada formal e material são a identidade entre os elementos identificadores da demanda, quais sejam, partes, causa de pedir e pedido, inexistente estes requisitos, não há como acolher a preliminar”. (Agravo de Instrumento nº 0002718-64.2012.8.22.000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, j. 05/06/2012). Por oportuno, “inexiste coisa julgada entre ação em trâmite com ação extinta, em que se homologou acordo entre as partes, quando evidenciado que as causas de pedir não são idênticas” (Apelação n. 0201007-76.2008.8.22.0001, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, j. 03/03/2010).Diante de todo o exposto, rejeito as preliminares arguidas pelos requeridos, saneando o feito. As partes são legítimas e estão bem representadas. Fixo, como pontos controvertidos da lide: a) o enriquecimento sem causa dos requeridos; b) o valor de eventual diminuição do patrimônio dos requerentes.DEFIRO a produção da prova oral pleiteada, consistente no depoimento pessoal das partes e oitiva de testemunhas.Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 23 de setembro de 2013, às 08h30.Ciência às partes por meio de seus procuradores, bem como as testemunhas tempestivamente arroladas no prazo de 10 (dez) dias, a contar da ciência desta DECISÃO .Publique-se. Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Olivia Adna Barata

Escrivã

5º Cartório Cível

O INTEIRO TEOR DOS DESPACHO S E SENTENÇA S PODEM SER OBTIDOS NO ENDEREÇO ELETRÔNICO : www.tj.ro.gov.br

SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.

ENDEREÇO ELETRÔNICO :

JUIZ : jjorge@ tj.ro.gov.br

ESCRIVÃ : olivia@tj.ro.gov.br

VARA : pvh5civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0003936-90.2013.8.22.0001

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: José Neto Alves Ferreira

Advogado: Cristiane Patricia Hurtado Madueno (RO 1.013)

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social I N S S

DECISÃO :

DECISÃO O autor dá à causa o valor de R$ 1.000,00 e pede os benefícios da assistência judiciária gratuita, sob o fundamento de “ser pessoa pobre e não possuir condições financeiras de arcar com as despesas processuais”.O artigo 5º, LXXIV, da Carta Magna, é específico ao afirmar: “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.Ora, pela própria redação se conclui que a parte pretendente do benefício da assistência judiciária gratuita deverá comprovar - quando do seu pedido - que os seus recursos não são suficientes para o pagamento das custas processuais. E, pela própria redação, não é possível outra interpretação que não a literal.É certo que a prestação jurisdicional é um bem da vida por demais caro à sociedade. Igualmente os demais bens da vida, como saúde, segurança, saneamento, entre outros.Deveria, também, ser totalmente custeado pelo Estado. Infelizmente não o é.Como os demais bens da vida, deve a prestação jurisdicional ser gratuita, mas somente àqueles que provarem a efetiva necessidade desse benefício.E por ser a prestação jurisdicional bem essencial, não se poderia permitir que as pessoas pudessem custear um e não o outro. Estar-se-ia, nesse caso, diminuindo o valor desse serviço, que, como dito, é essencial, inclusive pela manutenção do Estado democrático.No caso específico dos autos, não houve provas efetivas de que o autor não detém condições de arcar com o preparo das custas processuais iniciais. E essa prova deveria ter sido feita quando de sua alegação e pedido do benefício.Com essas considerações, INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita e concedo ao autor o prazo de 10 (dez) dias para o preparo das custas processuais iniciais, pena de extinção do presente feito.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0015423-57.2013.8.22.0001

Ação: Procedimento Ordinário (Cível)

Requerente: Lucimar Willy Shlosser, Eliane Camargo Gregorio, Wesley Gregório Schlosser, Wendy Gregório Schlosser

Advogado: Velci José da Silva Neckel (OAB/RO 3844)

Requerido: Brasil de Rondônia Indústria e Comércio de Vidros Ltda

DECISÃO :

DECISÃO O autor dá à causa o valor de R$ 63.750,56 e pede os benefícios da assistência judiciária gratuita, sob o fundamento de “ser pessoa pobre e não possuir condições financeiras de arcar com as despesas processuais”, mesmo

possuindo, conforme qualificação, profissão de açougueiro.O artigo 5º, LXXIV, da Carta Magna, é específico ao afirmar: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".Ora, pela própria redação se conclui que a parte pretendente do benefício da assistência judiciária gratuita deverá comprovar - quando do seu pedido - que os seus recursos não são suficientes para o pagamento das custas processuais. E, pela própria redação, não é possível outra interpretação que não a literal.É certo que a prestação jurisdicional é um bem da vida por demais caro à sociedade. Igualmente os demais bens da vida, como saúde, segurança, saneamento, entre outros.Deveria, também, ser totalmente custeado pelo Estado. Infelizmente não o é.Como os demais bens da vida, deve a prestação jurisdicional ser gratuita, mas somente àqueles que provarem a efetiva necessidade desse benefício.E por ser a prestação jurisdicional bem essencial, não se poderia permitir que as pessoas pudessem custear um e não o outro. Estar-se-ia, nesse caso, diminuindo o valor desse serviço, que, como dito, é essencial, inclusive pela manutenção do Estado democrático. No caso específico dos autos, não houve provas efetivas de que o autor não detém condições de arcar com o preparo das custas processuais iniciais. E essa prova deveria ter sido feita quando de sua alegação e pedido do benefício.Com essas considerações, INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita e concedo ao autor o prazo de 10 (dez) dias para o preparo das custas processuais iniciais, pena de extinção do presente feito.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0015439-11.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Associação Rondoniense de Municípios - AROM
Advogado: Ivonete Rodrigues Caja (OAB/RO 1871)
Requerido: OI S/A
DECISÃO :
DECISÃO O autor dá à causa o valor de R$ 7.153,39 e pede os benefícios da assistência judiciária gratuita, sob o fundamento de "ser uma entidade sem fins lucrativos, não possuindo condições financeiras para custear as despesas processuais e honorários advocatícios".O artigo 5º, LXXIV, da Carta Magna, é específico ao afirmar: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".Ora, pela própria redação se conclui que a parte pretendente do benefício da assistência judiciária gratuita deverá comprovar - quando do seu pedido - que os seus recursos não são suficientes para o pagamento das custas processuais. E, pela própria redação, não é possível outra interpretação que não a literal.É certo que a prestação jurisdicional é um bem da vida por demais caro à sociedade. Igualmente os demais bens da vida, como saúde, segurança, saneamento, entre outros.Deveria, também, ser totalmente custeado pelo Estado. Infelizmente não o é.Como os demais bens da vida, deve a prestação jurisdicional ser gratuita, mas somente àqueles que provarem a efetiva necessidade desse benefício.E por ser a prestação jurisdicional bem essencial, não se poderia permitir que as pessoas pudessem custear um e não o outro. Estar-se-ia, nesse caso, diminuindo o valor desse serviço, que, como dito, é essencial, inclusive pela manutenção do Estado democrático.No caso específico dos autos, não houve provas efetivas de que o autor não detém condições de arcar com o preparo das custas processuais iniciais. E essa prova deveria ter sido feita quando de sua alegação e pedido do benefício.Com essas considerações, INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita e concedo ao autor o prazo de 10 (dez) dias para o preparo das custas processuais iniciais, pena de extinção do presente feito.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0010903-25.2011.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Deide Cruz do Nascimento
Advogado: José Vitor Costa Júnior (OAB/RO 4575)
Requerido: Banco Ge Money Sa
Advogado: André Gonçalves de Arruda (OAB/SP 200.777), Laed Álvares Silva (OAB/RO 263A)
DECISÃO :
DECISÃO EXPEÇA-SE alvará em favor da parte autora para levantamento da quantia bloqueada às fls. 84. Após, arquivem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0012712-79.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jakson Neves de Oliveira
Advogado: Gardênia Souza Guimarães (OAB/RO 5464), Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Requerido: Banco Bradesco S/A
DECISÃO :
DECISÃO DEFIRO o pagamento das custas ao final.Cite-se a parte requerida para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil.CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Endereço: Cidade de Deus, s/n, Bairro Vila Yara, CEP 06.029-900, Osasco/SP.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0020220-47.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jose Carlos Pires
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Requerido: Banco Volkswagen S/A
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
DECISÃO :
DECISÃO Cumpra a escrivania a parte final da DECISÃO de fls. 231.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0000569-29.2011.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Volkswagen S/A
Advogado: Ana Catiucia Lins de Almeida Gariglio (OAB/RO 4762)
Requerido: Jose Carlos Pires
DECISÃO :
DECISÃO Aguarde-se o julgamento do recurso nos autos do processo 0020220-47.2011.8.22.0001. Após, conclusos para SENTENÇA .Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0015416-65.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogado: Maria Lucilia Gomes (OAB/SP 84206), Amandio Ferreira Tereso Junior (OABRO 4943-A)
Requerido: Ezequias Vieira de Souza

DECISÃO :
DECISÃO A cópia reprográfica do instrumento de procuração só é eficaz quando devidamente autenticada (RT 715/206; RJTSP, Lex 122/39).Em sendo assim, emende-se a inicial no prazo de 10 (dez) dias sob pena de indeferimento, devendo a parte autora apresentar instrumento de procuração, substabelecimento, notificação e contrato originais ou devidamente autenticados. Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0292916-05.2008.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mara Cleide Mello de Oliveira
Advogado: Francisco Ricardo Vieira Oliveira (OAB/RO 1959)
Requerido: Maria José da Silva Gomes
Advogado: Defensoria Publica ( )
DECISÃO :
DECISÃO Com a informação da extinção do processo n. 0022054-22.2010.8.22.0001, cumpra-se a SENTENÇA de fls. 53/56, reintegrando a requerida na posse do imóvel objeto dos autos.Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0132240-20.2007.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Arminda Duran da Silva
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Márcia de Oliveira Lima (OAB/RO 3495)
Requerido: Pecúlio Abraham Lincoln AMAL
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875), Tassiano Guimarães da Silva (OAB/RJ 118675)
DECISÃO :
DECISÃO Intime-se a parte executada para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto a petição de fls. 432/435.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0008733-46.2012.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Volkswagen S.A.
Advogado: Rafael Souza Nunes (OAB/RO 5068), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658), João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669)
Requerido: Barbara Heliodora de Oliveira
DECISÃO :
DECISÃO Chamo o feito a ordem, vez que trata-se de ação de busca e apreensão. Dessa forma, demonstrada a relação jurídica existente entre as partes e a constituição em mora da parte devedora, defiro a busca e apreensão liminar do bem indicado no contrato.Determino que o Sr. Oficial de Justiça que, por ocasião do cumprimento do mandado, proceda a inspeção e avaliação do bem.Cite-se a parte requerida a seguir, para pagar a integralidade do débito ou contestar no prazo legal. Cientifiquem-se os eventuais avalistas.Em caso de purgação da mora, fixo honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, bem como determino o recolhimento das custas. CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOEndereço: Rua Paulo Fortes, n. 6014, Q. 62 50, bairro Aponiã, Porto Velho RO, CEP 76824-046.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0013757-21.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Agnaldo Ribeiro de Souza
Advogado: Raimundo Gonçalves da Silva (OAB/RO 4.789)
Requerido: Banco do Brasil S/a Jatuarana
DECISÃO :
DECISÃO Acolho a emenda à inicial.Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para a data de 06 /11/2013 às 12 horas.Cite-se a parte requerida, com as advertências dos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil, para comparecer à audiência, oportunidade em que poderá defender-se, desde que por intermédio de Advogado, ficando ciente de que todos os atos instrutórios serão praticados na audiência designada e, caso pretenda ouvir testemunhas, deverá apresentar o seu rol em cartório com antecedência de 20 (vinte) dias.Intime-se o autor a comparecer à solenidade, sob pena de arquivamento. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Requerente: Rua Senador Álvaro Maia, nº. 2772, bairro Liberdade, Porto Velho/RO.Requerido: Av. Jatuarana, nº. 4718, bairro Eldorado, Porto Velho/RO, CEP 76.900-000.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0015402-81.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Comércio de Derivados de Petróleo Carga Pesada Ltda
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Requerido: Omni Way AdministraÇÃo Transporte e Logistica Ltda
DECISÃO :
DECISÃO Cite-se a parte requerida para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil.CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Rua Pau Ferro, nº. 211, Bairro Eldorado, Porto Velho/RO.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0247316-24.2009.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Francisco de Assis Vieira
Advogado: Paulo Fernando Lérias (OAB/RO 3747), Paulo Roberto da Silva Maciel (OAB/RO 4132), Cyanira de Fátima Souza Oliveira Maciel (OAB/RO 5449)
Requerido: B N Indútria e Comércio de Madeiras Ltda.
Advogado: Francisco José da Silva Ribeiro (OAB-RO 1170)
DECISÃO :
DECISÃO Defiro o pedido de fls. 67/70.Expeça-se mandado de penhora e avaliação, podendo ser objeto de constrição os bens pessoais que guarnecem a sede da empresa devedora, com exceção dos legalmente impenhoráveis.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0015472-98.2013.8.22.0001
Ação: Imissão na Posse
Requerente: Juliana da Silva Almeida
Advogado: Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Requerido: Fulana de Tal

DECISÃO :
DECISÃO A parte autora pretende os benefícios da assistência judiciária gratuita, porém observa-se que foi atribuído à causa o valor de R$ 1.000,00 (mil reais), o que torna ínfimo o valor das custas iniciais em R$ 15,00 (quinze reais).Feita estas considerações, e por não estar caracterizado que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, INDEFIRO o pedido de gratuidade de justiça, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial.Intime-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0012957-90.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ada Cléia Sichinel Dantas Boabaid
Advogado: DANIELE MEIRA COUTO (OAB 2400), Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Requerido: GOl Linhas aereas s/a
DECISÃO :
DECISÃO Acolho a emenda à inicial.Cite-se a parte requerida para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil.CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Av. Lauro Sodré, Loja Aeroporto, s/nº, Bairro dos Tanques, Porto Velho/RO.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014200-69.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Gilberto Sousa dos Santos
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
DECISÃO :
DECISÃO A gratuidade da justiça, manifestação do Princípio do Direito de Ação, será deferida, nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, sempre que o autor comprovar que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, o que não ocorre na espécie. Ressalte-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional, notadamente quando o preparo inicial é na quantia de R$ 62,29 (sessenta e dois reais e vinte e nove centavos).Dito isso, por não estar caracterizada a alegada hipossuficiência, INDEFIRO o pedido de gratuidade, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Olivia Adna Barata
Escrivã

5º Cartório Cível
O INTEIRO TEOR DOS DESPACHO S E SENTENÇA S PODEM SER OBTIDOS NO ENDEREÇO ELETRÔNICO : www.tj.ro.gov.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO :
JUIZ : jjorge@ tj.ro.gov.br
ESCRIVÃ : olivia@tj.ro.gov.br
VARA : pvh5civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0010393-75.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Terezinha Souza Silva
Advogado: João Roberto Lemes Soares (OAB/RO 2094), Jeremias de Souza Leite (OAB/RO 5104)
Requerido: Santo Antônio Energia S.A.
Advogado: Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786), Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B), Ariane Diniz da Costa (OAB/MG 131774), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982)
DECISÃO :
DECISÃO Trata-se de ação declaratória, combinada com reparação por danos, interposta por Terezinha Souza Silva em face de Santo Antônio Energia S/A em decorrência de constrangimentos gerados com redução dos lucros auferidos pela requerida, ante a retirada de famílias da região na qual ela montou seu negócio.Em preliminar, alega a parte requerida a impossibilidade jurídica do pedido, ao argumento de que cumpriu todas as normas e procedimentos administrativos para efetivar a desocupação da área na qual se localizava o estabelecimento comercial da requerida, reforçando que a autora sequer trouxe provas conclusivas sobre a ocorrência do dano alegado.A questão ventilada na preambular trata de tema relativo ao mérito da causa, exigindo exame da matéria de fundo, devendo, portanto, ser analisada em momento oportuno. O pedido da autora afigura-se possível dentro do ordenamento jurídico, que prevê indenização ampla diante da lesão a um bem jurídico tutelado.Destarte, rejeito a preliminar.Inexistindo outras questões prejudiciais a serem analisadas, estando presentes as condições da ação, DOU O FEITO POR SANEADO.Fixo os pontos controvertidos da lide: a) se existe irregularidade nos procedimentos adotados pela requerida; b) se houve dano decorrente das ações adotadas pela requerida.Deferida a produção da prova oral (fls. 79/80), designo audiência de conciliação, instrução e julgamento, para o dia 26 de novembro de 2013, às 8h30min.Assinalo o prazo de 10 (dez) dias, a contar da intimação desta DECISÃO , para a apresentação do rol de testemunhas em cartório, além daquelas já apontadas pela parte autora (fls. 81), sob pena de dispensa da prova. Intimem-se as partes, seus advogados e as testemunhas tempestivamente arroladas.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0011881-02.2011.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Unicred Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais de Nível Superior da Área de Saúde de Jiparaná e Região Ltda
Advogado: Rodrigo Barbosa Marques do Rosário (OAB/RO 2969), José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB/RO 4195)
Executado: Letícia Leite
Advogado: Mohamed Abd Hijazi (OAB/RO 4576), Mohamad Hijazi Zaglhout (OAB/RO 2462)
DECISÃO :
VISTOS. Com relação ao pedido de fls 70/72 dos autos, indefiro a pretensão de intimação da devedora para indicar bens à penhora, vez que não surtiria qualquer efeito prático

nos autos, mormente a se considerar ser ônus do credor a indicação desses bens para garantia do juízo da execução. Defiro a penhora dos imóveis indicados, devendo ser expedido o respectivo mandado, mediante prévio depósito das custas processuais relativas as novas diligências do senhor oficial. Penhorado, faculto a credora promova a devida averbação da penhora junto aos registros dos imóveis.Indefiro busca patrimonial da devedora junto ao fisco federal, vez que as informações constantes desse banco de dados é sigilosa.Em busca realizada ao Renajud, nesta oportunidade, constatou-se que os veículos registrados em nome da devedora estão impossibilitados de serem penhorados vez que alienados fiduciariamente.Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0006697-27.2009.8.22.0101
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Januária Tomé
Advogado: Hugo Maciel Grangeiro (OAB/RO 208B)
Denunciado: Rosalina de Jesus Arruda, Carlos Alberto da Silva, Jussara Terezinha Fulaneti da Silva, Serviço Notarial Corilaço da Comarca de Jiparaná Ro, Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro Civil de Porto Velho/ro, Edmar Maia de Oliveira, Dalmi Maia de Oliveira
Advogado: Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)
DECISÃO :
VISTOS. Deferindo pedido de fls 129/130 dos autos, promovi buscas, constatando endereços das pessoas indicadas junto ao Infojud.A parte para requerer o que entender de direito. Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014671-22.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Aldenice Ferreira Rosa
Advogado: Wanusa Cazelotto (OAB/RO 2326), Rodrigo Tosta Giroldo (OAB/RO 4503)
Requerido: Banco Itaucard S/A
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
DECISÃO :
VISTOS. Deferindo pedido de fls 75/76 dos autos, determinei, nesta data, bloqueio de valores em contas da parte devedora, conforme protocolamento anexo.Aguarde-se resultado da determinação por 48 horas. Após, tornem-me.Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0019441-29.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro Ltda
Advogado: Renata Alice Pessôa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)
Requerido: Maria de Lourdes Vieira Costa
DECISÃO :
VISTOS. TRansitada em julgado a SENTENÇA , a credora compareceu aos autos pedindo a “citação” da devedora parfa o pagamento, apresentando cálculos.Em DECISÃO de fl 39 este juízo determinou que viesse a devida planilha na forma da SENTENÇA , haja vista a desnecessidade de intimação da devedora revel para o pagamento.Planilha apresentada as fls 93/94 dos autos, sem qualquer outro pedido.é óbvio ululante, e a credora sabe disso, que o juízo não pode agir de oficio. Para qualquer DECISÃO judicial há que haver pedido específico. Isso não há nos autos, haja vista que foi indeferida a “citação” da devedora.Não deu, a credora, o devido andamento ao feito.Trata-se de procedimento em fase de cumprimento de SENTENÇA , cujo desarquivamento poderá ocorrer a qualquer momento mediante pedido da parte.Assim, ao arquivo com as anotações necessárias.Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0018627-46.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Alice Alves Batista, Elias de Almeida, Jolino Soares da Silva, Lucia Maria Knapp, Otilio Pedro da Costa, Sueli Aparecida da Silva, Vilson Baccon Soares, Vitor dos Santos
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado: Banco do Brasil S. A.
DECISÃO :
VISTOS. Deferindo pedido de fls 194/196 dos autos, determinei, nesta data, bloqueio de valores em contas da parte devedora, conforme protocolamento anexo.Aguarde-se resultado da determinação por 48 horas. Após, tornem-me.Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0019275-60.2011.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Casablanca Cerimonial e Eventos Ltda - ME
Advogado: Patricia Holanda Rocha (OAB/RO 3582)
Requerido: Di Estefano Silva Oliveira
DECISÃO :
VISTOS. Indefiro o pedido de fls 51/52 dos autos, porquanto se trata de procedimento já adotado por este juízo.A credora foi intimada para indicar bens à penhora no prazo de cinco dias e não o fez. Apenas e tão somente compareceu aos autos repetindo pedido anterior. Ou seja, não deu o devido andamento ao feito.Trata-se de procedimento em fase de cumprimento de SENTENÇA , cujo desarquivamento poderá ocorrer a qualquer momento mediante pedido da parte.Assim, ao arquivo com as anotações necessárias.Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0007475-69.2010.8.22.0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Eliete Gomes de Brito
Advogado: Camile Gonçalves Zimmermann (OAB/RO 675A)
Embargado: José Corrêa de Araújo Filho
Advogado: Samuel dos Santos Junior (RO 1238), Caio Pires Gouvêa (OAB/RO 484E)
DECISÃO :
VISTOS. Em buscas junto ao Renajud, constatou-se que o único veículo registrado em nome da devedora se encontra alienado fiduciariamente, o que impossibilita a penhora.A parte credora foi intimada para indicar bens á penhora no prazo de cinco dias. Não o fez. Ao contrário, retornou aos autos pedindo providência judicial infrutífera. Ou seja, não deu o devido andamento ao feito.Trata-se de procedimento em fase de cumprimento de SENTENÇA , cujo desarquivamento poderá

ocorrer a qualquer momento mediante pedido da parte.Assim, ao arquivo com as anotações necessárias.Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0019280-82.2011.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Lima & Holanda Cavalcanti Ltda ME
Advogado: Patrícia Oliveira de Holanda Rocha (OAB/RO 3582)
Requerido: Aldener Gomes da Silva Bandeira
Advogado: Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843)
DECISÃO :
VISTOS. Deferindo pedido de fls 41/43 dos autos, determinei, nesta data, bloqueio de valores em contas da parte devedora, conforme protocolamento anexo.Aguarde-se resultado da determinação por 48 horas. Após, tornem-me.Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0009975-40.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Antônia de Oliveira Lopes
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
DECISÃO :
VISTOS. Conforme se observa pela Ata da audiência, inclusive com a presença da empresa seguradora, houve o comparecimento do senhor perito para a realização do exame pericial antes da audiência, vez que este juízo estava realizando "mutirão" nos processos de DPVAT.A ré transacionou com a autora fora da audiência, de forma que não foi realizado o exame pericial. Entretanto, como decidido - com DECISÃO transitada em julgado - deveria a seguradora efetuar o pagamento de metade dos honorários periciais adredemente fixados. Isso não ocorreu.Assim, promovi, nesta oportunidade, bloqueio dos valores junto a contas da ré, tendentes ao pagamento dos honorários periciais, conforme protocolamento anexo.Aguarde-se resultado da determinação por 48 horas. Após, tornem-me. Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0021036-63.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Daniela Rodrigues Lucksis, Dionea Rodrigues de Almeida Paes, Edson Charles Silva Brito, Galdina Leite Mendonça, José de Souza Gama, José Ferreira Lucksis, Luiza da Silva Brito, Miriam Meregalli, Nilo Pires de Oliveira, Roberto Camacho Toledo Guimarães
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Requerido: Banco do Brasil S/A
DECISÃO :
VISTOS. Aos credores para o que entenderem de direito. Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0016710-89.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Silvia Mendes Kail
Advogado: Rucilene Araújo Botelho Campos (OAB/RO 5587)
Requerido: José Arialdo Magalhães Rodrigues
DECISÃO :
VISTOS. Não é possível o bloqueio de valores em contas sem o fornecimento dos números de inscrições das partes no CPF ou CNPJ, não podendo o magistrado estar a "garimpar" nos autos pelos dados, haja vista ser ônus da parte municiar o juízo para FUNDAMENTAÇÃO das decisões.Assim, faculto a credora o fornecimento dos dados próprios, no prazo de 48 horas, pena de arquivamento.Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0002245-75.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Adauto Souto
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido: Electrolux do Brasil S/A, Dismobras Importação e Exportação e Distribuição de Moveis Eletrodomesticos S.a., Eletromecfrio Refrigeração Ltda
Advogado: Flávio Castro Nogueira da Gama (OAB/RJ 104841), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
DECISÃO :
VISTOS. Deferindo pedido de fl 76 dos autos, determinei, nesta data, bloqueio de valores em contas da parte devedora, conforme protocolamento anexo.Aguarde-se resultado da determinação por 48 horas. Após, tornem-me.Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0008657-22.2012.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Itaú Unibanco S. A.
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056S)
Executado: F C Ferreira, Francisco Campos Ferreira
DECISÃO :
VISTOS. Tivesse o credor observado os autos constataria que não houve a formação da relação jurídica processual. Assim, indefiro o pedido de fl 62.Ao credor para promover a citação do devedor, no prazo de 48 horas, pena de extinção.Intimem-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0017955-72.2011.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Jonatan Gonçalves da Silva
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Vivo S/A
Advogado: Fabricio Grisi Médici Jurado (OAB/RO 1751)
DECISÃO :
VISTOS. Deferindo pedido de fls 128/129 dos autos, determinei, nesta data, bloqueio de valores em contas da parte devedora, conforme protocolamento anexo.Aguarde-se resultado da determinação por 48 horas. Após, tornem-me.Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0013085-47.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Banco Volkswagen S/A
Advogado: Marcelo Brasil Saliba (OAB/AC 3328A), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Gabriela de Lima Torres (RO 5714), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/GO 21593)

Requerido: Telma Silva Santos
Advogado: Carla Vanusa Ribeiro Camboim de Oliveira (OAB/RO 1649)
DECISÃO :
VISTOS. Deferindo pedido de fls 133/137 dos autos, determinei, nesta data, bloqueio de valores em contas da parte devedora, conforme protocolamento anexo.Aguarde-se resultado da determinação por 48 horas. Após, tornem-me.Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0002633-75.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Orlando Filho de Sousa Martins
Advogado: Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235)
Requerido: Banco GMAC S.A.
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
SENTENÇA :
SENTENÇA I. Relatório.Orlando Filho de Sousa Martins, qualificado às fls. 3, ajuizou ação declaratória cumulada com indenização por danos, em face de Banco GMAC S/A, também qualificado às fls. 3, pretendendo ver declarada a inexistência do débito, bem como reparação por danos morais, em razão de constrangimentos decorrentes da inscrição indevida em cadastro de inadimplentes.Segundo o autor, o apontamento do seu nome em cadastro de inadimplentes é indevido, pois a dívida que detinha junto ao requerido foi adimplida em 11 de janeiro de 2011.Pelos fatos, pede a antecipação de um dos efeitos da tutela final pretendida, para excluir seu nome do cadastro de inadimplentes. No mérito, requer a declaração de inexistência de débitos, bem como a condenação do réu ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos, em valor a ser arbitrado judicialmente, bem como aos ônus da sucumbência.Deu à causa o valor de R$3.000,00 (três mil reais).Com a inicial, apresentou os documentos de fls. 14/29. A antecipação de tutela foi deferida às fls. 30/31.Citado, o requerido apresentou contestação às fls. 41/51 acompanhada dos documentos de fls. 52/65, sustentando que não houve qualquer ilegalidade na sua conduta, tendo em vista a existência da mora. Assevera inexistir dano moral a ser reparado. Pugnou pela improcedência dos pedidos e a condenação do autor ao pagamento dos honorários e custas.Instadas a especificarem provas (fls. 66), apenas a parte requerida veio aos autos, manifestando-se pela desnecessidade de dilação probatória (fl. 68).É a síntese necessária.II. FUNDAMENTAÇÃO .Oportuno salientar, de início, o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ – 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).Reside a controvérsia no fato de o réu ter efetivado a inscrição do nome do autor no cadastro de inadimplentes, a despeito do pagamento da dívida, segundo consta da inicial.O autor veio a juízo alegando ter adimplido o débito gerador da inscrição indevida e que mesmo assim teve seu nome inserido no cadastro de inadimplentes.De acordo com as provas produzidas, vejo que o requente demonstra ter efetivamente pago a dívida que detinha junto ao requerido, conforme se afere pela conjugação dos documentos de fls. 21/25. Igualmente incontroverso é a inscrição do seu nome no cadastro de devedores (fls. 19).O requerido, por sua vez, alega que não houve qualquer ilegalidade na sua conduta, inexistindo dano moral a ser reparado, tendo em vista que teria agido dentro dos parâmetros legais para casos dessa natureza. Ao que vejo, em análise ao caderno probatório, não se trata de ilegalidade na inscrição do solicitante, até porque restou incontroverso que o autor incorreu em mora quanto à prestação de mútuo bancário objeto da lide, que foi quitado em 19 de janeiro de 2012 e não em janeiro de 2011, conforme documento de fls. 21.Dessa maneira, ante o atraso no pagamento da prestação, o requerido procedeu de forma regular ao apontamento restritivo em nome do requerente. Entretanto, efetuado o pagamento, a restrição foi indevidamente mantida, sendo necessária a concessão de medida liminar determinando a exclusão do apontamento.Em que pese o documento de fl. 19 demonstrar a manutenção do registro por poucos dias, já que o pagamento foi feito em 19/01/2012 e o extrato da Serasa foi emitido em 30/01/2012 (fl. 19), a liminar que determinou a exclusão do lançamento foi concedida em 23/04/2012 (fl. 30) e o requerido não demonstrou, ou sequer alegou que promoveu a baixa anteriormente, concluindo-se, portanto, que o registro perdurou por pelo menos três meses, não sendo cancelado espontaneamente.Assim, o exame dos autos leva à procedência do pedido inicial, não por inscrição irregular, mas por manutenção indevida do nome do autor no rol de inadimplentes.A análise das alegações formuladas na exordial e na contestação conduzem ao acolhimento da pretensão deduzida, uma vez que é possível aferir dos documentos apresentados às fls. 21/25, que o requerente quitou a dívida geradora do débito, de tal forma que a manutenção indevida do nome do consumidor no cadastro de inadimplentes, por pelo menos três meses, como VISTO , enseja dever reparatório.Nesse entendimento: Indenização. Danos morais. Débito atrasado. Nome negativado. Pagamento. Mantença da restrição. Ato indevido. Dano à dignidade. Culpa caracterizada. Critérios de fixação. Comprovando o autor que teve seu nome mantido nos cadastros de restrição ao crédito, injustificadamente, por prazo não razoável mesmo após a quitação da dívida, tem ele direito a uma indenização pelos danos que o fato causar, in casu, o dano moral, uma vez que a negativação do nome de qualquer pessoa nos cadastros de restrição ao crédito é, por si só, nociva à sua imagem, seja ela física ou jurídica, porquanto leva a conhecimento público a sua situação de inadimplência, fazendo surgir dúvidas quanto à sua capacidade de honrar compromissos. Quanto aos critérios para estabelecer o quantum dessa indenização, o julgador deve ponderar-se num juízo de razoabilidade entre o dano e a situação social das partes, de forma objetiva e subjetiva, buscando o justo ao caso concreto, evitando assim o enriquecimento de uma das partes e o empobrecimento de outra (TJ/RO, 2ª Câmara Cível, Apelação Cível nº 100.001.2003.002709-7; Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia; j. 14/12/2005, DJ n. 005 de 09/01/2006).No caso dos autos, verificando o pagamento realizado pelo autor, deveria o requerido ter providenciado a baixa da restrição oportunamente, configurando-se negligente sua conduta, a causar prejuízos morais ao autor.Insta salientar que o dano moral não tem como ser provado, sendo simplesmente presumido em razão da manutenção indevida de dados no rol de maus pagadores.

Assim, tenho por caracterizada a responsabilidade civil do requerido pelos danos morais experimentados pela parte autora. Quanto ao valor da indenização, a jurisprudência tem oferecido alguns critérios para quantificá-lo, havendo entendimento majoritário no sentido de que o montante deve representar, a um só tempo, uma compensação para o ofendido e desestímulo para o ofensor, levando-se em conta a intensidade da ofensa, a capacidade financeira das partes, além das demais peculiaridades do caso concreto.Considerando a intensidade da ofensa e da culpa do requerido, que manteve o apontamento restritivo indevidamente, bem como a capacidade financeira do ofensor e a condição econômica da parte ofendida, sem esquecer que a inscrição inicial teve lastro em débito reconhecido pelo autor, torna-se equilibrado o valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), de forma a atender a reparação do dano, sem converter-se em móvel de obtenção de vantagem. Os juros e a correção monetária devem incidir a partir desta data, uma vez que, no arbitramento, foi considerado valor já atualizado.III. Dispositivo.Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais formulados por Orlando Filho de Sousa Martins em face de Banco GMAC S/A, ambos qualificados nos autos, e, em consequência: DECLARO a inexistência do débito relativo à parcela geradora do apontamento restritivo tratado nestes autos.CONFIRMO a DECISÃO proferida às fls. 30/31, para tornar definitiva a exclusão do nome do autor do cadastro de inadimplentes. CONDENO o requerido a pagar ao autor o valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária pelos índices do eg. TJRO, ambos a partir desta data;CONDENO o requerido, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios da parte autora, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, o que faço com base no Artigo 20, §3º, do Código de Processo Civil.Transitada em julgado a presente, efetue o requerido o pagamento do importe da respectiva condenação no prazo de quinze dias, após o que incidirá multa no equivalente a 10% (dez por cento) do valor do débito atualizado, nos termos do Artigo 475-J, do referido diploma processual.Em não havendo o pagamento de forma espontânea e em comparecendo a credora aos autos, desde já arbitro honorários advocatícios para a fase de cumprimento da SENTENÇA , no importe equivalente a 10% (dez por cento) do valor da condenação, sem prejuízo de majoração em eventual impugnação improcedente.Transitada em julgado a presente, em nada sendo requerido em cinco dias, ao arquivo com as anotações necessárias, ciente a parte credora de que poderão ser desarquivados os autos independentemente de custas próprias, se requerido no prazo de seis meses, com base no Artigo 475-J, §5º, do referido diploma legal.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Olivia Adna Barata
Escrivã

6ª VARA CÍVEL

6ª Cartório Cível, Falência e Concordata
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito
Sugestão ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet através do e-mail: pvh6civel@tjro.jus.br
Diretora de Cartório: Denise Gonçalves da Cruz Rocha

Proc.: 0094432-10.2009.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Antônio Verri
Advogado: Suzana Avelar de Santana (OAB/RO 3746)
Requerido: Banco Bradesco S/A
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/SP 126504), Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507), Jhonatas Vieira da Silva (OAB/RO 4.265)
Fica a parte autora intimada a levantar o alvará, ficando ciente que o expediente tem prazo de validade de 30 dias e que sua inercia acarretará o encaminhamento dos valores para a conta centralizadora.

Proc.: 0020601-55.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Walquiria Rosecler Ribeiro
Advogado: Edson de Oliveira Cavalcante (OAB/RO 1510)
Requerido: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Daynne Francyelle de Godoi Pereira (OAB/GO 30368)
Fica a parte autora intimada a levantar o alvará, ficando ciente que o expediente tem prazo de validade de 30 dias e que sua inercia acarretará o encaminhamento dos valores para a conta centralizadora.

Proc.: 0244354-28.2009.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Eleandro Amaral do Carmo
Advogado: Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235), Leudo Ribamar Souza Silva (OAB/RO 4485)
Requerido: Banco Bradesco S.A.
Advogado: Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507), José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Fica a parte autora intimada a levantar o alvará, ficando ciente que o expediente tem prazo de validade de 30 dias e que sua inercia acarretará o encaminhamento dos valores para a conta centralizadora.

Proc.: 0022379-94.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Zildamar Pontes da Silva
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689)
Requerido: Safra Leasing S/A Arrendamento Mercantil
Fica a parte autora intimada a levantar o alvará, ficando ciente que o expediente tem prazo de validade de 30 dias e que sua inercia acarretará o encaminhamento dos valores para a conta centralizadora.

Proc.: 0022586-25.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Edesio Falcao
Advogado: Eudislene Mendes de Oliveira (OAB/RO 1462)
Executado: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937), Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5416), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Fica a parte autora intimada a levantar o alvará, ficando ciente que o expediente tem prazo de validade de 30 dias e que sua inercia acarretará o encaminhamento dos valores para a conta centralizadora.

Proc.: 0004474-76.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Lauro Nava
Advogado: Helena Maria Fermino (OAB/RO 3442), Cledson Franco de Oliveira (OAB/RO 4049)
Requerido: Banco Bradesco S. A.
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507)
Fica a parte autora intimada a levantar o alvará, ficando ciente que o expediente tem prazo de validade de 30 dias e que sua inercia acarretará o encaminhamento dos valores para a conta centralizadora.

Proc.: 0003349-73.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Maria Gueiza Pardo Canamari
Advogado: Marcos Rodrigo Bentes Bezerra (OAB/RO 644), Fabricio Matos da Costa (OAB/RO 3270)
Executado: Banco Bradesco S.A.
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830), José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Fica a parte autora intimada a levantar o alvará, ficando ciente que o expediente tem prazo de validade de 30 dias e que sua inercia acarretará o encaminhamento dos valores para a conta centralizadora.
Denise Gonçalves da Cruz Rocha
Diretora de Cartório
6ª Cartório Cível, Falência e Concordata
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito
Sugestão ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet através do e-mail: pvh6civel@tjro.jus.br
Diretora de Cartório: Denise Gonçalves da Cruz Rocha

Proc.: 0013448-05.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ilean Ribeiro
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Eletrobras Distribuição Rondônia
Advogado: Douglacir Antônio Evaristo Sant Ana (OAB/RO 287)
Retorno do TJ:
Manifestem a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, bem como, fica a parte Autora desde já intimada, por intermédio de seu advogado, para que no prazo de 15 dias efetue o pagamento do valor da condenação, sob pena de multa de 10% nos moldes do artigo 475-J do CPC.

Proc.: 0000791-31.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Soares Moreira
Advogado: Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843), Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846)
Requerido: Autovema Veículos Ltda
Advogado: Rodrigo Marques do Rosário (OAB/RO 2969), Arquilau de Paula (OAB/RO 1B)
Retorno do TJ:
Manifestem a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, bem como, fica a parte Requerida desde já intimada, por intermédio de seu advogado, para que no prazo de 15 dias efetue o pagamento do valor da condenação, sob pena de multa de 10% nos moldes do artigo 475-J do CPC.

Proc.: 0022073-28.2010.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Maria Gomes da Silva
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Karina de Almeida Batistuci (GO 30.797-A), Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral ( ), Diogo Morais da Silva ( )
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0020889-37.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Ediclezia da Silva da Costa
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Seguradora Líder dos Consócios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910), Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0014319-98.2011.8.22.0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Maria do Carmo Coimbra Sauma Filha
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco BMG S/A
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0266696-04.2007.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogado: Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
Requerido: Maria Jose Alves da Silva
Custas Judiciais Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$209,68, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0188773-33.2006.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Claudio Jose Vieira Pinto
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Requerido: S N Comercio e Exportação Ltda
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0023119-18.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jackson de Oliveira Ayres
Advogado: Amanda Camelo Correa (883), Lilian Maria Lima de Oliveira (OAB/RO 2598)
Requerido: Banco Cruzeiro do Sul S.A.
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0015190-65.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alzeni Soares Pereira
Advogado: Janaína Zimmer (OAB/RO 3365)
Requerido: Eletrobras Distribuição Rondônia
Advogado: Ubirajara Rezende (RO 1571), Douglacir Antônio Evaristo Sant Ana (OAB/RO 287)
Ofício - Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio de fl(s). 133

Proc.: 0262682-74.2007.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Cristian dos Santos Aragão
Advogado: Edmar da Silva Santos (OAB/RO 1069), Roberta Pires Ribeiro (OAB/RO 3069), Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244), Jaqueline Pereira Pinto (OAB/RO 5118)
Executado: Adir Flávio da Silva
Advogado: Antonio Fontoura Coimbra (OAB/RO 372), Renan de Souza Campos (RO 951)
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio de fl(s) 193/194.

Proc.: 0079189-02.2004.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Einstein Instituição de Ensino Ltda
Advogado: Alexandre Camargo (OAB/RO 704), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Executado: Alessandra Rocha Santos
Cálculos Judiciais:
Ficam as partes autoras intimadas, por via de seus respectivos Advogados, para no prazo de 05 dias, manifestarem sobre os cálculos judiciais de fls. 167/168.

Proc.: 0004711-76.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Manoel Tavares Pimentel
Advogado: Laércio Batista Lima (OAB/RO 843)
Requerido: BANCO CACIQUE S/A
Advogado: Michele Marques Rosato (OAB/RO 3645)
Fica a parte Requerida intimada, por intermédio de seu advogado, para se manifestar quanto a proposta dos honorários periciais, no prazo de cinco e, acaso, concorde, no mesmo prazo deverá proceder o recolhimento.

Proc.: 0180794-49.2008.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Vanio Viana Souza
Advogado: Clara Regina do Carmo Góes Orlando (OAB/RO 653), Flávio Henrique Teixeira Orlando (OAB/RO 2003), Guilber Diniz Barros (OAB/RO 3310)
Executado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado: Maria Creusa Machado Magalhães (RO 178-B)
Cálculos Judiciais:
Ficam as partes autoras intimadas, por via de seus respectivos Advogados, para no prazo de 05 dias, manifestarem sobre os cálculos judiciais de fls. 68/69.

Proc.: 0160605-16.2009.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Albertina Pereira Ramos
Advogado: Clara Regina do Carmo Góes Orlando (OAB/RO 653), Flávio Henrique Teixeira Orlando (OAB/RO 2003)
Requerido: União P F N
Cálculos Judiciais:
Ficam as partes autoras intimadas, por via de seus respectivos Advogados, para no prazo de 05 dias, manifestarem sobre os cálculos judiciais de fls. 111/112

Proc.: 0001238-19.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Napoleao Moreira Netto
Advogado: Rafael Hideshi Medeiros Hiroki (OAB/RO 3867), Hugo Wataru Kikuchi Yamura (RO 3613)
Requerido: Banco Bradesco S. A.
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507), Jhonatas Vieira da Silva (OAB/RO 4265)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$14,65 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0010887-71.2011.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V. Financeira S/a C.f.i.
Advogado: Lorena Cristina dos Santos Mel (RO 3479)
Requerido: André Tavares de Carvalho
Certidão do Oficial de Justiça: Fiduciária
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0014852-91.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: BANCO SANTANDER - Ag. 3253
Advogado: Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519)
Requerido: Ademir Lourenço da Silva
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0021002-20.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Karina de Almeida Bastistuci ( ), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Requerido: A. Ferreira da Silva, Antonio Ferreira da Silva, Maria Aparecida Ferreira
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0020870-94.2011.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Autovema Veículos Ltda
Advogado: Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930)
Requerido: Raimundo Nonato Batista
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0001379-67.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Morgana de Villa Argenta, Adelar Turcato, Pyetro Turcato
Advogado: Velci José da Silva Neckel (OAB/RO 3844)
Requerido: Unimed Nordeste Rs Sociedade Coop de Serv. Medicos
Advogado: Claudia de Carvalho (OAB/RS 73860), Gerson Dalle Grave (OAB/RS 84575)
DESPACHO :
VISTOS. Manifeste-se a Requerente, dentro do prazo legal, a respeito da contestação acostada aos autos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015807-20.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Demostenis Jose da Silva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A
DECISÃO :
DESPACHO /CARTA/MANDADO.VISTOS ,Em uma análise preliminar constata-se a aparência da legitimidade ativa e interesse processual, assim determino, com fulcro nos artigos 355 e 844 do Código de Processo Civil, que o Requerido exiba os documentos pleiteados pela parte Autora.O Requerido deverá atentar-se ao disposto no art. 357 do CPC " O requerido dará a sua resposta nos 5 (cinco) dias subseqüentes à sua intimação. Se afirmar que não possui o documento ou a coisa, o juiz permitirá que o requerente prove, por qualquer meio, que a declaração não corresponde à verdade."VIA DESTAS SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Rua Funchal, nº 418, 7º, 8º e 9º andares, bairro Vila Olímpia - São Paulo/SPPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0018912-73.2011.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Banco Itaú S/A
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056S)
Requerido: A. J. Peixe FI, Alencar Jose Peixe
DECISÃO :
VISTOS. A parte Autora não demonstrou que esgotou todos os meios de busca e diligências para localizar do endereço da Requerida. Assim, indefiro o pleito de fl. 74, vez que não cabe ao poder Judiciário a função de oficiar a entidades e órgãos públicos para atender interesses das partes quando a providência a elas compete.Intime-se a parte Autora para que no prazo de 5 dias, diligencie e informe nos autos o atual endereço da parte Requerida para citação, sob pena de extinção do processo por ausência de pressuposto processual. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015602-88.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edvaldo dos Santos Lima
Advogado: Laercio Batista de Lima (OAB/RO 843)
Requerido: BANCO ITAU CARD S/A
DECISÃO :
DESPACHO /CARTA/MANDADO.VISTOS. 1. Estando em discussão do débito, inviável se mostra a inscrição do devedor nos serviços de proteção ao crédito, motivo pelo qual, ordeno a exclusão do nome do Autor perante a Serasa apenas no tocante a restrição que possui como Credor BANCO ITAU CARD S/A com vencimento em 06/12/2010 no valor de R$187,00. Notifique-se a Serasa e o Requerido para o cumprimento imediato desta DECISÃO . 2. No mais, cite-se com as advertências constantes nos artigos 285, 297 e 319 do CPC (não sendo contestada a ação, no prazo de 15 dias, serão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial.3. Vindo ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. 4. Havendo assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas ao Autor para réplica.5. Aplica-se ao caso o CDC, mormente porque se questiona eventual prestação de serviços por parte da Requerida Reconhecendo a hipossuficiência do(a) Autor(a) diante do fato ocorrido e levando-se ainda em consideração a situação social e econômica das partes, decreto a inversão do ônus da prova.6. Defiro as benesses da gratuidade de justiça.7. Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Al. Pedro Calil, nº 43, bairro Vila das Acácias, CEP 08557-105 - Poá/SPPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0018442-76.2010.8.22.0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente: Banco GMAC S/A
Advogado: Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519), Celso Marcon (OAB/AC 3266A), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Requerido: Miguel Sena Filho
DECISÃO :
VISTOS. Indefiro o pedido de fl. 48/49, uma vez que o mesmo pedido foi feito às fls. 37/38 e parcialmente deferido, conforme DECISÃO de fl. 40, já tendo sido realizadas diligências. Assim, atente-se a parte Autora quanto a DECISÃO mencionada, e apresente, no prazo de 5 dias, novo endereço atualizado do Requerido. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0265816-46.2006.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Zélia Ulkowski
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Requerido: Fênix Informática Ltda
Advogado: Simão Salim (RO 262-B)
DESPACHO :
VISTOS. Em análise do DJ/RO observo que razão assiste à peticionante. Defiro o pedido de fls. 321/322 e concedo o prazo para a parte Autora se manifestar, nos termos da DECISÃO de fls. 319.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0017246-76.2007.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. CERON
Advogado: Olívia Alves Moreira (OAB/RO 2212)
Executado: Décio Cintra Vasconcelos
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
DESPACHO :
VISTOS. Tendo em vista a petição de fl. 238, intime-se a parte Requerente para regularizar a sua representação nos autos, no prazo de 10 dias. Ademais, compulsando os autos verifiquei a juntada de petição que apresenta número distinto destes autos, bem como partes divergentes, o que pressupõe equívoco na juntada de documentos. Assim, proceda a escrivania o desentranhamento da peça de fls. 232/233, para juntada da mesma no processo correspondente.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015648-77.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Naldo Batista de Oliveira
Advogado: Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Requerido: Banco Bv Financeira Sa
DECISÃO :
VISTOS ,Emende-se a inicial.Determino o recolhimento das custas iniciais do processo no prazo de 10 dias, em razão do seu valor infímo, não causando assim prejuízo no sustento do Requerente, sob pena de indeferimento à inicial.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015753-25.2011.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Telma Rocha da Silva
Advogado: Joseane Duarte da Costa (OAB/RO 3397)
Executado: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
DECISÃO :
VISTOS. Trata-se de cumprimento de SENTENÇA movida por Telma Rocha da Silva em face do Banco Bradesco S.A, ambos qualificados nos autos.Após homologados os cálculos periciais o banco cumpriu com o depósito e trouxe comprovante de recolhimento de custas.Tendo em vista que o valor penhorado às fls.31/32 não fora transferido para conta judicial, não há necessidade de expedição de alvará, tampouco prejuízo ao Executado, posto isso, arquivem-se os autos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0214462-74.2009.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Douglas Samuel de Araújo
Advogado: Carlos Frederico Meira Borré (OAB/RO 3010)
Executado: Via Car Comércio de Veículos Ltda
DECISÃO :
VISTOS. Observo que às fls. 77 há DESPACHO , datado de 10 de outubro de 2012, concedendo a suspensão do processo para diligências pela parte interessada.A certidão de fl. 78 noticia que o prazo de suspensão se escoou sem manifestação da parte autora.À fl. 79 a requerente pleiteia reiteração do prazo para providenciar em termos de porsseguimento da demanda. Indefiro o pedido. Manifeste-se a parte Exequente, no prazo de 10 dias informando o necessário para o prosseguimetno do feito, ou pugnando pela sua extinção.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0143700-33.2009.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Vera Lucia Nunes de Almeida (RO 1833), Pablo Rosa Corrêa Carneiro de Andrade (OAB/RO 4635)
Requerido: Suelma Reis Furtado
DESPACHO :
VISTOS. Compulsando os autos verifico que a peça acostada às fls. 52/53 não possui assinatura do patrono da parte Autora. Posto isso, intime-se a parte Autora para, no prazo de 10 dias, regularizar a representação nos autos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015799-43.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: José Ivã Bezerra Soares
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco do Brasil S/A
DECISÃO :
DESPACHO /CARTA/MANDADO.VISTOS ,Em uma análise preliminar constata-se a aparência da legitimidade ativa e interesse processual, assim determino, com fulcro nos artigos 355 e 844 do Código de Processo Civil, que o Requerido exiba os documentos pleiteados pela parte Autora.O Requerido deverá atentar-se ao disposto no art. 357 do CPC " O requerido dará a sua resposta nos 5 (cinco) dias subseqüentes à sua intimação. Se afirmar que não possui o documento ou a coisa, o juiz permitirá que o requerente prove, por qualquer meio, que a declaração não corresponde à verdade."VIA DESTAS SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Rua Quinze de Novembro, nº 111, bairro Centro, CEP 01013-001 - São Paulo/SPPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015803-80.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Francisco da Costa Silva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco do Brasil S/A

DECISÃO :
DESPACHO /CARTA/MANDADO.VISTOS ,Em uma análise preliminar constata-se a aparência da legitimidade ativa e interesse processual, assim determino, com fulcro nos artigos 355 e 844 do Código de Processo Civil, que o Requerido exiba os documentos pleiteados pela parte Autora.O Requerido deverá atentar-se ao disposto no art. 357 do CPC " O requerido dará a sua resposta nos 5 (cinco) dias subseqüentes à sua intimação. Se afirmar que não possui o documento ou a coisa, o juiz permitirá que o requerente prove, por qualquer meio, que a declaração não corresponde à verdade."VIA DESTAS SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Rua Quinze de Novembro, nº 111, bairro Centro, CEP 01013-001 - São Paulo/SPPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0247659-20.2009.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Aline Munhoz Daher, Djara Nascimento Balbino, Iracy Galvão da Silva, Ivone Araújo Silva, Maria de Jesus Aranha, Mauro da Silva Climaco, Pedro Mendes da Silva, Sebastião Munhoz Daher, Ana Laura Gomes de Almeida, Arcelia Barros Abiorana
Advogado: José Bruno Ceconello (OAB/RO 1855), Diogo Spricigo da Silva (OAB/RO 3916), Francisco Nunes Neto (RO 158)
Requerido: Banco Brasileiro de Descontos S. A. - Bradesco
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830), Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507)
DECISÃO :
VISTOS. Manifestem-se as partes quanto ao laudo pericial apresentado às fls.224/229.No caso de aquiescência, deverá o Executado efetuar o depósito já com acréscimo de honorários advocatícios que fixo em R$300,00, e proceder o recolhimneto das custas processuais, no montante de 3%, em guia própria, no prazo de 15 dias.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0002628-53.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: João Pinto de Carvalho Neto
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (RO 1073)
Requerido: Lgf Locadora de Veículos, Ermison Ramos
DESPACHO :
DESPACHO /CARTA/MANDADO.1 . Defiro o pedido de fl. 58.2. Cite-se com as advertências constantes nos artigos 285, 297 e 319 do CPC (não sendo contestada a ação, no prazo de 15 dias, serão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial).3 . Vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.4. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas ao Autor para réplica.5. Não ocorrendo à hipótese anterior, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade.6. Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.Endereço Requeridos Luiz Fernando Caixeta Borges e Luis Guilherme de Melo Borges: Rua Caraparí, nº 112, Sala C, bairro Lagoa, CEP 76.801-166 - Porto Velho/RO. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0109640-68.2008.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Wilmo Alves
Advogado: Marcia Antonetti (RO nº 1028)
Requerido: Mariane Swinka Ferreira, Niedina Maria da Silva Gontijo
Advogado: Hailton Otero Ribeiro de Araújo (OAB/RO 529)
DECISÃO :
VISTOS ,Compulsando os autos, verifico que em DESPACHO proferido na data de 25.09.2012 a parte autora fora instada a se manifestar em termos de prosseguimento do feito. Demonstrando a falta de energia despendida no sentido de alcançar a solução do feito, apenas em fevereiro de 2013 o requerente compareceu nos autos, informando que a requerida Niedina Maria da Silva Gontijo é Presidente do Grupo Gay de Porto Velho, cujo endereço desconhece, requendo o prazo de 30 dias para diligenciar a respeito.Considerando a falta de zelo nas diligências, e levando-se em conta que, à fl. 60 destes autos consta endereço, cuja busca fora diligenciada por este juízo e a parte autora nem mesmo se utilizou dos dados, Indefiro o pleito de fl. 77.Intime-se a parte autora para, no prazo de 48 hs, dar andamento ao processo.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015800-28.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Simone Piltz de Souza
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: BANCO CRUZEIRO DO SUL
DECISÃO :
DESPACHO /CARTA/MANDADO.VISTOS ,Em uma análise preliminar constata-se a aparência da legitimidade ativa e interesse processual, assim determino, com fulcro nos artigos 355 e 844 do Código de Processo Civil, que o Requerido exiba os documentos pleiteados pela parte Autora.O Requerido deverá atentar-se ao disposto no art. 357 do CPC " O requerido dará a sua resposta nos 5 (cinco) dias subseqüentes à sua intimação. Se afirmar que não possui o documento ou a coisa, o juiz permitirá que o requerente prove, por qualquer meio, que a declaração não corresponde à verdade."VIA DESTAS SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Rua Funchal, nº 418, 7º, 8º e 9º andares, bairro Vila Olímpia - São Paulo/SPPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0043323-54.2009.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Cooperativa de Crédito Rural de Porto Velho Ltda - PORTOCREDI
Advogado: Francisco de Freitas Nunes Oliveira (OAB/RO 3913), José Ney Martins Júnior (OAB/RO 2280)
Executado: Danillo Raphael das Neves
DECISÃO :
VISTOS. Defiro o pedido de fls. 87/88, ratificando a DECISÃO de fl. 83.Expeça-se o mandado de fl. 83, atentando-se ao local da diligência indicado na DECISÃO .Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015108-29.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S. A.
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB/SP 115665)
Requerido: Antonio Maria de Souza

DECISÃO :
LIMINAR/MANDADOVISTOS ,Diante da argumentação apresentada pela parte Autora e a farta documentação em destaque o contrato de abertura de crédito com alienação fiduciária em garantia e, notificação extrajudicial informando a respeito do inadimplemento da obrigação, vislumbro a fumaça do bom direito e os requisitos legais preVISTOS no art. 3º do Dec. lei 911/69.Isso posto, determino liminarmente a busca, apreensão, VISTO ria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante da exordial e contrato, depositando-se o bem em mãos do Autor, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários mínimos até o limite do valor do veículo.Executada a liminar, cite-se a parte Requerida para, em 05 dias efetuar o pagamento integral da dívida pendente sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (§§1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931/04). Efetuado o pagamento a parte Requerente deverá restituir o veículo a parte Requerida, comprovando nos autos.No prazo de 15 dias a contar da citação o devedor fiduciante poderá apresentar contestação. Defiro os benefícios contidos no §2º do art.172 do CPC.VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Rua Aracari, nº 34, bairro Três Marias, Porto Velho - ROPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0123165-83.2009.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Fábio Alexandre Abiorana Lucena (OAB/RO 3453)
Requerido: Silvana Messias da Silva
DECISÃO :
VISTOS. Centro de Ensino São Lucas Ltda moveu a presente ação em face de Silvana Messias da Silva, ambos já qualificados, alegando, em síntese, que prestou serviços à Requerida e não obteve o pagamento pelos serviços prestados.Após diversas tentativas infrutíferas para que reaver o valor do débito, a Autora requereu, à fl. 41, que fosse oficiado ao Detran no intuito de obter informações sobre a existência de veículo em nome da Autora. Ante o exposto, defiro o pleito de fl. 41 e determino a consulta via sistema on line perante o Detran com o objetivo de averiguar se a Executada possui veículos em seu nome.Vindo a resposta deverá a parte Autora ser intimada para dar regular andamento ao feito.Nada sendo informado, intime-se a parte Exequente para indicar outros bens passíveis de penhora, ou requerer o que entender de direito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Em caso de inércia, intime-se pessoalmente a impulsionar o feito no mesmo prazo, e sob a mesma penalidade. Se a parte não for localizada, proceda-se por edital, com prazo de 20 (vinte) dias. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0006312-20.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ellen Kátia de Oliveira Alves
Advogado: Vinicius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco Volkswagen S. A.
Advogado: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Celso Marcon (OAB/ES 10990)
DECISÃO :
VISTOS Em cumprimento as orientações recebidas através da Corregedoria-Geral de Justiça pelo ofício n.087/2013-DECOR/CG, de ordem do CNJ, nesta data foi lançado o movimento de suspensão destes autos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0021637-35.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Claudio Marcio de Souza Filho
Advogado: Carla Begnini Pinheiro (OAB/RO 778)
Requerido: Sociedade Mantenedora de Pesquisa, Educação, Assistência, Comunicação e Cultura Maria Coelho Aguiar
Advogado: Camila Varela Gregorio (OAB/RO 4133), Rosecleide Martins Noé (OAB/RO 793), Vítor Martins Noé (OAB/RO 3035), Samir Raslan Carageorge (OAB/RO 616E), Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796), Marcos Rodrigo Bentes Bezerra (OAB/RO 644)
SENTENÇA :
SENTENÇA VISTOS. I - RELATÓRIO O requerente ajuizou ação revisional de contrato cumulado com pedido de compensação e antecipação de tutela alegando ter ingressado no curso de medicina junto a requerida no primeiro semestre de 2008. Informa que a mensalidade, inicialmente fixada no valor de R$ 2.400,00 com desconto de R$ 400,00 para pagamento antecipado (até o dia 1º de cada mês), foi majorada de forma abusiva em 2010 para o montante de R$ 2.960.70 e 2011 para R$ 3.113,69, descumprindo os termos do art. 1º, §2º, da Lei n. 9.870/99. Sustenta que existe tratamento diferenciado com os alunos veteranos, oriundos de vestibulares anteriores. Argumenta que deva ser observados e excluídos os valores relativos ao hospital escolar, pelo fato da sua inexistência. Faz considerações jurídicas sobre o seu direito, citando legislação, doutrina e jurisprudência referentes ao Código de Defesa do Consumidor. Requer a declaração de ilegalidade dos reajustes, a fixação do valor da mensalidade com desconto pela pontualidade e a restituição em dobro, nos termos do art. 42 do CDC. Juntou documentos de fls. 23/48.Houve determinação de complementação da inicial, ante a necessidade de comprovação das discrepância entre os valores cobrados aos alunos matriculados no curso de medicina (fls. 49), sendo que a parte autora juntou manifestação e documentações às fls. 50/55.A autora informou a impossibilidade de rematrícula (fls. 61/62), haja vista a negativa da requerida sob o pretexto de atraso no pagamento de mensalidades, as quais estavam devidamente quitadas, por força de DECISÃO que determinou seu pagamento em conta vinculada (fls. 56/57).A tutela antecipada foi deferida, ocasião em que a autora foi instada a fazer o pagamento dos valores mensais em conta judicial e a requerida fazer a rematrícula (fls. 56/57).Após, a requerida comprovou o cumprimento da liminar, consistente rematrícula do autor, fls. 67/119.Em contestação de fls. 123/146, a requerida, preliminarmente alegou inépcia da inicial e preclusão da discussão do contrato de prestação de serviços educacionais. Arguiu a inexistência de fundamento para revisão contratual e sustenta que é livre para fixar os valores das mensalidades escolares, que o faz mediante planilha de custos devidamente aprovada. Narra que elaborou a devida planilha e o aumento das mensalidades foi decorrente da reformulação dos currículos, sendo que seu valor foi fixado em reunião do Núcleo Docente

Estruturante e aprovada em reunião do colegiado do curso com análise da planilha e pesquisa dos valores. Aduz que sua fonte de custeio advém das mensalidades, o que foi comprovado mediante planilha e não há fundamento para revisão contratual. Afirma que ao caso deve ser aplicado o princípio do pacta sunt servanda, sendo que possui autonomia didático científica e que não violou a igualdade entre os alunos. Refuta a existência de abusividade nos contratos e tece comentários acerca dos custos referentes ao Hospital Escolar. Ao final, requer a improcedência dos pedidos iniciais. Juntou documentos de fls. 147/179.O requerente apresentou réplica à contestação (fls. 193/199) e comprovou o pagamento das mensalidades (fls. 200/207) conforme DECISÃO prolatada em liminar.Após parecer Ministerial (fls. 209/211) vieram-me os autos conclusos.É o RELATÓRIO . Passo a julgar.II - FUNDAMENTAÇÃO Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).Nos termos do art. 330, I do CPC, quando matéria de mérito não necessitar de maior dilação probatória para o seu julgamento faz-se necessário o julgamento antecipado da lide.Todavia, antes de adentrar ao mérito, impõe-se a análise das matérias arguidas em sede de preliminar.Preliminar de Inépcia da Inicial.A parte Requerida arguiu a tese de inépcia da inicial, alegando de forma equivocada, diga-se, ainda arguiu a impossibilidade de análise do mérito, argumentando quanto a impossibilidade jurídica do pedido e do impedimento de reajuste das mensalidades.Não merece guarida tal argumento.A inépcia da inicial ocorre nos casos que em virtude da ausência qualidade da peça exordial, seja impossível entender a pretensão da parte Requerente ou quando lhe faltar pedido ou causa de pedir.Analisando a narrativa articulada na exordial, ainda que ausente, algumas informações importantes, quando confrontadas com as provas carreadas juntamente com a exordial, tais omissões são supridas, estando, portanto, perfeitamente acessível a pretensão da parte autora e bem como sua causa de pedir, não havendo, portanto, qualquer mácula que crie óbice ao pleno exercício da defesa.Inexiste qualquer empecilho para que os parâmetros que regem a relação jurídica material contratualmente avençada entre as partes, sejam analisadas.Assim, pelas razões supra articuladas e, com arrimo na mais abalizada doutrina, afasto a presente preliminar.Preliminar de Preclusão da Pretensão Autoral.A parte requerida assevera que a pretensão da autora se encontra maculada pelo advento da preclusão temporal.Labora em erro a parte requerida, não merecendo amparo sua pretensão.O instituto da preclusão ocorre apenas durante a marcha processual.Sobre o tema leciona o professor Rinaldo Mouzalas: ”A essência da preclusão, portanto, ver a ser a perda, extinção ou consumação de uma faculdade processual pelo fato de se haverem alcançado os limites assinalados por lei ao seu exercício. É o fenômeno interno, que só diz respeito ao processo em curso e às suas partes, não atingindo direitos de terceiros e nem sempre trazendo repercussões para as próprias partes em outros processos, em que a mesma questão venha a ser incidentalmente tratada”. (STJ. Resp 785823/MA. DJU 15.03.07) (Curso de Processo Civil: Volume Único. Editora Jus Podivm. Salvador. 2011, p.255)A parte requerida narra que o fato do requerente ter firmado relação jurídica a impediria de vir em juízo, pelo advento da preclusão.Considerando que inexiste preclusão extra autos, afasto esta preliminar.Não havendo outras preliminares, passo à análise do mérito.Do Mérito. Destarte presentes os pressupostos para o julgamento antecipado da lide, bem como pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido do processo, além de reunidas às condições da ação, passo ao exame de mérito.De antemão, oportuno, assinalar que o presente caso será analisado sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que a relação jurídica mantida entre os litigantes se reveste de inequívoca relação de consumo.Tratam-se os presentes autos de pedido revisão contratual e repetição do indébito.A relação de direito material firmada entre os litigantes se encontra consubstanciada nos documentos encartados às fls. 23/48 e 147/179.O autor propôs a presente ação pretendendo que o valor das mensalidades do curso de medicina, relativamente ao seu contrato, seja fixado em R$2.400,00, com desconto de R$400,00 pela pontualidade, igualmente ao que ocorre com os alunos considerados veteranos, oriundos de vestibulares anteriores. Em razão disso, pretende a restituição em dobro dos valores pagos a maior. Para tanto, pede o exame da planilha de custo apresentada de forma a dela se excluírem os valores relativos ao hospital escolar, pela sua inexistência.A requerida afirma, em síntese, que é livre para fixar os valores das mensalidades escolares, que o fez mediante planilha de custos devidamente aprovada; que os contratos devem ser cumpridos na forma como estipulados por fazerem lei entre as partes, que possui autonomia didático científica e que não violou a igualdade entre os alunos.Pois bem.Quanto a alegação aventada pela requerida de que o pacta sunt servanda deve ser respeitado, de fato é plausível, todavia, considerando que a relação mantida entre os litigantes se reveste de inequívoca relação de consumo, a norma protetora da parte hipossuficiente, possui plena utilização no sentido de afastar as cláusulas contratuais que imponham encargos abusivos ou criem discriminações indevidas entre os consumidores, verbis: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...)IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: (...)IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;Analisando o corpo probatório carreado, depreende-se que houve reajuste das mensalidades do curso de medicina ministrado pela parte Requerida.Encontra-se devidamente demonstrado nos autos que o valor da mensalidade para esse curso, no ano letivo de 2008 e 2009 era de R$2.400,00 mensais com desconto de R$400,00, em caso de pagamento antecipado, ou seja, os serviços prestados pela parte Requerida alcançavam o importe anual de R$28.800,00 e, havendo pagamento com antecedência alcançam o montante de R$24.000,00, o que foi, inclusive, aceito pela requerida.Ainda, é dos autos que o autor quando realizou sua rematrícula para o ano letivo de 2010, passou a pagar a quantia de R$2.906,70, com desconto de R$298,80, quando realizado pagamento antecipado.É certo que as instituições de ensino particulares possuem liberdade

para fixação do valor de suas mensalidades. No entanto, essa liberdade não é irrestrita. Para a fixação do valor do ensino que é oferecido aos alunos, é obrigatória a elaboração de planilha de custos, a ser homologada pelo poder executivo da União.É a redação do Artigo 1º e parágrafos, da Lei 9.870, de 23.11.1999. Senão, vejamos: Art. 1º O valor das anuidades ou das semestralidades escolares do ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior, será contratado, nos termos desta Lei, no ato da matrícula ou da sua renovação, entre o estabelecimento de ensino e o aluno, o pai do aluno ou o responsável.§1º O valor anual ou semestral referido no caput deste artigo deverá ter como base a última parcela da anuidade ou da semestralidade legalmente fixada no ano anterior, multiplicada pelo número de parcelas do período letivo.§ 2o (VETADO)§3º Poderá ser acrescido ao valor total anual de que trata o 1º montante proporcional à variação de custos a título de pessoal e de custeio, comprovado mediante apresentação de planilha de custo, mesmo quando esta variação resulte da introdução de aprimoramentos no processo didático-pedagógico.§4º A planilha de que trata o 3º será editada em ato do Poder Executivo.§5º O valor total, anual ou semestral, apurado na forma dos parágrafos precedentes terá vigência por um ano e será dividido em doze ou seis parcelas mensais iguais, facultada a apresentação de planos de pagamento alternativos, desde que não excedam ao valor total anual ou semestral apurado na forma dos parágrafos anteriores.§6º Será nula, não produzindo qualquer efeito, cláusula contratual de revisão ou reajustamento do valor das parcelas da anuidade ou semestralidade escolar em prazo inferior a um ano a contar da data de sua fixação, salvo quando expressamente prevista em lei.Como se observa pela determinação legal, o valor das mensalidades não pode ter vigência inferior a um ano, ainda que possam ser fixadas por contratos semestrais.Analisando os contratos firmados entre os litigantes se denota que inexiste qualquer irregularidade nos valores arbitrados pela requerida, uma vez que os encargos foram apurados de modo anual.No entanto, a majoração entre anos letivos se mostra em descompasso com a Lei, uma vez que não foi editada a planilha de que trata o 3 , da Lei 9.870/99.O dispositivo legal supra citado é absolutamente claro ao determinar que a planilha de custo deverá ser editada em ato do Poder Executivo. Não houve, em hipótese alguma, sequer a apresentação da referida planilha de custo do Poder Executivo. Entenda-se, nesse caso, ao Ministério da Educação e Cultura.À falta desse requisito essencial, não há dúvida de que o valor do curso jamais poderia ter sido majorado para o ano letivo de 2010. Obrigatoriamente deveria permanecer em R$ 2.400,00 mensais com desconto para pontualidade, conforme cobrado no ano de 2009.Portanto, merece guarida a pretensão da parte Autora. Mas não é só por isso.É dos autos ainda que a requerida passou a cobrar valores diferentes para alunos provenientes de certames diversos, conforme demonstrado nos autos às fls. 54/55, em descompasso ao princípio da isonomia.Ora, a redação do Artigo 1º e parágrafo 1º, citados, da Lei 9.870, é absolutamente clara que a fixação da anuidade ou semestralidade será feita com o valor anterior da última parcela, acrescido da variação encontrada na planilha editada pelo Poder Executivo.Por conseguinte o valor da anuidade ou será fixada igualmente para todos os alunos do curso, independentemente do período em que estejam ou quando ingressaram na instituição.Exatamente nesse sentido é o entendimento jurisprudencial. Colacionando entendimento do Superior Tribunal de justiça, temos: Recurso especial. Mensalidades escolares. Lei n. 9.870/99. Forma de cálculo. Distinção entre valor cobrado de calouros e veteranos de um mesmo curso. Impossibilidade. Medida Provisória n.º 2.173-24 (MP n.º 1.930/99). Possibilidade. Requisito. Planilha de custos nos termos do Decreto n.º 3.274/99.- Conforme o parágrafo 1.º, do art. 1.º, da Lei n.º 9.870/99 (Lei das mensalidades escolares), o valor da mensalidade para viger a partir do início de determinado ano ou semestre escolar deve ter por base a última mensalidade cobrada no ano ou semestre escolar imediatamente anterior.- Por força da Medida Provisória n.º 2.173-24, 23.8.2001 (Medida Provisória n.º 1.930, 29.11.1999) era possível que o valor da mensalidade para viger a partir do início de determinado ano ou semestre escolar tivesse por base a última mensalidade cobrada no ano ou semestre escolar imediatamente anterior, acrescida do valor proporcional da variação de custos a título de pessoal e de custeio, desde que o estabelecimento de ensino comprovasse tal variação mediante apresentação de planilha de custo, nos moldes do Decreto n.º 3.274, 6.12.1999.- De acordo com o art. 1.º, da Lei n.º 9.870/99, não é possível a distinção entre o valor das mensalidades cobradas entre alunos do mesmo curso, mas em períodos distintos, isto é, não é possível a cobrança de mensalidades em valores diferentes para calouros e veteranos de um mesmo curso.Recurso especial conhecido e provido. (REsp 674.571/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/12/2006, DJ 12/02/2007, p. 257).Assim, merece relevo o fato de que ainda que a requerida, houvesse publicado a planilha justificando o aumento das parcelas pelo serviço prestado, nos termos da Lei 9.870, ainda assim, mereceria guarida a pretensão autoral, uma vez que é nula de pleno direito a distinção entre alunos do mesmo curso, ainda que em períodos distintos.Também por esse motivo, deve ser dado procedência ao pedido do autor, para o fim de ser fixada a anuidade do curso, em seu favor, no importe de R$28.800,00 com desconto para pontualidade no importe de R$400,00 por mês.Não há dúvida que a parte Requerida possui autonomia didático financeira. Mas como já articulado em linhas pretéritas, essa autonomia não é absoluta. Há regras legais a serem obedecidas, haja vista ser instituição com firme fiscalização do Poder Público.É óbvio que a sua fonte de arrecadação são as mensalidades (anuidades ou semestralidades divididas em pagamentos mensais) pagas pelos seus alunos. Entretanto, não podem esses valores serem fixados a seu bel prazer, haja vista a natureza pública do serviço prestado. A fixação dos valores deve obedecer a planilha própria, aprovada pelo Poder Público, dentro dos parâmetros legais estipulados.Por fim, além da fixação do valor da anuidade do curso, pretende a parte autora o reembolso em dobro do valor pago a maior.Levando em consideração que os valores foram pagos a maior, não há dúvida que a pretensão da parte autora merece guarida, todavia, apenas na forma simples, acrescido tão somente de juros e correção monetária.Entendo que a requerida não agiu com má-fé, pressuposto para a repetição do indébito na forma dobrada.É verdade que incorreu em erro dúplice, uma vez que além de não ter cumprido os ditames legais da Lei 9.870/99, ainda procedeu cobrança em valores diversos para alunos do mesmo curso o que é irregular, todavia, entendo como justificável tal erro, não dando azo, outrossim, a dobra dos valores efetivamente desembolsados. Sobre o tema o Colendo Superior Tribunal de Justiça já se manifestou: ADMINISTRATIVO. ÁGUA E ESGOTO. CONDOMÍNIO. COBRANÇA INDEVIDA. REPETIÇÃO DE

INDÉBITO. CONFIGURADO ERRO JUSTIFICÁVEL. RESTITUIÇÃO DE FORMA SIMPLES. INAPLICABILIDADE. PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 42 DO CDC.(...)2. Assim, configurado o erro escusável, fica afastada, no caso, a aplicação do parágrafo único do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor, e, por conseguinte, a obrigação de devolução em dobro dos valores indevidamente cobrados. (AgRg no REsp 1299107/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 19/03/2012)Dessa forma, em resumo, tem-se como procedente a pretensão do autor para o fim de fixar o valor da anuidade do curso de medicina, fornecido pela requerida, no importe de R$28.800,00, divididos em doze parcelas mensais de R$2.400,00 cada uma, com desconto de R$400,00 em cada uma delas pela pontualidade, devendo ser restituído ao requerente o importe que lhe foi cobrado a maior, com correção monetária a contar do efetivo desembolso e juros de mora de 1% ao mês a contar da formação da relação jurídica processual.Ante o exposto, com fundamento no arts. 6 e 51 do CDC e art. 1º e parágrafos, da Lei 9.870, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE, os pedidos iniciais para o fim de: a) fixar o valor da anuidade escolar do curso de medicina, relativamente a parte Autora, para os anos letivos de 2010 e 2011, no importe de R$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais), divididos em doze parcelas mensais no valor de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) cada uma, com desconto de R$400,00 (quatrocentos reais) em cada uma delas, em caso de pontualidade; b) determinar que a parte Requerida promova a restituição dos valores pagos a maior, de forma simples, atualizado monetariamente a contar do efetivo desembolso e juros de mora de 1% ao mês a contar da formação da relação jurídica processual, cujo importe será apurado em liquidação de SENTENÇA , mediante simples cálculos; c) que sejam procedidos os cálculos determinados no item anterior (b) e abatidos dos valores depositados nos autos; e, d) após, que sejam expedidos alvará do valor apurado no item gb h a favor da requerente e o valor que remanescer a favor da requerida. Julgo extinta a fase de conhecimento, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I do CPC.Arcará a parte Requerida, com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes fixados em R$1.500,00, nos termos do artigo 20, 3 , do CPC.Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito.Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado.Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0152811-17.2004.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco da Amazônia S/A
Advogado: Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Executado: Tlc Construção, Comércio e Serviços Telefônicos Ltda, Luiz Gonzaga Araújo Godinho, Diomar Aparecida da Silva Godinho
Advogado: Ademar dos Santos Silva (RO 810)

DECISÃO :
VISTOS. Pleiteia o Autor consulta junto a Receita Federal com a finalidade de localizar o Executado, bem como, bens de sua propriedade para fins de penhora. As informações constantes na Receita Federal, revestem-se de caráter sigiloso, que não deve ser afastada, a não ser em casos de excepcionalidade e demonstrado motivo justificável para tal medida. O auxilio do Judiciário só se justifica caso o credor comprove que esgotou todos os meios possíveis para localização de bens ou o endereço do devedor.Acerca do tema, o Colendo Superior Tribunal de Justiça assim já se manifestou: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. QUEBRA DE SIGILO FISCAL. LOCALIZAÇÃO DE BENS. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À RECEITA FEDERAL. EXCEPCIONALIDADE CONFIGURADA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. OMISSÃO INEXISTENTE. Não viola o art. 535 do CPC, nem importa negativa de prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adotou, entretanto, FUNDAMENTAÇÃO suficiente para decidir de modo integral a controvérsia posta. 2. Não é cabível a quebra de sigilo fiscal ou bancário do executado para que a Fazenda Pública obtenha informações acerca da existência de bens do devedor inadimplente, excepcionado-se tal entendimento somente nas hipóteses de estarem esgotadas todas as tentativas de obtenção dos dados pela via extrajudicial. Precedentes: AGRESP 627.669/RS, 1 Turma, Min. Rel. Jos·Delgado, DJ de 27.09.2004 E RESP 256.156/MG, 2 Turma, Min. Rel. Franciulli Netto, DJ de 30.06.2004. 3. vedado o reexame de matéria fático-probatória em sede de recurso especial, a teor do que prescreve a Súmula 7 desta Corte. 4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido. (REsp 806.463/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14.02.2006, DJ 06.03.2006 p. 259).No caso em apreço o feito já se arrasta a longa data e, não obstante as diversas diligências realizadas não foram encontrados bens suficientes para a quitação da obrigação, sendo a consulta via sistema Infojud medida necessária, razão pela qual nesta data foi procedida consulta, devendo a parte autora se manifestar-se a respeito, no prazo de 10 dias.As informações anexas a este DECISÃO devem ser mantidas na contracapa dos autos para manuseio exclusivo dos advogados das partes, sendo vedada a retirada do cartório e a extração de cópias.O comparecimento de qualquer das partes para verificar os documentos fiscais deve ser certificado nos autos pela escrivania. Findo o prazo, os documentos referidos devem ser inutilizados pela Diretoria. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0130789-23.2008.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Abepro Administração de Bens Ltda
Advogado: Odair Flauzino de Moraes (RO 115-A), Fernando César Volpini (OAB/RO 610), Aline Daros Ferreira (OAB/RO 3353), Corsirene Gomes Lira (OAB/RO 2051)
Requerido: Eden Jose Nogueira, Francilina Maria Kopp, Rogerio da Silva Ravanello, Alberto Gomes Dantas, Gilberto de Castro Mendes Martins, Valmir Oliveira da Silva, Lucimar Aparecido Cunha, Valdemarina Farias da Silva, Dejanira de Souza Lima, Valcenor Lima da Silva, Nadir Francisca de Oliveira, Odorico Mendes Martins, Lana Augusta de Oliveira, Antonia Conceição

de Oliveira, Ronaldo Andrade Reges, Raimundo Andrade Filho, Rozimildo Andrade Reges, Heloi Lira da Silva, Jose Carlos Correia, Raimundo Araújo Sobrinho, Márcio Tárcio Vicente, Teixeira de Oliveira, Francisco de Souza Castro, Amaro Bentes da Cunha, Orlandina Bentes, Maria José da Silva, Odete Prata de Almeida, Messias Costa Barros, Terezinha de jesus Fernandes, Frank Osmano, João da Silva Matos, Newton de Freitas Gonzaga, Nilza Maria da Silva Marinho, Luiz Gonzaga da Silva Matos, Francisco Ferreira da Silva, Maria da Silva Oliveira, Leandro Ribeiro dos Santos, Maria Roselandi Sena da Silva, Alfredo Morais Nogueira, Raimunda de Oliveira Nogueira, Moacir de Oliveira, Manoel Vieira de Souza, Cileno Rodrigues, Almir dos Santos Batista, Maria de Fátima Ribeiro dos Santos, Wilson Vieira da Silva, Beatriz de Almeida Neto, Linda de Fatima Cardoso, Antonio Morais, Romildo Andrade Reges, Raimundo Ribeiro da Cunha, Aristides Machado da Silva, Geraldo de Oliveira da Silva, Miguel Sena, Valdilene da Silva Bernardo, Raimundo Bernardo da Silva, Geraldo Oliveira da Silva, Maria Vanderleia Ribeiro Amaral, Ivo Fonseca Teixeira, José Corsino, Zanilson Prado, Levy Antônio de Oliveira, Valdemir Rodrigues Aguiar, Marlene Machado da Silva, Maria José Rodrigues da Silva, Elano Aguiar da Silva, Marcio Tarciso Vicente Guimaraes, Luzia da Silva Matos, Maria Jose da Silva Correa, Jose Corsino de Carvalho Baptista, Maria do Perpétuo Socorro Oliveira da Silva, Edna Ribeiro Amaral, Heloi Ribeiro da Silva, Dalva Aparecida Castro, Maria de Nazaré Bentes Bernardo, Geraldo Lúcio Cardoso
Advogado: José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), José Ribamar Fernandes Morais (OAB/RO 1256), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Nery Alvarenga (OAB/RO 470A), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Nery Alvarenga (OAB/RO 470A), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), José Ribamar Fernandes Morais (0AB 1256), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Nery Alvarenga (470/A), Nery Alvarenga (OAB/RO 470A), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Nery Alvarenga (OAB/RO 470A), José Ribamar Fernandes Morais (OAB/RO 1256), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Nery Alvarenga (OAB/RO 470A), José Ribamar Fernandes Morais (RO 1256), Edison Fernando Piacentini (RO 978)
DECISÃO :
VISTOS ,Sônia Renê Arsolino Albuquerque peticionou às fls. 2.170/2.184 narrando, em síntese, que é legítima possuidora de lote de terras N. 17, 19 e 20, no Ramal Portochuelo, noticiando a ocorrência de atos de turbação e esbulho. Afirma que a área objeto do acordo entabulado entre os requeridos Heloi Ribeiro da Silva, Raimundo Andrade Filho, Ronaldo Andrade Reges e Rozimildo Andrade e a parte autora da presente ação, extrapolou os respectivos limites, avançando em área cuja posse defende neste momento.Ao final, pleiteia a concessão de provimento liminar para que a Abepro e os requeridos supra citados respeitem a área de posse da peticionante, compreendida pelos lotes 17,19 e 20; suspenda os efeitos dos referidos acordos homologados; promova o reparo da fechadura do portão de entrada do imóvel da requerida; a Abepro retire a placa que fixou no portão de entrada da chácara da requerida e recoloque a placa original. Analisando os argumentos explanados pela peticionante, verifico a necessidade de maiores esclarecimentos a respeito da delimitação das áreas possessórias dos requeridos supra citados bem como da requerente. Sendo assim, vislumbro a existência dos requisitos autorizadores do provimento liminar, haja vista os documentos apresentados que demonstram a fumaça do bom direito e o perigo na demora, apenas em parte dos pedidos, postergando a análise dos demais pleitos para momento posterior, em observância ao princípio do contraditório. Posto isso, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido liminar para o fim de determinar que: 1) Os requeridos Heloi Ribeiro da Silva, Raimundo Andrade Filho, Ronaldo Andrade Reges e Rozimildo Andrade, bem como a Abepro respeitem a posse da Sra. Sônia Renê Arsolino Albuquerque, se abstendo de qualquer ato que represente esbulho ou turbação da posse, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de descumprimento até o limite de R$50.000,00, a ser revertido em favor da peticionante.Em consequência, que a Abepro: 2) Promova o reparo da fechadura do portão de entrada da chácara da peticionante;3) Retire a placa que fixou no portão de entrada da chácara da requerida, bem como recoloque a placa original.Determino ainda, A intimação dos requeridos Heloi Ribeiro da Silva, Raimundo Andrade Filho, Ronaldo Andrade Reges e Rozimildo Andrade para se manifestarem a respeito da petição de fls. 2.170/2.184, no prazo de 15 dias. Atente-se a escrivania para as irregularidades noticiadas às fls. 2.167/2.168 destes autos. Proceda-se as devidas correções, reordenando e renumerando as folhas indicadas. Regularize-se a juntada das petições que se encontrem na contracapa dos autos.CÓPIA DESTA DECISÃO SERVE COMO MANDADO. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0084843-33.2005.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: AL & C Serviços Educacionais Ltda
Advogado: Alexandre Camargo (OAB/RO 704), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Executado: Silvia Sadeck Soares Rodrigues Lima
DECISÃO :
VISTOS. Não obstante a impenhorabilidade do salário seja regra, esta pode ser mitigada. Em homenagem ao princípio da razoabilidade, pode-se admitir penhora parcial de valor substancial a ser percebido pelo devedor, desde que não prejudique sua sobrevivência e de sua família.O Legislador ao preceituar no artigo 649 do CPC a impenhorabilidade do salário, o objetivo primordial foi evitar a retenção salaria abusiva, pois a função salarial é garantir a sobrevivência digna do indivíduo. Portanto, em razão do princípio da dignidade da pessoa humana, em atenção a regra estatuída pelo legislador no artigo 649 do CPC, não se deve permitir descontos de valores que inviabilizem a sobrevivência digna do devedor.A possibilidade de penhora de verbas salariais deve ser levada em confronto aos valores atinentes ao princípio da dignidade humana e o da razoabilidade. Desta feita, é importante, nos casos concretos postos em discussão, averiguar se a penhora de verba salarial eventualmente trará prejuízos ao sustento e manutenção do devedor e de sua família, permitindo, assim, que o negócio firmado anteriormente entre as partes seja cumprido, atingindo a efetividade que a própria sociedade espera dele. Este é inclusive o entendimento do Egrégio Tribunal deste Estado, que assim se pronuncia: Apelação cível. Embargos de devedor. Bloqueio de conta salário. Percentual razoável. Possibilidade. A impenhorabilidade do salário é a regra, devendo-se ponderar caso a caso, a fim de observar o princípio da dignidade da pessoa, mas também possibilitar o cumprimento do negócio jurídico entabulado entre as partes.Recaindo a penhora em

percentual razoável, não implicando prejuízo do sustento do devedor e de sua família, deve esta ser mantida (Apelação Cível, N. 10000720060092738, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 18/09/2007) Nos autos os executados não negam a existência da dívida, bem como, não traz nenhum interesse em cumprir com a sua obrigação comercial.Com estas considerações, determino que seja efetuada mensalmente, a penhora em 30% do rendimento líquido da parte Executada, junto ao órgão empregador, devendo a quantia ser disponibilizada em conta deste juízo.Expeça-se o necessário.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015714-57.2013.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Lourdes Maria de Moura, Maria de Lourdes Moura, Amarildo Moura, Jose de Moura, Sonia Maria Moura, Creuza Helena Moura de Souza, Joao Batista Moura, Zenilda Conceição Correa da Cunha, Valdilene Correa da Cunha, Alekssandra Nara Costa Fortini, Alvorino Solarin da Silva, Ana Carla da Silva Passos, Ana Margarete Souza dos Santos, Ana Maria Ferreira, Ana Paula de Oliveira Nascimento, Andrea Valéria Ferneda Batista, Antonio Celso Prado, Antonio Ocampo Fernandes, Ari Grockalski, Clarinda Maria Cao, Claudete Vasco Buriola, Geraldo Batista, José Aparecido Correia, José Joaquim Ribeiro, Maria Aparecida Alves Ferreira, Izabel Alves da Costa, Joaquim Alves dos Reis, Mariana Alves dos Reis Camata, Belmira Alves da Rocha, Maria Neuza Alves, Antonio Alves dos Reis, Valentim Muller, Josefa Martins Santos
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado: Banco Bradesco S/A
DECISÃO :
DESPACHO /CARTA/MANDADO.Atente-se a escrivania quanto aos benefícios constantes na Lei 10.741/03(Estatuto do Idoso) em relação ao trâmite deste processo.Intime-se pessoalmente a parte Requerida para que nos temos do art. 475-J efetue o pagamento no montante da condenação, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10%.Fixo honorários da fase de execução em 10%Saliente-se que em igual prazo, querendo, poderá apresentar impugnação.Desde já designo audiência preliminar de conciliação para o dia 13.09.2013 às 08h10min e determino o comparecimento dos advogados das partes com poderes para transigirem. Na solenidade estarão presentes os peritos judiciais que poderão elaborar os cálculos acaso as partes assim entenderem necessário, cujo honorários deverão ser convencionados para pagamento posterior. VIA DESTAS SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Av. Sete de Setembro, nº711, segundo andar, gerência regional, bairro Centro, CEP 76801-073, Porto Velho/ROPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0214297-95.2007.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Maria Geni de Campos Curado
Advogado: Uda de Mello França (OAB/RO 449A), Fabrizio Ernane Marques Simões (OAB/RO 2908)
Executado: Manoel Alves de Souza
Advogado: Nery Alvarenga (OAB/RO 470A)
SENTENÇA :
VISTOS. Maria Geni de Campos Curado promoveu a presente execução em face de Manoel Alves de Souza, ambos já qualificados, pelos fatos alegados na exordial.Devidamente citado, o Executado não liquidou o débito e tampouco ofereceu bens à penhora.Intimada via Diário da Justiça bem como pessoalmente a promover o regular andamento a execução, a Exequente manteve-se inerte, estando o processo paralisado, registrando-se a última manifestação da parte interessada em 22/07/2009, restando presumida a desistência tácita. Posto isso, HOMOLOGO a desistência, para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, em conseqüência, julgo extinto o processo com esteio no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil.Faculto o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante substituição por cópias.Sem custas. Arquivem-se os autos.P.R.I. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0145780-72.2006.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: C. P. P. V. L.
Advogado: Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
Requerido: H. M. V. da S.
Advogado: Antônio Carlos de Almeida Batista (OAB/RO 881)
DECISÃO :
VISTOS. Defiro o pedido de consulta ao INFOJUD..Vindo as respostas deverá a parte Autora ser intimada para dar regular andamento ao feito. Intime-se e cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0005707-11.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Peggli Ignes de Carli Silva
Advogado: Paulo Timoteo Batista (RO 115-E), Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688), Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779)
Requerido: Banco Bradesco S. A.
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/SP 126504), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
DECISÃO :
VISTOS. Fica intimado o Perito para se manifestar quanto as alegações do Executado às fls. 119/140.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0240310-34.2007.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Maria Santa Braga Pacheco
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Executado: M. Swinka Ferreira ME
DECISÃO :
VISTOS. Defiro a restrição judicial via on-line, perante o Detran do veículo objeto da presente busca e apreensão.Vindo as respostas deverá a parte Exequente ser intimada para dar regular andamento ao feito. Intime-se e cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0313930-45.2008.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Camily Vitoria de Brito Pare, Luiz Felipe de Brito Paré
Advogado: Arly dos Anjos Silva (OAB/RO 3616), Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883), Valéria Moreira de Alencar Ramalho (OAB/RO 3719)
Executado: Edfran Rodrigues de Oliveira, Cleidiane Pantoja da Silva
Advogado: Maria Letice Pessoa Freitas (OAB/RO 2615)

DECISÃO :
VISTOS. 1. Determino a suspensão do processo até, 06/01/2014 tempo suficiente para os Exeqüentes informar quanto à localização de bens para garantir a execução.2. Desde já ficam os mesmos advertidos que, após o prazo concedido e sem a necessidade de nova intimação, deverão manifestar-se sob pena de extinção da execução.3. Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015572-53.2013.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Yolanda Triverio Denny
Advogado: Valdenira Freitas Neves de Souza (OAB/RO 1983)
Executado: Banco Bradesco S/A
DECISÃO :
DECISÃO /CARTA/MANDADO.VISTOS ,Trata-se de cumprimento de SENTENÇA em que Yolanda Triverio Denny move em face do Banco Bradesco objetivando o recebimento de saldo de Caderneta de Poupança de titularidade de Alvaro Ignácio Denny, seu pari, já falecido, conforme certidão de óbito de fl. 11.Argumenta a requerente que os demais herdeiros renunciaram a sua parte do montante da herança para a exequente, nos termos das renúncias de fls. 13/20.Entretanto, a renúncia à herança é um ato formal, para o qual a legislação pátria condiciona a sua validade à manifestação de vontade por meio de instrumento público ou termo judicial, nos termos do art. 1.806 do Código Civil.Observo que as declarções acostadas aos autos, às fls. 13/20 não obedeceram à forma legal. Portanto, emende-se a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015713-72.2013.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Antonio Valderi de Araujo, Ayres Monteiro da Costa, Geraldo Rodrigues Martins, Joaquim de Jesus Gonçalves, Jandira de Fatima Gonçalves, Julia Gonçalves de Jesus, Jair de Jesus Gonçalves, João Felix Saraiva, Joaquim Gonçalves da Costa, José Antônio de Souza, Jose Pereira da Silva, Geiza Candida da Silva, Sebastiana Pereira Dias, Eva Candida da Silva, Moises Candida da Silva, Rubens Pereira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado: Banco Bradesco S/A
DECISÃO :
DESPACHO /CARTA/MANDADO.Atente-se a escrivania quanto aos benefícios constantes na Lei 10.741/03(Estatuto do Idoso) em relação ao trâmite deste processo.Intime-se pessoalmente a parte Requerida para que nos temos do art. 475-J efetue o pagamento no montante da condenação, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10%.Fixo honorários da fase de execução em 10%Saliente-se que em igual prazo, querendo, poderá apresentar impugnação.Desde já designo audiência preliminar de conciliação para o dia 13.09.2013 às 08horas e determino o comparecimento dos advogados das partes com poderes para transigirem. Na solenidade estarão presentes os peritos judiciais que poderão elaborar os cálculos acaso as partes assim entenderem necessário, cujo honorários deverão ser convencionados para pagamento posterior. VIA DESTAS SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Av. Sete de Setembro, nº711, segundo andar, gerência regional, bairro Centro, CEP 76801-073, Porto Velho/ROPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0005957-10.2011.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Alairton Candido, Alvair Zentarski, Ana Quirino Azevedo, Maria Alves da Silva, Darci Pinto de Oliveira, Erminio da Silva, Everaldino Ursulino Neto, Francisco Silva Cavalcante, Francisco Taveira de Lima, Helio Marques de Arruda, JoÃo Arles Brito do Nascimento, José Vicente de Ávila, Jose Waldir Almeida Galvao, Lucio Roberto Moura, Maria Luiza de Araujo Rocha, Raimundo Pinheiro da Silva
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471), Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830), ( ), Reynaldo Andrade da Silveira (OAB/PA 1746), José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
DECISÃO :
DECISÃO /OFÍCIO N. 506/2013.Determino a transferência do valor indicado na conta 2848/040/01558578-1(fl. 531) em favor do Executado para conta n. 001-9, agência 4040, Banco 237, BANCO BRADESCO SA CNPJ n. 60.746.948/0001-12. O ato deverá ser cumprindo e noticiado ao Cartório em 5 (cinco) dias. Vindo a comprovação, arquivem-se os autos.AoIlustríssimo SenhorROGER EDUARDO DA SILVA RODRIGUESGerente Geral da Caixa Econômica FederalAv. Carlos Gomes, 660, CentroNESTAPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015601-06.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Elisberto de Castro Mendes Martins
Advogado: Adalberto Diniz da Silveira (OAB/RO 1579)
Requerido: ELETROBRÁS - DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA
DECISÃO :
VISTOS ,Indefiro o pedido do Requerente de proceder o pagamento do preparo ao final, haja vista que o mesmo apresenta nos autos a negativa de financiamento veicular no importe de R$114.900,00 e as custas praticadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia são módicas, devendo proceder tal recolhimento no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento à inicial.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0025063-60.2008.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Danilo Junqueira Ignácio
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300), Patrícia Bergamaschi de Araújo (OAB/RO 4242)
Requerido: Genlock Equipamentos Eletronicos Ltda Me, Banco Santander (ABN AMRO REAL) S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), José Ary Gurjão Silveira (OAB/RO 121), Luiz Carlos Ferreira Moreira (OAB/RO 1433), Carlos Henrique Teles de Negreiros (OAB/RO 3185), Adam Miranda Sá Stehling (OAB/RO 4776), Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246), Meire Andréa Gomes (OAB/RO 1857), Hugo Wataru Kikuchi Yamura (OAB/RO 3613), Marcos Antonio Araújo dos Santos (OAB/RO 846), Marcos Antonio Metchko (OAB/RO 1482)
DECISÃO :
VISTOS. Promova a parte autora, por seu Advogado, a comprovação da publicação do Edital de Citação, no processo, no prazo de 48h.Transcorrido o prazo sem manifestação,

certifique-se nos autos e considerando que o Edital tinha validade até dia 31/08/2012, faculto a parte Autora, promover regular andamento ao processo no prazo de cinco dias, sob pena de extinção sem julgamento do mérito (parágrafo 1º, do artigo 267 do CPC).VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA. Endereço da parte autora: Rua Juruna, nº 105, Bairro Vila Tupi, Porto Velho - RO.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0027205-47.2002.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Finanças R.A. Factoring Fomento Mercantil Ltda
Advogado: Marcus Vinícius Prudente (OAB/RO 212)
Executado: Wagner Fernando de Oliveira Carvalho
SENTENÇA :
VISTOS. Finanças R.A. Factoring Fomento Mercantil Ltda promoveu a presente execução em face de Wagner Fernando de Oliveira Carvalho, ambos já qualificados, pelos fatos alegados na exordial.Devidamente citado, o Executado não liquidou o débito e tampouco ofereceu bens à penhora.Intimado via Diário da Justiça bem como pessoalmente a promover o regular andamento a execução, o Exequente manteve-se inerte, estando o processo paralisado, registrando-se a última manifestação da parte interessada em 04/03/2010, restando presumida a desistência tácita. Posto isso, HOMOLOGO a desistência, para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, em conseqüência, julgo extinto o processo com esteio no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil.Faculto o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante substituição por cópias.Sem custas. Arquivem-se os autos.P.R.I. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0248883-90.2009.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Carlos Guttemberg de Oliveira Pereira
Advogado: Vinícius Nascimento Saldanha de Oliveira (OAB/RO 1933), Pricilla Araújo Saldanha de Oliveira (OAB/RO 2485)
Executado: Banco Bradesco S/A
Advogado: Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/SP 295735), José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
SENTENÇA :
VISTOS. Trata-se de cumprimento de SENTENÇA proposta por Carlos Guttemberg de Oliveira Pereira em face de Banco Bradesco S/A, com tramite regular, registrando-se a citação do Executado, apresentação dos extratos e planilhas, inércia do Exequente, DECISÃO homologatória e apresentação de comprovante de depósito na integralidade do valor da execução procedida pelo Executado. Posto isso, julgo extinto o feito, com fulcro no art. 794, I, do CPC, e determino a expedição de alvará em favor do Exequente, na quantia que fora identificada às fls. 85, mediante prévio agendamento junto ao Cartório, atentando-se para a retirada do expediente, que poderá ser feito via internet, atentando-se ao levantamento dos valores no prazo máximo de 30 dias.Desde já fica ciente a parte interessada que, havendo inércia para levantamento dos valores, os mesmos serão remetidos para a conta centralizadora conforme provimento 001/2011, o que desde já determino.Custas recolhidas. (fls. 87)P. R. I. e Cumpra-se, arquivando oportunamente os autos. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0019232-60.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Antonio Torquato da Silva Sobrinho
Advogado: Edson de Oliveira Cavalcante (OAB/RO 1510), Eliane Maria de Figueiredo Gomes (OAB/RO 1145)
Executado: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123)
DECISÃO :
DECISÃO /OFÍCIO N. 505/2013.Determino a transferência do valor indicado na conta 2848/040/01529975-4 (fl. 71) em favor do Executado para conta n. 99738691-6, agência 3793-1, Banco 001, BANCO BRASIL SA CNPJ n. 00.000.000/5084-97. O ato deverá ser cumprindo e noticiado ao Cartório em 5 (cinco) dias. Vindo a comprovação, arquivem-se os autos.AoIlustríssimo SenhorROGER EDUARDO DA SILVA RODRIGUESGerente Geral da Caixa Econômica FederalAv. Carlos Gomes, 660, CentroNESTAPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0005175-37.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Maria das Graças da Costa
Advogado: Gustavo de Castro Del Reis Conversani (OAB/RO 3980)
Requerido: Banco Bradesco S. A.
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
DECISÃO :
VISTOS. Trata-se de cumprimento de SENTENÇA proposta por Maria das Graças da Costa em face de Banco Bradesco S/A, com tramite regular, registrando-se a citação do Executado, apresentação dos extratos e planilhas, impugnação do Exequente, designação e realização de perícia, manifestação das partes, DECISÃO homologatória e apresentação de comprovante de depósito na integralidade do valor da execução procedida pelo Executado. Determino a expedição de alvará em favor do Exequente, na quantia que fora identificada às fls. 94 mediante prévio agendamento junto ao Cartório, atentando-se para a retirada do expediente, que poderá ser feito via internet, atentando-se ao levantamento dos valores no prazo máximo de 30 dias.Desde já fica ciente a parte interessada que, havendo inércia para levantamento dos valores, os mesmos serão remetidos para a conta centralizadora conforme provimento 001/2011, o que desde já determino.Deverá o Executado efetuar o depósito dos honorários periciais fixados em R$300,00, no prazo de 10 dias, sob pena de penhora on line.Após, retorne os autos conclusos para extinção.Custas recolhidas. (fls. 96) Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0006340-51.2012.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia CAERD
Advogado: Marilcéia Rodrigues de Lima (OAB/RO 2848), Evaldo Silvan Duck de Freitas (RO 884)
Requerido: Patricia de Azevedo Arcanjo
DECISÃO :
VISTOS. Intime-se pessoalmente a executada para, no prazo de 05 dias, indique quais são e onde se encontram os bens de sua propriedade sujeitos à penhora e seus respectivos valores, sob pena de ser considerado atentatórios à dignidade da justiça

e lhe ser aplicado multa de 20% do valor atualizado do débito, nos moldes dos artigos 600, IV e 601 do CPC.Endereço: Rua Caetano Donizette, nº 6089, Bairro Aponiã, Porto Velho - RO. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0209094-84.2009.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Joselina Maia Rodrigues
Advogado: Fabricio Francis da Silva Figueredo ( )
Requerido: Banco GMAC S.A.
Advogado: Flávio José Pereira Neto (OAB/MT 11780), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658), Cynthia Durante (OAB/RO 4.678)
DECISÃO :
VISTOS. Defiro pleito de fls. 231/232Determino nova expedição de alvará em favor da Requerente, mediante prévio agendamento junto ao Cartório, atentando-se para a retirada do expediente, que poderá ser feito via internet, atentando-se ao levantamento dos valores no prazo máximo de 30 dias. Desde já fica ciente a parte interessada que, havendo inércia para levantamento dos valores, os mesmos serão remetidos para a conta centralizadora conforme provimento 001/2011, o que desde já determino.Arquivando oportunamente os autos. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0022695-44.2009.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Amyl Indústria e Comércio de Vidros Ltda-EPP - Porto Glass
Advogado: D'Estefano Neves do Amaral (OAB/RO 2679)
Requerido: D. M. Casas Me
SENTENÇA :
VISTOS. Amyl Indústria e Comércio de Vidros Ltda-EPP - Porto Glass promoveu a presente execução em face de D. M. Casas Me, ambos já qualificados, pelos fatos alegados na exordial.Devidamente citado, o Executado não liquidou o débito e tampouco ofereceu bens à penhora.Intimado via Diário da Justiça bem como pessoalmente a promover o regular andamento a execução, o Exeqüente manteve-se inerte, estando o processo paralisado, registrando-se a última manifestação da parte interessada em 22/02/2011, restando presumida a desistência tácita. Posto isso, HOMOLOGO a desistência, para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, em conseqüência, julgo extinto o processo com esteio no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil.Faculto o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante substituição por cópias.Sem custas. Arquivem-s os autos.P.R.I. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0020968-79.2011.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Autovema Veículos Ltda
Advogado: Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930)
Requerido: Virgilio Vianna das Neves Filho
DECISÃO :
VISTOS ,Determino a expedição de carta precatória, considerando que trata-se de área rural.O Autor deverá retirar o expediente em cinco dias e comprovar a distribuição em dez dias, ficando a seu encargo o acompanhamento da precatória, devendo, inclusive, sempre manter este Juízo informado quanto ao estágio da mesma.Providencie a escrivania a expedição do necessário, atentando-se para a atualização da divida fls.06. Intime-se e cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0013366-37.2011.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: MARIA DE FÁTIMA ÁVILA
Advogado: Rogério Mauro Schmidt (OAB/RO 3970), Sheldon Romaim Silva da Cruz (OAB/RO 4432)
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030), Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
DECISÃO :
VISTOS. A lei que estabelece a gratuidade de justiça é a lei 1.060, de 1950. Veja o artigo da lei: Art. 4º A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.A declaração anexada à exordial às fls. 41 assegura ao Requerente os benefícios da gratuidade da justiça, que ora lhe defiro.Arquive-se oportunamente os autos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015811-57.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Angela Maria Pereira da Silva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco BMG S.A.
DECISÃO :
DESPACHO /CARTA/MANDADO.VISTOS ,Em uma análise preliminar constata-se a aparência da legitimidade ativa e interesse processual, assim determino, com fulcro nos artigos 355 e 844 do Código de Processo Civil, que o Requerido exiba os documentos pleiteados pela parte Autora.O Requerido deverá atentar-se ao disposto no art. 357 do CPC " O requerido dará a sua resposta nos 5 (cinco) dias subseqüentes à sua intimação. Se afirmar que não possui o documento ou a coisa, o juiz permitirá que o requerente prove, por qualquer meio, que a declaração não corresponde à verdade."VIA DESTAS SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Av. Álvares Cabras, nº 1707, bairro Lourdes, CEP 30170-001 - Belo Horizonte/MGPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0013422-36.2012.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056S)
Requerido: Enos Oliveira Bento de Melo
SENTENÇA :
VISTOS. BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento moveu a presente ação de busca e apreensão em face de Enos Oliveira Bento de Melo, ambos devidamente qualificados nos autos, alegando em síntese, ter celebrado com o requerido um contrato de financiamento do veículo descrito na exordial, ficando o mesmo alienado fiduciariamente. Todavia, alegou que o requerido encontra-se em débito, para

tanto, vem em Juízo em busca do bem.Liminar deferida e devidamente cumprida conforme Auto de Busca e Apreensão e Depósito de fl. 31/33A parte Requerida foi citada à fl. 32 contudo, não apresentou defesa.Manifesta-se o Requerente pelo julgamento antecipado da lide, face a revelia da parte Requerida (fls. 34/36)É o RELATÓRIO . Decido.Conforme se verifica dos autos o requerido foi devidamente citado (fl. 32), todavia, deixou transcorrer in albis o prazo quinzenal sem apresentar contestação, acarretando, assim, o fenômeno jurídico-processual da revelia.Com efeito, determina o art. 330, II do Caderno Processual Civil que, verificada a revelia nos autos, o juiz deve conhecer diretamente do pedido, proferindo SENTENÇA .Deste modo, estando presente o caso retratado no dispositivo legal mencionado, passo ao julgamento antecipado da lide.Pois bem, é sabido que a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor advindos do fenômeno da revelia não possui caráter absoluto, não isentando a parte autora de demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, segundo disciplina o art. 333, I do CPC.Todavia, os elementos probatórios que instruem os autos, aliado a ausência de defesa da requerida dão como certa a pretensão do requerente. Conforme demonstram os documentos de fls. 14/22, tanto a existência do contrato de financiamento quanto a mora do réu estão evidenciados, motivo, pelo qual, a liminar foi deferida. Consoante dispositivos do Dec. Lei n. 911/69, com as alterações da lei de n. 10.931/2004, após 5 dias do cumprimento da liminar de busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a propriedade e a posse plena e exclusiva do mesmo consolidar-se-à no patrimônio do credor.Feito isto, cabe as repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.De acordo com o Auto de Busca e Apreensão e Depósito de fl. 33, o veículo descrito na inicial já se encontra em poder do requerente. Destarte, tenho por procedente a pretensão pleiteada pelo autor.Posto isso, estando presentes os requisitos preVISTOS na legislação em vigor, nos termos do art. 269, I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pelo Autor em desfavor da parte Requerida, CONSOLIDANDO a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo descrito na inicial em favor do requerente, e condenando o réu ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes que arbitro em R$ 600,00, nos termos do art. 20, § 4º do Código de Processo Civil.P.R.I.C.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0017532-78.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Neuza Mendes Cortez
Advogado: André Luiz Moura Uchôa (OAB/RO 3966)
Requerido: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Advogado Não Informado (202020 2020202020), Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937), Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5416)
DECISÃO :
VISTOS ,Neuza Mendes Cortez ajuizou o presente cumprimento em face de Banco Bradesco S/A, ambos qualificados nos autos, visando o recebimento da diferença dos índices aplicados em caderneta de poupança e expurgos inflacionários relativa ao saldo remanescente da poupança aberta no banco requerido (26,06% - junho de 1987; 42,72% - janeiro de 1989; 84,32% - março de 1990; 44,80% - maio de 1990; 7,87% - junho de 1990; 12,92% - julho de 1990; 20,21% - fevereiro de 1991 e 13,90% - março de 1991).Requereu, com fundamento nos artigo 475-B, § 1º do CPC, que o Banco apresentasse os extratos da conta poupança de sua titularidade, bem como, os cálculos da diferença. Citado, o Banco apresentou os extratos e os cálculos pleiteados (fls. 17/72).Intimada a se manifestar a Requerente concordou com o valor apresentado pelo banco. (fls. 73).Pelo exposto, homologo os cálculos apresentados pelo Banco Bradesco, conforme a planilha acostada às fls. (17/72), devendo ser atualizado a partir da data informada na referida planilha.Arcará o Executado com honorários advocatícios que fixo em R$300,00 e 3% de custas processuais.O Requerido deverá efetuar o pagamento da quantia acima fixada, bem como dos honorários fixados, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do artigo 475, J do CPC. Registrando-se o pagamento espontâneo deverá ser intimado a parte vencedora ao respectivo recebimento, providenciando o que for necessário. Na hipótese de não haver pagamento e inércia da parte vencedora, remetam-se os autos a contadoria judicial para cálculos das custas e posterior intimação da parte sucumbente ao pagamento, com a advertência de inscrito em dívida ativa para a hipótese de descumprimento, arquivando-se oportunamente os autos. Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015654-84.2013.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Lidio Damas da Silva
Advogado: Anderson Felipe Reusing Bauer (OAB/RO 5530), Pablo Rosa Corrêa Carneiro de Andrade (OAB/RO 4635)
Executado: Banco Bradesco S/A
DECISÃO :
DECISÃO /CARTA/MANDADO.VISTOS ,Cite-se o executado para ser manifestar quanto a presente liquidação de SENTENÇA . Intime-o para que, nos termos do artigo 475-B, § 1º do Código de Processo Civil apresente, no prazo de 60 (sessenta) dias, a memória dos cálculos atualizado com juros e correção monetária dos valores referentes ao expurgos inflacionário existente na conta poupança da Exeqüente dos períodos abrangidos na SENTENÇA . O elastério do prazo acima fixado decorre do fato de existir grande número de demandas envolvendo o ora Executado e, ainda, tem como objetivo coibir eventual escusa no atendimento.No mesmo prazo deverá o Executado apresentar cópia dos extratos da conta poupança da parte Autora, correspondente ao mesmo período acima informado. Vale ressaltar que, nos termos do Artigo 1º, § 1º da Resolução nº. 913/84, do BACEN, as Instituições Financeiras são obrigadas a: “manter arquivos dos microfilmes, de fácil consulta, devidamente ordenados, classificados e catalogados, sem prejuízos de outras medidas que objetivem facilitar e agilizar consultas, reconstituição de operações e atender outras exigências da fiscalização”. Sobre o assunto é assente a jurisprudência: “CIVIL E PROCESSUAL CIVIL- APELAÇÃO-AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO - EXTRATOS BANCÁRIOS - IMPOSSIBILIDADE DE FORMULAR PEDIDOS CONTRA REQUERIDOS DISTINTOS - INOCORRÊNCIA - FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL - NÃO VERIFICAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO EM TEMPO HÁBIL - IRRELEVÂNCIA - AUSÊNCIA DE REQUISITOS DA AÇÃO CAUTELAR - NÃO VERIFICAÇÃO - HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA - § 4º DO ART. 20 DO CPC - PRIMEIRA

E SEGUNDA APELAÇÕES PARCIALMENTE PROVIDAS E TERCEIRA APELAÇÃO PROVIDA". (...) "As instituições financeiras devem manter seus arquivos devidamente organizados e catalogados de modo a permitir uma fácil e célere consulta, a teor do disposto no § 1º, art. 1º da Resolução Nº. 913/84, do BACEN". (TJMG, AC 1.0024.07.513.284 - 5/001. Relatora: Desembargadora MÁRCIA DE PAOLI BALBINO). É obrigação da instituição financeira exibir os documentos pertinentes, sendo cabível a fixação de multa diária com o escopo de garantir a eficácia da DECISÃO que determina a obrigação de fazer, conforme Artigo 461, § 4º, do Código de Processo Civil. Sabe-se que a finalidade precípua da "astreinte", é compelir a parte obrigada a cumprir a medida deferida, sendo que referida multa não contraria os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, podendo ser aplicada independentemente do pedido da parte, a teor do artigo 461, §§ 4º e 5º, do Código de Processo Civil. A respeito do tema, lecionam Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - MULTA POR DIA DE ATRASO - CABIMENTO. É cabível a fixação de multa diária (astreinte) ocorrendo a recusa indevida de exibição de documento comum, pois ela visa a compelir o devedor a cumprir a prestação de DECISÃO de cunho mandamental". (TJMG, Apelação Cível nº 1.0145.05.222383-4/001(1), 9ª Câmara Cível, rel. Des. Antônio de Pádua, j. 22-08-2006). Repito a multa é a medida coativa que o Juiz impõe como forma de desestimular o descumprimento da DECISÃO , encontrando amparo no disposto no art. 461, § 4º, do CPC. A propósito: "RECURSO ESPECIAL - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA - EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO - MULTA COMINATÓRIA - ARTIGO 461 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CABIMENTO - PRECEDENTES - PRAZO RAZOÁVEL - REVISÃO - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 7/STJ. I - (...) II - Assente a jurisprudência desta Corte quanto à possibilidade da fixação da multa diária diante do descumprimento da obrigação de exibir documentos, como medida garantidora da efetividade da determinação judicial, tal qual restou consignado no acórdão recorrido, não sendo a imposição contrária ao que prescreve o artigo 461 do Código de Processo Civil. III - (...) Recurso especial não conhecido." (STJ; REsp 732471/RS; Rel. Min. Castro Filho; Terceira Turma; j. 29/11/2006; pub. DJU 18.12.2006, p. 372); "AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. MULTA DIÁRIA. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO. AUSÊNCIA DE OFENSA AO ART. 461 DO CPC. CABIMENTO. VALOR ARBITRADO. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. 1. A multa cominatória fixada pelo Tribunal de origem teve por objetivo garantir a eficácia da determinação judicial de exibição de documento, procedimento que não ofende o art. 461 do CPC, sendo que, uma vez efetivamente cumprida a obrigação de fazer, não haverá ônus para a parte. Precedentes. 2. A análise da insurgência quanto ao valor da multa diária esbarra no óbice da súmula 07/STJ, porquanto demanda inegável revolvimento fático-probatório, não condizente com a via especial. 3. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 718377/RS; Rel. Min. Fernando Gonçalves; Quarta Turma; j. 02/08/2005; pub. DJU 22.08.2005, p. 301). Ante ao acima exposto e considerando ainda a grande reincidência do Executado no descumprimento de ordens judiciais, desde já comino multa diária em caso de descumprimento no valor de R$200,00 até o montante de R$6.000,00, sem prejuízo de posterior majoração.Desde já designo audiência preliminar de conciliação para o dia 12.09.2013 às 16h50min e determino o comparecimento dos advogados das partes com poderes para transigirem.Na solenidade estarão presentes os peritos judiciais que poderão elaborar os cálculos acaso as partes assim entenderem necessário, cujo honorários deverão ser convencionados para pagamento posterior. VIA DESTAS SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Av. Sete de Setembro, nº711, 2º andar, Gerência Regional, bairro Centro, CEP 76801-073, Porto Velho/RO.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0023586-94.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: VALDEMIRO OLIVEIRA DE MEIRELES
Advogado: Nadylson Marcelino Brandão Rodrigues Filho (OAB/RO 4435)
Requerido: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Advogado: Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910), Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8767)
SENTENÇA :
VISTOS. Valdemiro Oliveira de Meireles a presente ação de cobrança contra Sul América Companhia de Seguros Gerais, ambos já qualificados nos autos, alegando, em síntese, que em 06/06/2011, foi vítima de acidente de trânsito que lhe causou sequelas irreparáveis, que lhe acompanharão pelo resto de sua vida, uma vez que são de ordem permanente, sendo que recebeu longo tratamento e se encontra em alta definitiva, assim estando apto a realizar tal pedido de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 6.194/74, pois não é mais possível qualquer tratamento para que seja normalizada tal função fisiológica.Aduz que conforme Laudo Médico acostado a esta exordial, em que traz detalhadamente os danos sofridos pelo requerente, resultando em perda de últimos graus de abdução do ombro direito, sendo que a invalidez é permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa ou de cura. Alega que desde o ocorrido o requerente sofre com dores, o que resulta em grande limitações em suas atividades, antes consideradas normais e principalmente nas laborais. Assim impedido de levar uma vida normal como fazia antes do acidente.Aduz ter recebido, administrativamente, pelo seguro DPVAT, a quantia de R$1.687,50, em virtude dos tratamentos médicos que se submeteu, sendo este depositado em sua conta, todavia, entende fazer jus ao recebimento da quantia de R$9.450,00.Com base na Lei 6.194/74 com alterações da Lei 11.482/07, pugna pela condenação da parte Requerida ao pagamento do seguro no valor de R$7.762,50. Instruiu a inicial com documentos. (fls.07/13).Quando da designação da audiência de instrução e julgamento, tramitando o feito pelo rito sumário, determinou-se a realização de prova pericial a fim de averiguar a debilidade noticiada na exordial (fls.24). Devidamente citada a parte Requerida contestou, alegando, preliminarmente, falta de interesse de agir, uma vez que a parte Autora teve atendido seu pleito na esfera administrativa. No mérito, assevera, que já procedeu a quitação da pretensão autoral no âmbito administrativo no limite da indenização e pugnou pela produção da prova pericial. Por fim, pugna pela total improcedência da ação e trouxe documentos (fls.38/63).A parte Autora teve ciência das alegações articuladas pela parte Requerida na audiência de instrução e julgamento.Laudo pericial encartado às fls. 81. Ambas as partes foram intimadas

para expressarem suas considerações sobre o laudo pericial e bem como apresentar suas alegações finais, ocasião manifestaram-se pela concordância do Laudo Pericial.Houve penhoha on line do valor referente a honorários periciais (fls. 78), que já foi levantado.É o RELATÓRIO . Passo a decidir. Antes de analisar o cerne da demanda, impõe-se a análise das alegações tecidas em sede preliminar.Preliminar de Falta de Interesse.A parte Requerida arguiu preliminar de falta de interesse de agir uma vez que a parte Autora já teria recebido a indenização relativa ao seguro DPVAT na esfera administrativa. Não merece guarida tal argumento.Segunda lição do professor Luiz Guilherme Marinoni, com a sapiência que lhe é peculiarNo que diz respeito ao interesse de agir, este repousa sobre o binômio necessidade+adequação. A parte tem gnecessidade h quando seu direito material não pode ser realizado sem a intervenção do juiz. Contudo, além da gnecessidade h, exige-se a gadequação h. Se a parte requer providência jurisdicional incapaz de remediar a situação por ela narrada na FUNDAMENTAÇÃO do seu pedido, também falta o interesse de agir. O exemplo costumeiramente apontado é o do cidadão que requer SENTENÇA mandamental, em mandado de segurança, mas narra que tem direito a receber determinado valor em dinheiro. (Manual do Processo de Conhecimento. Editora Revista dos Tribunais. 4ª Edição. p. 63).Considerando que a pretensão da parte Autora se reveste sobre a existência de direito a receber verbas decorrentes da existência de debilidade oriunda do acidente que sofreu, entendo que possui interesse de agir.Assim, pelas razões supra articuladas afasto a presente preliminar.Do Mérito.Presentes os pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo passo ao exame do mérito.Pretende o Requerente cobrança dos valores relativo a seguro DPVAT em decorrência de invalidez permanente resultante de acidente automobilístico. Aduz a parte Autora que sofreu acidente automobilístico que culminou em lesão corporal com debilidade permanente, e em razão disto, pugna pelo pagamento do seguro obrigatório.O documento encartado às fls. 10 demonstra que a parte Autora foi vítima de acidente automobilístico, como também, o laudo pericial acostado às fls. 81, é claro ao afirmar que o sinistro do qual foi vítima lhe gerou debilidade permanente com perda de função.A tabela DPVAT resume-se a estabelecer os valores que serão cobrados dos veículos e os limites de cobertura em R$2.700,00 para as despesas Médicas e Hospitalares e R$13.500,00 para Morte ou Invalidez Permanente. A Lei 119945 de 04/06/09 estabelece os parâmetros de indenização por Invalidez Permanente Parcial com base na Tabela SUSEP, Lei 6194 de 19/12/74. Com base nessa tabela, altamente leonina, só se contempla perda anatômica ou perda funcional completa de algum segmento, o que não é o caso.Conforme o expert, o periciando sofreu perda da força muscular membro superior direito e dificuldade de elevação do ombro. Deformidade do ombro. Deformidade permanente, perda da função do ombro de 25%. (Laudo Pericial, fls. 59).Ora, havendo invalidez permanente dentro dos parâmetros fixados em lei, faz jus a parte Autora ao recebimento da indenização pretendida.Sobre a matéria, aliás, nosso Tribunal possui entendimento consolidado, senão vejamos: DPVAT. Lei aplicável no tempo. Invalidez permanente. Ausência de comprovação. Comprovado que a invalidez sofrida pela vítima em decorrência de acidente de trânsito não é permanente, pelo contrário, mostra-se reversível, não lhe assiste direito à indenização originária do seguro DPVAT. (Não Cadastrado, N. 01078783320078220007, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, J. 06/10/2010)DPVAT. Graduação da invalidez. Desacolhimento. Pagamento do seguro. Devido. Invalidez permanente. Não comprovação. Prova frágil. Ausência de laudo que ateste a invalidez permanente. Extinção do feito. Reforma da SENTENÇA . Não há que se falar em grau de invalidez para o pagamento do DPVAT, porque a lei não faz nenhuma menção sobre graduação da invalidez, exige apenas que seja permanente. Para pleitear o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), é necessário que a parte comprove, no mínimo, que é portadora da aludida invalidez e que esta seja permanente, pois assim não o fazendo resta inexistente direito à indenização aludida. (Não Cadastrado, N. 02379750820098220022, Rel. Des. Miguel Monico Neto, J. 22/09/2010)Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais, pondo fim ao processo de conhecimento, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para condenar a Requerida ao pagamento do valor remanescente no valor de R$1.687,50,como complementação à indenização do seguro de vida obrigatório – DPVAT, com juros legais e atualização monetária que incidirão a partir de 06/12/2011, dia da interposição da ação e, acrescido de juros legais a partir da citação.Arcará a Requerida com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação.Nos termos do art. 475-J do CPC desde já determino o acréscimo de 10% sobre o montante da condenação na hipótese de não pagamento no prazo de 15 dias a contar do trânsito em julgado desta DECISÃO .Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0017848-91.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Maria da Paz Moreira Leite
Advogado: André Luiz Moura Uchôa (OAB/RO 3966)
Executado: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
DECISÃO :
VISTOS ,Maria da Paz Moreira Leite ajuizou o presente cumprimento em face de Banco Bradesco S/A, ambos qualificados nos autos, visando o recebimento da diferença dos índices aplicados em caderneta de poupança e expurgos inflacionários relativa ao saldo remanescente da poupança aberta no banco requerido (26,06% - junho de 1987; 42,72% - janeiro de 1989; 84,32% - março de 1990; 44,80% - maio de 1990; 7,87% - junho de 1990; 12,92% - julho de 1990; 20,21% - fevereiro de 1991 e 13,90% - março de 1991).Requereu, com fundamento nos artigo 475-B, § 1º do CPC, que o Banco apresentasse os extratos da conta poupança de sua titularidade, bem como, os cálculos da diferença. Citado, o Banco apresentou os extratos e os cálculos pleiteados (fls. 17/48).Intimado a se manifestar o Requerente concordou com o valor apresentado pelo banco. (fls. 50).Pelo exposto, homologo os cálculos apresentados pelo Banco Bradesco, conforme a planilha acostada às fls. (17/48), devendo ser atualizado a partir da data informada na referida planilha.Arcará o Executado com honorários advocatícios que fixo em R$300,00 e 3% de custas processuais.O Requerido deverá efetuar o pagamento da quantia acima fixada, bem como dos honorários fixados, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do artigo 475, J do CPC. Registrando-se o pagamento espontâneo deverá ser intimado a parte vencedora ao respectivo recebimento, providenciando

o que for necessário. Na hipótese de não haver pagamento e inércia da parte vencedora, remetam-se os autos a contadoria judicial para cálculos das custas e posterior intimação da parte sucumbente ao pagamento, com a advertência de inscrito em dívida ativa para a hipótese de descumprimento, arquivando-se oportunamente os autos. Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0016857-23.2009.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Lima & Holanda Cavalcanti Ltda Me
Advogado: Patrícia Oliveira de Holanda Rocha (OAB/RO 3582)
Requerido: Nilo dos Anjos Brito
DECISÃO :
VISTOS. Não obstante a impenhorabilidade do salário seja regra, esta pode ser mitigada. Em homenagem ao princípio da razoabilidade, pode-se admitir penhora parcial de valor substancial a ser percebido pelo devedor, desde que não prejudique sua sobrevivência e de sua família.O Legislador ao preceituar no artigo 649 do CPC a impenhorabilidade do salário, o objetivo primordial foi evitar a retenção salaria abusiva, pois a função salarial é garantir a sobrevivência digna do indivíduo. Portanto, em razão do princípio da dignidade da pessoa humana, em atenção a regra estatuída pelo legislador no artigo 649 do CPC, não se deve permitir descontos de valores que inviabilizem a sobrevivência digna do devedor.A possibilidade de penhora de verbas salariais deve ser levada em confronto aos valores atinentes ao princípio da dignidade humana e o da razoabilidade. Desta feita, é importante, nos casos concretos postos em discussão, averiguar se a penhora de verba salarial eventualmente trará prejuízos ao sustento e manutenção do devedor e de sua família, permitindo, assim, que o negócio firmado anteriormente entre as partes seja cumprido, atingindo a efetividade que a própria sociedade espera dele. Este é inclusive o entendimento do Egrégio Tribunal deste Estado, que assim se pronuncia: Apelação cível. Embargos de devedor. Bloqueio de conta salário. Percentual razoável. Possibilidade. A impenhorabilidade do salário é a regra, devendo-se ponderar caso a caso, a fim de observar o princípio da dignidade da pessoa, mas também possibilitar o cumprimento do negócio jurídico entabulado entre as partes.Recaindo a penhora em percentual razoável, não implicando prejuízo do sustento do devedor e de sua família, deve esta ser mantida (Apelação Cível, N. 10000720060092738, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 18/09/2007) Nos autos os executados não negam a existência da dívida, bem como, não traz nenhum interesse em cumprir com a sua obrigação comercial.Com estas considerações, determino que seja efetuada mensalmente, a penhora em 30% do rendimento líquido da parte Executada, junto ao órgão empregador Caixa de Previdência dos Servidores do Sistema Financeiro BERON, localizado à Rua Elias Gorayeb, nº 1097, Bairro Nossa Senhora das Graças, nesta capital, até o limite de R$4.411,96, devendo a quantia ser disponibilizada em conta deste juízo.Expeça-se o necessário.Intime-se e cumpra-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0040689-95.2003.8.22.0001
Ação: Recuperação Judicial
Requerente: Dudalina S. A.
Advogado: Márcio Luiz Bertoldi (OAB/SC 9211), Josemary Bessa Mendes (OAB/SC 13187)
Requerido: E. M. Queiroz - ME
Advogado: Telson Monteiro de Souza (OAB/RO 1051)
DESPACHO :
Â HdÄT F6 !Æ00406899520038220001COMARCA: Porto Velho/ ROÓRGÃO EMITENTE: 6ª Vara Cível, Falências e Recuperação JudicialLauda nº 1EDITAL DE INTIMAÇÃO DOS SÓCIOS DA FALIDA - Prazo: 20 diasFALÊNCIA de A Pioneira Distribuidora Ltda, CNPJ 04.331.482/0001-13INTIMAÇÃO DOS SÓCIOS DA FALIDA: EDELTRUDE MOTA DE QUEIROZ E RUZINEY BESSA MENDES, ambos em local incerto e não sabidoFINALIDADE: INTIMAR os sócios da falida do inteiro teor da DECISÃO proferida nos autos às fls. 371/373, conforme descrito abaixo, bem como, para que tome ciência de que fora deferido a desconsideração da personalidade jurídica para que os bens dos sócios e representante de fato da falida respondam pelos débitos.Vara: 6ª Vara Cível, Falência e ConcordataProcesso: 0040689-95.2003.822.0001Classe: FalênciaProcedimento: Jurisdição especial contenciosa (Cível)Parte Autora: Dudalina S/AAdvogado: E. M. Queiroz - MeSíndico: SENTENÇA de fls. 371/373: .O Síndico postulou a desconsideração da personalidade jurídica da falida e diligências para a satisfação dos débitos (fls. 337). O Parquet, em seu parecer, concluiu pela ausência de ato de fraude ou má-fé pelos administradores, opinando pelo indeferimento do pedido do Síndico ou a necessidade de instauração de procedimento incidental (fls. 366/370). A desconsideração da personalidade jurídica é medida que se impõe quando caracteriza as hipóteses do art. 50 do CC: “Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.” No caso, a representante constante do contrato social da sociedade não é a administradora e representante de fato. A falida é representada pelo Sr. Ruzinei Queiroz de Mendonça, sendo quem recebe as intimações, negocia e realiza atos em nome da empresa em descompasso com o estatuto social. O próprio Sr. Ruzinei em depoimento informou (fls. 91): “O depoente afirma que a empresa foi constituída em nome de sua genitora, todavia, passou a ser o representante de fato da mesma, após o abandono por parte de Sra. Cristiane Cabral Castro que detinha procuração para representá-la. Atualmente possui procuração para estar representando a empresa.” Além do mais, foram arrecadados bens e deixados no estabelecimento lacrado, contudo estes não permaceram à disposição da justiça e o estabelecimento esvaziado (fls. 230/232 e 247/248). Isso demonstra a fraude ao contrato social e à boa-fé, que os contratantes devem guardar nas negociações e com a execução coletiva, configurando a hipótese do art. 50 do Código Civil. O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou pela possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da falida nos próprios autos da falência. DIREITO COMERCIAL. FALÊNCIA. EMPRESAS COLIGADAS. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. AÇÃO AUTÔNOMA. DESNECESSIDADE. 1 - Pode o síndico da massa falida postular

a desconsideração da personalidade jurídica de empresas coligadas à falida nos próprios autos da falência, prescindindo a providência de ação autônoma. Iterativos precedentes. 2 - Recurso especial conhecido e provido. (REsp 1034536 / MG, Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, DJe 16/02/2009) FALÊNCIA EXTENSÃO DOS SEUS EFEITOS ÀS EMPRESAS COLIGADAS TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA POSSIBILIDADE REQUERIMENTO SÍNDICO DESNECESSIDADE AÇÃO AUTÔNOMA PRECEDENTES DA SEGUNDA SEÇÃO DESTA CORTE. I - O síndico da massa falida, respaldado pela Lei de Falências e pela Lei n.º 6.024/74, pode pedir ao juiz, com base na teoria da desconsideração da personalidade jurídica, que estenda os efeitos da falência às sociedades do mesmo grupo, sempre que houver evidências de sua utilização com abuso de direito, para fraudar a lei ou prejudicar terceiros. II A providência prescinde de ação autônoma. Verificados os pressupostos e afastada a personificação societária, os terceiros alcançados poderão interpor, perante o juízo falimentar, todos os recursos cabíveis na defesa de seus direitos e interesses. Recurso especial provido.(REsp 228357 / SP, Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, DJ 02/02/2004) Ante o exposto, defiro o pedido de desconsideração da personalidade jurídica para que os bens dos sócios e representantes de fato da falida respondam pelos débitos. Não é dado à fazenda pública garantia dúplice de seu crédito, devendo optar ou pela execução ou pela habilitação na falência: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMERCIAL E PROCESSO CIVIL. FALÊNCIA. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DE PROPOSITURA DE EXECUÇÃO FISCAL. ADMISSIBILIDADE DE OPÇÃO DA VIA ADEQUADA AO CASO CONCRETO. 1. A jurisprudência desta Corte Superior se firmou na vertente de que os arts. 187 do CTN e 29 da LEF (Lei 6.830/80) conferem, na realidade, ao Ente de Direito Público a prerrogativa de optar entre o ajuizamento de execução fiscal ou a habilitação de crédito na falência, para a cobrança em juízo dos créditos tributários e equiparados. Assim, escolhida uma via judicial, ocorre a renúncia com relação a outra, pois não se admite a garantia dúplice. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 713217 / RS, Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, DJe 01/12/2009) Assim, intime-se a Procuradoria do INSS para que manifeste-se no prazo de 5 dias se pretende a satisfação de seu crédito mediante a habilitação na falência desistindo do executivo fiscal, importando seu silêncio como renúncia à habilitação na falência e opção pela execução fiscal. Certifique, a escrivania, quanto ao saldo na conta judicial e, após, encaminhem-se os autos a contadoria judicial para os calculos dos débitos, atentando-se que se trata de autos de falência. Intimem-se pessoalmente os sócios e representantes da falida quanto ao teor da presente DECISÃO . Cumpridas as determinações supra, retornem os autos conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 29 de outubro de 2010. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza uíza de DireitoSede do Juízo: Fórum Cível, Av. Nações Unidas, 271, Nsa Sra das Graças, Porto Velho - Fórum Cível-RO, 76804-099 - 3217-1326 Porto Velho, 07 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa FreitasJuíza Substituta

Proc.: 0014807-53.2011.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Eliúrde Lucas da Silva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco Pine S.A.
Advogado: Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244)
DESPACHO :
VISTOS. Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Sem a vinda de contrarrazões, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010.Promova a escrivania o desapensamento dos autos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0144887-13.2008.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Edfran Rodrigues de Oliveira
Advogado: Alex Souza Cunha (RO 2656)
Requerido: Cleidiane Pantoja da Silva
Advogado: Maria Letice Pessoa Freitas (OAB/RO 2615)
DECISÃO :
VISTOS. 1. Determino a suspensão do processo até, 06/01/2014 tempo suficiente para os Exeqüentes informar quanto à localização de bens para garantir a execução.2. Desde já ficam os mesmos advertidos que, após o prazo concedido e sem a necessidade de nova intimação, deverão manifestar-se sob pena de extinção da execução.3. Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0124980-86.2007.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Flavio Malicheski
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Banco Bradesco S/A
Advogado: Ely Roberto de Castro (RO 509), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Ildo de Assis Macedo (OAB/MT 3541)
DECISÃO :
VISTOS. Intime-se a Perita Elda Vásques para que se manifeste quanto as alegações trazidas pelo banco às fls. 176/187.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015662-61.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Erica Pires Alves
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Requerido: C & A Modas Ltda
DESPACHO :
VISTOS ,Oportunizo à Autora que se manifeste, no prazo de 10 dias, a fim de esclarecer o motivo de proceder a presente ação em face da empresa C & A Modas Ltda, haja vista que empresa que procedeu a inscrição discutida nos autos foi o banco IBI S.A .Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0231540-52.2007.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Mirtes Uchôa Martins Lopes
Advogado: Edson de Oliveira Cavalcante (OAB/RO 1510), Tatiana Feitosa da Silveira (OAB/RO 4733)
Requerido: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI
Advogado: Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20015), Polyanna Ferreira Silva (OAB/DF 19273), Jorge Machado Antunes de Siqueira (OAB/DF 33524), Luiz Ricardo Castro Guerra (OAB/PE 17598), João André Sales Rodrigues (OAB/PE 19186), Tatiana Feitosa da Silveira (OAB/RO 4733), Claudecy Cavalcante Feitosa (OAB/AC 2317)
DESPACHO :
DESPACHO VISTOS. Trata-se de cumprimento de SENTENÇA onde as partes litigam a incidência de valores correspondentes à honorários advocatícios, multa (475-J) e correções monetárias do plano real.Em virtude da DECISÃO proferida no Agravo de Instrumento n. 0012749-17.2010.8.22.0000, consistente na reforma da DECISÃO que aplicou percentual correspondente aos expurgos inlfacionários e indice de correção monetária do Plano Real de julho e agosto de 1994, tornem os autos à Contadoria para reforma do RELATÓRIO de fls. 511/513, observando-se a não incidência dos indices do Plano Real nos meses de julho e agosto de 1994.Ainda, há nos autos informações acerca de valores incontroversos no montante de R$ 785.154,21 (setecentos e oitenta e cinco mil cento e cinquenta e quatro reais e vinte e um centavos), sendo que estes encontram-se depositados em conta judicial (fls. 692). Expeça-se alvará de levantamento estritamente do valor de R$ 785.154,21 (setecentos e oitenta e cinco mil cento e cinquenta e quatro reais e vinte e um centavos), referente ao depóstio de fls. 692, em favor da parte autora.Assim, postergo a análise da impugnação apresentada às fls. 675 e ss, para momento oportuno, ou seja, após a apresentação do novo laudo da Contadoria e manifestação das partes.Por fim, certifique-se e junte-se as duas petições apresentadas pela executada. Expeça-se o necessário.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0152360-16.2009.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Nailson Ferreira da Silva
Advogado: Ivanir Maria Sumeck (OAB/RO 1687), Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3728)
Requerido: Facilar, Móveis Romera LTDA
Advogado: Flávio Luis dos Santos (OAB/RO 2238), Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO 912), José Manoel Garcia Fernandes (OAB/PR 12855)
Carga:
Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados a devolver os autos no prazo de 48 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos:

Proc.: 0004926-18.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ivanilde Gomes de Oliveira
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Banco Bradesco Cartões S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Carga:
Fica o advogado Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), intimados a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

Proc.: 0022546-43.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Izabel Ferreira da Silva
Advogado: Eudislene Mendes de Oliveira (OAB/RO 1462), Morel Marcondes Santos (OAB/RO 3832)
Executado: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937), Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5416), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Carga:
Fica o advogado Morel Marcondes Santos (OAB/RO 3832), intimados a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

Proc.: 0000099-61.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Edivando Teles Rodrigues, Eliete Mugrabi de Oliveira Barros, Edmilson Alves da Silva, Eunice Souza Lima, Francisco Antônio de Souza
Advogado: Maria Goreti de Oliveira (OAB/RO 3199), José Reinaldo de Oliveira (OAB/SP 125685), Maria Goreti de Oliveira (OAB/RO 3199), José Reinaldo de Oliveira (OAB/SP 125685), Maria Goreti de Oliveira (OAB/RO 3199), José Reinaldo de Oliveira (OAB/SP 125685), Maria Goreti de Oliveira (OAB/RO 3199), José Reinaldo de Oliveira (OAB/SP 125685), Maria Goreti de Oliveira (OAB/RO 3199)
Executado: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Saionara Mari (OAB/MT 5225), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Carga:
Fica o advogado Maria Goreti de Oliveira (OAB/RO 3199) , intimados a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

Proc.: 0016779-58.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rio Branco Transmissora de Energia S.A.
Advogado: Ronaldo Bovo (OAB/SP 300707), Edson Bovo (OAB/SP 136468), Alecsandro Rodrigues Fukumura (743-E)
Requerido: Habitar Construções e Incorporações Ltda
Advogado: José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529), Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)
Carga:
Fica o advogado Alecsandro Fukumura, intimados a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

Proc.: 0008322-66.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sindicato dos Trabalhadores Federais de Saude e Previdencia Social No Estado de Rondonia
Advogado: Marco Aurélio Carbone (OAB/RO 396A)
Requerido: GEAP - Fundação de Seguridade Social
Carga:
Fica o advogado Marco Aurélio Carbone (OAB/RO 396A),

intimados a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

Proc.: 0248873-46.2009.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Jaime de Andrade
Advogado: Rúbia Basilichi Melchiades (OAB/RO 3962), Magnaldo Silva de Jesus (OAB/RO 3485)
Requerido: JURANDIR PEREIRA MARCONDES
Carga:
Fica o advogado Magnaldo Silva de Jesus (OAB/RO 3485), intimados a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

Proc.: 0203576-16.2009.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Desiree Kichileski Lachi
Advogado: Vinícius Nascimento Saldanha de Oliveira (OAB/RO 1933), Pricila Araújo (OAB/RO 2485)
Requerido: Banco Bradesco S. A.
Carga:
Fica o advogado Vinícius Nascimento Saldanha de Oliveira (OAB/RO 1933) ,intimados a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

Proc.: 0016117-31.2010.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Rodas Equipamento Rodoviários Ltda
Advogado: Lucimar Sombra de Oliveira (RO 573-A), Kátia Cilene Gomes Ribeiro (OAB/RO 2160)
Requerido: Eduardo Zanotto, Maria Vieira da Silva
Advogado: Velci José da Silva Neckel (OAB/RO 3844), Clauber José de Souza Neckel (OAB/MS 14170), Velci José da Silva Neckel (OAB/RO 3844), Clauber José de Souza Neckel (OAB/MS 14170)
Carga:
Fica o advogado Velci José da Silva Neckel (OAB/RO 3844) ,intimados a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

Proc.: 0249321-19.2009.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Douglas Rodrigues Simoes
Advogado: Luiz Carlos Pacheco Filho (OAB RO 4203), Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: NB Empreendimentos Habitacionais SPE Ltda
Carga:
Fica o advogado Clóvis Avanço (OAB/RO 1559), intimados a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

Proc.: 0020897-48.2009.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: S. M. Pregos e Parafusos Ltda
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300), Patrícia Bergamaschi de Araújo (OAB/RO 4242), Luana da Silva Antonio (OAB RO 731-E)
Requerido: Centrais Eletromecânica Ltda
Carga:
Fica o advogado Luana da Silva Antonio (OAB RO 731-E), intimados a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

Denise Gonçalves da Cruz Rocha
Diretora de Cartório

7ª VARA CÍVEL

7ª Vara Cível
Ilisir Bueno Rodrigues - Juiz de Direito
Sugestão ou reclamações podem ser feitas pessoalmente ao Juiz ou via Internet - pvh7civelgab@tj.ro.gov.br
Escrivã Judicial : Elza Elena Gomes Silva

Proc.: 0015420-05.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: administradora de consórcio nacional honda
Advogado: Marcel dos Reis Fernandes (OAB/RO 4940)
Requerido: Uelliton Cerqueira Lima
DECISÃO :
Demonstrada a relação jurídica existente entre as partes e a constituição em mora da parte devedora, DEFIRO a busca e apreensão liminar do bem indicado no contrato.Determino que o Sr. Oficial de Justiça que, por ocasião do cumprimento do mandado, proceda a inspeção e avaliação do bem.Cite-se a parte requerida a seguir, para pagar a integralidade do débito ou contestar no prazo legal. Cientifiquem-se os eventuais avalistas.Em caso de pagamento, fixo honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, bem como determino o recolhimento das custas.Porto Velho, 7 de agosto de 2013.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0015372-46.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jorge Valério Soares
Advogado: Sandro Lúcio de Freitas Nunes (OAB/RO 4529)
Requerido: Marcio Muniz Albano Bayma
DECISÃO :
Indefiro o pedido de antecipação da tutela por falta de plausibilidade.Não é razoável impedir a fazenda de cobrar seus créditos sem assegurar-lhe o direito de defesa e o devido processo legal, especialmente porque não faz parte da relação processual a ser estabelecida neste processo.Conquanto sejam verossímes as alegações do autor, em relação ao requerido, não é cabível impedir a cobrança de tributos sem que a fazenda tenha aportunidade de discutir a responsabilidade tributária. Cite-se, com as advertências legais.Intime-se.Porto Velho, 7 de agosto de 2013.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0016406-90.2012.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Panamericano S.A.
Advogado: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB/RO 4778)
Requerido: Valdeci Nunes de Oliveira

SENTENÇA :
Ante o pedido de desistência formulado às fls. 52, com fundamento no inciso VIII do art. 267 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem apreciação do mérito, o processo movido por PANAMERICANO S/A contra VALDECI NUNES DE OLIVEIRA, ambos qualificados nos autos e, em consequência, DETERMINO seu arquivamento. Sem custas finais.Proceda a escrivania o desentranhamento da petição de fls. 51, pois a mesma não pertence a este autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho, 7 de agosto de 2013.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0015635-78.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Itaú Unibanco S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido: Contrate Construções Transportes e Terraplenagem Ltda
DECISÃO :
Demonstrada a relação jurídica existente entre as partes e a constituição em mora da parte devedora, DEFIRO a busca e apreensão liminar do bem indicado no contrato.Determino que o Sr. Oficial de Justiça que, por ocasião do cumprimento do mandado, proceda a inspeção e avaliação do bem.Cite-se a parte requerida a seguir, para pagar a integralidade do débito ou contestar no prazo legal. Cientifiquem-se os eventuais avalistas.Em caso de pagamento, fixo honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, bem como determino o recolhimento das custas.Porto Velho, 7 de agosto de 2013.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0015230-42.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ady Alves de Andrade
Advogado: Carlos Cantanhede (OAB/RO 3206)
Requerido: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA- CERON
DESPACHO :
Emende a parte autora a petição inicial, prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, adequando o valor da causa a quantia razoável, considerando como tal o montante indicado pelo e. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia nos autos do Agravo de Instrumento n. 0010835-44.2012.8.22.0000.Em igual prazo e sob a mesma penalidade, bem como de indeferimento da assistência judiciária, deverá a parte atuora, para que se possa verificar o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei 1.060/50, apresentar nos autos os seus comprovantes de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, etc.). Devendo, também, recolher as custas, caso não apresente documentos que comprove a sua condição financeira.Intime-se.Porto Velho, 7 de agosto de 2013.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0013308-63.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Instituto João Neórico
Advogado: Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300)
Executado: David Pereira Soares
SENTENÇA :
Ante o pedido de desistência (fls. 17), com fundamento no inciso VIII do art. 267 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem apreciação do mérito, o processo movido pelo INSTITUTO JOÃO NÉORICO contra DAVID PEREIRA SOARES, ambos qualificados nos autos e DETERMINO seu arquivamento. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a petição inicial, mediante apresentação de fotocópias.Sem custas finais.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho, 7 de agosto de 2013.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0008056-79.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jacinto Bispo do Carmo
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
DECISÃO :
Nos termos da Constituição Federal (art. 5º inciso LXXIV), a assistência judiciária é devida somente àqueles que comprovem insuficiência de recursos, portanto a simples declaração não é suficiente para demonstrar a hipossuficiência.Atenda a parte autora o DESPACHO de fls. 16, em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial.Intime-se.Porto Velho, 7 de agosto de 2013.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0015373-31.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jorge Valério Soares
Advogado: Sandro Lúcio de Freitas Nunes (OAB/RO 4529)
Requerido: Apidiá Planejamento Estudos e Projetos Ltda
DECISÃO :
Indefiro o pedido de antecipação da tutela por falta de plausibilidade.Não é razoável impedir a fazenda de cobrar seus créditos sem assegurar-lhe o direito de defesa e o devido processo legal, especialmente porque não faz parte da relação processual a ser estabelecida neste processo.Conquanto sejam verossímeis as alegações do autor, em relação à requerida, não é cabível impedir a cobrança de tributos sem que a fazenda tenha aportunidade de discutir a responsabilidade tributária. Cite-se, com as advertências legais.Intime-se.Porto Velho, 7 de agosto de 2013.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0014583-47.2013.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Instituto João Neórico
Advogado: Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300)
Requerido: Vanderson Darlan Bicalho Barbosa Junior
SENTENÇA :
Ante o pedido de desistência (fls. 18), com fundamento no inciso VIII do art. 267 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem apreciação do mérito, o processo movido por INSTITUTO JOÃO NÉORICO contra VANDERSON DARLAN BICALHO BARBOSA JUNIOR, ambos qualificados nos autos e DETERMINO seu arquivamento. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a petição inicial, mediante apresentação de fotocópias.Sem custas finais.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho, 7 de agosto de 2013.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Elza Elena Gomes Silva
Escrivã Judicial

7ª Vara Cível
Ilisir Bueno Rodrigues - Juiz de Direito
Sugestão ou reclamações podem ser feitas pessoalmente ao Juiz ou via Internet - pvh7civelgab@tj.ro.gov.br
Escrivã Judicial : Elza Elena Gomes Silva

Proc.: 0014572-52.2012.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão (Cível)
Requerente: Patrícia Marques Ferreira
Advogado: Luiziana Teles F. Anacleto OAB-RO9999 (RO 9999)
Requerido: Hágata Cris Bezerra
Advogado: Jean Kleber Nascimento Collins (OAB/RO 1617)
SENTENÇA :
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido cautelar formulado por PATRÍCIA MARQUES FERREIRA contra HAGATA CRIS BEZERRA, ambas qualificadas nos autos e, em conseqüência, DETERMINO o arquivamento destes autos, com as baixas e comunicações pertinentes. Com a ressalva do art. 12 da Lei n. 1.060/1950, CONDENO os requerentes a pagar as custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados na forma do §4º do art. 20 do CPC em R$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), com juros simples de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia a partir desta data, uma vez que no arbitramento foi considerado montante atualizado.Publique-se.Registre-se.Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho,7 de agosto de 2013.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0001084-93.2013.8.22.0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: GEAP - Fundação de Seguridade Social
Advogado: Leonardo Pretto Flores (DF 14638)
Embargado: Prótesenorte Comércio e Representação de Produtos Ortopédicos Ltda
Advogado: José Ricardo Costa (OAB/RO 2008)
SENTENÇA :
Ante o exposto, com fundamento no art. 739 inciso I do Código de Processo Civil, REJEITO LIMINARMENTE os presentes embargos, ofertados por GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL, qualificada às fls. 03, em face da execução (Processo n. 0010153-23.2011.8.22.0001) que lhe é movida por PROTESENORTE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS LTDA, também qualificada às fls. 03, e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução do mérito. Sem custas.Certifique-se o teor desta DECISÃO nos autos de execução, desapense-se e arquive-se este processo. Sem prejuízo de tal providência, intime-se a parte exequente/embargada para se manifestar nos autos da execução em apenso, requerendo o que entender de direito.Intimem-se.Porto Velho-RO, 7 de agosto de 2013.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0015458-17.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ludimar Alves Brandão, Lilian Silva Santos
Advogado: Mateus Baleeiro Alves (OAB/RO 4707), Robson Araújo Leite (OAB/RO 5196)
Requerido: Santo Antônio Energia S/A
DECISÃO :
Ante o exposto, com fundamento no art. 804 do Código de Processo Civil, DEFIRO, em parte, o pedido de antecipação de tutela formulado nestes autos e, em consequência, DETERMINO à requerida que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, providencie o REALOJAMENTO dos autores em local seguro, com a estrutura física adequada (no mínimo igual à que possuiam no imóvel interditado). DETERMINO à requerida, também, que, em 48 (quarenta e oito) horas, providencie a retirada de todos os pertences dos autores e seus familiares da atual residência e os mantenha em local seguro.Cite-se a requerida, com as advertências legais, intimando-a a cumprir desta DECISÃO , sob pena de incidir em MULTA DIÁRIA de R$ 6.220,00 (seis mil duzentos e vinte reais) para cada um dos requerentes, até o limite de R$ 62.200,00 (sessenta e dois mil e duzentos reais), por cada autor. Cumpra-se imediatamente, inclusive utilizando o Oficial de Justiça Plantonista.Intimem-se. Porto Velho, 7 de agosto de 2013.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0016400-83.2012.8.22.0001 - Republicação
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Eder Paulo Pedro
Advogado: Antonio Carlos de Almeida Batista (OAB/RO 881)
Embargado: Pemaza S/A
Advogado: Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
SENTENÇA : Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os embargos ofertados por EDER PAULO PEDRO, em face da execução que lhe é movida por PEMAZA S/A, ambos qualificados nos autos e, em consequência, DETERMINO o prosseguimento da execução, mantendo os honorários da execução para 10% (dez por cento) do valor executado.Custas pela parte embargante/executada.Certifique-se o teor desta DECISÃO nos autos principais e prossiga-se com a execução, computando-se o acréscimo dos honorários arbitrados na SENTENÇA (15%). Transitada em julgado a presente DECISÃO , desapensem-se e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 15 de outubro de 2012.Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0010394-60.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José Raimundo Paiva de Queiroz
Advogado: João Roberto Lemes Soares (OAB/RO 2094), Jeremias de Souza Leite (OAB/RO 5104)
Requerido: Santo Antônio Energia S.A.
Advogado: Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982)
SENTENÇA :
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por JOSÉ RAIMUNDO PAIVA DE QUEIROZ contra SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A, ambos qualificados às fls. 03 e, em consequência, DETERMINO o arquivamento destes autos. Com a ressalva do art. 12 da Lei n. 1.060/50, CONDENO a requerente ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados em R$1.356,00 (mil trezentos e cinquenta e seis reais), com correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data.Proceda-se à abertura de novo

volume, conforme determina o art. 27 das Diretrizes Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, 8 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0010489-90.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Jaqueline Maria Machado da Silva
Advogado: Sylvan Bessa dos Reis (OAB/RO 1300), Ana Paula Silveira (OAB/RO 1588)
Requerido: CVC Brasil Operadora e Agencia de Viagens S/A
Advogado: Marcos Antonio Araújo dos Santos (OAB/RO 846), Vicente Anísio de Souza Maia Gonçalves (OAB/RO 943)
SENTENÇA :
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, formulado por JAQUELINE MARIA MACHADO DA SILVA contra CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S/A, ambas qualificadas às fls. 03 e, em consequência, CONDENO a requerida a pagar à autora o valor de R$4.746,00 (quatro mil setecentos e quarenta e seis reais), a título de danos morais, corrigidos pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e com juros simples de 1% (um por cento), ambos a partir desta data. CONDENO a requerida, também, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados, nos termos do §3º do art. 20 do CPC, em 10% (dez por cento) do valor da condenação, considerando o trabalho desenvolvido e o zelo demonstrado.Retifique-se o polo passivo da demanda, para que nele passe a constar CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S/A.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, 8 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0019303-28.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Norman Percival Davy Neto
Advogado: Leudo Ribamar Souza Silva (OAB/RO 4485)
Requerido: União Previdenciária Cometa do Brasil - COMPREV
Advogado: Marcos Araújo (OAB/RO 846)
SENTENÇA :
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por NORMAN PERCIVAL DAVY NETO contra UNIÃO PREVIDENCIÁRIA COMETA DO BRASIL - COMPREV, ambos qualificados nos autos e, em consequência, DETERMINO o arquivamento destes autos e, com a ressalva do art. 12 da Lei n. 1.060/50, CONDENO o requerente ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados em R$1.356,00 (mil trezentos e cinquenta e seis reais), com correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia e juros simples de 1% (um por cento) ao mês, a partir desta data.Desentranhe-se a petição de fls. 83/93, uma vez que se trata da contra-fé.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, 8 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Elza Elena Gomes Silva
Escrivã Judicial

8ª VARA CÍVEL

8ª Vara Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE À JUÍZA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET ATRAVÉS DO E-MAIL: pvh8civel@tjro.jus.br
JUÍZA DE DIREITO: EUMA MENDONÇA TOURINHO
ESCRIVÃO: RAIMUNDO NERI SANTIAGO

Proc.: 0026387-46.2012.8.22.0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Associação São Lucas, Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
Requerido: Wander Pompermayer Carneiro
SENTENÇA :
Posto isso, com fundamento no art. 267, VI, 2ª parte, do CPC, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Sem honorários diante da ausência de resistência ao pedido. Custas na forma da lei.P.R.I.Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0019618-56.2011.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Marguidiel da Silva Souza
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido: Banco Santander Brasil S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/AC 3266A)
DESPACHO :
VISTOS. Houve pagamento do valor da condenação. Não há bloqueio judicial no presente feito, razão pela qual deixo de apreciar o pedido formulado pela requerida.Sendo assim, determino a expedição de alvará do valor depositado.Após, remetam-se os autos à contadoria para apuração das custas finais, devendo ser intimado o vencido para pagamento.Após as anotações de estilo, arquivem-se os autos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0005992-96.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Centro de Ensino Classe A Ltda
Advogado: Roberval da Silva Pereira (OAB/RO 2677), Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Executado: Isair Antonio Fernandes
DECISÃO :
VISTOS. Defiro a suspensão pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Após o transcurso do tempo assinalado, o autor deverá anexar planilha atualizada e meio alternativo de execução.Não havendo manifestação, a parte autora será intimada nos moldes do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0008709-81.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Cosma Margarida da Silva Goveia
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Claro S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)

DESPACHO :
VISTOS. Há notícia de que foi dado provimento ao agravo de instrumento, sendo assim a escrivania deverá regularizar a juntada do ofício que comunica esta DECISÃO . No mais, determino o regular prosseguimento ao feito: 1) A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias.2) Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0015243-46.2010.8.22.0001
Ação: Depósito
Requerente: BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173), Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido: Cleisson Brasil dos Santos
DESPACHO :
Indefiro a nova consulta ao Renajud porque já ocorreu a restrição do veículo no presente processo, conforme informação em anexo. Indefiro ainda os demais pedidos de expedição de ofícios porque é dever da parte providenciar as devidas buscas a fim de providenciar a citação do requerido.Por isso, defiro, pela última vez, o prazo de 10 dias para que a parte requerente traga o endereço correto para citação ou pedido de outra forma de citação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito (267,IV do CPC).Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0009639-70.2011.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: José Messias Rodrigues
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido: Banco Santander Brasil S/A
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
DESPACHO :
VISTOS. A parte executada poderá pagar os valores e entregar os documentos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução forçada e busca e apreensão, respectivamente.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0009978-58.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Raimunda de Oliveira da Silva
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688), Paulo Timóteo Batista (OAB/RO 2437), Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779), Gardênia Souza Guimarães (OAB/RO 5464)
Requerido: Americel S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
DESPACHO :
VISTOS. Há notícia de que foi dado provimento ao agravo de instrumento, sendo assim a escrivania deverá regularizar a juntada do ofício que comunica esta DECISÃO . No mais, determino o regular prosseguimento ao feito: 1) A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias.2) Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0004850-57.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Helton Charlton Santos Pereira
Advogado: Pedro Wanderley (1461/RO)
Requerido: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
DESPACHO :
VISTOS. Considerando que é dever do Juiz tentar conciliar as partes a qualquer tempo (art. 125, IV, CPC), designo audiência de conciliação para o dia 23/10/2013 às 10h: 30min. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0013429-91.2013.8.22.0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Pedro Costa da Silva
Advogado: Carlos Frederico Meira Borré (OAB/RO 3010), Orlando Leal Freire (OAB/RO 5117)
Embargado: Buriti Caminhões Ltda
DESPACHO :
VISTOS. Certifique a escrivania quanto à tempestividade dos embargos.Recebo os presentes embargos, em sendo tempestivos, suspendo o curso do processo de execução. Intime-se o Embargado para, querendo, oferecer impugnação no prazo legal.Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada a se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intme-se nos moldes do art. 267, § 1º do CPC.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0016029-22.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eva Pereira Rodrigues
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Finasa BMC S/A
Advogado: Daynne Francyelle de Godoi Pereira (OAB/GO 30368)
DECISÃO :
VISTOS. Em conformidade com a determinação do Superior Tribunal de Justiça, nos termos da DECISÃO proferida pela Ministra Maria Isabel Gallotti, nos autos do Recurso Especial Nº 1.251.331 - RS (2011/0096435-4) de suspensão das ações em que se discutem a legitimidade da cobrança das tarifas administrativas para concessão e cobrança dos créditos objetos de contratos bancários, comumente identificadas pelas siglas TAC e TEC, assim como outras, correlatas, e considerando que os presentes autos encontram-se abrangidos pela referida DECISÃO , DETERMINO A SUSPENSÃO DO FEITO, até ulteriores providências daquela Corte Superior de Justiça.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito
Raimundo Neri Santiago
Escrivão Judicial

8ª Vara Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE À JUÍZA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET ATRAVÉS DO E-MAIL: pvh8civel@tjro.jus.br
JUÍZA DE DIREITO: EUMA MENDONÇA TOURINHO
ESCRIVÃO: RAIMUNDO NERI SANTIAGO

Proc.: 0017882-03.2011.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Eliel Carmo da Silva, Hugo Antônio Pimenta Santos, Ismael Soares de Almeida, Joao Francisco dos Anjos, José Jovial Pascoal da Silva, Jucineide Gois de Carvalho, Leopoldina Correa, Maria Neuza Mendes Ripardo, Vanderlei Forcelli, Vitoria Ferreira Lima
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado: Banco do Brasil S. A.
Advogada: Karina De Almeida Batistuci OAB/RO 4571, Reynaldo Augusto ribeiro amaral OAB/RO 4507
Cálculos Judiciais:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, intimadas para no prazo de 05 dias, manifestarem sobre os cálculos judiciais.

Proc.: 0010477-13.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ana Paula Weber, Alex dos Santos Melquisedec
Advogado: Otávio Cesar Saraiva Leão Viana (OAB/RO 4489), Nelson Canedo Motta (RO 2721)
Requerido: Sociedade Mantenedora de Pesquisa, Educação, Assistência, Comunicação e Cultura Maria Coelho Aguiar
Advogado: Antonio Cândido de Oliveira (OAB/RO 2311), Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796), Marcos Rodrigo Bentes Bezerra (OAB/RO 644)
Cálculos Judiciais:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, intimadas para no prazo de 05 dias, manifestarem sobre os cálculos judiciais.

Proc.: 0001842-43.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alzira Alves de Queiroz
Advogado: Heli de Souza Guimarães (OAB/RO 4121)
Requerido: Saga Amazônia Comércio de Veículos Ltda, VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA
Advogado: Wyliano Alves Correia (OAB/RO 2715), Anderson Adriano da Silva (OAB/RO 3331), Daniel da Silva Cristiane Silveira (OAB/RO 4811), Leme Bento Lemos (RO 308-A), Márcio Novaes Cavalcanti (OAB/SP 90604), Rafael Maia Correa OAB/RO 4721
Cálculos Judiciais:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, intimadas para no prazo de 05 dias, manifestarem sobre os cálculos judiciais.

Proc.: 0021998-18.2012.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Marlon Lourenço Brigido
Advogado: Nelson Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 624A), Jânio Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 1950)
Requerido: BV Financeira S.A C.F.I.
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 15,80 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0019571-19.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco Fabio dos Santos Afonso
Advogado: Márcia de Oliveira Lima (OAB/RO 3495), Layanna Mábia Maurício (OAB/RO 3856)
Requerido: UNIRON - União das Escolas Superiores de Rondônia Ltda
Advogado: José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 413,00 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0013303-46.2010.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Getulio Correia de Oliveira Sobrinho
Advogado: José Girão Machado Neto (RO 2664)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Cálculos Judiciais:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, intimadas para no prazo de 05 dias, manifestarem sobre os cálculos judiciais.

Proc.: 0001695-46.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jose Alves dos Santos
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB-RO 1688)
Requerido: Banco Panamericano S/A
Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB/PB 21.714-A)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 120,00 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0003390-35.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antônio Mendes
Advogado: Paulo Adriano da Silva (OAB/RO 4753)
Requerido: Banco Santander S/A
Advogado: Marcos Metchko (OAB/RO 1482)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 290,25 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0005106-97.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Nizarlete Gonçalves Vieira
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Credibama Sa
Advogado: Waldirene do Prado Brasleiro (OAB/DF 38962)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 7,65 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0000068-07.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Uillian Silva Cardoso
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Banco Panamericano S/A
Advogado: Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 194,40 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0019959-82.2011.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Franciney Brandão Albino
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 8,35 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0019765-82.2011.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Maria do Carmo de Oliveira
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido: Banco do Brasil S/a. - Agência de Cacoal / Ro
Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 8,35 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0009798-76.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sílvio Luiz Rodrigues Ramalho
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Requerido: Banco Bonsucesso S. A.
Advogado: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB/MG 96864)
Custas Finais:
Fica a parte AUTORA, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 79,25 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0017121-35.2012.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Lindomar Ferreira do Nascimento
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco BMG S. A.
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 7,95 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0015899-32.2012.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Rozenilson da Silva Moquedace
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Requerido: Banco Daycoval S/A
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 7,95 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0018447-30.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Gerardo de Abreu
Advogado: Cristiane Vargas Volpon Robles (OAB/RO 1401)
Requerido: Carlos Roberto Nobrega
Advogado: Maiele Rogo Mascaro (OAB/RO 5122), Denis Augusto Monteiro Lopes (RO 2433)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 174,14 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0021861-36.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Gean Erenaldo Veja Matos
Advogado: Jéssica Carvalho dos Santos (OAB/RO 5240)
Requerido: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 150,40 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0014590-73.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Valdivino Rodrigues de Almeida
Advogado: Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593), Silvio Regis de Almeida (OAB/SP 220708)
Requerido: Cn ComunicaÇÕes & Marketing Ltda, Mamoré Agência de Publicidade Ltda
Advogado: Agnaldo Muniz (OAB/RO 258B), Anita de Cácia Notargiácomo Saldanha (OAB/RO 3644)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 45,10 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0019202-54.2012.8.22.0001
Ação: Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente: J. M. B. S.
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: B. B. S.
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 7,95 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0005825-50.2011.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Niceia Batista de Souza Amorim
Advogado: Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Requerido: BANCO ITAU CARD S/A
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407), Júlia Guimarães de Almeida (OAB/RN 8665)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 8,60 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0018609-25.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Antonio Jose da Silva, Claudionor Francisco Vieira, Florencio Ferreira da Silva, Jaqueline Rohde Antonio, Jamilson Kemell dos Santos, Jean Carlos dos Santos, Jose Pereira da Silva, Jurandi Amadeu Veronezzi, Natanael Inacio dos Santos, Ruth de Lima Cidade, Waldir Sampaio
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) para efetuar o pagamento das custas judiciais no valor de R$ 2.880,65 , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Raimundo Neri Santiago
Escrivão Judicial

9ª VARA CÍVEL

9ª Vara Cível
SUGESTÕES , RECLAMAÇÕES OU ELOGIOS, FAÇAM PESSOALMENTE AO JUIZ, À OUVIDORIA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET - E-MAIL: pvh9civel@tjro.jus.br
JUIZ DE DIREITO: JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
DIRETOR DE CARTÓRIO: Bel. JOSÉ RICARDO MENDES DOS SANTOS PARAÍZO

Proc.: 0015603-73.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alexandro Nunes Azevedo
Advogado: Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843)
Requerido: Telefônica Brasil S.A.
DECISÃO :
DECISÃO Pretende o autor a declaração de inexistência de dívida, bem como indenização por danos morais em razão da conduta ilegal atribuída a empresa ré, bem como a concessão de tutela antecipada para exclusão de seu nome do cadastro de inadimplentes.O art. 273 do CPC estabelece que: Art. 273 O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: I haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação;II (...)Extrai-se do dispositivo supra transcrito que para a concessão da tutela antecipada faz-se mister a presença dos seguintes requisitos: prova inequívoca do direito, verossimilhança da alegação e, receio de dano irreparável ou de difícil reparação.A presença dos requisitos deve ser aferida em juízo de cognição sumária ou superficial, própria desta fase do processo.Os documentos que acompanharam a inicial demonstram que a requerida inseriu o nome do autor no cadastro de inadimplentes. Se os motivos que ensejaram referido registro são legítimos, é questão de mérito que será analisada oportunamente.Também restou demonstrado que não obstante as diversas tentativas, o autor não logrou êxito em resolver o problema diretamente com a requerida, o que deve ser presumido como verdadeiro ante o principio da boa-fé que rege o processo civil.O receio de dano irreparável ou de difícil reparação também se encontra presente, pelo resultado nefasto que pode ser causado ao autor pela sua inclusão no cadastro de maus pagadores, dificultando, ou até mesmo impedindo a realização de qualquer negócio à crédito, não mitigando esse efeito a existência de outra negativação. Assim sendo, conclui-se presentes os requisitos do art. 273 do CPC.PELO EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos constam, concedo a tutela antecipada, DETERMINANDO a expedição de ofício ao SPC e Serasa para que proceda a retirada do nome do autor do cadastro de inadimplentes.Cite-se a empresa requerida para contestar o pedido inicial no prazo legal, constando no mandado as advertências dos arts. 285 e 297 do CPC., intimando-a para o cumprimento da DECISÃO .Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015867-90.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Itaú Unibanco S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Executado: Borges dos Santos & Cia Ltda, Osni Borges dos Santos
DECISÃO :
DEPACHO INICIAL/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO1. Cite-se o executado para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida;2. O Oficial de Justiça deverá permanecer com a cópia do mandado e, não sendo efetuado o pagamento no prazo acima, proceder a penhora e avaliação de bens do devedor passíveis de garantir a execução, de tudo dando ciência ao executado;3. Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se, também, o cônjuge do executado;4. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação;5. Fixo honorários em 10% do valor executado, advertindo-se o requerido que este percentual será reduzido à metade no caso do integral pagamento no prazo de 3 (três) dias (art. 652-A do CPC).6. Defiro ao Sr. Meirinho proceder às diligências na forma do parágrafo 2º, do art. 172, do CPC.CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO MANDADO.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015864-38.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Santander Brasil Sa
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Executado: Welita Aline Pereira de Oliveira

DECISÃO :
DEPACHO INICIAL/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO1. Cite-se o executado para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida;2. O Oficial de Justiça deverá permanecer com a cópia do mandado e, não sendo efetuado o pagamento no prazo acima, proceder a penhora e avaliação de bens do devedor passíveis de garantir a execução, de tudo dando ciência ao executado;3. Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se, também, o cônjuge do executado;4. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação;5. Fixo honorários em 10% do valor executado, advertindo-se o requerido que este percentual será reduzido à metade no caso do integral pagamento no prazo de 3 (três) dias (art. 652-A do CPC).6. Defiro ao Sr. Meirinho proceder às diligências na forma do parágrafo 2º, do art. 172, do CPC.CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO MANDADO.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015756-09.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Benicio Diogo Magalhaes
Advogado: Maria da Conceição Souza Vera (OAB/RO 573)
Requerido: BANCO ABN AMRO REAL S/A.
DECISÃO :
1 - Cite-se o requerido para responder o pedido inicial, advertindo-o que não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial (CPC, art. 285, 297 e 302).2- Apresentada a resposta, dê-se vista à parte contrária para se manifestar quanto a contestação e documentos apresentados (se for o caso).3 - Em seguida, às partes para especificarem provas, devendo justificar sua conveniência e necessidade, sob pena de indeferimento ou julgamento antecipado do processo no estado em que se encontra.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015873-97.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ricardo Malavasi
Advogado: Eliana Soleto Alves Massaro (RO 1847)
Requerido: Móveis Romera, Semp Toshiba S. A.
DESPACHO :
DESPACHO Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica. Havendo incidentes, decorrendo in albis o prazo ou adotadas as providências ora determinadas, voltem-me conclusos os autos.Defiro a justiça gratuita.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015618-42.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vinicius Silva Lemos
Advogado: Vinicius Silva Lemos ( )
Requerido: VIVO S A
DECISÃO :
DECISÃO Intime-se a parte autora para emendar a petição inicial, uma vez que o valor atribuído à causa não atende o disposto no art. 259 do Código de Processo Civil, tendo em vista que em casos análogos, a fixação dos danos tem sido no patamar de R$ 5.000,00.Prazo: 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito.Destaque-se que o recolhimento das custas deverá obedecer ao novo valor atribuindo, fazendo depósito complementar na conta vinculada aos autos.Sendo cumprida a determinação, ou, decorrendo in albis o prazo, devidamente certificado, voltem-me conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015625-34.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Distribuidora de Auto Peças Ltda Rondobras Ltda
Advogado: Francisco Ferreira da Silva (OAB/RO 4543)
Executado: Rafael dos Anjos Maia
DESPACHO :
DEPACHO INICIAL/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO1. Cite-se o executado para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida;2. O Oficial de Justiça deverá permanecer com a cópia do mandado e, não sendo efetuado o pagamento no prazo acima, proceder a penhora e avaliação de bens do devedor passíveis de garantir a execução, de tudo dando ciência ao executado;3. Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se, também, o cônjuge do executado;4. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação;5. Fixo honorários em 10% do valor executado, advertindo-se o requerido que este percentual será reduzido à metade no caso do integral pagamento no prazo de 3 (três) dias (art. 652-A do CPC).6. Defiro ao Sr. Meirinho proceder às diligências na forma do parágrafo 2º, do art. 172, do CPC.CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO MANDADO.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015704-13.2013.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido: Andreia Pestana Barroso
DESPACHO :
DESPACHO Diante da prova escrita, defiro de plano a expedição de mandado, com prazo de 15 dias, nos termos da inicial, anotando-se que, caso o réu satisfaça a obrigação, ficará isento de custas e honorários advocatícios.Para o caso de não cumprimento, fixo honorários em 10% do valor da dívida.Conste no mandado que, neste prazo, o réu poderá oferecer embargos e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (art. 1.102c do CPC). Cite-se e Intime-se.CÓPIA SERVE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO INTIMAÇÃOPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015623-64.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Maria Ivanilde Cardoso GarÇa Machado

Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Executado: Vanda Cristina Paiva de Abreu
DESPACHO :
DEPACHO INICIAL/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO1. Cite-se o executado para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida;2. O Oficial de Justiça deverá permanecer com a cópia do mandado e, não sendo efetuado o pagamento no prazo acima, proceder a penhora e avaliação de bens do devedor passíveis de garantir a execução, de tudo dando ciência ao executado;3. Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se, também, o cônjuge do executado;4. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação;5. Fixo honorários em 10% do valor executado, advertindo-se o requerido que este percentual será reduzido à metade no caso do integral pagamento no prazo de 3 (três) dias (art. 652-A do CPC).6. Defiro ao Sr. Meirinho proceder às diligências na forma do parágrafo 2º, do art. 172, do CPC.CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO MANDADO.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015815-94.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: José Ivã Bezerra Soares
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: BANCO BMG S/A
DESPACHO :

DESPACHO INICIALCite-se o réu para apresentar o documentos mencionado na inicial, bem como resposta, no prazo de 05 dias, sob pena de admitir como verdadeiros os fatos que, por meio do documento, a parte pretendia provar. Decorrido o prazo assinalado ou apresentado os documentos, venham-me conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015794-21.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Egidio Jorge de Oliveira Pinheiro
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco IBI S. A
DESPACHO :

DESPACHO INICIALCite-se o réu para apresentar o documentos mencionado na inicial, bem como resposta, no prazo de 05 dias, sob pena de admitir como verdadeiros os fatos que, por meio do documento, a parte pretendia provar. Decorrido o prazo assinalado ou apresentado os documentos, venham-me conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0023198-60.2012.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão (Cível)
Requerente: AYMORE SANTANDER FINCANCIAMENTOS
Advogado: João Carlos de Almeida Zanini (OAB/RO 5071)
Requerido: Marissilva Salvagni de Lima
DESPACHO :
O pedido de reconsideração já foi apreciado pelo juízo, sendo deferido o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento da deteminação de fls. 44. Não obstante isso, não houve o cumprimento até a presente data. Em razão disso, cumpra-se a determinação em 5 (cinco) dias, pena de indeferimento da inicial. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0003862-36.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Fabiana Cristovam Lima
Advogado: Natalie Del Carmen Rodrigues de Carvalho (OAB/RO 5093), Mona Seth Alexandre Cavalcante Cordeiro (RO 5640)
Requerido: Claro S/A
DESPACHO :
Requeira o autor o que entender de direito em 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015383-75.2013.8.22.0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente: Alcione Gomes da Silva Andrade
Advogado: Jeter Barbosa Mamani (OABRO 5793)
Requerido: Profissional Centro Automotivo
DESPACHO :
DESPACHO Designo audiência de justificação para o dia 21/08/2013 às 08: 30 horas.Cite-se a requerida, informando que deverá comparecer acompanhada de advogado e o prazo para contestar correrá da audiência supra.Intimem-se a comparecer acompanhados de suas testemunhas e demais provas.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015816-79.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Alexssandra Irineu da Conceição
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: BANCO BMG S/A
DESPACHO :

DESPACHO INICIALCite-se o réu para apresentar o documentos mencionado na inicial, bem como resposta, no prazo de 05 dias, sob pena de admitir como verdadeiros os fatos que, por meio do documento, a parte pretendia provar. Decorrido o prazo assinalado ou apresentado os documentos, venham-me conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015583-82.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Abilio Julião da Silva Araújo
Advogado: Kaliana Anissa Prado Nery (OAB-RO 5654)
Requerido: Banco do Brasil S/a Agência Av. Jatuarana
DECISÃO :
DECISÃO Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, apresentar início de prova hábil constitutiva do seu direito, tendo em vista que a declaração própria de fls. 09 não é prova suficiente para tanto.Defiro a justiça gratuita.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015841-92.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Joaquim Teodoro da Silva Neto
Advogado: Ivonete Rodrigues Caja (OAB/RO 1871)
Requerido: R. M. Industrial Madeireira Rio Madeira Ltda

DESPACHO :
Emende-se a inicial para indicar endereço da requerida de forma a possibilitar sua citação. Prazo de 10 (dez) dias, pena de indeferimento. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015946-69.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Leonel Barbosa dos Santos
Advogado: Hugo Wataru Kikuchi Yamura (OAB/RO 3613), Luiz Carlos Ferreira Moreira (OAB/RO 1433)
Requerido: Consórcio Santo Antônio Energia
DESPACHO :
DESPACHO Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica. Havendo incidentes, decorrendo in albis o prazo ou adotadas as providências ora determinadas, voltem-me conclusos os autos.Defiro a justiça gratuita.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015783-89.2013.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Simone Piltz de Souza
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: BANCO BMG SA.
DESPACHO :

DESPACHO INICIALCite-se o réu para apresentar o documentos mencionado na inicial, bem como resposta, no prazo de 05 dias, sob pena de admitir como verdadeiros os fatos que, por meio do documento, a parte pretendia provar. Decorrido o prazo assinalado ou apresentado os documentos, venham-me conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015649-62.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antonio Silvestre Ribeiro
Advogado: Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Requerido: CLARO S/A
DECISÃO :
DECISÃO Pretende o autor a declaração de inexistência de dívida, bem como indenização por danos morais em razão da conduta ilegal atribuída a empresa ré, bem como a concessão de tutela antecipada para exclusão de seu nome do cadastro de inadimplentes.O art. 273 do CPC estabelece que: Art. 273 O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: I haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação;II (...)Extrai-se do dispositivo supra transcrito que para a concessão da tutela antecipada faz-se mister a presença dos seguintes requisitos: prova inequívoca do direito, verossimilhança da alegação e, receio de dano irreparável ou de difícil reparação.A presença dos requisitos deve ser aferida em juízo de cognição sumária ou superficial, própria desta fase do processo.Os documentos que acompanharam a inicial demonstram que a requerida inseriu o nome do autor no cadastro de inadimplentes. Se os motivos que ensejaram referido registro são legítimos, é questão de mérito que será analisada oportunamente.Também restou demonstrado que não obstante as diversas tentativas, o autor não logrou êxito em resolver o problema diretamente com a requerida, o que deve ser presumido como verdadeiro ante o principio da boa-fé que rege o processo civil.O receio de dano irreparável ou de difícil reparação também se encontra presente, pelo resultado nefasto que pode ser causado ao autor pela sua inclusão no cadastro de maus pagadores, dificultando, ou até mesmo impedindo a realização de qualquer negócio à crédito, não mitigando esse efeito a existência de outra negativação. Assim sendo, conclui-se presentes os requisitos do art. 273 do CPC.PELO EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos constam, concedo a tutela antecipada, DETERMINANDO a expedição de ofício ao SPC e Serasa para que proceda a retirada do nome do autor do cadastro de inadimplentes.Defiro a justiça gratuita.Cite-se a empresa requerida para contestar o pedido inicial no prazo legal, constando no mandado as advertências dos arts. 285 e 297 do CPC., intimando-a para o cumprimento da DECISÃO .Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015729-26.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jose Valcilene Nogueira Silva
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Claro S.a
DECISÃO :
DECISÃO Pretende o autor a declaração de inexistência de dívida, bem como indenização por danos morais em razão da conduta ilegal atribuída a empresa ré, bem como a concessão de tutela antecipada para exclusão de seu nome do cadastro de inadimplentes.O art. 273 do CPC estabelece que: Art. 273 O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: I haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação;II (...)Extrai-se do dispositivo supra transcrito que para a concessão da tutela antecipada faz-se mister a presença dos seguintes requisitos: prova inequívoca do direito, verossimilhança da alegação e, receio de dano irreparável ou de difícil reparação.A presença dos requisitos deve ser aferida em juízo de cognição sumária ou superficial, própria desta fase do processo.Os documentos que acompanharam a inicial demonstram que a requerida inseriu o nome do autor no cadastro de inadimplentes. Se os motivos que ensejaram referido registro são legítimos, é questão de mérito que será analisada oportunamente.Também restou demonstrado que não obstante as diversas tentativas, o autor não logrou êxito em resolver o problema diretamente com a requerida, o que deve ser presumido como verdadeiro ante o principio da boa-fé que rege o processo civil.O receio de dano irreparável ou de difícil reparação também se encontra presente, pelo resultado nefasto que pode ser causado ao autor pela sua inclusão no cadastro de maus pagadores, dificultando, ou até mesmo impedindo a realização de qualquer negócio à crédito, não mitigando esse efeito a existência de outra negativação. Assim sendo, conclui-se presentes os requisitos do art. 273 do CPC.PELO EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos

constam, concedo a tutela antecipada, DETERMINANDO a expedição de ofício ao SPC e Serasa para que proceda a retirada do nome do autor do cadastro de inadimplentes.Cite-se a empresa requerida para contestar o pedido inicial no prazo legal, constando no mandado as advertências dos arts. 285 e 297 do CPC., intimando-a para o cumprimento da DECISÃO .Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015632-26.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794), Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido: Sebastião de Lima Matias
SENTENÇA :

DESPACHO INICIAL CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO1. O requerente anexou o contrato de alienação fiduciária, bem como demonstrou a mora do devedor, através da notificação extrajudicial expedida por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos (art. 2º, § 2º, Decreto-lei 911/69). Assim, defiro, liminarmente, a busca e apreensão do veículo mencionado na exordial.Expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem, com o requerente, ou quem ele venha a indicar, mediante o compromisso.2. Consigno que cinco dias após executada a liminar e intimado o réu, acaso não haja pagamento, consolidar-se-á a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário. Em razão disso, fica às repartições competentes, autorizadas a expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou terceiro por ele indicado, livre de ônus da propriedade fiduciária (§ 1º, do art. 3º, Decreto-lei 911/69).3. No mesmo prazo supra, poderá o devedor fiduciante pagar a integralidade da dívida pendente, conforme valores apresentados pelo credor na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus.4. Cite-se o devedor fiduciante que poderá apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.Intimação via DJ.CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO MANDADOPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015577-75.2013.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: COOPRESTAMEP Cooperativa de Prestação de Serviços na Área de Transporte Terraplenagem Aluguel de Maquinas e Equipamentos Pesados de Porto Velho Ltda
Advogado: Sérgio Gastão Yassaka (OAB/RO 4870), Fernando Soares Garcia (OAB/RO 1089)
Requerido: Octa Serviços Industriais Ltda
DESPACHO :
DESPACHO Diante da prova escrita, defiro de plano a expedição de mandado, com prazo de 15 dias, nos termos da inicial, anotando-se que, caso o réu satisfaça a obrigação, ficará isento de custas e honorários advocatícios.Para o caso de não cumprimento, fixo honorários em 10% do valor da dívida.Conste no mandado que, neste prazo, o réu poderá oferecer embargos e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (art. 1.102c do CPC). Cite-se e Intime-se.CÓPIA SERVE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO INTIMAÇÃOPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015529-19.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Executado: Naiane Alves de Souza, Nilton Bessa Lara
DESPACHO :
DESPACHO Cite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar ou nomear bens à penhora.Arbitro honorários em 10% sobre o valor da execução, salvo embargos.Deverá constar do mandado, que, havendo pagamento da dívida no prazo assinado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, nos termos do art. 652-A, parágrafo único do CPC. Acaso indique bens à penhora, deverá apresentar provas da propriedade e indicar sua localização e valor estimado. Tratando-se de bem imóvel e sendo casado o ofertante, deverá ser juntada aos autos a anuência do cônjuge e o executado deverá apresentar-se em Juízo para a assinatura do termo de penhora e depósito.Não havendo pagamento ou nomeação de bens no prazo, penhore-se bens suficientes para garantir o Juízo. Se penhorado bem imóvel, intime-se o cônjuge.Deverá constar do mandado o prazo para o oferecimento de eventuais embargos.Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 172, § 2º do CPC.Não sendo encontrado o Executado, arraste-se os bens, na forma do art. 653, parágrafo único do CPC.Havendo embargos, devidamente certificada a sua tempestividade, tornem os autos conclusos.Em caso de pagamento ou inércia do executado, intime-se o exequente a requerer, em 5 (cinco) dias, o que entender de direito.Expeça-se o necessário.Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015735-33.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Maria Ivanilde Cardoso Garça Machado
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Executado: Eduardo Marques Pereira
DESPACHO :
DEPACHO INICIAL/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO1. Cite-se o executado para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida;2. O Oficial de Justiça deverá permanecer com a cópia do mandado e, não sendo efetuado o pagamento no prazo acima, proceder a penhora e avaliação de bens do devedor passíveis de garantir a execução, de tudo dando ciência ao executado;3. Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se, também, o cônjuge do executado;4. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação;5. Fixo honorários em 10% do valor executado, advertindo-se o requerido que este percentual será reduzido à metade no caso do integral pagamento no prazo de 3 (três) dias (art. 652-A do CPC).6. Defiro ao Sr. Meirinho proceder às diligências na forma do parágrafo 2º, do art. 172, do CPC.CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO MANDADO.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015877-37.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jhonatan Sandin Saboia
Advogado: Jéssica Luisa Xavier (OAB/RO 5141)
Requerido: Banco do Brasil S. A.

DESPACHO :
DESPACHO Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica. Havendo incidentes, decorrendo in albis o prazo ou adotadas as providências ora determinadas, voltem-me conclusos os autos.Defiro a justiça gratuita.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0007730-56.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Nelio Santos Freire de Rivoredo
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Eletrobras Distribuição Rondônia - CERON
Advogado: FÁbio AntÔnio Moreira (RO 1553)
DECISÃO :
Chamo o feito a ordem, para revogar os DESPACHO s de fls. 62 e 66, passando a proferir DESPACHO saneador.Trata-se a presente de ação de indenização movida por NÉLIO SANTOS FREIRE DE RIVOREDO em face de ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA, pretendendo indenização por danos materiais e morais e face de acidente ocorrido na sede da empresa requerida, consistente na queda em uma de suas passarelas, decorrendo lesão no membro superior direito.A requerida, citada (fls. 46/v.), apresentou contestação, afirmando desconhecer a ocorrência do acidente. Disse, ainda, não ter restado demonstrado sua culpa pelo evento, postulando a improcedência do pedido. Impugnação à contestação às fls. 57/59.A requerida pugnou pela produção de prova testemunhal e pericial. O requerido, por sua vez, pugnou pela produção de prova testemunhal.É a síntese. Decido.Compulsando os autos, infere-se que ele se encontra em ordem. As partes são legítimas e se encontram devidamente representadas, inexistindo nulidades ou irregularidades a serem supridas. Também não existem preliminares a serem apreciadas, razão pela qual considero-o saneado.Os pontos controvertidos da demanda são: a) a ocorrência do acidente; b) os danos causados ao autor, principalmente a lesão no membro superior direito com consequente limitação para o trabalho; c) a culpa da requerida pelo evento danoso; d) o nexo causal entre o acidente e os danos.Em razão da existência de pontos controvertidos, defiro as provas pretendidas pela partes (fls. 60 e 61), consistente na realização de perícia, depoimento pessoal do autor e oitiva de testemunhas. A prova pericial, será realizada pelo Instituo Médico Legal do município de Porto Velho, determinando seja oficiado ao seu diretor para que indique profissional habilitado para o trabalho, apresentando valor dos honorários em 5 (cinco) dias, sendo este custeado pela requerida, que intimada do valor, deverá efetuar o depósito em 48 horas, pena de desistência da prova.Efetuado o depósito, intime-se o perito para que indique dia, hora e local para a realização da perícia, intimando-se as partes.Os quesitos deverão ser apresentados pelas partes no prazo de 5 (cinco) dias, podendo estas, ainda, apresentar assistente no mesmo prazo.Os quesitos do juízo são: 1) O autor possui alguma debilidade em membro ou função do corpo 2) Qual a origem da debilidade 3) Se a debilidade é permanente 4) Se a debilidade provocou perda ou inutilização do membro ou função 5) Se a debilidade provocou a redução ou perda da capacidade para o trabalho 6) A redução ou perda da capacidade para o trabalho é permanente O depoimento pessoal do autor e a prova testemunhal serão colhidos em audiência de instrução a ser designada oportunamente. Intimação via DJ.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0001200-02.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: DANIEL FERNANDES DE SOUZA
Advogado: Adhemar Alberto Sgrott Reis (OAB/RO 1944)
Requerido: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros
Advogado: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5.017)
DECISÃO :
Entendo essencial para o deslinde do feito a realização de perícia médica e, para aquilatar o grau de invalidez do autor nomeio o médico OTINO JOSÉ DE ARAÚJO FREITAS, fone 9981-2423 e 8105-4155 localizável no endereço, Av. Garapa, 4414, casa 20, bairro Nova Porto Velho, para periciar o autor na data por ele designada, devendo o perito ser intimado para dizer se concorda com o encargo e fazer proposta de honorários. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de 5 dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, do Código de Processo Civil.O ônus da produção da prova pericial ficará a cargo da requerida, aplicando-se a teoria da carga dinâmica da prova, afastando-se, no caso específico, a regra inserta no art. 33 do CPC, isso porque, sendo o autor hipossuficiente, não possui ele condições de arcar com as despesas respectivas, sendo aceitável o repasse dos custo da coleta de determinada prova a seguradora requerida, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada Justiça. Assim, apresentada a proposta de honorários, intime-se a requerida para efetuar o depósito do valor em 5 (cinco) dias.Realizado o depósito, intime-se o perito para dar início ao trabalho, independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau, indicando, com antecedência de 20 (vinte) dias, a data e horário de realização do exame, possibilitando a intimação das partes, incumbindo a estas a comunicação aos eventuais assistentes técnicos.Fixo o prazo de 15 dias para entrega do laudo, contados a partir da realização do exame.O quesitos do juízo são: a) o autor apresenta sequela de lesão física ;b) caso positivo, é possível estabelecer a origem a origem e a época de sua ocorrência ;c) caso comprovadas as sequelas, que partes do corpo são atingidas d) ainda em caso positivo, em quanto as sequelas comprometem a capacidade motora e laborativa do autor e) Tecnicamente o autor pode ser considerado total ou parcialmente inválido Caso queiram, as partes poderão formular seus quesitos e indicar assistentes técnicos, cabendo à seguradora requerida fazê-lo no prazo da contestação e o autor, no prazo da réplica.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo
Diretor de Cartório

9ª Vara Cível
SUGESTÕES , RECLAMAÇÕES OU ELOGIOS, FAÇAM PESSOALMENTE AO JUIZ, À OUVIDORIA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET - E-MAIL: pvh9civel@tjro.jus.br
JUIZ DE DIREITO: JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
DIRETOR DE CARTÓRIO: Bel. JOSÉ RICARDO MENDES DOS SANTOS PARAÍZO

Proc.: 0021804-18.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Elaine Carolina de Manaces
Advogado: Alberto Gauna Alvis (OAB/RO 4699)
Requerido: CLARO S/A, SERASA EXPERIAN
Advogado: Rosana Benencase (OAB/SP 120552)
DECISÃO :
DECISÃO Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos, ressalvando o efeito devolutivo em relação a matéria objeto da tutela antecipada. Venham as contrarrazões. Após, encaminhem-se ao TJRO. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0005039-35.2013.8.22.0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado: Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/SP 115.762), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830), Alexandre Cardoso Júnior (OAB/SP 139455)
Embargado: Selma Lucia Abreu Monteiro
Advogado: Jose Eduvirge Mariano (OAB/RO 324A)
DESPACHO :
DESPACHO Dê-se vistas ao Ministério Público Estadual, em razão da natureza da causa, nos termos do art. 82, I do CPC. Após, voltem os autos conclusos.Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0003586-39.2012.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Maria Pereira Santos
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
DECISÃO :
DECISÃO Recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, de acordo com o art. 520, IV do CPC.Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias.Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de justiça com nossas homenagens.Intimem-se.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0009300-77.2012.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido: A. A. Alcântara Comércio ME
SENTENÇA :
VISTOS. A parte interessada foi intimada a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente, que lhe impede o prosseguimento (fls. 40), mas deixou que se escoasse o prazo assinado, sem providência (certidão de fls. 40/verso). Em conseqüência, com fundamento no artigo 267, inciso III e § 1º, do Código de Processo Civil, julgo extinto o feito, sem julgamento de mérito, ante a inércia da parte em providenciar o prosseguimento do feito.P.R.I. Arquive-se, sem custas finais. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0000260-37.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Yamaha Motor do Brasil SA
Advogado: Marcel dos Reis Fernandes (OAB/RO 4940)
Requerido: Valdeci Aparecido dos Santos
SENTENÇA :
VISTOS. A parte interessada foi intimada a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente, que lhe impede o prosseguimento (fls. 26), mas deixou que se escoasse o prazo assinado, sem providência (certidão de fls. 26/verso). Em conseqüência, com fundamento no artigo 267, inciso III e § 1º, do Código de Processo Civil, julgo extinto o feito, sem julgamento de mérito, ante a inércia da parte em providenciar o prosseguimento do feito.P.R.I. Arquive-se, sem custas finais. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0022685-92.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Ronaldo Lobato Martins
Advogado: Flávio Henrique Teixeira Orlando (OAB/RO 2003)
Requerido: União P F N
DESPACHO :
Defiro os quesitos formulados às fls. 119/120. Cumpra a escrivania o DESPACHO de fls. 116/118, não se olvidando da intimação do assistente Transporte Coletivo Rio Madeira da data da perícia, ficando a cargo desta a comunicação ao seu assistente técnico. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0026082-62.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Elisangela da Silva
Advogado: Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini (OAB/RO 4953)
Requerido: União das Escolas Superiores de Rondônia - UNIRON
Advogado: José Ademir Alves (OAB/RO 618)
DECISÃO :
DECISÃO Recebo a apelação em ambos os efeitos.Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrrazões no prazo de 15 dias.Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens.Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0005770-65.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria das Graças Sá Mota
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Brasil Telecom S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha ( )

DECISÃO :
DECISÃO Recebo a apelação em ambos os efeitos.Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrrazões no prazo de 15 dias.Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens.Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0018773-87.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Comércio de Derivados de Petróleo Carga Pesada Ltda
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
Requerido: Metalurgica Amazonia Esquadrias de Ferro Ltda EPP
Advogado: Elda Luciana Oliveira Melo (OAB/RO 3924)
DECISÃO :
DECISÃO Recebo a apelação em ambos os efeitos.Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrrazões no prazo de 15 dias.Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens.Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0012256-32.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rodrigo Pereira Kappaunn
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos ( )
Requerido: BANCO ITAU CARD S/A
DESPACHO :

DESPACHO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO1 - Cite-se o requerido para responder o pedido inicial, advertindo-o que não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial (CPC, art. 285, 297 e 302).2- Apresentada a resposta, dê-se vista à parte contrária para se manifestar quanto a contestação e documentos apresentados (se for o caso).3 - Em seguida, às partes para especificarem provas, devendo justificar sua conveniência e necessidade, sob pena de indeferimento ou julgamento antecipado do processo no estado em que se encontra. Intime-se o autor através de seu advogado pelo DJ. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO MANDADOPorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0023695-11.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Suelia Pereira Gonzales
Advogado: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
Requerido: Decolar.Com Ltda
Advogado: Adelmo da Silva Emerenciano (OAB/SP 91916), Josimar Oliveira Muniz (RO 912)
DECISÃO :
DECISÃO Recebo a apelação em ambos os efeitos.Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrrazões no prazo de 15 dias.Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens.Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0012439-03.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edvânia Benicio de Brito
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: CREFISA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
DESPACHO :

DESPACHO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO1 - Cite-se o requerido para responder o pedido inicial, advertindo-o que não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial (CPC, art. 285, 297 e 302).2- Apresentada a resposta, dê-se vista à parte contrária para se manifestar quanto a contestação e documentos apresentados (se for o caso).3 - Em seguida, às partes para especificarem provas, devendo justificar sua conveniência e necessidade, sob pena de indeferimento ou julgamento antecipado do processo no estado em que se encontra. Intime-se o autor através de seu advogado pelo DJ. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO MANDADOPorto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0021725-39.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Maria Benedita da Silva
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Requerido: Banco Panamericano S/A
Advogado: Nelson Paschoalotto (OAB/MS 12020A)
DECISÃO :
DECISÃO Recebo a apelação em ambos os efeitos.Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrrazões no prazo de 15 dias.Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens.Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0006224-45.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Moisés Lopes da Silva
Advogado: Edmar da Silva Santos (OAB/RO 1069), Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Pedro Origa (1953), José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063)
DECISÃO :
DECISÃO Recebo a apelação em ambos os efeitos.Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrrazões no prazo de 15 dias.Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens.Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015000-34.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Regina Helena Stering Maciel
Advogado: Reynaldo Diniz Pereira Neto (OAB/RO 4180)
Requerido: Banco Santander S.A.

DECISÃO :
DECISÃO Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos, ressalvando o efeito devolutivo em relação a matéria objeto da tutela antecipada. Venham as contrarrazões. Após, encaminhem-se ao TJRO. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0016186-92.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Pâmela Seabra da Costa
Advogado: Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)
Requerido: Tam - Táxi Aéreo Marília
Advogado: Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
DECISÃO :
DECISÃO Recebo a apelação em ambos os efeitos.Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrrazões no prazo de 15 dias.Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens.Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0008535-09.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Celia Cruz Barbosa
Advogado: Tiago Fagundes Brito (OAB/RO 4239)
Requerido: B2w Companhia Global do Varejo
Advogado: Vinícius Ideses (OAB/RJ 98749), Bruno Bezerra de Souza (OAB/PE 19352), DANIELE MEIRA COUTO (OAB 2400), Fabio Breyer Amorim (OAB/RJ 124274)
DECISÃO :
DECISÃO Recebo a apelação em ambos os efeitos.Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrrazões no prazo de 15 dias.Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens.Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0023476-61.2012.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Elieth Justina de Oliveira Pires
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco do Brasil S A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
DECISÃO :
DECISÃO Recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, de acordo com o art. 520, IV do CPC.Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias.Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de justiça com nossas homenagens.Intimem-se.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0016882-31.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Elias Chagas Neto
Advogado: Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689), João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: B. V. Financeira S.A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
DESPACHO :
DESPACHO Tendo em vista que a lei preconiza a constante busca pela solução conciliatória em qualquer fase do processo, designo audiência com esta finalidade para o dia 10/09/2013 às 10 horas.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0000961-32.2012.8.22.0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Banco Volkswagen S/A
Advogado: Cynthia Durante (OAB/RO 4678), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/GO 21593), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Requerido: Franceni de Souza Costa do Nascimento
Advogado: Telma Santos da Cruz (OAB/RO 3156), Antoninho Mognol (OAB/RO 2718)
DESPACHO :
Indefiro o pedido de fls. 198/199, por tratar-se de obrigação da parte, mormente neste caso, onde o feito permaneceu paralisado por quase um ano, a pretexto de realização de acordo.Nada sendo requerido em 5 (cinco) dias, venham conclusos para extinção. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0003013-64.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco J. Safra S/A
Advogado: Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329), Celso Marcon (OAB/ES 10990), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Requerido: Raully Alves Almeida
DESPACHO :
DESPACHO Indefiro os pedidos de fls. 25, pois não cabe ao Poder Judiciário a função de tentativa da localização do endereço atualizado da parte requerida quando a providência a parte autora compete.Nesse sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS. Não cabe ao Poder Judiciário a função de oficiar a entidades e órgãos públicos para atender interesse das partes quando a providência a elas compete. Recurso conhecido e improvido. (Agravo de Instrumento nº 66657-3/180, da comarca de Goiânia)." AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO-ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À CEEE PARA LOCALIZAÇÃO DO ENDEREÇO DE TESTEMUNHA. Cabe à parte esgotar as diligências cabíveis na localização do endereço de testemunha. Somente quando exauridas as procuras na esfera extrajudicial, é possível a expedição de ofício a órgãos públicos e privados, para obtenção de informações acerca do paradeiro de testemunha. No caso, a agravante não demonstrou que empreendeu tais medidas. Agravo de instrumento desprovido, em DECISÃO monocrática. (Agravo de Instrumento Nº 70040681728, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Aurélio dos Santos Caminha, Julgado em 05/01/2011) AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AÇÃO MONITÓRIA. FASE EXECUTIVA. LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. ÔNUS DA PARTE. REQUISIÇÃO JUDICIAL. OFÍCIO A ÓRGÃOS PÚBLICOS. INDEFERIMENTO. AUSENTE PROVA DE ESGOTAMENTO DE MEIOS DISPONÍVEIS E ACESSÍVEIS. NEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. (Agravo de Instrumento Nº 70039381710,

Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nara Leonor Castro Garcia, Julgado em 20/10/2010) Ademais, no caso dos autos, não restou provado que a parte autora tenha esgotado as vias extrajudiciais de tentativa da localização do endereço do requerido.Intime-se a parte autora para que, no prazo de 05 dias, diligencie e informe nos autos o atual endereço da parte requerida para citação, pena de extinção (ausência de pressuposto processual).Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0002321-02.2012.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Maria de Fatima Alves dos Santos, Antonio Souza da Paixão
Advogado: José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975), Luciane Gimax Henrique (OAB/RO 5300), José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975), Luciane Gimax Henrique (OAB/RO 5300)
Executado: Santo Antônio Energia S.A.
Advogado: Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020)
SENTENÇA :
VISTO , etc.Santo Antônio Energia S/A, qualificada na inicial, opôs exceção de pré-executividade nos autos da execução promovida por Maria de Fátima Alves dos Santos e Antônio Souza da Paixão, todos qualificados, alegando, entre outras situações, ser inadequada a via eleita (procedimento equivocado) e ausência de liquidez, certeza e exigibilidade do título de crédito, pretendendo a nulidade da execução. Intimados, os exceptos apresentaram impugnação, atacando ponto a ponto todas as alegações da excipiente, explicando que o título executado preenche todos as exigências contidas no art. 585, II, do CPC. Requereram a improcedência da exceção por ser peça manifestamente protelatória.É o relatório. Decido. De início, cumpre destacar que o incidente de exceção de pré-executividade é admitido em situações excepcionais, quando há matéria de ordem pública sobre a qual o juiz pode se pronunciar de ofício, sem desafiar a prévia segurança do juízo. Neste sentido Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery, in Código de Processo Civil Anotado, 4ª Edição, São Paulo, RT, 1999, p. 1185: Objeção de pré-executividade. É meio de defesa que prescinde da segurança do juízo para ser exercido, justamente porque versa sobre matérias de ordem pública, a respeito das quais o juiz deve pronunciar-se de ofício. (...) Admite-se a defesa sem a segurança do juízo, por meio da objeção de pré-executividade, desde que a matéria objeto dessa defesa seja de ordem pública, ou seja, aquelas sobre as quais o juiz tem o dever de examinar e decidir ex officio , independentemente de provocação da parte ou interessado .Destarte, não obstante as inúmeras situações suscitadas pela excipiente, serão objeto de análise, nesta oportunidade, apenas aquelas consideradas de ordem pública, que podem ser apreciadas de ofício.Nulidade da execução. Inexistência de título executivo.A execução embargada versa sobre o termo de acordo n. 1589/2010, documento assinado pelas partes, nos termos do art. 585, II, CPC, que tem por objeto lote de 50 hectares, onde se afirma ter recebido apenas 10 ha destes acordados, requerendo a entrega dos 40 ha remanescentes de terras em área contínua ao lote 119, lotes este disponibilizado aos exequentes/exceptos pela executados/excipiente no referido título.Alternativamente, requereu o pagamento de R$ 5.032,45 por hectare, totalizando R$ 201.298,00 pelos hectares não entregues no acordo. Assim, a execução tem por objeto a entrega da diferença de hectares acordados ou, alternativamente, não sendo possível o atendimento do primeiro pedido, o recebimento de valores referentes aos 40 ha, supostamente devido, conforme se extrai da exordial executória proposta.Pois bem.A nossa legislação processual vigente prevê que toda e qualquer execução deve vir lastreada em título. Esse título deve possuir três atributos essenciais para que possa caracterizar a execução, quais sejam a exigibilidade, liquidez e certeza (art. 586, do CPC). Como explica DINAMARCO, é preciso que “o título represente uma obrigação perfeitamente identificada em seus elementos (certeza) e suficientemente quantificada (liquidez)” (p. 208). Com relação à exigibilidade, esta se relaciona diretamente com o inadimplemento da obrigação. A falta desses requisitos nos títulos extrajudiciais desqualifica-os da eficácia abstrata.Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial: (...) Os requisitos da liquidez, certeza e exigibilidade devem estar ínsitos no título. A apuração de fatos, a atribuição de responsabilidade, a exegese de cláusulas contratuais tornam necessários o processo de conhecimento, e descaracterizam o documento como título executivo. (Resp. 1080-RJ, RSTJ 8/371).Sem dúvida alguma, o instrumento relativo ao termo de acordo registrado em cartório preenche, presumidamente, os atributos do título. No entanto, tal presunção é relativa, admitindo prova em contrário. Diz o exequente/excepto que recebeu apenas 10 ha do combinado, mas não fez prova de suas alegações. Importante ressaltar que as Varas Cíveis de Porto Velho/RO têm firmado entendimento de que, para se reconhecer pretensão desta natureza, é imprescindível ao autor realizar produção de prova no sentido de comprovar a dimensão da área de terra recebida, impondo sanções processuais em caso de não comprovação. Inexistindo provas neste sentido, temerário conceder o pleito aos exequentes/exceptos.Outro ponto que não se passa desapercebido é o referente ao suposto valor atribuído a cada hectare devido, qual seja de R$ 5.032,45. Os exequentes/embargados, mais uma vez, falharam no ônus probante, uma vez que não se observa a origem do montante apurado, nem se aponte ter a executada/excipiente concordado com tal valor. Destarte, embora não se esteja declarando a inexistência de crédito em favor dos exequentes/exceptos, fato é que o título não possui certeza, liquidez e exigibilidade, como referido pelo executado/, razão pela qual a procedência da exceção é medida que se impõe.PELO EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos constam, com apoio no art. 618, I, do CPC, ACOLHO a presente exceção de pré-executividade para reconhecer a nulidade da execução e sua consequente extinção, por não corresponder o título apresentado a uma obrigação, líquida, certa e exigível, condenando os exceptos no pagamento dos honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00, considerando a simplicidade da causa, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ressalvado o disposto no art. 12, da Lei 1.060/50.P.R.I., e após o transito em julgado desta, arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0022519-60.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vanessa Amaral Salgado
Advogado: Teresa Raquel Medeiros Fagundes (OABRJ 127172), Sally Anne Bowmer Beça Coutinho (RO 2980)
Requerido: Ponto Técnico Engenharia e Construções Ltda
Advogado: Inês Aparecida Gulak (OAB/RO 3512)
DECISÃO :
Chamo o feito a ordem ante a necessidade de saneamento. Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c perdas e danos, interposta por Vanessa Amaral Salgado em face de Ponto Técnico Engenharia e Construção Ltda. Refere a inicial ter a autora adquirido da requerida, nos idos de 2.010, um apartamento em construção no Residencial Le Parc, cuja obra foi entregue em 12/11/2010. O imóvel vem apresentando inúmeros problemas e irregularidades de construção, causando inúmeros transtornos a autora.Ainda de acordo com a inicial, a empresa requerida vem se negando a efetuar os reparos necessários, decorrentes de sua responsabilidade, razão pela qual pretende a procedência do pedido de obrigação de fazer, para solução dos problemas apontados, bem como a condenação da requerida no pagamento de indenização por danos materiais e morais. Juntou documentos.Citada (fls. 169/v.), a requerida apresentou contestação, negando a existência de qualquer vício na construção e que os problemas havidos foram prontamente solucionados, pugnando pela improcedência do pedido. Juntou documentos. Réplica às fls. 195/202.Determinada a especificação de provas, a autora pugnou pela realização de prova pericial, testemunhal e documental. A requerida, por sua vez, pugnou pelo depoimento pessoal da autora e produção de prova testemunhal. É síntese. Decido.O feito se encontra em ordem. As partes são legítimas e se encontram devidamente representadas, não existindo nulidades ou irregularidades a serem supridas. Também não existem preliminares a serem apreciadas. Destarte, considero saneado o feito.Os pontos controvertidos da demanda são: a) a existência de vícios no imóvel; b) a natureza dos vícios (de construção ou de uso); c) a responsabilidade da requerida pelos defeitos; d) os danos materiais e morais decorrentes do evento; Considerando a natureza dos pontos controvertidos, que exigem prova técnica para elucidação, defiro a realização de prova pericial, nomeando como perito o Engenheiro Civil José Eduardo Guidi, com endereço à rua Afonso Pena, nº 1002, Bairro Nossa Senhora das Graças, telefones: 8112-9740 ou 8116-9647, devendo o perito ser intimado para dizer se concorda com o encargo e fazer proposta de honorários. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de 5 dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, do Código de Processo Civil.O ônus da produção da prova pericial ficará a cargo da requerida, aplicando-se a teoria da carga dinâmica da prova, afastando-se, no caso específico, a regra inserta no art. 33 do CPC, isso porque, considerando a hipossuficiência da autora, consoante disposição do art. 6º, VIII, do CDC, é aceitável o repasse dos custos da coleta de determinada prova a requerida, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada Justiça. Assim, apresentada a proposta de honorários, intime-se a requerida para efetuar o depósito do valor em 5 (cinco) dias.Realizado o depósito, intime-se o perito para dar início ao trabalho, independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau, indicando, com antecedência de 20 (vinte) dias, a data e horário para início do trabalho, possibilitando a intimação das partes, incumbindo a estas a comunicação aos eventuais assistentes técnicos.Fixo o prazo de 15 dias para entrega do laudo, contados a partir da realização da perícia.As partes deverão apresentar seus quesitos no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo necessidade, o juízo apresentará quesitos complementares.O depoimento pessoal da autora e a prova testemunhal serão colhidos em audiência de instrução a ser designada em momento oportuno. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0003450-08.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Waldomiro Ferreira da Silva, Andrelucia Lemos da Mota, Lucicléia Gonçalves dos Santos, Adedias Aires Mendes, Francisco Evangelista de Abreu, Ivaldo de Moraes Silva, Vicente Fernandes Lima Filho, Ana Cleisa Lisboa Tavares, Francisca de Oliveira Vasconcelos, Maria Leni Sales dos Santos, Ana Paula Nunes Leal
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579)
Requerido: Energia Sustentável do Brasil S.A., Santo Antônio Energia S.A., Consórcio Construtor Santo Antônio Ltda
Advogado: Edgard Hermelino Leite Junior ( ), Antonio Celso Fonseca Pugliese (155.105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Ricardo Gonçalves Moreira (OAB/SP 215212)
DESPACHO :
Sobre a proposta de honorários, digam as requeridas em 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0003646-12.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Atriquilino Acácio de Souza, Vanderleia Sodré dos Santos, Maria Nilza Barbosa Santos, Maria de Jesus Rabelo Queiroz, Nilce de Sousa Magalhães, Hamilton Ferreira da Silva, Iricleide Leal Oliveira, Maria Alcineia Alves de Souza, Germano Cidrão de Carvalho, Elza Ferreira Tejas, Nelita Beleza de Castro
Advogado: Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Requerido: Energia Sustentável do Brasil S.A., Santo Antônio Energia S.A., Consórcio Construtor Santo Antônio Ltda
Advogado: Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92114), Antonio Celso Fonseca Pugliese (155.105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Ricardo Gonçalves Moreira (215.212)
DESPACHO :
Mantenho a DECISÃO agravada por seus próprios fundamentos. Aguarde-se julgamento do recurso. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0022258-95.2012.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Maria Lucia dos Santos
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB/RN 392A), Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
DESPACHO :
DESPACHO Conforme entendimento do STJ, o cumprimento de SENTENÇA não é automático havendo necessidade de intimação do requerido, na pessoa do seu advogado, para cumprir a obrigação no prazo preVISTO no art. 475-J, do CPC. Nesse sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. INCIDÊNCIA. INTIMAÇÃO DO PROCURADOR. NECESSIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.1. O cumprimento da SENTENÇA não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da DECISÃO . o devedor haverá de ser intimado na pessoa do seu advogado, por publicação na imprensa oficial, para efetuar o pagamento no prazo de quinze dias, a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação, a multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 475-J, caput, do Código de Processo Civil. Precedente da Corte Especial.2. Agravo regimental a que se nega provimento.(AgRg nos EDcl no AREsp 151.954/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 26/10/2012)Assim, intime-se o requerido, através de seu advogado, via DJ, para cumprir a obrigação fixada na SENTENÇA no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 475-J, do CPC.Decorrido o prazo supra, será acrescido ao valor, multa de 10% e, a requerimento do credor expedido mandado de penhora e avaliação de bens.Para a fase de cumprimento de SENTENÇA , que terá início após o decurso do prazo supra fixado, fixo honorários advocatícios de 10% do valor, sem prejuízo de sua majoração em caso de impugnação. Intimação via DJ.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0024896-04.2012.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Marbrás Marmoraria Brasil Ltda
Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194)
Requerido: Laucilene Souza de Almeida
SENTENÇA :
Marbrás Marmoraria Brasil Ltda, qualificada na inicial, propôs a presente pretensão monitória em face de Lucilene Souza de Almeida, também qualificada, alegando, em síntese, ser credora da requerida da quantia de R$ 1.442,45 representado pelos títulos que acompanham a inicial.Citada (fls. 19/v.,), a requerida não pagou nem ofereceu embargos.Pelo DESPACHO inicial, a requerida ficou ciente de que na ausência do cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-ia o título judicial.É relatório. Decido.A lide comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, II, do Código de Processo Civil, eis que o(a) requerido(a) incorreu em revelia e confissão ficta (artigo 319, CPC) quanto à matéria de fato, pois embora regularmente citado(a) não ofereceu defesa.Além disso, os documentos que acompanharam a inicial, demonstram ser a autora credora da requerida na importância de R$ 1.442,45 já devidamente corrigida.Também restou assente que os títulos apresentados, perderam a eficácia de título executivo extrajudicial, em razão da prescrição.Nos termos do artigo 1.102c, do CPC, o não oferecimento de embargos implica na constituição do título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo.PELO EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos constam, julgo procedente o pedido inicial, com fulcro no artigo 269, inciso I, e artigo 1.102c, § 3º, do Código de Processo Civil, para constituir de pleno direito o título executivo judicial, condenando o(a) requerido(a) a pagar ao (a) requerente a importância de R$ 1.442,45 (um mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), acrescido de juros e correção monetária a partir da citação do(a) requerido(a).Condeno o(a) requerido(a) no pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 10% sobre o valor da causa.Nos termos do art. 475-J do CPC, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias do transito em julgado da SENTENÇA , sem o pagamento da quantia supra, será acrescido ao valor multa no percentual de 10% e, a requerimento do credor expedido mandado de penhora e avaliação de bens.Para a fase de execução, desde já fixo honorários advocatícios de 15% do valor devidamente corrigido, sem prejuízo de sua majoração em caso de impugnação.P. R. I.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0001668-63.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Condomínio Portal das Artes
Advogado: Octavia Jane Silva Morheb (OAB/RO 1160)
Requerido: Anderson Antonio Rangel de Aquino
DESPACHO :
DESPACHO Retifique-se a autuação para constar como cumprimento de SENTENÇA .Conforme entendimento do STJ, o cumprimento de SENTENÇA não é automático havendo necessidade de intimação do requerido, na pessoa do seu advogado, para cumprir a obrigação no prazo preVISTO no art. 475-J, do CPC. Nesse sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. INCIDÊNCIA. INTIMAÇÃO DO PROCURADOR. NECESSIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.1. O cumprimento da SENTENÇA não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da DECISÃO . o devedor haverá de ser intimado na pessoa do seu advogado, por publicação na imprensa oficial, para efetuar o pagamento no prazo de quinze dias, a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação, a multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 475-J, caput, do Código de Processo Civil. Precedente da Corte Especial.2. Agravo regimental a que se nega provimento.(AgRg nos EDcl no AREsp 151.954/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 26/10/2012)Assim, intime-se o requerido, através de seu advogado, via DJ, para cumprir a obrigação fixada na SENTENÇA no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 475-J, do CPC.Decorrido o prazo supra, será acrescido ao valor, multa de 10% e, a requerimento do credor expedido mandado de penhora e avaliação de bens.Para a fase de cumprimento de SENTENÇA , que terá início após o decurso do prazo supra fixado, fixo honorários advocatícios de 10% do valor, sem prejuízo de sua majoração em caso de impugnação. Intimação via DJ.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0002800-58.2013.8.22.0001
Ação: Monitória
Exequente: Roberto de Albuquerque
Advogado: Roberto Albuquerque Junior (OAB/RO 5590)
Executado: Edmilson Gonçalves Serejo Júnior
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688), Paulo Timóteo Batista (OAB/RO 2437), Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779)
DESPACHO :
Esclareçam as partes se possuem outras provas a serem produzidas, justificando sua necessidade, pena de indeferimento. Prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0003297-72.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jose Rodrigues dos Santos
Advogado: Richardson Cruz da Silva (OAB/RO 2767)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506)
DESPACHO :
DESPACHO Sobre a contestação, manifesta-se o autor em 10 dias.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0024467-71.2011.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogado: Edemilson Koji Motoda (OAB/RO 4281)
Requerido: ROSILENE DA COSTA LIMA
Advogado: Jhonatas Vieira da Silva (OAB/RO 4265), Augusta Gabriela Pini de Souza (OAB/RO 4134)
DESPACHO :
DESPACHO Intime-se pessoalmente o autor para dar andamento ao feito no prazo de 48 horas, constando no mandado a advertência do art. 267, § 1º do CPC.Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015718-31.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisca Silva Nunes
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Banco Itaucard S/A
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
DECISÃO :
DECISÃO Recebo o recurso adesivo interposto pela parte autora, em ambos os efeitos.Ao réu para apresenta suas contrarrazões, no prazo de 15 dias (CPC, art. 500).Decorrido o prazo, com ou sem resposta, remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia, com nossas homenagens de estilo.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0000705-89.2012.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Banco Itaucard S/A
Advogado: MÉlanie Galindo Martinho Azzi (RO 3793)
Requerido: Luzia Silva de Medeiros
DESPACHO :
DESPACHO Indefiro o pedido de fls. 37, cabendo a parte a providência.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0014857-45.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José Cavalcanti Bezerra
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Claro S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DECISÃO :
DECISÃO Recebo o recurso adesivo interposto pela parte autora, em ambos os efeitos.Ao réu para apresenta suas contrarrazões, no prazo de 15 dias (CPC, art. 500).Decorrido o prazo, com ou sem resposta, remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia, com nossas homenagens de estilo.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0018194-42.2012.8.22.0001
Ação: Monitória
Exequente: Cooperativa de Crédito dos Empresários de Porto Velho Credempresas
Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246), Meire Andréa Gomes (OAB/RO 1857), Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Executado: GONDIN & GONDIN BANNERS DE IMPRESSÃO LTDA, KEOLY DE OLIVEIRA GONDIN, Giuliane Chrystine Xavier Gondin
DESPACHO :
Esclareçam as partes se possuem outras provas a serem produzidas, justificando sua necessidade, pena de indeferimento. Prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0009111-02.2012.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Executado: Thamirys Duran Lucino da Silva
Advogado: Defensor Público (RO 00)
DESPACHO :
A petição de fls. 32 não trouxe qualquer elemento que pudesse elidir a execução.Em razão disso, prossiga-se o feito, requerendo o autor o que entender de direito no prazo de 5 (cinco) dias.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0001049-70.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Cintia Cristina Nunes Xavier Costa
Advogado: Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843)
Requerido: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados - NPL I
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/MG 87318)
DESPACHO :
Sobre o depósito voluntário de fls. 135, diga o autor em 5 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0005250-71.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eudasio Vasconcelos Mota
Advogado: Fernanda Naiara Almeida Dias (OAB/RO 5199)
Requerido: LOSANGO S/A
SENTENÇA :
VISTOS. Trata-se de ação declaratória de inexistência de dívida em que as partes comparecem anunciando acordo extrajudicial.Pedem a homologação.Assim, estando presentes os pressupostos legais, homologo o acordo de fls. 57/58, para que produza seus jurídicos e legais efeitos e julgo extinto o processo com resolução de mérito, na forma do art. 269, III, do CPC.Em observância ao princípio da preclusão lógica, considero o trânsito em julgado nesta data. Arquive-se, sem custas finais. .Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0012101-63.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Gisele Maria Palhano Maiolino Furtado
Advogado: Gabriel de Moraes Correia Tomasete (OAB/RO 2641)
Requerido: Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Hiram Souza Marques ( ), Carl Teske Junior. (RO 3.297), Fernanda Maia Marques (OAB/RO 3034)
DECISÃO :
DECISÃO Recebo a apelação em ambos os efeitos.Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrrazões no prazo de 15 dias.Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens.Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0008518-70.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francinara Camara Tabosa
Advogado: Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita (OAB/RO 2036)
Requerido: Autovema Veículos Ltda, Fiat Automóveis S/A
Advogado: José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529), Adelmo da Silva Emerenciano (OAB/SP 91916)
DESPACHO :

DESPACHO Chamo o feito à ordem.Revogo o DESPACHO de fls. 163, que passa a ter a seguinte redação: Intime-se a requerida Fiat Automóveis, através de seu advogado, via Dj, para que efetue o depósito judicial do valor remanescente das custas, no prazo de 15 dias, sob pena de ser aplicado o art. 475-J, do CPC.Ressalte-se que por se tratar de valor a ser restituído a parte autora, deverá ele ser depositado em conta judicial, abstendo-se a parte de efetuar o pagamento através de boleto bancário.Intimação via DJ.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0019742-05.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Eliza Dobgenski
Advogado: Manoel Hipólito Mantovani (OAB/RO 4572)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
DESPACHO :
Considerando a revelia do requerido reconhecida na fase de conhecimento, não se faz necessário sua intimação para o cumprimento da SENTENÇA , seguindo o feito o rito do art. 475-J, do CPC.Assim, apresente o autor cálculo atualizado do débito, nos termos da SENTENÇA , incluíndo 10% referente a multa do dispositivo supra, e 10% referente aos honorários específico da fase de cumprimento de SENTENÇA . Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0000406-15.2012.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Lima & Holanda Cavalcanti Ltda
Advogado: Patricia Holanda Rocha (OAB/RO 3582)
Requerido: Roberval Marreira Cavalcante
DESPACHO :
DESPACHO Pela derradeira vez intime-se o autor, para que proceda o recolhimento das custas da diligência anterior realizada, no prazo de 48 horas. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0025549-06.2012.8.22.0001
Ação: Usucapião
Requerente: Thais Nunes de Araújo
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: Floresta Hotel Ltda
Advogado: Kênia Michelly Gomes Scur (OAB/RO 4202)
DESPACHO :
O requerido Hotel Floresta pode ser localizado na Av. 7 de Setembro, nº 1805, Centro, Porto Velho - RO (Floricultura Girassol), através de seu representante Claudio Marcelo de Figueiredo. Assim, expeça-se novo mandado de citação. Intimem-se os confinantes por edital. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo
Diretor de Cartório

10ª VARA CÍVEL

10ª VARA CÍVEL
Endereço: Av. Lauro Sodré, 1728 - Jardim América - Porto Velho - Rondônia. CEP. 76803-686.
E- mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Juíza: Duília Sgrott Reis
Escrivã Judicial: Valéria de Souza Santana
Telefone: (69) 3217-1283

Proc.: 0015467-76.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Daiana Quele Lima Sena
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
DESPACHO :
Defiro a Assistência Judiciária Gratuita.Considerando que a prática tem demonstrado a desnecessidade da audiência de conciliação, uma vez que todas as propostas restam infrutíferas, recebo o feito no rito ordinário.Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-

se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica.Entendo essencial para o deslinde do feito a realização de perícia médica e, para aquilatar o grau de invalidez do autor nomeio o médico OTINO JOSÉ DE ARAÚJO FREITAS, fone 9981-2423 e 8105-4155 localizável no endereço, Av. Garoupa, 4414, casa 20, bairro Nova Porto Velho, para periciar o autor na data por ele designada, devendo o perito ser intimado para dizer se concorda com o encargo e fazer proposta de honorários. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de 5 dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, do Código de Processo Civil.O ônus da produção da prova pericial ficará a cargo da requerida, aplicando-se a teoria da carga dinâmica da prova, afastando-se, no caso específico, a regra inserta no art. 33 do CPC, isso porque, sendo o autor hipossuficiente, não possui ele condições de arcar com as despesas respectivas, sendo aceitável o repasse dos custo da coleta de determinada prova a seguradora requerida, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada Justiça. Assim, apresentada a proposta de honorários, intime-se a requerida para efetuar o depósito do valor em 5 (cinco) dias.Realizado o depósito, intime-se o perito para dar início ao trabalho, independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau, indicando, com antecedência de 20 (vinte) dias, a data e horário de realização do exame, possibilitando a intimação das partes, incumbindo a estas a comunicação aos eventuais assistentes técnicos.Fixo o prazo de 15 dias para entrega do laudo, contados a partir da realização do exame.O quesitos do juízo são: a) o autor apresenta sequela de lesão física ;b) caso positivo, é possível estabelecer a origem a origem e a época de sua ocorrência ;c) caso comprovadas as sequelas, que partes do corpo são atingidas d) ainda em caso positivo, em quanto as sequelas comprometem a capacidade motora e laborativa do autor e) Tecnicamente o autor pode ser considerado total ou parcialmente inválido Caso queiram, as partes poderão formular seus quesitos e indicar assistentes técnicos, cabendo à seguradora requerida fazê-lo no prazo da contestação e o autor, no prazo da réplica.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015147-26.2013.8.22.0001
Ação: Despejo (Cível)
Requerente: Antônio Pedro Aguiar Rodrigues
Advogado: Ricardo Pantoja Braz (OAB/RO 5576)
Requerido: José Magno Lopes Pereira
DECISÃO :
Intime-se o autor para apresentar emenda à inicial, no prazo de 10 (dez) dias, devendo adequadar o valor da causa ao disposto no art. 58, III da Lei n. 8.245/91, bem como comprovar o recolhimento das custas processuais complementares.Em caso de decurso do prazo sem manifestação ou descumprimento das determinações acima, a inicial será indeferida e o feito extinto sem resolução de mérito.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0025782-03.2012.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado: Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido: Ludimar Alves Brandão
DESPACHO :
O feito encontra-se sentenciado (fls. 22/23), razão pela qual indefiro o pedido formulado na petição de fls. 25.Certifique-se o trânsito em julgado da SENTENÇA de fls. 22/23.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015137-79.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Condomínio Residencial Montville
Advogado: Octavia Jane Silva Morheb (OAB/RO 1160)
Requerido: Maycon Tadeu da Silva
DESPACHO :

DESPACHO INICIAL RITO SUMÁRIO01.Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 08/11/2013, às 11h00min, à qual as partes deverão comparecer - pessoalmente ou, se for o caso, representadas por prepostos, com poderes para transigir - ocasião em que não obtida a conciliação, a requerida oferecerá resposta escrita (ou oral) acompanhada de documentos e rol testemunhal.Requerida perícia, ofertar-se-ão desde logo os quesitos podendo ser indicado, já, assistente técnico. Será lícito a requerida formular, em seu favor, pedido contraposto, desde que fundado nos mesmos fatos descritos na inicial. O julgamento de ambas as pretensões será conjunto.02. Cite-se a requerida, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em relação ao ato inaugural ora predefinido (art. 277 do CPC).03.Ausente, injustificadamente, a parte ré, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial (CPC, art. 319) - salvo se o contrário resultar da prova dos autos (art. 277, parágrafo 2º do CPC).04.Impugnação ao valor da causa, se houver, será decidida de plano. Decidir-se-á, também na primeira audiência, eventual controvérsia sobre a natureza da demanda, capaz de autorizar a conversão do procedimento sumário em ordinário. A conversão ocorrerá, de igual, se indispensável prova técnica de notável complexidade.05.Intimem-se, via publicação no diário da justiça.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015030-35.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Tiago Barcelos Tributino
Advogado: Daniella Tomaz Sidrim (OAB/RO 4417), Eric George Tomaz Sidrim (OAB/RO 2968)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
DECISÃO :
Concedo prazo de 10 (dez) dias para que a devida regularização da representação processual do autor.Intime-se, sob pena de indeferimento da inicial e extinção do feito sem resolução de mérito.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0013809-17.2013.8.22.0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Nélio Veríssimo de Oliveira
Advogado: Filipe Caio Batista Carvalho (OAB/RO 2675)
Embargado: Banco J. Safra S/A
DESPACHO :
Certifique-se quanto à tempestividade dos embargos à execução. Após, retornem-me os autos conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001312-68.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Executado: Jefferson Nascimento de Abreu, Elton Carlos Silva Pimenta
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
SENTENÇA :
As partes requereram a homologação do acordo firmado na petição juntada às fls. 28/29.Isto posto, HOMOLOGO o acordo, por SENTENÇA com resolução do mérito, na forma do art. 269, III do Código de Processo Civil.Sem honorários, por serem objeto do acordo e sem custas, tendo em vista a isenção prevista no art. 6º, §7º da Lei Estadual 301/1990 Regimento de Custas.Tendo em vista tratar-se de homologação de acordo, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no que se refere ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data. Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0020111-96.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Emilia Santos Andrade
Advogado: Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
SENTENÇA :
As partes requereram a homologação do acordo firmado na petição juntada às fls. 41 que, inclusive já foi cumprido, conforme informado às fls. 38.Isto posto, HOMOLOGO o acordo, por SENTENÇA com resolução do mérito, na forma do art. 269, III do Código de Processo Civil.Sem honorários, por serem objeto do acordo e sem custas, tendo em vista a isenção prevista no art. 6º, §7º da Lei Estadual 301/1990 Regimento de Custas.Homologo ainda a renúncia ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data. Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0014968-92.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Diego Aquilais Vicentin
Advogado: Cyanira de Fátima Sousa Oliveira Maciel (OAB/RO 5449), Marlos Gaio (5785)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
DESPACHO :
Defiro a Assistência Judiciária GratuitaConsiderando que a prática tem demonstrado a desnecessidade da audiência de conciliação, uma vez que todas as propostas restam infrutíferas, recebo o feito no rito ordinário.Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica.Entendo essencial para o deslinde do feito a realização de perícia médica e, para aquilatar o grau de invalidez do autor nomeio o médico OTINO JOSÉ DE ARAÚJO FREITAS, fone 9981-2423 e 8105-4155 localizável no endereço, Av. Garoupa, 4414, casa 20, bairro Nova Porto Velho, para periciar o autor na data por ele designada, devendo o perito ser intimado para dizer se concorda com o encargo e fazer proposta de honorários. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de 5 dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, do Código de Processo Civil.O ônus da produção da prova pericial ficará a cargo da requerida, aplicando-se a teoria da carga dinâmica da prova, afastando-se, no caso específico, a regra inserta no art. 33 do CPC, isso porque, sendo o autor hipossuficiente, não possui ele condições de arcar com as despesas respectivas, sendo aceitável o repasse dos custo da coleta de determinada prova a seguradora requerida, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada Justiça. Assim, apresentada a proposta de honorários, intime-se a requerida para efetuar o depósito do valor em 5 (cinco) dias.Realizado o depósito, intime-se o perito para dar início ao trabalho, independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau, indicando, com antecedência de 20 (vinte) dias, a data e horário de realização do exame, possibilitando a intimação das partes, incumbindo a estas a comunicação aos eventuais assistentes técnicos.Fixo o prazo de 15 dias para entrega do laudo, contados a partir da realização do exame.O quesitos do juízo são: a) o autor apresenta sequela de lesão física ;b) caso positivo, é possível estabelecer a origem a origem e a época de sua ocorrência ;c) caso comprovadas as sequelas, que partes do corpo são atingidas d) ainda em caso positivo, em quanto as sequelas comprometem a capacidade motora e laborativa do autor e) Tecnicamente o autor pode ser considerado total ou parcialmente inválido Caso queiram, as partes poderão formular seus quesitos e indicar assistentes técnicos, cabendo à seguradora requerida fazê-lo no prazo da contestação e o autor, no prazo da réplica.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015111-81.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Suse Monique da Silva Leão
Advogado: Vander Carlos Araújo Machado (OAB/RO 2521)
Requerido: Marta Helena de Lellis
DECISÃO :
Intime-se a parte autora para emendar a petição inicial, uma vez que o valor atribuído à causa é irrisório e não atende ao disposto no art. 259 do Código de Processo Civil, mormente considerando que em casos análogos a indenização por danos morais tem sido arbitrada em valor igual ou superior a R$ 8.000,00 (oito mil reais). Deverá ainda, no mesmo prazo, comprovar o recolhimento das custas processuais.Neste sentido: Agravo de instrumento. Valor dado a causa. Simbólico. Pretensão Indenização. Valor elevado. Recurso não provido. O autor da ação, com esteio no princípio da boa-fé, deve atribuir à causa uma quantia mínima estimativa para efeitos de alçada que se aproxime, em tese, do valor que se pretende a título de dano moral. se irrazoável que a parte atribua valor simbólico à causa, para pretensamente pagar valor ínfimo de custas, quando efetivamente sua pretensão externada em juízo visa à obtenção de valor indenizatório indiscutivelmente superior. (Não Cadastrado, N. 00000008459720108220000, Rel. Des. Miguel Monico Neto, J. 10/03/2010)Agravo de Instrumento nrº 0002682-22.2012.8.22.0000 publicado no DJ 16.04.2012

Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Granjeia. A jurisprudência desta corte e do STJ são unânimes no sentido de que em casos de dano moral é facultada à parte autora atribuir valor à causa para efeitos de alçada e requerer o arbitramento da quantia pelo juízo. Sucede que não obstante essa faculdade outorgada às partes, o valor atribuído à causa pelas partes, mesmo que para efeitos de alçada ou fiscal, é matéria de ordem pública passível de ser controlada pelo juiz. Assim o valor atribuído à causa gera efeitos não só em relação ao recolhimento correto das custas, mas também influencia sobremaneira na fixação da competência, de modo que não deve ficar unicamente ao alvedrio e ao poder dispositivo das partes. Não se pode negar que na demanda em que se pleiteia dano moral há uma possibilidade de mensuração estimativa ou de um certo conteúdo econômico levado em conta, até mesmo pelos sólidos parâmetros que a doutrina e jurisprudência vem vinculando à atividade judicial de fixação do quantum indenizatório (caracteres das partes, razoabilidade, proporcionalidade etc.). E neste aspecto vejo que a parte autora, utilizando sobretudo do princípio da boa-fé deve atribuir inicialmente à causa uma quantia mínima estimativa para efeitos de alçada que se aproxime em tese do valor que pretende a título de dano moral, sobretudo porque no atual estágio evolutivo da doutrina, jurisprudência do STJ e desta corte, a efetivação deste parâmetro é plenamente possível. Nesse sentido, a DECISÃO monocrática proferida nos autos de Agravo de Instrumento n. 0006334-81.2011.8.22.0000 (j. 14/6/2011), de relatoria do Des. Alexandre Miguel: (...) Do mesmo modo em que o magistrado deve arbitrar com razoabilidade o valor da dano moral a ser indenizado, cabe à parte fixar o valor da causa na dimensão em que pretende obter com a ação ou observando-se os valores normalmente aplicados pela jurisprudência em casos semelhantes. No mesmo sentido, em outros tribunais do país, já estão neste mesmo posicionamento, veja-se Agravo de Instrumento Nº 70013137187, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, julgado em 18/10/2005; Agravo de Instrumento Nº 70013162599, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Julgado em 13/10/2005, todos da relatoria do Des. Paulo Antônio Kretzmann.Esse entendimento possui ainda sólida base doutrinária encontrada na célebre obra de Yussef Said Cahali - Dano Moral - ao prelecionar sobre o valor da causa na ação de reparação de dano moral, senão vejamos: “Em linha de princípio, também na ação ordinária em que se pleiteia indenização dos danos morais, a atribuição do valor da causa é uma decorrência do princípio da legalidade (art. 258 e ss. do CPC). O valor da causa não só aparece apenas como parâmetro para fixação de honorários advocatícios, mas também como critério base de cálculo das custas, que no caso é tributo da espécie taxa, bem como, nos termos do art. 282 do CPC, um dos requisitos da inicial. Portanto além dos aspectos tributários das custas, onde a base de cálculo do tributo deve ser condizente com o custo do serviço público prestado, o valor da causa aparece como um dos requisitos da inicial, não no sentido de que qualquer valor preencha tal requisito, mas que deve ser atribuído de acordo com regras do art. 258 ss. do CPC, como decorrência, no mínimo, do cumprimento do devido processo legal. O fluxo desenfreado de ações objetivando mirabolante indenizações por dano moral, especialmente ajuizadas sob o pálio da justiça gratuita, provocou o rompimento de certos cânones processuais, acabando por exigir de nossos tribunais a manipulação de conceitos frente a situação irreversível, visando coibir abusos e injusta” (in Dano Moral, 3ª edição, RT, pág. 794/795). Desta forma, ainda que futuramente o vencido arque com as custas com base no valor da condenação, ao Estado-Judiciário não é dado antecipar despesas processuais de pessoa que não necessitada e que via de regra é realizada no seu exclusivo interesse. Se ao mesmo tempo em que a jurisdição serve às partes, não se pode concebê-la para patrocinar antecipadamente demanda com interesses dispositivos de quem possui capacidade financeira para custeá-los. Não se esqueça ainda que o Estado sob o alvedrio da previsão legal, já custeia diversos instrumentos processuais disponíveis às partes, sem exigir quaisquer contraprestações, como exemplo - dentre muitos - vê-se o presente recurso de agravo. Em razão disso, tenho que deve ser mantida DECISÃO recorrida, razão pela qual considero manifestamente improcedente a pretensão do agravante de custear o valor irrisória acima especifica a título de custas iniciais. Ante ao exposto, com fundamento no art. 557, caput do CPC, considerando se tratar de pretensão manifestamente improcedente, nego seguimento ao presente recurso, o que faço monocraticamente. Procedidas às anotações necessárias, transitado em julgado, arquive-se. Publique-se.Intimem-se. Cumpra-se. (grifei).Advirto, por fim, que o descumprimento da ordem ou cumprimento em desconformidade com a legislação vigente importará em imediata extinção do processo.Sendo cumprida a determinação, ou, decorrendo in albiso prazo, devidamente certificado, voltem-me conclusos.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015275-46.2013.8.22.0001
Ação: Interdito Proibitório (Cível)
Requerente: Jaqueline Silva Rocha
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: WANESSA KELLY D’ ALMEIDA
DECISÃO :
DECISÃO Trata-se de interdito proibitório movido por JAQUELINE SILVA ROCHA em face de WANESSA KELLY D’ALMEIDA, alegando em suma que comprou o imóvel descrito na inicial e que sobre ele construiu uma casa. Ocorre que, após a construção, a Requerida procurou a Requerente apresentando-se como a efetiva dona do terreno. A tutela pretendida pela autora - interdito proibitório - em que pese a fungibilidade para manutenção/reintegração de posse, não é tutela que altera o mundo real, mas, tão somente, acautela eventual direito a ser declarado futuramente.Diante disso, e firme na demonstração da posse, bem como tendo em vista o risco alegado pela autora, DEFIRO LIMINARMENTE O INTERDITO PROIBITÓRIO. Em consequência, proíbo a ré de exercer posse sobre o bem imóvel descrito à inicial, sob pena de multa no valor de R$ 15.000,00 sem prejuízo da responsabilidade criminal.Alerto à requerida que qualquer tentativa em sentido contrário a esta DECISÃO será encarada como ato atentatório à dignidade da Justiça, conforme art. 600, III do Código de Processo Civil, podendo ser condenada a multa de até 20% sobre o valor da causa.INTIMEM-SE PESSOALMENTE AS PARTES ACERCA DESTA DECISÃO .Cite-se a requerida para, querendo, responder à ação no prazo de 15 dias, a contar da intimação da presente (art. 930, parágrafo único do CPC). Advirto, por fim, de que deverá constituir advogado ou Defensor Público para atuar no feito e que, caso decorra o prazo sem apresentação de resposta, presumir-se-ão verdadeiros os fatos arguidos na inicial (art. 319 do CPC), dando ensejo ao julgamento

antecipado da lide (art. 330, II do CPC) e ao prosseguimento do feito independentemente de intimação da parte Requerida (art. 322 do CPC).Cumpra-se a presente no plantão, utilizando-se de cópia como mandado.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0014964-55.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Francisco do Nascimento Pontes
Advogado: Cyanira de Fátima Sousa Oliveira Maciel (OAB/RO 5449), Marlos Gaio (5785)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
DESPACHO :
Defiro a Assistência Judiciária GratuitaConsiderando que a prática tem demonstrado a desnecessidade da audiência de conciliação, uma vez que todas as propostas restam infrutíferas, recebo o feito no rito ordinário.Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica.Entendo essencial para o deslinde do feito a realização de perícia médica e, para aquilatar o grau de invalidez do autor nomeio o médico OTINO JOSÉ DE ARAÚJO FREITAS, fone 9981-2423 e 8105-4155 localizável no endereço, Av. Garoupa, 4414, casa 20, bairro Nova Porto Velho, para periciar o autor na data por ele designada, devendo o perito ser intimado para dizer se concorda com o encargo e fazer proposta de honorários. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de 5 dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, do Código de Processo Civil.O ônus da produção da prova pericial ficará a cargo da requerida, aplicando-se a teoria da carga dinâmica da prova, afastando-se, no caso específico, a regra inserta no art. 33 do CPC, isso porque, sendo o autor hipossuficiente, não possui ele condições de arcar com as despesas respectivas, sendo aceitável o repasse dos custo da coleta de determinada prova a seguradora requerida, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada Justiça. Assim, apresentada a proposta de honorários, intime-se a requerida para efetuar o depósito do valor em 5 (cinco) dias.Realizado o depósito, intime-se o perito para dar início ao trabalho, independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau, indicando, com antecedência de 20 (vinte) dias, a data e horário de realização do exame, possibilitando a intimação das partes, incumbindo a estas a comunicação aos eventuais assistentes técnicos.Fixo o prazo de 15 dias para entrega do laudo, contados a partir da realização do exame.O quesitos do juízo são: a) o autor apresenta sequela de lesão física ;b) caso positivo, é possível estabelecer a origem a origem e a época de sua ocorrência ;c) caso comprovadas as sequelas, que partes do corpo são atingidas d) ainda em caso positivo, em quanto as sequelas comprometem a capacidade motora e laborativa do autor e) Tecnicamente o autor pode ser considerado total ou parcialmente inválido Caso queiram, as partes poderão formular seus quesitos e indicar assistentes técnicos, cabendo à seguradora requerida fazê-lo no prazo da contestação e o autor, no prazo da réplica.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015025-13.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Haroldo Monteiro Oliveira
Advogado: Eric George Tomaz Sidrim (OAB/RO 2968), Daniella Tomaz Sidrim (4.417)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
DESPACHO :
Defiro a Assistência Judiciária GratuitaConsiderando que a prática tem demonstrado a desnecessidade da audiência de conciliação, uma vez que todas as propostas restam infrutíferas, recebo o feito no rito ordinário.Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica.Entendo essencial para o deslinde do feito a realização de perícia médica e, para aquilatar o grau de invalidez do autor nomeio o médico OTINO JOSÉ DE ARAÚJO FREITAS, fone 9981-2423 e 8105-4155 localizável no endereço, Av. Garoupa, 4414, casa 20, bairro Nova Porto Velho, para periciar o autor na data por ele designada, devendo o perito ser intimado para dizer se concorda com o encargo e fazer proposta de honorários. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de 5 dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, do Código de Processo Civil.O ônus da produção da prova pericial ficará a cargo da requerida, aplicando-se a teoria da carga dinâmica da prova, afastando-se, no caso específico, a regra inserta no art. 33 do CPC, isso porque, sendo o autor hipossuficiente, não possui ele condições de arcar com as despesas respectivas, sendo aceitável o repasse dos custo da coleta de determinada prova a seguradora requerida, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada Justiça. Assim, apresentada a proposta de honorários, intime-se a requerida para efetuar o depósito do valor em 5 (cinco) dias.Realizado o depósito, intime-se o perito para dar início ao trabalho, independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau, indicando, com antecedência de 20 (vinte) dias, a data e horário de realização do exame, possibilitando a intimação das partes, incumbindo a estas a comunicação aos eventuais assistentes técnicos.Fixo o prazo de 15 dias para entrega do laudo, contados a partir da realização do exame.O quesitos do juízo são: a) o autor apresenta sequela de lesão física ;b) caso positivo, é possível estabelecer a origem a origem e a época de sua ocorrência ;c) caso comprovadas as sequelas, que partes do corpo são atingidas d) ainda em caso positivo, em quanto as sequelas comprometem a capacidade motora e laborativa do autor e) Tecnicamente o autor pode ser considerado total ou parcialmente inválido Caso queiram, as partes poderão formular seus quesitos e indicar assistentes técnicos, cabendo à seguradora requerida fazê-lo no prazo da contestação e o autor, no prazo da réplica.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0014740-20.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: FABIANO PACO CHAVES
Advogado: Efson Ferreira dos Santos ( ), Assis Herter Silva (OAB/RO 4540)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
DESPACHO :
Defiro a Assistência Judiciária GratuitaConsiderando que a prática tem demonstrado a desnecessidade da audiência de conciliação, uma vez que todas as propostas restam infrutíferas, recebo o feito no rito ordinário.Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica.Entendo essencial para o deslinde do feito a realização de perícia médica e, para aquilatar o grau de invalidez do autor nomeio o médico OTINO JOSÉ DE ARAÚJO FREITAS, fone 9981-2423 e 8105-4155 localizável no endereço, Av. Garoupa, 4414, casa 20, bairro Nova Porto Velho, para periciar o autor na data por ele designada, devendo o perito ser intimado para dizer se concorda com o encargo e fazer proposta de honorários. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de 5 dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, do Código de Processo Civil.O ônus da produção da prova pericial ficará a cargo da requerida, aplicando-se a teoria da carga dinâmica da prova, afastando-se, no caso específico, a regra inserta no art. 33 do CPC, isso porque, sendo o autor hipossuficiente, não possui ele condições de arcar com as despesas respectivas, sendo aceitável o repasse dos custo da coleta de determinada prova a seguradora requerida, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada Justiça. Assim, apresentada a proposta de honorários, intime-se a requerida para efetuar o depósito do valor em 5 (cinco) dias.Realizado o depósito, intime-se o perito para dar início ao trabalho, independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau, indicando, com antecedência de 20 (vinte) dias, a data e horário de realização do exame, possibilitando a intimação das partes, incumbindo a estas a comunicação aos eventuais assistentes técnicos.Fixo o prazo de 15 dias para entrega do laudo, contados a partir da realização do exame.O quesitos do juízo são: a) o autor apresenta sequela de lesão física ;b) caso positivo, é possível estabelecer a origem a origem e a época de sua ocorrência ;c) caso comprovadas as sequelas, que partes do corpo são atingidas d) ainda em caso positivo, em quanto as sequelas comprometem a capacidade motora e laborativa do autor e) Tecnicamente o autor pode ser considerado total ou parcialmente inválido Caso queiram, as partes poderão formular seus quesitos e indicar assistentes técnicos, cabendo à seguradora requerida fazê-lo no prazo da contestação e o autor, no prazo da réplica.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0014506-38.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marly Vieira da Silva
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S A
DESPACHO :
Defiro a Assistência Judiciária Gratuita.Considerando que a prática tem demonstrado a desnecessidade da audiência de conciliação, uma vez que todas as propostas restam infrutíferas, recebo o feito no rito ordinário.Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica.Entendo essencial para o deslinde do feito a realização de perícia médica e, para aquilatar o grau de invalidez do autor nomeio o médico OTINO JOSÉ DE ARAÚJO FREITAS, fone 9981-2423 e 8105-4155 localizável no endereço, Av. Garoupa, 4414, casa 20, bairro Nova Porto Velho, para periciar o autor na data por ele designada, devendo o perito ser intimado para dizer se concorda com o encargo e fazer proposta de honorários. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de 5 dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, do Código de Processo Civil.O ônus da produção da prova pericial ficará a cargo da requerida, aplicando-se a teoria da carga dinâmica da prova, afastando-se, no caso específico, a regra inserta no art. 33 do CPC, isso porque, sendo o autor hipossuficiente, não possui ele condições de arcar com as despesas respectivas, sendo aceitável o repasse dos custo da coleta de determinada prova a seguradora requerida, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada Justiça. Assim, apresentada a proposta de honorários, intime-se a requerida para efetuar o depósito do valor em 5 (cinco) dias.Realizado o depósito, intime-se o perito para dar início ao trabalho, independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau, indicando, com antecedência de 20 (vinte) dias, a data e horário de realização do exame, possibilitando a intimação das partes, incumbindo a estas a comunicação aos eventuais assistentes técnicos.Fixo o prazo de 15 dias para entrega do laudo, contados a partir da realização do exame.O quesitos do juízo são: a) o autor apresenta sequela de lesão física ;b) caso positivo, é possível estabelecer a origem a origem e a época de sua ocorrência ;c) caso comprovadas as sequelas, que partes do corpo são atingidas d) ainda em caso positivo, em quanto as sequelas comprometem a capacidade motora e laborativa do autor e) Tecnicamente o autor pode ser considerado total ou parcialmente inválido Caso queiram, as partes poderão formular seus quesitos e indicar assistentes técnicos, cabendo à seguradora requerida fazê-lo no prazo da contestação e o autor, no prazo da réplica.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015303-14.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Andrei Sebold Santos
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
DESPACHO :
Defiro a Assistência Judiciária Gratuita.Considerando que a prática tem demonstrado a desnecessidade da audiência de conciliação, uma vez que todas as propostas restam infrutíferas, recebo o feito no rito ordinário.Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for

contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica.Entendo essencial para o deslinde do feito a realização de perícia médica e, para aquilatar o grau de invalidez do autor nomeio o médico OTINO JOSÉ DE ARAÚJO FREITAS, fone 9981-2423 e 8105-4155 localizável no endereço, Av. Garoupa, 4414, casa 20, bairro Nova Porto Velho, para periciar o autor na data por ele designada, devendo o perito ser intimado para dizer se concorda com o encargo e fazer proposta de honorários. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de 5 dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, do Código de Processo Civil.O ônus da produção da prova pericial ficará a cargo da requerida, aplicando-se a teoria da carga dinâmica da prova, afastando-se, no caso específico, a regra inserta no art. 33 do CPC, isso porque, sendo o autor hipossuficiente, não possui ele condições de arcar com as despesas respectivas, sendo aceitável o repasse dos custo da coleta de determinada prova a seguradora requerida, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada Justiça. Assim, apresentada a proposta de honorários, intime-se a requerida para efetuar o depósito do valor em 5 (cinco) dias.Realizado o depósito, intime-se o perito para dar início ao trabalho, independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau, indicando, com antecedência de 20 (vinte) dias, a data e horário de realização do exame, possibilitando a intimação das partes, incumbindo a estas a comunicação aos eventuais assistentes técnicos.Fixo o prazo de 15 dias para entrega do laudo, contados a partir da realização do exame.O quesitos do juízo são: a) o autor apresenta sequela de lesão física ;b) caso positivo, é possível estabelecer a origem a origem e a época de sua ocorrência ;c) caso comprovadas as sequelas, que partes do corpo são atingidas d) ainda em caso positivo, em quanto as sequelas comprometem a capacidade motora e laborativa do autor e) Tecnicamente o autor pode ser considerado total ou parcialmente inválido Caso queiram, as partes poderão formular seus quesitos e indicar assistentes técnicos, cabendo à seguradora requerida fazê-lo no prazo da contestação e o autor, no prazo da réplica.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0023421-13.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Francisco dos Santos Fernandes
Advogado: Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
SENTENÇA :
As partes requereram a homologação do acordo firmado na petição juntada às fls. 50 que, inclusive já foi cumprido, conforme informado às fls. 48.Isto posto, HOMOLOGO o acordo, por SENTENÇA com resolução do mérito, na forma do art. 269, III do Código de Processo Civil.Sem honorários, por serem objeto do acordo e sem custas, tendo em vista a isenção prevista no art. 6º, §7º da Lei Estadual 301/1990 Regimento de Custas.Homologo ainda a renúncia ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data. Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002848-51.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Nélio de Araújo Mattos
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (RO 535-A)
Requerido: André da Rocha Belo
DESPACHO :
DESPACHO Converto o feito em diligência.O autor afirma que realizou negócio jurídico com o requerido através da comprova de veículo, contudo deixa de juntar documento que comprove esta alegação, ou seja, documento que relação jurídica entre eles.Ademais, afirma o requerente que sofreu dano material em decorrência do pagamento do veículo através da troca por outro veículo, de computador e o pagemento em espécie de R$ 1.500,00, contudo não juntou nenhum documentos que comprove a aludida alegação.Em razão do exposto, determino a intimação do requerente para que no prazo de 10(dez) dias, traga aos autos documentos que comprove a sua relação juridica com o requerida através do contrato de compra e venda do veículo, bem como que traga com aos autos documentos que comprovem o alegado dano material.Sendo cumprida a determinação ou decorrendo in albis o prazo, voltem-me os autos conclusos para SENTENÇA .Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0006602-64.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Sociedade de Educação e Cultura de Porto Velho Ltda S/C
Advogado: Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
Executado: Cincinato Alselmo Galvão
SENTENÇA :
As partes requereram a homologação do acordo firmado na petição juntada às fls. 18/19.Isto posto, HOMOLOGO o acordo, por SENTENÇA com resolução do mérito, na forma do art. 269, III, do Código de Processo Civil.Sem honorários, por serem objeto do acordo e sem custas, tendo em vista a isenção prevista no art. 6º, §7º da Lei Estadual 301/1990 Regimento de Custas.Tendo em vista tratar-se de homologação de acordo, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no que se refere ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data. Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0025970-93.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Edenilson Monteiro de Almeida
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Requerido: Companhia Pernanbucana de Saneamento
Advogado: João Luiz Cavalcante Borba (OAB/PE 20991)
SENTENÇA :
Edenilson Monteiro de Almeida, devidamente qualificada, ajuizou ação de inexistência de relação jurídica c/c indenização por danos morais contra COMPESA Companhia Pernambucana de Saneamento S/A, alegando que supreendeu-se com a existência de uma negativação em seu nome no SPC, sob o comando da empresa requerida, por uma suposta dívida no valor de R$ 294,18, vencida em 10/09/2008, referente ao contrato n. 6720560. Frisa que nunca firmou negócio jurídico com a empresa ré. Formulou pedido de antecipação de tutela e requereu a declaração de inexistência de relação jurídica, bem

como a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais.Instrui a inicial com os documentos de fls. 04/09.Antecipação dos efeitos da tutela concedida, nos termos da DECISÃO prolatada às fls. 10/11.Devidamente citada (fls. 16), a requerida apresentou contestação (fls. 17/22), aduzindo que, é prestadora de serviço público de fornecimento de água e coleta de esgoto e que a dívida efetivamente existe, por isso houve a inscrição negativadora, não havendo que se falar em danos morais, pois o procedimento administrativo de cobrança foi feito nos limites da lei. Com a contestação, documentos de fls. 23/34.Réplica às fls. 35.É o relatório. Decido.FUNDAMENTOS DO JULGADOO feito comporta julgamento no estado em que se encontra, nos moldes do art. 330, I, do Estatuto Processual Civil, eis que não há necessidade de dilação probatória, por tratar-se de matéria eminentemente de direito com suporte fático já devidamente demonstrado. Logo, não há que se falar em cerceamento de defesa.E, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder". (STJ 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.1990, p. 9.513).A relação jurídica existente entre as partes e a lide dela decorrente é de consumo, e, como tal deve ser regida pelas normas do Código de Defesa do Consumidor, notadamente o disposto no art. 6º, VIII. Analisando-se os fatos e os documentos carreados aos autos verifica-se que o feito deve ser julgado procedente. Senão, vejamos: A lide circunscreve-se à contratação e/ ou utilização do serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto fornecido pela requerida e, neste sentido não há quaisquer provas nos autos.O documento juntado pela requerida às fls. 23 não serve para o fim a que se destina, uma vez que não comprova que o autor utilizou os serviços por ela prestado. Logo, a ré não se desincumbiu do ônus de comprovar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.Com efeito, o ônus da prova incumbia à requerida, nos termos do inciso II, art. 333 do Código de Processo Civil e, não o fazendo, deve responder pelos fatos narrados na exordial. Igualmente, não há que se falar que exigir da requerida produzir prova neste sentido, seria compelí-lá à produção de prova impossível ou excessivamente difícil, pois poderia, ao menos, ter apresentado um extrato ou fatura dos serviços eventualmente utilizados pelo autor. Registra-se ainda que a requerida não logrou êxito em comprovar débitos por parte da autora, logo, não sobejam dúvidas de que a inscrição em órgão de restrição ao crédito é indevida.É cediço que a empresa assume os riscos e prejuízos decorrentes da maneira como tem desempenhado sua atividade. Assim sendo, não há como afastar a responsabilidade da requerida pelo prejuízo moral experimentado pelo autor, uma vez presentes todos os elementos exigidos, como conduta, nexo causal e dano.Assim, resta evidente a legitimidade da parte ré quanto aos fatos arguidos na exordial.De outro passo, o STJ já se manifestou por reiteradas vezes que a inscrição indevida em cadastros de proteção ao crédito, por si só, justifica o pedido de ressarcimento a título de danos morais, tendo em vista a possibilidade de presunção do abalo moral sofrido." (REsp. 1155726/SC, Relª. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/3/2010, DJe 18/3/2010). No mesmo sentido: AgRg. no Ag. 1231321/RJ, AgRg. no REsp. 690230/PE, AgRg. no Ag. 670523/RS, REsp. 640196/PR, AgRg. no REsp. 299655/SP, REsp. 233076/RJ, dentre muito outros. O fundamento da sua reparabilidade está em que, a par do patrimônio em sentido técnico, o indivíduo é titular de direitos integrantes de sua personalidade, não podendo conformar-se à ordem jurídica em que sejam impunemente atingidos. Neste sentido os artigos 5, inciso X da Constituição Federal de 1988 e art. 186, do Estatuto Civil. No que se refere ao valor da condenação pela inscrição indevida, o STJ tem posição firmada no sentido de fixá-lo em patamar que atenda aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, operando a redução quando se mostrar excessivo, consoante se observa dos seguintes julgados: REsp. 811.411/RJ e REsp. 782.046/RN, Relator Min. Jorge Scartezzini; REsp. 710.959/MS, Relator Min. Barros Monteiro; REsp. 684.985/RJ, Relator Min. Cesar Asfor Rocha; REsp. 625089/MS, Relator Min. Fernando Gonçalves; AgRg. no REsp. 690230, Relatora Minª. Eliana Calmon; dentre outros.Assim, em observância aos critérios acima citados, tenho como suficiente a reparação do dano a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). DispositivoAnte ao exposto, com fulcro no art. 269, I do CPC, JULGO, por SENTENÇA com resolução do mérito, PROCEDENTE o pedido contido na inicial para o fim de DECLARAR inexistente a relação jurídica narrada na inicial e CONDENAR a requerida ao pagamento da importância de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização por danos morais ao requerente, que deverão ser atualizados com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês, atualizados a partir desta data, nos termos da Súmula 362 do STJ. Torno definitiva a medida concedida às fls. 19/20.Condeno ainda a requerida ao pagamento das custas processuais, bem como honorários de sucumbência, os quais fixo em 15%, sobre o valor da condenação.Fica a requerida devidamente intimada a cumprir a presente, no prazo de 15 (quinze) dias, após o trânsito em julgado, sob pena de aplicação de multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 475 J, do Código de Processo Civil.Desde já, arbitro honorários advocatícios para a fase de cumprimento da SENTENÇA em 10% sobre o valor da condenação.Observadas as formalidades legais, transitada esta em julgado, arquivem-se.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Porto Velho-RO, sábado, 27 de abril de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Valéria de Souza Santana

Escrivã Judicial

10ª VARA CÍVEL

Endereço: Av. Lauro Sodré, 1728 - Jardim América - Porto Velho - Rondônia. CEP. 76803-686.
E- mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Juíza: Duília Sgrott Reis
Escrivã Judicial: Valéria de Souza Santana
Telefone: (69) 3217-1283

Proc.: 0014700-38.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Erinalde Ferreira Calado
Advogado: Silvio Rodrigues Batista (OAB/RO 5028)
Requerido: Vera Maria Barros da Costa, Lc Financeira
DECISÃO :

Determino ao autor que emende a petição inicial, devendo adequar o valor da causa, com a atribuição de valor ao dano moral pleiteado, tendo em vista que, apesar do quantum ficar ao arbítrio do julgador, deve apresentar um valor certo, nos termos do art. 258 do mesmo diploma legal. Saliento ainda que em casos análogos a indenização por danos morais tem sido arbitrada em valor igual ou superior a R$ 8.000,00 (oito mil reais) . Indefiro o pedido de gratuidade da justiça, tendo

em vista que, apesar da Constituição Federal em seu art. 5º, LXXIV e das Leis 1.060/50 e 7115/83 preverem a assistência judiciária gratuita aos hipossuficientes e trazerem como presunção desta condição a declaração pessoal, tal presunção não é absoluta. Dessa forma quando pelas circunstâncias e peculiaridades do caso se perceber não ocorrida a hipótese de incidência norma, tal benefício não deve ser concedido, sob pena de se banalizar o instituto.Assim, não verifico nos autos elementos aptos a demonstrar a hipossuficiência que justifique sua concessão, sendo passível o entendimento de que a declaração de hipossuficiência possui presunção relativa. Desta forma, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, EMENDAR A INICIAL, adequar o valor da causa e comprovar o recolhimento das custas processuais, sob pena de indeferimento e extinção do feito, independente de nova intimação. Adotada a providência, manifestado-se a respeito, ou decorrendo o prazo in albis, devidamente certificado, venham-me conclusos os autos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015040-79.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Antonio Sérgio Pereira Rodrigues
Advogado: Flávio Henrique Teixeira Orlando (OAB/RO 2003)
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social INSS
DECISÃO :
Intime-se o autor para apresentar emenda à inicial, juntando aos autos documento que comprove a recusa do INSS quanto à continuidade do pagamento do benefício auxílio doença, bem como o respectivo pedido de concessão, após o período de 30/04/2013. Deverá ainda apresentar atestado médico ou documento similar que demonstre continuar impossibilitado de exercer suas atividades profissionais.Concedo prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial e extinção do feito sem resolução de mérito.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000079-36.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Monique Andrade Santos
Advogado: Naza Pereira (RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S A
DESPACHO :
Expeça-se carta de citação, conforme requerido pela parte autora, atentando-se, porém, à ordem cronológica dos serviços. Cumpra-se, quanto ao mais, o disposto na DECISÃO retro. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015167-17.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Gabriel da Silva Leite
Advogado: Paulo Roberto da Silva Maciel (OAB/RO 4132)
Requerido: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A
DESPACHO :
Considerando que a prática tem demonstrado a desnecessidade da audiência de conciliação, uma vez que todas as propostas restam infrutíferas, recebo o feito no rito ordinário.Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0007720-12.2012.8.22.0001
Ação: Exibição
Requerente: Auto Posto Pacifico Ltda
Advogado: Paulino Palmério Queiroz (OAB/RO 208A)
Requerido: Rodoviario Ramos Ltda
DECISÃO :
A presente Ação de Exibição de documento é preparatória a procedimento que “visa provar e comprovar que a Requerente não procedeu a venda de tais produtos e muito menos, utilizou-se das ditas notas fiscais, safando-se da multa imputada e constante do Auto de Infração anexo”.Logo, pretende o autor administrativa ou judicialmente questionar o Auto de Infração a ele imputado pela Receita do Estado de Rondônia.A competência para processar e julgar o feito principal, ao qual eventualmente se destinará a exibição de documento, é de uma das Varas da Fazenda Pública, nos termos do art. 97, I do Código de Organização Judiciária do Estado de Rondônia (Lei 94/93 com alterações). Nesse sentido, diante da leitura conjunta do art. 800 do Código de Processo Civil, vê-se que as Varas da Fazenda Pública é que são competentes para a presente ação. Veja: Art. 800. As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa; e, quando preparatórias, ao juiz competente para conhecer da ação principal.Ante o exposto, DECLINO DA COMPETÊNCIA EM FAVOR DE UMA DAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA. Encaminhem-se os autos, com baixa, ao Cartório Distribuidor para que promova a redistribuição, independente do prazo de recurso.P. R. I.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0014995-75.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antonio Ferreira da Silva
Advogado: Fábio Feitosa Bernardo (OAB/RO 3264)
Requerido: Rio Branco Transmissora de Energia S.A.
DESPACHO :
Adeque-se a juntada do documento de fls. 14, de acordo com as Diretrizes Gerais Judiciais. Após, apensem-se aos autos n. 0017456-54.2012.8.22.0001 e retornem-me os autos conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015254-70.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edimar Rodrigues de Souza
Advogado: Jonas Garcia de Souza (OAB/AC 2319)
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social INSS
DESPACHO :
Cite-se a requerida para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o(a) que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Ofertada a resposta e sendo arguidas preliminares ou sendo apresentados documentos novos, vista à autora para réplica.Após, conclusos para saneamento ou julgamento antecipado da lide.Defiro a gratuidade de justiça.

Pelos documentos pessoais de fls. 07 reconheço a condição legal de idoso do autor, pelo que faz jus à prioridade na tramitação, a qual determino em consonância com os artigos 71 da Lei 10.741/2003, 1.211-A e 1.211-B, § 1º do CPC. Afixe-se na capa dos autos a informação.Considerando que a parte autora está devidamente representada nestes autos, que tratam de interesses econômicos disponíveis (em princípio), que não há sinais de situação de risco, o princípio da celeridade processual, bem como que as reiteradas manifestações do Ministério Público em casos análogos são pela dispensa de sua atuação pelos fatores mencionados, deixo de promover-lhe vista dos autos.Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0008203-08.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jemina Araújo Alves
Advogado: Agnaldo Muniz (OAB/RO 258B)
Requerido: Edmar Almeida Chaves
DECISÃO :
Recebo a emenda à inicial de fls. 21/23 e defiro a gratuidade de justiça a parte autora, devendo a escrivania retificar o valor da causa para R$ 74.000,00 (setenta e qiatro mil reais). Quanto ao pedido liminar de reintegração de posse do bem móvel não verifico a presença dos requisitos ensejadores da medida, especialmente a reversibilidade do provimento, razão pela qual o indefiro.Considerando a cumulação de ações o feito obedecerá o rito ordinário.Cite-se o requerido para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Ofertada a resposta e sendo arguidas preliminares ou sendo apresentados documentos novos, vista à autora para réplica. Após, conclusos para saneamento ou julgamento antecipado da lide.Intimem-se.Tendo em vista os fatos noticiados nos autos, oportunizo às partes a possibilidade de realizarem acordo, razão pela qual designo audiência de conciliação para o dia 08/11/2013 às 10: 00.Intime-se, expedindo-se o necessário. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0013558-33.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marcio Carlos Silva Rocha
Advogado: Breno Mendes da Silva Farias (OAB/RO 5161), Eucilen Freitas de Sá (OAB/RO 4028)
Requerido: BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
DESPACHO :
Defiro o pedido formulado na petição de fls. 152 e concedo prazo de 10 dias para juntada do contrato, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015406-21.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Comércio de Derivados de Petróleo Carga Pesada Ltda
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Requerido: Meka Engenharia Construção e Pavimentação Ltda
DESPACHO :
Cite-se a requerida para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o(a) que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Ofertada a resposta e sendo arguidas preliminares ou sendo apresentados documentos novos, vista à autora para réplica.Após, conclusos para saneamento ou julgamento antecipado da lide.Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0025793-32.2012.8.22.0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Monique Andrade Santos
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553)
DECISÃO :
Considerando a existência de ação principal, na qual há pedidos mais amplos e de onde podem surgir contestações fáticas passíveis de serem sanadas por meio da oitiva das testemunhas aqui arroladas, SUSPENDO O FEITO, com base no art. 265, IV, a do Código de Processo Civil, de modo a instruir aquele feito aproveitando as provas ali produzidas para o julgamento desta ação.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015307-51.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Doralice Andrade Bentes
Advogado: Leonardo Werneck de Carvalho (OAB/RJ 138510)
Requerido: Eletrobras Distribuição Rondônia - CERON
DECISÃO :
Determino a intimação da autora para apresentar emenda à inicial, no prazo de 10 (dez) dias, devendo esclarecer, especificar e quantificar em valores o dano material que alega ter sofrido (fls. 08 - item III), e o pedido firmado no item “v” (fls. 09), no sentido de atribuir valor ao prejuízo suportado (...”por valor igual ao dobro dos prejuízos durante a paralisação do fornecimento de energia...”), com a consequente adequação do valor da causa.Em caso de ausência de manifestação ou, em desconformidade com os termos da presente DECISÃO , a inicial será indeferida e o feito extinto sem resolução de mérito. Cumpra-se, atentando-se a escrivania que a defesa da autora é patrocinada pela Defensoria Pública deste Estado.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0014858-93.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo Federal do Estado de Rondônia CREDIFORT
Advogado: Rozinei Teixeira Lopes (OAB/RO 5195)
Executado: Maria de Fatima Ribeiro
DESPACHO :
Cite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar ou nomear bens à penhora. Acaso indique bens à penhora, deverá apresentar provas da propriedade e indicar sua localização

e valor estimado.Arbitro honorários em 10% sobre o valor da execução, salvo embargos.Conste-se do mandado que, havendo pagamento da dívida no prazo assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos à metade, nos termos do art. 652-A, parágrafo único do CPC.Tratando-se de bem imóvel e sendo casado o ofertante, deverá ser juntada aos autos a anuência do cônjuge e o Executado deverá apresentar-se em Juízo para a assinatura do termo de penhora e depósito, no prazo de 10 dias, contados da citação.Não havendo pagamento ou nomeação no prazo, penhore-se bens suficientes para garantir o Juízo. Se penhorado bem imóvel, intime-se o cônjuge.Deverá constar do mandado o prazo para o oferecimento de eventuais embargos.Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 172, § 2º do CPC. Não sendo encontrado o Executado, arreste-se os bens, na forma do art. 653, parágrafo único do CPC.Havendo embargos, devidamente certificada a sua tempestividade, venham-me conclusos.Alerte-se as partes que deverão constituir advogado e, caso não possam custear seus serviços, deverão procurar a a Defensoria Pública do Estado, cuja sede, na Capital é Avenida Sete de Setembro, nº. 1642, Centro. Residindo em outro local deverá procurar a sede mais próxima de seu domicílio.Em caso de pagamento ou inércia do executado, intime-se o exequente a requerer, em 5 (cinco) dias, o que pretende. Após, promova-se a conclusão.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015732-78.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Itaú Unibanco S. A.
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056)
Executado: Moriá Comércio Serviços Ltda Me, Raimundo Fonteneles de Lima Neto
DECISÃO :
DECISÃO Intime-se a parte autora para apresentar o título que pretende executar original ou adequar a peça ao que pretender. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para qualquer uma das providências, sob pena de indeferimento da peça inaugural, nos termos do art. 284, parágrafo único, do Código de Processo Civil.Sendo cumprida a determinação, ou, decorrendo in albis o prazo, devidamente certificado, voltem-se conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0014977-54.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Joana de Jesus Silva Magalhaes
Advogado: Jucymar Gomes Cardoso (OAB/RO 3295)
Requerido: Centrais Eletricas de Rondonia S A - CERON
DECISÃO :
DECISÃO DEFIRO a gratuidade da justiça, tendo em vista que o requerente se encontra impossibilitado de arcar com os custos sem que prejudique em seu sustento e de sua família, nos termos do art.4º, da lei 1.060/50.Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Alerte-se as partes que deverão constituir advogado e, caso não possam custear seus serviços, deverão procurar a a Defensoria Pública do Estado, cuja sede, na Capital é Rua Padre Chiquinho, 913, Bairro Pedrinhas. Residindo em outro local deverá procurar a sede mais próxima de seu domicílio. Com a resposta, faça-se vista para réplica. Havendo incidentes, decorrendo in albis o prazo ou adotadas as providências ora determinadas, voltem-me conclusos os autos.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0014982-76.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Valdecir dos Santos
Advogado: Jucymar Gomes Cardoso (OAB/RO 3295)
Requerido: Centrais Eletricas de Rondonia S A - CERON
DECISÃO :
DECISÃO DEFIRO a gratuidade da justiça, tendo em vista que o requerente se encontra impossibilitado de arcar com os custos sem que prejudique em seu sustento e de sua família, nos termos do art.4º, da lei 1.060/50.Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Alerte-se as partes que deverão constituir advogado e, caso não possam custear seus serviços, deverão procurar a a Defensoria Pública do Estado, cuja sede, na Capital é Rua Padre Chiquinho, 913, Bairro Pedrinhas. Residindo em outro local deverá procurar a sede mais próxima de seu domicílio. Com a resposta, faça-se vista para réplica. Havendo incidentes, decorrendo in albis o prazo ou adotadas as providências ora determinadas, voltem-me conclusos os autos.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0006835-61.2013.8.22.0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Unicred Porto Velho - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Porto Velho Ltda
Advogado: Valeriano Leão de Camargo (OAB/RO 5414)
Requerido: Teofilo Gimenez
DESPACHO :
Considerando a informação certificada às fls. 88, que o requerido é pessoa idosa, DETERMINO a intimação pessoal do Ministério Público Estadual para manifestação, conforme art. 944 do CPC e 75 da Lei 10.741/2003 Estatuto do Idoso. Tendo se manifestado o Ministério Publico, voltem-me os autos conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015436-56.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo
Advogado: Romero Maranhão Mendes (OAB/PE 21166)
Executado: Edmilson Soares Ximenes
DECISÃO :
DECISÃO Intime-se a parte autora para apresentar o título que pretende executar original ou adequar a peça ao que pretender. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para qualquer uma das providências, sob pena de indeferimento da peça inaugural, nos termos do art. 284, parágrafo único, do Código de Processo

Civil.Sendo cumprida a determinação, ou, decorrendo in albis o prazo, devidamente certificado, voltem-se conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015104-89.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Gildean Adão San Martin Dutra
Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194)
Requerido: Banco do Brasil S/A
DECISÃO :
DECISÃO A Constituição Federal em seu art. 5º, LXXIV, as Leis 1.060/50 e 7115/83 preveem a assistência judiciária gratuita aos hipossuficientes, trazendo como presunção desta condição a declaração pessoal, contudo tal presunção não é absoluta, e objetiva dar amplo acesso à justiça àqueles que teriam de dificuldade para provar sua condição de hipossuficiência. Todavia quando pelas circunstâncias e peculiaridades do caso se perceber não ocorrida a hipótese de incidência norma, vale dizer, não ser o pleiteante hipossuficiente, tal benefício não deve ser concedido, sob pena de se banalizar o instituto.Em que pese a alegada necessidade da concessão de justiça gratuita, o autor é Policial Militar o que aliado ao fato de não existir nos autos documentos hábeis a comprovar a hipossuficiência do autor, levam a conclusão de que sua condição não é a de hipossuficiente, pelo que não seria destinatário da norma assistencial estatal, INDEFIRO a GRATUIDADE DA JUSTIÇA. Desta forma, intime-se o requerente a proceder com o recolhimento das custas iniciais no prazo de 10(dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 284, parágrafo único.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015755-24.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Helenmaq Comércio e Serviços Ltda EPP
Advogado: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Executado: Amazônia Metalurgica e Comércio e Serviços Ltda Epp
DESPACHO :
DECISÃO O autor apresenta documentos (fls. 11/12) alegando serem estes duplicatas. Entretando, tais documentos não se configuram como tal, pois não seguem os requisitos preVISTOS do Art. 2º, § 1º, da Lei 5474/68.Sendo assim, intimo a parte autora para apresentar um título passível de execução ou adequar a peça ao que pretender (ação monitória ou ação de cobrança). Fixo o prazo de 10 (dez) dias para qualquer uma das providências, sob pena de indeferimento da peça inaugural.Sendo cumprida a determinação, ou, decorrendo in albis o prazo, devidamente certificado, voltem-se conclusos. Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0006472-11.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: C. V. de Oliveira Barbosa
Advogado: Fábio Henrique Furtado Coelho de Oliveira (OAB/RO 5105)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A- Ceron
Advogado: Fábio Antonio Moreira (OAB/RO 1553)
DESPACHO :
Considerando o pedido de cumprimento de SENTENÇA , bem como a certidão de fl. 55-v e, tendo em vista o recente entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça, INTIMO a requerida a efetuar o pagamento a que fora condenada pela r. SENTENÇA proferida nestes autos, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 475-J do Código de Processo Civil, devendo, a fim de eximir-se da mesma, pagar em até 15 dias. Com o pagamento, intime-se a parte adversa a manifestar-se em dez dias, remetendo à conclusão logo em seguida.Com o decurso, voltem-me conclusos.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015080-61.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261.030)
Executado: R B Ribeiro Júnior Me
DESPACHO :
Cite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar ou nomear bens à penhora. Acaso indique bens à penhora, deverá apresentar provas da propriedade e indicar sua localização e valor estimado.Arbitro honorários em 10% sobre o valor da execução, salvo embargos.Conste-se do mandado que, havendo pagamento da dívida no prazo assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos à metade, nos termos do art. 652-A, parágrafo único do CPC.Tratando-se de bem imóvel e sendo casado o ofertante, deverá ser juntada aos autos a anuência do cônjuge e o Executado deverá apresentar-se em Juízo para a assinatura do termo de penhora e depósito, no prazo de 10 dias, contados da citação.Não havendo pagamento ou nomeação no prazo, penhore-se bens suficientes para garantir o Juízo. Se penhorado bem imóvel, intime-se o cônjuge.Deverá constar do mandado o prazo para o oferecimento de eventuais embargos.Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 172, § 2º do CPC. Não sendo encontrado o Executado, arreste-se os bens, na forma do art. 653, parágrafo único do CPC.Havendo embargos, devidamente certificada a sua tempestividade, venham-me conclusos.Alerte-se as partes que deverão constituir advogado e, caso não possam custear seus serviços, deverão procurar a a Defensoria Pública do Estado, cuja sede, na Capital é Avenida Sete de Setembro, nº. 1642, Centro. Residindo em outro local deverá procurar a sede mais próxima de seu domicílio.Em caso de pagamento ou inércia do executado, intime-se o exequente a requerer, em 5 (cinco) dias, o que pretende. Após, promova-se a conclusão.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015387-15.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eliezer Ferreira da Silva
Advogado: José Teixeira Vilela Neto (OAB/RO 4990)
Requerido: ELETROBRÁS - DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA
DECISÃO :
DECISÃO ELIEZER FERREIRA DA SILVA, propôs ação declaratória de inexistência de débito cumula com indenização por danos morais e repetição indébito em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA CERON - ELETROBRÁS, com pedido de liminar para determinar a abstenção de realização de corte, inscrição negativadora e cobrança de fatura.Alega que em 03/05/2013 recebeu a visita dos técnicos da requerida

para inspeção do medidor em sua loja comercial, sendo o mesmo trocado e substituído pro outro medidor. será feita perícia em seu medidor de energia enviado pela requerida. Ocorre que no mesmo momento recebeu termo de ocorrência de irregularidade no valor de R$ 1.692,67 em razão de suposta diferença de energia, os quais se referia a a perícia realizada de forma unilateral no medidor.. Assim, afirma que houve erros nos procedimentos da requerida, que geraram os valores indevidos nas faturas.É o RELATÓRIO . Decido.FUNDAMENTOS DA DECISÃO Quanto ao pedido de antecipação de tutela, como ensina o Ministro LUIZ FUX, do STF, exige-se para sua configuração a presença de pressupostos substanciais, a evidência e a periclitação potencial do direito objeto da ação, caracterizadas pelo abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu e, pressupostos processuais, quais sejam: prova inequívoca conducente à comprovação da verossimilhança da alegação e, requerimento da parte. Nessa seara fica autorizada a concessão da medida, toda vez que a prova inequívoca convença o juízo da verossimilhança da alegação de que o direito objeto do judicium submete-se a risco de dano irreparável ou de difícil reparação (in Curso de Direito Processual Civil, p. 61, Ed. Forense).Esses pressupostos, todavia, devem ser evidenciados conjuntamente, pelo que, em via oblíqua, tornar-se-á defesa a concessão da liminar.No caso em tela, o pedido de abstenção de corte e negativação decorre do não reconhecimento dos débitos, sustentado pela autora que afirma que as faturas debatidas tem montante muito superior ao costumeiro, sendo baseada em cálculos e leitura em medidor incorretos com defeitos.Os serviços de energia elétrica, são essenciais para livre desenvolvimento das atividades básicas diretamente ligadas à dignidade da pessoa humana, como higiene, conservação de alimentos etc, dessa forma o corte seria medida por demais danosa, acarretando prejuízos imensuráveis.No caso dos autos constato que o autor funda sua pretensão em falha na prestação do serviço da requerida, ao fundamento que estaria a cobrar serviço não prestado, auferido por perícia unilateral, violando assim, o princípio do devido processo legal.Relativamente a suspensão do fornecimento de energia elétrica, o Superior Tribunal de Justiça, órgão do Poder Judiciário responsável em dirimir as questão infra-constitucionais, adota o seguinte posicionamento: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. ARGÜIÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. ENERGIA ELÉTRICA. FRAUDE NO MEDIDOR. PERÍCIA UNILATERAL. DÍVIDA CONTESTADA JUDICIALMENTE. INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO.ILEGALIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO.1. Não merece conhecimento o recurso especial fulcrado em alegação genérica ao artigo 535 do Digesto Processual Civil. Aplicação da Súmula 284/STF.2. “Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo” (Súmula 211/STJ).3. Contestada em juízo dívida apurada unilateralmente e decorrente de suposta fraude no medidor do consumo de energia elétrica, há ilegalidade na interrupção no fornecimento de energia elétrica, uma vez que esse procedimento configura verdadeiro constrangimento ao consumidor que procura discutir no Judiciário débito que considera indevido.4. “Tornado o débito litigioso, o devedor não poderá sofrer nenhuma retaliação por parte do credor” (AgA 559.349/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 10.05.2004).5. Não houve o necessário cotejo analítico para que restassem configuradas as semelhanças e dessemelhanças existentes entre os arestos, o que impede o conhecimento do apelo nobre pela alínea “c” do permissivo constitucional.6. Agravo regimental improvido.(AgRg no Ag 760.644/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2006, DJ 07/08/2006, p. 207) Ademais, a verossimilhança encontra-se observando-se pelo prisma da boa fé objetiva as alegações da autora, associando-as aos documentos juntados, bem como pela discrepância entre os valores das faturas anteriores com a atual, além da fatura extra.O perigo da demora é evidente pois em sendo realizado o corte, estaria exposta à situações constrangedoras diversas e a negativação nos órgãos de proteção ao crédito, se ocorrer, limitará seu acesso ao crédito, prática amplamente utilizada pelos consumidores. Portanto, merece ser acolhida a tese da autora, no sentido de que a empresa requerida não pode determinar a suspensão do fornecimento de energia elétrica com relação a cobrança de valores apurados unilateralmente, e corolariamente, não pode inscrever o nome do autor, por esse motivo, no cadastro de mal pagadores.Ante o exposto, defiro a antecipação de tutela: a) determinando que a requerida SE ABSTENHA DE REALIZAR CORTE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA à residência da autora ou caso já o tenha procedido RELIGUE-O, no prazo de 6 horas, a contar do recebimento desta;b) bem como se ABSTENHA DE FAZER ou EXCLUA as inscrições feitas nos cadastros de proteção ao crédito em nome da autora;c) Se ABSTENHA de cobrar a fatura no valor de R$ 1.692,67, até o final da lide; Advirto que em caso de descumprimento, poderá haver responsabilização conforme as possibilidades legais.d) Cite-se para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-se que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação.Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil.Sirva-se a presente como OFÍCIO às instituições de proteção ao crédito (SERASA e SPC) para que exclua a anotação procedida pela requerida, no prazo de 48 horas, a contar do recebimento da notificação.Intime-se e expeça-se o necessário.SIRVA-SE A PRESENTE COMO OFÍCIOOfício n. , de _____/_____/2013.Destinatário: Ao(À) Senhor(a) Diretor(a) da SERASA EXPERIANEndereço: Avenida Carlos Gomes, nº 1223, 2º andar, salas 302 e 304Nesta Ao(À) Senhor(a) Diretor(a) do SPCEndereço: Avenida Carlos Gomes, 1490, CentroNestaPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015750-02.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Neidy Jane dos Reis
Advogado: Neidy Jane dos Reis (OAB/RO 1268)
Requerido: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
DECISÃO :
DECISÃO Indefiro a gratuidade pleiteada pela parte autora, pois não restou comprovada a insuficiência de recurso. Ao contrário, denota-se de uma análise da inicial, que a mesma não se amolda aos ditames do que preceitua a benesse da

gratuidade. Destaco que, além de ser advogada, comprova ter adquirido uma passagem aérea, o que deixa em dúvida a sua hipossuficiência.Saliento que, a concessão dos benefícios da Lei 1.060/50 pode ser afastado quando o magistrado verifica que a parte não é merecedora dessa concessão. Aliás, há entendimento pretoriano nesse sentido. Veja-se: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ.1. A despeito de declaração expressa de pobreza, o juiz pode negar o benefício da assistência judiciária gratuita se, com base nas provas contidas nos autos, houver motivo para o indeferimento.2. É inviável o conhecimento de recurso especial quando a análise da Controvérsia demanda o reexame de elementos fático probatórios, a teor da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.321 - MS (2007/0219817-0 Relator: MINISTRO VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS Data do Julgamento 10 de março de 2009 Dje 01/04/2009)AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. CONDIÇÃO DE POBREZA. COMPROVAÇÃO. SÚMULA Nº 07/STJ. Se o Tribunal a quo, com base na análise do acervo probatório produzido nos autos, reconheceu que os autores poderiam suportar as custas processuais, infirmar tal entendimento ensejaria o reexame de provas, o que encontra óbice no verbete da Súmula nº 07 deste Tribunal. Agravo desprovido.(STJ - AgRg no REsp nº 922.007 / RS, Relator o Ministro Felix Fisher, Dje 08/09/2008). A propósito, veja-se o entendimento do E. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Justiça gratuita. Indeferimento de plano. Ausência de provas. Não recolhimento das custas processuais. É faculdade do magistrado conceder ou não o benefício da assistência judiciária, sendo-lhe vedado apenas deixar de indicar seus elementos de convicção. Havendo elementos que demonstram que a parte interessada detém condições de suportar as despesas do processo, deve o juiz indeferir o benefício da assistência judiciária, ainda mais quando a parte é funcionária pública e for pequeno o valor atribuído à causa (Ap Civ 100.010.2006000031-7, unân., julg. Em 26-07-2006, Rel. Juiz Jorge Luiz M. Gurgel do Amaral). Assim, analisando as características destes autos, donde concluo que a parte pode sim arcar com as custas processuais e desta feita, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça e determino que a parte, junte, no prazo de 10 dias a comprovação do recolhimento das custas, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0014974-02.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Elizabeth Vieira de Azevedo
Advogado: Fernando Augusto Torres dos Santos (OAB/RO 4725)
Requerido: Eletrobras - Distribuição Rondônia
DECISÃO :
DECISÃO Trata-se de Ação Declaratória de Inexigibilidade de débito c/c repetição de indébito c/c Reparação por Danos Morais ajuizada por ELIZABETH VIEIRA DE AZEVEDO contra ELETROBRÁS - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, como pedido de antecipação de tutela para a exclusão de negativação incidente sobre o nome da autora em órgão de restrição ao crédito.Passo a analisar o pedido de concessão antecipada dos efeitos de tutela.A concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional constitui-se em faculdade conferida ao juiz, que, dentro dos critérios legais, decide sobre a conveniência da medida, podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la.No caso em tela, o pedido de exclusão do cadastro de inadimplentes decorre da inexistência de débito, sustentada pela parte autora, que alega estar sofrendo dano em decorrência da manutenção da inscrição.A antecipação de tutela pretendida deve ser deferida, pois os documentos apresentados demonstram a inscrição nos cadastros de inadimplentes e, com as limitações próprias do início do conhecimento, a possibilidade de ser ilegítima.Os requisitos legais para a concessão antecipada da tutela jurisdicional, especialmente a verossimilhança da alegação, estão presentes nos autos.Ante ao exposto, com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela para o fim de determinar a baixa da inscrição do nome da parte autora do SERASA e SPC. Defiro o pedido de Gratuidade da Justiça.Cite-se a parte requerida para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-se que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação.Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil.Sirva-se a presente como OFÍCIO às instituições de proteção ao crédito (SERASA e SPC) para que exclua a anotação procedida pela requerida, no prazo de 48 horas, a contar do recebimento da notificação.Intime-se e expeça-se o necessário.SIRVA-SE A PRESENTE COMO OFÍCIOOfício n. , de _____/_____/2013.Destinatário: Ao(À) Senhor(a) Diretor(a) da SERASA EXPERIANEndereço: Avenida Carlos Gomes, nº 1223, 2º andar, salas 302 e 304Nesta Ao(À) Senhor(a) Diretor(a) do SPCEndereço: Avenida Carlos Gomes, 1490, CentroNestaPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015319-65.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Raimunda Abreu dos Santos
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Claro S/A
DECISÃO :
DECISÃO Trata-se de Ação Declaratória de Inexigibilidade de débito c/c Reparação por Danos Morais ajuizada por Maria Raimunda Abreu dos Santos contra Claro S/A, como pedido de antecipação de tutela para a exclusão de negativação incidente sobre o nome da autora em órgão de restrição ao crédito.Passo a analisar o pedido de concessão antecipada dos efeitos de tutela.A concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional constitui-se em faculdade conferida ao juiz, que, dentro dos critérios legais, decide sobre a conveniência da medida, podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la.No

caso em tela, o pedido de exclusão do cadastro de inadimplentes decorre da inexistência de débito, sustentada pela parte autora, que alega estar sofrendo dano em decorrência da manutenção da inscrição.A antecipação de tutela pretendida deve ser deferida, pois os documentos apresentados demonstram a inscrição nos cadastros de inadimplentes e, com as limitações próprias do início do conhecimento, a possibilidade de ser ilegítima.Os requisitos legais para a concessão antecipada da tutela jurisdicional, especialmente a verossimilhança da alegação, estão presentes nos autos.Ante ao exposto, com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela para o fim de determinar a baixa da inscrição do nome da parte autora do SERASA e SPC. Cite-se a parte requerida para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-se que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil.Sirva-se a presente como OFÍCIO às instituições de proteção ao crédito (SERASA e SPC) para que exclua a anotação procedida pela requerida, no prazo de 48 horas, a contar do recebimento da notificação.Intime-se e expeça-se o necessário.SIRVA-SE A PRESENTE COMO OFÍCIOOfício n. , de _____/_____/2013.Destinatário: Ao(À) Senhor(a) Diretor(a) da SERASA EXPERIANEndereço: Avenida Carlos Gomes, nº 1223, 2º andar, salas 302 e 304Nesta Ao(À) Senhor(a) Diretor(a) do SPCEndereço: Avenida Carlos Gomes, 1490, CentroNestaPorto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015753-54.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Associação dos Servidores do Sistema Penitenciario do Estado de Rondonia Assiperon
Advogado: Jackson Chediak (OAB/RO 5000)
Executado: Maria Jose Guimaraes da Silva
DESPACHO :
Cite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar ou nomear bens à penhora. Acaso indique bens à penhora, deverá apresentar provas da propriedade e indicar sua localização e valor estimado.Arbitro honorários em 10% sobre o valor da execução, salvo embargos.Conste-se do mandado que, havendo pagamento da dívida no prazo assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos à metade, nos termos do art. 652-A, parágrafo único do CPC.Tratando-se de bem imóvel e sendo casado o ofertante, deverá ser juntada aos autos a anuência do cônjuge e o Executado deverá apresentar-se em Juízo para a assinatura do termo de penhora e depósito, no prazo de 10 dias, contados da citação.Não havendo pagamento ou nomeação no prazo, penhore-se bens suficientes para garantir o Juízo. Se penhorado bem imóvel, intime-se o cônjuge.Deverá constar do mandado o prazo para o oferecimento de eventuais embargos.Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 172, § 2º do CPC. Não sendo encontrado o Executado, arreste-se os bens, na forma do art. 653, parágrafo único do CPC.Havendo embargos, devidamente certificada a sua tempestividade, venham-me conclusos.Alerte-se as partes que deverão constituir advogado e, caso não possam custear seus serviços, deverão procurar a a Defensoria Pública do Estado, cuja sede, na Capital é Avenida Sete de Setembro, nº. 1642, Centro. Residindo em outro local deverá procurar a sede mais próxima de seu domicílio.Em caso de pagamento ou inércia do executado, intime-se o exequente a requerer, em 5 (cinco) dias, o que pretende. Após, promova-se a conclusão.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015736-18.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ihanka Layla Teixeira de Almeida
Advogado: Jhonatas Emmanuel Pini (OAB/RO 4265), Augusta Gabriela Pini de Souza (OAB/RO 4134)
Requerido: TAM Linhas Aéreas S/A
DECISÃO :
DECISÃO A Constituição Federal em seu art. 5º, LXXIV, as Leis 1.060/50 e 7115/83 preveem a assistência judiciária gratuita aos hipossuficientes, trazendo como presunção desta condição a declaração pessoal, contudo tal presunção não é absoluta, e objetiva dar amplo acesso à justiça àqueles que teriam de dificuldade para provar sua condição de hipossuficiência. Todavia quando pelas circunstâncias e peculiaridades do caso se perceber não ocorrida a hipótese de incidência norma, vale dizer, não ser o pleiteante hipossuficiente, tal benefício não deve ser concedido, sob pena de se banalizar o instituto.Em que pese a alegada necessidade da concessão de justiça gratuita, não existe nos autos documentos que comprovem a hipossuficiência da autora, bem como sua represente é funcionária pública, fato que associado a ausência de elementos que convençam do contrário, levam a conclusão de que sua condição não é a de hipossuficiente, pelo que não seria destinatário da norma assistencial estatal, INDEFIRO a GRATUIDADE DA JUSTIÇA. Observo ainda que a requerente é menor de idade sendo representada por genitora, contudo esta deixou de juntar nos autos a certidão de nascimento da menor e documentos pessoais da representante, motivo pelo qual DETERMINO que a representante da menor traga aos autos seus documentos pessoais que a qualificam como genitora e representante da menor.Anote-se na capa dos autos, tratarem-se de interesse de menor, pelo que após réplica deverá ser intimado pessoalmente o Ministério Público em obediência às determinações dos arts. 201, VIII e 202 a 204 da Lei 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente.Na oportunidade, determino que a requerente traga aos autos documentos que comprovem a sua alegação de permanência na sala de embarque.Para o cumprimento de todas as providências acima determinadas, CONCEDO o prazo de 10(dez) dias. Sendo cumprida a determinação ou decorrendo in albis o prazo, voltem- me os autos conclusos para DECISÃO .Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015550-92.2013.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido: Mere Endiel Queiroz dos Reis
DESPACHO :
DESPACHO Diante da prova escrita, defiro de plano a expedição de mandado, com prazo de 15 dias, nos termos

da inicial, anotando-se que, caso o réu satisfaça a obrigação, ficará isento de custas e honorários advocatícios.Alerte-se as partes que deverão constituir advogado e, caso não possam custear seus serviços, deverão procurar a a Defensoria Pública do Estado, cuja sede, na Capital é Avenida Sete de Setembro, nº. 1642, Centro. Residindo em outro local deverá procurar a sede mais próxima de seu domicílio.Para o caso de não cumprimento, fixo honorários em 10% do valor da dívida. Conste no mandado que, neste prazo, o réu poderá oferecer embargos e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (art. 1.102c do CPC).Cite-se e intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015540-48.2013.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido: Leila Cristina Alves de Sa
DESPACHO :
DESPACHO Diante da prova escrita, defiro de plano a expedição de mandado, com prazo de 15 dias, nos termos da inicial, anotando-se que, caso o réu satisfaça a obrigação, ficará isento de custas e honorários advocatícios.Alerte-se as partes que deverão constituir advogado e, caso não possam custear seus serviços, deverão procurar a a Defensoria Pública do Estado, cuja sede, na Capital é Avenida Sete de Setembro, nº. 1642, Centro. Residindo em outro local deverá procurar a sede mais próxima de seu domicílio.Para o caso de não cumprimento, fixo honorários em 10% do valor da dívida. Conste no mandado que, neste prazo, o réu poderá oferecer embargos e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (art. 1.102c do CPC).Cite-se e intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001187-37.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Raimundo Façanha Ferreira
Advogado: Raimundo Façanha Ferreira (OAB/RO 1806)
Requerido: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Fica a parte requerida, por meio do(a) advogado(a), intimado(a) a efetuar o pagamento das custas no valor de R$ 35,00 (trinta e cinco reais), no prazo de cinco dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0001427-89.2013.8.22.0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Executado: Jossemar Lira Ferreira
Fica a parte requerente, por meio do(a) advogado(a), intimado(a) a efetuar o pagamento das custas no valor de R$ 19,40 (dezenove reais e quarenta centavos), no prazo de cinco dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0001377-63.2013.8.22.0001
Ação: Monitória
Requerente: Indústria e Comércio de Bebidas MDM Ltda
Advogado: César Henrique Longuini (OAB/RO 5217)
Requerido: Antonio Jose Alves de Lima
Fica a parte requerida, por meio do(a) advogado(a), intimado(a) a efetuar o pagamento das custas no valor de R$ 49,00 (quarenta e nove reais) , no prazo de cinco dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0006657-49.2012.8.22.0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Leandro Bela Docimo
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: B. V Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento
Advogado: Celso Marcon (OAB/AC 3266A); Daguimar Lustosa N. Cavalcante (OAB/RO 4120)
Fica a parte requerida, por meio do(a) advogado(a), intimado(a) a efetuar o pagamento das custas no valor de R$ 17,93 (dezessete reais e noventa e três centavos), no prazo de cinco dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0009318-98.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ademir Santos Lima
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Itaucard S.A.
Advogado: Melanie Galindo Martinho (OAB/RO 3793)
Fica a parte requerente, por meio do(a) advogado(a), intimado(a) a efetuar o pagamento das custas no valor de R$ 635,71 (seiscentos e trinta e cinco reais e setenta e um centavos), no prazo de cinco dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0001497-43.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Josenilton Marques Pereira
Advogado: Márcia de Oliveira Lima (OAB/RO 3495), Layana Mabia Maurício (OAB/RO 3856)
Requerido: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogado: Ailton Alves Fernandes (OAB/GO 16854), Dalgoberto Martinez Maciel (RO 1.358)
Fica a parte requerente, por meio do(a) advogado(a), intimado(a) a efetuar o pagamento das custas no valor de R$ 163,26 (cento e sessenta e três reais e vinte e seis centavos), no prazo de cinco dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0016867-62.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Iracy Tenorio de Oliveira
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A
Advogado: Ivone de Paula Chagas Sant' Ana (OAB/RO 1114); Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Fica a parte requerida, por meio do(a) advogado(a), intimado(a) a efetuar o pagamento das custas no valor de R$ 31,72 (trinta e um reais e setenta e dois centavos), no prazo de cinco dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0018918-46.2012.8.22.0001
Ação: Usucapião
Requerente: Sebastião de Jesus Lopes
Advogado: Agnaldo Muniz (OAB/RO 258B), Anita de Cácia Notargiácomo Saldanha (OAB/RO 3644)
Requerido: Sebastião Teixeira Chaves, Marilda Shirley de Souza Leiras Teixeira Chaves
Fica a parte requerente, por meio do(a) advogado(a), intimado(a) a efetuar o pagamento das custas no valor de R$ 237,91 (duzentos e trinta e sete reais e noventa e um centavos), no prazo de cinco dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0002088-68.2013.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Nelson Nerys Goncalves
Advogado: Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Fica a parte requerente, por meio do(a) advogado(a), intimado(a) a efetuar o pagamento das custas no valor de R$ 171,00 (cento e setenta e um reais), no prazo de cinco dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Valéria de Souza Santana
Escrivã Judicial

COMARCA DE JI-PARANÁ

TURMA RECURSAL

Turma Recursal - Ji-Paraná
ABERTURA DE VISTA
Agravo em Recurso Extraordinário em Recurso Inominado nrº 1000771-34.2012.8.22.0007
Agravante: OI S. A.
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Agravado: VINÍCIUS ALEXANDRE SILVA
Advogada: Luzinete Pagel Galvão (OAB/RO 4843)
[...]
“
Nos termos do art. 1º, §1º, do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001,fica o(a) Agravado(a) intimado(a) para, querendo, contraminutar o Agravo e juntar documentos, no prazo de 10 (dez) dias.
“
Ji-Paraná, 7 de agosto de 2013
(a) Bel Gideão Gonçalves Apolinário
Secretário da Turma Recursal de Ji-Paraná

Turma Recursal - Ji-Paraná
ABERTURA DE VISTA
Agravo em Recurso Extraordinário em Recurso Inominado nrº 1000094-62.2012.8.22.0020
Agravante: OI S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Agravado: Ronan Almeida de Araujo
Advogado: Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2523)
“Nos termos do art. 1º, §1º, do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o(a) Agravado(a) intimado(a) para, querendo, contraminutar o Agravo e juntar documentos, no prazo de 10 (dez) dias. Ji-Paraná, 8 de agosto de 2013

(a) Bel Gideão Gonçalves Apolinário
Secretário da Turma Recursal de Ji-Paraná

JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL

COMARCA DE JI-PARANÁ/RO
1ºVARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima - Juíza de Direito
Angela Pintar Garcia dos Santos - DIRETORA DE CARTÓRIO

Proc: 1002193-50.2012.8.22.0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Sanches & Oliveira Ltda ME(Exequente)
Advogado(s): Andreia Alves da Silva Bolson(OAB 4608 RO)
T. R. Marques Me(Executado)
Sanches & Oliveira Ltda ME(Exequente)
Advogado(s): Andreia Alves da Silva Bolson(OAB 4608 RO)
T. R. Marques Me(Executado)
Finalidade: Intimação do advogado do autor da Audiência de Conciliação designada para o dia 15 de agosto de 2013, às 09h30m a ser realizada no Fórum Des. Hugo Auller, sendo solicitado a referida causídica a informar o autor da solenidade designada.

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Proc.: 0010584-11.2012.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente: Milton Camilo da Silva
Advogado: Lurival Antonio Ercolin (OAB/RO 064 B)
Requerido: Estado de Rondonia, Maria Ângela Simões Semeghini, Banco Bradesco S. A.
Finalidade: Intimação do advogado do autor para cumprir o DESPACHO , prazo de 24 horas.
DESPACHO :
“1. Suspendo a análise e juízo de admissibilidade.2. Só há responsabilidade civil se restar comprovado o nexo causal entre a conduta do agente apontado e o dano suportado. No que diz respeito ao Estado de Rondônia e sua prestadora de serviços a conduta restringe-se a ilicitudes eventualmente praticadas no ato da lavratura dos protestos e/ou sua manutenção. Neste norte, afirma o autor que: “Todas as providências que cabia ao requerente/devedor, foram tomadas, inclusive com a apresentação dos documentos junto ao cartório de protesto, para que, afastasse a possibilidade de lavratura(...)”. INTIME-SE A PARTE AUTORA A COMPROVAR, no prazo de 24 horas, que recolheu as custas do cartório de protesto, mencionadas nos borderôs de fls. 19 e 20, a fim de fazer prova

de que realmente cumpriu integralmente com as obrigações que lhe cabia para evitar a consecussão dos protestos, em tempo hábil, fato este alegado em sua inicial e essencial para delimitar a competência deste juízo, sob pena de rejeição da ação.3.Transcorrido tornem conclusos.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 1 de março de 2013.Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima Juíza de Direito"
Angela Pintar Garcia dos Santos
Escrivã Judicial

REPUBLICAÇÃO
1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0008781-56.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente: Hotel Sol Nascente Ltda-me.
Advogado: Rafael Hideshi Medeiros Hiroki (OAB/RO 3867)
Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO 4351)
Requerido: Estado de Rondônia
Finalidade: Intimação do advogado do requerente para cumprir o DESPACHO fls.49.
DESPACHO :
"VISTOS. 1. Suspendo o juízo de admissibilidade e análise do pedido de tutela antecipada para que a parte autora seja intimada para comprovar que sua situação atual se enquadra nas definições da L.Complementar 123/06, haja vista que os documentos juntados são datados de 2009.2. Emendar a incial, no prazo de cinco dias, apresentando a qualificação do requerido, mormente quanto ao endereço para citação, bem como, retificando o valor da causa conforme o objeto da ação(alíneas "a" e "b") e o que determina os artigos 259 e 260 do CPC, sob pena de indeferimento.3.Após o prazo tornem conclusos.Ji-Paraná-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito."

Proc.: 0008782-41.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente: Maximus Hotel Ltda
Advogado: Rafael Hideshi Medeiros Hiroki (OAB/RO 3867); Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO4351)
Requerido: Estado de Rondônia
Finalidade: Intimação do advogado do requerente para cumprir o DESPACHO (fl.47).
DESPACHO :
VISTOS. 1. Suspendo o juízo de admissibilidade e análise do pedido de tutela antecipada para que a parte autora seja intimada para comprovar que sua situação atual se enquadra nas definições da L.Complementar 123/06, haja vista que os documentos juntados são datados de 2009.2. Emendar a incial, no prazo de cinco dias, apresentando a qualificação do requerido, mormente quanto ao endereço para citação, bem como, retificando o valor da causa conforme o objeto da ação(alíneas "a" e "b") e o que determina os artigos 259 e 260 do CPC, sob pena de indeferimento.3.Após o prazo tornem conclusos.Ji-Paraná-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Angela Pintar Garcia dos Santos
Escrivã Judicial

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

1º Cartório do Juizado da Infância e Juventude
Ana Valeria de Queiroz Santiago Zipparro-Juiza de Direito
Rosilane Gomes de Oliveira Correia
Chefe de Cartório-203108
Proc.: 0009717-81.2013.8.22.0005
Ação: Autorização judicial
Requerente: K. S. de O.
Advogado: Andreia S. Barreiros (OAB/RO 1455)
DESPACHO : Informou o Sr. Diretor do Presídio que não há local distinto para visita íntima, o que impede fiscalização quanto proibição da adolescente de proceder visita íntima ao detento, fl. 19.Instado a se manifestar, é o Ministério Público pela indeferimento do pedido diante da circunstância apresentada, fl. 20-vDiante da manifestação ministerial de fls. 10/11 e DECISÃO de fl. 12 que foram terminentemente contra a visita íntima de adolescente a detento, REVOGO autorização para que a adolescente KARINA SANDIS DE OLIVEIRA visite EDMILSON VICENTE BOARO.Dê-se ciência a adolescente através de sua patrona e ao Ministério Público.Comunique-se à Direção de Segurança da Casa de Detenção de Ji-Paraná, Sr. LUIZ ALBERTO PECCIN, servindo a presente de expediente. Após, arquivem-se.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

ROSILANE GOMES DE OLIVEIRA CORREIA
CHEFE DE CARTORIO

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Juíza de Direito: Drª. Sandra Martins Lopes
Diretora de Cartório: Raimunda Pereira dos Santos Heitmann

Proc.: 0015231-49.2012.8.22.0005
Ação: Monitória
Requerente: COOPMEDH Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares
Advogado: Elaine Cristina Barbosa dos Santos Franco (OAB/RO 1627)
Requerido: H. J. Kloos Comercio e Representacao de Artefatos Texteis Ltda
DESPACHO :
VISTOS. Efetuadas consultas eletrônicas através do Sistema INFOJUD (Receita Federal), Sistema de Informações Eleitorais (SIEL) e JUCER.Expeça-se mandado para citação da empresa requerida, na pessoa de seu representante legal HENRIQUE KLOOS, devendo constar os endereços do representante legal informados.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Sandra Martins Lopes Juíza de Direito

Proc.: 0009876-24.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: João Marcos Matias Oldakowski
Advogado: Antonio Fraccaro (RO 1941)
Requerido: Azul Linhas Aéreas Brasileiras
DECISÃO :
Visando melhor administrar a pauta de audiência, excesso de serviço forense, ônus envolvido, e considerando, pela experiência, remota possibilidade de acordo quando da audiência inaugural no procedimento sumário, CONVERTO A AÇÃO EM RITO ORDINÁRIO, determinando que se proceda a retificação no registro do feito.CITE-SE SOB O RITO ORDINÁRIO.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Sandra Martins Lopes Juíza de Direito

Proc.: 0004254-86.1998.8.22.0005
Ação: Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Micro
Requerente: Espólio de Osvaldo Alves Portugal
Advogado: Carlos Luiz Pacagnan (OAB/RO 107B)
Requerido: Costa Construcoes Terraplanagem e Transportes Ltda
Advogado: Magda Rosângela Franzin Stecca (RO 303)
DECISÃO :
VISTOS DEFIRO integralmente o pedido da Massa Falida as fls. 89/90, ordenando os atos decorrentes.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Sandra Martins Lopes Juíza de Direito

Proc.: 0007700-72.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: H. R. de O. A.
Advogado: Lurival Antonio Ercolin (OAB/RO 064 B)
Requerido: N. L. M. B.
DECISÃO :
VISTOS. Trata-se de pedido de reconhecimento e dissolução de união estável, partilha de bens, guarda de menor, direito de visita c/c oferecimento de pensão alimentícia em favor da filha.Conforme valor oferecido pelo autor, fixo os alimentos provisórios mensal no valor correspondente a 50% do salário mínimo, em favor da menor C. B. O., a ser pago todo dia 10 de cada mês, mediante depósito judicial ou depósito em conta bancária a ser aberta em nome da requerida.SIRVA-SE DE ORDEM para abertura de conta bancária em nome da requerida, senhora N. L. M. B., para depósito dos alimentos provisionais, com posterior e comprovação em Cartório.Cite-se sob o rito ordinário e intime-se da fixação dos alimentos provisionais, entregando à requerida uma via desta DECISÃO para abertura da conta bancária.I. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Sandra Martins Lopes Juíza de Direito

Proc.: 0005788-11.2011.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Dioglas Jose Martinuci
Advogado: Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido: Dallas Automoveis e Acessórios Ltda
Advogado: Cintia Ferreira Bondarenko (199.166 SP), Carlos GonÇalves JÚnior (183.311), Rafael Rodrigo Bruno (221.737)
DECISÃO :
DEFIRO GRATUIDADE DE JUSTIÇA AO APELANTE Dallas Automoveis e Acessórios Ltda, conforme requerido preliminarmente, estando em REGIME DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, conforme documentos apresentados com a interposição do recurso de apelação.Recebo o recurso de apelação somente no seu efeito devolutivo para manter os efeitos da tutela concedida, na forma do art. 520, VII, do CPC, devendo o recorrido apresentar suas contrarrazões no prazo de 15 dias (art. 508, CPC).Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Sandra Martins Lopes Juíza de Direito
Raimunda Pereira dos Santos Heitmann
Diretora de Cartório

1º Cartório Cível
Juíza de Direito: Drª. Sandra Martins Lopes
Diretora de Cartório: Raimunda Pereira dos Santos Heitmann

Proc.: 0008062-74.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Vanilson Monteiro da Silva
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
DECISÃO :
VISTOS. Defiro o pedido de gratuidade de justiça.A princípio a ação tramitaria pelo rito sumário.Entretanto, considerando a reconhecida indisposição da Seguradora para realizar acordos em feitos de DPVAT quando da audiência inaugural do procedimento sumário, e da sobrecarga da pauta de audiências, bem como dos ônus envolvidos na realização, converto o feito para o rito ordinário.Reclassifique-se no sistema.Após, cite-se a Réu sob o rito ordinário, podendo, evidentemente, ser apresentado eventual instrumento de acordo.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Sandra Martins Lopes Juíza de Direito

Proc.: 0007775-14.2013.8.22.0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Cooperativa de Cretido dos Empresarios de Ji Parana Ro Sicob Emprecred
Advogado: Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)
Executado: Empresa de Pecas Rondonia Ltda., Ednaldo da Silva Ferreira, Elza Fatima Canofre Ferreira
DESPACHO :
VISTOS. 1. Nos termos do art. 652 e seguintes do CPC, cite-se o executado para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida executada, sob pena de penhora.2. Fixo honorários advocatícios em 10% sobre o valor executado (art. 20, §4º do CPC), consignando que no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias a verba honorária será reduzida pela metade.3. Em trabalho de prevenção fica o executado advertido quanto ao disposto no art. 599/601 e art. 740, parágrafo único, do CPC, referente a tipificação de atos atentatórios à dignidade da justiça. 4. Em sendo necessário,

fica o Oficial de Justiça autorizado a diligenciar nos termos do art. 172, §2º do CPC.5. EXPEÇA-SE MANDADO para citação e demais atos executórios decorrentes.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Sandra Martins Lopes Juíza de Direito

Proc.: 0007717-11.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Simone Lopes dos Santos.
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
DECISÃO :
VISTOS. Defiro o pedido de gratuidade de justiça.A princípio a ação tramitaria pelo rito sumário.Entretanto, considerando a reconhecida indisposição da Seguradora para realizar acordos em feitos de DPVAT quando da audiência inaugural do procedimento sumário, e da sobrecarga da pauta de audiências, bem como dos ônus envolvidos na realização, converto o feito para o rito ordinário.Reclassifique-se no sistema.Após, cite-se a Réu sob o rito ordinário, podendo, evidentemente, ser apresentado eventual instrumento de acordo.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Sandra Martins Lopes Juíza de Direito

Proc.: 0007773-44.2013.8.22.0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Cooperativa de Cretido dos Empresarios de Ji Parana Ro Sicob Emprecred
Advogado: Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)
Requerido: Erick Vieira Franco.
DESPACHO :
VISTOS. 1. Nos termos do art. 652 e seguintes do CPC, cite-se o executado para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida executada, sob pena de penhora.2. Fixo honorários advocatícios em 10% sobre o valor executado (art. 20, §4º do CPC), consignando que no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias a verba honorária será reduzida pela metade.3. Em trabalho de prevenção fica o executado advertido quanto ao disposto no art. 599/601 e art. 740, parágrafo único, do CPC, referente a tipificação de atos atentatórios à dignidade da justiça. 4. Em sendo necessário, fica o Oficial de Justiça autorizado a diligenciar nos termos do art. 172, §2º do CPC.5. EXPEÇA-SE MANDADO para citação e demais atos executórios decorrentes.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Sandra Martins Lopes Juíza de Direito

Proc.: 0008303-48.2013.8.22.0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Supermercado Taí Ltda Me
Advogado: Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Requerido: Simone de Jesus Coelho
DESPACHO :
VISTOS. 1. Nos termos do art. 652 e seguintes do CPC, cite-se o executado para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida executada, sob pena de penhora.2. Fixo honorários advocatícios em 10% sobre o valor executado (art. 20, §4º do CPC), consignando que no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias a verba honorária será reduzida pela metade.3. Em trabalho de prevenção fica o executado advertido quanto ao disposto no art. 599/601 e art. 740, parágrafo único, do CPC, referente a tipificação de atos atentatórios à dignidade da justiça. 4. Em sendo necessário, fica o Oficial de Justiça autorizado a diligenciar nos termos do art. 172, §2º do CPC.5. EXPEÇA-SE MANDADO para citação e demais atos executórios decorrentes.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Sandra Martins Lopes Juíza de Direito

Proc.: 0021930-66.2006.8.22.0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Pemaza S/A
Advogado: Maria da Conceição Silva Abreu (OAB / RO 2849)
Executado: Evandro Sartori Orlandi
DESPACHO :
SEM ÊXITO A CONSULTA DE BENS PERANTE A RECEITA FEDERAL, DOCUMENTO ANEXO.Concedo o prazo de 80 dias para a parte credora diligenciar no sentido de encontrar bens do devedor, possibilitando a prestação jurisdicional invocada (art. 598,791, III c/c 177, do CPC), pois, sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo. Decorrido o prazo sem manifestação eficaz, o feito poderá ser extinto por ausência de pressuposto para o desenvolvimento regular do processo, com espeque no art. 267, IV, c/c 598 do CPC, independente de nova intimação.Oportuno constar, desde logo, que eventual pretensão à suspensão sine die é contrária ao ordenamento jurídico, pois não havendo prazo fixado, o juiz tem o dever de fixá-lo, regra aplicável em quaisquer procedimentos (art. 177 e 598, do CPC).No escólio de Humberto Theodoro Júnior (Curso de Direito Processual Civil, Vol. II, Processo de Execução e Processo Cautelar), processo de conhecimento e processo de execução não são figuras antagônicas e inconciliáveis. Ao contrário, são instrumentos que se completam no exercício da função pública de jurisdição. Subordinam-se a princípios comuns e se destinam a um mesmo fim: manutenção efetiva da ordem jurídica. O novo Código não adotou, porém, o critério tradicional de reunir numa parte geral as regras comuns a todos os processos e procedimentos. Coube, assim, ao processo de conhecimento (Livro I) a tarefa de funcionar como o repositório das disposições gerais de todo o processo civil. Daí a determinação do art. 598, mandando aplicar subsidiariamente à execução as disposições que regem o processo de conhecimento. Dentre as disposições que regem o processo de conhecimento, podem ser exemplificadamente mencionadas as que se relacionam com a exigência de representação das partes por advogado (art. 36), sobre poderes, deveres e responsabilidades do juiz (arts. 125 a 138), forma dos atos processuais (art. 154 a 170), sobre o tempo e lugar dos atos processuais (arts. 172 a 176), prazos (arts. 177 a 199), distribuição, registro e valor dos processos (arts. 251 a 261), provas, recursos e tudo mais que, não tendo sido objeto de regulamentação específica no processo de execução , possa ser cogitado e aplicado no curso da execução forçada e seus incidentes.Relevante, também, mencionar, o princípio da utilidade da execução, que se expressa através da afirmação de que a execução deve ser útil ao credor, não se permitindo sua transformação em instrumento de simples castigo ou sacrifício do devedor.Caso haja requerimento de desistência em razão da inexistência de bens, ficará autorizado o desentranhamento dos documentos instrutórios da execução, mediante cópia,

e lançamento no documento desentranhado do número do processo, o tipo de ação e o cartório respectivo (Diretrizes Gerais Judiciais, Capítulo II, Seção XII, art. 100, §2º). Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Sandra Martins Lopes Juíza de Direito

Proc.: 0008050-60.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Vanderleia Fernandes
Advogado: Angela Maria da Conceição Belico Guimarães (RO. 2241)
Requerido: Elisangela Maria Dias da Silva
DESPACHO :
VISTOS. Defiro a gratuidade de justiça.Visando melhor administrar a pauta de audiência, excesso de serviço forense, ônus envolvido, e considerando, pela experiência, remota possibilidade de acordo quando da audiência inaugural no procedimento sumário, CONVERTO A AÇÃO EM RITO ORDINÁRIO, determinando que se proceda a retificação no registro do feito.CITE-SE SOB O RITO ORDINÁRIO.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Sandra Martins Lopes Juíza de Direito

Raimunda Pereira dos Santos Heitmann
Diretora de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Ana Valeria de Queiroz Santiago Zipparro - Juiza de Direito
Belª Marlene Alves Apolinário - Diretora de Cartório
Sugestões e/ou reclamações, façam-nas pessoalmente, ou contate-nos, via internet, pelo seguinte endereço: jip2cível@tj.ro.gov.br.

Proc.: 0000859-61.2013.8.22.0005
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: J. A. da F.
Advogado: Aliadne Bezerra Lima Felberk de Almeida (OAB/RO 3655)
Requerido: R. de J. F.
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl : 15/17
O Requerido requer o julgamento pela total improcedência do pedido formulado pela requerente em sua petição inicial.

Proc.: 0005181-27.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Wanderson Alves da Silva
Advogado: Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Luciana Nogarol Pagotto. (RO 4198)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : 22/41
Certifico que considerando que o AR de citação não foi juntado autos, a contestação de fls. 22/40 veio aos autos tempestivamente. Abro vistas ao Requerente para manifestação

Proc.: 0008205-68.2010.8.22.0005
Ação: Interdito Proibitório (Cível)
Requerente: Eva de Lourdes Costa
Advogado: Eliane Aparecida de Barros (OAB/RO 2064), Eva Condack Dias Pereira da Silva (OAB/RO 2273)
Requerido: Rita dos Santos
Advogado: Deomagno Felipe Meira (OAB/RO 2513)
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl : 117
A Requerida desiste da referida prova e requer a total improcedência da ação.

Proc.: 0000494-75.2011.8.22.0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Maria José Venâncio
Advogado: Alfredo Zuquim Netto (OAB / RO 38 - A), Cleonice Silveira dos Santos (OAB/RO 2506)
Executado: Rosalvo José da Silva
Advogado: Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : 83
decorreu o prazo da suspensão deferido à fl. ; Abro vista a parte autora para manifestação

Proc.: 0125799-16.2004.8.22.0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: R. & C. L.
Advogado: Magda Rosângela Franzin Stecca (OAB/RO 303)
Executado: N. C. M. L. A. F. T. I. M. C.
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio de fl(s).245
O IDARON informa que o Executado não possui semoventes.

Proc.: 0002796-77.2011.8.22.0005
Ação: Embargos à Execução Fiscal
Embargante: Cristian de Paula Menezes
Advogado: Ézilei Cipriano Veiga (OAB/RO 3213)
Embargado: Fazenda Publica do Municipio de Ji Parana RO
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : 37
decorreu o prazo da citação do Município, sem resposta;

Proc.: 0011181-77.2012.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vergilio Antonio do Nascimento
Advogado: Gustavo Caetano Gomes (OAB/RO 3269)
Requerido: Banco Itaú S.A.

Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB/RN 392A), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
O Requerido requer a juntada do comprovante de depósito no montante de R$ 3.500,00 referente ao pagamento do acordo entre as partes.

Proc.: 0016314-08.2009.8.22.0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: T. A. L.
Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246), Ivan Francisco Machiavelli (OAB/RO 307), Herisson Moreschi Richter (OAB/RO 3045)
Requerido: I. e C. de C. B. R. L. B. S. S.
Advogado: Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : 247
decorreu in albis o prazo para a parte requerida apresentar impugnação. Abro vista a parte autora para manifestação.

Proc.: 0087367-83.2008.8.22.0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Rafael Oliveira Claros
Advogado: Rafael Oliveira Claros (3672)
Executado: Terrarada Máquinas Agrícolas Ltda
Advogado: Watson Mueller (RO 2835)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : 160
decorreu o prazo, sem que viesse aos autos comprovante de levantamento do Alvará n.048/2013;

Proc.: 0004269-64.2012.8.22.0005
Ação: Usucapião
Requerente: Antonio Nunes Sobrinho
Advogado: Neumayer Pereira de Souza (OAB/RO 1537)
Requerido: Andrelino Ribeiro Vieira
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl : 60/62
O Requerido requer o julgamento pela total improcedência do pedido formulado pela requerente em sua petição inicial.

Proc.: 0000630-04.2013.8.22.0005
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: C. F. de L.
Advogado: Ferdinando Farias Araújo Neto (OAB/AC 2517)
Requerido: H. D. B. de L.
SENTENÇA :
(...): Instalada a audiência, ouvido informalmente, o requerido manifesta concordância em dispensar o genitor da obirgação de lhe prestar alimentos. Ressalva que não deixará de cobrar os meses que se encontram em atraso. Deliberou a MMª. Juíza: A manifestação do requerido neste ato importa no reconhecimento do pedido, pelo que julgo extinto o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 269, II, do Código de Processo Civil. SENTENÇA publicada em audiência, saindo os presentes intimados. Intime-se a parte autora. Ciência ao Ministério Público. Sem custas e sem honorários. Opotunamente, arquive-se. Nada mais. Eu _____Cleonice Bernardini, técnico judiciário, lavrei a presente.Ji-Paraná-RO, terça-feira, 25 de junho de 2013.Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: 0005246-22.2013.8.22.0005
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S. A
Advogado: Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
Requerido: João Evangelista Ribeiro de Souza
Certidão do Oficial de Justiça: Fiduciária
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl : 32/33
Certifico eu, Oficial de Justiça abaixo assinado que, em cumprimento ao respeitável retro mandado do MM. Juiz de Direito da Comarca de Ji-Paraná-RO, dirigi-me ao endereço fornecido na inicial, e lá estando deixei de proceder a Busca e Apreensão do veículo descrito na inicial, tendo em vista não localizar o mesmo no endereço informado na inicial, e nas vias pública de Ji-Paraná-RO, portanto devolvo o presente mandado ao cartório para os devidos fins de direito. O referido é verdade e dou fé.

Proc.: 0006180-77.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Salvador Elias Souza Carvalho
Advogado: Yuri Robert Rabelo Antunes (OAB/RO 4584)
Requerido: Ceron Centrais Eletricas de Rondonia JiparanÁ
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571), Jocimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : 29/53
Certifico que a Contestação apresentada às fls. 35/51, veio aos autos tempestivamente, conforme consulta processual em anexo, acompanhada de documentos. Passo a intimar a parte autora para manifestação.

Proc.: 0003715-95.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Prestadora de ServiÇos Rondonia Ltda. Me
Advogado: Neri Cezimbra Lopes (OAB/RO 653A)
Requerido: Cristiano Pedro Coelho, Wauir Gomes da Silva
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : 24/45
Certifico que a Contestação apresentada às fls. 24/44, veio aos autos tempestivamente. Abro vista a parte autora para manifestação.

Proc.: 0010033-94.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Sônia Maria de Oliveira
Advogado: Otacilia Gonçalves da Cruz (OAB / RO 5208)

Requerido: Banco Cruzeiro do Sul
DECISÃO :
DECISÃO INTERLOCUTÓRIAO art. 273 do Código de Processo Civil, elenca os requisitos para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela pretendida, quais sejam: 1- requerimento da parte; 2- prova inequívoca e verossimilhança da alegação, somada ao requisito do inciso I e; 3- fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Ressalte-se que prova inequívoca, na dicção do art. 273 do Código de Processo Civil, é a documental ou aquela objeto de produção antecipada (pericial ou testemunhal), ou seja, a que acompanha a inicial. In casu, me convenci da verossimilhança da alegação, eis que existem nos autos elementos suficientes à demonstração inequívoca de que os descontos em favor do requerido devem cessar, por força do disposto no §2º, do artigo 8º, da Lei Complementar Estadual nº 701/13, modificado pela Lei Complementar nº 717/13. Com efeito, a priori, há fundado receio de dano irreparável, pois o pleito da requerente está amparado em previsão legal e a permanência dos descontos poderá caracterizar descumprimento imotivado de dispositivo de lei. Anote-se que não há perigo de irreversibilidade da medida. Registro que esta magistrada não desconhece a existência da ADI nº 5022, em curso perante o Supremo Tribunal Federal, ajuizada pelo Governador do Estado de Rondônia, no entanto, como não há DECISÃO que aprecie o pedido liminar, entende que prevalece a eficácia da lei estadual. Assim, defiro o pleito antecipatório e determino seja oficiado ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estadao de Rondônia para que cessem os descontos em folha de pagamento da requerente de todos os contratos de mútuo realizados com o requerido Banco Cruzeiro do Sul S/A. Cite-se o requerido, abaixo qualificado, dos termos da presente ação, bem como advirta-o de que não sendo contestada no prazo de 05 dias, após a juntada do mandado aos autos, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (arts. 285 e 319 do CPC). Sobrevindo ou não contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas ao autor para réplica. Não ocorrendo a hipótese anterior, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade. Não sendo localizado o requerido e presentes uma das situações do art. 231 do CPC, desde já determino a citação via edital. Transcorrido o prazo, o feito deverá ser encaminhado a Defensoria Pública para que indique profissional para manifestar-se como Curador Especial. Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.Defiro AJG.Intime-se.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Marlene Alves Apolinário
Escrivã Judicial

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível - Comarca de Ji-Paraná/RO.
Sugestões e/ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos, via internet, pelos seguintes endereços eletrônicos:
Juiz : sassamoto@tjro.jus.br
Diretor de Cartório - Escrivão : jip3civel@tjro.jus.br

Proc.: 0011553-26.2012.8.22.0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Boasafra Comércio e Representações Ltda.
Advogado: Giane Ellen Borgio Barbosa (OAB/RO 2027)
Executado: Helio Bezerra Costa
Advogado: Valter Carneiro (OAB/RO 2466)
DESPACHO :
Conforme espelho em anexo, não consta declaração de imposto de renda entregue pelo executado nos últimos três anos.Requeira o exequente o que entender de direito para satisfação de seu crédito.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0005781-82.2012.8.22.0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: HSBC Bank Brasil S.A Banco Mutiplo
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056S)
Executado: Neide Malta da Silva Mendes
DECISÃO :
VISTOS , Indefiro o pedido, tendo em vista que a parte executada foi citada em seu local de trabalho. Assim, para que seja possível a penhora de bens, cabe a parte exequente demonstrar que a executada integra o quadro societário da empresa onde foi encontrada e citada.Concedo a parte exequente o prazo de 20 (vinte) dias para que informe bens da parte devedora passíveis de penhora, pena de extinção.Parte intimada via D.J.E.Ji-Paraná-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0002904-38.2013.8.22.0005
Ação: Monitória
Requerente: Cooperativa de Crédito dos Empresários de Ji Paraná SICOOB EMPRECRED
Advogado: Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112), Edilson Stutz (OAB/RO 309B)
Requerido: Souza & Castro Ltda Me
DESPACHO :
VISTOS , Para que seja realizada a citação por edital, necessário sejam esgotados todos os meios possíveis para a citação pessoal. No caso dos autos, a parte requerida é pessoa jurídica, portanto, deve ser citada na pessoa dos sócios. Assim, à parte Requerente para que junte aos autos o contrato social da parte Requerida a fim de demonstrar quem são os sócios e seus respectivos endereços, a fim de viabilizar a citação pessoal, pena de extinção. Int. Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0003109-67.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rapido Roraima Ltda.
Advogado: Rodrigo Sampaio Souza (OAB/RO 2324)
Requerido: CAERD - Centrais de Agua e Esgoto de Rondonia
Advogado: Ingrid Rodrigues de Menezes (OAB/RO 1460)
DECISÃO :
VISTOS ,As partes para especificarem se pretendem produzir outras provas em audiência, indicando o respectivo motivo e objeto. Saliento que o requerimento de provas inócuas a solução da lide não serão deferidas, sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide.Prazo comum de 10 (dez) dias. Partes intimadas via D.J.E.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0005054-89.2013.8.22.0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Cooperativa de Crédito dos Empresários de Ji Paraná SICOOB EMPRECRED
Advogado: Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)
Executado: Fernandes & Oliveira Ltda, Francisco Valdecir Fernandes
DESPACHO :
Em consulta ao Infojud, o endereço dos executados cadastrado é o mesmo que consta da inicial, conforme espelho em anexo. Requeira o exequente o que entender de direito.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0006728-05.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Benedito Arnaldo dos Ramos
Advogado: Darlene de Almeida Ferreira (RO 1338)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
DESPACHO :
DESPACHO INICIAL - RITO SUMÁRIOVISTOS. Recebo a emenda de fls.19/26. 1- Designo audiência de conciliação, contestação, saneamento e coleta de depoimento pessoal das partes, para o dia 12 de setembro de 2013, às 8h 45 min. 2 -Cite-se a parte Requerida, ficando advertida de que não comparecendo, ou comparecendo e não se defendendo, inclusive por não ter advogado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial e intimem-se as partes a fim de que compareçam à audiência, acompanhados de seus advogados.3 - Na audiência, se não houver acordo, poderá a parte Ré contestar, desde que o faça por intermédio de advogado. Caso não haja necessidade de produção de prova oral, poderá ocorrer julgamento antecipado da lide.4 - Convoquem-se as partes para audiência, cientificando-se elas de todas as advertências deste DESPACHO . 5- Defiro a gratuidade judiciária. 6- SIRVA A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.7- Intimem-se. Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0006747-11.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Monica Ferreira Aires
Advogado: Darlene de Almeida Ferreira (RO 1338)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
DESPACHO :
DESPACHO INICIAL - RITO SUMÁRIOVISTOS. Recebo a emenda de fls. 17/20. 1- Designo audiência de conciliação, contestação, saneamento e coleta de depoimento pessoal das partes, para o dia 12 de setembro de 2013, às 9h 30min. 2 -Cite-se a parte Requerida, ficando advertida de que não comparecendo, ou comparecendo e não se defendendo, inclusive por não ter advogado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial e intimem-se as partes a fim de que compareçam à audiência, acompanhados de seus advogados.3 - Na audiência, se não houver acordo, poderá a parte Ré contestar, desde que o faça por intermédio de advogado. Caso não haja necessidade de produção de prova oral, poderá ocorrer julgamento antecipado da lide.4 - Convoquem-se as partes para audiência, cientificando-se elas de todas as advertências deste DESPACHO . 5- Defiro a gratuidade judiciária. 6- SIRVA A PRESENTE DECISÃO COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.7- Intimem-se. Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0007069-65.2012.8.22.0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Mauro Paulo Galera Mari
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Embargado: Elo- Cooperativa de Consumo de Rondonia, Banco Bradesco S. A.
Advogado: Maria Luiza de Almeida (OAB/RO 3252), Cleber Carmona de Freitas (OAB/RO 3314), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
DECISÃO :
VISTOS , É fato notório nesta cidade que a parte executada encerrou suas atividades em processo de liquidação.Assim, visando evitar diversas diligências inúteis, cumpre a parte exequente indicar bens livres e desembaraçados da parte executada, passíveis de penhora. Saliento que já foram realizados diversas diligências (bacenjud, renajud, infojud, etc) em processos análogos, em que a pessoa jurídica Elo figura como executada, sem que tenha logrado êxito na localização de bens.Assim, concedo a parte exequente o prazo de 20 (vinte) dias, para indicação de bens, pena de arquivamento do feito nos termos do art. 475J, §5º, do CPC, até que se localizem bens.Parte intimada via D.J.E.Ji-Paraná-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0011894-52.2012.8.22.0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Suely Pereira Quirino
Advogado: Evandro Alves dos Santos (OAB/PR 52678), Fernando Parolini de Moraes (OAB/PR 50890)
Executado: Banco Panamericano S. A.

DECISÃO :
DESPACHO VISTOS. Intime-se a parte executada, pessoalmente, para que comprove o pagamento do débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena da incidência da multa de 10% (dez por cento), prevista no art.475-J do CPC.Decorrido o prazo sem demonstração de pagamento, a parte vencedora para promover o cumprimento da DECISÃO , requerendo o que de direito, instruindo o pedido com o demonstrativo do débito atualizado, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, pena de arquivamento. Apresentado o demonstrativo do débito, ao contador para inclusão das eventuais custas pendentes. Intime-se. Ji-Paraná-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0005433-35.2010.8.22.0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Cooperativa de Crédito Rural de Ji-Paraná Ltda
Advogado: Márcia Regina Barbisan de Souza (OAB/RO 2031), Neumayer Pereira de Souza (OAB/RO 1537)
Executado: Luiz Moacir de Medeiros, Mariza Telvino da Silva Medeiros
Advogado: Marcelo Cantarella da Silva (OAB/RO 558), João Carlos Veris (OAB/RO 906), Marcelo Cantarella da Silva (OAB/RO 558)
DECISÃO :
VISTOS , Defiro o pedido de fls. 98/99. Expeça-se o necessário. Após ao arquivo.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0238828-68.2009.8.22.0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Jirauto Automóveis Ltda
Advogado: Gustavo Caetano Gomes (OAB/RO 3269)
Executado: Antônio Aparecido Rigo
DESPACHO :
Bacen-Jud e Renajud já realizado, e sem sucesso.Em consulta ao Infojud, não consta declaração de imposto de renda entregue pelo executado nos últimos três anos, conforme espelho em anexo, mas foi localizado o endereço atual do executado.Assim, expeça-se mandado de penhora e avaliação, a ser cumprido no endereço atualizado do executado.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0002566-69.2010.8.22.0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Reginaldo Anestor Bastos Julio & Cia Ltda
Advogado: Jacinto Dias (OAB/RO 1232)
Executado: Nilda Alcides Troni
Advogado: Péricles Xavier Gama (OAB/RO 2512), Mariângela de Lacerda (OAB/RO 2734)
DESPACHO :
Indefiro (fls. 130), vez que incumbe à parte exequente trazer os autos o demonstrativo do saldo remanescente, no prazo de 10(dez) dias, pena de extinção. Int. Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0001940-45.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Manoel Fernandes da Silva
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
DESPACHO :
VISTOS , A parte ré para comprovar nos autos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas o recolhimento dos honorários periciais, pena de restar prejudicada acolheita de prova e aplicação do ônus probatório.Parte intimada via D.J.E.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0011247-91.2011.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Silvio Jorge Alves
Advogado: Marcelo Peres Balestra (OAB/RO 2650), Luis Fernando Tavanti (OAB/RO 2333)
Requerido: Inss - Instituto Nacional de Seguro Social
Advogado: Adalberto Jorge Silva Porto (DNI dni)
DESPACHO :
Tendo em vista as informações de fls. 30, autorizo o recolhimento dos honorários ao final.Cumpram-se as demais deliberações de fls. 48/49. Int. Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0006261-94.2011.8.22.0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Ana Maria Matana Malta da Silva
Advogado: Lurival Antonio Ercolin (OAB/RO 64B)
Executado: Laminadora Santana Ltda, Josias Santana do Nascimento, Gilvania Pereira da Silva, Nilton Soares do Nascimento
Advogado: Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca (RO 920)
DESPACHO :
Indefiro (fls. 115), em atenção aos Princípios da efetividade e celeridade processuais. Assim, à parte exequente deverá dizer se tem interesse na adjudicação dos bens penhorados, para posterior expedição de CP para finalização dos atos processuais.Int.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0010696-77.2012.8.22.0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais de Nível Superior da Área da Saúde de Ji Paraná e Região Ltda
Advogado: Márcia Regina Barbisan de Souza (OAB/RO 2013), Solange Aparecida da Silva (OAB/RO 1153)
Executado: Fernando Rodrigo do Prado
SENTENÇA :
VISTOS , As partes por intermédio de seus patronos firmaram acordo visando por fim ao litígio, conforme termo acostado às fls. 79/80. Pleitearam a suspensão do processo até final cumprimento do acordo, porém o pedido de suspensão se afigura inócuo, posto que nada impede que a parte desarquive o processo sem ônus, acaso não seja cumprido o acordo. Posto isso, homologo o acordo de fls. 79/80 para que surta seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o feito nos termos

do art. 794, II do CPC.Sem custas, nos termos da Lei Estadual 301/90.Descumprido o acordo, poderá a parte prosseguir na execução, sem taxa de desarquivamento.P.R.I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Vanderlei Guedes Cardoso
Diretor de Cartório - Escrivão

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
Dr. Silvio Viana
Juiz de Direito
Jandira Garbulhe Braguin
Escrivã Judicial

Proc.: 0002641-74.2011.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Douglas Fernando Somenzari de Souza
Advogado: Dheime Sandra de Matos (OAB/RO 3658), Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Requerido: Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat S/a
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
SENTENÇA :
Tendo em vista que houve a quitação da obrigação pela parte vencida, conforme se verifica dos depósitos de folhas 95 e 105, declaro satisfeita a obrigação, nos termos do artigo 794, I, do Código de Processo Civil.Expeça-se alvará em favor do requerente para levantamento dos valores depositados às folhas 95 e 105 .Após, arquivem-se os autos.P.R.I.C.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0163780-40.2008.8.22.0005
Ação: Arrolamento Comum
Inventariante: Diogenes Adriano dos Santos
Advogado: Jacinto Dias (OAB/RO 1232), Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (OAB/RO 4277), Não Informado (OAB/SP 243972)
Inventariado: Angelita Linhares Ribeiro, Espólio Benjamin da Silva Ribeiro
Advogado: José Carlos Nolasco (RO 393/B)
DESPACHO :
Aos atos de hasta pública.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0000517-50.2013.8.22.0005
Ação: Alvará Judicial
Requerente: Amanda de Paula Lucas
Advogado: Fabio Leandro Aquino Maia (OAB/RO 1878)
DESPACHO :
(fl.38) Não conheço do pedido ante a SENTENÇA proferida nas folhas 31/32.Cumpra-se o DESPACHO de folha 37 e após, arquivem-se.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0012418-49.2012.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Fláksmã Caldeira de Carvalho
Advogado: Fernanda Primo Silva Moroni (OAB/RO 4141)
Requerido: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos
Advogado: Leila Mejdalani Pereira (OAB/SP 128457), Rodrigo Rodrigues (OAB/RO 2902)
DESPACHO :
Tendo em vista que o requerente é beneficiário da assistência judiciária e não possui condições financeiras para arcar com os custos da perícia designada nestes autos, intime-se a Senhora Coordenadora do Núcleo da Procuradoria do Estado em Ji-Paraná, para que, no prazo de 10 dias, indique perito contábil do Estado de Rondônia, para a realização da perícia, assim como determinado na DECISÃO de folha 100, sob pena de sequestro da quantia a ser estimada pelo perito contábil deste Juízo para a realização do ato.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0012813-41.2012.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Casa Coimbra
Advogado: Julyanderson Pozo Liberati (OAB/RO 4131), Maiby Francieli da Silva Locatelli Liberati (OAB/RO 4063)
Requerido: Lopes e Valentim Com. de Equipamentos Elet.ltda
Advogado: Hiran César Silveira (OAB/RO 547)
DECISÃO :
(Fls. 80/92) Recebo a apelação em seus regulares efeitos. Tendo em vista que o apelado já ofereceu as contrarrazões (fls. 83/87), subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0012583-96.2012.8.22.0005
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Yamaha Administradora de Consórcio Ltda
Advogado: Dante Mariano Gregnanin Sobrinho (OAB/SP 31618), Agnaldo Kawasaki (OAB/MT 3884)
Requerido: Wilismar Gomes Ferreira Menezes
DESPACHO :
Manifeste-se a requerente no prazo de dez dias quanto a petição e documentos de folhas 59/62.Int.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0007817-97.2012.8.22.0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Transeguro Transportes de Valores e Vigilância Ltda.
Advogado: Virgília Maria Barbosa Mendonça Stábile (OAB/RO 2292), Thales Rocha Bordignon (AC 2.160)
Requerido: Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná CEUJI/ULBRA
Advogado: Edson Ferreira do Nascimento (OAB/RO 296-B), Jane Regiane Ramos Nascimento (OAB/RO 813), Gilberto Piselo do Nascimento (OAB/RO 78B)
DESPACHO :
(Fl. 134) Defiro.Aos atos de hasta pública.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0004519-34.2011.8.22.0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: J.J. Distribuidora de Produtos Óticos Ltda
Advogado: Ivan Francisco Machiavelli (OAB/RO 307), Théo Fernando Abreu Haag (OAB/RO 4836), Wagner Almeida Barbedo (OAB/RO 31B), Deolamara Lucindo Bonfá (OAB/RO 1561), Marina Camilo (OAB/RO 2614)
Requerido: Maria da Gloria do Nascimento ME
Advogado: Julian Cuadal Soares (OAB/RO 2597), Adriana Dondé Mendes (OAB/RO 4785), Eduardo Tadeu Jabur (OAB/RO 5070), Mariana Dondé Martins (OAB/SP 318.025)
DESPACHO :
(fls.126/127) Defiro, devendo a requerente tomar as providências atinentes ao artigo 659, § 4º do Código de Processo Civil.Int. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0116863-60.2008.8.22.0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Enaldo Mendonça da Silva
Advogado: Nailson Nando Oliveira de Santana (RO 2.634)
Requerido: Cilas Frauzino
Advogado: Antônio Fraccaro (OAB/RO 1941)
DESPACHO :
Manifeste-se o exequente, no prazo de 10 dias, quanto a petição do executado de folha 29.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito
Proc.: 0063663-85.2001.8.22.0005
Ação: Inventário
Interessado (Parte A: Maria Joana de Oliveira, Elizeu de Oliveira
Advogado: Wisley Machado Santos de Almada (OAB/RO 1217), Rosenval José Mendes (OAB-RO 414-A), Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2523), Maria Cristina Batista Chaves (OAB/RO 4539), Wisley Machado Santos de Almada (RO 1217)
Inventariado: Odilon Antonio de Oliveira
DESPACHO :
(fls.185) Como já decidido através da DECISÃO de folha 184, o quinhão pertencentes aos herdeiros ausentes somente será levantado desde que regularizada a representação processual. Retornem ao arquivo.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0008577-46.2012.8.22.0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Banco Itaú Unibanco S.A.
Advogado: Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB / RJ 151.056-S)
Requerido: Aubaniza de Almeida Soares
DESPACHO :
Arquivem-se os autos com as baixas de estilo, facultando ao requerente promover o desarquivamento do feito, independente de recolhimento de taxa, caso encontre outros bens passíveis de penhora em nome da requerida.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0001119-46.2010.8.22.0005
Ação: Monitória
Requerente: Valmir Santana de França
Advogado: Glória Chris Gordon (RO 3399)
Requerido: Vale Real Agro Comercial Ltda
Advogado: Nailson Nando de Oliveira de Santana (OAB/RO 2634)
SENTENÇA :
(fls.153/154) Homologo o acordo celebrado entre as parte, e via de consequência, julgo extinto o processo, com a resolução do mérito, nos termos do artigo 269, III do Código de Processo Civil.Decorridos cinco dias após a data do pagamento da última parcela do acordo e não havendo qualquer manifestação das partes, promova-se o arquivamento dos autos.P.R.I.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0239571-78.2009.8.22.0005
Ação: Depósito
Requerente: Banco Finasa S. A.
Advogado: Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519), Carlos Felyppe Tavares Pereira (OAB/ES 9512), Carlos Alessandro Santos Silva (OAB/ES 8773), Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido: Alysson Roberio Vicente dos Santos
DESPACHO :
Manifeste-se o requerente no prazo de 10 (dez) dias, quanto as informações relativa ao endereço do requerido obtidas junto ao sistema Bacenjud, conforme espelho em anexo.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito
Proc.: 0006360-30.2012.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Espólio de Antonio Aleixo Filho
Advogado: Justino Araújo (OAB / RO 1038)
Requerido: Banco Volkswagen S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
DECISÃO :
(fls.84/90) Recebo a apelação em seus regulares efeitos.Ao apelado para o oferecimento das contrarrazões.Oferecidas as contrarrazões, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0008209-03.2013.8.22.0005
Ação: Alvará Judicial
Requerente: Luciana das Neves Franco.
Advogado: Fabio Leandro Aquino Maia (OAB/RO 1878)
DESPACHO :
A petição inicial deverá ser emendada promovendo-se a inclusão dos demais herdeiros no pólo ativo da ação, regularizando-se a representação processual dos mesmos, no prazo de dez dias. Int.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0003828-49.2013.8.22.0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Paulo de Souza Góes
Advogado: Elaine Cristina Barbosa dos Santos Franco (OAB/RO 1627)
Executado: Gilson Alves de Oliveira
SENTENÇA :
Tendo em vista que houve a quitação da obrigação pelo executado, conforme se verifica da petição de folha 17, declaro

satisfeita a obrigação, nos termos do artigo 794, I, do Código de Processo Civil.Desentranhe-se os títulos constante na folha 08, mediante cópia e recibo nos autos, entregando-os ao executado.Após, arquivem-se os autos.P.R.IJi-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0010697-62.2012.8.22.0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Executado: V T Gravina Junior Me, Diuly Vieira de Lima
DESPACHO :
(Fls. 40/41) Defiro.Intime-se os executados por edital pelo prazo de 30 (trinta) dias.Decorrido o prazo legal sem manifestação, dê-se vista a exequente.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0005512-09.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antonio Rodrigues de Lima
Advogado: Eliane Aparecida de Barros (OAB/RO 2064), Eva Condack Dias Pereira da Silva (OAB/RO 2273)
Requerido: Inss - Instituto Nacional de Seguro Social
DECISÃO :
A fim de se verificar se o requerente encontra-se incapacitado para o trabalho, como por alegado nos autos, é necessário que haja a realização de perícia médica a fim de que se proceda o exame clínico no requerente e verifique se o mesma sofre de lesões que o incapacitem para o trabalho, em decorrência de suas atividades laborativas.Tendo em vista que o requerente é beneficiário da assistência judiciária e não possui condições financeiras para arcar com os custos da perícia designada nestes autos, intime-se a Senhora Coordenadora do Núcleo da Procuradoria do Estado em Ji-Paraná, para que, no prazo de 10 dias, indique médico especialista em ortopedista, para a realização da perícia, sob pena de sequestro da quantia a ser estimada pelo perito deste Juízo para a realização do atoCom a indicação, o Perito nomeado deverá designar dia, hora e local para a realização do exame, noticiando-se nos autos com antecedência mínima de trinta dias a fim de viabilizar a intimação dos assistentes técnicos.Intimem-se o requerente para oferecimento de quesitos e indicação de assistentes técnicos.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0006099-36.2010.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mário Luiz Ramos Alferes
Advogado: Ruy Carlos Freire Filho (RO 1.012), Estela Maris Anselmo Savoldi (OAB/RO 1755)
Requerido: Montecchi & Cia Ltda Me
Advogado: Leandro Marcel Garcia (OAB/RO 3003)
DECISÃO :
(Fls. 398/406) Recebo a apelação em seus regulares efeitos.Ao apelado para o oferecimento das contrarrazões.Oferecidas as contrarrazões, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0000333-31.2012.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Cristiano Rodrigues, Gislaine Rodrigues dos Santos
Advogado: Fabio L. Aquino Maia ( ), Miguel Ângelo Folador (OAB/RO 4820)
Requerido: Lourival Monteiro, B.B. Seguros Brasil Veículos Cia de Seguros
Advogado: Rodrigo Sampaio Souza (OAB/RO 2324), Andrey Cavalcante (OAB/RO 303B), Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923), Saiera Silva de Oliveira. (RO 2458), Mireli Rebouças de Queiroz Jucá (OAB/RO 3193), Iran da Paixão Tavares Júnior (OAB/RO 5087), Amana Karini Forte (OAB/RO 4611)
DESPACHO :
Intimem-se os requeridos para que no prazo de 05 dias, complementem o valor do preparo de folhas 252 e 275, que deve corresponder ao percentual de 1,5% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 6º, inciso II, da Lei Estadual 301/90, sob pena de serem declarados desertos os recursos. Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0010210-92.2012.8.22.0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Monza Tintas Ltda
Advogado: Jorge Luiz Remboski (OAB/RO 4263)
Executado: Cesar Augusto da Silva de Oliveira Manes
SENTENÇA :
(fls.38) Julgop extinta a execução pela satisfação da obrigação, nos termos do artigo 794-I do Código de Processo Civil.Neste ato, promovo a liberação dos valores objeto do bloqueio de folha 29, conforme espelho em anexo.Defiro o desentranhamento dos títulos, sendo que estes deverão ser entregues ao executado.P.R.I.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0009965-81.2012.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Maik Rodrigues Fernandes
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes ( )
SENTENÇA :
Parte dispositiva: Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido do requerente, para o fim de condenar a requerida ao pagamento da quantia de R$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), devendo sobre este valor, incidir correção monetária e juros de mora, conforme FUNDAMENTAÇÃO supra.Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação devidamente corrigida.P.R.I.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0008666-69.2012.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Laides Pizzato Souza
Advogado: Vanessa Saldanha Vieira (OAB/RO 3587)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
Advogado: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
SENTENÇA :
Parte dispositiva: Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido da requerente, para o fim de condenar a requerida ao pagamento da quantia de R$ 2.835,00 (dois

mil oitocentos e trinta e cinco reais), devendo sobre este valor, incidir correção monetária e juros de mora, conforme FUNDAMENTAÇÃO supra.Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação devidamente corrigida.P.R.I.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0006149-57.2013.8.22.0005
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Bv Financeira S/a - Crédito, Financiamento e Investimento
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido: Elzi da Silva Maia Vilas Boas
SENTENÇA :
Homologo o pedido de desistência manifestado à folha 22 dos autos, e via de consequencia, julgo extinto este processo sem resolução de mérito com base no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil.Arquivem-se os autos.P.R.I.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0009111-53.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Jose Iovan Teixeira
Advogado: Nailson Nando de Oliveira de Santana (OAB/RO 2634)
Requerido: Claro S/A
DESPACHO :
Da análise dos autos não constam elementos de provas aptas a demonstrar a impossibilidade do autor em recolher as custas processuais vez que o requerente é qualificado como industrial, exercendo portanto profissão remunerada, pelo que a petição inicial deverá ser emendada, recolhendo-se as custas judiciais ou justificando-se a impossibilidade de fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento.Int.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0013731-45.2012.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: J. G. da S. A. M. da S.
Advogado: Defensor Publico (RO. 000.)
Requerido: D. da S. G. L. da S. G.
Determinada a intimação da exeqüente para dar andamento ao feito em 48 horas, ocasião em que esta não foi encontrada em seu endereço, pois conforme a informação da certidão de folhas 43 verso, a requerente mudou-se de endereço. Conforme dispõe o artigo 238 § único do Código de Processo Civil, é dever da parte informar sua mudança de endereço nos autos a fim de que o processo alcance seu objetivo com maior celeridade.Sendo assim, não tendo a requerente fornecido seu atual endereço aos autos, julgo extinto o processo, sem exame de mérito nos termos do artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil.Transitada esta em julgado, arquivem-se os autos.P.R.I.C.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0005091-19.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Linha Verde Transmissora de Energia S.A.
Advogado: Bernardo Rosário Fusco Pessoa de Oliveira (OAB/DF 7669)
Requerido: José Camilo dos Santos, Eunice Araujo da Silva Santos
DESPACHO :
(fl.70) Defiro a suspensão do feito por trinta dias como requerido.Decorrido o prazo, dê-se vista à requerente.Int.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0005772-86.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: José Amilton do Carmo Ribeiro
Advogado: Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Requerido: TRIP LINHAS AÉREAS
DESPACHO :
Defiro os benefícios da assistência judiciária.Cite-se a requerida e intime-a para comparecer na audiência de conciliação que designo para o dia 04 de novembro de 2.013, às 9: 00 horas. Fica o requerente intimado para comparecimento na pessoa de sua advogada, que possui poderes para transigir.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0005930-44.2013.8.22.0005
Ação: Embargos à Execução Fiscal
Embargante: Kape Procutos de Higiene Ltda Me
Advogado: Justino Araújo (OAB / RO 1038)
Embargado: Banco Bradesco S. A
DESPACHO :
Nos termos do artigo 739-A, parágrafo primeiro do Código de Processo Civil, recebo os embargos para discussão, sem suspender o curso da execução.Intime-se o embargado para apresentar impugnação no prazo de quinze dias.Certifique-se nos autos da execução que não foram atribuídos efeitos suspensivos aos embargos, intimando-se o exequente.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0014743-94.2012.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francinilda Francisca Barbosa
Advogado: Milton Fugiwara (OAB / RO 1194)
Requerido: OI S/A
Advogado: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
DECISÃO :
(Fls. 99/113) Recebo a apelação em seu efeito meramente devolutivo.Ao apelado para o oferecimento das contrarrazões. Oferecidas as contrarrazões, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0007849-68.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Bigsal Industria e Comércio de Suplementos Para Nutrição Animal Ltda
Advogado: Yuri Robert Rabelo Antunes (OAB/RO 4584)
Requerido: Banco Bradesco S. A
DESPACHO :
Cite-se o requerido e intime-o para comparecer na audiência de conciliação que designo para o dia 30 de outubro de 2.013, às 9: 00 horas.Fica o requerente intimado para comparecimento na pessoa de seu advogado, que possui poderes para transigir. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0008813-61.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Christielly Moroskoski de Azevedo
Advogado: Selma Xavier de Paula (OAB/RO 3275)
Requerido: Eletrobrás Distribuição Rondônia S.A .CERON
DESPACHO :
A requerente deverá emendar a petição inicial, no prazo de dez dias, juntando aos autos o comprovante de pagamento do débito que originou a inscrição de seu nome nos cadastros restritivos de crédito ou outro documento apto a demonstrar não só a realização do pagamento mas também a data em que foi realizado, juntando ainda certidão atualizada dos serviços de proteção ao crédito.Int.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0007638-32.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Flávio Aparecido Martins Pereira
Advogado: Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)
Requerido: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda, Gazin Ind. Com. de Moveis e Eletrodomesticos Ltda
DESPACHO :
Emende-se a petição inicial a fim de atribuir valor ao pedido de condenação em dano moral que se pretende, adequando o valor dado à causa, que deve refletir o conteúdo econômico almejado pelo requerente, recolhendo-se as custas processuais remanescentes. (Precedente: TJRO - Agravo de Instrumento nº 000633481.2011.8.22.0000 - 2ª Câmara Cível).Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0005428-08.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Sedução Comércio de Confecções Ltda Me.
Advogado: Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido: Simone Souza e Silva
SENTENÇA :
A advogada da requerente foi devidamente intimada a cumprir o DESPACHO de folha 09, a fim de complementar o endereço do requerido quanto ao número do Código de Endereçamento Postal, bem como juntar aos autos o comprovante do recolhimento das custas iniciais, tendo decorrido o prazo sem qualquer manifestação.Assim, não tendo a requerente promovido a emenda a inicial como determinado no DESPACHO de folha 09, julgo extinto o processo, sem exame de mérito nos termos do artigo 284, parágrafo único, cumulado com artigo 267, I do Código de Processo CivilTransitada esta em julgado, arquivem-se os autos.P.R.I.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0013458-66.2012.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Ednaldo Lino Marques
Advogado: Darlene de Almeida Ferreira (RO 1338)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Promova a escrivania as providências necessárias à inscrição do débito, referente as custas, em dívida ativa.Após, arquivem-se os autos.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0005359-73.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Sedução Comércio de Confecções Ltda Me.
Advogado: Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido: Maria Jose Simoes de Oliveira
SENTENÇA :
A advogada da requerente foi devidamente intimada a cumprir o DESPACHO de folha 12, a fim de complementar o endereço da requerida quanto ao número do Código de Endereçamento Postal, bem como juntar aos autos o comprovante do recolhimento das custas iniciais, tendo decorrido o prazo sem qualquer manifestação.Assim, não tendo a requerente promovido a emenda a inicial como determinado no DESPACHO de folha 09, julgo extinto o processo, sem exame de mérito nos termos do artigo 284, parágrafo único, cumulado com artigo 267, I do Código de Processo CivilTransitada esta em julgado, arquivem-se os autos.P.R.I.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0007501-50.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Elvis Martins Tavares
Advogado: João Bosco Fagundes Junior (OAB/SP 314627), Milton Fugiwara (OAB / RO 1194)
Requerido: Motonautica Pica Pau Ltda
SENTENÇA :
Homologo o pedido de desistência manifestado à folha 22 dos autos, e via de consequencia, julgo extinto este processo sem resolução de mérito com base no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil.Arquivem-se os autos.P.R.I.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0004599-27.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Érica Forte Garcia Giordano
Advogado: Gustavo Henrique Machado Mendes (OAB/RO 4636), Juliana Silveira Gonçalves da Silva (OAB/RO 653E)
Requerido: Oibrasil Telecom Sa
Advogado: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
DECISÃO :
Fixo como ponto controvertido nestes autos a alegação da requerida de que as cobranças oriundas das faturas telefônicas são referentes a serviços utilizados pela requerente fora da franquia contratada, o que por ela é impugnado.Para tanto, designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 07 de novembro de 2013, às 09: 00 horas.Intimem-se as partes parta comparecimento a fim de prestarem depoimento pessoal, sob pena de confissão ficta.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0003269-92.2013.8.22.0005
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: G. H. M. da C.
Advogado: Defensor Publico (RO. 000.)
Requerido: M. A. da C.
Designo nova audiência para o dia 11 de setembro de 2013, às 09: 00 horas.Cite-se e intime-se o requerido nos termos do DESPACHO de folha 28.Intime-se ainda o requerente e o Ministério Público. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0006902-14.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Marcelo Nogueira Franco
Advogado: Marcelo Nogueira Franco (RO 1037)
Requerido: José Paulo da Silva
DESPACHO :
O requerente deverá emendar a petição inicial, no prazo de dez dias, complementando o endereço do requerido informando o código de endereçamento postal - CEP.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0007840-09.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Iara Thais Teixeira da Costa
Advogado: Syrne Lima Felberk de Almeida (OAB/RO 3186)
Requerido: OI S. A.
DESPACHO :
Defiro os benefícios da assistência judiciária.Cite-se a requerida e intime-a para comparecer na audiência de conciliação que designo para o dia 31 de outubro de 2.013, às 9: 00 horas. Fica a requerente intimado para comparecimento na pessoa de seu advogado, que possui poderes para transigir.Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Silvio Viana Juiz de Direito
Jandira Garbulhe Braguin
Escrivã Judicial

Proc.: 0000156-33.2013.8.22.0005
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: B. P. N. R. S.
Advogado: Fábio Frazão Vilanova (RO 2684)
Requerido: W. W. S. O.
Intimar a parte requerente por meio de seu advogado, para tomar conhecimento que decorreu o prazo de suspensão, conforme DECISÃO fls. 22-23.

Proc.: 0010143-30.2012.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Adélia do Nascimento Pinto Fereira
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes ( )
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 48,74 (quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0009261-68.2012.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Elaine da Silva Aguiar de Jesus
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT
Advogado: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 48,74 (quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0012608-12.2012.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Hilton Costa Nunes
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Requerido: Seguradora LÍder do ConsÓrcio do Seguro Dpvat
Advogado: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Intimar as partes por meio de seus advogados, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestarem quanto ao laudo pericial (fls 69).

Proc.: 0005455-88.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: R. O. A. M.
Advogado: Regina Lúcia Ribeiro (OAB/MG 106.703)
Requerido: C. da S.
Advogado: Carlos Luiz Pacagnan (OAB / RO 107 - B)
Intimar a parte autora por meio de seu advogado para no prazo de 10(dez) dias, oferecer impugnação à contestação (fls. 45-74).
Proc.: 0242233-15.2009.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Reginaldo Lemos Buritis
Advogado: Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (RO 301-B)
Requerido: Estado de Rondônia
Intimar a pare requerente por meio de seu advogado para no prazo de 5 (cinco) dias, para manifestar a respeito de informação prestada pelo Estado de Rondônia constando que o RPV de f. 92 já foi devidamente pago.

Proc.: 0000164-10.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Madelaine de Almeida Moreira
Advogado: Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Intimar as partes por meio de seus advogados para tomarem conhecimento de informação, prestada pelo perito, que a perícia do autor poderá ser marcada diretamente na clínica Ortotrauma localizada na Rua Dr. Fiel, 260, Vila Jotão, Ji-Paraná/RO.

Proc.: 0003936-78.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Cleonice Silveira dos Santos
Advogado: Cleonice Silveira dos Santos (OAB/RO 2506)
Requerido: OI S/A
Advogado: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Intimar a parte requerente por meio de seu advogado para no prazo de 10(dez) dias apresentar impugnação à contestação (fls 40/69).

Proc.: 0006549-71.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Agropecuária Rio Machado Indústria e Comércio Ltda
Advogado: Nailson Nando de Oliveira de Santana (OAB/RO 2634)
Requerido: CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S/A
Advogado: José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063)
Intimar a parte requerente por meio de seu advogado para no prazo de 10(dez) dias, oferecer impugnação à contestação (fls. 71/113).

Proc.: 0006090-69.2013.8.22.0005
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Marcio Frederico Arruda Montenegro (OAB/MT 15329)
Requerido: Alessandro Rios Prestes Me
Certidão do Oficial de Justiça: Fiduciária
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fls. 22: "Certifico que, em cumprimento ao respeitável Mandado, expedido nos autos acima qualificado, após várias buscas nos dias 23 e 30 de julho de 2013, no endereço declinado, DEIXEI de PROCEDER a APREENSÃO do veículo indicado, em virtude de não tê-lo encontrado. Conforme informações do Sr. Eli Santana, pessoa indicada para ser depositário do bem, o requerido entregou amigavelmente o veículo à parte autora na comarca de Porto Velho/RO. Sendo assim, suspendi outras diligências e devolvo o mandado aguardando novas determinações. O referido é verdade e dou fé."
Proc.: 0004294-43.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Taciano Vieira
Advogado: Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Requerido: Banco Fidis S. A., Zurich Minas Brasil Seguros S.a.
Certidão dos Correios:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do E.C.T de fls. 56, informando que a citação remetida para a parte Zurich Minas Brasil Seguros S/A, foi devolvida com a informação mudou-se.

Jandira Garbulhe Braguin
Escrivã Judicial

5ª VARA CÍVEL

5º Cartório Cível
Juiz de Direito: Marcos Alberto Oldakowski

Proc.: 0154285-69.2008.8.22.0005
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Município de Ji-Paraná - RO
Advogado: Jackson Felberk de Almeida (OAB/RO 982)
Executado: Albertino A. Vieira
DECISÃO :
VISTOS. DEUZIMAR FONSECA MELOS opôs exceção de pré-executividade em face da FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO, alegando, em síntese, que: 1. é legítimo proprietário do imóvel fato gerador dos tributos aqui discutidos, tendo adquirido o mesmo em 19 de julho de 2011; 2. está prescrito o crédito tributário do exercício de 2003. Requer o acolhimento da presente exceção para declarar prescrito o crédito tributário do exercício de 2003. Juntou documentos (fls.48/51). A Fazenda Pública se manifestou aduzindo que os créditos executados não estão prescritos, pois foram executados em tempo hábil. Disse que não pode ajuizá-lo exclusivamente pela falta de interesse de agir. Requereu seja rejeitada a presente exceção.Relatado, resumidamente, decido.É entendimento assente na doutrina e na jurisprudência atuais a possibilidade de o devedor usar a exceção de pré-executividade, independentemente do procedimento dos embargos, sempre que sua defesa se referir à matéria de ordem pública e ligada às condições da ação executiva e seus pressupostos processuais.O executado alegou a ocorrência da prescrição por ter decorrido cinco anos do início da contagem do prazo que trata o artigo 173, I do CTN até a data da propositura da ação, sem causa legal de suspensão e interrupção, acionando o campo da incidência relativo a modalidade de extinção expressa do Código Tributário Nacional, pela prescrição.Nos termos do art. 174, parágrafo único, I, do CTN, a prescrição para cobrança dos créditos tributário é contada a partir da data de sua constituição definitiva e se interrompe pelo DESPACHO que ordenar a citação, segundo a nova redação dada pela LC n. 118/05.Na espécie, a controvérsia se restringe aos débitos relativos ao IPTU sendo o prazo prescricional contado a partir da notificação do contribuinte do lançamento tributário, o qual se dá com a entrega do carnê. Precedente: REsp 1.111.124/PR, Rel. Min. Zavascki, Teori Albino Primeira Seção, DJe de 4.5.2009 - julgado mediante a sistemática prevista no art. 543-C do CPC (recursos repetitivos).Extrai-se dos autos, que a ação de execução fiscal foi protocolada em 03.12.2008. A distribuição só ocorreu em 27.11.2008 e o DESPACHO que ordenou a citação em 04.12.2008. De fato, o paragrafo único do art 174 do CTN prevê que a prescrição se interrompe pelo DESPACHO do juiz que ordenar a citação, nesse caso, não há um interstício de mais de 5 anos entre a inscrição em dívida ativa (31.12.2007, 31.12.2008 e 311.12.2009) e o DESPACHO citatório. Saliento que conforme disposto no art. 4º , V da Lei 6830 /80 e dos arts. 128 e 130 do CTN, o novo proprietário enquadra-se como responsável tributário subrogando-se o crédito, sendo desnecessária, portanto, a instauração de novo procedimento administrativo para a regularização da dívida.Ante o exposto, REJEITO a presente exceção de pré-executividade oposta por DEUZIMAR FONSECA MELOS em face da FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO, devendo a presente execução fiscal prosseguir nos seus ulteriores termos, extinguindo o feito com resolução de mérito. Proceda-se a alteração do polo passivo para figurar o excipiente como executado, com citação no endereço de fls.41.Indevida condenação em custas e honorários.Intime-se. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito

Proc.: 0004842-68.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Amarilzo Correa de Oliveira
Advogado: Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
DESPACHO :
VISTOS. Recebo a apelação nos seus regulares efeitos.A parte para contrarrazões.Após, encaminhem-se os autos Egrégio Tribunal na forma digitalizada. Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito

Proc.: 0008191-79.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Sidiel Matias Gouvea
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)

Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
DESPACHO :
VISTOS. 1- Defiro a gratuidade judiciária.2- Cite-se a parte requerido, com antecedência mínima de 10 dias, em relação ao ato inaugural ora preferido, por tratar-se de procedimento sumário, nos termos do art. 275, II, alínea e do CPC.3.Designo a audiência de conciliação para a data 03/09/2013, às 08: 30, na qual as partes deverão comparecer - pessoalmente ou representada por preposto, com poderes para transigir - ocasião em que não obtida a conciliação, a parte requerida oferecerá resposta, através de advogado por escrita (ou oral) acompanhada de documentos e rol de testemunhas. Requerida a perícia, ofertar-se-ão desde logo os quesitos podendo ser indicado, já, assistente técnico. Será lícito a parte requerida formular, em seu favor, pedido contraposto, desde que fundado nos mesmos fatos descritos na inicial. O julgamento de ambas as pretensões será conjunto.4.Ausente, injustificadamente, a parte requerida, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial (CPC, art. 319) - salvo se o contrário resultar a prova dos autos.5 .Impugnação ao valor da causa, se houver, será decidida de plano. Decidir-se-á, também na primeira audiência, eventual controvérsia sobre a natureza da demanda, capaz de autorizar a conversão do procedimento sumário em ordinário. A conversão ocorrerá, de igual, se indispensável prova técnica de notável complexidade.A parte requerente será cientificada através de seu(sua) patrono(a).Sirva-se de carta de citação e intimação para parte requerida, devendo observar a data acima.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito

Proc.: 0003880-45.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Juvenil Miguel de Sousa
Advogado: Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
DESPACHO :
VISTOS. Recebo a apelação nos seus regulares efeitos.A parte para contrarrazões.Após, encaminhem-se os autos Egrégio Tribunal na forma digitalizada. Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito

Proc.: 0002911-30.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marco Antonio Rodrigues Salomão
Advogado: Luis Fernando Tavanti (OAB / RO 2333)
Requerido: Inss - Instituto Nacional de Seguro Social
Advogado: Juliana de Sousa Fernandes Torres (OAB/MG 139293)
DESPACHO :
VISTOS. I - A preliminar arguida se confunde com o mérito e com este será analisada.II Para análise do pedido, há necessidade de realização de prova pericial. III Portanto, nomeio qualquer um dos peritos do Estado para a realização da perícia médica no autor, e para responder os quesitos formulados pelas partes.IV - Indiquem as partes, assistentes técnicos, no prazo de 05 dias.V - Intime-se o perito a iniciar os trabalhos, devendo apresentar o laudo pericial no prazo de 20 dias.VI - Após, dê ciência do laudo as partes.VII -Intimem-se e oficie-se. Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito

Proc.: 0004697-17.2010.8.22.0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: HSBC Bank Brasil S.A - Banco Múltiplo
Advogado: Joaquim Fábio Mielli Camargo (OAB/MT 2680), Juliano Domingues de Oliveira (OAB/RO 2484), Lucimeire Alves Marques (OAB/RO 3775)
Requerido: Jose Edvaldo Alves Pinto
Advogado: Jovem Vilela Filho (OAB/RO 2397)
DESPACHO :
VISTOS. Indefiro os pedidos de fls.152.Arquivem-se os autos como determinado no DESPACHO de fls.151.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito

Proc.: 0003191-06.2010.8.22.0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Antônio Fraccaro
Advogado: Antônio Fraccaro (OAB/RO 1941)
Executado: Ilizabete Almeida Teixeira, Brasil Veículos Companhia de Seguros
Advogado: Pericles Xavier Gama (OAB/RO 2512), Mariangela de Lacerda (RO 2734), Andrey Cavalcante de Carvalho (RO 303-B), Saiera Silva de Oliveira ( ), Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
DESPACHO :
VISTOS. Indefiro o pedido de fls. 448, por falta de base legal. Proceda a inscrição na dívida ativa.Após, arquivem-se.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito

Proc.: 0011220-11.2011.8.22.0005
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Fiat S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329)
Requerido: Irene Tenorio Paulino Pichek
SENTENÇA :
VISTOS. Homologo por SENTENÇA o pedido de desistência formulado às fls.112 com fundamento no artigo 158 parágrafo único c/c 569 do Código de Processo Civil, e em consequência julgo extinta a presente ação com fulcro no art. 267, VIII do mesmo estatuto CPC.Nesta oportunidade, procedi a liberação da restrição RenaJud.P.R.I.Transitado em julgado, arquivem-se.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Marcos Alberto Oldakowski Juiz de DireitoPUBLICAÇÃO E REGISTRO. Torno pública a SENTENÇA , registrada sob n. _____/2013, do livro digital. Ji-Paraná/RO, _____/_____/_____. C.T.O-CAD 205102-8.

Proc.: 0001136-82.2010.8.22.0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Maura Ferreira Barbosa

Advogado: Luis Fernando Tavanti (RO 2.333), Marcelo Peres Balestra (OAB/RO 4650)
Requerido: Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado: Alinne Luise Cavalcanti da Silva Melo ( )
DESPACHO :
VISTOS. Defiro os pedidos de fls.129.Intime-se o requerido para, no prazo de 30 dias, comprovar a implantação do benefício à requerente, sob pena de multa diária de R$ 200,00, até o limite de R$ 2.000,00, bem como para comprovar o pagamento dos valores refertente a RPVs.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito

Proc.: 0002682-70.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: EDERSON GARCIA DE SOUZA
Advogado: Lucelena Martins Fernandes Vilela (OAB/RO 456)
Requerido: Banco Bradesco Financiamento S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Renata Alice Pessoa Ribeiro de C. Stutz (RO 1112), Saionara Mari (OAB/MT 5225)
DESPACHO :
VISTOS. Recebo a apelação nos seus regulares efeitos.A parte para contrarrazões.Após, encaminhem-se os autos Egrégio Tribunal na forma digitalizada. Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito

Proc.: 0009982-83.2013.8.22.0005
Ação: Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante: Maria Jose Dias
Advogado: Ananias Pinheiro da Silva (RO 1382)
Embargado: Banco Bradesco Financiamentos S/A
DESPACHO :
VISTOS. 1- Recebo os embargos, para discussão, determinando a suspensão do processo principal.2 - Certifique-se e apense-se nos autos principais.3 - Cite-se pessoalmente o representante o(a) exequente, doravante o(a) embargado(a), para contestar, no prazo legal consignando-se que, não sendo contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo embargante (Arts. 803, 285 e 319 do CPC).4 - Expeça-se o necessário.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito

Proc.: 0008203-93.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Janaina Rodrigues Gonçalves
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
DESPACHO :
VISTOS. 1- Defiro a gratuidade judiciária.2- Cite-se a parte requerido, com antecedência mínima de 10 dias, em relação ao ato inaugural ora preferido, por tratar-se de procedimento sumário, nos termos do art. 275, II, alínea e do CPC.3.Designo a audiência de conciliação para a data 03/09/2013, às 08: 40, na qual as partes deverão comparecer - pessoalmente ou representada por preposto, com poderes para transigir - ocasião em que não obtida a conciliação, a parte requerida oferecerá resposta, através de advogado por escrita (ou oral) acompanhada de documentos e rol de testemunhas. Requerida a perícia, ofertar-se-ão desde logo os quesitos podendo ser indicado, já, assistente técnico. Será lícito a parte requerida formular, em seu favor, pedido contraposto, desde que fundado nos mesmos fatos descritos na inicial. O julgamento de ambas as pretensões será conjunto.4.Ausente, injustificadamente, a parte requerida, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial (CPC, art. 319) - salvo se o contrário resultar a prova dos autos.5 .Impugnação ao valor da causa, se houver, será decidida de plano. Decidir-se-á, também na primeira audiência, eventual controvérsia sobre a natureza da demanda, capaz de autorizar a conversão do procedimento sumário em ordinário. A conversão ocorrerá, de igual, se indispensável prova técnica de notável complexidade.A parte requerente será cientificada através de seu(sua) patrono(a).Sirva-se de carta de citação e intimação para parte requerida, devendo observar a data acima.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito

Proc.: 0013969-64.2012.8.22.0005
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S.A
Advogado: Ellen Laura Leite Mungo ( ), Rosângela da Rosa Corrêa (OAB / RO 5398)
Requerido: Luciana Pedrosa Bidá
Advogado: Flávio Kloos (OAB/RO 4537), Barneth Bezerra Pereira da Costa (OAB/RO 5050), Jenifher Cristielly dos Santos Alves (OAB/RO 644E)
SENTENÇA :
Ante ao exposto, com base nos fundamentos elencados, julgo procedente o pedido intentado pelo BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A em face de LUCIANA PEDROSA BIDA e consequentemente declaro consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na inicial, nas mãos do autor e proprietário fiduciário, observando as determinações acima.Condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do artigo 20,§4º do CPC.P.R.I.C.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Marcos Alberto Oldakowski Juiz de DireitoPUBLICAÇÃO E REGISTRO. Torno pública a SENTENÇA , registrada sob n. _____/2012, do livro digital. Ji-Paraná/RO, _____/_____/_____. C.T.O-CAD 205102-8.

Proc.: 0005428-13.2010.8.22.0005
Ação: Embargos à Execução Fiscal
Embargante: Queiroz e Cia Ltda
Advogado: Hiram Souza Marques (OAB/RO 205), Fernanda Maia Marques (OAB/RO 3034), Valkiria Maia Alves Almeida (OAB/RO 3178), José Vitor Costa Júnior (OAB/MT 12288), Carl Teske Junior. (RO 3.297)
Embargado: Fazenda Publica do Municipio de Ji Parana RO
Advogado: Robson Magno Clodoaldo Casula (OAB/RO 1404), Armando Reigota Filho (OAB - RO 399)

DESPACHO :
VISTOS. Recebo a apelação somente no efeito devolutivo.A parte para contrarrazões.Após, encaminhem-se os autos Egrégio Tribunal na forma digitalizada. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito

Proc.: 0241777-65.2009.8.22.0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Bigsal Industria e Comercio Para Suplementos Para Nutrição Animal Ltda
Advogado: Giane Ellen Borgio Barbosa (RO 2027), Heliete Barros de Lima Viana (OAB/RO 1394)
Requerido: Julião Ferreira da Silva Júnior
Advogado: Defensoria Pública (000)
DESPACHO :
VISTOS. As diligências requeridas já foram realizadas por este Juízo, as quais, restaram infrutíferas, como se vê nos detalhamentos de fls. 75/78.Portanto, arquivem-se os autos como determinado na parte final do DESPACHO de fls. 75.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito

Proc.: 0001522-10.2013.8.22.0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Boasafra Comércio e Representações Ltda
Advogado: Giane Ellen Borgie Barbosa (OAB/RO 2027)
Executado: Rodrigo Souza dos Santos
DESPACHO :
VISTOS. Os pedidos de fls. 28 já foram realizados, conforme se denota nos DESPACHO anteriores.Cumpra-se a parte final do DESPACHO de fls.27.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito

Proc.: 0002722-52.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Linaiane Almeida Aguiar
Advogado: Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Requerido: Seguradora Líder dos Consócios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Nelson Araujo Escudeiro Filho (OAB/RO 787), Fabiola Santana (OAB/RO 4096), Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)
SENTENÇA :
VISTOS. Homologo por SENTENÇA para que surtam os jurídicos e legais efeitos o acordo celebrado entre as partes no pedido de fls.73/74 e julgo extinto o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, III do CPC.Sem custas.P.R.I.Transitado em julgado nesta oportunidade, arquivem-se.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Marcos Alberto Oldakowski Juiz de DireitoPUBLICAÇÃO E REGISTRO. Torno pública a SENTENÇA , registrada sob n. _____/2013, do livro digital. Ji-Paraná/RO, _____/_____/_____. C.T.O-CAD 205102-8.

Proc.: 0000598-96.2013.8.22.0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Marcio Henrique Gregório Bazzo
Advogado: Marco Antonio de Oliveira Lopes (OAB / RO 1706)
Requerido: DETRAN RO
Advogado: Michele da Silva Albuquerque Cavalcante Côco (OAB/RO 1327), Claudino Sérgio de Alencar Ribeiro (OAB/RO 288B), Plínio Ramalho Sobrinho (RO 278-B)
DESPACHO :
VISTOS. O pedido de fls. 58 deve ser realizado em autos apartados - (execução provisória).Recebo a apelação nos seus regulares efeitos.A parte para contrarrazões.Após, encaminhem-se os autos Egrégio Tribunal na forma digitalizada. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito
Marlete Perim
Diretora de Cartório

3ª VARA CRIMINAL

3º Cartório Criminal
Oscar Francisco Alves Junior - Juiz de Direito
Cleonice Cabral dos Santos Almeida - Diretora de cartório
Email da Vara: jip3criminal@tj.ro.gov.br
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO: 30 dias
O Doutor Oscar Francisco Alves Junior - Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Ji-Paraná/RO, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito referente a Ação Penal que se menciona. Outrossim, por este ato, as partes ficam intimadas dos valores atualizados apresentados a seguir, referentes ao bem objeto da venda judicial.
Processo: 0013638-58.2007.822.0005
Classe : Ação Penal – contravenção (réu preso)
Autor: Ministério Público Do Estado De Rondônia
Denunciado: ADEVALDO PEREIRA ROSA
DESCRIÇÃO DO BEM:
Veículo MOTOCICLETA, marca HONDA, modelo XR 250 Tornado, cor vermelha, ano/modelo 2003, placa JZR-7642, Tapurá/MT, chassi 9C2MD34003R103843, motor MD34E-3103843
VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), em 27/4/2012.
1º LEILÃO: dia 7 de outubro de 2013, às 09: 15 horas, oportunidade em que o bem será vendido pelo maior lanço, a partir do valor de avaliação.
2º LEILÃO: dia 17 de outubro de 2013, às 09: 15 horas, venda pelo maior lanço oferecido, a partir de 50% do valor da avaliação.
LOCAL DO LEILÃO: Fórum Desembargador Hugo Auller, Av. Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná/RO
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Pátio da 2ª DPC em Ji-Paraná/RO
OBSERVAÇÃO: Não sendo possível a intimação pessoal do executado(a), fica o(a) mesmo(a) intimado(a) por este meio.
Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
COMUNICAÇÃO: Nos termos do artigo 686, §3º, do CPC, o preço da arrematação não pode ser inferior ao preço da avaliação do bem.

Cleonice Cabral dos Santos Almeida
Diretora de cartório

SEGUNDA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ARIQUEMES

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Juiza: Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Diretora de Cartório: Suci Mara Leite Lemos
E-mail:aqs1jecivell@tjro.jus

Proc.: 0010783-08.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Angelo Santana
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Município de Alto Paraíso - RO
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
Recebo a inicial nos termos da Lei 12.153/09.Trata-se de Obrigação de Fazer tencionando implementar o direito à SAÚDE, consistente em fornecimento de medicamentos de que necessita a parte autora.De acordo com a inicial, a parte autora necessita fazer uso constante e ininterrupto dos medicamentos AZORGA ou COSOPT (01 frasco ao mês), e TRAVATAN (01 frasco ao mês), razão pela qual pleiteou a condenação do(s) ente(s) estatal na obrigação de fornecer essa medicação.Os documentos juntados à inicial comprovam a necessidade da medicação pleiteado e demonstram a verossimilhança das alegações da parte autora, demonstrando estarem presentes os requisitos ensejadores da concessão da antecipação da tutela, afinal, nos autos há documentos que indicam que a parte autora é portadora de glaucoma (CID H 40) necessitando urgentemente fazer uso da medicação descrita na inicial. Além disso, verifica-se a presença do periculum in mora, pois reconhecidamente a demora na concessão da medida poderá causar danos irreparáveis à saúde e vida da parte autora, urgindo seja deferida a antecipação para assegurar o direito à saúde e a dignidade da parte autora.O direito à saúde encontra-se no rol dos direitos fundamentais do cidadão, inerentes à própria existência humana, cuja relevância levou o legislador a lhe atribuir status constitucional. Exatamente por isso, o direito à saúde deve ser assegurado com prioridade e eficácia, a fim de preservar a vida e a saúde do beneficiário.Ante o exposto, ante a presença dos requisitos legais, CONCEDO a antecipação da tutela para o fim de DETERMINAR que o requerido MUNICÍPIO DE ARIQUEMES forneça à parte autora a seguinte medicação: AZORGA ou COSOPT (01 frasco ao mês), e TRAVATAN (01 frasco ao mês).Fixo o prazo de 10 (dez) dias para cumprimento, pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 30 (trinta) salários-mínimos em favor da parte autora, sem prejuízo de outras penalidades/determinações.Para o fiel cumprimento dessa DECISÃO, DETERMINO a intimação do Município de Ariquemes/RO, bem como, do respectivo SECRETÁRIO DE SAÚDE, o qual deverá ser notificado por telefone, e-mail ou qualquer outro meio rápido e eficiente, a fim de que tome conhecimento do presente procedimento e a partir da notificação, implemente medidas eficazes para o pronto atendimento dessa determinação.Considerando os princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e informalidade e considerando, sobretudo, que no caso dos autos, a questão de fato se prova por meio de documentos e a Fazenda Pública Municipal e Estadual NÃO faz acordo em casos de saúde (concessão de medicamentos, cirurgia ou leito de UTI), deixo de designar audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento, posto que tal providência irá gerar morosidade ao feito sem qualquer proveito prático, à medida que não há necessidade de provas testemunhais.Cite-se e intimem-se a(s) parte(s) requerida(s) para que apresentem resposta no prazo de 30 dias a contar da citação/intimação, ressaltando-se que nos termos do art. 7º da Lei 12.153/2009 não há prazos diferenciados para a prática de nenhum ato processual para a Fazenda Pública no procedimento instituído por esta Lei.Caso a Fazenda Pública tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.Caso NÃO tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar.Apresentada a contestação, dê-se vistas à parte autora para apresentar impugnação no prazo de 5 (cinco) dias e após, faça-se CONCLUSÃO dos autos para SENTENÇA .Cumpra-se servindo-se a presente DECISÃO como MANDADO /Ofício/Carta Precatória/Notificação para o cumprimento da antecipação da tutela e citação e intimação do(s) requeridos e notificação do(s) Secretário(s) de Saúde.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais Juíza de Direito

Proc.: 0010781-38.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Mirian Gomes de Carvalho
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
Recebo a inicial nos termos da Lei 12.153/09.Trata-se de Obrigação de Fazer tencionando implementar o direito à SAÚDE, consistente em fornecimento de procedimento cirúrgico de que necessita a parte autora.De acordo com a inicial, a parte autora necessita realizar cirurgia de Nefrolitotripsia Percutânea, razão pela qual pleiteou a condenação do(s) ente(s) estatal na obrigação de custear/implementar/realizar esse procedimento cirúrgico.Os documentos juntados à inicial comprovam a necessidade do procedimento cirúrgico pleiteado e demonstram a verossimilhança das alegações da parte autora, demonstrando estarem presentes os requisitos ensejadores da concessão da antecipação da tutela, afinal, nos autos há documentos que indicam que a parte autora é portadora de cálculo coraliforme do rim direito (CID N20.0), necessitando urgentemente realizar o procedimento cirúrgico descrito na inicial.Além disso, verifica-se a presença do periculum in mora, pois reconhecidamente a demora na concessão da medida poderá causar danos irreparáveis à saúde e vida da parte autora, urgindo seja deferida a antecipação para assegurar o direito à saúde e a dignidade da parte autora.O direito à saúde encontra-se no rol dos direitos fundamentais do cidadão, inerentes à própria existência humana, cuja relevância levou o legislador a lhe atribuir status constitucional. Exatamente por isso, o direito à saúde deve ser assegurado com prioridade e eficácia, a fim de preservar a vida e a saúde do beneficiário.Ante o exposto, ante a presença dos requisitos legais, CONCEDO a antecipação da

tutela para o fim de DETERMINAR que o requerido ESTADO DE RONDÔNIA arque, direta ou indiretamente, com todas as despesas para realização de cirurgia de Nefrolitotripsia Percutânea de que necessita a parte autora. Caso o requerido não disponha de meios para realização do procedimento, determino que custeie todo o tratamento da parte autor fora do Estado de Rondônia, incluindo transporte, hospedagem, alimentação e acompanhante.Fixo o prazo de 20 (vinte) dias para cumprimento, pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 30 (trinta) salários-mínimos em favor da parte autora, sem prejuízo de outras penalidades/determinações. Para o fiel cumprimento dessa DECISÃO, DETERMINO a intimação do Estado de Rondônia, bem como, do respectivo SECRETÁRIOS DE SAÚDE, o qual deverá ser notificado por telefone, e-mail ou qualquer outro meio rápido e eficiente, a fim de que tome conhecimento do presente procedimento e a partir da notificação, implemente medidas eficazes para o pronto atendimento dessa determinação.Considerando os princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a celeridade e informalidade e considerando, sobretudo, que no caso dos autos, a questão de fato se prova por meio de documentos e a Fazenda Pública Municipal e Estadual NÃO faz acordo em casos de saúde (concessão de medicamentos, cirurgia ou leito de UTI), deixo de designar audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento, posto que tal providência irá gerar morosidade ao feito sem qualquer proveito prático, à medida que não há necessidade de provas testemunhais.Cite-se e intimem-se a(s) parte(s) requerida(s) para que apresentem resposta no prazo de 30 dias a contar da citação/intimação, ressaltando-se que nos termos do art. 7º da Lei 12.153/2009 não há prazos diferenciados para a prática de nenhum ato processual para a Fazenda Pública no procedimento instituído por esta Lei.Caso a Fazenda Pública tenha interesse em realizar a conciliação, determino que junte aos autos, no prazo da contestação, a proposta de acordo que tiver a fim de que seja submetida à parte autora ou seja designada audiência de conciliação para esse fim.Caso NÃO tenha interesse ou possibilidade de acordo, determino que informe isso nos autos por ocasião de sua contestação a fim de evitar possíveis alegações de cerceamento do direito de a parte se conciliar.Apresentada a contestação, dê-se vistas à parte autora para apresentar impugnação no prazo de 5 (cinco) dias e após, faça-se CONCLUSÃO dos autos para SENTENÇA .Cumpra-se servindo-se a presente DECISÃO como MANDADO /Ofício/Carta Precatória/Notificação para o cumprimento da antecipação da tutela e citação e intimação do(s) requeridos e notificação do(s) Secretário(s) de Saúde.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais Juíza de Direito

Proc.: 0007989-14.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Sandra Lima de Oliveira
Advogado:Rafael Miyajima. (0)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA:
RELATÓRIO dispensado na forma dos arts. 27 da Lei 12.153/09 c/c 38 da Lei 9.099/95.Trata-se de Obrigação de Fazer interposta por SANDRA LIMA DE OLIVEIRA em face de ESTADO DE RONDÔNIA tencionando obter o custeio de tratamento de saúde consistente em procedimento cirúrgico de Artroplastia Total do Quadril Esquerdo com Implante de Prótese Total.Segundo consta na inicial, a parte autora apresenta quadro clínico de necrose avascular da cabeça femural (CID M87.0) e necessita realizar procedimento de Artroplastia Total do Quadril Esquerdo com Implante de Prótese Total.Apesar dessa necessidade e sua hipossuficiência, a parte autora alega que procurou a rede pública de saúde e requereu providências urgentes para a realização do procedimento e fornecimento dos medicamentos, mas nenhuma providência foi tomada, razão pela qual ingressou em juízo para requerer tais providências. É sabido que a dignidade do ser humano é fundamento constitucional previsto no art. 1º, III da CF, sendo a construção de uma sociedade livre, justa e solidária um dos objetivos da República Federativa do Brasil (art. 3º, I da CF). Desta forma, O DIREITO À VIDA se consubstancia como o maior de todos os direitos da pessoa humana e sua importância é tamanha ao ponto de constar expressamente no caput do art. 5º da Constituição da República. É ainda pré-requisito a existência e exercício de todos os demais direitos, sobretudo do direito à saúde, e exatamente por isso, deve ser assegurado com absoluta primazia sob todos os demais.Assim, verifica-se que o direito à vida está estritamente ligado à garantia da DIGNIDADE, pois a Constituição assegura não apenas a vida, mas ¿a vida digna¿, cabendo ao Poder Público cuidar de todos os seus administrados, especialmente dos cidadãos hipossuficientes, os quais não possuam condições financeiras de manter a dignidade sozinhos. O Estado possui a obrigação de realizar todas as ações necessárias para garantir aos indivíduos o direito à saúde e ao bem estar, uma vez que estes direitos são inerentes à condição de ser humano, devendo assim proporcionar o tratamento e a distribuição de medicamentos quando o indivíduo é portador de doença que pode ser tratada ou amenizada e não dispõe de recursos necessários. Este direito encontra previsão expressa no artigo 196 da Constituição da República o qual dispõe que ¿a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação¿.A saúde é portanto direito de todos e DEVER DO ESTADO.Como no caso em tela, a autora juntou vários documentos, laudos médicos, receituários e demais documentos provando a necessidade em realizar Artroplastia Total do Quadril Esquerdo com Implante de Prótese Total, e, como restou comprovada sua hipossuficiência e necessidade do procedimento, resta patente que ele faz jus à assistência pleiteada para o fim de ser submetido ao procedimento em questão, já que necessário a manutenção de sua vida, saúde e dignidade.Ao negar o fornecimento do procedimento cirúrgico, o requerido ilegalmente feriu o direito mais essencial da parte autora.Em sua contestação o Estado de Rondônia alegou ingerência do Poder Judiciário nas definições das Políticas Públicas no serviço de Saúde. Contudo, ao contrário do alegado, não existe ingerência nas questões orçamentárias do Poder Executivo, na verdade há uma busca pela efetivação do direito fundamental à saúde no caso concreto, que, quando lesionado, deve ser apreciado pelo Judiciário.Deste modo, não há desrespeito algum quanto a divisão dos Poderes constitucionalmente previstos.Os Tribunais de todo o país têm decidido favoravelmente ao custeio de cirurgias e assistência para o paciente e seu acompanhante, se for o caso, em casos parecidos para garantir o direito à vida, à saúde e à dignidade

da pessoa humana. Nesse sentido: MANDADO de segurança. Direito à saúde. Realização de cirurgia. Risco de perda da visão. Concessão. A saúde é um direito social assegurado a todos os cidadãos de forma indistinta (art. 196 da Constituição Federal), sendo obrigação de o Estado promover sua preservação e restabelecimento, devendo fornecer todos os meios necessários para esse fim, inclusive aparelhando seu pessoal e instalações para a realização de tratamento cirúrgico para pacientes que não possuem condições de custeá-los ou ainda custeando seu tratamento na rede particular de saúde do Estado, desde que disponível.(TJRO, 1ª Câmara Especial, MANDADO de Segurança nº 200.000.2008.008483-4, Relator Juiz Francisco Prestello de Vasconcellos, j. em 01 de outubro de 2008, unânime).DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCESSO CIVIL. COMINATÓRIA. PACIENTE DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE QUE NECESSITA DE CIRURGIA. PRESENÇA DO INTERESSE DE AGIR. NÃO CONFIGURADA A OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E IMPESSOALIDADE. DEVER DO ESTADO. 1. O interesse de agir do apelado está presente na medida em que busca o seu direito fundamental à saúde e a não realização do procedimento cirúrgico, até a presente data, demonstra a resistência clara e evidente do apelante à pretensão do apelado. Preliminar rejeitada. 2. Inconcebível o argumento do apelante quanto à limitação das verbas públicas, destinadas ao atendimento dos direitos fundamentais, argumento este que não é capaz de afastar a responsabilidade do Estado de garantir o direito à saúde. 3. A determinação judicial monocrática não configura ofensa aos princípios da igualdade e da impessoalidade, apenas se traduz no total e eficaz cumprimento do direito reclamado pelo apelado ao buscar o Judiciário, permitindo a efetividade da prestação do serviço de saúde de forma satisfatória e eficiente. 4. Recursos conhecidos e não providos.(Acórdão n.305240, 20060110447208APC, Relator: GILBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA, Revisor: MARIA BEATRIZ PARRILHA, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 26/03/2008, Publicado no DJE: 19/05/2008. Pág.: 86)APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. CONSTITUCIONAL. REALIZAÇÃO DE CIRURGIAA NECESSITADO PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. O direito à saúde é assegurado a todos, devendo os necessitados receber do ente público a cirurgia necessária. Aplicação do artigo 196 da Constituição Federal. O Estado possui legitimidade passiva na demanda visando à realização de cirurgia a necessitado. Posição do 11º Grupo Cível. Precedentes do TJRGS, STJ e STF. Apelação a que se nega seguimento¿.(TJRS, Apelação Cível Nº 70030925614, Vigésima Segunda Câmara Cível, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 10/07/2009). MANDADO de segurança. Saúde. Exame. Custo do tratamento. Demonstrada a ofensa a direito líquido e certo em face da omissão estatal em não disponibilizar os exames necessários, é dever do Estado o custeamento do exame, ainda que em rede particular, quando a rede pública não oferecer o exame ou tratamento requerido. (TJRS, MANDADO de Segurança n. 2007652-36.2009.8.22.0000, j. 2.9.2009).São incontáveis as decisões no sentido das já expostas e isso vem provar que ao menos o Judiciário tem tido sensibilidade para dar à vida humana, o valor e o respeito que a Constituição da República objetivamente assegura. Assim, os vários entes federativos não podem se exonerar da obrigação imposta constitucionalmente alegando obstáculos administrativos, até porque sequer existe comprovação de que efetivamente não há recursos financeiros para o tratamento, ou que os eventuais custos à mesma relacionados poderiam ensejar prejuízo aos demais serviços administrativos.Portanto, a União, os Estados e os Municípios possuem responsabilidade solidária, de modo que compete ao paciente optar qual dos órgãos quer acionar.Seja como for, no caso em tela, o Estado de Rondônia é responsável pela manutenção da vida, saúde e dignidade da parte autora, devendo propiciar tais direitos mediante o custeio/fornecimento do tratamento da parte autora descrito na inicial.Posto isso, nos termos do art. 269, I do CPC, confirmo a antecipação da tutela concedida nos autos e no MÉRITO, julgo PROCEDENTE o pedido para o fim de DETERMINAR que o Estado de Rondônia arque, direta ou indiretamente, com todas as despesas para realização de Artroplastia Total do Quadril Esquerdo com Implante de Prótese Total de que necessita a requerente na rede pública ou privada do Estado ou, sendo o caso, que arque com o Tratamento Fora do Domicílio, devendo, neste caso, arcar ainda com todas as despesas da parte autora e de seu acompanhante pelo período em que perdurar o tratamento, devendo tal providência ser cumprida no prazo de de 20 (vinte) dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 30 (trinta) salários mínimos, sem prejuízo de outras penalidades. Considerando que até o momento não houve demonstração do cumprimento da tutela concedida às fls. 43/45 e a autora já se manifestou por duas vezes (fls. 58/59/63/64) requerendo a penhora online a fim de realizar o procedimento de que necessita, determino que o requerido seja intimado para cumprir a tutela no prazo de 05 dias, pena de sequestro.Sem custas e sem verbas honorárias, conforme dispõem os arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c 27 da Lei 12.153/09. Publique-se.Registre-se.Intimem-se, observando-se que a intimação da Fazenda Pública deve ser feita de forma pessoal nos termos do art. 6º da Lei 12.153/09.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais Juíza de Direito

Suci Mara Leite Lemos
Diretora de Cartório

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0008454-28.2010.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado:Maria Aparecida Alves
Advogado:Isabel Moreira dos Santos (RO 4171)
SENTENÇA:
DISPOSITIVO Diante do exposto, pelos fundamentos expendidos alhures, julgo parcialmente procedente a pretensão punitiva estatal, operando-se a emendatio libelli, para o fim de CONDENAR a denunciada MARIA APARECIDA ALVES, nas sanções do art. 317, caput, na forma do art. 71 (três vezes) do Estatuto Repressivo Penal. Passo à dosimetria da pena, dentro de um critério de proporcionalidade, em estrita observância ao disposto nos arts. 59, 60 e 68, do Código Penal, e art. 5º, inc. XLVI, da Constituição Federal, para a perfeita individualização

da pena, através do sistema trifásico preconizado por Nelson Hungria, adotado pela legislação penal pátria.Todas as condutas incriminadas e atribuídas à denunciada incidem no mesmo juízo de reprovabilidade. Portanto, impõe-se uma única apreciação sobre as circunstâncias judiciais enunciadas no art. 59 do Código Penal, a fim de se evitar repetições desnecessárias.A culpabilidade da acusada restou evidenciada nos autos pela reprovabilidade de seu comportamento, pois é imputável, tinha conhecimento da ilicitude de sua conduta, por ter condições pessoais e circunstâncias para saber que se tratava de ação contrária ao direito. Era-lhe, ainda, exigível uma conduta responsável e no sentido da lei, por se tratar de agente público. Antecedentes criminais favoráveis, pois, conforme se extrai da certidão de antecedentes criminais, a acusada não responde a outros processos. Poucos elementos foram coletados que permitam aquilatar a conduta social e a personalidade. Os motivos bem como as circunstâncias são inerentes ao tipo penal. As consequências do crime não são favoráveis. O comportamento da vítima, em nada contribuiu para a atitude ilícita da ré.Sopesando, pois, as circunstâncias judiciais favoráveis e desfavoráveis ao denunciado e, levando em consideração a pena em abstrato do art. 317, caput, do Código Penal (reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa), fixo a PENA-BASE, para cada um dos crimes, em 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO E 10 (DEZ) DIAS-MULTA, valorando cada dia-multa em 1/30 do salário mínimo, vigente à época do fato.Não existem circunstâncias atenuantes, ao tempo em que não concorrem circunstâncias agravantes, nem causas de diminuição ou aumento de pena a serem sopesadas.Estando presente a regra estatuída pelo art. 71, do Código Penal (crime continuado), aplico a pena de um só dos crimes, aumentadas no patamar de 1/5 (um quinto), conforme restou consignada no bojo desta DECISÃO, passando a dosá-la DEFINITIVAMENTE em 02 (DOIS) ANOS, 04 (QUATRO) MESES E 24 (VINTE E QUATRO) DIAS DE RECLUSÃO E 12 (DOZE) DIAS-MULTA, no mesmo patamar fixado, à mingua de outras causas especiais a serem analisadas e por considerar suficiente à reprovação e prevenção do crime.A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em regime ABERTO, consoante determina o art. 33, § 2º, alínea ?c?, do Código Penal, eis que será satisfatório e pedagógico para reprovação e prevenção do crime.Presentes os requisitos legais (art. 44 do CP), SUBSTITUO a pena privativa de liberdade aplicada, por duas restritivas de direitos, a saber: 1) prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, a ser especificada pelo Juízo da Execução Penal, devendo ser cumprida à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, que será distribuída e fiscalizada de modo a não prejudicar a jornada de trabalho do condenado; 2) prestação pecuniária, no valor de 02 (dois) salários mínimos, em favor de entidade a ser indicada pelo Juízo da Execução, por se revelarem as mais adequadas na busca da reintegração da denunciada à comunidade e como forma de lhe promover a autoestima. Concedo a ré o direito de recorrer em liberdade, eis que não há qualquer motivo ponderoso à decretação de sua custódia cautelar.Determino, ainda, a perda do cargo ou função pública da acusada, eis que a mesma sendo conhecedora dos mandamentos legais, deveria agir com probidade e agiu com desonestidade, não sendo confiável permanecer nos quadros da Municipalidade. A conduta violou o dever para com a administração pública, e a pena aplicada é privativa de liberdade e superior a um ano, se enquadrando nos requisitos previstos no art. 92, inc. I, alínea ?a?, do Código Penal.Por derradeiro, condeno a ré ao pagamento das custas processuais, à luz do disposto no art. 804 do Digesto Processual Penal. P.R.I. Comunique-se. DISPOSIÇÕES FINAISOportunamente, após o trânsito em julgado deste “decisum”, determino que sejam tomadas as seguintes providências: A) Lance-se o nome da denunciada no rol dos culpados, na forma do art. 5º, inc. LVII, da Constituição da República, e art. 393, inciso II, do CPP; B) Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de multa, em favor do fundo penitenciário, devendo o valor ser corrigido por ocasião do efetivo pagamento (arts. 49, 50 e 60 do Estatuto Repressivo Penal), no prazo de 10 (dez) dias, independentemente de nova intimação. Não havendo o pagamento e/ou pedido de parcelamento, cumpra-se o disposto no art. 51 do Código Penal; C) Expeça-se a competente Guia de Execução Criminal para as providências cabíveis à espécie, na forma do art. 147 da Lei de Execução Penal c/c art. 217, parágrafo único, do Provimento nº 12/2007-CG (Diretrizes Gerais Judiciais), da Corregedoria Geral da Justiça deste Estado; D) Em cumprimento ao disposto no art. 71, § 2º, do Código Eleitoral c/c o art. 15, inc. III, da Constituição da República, oficie-se ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, comunicando a condenação da denunciada; E) Oficie-se, para anotações, aos órgãos de identificação (DGJ - art. 177); F) Informe-se a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO, acerca da perda do cargo ou função pública do réu, para os devidos fins;G) Adotadas todas as providências, arquivem-se os autos, com as cautelas de estilo.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Alex Balmant Juiz de Direito

Proc.: 0013112-47.2000.8.22.0002
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado (Pronunci:João Alves Moreira
Advogado:Advogado Não Informado (418)
48 horas:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
Endereço Eletrônico: aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Dr. Alex Balmant
Diretora: Aleksandra Aparecida Gaienski
Autos n.: 0013112-47.2000.822.0002
Réu: JOÃO ALVES MOREIRA, brasileiro, casado, filho de João Alves Moreira e Maria Alves Moreira, nascido aos 22-05-1944, natural de Riacho de Santana/BA, residente na 4ª Rua, n. 2635, fone 3535-4135, nesta, atualmente em lugar incerto.
FINALIDADE: INTIMAR o réu acima qualificado, da realização de seu julgamento, pelo Tribunal do Júri desta Comarca, designado para o dia 03-09-2013, às 08:00 horas.
Ariquemes-RO, 07 de Agosto de 2013.
(documento assinado por certificação digital)
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório
assina por determinação judicial

Proc.: 0013112-47.2000.8.22.0002
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado (Pronunci:João Alves Moreira
Advogado:Advogado Não Informado (418)
48 horas:

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 05 DIAS
Vara: 1ª Vara Criminal
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUÍZO OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
Endereço eletrônico: aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Alex Balmant
Escrivã Criminal: Aleksandra Aparecida Gaienski
Autos n. 0013112-47.2000.822.0002
Classe: Ação Penal
Réu: JOÃO ALVES MOREIRA
Advogado: DR. JOSÉ DE OLIVEIRA HERINGER, OAB/RO 575, advogado militante nesta Comarca, com escritório profissional sito na Avenida Tancredo Neves, n. 2605, Setor 03, fone 3535-3864, 8408-9907.
FINALIDADE: Intimar o advogado supra, para manifestar-se, no prazo de 03(três) dias, acerca da testemunha arrolada pela defesa ROBERTO MARCHESI, não localizado para intimação para o júri anteriormente designado, conforme certidão do oficial de justiça ás fls. 227 nos autos.
Ariquemes-RO, quinta-feira, 08 de Agosto de 2013.
documento assinado digitalmente
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório

Proc.: 0009558-89.2009.8.22.0002
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Réu:Jhone dos Santos Costa, Tarcísio Araújo Mendes, Francisca de Lima Santos
Advogado:Não Informado ( ), Não informado ( )
48 horas:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 60 dias
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
Endereço Eletrônico:
aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Dr. Alex Balmant
Diretora de Cartório: Aleksandra Aparecida Gaienski
FRANCISCA DE LIMA SANTOS, brasileiro, filho de Cerino Francisco de Lima e de Josefa Guilhermina, natural de Sampaio/SP. Atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Intimar o acusado acima qualificado, da SENTENÇA de seguinte teor: "(...)Ante o exposto, com fundamento no artigo 413 do Código de Processo Penal, julgo procedente a denúncia e PRONUNCIO os acusados JHONE DOS SANTOS COSTA, TARCÍSO ARAÚJO MENDES e FRANCISCA DE LIMA SANTOS, qualificados nos autos, para que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri, como incursos no artigo 121, § 2º, incisos II e IV, bem como no artigo 211, ambos do Código Penal. Estando soltos os réus relativamente a este processo, e tendo assim respondido à presente ação penal, concedo-lhes aguardar o julgamento em liberdade. Com o trânsito em julgado, dê-se vista às partes para os fins do artigo 422 do Código de Ritos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de setembro de 2012. Fabíola Cristina Inocêncio Juíza de Direito".
Vara: 1ª Vara Criminal
Processo: 0009558-89.2009.8.22.0002
Classe: Ação penal
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Ariquemes/RO, 08 de agosto de 2013.
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório
(assina por determinação judicial)
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluísio S.Sá Peixoto. Av. Tancredo Neves, 2606 78932-000 - Ariquemes-RO, Fax: - 3535-2493 - Fone: 3535-2493. #William

Proc.: 0000920-96.2011.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado:Comércio de Madeira Chapadão Ltda-me, Antônio Marcos da Silva, Israel Alves dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado (418), Luiz Eduardo Fogaça. (OAB/RO 876)
48 horas:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 60 dias
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
Endereço Eletrônico:
aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Dr. Alex Balmant
Diretora de Cartório: Aleksandra Aparecida Gaienski
ISRAEL ALVES DOS SANTOS, brasileiro, natural de Itabuna/BA, nascido aos 24.03.1979. Atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Intimar o acusado acima qualificado, da SENTENÇA de seguinte teor: "(...)Diante do exposto, pelos fundamentos expendidos alhures, remanescendo o estado de dúvida quanto a autoria, julgo improcedente em parte a pretensão punitiva estatal e, via de consequência, ABSOLVO o denunciado ISRAEL ALVES DOS SANTOS, já qualificado na peça acusatória, das sanções cominadas à prática da conduta tipificada na denúncia, o que faço com espeque no art. 386, inc. V, do Estatuto Processual Penal, com a nova renumeração que lhe deu a Lei Federal n° 11.690, de 09 de junho de 2008.P.R.I. Comunique-se. Sem custas. Transitado esta em julgado, permaneçam os autos em cartório, em respeito ao ato judicial de fl. 80. Ariquemes-RO, sexta-feira, 7 de junho de 2013. Alex Balmant Juiz de Direito".
Vara: 1ª Vara Criminal
Processo: 0000920-96.2011.8.22.0002
Classe: Ação penal
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Ariquemes/RO, 08 de agosto de 2013.
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório
(assina por determinação judicial)
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluísio S.Sá Peixoto. Av. Tancredo Neves, 2606 78932-000 - Ariquemes-RO
Fax: - 3535-2493 - Fone: 3535-2493. #William

Proc.: 0025032-81.2001.8.22.0002
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Réu:Arceno Miguel da Silva
Advogado:Advogado Não Informado (418)
48 horas:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
Endereço Eletrônico: aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Dr. Alex Balmant
Diretora: Aleksandra Aparecida Gaienski
Autos n.: 0025032-81.2001.822.0002
Réu: ARCÊNIO MIGUEL DA SILVA, brasileiro, filho de Pedro Miguel da Silva e Maria Joana da Silva, nascido aos 22-01-1964, natural de Palotina/PR, residente na Rua Turmalina, n. 1750, Conjunto 25 de Dezembro, nesta, atualmente em lugar incerto.
FINALIDADE: INTIMAR o réu acima qualificado, da realização de seu julgamento, pelo Tribunal do Júri desta Comarca, designado para o dia 04-09-2013, às 08:00 horas.
Ariquemes-RO, 08 de Agosto de 2013.
(documento assinado por certificação digital)
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório
assina por determinação judicial

Proc.: 0040720-39.2008.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado:Lima Industria e Comercio de Cabos Ltda Me, Osias Soares de Lima, Ireni Costa da Cruz
Advogado:Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)
48 horas:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 05 DIAS
Vara: 1ª Vara Criminal
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUÍZO OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
Endereço eletrônico: aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Alex Balmant
Diretora de Cartório: Aleksandra Aparecida Gaienski
Réu: Osias Soares de Lima e Ireni Costa da Cruz.
Advogado: Dr. Gustavo Henrique Machado Mendes, OAB/RO 4636, militante na Comarca de Ariquemes-RO. com escritório profissional na Travessa Violeta, 3861, Setor 04.
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima, para que no prazo legal apresentar alegações finais.
Vara: 1ª Vara Criminal
Processo: 0040720-39.2008.8.22.0002
Classe: Ação Penal
Parte Autora: Ministério Publico do Estado de Rondônia
Ariquemes-RO, 08 de agosto de 2013
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório
(assina por determinação judicial)
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606, Cep: 78.932-000 - Fone:3535-2493, 535-2093, Fax: (069) 3535-2493. #William

Proc.: 0004784-08.2012.8.22.0003
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Réu:Nelson de Bessa e Silva
Advogado:Advogado Não Informado (418)
48 horas:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 05 DIAS
Vara: 1ª Vara Criminal
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUÍZO OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
Endereço eletrônico: aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Alex Balmant
Diretora de Cartório: Aleksandra Aparecida Gaienski
Réu: Nelson de Bessa e Silva.
Advogados: DR. Everton Campos de Queiroz, OAB/RO 2982, militante na Comarca de Jaru-RO. com escritório profissional na Avenida Rio de Janeiro, 3422.
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima, para no prazo de 05 dias apresentar alegações finais.
Vara: 1ª Vara Criminal
Processo: 0004784-08.2012.8.22.0003
Classe: Ação Penal
Parte Autora: Ministério Publico do Estado de Rondônia
Ariquemes-RO, 08 de agosto de 2013
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório
(assina por determinação judicial)
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606, Cep: 78.932-000 - Fone:3535-2493, 535-2093, Fax: (069) 3535-2493.#William

Proc.: 0006699-61.2013.8.22.0002
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Denunciado:Julielson Monteiro dos Santos
Advogado:Não Informado (RO 000)
48 horas:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 dias
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
Endereço Eletrônico:
aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Dr. Alex Balmant
Diretora de Cartório: Aleksandra Aparecida Gaienski
JULIELSON MONTEIRO DOS SANTOS, brasileiro, filho de José Monteiro dos Santos e de Cleusa de Tal., nascido aos 23.03.1990, natural de Monte Negro/RO. Atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR o acusado acima qualificado, para no Prazo de 10 dias, apresentarem Defesa Preliminar, podendo arguir preliminares, invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretendem produzir e, arrolar até oito testemunhas. Por infração no Art. 121, §2º, I, do Código Penal.
Vara: 1ª Vara Criminal
Processo: 0006699-61.2013.8.22.0002
Classe: Inquérito Policial
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Ariquemes/RO, 08 de agosto de 2013.
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório
(assina por determinação judicial)
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluísio S.Sá Peixoto. Av. Tancredo Neves, 2606 78932-000 - Ariquemes-RO
Fax: - 3535-2493 - Fone: 3535-2493 #William

Proc.: 0005214-60.2012.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Denunciado:Leandro Abel da Silva
Advogado:Vanessa Angélica de Araújo Clementino. (OAB/RO 4722), Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074), Thiago Gonçalves dos Santos (OAB/RO 5471)
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 05 DIAS
Vara: 1ª Vara Criminal
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUÍZO OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
End. eletrônico: aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Alex Balmant
Escrivã Criminal: Aleksandra Aparecida Gaienski
Autos n. 0005214-60.2012.8.22.0002
Classe: Ação Penal
Réu: Leandro Abel da Silva.
Advogados: Dra. VANESSA A. DE A. C. WANDERLEY, OAB/RO 4722, Dra. CORINA FERNANDES PEREIRA, OAB/RO 2074 e Dr. THIAGO GONÇALVES DOS SANTOS, OAB/RO 5471, todos com escritório profissional na Rua Fortaleza, n. 2153, Setor 03, sala 03 Ariquemes/RO.
FINALIDADE: INTIMAR os advogados acima, para manifestar-se nos autos, no prazo de 03 (três) dias, face a não localização da testemunhas Claudiomar José Alegretti e Lindolfo F. de Oliveira, arroladas pela Defesa o réu Leandro Abel da Silva, no endereço indicado nos autos.
Ariquemes-RO, 08 de Agosto de 2013.
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório

Proc.: 0115821-53.2006.8.22.0002
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
EDITAL DE INTIMAÇÃO
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
Endereço Eletrônico: aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Dr. Alex Balmant
Diretora: Aleksandra Aparecida Gaienski
Autos n.: 0115821-53.2006.822.0002
Réu: GILBERTO DA SILVA LIMA(réu), vulgo “Brabinho”, residente na Rodovia do Boi, Fazenda América 2 Riachos, município de Extrema/RO, fone 3252-1238 (patrão Ernande), ou através da esposa Marilda do Amaral, pelo fone 9297-8199, ou na Linha 105, Estrada Corrente, Sítio Maravilhoso, que fica acerca de 10 Km fora da BR, município de Cujubim/RO.
FINALIDADE: INTIMAR o réu acima qualificado, da realização de seu julgamento, pelo Tribunal do Júri desta Comarca, designado para o dia 06-09-2013, às 08:00 horas.
Ariquemes-RO, 08 de Agosto de 2013.
(documento assinado por certificação digital)
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório
assina por determinação judicial

Proc.: 0003415-79.2012.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado:Lucio Martins da Silva, Jorge Luis Moisés, Eliana Guarate Cavalheiro
Advogado: Dra. Corina Fernandes Pereira (2074)
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 05 DIAS
Vara: 1ª Vara Criminal
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUÍZO OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
End. Eletrônico: aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Dr. Alex Balmant
Diretora de Cartório: Aleksandra Aparecida Gaienski
Autos n. 0003415-79.2012.8.22.0002
Classe: Ação Penal
Réus: Jorge Luis Moisés e outros.
Advogado: Dr. CORINA FERNANDES PEREIRA, OAB/RO 2074, Advogada militante nesta comarca.
FINALIDADE: INTIMAR a advogada acima descrita, da Expedição de Carta Precatória a Comarca de Machadinho D’Oeste/RO, a fim de inquirir a testemunha arrolada pela Defesa Avelino Ribeiro de Jesus e a Comarca de Inhumas/GO a fim de interrogar o réu Lúcui Martins da Silva.
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606, Cep: 76.972-854 - Fone: 3535-2493, 3535-2093, Fax: (069) 3535-2493.
Ariquemes-RO, 08 de Agosto 2013.
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório

Aleksandra Aparecida Gaienski
Escrivã Judicial

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
2º Cartório Criminal
Juiza: Juliana Couto Matheus
Diretor de Cartório: Eser Amaral dos Santos
E-mail:aqs2criminal@tjro.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0002782-39.2010.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado:Gilson Santos Souza
Advogado:Advogado Não Informado (000)
FINALIDADE: Intimar o advogado José Assis dos Santos OAB/RO 2591, militante em Ariquemes, da audiência redesignada para o dia 04/09/2013, ás 9:30 horas, na 2ª Vara Criminal de Ariquemes/RO. Juliana Couto Matheus - Juíza de Direito.

Proc.: 0005590-80.2011.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado:Cilso Batista Cordeiro
Advogado:Weverton Jefferson Teixeira Heringer. (OAB/RO 2514)
SENTENÇA:
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO WEVERTON HERINGER - OAB-RO Nº 2514Vistos.Trata-se de ação penal pública incondicionada, iniciada por meio de denúncia ofertada pelo membro do Ministério Público Estadual, em face de Cilso Batista Cordeiro, brasileiro, convivente, agricultor, nascido em 25/06/1971, na cidade de Rocado/PR, filho de João Batista Cordeiro e Rosa Batista Cordeiro, residente na BR 364, C-80, KM 05 (Fazenda 3 Corações), zona rural e comarca de Ariquemes/RO.O réu foi denunciado como incurso nas reprimendas do artigo 217-A, caput, do Código Penal.Consta da denúncia: ?No mês de dezembro de 2010, em dia e hora não determinados nos autos, na residência localizada na BR 364, KM 536, Sítio Novo Estado, zona rural do município de Ariquemes/RO, o denunciado CILSO BATISTA CORDEIRO livre e consciente e para satisfazer sua lascívia, constrangeu sua filha ANA CRISTINA CONCARI CORDEIRO (com 10 anos à época dos fatos), a com ele praticar atos libidinosos, quais sejam, passar a mão em seu corpo e friccionar o pênis na bunda e na vagina.?A denúncia foi recebida em 20 de maio de 2011.O réu foi devidamente citado, tendo sido apresentada resposta por advogado constituído. A magistrada que me antecedeu, por entender não estarem presentes as hipóteses contidas no artigo 397 do Código de Processo Penal, deu prosseguimento ao feito.Durante a instrução criminal, realizou-se audiência de instrução e julgamento, momento em que foram colhidas as provas orais.O réu não compareceu à audiência de instrução, tampouco apresentou justificativa de sua ausência. Nenhuma diligência foi requerida.Em sede de alegações finais, a acusação asseverou que as provas debatidas sob o crivo judicial comprovaram os termos da denúncia, razão pela qual pugnou pela condenação do réu.A defesa apresentou memoriais arguindo nulidade, ao argumento de que não lhe fora oportunizada manifestação quanto ao estudo psicossocial juntado às fls. 94/101 e requereu a anulação dos atos praticados a partir da manifestação ministerial (fl. 103 e ss.). No MÉRITO, requereu a absolvição por ausência de provas.Vieram-me os autos conclusos.É o breve RELATÓRIO .Fundamento e decido. Versam os autos sobre ação penal pública incondicionada proposta pelo Ministério Público, onde se imputa ao réu a conduta típica do crime do artigo 217-A do Código Penal.Preliminarmente.A preliminar não deve ser acolhida.Segundo a Súmula 523 do STF, a ausência de defesa é causa de nulidade absoluta, porém a sua deficiência, só anulará o feito se provado o prejuízo para o acusado.No caso dos autos, não ficou demonstrado tal prejuízo, tendo em vista que, apesar de o advogado do réu não ter sido intimado sobre a juntada do estudo psicossocial, a defesa teve a oportunidade de impugnar o citado laudo.De fato, após arguir a preliminar de nulidade, a defesa alegou, no MÉRITO, que a vítima estaria sendo manipulada pela tia Albina Cordeiro para distorcer a verdade dos fatos (fls. 114). Contudo, tal assertiva não encontra base nas provas produzidas em juízo.DO MÉRITO Quanto à materialidade do delito sob comento, desnecessária se faz vasta explanação, vez que esta restou sobejamente comprovada nos autos através da ocorrência policial, bem como pelos depoimentos colhidos. Registre-se que no crime em questão, a prova material é suprimida pela prova testemunhal. É que o delito em análise não está entre aqueles que exigem obrigatoriamente o exame pericial, em face da eventual ausência de vestígio. Portanto, a eventual ausência de vestígio não afasta, de per si, a ocorrência do delito nos crimes dessa espécie. Aliado a isso, verifica-se que os depoimentos foram uníssonos no mesmo sentido, tanto na fase inquisitorial quanto na instrução criminal, confirmando os fatos narrados pela vítima.Assim sendo, não restam dúvidas quanto à materialidade do crime.Melhor sorte não assiste ao réu quanto à autoria delitiva.A vítima relatou à psicóloga e assistente social (fls. 97 e 100) que não havia compreendido o significado da expressão ?abuso sexual?, pois para ela a expressão significava coito vaginal e tal fato não teria se consumado. Porém, a vítima confirmou novamente que os abusos foram cometidos e ?[...] que seu pai passou a mão em sua vulva sim, entretanto este não a penetrou? (fls. 97). Interrogado na fase inquisitorial, o réu afirmou que ?entrou no quarto de Ana Cristina tirou suas roupas e a dela e tentou colocar seu pênis no bumbum dela, inclusive outras vezes também tentou colocar seu pênis na vagina dela, além de passar suas mãos no corpo de Ana [...]?.As informações prestadas às fls. 60 e 62 pela senhora Albina Concari e Luana Concari também embasaram a versão da vítima, restando evidente a prática da infração por parte do réu.?Ad argumentandum?, nos crimes contra a dignidade sexual, há de se dar intenso valor à palavra da criança/vítima, desde que corroborada por outras provas dos autos, haja vista que tais delitos, em regra, acontecem às escondidas, à sorrelfa e à socapa, de modo que a vítima é a que melhor pode esclarecer os fatos.Dessa maneira, em que pese o Laudo Psicossocial ser inconclusivo quanto ao acontecimento ou não do crime em testilha, entendo que deve ser levado em conta o seu conteúdo. No mencionado Laudo, a criança dá detalhes a respeito dos fatos, informando as agressões físicas e verbais sofridas, além do abuso sexual. Vejamos:?(...) na época de Natal de 2010, ela estava reunida com sua família no sítio e seu pai estando alcoolizado bateu nela com as mãos e chutou suas costas de forma que a machucou. Sua tia Albina interferiu e retirou a criança da companhia dos pais, tendo em vista a confissão desta. Ana Cristina afirmou para suas tias, quando se sentiu protegida, que no dia anterior a essa surra, seu pai havia 'mexido' com ela. A adolescente relatou que seu pai passou a mão em sua vulva, e que este estava alcoolizado.?Mais adiante, consta no laudo a informação de que a vítima ?não está sendo sugestionada ou imaginando ou inventando o relato de abuso sexual como forma de vingança decorrentes das agressões vivenciadas. Ana Cristina apresenta um discurso coerente com a realidade? (fls. 98).Mencione-se ainda que o laudo psicossocial, nas respostas prestadas pelas peritas, retrata uma adolescente que possui poucos conhecimentos sobre sexualidade humana, com discurso coerente e que mantém uma relação familiar saudável com sua atual guardiã, a tia Albina Concari. Frise-se que a vítima novamente confirmou os abusos perpetrados pelo genitor Cilso (fl. 97).De mais a mais, deve ser levado em conta que a infante tinha somente 10 (dez) anos de idade à época dos fatos. Dessa forma, é sabido que as crianças de tenra idade não têm experiência, conhecimento e malícia suficiente para inventar histórias

sexuais que não foram por elas vivenciadas, sendo certo que, no caso em epígrafe, não é crível que os fatos foram fruto da fantasia da menor. De outro norte, nos termos da fundamentação ministerial, não se pode olvidar que o objetivo da norma prevista no art. 217-A é a proteção da pessoa menor de quatorze anos, em razão de sua peculiar condição de sujeito em formação.Não bastasse os argumentos supra, tem-se ainda trecho da entrevista da senhora Albina às fls. 96, na qual relata a situação de subserviência da genitora da vítima ao marido, situação que vulnera a proteção de Ana Cristina, deixando esta à mercê do gênio turbulento do genitor, Cilso, ora acusado.Nessa trilha, embora o denunciado tenha negado a autoria dos fatos, asseverando que as acusações são inverídicas, tais alegações não devem prosperar, haja vista serem únicas e dissociadas das demais provas juntadas. Ademais, não há nos autos elementos suficientes a elidir os termos da denúncia e o conjunto fático-probatório que se delineou durante a instrução criminal apontam no sentido da prática do delito.Em alegações finais, a defesa postulou genericamente a absolvição do réu por ausência de provas. Contudo, não apontou em que elementos fundava-se essa assertiva, restando incabível o acolhimento da tese defensiva, eis que destituída de respaldo.Registre-se, por fim, que a vítima possuía menos de 14 (catorze) anos.Vislumbrada a materialidade e autoria do crime previsto no artigo 217-A do Código Penal, passo a análise da incidência das circunstâncias atenuantes e agravantes e das causas de diminuição ou aumento de pena.Milita em desfavor do réu a circunstância agravante prevista no art. 61, inciso II, alínea ?e?, do Código Penal, considerando que a vítima é filha do acusado.Inexistem circunstâncias atenuantes.Na mesma senda, não há causas de aumento e diminuição de pena.Diante do exposto e por tudo mais que consta dos autos, julgo procedente a pretensão estatal constante da denúncia, e, em consequência, condeno o réu Cilso Batista Cordeiro, brasileiro, convivente, agricultor, nascido em 25/06/1971, na cidade de Rocado/PR, filho de João Batista Cordeiro e Rosa Batista Cordeiro, residente na BR 364, C-80, KM 05 (Fazenda 3 Corações), zona rural e comarca de Ariquemes/RO, como incurso nas penas do artigo 217-A do Código Penal.Passo a dosar a pena.Em observância ao critério trifásico de aplicação da pena, inicio a fixação da reprimenda analisando as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal, considerando:a) a culpabilidade encontra-se no grau máximo diante da reprovabilidade de sua conduta;b) os antecedentes são favoráveis, conforme Certidão Circunstanciada Criminal;c) a conduta social não restou esclarecida;d) a personalidade do agente é conturbada, pois há informações nos autos que o desabonem;e) os motivos do crime são próprios do tipo, quais sejam, satisfazer a própria lascívia utilizando-se de terceira pessoa menor de 14 (catorze) anos;f) as circunstâncias do crime foram as normais nestes casos;g) as consequências do crime foram graves, vez que utilizou-se da menor para satisfazer sua lascívia;h) a conduta da vítima não contribuiu para o desiderato criminoso.Diante de tais elementos, fixo a pena base em 08 (oito) anos de reclusão. No que tange à pena de multa, fixo-a em 10 (dez) dias-multa. Inexistem circunstâncias atenuantes.Milita em desfavor do acusado a circunstância agravante de ter sido o crime praticado contra descendente, razão pela qual majoro a pena em 1 (um) ano, assim como acresço 1 (um) dia à pena de multa, perfazendo uma reprimenda provisória de 09 (nove) anos e 11 (onze) dias-multa.Inexistem causas de aumento ou de diminuição da pena a serem consideradas. Em razão do mencionado acima, e a míngua de qualquer outra circunstância que influencie na aplicação da pena, torno a pena provisória de 09 (nove) anos de reclusão e 11 (onze) dias-multa, em definitiva, por entender que a pena ora aplicada é suficiente e necessária para a reprovação e prevenção do crime.Levando-se em conta a capacidade econômica do réu, fixo o valor do dia multa em 1/30 do salário mínimo vigente a época dos fatos, corrigidos monetariamente desde então.Face a pena aplicada, bem como acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a pena ora aplicada deverá ser cumprida inicialmente no regime fechado.Por fim, atenta às diretrizes constantes no artigo 44 e seus parágrafos do Código Penal, entendo que o réu não poderá se beneficiar com a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito, uma vez que a pena supera 04 (quatro) anos.Da mesma forma, torna-se impossível a aplicação do ?sursis?, previsto no artigo 77 do Código Penal.O réu respondeu a todo processo em liberdade, razão pela qual, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade.Após o trânsito em julgado:a) lance-se o nome do réu no rol dos culpados e proceda-se às demais anotações e comunicações de estilo; b) expeça-se guia de execução;c) comunique-se ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral), ao II/RO (Instituto de Identificação do Estado de Rondônia) e ao INI (Instituto Nacional de Identificação) sobre o teor desta condenação.Condeno o réu no pagamento das custas processuais nos termo do artigo 804 do Código de Processo Penal.Cumpridas as DELIBERAÇÕES supra e promovidas as anotações e comunicações pertinentes, arquivem-se os autos.Para cumprimento das DELIBERAÇÕES exaradas acima, expeça-se o necessário.Publique-se, registre-se, intimem-se e cumpra-se.Após o trânsito em julgado, arquive-se.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0008221-60.2012.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Denunciado:Vitorino Neto Lucena Guedes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Advogada: Corina Fernandes Pereira- OAB/RO 2074Vistos. Considerando a necessidade da readequação da pauta de audiências, em virtude da modificação da competência deste Juízo, redesigno audiência para o dia 27 de novembro de 2013, às 09 horas.Por economia processual, sirva cópia da presente como MANDADO de intimação do réu, bem como ofício requisitório deste, caso esteja preso, devendo o Meirinho entregar uma via desta DECISÃO ao Diretor da Unidade Prisional que providenciará o necessário para a escolta do preso no dia acima designado. SERVE A PRESENTE TAMBÉM COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELAS PARTES.Por fim, serve ainda a presente DECISÃO como ofício ao Comandante do 7º Batalhão da Policia Militar, requisitando as testemunhas, policiais militares, arroladas pelo Ministério Público, a fim de participarem da audiência acima designada.Intime-se.Expeça-se o necessário. Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0009032-20.2012.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Denunciado:Tony Roger Guimarães Nunes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Advogada: Valdelice da Silva Vilarino- OAB/RO 5089Vistos. Considerando a necessidade da readequação da pauta de audiências, em virtude da modificação da competência deste Juízo, redesigno audiência para o dia 27 de novembro de 2013, às 10h30min.Por economia processual, sirva cópia da presente como MANDADO de intimação do réu, bem como ofício requisitório deste, caso esteja preso, devendo o Meirinho entregar uma via desta DECISÃO ao Diretor da Unidade Prisional que providenciará o necessário para a escolta do preso no dia acima designado. SERVE A PRESENTE TAMBÉM COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELAS PARTES.Por fim, serve ainda a presente DECISÃO como ofício ao Comandante do 7º Batalhão da Policia Militar, requisitando a testemunha, Murilo Miranda Pereira, policial militar, arrolada pelo Ministério Público, a fim de participar da audiência acima designada.Intime-se.Expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0006999-57.2012.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Denunciado:Anésio dos Santos Santana
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Advogado(a): Valdeni Paranhos- OAB/RO 4108Vistos. Considerando a necessidade da readequação da pauta de audiências, em virtude da modificação da competência deste Juízo, redesigno audiência para o dia 27 de novembro de 2013, às 10 horas.Por economia processual, sirva cópia da presente como MANDADO de intimação do réu, bem como ofício requisitório deste, caso esteja preso, devendo o Meirinho entregar uma via desta DECISÃO ao Diretor da Unidade Prisional que providenciará o necessário para a escolta do preso no dia acima designado. SERVE A PRESENTE TAMBÉM COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELAS PARTES.Por fim, serve ainda a presente DECISÃO como ofício ao Comandante do 7º Batalhão da Policia Militar, requisitando as testemunhas, Oscar Siqueira Fontana e Kledi Sobrinho da Silva, policiais militares, arroladas pelo Ministério Público, a fim de participarem da audiência acima designada.Intime-se.Expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0011420-27.2011.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Denunciado:Francisco Santana dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Advogado: Marco Vinicius de Assis Espindola- OAB/RO 4312Vistos.Considerando a necessidade da readequação da pauta de audiências, em virtude da modificação da competência deste Juízo, redesigno audiência para o dia 05 de novembro de 2013, às 10 horas.Por economia processual, sirva cópia da presente como MANDADO de intimação do réu, bem como ofício requisitório deste, caso esteja preso, devendo o Meirinho entregar uma via desta DECISÃO ao Diretor da Unidade Prisional que providenciará o necessário para a escolta do preso no dia acima designado. SERVE A PRESENTE TAMBÉM COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELAS PARTES.Por fim, serve ainda a presente DECISÃO como ofício ao Comandante do 7º Batalhão da Policia Militar, requisitando as testemunhas, policiais militares, arroladas pelo Ministério Público, a fim de participarem da audiência acima designada.Intime-se.Expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0008425-70.2013.8.22.0002
Ação:Carta precatória (Crime Doloso Contra a Vida)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Réu:João David de Assis, Gad Acer Soares de Mello, José Pereira Marinho
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE: Intimar a advogada Sandra Pires Correa Araújo OAB/RO 3164, militante em Ariquemes, da audiência de instrução designada para o dia 09/09/2013, às 8:30 horas, na 2ª Vara Criminal de Ariquemes/RO. Adip Chaim Elias Homsi Neto - Juiz de Direito.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0029206-55.2009.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado:Reginaldo Feliciano Valadares
Advogado:Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)
FINALIDADE: Intimar a advogada Corina Fernandes Pereira OAB/RO 2074, militante em Ariquemes, da audiência de instrução designada para o dia 09/09/2013, às 9:00 horas, na 2ª Vara Criminal de Ariquemes/RO. Adip Chaim Elias Homsi Neto - Juiz de Direito.

Proc.: 0004725-23.2012.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Denunciado:Nelson Dorneles
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Advogado: Fabiano Ferreira Silva- OAB/RO 388-BVistos. Considerando a necessidade da readequação da pauta de audiências, em virtude da modificação da competência deste Juízo, redesigno audiência para o dia 26 de novembro de 2013, às 10 horas.Por economia processual, sirva cópia da presente como MANDADO de intimação do réu, bem como ofício requisitório deste, caso esteja preso, devendo o Meirinho entregar uma via desta DECISÃO ao Diretor da Unidade Prisional que providenciará o necessário para a escolta do preso no dia acima designado. SERVE A PRESENTE TAMBÉM COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO

DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELAS PARTES. Por fim, serve ainda a presente DECISÃO como ofício ao Comandante do 7º Batalhão da Policia Militar, requisitando as testemunhas, policiais militares, arroladas pelo Ministério Público, a fim de participarem da audiência acima designada. Intime-se.Expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Eser Amaral dos Santos
Diretor de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Juíza Titular: Drª Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Diretora de Cartório: Suci Mara Leite Lemos
E.mail: aqs1jecivel@tjro.jus.br

Proc: 1002280-49.2011.8.22.0002
Ação:Petição (Juizado Cível)
Maria Gonçalves Dias(Requerente)
Advogado(s): André Roberto Vieira Soares(OAB 4452 RO), Priscila Bueno Borgheti(OAB 4984 RO)
Guaíra Moda Fashion Ltda Me(Requerido), SERASA(Requerido)
Advogado(s): Dênio Franco Silva(OAB 4212 RO)
Fica o requerente intimado, na pessoa de seu advogado, do DESPACHO a seguir transcrito.
DESPACHO: De fato assiste razão ao advogado da autora. Ao que consta, a autora compareceu em cartório, retirou e sacou o alvará expedido, tanto que figura comprovante de levantamento anexo ao evento anterior.Ocorre que o valor penhorado e efetivamente recebido pela parte não representa a satisfação do crédito em sua integralidade, notadamente porque é muito menor que o valor objeto da condenação, conforme se depreende do DISPOSITIVO da SENTENÇA .Nestes termos, REVOGO a DECISÃO que extinguiu o feito por pagamento e reconheço que ainda há crédito pendente de execução nos autos.Para fins de regular trâmite processual, intime-se o advogado da autora para apresentar planilha de cálculo atualizada, já descontando-se o valor recebido por meio de alvará judicial. Prazo: 5 (cinco) dias, pena de arquivamento do feito. Ariquemes RO; 30 de Julho de 2013. Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais - Juíza de Direito

Proc: 1001396-49.2013.8.22.0002
Ação:Petição (Juizado Cível)
Filipe Gomes da Silva(Requerente)
Advogado(s): Denis Augusto Monteiro Lopes(OAB 2433 RO)
PAULO BALDUÍNO DE OLIVERA(Requerido)
Fica o exequente intimado, na pessoa de seu advogado da data da audiência redesignada (2 de Setembro de 2013 às 11:40) bem como do DESPACHO a seguir transcrito.
DESPACHO: De acordo com o art. 18, § 3º da Lei 9.099/95, o comparecimento espontâneo suprirá a falta ou nulidade da citação .Ao que consta na certidão expedida aos autos, o réu compareceu espontaneamente em cartório, situação que supre a ausência de citação em momento anterior, posto que o AR havia sido recebido por terceira pessoa.Como em sede de Juizados Especiais os atos processuais regem-se pelo critério da pessoalidade e, o réu foi citado pessoalmente, tanto de que compareceu em cartório, reputo válida a citação.Como o mesmo já saiu intimado para comparecimento à audiência conciliatória designada para 02 de Setembro de 2013, intime-se a parte autora via publicação no DJE. Após, aguarde-se sua realização. Ariquemes RO; 30 de Julho de 2013. (a) Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais - Juíza de Direito

Proc: 1001842-86.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Maria Irenilda da Silva(Requerente)
Eletrobras Distribuição Rondônia - CERON(Requerido)
Advogado(s): Ivone de Paula Chagas Sant'ana(OAB 1114 RO)
Ficam a empresa requerida e seu advogado intimados a recolher custas finais no valor de R$16,05 (dezesseis reais e cinco centavos) no prazo de 05 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado.

Proc: 1001252-75.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Paulo César dos Santos Omitti(Exequente)
Advogado(s): Vincius Vecchi de Carvalho Ferreira(OAB 4466 RO)
R. F. Siqueira Me(Executado)
Fica o requerente e seu advogado intimados a recolher custas finais no valor de R$122,42 (cento e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos)no prazo de 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa.

Proc: 1001472-10.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Cristiane Barbosa da Silva(Requerente)
Advogado(s): Cristian Rodrigo Fim(OAB 4434 RO)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.(Requerido)
Advogado(s): Alvaro Luiz da Costa Fernandes(OAB 5369 RO)
Ficam a empresa requerida e seu advogado intimados a recolher custas finais no valor de R$42,15 (quarenta e dois reais e quinze centavos)no prazo de 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado.

Proc: 1002834-47.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Regina Rita Pereira(Requerente)
Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON(Requerido)
Advogado(s): Fabio Antonio Moreira(OAB 1553 RO)
Ficam a empresa requerida e seu advogado intimados a recolher custas finais no valor de R$15,70 (quinze reais e setenta centavos) no prazo de 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado.

Proc: 1002372-90.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Juracy Nunes Pereira dos Santos(Requerente)
CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDÔNIA SA(Requerido)
Advogado(s): Ivone de Paula Chagas Sant'ana(OAB 1114 RO)
Fica a empresa requerida e seu advogado intimado a recolher custas finais no valor de R$15,90 (quinze reais e noventa centavos) no prazo de 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa.

Proc: 1002158-36.2011.8.22.0002
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Cláudia Luciana Moura(Adjudicante)
Advogado(s): Fabia Carla Varea Nakad(OAB 2606 RO)
Laticínio Dany Ltda(Adjudicado)
Advogado(s): Luiz Antônio Previatti(OAB 213-B RO)
Ficam a requerente e sua advogada intimadas a recolher custas finais no valor de R$15,75 (quinze reais e setenta e cinco centavos)no prazo de 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado.

Proc: 1001368-18.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
RUDINEI TALAU(Requerente)
Eletrobras Distribuição Rondônia - CERON(Requerido)
Advogado(s): Pedro Origa(OAB 1953 RO)
Ficam a empresa requerida e seu advogado intimados a recolher custas finais no valor de R$16,17 (dezesseis reais e dezessete centavos) no prazo de 05 dias sob pena de inscrição em dívida ativa.

Proc: 1001230-17.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Clebes Dias Ferreira(Autor)
Advogado(s): leonardo Henrique Berkembrock(OAB 4641 RO)
B. V. Financeira S.A.(Réu)
Clebes Dias Ferreira(Autor)
Advogado(s): leonardo Henrique Berkembrock(OAB 4641 RO)
B. V. Financeira S.A.(Réu)
Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado da designação da audiência de tentativa de conciliação para o dia 09 de Setembro de 2013 às 08:20 horas, neste Juizado Especial Cível - Fórum de Ariquemes/RO.

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

2º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)

Proc.: 0008856-41.2012.8.22.0002
Ação:Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteç
Autor:Comissariado de Menores de Ariquemes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Infrator:Hotel Jocemel
Advogado:Alessandra Cristiane Ribeiro. (OAB/RO 2204)
DESPACHO:
DESPACHO .Depreque-se a penhora das cotas sociais pertencentes ao sócio JOEL CÉZAR DE MELLO, CPF 210.391.519-49 na empresa executada J C DE MELLO & CIA LTDA, CNPJ 03.013.130/0001-57, com endereço à Av. JK, 1058, Setor de Áreas Especiais, Ariquemes/RO, até o montante do débito atualizado (fls. 70), a ser cumprida na Comarca de Porto Velho.O responsável pela Junta Comercial do Estado de Rondônia deve ficar como depositário de tais cotas, fazendo constar a penhora no contrato social da empresa.Expeçam-se o necessário.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.

Adip Chaim Elias Homsi Neto
Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
Comarca de Ariquemes/RO
Sugestões ou Reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet-endereço Eletrônico:
e-mail: aqs1civel@tj.ro.gov.br
Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz
Juíza de Direito
Márcia Kanazawa
Escrivã pro tempore

Proc.: 0012920-94.2012.8.22.0002
Ação:Interdição
Interditante:Cecília Leite Calza
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Interditado:Isaias Martins
Edital - Publicar:
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA INTIMAÇÃO DE TERCEIROS E INTERESSADOS
Prazo do Edital: 20 (vinte) dias
Processo: 0012920-94.2012.8.22.0002
Classe: Interdição
Interditante: Cecília Leite Calza
Advogado: Levi Gustavo Alves de Freitas OAB/RO 4634
Interditada:Isaias Martins
SENTENÇA: “Vistos e examinados: CECILIA LEITE CALZA, qualificado nos autos, requereu a interdição de seu esposo ISAIAS MARTINS, aduzindo que este padece da doença conhecida como MAL DE ALZHEIMER, degenerativa e incurável, e tornou-se incapaz para reger sua vida e os atos civis devido a perda de memória recente além de outros sintomas próprios da idade avançada. Pediu tutela antecipada e, ao final postulou pela procedência do pedido. Juntou os documentos de fl. 07/74. Deferida a curatela provisória a título de tutela antecipada, consoante DECISÃO de fl. 75. Realizado estudo social à fl. 79/82. O Ministério Público opinou pela procedência da ação, conforme parecer lançado à fl. 83/85. É o RELATÓRIO . D E C I D O. Trata-se de ação de interdição proposta pela autora em relação à pessoa de seu esposo, sob a assertiva de total incapacidade mental para reger os atos da vida civil em virtude de ser portadora da doença de Alzheimer. Inicialmente registro que este juízo determinou a realização de estudo social, em decorrência das condições de saúde do interditando, ao invés de trazê-lo para interrogatório na sede do Fórum local, o que certamente provocaria transtorno à requerente, pois trata-se de pessoa com idade avançada, com dificuldades de locomoção e ainda com as faculdades mentais comprometidas. Por este motivo, autorizo a substituição do interrogatório do interditando pelo estudo social realizado nos autos. Compulsando o caderno processual tenho que o pedido é procedente. A autora tem legitimidade para requerer a interdição de seu esposo, posto que previsto no art. 1.768, II do CPC. No caso presente o requerido deve ser interditado, já que conta com mais de 79 anos de idade e apresenta-se incapaz para os atos da vida civil diante do diagnóstico médico subscrito pelo Dr. Adalberto Machado Coelho (CRM ? RO 2287), mormente porque é portador de doença de Alzheimer em grau avançado (fl. 56). É sabido que a enfermidade que acomete o interditando é degenerativa, não tem cura e compromete a

memória recente, e por conta por lapsos de memória aliado com a idade avançada, torna o requerido incapaz absolutamente para ferir seus atos e negócios. estudo social realizado nos autos à fl. 79/82 ratifica a CONCLUSÃO dos laudos unilaterais acostados pela autora, dando conta que o interditando encontra-se em situação de dependência e não demonstra capacidade para reger os atos da vida civil. No caso, a autora é esposa do interditando e atualmente é quem exerce o papel de cuidadora, zelando pelo bem estar do interditando, em especial o tratamento medicamentoso, alimentação e higiene corporal, restando comprovado no autos ser a mais apata para exercício do encargo de curadora. Neste cenário, consoante parecer ministerial favorável de fl. 84/85, afigura-se que o requerido não tem plena capacidade de discernimento, porque está impossibilitado de gerir sua própria vida e depende totalmente da esposa para suprir suas necessidades básicas. Não é a hipótese, pois, de realização de audiência de instrução porque as provas contidas nos autos são suficientes ao julgamento da causa. O livre convencimento permite concluir que o interditando possui total incapacidade para os atos da vida civil. Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, decreto a interdição de ISAIAS MARTINS e declaro-o absolutamente incapaz para exercer pessoalmente os atos da vida civil e comercial. Nomeio curador susa esposa CECILIA LEITE CALZA, que demonstrou em juízo possuir condições de arcar com o ônus do encargo, bem como estar preparada e consciente de suas responsabilidades com relação ao interditando, mesmo porque se trata de seu esposo. Os eventuais valores recebidos da entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interdito. Em observância ao disposto no art. 1.184, do CPC, inscreva-se a presente SENTENÇA de interdição no Registro Civil, publicando-se na imprensa local e no órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez (10) dias, após certificado o trânsito em julgado. Lavre-se o termo necessário. Cumpridas todas as determinações emanadas desta DECISÃO, arquivem-se, com as baixas necessárias. Sem custas e sem honorários. P.R.I.C. Ariquemes- RO, quarta-feira, 29 de maio de 2013. Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz- Juíza de Direito"

Eu,__Márcia Kanazawa – Diretora de Cartório da 1ª Vara Cível, conferi, subscrevo e assino por determinação judicial.

Ariquemes-RO, 18 de julho de 2013.

Márcia Kanazawa

Diretora de Cartório

Proc.: 0010549-26.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Caiari Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Jobeci Geraldo dos Santos. (RO 541-A)
Executado:Neusilene de Jesus de Souza
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:

Vistos.Intime-se a exequente para que emende a inicial, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento, adequando o rito processual da demanda, uma vez que os documentos carreados na inicial não apresentam os requisitos necessários para execução (CPC, art. 586), qual seja, a exigibilidade, eis que não possuem data de vencimento. Intime-se, ainda, para que no mesmo prazo, apresente cópia dos atos constitutivos da empresa exequente, regularizando sua representação processual.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0010587-38.2013.8.22.0002
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Honda S.a. Santo Amaro
Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo. (OAB/RO 1894)
Requerido:Manoel Sanches
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:

VistosIntime-se o requerente para que acoste aos autos, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial, o comprovante original do pagamento das cutas iniciais, nos termos do art. 285 das Diretrizes Gerais Judiciais .Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0010550-11.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Caiari Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Jobeci Geraldo dos Santos. (RO 541-A)
Executado:Maria Ramos Ribeiro
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:

Vistos.Intime-se a exequente para que emende a inicial, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento, adequando o rito processual da demanda, uma vez que o documento carreado na inicial não apresenta os requisitos necessários para execução (CPC, art. 586), qual seja, a exigibilidade, eis que não possui data de vencimento. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0005747-82.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cleusa Aparecida Laras Medeiros
Advogado:Sandra Islene de Assis (OAB/RO 5256)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:

DESPACHO SANEADOR 1-As partes estão bem representadas. O requerido alegou prescrição das parcelas vencias anteriores ao quinquênio que precede o ajuizamento da ação, matéria que será analisada por ocasião do MÉRITO . Assentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Não há irregularidades a sanar, nem nulidades a declarar. Processo em ordem. Declaro saneado o feito, fixando como objeto de prova a incapacidade permanente ou temporária do autor para o trabalho na forma prescrita em lei para a concessão do benefício pleiteado e sua ocorrência em virtude da alegada enfermidade que lhe acomete.2- Defiro o pedido de produção de prova pericial.3- Nomeio como perito o Dr. Célio Franco, CPF: 232.450.508-87, médico ortopedista com consultório profissional no Hospital Bom Jesus, para o qual arbitro honorários periciais no valor de R$ 234,80, em razão da causa ser de natureza previdenciária e o obrigado pelo pagamento ser instituição pública (INSS), nos termos da Resolução n. 558/2007 do Conselho da Justiça Federal. O perito deverá ser intimado da presente nomeação, podendo apresentar escusa no prazo de 05 dias (art. 146 do CPC), presumindo-se a sua aceitação, caso decorrido o prazo se mantenha silente. Em caso de aceitação expressa deverá, no mesmo ato informar o dia, horário e local para realização da perícia, observando uma data mínima de 20 dias, para viabilizar a intimação das partes. Conste na intimação que a perícia tem por fim: a) averiguar se

a autora está acometida pela enfermidade de "má formação congênita em ante-braço esquerdo, CID Q68.8" e a provável data de início da doença; b) em caso positivo, se a mesma a torna incapacitado para o trabalho como agricultora, e se a incapacidade é temporária ou permanente e ainda, caso seja permanente, se a incapacidade é parcial ou total; c) indique quais os sintomas/limitações físicas que a enfermidade provoca na paciente e se há tratamento, indicando em caso positivo o tratamento cabível e seu tempo estimado, bem como se é paleativo ou se há possibilidade de recuperação total. O laudo, que além do exame médico avaliativo do perito deverá responder objetivamente aos quesitos formulados pelas partes e por este juízo, nesta DECISÃO e aqueles que seguem anexo deverá ser apresentado no cartório da Vara, em 05 dias após a data agendada pelo perito para realização da perícia. (Encaminhe-se ao perito cópia dos documentos de fls. 30/31).4- Quesitos do réu às fls. 58/61. Intime-se a autora para apresentação de quesitos e as partes para indicação de assistente técnico, prazo de 5 dias, a contar da intimação da presente DECISÃO .5- A parte autora é beneficiária da gratuidade processual, não tendo condições financeiras de suportar o ônus da perícia, dependendo o deslinde do feito da atuação de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados. Atenta ao princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus da prova deve ser imposto àquele que estiver apto a fazê-lo, tenho que os honorários periciais devem ser pagos pelo INSS. 6- Aceito o encargo providencie a escrivania a intimação do INSS para que comprove nos autos, em 15 dias, mediante depósito judicial em favor deste juízo, o pagamento dos honorários periciais arbitrados, sob pena de se presumir a aceitação da condição de saúde alegada pela parte autora.7- Com a resposta do perito, intimem-se as partes do dia, horário e local da realização da perícia.8- Apresentado o laudo, deverão os assistentes apresentarem seus pareceres no prazo comum de 10 dias, contados da intimação das partes da apresentação do laudo (art. 433, parágrafo único do CPC), se tiverem sido indicados. Após, intimem-se as partes para manifestação acerca da perícia, no prazo comum de 10 dias. 9- Providencie a escrivania a cientificação do perito acerca de sua nomeação.SERVE O PRESENTE DE CARTA DE INTIMAÇÃO DO INSS.Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0009554-13.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Mega Veículos Ltda
Advogado:Vanda Salete Gomes Almeida. (OAB/RO 418), Jusciléia Botelho Lima Santos (RO 5.832)
Executado:Vanildo de Assis Gerônimo
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos.Considerando que o requerente não apresentou título hábil a promover a execução, concedo, excepcionalmente, prazo de 48 horas, para que adeque o rito processual eleito, sob pena de indeferimento.Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0007994-36.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado:Andréia Alves dos Santos. (OAB/RO 4878)
Executado:Cícero Ferrando Borges
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA:
Vistos.As partes noticiaram acordo extrajudicial entabulado, conforme descrito às fls. 31/33, postulando por sua homologação e consequente extinção do feito, renunciando ao prazo recursal. Posto isso e por tudo mais que dos autos consta, homologo o acordo firmado entre as partes às fls. 31/33, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, homologando ainda o prazo recursal, e, via de conseqüência, declaro extinta a execução, nos termos do artigo 269, inciso III c/c o art. 598, ambos do Código de Processo Civil. Ante a preclusão lógica (art. 503, CPC), a presente DECISÃO transita em julgado nesta data.Sem custas e verba honorária. P. R. I. Observadas as formalidades legais, arquivem-se com as baixas devidas.Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0010894-26.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Idalicia Carvalho Silva
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DESPACHO:
Vistos.1- Ante a escusa dos perito indicado, nomeio em substituição o Dr. Adalberto Machado Coelho, médico intensivista, com consultório no Hospital Bom Jesus, em Ariquemes.2- Expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0008119-72.2011.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elizabete Sátimo
Advogado:Luiz Henrique de Lima Vergilio. (OAB/RO 3885)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos.1- Compulsando os autos, especialmente a informação de fls. 43, verifico que, embora tenha sido intimado o primeiro perito nomeado, Dr. Walter Padilha, houve equívoco quanto ao agendamento da perícia por médico diverso.2- Assim, chamo o feito para determinar o cumprimento do DESPACHO de fls. 35/36, devendo o perito ser intimado para agendar a data da perícia.2- Expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0128007-06.2009.8.22.0002
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente:Dibens Leasing S.a Arrendamento Mercantil
Advogado:Luciano Mello de Souza (RO 3519), Celso Marcon. (OAB /RO 3.700)
Requerido:Sueli Jacomine de Souza
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
SENTENÇA:
Vistos.A parte interessada foi regularmente intimada para impulsionar o feito em 48 horas, contudo, quedou-se inerte, deixando o prazo transcorrer in albis (fl. 146v) Assim caracterizada está a desídia.Posto isso, declaro extinta a ação, sem resolução do MÉRITO, com fundamento no artigo 267, inciso III e § 1º do Código de Processo Civil.Revogo a liminar deferida às fls. 69.O desbloqueio da restrição administrativa do veículo junto ao DETRAN (fl. 75 e 135), foi implementado, conforme espelho anexo.Defiro o desentranhamento dos

documentos que instruíram a inicial, exceto a procuração, mediante substituição por cópia e recibo nos autos.Homologo de plano eventual pedido de renúncia ao prazo recursal.Sem custas e honorários.Com o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0010360-48.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Divino Gomes
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior. (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco Votorantim S A
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA:
Vistos.O requerente postulou pela desistência da ação nos termos da legislação vigente, sendo de rigor a extinção do feito.Posto isso e com fulcro no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil, declaro extinto o feito, sem resolução do MÉRITO, ante a desistência da ação. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, exceto a procuração, mediante substituição por cópia e recibo nos autos.Ante a preclusão lógica (art. 503, CPC), a presente DECISÃO transita em julgado nesta data.Sem custas e honorários.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Observadas as providências legais, arquivem-se. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0060850-84.2007.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União Federal
Advogado:Maria Valentina Montero Del Rio. (0000000)
Executado:Opel Materiais Para Construções Ltda, Johann Stelzenberger, Milton Alonso Soares
Advogado:Advogado Não Informado (418), Marcos Pedro Barbas Mendonça (RO 4.476), Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos. 1- Designo os dias 07 e 18 de outubro de 2013, às 08:00 horas, para realização de hasta pública, com vista à expropriação do bem imóvel penhorado à fl. 114.2- Intime-se e expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0088660-39.2004.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Giuliano Geraldo Reis (XX 0000000)
Executado:Indústria de Laticínios D' Vilas Ltda, Marcelo Luiz Vilas Boas
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos. 1- Designo os dias 07 e 18 de outubro de 2013, às 08:30 horas, para realização de hasta pública, com vista à expropriação do bem imóvel penhorado à fl. 290.2- Intime-se e expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0010645-41.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luiz da Silva Campos
Advogado:Valdelice da Silva Vilarino (RO 5089)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
Vistos.1- Processe-se com gratuidade.2- Visando a celeridade processual e a facilitação de eventual proposta de acordo a ser apresentada pelo INSS, determino desde já a realização de perícia judicial, nomeando como perito o Dr. Valter Akira Miasato, CPF: 366.071.509-34, médico ortopedista com consultório profissional no Hospital Monte Sinai, para o qual arbitro honorários periciais no valor de R$ 234,80, em razão da causa ser de natureza previdenciária e o obrigado pelo pagamento ser instituição pública (INSS), nos termos da Resolução n. 558/2007 do Conselho da Justiça Federal. O perito deverá ser intimado da presente nomeação, podendo apresentar escusa no prazo de 05 dias (art. 146 do CPC), presumindo-se a sua aceitação, caso decorrido o prazo se mantenha silente. Em caso de aceitação expressa deverá, no mesmo ato informar o dia, horário e local para realização da perícia, observando uma data mínima de 20 dias, para viabilizar a intimação das partes. Conste na intimação que a perícia tem por fim: a) averiguar se o autor está acometido de alguma limitação funcional decorrente de "desvio de coluna vertebral; lombalgia E.F. nevrálgica" e a provável data de início da doença; b) em caso positivo, se a mesma o torna incapacitado para o trabalho como 'agricultor', e se a incapacidade é temporária ou permanente e ainda, caso seja permanente, se a incapacidade é parcial ou total; c) indique quais os sintomas/limitações físicas que a enfermidade provoca no paciente e se há tratamento, indicando em caso positivo o tratamento cabível e seu tempo estimado, bem como se é paleativo ou se há possibilidade de recuperação total. O laudo pericial, além do exame médico avaliativo do perito, deverá responder objetivamente aos quesitos formulados pelas partes, pelo juízo nesta DECISÃO e ainda os que seguem em anexo, devendo ser apresentado no cartório da Vara em 05 dias após a data agendada pelo perito para realização da perícia. (Encaminhe-se ao perito cópia dos exames médicos carreados com a inicial).3- Quesitos da parte autora acostados aos autos. Intime-se o autor para apresentação de assistente técnico, no prazo de 5 dias, a contar da intimação da presente DECISÃO .4- A parte autora é beneficiária da gratuidade processual, não tendo condições financeiras de suportar o ônus da perícia, dependendo o deslinde do feito da atuação de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados. Atenta ao princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus da prova deve ser imposto àquele que estiver apto a fazê-lo, tenho que os honorários periciais devem ser pagos pelo INSS. 5- Com a resposta do perito, intimem-se a parte autora do dia, horário e local da realização da perícia.6- Concluída a perícia e vindo aos autos o laudo pericial, cite-se o INSS para contestar no prazo legal (art. 188, CPC) e intime-se da presente DECISÃO, e do laudo pericial para que se manifeste a respeito apresentando eventual proposta de acordo e para que comprove nos autos, em 15 dias, mediante depósito judicial em favor deste juízo, o pagamento dos honorários periciais arbitrados, sob pena de se presumir a aceitação da condição de saúde alegada pela parte autora.7- Providencie a escrivania a cientificação do perito acerca de sua nomeação. SERVE DE CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DO INSS.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0004984-81.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Dileide Gusmão do Nascimento
Advogado:Karine de Paula Rodrigues. (OAB/RO 3140)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
DESPACHO SANEADOR 1- As partes estão bem representadas. Assentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Não há irregularidades a sanar, nem nulidades a declarar. Processo em ordem. Declaro saneado o feito, fixando como objeto de prova a incapacidade permanente ou temporária do autor para o trabalho na forma prescrita em lei para a concessão do benefício pleiteado e sua ocorrência em virtude da alegada enfermidade que lhe acomete.2- Defiro o pedido de produção de prova pericial.3- Nomeio como perito o Dr. Sérgio Amaro, médico cardiologista, com consultório profissional no Hospital São José, nesta cidade, para o qual arbitro honorários periciais no valor de R$ 234,80, em razão da causa ser de natureza previdenciária e o obrigado pelo pagamento ser instituição pública (INSS), nos termos da Resolução n. 558/2007 do Conselho da Justiça Federal. O perito deverá ser intimado da presente nomeação, podendo apresentar escusa no prazo de 05 dias (art. 146 do CPC), presumindo-se a sua aceitação, caso decorrido o prazo se mantenha silente. Em caso de aceitação expressa deverá, no mesmo ato informar o número de seu CPF para depósito dos honorários, o dia, horário e local para realização da perícia, observando uma data mínima de 20 dias, para viabilizar a intimação das partes. Conste na intimação que a perícia tem por fim: a) averiguar se a autora está acometida pela enfermidade “cardiopatia hipertensiva e valvular CID I 10 e, I 11, insuficiência cardíaca congênita CID I, 20, I 73.9, F 32 M47, acrescido de dores na coluna por espondiloartrose e escoliose” e a provável data de início da doença; b) em caso positivo, se a mesma a torna incapacitada para o trabalho como “auxiliar de serviços e empregada doméstica” e, se a incapacidade é temporária ou permanente e ainda, caso seja permanente, se a incapacidade é parcial ou total; c) indique quais os sintomas/limitações físicas que a enfermidade provoca no paciente e se há tratamento, indicando em caso positivo o tratamento cabível e seu tempo estimado, bem como se é paleativo ou se há possibilidade de recuperação total. O laudo, que além do exame médico avaliativo do perito deverá responder objetivamente aos quesitos formulados pelas partes e por este juízo, nesta DECISÃO e aqueles que seguem anexo devendo ser apresentado no cartório da Vara, em 05 dias após a data agendada pelo perito para realização da perícia. Encaminhe-se ao perito cópia dos documentos de fls.25/28 e 31/32 e 41/45.4- Quesitos das partes às fls. 09 e 61/62. Intimem-se as partes para indicação de assistente técnico, no prazo de 5 dias,a contar da intimação da presente DECISÃO .5- A parte autora é beneficiária da gratuidade processual, não tendo condições financeiras de suportar o ônus da perícia, dependendo o deslinde do feito da atuação de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados. Atenta ao princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus da prova deve ser imposto àquele que estiver apto a fazê-lo, tenho que os honorários periciais devem ser pagos pelo INSS. 6- Aceito o encargo e vindo a informação acerca do CPF do perito, providencie a escrivania a intimação do INSS para que comprove nos autos, em 15 dias, mediante depósito judicial em favor deste juízo, o pagamento dos honorários periciais arbitrados, sob pena de se presumir a aceitação da condição de saúde alegada pela parte autora.7- Com a resposta do perito, intimem-se as partes do dia, horário e local da realização da perícia.8- Apresentado o laudo, deverão os assistentes apresentarem seus pareceres no prazo comum de 10 dias, contados da intimação das partes da apresentação do laudo (art. 433, parágrafo único do CPC), se tiverem sido indicados. Após, intimem-se as partes para manifestação acerca da perícia, no prazo comum de 10 dias. 9- SERVE O PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO DO PERITO E DE CARTA DE INTIMAÇÃO DO INSS.Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0126545-14.2009.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Gima-gilberto Miranda Automóveis Ltda
Advogado:Vanda Salete Gomes Almeida. (OAB/RO 418)
Executado:Ricardo de Carvalho
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
Vistos e examinados.1- Ante o resultado das informações acerca das verbas salariais percebidas pelo executado, que perfazem em média R$2.300,00 líquido ao mês, tenho que o executado ostenta capacidade econômica que permite a penhora sobre parte de seu salário sem prejuízo de ganho suficiente para garantir a dignidade da pessoa humana. A medida é devida, haja vista que efetuadas várias diligências, não foram encontrados bens penhoráveis para garantia do crédito executado. É certo que o Tribunal de Justiça deste Estado já tem decido acerca da relatividade da impenhorabilidade do salário prevista no art. 649, inciso IV do CPC, conforme julgado in verbis:Agravo de instrumento. Penhora. Salário. Possibilidade. Percentual que permite a preservação da dignidade humana. Não obstante a impenhorabilidade dos vencimentos seja regra, todavia essa regra pode ser mitigada, devendo-se atentar para cada caso concreto. Assim, verificando-se que o percentual dos vencimentos penhorados não poderá ser superior a 30% de seus vencimentos líquidos, quando inexistem outros bens a serem penhorados, a penhora de apenas uma porcentagem da verba de natureza alimentar não fere o espírito do art. 649 do Código de Processo Civil. (Ag. Inst. n. 102.007.2003.000588-0, Des. Rel. Gabriel Marques de Carvalho, 12/05/2009) 2- Ante o exposto, defiro a penhora de 15% da verba salarial recebida pelo executado junto à Secretaria de Estado da Administração - SEAD (fls. 50).3- Expeça-se carta precatória com vistas ao cumprimento da penhora, intimando-se o órgão empregador do executado, na pessoa do Secretário de Estado da Administração, para que implemente o desconto mensal em folha de pagamento do executado de 15% de seu salário líquido, valor que deverá ser depositado judicialmente em favor do juízo da 1ª Vara Cível de Ariquemes, até satisfação integral do débito executado neste processo que perfaz o importe de R$14.293,88, cabendo ao órgão empregador remeter ao cartório desta Vara mensalmente o comprovante de depósito judicial acompanhado do respectivo contra-cheque do executado.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0009298-07.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Aparecida Lemes da Silva
Advogado:Cristian Rodrigo Fim. (OAB 4.434)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos.1-Ante a escusa dos perito indicado, nomeio em substituição o Dr. Adalberto Machado Coelho, médico intensivista, com consultório no Hospital Bom Jesus, em Ariquemes.2- Expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0015700-41.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:A. Mello Comércio e Indústria Ltda - Trans Iramel Ict Mad. Ltda
Advogado:Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433)
Executado:Z.a. Industrial Madeira e Móveis Ltda Epp
DESPACHO:
ENDEREÇO: RUA MARACATIARA, 2242, SETOR 04, RIO CRESPO.VALOR DA DÍVIDA: R$17.685,40Vistos.1- Penhorem-se tanto bens quantos bastem para a garantia da dívida, em especial 01 máquina serra fita, destopadeira e um trator, diligenciando ainda, em sua falta, nos termos do art. 659, §3º do CPC, caso não encontre bens penhoráveis.2- Penhore-se/avalie-se/intime-se o executado de que efetivada a penhora, caso queira, poderá opor embargos, em 30 dias.3- Nomeie-se o executado como depositário do bem penhorado, consignando que eventual escusa somente por motivo justificável de impedimento para o exercício do encargo.4-SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE PENHORA/AVALIAÇÃO/INTIMAÇÃO, consignando que o exequente informa que irá acompanhar a diligência, contatos: 3535-7832 e 9203-1857. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0002084-33.2010.8.22.0002
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Exequente:Lucimar de Souza Porto Salaroli, Marcos Junior Porto Salaroli, Meiriele de Paula Salaroli
Advogado:Isabel Moreira dos Santos (RO 4171)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO:
Vistos.1- Intime-se a parte autora de que houve o cumprimento da SENTENÇA pelo requerido, quanto a divisão do benefício em /13 para cada dependente, consoante espelhos anexos.2- No mais, aguarde-se em arquivo a informação de pagamento dos precatórios pendentes.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0005007-95.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Jonatam do Amaral
Advogado:Luciana Pereira da Silva Lopes (OAB/RO 4422)
Executado:Andréia Barbosa de Pinho de Jesus
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos.Intime-se o exequente para impulsionar o feito, em 10 dias, apresentando cálculo atualizado do débito e indicando bens a penhora.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0009195-68.2010.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Centro de Formação de Condutores Fórmula 1
Advogado:Alexandre Peçanha Aldighiéri (RJ 134.678)
Denunciado:Urias de Almeida Junior, Brasil Veículos Compahia de Seguros
Advogado:Francisco César Trindade Rego. (OAB/RO 75A), Andrey Cavalcante . (RO 303-B)
DESPACHO:
Vistos e examinados.1- Apure-se as custas processuais finais pela contadoria do juízo e após, intimem-se o sucumbente Urias de Almeida Júnior, na pessoa de seu patrono, para que comprove o pagamento, sob pena de inscrição na dívida ativa.2- Considerando ainda o trânsito em julgado da SENTENÇA que foi ratificada pelo Tribunal de Justiça e que na DECISÃO há valores pendentes de liquidação, intime-se o requerido Urias de Almeida Júnior, na pessoa de seu patrono, para que no prazo de 10 dias manifeste se concorda com os cálculos de liquidação acerca dos lucros cessantes apresentados pela parte autora às fls. 293/295, embasados no documento de fls. 18.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0001149-22.2012.8.22.0002
Ação:Protesto
Requerente:J. E. Transportes Ltda
Advogado:Rodrigo Peterle. (OAB/RO 2572)
Requerido:Alternativa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos Aguarde-se em cartório, por 30 dias, o atendimento das diligências solicitadas junto à Sedam nos autos principais. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0005016-23.2012.8.22.0002
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:L. A. de M. W. L. A. de M.
Advogado:Marinalva de Paulo (RO 5142)
Executado:V. A. dos S.
Advogado:Emerson Carlos da Silva . (RO 1352)
DECISÃO:
Vistos.1- Defiro o pedido de adjudicação formulado pelos exequentes, segundo o valor da avaliação (fls. 34), nos termos do art. 685-A do CPC.2- Expeça-se o respectivo auto e intime-se o executado para, caso queira, opor embargos no prazo de 05 dias, nos termos do art. 746 do CPC. 3- Decorrido o prazo, sem manifestação do executado, expeça-se carta de adjudicação em favor do exequente e MANDADO de remoção dos bens, se necessário.4- Cumpra-se e expeça-se o necessário. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0008439-54.2013.8.22.0002
Ação:Seqüestro
Requerente:Francisco de Assis Feitosa
Advogado:Viviane Andressa Moreira. (RO 5.525)
Requerido:Paulo de Souza e Silva
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA:
Vistos e examinados.As partes noticiaram acordo extrajudicial entabulado, conforme descrito às fls. 42/43 e 45, postulando por sua homologação e consequente extinção do feito.Posto isso e por tudo mais que dos autos consta, homologo o acordo

firmado entre as partes às fls. 42/43 e 45, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos e, via de conseqüência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso III do Código de Processo Civil. Ante a preclusão lógica (art. 503, CPC), a presente DECISÃO transita em julgado nesta data.Revogo a DECISÃO liminar concedida às fls. 35/36.Sem custas e verba honorária. P. R. I. Observadas as formalidades legais, arquivem-se com as baixas devidas. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0009084-16.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valderlice de Oliveira
Advogado:Flávia Lúcia Pacheco Bezerra. (OAB/RO 2093)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos.1- O espelho acostado às fls. 76 não traz os dados referentes ao DIP, bem como a planilha de cálculos não atende ao determinado em SENTENÇA . 2- Ante o exposto, concedo à requerente mais 10 dias para que apresente demonstrativo detalhado do débito atualizado, cujo cálculo deve apresentar o percentual de juros aplicados, o valor sem juros e o valor com juros, parcela por parcela devida, visando evitar, em especial nas execuções contra o INSS, a interposição de embargos por divergências mínimas de cálculo, havendo sites especializados para sua elaboração, cito <http://www.jfrs.jus.br/jusprev2/>. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Márcia Kanazawa
Escrivã

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
2ª Vâra Cível, Infância e Juventude da Comarca de Ariquemes-RO.
Sugestões e reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Juiz de Direito Dr. Danilo Augusto Kanthack Paccini
e-mail: danilo@tjro.jus.br
Diretora de Cartório: Vânia de Oliveira
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br
Lauda n. 26755 de 06/08/2013 DJ 145 de 08/08/2013

Proc.: 0000926-35.2013.8.22.0002
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Claudinei Razini
Advogado:Marcelo Antônio Geron Ghellere. (OAB/RO 1842)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia ( )
FINALIDADE:
Manifeste a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça a seguir transcrita: CERTIFICO eu, VOLMIR PEDROTI, Oficial de Justiça Avaliador, que em cumprimento ao r. MANDADO em anexo me dirigi ao(s) endereço(s) mencionado(s), e lá deixei de proceder a CITAÇÃO e INTIMAÇÃO de: JOACIR, endereço insuficiente, falta: Lote, Gleba: Travessão Projeto de Assentamento Dirigido. Certifico ainda que deixei de proceder a INTIMAÇÃO de: JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS endereço insuficiente, falta; Lote Gleba; Alcunha, e ARNO REINHEIMER (Lote Ao lado do Sr. Alcides Rigoto ¿ ex-prefeito de Alto Paraíso) por informação da Srª Maria José Damazio Alves (esposa) o mesmo se encontra em outra área rural sem localização correta e sem retorno previsto, deixei contrafé para lhe ser entregue oportunamente. Certifico ainda que em todas as diligencias realizadas solicitei informação na vizinhança/localidade sem obter qualquer informação que auxiliasse em suas localizações. Certifico ainda que procedi a INTIMAÇÃO da testemunha: HIVO FERREIRA BORGES (Documentos pessoais: Não apresentado) por todo o teor do MANDADO e após a leitura exarou(aram) sua(s) assinatura(s) de ciente(s) e aceitou(aram) contrafé que lhe(s) ofereci. O referido é verdade e dou fé.

Proc.: 0001224-61.2012.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Caixa Seguradora S. A.
Advogado:Daniel Augusto de Morais Urbano (MG 71.886)
Executado:Marconi Edison Bezerra Santana
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 15 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0003449-20.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vitória Barbosa Santos
Advogado:Débora Aparecida Marques (RO 4988), Valdelice da Silva Vilarino (RO 5089)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
DESPACHO: Estabelece o artigo 242, §1º do Código de Processo Civil que reputam-se intimados na audiência, quando nesta é publicada a DECISÃO ou a SENTENÇA . A autora foi devidamente intimada da SENTENÇA prolatada na audiência que se realizou em 27 de junho de 2013 (f. 58) e apresentou recurso de apelação em 15/07/2013. Assim, declaro deserto o recurso de apelação interposto, eis que intempestivo, pois o prazo findou-se em 12/07/2013. Nesse sentido o julgado do STJ: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CARACTERIZADA. PROCURADOR DO INSS INTIMADO PESSOALMENTE DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA. NÃO COMPARECIMENTO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. DESNECESSIDADE DE NOVA INTIMAÇÃO. 1. Não incorre em violação ao art. 535 do CPC o acórdão que não apresenta qualquer vício consistente em omissão, contradição ou obscuridade, não servindo os Embargos de Declaração para a mera reapreciação de matéria já decidida. 2. Reputam-se intimados na audiência, quando nesta é publicada a DECISÃO ou a SENTENÇA (art. 242, §1º do CPC). 3. Mesmo não tendo o Procurador do INSS comparecido à audiência de que foi pessoalmente intimado, presume-se intimado da SENTENÇA proferida nessa oportunidade, uma vez que é dever do patrono zelar pela causa que defende, cabendo a ele acompanhar o andamento do feito, a fim de tomar as providências necessárias ao seu regular processamento. 4. (...) (REsp 981313/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia, T5, j. 09/10/2007). Desentranhem-se os documentos de fls. 65/76, entregando-os ao subscritor. Não havendo manifestação das partes em dez dias, arquivem-se os autos.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0007607-21.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Bradesco Cartões Visa S.A.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Nathan Ferreira Mendes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
Vistos etc. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Bradesco Cartões Visa S/A. Aduz que a SENTENÇA hostilizada não reconheceu o documento juntado como título executivo, o que não concorda por ser o mesmo cédula de crédito bancário. Afirma, pois, que a SENTENÇA é contraditória, requerendo seja sanada, dando aos embargos efeitos infringentes. É o RELATÓRIO .D E C I D O.O incidente é tempestivo, razão pela qual dele conheço.De acordo com o art. 535, I e II, do CPC, só cabem embargos de declaração quando: a) houver, na SENTENÇA ou acórdão, obscuridade ou contradição; e b) for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.Segundo a lição de Antônio Carlos Marcato:"... ocorre a obscuridade quando a redação do julgado não for clara, dificultando, pois, a correta interpretação do pronunciamento judicial. Já a contradição existe em razão da incerteza quanto aos termos do julgado, pelo uso de proposições inconciliáveis, podendo acarretar, inclusive, dificuldades a seu cumprimento. Por fim, a omissão se dá quando o julgado não aprecia ponto, ou questão, que deveria ter sido dirimida (in Código de Processo Civil Interpretado, Editora Atlas, 3ª Edição, 2008, p. 1.800). A análise dos embargos deixa evidente que a intenção do embargante é a reforma da SENTENÇA embargada, uma vez que apontam erro "in judicando" do magistrado.Não se vê na DECISÃO omissão, obscuridade ou contradição, pois a mesma é coerente, há perfeita simetria entre os fatos, fundamentos de direito e parte dispositiva, o que a torna perfeitamente compreensível.Se a intenção do embargante é a reavaliação da SENTENÇA deve valer-se do expediente adequado: o recurso de apelação, jamais a estreita via dos embargos de declaração. Mostra-se evidente, portanto, que a DECISÃO embargada não possui qualquer contradição a ser sanada, sendo que o verdadeiro intuito do embargante é a revisão dos fundamentos da DECISÃO guerreada.Ante o exposto, julgo improcedente os embargos de declaração.Intimem-se.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0000867-47.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:D. A. T.
Advogado:Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)
Requerido:M. A. de L. A. L. A. de L. A. A. da S. S. A. da S. M. A. da S.
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos etc.Recebo o recurso interposto por Marlene Amaro de Lima e outros em seus efeitos legais.À parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões. Com ou sem resposta, digitalizem-se os autos, enviando ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para as providências cabíveis. Após, aguarde-se na caixa específica resposta do TJRO. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0000179-85.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paulo Rogério Pagliari Flores
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Ariquemes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
DESPACHO: O autor interpôs recurso adesivo às fls. 66/69, mas não fez o preparo. Nota-se pelo DESPACHO de f. 25 que as custas foram deferidas para o final do processo, conforme requerido pelo autor às fls. 11. Contudo, conforme entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia o autor deveria ter realizado ao menos as custas iniciais. Nesse sentido o seguinte julgado: ?Agravo de instrumento. Falta de preparo. Diferimento do pagamento das custas iniciais para o final. Deserção. Na hipótese em que o recorrente não litiga em primeiro grau sob os auspícios da gratuidade da justiça, mas a requer após a prolação da SENTENÇA, por ocasião da interposição de recurso, deve ao menos recolher as custas diferidas, para ter o recurso recebido pela instância de primeiro grau, sob pena de deserção?. (TJRO, AC n. 0006766-03.2011.8.22.0000, Relator Des. Renato Mimessi, julgado em 19/07/2011). Com fundamento no artigo 511 do CPC, JULGO DESERTO o recurso adesivo de fls. 66/69 interposto por Paulo Rogério Pagliari Flores, que deixou de efetuar o preparo. Certifique-se o Cartório o trânsito em julgado da SENTENÇA . Transcorrido o prazo e não havendo manifestação, cumpra-se o DESPACHO anterior.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0011204-66.2011.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Flávio Zenio da Silva
Advogado:Vinicius Vecchi de Carvalho Ferreira. (RO 4466)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
Vistos e examinados.INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL manejou os presentes embargos declaratórios, pugnando seja suprida a omissão verificada em SENTENÇA prolatada nos autos da ação declaratória c.c. condenatória para concessão e cobrança de benefício de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez que lhe endereça FLAVIO ZENIO DA SILVA.Argumenta o embargante que não houve manifestação sobre a necessidade de reexame necessário. Pugna seja declarada a SENTENÇA para ver sanada a aludida omissão.É o sucinto RELATÓRIO .Decido.O incidente é tempestivo, razão pela qual dele conheço.De acordo com o art. 535, I e II, do CPC, só cabem embargos de declaração quando: a) houver, na SENTENÇA ou acórdão, obscuridade ou contradição; e b) for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.Segundo a lição de Antônio Carlos Marcato:"... ocorre a obscuridade quando a redação do julgado não for clara, dificultando, pois, a correta interpretação do pronunciamento judicial. Já a contradição existe em razão da incerteza quanto aos termos do julgado, pelo uso de proposições inconciliáveis, podendo acarretar, inclusive, dificuldades a seu cumprimento. Por fim, a omissão se dá quando o julgado não aprecia ponto, ou questão, que deveria ter sido dirimida (in Código de Processo Civil Interpretado, Editora Atlas, 3ª Edição, 2008, p. 1.800). A análise dos embargos deixa evidente que a intenção do

embargante é a reforma da SENTENÇA embargada, uma vez que apontam erro "in judicando" do magistrado.Não se vê na DECISÃO omissão, obscuridade ou contradição, pois a mesma é coerente, há perfeita simetria entre os fatos, fundamentos de direito e parte dispositiva, o que a torna perfeitamente compreensível.O Juízo manifestou-se expressamente, conforme se observa à f. 76, sobre ser incabível o reexame necessário no presente caso, não havendo, portanto, necessidade de nova manifestação.Se a intenção do embargante é a reavaliação da SENTENÇA deve valer-se do expediente adequado: o recurso de apelação, jamais a estreita via dos embargos de declaração. Mostra-se evidente, portanto, que a DECISÃO embargada não possui qualquer contradição a ser sanada, sendo que o verdadeiro intuito do embargante é a revisão dos fundamentos da DECISÃO guerreada.Ante o exposto, julgo improcedente os embargos de declaração.Intimem-se.VIAS DESTE SERVIRÃO DE CARTA.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0006518-94.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Uéberton Santos de Santana
Advogado:Marco Vinicius de Assis Espíndola (RO 4312), Cristiane Ribeiro Bissoli (RO 4848), Catieli Costa Batisti (RO 5145)
Requerido:Brasil Telecom Celular S. A.
Advogado:Alessandra Mondini Carvalho. (OAB/RO 4240)
DESPACHO:
Vistos etc.Recebo o recurso adesivo interposto por Uéberton Santos de Santana em seus efeitos legais.À parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões. Com ou sem resposta, digitalizem-se os autos, enviando ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para as providências cabíveis. Após, aguarde-se na caixa específica resposta do TJRO. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0008812-22.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosilda Ribeiro da Silva
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior. (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco Matone S. A.
Advogado:Paulo Eduardo Dias de Carvalho (12199), Elizete Aparecida Oliveira Scatigna (68723)
DESPACHO:
Vistos etc.A SENTENÇA impugnada foi disponibilizada no DJE de 08/05/2013, considerando-se publicada no dia 09/05/2013, iniciando-se a contagem do prazo processual em 10/05/2013, cujo termo final se deu em 27/05/2013. À fl. 59 consta que o requerimento do recurso foi protocolado por fac-símile em 17/05/2013, porém o original não veio aos autos. De acordo com a Lei n. 9.800/99, art. 2º, a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens não prejudica o cumprimento dos prazos, devendo os originais serem entregues em juízo, necessariamente, até cinco dias da data de seu término. Considerando que os originais não foram protocolados, REJEITO o recurso interposto. Por outro lado, recebo o recurso interposto por Rosilda Ribeiro da Silva em seus efeitos legais. À parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões. Com ou sem resposta, digitalizem-se os autos, enviando ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para as providências cabíveis. Após, aguarde-se na caixa específica resposta do TJRO. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0005314-78.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Futuristica Comercio de Moveis e Artefatos de Madeira Ltda Me
Advogado:Aluísio Gonçalves de Santiago Júnior. (RO 4.727)
Executado:Thiago França Guimarães
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
1- Suspendo o andamento do processo por 5 dias ou até que haja provocação da parte, se ocorrer antes da data mencionada. 2- Caso o advogado do(a) autor(a) não se manifeste após o decurso do prazo mencionado, intime-se pessoalmente a parte para andamento, sob pena de extinção do processo (art. 267, §1º, CPC). VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substitto

Proc.: 0017947-58.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nivaldo Fernandes de Souza
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Ariquemes
Advogado:Fábio Antônio Moreira. (OAB/RO 1553)
DESPACHO:
Vistos etc.Recebo o recurso interposto por Centrais Elétricas de Rondônia S/A em seus efeitos legais.À parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões. Com ou sem resposta, digitalizem-se os autos, enviando ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para as providências cabíveis. Após, aguarde-se na caixa específica resposta do TJRO. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0017852-28.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edenilson José da Silva
Advogado:Nelson Barbosa. (OAB/RO 2529)
Requerido:Eletrobrás Distribuição Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos1 - Ante a informação de interposição do recurso de agravo de instrumento, mantenho a DECISÃO agravada por seus fundamentos em sede do juízo de retratação. 2 - Considerando que não há notícia de deferimento de efeito suspensivo, aguarde-se por dez dias e após arquivem-se. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0012316-36.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Dilson Pereira dos Santos
Advogado:Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)
Requerido:Vivo S.a.
Advogado:Neri Cezimbra Lopes . (OAB/RO 653A), Roberto de Souza Moscoso . (DF 18.116), Alan Arais Lopes . (RO 1787)
DESPACHO:
Vistos etc.Recebo o recurso interposto por VIVO S/A em seus efeitos legais.À parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões. Com ou sem resposta, digitalizem-se os autos, enviando ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para as providências cabíveis. Após, aguarde-se na caixa específica resposta do TJRO. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0011672-93.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Claudir Teixeira de Castro
Advogado:Karine de Paula Rodrigues. (OAB/RO 3140)
Requerido:Claro Americel S. A.
Advogado:Ana Paula Arantes de Freitas Linhares (DF 13166), Amauri Luiz de Souza. (RO 1301)
DESPACHO:
Vistos etc.Recebo o recurso interposto por Americel S/A em seus efeitos legais.Contrarrazões às fls. 99/104. Digitalizem-se os autos, enviando ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para as providências cabíveis. Após, aguarde-se na caixa específica resposta do TJRO. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0011084-86.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Hildebrandt
Advogado:Débora Aparecida Marques (RO 4988), Valdelice da Silva Vilarino (RO 5089)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
DESPACHO: Recebo o recurso interposto por João Hildebrandt em seu duplo efeito, o que faço com lastro no artigo 520 do Código de Processo Civil. À parte contrária para, querendo, apresentar as contrarrazões. Com ou sem resposta, remetam-se imediatamente os autos ao Egrégio Tribunal Federal da 1ª Região, para apreciação do recurso interposto. VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA/OFÍCIO.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0005979-94.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Jose Pereira Gonçalves
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos etc.Recebo o recurso interposto por Jose Pereira Gonçalves em seus efeitos legais.Digitalizem-se os autos, enviando ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para as providências cabíveis. Após, aguarde-se na caixa específica resposta do TJRO. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0005883-79.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marta Maria da Silva
Advogado:Maiele Rogo Mascaro (RO 5122), Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433)
Requerido:Empresa União Cascavel Transporte e Turismo Ltda Eucatur
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos1 - Ante a informação de interposição do recurso de agravo de instrumento, mantenho a DECISÃO agravada por seus fundamentos em sede do juízo de retratação. 2 - Considerando que não há notícia de deferimento de efeito concessivo, cumpra-se a deliberação de fl. 75/76. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0010209-19.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jair Oliveira dos Santos
Advogado:Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433), Maiele Rogo Mascaro (RO 5122)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos etc.Recebo o recurso interposto por Jair Oliveira dos Santos em seus efeitos legais.À parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões. Com ou sem resposta, digitalizem-se os autos, enviando ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para as providências cabíveis. Após, aguarde-se na caixa específica resposta do TJRO. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0001291-89.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdir dos Santos
Advogado:Cynthia Patrícia Chagas Muniz Dias. (OAB/RO 1147), Evanete Revay. (OAB/RO 1061), Wagner Ferreira Nogueira ( )
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Ariquemes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos etc.Recebo o recurso interposto por Centrais Elétricas de Rondônia S/A em seus efeitos legais.À parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões. Com ou sem resposta, digitalizem-se os autos, enviando ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para as providências cabíveis. Após, aguarde-se na caixa específica resposta do TJRO. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0010606-44.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Carvalho Dias
Advogado:Clécio Silva dos Santos (OAB 4993)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Emende o autor a inicial, no prazo de 10 dias, para anexar procuração por instrumento público, sob pena de indeferimento, tendo em vista que o mesmo é analfabeto. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto
Lauda 26799, Diário 146 de 09/08/2013.

Proc.: 0008473-29.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jaziel Castro de Lima
Advogado:Lilian Maria Sulzbacher. (OAB/RO 3225)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
FINALIDADE:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), Intimados da designação da perícia para o dia 24 de setembro de 2013, ás 10:30 horas, no Hospital MonteSinai, localizado na Avenida Jamari, Setor de Áreas Especiais, cidade de Ariquemes/RO., o mesmo deverá dar ciência ao seu cliente para que compareça a perícia com todos os exames já existentes.

Proc.: 0002411-70.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Oliveira e Santos Tijolos Ecológicos Ltda
Advogado:Márcio André de Amorim Gomes. (OAB/RO 4458)
Requerido:Sebastião Pereira da Rocha
Advogado:Édio José Ghellere. (OAB/RO 2121)
FINALIDADE:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0001094-37.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Augusto Santos Santana
Advogado:Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)
Requerido:Município de Ariquemes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0003771-40.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Paulo de Matos
Advogado:Cloves Gomes de Souza. (OAB/RO 385B)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0002752-96.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cooperativa Mineradora dos Garimpeiros de Ariquemes Ltda - Coomiga
Advogado:Gustavo Henrique Machado Mendes (RO 4636)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia Porto Velho
Advogado:Fábio Antônio Moreira. (OAB/RO 1553)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0008829-24.2013.8.22.0002
Ação:Regulamentação de Visitas
Requerente:A. M. R. P.
Advogado:Marinete Bissoli. (OAB/RO 3838)
Requerido:L. de A. M.
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
Vistos e examinados:1. Pleiteia o autor a tutela antecipada no sentido de modificar as visitas anteriormente acordadas.A paternidade por ele alegada restou comprovada à f. 22. Uma das decorrências do poder familiar é o exercício do direito de visitas por parte daquele que não detém a guarda do filho. A visitação dos pais é um direito da criança, que mantém, assim, a continuidade da convivência familiar com seus genitores.Pela narrativa da exordial o autor não tem muito contato com a filha, posto que dado a situação tumultuada com a mãe da criança as visitações são realizadas em períodos reduzidos, fato que prejudica que a mesma pernoite com o mesmo. Desta forma não entendo viável que a criança permaneça com o autor em finais de semana (com pernoite) enquanto não houver esse estreitamento de laços, contudo o exercício de visitas em tempo maior é salutar para o contato entre pai e filha, bem como com sua rede familiar. Noto também que o direito de visitas do pai realizado nos dias de semana restaram prejudicados, pois a requerida procedeu a matrícula da criança em horário que colide com o do direito paterno. Assim, considerando o acima exposto e que a medida pode ser reversível a qualquer momento, DEFIRO PARCIALMENTE a antecipação da tutela pleiteada para determinar que o autor exercite o seu direito de visitas nas terças e quintas-feiras das 14 às 18 horas, bem como em finais de semanas alternados, das 09 às 18 horas, podendo retirá-la da casa materna sem a companhia da babá, mormente considerando que não se trata de recém-nascido, mas de uma criança de mais de dois anos de idade. Fica vedado o pernoite, por enquanto.O direito de visitas terá inicío na quinta-feira (08/08/2013), a fim de possibilitar que a criança passe o “Dias dos Pais” na companhia do requerente. Quanto aos demais pedidos, estes não possuem o requisito de perigo na demora, razão pela qual INDEFIRO-OS.2.Expeça-se o necessário.3. Aguarde-se a contestação.VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO .Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0005426-47.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Tapeçaria Aliança Ltda - ME
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Executado:Sergio Augusto
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos etc.Em consulta ao sistema do BACENJUD verifiquei inexistir crédito nos ativos financeiros do(a) executado(a), conforme demonstrativo impresso.Ao exeqüente para que dê andamento ao feito, em 5 dias, indicando bens passíveis de penhora, sob pena de extinção. Caso o advogado do(a) autor(a) não se manifeste após o decurso do prazo mencionado, intime-se pessoalmente a parte para andamento, sob pena de extinção do processo (art. 267, §1º, CPC). Intimem-se. VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO. Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0012462-77.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Denise da Silva
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior. (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco Itaucard S.a
Advogado:JosÉ Almir de R. Mendes (OAB/RN 392)
DESPACHO:
Analisando os autos, entendo como possível a antecipação dos efeitos da tutela para determinar o levantamento de parcela incontroversa da condenação, cuja quantia já foi depositada em juízo pelo devedor, que não impugnou a SENTENÇA condenatória, pendendo apenas recurso de apelação manejado pela parte credora.Assim, DEFIRO o pedido da autora e expeça-se o alvará requerido.Cumpra-se o DESPACHO de f. 48, procedendo-se a digitalização dos autos e o envio ao TJRO.Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0001146-33.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Lap Top Informática e Tecnologia Ltda - Me
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Executado:Aquino e Souza Comércio de Varejista
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
DESPACHO:
Vistos etc.Em consulta ao sistema do BACENJUD verifiquei inexistir crédito nos ativos financeiros do(a) executado(a), conforme demonstrativo impresso.Ao exeqüente para que dê andamento ao feito, em 5 dias, indicando bens passíveis de penhora, sob pena de extinção. Caso o advogado do(a) autor(a) não se manifeste após o decurso do prazo mencionado, intime-se pessoalmente a parte para andamento, sob pena de extinção do processo (art. 267, §1º, CPC). Intimem-se. VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO. Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0008411-86.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leni Maria Kaiser Alves
Advogado:Isabel Moreira dos Santos (RO 4171)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0006134-97.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosangela Vieira de Souza
Advogado:Jane Miriam da Silveira Gonçalves (RO 4996)
Requerido:Banco IBI S.A. Banco Múltiplo
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Nara Lima Carvalho (RO 5.416), Anne Botelho Cordeiro (RO 4370)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0007283-31.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Everton Blan Krebs
Advogado:Jonis Tôrres Tatagiba. (RO 4.318)
Requerido:Centro de Ensino Superior de Ariquemes - CESUAR
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0002854-21.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Anderson Rodrigues dos Santos
Advogado:Sandra Islene de Assis (OAB/RO 5256)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S.a Ceron Ag de Porto Velho
Advogado:Pedro Origa (RO 1953)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0007001-90.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ray dos Santos Arruda
Advogado:Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Executado:Antônio da Cunha Neves, Ilse Jahnel Neves
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE
Fica a Parte autora, através de seu advogado, no prazo de 05 dias, intimada a promover o regular andamento do feito.

Proc.: 0007512-88.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Quitéria dos Santos Nascimento
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior. (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco Votorantim S A
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0006123-68.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ariovaldo Dias
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior. (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco Itaú Unibanco
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0006599-09.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Maria da Penha Amorim Sousa
Advogado:Alberto Biaggi Netto. (RO 2740)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0001923-18.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antônio Ferreira Leite
Advogado:Vanessa Angélica de Araújo Clementino Wanderley Não Usar Esse Cadastro Duplo (OAB/RO 4722)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia Sa Ceron Ag de Porto Velho
Advogado:José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0004983-96.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:M. L. D. Rabelo - Me (flypper Palelaria)
Advogado:Vanda Salete Gomes Almeida. (OAB/RO 418)
Requerido:Vmp Papéis Para Embalagens Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0006582-70.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Delma Mateus Ferreira
Advogado:Alberto Biaggi Netto. (RO 2740)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Amauri Luiz de Souza. (RO 1301)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0005023-78.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antônio Donizeti Riscalli
Advogado:Sandra Islene de Assis (OAB/RO 5256)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S.a Ceron Ag de Porto Velho
Advogado:Jacimar Rigolon (OAB/RO 1740), Kênia de C. Mariano (OAB/RO 994), Orestes Muniz Filho. (OAB/RO 40)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0007650-55.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Margarida de Jesus Nunes
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior. (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco do Brasil S/a Ariquemes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0001240-78.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Milton Teodoro
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior. (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco Schahin S.A.
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques . (MG 76.696)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0002773-72.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Euto Pereira Filho
Advogado:José Assis dos Santos. (OAB/RO 2591)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0001824-48.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Solange Vieira Fernandes
Advogado:Maiele Rogo Mascaro (RO 5122)
Requerido:Sabemi Seguradora Sa
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (RO 3434)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0005788-49.2013.8.22.0002
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S.a Osasco
Advogado:Marcio Frederico Arruda Montenegro (OAB/MT 15329)
Requerido:Ernandes V. de O. Costa e Cia Ltda Atacadista Costa
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
DESPACHO: Indefiro o pedido de fls. 26/27 por ausência de previsão legal. O bem alienado não foi encontrado (f. 24). Assim, concedo ao autor o prazo de 10 (dez) dias para que manifeste se tem interesse em converter a busca e apreensão frustrada em ação de depósito (Dec. Lei 911/69, art. 4).Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0010642-86.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosangela Santos da Silva
Advogado:Belmiro Rogério Duarte Bermudes Neto (RO 5.890)
Requerido:Claro Celulares Sa São Paulo
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
DESPACHO: Analisando os autos, vejo que a autora não se enquadra no disposto no parágrafo único do artigo 2º, da Lei 1.060/50, pois com a inicial e os documentos juntados restou demonstrado possuir condições para o pagamento das custas e despesas processuais (servidora pública aposentada, financiamento de casa de valor não módico). Nesse sentido o Agravo Interno n. 0011275-74.2011.8.22.000, do Desembargador Raduan Miguel Filho e o de n. 0001215-71.2013.8.22.0000.Indefiro, portanto, a gratuidade pleiteada. Emende-se, recolhendo-se as custas em 10 dias, sob pena de indeferimento.Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0004849-06.2012.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Banco Volkswagen S/a
Advogado:Rafael Souza Nunes (RO 5.068)
Requerido:Ricardo Alexandro Porto
Advogado:Manoel Archanjo Dama Filho (RO 4658)
DESPACHO:
Vistos etc.Em consulta ao sistema do BACENJUD verifiquei inexistir crédito nos ativos financeiros do(a) executado(a), conforme demonstrativo impresso.Ao exeqüente para que dê andamento ao feito, em 5 dias, indicando bens passíveis de penhora, sob pena de extinção. Caso o advogado do(a) autor(a) não se manifeste após o decurso do prazo mencionado, intime-se pessoalmente a parte para andamento, sob pena de extinção do processo (art. 267, §1º, CPC). Intimem-se. VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO.Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0010572-06.2012.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Angela Cristina Broenstrup Félix
Advogado:Fabiano Reges Fernandes (RO 4806)
Executado:Livia Cristina Oliveira dos Santos
DESPACHO:
DESPACHO: Indefiro o pedido de f. 40. A localização do patrimônio da parte é ônus do exeqüente. Além do mais, a quebra do sigilo fiscal é medida extrema, pois constitui exceção a direito constitucional e, embora se admita, não pode ser banalizada. O exeqüente deverá comprovar ter exaurido os meios administrativos em busca de informações acerca do patrimônio do executado, juntando certidão de inteiro teor do CRI, do IDARON, da JUCER. Para tanto suspendo o feito por trinta dias. VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA. Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0012664-88.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado:Alex Sandro Longo Pimenta. (OAB/RO 4075)
Executado:Delci Portero Zanquetti
DESPACHO:
DESPACHO:Indefiro o pedido de f. 70.A localização do patrimônio da parte é ônus do exeqüente. Além do mais, a quebra do sigilo fiscal é medida extrema, pois constitui exceção a direito constitucional e, embora se admita, não pode ser banalizada.O exeqüente deverá comprovar ter exaurido os meios administrativos em busca de informações acerca do patrimônio do executado, juntando certidão de inteiro teor do CRI e da JUCER.Para tanto suspendo o feito por trinta dias. VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA.Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0004646-10.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Mep. Arquitetura e Planejamento Ltda Epp
Advogado:Eduardo Ayres Diniz de Oliveira (PR 31.929), Carlos Henrique Maricato Lolata (PR 45.192)
Requerido:Município de Ariquemes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0004678-15.2013.8.22.0002
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Dalcilene Santos Pybysvsenki .mei, Edinete Martins dos Santos
Advogado:Aluísio Gonçalves de Santiago Júnior. (RO 4.727)
Requerido:Monica Cristina dos Santos Lopes de Souza
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0003084-63.2013.8.22.0002
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S.a Osasco
Advogado:Rosângela da Rosa Correa (RS 30.820), Ellen Laura Leite Mungo. (MT 10.604)
Requerido:Moisés Luiz Orso
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 31, com diligência Negativa.

Proc.: 0007930-94.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/a Ariquemes
Advogado:Gilberto Silva Bonfim. (OAB/RO 1727)
Executado:Ivety Perrut do Amaral, Athayde Mathias do Amaral
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE
Fica a Parte autora, através de seu advogado, no prazo de 05 dias, intimada a Retirar Carta Precatória Cível.

Proc.: 0009553-62.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Belvino Alves Rocha
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Adelson Rogério da Silva, Júlio Oliveira Barbosa, Antônio Lucada da Silva
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0006601-76.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Shirlei Oliveira da Costa
Advogado:Alberto Biaggi Netto. (RO 2740)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0017666-05.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Helma Santana Amorim.
Advogado:Helma Santana Amorim. (OAB/RO 1631)
Requerido:Peixe Urbano Web Serviços Digitais Ltda, A J R Ribeiro Viagens e Turismo Ltda Me
Advogado:Hisashi Kataoka (OAB/RJ 34.672), Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB/RJ 20.283), Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0014005-18.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Tharles Vyny Ramos Sousa, Luciana Alves da Silva
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Alerta Notícias Site, Rede Tv Rondonia
Advogado:Advogado Não Informado (418), Victor Hugo Lohmann (OAB/RO 4775)
FINALIDADE:
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0010646-26.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Albert Marx Pereira Tavares
Advogado:José Paulo de Assunção (OAB/RO 5271)
Requerido:Ademir da Silva Quadros, Clélia Conceição Ferrando, Robson Lima da Silva
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
DESPACHO: 1- Para a concessão da liminar é imprescindível a demonstração cabal da fumaça do bom direito e do perigo na demora. Analisando os elementos trazidos pelo autor, verifico que um dos requisitos não está presente. A justificativa utilizada em requerer urgência para a concessão da liminar, ou seja, eventual ocultação de bens, deixa de possuir a alegada iminência em face da própria data em que se iniciou o inadimplemento (22/09/2012).Por essas razões, INDEFIRO o pedido.2- Cite-se para responder em 15 dias. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil). 3. Sobrevindo ou não a contestação, certifique-se quanto à intempestividade. 4. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas ao autor para réplica. 5. Após, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade.6. Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos. 7. Expeça-se o necessário. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO .Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0010643-71.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Renato Plautino da Silva
Advogado:Belmiro Rogério Duarte Bermudes Neto (RO 5.890)
Requerido:Banco Bradesco S/a
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
DESPACHO: Analisando os autos, vejo que o autor não se enquadra no disposto no parágrafo único do artigo 2º, da Lei 1.060/50, pois com a inicial e os documentos juntados restou demonstrado possuir condições para o pagamento das custas e despesas processuais (geógrafo, pensão alimentícia e aluguel em valor não módicos). Nesse sentido o Agravo Interno n. 0011275-74.2011.8.22.000, do Desembargador Raduan Miguel Filho e o de n. 0001215-71.2013.8.22.0000.Indefiro a gratuidade pleiteada. Emende-se, recolhendo-se as custas em 10 dias, sob pena de indeferimento.Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0006025-83.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Célia de Almeida
Advogado:Douglas Carvalho dos Santos. (RO 4069)
Requerido:Bradesco Cartões Visa S.A.
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0006283-93.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marilúcia Apostolo
Advogado:André Vilas Boas Gonçalves. Defensor Público ( )
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0007170-77.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Aparecido dos Santos
Advogado:Alex Sandro Longo Pimenta. (OAB/RO 4075)
Requerido:Claro Celulares Sa São Paulo
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0002503-82.2012.8.22.0002
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Requerente:Ledy Farias do Nascimento
Advogado:Marcos Roberto Faccin. (OAB/RO 1453)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE
Fica a Parte autora, através de seu advogado, no prazo de 05 dias, intimada a promover o regular andamento do feito.

Vânia de Oliveira
Diretora de Cartório

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível

Proc.: 0010275-62.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Moacyr César Araújo
Advogado:Sandra Pires Corrêa Araújo. (OAB/RO 3164)
Requerido:Criare Móveis Planejados, A. L. Ozeki e Franco Ltda Comércio de Móveis e Artigos de Decorações Ltda Criare Móveis Planejados
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais.Reza o art. 282 do Código de Processo Civil os requisitos essenciais da petição inicial, estando entre eles o valor da causa.Logo, a falta de atribuição do valor da causa ou sua indicação de forma equivocada, enseja a determinação de emenda da inicial, sob pena de indeferimento. Isso porque o valor da causa possui FINALIDADE essencial, a qual se justifica porque: a) é critério para a determinação da competência de juízo; b) serve de parâmetro para a fixação do tipo de procedimento a ser seguido na tramitação da ação judicial; c) é a base de cálculo para a taxa judiciária das custas processuais (de distribuição ? CPC 257), de preparo de recurso (CPC 511) e demais despesas processuais; d) é tomado por base para a fixação dos honorários de sucumbência (CPC 20); e) serve de base para a condenação do litigante de má-fé (CPC 18); f) é parâmetro para a fixação da multa pela oposição de embargos de declaração protelatórios (CPC 538 par. Único).¹Por sua vez, o Código de Processo Civil em seu art. 258 dispõe que: ?A toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato.?Feitas estas considerações, passo a ponderar sobre a presente ação.É entendimento pacífico que o valor atribuído à causa deve corresponder ao benefício econômico almejado pela parte autora.No caso dos autos, em que pese a parte autora pleiteie indenização em pecúnia pelo dano moral, não deixou de auferi-lo ao menos por base, para fins de valor da causa.Embora a ação de indenização por danos morais não tenha valor da causa definido, sendo inclusive entendimento jurisprudencial pátrio que em ações dessa natureza é faculdade da parte autora atribuir o valor da causa para efeitos de alçada, deixando a critério do juízo o arbitramento da quantia relativa ao dano, certo também é que esta fixação para fins de alçada deve ser razoável e compatível com o que se pretende com a demanda.No caso em apreço, o valor atribuído à causa é infimamente menor do que a indenização que se almeja e, repise-se, embora não haja valor definido, tal matéria tem sido sobejadamente discutida nos tribunais, com indicativo dos parâmetros utilizados para fixação, tendo autora critérios suficientes para estimá-lo ao menos, num mínimo razoável para hipótese de eventual condenação.Com dito alhures, o valor da causa é parâmetro para fixação de uma série de questões, inclusive o recolhimento das custas processuais, as quais no presente caso, alcançam o valor de R$-15,00 (quinze reais), se mantido o valor atribuído inicialmente à causa. Isso numa demanda que o provimento final, se acatado, chegam em condenações variáveis superiores ou igual a R$-5.000,00 (cinco mil reais).O que se evidencia é a onerosidade aos cofres públicos, em especial ao Poder Judiciário, que acaba arcando com despesas e custos com as diligências do processo, em valores muito maiores do que o suportado com as custas processuais. Outro não foi o entendimento do eminente Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, ao proferir DECISÃO monocrática no AI n. 0001425-59.2012.8.22.0000, publicado em 12/3/2012, o qual transcrevo parcialmente, dada sua alta pertinência a questão em apreço:(?) Não se pode negar que na demanda em que se pleiteia dano moral há uma possibilidade de mensuração estimativa ou de um certo conteúdo econômico levado em conta, até mesmo pelos sólidos parâmetros que a doutrina e jurisprudência vem vinculando à atividade judicial de fixação do quantum indenizatório (caracteres das partes, razoabilidade, proporcionalidade etc.). E neste aspecto vejo que a parte autora, utilizando sobretudo do princípio da boa-fé deve atribuir inicialmente à causa uma quantia mínima estimativa para efeitos de alçada que se aproxime em tese do valor que pretende a título de dano moral, sobretudo porque no atual estágio evolutivo da doutrina e jurisprudência do STJ e desta corte, a efetivação deste parâmetro é plenamente possível. Isso se justifica porque na ausência da lei, devem ser ativadas as atividades integrativas da jurisdição e os meios de suprimentos de lacunas, no sentido de se estabelecer um mínimo razoável a ser dado a título de valor à causa para fins de cálculo de despesas processuais. Não se pretende tabelar extraordinariamente um valor mínimo de custa, mas tão somente dizer às partes da demanda que não se pode admitir o desproporcional, o desarrazoado ou a valoração ínfima da causa de forma propositada com vistas a minorar as despesas no processo. Confronta os princípios basilares do processo e mostra-se irrazoável que a parte atribua valor simbólico à causa, para pretensamente pagar valor ínfimo de custas, quando efetivamente sua pretensão externada em juízo visa à obtenção de valor indenizatório indiscutivelmente superior. É desproporcional como no caso presente, a parte arcar com valor de R$ 15,00 a título de custas iniciais sob a ótica de que tanto a doutrina como jurisprudência em casos símiles estipulam valores indenizatórios que variam de R$ 5.000,00 até R$ 10.000,00 em casos como o presente, na hipótese de procedência dos pedidos. Por outro viés, a regra geral é a de que o valor da causa deve corresponder, pelo menos em média e por estimativa, ao bem da vida procurado em juízo. E neste sentido, não se pode utilizar o pleito de dano moral para tornar a atividade estatal jurisdicional uma loteria, onde se paga pouco para eventualmente ganhar bem mais, onde se aposta para não perder. O princípio processual que inspirou o CPC alude que: quem vem a juízo deve assumir todos os riscos da demanda. Sob a ótica do substantive process of law, a parte contrária deve saber a expressão econômica - ainda que estimativa - que eventualmente poderá ser condenada, o objeto perseguido em juízo, para que assim possa exercer o contraditório formal e material. E neste sentido, repito propositalmente, que os valores de compensação por dano moral atendem a critérios já perfeitamente estabelecidos na jurisprudência pátria, não mais sendo possível seu desconhecimento assim como o era em tempos atrás em que a doutrina do dano moral se solidificava no Brasil. Nesse sentido, a DECISÃO monocrática proferida nos autos de Agravo de Instrumento n. 0006334-81.2011.8.22.0000 (j. 14/6/2011), de relatoria do Des. Alexandre Miguel (?). Desta forma, ainda que futuramente o vencido arque com as custas com base no valor da condenação, ao Estado-Judiciário não é dado antecipar despesas processuais de pessoa que não necessitada e que via de regra é realizada no seu exclusivo interesse. Se ao

mesmo tempo em que a jurisdição serve às partes, não se pode concebê-la para patrocinar antecipadamente demanda com interesses DISPOSITIVO s de quem possui capacidade financeira para custeá-los. E neste sentido vejo como correta e judiciosa a DECISÃO prolatada pelo juízo a quo, mormente porque o valor das custas que o agravante pretende pagar (R$ 15,00) não custeia sequer a diligência citatória do requerido. Não se esqueça ainda que o Estado sob o alvedrio da previsão legal, já custeia diversos instrumentos processuais disponíveis às partes, sem exigir quaisquer contraprestações, como exemplo - dentre muitos - vê-se o presente recurso de agravo. Em razão disso, tenho que deve ser mantida DECISÃO recorrida, razão pela qual considero manifestamente improcedente a pretensão do agravante de custear o valor irrisória acima especifica a título de custas iniciais.?Assim, ante as razões supra, intime-se a parte autora para adequar o valor da causa ao mínimo razoável em relação ao benefício pretendido, bem como comprovar que não possui condições de pagamento das custas e demais despesas do processo, porquanto pugna pela assistência judiciária gratuita, porém não apresenta declaração de pobreza, elemento essencial, advirto, para a benesse prevista na Lei 1.060/50, pois possibilita (a) a análise de sua adequação e (b) a aplicação, na hipótese do seu mau uso, das sanções legais previstas no parágrafo 1º do seu art. 4º, já que a procuração firmada é silente ou dúbia nessa afirmação. A omissão, portanto, torna incerto o enquadramento da parte autora no conceito elencado no parágrafo único do art. 2º, ainda mais quando não traz maiores elementos que provem alegada insuficiência financeira, o que dificulta a análise do pedido, razão pela qual, por ora, indefiro-a, com fulcro no art. 5º, todos da lei em referência.Intime-se, pois, o autor para emendar a inicial, nos termos dos arts. 283 c/c 284 do CPC, para o fim de comprovar o recolhimento das custas judiciais iniciais ou apresentar declaração de pobreza, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento, nos termos do artigo 284, parágrafo único do Código de Processo Civil. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0010640-19.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Pedro Nogueira de Sousa
Advogado:Suzana Avelar de Sant Ana. (OAB/RO 3746)
Requerido:Banco IBI S.A. Banco Múltiplo
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
Vistos, etc.Trata-se de ação de indenização por danos morais. Reza o art. 282 do Código de Processo Civil os requisitos essenciais da petição inicial, estando entre eles o valor da causa.Logo, a falta de atribuição do valor da causa ou sua indicação de forma equivocada, enseja a determinação de emenda da inicial, sob pena de indeferimento. Isso porque o valor da causa possui FINALIDADE essencial, a qual se justifica porque: a) é critério para a determinação da competência de juízo; b) serve de parâmetro para a fixação do tipo de procedimento a ser seguido na tramitação da ação judicial; c) é a base de cálculo para a taxa judiciária das custas processuais (de distribuição ? CPC 257), de preparo de recurso (CPC 511) e demais despesas processuais; d) é tomado por base para a fixação dos honorários de sucumbência (CPC 20); e) serve de base para a condenação do litigante de má-fé (CPC 18); f) é parâmetro para a fixação da multa pela oposição de embargos de declaração protelatórios (CPC 538 par. Único).¹Por sua vez, o Código de Processo Civil em seu art. 258 dispõe que: ?A toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato.?Feitas estas considerações, passo a ponderar sobre a presente ação.É entendimento pacífico que o valor atribuído à causa deve corresponder ao benefício econômico almejado pela parte autora.No caso dos autos, em que pese a parte autora pleiteie indenização em pecúnia pelo dano moral, não deixou de auferi-lo ao menos por base, para fins de valor da causa.Embora a ação de indenização por danos morais não tenha valor da causa definido, sendo inclusive entendimento jurisprudencial pátrio que em ações dessa natureza é faculdade da parte autora atribuir o valor da causa para efeitos de alçada, deixando a critério do juízo o arbitramento da quantia relativa ao dano, certo também é que esta fixação para fins de alçada deve ser razoável e compatível com o que se pretende com a demanda.No caso em apreço, o valor atribuído à causa é infimamente menor do que a indenização que se almeja e, repise-se, embora não haja valor definido, tal matéria tem sido sobejadamente discutida nos tribunais, com indicativo dos parâmetros utilizados para fixação, tendo autora critérios suficientes para estimá-lo ao menos, num mínimo razoável para hipótese de eventual condenação.Com dito alhures, o valor da causa é parâmetro para fixação de uma série de questões, inclusive o recolhimento das custas processuais, as quais no presente caso, alcançam o valor de R$-28,28 (vinte e oito reais e vinte e oito centavos), se mantido o valor atribuído inicialmente à causa. Isso numa demanda que o provimento final, se acatado, chegam em condenações variáveis superiores ou igual a R$-5.000,00 (cinco mil reais).O que se evidencia é a onerosidade aos cofres públicos, em especial ao Poder Judiciário, que acaba arcando com despesas e custos com as diligências do processo, em valores muito maiores do que o suportado com as custas processuais. Outro não foi o entendimento do eminente Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, ao proferir DECISÃO monocrática no AI n. 0001425-59.2012.8.22.0000, publicado em 12/3/2012, o qual transcrevo parcialmente, dada sua alta pertinência a questão em apreço:(?) Não se pode negar que na demanda em que se pleiteia dano moral há uma possibilidade de mensuração estimativa ou de um certo conteúdo econômico levado em conta, até mesmo pelos sólidos parâmetros que a doutrina e jurisprudência vem vinculando à atividade judicial de fixação do quantum indenizatório (caracteres das partes, razoabilidade, proporcionalidade etc.). E neste aspecto vejo que a parte autora, utilizando sobretudo do princípio da boa-fé deve atribuir inicialmente à causa uma quantia mínima estimativa para efeitos de alçada que se aproxime em tese do valor que pretende a título de dano moral, sobretudo porque no atual estágio evolutivo da doutrina e jurisprudência do STJ e desta corte, a efetivação deste parâmetro é plenamente possível. Isso se justifica porque na ausência da lei, devem ser ativadas as atividades integrativas da jurisdição e os meios de suprimentos de lacunas, no sentido de se estabelecer um mínimo razoável a ser dado a título de valor à causa para fins de cálculo de despesas processuais. Não se pretende tabelar extraordinariamente um valor mínimo de custa, mas tão somente dizer às partes da demanda que não se pode admitir o desproporcional, o desarrazoado ou a valoração ínfima da causa de forma propositada com vistas a minorar as despesas no processo. Confronta os princípios basilares do processo e mostra-se irrazoável que a parte atribua valor simbólico à

causa, para pretensamente pagar valor ínfimo de custas, quando efetivamente sua pretensão externada em juízo visa à obtenção de valor indenizatório indiscutivelmente superior. É desproporcional como no caso presente, a parte arcar com valor de R$ 15,00 a título de custas iniciais sob a ótica de que tanto a doutrina como jurisprudência em casos símiles estipulam valores indenizatórios que variam de R$ 5.000,00 até R$ 10.000,00 em casos como o presente, na hipótese de procedência dos pedidos. Por outro viés, a regra geral é a de que o valor da causa deve corresponder, pelo menos em média e por estimativa, ao bem da vida procurado em juízo. E neste sentido, não se pode utilizar o pleito de dano moral para tornar a atividade estatal jurisdicional uma loteria, onde se paga pouco para eventualmente ganhar bem mais, onde se aposta para não perder. O princípio processual que inspirou o CPC alude que: quem vem a juízo deve assumir todos os riscos da demanda. Sob a ótica do substantive process of law, a parte contrária deve saber a expressão econômica - ainda que estimativa - que eventualmente poderá ser condenada, o objeto perseguido em juízo, para que assim possa exercer o contraditório formal e material. E neste sentido, repito propositalmente, que os valores de compensação por dano moral atendem a critérios já perfeitamente estabelecidos na jurisprudência pátria, não mais sendo possível seu desconhecimento assim como o era em tempos atrás em que a doutrina do dano moral se solidificava no Brasil. Nesse sentido, a DECISÃO monocrática proferida nos autos de Agravo de Instrumento n. 0006334-81.2011.8.22.0000 (j. 14/6/2011), de relatoria do Des. Alexandre Miguel (?). Desta forma, ainda que futuramente o vencido arque com as custas com base no valor da condenação, ao Estado-Judiciário não é dado antecipar despesas processuais de pessoa que não necessitada e que via de regra é realizada no seu exclusivo interesse. Se ao mesmo tempo em que a jurisdição serve às partes, não se pode concebê-la para patrocinar antecipadamente demanda com interesses DISPOSITIVO s de quem possui capacidade financeira para custeá-los. E neste sentido vejo como correta e judiciosa a DECISÃO prolatada pelo juízo a quo, mormente porque o valor das custas que o agravante pretende pagar (R$ 15,00) não custeia sequer a diligência citatória do requerido. Não se esqueça ainda que o Estado sob o alvedrio da previsão legal, já custeia diversos instrumentos processuais disponíveis às partes, sem exigir quaisquer contraprestações, como exemplo - dentre muitos - vê-se o presente recurso de agravo. Em razão disso, tenho que deve ser mantida DECISÃO recorrida, razão pela qual considero manifestamente improcedente a pretensão do agravante de custear o valor irrisória acima especifica a título de custas iniciais.?Assim, ante as razões supra, intime-se a parte autora para adequar o valor da causa ao mínimo razoável em relação ao benefício pretendido, bem como comprovar que não possui condições de pagamento das custas e demais despesas do processo, porquanto pugna pela assistência judiciária gratuita, porém não apresenta declaração de pobreza, elemento essencial, advirto, para a benesse prevista na Lei 1.060/50, pois possibilita (a) a análise de sua adequação e (b) a aplicação, na hipótese do seu mau uso, das sanções legais previstas no parágrafo 1º do seu art. 4º, já que a procuração firmada é silente ou dúbia nessa afirmação. A omissão, portanto, torna incerto o enquadramento da parte autora no conceito elencado no parágrafo único do art. 2º, ainda mais quando não traz maiores elementos que provem alegada insuficiência financeira, o que dificulta a análise do pedido, razão pela qual, por ora, indefiro-a, com fulcro no art. 5º, todos da lei em referência.Intime-se, pois, o autor para emendar a inicial, nos termos dos arts. 283 c/c 284 do CPC, para o fim de comprovar o recolhimento das custas judiciais iniciais ou apresentar declaração de pobreza, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento, nos termos do artigo 284, parágrafo único do Código de Processo Civil. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0010658-40.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luana Santana do Nascimento
Advogado:Gracieli Lando (RO 4587)
Requerido:Oi S.a Brasil Telecom Celular S. A.
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
Vistos, etc.Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais. Reza o art. 282 do Código de Processo Civil os requisitos essenciais da petição inicial, estando entre eles o valor da causa.Logo, a falta de atribuição do valor da causa ou sua indicação de forma equivocada, enseja a determinação de emenda da inicial, sob pena de indeferimento. Isso porque o valor da causa possui FINALIDADE essencial, a qual se justifica porque: a) é critério para a determinação da competência de juízo; b) serve de parâmetro para a fixação do tipo de procedimento a ser seguido na tramitação da ação judicial; c) é a base de cálculo para a taxa judiciária das custas processuais (de distribuição ? CPC 257), de preparo de recurso (CPC 511) e demais despesas processuais; d) é tomado por base para a fixação dos honorários de sucumbência (CPC 20); e) serve de base para a condenação do litigante de má-fé (CPC 18); f) é parâmetro para a fixação da multa pela oposição de embargos de declaração protelatórios (CPC 538 par. Único).¹Por sua vez, o Código de Processo Civil em seu art. 258 dispõe que: ?A toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato.?Feitas estas considerações, passo a ponderar sobre a presente ação.É entendimento pacífico que o valor atribuído à causa deve corresponder ao benefício econômico almejado pela parte autora.No caso dos autos, em que pese a parte autora pleiteie indenização em pecúnia pelo dano moral, não deixou de auferi-lo ao menos por base, para fins de valor da causa.Embora a ação de indenização por danos morais não tenha valor da causa definido, sendo inclusive entendimento jurisprudencial pátrio que em ações dessa natureza é faculdade da parte autora atribuir o valor da causa para efeitos de alçada, deixando a critério do juízo o arbitramento da quantia relativa ao dano, certo também é que esta fixação para fins de alçada deve ser razoável e compatível com o que se pretende com a demanda.No caso em apreço, o valor atribuído à causa é infimamente menor do que a indenização que se almeja e, repise-se, embora não haja valor definido, tal matéria tem sido sobejadamente discutida nos tribunais, com indicativo dos parâmetros utilizados para fixação, tendo autora critérios suficientes para estimá-lo ao menos, num mínimo razoável para hipótese de eventual condenação.Com dito alhures, o valor da causa é parâmetro para fixação de uma série de questões, inclusive o recolhimento das custas processuais, as quais no presente caso, alcançam o valor de R$-15,00 (quinze reais), se mantido o valor atribuído inicialmente à causa. Isso numa demanda que o provimento final, se acatado, chegam

em condenações variáveis superiores ou igual a R$-5.000,00 (cinco mil reais).O que se evidencia é a onerosidade aos cofres públicos, em especial ao Poder Judiciário, que acaba arcando com despesas e custos com as diligências do processo, em valores muito maiores do que o suportado com as custas processuais. Outro não foi o entendimento do eminente Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, ao proferir DECISÃO monocrática no AI n. 0001425-59.2012.8.22.0000, publicado em 12/3/2012, o qual transcrevo parcialmente, dada sua alta pertinência a questão em apreço:(?) Não se pode negar que na demanda em que se pleiteia dano moral há uma possibilidade de mensuração estimativa ou de um certo conteúdo econômico levado em conta, até mesmo pelos sólidos parâmetros que a doutrina e jurisprudência vem vinculando à atividade judicial de fixação do quantum indenizatório (caracteres das partes, razoabilidade, proporcionalidade etc.). E neste aspecto vejo que a parte autora, utilizando sobretudo do princípio da boa-fé deve atribuir inicialmente à causa uma quantia mínima estimativa para efeitos de alçada que se aproxime em tese do valor que pretende a título de dano moral, sobretudo porque no atual estágio evolutivo da doutrina e jurisprudência do STJ e desta corte, a efetivação deste parâmetro é plenamente possível. Isso se justifica porque na ausência da lei, devem ser ativadas as atividades integrativas da jurisdição e os meios de suprimentos de lacunas, no sentido de se estabelecer um mínimo razoável a ser dado a título de valor à causa para fins de cálculo de despesas processuais. Não se pretende tabelar extraordinariamente um valor mínimo de custa, mas tão somente dizer às partes da demanda que não se pode admitir o desproporcional, o desarrazoado ou a valoração ínfima da causa de forma propositada com vistas a minorar as despesas no processo. Confronta os princípios basilares do processo e mostra-se irrazoável que a parte atribua valor simbólico à causa, para pretensamente pagar valor ínfimo de custas, quando efetivamente sua pretensão externada em juízo visa à obtenção de valor indenizatório indiscutivelmente superior. É desproporcional como no caso presente, a parte arcar com valor de R$ 15,00 a título de custas iniciais sob a ótica de que tanto a doutrina como jurisprudência em casos símiles estipulam valores indenizatórios que variam de R$ 5.000,00 até R$ 10.000,00 em casos como o presente, na hipótese de procedência dos pedidos. Por outro viés, a regra geral é a de que o valor da causa deve corresponder, pelo menos em média e por estimativa, ao bem da vida procurado em juízo. E neste sentido, não se pode utilizar o pleito de dano moral para tornar a atividade estatal jurisdicional uma loteria, onde se paga pouco para eventualmente ganhar bem mais, onde se aposta para não perder. O princípio processual que inspirou o CPC alude que: quem vem a juízo deve assumir todos os riscos da demanda. Sob a ótica do substantive process of law, a parte contrária deve saber a expressão econômica - ainda que estimativa - que eventualmente poderá ser condenada, o objeto perseguido em juízo, para que assim possa exercer o contraditório formal e material. E neste sentido, repito propositalmente, que os valores de compensação por dano moral atendem a critérios já perfeitamente estabelecidos na jurisprudência pátria, não mais sendo possível seu desconhecimento assim como o era em tempos atrás em que a doutrina do dano moral se solidificava no Brasil. Nesse sentido, a DECISÃO monocrática proferida nos autos de Agravo de Instrumento n. 0006334-81.2011.8.22.0000 (j. 14/6/2011), de relatoria do Des. Alexandre Miguel (?). Desta forma, ainda que futuramente o vencido arque com as custas com base no valor da condenação, ao Estado-Judiciário não é dado antecipar despesas processuais de pessoa que não necessitada e que via de regra é realizada no seu exclusivo interesse. Se ao mesmo tempo em que a jurisdição serve às partes, não se pode concebê-la para patrocinar antecipadamente demanda com interesses DISPOSITIVO s de quem possui capacidade financeira para custeá-los. E neste sentido vejo como correta e judiciosa a DECISÃO prolatada pelo juízo a quo, mormente porque o valor das custas que o agravante pretende pagar (R$ 15,00) não custeia sequer a diligência citatória do requerido. Não se esqueça ainda que o Estado sob o alvedrio da previsão legal, já custeia diversos instrumentos processuais disponíveis às partes, sem exigir quaisquer contraprestações, como exemplo - dentre muitos - vê-se o presente recurso de agravo. Em razão disso, tenho que deve ser mantida DECISÃO recorrida, razão pela qual considero manifestamente improcedente a pretensão do agravante de custear o valor irrisória acima especifica a título de custas iniciais.?Assim, ante as razões supra, intime-se a parte autora para adequar o valor da causa ao mínimo razoável em relação ao benefício pretendido, bem como comprovar que não possui condições de pagamento das custas e demais despesas do processo, porquanto nos autos não há maiores elementos que provem alegada insuficiência financeira, inclusive a considerar a profissão exercida pela autora, presume-se que não atinja as condições de miserabilidade exigida pela Lei n. 1.050/60.Prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento, nos termos do artigo 284, parágrafo único do Código de Processo Civil. Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0010589-08.2013.8.22.0002
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Honda S.a. Santo Amaro
Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo. (OAB/RO 1894)
Requerido:Agilson José Vaz
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:

DESPACHO COM FORÇA DE MANDADO DE CITAÇÃO E BUSCA E APREENSÃOVistos, etc.O requerente anexou o contrato de alienação fiduciária, bem como demonstrou a mora do devedor, através do envio de notificação extrajudicial expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos (art. 2º, § 2º, Decreto-lei 911/69). Assim, satisfeitos os requisitos legais, defiro liminarmente, a busca e apreensão do bem mencionado na exordial. Expeça-se MANDADO de busca e apreensão, depositando-se o bem, com a pessoa por ele indicada, mediante o compromisso.No mesmo MANDADO deve o devedor ser citado para:- No prazo de 5 dias, contados da execução da liminar, pagar a integralidade da dívida, segundo os valores apresentados pelo credor, circunstância em que o bem deverá lhe ser restituído;- Apresentar resposta no prazo de 15 dias, contados da execução da liminar. Caso não pague e nem apresente resposta, poderá ser proferida SENTENÇA onde se consolidarão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário.Cientifiquem-se eventuais avalistas.Faculto ao Oficial de Justiça o disposto no artigo 172, § 2º, do CPC.Sirva a presente DECISÃO como MANDADO para ser cumprida pelo Meirinho, que deverá observar o endereço e descrição do bem constante na contrafé, que segue anexa ao MANDADO Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0010691-30.2013.8.22.0002
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:B. V. Financeira S.A.
Advogado:Ana Paula dos Santos (RO 4794)
Requerido:Robson Dias de Souza
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
DESPACHO COM FORÇA DE MANDADO DE CITAÇÃO E BUSCA E APREENSÃOVistos, etc.O requerente anexou o contrato de alienação fiduciária, bem como demonstrou a mora do devedor, através do envio de notificação extrajudicial expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos (art. 2º, § 2º, Decreto-lei 911/69). Assim, satisfeitos os requisitos legais, defiro liminarmente, a busca e apreensão do bem mencionado na exordial. Expeça-se MANDADO de busca e apreensão, depositando-se o bem, com a pessoa por ele indicada, mediante o compromisso.No mesmo MANDADO deve o devedor ser citado para:- No prazo de 5 dias, contados da execução da liminar, pagar a integralidade da dívida, segundo os valores apresentados pelo credor, circunstância em que o bem deverá lhe ser restituído;- Apresentar resposta no prazo de 15 dias, contados da execução da liminar. Caso não pague e nem apresente resposta, poderá ser proferida SENTENÇA onde se consolidarão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário. Cientifiquem-se eventuais avalistas.Faculto ao Oficial de Justiça o disposto no artigo 172, § 2º, do CPC.Sirva a presente DECISÃO como MANDADO para ser cumprida pelo Meirinho, que deverá observar o endereço e descrição do bem constante na contrafé, que segue anexa ao MANDADO Ariquemes-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Pauliane Mezabarba
Diretor de Cartório

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
COMARCA DE ARIQUEMES
4ª Vara Cível
Juiz de Direito: Edilson Neuhaus
Escrivã Judicial: Maria Apª Góis Dib
e-mail: aqs4civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0008410-04.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ana Vagmagre Evangelista
Advogado:Isabel Moreira dos Santos (RO 4171)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0008701-04.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Tânia Maria do Socorro Chaves
Advogado:João Gomes de Oliveira Junior. (RO 4305)
Requerido:Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0007631-49.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Francisco de Souza
Advogado:Lilian Maria Sulzbacher. (OAB/RO 3225)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0008369-42.2010.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fundação Assistencial e Educativa Cristã de Ariquemes Faeca
Advogado:Jéssica Peixoto Cantanhêde (OAB/RO 2275)
Requerido:Ricardo de Carvalho Júnior, Gisele Carvalho da Cruz, Elisa Cristina de Carvalho, Ricardo de Carvalho
Advogado:Maria Elisa de Lima Carvalho (OAB/RO 525), Ricardo de Carvalho (OAB/RO 233)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0010674-28.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Pereira dos Santos
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior. (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco Bmg Sa Manaus
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques . (MG 76.696)
Pares:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao retorno dos autos do Tribunal.

Proc.: 0007611-92.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Dorval José da Silva
Advogado:Jonis Tôrres Tatagiba. (RO 4.318)
Requerido:Serasa Experian, Associação Comercial e Industrial de Ariquemes Acia
Advogado:Levy Carvalho Ferraz. (RO 1901)
Partes:
Ficam as partes, por via de seus Advogado(a)s, intimadas quanto ao retorno dos autos do Tribunal, querendo, manifestarem-se.

Proc.: 0010041-80.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Daniel Alves Bragança
Advogado:Sandra Islene de Assis (OAB/RO 5256)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
1. R. e A. Defiro a gratuidade processual. 2. A inicial pede antecipação de tutela para que o requerido implemente imediatamente o benefício auxílio-doença, ao requerente. Ao final pretende a concessão de aposentadoria por invalidez. Para a concessão da medida, necessário a presença da verossimilhança da alegação e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. No entanto, por ora, a verossimilhança de suas alegações, não restou demonstrada, mormente porque o INSS indeferiu o pedido, na via administrativa, ante a ausência da comprovação da qualidade de segurado especial. Assim, indefiro a tutela antecipada pedida pelo requerente.3. Cite-se o requerido a responder aos termos desta.Ariquemes-RO, quinta-feira, 25 de julho de 2013. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito.

Proc.: 0008513-11.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Iracema Brum da Silva
Advogado:Sandra Islene de Assis (OAB/RO 5256)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0001529-11.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:CREDIARI Cooperativa de Crédito Rural de Ariquemes Ltda
Advogado:Valdomiro Jacintho Rodrigues. (OAB/RO 2368)
Executado:Verlingeton Cruz Beleza, Maria Luiza de Oliveira Beleza
Advogado:Ademar Silveira de Oliveira. (OAB/RO 503A), Advogado Não Informado (418)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face ter decorrido prazo sem manifestação do executado.

Proc.: 0009016-32.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josita Marques da Silva
Advogado:Elizeu Leite Consoline. (OAB/RO 5712)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0007559-62.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edileuza Maria da Conceição Santos
Advogado:Lilian Maria Sulzbacher. (OAB/RO 3225)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0003651-31.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Sandro Soares Velasque
Advogado:Sandra Pires Corrêa Araújo. (OAB/RO 3164), Dênio Franco Silva. (OAB/RO 4212), Flávia Lúcia Pacheco Bezerra. (OAB/RO 2093)
Requerido:Marcos Ribeiro de Souza, Josiane Santos Brito
Advogado:Márcio André de Amorim Gomes. (OAB/RO 4458), Advogado Não Informado (418)
Requerido:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a recolher as custas processuais no importe de R$ 267,46 (duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos), sob pena de inscrição em dívida ativa.

Proc.: 0007488-60.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fundo de Apoio Ao Empreendimento Popular de Ariquemes Faepar . Banco do Povo
Advogado:Viviane Matos Triches (RO 4695), Vanessa dos Santos Lima (5329)
Executado:Gilberto de Souza Vieira, Claudinéia Gorete de Souza
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Certidão do Oficial de Justiça:I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl: (teor):Movimento automático de certidão do oficial realizado pela central de MANDADO . MANDADO Nº: 130956/2013. Certifico que DEIXEI de CITAR os executados, por não tê-los encontrado. Em diligência no endereço Rua Peroba, 1919 setor 12, fui informado pela Sra. NEIDE(moradora na residência e genitora da Sra. CLAUDINÉIA), que sua filha está morando em Mato Grosso e que não sabe seu endereço ou Cidade em que reside. Afirmou ainda que o executado GILBERTO é seu genro(marido da Claudinéia) e que mora com sua filha em Mato Grosso. Não diligenciei no endereço declinado como sendo do executado uma vez que pertence a outra Comarca. Dou fé.

Proc.: 0006634-66.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:Y. D. R.
Advogado:Rodrigo Henrique Mezabarba. (OAB/RO 3771)
Executado:M. D. R.
Advogado:Marcelo Antônio Geron Ghellere. (OAB/RO 1842)
Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar quanto pagamento.

Proc.: 0005192-65.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:Carolina França de Lucena Fróis, Raul França de Lucena Fróis
Advogado:Enéias Braga Farage (RO 5307)
Executado:Fernando de Lucena Frois
Advogado:Sidnei Doná. (OAB/RO 377B)
Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar quanto pagamento.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 Dias
4ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes-RO
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet, endereço eletrônico
Juiz de Direito: Dr Edilson Neuhaus
Escrivã Judicial: Maria Apª Góis Dib
e-mail: aqs4civel@tj.ro.gov.br
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(a) EXECUTADO(a) e/ou CO-RESPONSÁVEL(EIS), para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a respectiva dívida acrescida de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, ofereça querendo, bens à PENHORA sob pena de lhe ser penhorado ou arrestado, bens suficientes que garantam a dívida.
EXECUTADO: JOÃO INÁCIO DE OLIVEIRA FILHO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 212.323.349-87, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
Exeqüente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia

Processo: 0005395-27.2013.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa.
Valor da Dívida: R$ 15.442,89 + acréscimos legais
Número da CDA: 20120200001452
Natureza da Dívida: Multas Processuais.
Sede do Juízo: Fórum Dr Aluízio Sá Peixoto, Av.Tancredo Neves, 2606, Cep:76.870-970, Fone/Fax: 3535-2493, 3535-2093, 3535-5919.
Ariquemes-RO, 07 de agosto de 2013.
EDILSON NEUHAUS
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 Dias
4ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes-RO
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet, endereço eletrônico
Juiz de Direito: Dr Edilson Neuhaus
Escrivã Judicial: Maria Apª Góis Dib
e-mail: aqs4civel@tj.ro.gov.br
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(a) EXECUTADO(a), para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a respectiva dívida acrescida de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, ofereça querendo, bens à PENHORA sob pena de lhe ser penhorado ou arrestado, bens suficientes que garantam a dívida.
EXECUTADO: CICERO MELO AMORIM, brasileiro, inscrito no CPF: 931.870.332-53, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
Exequente:Município de Cujubim-RO
Processo: 0011918-89.2012.8.22.0002
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa.
Valor da Dívida: R$ 714,08 + acréscimos legais
Número da CDA: 370/2012 CAD: 000001733
Natureza da Dívida: Natureza da Dívida: TAXA DE LIXO e IPTU. (Referente ao Imóvel denominado Lote 014, Quadra 018, localizado na Rua Galo da Serra, 2355, Setor 01 Centro Cujubim/RO).
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606, Cep: 76.870.970-Fone:535-2493, 535-2093, Fax: (069) 535-2493, end eletrônico: aqs4civel@tj.ro.gov.br
Ariquemes-RO, 07 de agosto de 2013.
EDILSON NEUHAUS
Juiz de Direito

Proc.: 0002506-03.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Márcio Vieira Santos
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
DECISÃO:
Vistos.1. Defiro as provas requeridas pelas partes, consistentes na realização de perícia médica e juntadas de documentos novos. 2. Para a realização da perícia médica, nomeio o Dr. Valter Akira, que deverá ser intimado para designar dia e hora para a realização da mesma, bem como proposta de honorários. 3. As partes poderão indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos, no prazo de cinco dias.Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0017515-39.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Carlos Alberto Temponi Pessoa Jurídica
Advogado:Karine de Paula Rodrigues. (OAB/RO 3140)
Requerido:Banco do Brasil S/a Agência de Alto Paraíso
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8.123)
DESPACHO:
Vistos.1. Retifique-se a classe para cumprimento de SENTENÇA . 2. Ao autor para apresentar o cálculo atualizado (artigo 614, II, CPC). 3. Após, intime-se o executado, por meio de seu advogado, para efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% e honorários que fixo em R$ 1.000,00.Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0005977-27.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Rodrigo da Silva Bezerra
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
DECISÃO:
Vistos. 1. Inexistem erros ou irregularidades a serem sanadas, nem preliminares a serem analisadas, assim dou o feito por saneado. 2. Defiro as provas requeridas pelas partes, consistentes na realização de perícia médica e juntadas de documentos novos. 3. Para a realização da perícia médica, nomeio o Dr. Valter Akira, que deverá ser intimado para designar dia e hora para a realização da mesma, bem como proposta de honorários. 4. As partes poderão indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos, no prazo de cinco dias. Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0010361-67.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Herminia Freire
Advogado:Andréia Alves dos Santos. (OAB/RO 4878), Clemirene de Jesus Silva Oliveira (RO 5347)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos. 1. Recebo o recurso em seus próprios efeitos. 2. Às contrarrazões. Após, remeta-se o feito ao E. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com as nossas homenagens. Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0004911-12.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria do Socorro Silva de Souza
Advogado:Débora Aparecida Marques (RO 4988), Valdelice da Silva Vilarino (RO 5089)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
DESPACHO SANEADORAs partes estão devidamente representadas. Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Não há irregularidades a sanar, nem nulidades a declarar. Processo em ordem. Declaro

saneado o feito.Fixo como ponto controvertido o efetivo exercício pela autor(a) da atividade rurícola na forma e período previstos em lei.Defiro às partes a produção de prova testemunhal e juntada de novos documentos e ao requerido o depoimento pessoal da(o) autor(a).Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 23 de setembro de 2013, às 11h30min. O prazo para apresentação do rol é de 10 (dez) dias. Intimem-se as partes, seus procuradores e as testemunhas tempestivamente arroladas.Intime-se Aparecido Tristão, para ser ouvido como testemunha do juízo. Ariquemes-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Maria Apª Góis Dib
Escrivã

COMARCA DE CACOAL

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0007193-08.2013.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça
Denunciado:Claudio Pereira, brasileiro, convivente, forneiro, nascido aos 02/01/1985, natural de Rolim de Moura/RO, filho de José Rodrigues Pereira e Amélia do Carmo Pereira.
Advogado:Ailton Felisbino Teixeira (OAB/RO 4437)
FINALIDADE: Fica o Advogado(a) da parte, supra, no prazo de 05 dias, intimado para providenciar a regularição da representação processual, bem como apresentar resposta à acusação no prazo legal.

Proc.: 0006327-97.2013.8.22.0007
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Delegacia de Polícia Civil de Cacoal
Advogado:Delegado de Polícia
Indiciado:Evelto Marcelo Bogo, brasileiro, convivente, limpador de piscina, portador do RG n. 1159691 SSP/RO, inscrito no CPF n. 008.892.081-88, nascido aos 28/4/82, natural de Quilombo/SC, filho de Adelque Bogo e Edite Bogo.
Advogado:Sidnei Sotele (OAB/RO 4192)
FINALIDADE - Fica o indiciado supra, intimado via seu advogado, de todo o teor do r. DESPACHO a seguir transcrito: "Notifique-se o acusado, acima mencionado, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias. Nesta oportunidade poderá, dentre outras medidas, invocar preliminar, exceções, todas razoes de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas e arrolar até 5 testemunhas (art. 55 Lei 11343/06 c.c. 394, §§ 4º e 5º, CPP). As exceções, se houver, serão processadas em apartado, nos termos do artigo 95 a 113, CPP;Se o réu não ofertar a resposta, visando a economia processual, desde logo nomeio um dos defensores público desta Comarca para fazê-lo, no prazo de em dez dias, concedendo-lhe vistas dos autos no ato de nomeação (55, ¿? 3º). Se necessário, intime-se imediatamente. Com a resposta, se houver juntada de documentos ou preliminares, vista ao Ministério Público para manifestar-se. Não sendo necessário ir ao M.P., venham os autos imediata mente conclusos para DESPACHO de rejeição ou recebimento da denúncia (art. 56), inclusive com a hipótese de absolvição sumária (art. 394, §§ 4º e 5º - NR L. 11.719/08). No caso de recebimento será designado dia e hora para a audiência de instrução, debates e julgamento, notificando-se (citando-se) o réu, o M.P., Defesa e as testemunhas arroladas. A solenidade será realizada nos 30 dias subseqüentes ao recebimento da denúncia, salvo se determinada a realização de avaliação de dependência química, ou outras diligências, quando se dará em 90 dias (56, ¿?¿?). Caso o laudo definitivo não esteja nos autos, oficie-se a autoridade policial para apresentá-lo imediatamente (art. 55, ¿? 5º).Serve a presente de MANDADO de citação, devendo ser indagado, no ato, se possui defensor constituído. Declarando o réu não ter defensor, nem condições financeiras para constituí-lo, fica nomeada a Defensoria Pública para atuar em sua defesa. Intime-a, oportunamente. Contato: 1ª Vara Criminal, Fórum Min., José Américo de Almeida, Rua dos Pioneiros, 2425 (e-mail: cwl1criminal@tjro.jus.br; fone: 69/3441- 4145 ou 3441-0014, ramal 223). Cumpra-se Cacoal-RO, quinta-feira, 25 de julho de 2013.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito".

Proc.: 0004045-23.2012.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Condenado:Tauan Almeida de Lima, Enilton Moya Gontigio, Wesley Richard da Silva Freitas, Luiz Alberto Rezende dos Santos, Mailson Garbercht, Laelton dos Santos Monteiro
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.), Ana Germana de Moraes (MT 8077), Defensor Publico (RO. 000.), Célio Soares Cerqueira (OAB/MG 105041), Eizalmar Heliana Ribeiro (MG 50022), Defensoria Publica ( )
DECISÃO:
Indefiro o requerimento de reabertura do prazo recursal efetivado pelo réu LAELTON DOS SANTOS MONTEIRO.Não procede a afirmação do advogado, que pede pela juntada a posteriori do mandato, de que no termo de recurso constaria assinaladas as opções recorrer e não recorrer. Como bem se vê às fls. 894, porque o réu não quis se pronunciar sobre o propósito de recorrer, eis que falaria com seu advogado, na parte reservada à assinatura nas duas opções (recorrer e não recorrer) foi aposto um x para deixar claro justamente que não foi manifestado qualquer denodo pelo acusado. Não obstante, a defesa técnica, desempenhada pela Defensoria Pública optou por não interpor o apelo, transitando em julgado a SENTENÇA condenatória. Assim sendo, não apenas não houve nulidade da intimação da SENTENÇA como o trânsito em julgado da SENTENÇA condenatória. Intime-se pessoalmente o advogado signatário da petição. Cacoal-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.

Carlos Roberto Rosa Burck
Juiz de Direito

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal

Proc.: 0007174-02.2013.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Adaílio Neves Silva, Vladimir Mariano Neto
Advogado:Jefferson Magno dos Santos (OAB/RO 2736)
DESPACHO:
Vistos. Da DenúnciaAnalisando as defesas preliminares apresentadas, verifico que não foi trazido aos autos situação que se enquadre em quaisquer das hipóteses contidas no art. 395, do CPP, que levassem à rejeição da exordial acusatória. Da análise da prova inquisitorial, mesmo perfunctoriamente, confirmam-se os indícios de autoria e materialidade. Pelo menos para esta fase, não há excesso de acusação e nem se trata de inépcia material da denúncia. De outro norte, vejo que a defesa não apresentou documento ou alegação capaz de afastar, de plano, a responsabilidade penal dos acusados, ou que determinasse a absolvição sumária destes (artigo 397 do CPP), portanto, RECEBO A DENÚNCIA e designo a audiência de instrução e julgamento para o dia _28_/08_/_2013, às 10_h_20min. Requisite-se o Laudo de Exame Toxicológico definitivo, em sendo o caso.Citem-se os acusados.Defiro o rol de testemunhas apresentado.Caso necessário, depreque-se a citação e oitiva de testemunhas.Da PrisãoPois bem. Faz-se necessário verificar a necessidade de manutenção da prisão nesse momento processual, bem como, a subsistência dos motivos que culminaram na sua decretação.É certo que até o presente momento a prisão vem sendo mantida com amparo legal. Em que pese os argumentos esposados pela defesa, a liberdade dos requerentes é medida inadequada posto que os réus são reincidentes e ligados à prática de crimes, inclusive com execuções de pena na comarca de Vilhena, Adaílio: 0006452-72.2012.8.22.0501 e Vladimir: 0103035-67.2008.0014. De outro norte, os fundamentos que determinaram a decretação da prisão subsistem, quais sejam, a prova da materialidade, indícios suficientes de autoria bem como a garantia da ordem pública tendo em vista, que os delitos atribuídos aos réus são de extrema gravidade e fomentador de tantos outros, como furto, roubo, receptação e homicídio, o que gera a intranquilidade social.Não há que se falar em bons antecedentes e primariedade, visto que os réus possuem execução de pena.Diante disso, por verificar que não houve qualquer alteração fática no processo desde o momento da decretação da prisão preventiva, mantenho a DECISÃO atacada, por seus exatos termos, e INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva de Adaílio Neves Silva e Vladimir Mariano Neto.Intime-se. Ciência ao Ministério Público e à Defesa.Expeça-se o necessário. Cacoal-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ivens dos Reis Fernandes Juiz de Direito

GABARITO
Proc.: 0007174-02.2013.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Adaílio Neves Silva, Vladimir Mariano Neto
Advogado:Jefferson Magno dos Santos (OAB/RO 2736)
FINALIDADE:INTIMAR O ADVOGADO ACIMA DO R. DESPACHO SUPRA

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

1º Cartório do Juizado Especial Cível

Proc.: 1001509-22.2012.8.22.0007
Promovente(s): Almiro Gude
Adv. Flávio Kloos OAB/RO 4537, Barneth Bezerra Pereira da Costa OAB/RO 5050
Promovido(s): Banco Fiat S. A.
Advogados: Melanie Galindo Martim Azzi OAB/RO nº 3.793, Paula
Cristiane Piccolo OSB/RO 3243, Melanie Galindo Martim Azzi (OAB/RO 3.793 OAB/RO).
FINALIDADE: Intimar a parte requerida para, no prazo de 05 dias, informar nos autos conta bancária para depósito, para confecção de alvará de transferência.

Proc.: 1001404-11.2013.8.22.0007
Ação:Petição (Juizado Cível)
Promovente(s): NILTON ALVES DE AZEVEDO
Advogado: MARCIO SUGAHARA AZEVEDO OAB/RO 4469
Promovido(s): J. Ribeiro Lara Me
FINALIDADE: Intimar a Parte requerente da r. SENTENÇA transcrita a seguir:
"Vistos.Trata-se de ação de cobrança cumulada com perdas e danos baseada em cheques que tem como banco sacado e partes requeridas situados em outra comarca.A Lei nº 9.099/95 disciplina como critério de competência para as demandas que seguirão o rito especial em seu art. 4º, sendo que no inc. I determina competente o lugar de domicílio do requerido ou onde este exerça suas atividades e no inc. II onde a obrigação deva ser satisfeita.No caso dos autos, as requeridas são domiciliadas em outra comarca e a obrigação deve ser satisfeita junto ao banco sacado que de igual forma não é nesta comarca, razão que o presente deve ser extinto.FONAJE, Enunciado 89 - A incompetência territorial pode ser reconhecida de ofício no sistema de juizados especiais cíveis (Aprovado no XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ).Posto isso, DECLARO EXTINTO o feito em face da incompetência territorial deste Juizado Especial Cível (LJE III 51).Isento de custas.Cancele-se a audiência agendada nos autos.Publicação e registros automáticos.Intime-se (DJ). Com o trânsito em julgado, arquive-se.Cacoal, 08/08/2013. Juíza de Direito - ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM"

Proc.: 1001461-29.2013.8.22.0007
Ação: Exibição de Documento ou Coisa (Juizado Cível)
Promovente(s): Alexssandro Alves Costa
Advogado:Rosemeiry Maria de Lima OAB/RO 2504
Promovido(s): BRASIL TELECOM S/A - OI
FINALIDADE: Intimar a parte autora do r. DESPACHO a seguir transcrito:"Vistos Na procuração carreada aos autos o requerente informa ser residente em Rolim de Moura-RO e ao cadastrar a petição inicial foi indicada a cidade de Ji-Paraná-RO.Com isso, intime-se o requerente (DJ) para aditar a petição inicial a fim de:a) Ratificar seu endereço e apresentar comprovante de residência atualizado;b) Apresentar certidão positiva de órgão restritivo de débito atualizada.Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial e extinção.Deixo de cancelar a audiência agendada diante do lapso existente para sua realização.Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos.Cacoal, 01/08/2013Juíza de Direito - ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM"

Proc.: 1001789-90.2012.8.22.0007
Ação:Petição (Juizado Cível)
Promovente(s): Marco Aurélio Blaz Vasquez; ADRIANA ODETE STOCCO VASQUES
Advogado: José Nax de Góis Junior OAB/RO 2220
Promovido(s): Passaredo Transportes Aéreos Ltda
Advogado: Charles Baccan Junior OAB/RO 2823; Hélida Genari Baccan OAB/RO 2838.
FINALIDADE: Intimar a parte requerida para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias, tendo em vista que a parte requerente apresentou recurso.

Proc.: 1001188-50.2013.8.22.0007
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Promovente(s): Patrícia da Cunha Andrade Bezerra
Advogado: Fernando da Silva Azevedo OAB/RO
Promovido(s): Juliana Freitas
FINALIDADE: Intimar a parte autora do r. DESPACHO a seguir transcrito:"Vistos O instrumento particular de mov. 01 não preenche os requisitos para ser cobrado pela via executiva. Intime-se a requerente (DJ) para emendar a petição inicial a fim de adequar o rito para cobrança.Prazo de 10 (dez) dias. Pena de indeferimento e extinção.Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos.Cacoal, 26/06/2013 Juíza de Direito - ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM"

Proc.: 1000469-68.2013.8.22.0007
Ação:Petição (Juizado Cível)
Promovente(s): José Benício
Promovido(s): Banco BMG S.A.
Advogado: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB/MG 76.696
FINALIDADE: Intimar a parte requerida da r. SENTENÇA transcrita em partes a seguir:
"Posto isto, julgo TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos feitos por JOSÉ BENICIO em face do BANCO BMG S/A para condenar o requerido a enviar ao requerente o saldo devedor, as cópias dos contratos de empréstimos bancários firmados entre ambos, números 210070830, 214705714, 218470360, 224105944 e 226241326, bem como respectivo (s) boleto (s) bancário (s) para quitação antecipada, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência em relação ao vencimento.Prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 100,00 (cem reais) até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). DECLARO RESOLVIDO o MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso II, do Código de Processo Civil.Deixo de condenar em custas e honorários advocatícios com escopo no artigo 55 da Lei nº 9.099/95.Com o trânsito em julgado sem manifestação das partes, arquive-se.Publicação e registro automáticos. SIRVA-SE o presente de MANDADO para intimação do requerente.Intime-se o requerido por DJ em nome de FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB/MG 76.696.Se do trânsito em julgado decorrer 05 (cinco) dias sem requerimento de execução, arquive-se.Agende-se decurso de prazo recursal. Cacoal, 06/08/2013.Juíza de Direito - ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM"

Francisco Antonio Lima
Escrivão Judicial

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal
Juíza de Direito: Emy Karla Yamamoto Roque
Diretor de Cartório: Jerdson Raiel Ramos
Email: cwl1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0002573-50.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Sidval Martinez
Advogado:Jorge Ronaldo dos Santos (OAB/RO 1211)
Executado:Antônio Camargo Neto
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0005279-40.2012.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S. A. Ag. de Osasco Sp
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937)
Executado:José Natalino Broedel
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0008044-47.2013.8.22.0007
Ação:Carta precatória (Área Família)
Exequente:L. R. dos S.
Advogado:Defensoria Pública ( )
Executado:M. da S. dos S.
Advogado:Defensoria Pública
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal RO, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito e referente à Execução que se menciona.
Processo/MANDADO: 0008044-47.2013.8.22.0007
Classe: Precatória
Procedimento: Execução de Alimentos
Parte Autor: L R dos S
Advogado: Defensoria Pública
Parte ré: Marcos de Silva Santos
Advogado: Defensoria Pública
1ª Venda Judicial: 06/09/2013 às 09:00 horas
2ª Venda Judicial: 20/09/2013 às 09:00 horas
DESCRIÇÃO DOS BENS: "50% (cinquenta por cento) de um terreno medindo 10x28 (280,00 m²) (duzentos e oitenta metros quadrados), contendo uma edificação residencial de alvenaria em construção medindo 84,00 m² (oitenta e quatro metros quadrados) sem estrutura da cobertura e sem cobertura, apenas alvenaria. O terreno fica localizado em um loteamento no lote rural m-78, da gleba 06, fundiária, aproximadamente 600 metros da fundação vida nova e 2.500 metros do hospital Regional, não possui água encanada e nem energia elétrica. O loteamento onde se encontra o terreno não esta cadastrado junta a prefeitura de Cacoal. Os 50% (cinquenta por cento) do lote está avaliado em R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)".
OBSERVAÇÃO: Não sendo possível a intimação pessoal da executada, na Pessoa de seu Representante Legal, fica a mesma intimada por este Edital, bem como os demais

executados. Caso houver algum impedimento legal nas datas previstas serão realizadas no primeiro dia útil subsequente.
COMUNICADO: Se o bem não alcançar lanço igual ou superior a avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda, a fim de que o mesmo seja arrematado por quem maior preço oferecer, desde que a oferta não seja vil.
Sede do Juízo: Fórum Min. José Américo de Almeida, Rua Dos Pioneiros, 2425-Centro, Cacoal/RO, Cep: 76963-726 Fone:Fax (069) 441-4145. Cacoal-RO, 06 de agosto de 2013. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito.

Proc.: 0004761-16.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:G. S. V.
Advogado:Silbene Maria Oliveira e Oliveira (OAB/MT 10852-B)
Executado:G. L. V.
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face a certidãodo Oficial de Justiça de fls. 24.

Proc.: 0008712-18.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:F. A. de O.
Advogado:Juvenilço Iriberto Decarli Junior (RO 1193)
Requerido:A. J. G.
DESPACHO:
DESPACHO À emenda, no prazo de 10 dias e sob pena de indeferimento da inicial, devendo a parte autora adequar o valor da causa, nos termos do artigo 259 do Código de Processo Civil. Cacoal-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0010668-06.2012.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:Canopus Administradora de Consórcios Ltda
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/MG 87318), Flávia Rosa Nicanor de Souza (OAB/MT 13.889)
Requerido:Ernani Marco Rodrigues dos Reis
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
SENTENÇA:
SENTENÇA Há nos autos noticia de composição entre as partes. Uma vez homologado o acordo, em eventual não cumprimento, a execução será da SENTENÇA homologatória, e não mais do título extrajudicial (art. 475-N do Código de Processo Civil). Faculto à parte exequente o desarquivamento do feito nos termos do artigo 475-J, par. 5º do Código de Processo Civil, independentemente do pagamento de taxa. Diante do exposto, homologo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO o feito nos termos do art. 794, II, do Código de Processo Civil, com julgamento do MÉRITO .Libere-se eventual constrição.Sem custas finais nos termos do parágrafo 7º, art. 6º, da Lei 301/90.Independemente do trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.P.R.I.Cacoal-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Jerdson Raiel Ramos
Diretor de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Juiz de Direito: Audarzean Santana da Silva
Escrivão Judicial: José Vanir de Pieri
2ª Vara Cível, cwl2civel@tj.ro.gov.br
OBS: SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU VIA INTERNET

Proc.: 0072527-96.2007.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 dias
DO EXECUTADO: GILMAR MARIANI, Brasileiro (a), CPF 457.704.092-15, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Intimação da(s) Executada(s), para em querendo, apresentar impugnação a penhora, no prazo de 15 dias, tendo em vista ter ocorrido penhora pelo sistema BacenJud em suas contas bancárias.
Valor do bloqueio: R$ 1.438,75 (hum mil, quatrocentos e trinta e oito Reais e setenta e cinco centavos)
Vara: 2ª Vara Cível
Processo: 0072527-96.2007.822.0007
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Procedimento: Procedimento de Cumprimento de SENTENÇA
Exeqüente: Vanderlei Carbonera Me
Valor da Ação: R$ 1.379,62 – em 27.12.2012
Cacoal, 07 de agosto de 2013.
Audarzean Santana da Silva
Juiz de Direito
Sede do Juízo: Fórum Min.José Américo de Almeida, Rua dos Pioneiros, 2425, Centro, Cacoal-RO, 78975000 - Fax: 69 4413441 - Fone: (69)3441-4145 - Ramal: 211

José Vanir de Pieri
Escrivão Judicial

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
COMARCA DE CACOAL
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ DE DIREITO: ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS
ESCRIVÃO: NEIDE SALGADO DE MELO
ENDEREÇO ELETRÔNICO: cwl3civel@tjro.jus.br

Proc.: 0010024-34.2010.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcia Maria Matoso Machado Ragnini, Elizabeth Alves Pereira, Sirlene Araujo Anteres, Mara Neves Polletti, Clemilda da Silva Lima, Felix Angelo Serafim, Rafael Correira da Mata, Francisco Marques da Rocha, Carlos Roberto Regina Júnior, Jurandir de Nazaré Tico, Eliete dos Santos Souza Diniz, Joel Barbosa de Farias, Ronaldo Adriano Decursio da Silva, Marta da Silva, Gilmar Estevo dos Santos, Nelson Pereira de Lima, Luiz Roberto Lima da Silva, Fabiana Morais de Oliveira Lima, Ivanildo Pereira da Silva, Maria de Fátima Alves Batista, Fabricio Melo de Almeida, Ricardo Gomes Ponce, Elias da Silva Lima, Rafaneli Andrade Junior, Edilson Francisco Fuzari, Solange de Oliveira Nascimento, Windson Dimas Marques da Silva

Advogado:Ezequiel Cruz de Souza (OAB/RO 1280)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
Cientifique-se as partes de que a perícia judicial a ser realizada na comarca de Rolim de Moura foi agendada para o dia 19.08.2013, às 10 horas (Carta Precatórira nº 0004749-27.2012.8.22.0010).Remeta-se cópia da petição de fls. 1309/1310 aos juízos deprecados para cientificação dos peritos judiciais nomeados.Aguarde-se o cumprimento da prova pericial deprecada.Juntadas as cartas precatórias, vistas as partes para alegações finais, no prazo sucessivo de 10 dias. Pub. via Dje.Cacoal-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Elson Pereira de Oliveira Bastos Juiz de Direito

Proc.: 0008345-28.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:M. V. C.
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3.663)
Requerido:T. V. C. B.
Advogado:André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119)
Fica a parte requerente, por intermédio de seu advogado, intimada para apresentar endereço completo da testemunha JOSÉ NILSON ARAGÃO DE SOUZA, tendo em vista que o endereço fornecido até o momento foi insuficiente para que o oficial de justiça pudesse localizar referida testemunha.

Neide Salgado de Melo
Escrivã Judicial

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
COMARCA DE CACOAL
JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
JUIZ DE DIREITO: MARIO JOSÉ MILANI E SILVA
ESCRIVÃ: IVALDETE C. G. BRANDANI
ENDEREÇO ELETRÔNICO: cwl4civel@tj.ro.gov.br
TELEFONE/FAX: 069-3443-1668
ENDEREÇO: AV. PORTO VELHO, Nº. 2728, CENTRO.

Proc.: 0001771-23.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ulisses Teixeira Machado
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat S. A. Ag. do Rio de Janeiro
Advogado:Paulo Vinicio Porto de Aquino (RO 2723), Lucimar Cristina Gimenez Cano (RO 5017)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 29,38, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Ivaldete C. G. Brandani
Escrivã Judicial

COMARCA DE CEREJEIRAS

1º CARTÓRIO

1º Cartório
COMARCA DE CEREJEIRAS
1ª VARA
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
cjs1civel@tj.ro.gov.br
JUIZ: Elisangela Nogueira
ESCRIVÃO: Carlos Vidal de Brito

Proc.: 0001661-35.2013.8.22.0013
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Vanderson Sotero da Mota Dias
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
A resposta apresentada pela defesa não aduz nenhuma das hipóteses contidas no art. 397 do CPP.E não vislumbro ocorrência de causa que fundamente absolvição sumária ou ocorrência de irregularidade ou nulidades que demandem saneamento do processo.Assim, declaro saneado o feito e designo o dia 13/08/2013, às 09 horas, para audiência de instrução e julgamento.Intimem-se. Caso necessário, depreque-se a oitiva de eventual testemunha arrolada pelas partes, bem como do(a) ofendido(a).Expeça-se o necessário. Cerejeiras-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0002416-59.2013.8.22.0013
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:José Álvaro Pereira da Silva
Advogado:Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
Requerido:CAERD - Companhia de Água e Esgotos de Rondônia
Advogado:Não Informado (xx)
DECISÃO:
Vistos.O requerente alega, em suma, que a empresa ré incluiu seu nome em serviço de proteção ao crédito em razão de débito referente ao consumo de água no imóvel urbano desse, no entanto, de acordo com o requerente não utilizou os serviços da requerida pelo período cobrado, já que teria se mudado do local, e, por este motivo, requer seja a requerida condenada a não incluir o nome do requerente em cadastro restritivo, condenando-se essa a pagar-lhe compensação por danos morais, requerendo, ainda, que lhe seja deferida tutela antecipada para excluir seu nome dos órgãos de proteção ao crédito.Primeiramente, com relação ao pedido de antecipação de tutela, o Enunciado nº 26 do FONAJE, dispõe que: ?São cabíveis a tutela acautelatória e a antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis?.A antecipação dos efeitos da tutela serve para adiantar, no todo ou em parte, os efeitos pretendidos com a SENTENÇA a ser proferida no final. Dispõe o art. 273 do CPC: ?Art. 273. o juiz, a requerimento da parte, pode antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida

no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: I ? haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; (...)?.Ressalta-se que, além da tutela antecipatória específica submeter a parte interessada à exigência da prova inequívoca do alegado na inicial, com intensidade para convencer o juiz de que a alegação ou alegações são verossímeis, isto é, pareçam verdadeiras, urge que a providência antecipada não produza resultado irreversível, isto é, resultados de tal ordem que torne impossível a devolução da situação ao seu estado anterior (art. 273, parágrafo 2º). É preciso que o quadro fático, alterado pela tutela, possa ser recomposto. No presente caso, verifico que há fundado receio de dano de difícil reparação, pois a inscrição do nome em cadastros restritivos, avilta os direitos da dignidade e da inviolabilidade da imagem das pessoas garantidos constitucionalmente e as medidas protetivas ao consumidor (artigo 5º, inciso X, XXXII c/c 170, V, ambos da CF/88). No entanto, entendo que não restou demonstrada a verossimilhança das alegações do autor, haja vista que os documentos dos autos não foram suficientes para demonstrar que se trata de uma cobrança indevida. Assim, é imprescindível a instauração do contraditório com a necessária dilação probatória, para efeito de se verificar que realmente há ato ilegal por parte da requerida.Pelo exposto, indefiro, por ora, o pedido de antecipação de tutela. Caso sobrevenha fatos supervenientes em que se faz necessária a concessão, poderá o autor formular novo pedido.Defiro a inversão do ônus da prova. Designo audiência de conciliação para o dia 18/09/2013, às 10h30min.Cite-se a requerida para tomar conhecimento da presente ação, e, querendo, apresentar contestação em audiência ou no prazo a ser fixado nesta e INTIME-A para comparecer à audiência de tentativa de conciliação designada, devidamente representada, sob pena de ser decretada revelia, bem como do deferimento da inversão do ônus da prova.Intimem-se.Cientifique a parte autora, aguarde-se a solenidade.Expeça-se o necessário. Cerejeiras-RO, 08 de agosto de 2013.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0002359-75.2012.8.22.0013
Ação:Embargos à Execução Fiscal
Embargante:Flávio João Ben
Advogado:Ameur Hudson Amâncio Pinto (RO 1807)
Embargado:Fazenda Nacional
Advogado:Não Informado (xx)
DECISÃO:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os presentes embargos nos termos do artigo 269, inciso III do CPC e reconheço a nulidade da execução dos autos em apenso n. 0020461-24.2007.8.22.0013 por inexistir título judicial exigível a amparar a execução e declaro insubsistente a penhora realizada nos autos em apenso, determinando o seu imediato levantamento. Condeno o embargado ao pagamento de honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 800,00, nos termos do artigo 20, §4º, do CPC. Sem custas.Certifique-se o resultado destes embargos nos autos principais.P.R.I. Com o trânsito em julgado desta DECISÃO, procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos.Cerejeiras-RO, 08 de agosto de 2013.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0004255-90.2011.8.22.0013
Ação:Exibição
Requerente:C. J. Sperotto & Cia Ltda.
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Requerido:Banco Bradesco S/A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056), Anne Botelho Cordeiro (RO 4370)
DECISÃO:
Expeça-se alvará para levantamento dos valores depositados. Após, nada sendo requerido, arquive-se.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0002149-87.2013.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Neudi Dalazem, Claudi Mari Penso Dalazem
Advogado:Josemario Secco (RO 724), Jeverson Leandro Costa (RO 3134), Josemario Secco (RO 724)
Requerido:Banco do Brasil S/A
DECISÃO:
Chamo o feito à ordem.Considerando que trata-se de um contrato de promessa de compra e venda dado em caução, em nome de um terceiro e ainda com parcelas a vencer, indefiro-o como garantia para a concessão da tutela antecipada.Assim, intimem-se os autores para que prestem caução idônea sob pena de revogação da DECISÃO inicial concedida, no prazo de 05 dias.Expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0003476-38.2011.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ricardo Felype Alvorado da Silva
Advogado:Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/MS 6611)
DECISÃO:
Intimem-se as partes para que, querendo, apresentem alegações finais, nos termos do artigo 454, §3º, do CPC. Cerejeiras-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0000488-73.2013.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rodnê Moreira Damião
Advogado:Eber Coloni Meira da Silva (OAB/RO 4046)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Seiti Roberto Mori.. (RO 215-B)
DECISÃO:
Intime-se o requerente para que atenda a parte final da DECISÃO de fl. 139.Após, tornem conclusos para deliberação. Cerejeiras-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0000164-88.2010.8.22.0013
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Antonio Moreira Neves
Advogado:Jorge Augusto Pagliosa Ulkowski (OAB/RO 1458)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Danilo Pereira Matos Figueredo ( )
DECISÃO:
Defiro o pedido de fl. 165.Expeça-se o necessário. Após, nada sendo requerido, arquive-se.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0000240-44.2012.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcos Roberto Cruz Oliveira
Advogado:Andréa Melo Romão Comim (SSP/RO 3960), Valdete Tabalipa (OAB/RO 612A)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios Dpvat
Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592), Florindo Silvestre Poersch (AC 800), Valdete Minski (RO 3595)
DECISÃO:
Considerando as alegações do requerente substituo o perito nomeado pela Dra. Caroline Nascimento Maia, que atende pela rede pública local e que funcionará sob a fé de seu grau, devendo responder ao quesitos formulados pelo juízo e pelas partes.Considerando que os honorários já foram depositados, intime a perita a designar data e local para o início dos trabalhos.Após juntada do laudo expeça-se alvará em favor da profissional.Intimem-se. Expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0000670-59.2013.8.22.0013
Ação:Monitória
Requerente:N. J. Alvorada Moreira Comércio de Gêneros Alimentícios e Transporte Ltda
Advogado:Deisiany Sotelo Veiber (RO 3051)
Requerido:Marcelo Duarte Santos
DECISÃO:
Validamente citada, a parte demandada não pagou, nem ofereceu embargos, deixando transcorrer in albis seu direito de defesa, não se insurgindo contra a pretensão do autor. Consoante estabelece o artigo 1.102, “c”, do Código de Processo Civil, em não sendo opostos embargos, constitui-se-á de pleno direito o título executivo judicial. Com tais considerações, converto o MANDADO inicial anteriormente expedido em executivo.Intime-se a parte executada, para pagar em 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, na forma do que dispõe o artigo 1.102, “c” c/c o que estabelece o Livro I, Título VIII, Capítulo X do Código de Processo Civil. Fixo honorários advocatícios em 10% (dez) por cento do valor executado, tendo em vista que “é cabível fixação de honorários advocatícios em execução de SENTENÇA, independente da existência de impugnação” (TJRO, 100.001.2006.003359-1 Agravo de Instrumento; Relator: Juiz Álvaro Kalix Ferro; 14/03/2007).Cerejeiras-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0002871-29.2010.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nadir Pires
Advogado:Dulcinéia Baldin (OAB/RO 3537), Rodrigo Will Mendes (OAB-RO 2175)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Marcelo Palis Horta ( )
Intime-se pessoalmente a parte autora para que manifeste eventual interesse de acolhimento da proposta de acordo oferecida pelo requerido.Expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0003231-90.2012.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elizane Rodrigues da Cruz Reis
Advogado:Deisiany Sotelo Veiber (RO 3051)
Requerido:Banco Bmg Sa
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (MG 76696)
Dê-se ciência à parte autora da documentação juntada aos autos.Após, com ou sem manifestação, tornem conclusos. Cerejeiras-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0016291-43.2006.8.22.0013
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/A
Advogado:Elias Malek Hanna (OAB/RO 356-B), Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056)
Executado:Agro Indústria 3 Corações Importação e Exportação Ltda - EPP., Angelo Ichiro Kamiya
Advogado:Ameur Hudson Amâncio Pinto (RO 1807), Advogado não Informado (XXXXXX Doc. Não Informado)
Defiro o pedido de penhora formulado pelo exequente.Expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0000210-72.2013.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Francisca de Paula
Advogado:Katyane Cervi (RO 4972)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
As partes são capazes e estão bem representadas.Feito em ordem. Não há preliminares a serem apreciadas. Inexistem nulidades a serem sanadas. Deixo de designar audiência preliminar dado ao histórico de conciliação do INSS, bem como pelo fato de que a composição amigável entre as partes poderá ser formalizada na ausiência de instrução.Assim, declaro o feito saneado.Fixo como ponto controvertido a comprovação da condição da autora como companheira do de cujus, sua dependencia financeira em relação ao de cujus e a condição de segurado especial do de cujus.Defiro a produção da prova testemunhal.Designo audiência de instrução para o dia 02/10/2013, às 09h30min. Intimem-se.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0003839-25.2011.8.22.0013
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Executado:Domingos Dinarte Yanoski
Advogado:Não Informado (xx)
Altere-se a classe processual.Manifeste-se o exequente quanto ao prosseguimento do feito.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Proc.: 0004343-31.2011.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdir Schiavi
Advogado:Thais Rodrigues Muradás (OAB/RO 3922), Aristides Gonçalves Junior (RO 4303)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios Dpvat

Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592), Florindo Silvestre Poersch (AC 800)
Intimem-se as partes para apresentação de alegações finais, nos termos do artigo 454, §1º,do CPC.Expeça-se o necessário. Cerejeiras-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elisângela Nogueira Juíza de Direito

Carlos Vidal de Brito
Escrivão Judicial

2º CARTÓRIO

2º Cartório
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
cjs2vara@tjro.jus.br
JUÍZA: Roberta Cristina Garcia Macedo
Escrivão: Osmar Guarnieri - Escrivão Judicial

Proc.: 0001812-98.2013.8.22.0013
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Panamericano S.A.
Advogado:Jose Martins (OABSP 4824), Francisco Duque Dabus (SP 248505), Danielly Cristina de Amorim Ferraz Jordão (OAB/MT 11.657)
Requerido:Maria Aparecida da Rocha de Oliveira
DESPACHO:
Novamente, intime-se a autora a cumprir o disposto na DECISÃO de fl. 19, no prazo de cinco dias. Como se vê, a notificação juntada faz referência a parcela já paga, e mesmo que se considere que indique o vencimento das subsequentes, não serve para comprovar a mora no caso em tela. Assim, intime-se para apresentar notificação válida, que faça menção apenas as parcelas não pagas, conforme determinou-se em fl. 19, DECISÃO da qual não adveio recurso, sob pena de indeferimento da petição inicial.

Proc.: 0000355-41.2007.8.22.0013
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Denunciado (Pronunci:João Moreira Carvalho Filho
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia (OAB/RO 1)
DECISÃO:
Considerando que este processo está pronto para ser incluído em pauta de julgamento pelo Egrégio Tribunal do Júri desta comarca, designo o dia 18/09/2013, às 08h30m para a sessão de julgamento.Providencie-se o necessário para a intimação de partes e testemunhas arroladas em caráter de imprescindibilidade, observando o cartório quanto a eventual necessidade de recambiamento de réus presos.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0001958-47.2010.8.22.0013
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Denunciado (Pronunci:Valdir Honorato de Souza
Advogado:Moacir Nascimento de Barros.. (OAB/RO 1747)
DECISÃO:
Considerando que este processo está pronto para ser incluído em pauta de julgamento pelo Egrégio Tribunal do Júri desta comarca, designo o dia 19/09/2013, às 08h30m para a sessão de julgamento.Providencie-se o necessário para a intimação de partes e testemunhas arroladas em caráter de imprescindibilidade, observando o cartório quanto a eventual necessidade de recambiamento de réus presos.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Osmar Guarnieri
Escrivão Judicial

2ª VARA

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 diasCITAÇÃO DE: DENI ALVES VIEIRA, brasileiro, CPF/MF 620.872.072-91, estando atualmente em lugar incerto.
FINALIDADE: CITAÇÃO do(a) requerido(a) acima qualificado(a), para que PAGUE no prazo de 15 (quinze) dias, contados do fim de publicação deste Edital, a importância de R$ 395,93, em espécie, advertindo-o(a) de que poderá no mesmo prazo opor embargos que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Cientificando-o(a) ainda de que cumprindo a determinação, ou seja, efetuando o devido pagamento, ficará isento do pagamento de custas e honorários advocatícios.ADVERTÊNCIA: Na ausência de embargos e/ou de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma da execução.Processo:0001925-52.2013.8.22.0013
Classe: Monitória
Assunto: Nota de Crédito Comercial
Requerente: Castelo Supermercado Ltda EPP
Advogado: Jetro Vasconcelos Carapiá Canto OAB/RO 4956
Requerido: DENI ALVES VIEIRA
Advogado: Não InformadoCerejeiras-RO, 8 de agosto de 2013Osmar Guarnieri
Escrivão JudicialSede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Avenida das Nações, 2.225 - Centro, CEP: 76997-000 - Fone (69) 3342-2283.

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 diasCITAÇÃO DE: KEITI ANTÔNIO CORGOSINHO, brasileiro, CPF/MF n. 605.976.902-00, RG. 778.832 SSP/RO, estando atualmente em lugar incerto.FINALIDADE: CITAÇÃO do(a) requerido(a) acima qualificado(a), para que PAGUE no prazo de 15 (quinze) dias, contados do fim de publicação deste Edital, a importância de R$ 247,92, em espécie, advertindo-o de que poderá no mesmo prazo opor embargos que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Cientificando-o ainda

de que cumprindo a determinação, ou seja, efetuando o devido pagamento, ficará isento do pagamento de custas e honorários advocatícios.ADVERTÊNCIA: Na ausência de embargos e/ou de pagamento, constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma da execução.Processo:0001934-14.2013.8.22.0013
Classe: Monitória
Assunto: Cheque
Requerente: Castelo Supermercado Ltda EPP
Advogado: Jetro Vasconcelos Carapiá Canto OAB/RO 4956
Requerido: KEITI ANTÔNIO CORGOSINHO
Advogado: Não InformadoCerejeiras-RO, 8 de agosto de 2013
Osmar Guarnieri
Escrivão JudicialSede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Avenida das Nações, 2.225 - Centro, CEP: 76997-000 - Fone (69) 3342-2283.

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 diasDE: PAULO BRAZ DE OLIVEIRA, brasileiro, CPF/MF 764.531.202-59, RG. 421.858 SSP/RO, estando atualmente em lugar incerto.
FINALIDADE: CITAÇÃO do(a) requerido(a) acima qualificado(a), para que PAGUE no prazo de 15 (quinze) dias, contados do fim de publicação deste Edital, a importância de R$ 693,10, em espécie, advertindo-o(a) de que poderá no mesmo prazo opor embargos que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Cientificando-o(a) ainda de que cumprindo a determinação, ou seja, efetuando o devido pagamento, ficará isento do pagamento de custas e honorários advocatícios.ADVERTÊNCIA: Na ausência de embargos e/ou de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma da execução.Processo:0001806-91.2013.8.22.0013
Classe: Monitória
Assunto: Cheque
Requerente: Castelo Supermercado Ltda EPP
Advogado: Jetro Vasconcelos Carapiá Canto OAB/RO 4956
Requerido: PAULO BRAZ DE OLIVEIRA
Advogado: Não InformadoCerejeiras-RO, 8 de agosto de 2013Osmar Guarnieri
Escrivão JudicialSede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Avenida das Nações, 2.225 - Centro, CEP: 76997-000 - Fone (69) 3342-2283.

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 diasDE: SÉRGIO NEVES GUIMARÃES, brasileiro, CPF/MF 028.944.581-77, RG. 2.054.097 SSP/MT, estando atualmente em lugar incerto.FINALIDADE: CITAÇÃO do(a) requerido(a) acima qualificado(a), para que PAGUE no prazo de 15 (quinze) dias, contados do fim de publicação deste Edital, a importância de R$ 1.408,19, em espécie, advertindo-o de que poderá no mesmo prazo opor embargos que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Cientificando-o ainda de que cumprindo a determinação, ou seja, efetuando o devido pagamento, ficará isento do pagamento de custas e honorários advocatícios.ADVERTÊNCIA: Na ausência de embargos e/ou de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma da execução.
Processo:0001802-54.2013.8.22.0013
Classe: Monitória
Assunto: Cheque
Requerente: Castelo Supermercado Ltda EPP
Advogado: Jetro Vasconcelos Carapiá Canto OAB/RO 4956
Requerido: Sérgio Neves Guimarães
EAdvogado: Não InformadoCerejeiras-RO, 8 de agosto de 2013
Osmar Guarnieri
Escrivão JudicialSede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Avenida das Nações, 2.225 - Centro, CEP: 76997-000 - Fone (69) 3342-2283.

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 diasDE: LÚCIA MARIA DOS REIS, brasileira, CPF/MF 006.393.568-69, RG. 12.702.969 SSP/SP, estando atualmente em lugar incerto.FINALIDADE: CITAÇÃO do(a) requerido(a) acima qualificado(a), para que PAGUE no prazo de 15 (quinze) dias, contados do fim de publicação deste Edital, a importância de R$ 5.801,83, em espécie, advertindo-o(a) de que poderá no mesmo prazo opor embargos que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Cientificando-o(a) ainda de que cumprindo a determinação, ou seja, efetuando o devido pagamento, ficará isento do pagamento de custas e honorários advocatícios.ADVERTÊNCIA: Na ausência de embargos e/ou de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma da execução.
Processo:0001849-28.2013.8.22.0013
Classe: Monitória
Assunto: Cheque
Requerente: Castelo Supermercado Ltda EPP
Advogado:Jetro Vasconcelos Carapiá Canto OAB/RO 4956
Requerido: Lúcia Maria dos Reis
Advogado: Não InformadoCerejeiras-RO, 8 de agosto de 2013
Osmar Guarnieri
Escrivão JudicialSede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Avenida das Nações, 2.225 - Centro, CEP: 76997-000 - Fone (69) 3342-2283.

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 diasDE: MARIA BENILDA SAMPAIO CORREIA, brasileira, CPF/MF 206.485.612-91, RG. 508.165 SSP/AM, estando atualmente em lugar incerto.FINALIDADE: CITAÇÃO do(a) requerido(a) acima qualificado(a), para que PAGUE no prazo de 15 (quinze) dias, contados do fim de publicação deste Edital, a importância de R$ 1.418,41, em espécie, advertindo-o(a) de que poderá no mesmo prazo opor embargos que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Cientificando-o(a) ainda de que cumprindo a determinação, ou seja, efetuando o devido pagamento, ficará isento do pagamento de custas e honorários advocatícios.ADVERTÊNCIA: Na ausência de embargos e/ou de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma da execução.Processo:0001850-13.2013.8.22.0013
Classe: Monitória
Assunto: Cheque
Requerente: Castelo Supermercado Ltda EPP
Advogado: Jetro Vasconcelos Carapiá Canto OAB/RO 4956
Requerido: Maria Benilda Sampaio Correia
Advogado: Não InformadoCerejeiras-RO, 8 de agosto de 2013
Osmar Guarnieri
Escrivão JudicialSede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Avenida das Nações, 2.225 - Centro, CEP: 76997-000 - Fone (69) 3342-2283.

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 diasCITAÇÃO DE: JOÃO CARLOS GONÇALVES SILVA, brasileiro, CPF/MF n. 695.998.072-00, RG. 785.056 SSP/RO, estando atualmente em lugar incerto.FINALIDADE: CITAÇÃO do(a) requerido(a) acima qualificado(a), para que PAGUE no prazo de 15 (quinze) dias, contados do fim de publicação deste Edital, a importância de R$ 589,50, em espécie, advertindo-o de que poderá no mesmo prazo opor embargos que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Cientificando-o ainda de que cumprindo a determinação, ou seja, efetuando o devido pagamento, ficará isento do pagamento de custas e honorários advocatícios.ADVERTÊNCIA: Na ausência de embargos e/ou de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma da execução.Processo:0001923-82.2013.8.22.0013
Classe: Monitória
Assunto: Nota de Crédito Comercial
Requerente: Castelo Supermercado Ltda EPP
Advogado: Jetro Vasconcelos Carapiá Canto OAB/RO 4956
Requerido: JOÃO CARLOS GONÇALVES SILVA
Advogado: Não InformadoCerejeiras-RO, 8 de agosto de 2013
Osmar Guarnieri
Escrivão JudicialSede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Avenida das Nações, 2.225 - Centro, CEP: 76997-000 - Fone (69) 3342-2283.

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sede do Juízo: Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 CEP: 76.993-000 Fone:Fax (69) 3341-3021 e 3341-3022.
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
Endereço eletrônico: www.tjro.jus.br
Juiz: gabcolcri@tjro.jus.br
Escrivania: klo1criminal@tjro.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO.
Prazo: 10 dias
Autos nº: 0001506-69.2012.8.22.0012
Classe: Inquérito Policial
Artigo: 147, do Código Penal, c.c. a Lei n° 11.340/2008
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado: ROGÉRIO DE SOUZA, brasileiro, filho de José de Souza e de Florina Ferreira Nunes, nascido aos 01/01/1966, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
Vítima: MICHELE ANDRESSA SILVA, brasileira, solteira, portadora da CIRG nº 779.679 SSP/RO e inscrita no CPF/MF nº 783.955.422-91, filha de Maria da Conceição Silva, nascida em São Paulo-SP, aos 22/03/1979, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Intimação do Indiciado e da Vítima, acima qualificados, dos termos da R. SENTENÇA de Extinção de folhas 016, no seguinte teor: "Vistos etc. Trata-se de procedimento instaurado contra ROGÉRIO DE SOUZA para averiguar prática do crime de ameaça, que somente se procede mediante representação. Todavia, os fatos narrados nos autos datam de 14/6/2012 e até a presente data já se passaram mais de seis meses sem que a ofendida tenha manifestado o direito de representar contra o suposto infrator, tendo ela, inclusive, se manifestado pela não representação (fl. 6). O artigo 38 do Código de Processo Penal, impõe que "o ofendido, ou seu representante legal, decairá do direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contando do dia em que vier a saber quem é o autor do crime". Considerando que até a presente esgotou-se o prazo de seis meses, ante a decadência operada declaro extinta a punibilidade de ROGÉRIO DE SOUZA, nos termos do artigo 107, IV do Código de Processo Penal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, servindo como MANDADO . Arquivem-se oportunamente, promovendo-se as baixas necessárias. Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 28 de janeiro de 2013. Márcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito".
(a) Márcia Regina Gomes Serafim
Juíza de Direito

Proc.: 0003258-57.2004.8.22.0012
Autos de Ação Penal nº 0003258-57.2004.8.22.0012
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia.
Apenado: Cristian Camini
Advogada: Marcos Rogério Schimidt OAB/RO nº 4032 e outros.
Objetivo: INTIMAÇÃO da Advogada Erlete Siqueira Araújo, inscrita na OAB/RO nº 3778, dos termos do R. DESPACHO de folhas 403, no seguinte teor: "Vistos. Indefiro a habilitação de herdeiros da vítima nesses autos (fls. 358/360) já que a SENTENÇA que fixou a reparação mínima de danos a destinou a esposa e filhos de modo geral e não a um específico (fls. 221/224). Antes de cumprir o requerido pelo Ministério Público à fl. 402, oficie-se à Vara de execução penal onde o réu encontra-se cumprindo pena solicitando informações acerca do pagamento, por ele, das custas processuais a que foi condenado. Com a informação dê-se vista dos autos ao Ministério Público e retornem conclusos. Intimem-se. Colorado do Oeste-RO, quarta-feira, 10 de julho de 2013. Márcia Gomes Regina Serafim-Juíza de Direito".
(a) Vera Lúcia Brasil da Cruz Santana
Escrivã Criminal

Gabarito
Autos: Ação Penal n. 0002411-74.2012.8.22.0012
Acusado: Carlos Pedro Macena da Assunção.
Advogada: DEOLAMARA LUCINDO BONFÁ – OAB/RO 1561.
Objetivo: INTIMAÇÃO da Advogada, acima nominada, a fim de apresentar as Alegações Finais, no prazo de cinco (05) dias.
(a) Vera Lúcia Brasil da Cruz Santana
Escrivã Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 10 DIAS
Autos n.: 0000018-45.2013.8.22.0012
Classe: Inquérito Policial
Artigo: 147, do Código Penal, c.c. a Lei n. 11.340/2006.
Autor: Delegado de Polícia Civil de Colorado do Oeste/RO.
Indiciado: DOZINHO MARTINS DE MATOS, brasileiro, nascido em 21/05/1975, filho de Clemente Martins dos Santos e de Raimunda Martins de Matos, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.

Vítima: CLEONICE ROSA FELIPE KLEIN, brasileira, amasiada, diarista, portadora da CIRG n. 1.245.066-SSP/RO e inscrita no CPF/MF sob n. 943.603.752-04, natural de Colorado do Oeste/RO, nascida em 30/05/1979, filha de Nelson Klein e de Maria Felipe Klein, estando em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Intimação do Indiciado e vítima, acima qualificados, dos termos da R. SENTENÇA de Extinção da Punibilidade de folhas 17, no seguinte teor: "Vistos etc. Trata-se de procedimento instaurado contra DOZINHO MARTINS DE MATOS para averiguar prática do crime de ameaça, que somente se procede mediante representação. Todavia, os fatos narrados nos autos datam de 13/12/2012 e até a presente data já se passaram mais de seis meses sem que a ofendida tenha manifestado o direito de representar contra o suposto infrator, tendo ela, inclusive, se manifestado pela não representação (fl. 5). O artigo 38 do Código de Processo Penal, impõe que "o ofendido, ou seu representante legal, decairá do direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contando do dia em que vier a saber quem é o autor do crime". Considerando que até a presente esgotou-se o prazo de seis meses, ante a decadência operada declaro extinta a punibilidade de DOZINHO MARTINS DE MATOS, nos termos do artigo 107, IV do Código de Processo Penal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, servindo como MANDADO . Arquivem-se oportunamente, promovendo-se as baixas necessárias. Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 11 de julho de 2013. Marcia Regina Gomes Serafim-Juíza de Direito."
(a)-Márcia Regina Gomes Serafim
Juíza de Direito.

Vera Lúcia Brasil da Cruz Santana
vlbcs

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Primeiro Juizado Especial Cível de Colorado do Oeste, RO
Email: jecivelcol@tjro.jus.br

Proc: 1000572-60.2013.8.22.0012
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Capeletti & Cia. Ltda. ME(Exequente)
Advogado(s): Elaine Aparecida Perles(OAB 2448 RO)
Valri Inhanse(Executado)
FINALIDADE: Intimar a parte exequente, por via de sua Advogada, para manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça (mov. 10), prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

Proc: 1000432-26.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Franciney Conceição da Silva(Requerente)
Advogado(s): Edna Aparecida Campoio(OAB 3132 RO)
Claro S.A.(Requerido), Embratel Brasileira de Telecomunicações S.A.(Requerido)
Advogado(s): Eliane Duarte Ferreira(OAB 3915 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por via de sua Advogada para que, em relação à requerida Embratel Brasileira de Telecomunicações S.A., requeira o que de direito. Em relação à requerida Claro S.A., retirar alvará judicial na Secretaria do Juizado Especial Cível. Prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

Proc: 1000622-23.2012.8.22.0012
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Vilmar Estigaribia(Requerente)
Advogado(s): Claudio Costa Campos(OAB 3508 RO)
Pemaza - Pereira Martins da Amazonia Ltda - Colorado do Oeste - Ro(Requerido)
Advogado(s): Carlos Luiz Pacagnan(OAB 107B RO)
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por via de seu Advogado, para requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
email: colcivel@tjro.jus.br
Fórum: Joel Quaresma de Moura
Juiz de Direito da Vara Cível: Cristiano Gomes Mazzini
Colorado do Oeste-RO
Rua Humaitá, n. 3879

Proc.: 0000985-90.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Geny Bueno de Lima
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social-INSS
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão de Publicação:
Fica a parte requerente por via de seu advogado, no prazo de 10 dias, intimado para querendo impugnar a contestação do requerido.

Proc.: 0000905-29.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lurdes Panisson Stefanes
Advogado:Gilson César Stefanes (OAB/RO 3964)
Requerido:Banco Bmg S.a.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão de Publicação:
Fica a parte requerente por via de seu procurador, no prazo de 10 dias, intimado para querendo impugnar a contestação do requerido.

Proc.: 0001401-58.2013.8.22.0012
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Lauro Lúcio Lacerda (OAB/RO 3919)
Executado:Kriger & Lisboa Ltda Me Agro Oeste, Zenaide Lisboa Lima Kriger, Célio Lisboa Kriger
Advogado:Claudio Costa Campos (OAB/RO 3508)
FINALIDADE: Fica a parte Exequente intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 05 dias, manifestar-se a cerca da petição de fls. 31/37 da parte executada, apresentando proposta de acordo.

Proc.: 0000970-24.2013.8.22.0012
Ação:Embargos à Execução
Embargante:José Raimundo
Advogado:Pericles Landgraf Araujo de Oliveira (OAB/PR 18294), Luiz Marques Dias Neto (OAB/PR 43408), Henrique Jambiski Pinto dos Santos (OAB/PR 31694), Fausto Luís Morais da Silva (OAB/PR 36427)

Embargado:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
INTIMAÇÃO:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10, intimado a falar sobre a impugnação aos embargos do devedor juntado às fls. 444/476.

Proc.: 0012147-29.2006.8.22.0012
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Exequente:Maria da Silva
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social-INSS
Advogado:Advogado Não Informado (000)
INTIMAÇÃO:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a COMPROVAR o saque ao alvará ora expedido nos presentes autos.

Proc.: 0002447-19.2012.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edson Dias de Oliveira
Advogado:Andréa Melo Romão Comim (OAB/RO 3960)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
INTIMAÇÃO:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a manifestar interesse no prosseguimento do feito com as diligência que julgar necessárias.

Proc.: 0000087-77.2013.8.22.0012
Ação:Monitória
Requerente:Comércio de Material de Construção Amarante Ltda
Advogado:Claudio Costa Campos (OAB/RO 3508)
Requerido:Bonfim Gonçalves Silva
Advogado:Advogado Não Informado (000)
INTIMAÇÃO:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face a certidão de FL.37.

Proc.: 0001557-17.2011.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Edemar Carlesso
Advogado:Valmir Junior Rodrigues Fornazari (DNI dni)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado:Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571), Ivone de Paula Chagas Sant'Ana (OAB/RO 1114), Paulo RogÉrio Barbosa Aguiar (OAB/RO 1723), Francisca Jacirema Fernandes de Souza (OAB/RO 1434), AndrÉia da Silva Lima FrazÃo (OAB/RO 1017), Maria Simirames Aires de Almeida (OAB/RO 1752), Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285), Francianny Aires da Silva (RO 1190), Ricardo Lavorato Tili (OAB/MG 82639), Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818), Jorge Henrique Lima Mourão (OAB/RO 1117), Norazi Braz de Mendonca ( ), Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A), Douglacir Antônio Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 287), Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553), Pedro Origa (OAB/RO 1953), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230), Claudete Solange Ferreira (OAB/RO 972), Juvenilço Iriberto Decarli Junior (RO 1193), Juvenilço Iriberto Decarli (OAB/RO 248A)
INTIMAÇÃO:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado(a), intimada ao cumprimento da SENTENÇA, no prazo de 15 dias, a teor do Art. 475-J, do CPC.

Proc.: 0034035-83.2008.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (RO 111111111)
Executado:Mirian Donadon Campos
Advogado:Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392), Valmir Burdz (OAB/RO 2086)
DESPACHO:
1. Revogo a penhora judicial de parte dos rendimentos da executada, uma vez que o débito constante nestes autos se encontra garantido pela venda do imóvel. Expeça-se o necessário.2. Indefiro o apensamento dos autos, em razão do grande volume físico que se formará, o que dificultaria demasiadamente o manuseio e transporte dos mesmos.3. Da escrivania, requeiro seja dado cumprimento integral à DECISÃO de fl. 865, conforme requerido pelo Ministério Público (fl. 875, parte final).4. Remetam-se os autos à contadoria para atualização do débito.Após, ao MP. Colorado do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0027713-47.2008.8.22.0012
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Antônio José dos Reis Júnior (OAB/RO 281-B)
Executado:Comércio e Representações Disool Ltda-ME, Marta Barbosa da Silva
Advogado:Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3.047),
FINALIDADE: Intimar a parte executada para efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 1.465,15 (um mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos), no prazo de cinco dias, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Proc.: 0026030-38.2009.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Litisconsorte Ativo:Ministério Público do Estado de Rondônia, Município de Cabixi - RO
Advogado:Promotor de Justiça (RO 111111111), Ivacir Dalacosta (OAB/RO 3391)
Executado:José Rozário Barroso, Erico Jorge da Cunha Batista, Eneias Jacinto da Silva
Advogado:Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392), Valmir Burdz (OAB/RO 2086), Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392), Valmir Burdz (OAB/RO 2086), Mário Guedes Junior (OAB/RO 190-A)
FINALIDADE: Intimar a parte executada para cumprir voluntariamente a SENTENÇA no prazo de quinze dias, sob pena de aplicação da multa disposta no art. 475-J do CPC, conforme especificado a seguir:

1- José Rozário Barroso - valor R$ 62.791,05 (sessenta e dois mil, setecentos e noventa e um reais e cinco centavos).
2- Érico Jorge da Cunha Lima - valor R$ 51.802,62 (cinquenta e um mil, oitocentos e dois reais e sessenta e dois centavos).
3- Enéias Jacinto da Silva - valor R$ 7.848,87 (sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta e sete centavos).

Proc.: 0001073-31.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Juvenal Faria Júnior
Advogado:Andréa Melo Romão Comim (OAB/RO 3960), Valdete Tabalipa (OAB/RO 612A)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5.017), Samuel Ribeiro Mazurechen (OAB/RO 4461)
FINALIDADE: Intimar a parte autora para impugnar a contestação de fls. 22/34 no prazo de dez dias..

Proc.: 0001383-71.2012.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Organic Homeopatia Animal Ltda Me
Advogado:Valdete Tabalipa (OAB/RO 612A), Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223), Priscila Sagrado Uchida (OAB/RO 5255), Andréa Melo Romão Comim (OAB/RO 3960)
Requerido:Iveco Ltda., Venezia Comercio de Caminhões Ltda Vilhena, Equipamentos Rodoviários Rodrigues Ltda.
Advogado:Otto Monteiro Gonçalves (OAB/MG 115.332), Rafaela G. Messias (OAB/RO 4656), Daniel Rivorêdo Vilas Boas (OAB/MG 74.368), Joni Frank Ueda (OAB/RO 5.687), Samuel Ribeiro Mazurechen (OAB/RO 4461), Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528), José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529), Katyane Cervi (OAB/RO 4972), Advogado Não Informado (000)
FINALIDADE: Intimar as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, no prazo de cinco dias, desde que de forma pormenorizada justificando sua pertinência.

Proc.: 0000613-78.2012.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria das Dores Alves
Advogado:Mauri Carlos Mazutti (OAB/RO 312B)
Requerido:Sindifisco - Sindicato do Grupo Fisco do Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (000)
FINALIDADE: Intimar a parte autora para apresentar o endereço atualizado do executado, no prazo de cinco dias, sob pena de arquivamento.

Proc.: 0002663-48.2010.8.22.0012
Ação:Arrolamento Comum
Requerente:Vandenez Gulo de Aguiar
Advogado:Claudio Costa Campos (OAB/RO 3508)
Arrolado:Espólio de José Alves de Aguiar
FINALIDADE: Intimar a parte autora do desarquivamento dos autos, bem cono a manifestar-se no prazo de dez dias sob pena de nova remessa ao arquivo.

Proc.: 0026423-94.2008.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:D. P. B. H. M. de M.
Advogado:Valmir Junior Rodrigues Fornazari (DNI dni)
Executado:J. M. de M.
Advogado:Eduardo Barbosa Lima (OAB/GO 25456), Edson Carneiro da Costa (OAB/AC 369)
DECISÃO:
A penhora on line surtiu os efeitos esperados. Assim, convolo o bloqueio judicial em penhora, VALENDO O TERMO DO BACENJUD COMO “TERMO DE PENHORA”, intimando-se o executado, inclusive para, querendo, impugnar a constrição da forma que entender pertinente. Decorrido o prazo, vistas ao exequente para impulsionar o feito, no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento, em analogia ao parágrafo quinto do art. 475-J. Intimem-se.Colorado do Oeste-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0000473-10.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vanderlei Batista Ramos
Advogado:Ana Carolina Almeida Diniz (OAB/RO 3241)
Requerido:Banco Semear Sa
Advogado:Amaro Vinicius Bacinello Ramalho (OAB/RO 3.212), Victor Ribeiro Zadorosny (OAB/MG 111.038), Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB/MG 96.864)
FINALIDADE: Intimar a parte autora para impulsionar o feito no prazo de cinco dias, sob pena de arquivamento.

Proc.: 0000693-42.2012.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eva Rodrigues de Souza
Advogado:Vangivaldo Bispo Filho (OAB/RO 2732)
Requerido:Banco Carrefour Sa
Advogado:Gilberto Badaró de Almeida Souza (OAB/BA 22772), Amaro Vinicius Bacinello Ramalho (OAB/RO 3.212), Dulcinéia Bacinello Ramalho (OAB/RO 1088)
FINALIDADE: Intimar a parte autora para impulsionar o feito no prazo de cinco dias, sob pena de arquivamento.

Proc.: 0001468-23.2013.8.22.0012
Ação:Interdição
Interditante:Antonio Fernando Mazzo
Advogado:Claudio Costa Campos (OAB/RO 3508)
Interditado:Vanda Cristina Mazzo
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão de Publicação:
Intimar a parte autora, através de seu advogado a comparecer em cartório assinar e receber o termo de curatela provisório, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0001869-56.2012.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Carlos Augusto Noemerg
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social-INSS
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão de Publicação:
Fica a parte autora intimada através de seu advogado, a se manifestar quanto ao laudo pericial juntado aos autos, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0001810-68.2012.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Silvio Rodrigues da Silva
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social-INSS
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão de Publicação:
Fica a parte autora intimada através de seu advogado, a se manifestar quanto ao laudo pericial juntado aos autos, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0000836-94.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rute de Oliveira Soares
Advogado:Claudio Costa Campos (OAB/RO 3508)
Requerido:Banco Bradesco S/A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5.416)
Certidão de Publicação:
Intimar a parte requerida, através de seu advogado a especificar as provas que pretende produzir, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0000036-66.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:M. S. de L.
Advogado:Eliane Duarte Ferreira (OAB/RO 3915)
Requerido:C. M.
Advogado:Lídio Luis Chaves Barbosa (OAB/RO 513-A), Márcio Augusto Chaves Barbosa (OAB/RO 3659)
Certidão de Publicação:
Fica a parte requerida, intimada através de seu advogado, a se manifestar quanto a proposta da exequente, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0000524-55.2012.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Embargante: Gustavo Brito de Moura
Advogado: Gilvan Rocha Filho
Embargado: Credicol Factoring Fomento Mercantil Ltda
Advogado: Leandro Augusto da Silva; Valmir Burdz (OAB/RO 2086), Renato Avelino de Oliveira Neto (OAB/RO 3249), Luiz Antonio Xavier de Souza Rocha (OAB/RO 93-A), Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392)
Certidão de Publicação:
Intimar o Embargado, através de seu advogado, a impulsionar o feito, no prazo de 50 dias.

Proc.: 0002066-11.2012.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marialva Aparecida Teixeira Ribas
Advogado:Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392), Valmir Burdz (OAB/RO 2086)
Requerido:Banco Bmg S.a.
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/AM A722)
Certidão de Publicação:
Fica a parte autora, intimada, através de seu advogado, a se manifestar nos autos, quanto ao depósito efetuado pelo requerido, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0000096-73.2012.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Ataide Farias Prestes
Advogado:Maria Heloisa da Cunha (OAB/RO 4981)
Requerido:Cleison Pinheiro Cangussu Me
Advogado:Cláudio Costa Campos; Sérgio Cristiano Correa (OAB/RO 3492)
Certidão de Publicação:
Intimar o requerido, através de seu advogado, a regularizar a representação processual, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0001021-06.2011.8.22.0012
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Exequente:Sivaldo Mariano Dias
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social-INSS
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão de Publicação:
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dar prosseguimento ao feito.

Proc.: 0000242-51.2011.8.22.0012
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:José Morello Scariott
Advogado:José Morello Scariott (OAB/RO 1066)
Executado:Sebastião Campos Jordão, Mirian Donadon Campos
Advogado:Mauri Carlos Mazutti (OAB/RO 312B)
Certidão de Publicação:
Intimar as partes, autora e ré, através de seus advogados, para no prazo comum de 05 (cinco) dias, manifestem-se quanto ao laudo pericial juntado aos autos.

Proc.: 0000982-72.2012.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena Sicredi Univales
Advogado:Pedro Francisco Soares (MT 12.999)
Executado:Silvano Ferreira Silva, Eulália da Silva Russi Ferreira
Advogado:Valmir Burdz (OAB/RO 2086), Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392), Valmir Burdz (OAB/RO 2086)
Certidão de Publicação:
Intimar a parte autora, através de seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, dar prosseguimento ao feito.

Proc.: 0000568-40.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Damião Taveiro da Silva
Advogado:Valmir Burdz (OAB/RO 2086), Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392)
Requerido:Sabemi Seguradora Sa
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
DECISÃO:
Vistos e examinados.Inicialmente, antes de analisar a pertinência das provas requeridas, com base no poder conferido ao magistrado no art. 130 do Código de Processo Civil, que pode, de ofício ou a requerimento das partes, determinar as provas necessárias à instrução do processo, converto o feito em diligência, determinando ao autor, por ora, que traga aos autos os seguintes documentos:Cópia do documento de identidade, vez que consta da Carteira Nacional de Habilitação, em verdade, número do Registro Geral divergente do contrato jungido às fls. 62/63; Cópia da certidão de casamento, posto que no mencionado contrato consta que o autor era solteiro e na inicial consta como casado; Que preste esclarecimentos se já teve residência na cidade de Jaru, no endereço fornecido. Caso contrário, que traga aos autos comprovante de endereço demonstrando o contrário.Para a requerida determino, por ora, que traga aos autos os documentos que foram anexados ao presente contrato quando da sua elaboração, em especial o documento de identidade e comprovante de endereço.Prazo comum de 05 (cinco) dias para ambas as partes.Outrossim,

quanto ao pedido do autor de fl. 88, requerendo seja expedido ofício ao Banco do Brasil, determinando que o mesmo se abstenha de promover qualquer desconto na conta bancária do requerente, em favor da requerida, a fim de manter a efetividade da liminar deferida alhures, defiro o pedido. Oficie-se conforme requestado determinando à instituição financeira que se abstenha de efetuar descontos na conta do requerente, de nº 9.706-3, em favor da requerida, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de desobediência. Cumpra-se. Expeça-se o necessário.Colorado do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0001525-41.2013.8.22.0012
Ação:Carta Precatória (Cível)
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Antônio José dos Reis Júnior (OAB/RO 281-B)
Executado:Silvio Ney Borino
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Cumpra-se servindo cópia da precatória como MANDADO, ou expeça-se o necessário.Após, observadas as formalidades legais, devolva-se com nossas homenagens.Colorado do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0002100-83.2012.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Osvaldo Chagas de Moura
Advogado:Eliane Duarte Ferreira (OAB/RO 3915)
Requerido:Banco Bmg S.a.
Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696)
SENTENÇA:
O executado efetuou o pagamento da dívida, conforme declaração da exequente. O representante do Ministério Público opinou pela extinção do feito. Posto isso, DECLARO EXTINTA A EXECUÇÃO, com fundamento do art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado, arquive-se. P.R.I.CColorado do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0000927-24.2012.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Maria Heloisa da Cunha (OAB/RO 4981)
Executado:Cleia Costa Oliveira Piva
Advogado:Andréa Melo Romão Comim (OAB/RO 3960), Valdete Tabalipa (OAB/RO 612A)
DESPACHO:
Com razão a executada vez que suspensa a exigibilidade dos honorários advocatícios, conforme determinado na SENTENÇA, na forma do art. 12 da Lei 1.060/50, defiro assim, o pedido de fls. 112. Intime-se. Após, arquivem-se com as devidas baixas. Colorado do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0000047-95.2013.8.22.0012
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Volkswagen S/A
Advogado:Marcelo Brasil Saliba (OAB/MT 11546A), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/MT 4482)
Requerido:Nubia Giana Pagangrizo
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Defiro os pedidos de fls. 65/66. Desentranhe-se o MANDADO de busca e apreensão, conforme requerido. As publicações e intimações deverão ocorrer exclusivamente em nome do advogado MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO, conforme pleiteado (fl. 66).Colorado do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0001516-79.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Iranédio Carlos Pereira
Advogado:Gilvan Rocha Filho (OAB/RO 2650)
Requerido:Deusimar Marinho Ribeiro
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Emende-se a inicial, sob pena de indeferimento, a fim de incluir dentre os pedidos a condenação do requerido na obrigação de fazer, consistente em transferir o veículo objeto da demanda para o seu nome, bem como o pagamento de todos os débitos que recaiam sobre o mesmo. Prazo de 10 (dez) dias.Colorado do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0002256-71.2012.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ana Costa dos Santos
Advogado:Manoel Elias de Almeida (OAB/RO 208)
Requerido:Banco Matone
Advogado:Paulo Eduardo Dias de Carvalho (OAB/SP 12.199), Elizete Aparecida Oliveira Scatigna (OAB/SP 68.723), Priscila Regina Vieira Simões (OAB/SP 180020)
DESPACHO:
Dê-se vistas as partes para se manifestarem, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca dos documentos jungidos aos autos às fls. 73/74. Colorado do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0001523-71.2013.8.22.0012
Ação:Carta Precatória (Cível)
Exequente:Caixa Econômica Federal-CEF
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Executado:Maria Laura de Menezes Fraga, José Afonso Fraga
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Cumpra-se servindo cópia da precatória como MANDADO, ou expeça-se o necessário.Após, observadas as formalidades legais, devolva-se com nossas homenagens.Colorado do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0023566-51.2003.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Exequente:Rosalina Klein
Advogado:Moacir Nascimento de Barros (OAB/RO 1747)
Executado:Teleron - Brasil Telecom
Advogado:Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Ana Ester Feitosa de Britto (OAB 649), Janus Pantoja (OAB 1339), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Domingos Sávio Neves Prado (OAB-RO 2004), Tiago Pereira dos Santos (OAB-RO 2079), Tony Marcelo Gonzalez Rivera (OAB-SP 117.334)

DESPACHO:
Novamente compareceu a executada nos autos aduzindo a existência da quantia de R$ 40.000,00 penhorado no processo. À fl. 138 foi determinado a serventia que procedesse a verificação minuciosa do processo no livro de depósitos judicias, visando encontrar o suposto depósito judicial, contudo, nada fora encontrado (fl. 140).Isso posto, intime-se a executada para melhor indicar a consistência da penhora de valores, conforme sustentado, eis que as folhas indicadas em sua petição não condizem com termo/auto de penhora. Prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de novo arquivamento.Colorado do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0000466-18.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Walter Pereira de Souza
Advogado:Gilson Ely Chaves de Matos (OAB/RO 1.733), Estevan Soletti (OAB/MT 10063)
Requerido:Claro S A
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DECISÃO:
Trata-se a presente de cumprimento de SENTENÇA . Às fls. 49/50 dos autos compareceu a requerida informando que não foi possível cumprir o acordo quanto ao depósito das quantias acordadas, diretamente da conta bancária da esposa do autor, vez que trata-se de empresa cooperativa o que impossibilita a transferência eletrônica (juntou telas). Em razão disso, ainda dentro do prazo estipulado de 20 (vinte) dias úteis, a requerida efetuou o pagamento dos valores por meio de depósito judicial (fl. 53).Vistas ao autor este requereu a aplicação da multa estipulada, posto que a requerida descumpriu o acordado, bem como a transferência das quantias já pagas para conta bancária de seu patrono. Pois bem.Conforme consta dos autos o prazo estipulado para o pagamento da quantia de R$ 4.000,00, a título de danos morais, foi de 20 (vinte) dias úteis, tendo o acordo sido homologado em 06/05/2013. Verifico que o depósito judicial efetuado pelo requerido ocorreu em 17/05/2013, estando os valores acordados a disposição deste juízo desde então.Assim, embora o depósito não tenha sido efetuado da forma como fora acordado, por meio de depósito bancário, não vejo qualquer prejuízo para a parte autora, vez que a transação fora devidamente cumprida dentro do prazo. Ora, em tendo ocorrido o depósito tempestivamente não vejo motivo para aplicação da multa estipulada, referente à cláusula penal. Conforme consta, o descumprimento do acordo deu-se em razão da impossibilidade da transferência e não por desídia. Mesmo que assim fosse, ainda assim entendo que não haveria prejuízo para o autor. Logo, incabível o pedido do autor de fls. 61/62.Outrossim, quanto ao pedido de fl. 64, verifico dos autos que o patrono em questão não dispõe de poderes especiais para receber quantias, conforme denota-se da procuração jungida à fl. 11 dos autos, logo, incabível o pedido da forma requerida.Por todo o exposto, reconheço o depósito tempestivo das quantias, motivo pela qual deixo de aplicar a multa estipulada. Lado outro, intime-se o autor para trazer aos autos procuração com poderes especiais para receber quantias ou, caso queira, requerer alvará em nome do autor. Colorado do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0000784-98.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Juracy Teixeira dos Santos
Advogado:Claudio Costa Campos (OAB/RO 3508)
Requerido:Companhia de Água e Esgotos de Rondônia Caerd
Advogado:Maricelia Santos Ferreira.. (RO 324-B), Ingrid Rodrigues de Menezes (RO 1460)
SENTENÇA:
Juracy Teixeira dos Santos ingressou com a presente ação declaratória de negativa de débito cumulada com indenização por danos morais, repetição de indébito e pedido de tutela antecipada em desfavor de Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD, alegando, em apertada síntese, que a requerida incluiu o seu nome em cadastros restritivos de crédito por débito já pago. Face a isso requereu danos morais e a repetição do indébito. Juntou documentos (fls. 14/24). No DESPACHO inicial foi deferida liminar para exclusão do nome da requerente dos cadastros restritivos de crédito, oportunidade em que foi deferida a inversão do ônus da prova (fl. 25/25-v).A requerida, devidamente citada, não impugnou os fatos narrados pelo requerido, nem tão pouco seus documentos, se atendo nas alegações de que ao caso houve engano justificação, inviabilizando a aplicação de danos morais em razão da inclusão. Impugnação a contestação aportada às fls. 57/50.Intimadas as partes para especificarem as provas que pretendiam produzir, o requerente requestou prova pericial, depoimento pessoal da parte requerida e prova testemunhal. A requerida por sua vez narrou que não tem provas a apresentar além das já constantes dos autos.Após, os autos vieram-me conclusos. Este o RELATÓRIO . Decido.Estando os autos documentados, prescindindo-se de novas provas, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 330, I, do CPC. Além do mais, o feito encontra-se em ordem e em condições se ser proferida a SENTENÇA já tendo elementos suficientes para resolução da demanda, não sendo necessária maiores provas, razão porque não vislumbro qualquer contribuição na produção de outras provas. Sendo assim, estando presentes as condições para o legítimo exercício do direto de ação, bem como os pressupostos processuais de existência e validade, estando os autos aptos à prolação da SENTENÇA, passo à apreciação do MÉRITO . Pois bem.Em que pese as alegações da parte requerida, no sentido de ser incabível qualquer responsabilidade em razão da inclusão do nome do autor nos cadastros restritivos ao crédito, sua responsabilidade civil emerge de forma cristalina nos autos, vez que a conduta negligente desta foi o fator decisivo para a ocorrência dos fatos. Verifica-se dos autos que a requerida em nenhum momento impugnou os fatos apresentados pelo requerente, nem tão poucos os documentos que acompanham a inicial. Assim, nos termos do art. 302 do Código de Processo Civil, presumem-se como verdadeiros os fatos alegados.Embora independam de provas os fatos admitidos no processo como incontroversos (art. 334, IV, CPC), face a presunção legal de veracidade dos fatos alegados, conforme acima exposto, o requerente trouxe aos autos comprovante de pagamento da fatura do mês de maio de 2013, mês objeto da inclusão, prova esta hábil para demonstrar que o débito, em verdade, encontrava-se quitado.Como se não bastasse tudo isso, a requerida em sua defesa confessa que de fato houve um engano na inclusão do nome do autor nos cadastros restritivos ao crédito, o que por si demonstra sua conduta negligente.Portanto, verificada a ocorrência de fatos, consubstanciada na inclusão indevida do nome do autor nos

cadastros de proteção ao crédito, o que certamente lhe trouxe grandes transtornos, estando o débito quitado (comprovante de pagamento e presunção de veracidade), entendo imperioso o dever de indenizar, na medida em que os danos morais, nestes casos, são presumidos. O STJ já firmou entendimento que “nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica.” (REsp 1059663/MS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 17/12/2008).O art. 6º, incisos VI e VIII do CDC, estabelece que é direito básico do consumidor a efetiva prevenção e reparação dos danos a si causados, com a facilitação da defesa dos seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova a seu favor.Pelas provas produzidas nestes autos, não existe controvérsia sobre o fato em si, haja vista ser evidente que a negativação efetivamente ocorreu. Assim, vislumbro a conduta ilícita da ré na inclusão indevida do nome da parte requerente e o nexo causal entre esta e o resultado lesivo.A responsabilidade da requerida pelos danos morais causados a autora é de natureza objetiva, uma vez que decorreram de ato ilícito, qual seja a inclusão indevida do seu nome em cadastros de restrição de crédito, por um débito inexistente. Assim, descabe até, a comprovação de culpa.O dano moral atinge, fundamentalmente, bens incorpóreos, a exemplo da imagem, da honra, da privacidade, da auto estima. Compreende-se, nesta contingência, a imensa dificuldade em provar a lesão. Daí, a desnecessidade de a vítima provar a efetiva existência da lesão.Assim, considerando as condições sociais e econômicas da parte requerida, considerando o tempo que o nome da autora permaneceu no cadastro de indimplentes pelo após a quitação do débito, fixo a indenização no patamar de R$ 6.000,00 (seis mil reais), valor que entendo ser capaz de amenizar o dano moral sofrido, bem como servir para dissuadir a parte requerida da prática de novos atos como o presente.Quanto ao próprio débito que originou a inscrição da parte requerente no SERASA, declaro-o inexistente, já que devidamente quitado o valor pela autora, em agosto de 2012. Por fim, quanto ao pedido de repetição do indébito, não há nos autos qualquer fato que demonstre o cabimento desse pedido, na forma do parágrafo único do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor.Diante do exposto, resolvendo o MÉRITO, nos termos do art. 269, I, do CPC, ACOLHO PARCIALMENTE O PEDIDO INICIAL, e o faço para condenar Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD a pagar a parte autora, Juracy Teixeira dos Santos, a título de danos morais, o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), já corrigidos (súmula 362 do STJ); Confirmar a liminar deferida no início do processo, para a exclusão do nome da autora de todos os cadastros de negativação em que o nome dela constar do fato apurado nestes autos. Declarar inexistente o débito debatido na lide que originou a inscrição da autora nos cadastros de proteção ao crédito. Condenar, ainda, o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 20, §3º, do CPC, dada a simplicidade da causa.Transitado em julgado, intime-se a parte requerida para cumprir a SENTENÇA, no prazo previsto no art. 475J do CPC, sob pena de execução forçada do débito e inclusão de multa de 10% prevista no mesmo diploma legal. Transcorrido o prazo da intimação, intime-se a parte exequente para que requeira o que de direito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento. PRIC.Colorado do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Márcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0000147-50.2013.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Juracy Maria Bezerra de Sá
Advogado:Mauri Carlos Mazutti (OAB/RO 312B)
Requerido:Banco Panamericano Sa
Advogado:Feliciano Lyra Moura (OAB/PE 21.714)
DESPACHO:
Em tempo, retifico erro material a fim de determinar seja expedido alvará judicial no valor de R$ 3.787,15, posto que efetuado novo desconto no mês de julho, a qual deve ser restituído em dobro.Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0001939-44.2010.8.22.0012
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Requerente:Terezinha Maria Torres
Advogado:Dulcinéia Baldin (OAB/RO 3537), Rodrigo Will Mendes (OAB/RO 2175)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social-INSS
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Incabível o pleito da exequente vez que a presente demanda fora extinta e arquivada, conforme SENTENÇA de fl. 99, transitada em julgada. Conforme salientado a DECISÃO não configurou a extinção do crédito alimentício ou remissão por odem do Juízo, podendo a parte exequente propor novamente a execução, desde que não prescrito o título. Face a isso, devolvam-se os autos ao arquivo. Antes porém, intime-se.Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0014638-09.2006.8.22.0012
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Exequente:Laura Alves Fonseca
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social-INSS
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Cite-se nos termos do artigo 730 do CPC.Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0001524-56.2013.8.22.0012
Ação:Carta Precatória (Cível)
Autor:M. P. do E. do R. G. do S.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 111111111)
Réu:J. S. dos S.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Designo o Laboratório Bioanálises desta cidade para coleta do material genético do suposto genitor. Oficie-se a instituição para designar data para ser recolhido o material. Anexe ao oficio que a coleta deve ser procedida conforme determinações de fl. 09 dos autos. Após, intime-se o réu para comparecer ao Laboratório na data apraza, munido de seus documentos pessoais, devendo ser acompanhado por Oficial de Justiça, conforme solicitado, a fim de ser feita a coleta do material genético. Expeça-se o necessário. Tudo cumprido, devolva-se a origem com as nossas homenagens.Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0001543-62.2013.8.22.0012
Ação:Carta Precatória (Cível)
Exequente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Executado:Magalhães e Santin Ltda., José Fernando Prates
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Cumpra-se servindo de MANDADO . Após, observadas as formalidades legais, devolva-se com nossas homenagens. Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0001567-27.2012.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Map Terraplanagem e Transportes Ltda
Advogado:Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616-A)
Executado:Ivonir Zago
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Retifique-se o MANDADO de fl. 76 a fim de intimar a parte EXECUTADA e não a parte requerente, posto que as custas são devidas por aquela. Após, proceda-se conforme SENTENÇA de fl. 72.Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0000546-79.2013.8.22.0012
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fundação Pio Xii Hospital de Câncer de Barretos
Advogado:Elaine Cristina Vilela Borges Melo (OAB/SP 201.921), Moacir Nascimento de Barros (OAB/RO 1747)
Executado:José Nilson Brizolla Weber
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Verifico dos autos que os depósitos judiciais foram efetuados no Banco do Brasil e não na Caixa Econômica Federal, conforme consta do alvará judicial. Face a isso, considerando a efetividade da transferência bancária, defiro o pedido do exequente. Oficie-se a instituição bancária para que proceda a transferência dos valores, conforme requestado. Ressalta-se que a conta judicial é a mesma nº 99747159-X, agência 2234. Expeça-se o necessário.Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0000521-03.2012.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:B. W. M. Auto Posto Ltda
Advogado:Claudio Costa Campos (OAB/RO 3508)
Requerido:Luiz Carlos Rodrigues da Silva
Advogado:Gilvan Rocha Filho (OAB/RO 2650), Lídio Luis Chaves Barbosa (OAB/RO 513-A), Márcio Augusto Chaves Barbosa (OAB/RO 3659)
DESPACHO:
Desentranhe-se o MANDADO para fiel cumprimento, intimando-se o interessado INDUSTRIA DE LATICÍNIOS VITÓRIA LTDA, representada por seu sócio proprietário LINDOMAR PORFÍRIO SILVA, conforme ANOTADO no próprio MANDADO . CUMPRA-SE.Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Geralda Marta de Souza Gomes Cardoso
Escrivão Judicial

COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

1º CARTÓRIO

1º Cartório

Proc.: 0000252-39.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Cristina da Silva
Advogado:André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119), Iris Christina Gurgel do Amaral Pini (RO 844)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
DESPACHO:
DESPACHO COM FORÇA DE CARTA DE CITAÇÃOVistos etc.Defiro o recolhimento das custas processuais ao final. Cite (m)-se a (s) parte (s) requerida (s)acima mencionada(s) para responder(em) a ação supra identificada, no prazo de 15 (quinze) dias.Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora (Código de Processo Civil, artigos 285 e 319).SIRVA-SE A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA DE CITAÇÃO, observando o (s) endereço (s) declinado (s) na cópia da petição inicial em anexo, cujo valor da causa é R$ 7.762,50 (sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).Pautado no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e afim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, autorizo o Sr. Escrivão ou substituto imediato a prática dos seguintes atos ordinatórios: a) com a vinda da contestação,desde que acompanhada de documentos que não digam respeito à representação processual ou venha contendo preliminares, dê-se vista à parte autora em réplica e, no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista a parte ré; b) apresentada a contestação ou depois da réplica, dê-se vista às partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência e a FINALIDADE, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, faculto às partes depositarem o respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas.Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos. Int.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002872-58.2012.8.22.0008
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União
Executado:Laminados União Ltda, Mario Cesar Miranda Júnior
DESPACHO:
Vistos, etc...Concedo o prazo de quinze dias para o subscritor da petição de fls. 88 juntar aos autos o substabelecimento da procuração.Manifeste-se a Exequente sobre o pedido de fls. 88/89.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004793-52.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Geraldo Dias da Silva
Advogado:Eric Júlio dos SantosTiné (OAB/RO 2507)
Executado:Genivan de Souza
Edital - Publicar:
1ª Vara
Área: Cível
EDITAL de CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
Prazo: 30 dias
CITAÇÃO e INTIMAÇÃO DE: GENIVAN DE SOUZA, brasileiro, CPF 013.786.802-27, último endereço conhecido a Rua Acre, nº 3244, no município de Espigão do Oeste-RO, atualmente estabelecida em lugar incerto e não sabido.
Processo: 0004793-52.2012.8.22.0008
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Nota Promissória
Exequente: Geraldo Dias da Silva
Advogado: Eric J. S. Tiné – OAB/RO 2507
Executado: Genivan de Souza
Valor da Dívida: R$ 5.844,30 (cinco mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta centavos)
FINALIDADE:
a) CITAÇÃO dos executados, acima indicados, para PAGAR no prazo de 03 (três) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida de R$ 4.252,19 (quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e dezenove centavos), acrescida de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, custas e honorários advocatícios, os quais ficam fixados em 10% (dez por cento) sobre o débito atualizado, salvo em caso de embargos, os quais poderão ser elevados. Havendo o pagamento voluntário e total no prazo mencionado no parágrafo anterior, a (s) parte (s) devedora (s) terá (ão) o benefício de redução da verba honorária para a metade da que ora é arbitrada. Ou no mesmo prazo nomear bens a penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pela exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação. Todavia, decorrido o prazo sem pagamento, PROCEDER-SE-Á A PENHORA E AVALIAÇÃO de tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios, observando-se o(a) oficial de Justiça o disposto na Lei n. 8.009/90 (Lei da Impenhorabilidade) e o artigo 649 e incisos do CPC. Caso deseje (m) opor embargos, a (s) parte executada (s) disporá (ão) do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do MANDADO de citação. Contudo, se nesse prazo de embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento)do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá (ão) a (s) parte (s) executada (s) requererem seja (m) admitido (s) a pagar (em) o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. E, para constar passou o presente em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, sendo que o original será afixado no local de costume e as demais publicadas de acordo com a lei.
(documento assinado digitalmente)
Leonel Pereira da Rocha

Juiz de Direito
BRJ

2º CARTÓRIO

2º Cartório

Proc.: 0001673-35.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adão Rosa da Cunha
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
SENTENÇA:
Vistos.ADÃO ROSA DA CUNHA, qualificado nos autos, aforou AÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA ESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA E/OU CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ C/C COM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA ?INAUDITA ALTERA PARS? em face do INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL, também qualificado nos autos, requerendo a concessão, pois encontra-se enfermo e requereu junto ao INSS administrativamente auxílio-doença, no qual fora indeferido, em razão de não ter sido constatado pela perícia médica a incapacidade laborativa.Indeferida a antecipação de tutela em relação a imediata implantação do benefício, a parte requerida foi citada, e não apresentou contestação.DESPACHO saneador ás fls. 42 determinou a a realização de perícia médica judicial. O Laudo pericial foi juntado às fls.59. Petição da parte autora impugnando o laudo médico. O INSS por sua vez pugnou pela improcedência da ação (fls. 64).É o RELATÓRIO . Decido. Inicialmente, verifico que não há preliminares a serem analisadas. Os pressupostos processuais encontram-se preenchidos, e presentes as condições da ação, sendo desnecessária qualquer dilação probatória.O autor se manifestou às fls. 60, impugnando o laudo pericial apresentado às fls. 59, sob a justificativa de que o perito não possui formação profissional em dermatologia, que é o caso da doença do requerente. A impugnação ao laudo pericial não merece prosperar. Veja que o autor não aponta erro que justifique o desfazimento da prova, o que realmente pretende é a realização de nova perícia pelo inconformismo do resultado. Demais disso, o prazo para impugnação quanto ao perito nomeado, está precluso, pois o momento adequado para tal arguição, seria no prazo de 05 dias da nomeação, conforme dispõe o art. 138, III, § 1º, do CPC. Por outro lado, a lei autoriza que a perícia seja realizada por médico clinico geral quando na localidade não houver especialista (§ 3º, art. 145, do CPC). Com relação ao pedido de nova perícia, entendo que não merece prosperar a pretensão do autor, pois o perito constatou a existência da patologia apontada anteriormente, somente discordou com relação a incapacidade laborativa do autor.Desta forma, entendo que não há necessidade de realização de nova perícia, portanto, mantenho a perícia realizada.A aposentadoria por invalidez pleiteada tem sua concessão condicionada ao preenchimento de três requisitos, a saber: a) qualidade de segurado(a qual deve estar presente quando do início da incapacidade); b) preenchimento do período de carência (exceto para determinadas doenças, previstas expressamente em ato normativo próprio); c) incapacidade total e definitiva para o trabalho exercido pelo segurado, ou seja, para o exercício de suas funções habituais. Em outras palavras, para o deferimento da aposentadoria por invalidez, a incapacidade dever ser permanente(sem possibilidade de recuperação) e total para a atividade exercida pelo segurado.Para o estabelecimento do auxílio-doença pleiteado pela parte autora a incapacidade deve ser parcial e temporária (com possibilidade de recuperação) para o exercício de suas funções habituais. No caso em tela,

conforme se depreende do laudo médico pericial, a parte autora não está incapacitada de modo temporário ou permanente para o exercício de suas funções, em razão dos problemas de saúde que a acomete.A concessão do benefício de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez é condicionada à comprovação da condição de segurado da Previdência Social e da existência de incapacidade parcial/temporária ou total/permanente para o trabalho (artigos 39, I, e 59, caput, da Lei 8.213/91). Conforme entendimento abaixo: DIREITO PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. NÃO COMPROVAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. CONCLUSÃO DA PERÍCIA MÉDICA. POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO. PRINCÍPIO DA LIVRE CONVICÇÃO DO JUIZ. RECURSO DESPROVIDO. 1. Diante do conjunto probatório apresentado, constata-se que não houve o preenchimento dos requisitos necessários para a concessão do benefício, porquanto não restou demonstrada a incapacidade laborativa, segundo a CONCLUSÃO do laudo do perito. 2. Considerado o princípio do livre convencimento motivado, é de se concluir que o estado das coisas reinante não implica incapacidade laborativa da parte autora, razão pela qual não faz jus ao benefício de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença. 3. Embora o sistema da livre persuasão racional permita ao julgador não se vincular às conclusões da perícia, não se divisa dos autos nenhum elemento que indique o contrário do afirmado no laudo. Precedente do STJ. 4. Recurso desprovido.(AC 201003990303230, JUIZ BAPTISTAPEREIRA, TRF3 - DÉCIMA TURMA, DJF3 CJ1 DATA:09/03/2011 PÁGINA: 582.). Isto posto, julgo IMPROCEDENTE o pedido inicial com fulcro no artigo 269 inciso I do CPC, pelas razões acima apresentadas.Condeno o autor nas custas processuais, tonando-as inexigíveis no prazo e forma dos artigos 11 e 12 da Lei n. 1.060/50. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário, de acordo com o disposto no art. 475, § 2º e §3º, do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado, nada sendo requerido ao ARQUIVO.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza substituta

Proc.: 0005118-27.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Misael de Souza Almeida
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DECISÃO:
Para fazer jus ao benefício assistencial a parte autora deve também ser portadora de deficiência que traz incapacidade para a vida independente e para o trabalho, conforme previsto no artigo 2º, inciso IV, da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/93), regulamentado pelo Decreto nº 1.744/95 e pela Lei nº 9.720/98.Assim, oficie-se a Secretaria Municipal de Saúde para indicar médico para perícia, ressalto que deve ser profissional especialista da área de neurologia.Como quesito do juízo o SR. Perito deverá responder:Devendo este avaliar a capacidade laboral da parte autora, esclarecendo: a) se a enfermidade a incapacita para o trabalho de forma permanente ou temporária? b) se a incapacidade é parcial ou total? c) se o requerente está impossibilitado de exercer sua última atividade laboral? e, d) se há possibilidade de reabilitação para o exercício de outras atividades laborativas? Intime-se a parte autora através de seu advogado para juntar rol quesitos que devem ser respondidos pelo perito, no prazo de 05(cinco) dias, caso queira. O rol de quesitos do requerido já foi apresentado às fls. 48v º.Marcada a perícia pela Secretaria, intime-se a parte autora através de seu advogado para comparecer na data e local designados, devendo comparecer munida de documentos pessoais e de todos os exames médicos que dispõe para facilitar o trabalho pericial.Nos termos da lei, poderá as partes indicarem assistente técnico, no mesmo prazo delimitado no parágrafo anterior, que caso indicado, deverá ofertar seu parecer, no prazo de 10 (dez) dias, após a entrega de laudo. Consigne-se no ofício à Secretaria que o laudo deverá ser entregue no prazo de 30 dias após a realização da perícia. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza substituta

Proc.: 0000993-79.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Pereira da Costa
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DECISÃO:
Para fazer jus ao benefício assistencial a parte autora deve também ser portadora de deficiência que traz incapacidade para a vida independente e para o trabalho, conforme previsto no artigo 2º, inciso IV, da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/93), regulamentado pelo Decreto nº 1.744/95 e pela Lei nº 9.720/98.Assim, oficie-se a Secretaria Municipal de Saúde para indicar médico para perícia, ressalto que deve ser profissional especialista da área de ortopedia.Como quesito do juízo o SR. Perito deverá responder:Devendo este avaliar a capacidade laboral da parte autora, esclarecendo: a) se a enfermidade a incapacita para o trabalho de forma permanente ou temporária? b) se a incapacidade é parcial ou total? c) se o requerente está impossibilitado de exercer sua última atividade laboral? e, d) se há possibilidade de reabilitação para o exercício de outras atividades laborativas? Intime-se a parte autora através de seu advogado para juntar rol quesitos que devem ser respondidos pelo perito, no prazo de 05(cinco) dias, caso queira. O rol de quesitos do requerido já foi apresentado às fls. 28v º.Marcada a perícia pela Secretaria, intime-se a parte autora através de seu advogado para comparecer na data e local designados, devendo comparecer munida de documentos pessoais e de todos os exames médicos que dispõe para facilitar o trabalho pericial.Nos termos da lei, poderá as partes indicarem assistente técnico, no mesmo prazo delimitado no parágrafo anterior, que caso indicado, deverá ofertar seu parecer, no prazo de 10 (dez) dias, após a entrega de laudo. Consigne-se no ofício à Secretaria que o laudo deverá ser entregue no prazo de 30 dias após a realização da perícia. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza substituta

Proc.: 0002094-54.2013.8.22.0008
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Vicente Ferreira Primo
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Requerido:Israel Correa Lopes
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)
DECISÃO:
Vistos.Trata-se de Ação de Reintegração de Posse promovida por Vicente Ferreira Primo em face de Israel Correa Lopes. Devidamente citado, o requerido apresentou contestação e reconvenção na mesma peça processual, requerendo a revogação da medida liminar, em razão do inadimplemento

contratual do autor, que, segundo aponta, vem mantendo no imóvel gado em quantidade superior ao suportado pelo pasto, sem efetuar o pagamento dos valores referentes ao arrendamento das pastagens. O art. 299 exige que a contestação e a reconvenção venham em peças separadas. No entanto, tem-se admitido o recebimento da reconvenção em peça única (junto com a contestação), desde que haja indicação do necessário para a sua identificação. Preenchidos os pressupostos processuais e as condições da ação, bem como demonstrada a conexão dos pedidos reconvencionais à ação principal, RECEBO à reconvenção apresentada, que tramitará segundo o rito comum ordinário art. 274 do CPC.Verifico que o requerente já foi cientificado quanto à Reconvenção e a contestação apresentada, já tendo manifestado-se quanto a estas.Com relação à medida liminar, por ora, entendo não ser o caso de revogação. Pelo que denota-se a ocupação do imóvel pelo requerido foi calcada em suposto inadimplemento do contrato de fls. 09, o que configura esbulho, pois o ordenamento jurídico disponibiliza instrumentos processuais próprios para a solução de conflitos em juízo, vedando a autotutela, bem como o exercício arbitrário das próprias razões. De fato, eventual inadimplemento contratual não justifica a retomada unilateral do imóvel. Ressalta-se que eventual prejuízo advindo do mau uso do pasto deverá ser indenizado pelo arrendador, no caso requerente, de forma que este argumento também não justifica a revogação da medida. Assim, mantenho a medida de reintegração.Dando prosseguimento ao feito, considerando que a conciliação é o meio econômico, ágil e eficaz para compor os litígios levados à justiça contribuindo para a pacificação social, e vislumbrando no caso dos autos grandes possibilidade de resolver a lide através de um acordo, designo audiência de conciliação para o dia 06/09/2013 às 10h.Intime-se o autor/reconvinte para apresentar na audiência documentos comprobatórios do pagamento do arrendamento. Intime-se o autor por MANDADO, cientificando a Defensoria Pública.Intime-se o réu por meio de seu advogado, via DJE.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0001105-82.2012.8.22.0008
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Madeireira Andres Ltda
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
DESPACHO:
Cumpra-se o DESPACHO de fls. 32, parágrafo 1º.Intime-se a exequente para se manifestar sobre a certidão de fls. 37 e indicar no prazo de 5 (cinco) dias bem passível de penhora do executado, sob pena de extinção pelo art. 53, §4º, da Lei 9.099/95.Decorrido o prazo sem manifestação, o que deve ser certificado, façam conclusos para extinção.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003926-59.2012.8.22.0008
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Metalúrgica e Vidraçaria Amaral
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Elessandro Correa da Silva
DESPACHO:
Expeça-se MANDADO de penhora/avaliação/intimação/ e remoção do seguinte bem indicado pelo exequente:madeira da essência garapeira, serradas em caibros, vigas e tábuas, localizada na estrada da Figueira, km 04.Em caso de penhora, proceder IMEDIATAMENTE a remoção do bem, nos termos do art. 666 do CPDC, depositando em mãos do credor, devendo o credor fornecer os meios para a remoção.Intime-se ainda o executado de que o prazo para impugnação será de 15 dias a contar desta intimação (475, J § 1º do CPC). Ressalto que cabe ao credor acompanhar a distribuição distribuição do MANDADO e entrar em contato com o oficial de justiça, a fim de facilitar a localização do bem e fornecer os meios necessários à remoção. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.Valor do cumprimento da SENTENÇA: R$ 1.530,00.SERVE CÓPIA COMO MANDADO .Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0000519-11.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Semilda Schafer
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
Intime-se à parte autora, por sua advogada para manifestar-se sobre a petição do INSS de fls. 56/57.In.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0001511-69.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sandra Lopes Pereira
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DECISÃO:
Vistos em saneador,Trata-se de ação declaratória de reconhecimento de tempo de serviço para efeitos de salário maternidade, onde o requerido foi citado e contestou o pedido.O feito está em ordem.Junte a requerente, caso possua, declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 28/08/2013 as 09horas05min, a fim de que a requerente comprove o exercício de atividade rural nos dez meses anteriores à data do parto. Intimem-se as partes também sobre a apresentação do rol, e, caso ainda não apresentado adequadamente, será o prazo de 05 dias a contar da intimação.Pela parte autora observe o rol de fls. 08.Expeça-se o necessário. I. C. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0001586-11.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Marta Galdino Bianchi
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
Antes de analisar o pedido de fls. 36/39, determino que o DESPACHO inicial seja cumprindo integralmente, assim, remeta-se os autos à assistente social, e após com a chegada do RELATÓRIO social, cite-se o requerido através de remessa dos autos.Cumpra-se.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza substituta

Proc.: 0000455-35.2012.8.22.0008
Ação:Embargos à Execução Fiscal
Embargante:Elias Tesch
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)
Embargado:União
Advogado:Procurador da Fazenda Nacional (000)

DESPACHO:
DESPACHO Em atenção a certidão de fls. 97, intime-se a parte embargada para que comprove o protocolo do recurso. Após, certifique a tempestividade da apelação.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0001999-24.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lucas Queiroga Braga
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Trip Linhas Aéreas S.a
Advogado:Ellen Cristina Gonçalves Pires (OAB/SP 131.600)
DESPACHO:
DESPACHO Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência e a FINALIDADE, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, faculto às partes depositarem o respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0001895-32.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ricardo Braun
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
Intime-se à parte autora, por sua advogada para manifestar-se sobre a defesa do INSS de fls. 61, manifestando-se sobre as provas que pretende produzir.In.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0001535-97.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sueli Amaro do Nascimento
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
Antes de analisar o pedido de fls. 63/64 da parte autora, dê-se vista ao INSS para citação e intimação da perícia realizada nos autos, conforme já determinado anteriormente.In.Cumpra-se. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0001022-32.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antonio Oliveira da Paixão
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DECISÃO:
Às fls. 50/51 foi nomeada perita fisioterapeuta, o laudo pericial foi juntado às fls. 54/64.O INSS apresentou impugnação à nomeação da perita às fls.70, entretanto, cumpre à parte impugnar a nomeação do perito logo após ter sido intimado da respectiva DECISÃO, e não fazê-lo quando já concluído o laudo pericial, como ocorreu no presente caso.Deveras, a declaração de nulidade relativa depende da iniciativa da parte e deve ser alegada na primeira oportunidade, sob pena de preclusão, nos termos do artigo 245 do CPC.Outrossim o laudo pericial foi realizado por perito fisioterapeuta, profissional da confiança do D. Juízo, que entendeu preencher o expert os requisitos necessários para a elaboração da prova técnica. Nada obsta a realização de perícia judicial por profissionais formados em fisioterapia, tendo em vista que estes possuem conhecimento técnico suficiente para avaliar as patologias que envolvem sua área de atuação. Precedente: (AC 00312118820124039999, DESEMBARGADORA FEDERAL LUCIA URSAIA, TRF3 - DÉCIMA TURMA, e-DJF3 Judicial 1 DATA:28/11/2012 ..FONTE_REPUBLICACAO). Em prosseguimento, designo audiência de instrução para o dia 04/09/2013 às 10 horas, a fim de que o requerente comprove, sua qualidade de segurado especial.Intimem-se as partes também sobre a apresentação do rol, e, caso ainda não apresentado adequadamente, será o prazo de 05 dias a contar da intimação.Expeça-se o necessário.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza substituta

Proc.: 0004776-16.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Exequente:Veraci Dias Will
Advogado:Renata Cristina de Souza (OAB/RO 5026)
DESPACHO:
Expeça-se MANDADO de execução. Deve o Sr. Oficial de Justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o(s) executado (s). Os bens eventualmente penhorados devem ser entregues ao credor ou seu advogado, com fundamento no artigo 666 do CPC, que deverá fornecer os meios para remoção do bem.Bem indicado: 01 (uma) corrente fina de ouro com 01(um) pingente de ouro com pedra transparente.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando o endereço acima declinado acima, sendo que o valor da causa é R$ 1.162,01.Deve o valor remanescente ser depositado judicialmente, pena de revogação desta DECISÃO . Autorizo o uso das prerrogativas do artigo 172 do Código de Processo Civil e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza de Direito

Proc.: 0001372-54.2012.8.22.0008
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:B. V. F. S. A. C. I.
Advogado:Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido:G. G. de S.
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se pessoalmente a advogada indicada às fls. 24 para que promova a assinatura da peça processual.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003132-72.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Rodrigues
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Estado de Rondônia, Município de Espigão do Oeste-ro
DESPACHO:
DESPACHO Intimem-se as partes requeridas (Estado e Município) para que se manifestem acerca do pedido de desistência (fls. 98).Após, venham conclusos.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0004017-86.2011.8.22.0008
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Luciano Coelho da Silva
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Embargado:Osmar José Duarte
Advogado:Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)
DESPACHO:
Intime-se o Embargante para manifestar-se sobre à impugnação aos Embargos apresentado pelo Embargado.Prazo de 15 dias. In.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza substituta

Proc.: 0003185-82.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João do Nascimento Procopio
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DECISÃO:
Defiro a gratuidade da justiça. Trata-se de ação previdenciária proposta em desfavor do Instituto Nacional de Seguro Social ? INSS, onde inicialmente foi indeferido o pedido de antecipação de tutela para restabelecimento de auxílio-doença ou imediata implantação de aposentadoria por invalidez.Informa o requerente que é segurado da previdência social e deu entrada no benefício de auxílio-doença em 2010, devido à problemas respiratórios, (alergia, asma, bronquite). Aduz que em maio de 2013 o requerido não prorrogou a concessão do benefício e cessou o pagamento.Juntou laudos médicos, no intuito de comprovar a manutenção da incapacidade. Requereu a concessão de antecipação de tutela.Sustenta que existe verossimilhança da alegação, pois constam nos autos laudos médicos que comprovam a incapacidade para o trabalho.O cerne da questão liminar é averiguar se existem ou não os requisitos legais para a concessão de antecipação de tutela. Colhe-se que o autor recebia o benefício de auxílio-doença, contudo, em maio de 2013 houve a cessação do benefício por limite médico.Para a concessão da antecipação de tutela a parte deve comprovar a verossimilhança das alegações, bem como o risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Pois bem. A prova da verossimilhança está caracterizada pelos laudos e exames médicos, documentos oriundos de profissionais conceituados (fls. 17/29), os quais demonstram, ao menos nesta cognição sumária, a manutenção da incapacidade do autor.Insta observar que nas declarações, presentes nos laudos médicos atestando de forma clara a incapacidade parcial do autor para o trabalho, reside a presunção de validade das informações médicas prestadas pelos profissionais da área de saúde, e tal presunção deve sempre militar a favor do trabalhador.Ressalto que as informações médicas são claras em determinar o afastamento do autor de atividades laborais que ensejem esforço físico e em atmósferas com poeiras, cheiros fortes ou fumaça(fls. 21).Também entendo estar evidenciado o perigo de dano, uma vez que o auxílio-doença tem caráter alimentar e visa garantir o sustento do segurado e de sua família, não podendo ser suspenso sem a certeza da condição favorável da saúde do segurado. Dessa forma, deve ser imediatamente restabelecido o pagamento de seu benefício.Nesse sentido, colaciono a jurisprudência desta egrégia Corte: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUXÍLIO-DOENÇA. TUTELA ANTECIPADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS. Havendo prova de que o beneficiário se encontra incapacitado para o exercício de atividade laboral, mantém-se o auxílio-doença até DECISÃO final do processo. (AI 00046537620118220000, Rel. Juiz Francisco Prestello de Vasconcellos, J. 07/07/2011) AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TUTELA ANTECIPADA. AUXÍLIO-DOENÇA POR ACIDENTE DE TRABALHO. RESTABELECIMENTO DO BENEFÍCIO. LAUDO MÉDICO. COMPROVAÇÃO DE INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PARA O TRABALHO. PROVIMENTO DO AGRAVO. Demonstrada nos autos a incapacidade temporária para a atividade laboral, impõe-se o restabelecimento do auxílio-doença por acidente de trabalho, uma vez que o risco de irreversibilidade da medida e lesão grave aos cofres do INSS pelo deferimento da tutela antecipada não pode se sobrepor à natureza alimentar do benefício concedido. (AI 00035088220118220000, Rel. Des. Waltenberg Junior, J. 07/06/2011). ACIDENTE DE TRABALHO. PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. INSS. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO . A antecipação de tutela pode ser concedida quando presente a verossimilhança da alegação cumulada com a prova inequívoca do provimento pleiteado, sendo que o perigo de dano resta presente quando a ação acidentária discute a prorrogação do auxílio-doença, pois o beneficiário, por se encontrar, em tese, incapacitado para as atividades habituais, necessita da verba que possua caráter alimentar. O provimento antecipatório é concedido com base em cognição sumária e mesmo em caso de irreversibilidade é possível sua concessão à luz do princípio da proporcionalidade. (AI 100.007.2008.001716-2, Rel. Des. Walter Waltenberg, 22/07/2008). Ante o exposto, concedo a antecipação de tutela, de modo a determinar o restabelecimento do auxílio-doença ao requerente até a que se verifique através de perícia médica que esteja reabilitado para seu trabalho habitual, no prazo de 10 dias. Cite-se e intime-se o INSS através de remessa dos autos.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0002896-52.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Comercial de Petróleo Laranjense Ltda
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Executado:Norberto Giacomolli
DESPACHO:
Cite-se o(s) executado(s) ACIMA, no endereço acima mencionado para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 1.166,81.Não efetuado o pagamento, deverá o Senhor Oficial de Justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o (s) executado (s). Bem indicado: Uma motocicleta Honda Pop, cor amarela, placa NCS 2344.Dê-se ciência ao executado que poderá oferecer Embargos à Execução até a data da audiência de conciliação abaixo designada.Os bens eventualmente penhorados devem ser entregues ao credor ou seu advogado, com fundamento no artigo 666 do CPC, que deverá fornecer os meios.Designo audiência de conciliação para o dia 07/10/2013 às 09h05min. SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / PENHORA / AVALIAÇÃO / REMOÇÃO, observando-se o endereço acima declinado. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos. Intimem-se.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003124-27.2013.8.22.0008
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Exequente:Edenilson Bandeira
Advogado:Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428), Marco Cesar Kobayashi (SP 267910)
Executado:Moacir de Souza
DESPACHO:
Cite-se o (s) executado (s) ACIMA, no endereço acima mencionado para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 1.935,40Não efetuado o pagamento, deverá o Senhor Oficial de Justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o (s) executado (s). Bem indicado: Cabeças de gado.Dê-se ciência ao executado que poderá oferecer Embargos à Execução até a data da audiência de conciliação abaixo designada.Os bens eventualmente penhorados devem ser entregues ao credor ou seu advogado, com fundamento no artigo 666 do CPC, que deverá fornecer os meios.Designo audiência de conciliação para o dia 07/10/2012, às 08h45min.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / PENHORA / AVALIAÇÃO / REMOÇÃO, observando-se o endereço acima declinado.Intimem-se.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0035464-63.2009.8.22.0008
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:J. M. da S. e S.
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (OAB/RO 660)
Executado:C. da S.
DESPACHO:
Intime-se o exequente por sua advogada para informar o valor do débito do executado, somando as pensões que dão ensejo a execução e as que venceram no curso da execução.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 25 de julho de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001109-85.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Madeireira Gabrielense Ltda
Advogado:Jackeline Coelho da Rocha (RO 1521)
Executado:Rogério Alves da Silva
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0003389-34.2010.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aristides Liebmann
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469), Valdinei Santos Souza Ferres (RO 3175)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DECISÃO:
Junte-se o substabelecimento pendente de juntada.Analisando detidamente os autos, observo que após a realização da perícia médica, cujo laudo foi juntado às fls. 81, o INSS concedeu administrativamente o auxílio-doença ao requerente, conforme podemos observar às fls. 88/89, entretanto para conversão do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez é necessário verificar através de perícia médica se a incapacidade laboral do autor é total e permanente. No laudo pericial de fls. 81, o perito afirmou que não há patologia incapacitante, no entanto, o próprio INSS reconheceu a existência de patologia que incapacita o autor de forma parcial e temporária, tanto que lhe concedeu o auxílio-doença.Desta forma, converto o julgamento em diligência e determino realização de nova perícia médica para analisar o pedido de aposentadoria por invalidez. Assim, oficie-se a Secretaria Municipal de Saúde para indicar médico para perícia, ressalto que deve ser profissional especialista da área de neurologia e ortopedia.Como quesito do juízo o SR. Perito deverá responder:a) se a enfermidade a incapacita para o trabalho de forma permanente ou temporária? b) se a incapacidade é parcial ou total? c) se o requerente está impossibilitado de exercer sua última atividade laboral? e, d) se há possibilidade de reabilitação para o exercício de outras atividades laborativas? Intime-se a parte autora através de seu advogado para juntar rol quesitos que devem ser respondidos pelo perito, no prazo de 05(cinco) dias, caso queira. Os quesitos já apresentados se encontram às fls. 74, quanto aos quesitos do requerido junte-se o rol que foi depositado em cartório.Marcada a perícia pela Secretaria, intime-se a parte autora através de seu advogado para comparecer na data e local designados, devendo comparecer munida de documentos pessoais e de todos os exames médicos que dispõe para facilitar o trabalho pericial.Nos termos da lei, poderá as partes indicarem assistente técnico, no mesmo prazo delimitado no parágrafo anterior, que caso indicado, deverá ofertar seu parecer, no prazo de 10 (dez) dias, após a entrega de laudo. Consigne-se no ofício à Secretaria que o laudo deverá ser entregue no prazo de 30 dias após a realização da perícia.Intimem-se.Expeça-se o necessário. Cumpra-se.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza substituta

Proc.: 0000217-79.2013.8.22.0008
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:P. H. I. dos S.
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Requerido:V. J. dos S.
DESPACHO:
Defiro o desarquivamento.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0001122-89.2010.8.22.0008
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Exequente:Jairma Romualdo da Silva
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Executado:Maria Aparecida Barbosa
DESPACHO:
Diante da certidão de fls. 89, intime-se a exequente para indicar bem passível de penhora, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003204-93.2010.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Maria de Fátima da Silva
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403), Milton Ricardo Ferretto (RO 571-A)
Requerido:Alberto Aparecido Boro
Advogado:Renata Rodrigues dos Santos (SP 268144), Iracema Souza de Góis (RO 2044)
DESPACHO:
Intime-se a Requerente para se manifestar sobre documento de fls. 150.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003091-71.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Paulo Roberto Jesus da Silva
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Executado:Lucimarco da Silva
DESPACHO:
Diante da certidão de fls. 38, intime-se o exequente para dar prosseguimento ao feito.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza de Direito

Proc.: 0001912-05.2012.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Advogado:Humberto Alencar Dickel de Souza (RO 1678)
Denunciado:Clerio Israel Roduy
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se o Ministério Público acerca das informações de fls. 122 e 124.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003212-02.2012.8.22.0008
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Célia Rodrigues de Paiva - ME
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
DESPACHO:
Realizada consulta ao sistema Bacenjud, este restou parcialmente frutífera, localizando ativos financeiros do executado no valor de R$95,06 (noventa e cinco reais e seis centavos), no qual converto em penhora.Intime-se o executado para que, no prazo de 15 dias, apresentar impugnação, conforme art. 475-J do CPC.Após o oferecimento da impugnação ou o decurso do prazo sem manifestação, intime-se o crdeor para dar continuidade à execução, para informar o valor atualização do débito, já descontados os valores a serem recebidos caso o executado não ofereça impugnação à penhora.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando os endereços acima informados. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0002314-52.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pet Shop Mascote Ltda Me
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Executado:Ailton Alves de Oliveira
DESPACHO:
Cite-se o (s) executado (s) ACIMA, no endereço acima mencionado para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 1.741,19 (um mil setecentos e quarenta e um reais e dezenove centavos).Não efetuado o pagamento, deverá o Senhor Oficial de Justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o (s) executado (s). Dê-se ciência ao executado que poderá oferecer Embargos à Execução até a data da audiência de conciliação abaixo designada.Bem indicado: semoventesPara a remoção do bem acima indicado, deve o exequente providenciar a documentação necessária para o trânsito dos semoventes (GTA) junto ao IDARON, caso sejam penhorados, conforme ofício Circular nº 122/2012 da Corregedoria Geral da Justiça, devendo também apresentar os documentos no momento de cumprimento da diligência ou anteriormente à distribuição do MANDADO . Fica autorizado ao Oficial de Justiça, caso não seja apresentada a documentação necessária para trânsito dos semoventes ou o advogado/exequente não acompanhe a diligência e não apresente os documentos antes da distribuição do MANDADO, recusar-se a remover o bem penhorado, devendo, tão somente, proceder a penhora e avaliação no bem. Os bens eventualmente penhorados devem ser entregues ao credor ou seu advogado, com fundamento no artigo 666 do CPC, que deverá fornecer os meios.Designo audiência de conciliação para o dia 18/10/2013 às 9h45min.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / PENHORA / AVALIAÇÃO / REMOÇÃO, observando-se o endereço acima declinado.Endereço do Fórum: Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca. Intimem-se.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003205-73.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Zezina Possimoser Matos - Me
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Berchiolina da Silva Gonçalves
DESPACHO:
Designo audiência de Conciliação para o dia 14/10/2013 às 10h35min. Proceda a CITAÇÃOdo requerido acima, de todos os termos constantes na petição inicial, cuja cópia segue anexa, e após INTIME-Opara que compareça na data acima, na Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca, para audiência de CONCILIAÇÃO;INTIMAR também o requerente acima a comparecer na audiência designada, sendo que o não comparecimento acarretará extinção e arquivamento do feito e condenação ao pagamento de custas. ADVERTÊNCIA:a) Fica Vossa Senhoria cientificado que a defesa poderá ser feita oral ou escrita e deverá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento, caso seja rejeitada a conciliação; b) O não comparecimento à audiência de conciliação serão considerados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora na peça inicial (Art. 20 da Lei 9.099/95); c) Caso exista a necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento, poderão ser apresentadas até 03 (três) testemunhas independente de intimação requerer-lhes a intimação até 20 (dias) dias antes da data marcada (Art. 34, § 1º, da Lei 9.099/95). SERVE A PRESENTE COMO CARTA DE CITAÇÃOe, caso reste infrutífera a citação/intimação por AR, SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando os endereços acima informados. o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0001053-52.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Baleroni e Cia Ltda - ME
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Requerido:Carla Stevens Fernandes
DESPACHO:
Junte-se a petição pendente.Após façam conclusos os autos para determinações.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0014936-42.2008.8.22.0008
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia/RO
Advogado:Antônio das Graças Souza (OAB/RO 10B)
Executado:Cooperativa dos Avicultores do Cone Sul
Advogado:Diego Fernando Monteiro da Silva (OAB/PR 58641)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando que a parte executada demonstrou interesse na avaliação e leilão dos bens penhorados pelo RENAJUD, indefiro o pedido de levantamento da penhora.Para melhor análise das demais matérias susciatadas pelo executado Volmir de Camargo, sobretudo a arguição de litispendência com os autos 0049250-87.2003.8.22.0008, determino a juntada aos autos de cópia do mencionado processo.Solicite à 1ª Vara Cópia dos autos mencionados. Após, junte-se, e intimem-se às partes para, querendo, manifestarem-se em 10 dias. Em seguida, voltem conclusos.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003223-94.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sandra Pereira Garcia
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
Defiro a gratuidade da justiça. Cite-se e intime-se o INSS através de remessa dos autos.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Ane substituta Juíza de Direito

Proc.: 0003214-35.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Agropecuária Pb Ltda Epp.espigão do Oeste
Advogado:Milton Ricardo Ferretto (RO 571-A)
Requerido:Florisvaldo Nienke
DESPACHO:
Designo audiência de Conciliação para o dia 14/10/2013 às 10h05min. Proceda a CITAÇÃOdo requerido acima, de todos os termos constantes na petição inicial, cuja cópia segue anexa, e após INTIME-Opara que compareça na data acima, na Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca, para audiência de CONCILIAÇÃO;INTIMAR também o requerente acima a comparecer na audiência designada, sendo que o não comparecimento acarretará extinção e arquivamento do feito e condenação ao pagamento de custas. ADVERTÊNCIA:a) Fica Vossa Senhoria cientificado que a defesa poderá ser feita oral ou escrita e deverá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento, caso seja rejeitada a conciliação; b) O não comparecimento à audiência de conciliação serão considerados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora na peça inicial (Art. 20 da Lei 9.099/95); c) Caso exista a necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento, poderão ser apresentadas até 03 (três) testemunhas independente de intimação ou requerer-lhes a intimação até 20 (dias) dias antes da data marcada (Art. 34, 1º, da Lei 9.099/95).SERVE A PRESENTE COMO CARTA DE CITAÇÃO e, caso reste infrutífera a citação/intimação por AR, SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando os endereços acima informados. o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003203-06.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Zezina Possimoser Matos - Me
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Jonas Schulz
DESPACHO:
Designo audiência de Conciliação para o dia 14/10/2013 às 11h05min.Proceda a CITAÇÃOdo requerido acima, de todos os termos constantes na petição inicial, cuja cópia segue anexa, e após INTIME-Opara que compareça na data acima, na Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca, para audiência de CONCILIAÇÃO;INTIMAR também o requerente acima a comparecer na audiência designada, sendo que o não comparecimento acarretará extinção e arquivamento do feito e condenação ao pagamento de custas. ADVERTÊNCIA:a) Fica Vossa Senhoria cientificado que a defesa poderá ser feita oral ou escrita e deverá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento, caso seja rejeitada a conciliação; b) O não comparecimento à audiência de conciliação serão considerados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora na peça inicial (Art. 20 da Lei 9.099/95); c) Caso exista a necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento, poderão ser apresentadas até 03 (três) testemunhas independente de intimação requerer-lhes a intimação até 20 (dias) dias antes da data marcada (Art. 34, ¿? 1º, da Lei 9.099/95).SERVE A PRESENTE COMO CARTA DE CITAÇÃOe, caso reste infrutífera a citação/intimação por AR, SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando os endereços acima informados. o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0002948-48.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cyber Informática Ltda Me
Advogado:Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339), Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Executado:Cristiano Fernandes dos Santos
DESPACHO:
Cite-se o (s) executado (s) ACIMA, no endereço acima mencionado para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 1.377,29.Não efetuado o pagamento, deverá o Senhor Oficial de Justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o (s) executado (s). Dê-se ciência ao executado que poderá oferecer Embargos à Execução até a data da audiência de conciliação abaixo designada. Os bens eventualmente penhorados devem ser entregues ao credor ou seu advogado, com fundamento no artigo 666 do CPC, que deverá fornecer os meios.Designo audiência de conciliação para o dia 18/10/2013 às 10h15min.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / PENHORA / AVALIAÇÃO / REMOÇÃO, observando-se o endereço acima declinado. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003201-36.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Clínica Odontológica Ortho Implante Ltda
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Alicéia Maria Vasconcelos Porto
DESPACHO:
Designo audiência de Conciliação para o dia 14/10/2013 às 11h35min.Proceda a CITAÇÃOdo requerido acima, de todos os termos constantes na petição inicial, cuja cópia segue anexa, e após INTIME-Opara que compareça na data acima, na Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca, para audiência de CONCILIAÇÃO;INTIMAR também o requerente acima a comparecer na audiência designada, sendo que o não comparecimento acarretará extinção e arquivamento do feito e condenação ao pagamento de custas. ADVERTÊNCIA:a) Fica Vossa Senhoria cientificado que a defesa poderá ser feita oral ou escrita e deverá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento, caso seja rejeitada a conciliação; b) O não comparecimento à audiência de conciliação serão considerados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora na peça inicial (Art. 20 da Lei 9.099/95); c) Caso exista a necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento, poderão ser apresentadas até 03 (três) testemunhas independente de intimação requerer-lhes a intimação até 20 (dias) dias antes da data marcada (Art. 34, § 1º, da Lei 9.099/95).SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando os endereços acima informados. o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0000866-78.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Moisés Otávio de Moura
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Requerido:Eletrobrás Distribuidora de Rondônia Centrais Elétricas S.a Ceron
Advogado:Juvenilço Iriberto Decarli Junior (RO 1193), Juvenilço Iriberto Decarli (248-A)
DESPACHO:
Intime-se a requerida para acostar aos autos comprovante de pagamento (fls. 51).I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003578-41.2012.8.22.0008
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Réu:Aléssio Industrial e Comércio de Madeiras Ltda Me
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
DESPACHO:
Defiro o pedido Ministerial de fls. 69 vº, intime-se o advogado da apenada para juntar os documentos solicitados pelo MP.Com a chegada dê-se nova vista ao MP.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza substituta

Proc.: 0003548-06.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:James Carneiro Machado
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Requerido:Oi S.a, 14 Brasil Telecom Celular S/A
Advogado:Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Rochilmer Mello da Rocha Filho (RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
DESPACHO:
Intimem-se as partes do retorno dos autos.Ao Contador Judicial para proceder os cálculos de custas processuais e honorários de 10% sobre o valor da causa.Intime-se o requerente para pagamento, sob pena de inscrição na dívida ativa.Inscreva-se, se inerte.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0002716-70.2012.8.22.0008
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:B. F. S. C. F. e I.
Advogado:Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056)
Requerido:I. R. dos S.
DESPACHO:
DESPACHO Verifico que na petição inicial o autor indicou como endereço " Av. Roque Petroni Junior, nº 999, 15º andar, conjunto A, Vila Gertudres", e a carta de intimação foi encaminhada ao seguinte endereço: " Av. Roque Petroni Junior, nº 999, 15º andar, Jardim das Acácias".Determino que a escrivania esclareça a divergência, e em caso de equívoco, promova à nova tentativa de citação, conforme endereço indicado na inicial.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003225-35.2011.8.22.0008
Ação:Arrolamento de Bens
Arrolante:Irene Iguarino Simplício
Advogado:Kelly Cristina Amorim Cazula (OAB/RO 2468)
Arrolado:Espólio de Iguarino Justino Simplicio
DESPACHO:
DESPACHO Aguarde-se a vinda das informações solicitadas ao Banco Bradesco por 30 dias.Decorrido o prazo sem resposta, reitere-se.Com a vinda das informações, cumpra-se o DESPACHO de fls.125.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0000979-66.2011.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Condenado:Carlos Christiano Telles de Oliveira
Advogado:Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO 4351), Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428)
DESPACHO:
DESPACHO Não há óbice à mudança de endereço pelo réu. Cumpra-se o DESPACHO de fls. 112, ressalvando-se que a guia de execução deverá ser encaminhada ao endereço indicado às fls. 113/114.Após, não havendo pendências, ao arquivo.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0005173-75.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Gilnei Gianesini
Requerido:Eletrobrás Distribuidora de Rondônia Centrais Elétricas S.a Ceron
Advogado:Juvenilço Iriberto Decarli Junior (OAB/RO 1193)
DESPACHO:
Recebo o Recurso Inominado no efeito devolutivo.Às contrarrazões.Após, subam os presentes autos à Turma Recursal, com as nossas homenagens.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003964-71.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Claudinéia Lauvers
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
DESPACHO:
Recebo a petição de folhas 16.Designo audiência de Conciliação para a data de 13/09/2013 às 09h25min.Intimem-se a parte requerente através de seu advogado.Expeça-se MANDADO para intimação da parte requerida.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0002347-76.2012.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Advogado:Promotor de Justiça (RO 00)
Denunciado:Ezequiel Pacheco de Louza, Bernaldo Bispo da Silva, Márcio José da Silva e Freitas, José Aparecido da Silva, Eudiânio Vasconcelos Porto, Arlindo Lopes Galvão
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663), Aécio de Castro Barbosa (RO 4510), Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663), Roberto Sidney Marques de Oliveira (2946)
DESPACHO:
DESPACHO Em análise às certidões de antecedentes dos réus, verifica-se que os denunciados Bernaldo Bispo da Silva, José Aparecido da Silva, Eudiânio Vasconcelos Porto, e Arlindo Lopes de Galvão, preenchem os requisitos legais para serem beneficiados com a suspensão condicional do processo.Designo audiência para fins de proposta de suspensão processual (art. 89 da Lei 9099/95) para o dia 20 de setembro de 2013, às 9 horas.Intimem-se os réus José Aparecido da Silva, Eudiânio Vasconcelos Porto e Arlindo Lopes de Galvão.Depreque-se à Comarca de Pimenta Bueno para oferecimento de preposta de suspensão condicional quanto ao acusado Barnaldo Bispo da Silva, se os seus antecedentes naquela Comarca assim permitirem.O acusado Márcio José Aparecido da Silva e Freitas responde a outro processo na Justiça Federal, razão pela qual não preenche os requisitos do benefício.Quanto ao acusado Ezequiel determino seja certificado o andamento do processo que o acusado respondia perante a Justiça Federal, verificado na certidão de fls. 157/159.Cientifiquem-se o Ministério Público. Cumpra-se expedindo-se o necessário.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0004627-54.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Noeli Alves
Advogado:Marcelo Vendrusculo (RO 304-B)
DESPACHO:
Intime-se a exequente para manifestar-se sobre certidão de fls. 24.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013. Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003918-19.2011.8.22.0008
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Triângulo Comércio de Medicamentos Ltda Me
Advogado:Antonio Fraccaro (RO 1941)
Executado:Drogacenter Farmácia Ltda - ME
DESPACHO:
DESPACHO Excepcionalmente e diante das circunstâncias do processo, concedo prazo de mais 30 dias para o exequente comunicar o cumprimento da obrigação ou requerer o que entender de direito para o prosseguimento. Nada sendo peticionado até o término do prazo, intime-se pessoalmente à parte autora para dar andamento sob pena extinção, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, independente de novo DESPACHO nos autos. I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0009013-98.2009.8.22.0008
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Exequente:Norberto Giacomolli
Advogado:Valter Henrique Gundlach (DNI 1374)
Executado:Três Comércio de Publicações Ltda
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (OAB/RO 660)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a retirar certidão de crédito e dívida.

Proc.: 0003239-82.2012.8.22.0008
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Auto Posto Pacarana Ltda Me
Advogado:Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428), Marco Cesar Kobayashi (SP 267910)
Requerido:Monica Garcia Silva
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a retirar certidão de crédito e dívida.

Proc.: 0001894-47.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Reinan Alves de Oliveira
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Executado:Adeilson Ribeiro Nascimento
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0004999-66.2012.8.22.0008
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Requerente:P R Motos Comércio de Peças Ltda Me Gp Motos
Advogado:Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428), Marco Cesar Kobayashi (SP 267910)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para dar continuidade à execução, para informar o valor atualizado do débito, já descontados os valores a serem recebidos caso o executado não ofereça impugnação à penhora.

Proc.: 0001235-38.2013.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Denunciado:Tania Maria Carvalho
DESPACHO:
DESPACHO Cumpra-se o determinado no último parágrafo de fls. 162.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0001270-95.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Emina Martins da Silva Salguero
Advogado:Jackeline Coelho da Rocha (RO 1521)
Requerido:Brasil Telecom Celulares

Advogado:Diogenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
DESPACHO:
Intime-se a requerente para que, querendo, apresente impugnação à contestação, no prazo de 10 dias.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0001313-32.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Mizael Alves Rodrigues
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado:Juvenilço Iriberto Decarli Junior (OAB/RO 1193)
DESPACHO:
Intime-se o requerente para que, querendo, apresente impugnação à contestação, no prazo de 10 dias.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0001315-02.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Elias Aparecido de Oliveira
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado:Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571), Juvenilço Iriberto Decarli Junior (OAB/RO 1193)
DESPACHO:
Intime-se o requerente para que, querendo, apresente impugnação à contestação, no prazo de 10 dias.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0001569-72.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Irene Boone Gonçalves
Advogado:Marcelo Vendrusculo (RO 304-B), Sônia Aparecida Salvador (OAB 5621)
Requerido:Azul Linhas Aéreas Sa
Advogado:Rafaela Geiciani Messias (OAB/RO 4656)
DESPACHO:
A intimação do Requerido deu-se sem observar o prazo mínimo legal, correspondente a dez dias, evidenciado pela data de recebimento constate na AR de folhas 23 verso. Diante disso defiro o pedido de folhas 25 e 26.Designo audiência de Conciliação para o dia 21/10/2013 às 08h35min.INTIMEM-SE as partes através de seus advogados.Proceda o cadastro dos advogados do requerido, informados às folhas 26.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0002870-54.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Luzinete Gonçalves
Advogado:Jackeline Coelho da Rocha (RO 1521)
Requerido:Edevaldo dos Santos
DESPACHO:
Designo audiência de Conciliação para o dia 18/10/2013 às 11h45min.Proceda a CITAÇÃOdo requerido acima, de todos os termos constantes na petição inicial, cuja cópia segue anexa, e após INTIME-Opara que compareça na data acima, na Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca, para audiência de CONCILIAÇÃO;INTIMAR também o requerente acima a comparecer na audiência designada, sendo que o não comparecimento acarretará extinção e arquivamento do feito e condenação ao pagamento de custas. ADVERTÊNCIA:a) Fica Vossa Senhoria cientificado que a defesa poderá ser feita oral ou escrita e deverá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento, caso seja rejeitada a conciliação; b) O não comparecimento à audiência de conciliação serão considerados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora na peça inicial (Art. 20 da Lei 9.099/95); c) Caso exista a necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento, poderão ser apresentadas até 03 (três) testemunhas independente de intimação requerer-lhes a intimação até 20 (dias) dias antes da data marcada (Art. 34, § 1º, da Lei 9.099/95).SERVE A PRESENTE COMO CARTA DE CITAÇÃOe, caso reste infrutífera a citação/intimação por AR, SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando os endereços acima informados. o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0002901-74.2013.8.22.0008
Ação:Usucapião
Requerente:Jucelio Borghi, Luzeir Rodrigues dos Santos
Advogado:Jucimaro Bispo Rodrigues (OABRO 4959)
Requerido:Avenorte Indústrias Alimentícias S.A.
DESPACHO:
Recebo a emenda à inicial.Citem-se, pessoalmente, com prazo de 15 dias (CPC, art. 297), a pessoa em cujo nome estiver transcrito o imóvel e os confinantes e, por edital, com prazo de 30 dias, eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos (CPC, arts. 942 e 232, IV).Cientifiquem-se para que manifestem eventual interesse na causa a União, através da Advocacia Geral da União, o Estado e o Município, encaminhando-se a cada ente cópia da inicial e dos documentos que a instruíram.Intime-se o Ministério Público.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003249-92.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Zezina Possimoser Matos - Me
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Luiz Carlos Rombaldo
DESPACHO:
Designo audiência de Conciliação para o dia 13/09/2013 às 10h05min.Proceda a CITAÇÃOdo requerido acima, de todos os termos constantes na petição inicial, cuja cópia segue anexa, e após INTIME-Opara que compareça na data acima, na Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca, para audiência de CONCILIAÇÃO;INTIMAR também o requerente acima a comparecer na audiência designada, sendo que o não comparecimento acarretará extinção e arquivamento do feito e condenação ao pagamento de custas. ADVERTÊNCIA:a) Fica Vossa Senhoria cientificado que a defesa poderá ser feita oral ou escrita e deverá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento, caso seja rejeitada a conciliação;

b) O não comparecimento à audiência de conciliação serão considerados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora na peça inicial (Art. 20 da Lei 9.099/95); c) Caso exista a necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento, poderão ser apresentadas até 03 (três) testemunhas independente de intimação requerer-lhes a intimação até 20 (dias) dias antes da data marcada (Art. 34, § 1º, da Lei 9.099/95).SERVE A PRESENTE COMO CARTA DE CITAÇÃOe, caso reste infrutífera a citação/intimação por AR, SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando os endereços acima informados. o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003252-47.2013.8.22.0008
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Exequente:Zezina Possimoser Matos - Me
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Executado:Lurva Alves de Oliveira
DESPACHO:
Cite-se o (s) executado (s) ACIMA, no endereço acima mencionado para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 1.080,77. Não efetuado o pagamento, deverá o Senhor Oficial de Justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o (s) executado (s). Dê-se ciência ao executado que poderá oferecer Embargos à Execução até a data da audiência de conciliação abaixo designada.Os bens eventualmente penhorados devem ser entregues ao credor ou seu advogado, com fundamento no artigo 666 do CPC, que deverá fornecer os meios.Designo audiência de conciliação para o dia 13/09/2013 às 10h25min.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / PENHORA / AVALIAÇÃO / REMOÇÃO, observando-se o endereço acima declinado. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0000198-73.2013.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Denunciado:Marcelo de Oliveira Silva
Advogado:Valdinei Santos Souza Ferres (RO 3175), Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469)
DESPACHO:
DESPACHO Ao tomar conhecimento do pedido de nulidade da audiência, este Juízo realizou consulta ao Diário Eletrônico, no qual se verifica que a publicação com relação à designação da audiência não conteve o nome do advogado do réu, provavelmente em razão da ausência de procuração nos autos. Intime-se o advogado do autor, agora já cadastrado nos autos, para no prazo de 15 dias regularizar a representação processual, trazendo ao feito o competente instrumento procuratório.Intime-se a defesa acerca da audiência designada para o dia 23 de setembro de 2013, às 9hh30min, para oitiva das testemunhas de acusação ainda não inquiridas.Intime-se ainda que foi designada pelo Juízo deprecado da 1ª Vara Criminal de Cacoal audiência para o dia 30 de agosto de 2013, às 8h30min, para inquirição das testemunhas de defesa.Cumpra-se com URGÊNCIA o DESPACHO de fls. 242, expedindo-se o necessário para audiência. Após, dê-se vista ao Ministério Público, juntamento com os autos 0002919-32.2012.8.22.0008, inclusive para se manifestar acerca do pedido de nulidade do ato processual.Após, voltem conclusos para DECISÃO quanto ao pedido da defesa.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003164-09.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Emb. Ind. Com. de Móveis Ltda
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Requerido:Edvaldo Souza Chaves
DESPACHO:
Designo audiência de Conciliação para o dia 21/10/2013 às 08h05min.Proceda a CITAÇÃOdo requerido acima, de todos os termos constantes na petição inicial, cuja cópia segue anexa, e após INTIME-Opara que compareça na data acima, na Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca, para audiência de CONCILIAÇÃO;INTIMAR também o requerente acima a comparecer na audiência designada, sendo que o não comparecimento acarretará extinção e arquivamento do feito e condenação ao pagamento de custas. ADVERTÊNCIA:a) Fica Vossa Senhoria cientificado que a defesa poderá ser feita oral ou escrita e deverá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento, caso seja rejeitada a conciliação; b) O não comparecimento à audiência de conciliação serão considerados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora na peça inicial (Art. 20 da Lei 9.099/95); c) Caso exista a necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento, poderão ser apresentadas até 03 (três) testemunhas independente de intimação requerer-lhes a intimação até 20 (dias) dias antes da data marcada (Art. 34, § 1º, da Lei 9.099/95). SERVE A PRESENTE COMO CARTA DE CITAÇÃOe, caso reste infrutífera a citação/intimação por AR, SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando os endereços acima informados. o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003232-56.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alzira Buss Boone
Advogado:Sônia Aparecida Salvador (OAB 5621)
Requerido:Juízo de Direito Vara Cível da Com. de Espigão do Oeste
DECISÃO:
DESPACHO Considerando que o veículo cuja restituição de pretende foi apreendido em razão de ato infracional, a competência para exame do pedido é do Juizado da Infância e Juventude.Redistribua-se o feito à 1ª Vara desta Comarca.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003247-25.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Zezina Possimoser Matos - Me
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Dalíra Ferreira dos Santos

DESPACHO:
Designo audiência de Conciliação para o dia 13/09/2013 às 09h45min.Proceda a CITAÇÃOdo requerido acima, de todos os termos constantes na petição inicial, cuja cópia segue anexa, e após INTIME-Opara que compareça na data acima, na Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca, para audiência de CONCILIAÇÃO;INTIMAR também o requerente acima a comparecer na audiência designada, sendo que o não comparecimento acarretará extinção e arquivamento do feito e condenação ao pagamento de custas. ADVERTÊNCIA:a) Fica Vossa Senhoria cientificado que a defesa poderá ser feita oral ou escrita e deverá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento, caso seja rejeitada a conciliação; b) O não comparecimento à audiência de conciliação serão considerados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora na peça inicial (Art. 20 da Lei 9.099/95); c) Caso exista a necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento, poderão ser apresentadas até 03 (três) testemunhas independente de intimação requerer-lhes a intimação até 20 (dias) dias antes da data marcada (Art. 34, § 1º, da Lei 9.099/95).SERVE A PRESENTE COMO CARTA DE CITAÇÃOe, caso reste infrutífera a citação/intimação por AR, SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando os endereços acima informados. o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0000065-31.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Jocimárcio Detti da Silveira
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Eletrobrás Distribuidora de Rondônia Centrais Elétricas S.a Ceron
Advogado:Juvenilço Iriberto Decarli Junior (OAB/RO 1193), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
DESPACHO:
Trata-se de Recurso de Apelação interposto por Eletrobrás Distribuidora de Rondônia Centrais Elétricas S.A Ceron, irresignada contra a SENTENÇA de fls. 39/41, que a condenou a pagar a título de danos morais o montante de R$ 3.000,00 (três mil reais), bem como desconstituir a dívida de R$ 65,99 (sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos) existente em nome do autor.Apesar do recorrente ter se utilizado do recurso de apelação, no Juizado Especial o recurso apropriado contra SENTENÇA é o recurso inominado.Estabelece o art. 42 da Lei nº 9.099/95 que o ?recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da SENTENÇA, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente?. No caso em apreço, a SENTENÇA foi publicada no dia 11/06/2013, tendo o Recorrente interposto o presente Recurso em 25/06/2013, quando já havia expirado o prazo recursal no dia 21/06/2013, estando intempestivo.Diante do exposto, o recurso apresentado às fls. 42/48, encontra-se intempestivo, assim, deixo de receber o recurso.Desconsidero a intimação de fls. 65/verso.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0001126-24.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:J. R.
Advogado:Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339), Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Requerido:J. M. da C.
DESPACHO:
Intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Concedo prazo de 10 dias.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0001562-85.2010.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Moda Em Estilo Ltda Epp Americana Modas
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (OAB/RO 660)
Executado:José Marcos Viana Santos
DESPACHO:
Defiro desarquivamento.INTIME-SE a parte autora, para no prazo de 10 dias, dar prosseguimento ao feito.Transcorrido o prazo sem manifestação, voltem os autos ao arquivo.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza de Direito

Proc.: 0001868-20.2011.8.22.0008
Ação:Monitória
Requerente:Comercial de Petróleo Sete de Setembro Ltda
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Lipold Comércio de Madeiras Ltda Me
DESPACHO:
DESPACHO Considerando que o requerido foi citado por edital e não apresentou resposta, nomeio a Defensoria Pública para atuar em sua defesa, na qualidade de curadora especial (art. 9º, II do CPC).Dê-se vista à Defensoria Pública.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003508-24.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Comercial de Petróleo Laranjense Ltda
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Executado:Olavo Silva Pereira
DESPACHO:
Defiro o desarquivamentoIntime-se o autor para dar prosseguimento ao feito.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza de Direito

Proc.: 0004993-59.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:V. de L.
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)
Requerido:M. H. de L. R. B. de L.
Advogado:Jucimaro Bispo Rodrigues (OABRO 4959)
DESPACHO:
Intime-se o advogado dos requeridos para assinar contestação de fls. 41/44I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0001137-24.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:M. B. D.
Advogado:Ana Rita Côgo (OAB/RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Executado:M. S. D.
Advogado:Jucimaro Bispo Rodrigues (OABRO 4959)
DESPACHO:
Intime-se a exequente para manifestar-se acerca dos documentos acostados aos autos.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0001996-69.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Giórgia Giacomolli
Advogado:Renata Cristina de Souza (OAB/RO 5026), Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Requerido:Abril Comunicações Sa
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
DESPACHO:
Junte-se a petição pendente.Após façam conclusos.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003289-74.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Casa dos Colchões Pena - ME
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Executado:Irineu Andrade
DESPACHO:
Cite-se o (s) executado (s) ACIMA, no endereço acima mencionado para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 849,55 (oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).Não efetuado o pagamento, deverá o Senhor Oficial de Justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o (s) executado (s). Dê-se ciência ao executado que poderá oferecer Embargos à Execução até a data da audiência de conciliação abaixo designada.Os bens eventualmente penhorados devem ser entregues ao credor ou seu advogado, com fundamento no artigo 666 do CPC, que deverá fornecer os meios.Designo audiência de conciliação para o dia 23/09/2013 às 8h25minSERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / PENHORA / AVALIAÇÃO / REMOÇÃO, observando-se o endereço acima declinado. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003290-59.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Casa dos Colchões Pena - ME
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510), Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)
Executado:Edmar Silveira de Matos
DESPACHO:
Cite-se o (s) executado (s) ACIMA, no endereço acima mencionado para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 1.712,92 (um mil setecentos e doze reais e noventa e dois centavos).Não efetuado o pagamento, deverá o Senhor Oficial de Justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o (s) executado (s). Dê-se ciência ao executado que poderá oferecer Embargos à Execução até a data da audiência de conciliação abaixo designada. Os bens eventualmente penhorados devem ser entregues ao credor ou seu advogado, com fundamento no artigo 666 do CPC, que deverá fornecer os meios.Designo audiência de conciliação para o dia 23/09/2013 às 11h45minSERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / PENHORA / AVALIAÇÃO / REMOÇÃO, observando-se o endereço acima declinado. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003291-44.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Casa dos Colchões Pena - ME
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510), Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)
Executado:Simone Macedo Miranda Duarte
DESPACHO:
Analisando a inicial observo que o valor da causa difere do valor do título incidido com juros moratórios.Especifique o cálculo realizado.Emende-se a inicial.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003292-29.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Casa dos Colchões Pena - ME
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510), Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)
Executado:Elaine Cristina da Silva
DESPACHO:
Cite-se o (s) executado (s) ACIMA, no endereço acima mencionado para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 447,25 (quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos).Não efetuado o pagamento, deverá o Senhor Oficial de Justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o (s) executado (s). Dê-se ciência ao executado que poderá oferecer Embargos à Execução até a data da audiência de conciliação abaixo designada.Os bens eventualmente penhorados devem ser entregues ao credor ou seu advogado, com fundamento no artigo 666 do CPC, que deverá fornecer os meios.Designo audiência de conciliação para o dia 27/09/2013 às 08h05minSERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO / PENHORA / AVALIAÇÃO / REMOÇÃO, observando-se o endereço acima declinado. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.

Ane Bruinjé
Juíza Substituta

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Juíza de Direito: Karina Miguel Sobral
Endereço Eletrônico: karinasobral@tjro.jus.br
Escrivã Judicial RITA DE CÁSSIA DE BRITO MORAIS
Endereço Eletrônico: ritamorais@tjro.jus.br

Proc.: 0002175-79.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Rosinei Maria dos Santos Ramos
Requerido:Município de Nova Mamoré Ro
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de ação de cobrança entre as partes já qualificadas, pretendendo a parte autora o recebimento das verbas rescisórias da relação de trabalho, totalizando a quantia de R$2.604,05, uma vez contratada para exercer o Cargo de Agente de Comunicação Social, pela Prefeitura Municipal de Nova Mamoré e ao ser exonerada não recebeu as verbas elencadas às fls. 03/04. Discorreu sobre o direito em receber os valores. Com a inicial juntou documentos.É o que de relevante emerge dos autos. Decido.Conforme se verifica dos autos, o requerido foi devidamente citado (fls. 20), todavia, não apresentou contestação, acarretando, assim, a revelia. Com efeito, determina o art. 330, inciso II do Código de Processo Civil que, verificada a revelia nos autos, o juiz deve conhecer diretamente do pedido, proferindo SENTENÇA .Deste modo, estando presente o caso retratado no DISPOSITIVO legal mencionado, passo ao julgamento antecipado da lide.Como é notório, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor decorrentes da revelia não possui caráter absoluto, não isentando a parte autora de demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, segundo dispõe o art. 333, inciso I do CPC. Todavia, os elementos probatórios que instruem os autos, aliado à ausência de defesa do requerido, dão como certa a pretensão da requerente.Conforme demonstram os documentos de fls. 07/17, restou evidenciado que a requerente era funcionária da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, de maneira que juntou, para comprovar o alegado, o termo de posse, o decreto de nomeação, a portaria de lotação e o cálculo da rescisão, documentos que gozam de presunção de legitimidade e comprovam a relação de vínculo com a Administração Pública.Destarte, não tendo havido prova de pagamento da autora quando da exoneração, não há outra medida a tomar senão entender procedentes os pedidos iniciais, ao menos em parte.Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, e condeno o MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ/RO:1) a pagar à parte autora o valor de R$2.519,92, a título de: a) salário base na importância de R$ 480,03; b) adicional por tempo de serviço, no valor de R$25,00; c) férias vencidas indenizadas, no importe de R$ 1.512,10; d) féias proporcionais indenizadas, no valor de R$ 126,01; e) 1/3 sobre remuneração de férias 10/30, R$ 546,04; por todo o período laborado compreendido entre 22.10.2003 a 20.12.2012, acrescido de juros moratórios a partir da citação, conforme os índices aplicados à caderneta de poupança, nos termos dispostos no art. 1º-F, da Lei n. 9494/97, com redação da Lei n. 11.960/09 (Resp n. 1212266/SP).2) incabível a restituição das quantias referentes à previdência privada – IPRENOM 11,00%, R$ 55,44. Isso porque não se refere à relação empregatícia, mas sim, a descontos autorizados, para fins de complementação de aposentadoria decorrente de pacto firmado com instituição de previdência privada. Portanto, não integra o salário para nenhum efeito legal.Sem custas e honorários advocatícios, em face do comando inserto no art. 27 da Lei n. 12.153/2009 c/c art. 55 da Lei n. 9.099/95.SENTENÇA não sujeita ao duplo grau de jurisdição, tendo em vista o disposto no art. 11, da Lei nº 12153/2009. Transitado esta em julgado, intime-se a autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar os dados bancários visando o repasse do valor da RPV. Com as indicações, expeça-se. Decorrido o prazo sem liquidação da requisição, emita-se MANDADO de sequestro, independentemente da oitiva da Fazenda Pública, e expeça-se o competente alvará judicial, intimando-se a parte para retirada (art. 13, § 1º da Lei nº 12.153/09).Por fim, cumpridas todas as formalidades legais, arquivem-se os autos, com as cautelas de estilo.P.R.I.C.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002299-62.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Ronaldo Carvalho Campos
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO 1. Pretende a parte autora a substituição do adicional de insalubridade por adicional de periculosidade. Deferida a produção de prova pericial, requerida pela parte autora, afirmou-se que: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da insalubridade e qual o seu grau e suas incidências."Há evidente erro material.Posto isso, reconhecendo a existência de erro material, chamo o feito à ordem para dar ao DESPACHO a seguinte redação: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da PERICULOSIDADE e qual o seu grau e suas incidências".Quanto aos demais termos, matenho o DESPACHO tal como foi lançado.2. Analisando-se os autos constata-se que a etiqueta da autuação encontra-se com a descrição do assunto incorreta. Providencie o cartório distribuidor a correção para adicional de periculosidade. Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002300-47.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Aurélio Munhoz Moreno
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO 1. Pretende a parte autora a substituição do adicional de insalubridade por adicional de periculosidade. Deferida a produção de prova pericial, requerida pela parte autora, afirmou-se que: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da insalubridade e qual o seu grau e suas incidências."Há evidente erro material.Posto isso, reconhecendo a existência de erro material, chamo o feito à ordem para dar ao DESPACHO a seguinte redação: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da PERICULOSIDADE e qual o seu grau e suas incidências".Quanto aos demais termos, matenho o DESPACHO tal como foi lançado.2. Analisando-se os autos constata-se que a etiqueta da autuação encontra-se com a descrição do assunto incorreta. Providencie o cartório distribuidor a correção para adicional de periculosidade. Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002301-32.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Antônio Divino dos Santos
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO 1. Pretende a parte autora a substituição do adicional de insalubridade por adicional de periculosidade. Deferida a produção de prova pericial, requerida pela parte autora, afirmou-se que: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da insalubridade e qual o seu grau e suas incidências."Há evidente erro material.Posto isso, reconhecendo a existência de erro material, chamo o feito à ordem para dar ao DESPACHO a seguinte redação: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da PERICULOSIDADE e qual o seu grau e suas incidências".Quanto aos demais termos, matenho o DESPACHO tal como foi lançado.2. Analisando-se os autos constata-se que a etiqueta da autuação encontra-se com a descrição do assunto incorreta. Providencie o cartório distribuidor a correção para adicional de periculosidade. Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002302-17.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Armando Pinheiro Duran
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO 1. Pretende a parte autora a substituição do adicional de insalubridade por adicional de periculosidade. Deferida a produção de prova pericial, requerida pela parte autora, afirmou-se que: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da insalubridade e qual o seu grau e suas incidências."Há evidente erro material.Posto isso, reconhecendo a existência de erro material, chamo o feito à ordem para dar ao DESPACHO a seguinte redação: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da PERICULOSIDADE e qual o seu grau e suas incidências".Quanto aos demais termos, matenho o DESPACHO tal como foi lançado.2. Analisando-se os autos constata-se que a etiqueta da autuação encontra-se com a descrição do assunto incorreta. Providencie o cartório distribuidor a correção para adicional de periculosidade. Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002303-02.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Elise da Cruz Joquere
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO 1. Pretende a parte autora a substituição do adicional de insalubridade por adicional de periculosidade. Deferida a produção de prova pericial, requerida pela parte autora, afirmou-se que: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da insalubridade e qual o seu grau e suas incidências."Há evidente erro material.Posto isso, reconhecendo a existência de erro material, chamo o feito à ordem para dar ao DESPACHO a seguinte redação: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da PERICULOSIDADE e qual o seu grau e suas incidências".Quanto aos demais termos, matenho o DESPACHO tal como foi lançado.2. Analisando-se os autos constata-se que a etiqueta da autuação encontra-se com a descrição do assunto incorreta. Providencie o cartório distribuidor a correção para adicional de periculosidade.Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002304-84.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Elson Pereira de Souza
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO 1. Pretende a parte autora a substituição do adicional de insalubridade por adicional de periculosidade. Deferida a produção de prova pericial, requerida pela parte autora, afirmou-se que: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da insalubridade e qual o seu grau e suas incidências."Há evidente erro material.Posto isso, reconhecendo a existência de erro material, chamo o feito à ordem para dar ao DESPACHO a seguinte redação: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da PERICULOSIDADE e qual o seu grau e suas incidências".Quanto aos demais termos, matenho o DESPACHO tal como foi lançado.2. Analisando-se os autos constata-se que a etiqueta da autuação encontra-se com a descrição do assunto incorreta. Providencie o cartório distribuidor a correção para adicional de periculosidade. Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002305-69.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Evaristo Gomes do Carmo
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO 1. Pretende a parte autora a substituição do adicional de insalubridade por adicional de periculosidade. Deferida a produção de prova pericial, requerida pela parte autora, afirmou-se que: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da insalubridade e qual o seu grau e suas incidências."Há evidente erro material.Posto isso, reconhecendo a existência de erro material, chamo o feito à ordem para dar ao DESPACHO a seguinte redação: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da PERICULOSIDADE e qual o seu grau e suas incidências".Quanto aos demais termos, matenho o DESPACHO tal como foi lançado.2. Analisando-se os autos constata-se que a etiqueta da autuação encontra-se com a descrição do assunto incorreta. Providencie o cartório distribuidor a correção para adicional de periculosidade. Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002306-54.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:José Sales de Sousa
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido:Estado de Rondônia

DESPACHO:
DESPACHO 1. Pretende a parte autora a substituição do adicional de insalubridade por adicional de periculosidade. Deferida a produção de prova pericial, requerida pela parte autora, afirmou-se que: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da insalubridade e qual o seu grau e suas incidências."Há evidente erro material.Posto isso, reconhecendo a existência de erro material, chamo o feito à ordem para dar ao DESPACHO a seguinte redação: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da PERICULOSIDADE e qual o seu grau e suas incidências".Quanto aos demais termos, matenho o DESPACHO tal como foi lançado.2. Analisando-se os autos constata-se que a etiqueta da autuação encontra-se com a descrição do assunto incorreta. Providencie o cartório distribuidor a correção para adicional de periculosidade. Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002307-39.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Nervando Gomes Zanol Junior
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO Pretende a parte autora a substituição do adicional de insalubridade por adicional de periculosidade.Deferida a produção de prova pericial, requerida pela parte autora, afirmou-se que: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da insalubridade e qual o seu grau e suas incidências."Há evidente erro material.Posto isso, reconhecendo a existência de erro material, chamo o feito à ordem para dar ao DESPACHO a seguinte redação: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da PERICULOSIDADE e qual o seu grau e suas incidências".Quanto aos demais termos, matenho o DESPACHO tal como foi lançado.Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002308-24.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Rubens Cruz Rodrigues Filho
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO 1. Pretende a parte autora a substituição do adicional de insalubridade por adicional de periculosidade. Deferida a produção de prova pericial, requerida pela parte autora, afirmou-se que: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da insalubridade e qual o seu grau e suas incidências."Há evidente erro material.Posto isso, reconhecendo a existência de erro material, chamo o feito à ordem para dar ao DESPACHO a seguinte redação: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da PERICULOSIDADE e qual o seu grau e suas incidências".Quanto aos demais termos, matenho o DESPACHO tal como foi lançado.2. Analisando-se os autos constata-se que a etiqueta da autuação encontra-se com a descrição do assunto incorreta. Providencie o cartório distribuidor a correção para adicional de periculosidade. Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002309-09.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Sebastião Félix Reis
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO Pretende a parte autora a substituição do adicional de insalubridade por adicional de periculosidade.Deferida a produção de prova pericial, requerida pela parte autora, afirmou-se que: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da insalubridade e qual o seu grau e suas incidências."Há evidente erro material.Posto isso, reconhecendo a existência de erro material, chamo o feito à ordem para dar ao DESPACHO a seguinte redação: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da PERICULOSIDADE e qual o seu grau e suas incidências". Quanto aos demais termos, matenho o DESPACHO tal como foi lançado.Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002310-91.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Sérgio da Cruz
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO 1. Pretende a parte autora a substituição do adicional de insalubridade por adicional de periculosidade. Deferida a produção de prova pericial, requerida pela parte autora, afirmou-se que: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da insalubridade e qual o seu grau e suas incidências."Há evidente erro material.Posto isso, reconhecendo a existência de erro material, chamo o feito à ordem para dar ao DESPACHO a seguinte redação: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da PERICULOSIDADE e qual o seu grau e suas incidências".Quanto aos demais termos, matenho o DESPACHO tal como foi lançado.2. Analisando-se os autos constata-se que a etiqueta da autuação encontra-se com a descrição do assunto incorreta. Providencie o cartório distribuidor a correção para adicional de periculosidade. Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002311-76.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Vinicius Araújo Peixoto
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO 1. Pretende a parte autora a substituição do adicional de insalubridade por adicional de periculosidade. Deferida a produção de prova pericial, requerida pela parte autora, afirmou-se que: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da insalubridade e qual o seu grau e suas incidências."Há evidente erro material.Posto isso, reconhecendo a existência de erro material, chamo o feito à ordem para dar ao DESPACHO a seguinte redação: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da PERICULOSIDADE e qual o seu grau e suas incidências".Quanto aos demais termos, matenho o DESPACHO tal como foi lançado.2. Analisando-se os autos constata-se que a etiqueta da autuação encontra-se com a descrição do assunto incorreta. Providencie o cartório distribuidor a correção para adicional de periculosidade. Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002312-61.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Valmir Ardaia de Souza
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO Pretende a parte autora a substituição do adicional de insalubridade por adicional de periculosidade.Deferida a produção de prova pericial, requerida pela parte autora, afirmou-se que: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da insalubridade e qual o seu grau e suas incidências."Há evidente erro material.Posto isso, reconhecendo a existência de erro material, chamo o feito à ordem para dar ao DESPACHO a seguinte redação: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da PERICULOSIDADE e qual o seu grau e suas incidências". Quanto aos demais termos, matenho o DESPACHO tal como foi lançado.2. Analisando-se os autos constata-se que a etiqueta da autuação encontra-se com a descrição do assunto incorreta. Providencie o cartório distribuidor a correção para adicional de periculosidade. Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002313-46.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Wesner Ojopi Cuellar
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO 1. Pretende a parte autora a substituição do adicional de insalubridade por adicional de periculosidade. Deferida a produção de prova pericial, requerida pela parte autora, afirmou-se que: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da insalubridade e qual o seu grau e suas incidências."Há evidente erro material.Posto isso, reconhecendo a existência de erro material, chamo o feito à ordem para dar ao DESPACHO a seguinte redação: "(...)Fixo como ponto controvertido a existência da PERICULOSIDADE e qual o seu grau e suas incidências".Quanto aos demais termos, matenho o DESPACHO tal como foi lançado.2. Analisando-se os autos constata-se que a etiqueta da autuação encontra-se com a descrição do assunto incorreta. Providencie o cartório distribuidor a correção para adicional de periculosidade. Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003010-67.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Helena Pereira Arteaga
Advogado:Morel Marcondes Santos (RO 3832), Antonio Caio Tabosa ( )
Requerido:Prefeitura Municipal de Guajará Mirim-RO
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte autora, por seu patrono para, no prazo de 10 dias, esclarecer sob qual regime a parte requerente presta serviços ao município, juntando os respectivos documentos, quais sejam, contrato de trabalho ou, a publicação da aprovação em concurso público acompanhada da respectiva portaria de nomeação.No mesmo prazo, deverá fazer juntar aos autos os comprovantes de pagamento da época descrita na peça de ingresso, que demonstrem a data do efetivo recebimento dos proventos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 283, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inIcial, na forma do artigo 284, caput e parágrafo único, do CPC.Transcorrido o prazo, com ou sem a manifestação do requerente, acompanhada dos respectivos documentos, certifique-se fazendo-os conclusos.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003011-52.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Maria Ramos da Silva
Advogado:Morel Marcondes Santos (RO 3832), Antonio Caio Tabosa ( )
Requerido:Prefeitura Municipal de Guajará Mirim-RO
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte autora, por seu patrono para, no prazo de 10 dias, esclarecer sob qual regime a parte requerente presta serviços ao município, juntando os respectivos documentos, quais sejam, contrato de trabalho ou, a publicação da aprovação em concurso público acompanhada da respectiva portaria de nomeação.No mesmo prazo, deverá fazer juntar aos autos os comprovantes de pagamento da época descrita na peça de ingresso, que demonstrem a data do efetivo recebimento dos proventos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 283, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inIcial, na forma do artigo 284, caput e parágrafo único, do CPC.Transcorrido o prazo, com ou sem a manifestação do requerente, acompanhada dos respectivos documentos, certifique-se fazendo-os conclusos.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003012-37.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Raimunda Duarte Amaecing
Advogado:Morel Marcondes Santos (RO 3832), Antonio Caio Tabosa ( )
Requerido:Prefeitura Municipal de Guajará Mirim-RO
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte autora, por seu patrono para, no prazo de 10 dias, esclarecer sob qual regime a parte requerente presta serviços ao município, juntando os respectivos documentos, quais sejam, contrato de trabalho ou, a publicação da aprovação em concurso público acompanhada da respectiva portaria de nomeação.No mesmo prazo, deverá fazer juntar aos autos os comprovantes de pagamento da época descrita na peça de ingresso, que demonstrem a data do efetivo recebimento dos proventos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 283, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inIcial, na forma do artigo 284, caput e parágrafo único, do CPC.Transcorrido o prazo, com ou sem a manifestação do requerente, acompanhada dos respectivos documentos, certifique-se fazendo-os conclusos.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003013-22.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Carlos Augusto Costa Mourão
Advogado:Morel Marcondes Santos (RO 3832), Antonio Caio Tabosa ( )
Requerido:Prefeitura Municipal de Guajará Mirim-RO
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte autora, por seu patrono para, no prazo de 10 dias, esclarecer sob qual regime a parte requerente presta serviços ao município, juntando os respectivos documentos, quais sejam, contrato de trabalho ou, a publicação da aprovação em concurso público acompanhada da respectiva portaria de nomeação.No mesmo prazo, deverá fazer juntar aos autos os comprovantes de pagamento da época descrita na peça de ingresso, que demonstrem a data do efetivo recebimento dos proventos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 283, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inIcial, na forma do artigo 284, caput e parágrafo único, do CPC.Transcorrido o prazo, com ou sem a manifestação do requerente, acompanhada dos respectivos documentos, certifique-se fazendo-os conclusos.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003014-07.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Cristina Massary
Advogado:Morel Marcondes Santos (RO 3832), Antonio Caio Tabosa ( )
Requerido:Prefeitura Municipal de Guajará Mirim-RO
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte autora, por seu patrono para, no prazo de 10 dias, esclarecer sob qual regime a parte requerente presta serviços ao município, juntando os respectivos documentos, quais sejam, contrato de trabalho ou, a publicação da aprovação em concurso público acompanhada da respectiva portaria de nomeação.No mesmo prazo, deverá fazer juntar aos autos os comprovantes de pagamento da época descrita na peça de ingresso, que demonstrem a data do efetivo recebimento dos proventos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 283, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inIcial, na forma do artigo 284, caput e parágrafo único, do CPC.Transcorrido o prazo, com ou sem a manifestação do requerente, acompanhada dos respectivos documentos, certifique-se fazendo-os conclusos.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003015-89.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Maria Carneiro Alves
Advogado:Morel Marcondes Santos (RO 3832), Antonio Caio Tabosa ( )
Requerido:Prefeitura Municipal de Guajará Mirim-RO
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte autora, por seu patrono para, no prazo de 10 dias, esclarecer sob qual regime a parte requerente presta serviços ao município, juntando os respectivos documentos, quais sejam, contrato de trabalho ou, a publicação da aprovação em concurso público acompanhada da respectiva portaria de nomeação.No mesmo prazo, deverá fazer juntar aos autos os comprovantes de pagamento da época descrita na peça de ingresso, que demonstrem a data do efetivo recebimento dos proventos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 283, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inIcial, na forma do artigo 284, caput e parágrafo único, do CPC.Transcorrido o prazo, com ou sem a manifestação do requerente, acompanhada dos respectivos documentos, certifique-se fazendo-os conclusos.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003016-74.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Flávio Chaves Teixeira
Advogado:Morel Marcondes Santos (RO 3832), Antonio Caio Tabosa ( )
Requerido:Prefeitura Municipal de Guajará Mirim-RO
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte autora, por seu patrono para, no prazo de 10 dias, esclarecer sob qual regime a parte requerente presta serviços ao município, juntando os respectivos documentos, quais sejam, contrato de trabalho ou, a publicação da aprovação em concurso público acompanhada da respectiva portaria de nomeação.No mesmo prazo, deverá fazer juntar aos autos os comprovantes de pagamento da época descrita na peça de ingresso, que demonstrem a data do efetivo recebimento dos proventos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 283, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inIcial, na forma do artigo 284, caput e parágrafo único, do CPC.Transcorrido o prazo, com ou sem a manifestação do requerente, acompanhada dos respectivos documentos, certifique-se fazendo-os conclusos.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003018-44.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Jackson José Sales Miranda
Advogado:Morel Marcondes Santos (RO 3832), Antonio Caio Tabosa ( )
Requerido:Prefeitura Municipal de Guajará Mirim-RO
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte autora, por seu patrono para, no prazo de 10 dias, esclarecer sob qual regime a parte requerente presta serviços ao município, juntando os respectivos documentos, quais sejam, contrato de trabalho ou, a publicação da aprovação em concurso público acompanhada da respectiva portaria de nomeação.No mesmo prazo, deverá fazer juntar aos autos os comprovantes de pagamento da época descrita na peça de ingresso, que demonstrem a data do efetivo recebimento dos proventos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 283, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inIcial, na forma do artigo 284, caput e parágrafo único, do CPC.Transcorrido o prazo, com ou sem a manifestação do requerente, acompanhada dos respectivos documentos, certifique-se fazendo-os conclusos.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003020-14.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Claudiomar Oliveira Viana
Advogado:Morel Marcondes Santos (RO 3832), Antonio Caio Tabosa ( )
Requerido:Prefeitura Municipal de Guajará Mirim-RO
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte autora, por seu patrono para, no prazo de 10 dias, esclarecer sob qual regime a parte requerente presta serviços ao município, juntando os respectivos documentos, quais sejam, contrato de trabalho ou, a publicação da aprovação em concurso público acompanhada da respectiva portaria de nomeação.No mesmo prazo, deverá fazer juntar aos autos os comprovantes de pagamento da época descrita na peça de ingresso, que demonstrem a data do efetivo recebimento dos proventos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 283, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inIcial, na forma do artigo 284, caput e parágrafo único, do CPC.Transcorrido o prazo, com ou sem a manifestação do requerente, acompanhada dos respectivos documentos, certifique-se fazendo-os conclusos.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003021-96.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Wilson Dorado Rodrigues
Advogado:Morel Marcondes Santos (RO 3832), Antonio Caio Tabosa ( )
Requerido:Prefeitura Municipal de Guajará Mirim-RO
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte autora, por seu patrono para, no prazo de 10 dias, esclarecer sob qual regime a parte requerente presta serviços ao município, juntando os respectivos documentos, quais sejam, contrato de trabalho ou, a publicação da aprovação em concurso público acompanhada da respectiva portaria de nomeação.No mesmo prazo, deverá fazer juntar aos autos os comprovantes de pagamento da época descrita na peça de ingresso, que demonstrem a data do efetivo recebimento dos proventos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 283, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inIcial, na forma do artigo 284, caput e parágrafo único, do CPC.Transcorrido o prazo, com ou sem a manifestação do requerente, acompanhada dos respectivos documentos, certifique-se fazendo-os conclusos.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003022-81.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Esmeralda Correa Inoroza
Advogado:Morel Marcondes Santos (RO 3832), Antonio Caio Tabosa ( )
Requerido:Prefeitura Municipal de Guajará Mirim-RO
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte autora, por seu patrono para, no prazo de 10 dias, esclarecer sob qual regime a parte requerente presta serviços ao município, juntando os respectivos documentos, quais sejam, contrato de trabalho ou, a publicação da aprovação em concurso público acompanhada da respectiva portaria de nomeação.No mesmo prazo, deverá fazer juntar aos autos os comprovantes de pagamento da época descrita na peça de ingresso, que demonstrem a data do efetivo recebimento dos proventos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 283, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inIcial, na forma do artigo 284, caput e parágrafo único, do CPC.Transcorrido o prazo, com ou sem a manifestação do requerente, acompanhada dos respectivos documentos, certifique-se fazendo-os conclusos.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003023-66.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Lúcio Salazar Rodrigues
Advogado:Morel Marcondes Santos (RO 3832), Antonio Caio Tabosa ( )
Requerido:Prefeitura Municipal de Guajará Mirim-RO
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte autora, por seu patrono para, no prazo de 10 dias, esclarecer sob qual regime a parte requerente presta serviços ao município, juntando os respectivos documentos, quais sejam, contrato de trabalho ou, a publicação da aprovação em concurso público acompanhada da respectiva portaria de nomeação.No mesmo prazo, deverá fazer juntar aos autos os comprovantes de pagamento da época descrita na peça de ingresso, que demonstrem a data do efetivo recebimento dos proventos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 283, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inIcial, na forma do artigo 284, caput e parágrafo único, do CPC.Transcorrido o prazo, com ou sem a manifestação do requerente, acompanhada dos respectivos documentos, certifique-se fazendo-os conclusos. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002143-74.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Benilda da Silva Magalhães
Advogado:Ana Cristina Mingardo (OAB/RO 2890)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO Pretende a parte autora a substituição do adicional de insalubridade por adicional de periculosidade.Deferida a produção de prova pericial, requerida pela parte autora, afirmou-se que: “(...) Fixo como ponto controvertido a existência da insalubridade e qual o seu grau e suas incidências.”Há evidente erro material.Posto isso, reconhecendo a existência de erro material, chamo o feito à ordem para dar ao DESPACHO a seguinte redação: “(...)Fixo como ponto controvertido a existência da PERICULOSIDADE e qual o seu grau e suas incidências”.Quanto aos demais termos, matenho o DESPACHO tal como foi lançado.Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003024-51.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:João Batista Pires
Advogado:Morel Marcondes Santos (RO 3832), Antonio Caio Tabosa ( )
Requerido:Prefeitura Municipal de Guajará Mirim-RO

DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte autora, por seu patrono para, no prazo de 10 dias, esclarecer sob qual regime a parte requerente presta serviços ao município, juntando os respectivos documentos, quais sejam, contrato de trabalho ou, a publicação da aprovação em concurso público acompanhada da respectiva portaria de nomeação.No mesmo prazo, deverá fazer juntar aos autos os comprovantes de pagamento da época descrita na peça de ingresso, que demonstrem a data do efetivo recebimento dos proventos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 283, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inIcial, na forma do artigo 284, caput e parágrafo único, do CPC.Transcorrido o prazo, com ou sem a manifestação do requerente, acompanhada dos respectivos documentos, certifique-se fazendo-os conclusos. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Rita de Cássia de Brito Morais
Escrivã

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0004102-17.2012.8.22.0015
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Wallyson Flores, Alexandre Vaca Cortez
Advogado:Defensoria Pública de Guajará Mirim (RO -)
Edital de Citação
Prazo 15 dias
Réu: Wallyson Flores, alcunha 'Sidinho', pedreiro, nascido em Guajará-Mirim/RO, aos 4/2/1985, filho de Valdomiro Flores Ortiz e Sonia Maria da Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação para defender-se, da acusação de violação ao artigo 180, caput do Código Penal, cuja denúncia resumida é a seguinte: '...Consta no incluso inquérito policial que, no dia 4 de março de 2012, em horário não esclarecido, nesta cidade, os denunciados Alexandre Vaca Cortez e Wallyson Flores, agindo unidade em unidade de desígnios e mediante conjugação de esforços, receberam, em proveito próprio, coisa que sabiam ser produto de crime (furto), notadamente uma bicicleta, marca Monark, modelo Tropical, cor preta...'. Pelo presente, o denunciado Wallyson Flores, fica citado para responder a acusação, por escrito, no prazo de dez (10) dias, acerca dos fatos constantes na denúncia, a fim de argüir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações e especificar as provas pretendidas. Eventuais exceções, deverão ser apresentadas em separado. Não tendo condições de constituir defensor, o acusado poderá, querendo, procurar a Defensoria Pública da comarca, para indicar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. P.R.I.. Guajará-Mirim/RO, 7 de agosto de 2013. (ass.) Drª. Juliana Paula Silva da Costa Brandão – Juíza de Direito.

Francisca Mejia de Oliveira
Escrivã Judicial Titular

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 05 dias
Vara: 2ª Vara Criminal
Processo: 0001878-43.2011.8.22.0015
Classe: Procedimento Investigatório (Réu Preso)
Réu: Deusivan Lopes de Almeida
FINALIDADE: Intimar o réu supra a efetuar o pagamento da multa processual, no valor de R$ 9.991,00 (nove mil novecentos e noventa reais), no prazo de 05 (cinco) dias. Caso não efetue o pagamento no tempo estipulado, os valores devidos serão encaminhados eletronicamente à Fazenda Pública para a inscrição em dívida ativa.
Guajará -Mirim, 8 de Agosto de 2013.
Neusa de Cássia Souza Ribeiro
Diretora de Cartório

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 08 dias
Processo: 0000762-31.2013.8.22.0015
Indiciado: Ítalo Júnior Pereira Xavier
FINALIDADE: Para intimar a advogada RAQUEL DE OLIVEIRA, OAB/RO 1149, com escritório profissional localizado na Av. Getúlio Vargas, nº 3266, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO, para apresentar as Alegações Finais nos autos supra, no prazo legal.
Guajará -Mirim, 7 de Agosto de 2013.
Neusa de Cássia Souza Ribeiro
Diretora de Cartório

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 dias
Vara: 2ª Vara Criminal
Processo: 0002108-17.2013.8.22.0015
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Denunciada: ALMI ROGÉRIO CORREIA ZANQUI, Cognome "Mi", natural de Ouro Preto do Oeste/RO, nascido aos 29/8/84, filho de Ulison Zanqui e de Ana Maria Correia Zanqui, Atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR o denunciado acima mencionada da presente ação.
Resumo da denúncia: "...No dia 25/4/2013, por volta das 21h00min, na via pública denominada Av. Antônio Pereira de Souza, Centro, Nova Mamoré/RO, o denunciado Almi Rogério Correia Zanqui, agindo em unidade desígnio e conjunção de esforços com o adolescente L.A.P.P, com ânimo de assenhoramento definitivo, coisaa alheia móvel, consistente em um capacete, pertencente a vítima Francinildo Soares Pinheiro. Assim o denunciado como incurso nas penas do art. 155, § 4º, IV, do CP (1º fato), e art. 244-B, da Lei 8.069/90 (2º fato), na forma do art. 69, também do CP."
DISPOSITIVO: Analizando detidamente a peça acusatória, vefirica- se, dentro de uma cognição sumária, presentes os requisitos previstos no art. 41, do Estatuto Processual Penal, razão pela qual recebo a denúncia. Cite-se o denunciado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Nas respostas as denunciadas poderão arguirem preliminares e alegarem tudo o que interesse às suas defesas, oferecerem documentos e justificações, especificarem as provas pretendidas e arrolarem testemunhas, até o máximo de 08 (quando se tratar de

procedimento ordinário) ou 05 (quando se tratar de procedimento sumário), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Eventuais exceções deverão ser apresentadas em separado. Não apresentada as respostas no prazo legal, dê-se vista à Defensoria Pública para fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias. Apresentada as defesas, com preliminares e/ou documentos, dê-se vista ao Ministério Público para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias, e retornem-me conclusos, se não forem arguidas questões preliminares e nem juntadas de documentos venham os autos conclusos para designação de audiência de instrução, salvo se for alegada alguma das hipóteses previstas no art. 397, do Estatuto Processual Penal. Guajará-Mirim/RO. Bruno Sérgio de Menezes Darwich - Juiz de Direito.
Guajará -Mirim, 8 de Agosto de 2013.
Neusa de Cássia Souza Ribeiro
Diretora de Cartório

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 08 dias
Processo: 0056567-42.2008.8.22.0015
Indiciado: Antônio Bento do Nascimento e outros
FINALIDADE: Para intimar o advogado ADEMIR DIAS DOS SANTOS OAB/RO 3774, com escritório profissional localizado na Av. Costa e Silva nº 102, Centro, telefone 9202-6869, Itapuã do Oeste/RO, para apresentar as Alegações Finais nos autos supra, no prazo legal.
Guajará -Mirim, 8 de Agosto de 2013.
Neusa de Cássia Souza Ribeiro
Diretora de Cartório
Neusa de Cássia Souza Ribeiro
Escrivã Judicial Titular

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 dias
Vara: 2ª Vara Criminal
Processo: 0000316-28.2013.8.22.0015
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Denunciada: DIOGO FRANÇA, natural de Presidente Médici/RO, nascido aos 15/5/93, filho de Maria de França Galo, Atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR o denunciado acima mencionada da presente ação.
Resumo da denúncia: "...No dia 18/1/2013, por volta das 4h, na residência localizada na Linha 28, s/nº Distrito de Nova Dimensão, Zona Rural, Nova Mamoré/RO, os denunciados Célio Amaral de Jesus e Diogo de França, agindo em unidade de desiígnios e conjunção de esforços mediante violência e grave ameaça, contra a vítima Sandra Fernandez Yubanera, sbtraíram em proveito comum a quantia de R$ 392,75. Assim o denunciado como incurso nas penas do art. 157, § 2º incs I e II, do CP (1º fato)."
DISPOSITIVO: Analizando detidamente a peça acusatória, vefirica-se, dentro de uma cognição sumária, presentes os requisitos previstos no art. 41, do Estatuto Processual Penal, razão pela qual recebo a denúncia. Cite-se o denunciado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Nas respostas as denunciadas poderão arguirem preliminares e alegarem tudo o que interesse às suas defesas, oferecerem documentos e justificações, especificarem as provas pretendidas e arrolarem testemunhas, até o máximo de 08 (quando se tratar de procedimento ordinário) ou 05 (quando se tratar de procedimento sumário), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Eventuais exceções deverão ser apresentadas em separado. Não apresentada as respostas no prazo legal, dê-se vista à Defensoria Pública para fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias. Apresentada as defesas, com preliminares e/ou documentos, dê-se vista ao Ministério Público para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias, e retornem-me conclusos, se não forem arguidas questões preliminares e nem juntadas de documentos venham os autos conclusos para designação de audiência de instrução, salvo se for alegada alguma das hipóteses previstas no art. 397, do Estatuto Processual Penal. Guajará-Mirim/RO. Bruno Sérgio de Menezes Darwich - Juiz de Direito.
Guajará -Mirim, 8 de Agosto de 2013.

Neusa de Cássia Souza Ribeiro
Diretora de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Juizado Especial Cível
Juiz(a) de Direito: Karina Miguel Sobral
E-mail: karinasobral@tjro.jus.br
Diretor(a) de Cartório: Rita de Cássia de Brito Morais
E-mail: gum1civel@tjro.jus.br

Proc: 1000847-97.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Ouromidia Servicos de Informática LTDA-ME(Requerente)
Advogado(s): Herbert Wender Rocha(OAB 3739 RO)
KERNEL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA(Requerido), Braspess Transportes Urgentes Ltda(Requerido)
Ouromidia Servicos de Informática LTDA-ME(Requerente)
Advogado(s): Herbert Wender Rocha(OAB 3739 RO)
KERNEL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA(Requerido), Braspess Transportes Urgentes Ltda(Requerido)
Defiro o pedido da parte autora.Redesigno audiência de conciliação para o dia 05.09.2013, às 10 horas 20 min.Citem-se e intimem-se com as advertências legais, especialmente, da antecipação dos efeitos da tutela deferidos.Cancele-se a audiência designada anteriormente.Guajará-Mirim, 06 de agosto de 2013.Juíza Karina Miguel Sobral

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

2º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)
Juiz de Direito Paulo José do Nascimento Fabrício
paulojnfabricio@tjro.jus.br
gum2civel@tjro.jus.br
Telefones: (69)3 541 2438, 2389
Ramal: 230
Fax: (69) 3 541 2013

Proc.: 0000713-87.2013.8.22.0015
Ação:Processo de Apuração de Ato Infracional
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Menor infrator:Bruno Pinto de Souza Vasques
SENTENÇA:
SENTENÇA O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu representação em face do adolescente Bruno Pinto de Souza Vasques, qualificado na inicial, em razão da prática de ato infracional equiparado ao homicídio, ocorrido em 23 de dezembro de 2012, por volta das 4h00, no Distrito do Iata, nesta comarca. Segundo se vê da representação, o adolescente teria auxiliado

os imputáveis Júlio Fernandes Bandeira, Jeferson Braga da Silva e Aldenir Mendes da Silva nos atos violentos que culminaram com a morte de Deonir Alves da Silva, que foi brutalmente espancado, arrastado durante longo trajeto por meio de uma corda amarrada em seu pescoço, amarrado a um poste e, por fim, atingido por um disparo, atos estes que lhe ceifou a vida. Recebida a representação, designou-se audiência de apresentação, tendo o representado comparecido em juízo, ocasião em que admitiu ter acompanhado Júlio Fernandes Bandeira nos primeiros atos de violência contra a vítima, conforme se vê do relato audiovisual. Afirmou, entretanto, que apenas acompanhou o agressor sem atuação efetiva nos atos de violência. Em continuação, colheu-se o depoimento dos imputáveis Júlio, Jeferson e Aldenir e de duas testemunhas. Em razões finais audiovisuais, o Ministério Público pugnou pela procedência do pedido inicial e, em consequência, pela aplicação da medida socioeducativa de internação. A Defensoria Pública, também em manifestação audiovisual, pugnou pela aplicação de medida socioeducativa de prestação de serviços comunitários cumulada com liberdade assistida. É o que há de relevante. Decido. Trata-se de ação socioeducativa proposta pelo Ministério Público, em face do adolescente Bruno Pinto de Souza Vasques. A ocorrência do ato infracional restou plenamente demonstrada nos autos, conforme se vê do laudo do exame tanatoscópico da vítima Aldenir Alves da Silva (fls.56). A participação do adolescente nos atos violentos que culminaram com a morte da vítima também restou suficientemente provada, inclusive pela confissão, vez que admitiu ter acompanhado o imputável Júlio até o local onde a vítima foi inicialmente localizada e, também, de ter presenciado o início das agressão. A prova produzida nos autos, entretanto, indica participação efetiva do adolescente Bruno em todos os atos que culminaram com a morte de Deonir, especialmente porque, conforme se vê do laudo abaixo analisado, a morte da vítima se deu em razão de asfixia mecânica decorrente da pressão exercida na carótida da vítima pela corda ali encontrada e não em razão do tiro desferido posteriormente, quando Bruno já não estava presente. Não há dúvida, portanto, que o adolescente participou ativamente dos atos que culminarão com o brutal homicídio de Aldenir, o que já justificaria a aplicação de medida socioeducativa.Entretanto, entende necessário traçar alguns esclarecimento adicionais sobre a dinâmica dos fatos para, inclusive, permitir subsídios para elaboração do PIA, instrumento indispensável para o cumprimento efetivo da medida socioeducativa mais adequada para o caso. Pois bem. O adolescente Bruno declarou em juízo que não participou ativamente dos atos de agressão. Segundo o seu relato, apenas acompanhou o imputável Júlio até o local onde a vítima estava dormindo, porque embriagada, e presenciou o momento em que Júlio iniciou as agressões com chutes e murros. Disse, também, que viu quando Júlio, utilizando um pedaço de pau, atingiu a cabeça da vítima. Por fim, informou que não ajudou Júlio a arrastar a vítima até o local aonde ela foi localizada. Ocorre que a versão de Bruno não guardo correlação lógica com o laudo de fls. 68/86. Explico: Diz o perito que ¿"[...] a partir da posição do cadáver era possível visualizar com nitidez sobre o solo uma marca de arrastamento que se encerrava sob o calcanhar da vítima. Essa marca ia dessa posição em direção à av. Ceará, por ela prosseguindo aproximadamente no meio de sua largura útil e em direção norte, até alcançar as imediações do lote do imóvel de nº 3259 dessa avenida, quando derivava para a direita, adentrando a área lateral existente à direita desse imóvel, findando próxima à calçada da varanda da lateral direita da residência e nas imediações da entrada dessa. Tinha a extensão total de 67,50m (sessenta e sete metros e cinquenta centímetros). Próximo de onde a trilha se iniciava no terreno lateral do imóvel 3259, encontrou-se o lado direito de uma sandália marca Havaiana, tamanho 39/40, de cor violeta, compatível com aquela encontrada no pé esquerdo da vítima. Entre o início da tilha (área lateral do imóvel nº 3259) e o seu fim (posição do cadáver), foram encontradas três manchas de sangue de tamanho significativo, próximas à confluência da av. Ceará com a av. Rio Branco. Essas eram formadas por escorrimento/gotejamento sobre o solo. A primeira encontrava-se a 47,40 m (quarenta e sete metros e quarenta centímetros) do início da trilha, com a segunda a 52,00 m (cinquenta e dois metros) e a terceira a 57,60 m (cinquenta e sete metros e sessenta centímetros). Constatou-se que todas as manchas de sangue encontradas tinham sobre elas marcas de arrastamento, indicando que a vítima permaneceu em cada um dos pontos dessas manchas por tempo suficiente para suas formações, sendo após novamente arrastadas sobre elas. Havia no pescoço da vítima uma corda de material sintético de cor verde, em laçada dupla; a extremidade da corda, no lado que o envolvia, encontrava-se amarrada com nó, formando uma alça por onde o restante da corda passava, à maneira de um laço, e daí com nó de correr feito à maneira conhecida popularmente como ¿gnó de porco¿h. A outra extremidade da corda encontrava-se amarrada ao poste padrão existente no terreno baldio onde se encontrava o cadáver, estando a corda retesada. A posição das laçadas da corda correspondiam identicamente à posição dos sulcos cervicais formados. A corda foi arrecadada por ocasião dos exames. Na superfície do poste padrão do local onde estava a vítima foram encontradas manchas de sangue formadas por transferência, bem como fragmentos de tecidos, fragmentos ósseos e manchas de sangue formadas por projeção, em salpicos. Junto à base do poste, no nível do terreno, havia um dentre da vítima. Junto à vítima, pelo seu lado direito e em diagonal com o seu eixo longitudinal havia uma estaca de madeira, do tipo utilizado em cercas, com seção aproximadamente quadrada, faces de 10 x 11 centímetros e comprimento de 1,55 m (um metro e cinquenta e cinco centímetros), tendo uma das extremidades plana e outra irregular e rombuda, com esta última apresentando manchas de sangue e deposição de fragmentos de tecidos em sua superfície. Arrecadada para a realização de exames suplementares, verificou-se que tinha massa de 15,780 kg (quinze quilogramas e setecentos e oitenta gramas), estando o objeto apto ao fim a que se destinava e podendo ser utilizado para causar lesões em pessoas, que seriam do tipo pérfuro-contusas, feridas incisas, contusões e quebramento de ossos, com o seu manuseio praticamente obrigatório no sentido vertical, em golpes de cima para baixo, em razão de sua grande massa e tamanho. As manchas de sangue nessa estaca tinham alongamento no sentido paralelo ao seu comprimento, sendo assim produzidas de baixo para cima, a partir da extremidade rombuda, com a vítima posicionada sobre o solo e o lado rombudo voltado para baixo. Também pelo lado direito da vítima havia sobre o solo duas tábuas de madeira; as superfícies superiores dessas apresentavam diversas marcas de sangue em projeção, e também fragmentos de tecido e de ossos. O alongamento das manchas de sangue indicava como ponto de origem destas a posição da cabeça" . Do exame criterioso do laudo, portanto, extrai-se as seguintes informações: 1) a vítima foi arrastada inicialmente por um trajeto de 47,40 m (quarenta e sete metros e

quarenta centímetros). Nesse ponto, Deonir sofreu as primeiras agressões que resultaram em sangramento. Essas agressões, entretanto, não foram suficientes para rompimento de ossos, vez que não foram encontrados resquícios desse material no local. É possível admitir, portanto, que as agressões, nesse local, foram perpetradas por chutes e murros desferidos contra o corpo e a cabeça da vítima. 2) Em seguida, a vítima foi arrastada por mais 4,60 m (quatro metros e sessenta centímetros), onde novamente sofreu novos golpes, sem contudo haver golpe contundente o suficiente para dissipação de massa óssea no terreno. 3) Por fim, a vítima foi arrastada por mais 5,60 m (cinco metros e sessenta centímetros), onde finalmente foi amarrada ao poste. Nesse local foi golpeada com a estaca, golpe esse que causou a fratura óssea do crânio e fez com que houvesse a dissipação de fragmentos de tecido, ossos e sangue. Não tenho dúvida, portanto, que a versão apresentada pelo adolesce Bruno foi distorcida em evidente manobra defensiva, vez que restou evidente que a vítima foi inicialmente arrastada por meio de uma corda amarrada em seu pescoço por longos 47 metros, sofreu as primeiras agressões físicas que culminaram em sangramento, depois foi novamente arrastada por mais alguns metros, onde sofreu novas agressões físicas e, por fim, depois de ser novamente arrastada, foi amarrada a um poste onde, depois, foi atingida pela estaca de madeira, cujo o impacto violento lançou pedaços de carne, ossos e sangue por toda a redondeza, que atingiram o que estava por perto, inclusive a bermuda de Bruno. Nesse ponto, relembro o depoimento da testemunha Karina que informou ao juízo que viu quando Bruno chegou ao bar do ¿ggalego¿h com a bermuda suja de sangue, ocasião em que foi informada que Júlio havia matado uma pessoa momentos antes. É evidente, também, que a estaca que atingiu a cabeça da Deomir foi localizada pelo agressor perto do poste padrão aonde a vítima foi amarrada e isto fica evidente em razão da ausência de marcas de arrasto da estaca, do peso por ela apresentado que inviabilizaria seu transporte juntamente com o arrasto do corpo e, por fim, porque as fotografias de fls. 71 indicam depósito de restos de madeiras, compatíveis com aquela utilizada na agressão do cadáver, nas proximidades do poste. Ora, como se vê, a versão defensiva de Bruno é precária porque não encontram sustentação na prova técnica, como visto acima, vez que resta evidente que Bruno acompanhou Júlio desde o primeiro momento em que a vítima foi arrastada, até o momento em que o cadáver foi amarrado ao poste. É conveniente destacar, ainda, que o óbito ocorreu por estrangulamento. Ou seja, quando a vítima Deonir recebeu a pancada com a estaca, já estava em óbito. Certo, portanto, que Bruno esteve presente em todos os atos de execução e, também, no ato de vilipendio do cadáver, circunstância que por si só demonstra formação moral precária e deficiente, que merece pronta intervenção do Estado para moldá-la de acordo com os padrões aceitáveis pela sociedade.Na verdade, os autos provam que Bruno Pinto de Souza Vasques agiu em desacordo com a Lei e, deve, assim, submeter-se à ressocialização, sob pena de estarmos abonando conduta que, na maioridade e em razão da maneira brutal como foi praticado o ato infracional aqui apurado, é considerada hedionda. Desse modo, devidamente comprovada a prática dos atos infracionais, deve ser adotada medida socioeducativa apropriada para auxiliar e orientar o representado Bruno, vez que este é o objetivo primordial das medidas socioeducativas: mostrar ao adolescente em formação que sua conduta deverá adequar-se àquilo que a sociedade entende como correta. Atento aos elementos subjetivos ensejadores do convencimento do juízo para a aplicação da devida medida socioeducativa, ao grau de lesividade social da conduta do representado, ao seu caráter de reprovação e à necessidade de reeducação que apresenta o adolescente, bem como aos demais elementos objetivos constantes dos autos, esta ação deve ser julgada procedente. Concluo, portanto, que o adolescente Bruno Pinto de Souza Vasques praticou ato infracional mediante extrema violência, sem permitir à vítima qualquer espécie de reação ou defesa, razão pela qual merece medida socioeducativa de Internação. Esta modalidade de reprimenda possibilitará meio de melhor acompanhá-lo, auxiliá-lo e orientá-lo, a teor do disposto no artigo 121 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente e porque se demonstra necessário para a sua reeducação, diante da constatação da prática do ato infracional.Ante o exposto, com fundamento nos artigos 121 e 114 do Estatuto da Criança e do Adolescente, JULGO PROCEDENTE o pedido de aplicação de medida socioeducativa, na forma do artigo 121 do mesmo diploma legal, aplico ao representado Bruno Pinto de Souza Vasques, a medida socioeducativa de Internação, pelo prazo mínimo de 06 (seis meses), ficando a progressão da medida condicionada à avaliação psicossocial do adolescente. Considerando que o adolescente respondeu ao processo em liberdade e especialmente ao fato de que compareceu espontaneamente a todos os atos do processo, concedo-lhe o direito de recorrer independentemente de internação prévia. Intime-se o adolescente e seu representante legal pessoalmente da presente DECISÃO, ocasião em que deverá ser inquirido acerca de eventual interesse recursal. Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Após o transito em julgado expeça-se guia de execução e arquivem-se estes autos.SENTENÇA registrada e publicada automaticamente no SAP. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Juserina Fátima Flores
Escrivã Judicial

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível
Juíza de Direito: Karina Miguel Sobral
Endereço Eletrônico: karinasobral@tjro.jus.br
Escrivã Judicial: Rita de Cássia de Brito Morais
Endereço Eletrônico: gum1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0001762-37.2011.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Espólio Luis de Menezes Bezerra
Advogado:Erick Allan da Silva Barroso (OAB/RO 4624)
Requerido:Teleron Brasil Telecom S/A, Brasil Telecom Celular S/A
Advogado:Rochilmer Melo da Rocha Filho (RO 635), Marcelo Lessa Pereira (RO 1501), Renato da Costa Cavalcante Júnior (OAB/RO 2390), Stéffano José do Nascimento Rodrigues (RO 1336), Charles Baccan Junior (OAB/RO 2823-A), Ivone Ferreira Magalhães Oliveira (OAB/RO 1.916), Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Maria GonÇalves de Sousa Colombo (OAB/RO 3371), Cintia Sabia Campos Okioto (OAB/RO 3570), Alcione Costa Mattos Turesso (OAB/RO 2.837),

Luciana Costa de Oliveira (SSP/RO 2707), Aleixa Ligiane Eberto (OAB/AC 3615), Alessandra Mondini Carvalho (4240), Marlen de Oliveira Silva (OAB/RO 2.928), Flávia Volpi Otake (OAB/RO 3530), Igor dos Santos Cavalcante (OAB/RO 3025), Wernomagno Gleik de Paula (OAB/RO 3999), Elizângela Almeida de Andrade (3.656), Robislete de Jesus Barros (2.943), Deolamara Bonfá (1.561), Francisco Ivan Machiavelli (307), Eriney Sidemar de Oliveira Lacerda (1.849), Marcos Rogério Garcia Franco (4.081), Karina Cristina Vasconcelos Umina (4.651), Flávia Volpi Otake (OAB/RO 3530), Marlen de Oliveira Silva (OAB/RO 2.928), Alessandra Mondini Carvalho (4240), Aleixa Ligiane Eberto (OAB/AC 3615), Luciana Costa de Oliveira (SSP/RO 2707), Alcione Costa Mattos Turesso (OAB/RO 2.837), Cintia Sabia Campos Okioto (OAB/RO 3570), Maria GonÇalves de Sousa Colombo (OAB/RO 3371), Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Ivone Ferreira Magalhães Oliveira (OAB/RO 1.916), Charles Baccan Junior (OAB/SP 196702), Stéffano José do Nascimento Rodrigues (RO 1336), Renato da Costa Cavalcante Júnior (OAB/RO 2390), Marcelo Lessa Pereira (RO 1501), Rochilmer Melo da Rocha Filho (RO 635), Elizângela Almeida de Andrade (3.656), Robislete de Jesus Barros (2.943), Deolamara Bonfá (1.561), Francisco Ivan Machiavelli (307), Igor dos Santos Cavalcante (OAB/RO 3025), Eriney Sidemar de Oliveira Lacerda (1.849), Marcos Rogério Garcia Franco (4.081), Wernomagno Gleik de Paula (OAB/RO 3999), Karina Cristina Vasconcelos Umina (4.651)

Termos de penhora:

Fica a parte Executada, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre os termos da penhora conforme abaixo:

TERMO DE PENHORA DE CRÉDITO E INTIMAÇÃO

Aos 7 (sete) dias do mês de agosto de 2013 (dois mil e treze), nesta cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia, na sede do Fórum Nelson Hungria, Av. 15 de Novembro c/ Campos Sales, nº 1981, Bairro Serraria, foi tomada por termo a Penhora do Crédito do(a) co-responsável da executados(as), 14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A., inscrita no CNPJ 05.423.963/0001-11, realizado via Bacen Jud e conforme adiante se descreve:

CRÉDITO PENHORADO: R$ 753.205,79 (setecentos e cinquenta e três mil, duzentos e cinco reais e setenta e nove centavos), penhorado via Bacen Jud sob ID 072013000007826698.

DESPACHO: “Posto isso, DETERMINO o bloqueio judicial de ativos financeiros da parte executada, a ser realizado pelo sistema BACEN-JUD.Aguarde-se por 3 (três) dias, em gabinete, respostas das instituições financeiras. Com resposta positiva, convolo o bloqueio em penhora, a qual deverá ser reduzida a termo, intimando-se a parte executada para, querendo, apresentar embargos à execução. Nada sendo informado, ou havendo bloqueio de quantia irrisória, a qual será de imediato liberada, intime-se a parte exequente para indicar outros bens passíveis de penhora, ou requerer o que entender de direito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito.Não apresentados embargos, o que deve ser certificado, expeça-se alvará.Após, nada sendo requerido, arquive-se. Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 26 de julho de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito”.

Processo nº:0001762-37.2011.8.22.0015

Classe:Cumprimento de SENTENÇA

Parte Autora:ESPÓLIO DE LUÍS DE MENEZES BEZERRA

Advogado:Erick Allan da Silva Barroso

Parte Requerida:TELERON BRASIL TELECOM S.A. E OUTROS

O devedor/executado será devidamente INTIMADO da penhora e advertido de que tem o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar embargar/impugnação à execução.

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. NADA MAIS. Do que para constar, lavrou-se o presente, que depois de lido e achado conforme, vai assinado. Eu,_____ Ricardo Souza Ribeiro – Chefe de Serviço de Cartório, a conferi e subscrevi.

Karina Miguel Sobral

Juíza de Direito

Proc.: 0001127-56.2011.8.22.0015

Ação:Cumprimento de SENTENÇA

Requerente:D. P. Z. - Comércio, Serviços, Importação e Exportação Ltda

Advogado:Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308B)

Requerido:Tim Celular S/A, Serasa Experian

Advogado:Flavio Luis dos Santos (OAB/RO 2.238), Josimar de Oliveira Muniz (OAB/RO 912), Samara Sarah Moreira de Almeida (31706), Alan Maschion Guimarães (259.674), Alessandra Miyuki Dote (172362), Andréa Ferreira Oliveira (154.202), Antonio Carlos Budoia (225.593), Cristina Amendola Imbriani (214103), Cristina Tarabori (181.133), Dina Apostolakis Malfatti (96.352), Edina Mônica Sobrinho Tosi (SP 84459), Emiliano Augusto Tozetto (180.381), Esmeralda Vieira dos Santos (182178), Inaê Sales de Oliveira (241.931), Ivo Pegoretti Rosa (133355), Jefferson Santos Menini (102.386), Juliana Augusta Carvalho Paiva (186484), Leandro Luis Loto (185.015), Leonardo Roberti Urioste (173.285), Lívia Regina de Mello Calandra (285885), Marcos Bernardo Rodrigues (232533), Marcus Fábio da Silva Pires (214.737), Mariana Maria Brito da Silva (282355), Mariângela Pernomian de Araújo Medeiros (141.574), Míriam Peron Pereira Curiati (104.430), Odair Minari Junior (194338), Paula Cardoso de Figueirerdo Gelesco (165.108), Rafael Augusto Costa Parisi (247.501), Renata Fabiana de Campos Moraes (154643), Ricardo Magnaboschi Villaça (199097), Roberta Pazotto Mancuso (196358), Rodrigo Garcia Bastos (253743), Rogéria Paula Borges Rezende Gieremek (94.541), Rosana Benencase (120.552), Sani Cristina Guimarães (154.348), Selma Lírio Severi (116356), Silvânio Covas (84.174), Thais Helena de Lucca Veleirinho Rocha (191.244), Vanessa Araújo Lopes Butalla (207.764), Waldir Carneiro França Júnior (147.456)

Termos de penhora:

Fica a parte Executada, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre os termos da penhora a seguir descrito:

TERMO DE PENHORA DE CRÉDITO E INTIMAÇÃO

Aos 7 (sete) dias do mês de agosto de 2013 (dois mil e treze), nesta cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia, na sede do Fórum Nelson Hungria, Av. 15 de Novembro c/ Campos Sales, nº 1981, Bairro Serraria, foi tomada por termo a Penhora do Crédito do(a) co-responsável da executados(as), TIM CELULAR S.A., inscrita no CNPJ 04.206.050/0001-80, realizado via Bacen Jud e conforme adiante se descreve:

CRÉDITO PENHORADO: R$ 7.618,57 (sete mil, seiscentos e dezoito reais e cinquenta e sete centavos), penhorado via Bacen Jud sob ID 072013000007317734.

DESPACHO: “Nesta data pesquisei o resultado do Bacenjud realizado, conforme recibo em anexo.Cumpra-se as deteminações contidas na DECISÃO de fls. 170.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 18 de julho de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito “.
Processo nº:0001127-56.2011.8.22.0015
Classe:Cumprimento de SENTENÇA
Parte Autora:D. P. Z. - COMÉRCIO, SERVIÇOS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
Advogado:Aurison da Silva Florentino
Parte Requerida:TIM CELULAR S.A. E SERASA EXPERIAN
O devedor/executado será devidamente INTIMADO da penhora e advertido de que tem o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar embargar/impugnação à execução.
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. NADA MAIS. Do que para constar, lavrou-se o presente, que depois de lido e achado conforme, vai assinado. Eu,_____ Ricardo Souza Ribeiro – Chefe de Serviço de Cartório, a conferi e subscrevi.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito

Proc.: 0003825-35.2011.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Guajará-Mirim RO
Advogado:Samael Freitas Guedes (RO 2596), José Antônio Barbosa da Silva (RO 1340)
Executado:Sebastião Alves de Sena Filho
Advogado:Nivaldo Ribera de Oliveira (OAB/RO 3527)
Termos de penhora:
Fica a parte Executada, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre os termos da penhora conforme abaixo:
TERMO DE PENHORA DE CRÉDITO E INTIMAÇÃO
Aos 7 (sete) dias do mês de agosto de 2013 (dois mil e treze), nesta cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia, na sede do Fórum Nelson Hungria, Av. 15 de Novembro c/ Campos Sales, nº 1981, Bairro Serraria, foi tomada por termo a Penhora do Crédito do(a) co-responsável da executados(as), SEBASTIÃO ALVES DE SENA FILHO, inscrito no CPF 011.518.862-20, realizado via Bacen Jud e conforme adiante se descreve:
CRÉDITO PENHORADO: R$ 2.890,63 (dois mil, oitocentos e noventa reais e sessenta e três centavos), penhorado via Bacen Jud sob ID 072013000007826060.
DESPACHO: “Posto isso, DETERMINO o bloqueio judicial de ativos financeiros da parte executada, a ser realizado pelo sistema BACEN-JUD.Aguarde-se por 3 (três) dias, em gabinete, respostas das instituições financeiras. Com resposta positiva, convolo o bloqueio em penhora, a qual deverá ser reduzida a termo, intimando-se a parte executada para, querendo, apresentar embargos à execução. Nada sendo informado, ou havendo bloqueio de quantia irrisória, a qual será de imediato liberada, intime-se a parte exequente para indicar outros bens passíveis de penhora, ou requerer o que entender de direito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito.Não apresentados embargos, o que deve ser certificado, expeça-se alvará.Após, nada sendo requerido, arquive-se. Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 26 de julho de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito “.
Processo nº:0003825-35.2011.8.22.0015
Classe:Execução Fiscal
Parte Autora:MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
Advogado:Procurador Municipal
Parte Requerida:SEBASTIÃO ALVES DE SENA FILHO
Advogado:Nivaldo Ribera Oliveira
O devedor/executado será devidamente INTIMADO da penhora e advertido de que tem o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar embargar/impugnação à execução.
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. NADA MAIS. Do que para constar, lavrou-se o presente, que depois de lido e achado conforme, vai assinado. Eu,_____ Ricardo Souza Ribeiro – Chefe de Serviço de Cartório, a conferi e subscrevi.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito

Proc.: 0002090-30.2012.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Guajará-Mirim RO
Advogado:José Antônio Barbosa da Silva (RO 1340), Samael Freitas Guedes (RO 2596)
Executado:Judy Liundmila Sampaio Melo Borges
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 dias
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do(a) EXECUTADO(A), para, querendo, oferecer EMBARGOS, dentro de 30 (trinta) dias, quanto à penhora on-line realizada nos autos no valor de R$ 2.389,37 (dois mil, trezentos e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos), penhorado via Bacen Jud sob ID 072013000007422694
De: JUDY LIUDMILA SAMPAIO MELO, CPF 830.807.913-04, atualmente em lugar INCERTO E NÃO SABIDO.
Processo nº: 0002090-30.2012.8.22.0015
Classe: Execução Fiscal
Parte Autora: MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM
Advogado: Procurador Municipal
Parte Requerida: JUDY LIUDMILA SAMPAIO MELO
DESPACHO: Atenta aos princípios critérios da celeridade, da efetividade da tutela jurisdicional, da economia processual e da satisfação do crédito exequendo e, visando menor dispêndio ao erário, uma vez que é o Tribunal de Justiça/RO que arca com os custos de diligência de atos dele emanados, entendo que a melhor medida a ser utilizada é a penhora de numerários.Posto isso, DETERMINO o bloqueio judicial de ativos financeiros da parte executada, a ser realizado pelo sistema BACEN-JUD.Aguarde-se por 3 (três) dias, em gabinete, respostas das instituições financeiras. Com resposta positiva, convolo o bloqueio em penhora, a qual deverá ser reduzida a termo, intimando-se a parte executada para, querendo, apresentar embargos à execução. Nada sendo informado, ou havendo bloqueio de quantia irrisória, a qual será de imediato liberada, intime-se a parte exequente para indicar outros bens passíveis de penhora, ou requerer o que entender de direito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito.Não apresentados embargos, o que deve ser certificado, expeça-se alvará.Após, nada sendo requerido, arquive-se.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 17 de julho de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito
Guajará-Mirim, 7 de agosto de 2013
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito

Proc.: 0002089-45.2012.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Guajará-Mirim RO
Advogado:Samael Freitas Guedes (RO 2596), José Antônio Barbosa da Silva (RO 1340)
Executado:Kelly Cristina Nascimento
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
(Execução Fiscal)
Prazo: 30 DIAS
CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A): K CRISTINA NASCIMENTO FUNERÁRIA SÃO VICENTE - ME, inscrita no CNPJ 07.256.827/0001-00, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação.
Processo: 0002089-45.2012.822.0015
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Dívida Ativa
Exequente: MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
Valor da Dívida: R$ 1.003,64 (um mil e três reais e sessenta e quatro centavos)
Natureza da Dívida: Dívida Ativa
DESPACHO: A parte autora pugna pela citação da executada via edital.Tendo em vista o Ofício Circular n°. 009/2012/GAB/PR, datado de 05 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, nesta data pesquisei pelo INFOJUD e, como demonstra o recibo anexo, o endereço localizado é o mesmo constante nos autos. Assim, cite-se a executada por edital. Caso não constitua defensor, desde já nomeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas. Apresentada a defesa, intime-se o exequente para se manifestar e, depois, venham os autos conclusos.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 25 de junho de 2013.
Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito
Guajará-Mirim, 7 de agosto de 2013.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito
Sede do Juízo: Fórum Nelson Hungria, . 15 de Novembro c/ Campos Sales, nº 1981, Bairro Serraria, CEP:76.850-000-Fones: 3541-2438/2389. E-mail: gum1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0001981-16.2012.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Guajará-Mirim RO
Advogado:José Antônio Barbosa da Silva (RO 1340), Samael Freitas Guedes (RO 2596)
Executado:Marilene Marqueza de Souza
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
(Execução Fiscal)
Prazo: 30 DIAS
CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A): MARILENE MARQUEZA DE SOUZA, inscrita no CPF 003.984.042-59, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação.
Processo: 0001981-16.2012.822.0015
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Dívida Ativa
Exequente: MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
Valor da Dívida: R$ 726,06 (setecentos e vinte e seis reais e seis centavos)
Natureza da Dívida: Dívida Ativa
DESPACHO: A parte autora pugna pela citação da requerida via edital.Tendo em vista o Ofício Circular n°. 009/2012/GAB/PR, datado de 05 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, nesta data pesquisei pelo INFOJUD e, como demonstra o recibo anexo, o endereço localizado é o mesmo constante nos autos. Assim, cite-se a requerida por edital. Caso a requerida não constitua defensor, desde já momeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas.Apresentada a defesa, intime-se o requerente para se manifestar e, depois, venham os autos conclusos. Guajará -Mirim-RO, segunda-feira, 29 de abril de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito
Guajará-Mirim, 7 de agosto de 2013.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito
Sede do Juízo: Fórum Nelson Hungria, . 15 de Novembro c/ Campos Sales, nº 1981, Bairro Serraria, CEP:76.850-000-Fones: 3541-2438/2389. E-mail: gum1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0004131-38.2010.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Guajará-Mirim RO
Advogado:José Antônio Barbosa da Silva (RO 1340), Samael Freitas Guedes (RO 2596)
Executado:Misleia Sossa Mareca
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
(Execução Fiscal)
Prazo: 30 DIAS
CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A): MISLEIA SOSSA MARECA, inscrita no CPF 676.890.602-00, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação.
Processo: 0004131-38.2010.822.0015
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Dívida Ativa
Exequente: MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
Valor da Dívida: R$ 579,33 (quinhentos e setenta e nove reais e trinta e três centavos)
Natureza da Dívida: Dívida Ativa

DESPACHO: A parte autora pugna pela citação da executada via edital.Tendo em vista o Ofício Circular n. 009/2012/GAB/PR, datado de 05 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, nesta data pesquisei pelo sistema INFOJUD e, como demonstra o recibo anexo, foi localizado um endereço em Apui/AM, que ainda não foi diligenciado.Assim, cite-se a executada por carta precatória. Expeça-se o necessário.Na hipótese de a diligência ser negativa, cite-se por edital. Caso a executada não constitua defensor, desde já nomeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas. Apresentada a defesa, intime-se o exequente para se manifestar e, depois, venham os autos conclusos.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 25 de junho de 2013.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito
Guajará-Mirim, 7 de agosto de 2013.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito
Sede do Juízo: Fórum Nelson Hungria, . 15 de Novembro c/ Campos Sales, nº 1981, Bairro Serraria, CEP:76.850-000- Fones: 3541-2438/2389. E-mail: gum1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0076603-42.2007.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública Estadual
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (0000)
Executado:Sol Nascente Ind. e Com. de Madeiras Ltda
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
(Execução Fiscal)
Prazo: 30 DIAS
CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A): SOL NASCENTE IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA., inscrita no CNPJ 04.682.528/0001-49, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação.
Processo: 0076603-42.2007.822.0015
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Dívida Ativa
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Valor da Dívida: R$ 4.743,23 (quatro mil, setecentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos)
Natureza da Dívida: Dívida Ativa
DESPACHO: A parte autora pugna pela citação da executada via edital.Tendo em vista o Ofício Circular n°. 009/2012/GAB/PR, datado de 05 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, nesta data pesquisei pelo INFOJUD e, como demonstra o recibo, o endereço localizado é o mesmo constante nos autos. Assim, cite-se a executada por edital. Caso a executada não constitua defensor, desde já nomeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas.Apresentada a defesa, intimem-se a exequente para se manifestar.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 19 de julho de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito
Guajará-Mirim, 7 de agosto de 2013.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito
Sede do Juízo: Fórum Nelson Hungria, . 15 de Novembro c/ Campos Sales, nº 1981, Bairro Serraria, CEP:76.850-000- Fones: 3541-2438/2389. E-mail: gum1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0003639-12.2011.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Lucyanne C. Brandt Hitzeschky (AM 4.624), Jocieli da Silva Vargas (RO 5180), Miguelina Nobre do Nascimento (RO 983), Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937)
Executado:Jornande Correia da Silva, José Correia da Silva
EDITAL DE CITAÇÃO
(prazo: 30 dias)
CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A): JORNANDE CORREIA DA SILVA, inscrito no CPF 351.091.735-91 e JOSÉ CORREIA DA SILVA, inscrito no CPF 008.091.735-91, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) executado(s) para pagar, dentro do prazo de 03 (três) dias, o principal e cominações legais. ADVERTÊNCIA: Se o devedor não pagar nem fizer nomeação válida, o oficial de justiça penhorar-lhe-á tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal, juros, custas e honorários advocatícios. Havendo penhora, o prazo para opor os Embargos do Devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da juntada do MANDADO, observando o DESPACHO deste Juízo abaixo transcrito:
Processo:0003639-12.2011.8.22.0015
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente:BANCO BRADESCO S.A.
Advogado:Lucyanne C. Brandt Hitzes
Valor:R$ 68.427,97 (sessenta e oito mil, quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e sete centavos)
DESPACHO: A parte autora pugna pela citação dos executados via edital.Tendo em vista o Ofício Circular n. 009/2012/GAB/PR, datado de 05 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, nesta data pesquisei pelo sistema INFOJUD e, como demonstra o recibo anexo, foi localizado um endereço do executado José Correia da Silva em Ji-Paraná/RO, que ainda não foi diligenciado.Assim, cite-se o executada via oficial de justiça. Expeça-se o necessário.Na hipótese de a diligência ser negativa, cite-se por edital. Caso o executado José Correia da Silva não constitua defensor, desde já nomeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas. Em relação ao executado

Jornande Correia da Silva, como demonstra o recibo em anexo, o endereço localizado é o mesmo constante nos autos. Assim, cite-o por edital. Caso não constitua defensor, desde já nomeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas.Apresentadas as defesas, intime-se o exequente para se manifestar e, depois, venham os autos conclusos.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 25 de junho de 2013.Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito
Guajará-Mirim, 7 de agosto de 2013.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito
Sede do Juízo: Fórum Nelson Hungria, . 15 de Novembro c/ Campos Sales, nº 1981, Bairro Serraria, CEP:76.850-000- Fones: 3541-2438/2389. E-Mail: gum1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0000143-38.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vani Martins Pimenta
Advogado:Defensoria Pública (- -)
Requerido:Elinelson Martins Lemos, Bruna de Lima Lemos, Edinelson Lima Lemos, Adriana Soranso de Lima
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
(prazo: 30 dias)
CITAÇÃO DO(A) REQUERIDO(A): BRUNA DE LIMA LEMOS, brasileira, menor impúbere, nascida aos 28 de agosto de 2006, representada por sua genitora ADRIANA SORANSO DE LIMA, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAÇÃO para os termos da presente Ação, para, querendo, contestar no prazo legal: 15 (quinze) dias. Acaso não seja contestada a Ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial.
Processo: 0000143-38.2012.8.22.0015
Classe: Procedimento Ordinário (União Estável ou Concubinato)
Autor: VANI MARTINS PIMENTA
DESPACHO: Nesta oportunidade dou por citado Elinelson Martins Lemos na pessoa de sua genitora Vani Martins. Em razão do conflito de interesses foi nomeado curador especial, na pessoa do Defensor Público que neste ato apresentou contestação por negativa geral, reportando-se aos termos da peça contida às fls. 31/32. Proceda-se a citação por edital de Bruna de Lima Lemos representada pela mãe Adriana Soranso de Lima. Após o decurso de prazo para apresentação de resposta, vistas ao Ministério Público. Saem os presentes intimados. Nada mais
Guajará-Mirim, 7 de agosto de 2013.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito

Proc.: 0003321-92.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Laura Zambrini
Advogado:Defensor Público (- -)
Requerido:Glauco Santos de Souza
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
(prazo: 30 dias)
CITAÇÃO DO(A) REQUERIDO(A): GLAUCO SANTOS DE SOUZA, brasileiro, filho de Maria Socorro Santos de Souza, inscrito no CPF 513.048.562-91, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAÇÃO para os termos da presente Ação, para, querendo, contestar no prazo legal: 15 (quinze) dias. Acaso não seja contestada a Ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial.
Processo: 0003321-92.2012.8.22.0015
Classe: Procedimento Ordinário (Investigação de Paternidade)
Autor: LAURA ZAMBRINI
DESPACHO: A parte autora pugna pela citação do requerido via edital.Tendo em vista o Ofício Circular n°. 009/2012/GAB/PR, datado de 05 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, nesta data pesquisei pelo INFOJUD e, como demonstra o recibo em anexo, o endereço localizado é o mesmo constante nos autos. Assim, cite-se o requerido por edital. Caso o requerido não constitua defensor, desde já momeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas.Apresentada a defesa, intimem-se a requerente para se manifestar. Após, conclusos.Guajará -Mirim-RO, segunda-feira, 13 de maio de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito
Guajará-Mirim, 7 de agosto de 2013.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito

Proc.: 0003943-74.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edivaldo Ferreira Rodrigues
Advogado:Defensoria Pública (- -)
Requerido:Leane de Moura Rodrigues
EDITAL DE CITAÇÃO
(prazo: 30 dias)
CITAÇÃO DO(A) REQUERIDO(A): LEANE DE MOURA RODRIGUES, brasileiro, filha de Maria Soares de Moura, inscrita no CPF 897.884.002-72, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAÇÃO para os termos da presente Ação, para, querendo, contestar no prazo legal: 15 (quinze) dias. Acaso não seja contestada a Ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial.
Processo: 0003943-74.2012.8.22.0015
Classe: Procedimento Ordinário (Guarda)
Autor: EDIVALDO DE MOURA RODRIGUES
DESPACHO: Defiro a gratuidade. A parte autora pugna pela citação da requerida via edital.Tendo em vista o Ofício Circular n. 009/2012/GAB/PR, datado de 05 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, nesta data pesquisei pelo sistema INFOJUD e, como demonstra o recibo anexo, foi localizado um endereço nesta cidade, que ainda não foi diligenciado. Assim, cite-se a requerida, via oficial de justiça. Expeça-se o MANDADO .Na hipótese de a diligência ser negativa, cite-se por edital. Caso a requerida não constitua defensor, desde já momeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas. Apresentada a defesa, intime-se o requerente para se manifestar e, depois, venham os autos conclusos.Guajará -Mirim-RO, segunda-feira, 29 de abril de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito
Guajará-Mirim, 7 de agosto de 2013.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito

Proc.: 0000744-10.2013.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937)
Executado:Freire e Flavio Comércio de Aletrodomésticos Ltda Me, Valdomiro Flávio da Silva, Esdra Rodrigues Freire
EDITAL DE CITAÇÃO
(prazo: 30 dias)
CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A): FREIRE E FLAVIO COMERCIO E ELETRODOMESTICOS LTDA., inscrita no CNPJ 13.092.189/0001-31, VALDOMIRO FLAVIO DA SILVA, inscrito no CPF 667.683.732-34 e ESDRA RODRIGUES FREIRE, inscrito no CPF 643.563.532-34, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) executado(s) para pagar, dentro do prazo de 03 (três) dias, o principal e cominações legais. ADVERTÊNCIA: Se o devedor não pagar nem fizer nomeação válida, o oficial de justiça penhorar-lhe-á tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal, juros, custas e honorários advocatícios. Havendo penhora, o prazo para opor os Embargos do Devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da juntada do MANDADO, observando o DESPACHO deste Juízo abaixo transcrito:
Processo:0000744-10.2013.8.22.0015
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente:BANCO BRADESCO S.A.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari
Valor:R$ 38.425,71 (trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e setenta e um centavos)
DESPACHO: Citem-se os executados para que, no prazo de 3 dias, efetuem o pagamento do valor apontado na inicial (art. 652, CPC), mais honorários advocatícios, estes que fixo em 10% sobre o valor da causa.Consigne-se no MANDADO, ainda, que no caso de integral pagamento no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade, conforme dispõe o art. 652-A, do CPC.Não sendo efetuado o pagamento dentro do prazo acima assinalado, proceda-se o Oficial de Justiça de imediato à penhora de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, com juros e honorários advocatícios, nos termos do § 1º do art. 652, do Código de Processo Civil, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, os executados.Os executados, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderão opor-se à execução por meio de Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do MANDADO de citação (art. 736 c/c 738 do CPC, redação dada pela Lei n. 11.382/06). Esclareçam-se aos executados que no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. (art. 745-A do CPC redação dada pela Lei n. 11.382/06). Em caso de não oferecimento de Embargos, bem como o não requerimento do parcelamento mencionado, o que o cartório certificará, e ainda não requerida à adjudicação e não realizada a alienação particular do bem penhorado por parte do credor, será designada hasta pública, expendido-se editais e intimando as partes (art. 686 do CPC, redação dada pela Lei n. 11.382/06). Na hipótese de não ter sido econtrados bens ou se insuficientes, intime-se o credor para indicar outros bens passíveis de penhora, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento do feito.Expeça-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 22 de fevereiro de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito
Guajará-Mirim, 7 de agosto de 2013.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito

Proc.: 0000748-47.2013.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937)
Executado:Comércio Popular de Produtos Farmacêuticos Imp. e Exp. Ltda Drogaria Popular & Conveniências, Francisco Elder Marinho Araújo Filho
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
(prazo: 30 dias)
CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A): COMERCIO POPULAR DE PRODUTOS FARMACEUTICOS IMP. E EXP. LTDA. (DROGARIA POPULAR), inscrita no CNPJ 06.193.438/0001-10 e FRANCISCO ELDER MARINHO ARAÚJO FILHO, inscrito no CPF 662.358.202-91, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) executado(s) para pagar, dentro do prazo de 03 (três) dias, o principal e cominações legais. ADVERTÊNCIA: Se o devedor não pagar nem fizer nomeação válida, o oficial de justiça penhorar-lhe-á tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal, juros, custas e honorários advocatícios. Havendo penhora, o prazo para opor os Embargos do Devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da juntada do MANDADO, observando o DESPACHO deste Juízo abaixo transcrito:
Processo:0000748-47.2013.8.22.0015
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente:BANCO BRADESCO S.A.
Advogado:Mauro Paulo Galera Junior
Valor:R$ 343.796,80 (trezentos e quarenta e três mil, setecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos)
DESPACHO: A parte autora pugna pela citação dos executados via edital.Tendo em vista o Ofício Circular n. 009/2012/GAB/PR, datado de 05 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, nesta data pesquisei pelo sistema INFOJUD e, como demonstra o recibo anexo, foram localizados dois endereços nesta cidade, que ainda não foram diligenciados. Assim, citem-se os executados, expedindo-se o necessário.Na hipótese de a diligência ser negativa, cite-se por edital. Caso os executados não constituam defensor, desde já momeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas. Apresentada a manifestação da Defensoria Pública, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 dias e, depois, venham os autos conclusos.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 2 de abril de 2013.Denise Pipino Figueiredo Juíza Substituta
Guajará-Mirim, 7 de agosto de 2013.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito
Sede do Juízo: Fórum Nelson Hungria, . 15 de Novembro c/ Campos Sales, nº 1981, Bairro Serraria, CEP:76.850-000- Fones: 3541-2438/2389. E-Mail: gum1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0001909-29.2012.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Guajará-Mirim RO
Advogado:Samael Freitas Guedes (RO 2596), José Antônio Barbosa da Silva (RO 1340)
Executado:Nelly Dorado Hurtado
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
(Execução Fiscal)
Prazo: 30 DIAS
CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A): NELLY DORADO HURTADO - ME, inscrita no CNPJ 08.071.285/0001-63, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação.
Processo: 0001909-29.2012.822.0015
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Dívida Ativa
Exequente: MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
Valor da Dívida: R$ 522,83 (quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e três centavos)
Natureza da Dívida: Dívida Ativa
DESPACHO: “A parte autora pugna pela citação do executado via edital.Tendo em vista o Ofício Circular n°. 009/2012/ GAB/PR, datado de 05 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, nesta data pesquisei pelo INFOJUD e, como demonstra o recibo, o endereço localizado é o mesmo constante nos autos. Assim, cite-se o executado por edital. Caso o executado não constitua defensor, desde já nomeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas.Apresentada a defesa, intime-se o exequente para se manifestar e, depois, venham os autos conclusosGuajará -Mirim-RO, quinta-feira, 18 de julho de 2013. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito”
Guajará-Mirim, 7 de agosto de 2013.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito
Sede do Juízo: Fórum Nelson Hungria, . 15 de Novembro c/ Campos Sales, nº 1981, Bairro Serraria, CEP:76.850-000- Fones: 3541-2438/2389. E-mail: gum1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0000576-08.2013.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Guajará-Mirim RO
Advogado:Samael Freitas Guedes (RO 2596)
Executado:Francisco Matias dos Santos
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
(Execução Fiscal)
Prazo: 30 DIAS
CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A): FRANCISCO MATIAS DOS SANTOS, inscrita no CPF 676.424.702-15, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação.
Processo: 0000576-08.2013.822.0015
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Dívida Ativa
Exequente: MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
Valor da Dívida: R$ 6.971,15 (seis mil, novecentos e setenta e um reais e quinze centavos)
Natureza da Dívida: Dívida Ativa
DESPACHO: A parte autora pugna pela citação do executado via edital.Tendo em vista o Ofício Circular n°. 009/2012/ GAB/PR, datado de 05 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, nesta data pesquisei pelo INFOJUD e, como demonstra o recibo, o endereço localizado é o mesmo constante nos autos. Assim, cite-se o executado por edital. Caso o requerido não constitua defensor, desde já nomeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas.Apresentada a defesa, intime-se o exequente para se manifestar e, depois, venham os autos conclusosGuajará -Mirim-RO, quinta-feira, 18 de julho de 2013. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito
Guajará-Mirim, 7 de agosto de 2013.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito
Sede do Juízo: Fórum Nelson Hungria, . 15 de Novembro c/ Campos Sales, nº 1981, Bairro Serraria, CEP:76.850-000- Fones: 3541-2438/2389. E-mail: gum1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0001991-60.2012.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Guajará-Mirim RO
Advogado:José Antônio Barbosa da Silva (RO 1340), Samael Freitas Guedes (RO 2596)
Executado:N. M. de Lima Junior
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
(Execução Fiscal)
Prazo: 30 DIAS
CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A): N. M. DE LIMA JUNIOR ME, inscrita no CNPJ 10.389.643/0001-22, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação.
Processo: 0001991-60.2012.822.0015
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Dívida Ativa
Exequente: MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
Valor da Dívida: R$ 1.086,14 (um mil e oitenta e seis reais e quatorze centavos)
Natureza da Dívida: Dívida Ativa

DESPACHO: A parte autora pugna pela citação da executada via edital.Tendo em vista o Ofício Circular n°. 009/2012/GAB/PR, datado de 05 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, nesta data pesquisei pelo INFOJUD e, como demonstra o recibo anexo, o endereço localizado é o mesmo constante nos autos. Assim, cite-se a executada por edital. Caso não constitua defensor, desde já nomeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas. Apresentada a defesa, intime-se o exequente para se manifestar e, depois, venham os autos conclusos.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 25 de junho de 2013.
Denise Pipino Figueiredo Juíza de Direito
Guajará-Mirim, 7 de agosto de 2013.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito
Sede do Juízo: Fórum Nelson Hungria, . 15 de Novembro c/ Campos Sales, nº 1981, Bairro Serraria, CEP:76.850-000-Fones: 3541-2438/2389. E-mail: gum1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0005085-16.2012.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Nova Mamoré Ro
Advogado:Marcos Metchko (RO 1482), Wanderley da Silva Costa (RO 916)
Executado:A Marca da Madeira S. H. M.
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
(Execução Fiscal)
Prazo: 30 DIAS
CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A): A MARCA DA MADEIRA S. H. M. LTDA., inscrito no CNPJ 08.580.489/0001-31, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação.
Processo: 0005085-16.2012.822.0015
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Dívida Ativa
Exequente: MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ - RO
Valor da Dívida: R$ 14.819,00 (quatorze mil, oitocentos e dezenove reais)
Natureza da Dívida: Dívida Ativa
DESPACHO: A parte autora pugna pela citação do requerido via edital.Tendo em vista o Ofício Circular n°. 009/2012/GAB/PR, datado de 05 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, nesta data pesquisei pelo INFOJUD e, como demonstra o recibo em anexo, o endereço localizado é o mesmo constante nos autos. Assim, cite-se a requerida por edital. Caso a requerida não constitua defensor, desde já momeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas.Apresentada a defesa, intimem-se o requerente para se manifestar.Após, conclusos.Guajará -Mirim-RO, segunda-feira, 13 de maio de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito
Guajará-Mirim, 7 de agosto de 2013.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito
Sede do Juízo: Fórum Nelson Hungria, . 15 de Novembro c/ Campos Sales, nº 1981, Bairro Serraria, CEP:76.850-000-Fones: 3541-2438/2389. E-mail: gum1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0005164-92.2012.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Nova Mamoré Ro
Advogado:Wanderley da Silva Costa (RO 916), Marcos Metchko (RO 1482)
Executado:P dos Sapatos Ind. e Com. Imp. e Exp. Me
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
(Execução Fiscal)
Prazo: 30 DIAS
CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A): P. DOS SAPATOS IND. E COM. IMP. E EXP. ME, inscrito no CNPJ 08.246.804/0001-87, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação.
Processo: 0005164-92.2012.822.0015
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Dívida Ativa
Exequente: MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ - RO
Valor da Dívida: R$ 1.145,76 (um mil, cento e quarente e cinco reais e setenta e seis centavos)
Natureza da Dívida: Dívida Ativa
DESPACHO: “A parte autora pugna pela citação do requerido via edital.Tendo em vista o Ofício Circular n°. 009/2012/GAB/PR, datado de 05 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, nesta data pesquisei pelo INFOJUD e, como demonstra o recibo em anexo, o endereço localizado é o mesmo constante nos autos. Assim, cite-se a requerida por edital. Caso a requerida não constitua defensor, desde já momeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas.Apresentada a defesa, intimem-se o requerente para se manifestar. Após, conclusos.Guajará -Mirim-RO, segunda-feira, 13 de maio de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito”
Guajará-Mirim, 7 de agosto de 2013.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito
Sede do Juízo: Fórum Nelson Hungria, . 15 de Novembro c/ Campos Sales, nº 1981, Bairro Serraria, CEP:76.850-000-Fones: 3541-2438/2389. E-mail: gum1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0005070-47.2012.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Nova Mamoré Ro
Advogado:Wanderley da Silva Costa (RO 916), Marcos Metchko (RO 1482)
Executado:Mt Construções e Terraplenagens Ltda
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
(Execução Fiscal)
Prazo: 30 DIAS
CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A): M. T. CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGENS LTDA., inscrito no CNPJ 08.581.243/0001-72, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação.
Processo: 0005070-47.2012.822.0015
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Dívida Ativa
Exequente: MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ - RO
Valor da Dívida: R$ 2.674,39 (dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais e trinta e nove centavos)
Natureza da Dívida: Dívida Ativa
DESPACHO: A parte autora pugna pela citação do requerido via edital.Tendo em vista o Ofício Circular n°. 009/2012/GAB/PR, datado de 05 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, nesta data pesquisei pelo INFOJUD e, como demonstra o recibo em anexo, o endereço localizado é o mesmo constante nos autos. Assim, cite-se a requerida por edital. Caso a requerida não constitua defensor, desde já momeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas.Apresentada a defesa, intime-se o requerente para se manifestar.Após, conclusos.Guajará -Mirim-RO, segunda-feira, 13 de maio de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito
Guajará-Mirim, 7 de agosto de 2013.
Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito
Sede do Juízo: Fórum Nelson Hungria, . 15 de Novembro c/ Campos Sales, nº 1981, Bairro Serraria, CEP:76.850-000- Fones: 3541-2438/2389. E-mail: gum1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0000709-50.2013.8.22.0015
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Carla Simone Carlos de Oliveira
Advogado:Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308B)
Embargado:Femar Indústria e Comércio de Bebidas Ltda
Advogado:José Assis dos Santos (2591)
DECISÃO:
DECISÃO Chamo o feito à ordem. Diante da manifestação do exequente/embargado, nos autos em apenso, após nova análise dos presentes autos constato que há erro que não apenas pode, como deve ser corrigido de ofício pela magistrada.Observa-se às fls. 101 que a apelação foi recebida apenas no efeito devolutivo.Ocorre que, embora o art. 520, inciso V, do CPC discipline esse efeito, ele refere aos embargos à execução e do devedor. Como norma restritiva, deve ser aplicado restritivamente.Os embargos de terceiro possuem natureza de verdadeira ação de conhecimento, constitutiva negativa, de procedimento especial sumário, cuja FINALIDADE é livrar o bem ou direito de posse ou propriedade de terceiro da constrição judicial que lhe foi injustamente imposta em processo de que não foi parte. Nos termos do pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, diante dessa natureza, e da suspensão do curso do processo principal diante da sua oposição, prevista no art. 1.052, do CPC, conclui-se que o recurso tem que ser recebido também no efeito suspensivo. Verbis:Recurso - Efeitos - Apelação - SENTENÇA de improcedência nos autos de embargos de terceiro - Agravo interposto contra DECISÃO que determinou a expedição de MANDADO de adjudicação e carta precatória para imissão na posse, independentemente de eventual efeito suspensivo conferido à apelação dos embargos de terceiro, julgados improcedentes pelo MÉRITO - Inadmissibilidade - Efeitos devolutivo e suspensivo plenos, “ex vi” do art. 520, “caput”, do CPC - Recurso provido para suspender o curso da execução. (TJ-SP - AI: 699802020128260000 SP 0069980-20.2012.8.26.0000, Relator: Cerqueira Leite, Data de Julgamento: 20/06/2012, 12ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 27/06/2012).Sendo assim, revejo de ofício a DECISÃO de fls. 101, sanando o equívoco nela existente, motivo pelo qual recebo o ofício do embargante nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intimem-se as partes, restituindo-se o prazo da recorrida para a apresentação das contrarrazões.Cumpridas as formalidades legais, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para apreciação, com as nossas homenagens. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002032-27.2012.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Femar Indústria e Comércio de Bebidas Ltda
Advogado:José Assis dos Santos (2591)
Executado:Francisco Edileuso Pereira de Paula, Eder Hendrexs de Souza
Advogado:Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308B), Cherislene Pereira de Souza (RO 1015), Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308B), Cherislene Pereira de Souza (RO 1015)
DESPACHO:
Indefiro o pedido de fls. 57, haja vista que, nesta data, revendo a DECISÃO anteriormente proferida nos autos em apenso, foi recebida a apelação do então embargante nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intime-se.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0044154-60.2009.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Requerido:Israel Crispim Ribeiro
Advogado:Janaína Pereira Souza Santos Silva (RO 1502), Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308B)
DECISÃO:
DECISÃO Trata-se de cumprimento de SENTENÇA, em que a parte exequente postula a suspensão do feito por tempo

indeterminado, nos termos do art. 791, inciso III do CPC, pois não localizou bens passíveis de penhora.Todavia, entendo que o arquivamento do feito neste caso não importará em prejuízo às partes, posto que a parte interessada poderá desarquivá-lo, oportunamente, quando localizar bens penhoráveis. Assim, arquivem-se os autos com baixa, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte. Int. Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0044731-38.2009.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Departamento Estadual de Trânsito -Detran/Ro
Advogado:Eliabes Neves (RO 4074)
Executado:Robson Fernandes Gervasio
DESPACHO:
DESPACHO Com razão a exequente. Tecnicamente o correto seria a apresentação de embargos. No entanto, considerando que a peça de defesa não traz nenhuma matéria relevante, não justifica o seu recebimento como embargos.Assim, defiro o pedido de fls. 57.Determino que procedimento de venda judicial seja realizado pela Empresa de Leilões Judiciais Serrano.Nomeio como leiloeira a Sra. Elaine da Silva Pinheiro, representante da referida empresa.O valor da comissão a ser paga pelo adquirente/arrematante à leiloeira privada será de 10%, se o bem for móvel, e de 6%, se imóvel.Havendo acordo ou pagamento do débito, a partir desta data, será cobrada comissão de 2% do valor acertado, para a leiloeira, a fim de cobrir suas despesas na preparação dos editais e divulgação do leilão, até o limite de R$ 300,00.Observe-se que este Juízo tem considerado preço vil aquele igual ou inferior a 60% do valor da avaliação.Após, encaminhe-se o processo para escaninho próprio, aguardando a leiloeira tomar as providências pertinentes para a realização das hastas públicas.Havendo leilões negativos, intime-se o exequente a dizer o que pretende em termos de prosseguimento, mormente manifestando-se sobre a adjudicação, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.Intimem-se.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004686-89.2009.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Rita de Cássia Pontes Oliveira, Paulo Fiorentino de Oliveira
Advogado:Moacyr Rodrigues Pontes Netto (RO 4235), Hiran Saldanha de Macedo Castiel (RO 4149), Moacyr Rodrigues Pontes Netto (RO 4235)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido de fls. 191. Providencia a escrivania o necessário.Após, arquive-se.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0007860-09.2009.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Osmildo Xavier Rebouças Me
Advogado:Samir Mussa Bouchabki (OAB/RO 2570)
Requerido:Gelba Ferreira Laureano
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido de fls. 73. Expeça-se o necessário. Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003039-88.2011.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Raimunda de Souza Campos, Albaniza de Souza Campos
Advogado:Defensoria Pública de Guajará Mirim (RO -)
Requerido:Banco Bradesco S.a
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937), Ildo de Assis Macedo (OAB/RO 4519), Saionara Mari (5.225), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Nara Lima Carvalho (AOB/RO 5416)
DESPACHO:
DESPACHO Apresente o requerido as cópias legíveis dos extratos apresentados, no prazo de 10 dias, sob pena de julgamento do processo no estado em que se encontra. Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003162-86.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:João Batista Martins de Oliveira
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco Schahin S.A.
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696)
DESPACHO:
DESPACHO Manifeste-se o exequente sobre os documentos apresentados, no prazo de 5 dias.Após, nada sendo requerido, voltem os autos conclusos para extinção pelo cumprimento da obrigação.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000430-35.2011.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Planeta Distribuidora Importação e Exportação Ltda
Advogado:Cleber Jair Amaral (2856)
Requerido:Calçados Hispana Ltda, Banco do Brasil S/A
Advogado:Bianca Trentin (45.553), Morgana Cristina Tondin (66.000), Samar Bechara Cardoso (165.190), Letícia Francisco Silva da Costa (171.320), José Henrique Zago Marques (263433), Ana Beatriz Belluzzo Navega (193.313), José Guilherme Gerin (264.515), Marina de Castro Carvalho Cury (237625), Paula Rodrigues da Silva (OAB/SP 221271), Karina de Almeida Batistuci (RO 4571), Maria de Lurdes Rondina Mandaliti (OAB/SP 134.450), Joaquim Portes de Cerqueira César (72110)
DESPACHO:
DESPACHO Providencie a escrivania a mudança de classe, haja vista tratar-se de cumprimento de SENTENÇA .Em relação ao pedido de execução por quantia certa, contido em título judicial (SENTENÇA), intime-se a parte executada, na pessoa do seu advogado, por publicação na imprensa oficial (não havendo advogado constituído nos autos, intime-se por AR), para efetuar o pagamento no prazo de quinze dias, a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação a multa de 10% (dez por cento), prevista no art. 475-J, caput, do Código de Processo Civil (STJ, REsp 940274/MS, REsp 2007/0077946-1, rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS).Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, desde já autorizo a expedição de alvará em favor da parte exequente. Em seguida, venham os autos conclusos para extinção.Na hipótese de não pagamento, voltem os autos conclusos para análise do pedido de penhora de fls. 158/159..Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003381-02.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Alexandre da Silva Oliveira
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765)
Requerido:Banco Honda S.a
Advogado:Fernanda Julio Platero (190.208), Elza Maria Silva Lima Sacramento (13.127), Fabiana de Souza Fernandes (185.470), Ailton Alves Fernandes (OAB/GO 16.802), Dalgobert Martinez Maciel (OAB/RO 1.358), Samir Mussa Bouchabki (OAB/RO 2570), Lourdes Favero Toscan (16.802)
DESPACHO:
DESPACHO Providencie a escrivania a mudança de classe, haja vista tratar-se de cumprimento de SENTENÇA .Em relação ao pedido de execução por quantia certa, contido em título judicial (SENTENÇA), intime-se a parte executada, na pessoa do seu advogado, por publicação na imprensa oficial (não havendo advogado constituído nos autos, intime-se por AR), para efetuar o pagamento no prazo de quinze dias, a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação a multa de 10% (dez por cento), prevista no art. 475-J, caput, do Código de Processo Civil (STJ, REsp 940274/MS, REsp 2007/0077946-1, rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS).Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, desde já autorizo a expedição de alvará em favor da parte exequente. Em seguida, venham os autos conclusos para extinção.Na hipótese de não pagamento, voltem os autos conclusos para análise do pedido de penhora de fls. 95.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003461-63.2011.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Vando Martins Brasil
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741), Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765)
Requerido:Banco Bmg S.a
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/SP 128.341)
DESPACHO:
DESPACHO Verifica-se que na contra capa dos autos há petição que foi encaminhada pelo requerido por fax, cujo original nao foi apresentado no prazo legal.Cumpra a escrivania as determinações deste juízo, certificando a não apresentação do original no prazo legal, consoante orientação verbal e escrita, sendo dispensável a remessa à CONCLUSÃO, devendo a parte retirá-la no prazo de 5 dias, sob pena de destruição.Manifeste-se a parte exequente quanto a proposta de parcelamento apresentada pelo executado às fls. 80, devendo informar a conta para depósito caso aceite, no prazo de 5 dias, sendo seu silêncio interpretado como anuência.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003529-47.2010.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Aparecida de Jesus Bernardo
Advogado:Reginaldo Ferreira Lima (OAB/RO 2118)
Requerido:Município de Nova Mamoré Ro
DECISÃO:
DECISÃO Conforme certificado às fls. 160v, o recorrido não apresentou contrarrazões à Apelação, precluindo seu direito. Em que pese a certidão de fls. 159, o recurso adesivo é tempestivo. A intimação pessoal do Município, conforme preceitua o art. 236 do CPC, ocorreu em 26/04/2013, tendo início o prazo em 29/04/2013. Considerando o prazo em dobro, previsto no art. 188 do CPC, o termo final seria 28/05/2013, data do protocolo do referido recurso.Assim, recebo o recurso adesivo, nos efeitos legais. Apresente a recorrida contrarrazões ao recurso adesivo, no prazo legal.Cumpridas as formalidades legais, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para apreciação, com as nossas homenagens.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004494-25.2010.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:M. S. Comercial Importadora e Exportadora de Alimentos Ltda
Advogado:Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308B)
Requerido:Naga Indústria e Comércio de Biscoitos e Massas Ltda
Advogado:Marcos AntÔnio de Oliveira Leandro (PR 20162), Luciano Francisco de Oliveira Leandro (PR 34.099)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando as informações de fls. 145 e que nada foi requerido, arquivem-se os autos.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004788-77.2010.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Exequente:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Michel Fernandes Barros (RO 1790), Aline Fernandes Barros (RO 2708)
Executado:Vanderleia Ferreira da Silva
DESPACHO:
DESPACHO Considerando a certidão de fls. 137, que implica em intimação da parte da penhora realizada, bem como sua expressa renúncia ao direito de apresentar embargos, cumpra-se as demais determinações de fls. 135, expedindo-se alvará. Sem prejuízo, fica o exequente intimado a se manifestar em termos de prosseguimento, sob pena de extinção do feito. Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000988-41.2010.8.22.0015
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Antonio Pinheiro de Oliveira, Vanda Genelhu de Oliveira
Advogado:Reginaldo Ferreira Lima (OAB/RO 2118)
Embargado:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Michel Fernandes Barros (RO 1790)
DESPACHO:
DESPACHO Para fins de concessão do benefício da gratuidade, a declaração de que não possui condições de pagamento das custas sem prejuízo próprio ou de sua família não é absoluta, a depender de outros elementos que confirmem a declaração, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça. (RMS 15.508/RJ, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 27.02.2007, DJ 19.03.2007 p. 352). Assim, indefiro o pedido de justiça gratuita.Recolha-se o apelante as custas do preparo, no prazo de 10 dias, sob pena de deserção. Intime-se.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000873-20.2010.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Eladio Martins Branco
Advogado:Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308B), Janaina Pereira de Souza Florentino (RO 1502), Cherislene Pereira de Souza (RO 1015)
Requerido:Banco Panamericano S/a
Advogado:Sandra Regina Costa (OSB/SP 247.520), Joyce de Paula (OAB/SP 73.266), Paulo Nogueira (OAB/AC 1.132), Ibsen Souza de Albuquerque Lima (37.781), Maria de Fatima Machado (OAB/SP 103.426), Yves Alessandro Russo Zamataro (OAB/SP 115.924), Andre Luiz Monte (OAB/SP 246.555), Meliza Colonnese (OAB/SP 146.466), Luiz Augusto Teixeira Decarvalho Bruno (OAB/SP 24.554), Ana Lucia Gonçalves Donini (OAB/SP 255.892), Celso de Paula e Souza Junior (SSP/SP 237.997), Milena Sapienza (OAB 211.637), Luis Carlos Higasi Narvion (SSP/SP 182.506), Afonso Maria Bueno (OAB/PR 24-696), Dirce Ortega (OAB/SP 114.637), Edgard Grosso (OAB/SP 16.584), Paulo Henrique Salgado Colonnese (OAB/SP 21010), Gilberto Lupo (SSP/SP 27.014), Luciana Berghe (OAB-SP 146.466), Domingos Savio Marconde Dall Aglio (OAB/RO 1131), Fernando Deseyvan Rodrigues (OAB/RO 1099), Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (1.111), Feliciano Lyra Moura (OAB/PE 21714)
DESPACHO:
DESPACHO Vista à partes dos cálculos apresentados pela contadoria, às fls. 136/139.Após, com ou sem a manifestação das partes, voltem conclusos.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005588-37.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Renata Teixeira de Lima
Advogado:Audrey Cavalcante Saldanha (RO 570a)
Requerido:Eletrobras Centrais Eletricas de Rondônia
Advogado:Matheus Evaristo Santana (RO. 3230), Douglacir Antonio Evaristo Sant Ana (SSP/RO 287), Pedro Origa (OAB/RO 1953), Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (RO 1571)
DECISÃO:
DECISÃO A requerente interpôs embargos de declaração em face da SENTENÇA de fls. 86/93, alegando nela haver omissão quanto ao ponto relativo ao pedido de inversão do ônus da prova, bem como em relação à alegações pertinentes a ilegalidade da perícia realizada pela requerida e o débito indevidamente arbitrado.Sem razão o embargante.Analisando a SENTENÇA observa-se que em relação à inversão do ônus da prova foi dito o seguinte: “A inversão do ônus da prova no caso vertente não se justifica, pois a requerente poderia ter apresentado o mínimo de provas que ratificassem os fatos narrados na inicial, inclusive testemunhal. Observe-se que a parte sequer indicou o número dos protocolos dos atendimentos que teriam sido realizados. Portanto, não há nenhum indício da indisponibilidade do serviço e das reclamações. Nos termos do art. 333, inciso I do CPC, o ônus da prova incumbe ao autor quanto ao fato constitutivo do seu direito, aplicável na hipótese dos autos. No entanto, a requerente não se desincumbiu de seu ônus e, pelas provas produzidas, não há como reconhecer a procedência desse pedido.?Logo, não há omissão, pois está claro que tal pedido foi indeferido de forma fundamentada.Quanto às demais considerações da embargante, verifica-se que o cerne da questão foi amplamente analisado e decidido, sendo que “O juiz não está obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a DECISÃO, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos” (TJPR- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 650.258-3/01, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 5ª VARA CÍVEL.RELATORA: Juíza THEMIS DE ALMEIDA FURQUIM CORTES. Dj: 25/08/2010).Ante o exposto, NEGO provimento aos embargos, persistindo a DECISÃO tal como está lançada.Cumpra-se as demais determinações contidas na SENTENÇA .Publique-se e intimem-se. Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003445-12.2011.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Laildsonei Assunção de Moraes
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco Bmg S.a
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/SP 128.341)
DESPACHO:
DESPACHO Conforme certificado, verifica-se que na contra capa dos autos existem petições que foram encaminhada pelo requerido por cópia, cujo original não foi apresentado no prazo legal. Assim, deve a parte retirá-las, no prazo de 5 dias, sob pena de destruição.Considerando que o pedido de fls. 105/108 é o mesmo de fls. 66/69, inclusive despachado às fls. 103, sendo que o requerente, apesar de intimado através de seu advogado, não cumpriu com as determinações lá descritas, manifeste-se a parte exequente, em termos de prosseguimento, no prazo de 5 dias, inclusive indicando expressamente quais bens pretende ver penhorados, se o caso.Nada sendo requerido, arquivem-se os autos.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004037-56.2011.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:I. F. de M.
Advogado:Nivaldo Ribera de Oliveira (OAB/RO 3527)
Requerido:J. S. de L.
Advogado:Jorge Monteiro Vicente (RO 401-A)
DESPACHO:
DESPACHO Providencie a escrivania a mudança de classe, haja vista tratar-se de cumprimento de SENTENÇA .Em relação ao pedido de execução por quantia certa, contido em título judicial (SENTENÇA), intime-se a parte executada, na pessoa do seu advogado, por publicação na imprensa oficial (não havendo advogado constituído nos autos, intime-se por AR), para efetuar o pagamento no prazo de quinze dias, a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação a multa de 10% (dez por cento), prevista no art. 475-J, caput, do Código de Processo Civil (STJ, REsp 940274/MS, REsp 2007/0077946-1, rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS).Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, desde já autorizo a expedição de alvará em favor do exequente. Em seguida, venham os autos conclusos para extinção.Na hipótese de não pagamento, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0006160-27.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Hemerson dos Santos de Andrade
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco BMG S.A.
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/SP 128.341)
DESPACHO:
DESPACHO Conforme certificado, verifica-se que na contra capa dos autos existem petições que foram encaminhada pelo requerido por cópia, cujo original não foi apresentado no prazo legal. Assim, deve a parte retirá-las, no prazo de 5 dias, sob pena de destruição. Manifeste-se o requerente sobre as petições de fls. 113/165, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção pelo cumprimento da obrigação.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0006227-89.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Waldeci Ribeiro Dias
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765)
Requerido:Banco Santander Brasil S.a
Advogado:Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846), Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482), Celso Marcon (OAB/ES 10990), Carla Passos Melhado Cocchi (OAB/SP 187.329)
DESPACHO:
DESPACHO Manifeste-se o o exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento. Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0006297-09.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Francisco Fernandes de Carvalho
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco Schahin S.A.
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (2913)
DESPACHO:
DESPACHO Manifeste-se o o exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 5 dias.Após, nada sendo requerido, arquivem-se os autos.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0006321-37.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Raimundo José Costa
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco Santander Brasil S.a Sudameris
Advogado:Celso Marcon (OAB/ES 10990), Dayan Roberto dos Santos Cavalcante (OAB/RO 1679)
DESPACHO:
DESPACHO Cumpra-se a detemrinação contida no DESPACHO de fls. 76, expedindo-se o ofício, com prazo de 5 dias para resposta. Em caso de inércia, reitere-se.Após, conclusos para análise do pedido de fls. 77.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004480-07.2011.8.22.0015
Ação:Arresto
Arrestante:Comércio de Produtos Alimenticos Eldorado Ltda. me
Advogado:Paulo Timoteo Batista ( ), Walter Gustavo da Silva Lemos (655-A)
Arrestado:Prado Comércio Imp e Exp de Produtos Alimentícios Ltda
DESPACHO:
DESPACHO Regularize o subscritor da petição de fls. 61 o substabelecimento de fls. 62, sob pena de desconsideração do pedido, haja vista que no referido substabelecimento não há indicação do advogado substabelecido.Regularizada a representação processual, expeça-se novo alvará judicial, já que o expedido venceu, independentemente de nova CONCLUSÃO, devendo a parte retirá-lo no prazo de 5 dias.Após, arquivem-se os autos.Na hipótese de inércia do requerente, cumpra-se o determinado às fls. 57.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000444-82.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Maria Auxiliadora Gomes Bernardo
Advogado:Suzana Cury El Chebib Filha (521-A), Samir Mussa Bouchabki (OAB/RO 2570)
Requerido:Maria Jussara de Avila Freitas
Advogado:Samael Freitas Guedes (RO 2596)
DESPACHO:
DESPACHO Providencie a escrivania a mudança de classe, haja vista tratar-se de cumprimento de SENTENÇA .Em relação ao pedido de execução por quantia certa, contido em título judicial (SENTENÇA), intime-se a parte executada, na pessoa do seu advogado, por publicação na imprensa oficial (não havendo advogado constituído nos autos, intime-se por AR), para efetuar o pagamento no prazo de quinze dias, a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação a multa de 10% (dez por cento), prevista no art. 475-J, caput, do Código de Processo Civil (STJ, REsp 940274/MS, REsp 2007/0077946-1, rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS).Fixo os honorários advocatícios nesta fase em 10% sobre o valor do débito.Caso efetue o pagamento através de depósito judicial, desde já autorizo a expedição de alvará em favor da exequente. Em seguida, venham os autos conclusos para extinção.Na hipótese de não pagamento, intime-se a exequente para se manifestar, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0001948-26.2012.8.22.0015
Ação:Inventário
Requerente:Vitória Duarte Moraes Paiva, Geter Paiva da Silva
Advogado:Defensor Público (- -)
Inventariado:Francisco Paiva Filho
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a inventariante para que comprove o pagamento da multa pelo decurso do prazo do ajuizamento da ação, no prazo de 10 dias, sob pena de não ser expedida a Carta de Adjudicação.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0001953-48.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Roberto de Campos
Advogado:Defensor Público (- -)
Requerido:Sidney Gonelhú de Oliveira
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534), Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de ação anulatória de negócio jurídico. Sobreveio petição das partes, informando nos autos que compuseram amigavelmente nos termos e condições descritas às fls 59.Sendo as partes capazes, o objeto lícito e versando a matéria sobre direitos disponíveis (autorizado por lei), com fundamento no art. 840, do Código Civil, HOMOLOGO por SENTENÇA o acordo celebrado pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, julgando extinto o feito, com fundamento no artigo 269, inciso III do CPC.Custas na forma da lei.Após, arquive-se.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002953-83.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Daniel Santiago Ruiz, Izadora Batista Souza, Leidiana Batista Souza, Leidiane de Melo Ruiz, Natalino Batista de Souza, Rivonete Santiago Amaral
Advogado:Juarez Paulo Bearzi (RO 752)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Gigliane Portugal de Castro (OAB/RO 3133)
DESPACHO:
DESPACHO Conforme se constata dos autos, já foi prolatada SENTENÇA, encerrando-se a prestação jurisdicional. Assim, a despeito de a parte autora informar a realização de transação extrajudicial, com o pagamento do débito, recebo a petição de fls. 128 como cumprimento espontâneo da SENTENÇA .Expeça-se alvará em favor do requerente para levantamento da quantia de fls. 129, devendo ser tirado no prazo de 5 dias. Após, arquivem-se.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003970-57.2012.8.22.0015
Ação:MANDADO de Segurança
Requerente:Maristela Vieira da Silva
Advogado:Cynthia Maria Alecrim de Morais (4.357)
Requerido:Prefeito Municipal de Nova Mamoré/RO
DESPACHO:
DESPACHO Arquive-se.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004952-71.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sirlene Maria Miguel
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Florindo Silvestre Poersch (AC 800), Cynthia Maria Alecrim de Morais (4.357)
DECISÃO:
DECISÃO A requerente informa, às fls. 59, que desiste do recurso de Apelação interposto. Posto isso, com fulcro no artigo 501 do Código de Processo Civil, homologo a desistência.Conforme se constata dos autos, já foi prolatada SENTENÇA, encerrando-se a prestação jurisdicional. Assim, a despeito de a parte autora informar a realização de transação extrajudicial, com o pagamento do débito, recebo a petição de fls. 58 como cumprimento espontâneo da SENTENÇA .Assim, arquivem-se os autos.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005100-82.2012.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Nova Mamoré Ro
Advogado:Wanderley da Silva Costa (RO 916), Marcos Metchko (RO 1482)
Executado:Francisco Atílio Grando
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de execução fiscal.A exequente informou em petição de fls. 16 que o executado efetuou a quitação integral do débito referente a presente execução.Assim, julgo extinto o processo, nos termos do art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os autos.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003983-56.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Clara Elane de Oliveira Maciel
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534), Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)
Requerido:Francisco Maciel
DESPACHO:
DESPACHO Desentranhe-se a segunda contestação apresentada, devendo a parte retirá-la no prazo de 5 dias, sob pena de destruição e entranhe-se os documentos com ela apresentados na primeira contestação, reorganizando a numeração das páginas.Defiro o pedido de fls. 64/65. Expeça-se ofício à Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim para informar se o de cujus Francisco Maciel tinha alguma verba rescisória ou pensão a receber e, em caso positivo, se tais valores já foram recebidos e por quem foram recebidos. Prazo de 5 dias, sob pena de incorrer em crime de desobediência.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005274-91.2012.8.22.0015
Ação:MANDADO de Segurança
Requerente:Ávila Karin Aguiar da Costa
Advogado:Cynthia Maria Alecrim de Morais (4.357)
Requerido:Prefeito Municipal de Nova Mamoré/RO
DESPACHO:
DESPACHO Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos, nos termos do art. 520, do CPC, tendo em vista sua tempestividade.Intime-se a parte recorrida para a apresentação das contrarrazões, no prazo legal.Cumpridas as formalidades legais, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para apreciação, com as nossas homenagens.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005332-94.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Marcelo Xavier Kaminski
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Alexandre Paiva Calil (RO 2894)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido de fls. 111/113, restituindo o prazo pra apresentação de contrarrazões.Atente a escrivania sobre o cadastramento dos advogados no autos.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000560-54.2013.8.22.0015
Ação:Usucapião
Requerente:Jesus Ribeiro
Advogado:José Antônio Barbosa da Silva (RO 1340)
Requerido:Júpiter Incorporadora de Imóveis Ltda, Wanilza Felix Ribeiro
Advogado:Samir Mussa Bouchabki (OAB/RO 2570)
DECISÃO:
CHAMO O FEITO À ORDEMVerifica-se que a petição de fls. 53/54 está apócrifa. Regularize-se no prazo de 5 dias, sob pena de desentranhamento e destruição.Após conclusos para DESPACHO saneador.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005276-61.2012.8.22.0015
Ação:MANDADO de Segurança
Requerente:Cristina Pereira da Silva
Advogado:Cynthia Maria Alecrim de Morais (4.357)
Requerido:Prefeito Municipal de Nova Mamoré/RO
DECISÃO:
DESPACHO Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos, nos termos do art. 520, do CPC, tendo em vista sua tempestividade.Intime-se a parte recorrida para a apresentação das contrarrazões, no prazo legal.Cumpridas as formalidades legais, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para apreciação, com as nossas homenagens.Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0001330-47.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paulo Francisco das Chagas
Advogado:Marilza Gomes de Almeida Barros (OAB/RO 3797)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia . Ceron
Advogado:Francianny Aires da Silva Ozias (RO 1190), Silvia de Oliveira (1285), Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (RO 1571), Alex Cavalcante de Souza (RO 1818), Paulo Rogerio Barbosa Aguiar (RO 1723), Rodrigo Augusto Barboza Pinheiro (OAB/RO 5706), Jorge Henrique Lima Mourão (RO 1117), Norazi Braz de Mendonça (RO 2814), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), Odair Martini (OAB/RO 30-B), Alexandre Camargo (OAB/RO 704), Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506), José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063), César Henrique Longuini (OAB/RO 5217), Eliane Saad Abdulnur (OAB/SP 179393), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), Samira Araújo Oliveira (OAB/RO 3.432), Cristiane da Silva Lima Reis (1.569), Kênia de Carvalho Marinho (SSP/RO 994), Kharina Mielke (2.906), Claudete Solange Ferreira (972), Juvenilço Iriberto Decarli Junior (1193), Juvenilço Iriberto Decarli (248-A), Igor Lima Ribeiro Siqueira de Carvalho (OAB/RO 789-E), Cristiane Léslei Muniz Levatti (OAB/RO 1569)
DECISÃO:
DECISÃO Converto o julgamento em diligência. Apresente a parte autora histórico de consumo, que inclusive pode ser obtido pelo site da empresa requerida através do link http://www.ceron.com.br/AgenciaVirtual.cfm, onde consta expressamente o tipo de faturamento, se normal, mínimo ou média. Prazo de 10 dias, sob pena de julgamento do processo no estado em que se encontra.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0001424-92.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ananias Cardoso Lima
Advogado:Defensor Público (- -)
Requerido:Centrais Eletricas de Rondônia . Ceron
Advogado:Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (RO 1571), Ivone de Paula Chagas Sant Ana (RO 1114)
DECISÃO:
DECISÃO Converto o julgamento em diligência. Apresente a parte autora histórico de consumo, que inclusive pode ser obtido pelo site da empresa requerida através do link http://www.ceron.com.br/AgenciaVirtual.cfm, onde consta expressamente o tipo de faturamento, se normal, mínimo ou média. Prazo de 10 dias, sob pena de julgamento do processo no estado em que se encontra.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003661-02.2013.8.22.0015
Ação:Alvará Judicial
Requerente:Kauã Gabriel Mendes Rocha
DESPACHO:
Vista ao Ministério Público.Após, conclusos.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003662-84.2013.8.22.0015
Ação:Alvará Judicial
Requerente:Eurídes Ferreira Quinto
Advogado:Defensor Público (- -)
DESPACHO:
Vista ao Ministério Público.Após, conclusos.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Rita de Cássia de Brito Morais
Escrivã Judicial

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Juiz de Direito Paulo José do Nascimento Fabrício
paulojnfabricio@tjro.jus.br
gum2civel@tjro.jus.br
telefones: 3541-2438, 2389
ramal: 230
fax: 3541-2013

Proc.: 0006326-59.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Adilson Simões dos Santos
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco Schahin S.A.
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696)
Retorno do TJ:
-Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.
-Fica Intimada a parte requerente - Adilson Simões dos Santos, através de seu advogado - Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741), da petição do patrono da parte requerida, de fls. 87/91, onde requer a juntada dos contratos firmados entre as partes. Manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias.

Proc.: 0006146-43.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Rosemberg Alves Fortes
Requerido:Banco Bonsucesso S A
Advogado:Celso Henrique dos Santos (OAB/RO 4949)
Custas Finais: Fica intimada a parte BANCO BONSUCESSO S. A., através de seu representante legal, bem como seu advogado, para recolhimento do débito relativo as custas finais nos autos mencionados, no prazo de 5 (cinco) dias, no valor de R$ 11,53 (onze reais e cinquenta e três centavos), sob pena de encaminhamento do débito para inscrição na Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se

Proc.: 0000317-13.2013.8.22.0015
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Itau Unibanco S.a
Advogado:Gabriel da Costa Alexandre (4986), Celso Marcon (OAB/ES 10990)
Requerido:Macauã Indústria e Com. de Imp. e Exp. de Madeira Ltda
Custas Finais: Fica intimada a parte ITAU UNIBANCO S. A., através de seu representante legal, bem como seus advogados, para recolhimento do débito relativo as custas finais nos autos mencionados, no prazo de 5 (cinco) dias, no valor de R$ 1.428,47 (um mil e quatrocentos e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos), sob pena de encaminhamento do débito para inscrição na Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se

Proc.: 0002193-03.2013.8.22.0015
Ação:Usucapião
Requerente:Joana Darc Paulino da Silva
Advogado:Defensoria Pública (- -)
Requerido:Acrópolis Empreendimentos Imobiliários Ltda.
SENTENÇA:
SENTENÇA . Trata-se de ação de usucapião proposta por Joana Darc Paulino da Silva em face da empresa Acrópolis Empreendimentos Imobiliários Ltda.Aduz, em síntese, que exerce a posse mansa e pacífica do imóvel localizado na avenida 08 de dezembro, nº 5017, bairro liberdade, com 400m², nesta cidade, desde o ano de 1993, onde estabeleceu residência própria.Sustenta que em 1993, comprou o referido imóvel da antiga possuidora, senhora Maria Helena Alves. Informa que desde a aquisição pela posse passou a residir no local, inclusive providenciando a instalação de energia elétrica, que está registrada em seu nome e demais impostos. Diz que nunca sofreu contestação de qualquer espécie em relação à posse exercida sobre o imóvel, razão pela qual, já decorrido o prazo mínimo previsto na lei, pleiteia a declaração judicial de domínio sobre o imóvel acima descrito. As partes interessadas foram regularmente citadas, mas mantiveram-se silentes. É o que há de relevante. Decido. Conforme se infere nos autos, os requeridos, os confinantes e os interessados foram regularmente citados e intimados, mas permaneceram inertes ao chamamento judicial, levando ao julgamento antecipado da lide, na forma do art.330, inciso II, do Código de Processo Civil. No MÉRITO, o pedido inicial deve ser julgado procedente, pois em razão da revelia, presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 319, do CPC).Os requeridos não opuseram contestação, levando a crer que não se opõe à pretensão da requerente. Da mesma forma, os confinantes e os interessados não se manifestaram nos autos. A presunção de veracidade dos fatos articulados na inicial não é absoluta, mas no presente caso concreto, tratando-se exclusivamente de matéria fática, diante dos documentos apresentados, não existem elementos para se formar convicção em contrário, sendo razoável o desfecho pretendido pela autor quanto ao usucapião. Por fim, a autora atende às exigências previstas no parágrafo único do artigo 1238 do Código Civil para o usucapião, pois ocupa o imóvel urbano descrito acima há mais de 20 anos, nele fixando residência. É necessário salientar, ainda, que o tempo de ocupação do imóvel, assim como a ausência de oposição à posse exercida pela requerente e a fixação de residência no local restaram incontroversos, face a ausência de impugnação pelos requeridos, pelos confinantes e demais interessados.Ante o exposto, com fundamento no artigo 1238 do Código Civil, JULGO PROCEDENTE, o pedido inicial formulado por Joana Darc Paulino da Silva em face da empresa Acrópolis Empreendimentos Imobiliários Ltda, todos devidamente qualificados nos autos e, em consequência DECLARO O DOMÍNIO da autora lote urbano imóvel nº 23, da quadra nº 236, atual 94 do SETOR III, localizado na avenida 08 de dezembro, nº 5017, bairro liberdade, com 400m².Esta DECISÃO servirá de título para matrícula no cartório de registro de imóveis competente, independentemente de imposto de transmissão, eis que a presente DECISÃO tem ingresso no registro imobiliário como forma originária de aquisição de propriedade (art. 1241, CC).Deixo de condenar os requeridos ao pagamento das custas e honorários advocatícios em razão de não terem oferecido resistência à pretensão dos demandantes. Por fim, extingo o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Considerando que as custas finais já foram recolhidas, expeça-se o MANDADO de inscrição e, após, arquivem-se os autos. SENTENÇA registrada e publicada automaticamente no SAP. Intimem-se. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0088440-94.2007.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/a -Guajará
Advogado:Edilberto Bezerra Lima (RO 289-B), Danilo Jose Santos de Lucena Lima (13825), Antonio Manoel Araujo de Souza (1375)
Executado:Distribuidora Vitória Trigo Açúcar Imp. e Exp. Ltda Me, Kamila Cristina Mroczkoski Ferreira, Sebastião Costa
DESPACHO:
DESPACHO Em atenção ao ofício advindo do Banco do Brasil, expeça-se novo alvará judicial para levantamento dos valores constantes nos presentes autos, nos mesmos termos do DESPACHO (fls.217).Após, arquivem-se os autos. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0005399-93.2011.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Kenny Aparecido Moreira
Advogado:Espólio Luis de Menezes Bezerra (OAB/RO 497A), Erick Allan da Silva Barroso (OAB/RO 4624)
Executado:Prado Comércio Imp e Exp de Produtos Alimentícios Ltda
Advogado:Hélio Fernandes Moreno (OAB/RO 227B)
DESPACHO:
DESPACHO Encaminhe-se eletronicamente o débito à Fazenda Pública, em cumprimento ao disposto no §2º, do art. 291, da Diretrizes Gerais Judiciais. Após, arquivem-se os autos. Guajará -Mirim-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0001260-64.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nádima Soliz Batalha
Advogado:Samir Mussa Bouchabki (OAB/RO 2570)
Denunciado:Oceanair Linhas Aereas S.a, Tvlx Viagens e Turismo S. A. Viajanet
Advogado:Jamyson de Jesus Nascimento (OAB/RO 1646), Josimar Oliveira Muniz (RO 912), Rodrigo Jacobina Botelho (OAB/SP 230.653)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro como requer o requerido às fls.189/19, devolvendo-se o prazo à empresa TVLX Viagens e Turisomo S.A Viajanet.Certifique-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0002293-55.2013.8.22.0015
Ação:Interdição
Requerente:Rosimeyre Alarcon Roca
Advogado:Francisneire Queiroz Rabelo (1525)
Requerido:Paulo Alarcon Roca
DESPACHO:
DESPACHO Cite-se o requerido por edital. Caso o requerido não constitua defensor, desde já, nomeio da Defensoria Pública para atuar nos autos.Ao final, dê-se vistas ao MP.Guajará -Mirim-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003764-43.2012.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Município de Nova Mamoré Ro
Advogado:Whanderley da Silva Costa (RO 916), Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482)
Executado:Aristeu Caminha Alves
Advogado:José Vársio Rodrigues Sol (RO 180-A)
SENTENÇA:
SENTENÇA . No curso do processo, a parte autora compareceu aos autos e pleiteou o arquivamento da ação. Desta forma, há que se arquivar o feito, não se justificando o prosseguimento da marcha processual.Ante o exposto, com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, determinando o respectivo arquivamento com as cautelas e anotações de praxe.Sem custas.Autorizo o desentranhamento de documentos, desde que substituídos por cópia. Intimem-se. SENTENÇA registrada e publicada automaticamente no SAP. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003098-42.2012.8.22.0015
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Maria Lucilia Gomes (OAB/RO 2210), Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
Requerido:Agenor Bernardes da Silva Filho
DESPACHO:
DESPACHO O feito encontra-se julgado, portanto já se exauriu a prestação jurisdicional nos autos.No entanto, caso a guardiã necessite, poderá ingressar com a ação própria de busca e apreensão para regularizar a situação informada nos autos .Intime-se a requerente para ciência e após arquivem-se os autos. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003200-30.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edson de Santana Leite
Advogado:Nivaldo Ribera de Oliveira (OAB/RO 3527)
Requerido:Município de Guajará-Mirim RO
DESPACHO:
DESPACHO Cite-se o requerido, para que, tomando ciência dos termos da inicial, ofereça, caso queira, contestação ao pedido, no prazo legal, sob pena de confissão e revelia.Com a contestação, caso sejam apresentadas matérias preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar. Após, voltem os autos conclusos. Expeça-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003198-60.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ivo Oliveira Batista
Advogado:Nivaldo Ribera de Oliveira (OAB/RO 3527)
Requerido:Município de Guajará-Mirim RO
DESPACHO:
DESPACHO Cite-se o requerido, para que, tomando ciência dos termos da inicial, ofereça, caso queira, contestação ao pedido, no prazo legal, sob pena de confissão e revelia.Com a contestação, caso sejam apresentadas matérias preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar. Após, voltem os autos conclusos. Expeça-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003482-39.2011.8.22.0015
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Divino Delfino de Araújo, Ivani Cândida Ferreira de Araújo
Advogado:Marcos Araújo (RO 846)
Requerido:Elizaina da Costa Fernandes, Eliúde Fernandes Mendes, Eliziane Fernandes Mendes, Eliana Mendes Lima, Elionai Fernandes Mendes, Antônio Gomes Rodrigues
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (RO. 1.534), Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962), Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534)
SENTENÇA:
SENTENÇA Chamo o feito à ordem. A parte autora foi intimada para manifestar-se sobre o cumprimento integral do acordo avençado às fls. 170. Entretanto, quedou inerte, o que implica na admissão do integral adimplemento do mesmo. Assim, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo entabulado pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, regendo-se pela próprias cláusulas e condições nele estabelecidos. Por conseguinte, e com fundamento no art. 269, III, do CPC, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo o cartório, após as cautelas e comunicações de praxe, arquivar imediatamente o feito, independentemente de prévia intimação das partes, eis que o acordo será cumprido diretamente entre elas. Nos termos do acordo, oficie-se ao setor de cadastro imobiliário do município de Nova Mamoré para que efetue a transferência da titularidade do imóvel urbano nº 08, da quadra 94.04, medindo 10x40metros, localizado na av. Raimundo Fernandes, bairro Centro, naquele município para Divino Delfino de Araújo, CPF 330.403.891-49.Em razão do acordo, não há incidência de honorários ou custas. Após a expedição do ofício, arquivem-se os autos. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0001946-22.2013.8.22.0015
Ação:Monitória
Requerente:A. L. Karantino Epp
Advogado:Samir Mussa Bouchabki (OAB/RO 2570)
Requerido:M. P. Comércio e Construções Ltda. Me
Advogado:Cherislene Pereira de Souza (RO 1015)
DESPACHO:
DESPACHO Manifeste-se a parte autora quanto ao pedido de tentativa de conciliação formulado pelo requerido às fls.60, no prazo de 10 (dez) dias.Após, voltem os autos conclusos para deliberação.Intimem-se.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0000747-62.2013.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937)
Executado:Macauã Indústria e Com. de Imp. e Exp. de Madeira Ltda, Oscar José Santos
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se o exequente para manifestar-se quanto a certidão (fls.51) e o prosseguimento do feito.Após, voltem os autos conclusos.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0000395-07.2013.8.22.0015
Ação:Monitória
Requerente:V. P. da Silva Oliveira Com. Imp. e Exp.com. potosi
Advogado:Ademir Dias dos Santos (RO 3774)
Requerido:Wanderley P. de Souza
DESPACHO:
DESPACHO Encaminhe-se eletronicamente o débito à Fazenda Pública, em cumprimento ao disposto no §2º, do art. 291, da Diretrizes Gerais Judiciais. Após, arquivem-se os autos. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0005120-73.2012.8.22.0015
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:M. P. dos S. B. C. dos S. B. T. dos S. B.
Advogado:José Vársio Rodrigues Sol (RO 180-A)
Executado:G. N. B.
Advogado:Hélio Silva Dionisio (OAB/SP 123.848)
DESPACHO:
DESPACHO Ao MP novamente.Após, conclusos os autos. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0000392-52.2013.8.22.0015
Ação:Monitória
Requerente:V. P. da Silva Oliveira Com. Imp. e Exp.com. potosi
Advogado:Ademir Dias dos Santos (RO 3774)
Requerido:Raimundo Nonato da Silva - Negão do Cachorro Quente
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de cumprimento de SENTENÇA nos autos da ação monitória movida por V.P da Silva Oliveira Com Imp e Exp Com Potosi Ltda em face de Raimundo Nonato da Silva.O executado compareceu ao processo e juntou aos autos os comprovantes de pagamento do débito relativo aos presentes autos, pugnando pela expedição do alvará em favor do autor e consequente extinção dos autos em decorrência do pagamento.Decido. Satisfeita a obrigação do pagamento do executado em favor do credor, não há mais motivos para prosseguimento do feito. Ante o exposto, julgo extinta a presente execução, com fundamento no art. 794, I, do Código de Processo Civil, determinando, em consequência, o arquivamento dos autos. Expeça-se alvará para levantamento conforme requerido às fls.33 em favor do autor, intime-se o causídico para retirada, em caso de inércia, intime-se o autor de forma pessoal.Ainda, oficie-se ao Tabelionato de Protestos para que se dê baixa definitiva no protesto referente ao débito dos presentes autos.SENTENÇA registrada e publicada automaticamente no SAP. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0005053-11.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ademilson Nunes de Morais
Advogado:Francisco Fernandes Filho (OAB/SP 189558)
Requerido:Ademir da Silva Bandeira, Alta Cultura Livros
Advogado:Defensoria Pública (- -)
DESPACHO:
DESPACHO Intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, indicando detalhadamente a necessidade e a pertinência de sua produção. Expeça-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003163-71.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:João Batista Martins de Oliveira
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765)
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul S/a
Advogado:Marly Vieira Tonett Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 1.620), Marcelo Orabona Angélico (OAB/SP 94.389), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4.875-A)
DESPACHO:
DESPACHO Encaminhe-se eletronicamente o débito à Fazenda Pública, em cumprimento ao disposto no §2º, do art. 291, da Diretrizes Gerais Judiciais. Após, arquivem-se os autos. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0001090-92.2012.8.22.0015
Ação:Depósito
Requerente:Bv Financeira S.a. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Ana Paula dos Santos de Camargo (4794), Marcelo Augusto de Souza (196847), MoisÉs Batista de Souza (OAB/SP 149.225), Fernando Luz Pereira (OAB/SP 147.020)
Requerido:Cleber Roner Paes de Oliveira
DESPACHO:
DESPACHO Encaminhe-se eletronicamente o débito à Fazenda Pública, em cumprimento ao disposto no §2º, do art. 291, da Diretrizes Gerais Judiciais. Após, arquivem-se os autos. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0004183-63.2012.8.22.0015
Ação:Arrolamento Sumário
Requerente:José de Souza Lima, Fabianni Nunes de Souza, Fábio Nunes de Souza
Advogado:Flávio Conesuque Filho (RO 1.009)
DESPACHO:
DESPACHO Proceda-se o recolhimento das custas processuais finais e em caso de impostos pendentes promova o recolhimento devido.Ao final, venham os autos conclusos para SENTENÇA .Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0009053-74.2000.8.22.0015
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:U. P. V. A. P. V. A. P. V.
Advogado:Fátima Maria Teixeira Fernandes (RO 670)
Requerido:J. V. B.
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO O feito encontra-se julgado, portanto já se exauriu a prestação jurisdicional nos autos.No entanto, a parte interessada, poderá ingressar com a ação própria de revisão de alimentos para regularizar a situação informada nos autos. Desde já, defiro o desentranhamento da peça pertinente, mediante substituição por cópias.Intime-se o requerido para ciência e após arquivem-se os autos. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0001951-44.2013.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937)
Executado:Santiler Ind. Com. Imp. e Exp. de Madeiras Ltda Me
DESPACHO:
DESPACHO Remetam-se os autos ao cartório para aguardar o decurso do prazo da suspensão deferida até 02/08/2014. Guajará -Mirim-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0006340-43.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Francisco Vasques
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765)
Requerido:Banco BMG S.A.
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4.875-A), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696)
DESPACHO:
DESPACHO Em que pese o teor da petição do requerido (fls.167/168) alegar que cumpriu a obrigação dos presentes autos, o mesmo olvidou-se de carrear os autos com o comprovante hábil para análise.Portanto, junte aos autos no prazo de 10 (Dez) dias o comprovante de pagamento.Após, dê-se vista a parte autora para manifestar-se nos autos.Guajará -Mirim-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0000260-63.2011.8.22.0015
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:M. S. Comercial Importadora e Exportadora de Alimentos Ltda
Advogado:Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308B)
Requerido:Fortele Distribuidora de Cosméticos Ltda
DESPACHO:
DESPACHO Suspendam-se os autos até o julgamento simultâneo da presente ação e da ação principal nº 0002589-48.2011.822.0015. Após, voltem os autos conclusos para saneador nos autos principais. Guajará -Mirim-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003659-32.2013.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S.a
Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Executado:Comercio Femaf Importação e Exportação Ltda Me, Dilson Viana Teixeira, Carlos Alberto da Fonseca Leite, Francisco Elder Marinho Araujo, Francisco M. Araujo Importação e Exportação
DESPACHO:
DESPACHO /CARTA/MANDADO Cite-se a executada para que, no prazo de 03 dias, pague a dívida exequenda (art. 652 do CPC, redação dada pela Lei n. 11.382/06).Fixo honorários em 10% (dez por cento) do valor da causa, em conformidade com o artigo 652-A do CPC (Redação dada pela Lei n. 11.382/06). Deverá constar no MANDADO que em caso de integral pagamento da dívida no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 652, parágrafo único do CPC, redação dada pela Lei n. 11.382/06). Decorrido in albis o prazo estipulado no item “1” (03 dias), sem pronto pagamento, procederá o oficial de justiça, de imediato, penhora de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, juros e honorários advocatícios, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado. A penhora recairá, preferencialmente, na ordem estipulada pelo artigo 655 do CPC, salvo se houver indicação de bens pelo credor, caso em que a penhora deverá recair sobre o (s) bem (s) indicado (s). Em caso de não ser encontrado o devedor, serão arrestados tantos bens de sua propriedade quantos bastem para garantir a execução. A executada, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se a execução por meio de Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do MANDADO de citação (art. 736 c/c 738 do CPC, redação dada pela Lei n. 11.382/06). Esclareça-se a executada que no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. (art. 745-A do CPC redação dada pela Lei n. 11.382/06). Em caso de não oferecimento de Embargos, bem como o não requerimento do parcelamento mencionado no item “7”, o que o cartório certificará, e ainda não requerida à adjudicação e não realizada a alienação particular do bem penhorado por parte do credor, será designada hasta pública, expendido-se editais e intimando as partes (art. 686 do CPC, redação dada pela Lei n. 11.382/06). Cumpra-se e expeça-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003213-29.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcio Souza da Silva
Advogado:Maria Aparecida da Silva Prestes (1760)
Requerido:Maria da Conceição da Silva Gomes
DESPACHO:
DESPACHO Em atenção ao parecer (fls.40) e a declinação de competência para esta comarca, pertinente é a nova citação da requerida.Com a contestação, caso sejam apresentadas matérias preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar. Após, voltem os autos conclusos. Expeça-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003577-98.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Davi Martins Alves
Advogado:Assis Herter Silva (RO 4.540), Efson Ferreira dos Santos (RO 4952)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
DESPACHO:
DESPACHO Defiro a gratuidade processual.Cite-se o requerido, para que, tomando ciência dos termos da inicial, ofereça, caso queira, contestação ao pedido, no prazo legal, sob pena de confissão e revelia.Com a contestação, caso sejam apresentadas matérias preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar. Após, voltem os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003614-28.2013.8.22.0015
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:Débora Evily Gonçalves Lairana, David Erickson Gonçalves Lairana, Dionys Erick Gonçalves Lairana
Advogado:Nivaldo Ribera de Oliveira (OAB/RO 3527)
Requerido:Saul Eguez Lairana
DESPACHO:
DESPACHO Defiro os benefícios da justiça gratuita.Designo audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento para o dia 16/09/2013, às 11h45min.Cite-se e intime-se o requerido a fim de que compareça à audiência designada ficando ciente de que caso não haja acordo, poderá apresentar sua contestação nesta mesma audiência, que poderá ser escrita ou oral, desde que o faça por intermédio de advogado.O não comparecimento do autor à audiência determinará o arquivamento dos autos e a ausência do réu importará em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato. Ciência ao MP. Intimem-se e expeça-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003616-95.2013.8.22.0015
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:N. A. F.
Advogado:Marcos AntÔnio Metchko (OAB/RO 1482)
Requerido:N. P. A.
DESPACHO:
DESPACHO Com Gratuidade.Designo audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento para o dia 16 de setembro de 2013, às 11 h 30 min.Cite-se a requerida a fim de que compareça à audiência designada ficando ciente de que caso não haja acordo, poderá apresentar sua contestação nesta mesma audiência, que poderá ser escrita ou oral, desde que o faça por intermédio de advogado.O não comparecimento da parte autora à audiência determinará o arquivamento dos autos e a ausência do réu importará em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato. Ciência ao MP. Intimem-se e expeça-se o necessário. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003575-31.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Luiz Xavier Nascimento
Advogado:Assis Herter Silva (RO 4.540), Efson Ferreira dos Santos (RO 4952)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
DESPACHO:
DESPACHO Defiro a gratuidade processual.Cite-se o requerido, para que, tomando ciência dos termos da inicial, ofereça, caso queira, contestação ao pedido, no prazo legal, sob pena de confissão e revelia.Com a contestação, caso sejam apresentadas matérias preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar. Após, voltem os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003576-16.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Marcio Fernandes Nunes
Advogado:Assis Herter Silva (RO 4.540), Efson Ferreira dos Santos (RO 4952)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
DESPACHO:
DESPACHO Defiro a gratuidade processual.Cite-se o requerido, para que, tomando ciência dos termos da inicial, ofereça, caso queira, contestação ao pedido, no prazo legal, sob pena de confissão e revelia.Com a contestação, caso sejam apresentadas matérias preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar. Após, voltem os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0002392-25.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria do Carmo de Oliveira Filha dos Santos
Advogado:Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962), Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (RO. 1.534)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia . Ceron
Advogado:Kênia de Carvalho Marinho (SSP/RO 994)
Especificação de provas: Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 5 (cinco) dias, intimadas a especificar provas, justificando a necessidade.

Proc.: 0002553-35.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jaqueline de Souza Pinheiro
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534), Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia . Ceron
Advogado:Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
Especificação de provas: Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 5 (cinco) dias, intimadas a especificar provas, justificando a necessidade.

Proc.: 0000185-53.2013.8.22.0015
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Rosemary Rodrigues Nery, Paulo Zeed Sobrinho
Advogado:Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308B)
Embargado:N. E. Bouchabki Material de Construção Imp. e Com.
Advogado:Audrey Cavalcante Saldanha (RO 570a)
DESPACHO de f. 35:Se no prazo, recebo os embargos, suspendendo o feito principal. Apense-se.Intime-se o embargado para impugnação, em 15 dias. Certifique-se a suspensão nos autos principais.Após, conclusos.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 16 de janeiro de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito.
DESPACHO de f. 46: Chamo o feito à ordem. A citação do embargado é feita na pessoa do advogado constituído na execução. Assim, providencie-se nova publicação do DESPACHO de fls. 35, dirigido à advogada Audrey Cavalcante Saldanha - OAB/RO 570.
Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003353-97.2012.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Jefferson Guedes Ferreira do Rêgo
Advogado:Mabiagina Mendes de Lima (3912), Rafael Balieiro Santos (RO 492-E)
Executado:Antonio Julio Souza e Silva
Ofício - Autor: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio de fl(s) 63, do Idaron, o qual informa que o Sr. Antônio Júlio Souza e Silva não possui cadastro de semoventes.

Juserina Fátima Flôres
Escrivã Judicial

COMARCA DE JARU

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0000945-38.2013.8.22.0003
GABARITO nº 151/2013
Juiz de Direito em Substituição: Flávio Henrique de Melo
Proc.: 0000945-38.2013.8.22.0003
Classe: Ação Penal (Crimes de Trânsito)
Autor: Ministério Público de Rondônia
Réu: Ceridelson de Oliveira Paes
Advogado: Irineu Ribeiro da Silva (OAB/RO 133)
FINALIDADE: Intimar o advogado acima citado da r. DECISÃO proferida por este Juízo, cuja parte dispositiva é a seguir transcrita: "Defiro a substituição da testemunha Silvanir Araújo da Rocha por Valdeli Sales, desde que compareça a audiência, independente de intimação. Quanto à testemunha Aníbal Sales, o réu se comprometeu a apresentá-la em audiência, conforme certificado à fl. 52. Intime-se o peticionário de fl. 53. Jaru-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Flávio Henrique de Melo. Juiz de Direito."
(a) Gilson da Silva Barbosa
Diretor de Cartório

Gilson da Silva Barbosa
Diretor de Cartório

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO
Gabarito

Proc.: 0000167-05.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Nicácio de Oliveira
Advogado:Delmário de Santana Souza (RO 1531)
Denunciado:Adjaime Laurindo de Melo, Eva Gonçalves de Oliveira
Advogado:Fernanda Ferreira Brito Rego (OAB/BA 28496), Kinderman Gonçalves . (OAB/RO 1541), Francisco César Trindade Rego (OAB/RO 75A), Delmário de Santana Souza (OAB/RO 1531)
DESPACHO:
DESPACHO O crédito exequendo perfaz a quantia de R$ 48.019,75 (fls. 326).Verifica-se que foi realizada a penhora parcial no valor de R$ 7.909,41, por meio do sistema BACENJUD (fls. 331/332).Para complementar o saldo remanescente do crédito, a parte exequente pleiteou a expedição de ofício ao IDARON de Governador Jorge Teixeira e a penhora de reses pertencentes ao devedor (fls. 336/337).1- Junte-se a petição que se encontra na contracapa dos autos.2- Antes de análisar o pedido de fls. 336/337, intime-se a parte credora, via advogado, para dizer se possui interesse na designação de audiência de conciliação para tentar a composição amigável da lide, tendo em vista que há pedido da parte executada neste sentido.3- Com a manifestação, voltem os autos conclusos. Jaru-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002940-86.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Tiago Wagmaker da Rocha
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB-RO 1172)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Luciana Verissimo Gonçalves (MS 8.270), Estela Maris Anselmo Savoldi.. (RO 1755), Lucimar Cristina Gimenez (OAB/RO 5017)
intimar o procurador do autro para no prazo de 10 dias impugnar a contestação de fls. 29/45, tempestiva

Proc.: 0002929-57.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paulo Sérgio de Oliveira Júnior
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB/RO 1172)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8767), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910), Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
intimar o procurador do autro para no prazo de 10 dias impugnar a contestação de fls. 25/52, tempestiva

Proc.: 0004719-13.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antonio Coradini Martins
Advogado:Lenir Correia Coelho (RO 2424)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Ricardo Leite ( )
intimar o procurador do autor par ano prazo de 05 dias manifestar acerca da proposta do acordo do INSS de fls. 73/86.

Proc.: 0002143-13.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Crielys Modas Ltda Epp
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177), José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Executado:Franciely Maria Bordon
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
decorreu o prazo para o procurador doa utor comprovar a distribuição da cp, intimar o procurador do autor parfa no prazo de 05 dias comprovar a distribuição da cp

Proc.: 0006049-45.2012.8.22.0003
Ação:Monitória
Exequente:Gima - Gilberto Miranda Automóveis Ltda
Advogado:Vanda Salete Gomes Almeida. (OAB/RO 418), Alester de Lima Coca ( ), Cláudia Adriana de Ângelo Nardo Simioli. (OAB/RO 3703)
Executado:Mapara Industria e Comércio de Madeiras Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
decorreu o prazo para o procurador do autor comprovar a distribuição da cp, intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias comprovar a distribuição da cp.

Proc.: 0029566-84.2009.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:M. P. do E. de R.
Advogado:Promotor de Justiça (XXXXXX Doc. Não Informado)
Executado:J. B. M. V.
Advogado:Felipe Cardoso da Freiria (RO 4352)
intimar o procurador do executado bem como a PARTE INTERESSADA Municipio de Throbroma por seu advogado Dr Indiano Pedroso Gonçalves da VENDA JUDICIAL, 3ª venda designada para o dia 23 de agosto de 2013 e 4ª venda designada par ao dia 03 de setembro 2013 ambas às 9:00 horas.

Proc.: 0002737-27.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Marta da Silva
Advogado:Vinicius Vecchi de Cavalho Ferreira (RO 4466)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Marcelo Mendes Tavares ( )
intimar o procurador do autor paa no prazo de 10 dias impugnar a contestação de fls. 44/74, tempestiva

Proc.: 0002054-24.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edson Ferreira de Souza, Elaine Amorin de Miranda Souza
Advogado:Sidnei da Silva (OAB/RO 3187), Wernomagno Gleik de Paula (RO 3999), Sidnei da Silva (OAB/RO 3187), Wernomagno Gleik de Paula (RO 3999)
Requerido:Antonio Tosta Machado
Advogado:Defensor Público (RO 00)
intimar o procurador do autor da informação do Juizo deprecado de Machadinho do Oeste Ro onde designa audiencia para inquirição da testemunha para o dia 21 de outubro 2013 às 9:00 horas, naquela Comarca

Proc.: 0000071-58.2010.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Joventino Batista de Souza
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177), José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador Federal (NBO 020)
intimar o procurador doa autor da informação do INSS da implementação do beneficio sob o n.41/162.562.791-0

Proc.: 0003105-36.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sheila Miranda de Souza
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB-RO 1172)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Alvaro Luiz Fernandes (OAB/RO 5369), Leonardo Costa (OAB/AC 3584)
intimar o procurador do autor para no prazo de 10 dias impugnar a contestação de fls.46/61.

Proc.: 0002715-66.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Galdencio Rabelo dos Santos Junior
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB-RO 1172)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135132), Gustavo Corrêa Rodrigues (OAB/RJ 110459), Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277)
intimar o procurador do autor para no prazo de 10 dias impugnar a contestação de fls.46/76.

Proc.: 0000676-96.2013.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:K. G.
Advogado:Kinderman Gonçalves (OAB/RO 1541)
Executado:M. J. J.
Advogado:Luzinete Marciana da Cruz (RO 2813)
intimar o procurador do autor do oficio de fls.76 oriundo do Idaron especificando a quantidade de reses nos termos do DESPACHO de fls. 73 DESPACHO
1- Oficie-se ao IDARON de Governador Jorge Teixeira, via email, solicitando o bloqueio da ficha do executado, bem como solicitando cópia da mesma, a fim de se verificar o local onde se encontram as reses registradas. Consigne-se que o cumprimento da deliberação deverá ser informada ao Juízo no lapso de 05 (cinco) dias e poderá ser enviada pelo email institucional do Juízo.2- Intime-se a parte exequente, via seu advogado, para apresentar a planilha atualizada do seu crédito e, ainda, especificar a quantidade e idade dos animais necessários para garantir o seu crédito, no lapso de 05 (cinco) dias.Cumpra-se.Jaru-RO, quarta-feira, 17 de julho de 2013. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000968-81.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:M. V. da S. M. C. E. da S. M.
Advogado:Núbia Rubena Paniago de Melo (OAB/RO 2098), Daiane Dias (2156/OAB/RO), Núbia Rubena Paniago de Melo (OAB/RO 2098)
Executado:O. dos S. M.
Advogado:Advogado Não Informado
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar acerca da CP devolvida com cumprimento negativo, endereço insuficiente

Proc.: 0001576-79.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:N. L.
Advogado:Gilson Sydnei Daniel (RO 2903)
Executado:O. F. S.
Advogado:Advogado Não Informado
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar acerca da certidão do oficial de justiça de fls. 45 MANDADO Nº: 127171/2013. Certifico que deixei de proceder a penhora de bens em desfavor de OSVALDO FERNANDES SANTOS considerando que em diligência no endereço mencionado no MANDADO e não obtive êxito em encontrá-lo sendo que no local entrei em contato com o morador Renilton de Freitas que declarou que está residindo no local há aproximadamente 01 mês que não conhecia o executado, nem sabe informar onde o morador anterior poderia ser encontrado. O referido é verdade e dou fé.

Proc.: 0002808-29.2013.8.22.0003
Ação:Inventário
Requerente:José Carlos Oliveira Rocha
Advogado:Marcelo Claudio Gomes (OAB/TO 955)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias atender o DESPACHO de fls. 143 ante a juntada do oficio 181, oriundo do Banco do Brasil, informando o saldo existente na conta DESPACHO 1- Considerando a informação de fls. 136, oficie-se ao Banco do Brasil, via email, solicitando informações acerca da existência de saldo e outros investimentos financeiros em nome do de cujus Dalírio José da Rocha, no lapso de 05 (cinco) dias.Junte-se nos autos o comprovante de envio, recebimento e resposta do email.2- Após, com a resposta, intime-se o inventariante para tomar ciência e, sendo o caso, adequar o valor da causa, que deve corresponder ao total do monte-mor, em 05 (cinco) dias.3- Em seguida, cumpra-se das DELIBERAÇÕES dos itens 5 e 6 do DESPACHO de fls. 127/128.Cumpra-se.Jaru-RO, quinta-feira, 25 de julho de 2013. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0001167-06.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Julimar Beling
Advogado:Sidnei da Silva (OAB/RO 3187), Rooger Taylor Silva Rodrigues (RO 4791)
Requerido:Lojas Renner S/A, SPC Brasil Serviço Nacional de Proteção ao Crédito
Advogado:Jaquelize Aparecida Gonçalves Rodrigues (RO 723), Júlio Cesar Goulart Lanes (OAB/RO 4365), Charles Baccan Junior (OAB/SP 196702), Marcel Davidman Papadopol (56726 OAB/RS), Matheus Evaristo Sant Ana (OAB/RO 3230), Gianmarco Costabeber (55359 OAB/RS), Luiz Antônio Filippelli (56210 OAB/RS), Carlos Dahlem da Rosa (21051 OAB/RS)
intimar o procurador do autor par ano prazo de 05 dias manifestar acerca do depósito judicial efetuado pela requerido Lojas Renner as fls. 112/114.

Proc.: 0005443-17.2012.8.22.0003
Ação:Alvará Judicial
Requerente:Alisson Ricas Lima de Melo, Arthur Ricas Lima de Melo
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177), José Fernando Roge (OAB/RO 5427), Thiago Roberto da Silva Pinto (RO 5476), Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177), José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
, intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias prestar contas.

Sueli Cavalieri Beltrão
Chefe de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Corregedoria: cgj@tj.gov.br
Juiz: mailto:elsi@tj.govElsi Antônio Dalla Riva
Para Contatos e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0001136-83.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Givanildo da Silva
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB-RO 1172)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135132), Gustavo Corrêa Rodrigues (OAB/RJ 110459), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Leonardo Costa (OAB/AC 3584), Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
1 - Ofício - Partes:
Ficam as partes, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimadas da juntada de documento expedido pelo DR. WANDERLEY ANTÔNIO DE ARAÚJO, perito nomeado pelo juízo, informando o AGENDAMENTO DA PERÍCA MÉDICA para 04/09/2013 no horário de 15:00 às 16:00 horas, na Clínica Rio Branco, estabelecida na Av. Rio Branco, 1118, setor 2, Telefone 69-3521-4666, Celular 9282-9875, Município de Jaru/RO.
OBSERVAÇÃO: a parte autora deverá levar à perícia: atestados, carteira de identidade, laudos, ocorrência policial, encaminhamentos, exames e receitas médicas relativas ao caso.
2 - Ficam os advogados da parte autora intimdados de que deverão providenciar que seu cliente compareça à perícia acima mencionada, independente de intimação via cartório.

Proc.: 0034524-21.2006.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria Salete Lima Bastos
Advogado:Santiago Ramon Gisbert Banus (RO 143), Emilze Maria Almeida Silva (OAB/RO 2868)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado não Informado (3790)
1 - OFÍCIO DE DEPÓSITO JUDICIAL DE RPV/PRECATÓRIO: Fica a parte autora, por via de seu advogado, intimada da juntada de Ofício expedido pela Coordenadoria de Execução Judicial do TRF - 1ª Região, informando que foi depositado judicialmente o valor de R$ 2.669,22 (RPV da parte) e 266,92 (Honorários Advocatícios).
2 - INTIMAÇÃO: TRAZER CLIENTE EM CARTÓRIO
Fica o advogado da parte autora acima mencionada intimada para trazer seu cliente ao Cartório da 2ª Vara Cível, Fórum da Comarca de Jaru/RO, no prazo de 05 dias, para ser cientificada do depósito judicial referente ao RPV/Precatório.

Proc.: 0075640-07.2006.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Gessi Cândido de Laia
Advogado:Everton Campos de Queiroz (RO 2982)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado não Informado (3790)

1 - OFÍCIO DE DEPÓSITO JUDICIAL DE RPV/PRECATÓRIO:
Fica a parte autora, por via de seu advogado, intimada da juntada de Ofício expedido pela Coordenadoria de Execução Judicial do TRF - 1ª Região, informando que foi depositado judicialmente o valor de R$ 13.324,54 referente ao RPV da parte autora.
2 - INTIMAÇÃO: TRAZER CLIENTE EM CARTÓRIO
Fica o advogado da parte autora acima mencionada intimada para trazer seu cliente ao Cartório da 2ª Vara Cível, Fórum da Comarca de Jaru/RO, no prazo de 05 dias, para ser cientificada do depósito judicial referente ao RPV/Precatório.

Proc.: 0002882-83.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vivian Vaz da Costa
Advogado:Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277), Julian Matsumoto Valença (OAB/RO 4978)
Requerido:Município de Jaru - RO
Advogado:Merquizedeks Moreira (OAB/RO 501), Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765), José Pereira Tavares (OAB/RO 441), Sérgio Roberto Pegorer (RO 2247), Roger Taylor Silva Rodrigues (OAB/RO 4791), Carlos Pereira Lopes (RO 743), Daiane Dias (2156/OAB/RO)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0002933-94.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Anderson Luiz da Costa
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB-RO 1172)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910), Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143370), Ernesto Borges Filho (OAB/MS 379), Renato Chagas Corrêa da Silva (MS 5871), Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8767), Vair Helena Arantes Paulista (OAB/GO 28.459-A), Marcos Vinicius Lucca Boligon (OAB/MT 12.099-B)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0003022-20.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vanessa Custódio dos Santos
Advogado:Julio Cesar Ribeiro Ramos (RO 5518)
Requerido:Prefeitura Municipal de Jaru Ro
Advogado:Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765), Merquizedeks Moreira (OAB/RO 501), José Pereira Tavares (OAB/RO 441), Sérgio Roberto Pegorer (RO 2247), Rooger Taylor Silva Rodrigues (RO 4791), Carlos Pereira Lopes (RO 743), Daiane Dias (2156/OAB/RO)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0003250-92.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Euler Silva Almeida
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177), José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0035741-31.2008.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Jose Costa dos Passos
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (SP 139081)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
1 - OFÍCIO DE DEPÓSITO JUDICIAL DE RPV/PRECATÓRIO:
Fica a parte autora, por via de seu advogado, intimada da juntada de Ofício expedido pela Coordenadoria de Execução Judicial do TRF - 1ª Região, informando que foi depositado judicialmente o valor de R$ 1.915,90 (RPV da parte) e R$ 528,96 (Honorários Advocatícios).
2 - INTIMAÇÃO: TRAZER CLIENTE EM CARTÓRIO
Fica o advogado da parte autora acima mencionada intimada para trazer seu cliente ao Cartório da 2ª Vara Cível, Fórum da Comarca de Jaru/RO, no prazo de 05 dias, para ser cientificada do depósito judicial referente ao RPV/Precatório.

Proc.: 0003347-92.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fábio Cardoso Alves
Advogado:Juliano Pinto Ribeiro ( )
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277), Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Leonardo Costa (OAB/AC 3584)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0002739-94.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Raquel Pinto da Silva
Advogado:Vinicius Vecchi de Cavalho Ferreira (RO 4466)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
- Fica a parte autora, por via de seu advogado, intimado para requerer o que de direito, considerando que decorreu o prazo de suspensão requerido à fl. 34 em 05-08-2013.

Proc.: 0001375-87.2013.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Rondobrás Auto Peças Ltda
Advogado:Luciano Filla (OAB/RO 1585)
Executado:João Carlos dos Santos
Advogado:Nayberth Henrique Alcuri Aquino Bandeira (RO 2854)
INTIMAÇÃO – ART. 475-J DO CPC
Fica a parte João Carlos dos Santos, por via de seu Advogado, Dr.Nayberth Henrique Alcuri Aquino Bandeira (RO 2854), INTIMADO para, no prazo de 15 (quinze) dias, dar cumprimento ao que foi determinado na r. SENTENÇA, efetuando o pagamento do valor apresentado no cálculo de fls. 37, no valor de R$ 3.640,00 (três mil, seiscentos e quarenta reais) mais acréscimos legais, bem como das custas processuais, sob pena de incidir em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito

Proc.: 0000609-34.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cahema - Comercio de Eletro Eletronico Ltda - Me
Advogado:Luciano Filla (OAB/RO 1585)
Requerido:Josué Ferreira dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de que Josué Ferreira dos Santos apresentou comprovante de depósito judicial referente ao valor da dívida no valor de R$ 128,84, depositado na conta judicial na Caixa Econômica n. 2976/040/01504513-9.

Proc.: 0005143-55.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Monique Vitoria Prata Germano
Advogado:José Fernando Roge (OAB/RO 5427), Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre a juntada do laudo pericial que concluiu que existe debilidade permanente com necessidade da presença de terceiros para poder ajudar nas suas funções de vida.
.
Proc.: 0002106-20.2012.8.22.0003
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Maurício de Paula Jacinto, Lilian Costa Jacinto
Advogado:Odair Flauzino de Moraes (RO 115-A)
Requerido:Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso, Departamento de Estradas e Rodagens - D.E.R.
Advogado:Advogado Não Informado (000), Bruno Rafael Orsi (OAB/RO 4852)
LAUDO PERICIAL:
Ficam as partes acima mencionadas, por via de seus advogados, intimadas da juntada de laudo pericial apresentado pelo Sr. Reginaldo José Colombo, Engenheiro Civil, CREA 2147 AC/RO, concluindo que “Os serviços topográficos realizados confirmam que a estrada executada pelo DER está dentro da área da FAzenda Limajutide propriedade do Sr. Maurício de Paula Jacinto e outros”.

Proc.: 0000741-28.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Audair Damazio, Gilza Maria de Souza
Advogado:Irineu Ribeiro da Silva (RO 133)
Requerido:Alberto Aparecido Lopes Dias, Banco BMC S/A, Trr Comodoro Diesel Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056), Ildo de Assis Macedo (OAB/MT 3541), Saionara Mari (OAB/MT 5225), Gerson da Silva Oliveira (OAB/MT 8.350), Anne Botelho Cordeiro (RO 4370), Lucyanne C. Brant Hitzeschky (OAB/RO 4659), Elias Malek Hanna ( )
- Fica a parte Lites Denunciada, Bradesco Auto /RE Companhia de Seguros, por via de seu advogado, Dr. Renato Tadeu Rondina Mandaliti, OAB/SP 115.762, intimada para no prazo de 05 dias informar sobre o andamento da Carta Precatória encaminhada para a Comarca de Campos de Julio / MT, conforme determinado no r. DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO:
Em que pese o teor da certidão de fls. 424v, a precatória de fls. 391 é de responsabilidade da denunciada, devendo, portanto, ser intimada para informar ao juízo sobre o seu andamento.
Jaru-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.
Elsi Antônio Dalla Riva
Juiz de Direito

Proc.: 0002883-68.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Silvana Capiche
Advogado:Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277), Julian César Matsumoto Pedri Valença (OAB/RO 4978)
Requerido:Município de Jaru - RO
Advogado:Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765), Merquizedeks Moreira (OAB/RO 501), José Pereira Tavares (RO 441), Sérgio Roberto Pegorer (RO 2247), Rooger Taylor Silva Rodrigues (RO 4791), Carlos Pereira Lopes (RO 743), Daiane Dias (2156/OAB/RO)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0003435-33.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elida Amorim Inácio
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB-RO 1172)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135132), Gustavo Corrêa Rodrigues (OAB/RJ 110459), Leonardo Costa (OAB/AC 3584)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0003287-22.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rogerio de Araujo Lucas
Advogado:Eunice Braga Leme (OAB/RO 1172), Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277), Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Leonardo Costa (OAB/AC 3584)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0004291-31.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elio Bertucci Camargo
Advogado:Pedro Riola dos Santos Junior (OAB/RO 2640), Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Advogado:Advogado Não Informado
Petição - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a juntade de petição do INSS, na qual apresenta proposta de acordo à parte autora.

Proc.: 0003508-05.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcos dos Santos Braga
Advogado:Sidnei da Silva (OAB/RO 3187)
Requerido:Vivo S/A
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
Ofício - Parte Autora
Fica a parte autora, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimadas da juntada de Ofício informando que não constam apontamentos inscritos na base de dados da CDL/PVH VIVO S/A, em nome do requerente, bem como que constam registros em nome dessa parte inscritos por instituições diversas.

Proc.: 0006130-91.2012.8.22.0003
Ação:Usucapião
Requerente:Oscarina Amara de Souza Santos
Advogado:Nayberth Henrique Alcuri Aquino Bandeira (RO 2854)
Requerido:Ana Baltieri Gazzola, Mario Gassola
Advogado:Advogado Não Informado (NBO 020)
Custas Judiciais - Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$2.224,57.

Proc.: 0003120-05.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Silvano Alves de Oliveira
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB-RO 1172)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
Custas Judiciais¿ Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 104,07.
, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0000347-21.2012.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Adauto Nunes Nicácio
Advogado:Defensor Público (RO 00)
Requerido:M. C. Construtora Ltda
Advogado:Sidnei da Silva (OAB/RO 3187), Micheli Andreato Malta de Oliveira (RO 4531)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ R$ 10,24, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0004165-49.2010.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Osmundo Gonçalves de Oliveira
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
- Fica a parte autora, por via de seus advogados, intimada para dar andamento ao feito, considerando o trânsito em julgado referente aos embargos 2760-72.2013.822.0003.

Proc.: 0005192-33.2011.8.22.0003
Ação:Prestação de Contas - Exigidas
Requerente:José Bento de Almeida
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB-RO 1172)
Requerido:José Venâncio da Silva
Advogado:Advogado Não Informado (000)
- Fica a parte autora, por via de seus advogados, intimada para providenciar cópias, para fins de desentranhamento de documentos.

Proc.: 0005741-09.2012.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Emily Rogemyla Vieira Fernandes
Advogado:Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277), Julian Matsumoto Valença (OAB/RO 4978)
Executado:Anderson Luiz Lima e Silva
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
Fica a parte autora, por via de seus advogados, intimada para comparecer no Cartório da 2ª Vara Cível, Fórum da Comarca de Jaru/RO, a fim de assinar Auto de Adjudicação.

Proc.: 0002736-42.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sebastião José Monteiro
Advogado:Vinicius Vecchi de Cavalho Ferreira (RO 4466)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
- Fica a parte autora, por via de seu advogado, intimado para requerer o que de direito, considerando que decorreu o prazo de suspensão requerido à fl. 74 em 05-08-2013.

Proc.: 0003380-19.2012.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Julieta Ferreira Forte
Advogado:Luciano Filla (OAB/RO 1585)
Executado:Edivando Regis de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da juntada do oficio 227 da Camara municipal de Jaru encaminhando cópias de cheque.

Proc.: 0005338-74.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Célia Sampaio Souza
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Petição - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida, via e-mail, informando a implantação do benefício em favor da parte autora.

Proc.: 0002062-64.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Suely de Jesus Saores
Advogado:Luciano Filla (OAB/RO 1585)
Requerido:Oi S.a.
Advogado:Eurico de Jesus Teles Neto (OAB/RJ 121935), Elen Marques Souto (OAB/RJ 73.109), Luciano Azevedo Caldas (OAB/RJ 116544), Williams Pereira Júnior (OAB/RJ 94.668), Adriana Velhote de Oliveira (OAB/RJ 123.141), Adriano Pablo Justino Peixoto (RJ 136.257), Fabricio Cardoso de Faria Martins (OAB/RJ 102.662), Diogo Soares Venancio Vianna (OAB/RJ 122.344), Eduardo Nunez Santos (RJ 128.891), Helena Prata Ferreira (DF 20.260), Marcela Lima Rocha (RJ 121.324), Flávia Paulo Albarran (OAB/SP 260.330), Marcello Lugon (OAB/RJ 74722), Telma Elize Mioto Andrioli (OAB/PR 17769), Gustavo Medina Miranda da Silva (OAB/RJ 126872), Douglas Tostes Coelho (OAB/RJ 127.233), Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250), Rochilmer Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Renato da Costa Cavalcante Júnior (OAB/RO 2390), Alessandra Mondini Carvalho (4240), Jaime Pedrosa dos Santos Neto (OAB/RO 4315), Luciana Costa Oliveira (OAB/RO 2.707), Marlen de Oliveira da Silva (OAB/RO 2928), Márcia Aparecida Del Piero Silva (OAB/RO 5293), Samara Albur Cardoso (OAB/RO 5.720), Taíse Agra Costa (OAB/RO 5149), André Luis Gonçalves (OAB-RO 1991), Dayan Roberto dos Santos Cavalcante (OAB/RO 1679), Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831), Elizangela Almeida Andrade (OAB/RO 3656), Eriney Sidemar de Oliveira Lacerda (OAB/RO 1.849), Eustáquio Machado (OAB/RO 3657), Lílian Mariane Lira (OAB/RO 3579), Maria Gonçalves de Souza Colombo.. (RO 3371), Marcelo Penteado Rodrigues (RO 3083), Micheli Andreato Malta de Oliveira (RO 4531), Virgilia Maria Barbosa Mendonça Stabile (RO. 2292), Robislete de Jesus Barros (OAB/RO 2943), Roberto Duarte Junior (OAB/AC 2485), Felipe Alencar Damasceno (OAB/AC 3756), Benjamim Abecassis Junior (OAB/AC 3807)
DESPACHO:
Reautue-se como cumprimento de SENTENÇA .Intime-se na forma do art. 475-J do CPC.Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0000845-83.2013.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Arvelina Neiva da Silva
Advogado:Nayberth Henrique Alcuri Aquino Bandeira (RO 2854)
Requerido:Banco BMC S/A
Advogado:Gustavo de Freitas Duarte (OAB/MG 91616), Glenda Luisa Bolina Coelho (MG 116362), Nathalia Junqueira Minzon (MG 105288), Natalia Kelly Garbazza de Carvalho (OAB/MG 132.164), Paula Prates Boggione Guimarães (OAB/MG 127.451), Roberta Espinha Corrêa (OAB/MG 50342), Luiz Flávio Valle Bastos (OAB/MG 52529), Felipe Gazola Vieira Marques ( ), Dárcio Guimarães de Andrade (OAB/MG 8096), João Napoleão Lacerda Barbato (OAB/MG 70431), Leopoldo Magnani Júnior (OAB/MG 41813), Ana Flávia Pereira Guimarães (OAB/MG 105287), Daniel Santos Sette Câmara (OAB/MG 108077), André Luiz Villela de Souza Lima (OAB/MG 99365), Fernando Fassheber de Paula (OAB/MG 99382), Fernando Fonseca Santos Kutianski (OAB/DF 28487), Diogo Fonseca Santos Kutianski (OAB/DF 23165), Francisco Octávio de Rezende Gonçalves (OAB/RJ 30258), Nicolle Antonieta Gusmão Fernandes (OAB/MG 128.750), Tatiana Guimarães Stockler de Melo (OAB/MG 128.666), Luciana Magalhães Maia (OAB/MG 125.605), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DESPACHO:
A atividade executiva inicia-se com base no princípio do desfecho único, qual seja, o de que há uma patente vantagem do exequente (credor da dívida ou representante do credor) em relação ao executado (devedor), sendo este contrabalançado pelo princípio da menor onerosidade possível para o devedor. Aplicando esses dois postulados conflitantes, por meio da análise das normas processuais e do princípio da ponderação, deve o magistrado dar o impulso oficial para que a execução se finalize com a satisfação do crédito.Ressalta-se que o juiz quando age de ofício não viola qualquer garantia ou direito do credor, pois, a princípio a vantagem do credor em relação ao devedor é indiscutível e, além disso, o juiz pode atuar com o poder de ofício, sem o requerimento da parte, porque tem o único dever de satisfazer o crédito exequendo. Determinei a penhora on-line, sendo bloqueado a totalidade do débito em nome da executada, cuja transferência para conta judicial já foi determinada (Recibo e Detalhamento anexos).Aguarde-se informação sobre a transferência, por mais 05 (cinco) dias. Caso a mesma não chegue no prazo determinado, oficie-se à Caixa Econômica Federal solicitando informações quanto ao bloqueio realizado nos autos.Intimem-se as partes, inclusive a executada para, querendo, embargar no prazo legal.Jaru-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0002158-79.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Michely Aparecida Oliveira Figueiredo
Advogado:Wernomagno Gleik de Paula (RO 3999)
Requerido:Sicoob Ourocredi
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
DESPACHO:
Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito.Venham as contrarrazões.Após, encaminhe-se ao E. Tribunal de Justiça. Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0004655-37.2011.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria Luiza de Souza
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (SP 139081)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
DESPACHO:
Considerado a concordância da autarquia às fls. 149/152, expeça-se as competentes requisições de pagamento. Aguarde-se eventual pagamento em arquivo.Com a vida dos mesmos, fica desde já autorizado a expedição de alvará de valores pertencentes ao advogado da autora.Em caso de solicitação da quantia em favor da requerente,

fica também autorizada a expedição de alvará, desde que a parte autora compareça em cartório, a fim de ser cientificada do valor depositado em conta judicial. Caso o causídico tenha dificuldade em contatar com o(a) requerente o Juízo poderá intima-lo(a).Em caso de falecimento do autor, deverá se fazer acompanhar de eventuais herdeiros.Cumpra-se.Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0005139-18.2012.8.22.0003
Ação:Monitória
Exequente:J. B. Gonçalves - Me
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177), José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Requerido:Carmezindo Tomaz de Souza
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Procedi a nova tentativa de penhora online, conforme requerido às fls. 149/150, contudo, não foram localizados ativos financeiros em nome do executado (detalhamento em anexo).Desta feita, considerando as diligências já realizadas pelo juízo e, com fulcro no art. 791, inciso III do CPC, determino a suspensão do feito por 06 (seis) meses, em analogia ao prazo descrito no art. 265, §3º do mesmo Códex.Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0043937-53.2009.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia
Advogado:Lidiane Borges Barros da Silva (OAB/RO 3198), Maria Luciana Alves da Silva (OAB/RO 3526)
Requerido:Miguel Balbeira
Advogado:Cleber Correa (OAB/RO 1732), Lionela Ferreira Correa (OAB/RO 2473), Fabrício Moura Ferreira (OAB/RO 3762)
DESPACHO:
Pelos motivos já expostos às fls. 98/99, procedi a nova tentativa de penhora on-line, contudo, não foram encontrados ativos financeiros em nome da parte executada (protocolo em anexo). Quanto ao pedido de fls. 163, considerando o teor da certidão de fls. 142, proceda a intimação determinada às fls. 136 na pessoa do advogado do executado.Jaru-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0000603-27.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:J. E. F. de V.
Advogado:Fabrício Moura Ferreira (OAB/RO 3762)
Executado:L. de V.
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Defiro o pedido de penhora, avaliação e remoção dos bens que encontram-se na posse do executado, inclusive os que guarnecem a residência, até o montante da presente execução. Quanto a penhora do automóvel indicado, por ora indefiro, visto não ser de propriedade do executado, conforme detalhamento de fls. 30, exceto a comprovação que de fato é o legítmo dono. Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0002809-14.2013.8.22.0003
Ação:Exceção de Incompetência
Requerente:Getelclass Editora de Catálogos Ltda
Advogado:Otavio Gonçalves Torres Neto (OAB/SP 314.400), Walinson Martão Rodrigues (OAB/SP 310917)
Requerido:Silva Transportes Rodoviários Eireli Epp
Advogado:Fernanda Primo Silva Moroni (OAB/RO 4141), Andre Luiz Ataide Moroni (OAB/RO 4667), Cleber Queiroz Silva (RO 3814)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, etc.Trata-se de exceção de incompetência oposta pela requerida Getelclass Editora de Catálogos Ltda em face da autora da ação declaratória autuada sob n. 0002061-79.2013.8.22.0003, Silva Transportes Rodoviários Ltda - Epp, alegando que celebrou contrato com a empresa requerida, onde restou estabelecido que o foro Central da Cidade de Dão Paulo seria o eleito para dirimir dúvidas entre as partes.Intimada (fls. 34), a excepta manifestou-se às fls. 35/37, alegando que a presente demanda não merece prosperar, uma vez que se trata de relação de consumo e figura no pólo hipossuficiente da relação, pelo que o feito deve prosseguir neste juízo.Vieram os autos conclusos.Pois bem.Verifica-se que o feito em apenso versa sobre uma ação declaratória de inexistência de débito, cumulado com indenização, uma vez que a excepta teve seu nome inserido no rol de maus pagadores, apesar de nunca ter tido qualquer relação negocial com a excipiente.Às fls. 11 foi juntado uma cópia do contrato onde, em sua cláusula 15 consta a eleição do ?Foro Central da Cidade de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, com preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja?.Além do contrato, a excipiente fundamenta suas alegações na Súmula n. 335 do Supremo Tribunal Federal onde prescreve que: ?É válida a cláusula de eleição do foro para os processos oriundos do contrato?. Entretanto, em que pese as alegações da excipiente, observo que a relação havida entre as partes, ainda que sua validade seja questionada nos autos em apenso, trata-se de relação de consumo, uma vez que a empresa Getelclass Editora de Catálogos Ltda teria prestado serviços, consistindo na inscrição da excepta em ?seu site de busca na rede mundial de computadores? e reserva de ?espaço publicitário na edição de sua lista impressa? (fls. 04), pelo que as disposições do Código de Defesa do Consumidor são aplicáveis na caso em tela, vez que há discussão de negócio jurídico entre um fornecedor de serviço ou produto e o consumidor.Com efeito, o artigo 2º do Código de Defesa do Consumidor estabelece que: “Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final?.Nesse sentido, ainda que a súmula supracitada conceda validade ao foro de eleição oriundo de contratos, a mesma deve ser relativizada, segundo orientação do próprio Supremo: ?A relativização da referida cláusula de eleição do foro somente ocorre quando se verificar a existência de evidente abuso de uma das partes ou significativo prejuízo para a defesa, criando obstáculo ou dificuldade de acesso ao Poder Judiciário? (STF - AGRAVO DE INSTRUMENTO: AI 738584 GO).No caso dos autos, observo que a excepta demonstra ser, de fato, a parte hipossuficiente da relação de consumo, uma vez que tem sede nesta comarca, desconhece o contrato de fls. 11 e a pessoa que o assinou sequer faz parte do quatro societário da empresa, conforme fls. 13/18, na contramão do que prevê a cláusula 14 do próprio contrato (fls. 22), pelo que entendo que o trâmite dos autos em apenso

nesta comarca facilita o acesso da excepta à Justiça.Nesse sentido, colaciono a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FORO DE ELEIÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. Se o foro eleito dificulta a defesa do consumidor, o Juiz pode, de ofício, declarar-lhe a nulidade. Conflito conhecido para declarar competente o MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de São Gonçalo, RJ (STJ - CC: 26354 RJ 1999/0055385-3, Relator: Ministro ARI PARGENDLER, Data de Julgamento: 24/08/1999, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJ 04.10.1999 p. 37 LEXSTJ vol. 126 p. 46).Desta feita, JULGO IMPROCEDENTE a exceção de incompetência, na forma do art. 310 do CPC e firmo a competência deste juízo, onde os autos principais permanecerão tramitando, após o trânsito em julgado.Sem custas ou honorários, pois de mero incidente se trata.Publique-se, registre-se e intimem-se. Nada pendente, desapense e arquive-se, juntando-se cópia da presente na ação declaratória.Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0003784-36.2013.8.22.0003
Ação:Impugnação ao Valor da Causa (Cível)
Impugnante:Valdecir Caetano de Oliveira
Advogado:Silvia Letícia Cunha e Silva Caldas (OAB/RO 2661)
Impugnado:Cristina Caetano do Nascimento
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB/RO 1172), Rosecleide Dutra Damasceno (OAB/RO 1266)
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AVistos etc.Trata-se de impugnação ao valor da causa oferecida por Valdeci Caetano de Oliveira ao valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atribuído pela impugnada Cristina Caetano do Nascimento na ação autuada sob n. 0001575-94.2013.8.22.0003, alegando que a mesma não apresentou qualquer argumento ou informação que justifique o valor atribuído, pelo que o mesmo deveria ser fixado no patamar de R$ 10.000,00 (dez mil reais).A impugnada, por sua vez, arguiu em preliminar a impossibilidade jurídica do pedido do impugnante e, no MÉRITO, afirma que não há elementos que embasem as assertivas da impugnação e que o valor atribuído ao dano moral se trata de critério subjetivo, pelo que o feito deve ser julgado improcedente.Vieram os autos conclusos.Pois bem. Compulsando os autos, verifica-se que, de fato, razão assiste a impugnada, uma vez que atribuiu o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de danos morais, não valor estimado, assim quando há um padrão para que seja fixada a indenização, incide o art. 259 do Código de Processo Civil. Ademais, o montante pleiteado nos autos em apenso refere-se a danos morais, sendo que seu arbitramento, numa eventual procedência, ?deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e ao conceito social das partes? (TJ-RO - Apelação Cível AC 10000120070193079 RO 100.001.2007.019307-9), pelo que não há qualquer fundamento legal que obrigue a impugnada a diminuir sua pretensão ao patamar de dez mil reais como requer o sr. Valdecir Caetano, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça:DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. 1. O valor da causa tem como norte o conteúdo econômico do pedido. Em sua aferição, não cabe exercer juízo sobre a plausibilidade da pretensão deduzida na inicial. 2. Agravo regimental a que se nega provimento (STJ - AgRg no AREsp: 81932 MG 2011/0195310-3, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 07/05/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/05/2013).Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA.Sem custas ou honorários, pois de mero incidente se trata.Publique-se, registre-se e intimem-se.Nada pendente desapense e arquive-se, juntando-se cópia da presente na ação de cobrança.Jaru-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0001028-54.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Amarildo José de Souza
Advogado:Sidnei da Silva (OAB/RO 3187), Wernomagno Gleik de Paula (RO 3999), Micheli Andreato Malta de Oliveira (RO 4531)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Designo audiência de instrução para o dia 03/09/2013 às 10:00 horas.Ficam os patronos cientificados que deverão comparecer a solenidade acompanhados das partes (art. 277 do CPC). Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0001827-97.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pemaza S/A
Advogado:Fabrício Moura Ferreira (OAB/RO 3762)
Executado:Cleber Alves Barbara
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Considerando o teor da certidão de fls. 46v, intime-se o exequente na pessoa de seu patrono para requer o que de direito, sob pena de arquivamento.Jaru-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0004903-66.2012.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Unicentro - União Centro Rondoniense de Ensino Superior
Advogado:Jefferson Freitas Vaz (RO. 1611), Carlos Luiz Pacagnan (OAB/RO 107B)
Executado:Ana Cristina Pereira Tavares da Silva
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Considerando o teor da petição de fls. 60/61 e que as diligências já realizadas pelo juízo não lograram êxito, determino a suspensão do feito por 06 (seis) meses, com fulcro no art. 791, inciso III do CPC e, em analogia ao prazo descrito no art. 265, §3º do mesmo Códex.Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0002876-76.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Natalino Francisco Braga
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)

DESPACHO:
Face a exigência legal de que a parte requerente seja submetida a exame pericial, nomeio como perito o Dr. Daniel de Abreu Gonçalves, às expensas do SUS, devendo ser intimado para designar a data, horário e local para realização do exame, ficando ciente de que o laudo deverá ser entregue no máximo 20 dias após a realização da perícia médica.Intimem-se as partes, para os fins do § 1º do art. 421 do CPC.Deverão ser apresentados ao Sr. Perito, como quesito do juízo, se:- o examinado é incapaz para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência;- havendo incapacidade, se esta é susceptível de reabilitação e sua porcentagem.Jaru-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0001371-50.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Hsbc- Bank Brasil S.a. Banco Múltiplo
Advogado:Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (MG 91.811), Everton Campos de Queiroz (RO 2982), Leonardo Coimbra Nunes (OAB/RJ 122.253-S), Adriany Alves de Freitas (OAB/CE 21.147), Alexandre Arantes Ferreira (OAB/RJ 128.439), Alexandre Bahia de Oliveira (OAB/RJ 154.060), Alexandre Renno Meireles Rodrigues (OAB/PI 106.949), Alessandro Alves Cantarino de Souza (OAB/RJ 111.339), Anderson Almeida Machado (OAB/RU 112.328), Andre Leandro de Carvalho Lemes (OAB/PB 15.000), Bernardo Fonseca Moreira Lage (OAB/MG 114.839), Cândida Ricardo de Paula (RJ 128.104), Catia Jouselle da Silva (OAB/RJ 152.278), Carina Menezes Periera (OAB/RJ 125.921), Daniel Gargalione (OAB/RJ 142.171), David Feliciano de Lima (RJ 126.110), Estefânia de Oliveira Gonçalves (OAB/RJ 167.705), Fabiano Coimbra Barbosa (RJ 117.806), Fábio Vinicius Lessa Carvalho (5614), Luiz Gonzaga Soares Perez Júnior (RJ 107.967), Leonardo Venâncio da Cruz (RJ 107957), Marina Gonçalves Magalhães (OAB/MG 122.692), Michele Martins de Freitas Magalhães (RJ 135.976), Regina Lúcia Campos (RJ 67.020), Rodolpho Ramos Pereira Júnior (RJ 117.812), Valmir Souza Trindade (RJ 127.796)
Executado:Paulo Cesar Campioto de Carvalho
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Considerando a certidão de fls. 106 e as diligências já realizadas pelo juízo e, com fulcro no art. 791, inciso III do CPC, determino a suspensão do feito por 06 (seis) meses, em analogia ao prazo descrito no art. 265, §3º do mesmo Códex. Jaru-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0004904-51.2012.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Unicentro - União Centro Rondoniense de Ensino Superior
Advogado:Carlos Luiz Pacagnan (OAB/RO 107B), Jefferson Freitas Vaz (RO. 1611)
Executado:Luana Moreira Lima
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Considerando o teor da petição de fls. 622/623 e que as diligências já realizadas pelo juízo não lograram êxito, determino a suspensão do feito por 06 (seis) meses, com fulcro no art. 791, inciso III do CPC e, em analogia ao prazo descrito no art. 265, §3º do mesmo Códex.Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0004916-65.2012.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Unicentro - União Centro Rondoniense de Ensino Superior
Advogado:Jefferson Freitas Vaz (RO. 1611)
Executado:Aguiarla Tavares Vieira
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Considerando o teor da petição de fls. 56/57 e que as diligências já realizadas pelo juízo não lograram êxito, determino a suspensão do feito por 06 (seis) meses, com fulcro no art. 791, inciso III do CPC e, em analogia ao prazo descrito no art. 265, §3º do mesmo Códex.Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0001520-46.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:N. R. P.
Advogado:Irineu Ribeiro da Silva. (OAB/RO 133)
Requerido:J. M. da S.
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Proceda-se nova tentativa de citação na forma postulada às fls. 34.Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0001034-61.2013.8.22.0003
Ação:Embargos à Execução Fiscal
Embargante:Alberto Yassumori Okamura
Advogado:Nayberth Henrique Alcuri Aquino Bandeira (RO 2854)
Embargado:Fazenda Nacional
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Reautue-se como cumprimento de SENTENÇA.Fica dispensada a intimação a que se refere a EC 62, conhecida como Emenda dos Precatórios e das novas regras dispostas no art. 6°, §§ 1° ao 4° da Resolução n. 115-CNJ (29/06/2010), uma vez que os valores apresentados não excedem o limite de 60 (sessenta) salários mínimos.Cite-se a Fazenda Nacional, nos termos do art. 730 do CPC.Intimem-se.Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0003088-97.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Dilson José Martins
Advogado:Dilson José Martins (OAB/RO 576A)
Executado:Geraldo Benedito Trindade
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AVistos, etc.Considerando o total cumprimento da obrigação por parte do Executado, consoante petição de fls. 18, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, na forma do art. 794, I, do Código de Processo Civil.Libere-se eventual constrição. Custas na forma da lei.Publique-se, registre-se e intimem-se. Arquive-se independente do trânsito, certificando-se em caso de eventual recurso..Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0002561-48.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Erminio Leandro
Advogado:Rooger Taylor Silva Rodrigues (RO 4791)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/ A - Ceron
Advogado:Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571), Silvia de Oliveira (RO 1285), Francianny Aires da Silva Ozias (OAB/RO 1190), Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818), Paulo Rogério Barbosa Aguiar (OAB/RO 1723), Rodrigo Augusto Barboza Pinheiro (OAB/RO 5706), Jorge Henrique Lima Mourao (RO 1117), Norazi Braz de Mendonca (OAB/RO 2814), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), Odair Martini (OAB/RO 30B), Alexandre Camargo (RO 704), Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506), José Roberto Wandembruck Filho (RO 5063), César Henrique Longuini (RO 5217), Eliane Saad Abdulnur (OAB/SP 179393), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), Samira Araújo Oliveira (OAB/RO 3.432), Cristiane da Silva Lima (OAB/RO 1569), Cristiane Léslei Muniz Levatti (OAB/RO 1569), Kênia de Carvalho Marinho (OAB/RO 994), Kharina Mielke (OAB/RO 2906), Claudete Solange Ferreira (OAB/RO 972), Juvenilço Iriberto Decarli Junior (OAB/RO 1193), Juvenilço Iriberto Decarli (248-A), Igor Lima Ribeiro Siqueira de Carvalho (OAB/RO 789-E)
DESPACHO:
Designo audiência de instrução para o dia 04/09/2013 às 09:00 horas.Ficam os patronos cientificados que deverão comparecer a solenidade acompanhados das partes (art. 277 do CPC). Deverá a parte requerida trazer cópia dos talões de consumo de energia referente aos 12 meses anteriores a suposta fraude no medidor de energia; ao período correspondente a Junho de 2009 a maio de 2010; e aos 12 meses subsequentes ao período que findou-se a suposta irregularidade apontada.Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0002796-15.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:J. C. F.
Advogado:Carlos Pereira Lopes (RO 743)
Requerido:R. A. de O. J.
Advogado:Carlos Arthur Wanderbroock (RO 5389), Fabrício Moura Ferreira (OAB/RO 3762)
DESPACHO:
Designo audiência para tentativa de conciliação para o dia 29/08/2013 às 10:00 horas.Intimem-se.Jaru-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0005463-08.2012.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Banco do Brasil S/a
Advogado:Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Junior (OAB/RO 4407), Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260), Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030), Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040-A), Ana Paula Alves Moreira da Silva (OAB/SP 258.420), Andre Costa Ferraz (OAB/SP 271.481-A), Daniela Magagnato Peixoto (OAB/SP 235.420), Douglas Augusto Fontes Franca (OAB/SP 278.589), Marcos Hailton Gomes de Oliveira (OAB/SP 256.543), Nizia Cristina Tiemi Aoki (OAB/SP 214.154), Adriana Souza Dellova (OAB/SP 247.166), Fabiano Espíndola Pissini (OAB/MS 13.276), Fernanda Queiroga Lira (OAB/SP 275.470), Janaína Alvares Di Stasi (OAB/SP 262.240), Joaquim Cesar Leite da Silva (OAB/SP 251.169), Juliana Teixeira Masaki (OAB/SP 267.814), Paulo Diácoli Pereira da Silva (OAB/SP 211.642), Thays Freitas Gomes Silva (OAB/SP 261.243)
Executado:Luiz Carlos de Barros Aluminios Me
Advogado:Marta de Assis Nogueira Calixto (OAB/RO 498 - A)
DESPACHO:
Tendo em vista o recolhimento das custas finais, proceda-se o levantamento da inscrição em dívida ativa de fls. 91Considerando o teor da certidão de fls. 106, intime-se o exequente na pessoa de seu procurador para requer o que de direito, sob pena de arquivamento.Jaru-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0000984-35.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Balbina Alves de Morais Gabriel
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Designo audiência de instrução para o dia 03/09/2013 às 09:30 horas, consignado que o rol de testemunhas deverá ser apresentado até 10 dias anteriores à solenidade.Intimem-se. Jaru-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0002880-16.2013.8.22.0003
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Ilda Pinheiro de Almeida
Advogado:Núbia Rubena Paniago de Melo (OAB/RO 2098), Daiane Dias (2156/OAB/RO)
Embargado:Fazenda Nacional
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AVistos, etc.Ilda Pinheiro de Almeida opôs embargos de terceiro em face da Fazenda Nacional para se ver liberada da constrição do imóvel penhorado nos autos n. 0020075-92.2005.8.22.0003, movido em face da Agropecuária Félix Ltda e sr. Ivo Pedro Félix, alegando ser a legítima proprietária do bem.Apesar de intimada, a embargada não ofereceu impugnação no prazo legal.Instada para especificar provas, a embargante peticionou às fls. 73, requerendo a oitiva de testemunhas ou julgamento da lide no estado que se encontra.Vieram os autos conclusos.É o breve RELATÓRIO . Decido.Não havendo a necessidade de se produzirem provas em audiência, conheço diretamente do pedido, com fulcro no art. 330, inciso I do CPC.O presente feito versa sobre a constrição realizada no imóvel de fls. 331/332 dos autos de execução n. 0026990-31.2003.8.22.0003, sendo que a embargante pleiteia a retirada de tal restrição, alegando que seria a legítima proprietária do mesmo.O embargado, por sua vez, apesar de intimado, não ofereceu impugnação no prazo legal, consoante certidão de fls. 70v.No caso dos autos, verifica-se que, de fato, a sra. Ilda Pinheiro é detentora do imóvel desde 26/04/03, consoante contrato de fls. 17, que teria sido adquirido pelos executados no dia 10 de maio de 2003 (fls. 16).Nota-se que todas as datas supracitadas são anteriores a constrição efetuada na execução em apenso, bem como seu ajuizamento, ocorrido somente em 10/05/05, pelo que os embargos devem ser julgados procedentes.É bem verdade que o art. 221 do Código Civil elimina os efeitos do instrumento particular em relação a terceiros antes que se proceda o registro público. Em contrapartida, nosso Superior Tribunal de Justiça, em

valorização da questão de fundo sobre a forma e em aplicação da verdadeira Justiça, editou a Súmula nº 84, dizendo: ?É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda de compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido do registro?.Esse é o entendimento que melhor se coaduna ao caso em tela, partindo da própria letra do artigo I.046, § 1º, do CPC, que avançou em relação ao direito antigo, que só admitia tal remédio ao possuidor que cumulava a posição de senhor. Tomando posse do imóvel, o cessionário adquire o direito à sua defesa. Os atos de posse, aliados à circunstância de ser adquirente do imóvel, conferem-lhe a qualidade de possuidor. Só não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância, bem como os violentos, ou clandestinos (CC, art. 1.208). Seria profundamente injusto, por via oblíqua, anular-se tal contrato e despojar-se o legítimo possuidor de um bem e de um direito, sujeitando-o a uma constrição, por efeito da penhora em razão de dívida alheia. Aliás, também o registro da penhora, nos termos do artigo 167, I, 5, e 169, da Lei 6.015/73, é obrigatório, pena de não surtir efeito contra terceiro (JTARGS 47/293). Desta feita, no confronto de direitos pessoais, prevalece aquele que primeiro foi constituído, no caso, a cessão dos direito de posse, já que esta foi celebrada em 26/04/03, sem que fosse registrada, enquanto que a constrição foi realizada no dia 16/10/12, conforme se observa na certidão de fls. 332 dos autos de execução.Em tempo, conforme súmula n. 303 do STJ, “Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios?, sendo que, consoante o disposto no art. 21, parágrafo único do CPC e, atendo ao princípio da causalidade, ainda que o embargado tenha decaído de parte mínima do pedido, deve a embargante responder, por inteiro, pelos ônus sucumbenciais, custas e honorários advocatícios. Corroborando com tal entendimento, colaciono a jurisprudência de nosso Eg. Tribunal de Justiça:EMBARGOS DE TERCEIRO. AUSÊNCIA DE REGISTRO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA OU TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. O autor dos embargos de terceiro, ainda que vencedor na demanda, deve arcar com as custas e honorários advocatícios se deixou de obedecer a formalidades legais para a transferência de bem imóvel, ante a aplicação do princípio da causalidade (10000220060090004 RO 100.002.2006.009000-4, Relator: Desembargador Renato Mimessi, Data de Julgamento: 23/09/2008, 1ª Vara Cível);EMBARGOS DE TERCEIRO. HONORÁRIOS. CUSTAS, COMPRA E VENDA. NÃO REGISTRADA. Àquele que adquire imóvel mediante compromisso de compra e venda e não promove o registro, fica sujeito a arcar com custas e honorários advocatícios em eventual execução resistida, eis que a falta daquele caracteriza sua desídia e torna necessária a oposição de embargos de terceiros (10000520050062935 RO 100.005.2005.006293-5, Relator: Juiz Raduan Miguel Filho, Data de Julgamento: 06/02/2007, 5ª Vara Cível).Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE os embargos de terceiro opostos por Ilda Pinheiro de Almeida em do Fazenda Nacional, determinando a desconstituição da constrição determinada às fls. 2938/299 nos autos de execução n. 0020075-92.2005.8.22.0003 sobre o imóvel situado na Rua Rio Grande do Norte, Setor 02, Lote 05/B, Bloco F, nesta cidade e comarca (fls. 332).Condeno a embargante ao pagamento das custas e verba honorária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), o que faço com base no art. 20, § 4º, do CPC, porém, isento-a de seu pagamento, em razão da gratuidade judiciária concedida às fls. 67.Publique-se, registre-se e intime-se.Nada pendente, desapense e arquive-se, juntando cópia da presente nos autos de execução.Após as formalidades legais, em prosseguimento aos atos executórios, venham os autos conclusos para consulta aos sistemas conveniados com o Eg. Tribunal de Justiça.Na inércia, fica desde já determinado o arquivamento daquele feito, sem baixa na distribuição.Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0003545-32.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/a
Advogado:Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708), Daniele Gurgel do Amaral (RO 1221), Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946), Ramiro de Souza Pinheiro (OAB/RO 2037), Guilber Diniz Barros (OAB/RO 3310), Daniel Solum Franco Maués (PA 13590-B), Marçal Marcellino da Silva Neto (OAB/PA 5865), Adriana Silva Rabelo (OAB/AC 2609A), Northon Sérgio Lacerda Silva (OAB/AC 2.708), Gisele Coutinho Beserra (AP 1.168-B), Anna Belle de Oliveira Machado (AM 4.419), João Pedro de Deus Neto (RJ 135.506), Martha Lorena da Silva Carneiro (OAB/AM 6113), Dileta Maria de Albuquerque Sena (OAB/DF 4049), Alba Maria de Souza Lima (OAB/TO 1052), Carlos Alberto Braga Diniz Junior (MA 7298), Paulo Sergio Lopes Gonçalves (PA 281005), Silas Araujo Lima (TO 1738), Elisangela Hasse (MF 8689), Aline Meirelles Barros (PA 5543), Aline Penedo de Oliveira (PA 7086), Ana Coeli Bastos Lisboa (OAB/PA 7091), Ana Lucia Barbosa da Silva (PA 8489), Ana Margarida Silva Loureiro Godinho (PA 2309), Ana Maria Fragoso Toscano (PA 1780), André Alberto Souza Soares (OAB/PA 7865), Angelica Patricia Almeida Monteiro (PA 9005), Antonio Félix Teixeira Negrão (PA 6417), Átila Alcyr Pina Monteiro (PA 6558), Cezar Escócio de Faria Junior (PA 6666666240), Cristiano Coutinho de Mesquita (PA 10311), Danielli de Jesus Oliveira dos Santos (PA 7690), Denize do Socorro da Conceição Brito (PA 8543), Eder Augusto dos Santos Picanço (PA 10396), Humberto Souza Miranda Pinto (PA 12.942), Izabela Ribeiro Russo Rodrigues (PA 6983-B), Joseane do Socorro de Sousa Amador (PA 11.001), Josiane Maria Maués da Costa Franco (PA 7.308), Luiz Paulo Santos Álvares (PA 1788), Marcel Leda Noronha Macedo (PA 13.559), Maria Rosineide Alves de Lima (PA 8.370), Marlene de Nazaré Amaral Lopes (PA 7547), Marluci de Lima Ferreira (PA 8783-B), Monique Rocha Zoni Botelho (PA 11690), Nazaré de Fátima Santos Domingues (PA 7788), Patricia de Nazareth da Costa e Silva (PA 11274), Samuel Nystron de Almeida Brito (PA 7535), Rosimar Socorro de Souza Ramos (PA 8562), Vitor Manoel Silva de Magalhães (PA 9346), Walter Silveira Franco (PA 10210), Wellington Marques da Fonseca (PA 9329), José Raimundo Cosmo Soares (PA 2647), Karlene Azevedo de Aguiar (PA 11325), Gilberto Silva Bonfim (OAB/RO 1727), Lauro Lucio Lacerda (OAB/RO 3919), Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096), Monamares Gomes Grossi (OAB/RO 903), Alessandro de Paula Canedo (OAB/TO 1334A), Danilo Amâncio Cavalcanti (OAB/GO 29191), Fernanda Ramos Ruiz (TO 1965), Maurício Cordenonzi (TO 2223)
Executado:Eliseu Rossim, Marlene Pianna Rossim, Ubaldo Costa Machado, Niuza Lorencini José Machado
Advogado:Advogado Não Informado (NBO 020)

SENTENÇA:
S E N T E N Ç AVistos, etc.Considerando a desistência da ação pela parte autora, consoante petição de fls. 34 e, não tendo o requerido sido citado, o que dispensa a intimação a que se refere o art. 267, §4º do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem apreciação do MÉRITO, na forma do inciso VIII do mencionado artigo.Libere-se eventual restrição.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial - exceto procuração/substabelecimento/estatuto - mediante fotocópias.Sem custas, por força do art. 6º, §7º da Lei Estadual n. 301/90.Publique-se, registre-se e intimem-se.Nada pendente, arquive-se.Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0002644-64.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ian Cleiton Rodrigues Almeida
Advogado:Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277), Julian Matsumoto Valença (OAB/RO 4978)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Considerando a natureza da demanda, antes de proceder a realização da perícia, venham aos autos o estudo social necessário, para aferir eventual hipossuficiência da parte autora.Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0004555-48.2012.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:V. F. G.
Advogado:Simone Santos Silva (OAB/RO 2957)
Requerido:S. R.
Advogado:Irineu Ribeiro da Silva (RO 133)
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AVistos, etc.Considerando o total cumprimento da obrigação por parte da Executada, consoante petição de fls. 83, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, na forma do art. 794, I, do Código de Processo Civil.Libere-se eventual constrição. Sem custas, diante da gratuidade judiciária que ora defiro. Publique-se, registre-se e intimem-se.Arquive-se independente do trânsito, certificando-se em caso de eventual recurso.Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0002614-29.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jeronymo Pereira Nascimento
Advogado:Defensor Público (RO 00)
Requerido:Gabriel Alves Filho, Creuza Coêlho Alves
Advogado:Sidnei da Silva (OAB/RO 3187)
DECISÃO:
Vistos, etc.A presente demanda versa sobre uma ação de obrigação de fazer ajuizada por Jerônimo Pereira do Nascimento em face de Gabriel Alves Filho e Creuza Coelho Alves, sendo que os requeridos, ao se manifestarem às fls. 53/54 e 55/67, arguiram a preliminar de prescrição e denunciaram à lide o Banco da Amazônia S/A, em razão do documento de fls. 64.Primeiramente, no tocante a prescrição, observo que o contrato de fls. 14/15 foi realizado em 03 de agosto de 1998, fato incontroverso pela parte requerida, pelo que o mesmo, portanto, deve ser analisado sob o prisma do Código Civil de 1916.Pois bem.O pretensão do autor, em suma, refere-se a adjudicação compulsória prevista no art. 1.418 do Código Civil de 2002 onde o ?promitente comprador, titular de direito real, pode exigir do promitente vendedor, ou de terceiros, a quem os direitos deste forem cedidos, a outorga da escritura definitiva de compra e venda, conforme o disposto no instrumento preliminar; e, se houver recusa, requerer ao juiz a adjudicação do imóvel?.Entretanto, ainda que o autor não seja o titular do direito real, a promessa de compra e venda avençada às fls. 14/15 lhe confere o direito pessoal para exigir o cumprimento da obrigação, vez que não se faz necessário o registro definitivo no Cartório de Registro de Imóveis para a adjudicação, conforme Súmula n. 239 do Superior Tribunal de Justiça, que prevê ?O direito à adjudicação compulsória não se condiciona ao registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis?. A promessa de compra e venda gera efeitos obrigacionais e, por isso, seu registro não é requisito para a eficácia da ação de adjudicação, conforme leciona Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery: ?Adjudicação Compulsória. A ?outorga de escritura? mencionada neste artigo (1.418) é dever obrigacional do vendedor, quando celebrou o ?compromisso de venda?. [...]. A adjudicação compulsória é mecanismo que tem a parte para atingir o desiderato natural do contrato definitivo que celebrara? (Código Civil Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, pág. 837).Por outro lado, ainda que o promissário comprador tenha registrado a promessa de compra e venda atribuindo-lhe status de direito real, a natureza obrigacional da promessa não é afastada, o que se verifica quando da exigibilidade do cumprimento, como bem ensina Caio Mário:?Pelo nosso direito, a promessa de venda nunca pode operar a transferência do domínio, dada a distinção rigorosa entre o contrato definitivo e o contrato preliminar. Cria a obrigação de prestar um fato, e o seu objeto é a outorga do contrato definitivo. Em contraposição, o contrato definitivo de compra e venda gera uma obrigação de dar, e seu principal efeito é obrigação de transferir o domínio, mediante a tradição da coisa ou a inscrição do título. (?) Infringida a promessa de compra e venda, há distinguir se o contrato chegou a constituir direito real ou não pelo registro no Registro de Imóveis? (Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2009, pág. 168).Em sendo assim, uma vez que a presente demanda versa sobre um direito pessoal (obrigacional), com base na promessa de compra e venda firmada entre as partes sob a égide do antigo Código Civil Brasileiro, o prazo prescricional é de vinte anos, segundo art. 177 do CC/1916, o qual se conta da data da recusa de outorga da escritura, conforme ementa do STJ que ora transcrevo:CIVIL. PRESCRIÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA, FUNDADA NO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. ART. 178, § 2º DO CÓDIGO CIVIL. INAPLICABILIDADE. REGRA GERAL. ART. 177 DO MESMO DIPLOMA. RECURSO NÃO CONHECIDO. - Não objetivando a ação a rescisão do contrato, mas o cumprimento de obrigação contratual assumida no distrato, não se aplica o art. 178, § 2º do Código Civil, mas sim a regra geral do art. 177, que afirma ser de 20 (vinte) anos o prazo prescricional para as ações pessoais (STJ - REsp: 309825 MT 2001/0029468-5, Relator: Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, Data de Julgamento: 01/08/2001, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 01.10.2001 p. 225).Desta feita, ainda que o juízo não tenha ciência da data da recusa da outorga da escritura, uma vez que o contrato fora firmado em 1998, teria a parte autora até o ano de 2018 para ingressar a ação, pleo que afasto a preliminar de prescrição.De outra forma, nota-se que a parte requerida denunciou à lide o Banco

da Amazônia S/A (fls. 53/54), sob o fundamento que a questão discutida enseja o seu interesse, em virtude do mesmo ser credor pignoratício hipotecário do imóvel objeto dos autos, por força da cédula de crédito rural de fls. 64/72. A denunciação à lide trata-se de instituto de intervenção de terceiros que visa propiciar que, em uma mesma SENTENÇA, se decida a condenação do denunciante e a obrigação de garantir o resultado da ação, no sentido de que a sua condenação automaticamente proporcionará a responsabilidade do garante, ou seja, necessariamente deverá existir o direito de regresso, não sendo inserido novo fundamento jurídico diverso daquele em torno do qual gira a controvérsia.Ante o exposto, acolho a denunciação por vislumbrar que o caso se amolda na hipótese prevista no inciso II, do art. 70, do Código de Processo Civil. Cite-se o denunciada à lide ?Banco da Amazônia S/A no endereço declinado às fls. 54 e aguarde-se o prazo de eventual contestação.Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0003955-90.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luciano Pacheco da Silva
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460), Éder Miguel Caram (SP 296.412)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Defiro a gratuidade judiciária.Cite-se a parte requerida para, querendo, ofereça contestação no prazo legal.Jaru-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Fabiane Palmira Barboza
Diretora de Cartório

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0000872-63.2013.8.22.0004
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Advogado:Promotor de Justiça
Denunciado:J. T. da S.
Advogado:Leobaldo Alves de Jesus (OAB/RO 4037)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado supramencionado da audiência de instrução e julgamento, designada para o dia 2/9/2013 às 10h45, neste Juízo.

Proc.: 0002801-68.2012.8.22.0004
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Advogado:Promotor de Justiça
Denunciado:R. N. S.
Advogado:Jack Douglas Gonçalves (OAB/RO 586), Jess José Gonçalves (OAB/RO 1739)
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supramencionados da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 25/9/2013 às 10h00min, na sala de audiências desta vara criminal.

Proc.: 0001679-83.2013.8.22.0004
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça
Denunciado:Célio dos Santos Maciel, Josiel Brito Ferreira, Marcel Morais Ferreira, Uoshinton dos Santos Correa, Marcos Vinícius Bernardes Dutra
Advogado:Alexandre Anderson Hoffmann (OAB/RO 3709), Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 1172) Eunice Braga Leme (OAB/RO 1172)
FINALIDADE: INTIMAR os advogados supramencionados da audiência desinada para o dia 13/8/2013 às 10h00min, bem como da carta precatória expedida à comarca de Jaru para oitiva da testemunha A.L. da C.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet, pelos endereços eletrônicos:
Juiz: opojuiz@tjro.jus.br
Escrivão: opo1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0003493-33.2013.8.22.0004
Ação:Usucapião
Requerente:Edinaldo Rodrigues Ferreira, Adriane Cristina Locatelli Ferreira
Advogado:Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (OAB/RO 2505)
Requerido:Maria de Lourdes Oliveira Arrabal, Antônio Miguel Arrabal, Arrabal e Oliveira Ltda - Imobiliária Jardim Novo Estado
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO:
Designo audiência de instrução no dia 6/11/2013, às 9:30 horas.O rol de testemunhas deverá ser depositado em cartório com antecedência mínima de 20 dias da data da audiência. Intimem-se partes e advogados.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jose Antonio Barretto Juiz de Direito

Proc.: 0003498-55.2013.8.22.0004
Ação:Usucapião
Requerente:Samuel Alves de Oliveira, Luzia Rosemar Barbosa
Advogado:Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (RO 2505)
Requerido:Maria de Lourdes Oliveira Arrabal, Antônio Miguel Arrabal, Arrabal e Oliveira Ltda - Imobiliária Jardim Novo Estado
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO:
Designo audiência de instrução no dia 6/11/2013, às 9:00 horas.O rol de testemunhas deverá ser depositado em cartório com antecedência mínima de 20 dias da data da audiência. Intimem-se partes e advogados.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jose Antonio Barretto Juiz de Direito

Proc.: 0003495-03.2013.8.22.0004
Ação:Usucapião
Requerente:Elias Barbosa de Sousa, Joana Darc de Lima
Advogado:Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (RO 2505)
Requerido:Maria de Lourdes Oliveira Arrabal, Antônio Miguel Arrabal, Arrabal e Oliveira Ltda - Imobiliária Jardim Novo Estado
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO:
Designo audiência de instrução no dia 6/11/2013, às 11:00 horas.O rol de testemunhas deverá ser depositado em cartório com antecedência mínima de 20 dias da data da audiência.Intimem-se partes e advogados.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jose Antonio Barretto Juiz de Direito

Proc.: 0003494-18.2013.8.22.0004
Ação:Usucapião
Requerente:Patricia Camilo Dutra
Advogado:Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (RO 2505)
Requerido:Maria de Lourdes Oliveira Arrabal, Antônio Miguel Arrabal, Arrabal e Oliveira Ltda - Imobiliária Jardim Novo Estado
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO:
Designo audiência de instrução no dia 6/11/2013, às 10:30 horas.O rol de testemunhas deverá ser depositado em cartório com antecedência mínima de 20 dias da data da audiência.Intimem-se partes e advogados.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jose Antonio Barretto Juiz de Direito

Proc.: 0003499-40.2013.8.22.0004
Ação:Usucapião
Requerente:Alvino Antônio da Silveira, Almezina Duvalina da Silva
Advogado:Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (RO 2505)
Requerido:Maria de Lourdes Oliveira Arrabal, Antônio Miguel Arrabal, Arrabal e Oliveira Ltda - Imobiliária Jardim Novo Estado
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO:
Designo audiência de instrução no dia 6/11/2013, às 10:00 horas.O rol de testemunhas deverá ser depositado em cartório com antecedência mínima de 20 dias da data da audiência. Intimem-se partes e advogados.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jose Antonio Barretto Juiz de Direito

Proc.: 0004968-58.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rita Luiza de Almeida Vieira
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (OAB/RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
DESPACHO:
Tendo em vista que este magistrado estará ausente da comarca na data em que foi marcada a audiência, em razão de ter sido convocado para participar de um curso no Tribunal de Justiça, redesigno a solenidade para o dia 5/11/2013 às 11:00 horas. Intimem-se as partes e advogados.Recolha-se o MANDADO de fls. 55, caso ainda não tenha sido cumprido.As testemunhas comparecerão independentemente de intimação (fls. 51).Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jose Antonio Barretto Juiz de Direito

Proc.: 0004659-37.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:J. S. G.
Advogado:Cristiano Silveira Pinto (OAB/RO 1157)
Requerido:V. R. da S.
Advogado:Nívea Magalhães Silva (OAB/RO 1613)
DESPACHO:
Designo audiência de conciliação no dia 5/11/2013, às 10:30 horas.Intimem-se as partes e seus advogados.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jose Antonio Barretto Juiz de Direito

Proc.: 0003691-70.2013.8.22.0004
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:C. A. C. D.
Advogado:Rosimeire de Oliveira Lima Daudt de Araújo (OAB/RO 1390)
Requerido:W. J. L.
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO:
Defiro a gratuidade.Fixo alimentos provisórios em favor da filha do casal em 1/3 (um terço) do salário mínimo, uma vez que inexiste comprovação dos rendimentos do requerido.Designo audiência de conciliação no dia 05/09/2013, às 08:30 horas.Depreque-se a citação do requerido.Intime-se a requerente e advogada.Intime-se o Ministério Público.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Jose Antonio Barretto Juiz de Direito

Proc.: 0000764-34.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nívea Magalhães Silva
Advogado:Nívea Magalhães Silva (OAB/RO 1613)
Requerido:Banco Itaucard S/a
Advogado:Celso David Antunes (OAB/BA 1141-A), Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB/BA 16780), Larissa Andréia Andrade de Melo (OAB/PB 15.871)
DESPACHO:
Tendo em vista que este magistrado estará ausente da comarca na data em que foi marcada a audiência, em razão de ter sido convocado para participar de um curso no Tribunal de Justiça, redesigno a solenidade para o dia 5/11/2013 às 09:00 horas.Intimem-se as partes e advogados.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jose Antonio Barretto Juiz de Direito

Proc.: 0001738-71.2013.8.22.0004
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:Z. C. R. B.
Advogado:Valdeni Orneles de Almeida Paranhos (OAB/RO 4108)
Requerido:D. P. B.
Advogado: Karine Nakad Chuffi (OAB/RO 4386)
DESPACHO:
Às partes para que se manifestem sobre os documentos apresentados pelo Ministério Público.Prazo de dez dias.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Jose Antonio Barretto Juiz de Direito

Proc.: 0003647-51.2013.8.22.0004
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Ana Maria Marques de Oliveira
Advogado: Stephani Alice O. Vial (OAB/RO 4851)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Advogado Não Informado

DESPACHO:
Cumpra-se.Designo audiência no dia 03/09/2013, às 08:30 horas.Intimem-se as partes via Diário da Justiça.Intimem-se as testemunhas que serão ouvidas.Comunique-se ao juízo deprecante.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Jose Antonio Barretto Juiz de Direito

Proc.: 0000746-13.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Letícia dos Santos Rodrigues, Ronny Rodrigues dos Santos, Jonias Rodrigues Alves, Gessi Coelho da Silva Santos
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460), Éder Miguel Caram (OAB/RO 5368), Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Requerido:Hospital Mater Dei Ltda
Advogado:Cândido Ocampo Fernandes (OAB/RO 780), Magnum Jorge Oliveira da Silva (OAB/RO 3204)
DESPACHO:
Defiro por ora a prova testemunhal, já que a prova pericial somente teria alguma utilidade, salvo engano, coma exumação cadavérica.De todo modo, após ouvir as testemunhas decidirei se há necessidade de perícia.Designo audiência de instrução no dia 11/09/2013, às 09:00 horas.Intime-se as partes e seus advogados.Intimem-se as testemunhas arroladas pelos requerentes (fls. 148/149).O requerido deverá depositar o rol de suas testemunhas com antecedência mínima de 20 dias da data da audiência, a fim de que sejam intimadas, sob pena de preclusão.Ouro Preto do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Jose Antonio Barretto Juiz de Direito

Bel. Wilson Von Heimburg
Escrivão Judicial

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Belª Jozilda da Silva Bezerra
Diretora de Cartório
Emília Maria da Silva
Chefe de Cartório
E-mail: opo2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0003985-59.2012.8.22.0004
Ação:Inventário
Inventariante:Pedro Ruy Fabrini Fonseca Junior
Advogado:Eduardo Custódio Diniz (OAB/RO 3332)
Inventariado:Espolio de Pedro Rui Fonseca
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO:
Suspendo o feito até 01/02/2014, cabendo ao inventariante promover o andamento do feito, até o fim do prazo, independentemente de nova intimação. Desde já, advirto ao inventariante que em caso de inércia presumir-se-á que desistiu da demanda e os autos serão encaminhados imediatamente para extinção e arquivamento. Intime-se.Ouro Preto do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0000854-76.2012.8.22.0004
Ação:Inventário
Inventariante:José Ferreira
Advogado:Eduardo Custódio Diniz (OAB/RO 3332), Deraldo Manoel Pereira Filho (RO 933), Jormicezar Fernandes da Rocha (RO 899)
Inventariado:Espolio de Virgilina Alves Ferreira
Advogado:Advogado Não Informado
Documento - Retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar o documento expedido de fls. (Formal de partilha)

Proc.: 0004034-03.2012.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Paulo Bruno da Silva Pereira
Advogado:Juliano Pinto Ribeiro (RO 3940)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592)
DESPACHO:
Vistos.Providencie a escrivania a modificação da classe processual dos autos, inclusive no sistema, para que passe constar como ?Cumprimento de SENTENÇA ?, vez que é a fase em que se encontra o processo. Intime-se a parte executada na pessoa do seu advogado por publicação na imprensa oficial (não havendo advogado constituído nos autos, intime-se por AR), para efetuar o pagamento no prazo de 15 (quinze dias), a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação, a multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 475-J, caput, do Código de Processo Civil e honorários advocatícios que arbitro em 10%, de acordo com o entendimento do STJ: Processo REsp 940274 / MS RECURSO ESPECIAL 2007/0077946-1 Relator(a) Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS (1096) Relator(a) p/ Acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (1123) Órgão Julgador CE - CORTE ESPECIAL Data do Julgamento 07/04/2010 Data da Publicação/Fonte DJe 31/05/2010 RSTJ vol. 219 p. 35 Ementa PROCESSUAL CIVIL. LEI N. 11.232, DE 23.12.2005. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. JUÍZO COMPETENTE. ART. 475-P, INCISO II, E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. TERMO INICIAL DO PRAZO DE 15 DIAS. INTIMAÇÃO NA PESSOA DO ADVOGADO PELA PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL. ART. 475-J DO CPC.(grifo nosso) MULTA. JUROS COMPENSATÓRIOS. INEXIGIBILIDADE. 1. O cumprimento da SENTENÇA não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da DECISÃO . De acordo com o art. 475-J combinado com os arts. 475-B e 614, II, todos do CPC, cabe ao credor o exercício de atos para o regular cumprimento da DECISÃO condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada. 2. Na hipótese em que o trânsito em julgado da SENTENÇA condenatória com força de executiva (SENTENÇA executiva) ocorrer em sede de instância recursal (STF, STJ, TJ E TRF), após a baixa dos autos à Comarca de origem e a aposição do “cumpra-se” pelo juiz de primeiro grau, o devedor haverá de ser intimado na pessoa do seu advogado, por publicação na imprensa oficial, para efetuar o pagamento no prazo de quinze dias, a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação, a multa de 10% (dez por cento)(grifo nosso)

prevista no art. 475-J, caput, do Código de Processo Civil. 3. O juízo competente para o cumprimento da SENTENÇA em execução por quantia certa será aquele em que se processou a causa no Primeiro Grau de Jurisdição (art. 475-P, II, do CPC), ou em uma das opções que o credor poderá fazer a escolha, na forma do seu parágrafo único ? local onde se encontram os bens sujeitos à expropriação ou o atual domicílio do executado. 4. Os juros compensatórios não são exigíveis ante a inexistência do prévio ajuste e a ausência de fixação na SENTENÇA . 5. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.Vencido o prazo sem que haja o pagamento, intime-se a parte credora para apresentar planilha atualizada e postular pelo que entender de direito, no prazo de cinco (05) dias. Pratique-se o necessário. Ouro Preto do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0036194-23.2008.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Idalino Pereira
Advogado:Pedro Riola dos Santos Junior (OAB/AC 2195), Fernando Martins Gonçalves (RO 834)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do INSS (RO 0000)
Petição ¿ Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl: 79-98 (Embargos a Execução)

Proc.: 0003018-48.2011.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria da Penha Pereira
Advogado:Fernando Martins Gonçalves . (RO 834), Pedro Riola dos Santos Júnior. (RO 2640)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
SENTENÇA:
SENTENÇA
RELATÓRIO
Trata-se de ação previdenciária ajuizada por MARIA DA PENHA PEREIRA em face do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS, pela qual pretende que lhe seja concedido o benefício da aposentadoria rural por idade. Aduz que nasceu no dia 15/03/1954, contando, portanto, com mais de 55 anos de idade, sendo que sempre desempenhou atividades no campo. Afirma que contraiu matrimônio com Boaventura Dias Pereira, consoante certidão de casamento anexa onde está acostada a profissão deste como catraqueiro (fls. 21). Informa que sempre trabalhou na zona rural, exercendo em regime de economia familiar as atividades de sustento próprio e da família. Ao final requereu a condenação da parte ré a fim de que seja compelida a lhe conceder o benefício previdenciário da aposentadoria rural por idade no valor de um salário mínimo mensal, a partir do ajuizamento da demanda. Juntou documentos (fls. 20-46). DESPACHO inicial (fls. 47). Agravo de Instrumento (fls. 49/57). Ementa (fls. 95). A citação foi regular e válida (fls. 97), sendo que a autarquia apresentou defesa (fls. 100/104). Réplica (fls. 105/110). Na audiência de instrução (fls. 116/117) foram ouvidas duas testemunhas, sendo constatada a ausência da parte ré. O autor apresentou alegações finais (fls. 120/123) e o Requerido reiterou as razões expendidas na contestação (fls. 124). Em seguida, os autos vieram-me conclusos. Preliminarmente A preliminar resta superada, ante o acórdão que julgou o agravo de instrumento interposto pela autora. Fundamentação A Lei n. 8.213/91, em seu art. 11, inciso VII, considera o trabalhador rural segurado da previdência social, classificando-o como segurado obrigatório e especial, desde que exerça seu laborindividualmente ou em regime de economia familiar. A Previdência Social oferece aos segurados dentre os serviços e benefícios, o pretendido pelo autor, qual seja, aposentadoria por idade (art. 18, I, “b”), cujos requisitos e condições vem expressos nos artigos 48 e 51 do referido diploma. Para a concessão do benefício, o artigo 48, § 1º, da Lei n. 8.213/91 exige idade mínima de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, além do efetivo tempo de serviço rural, que pode ser integral ou descontínuo (art. 143 da Lei n. 8.213/91), cujo tempo deverá ser comprovado mediante início razoável de prova material, complementado por prova testemunhal, tanto na esfera administrativa ou judicial, a teor do art. 55 § 3º, da citada lei, não se admitindo prova exclusivamente testemunhal (Súmulas 149/STJ e 27/TRF – 1ª Região). Portanto, para o acolhimento da pretensão deduzida incumbe à parte autora comprovar a existência cumulada dos seguintes requisitos: a) idade de 55 anos para trabalhadora rural (art. 48, § 1º); b) a qualidade de segurada segundo a categoria em que se classifica; e c) o exercício efetivo da atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por período de tempo igual ao de carência exigido por lei (art. 48, § 2º), que segundo disposto no art. 142 da lei n. 8.213/91, corresponde a 174 meses para quem completa a idade necessária em 2010. Ademais, diferentemente do que tenta alegar a parte ré, entendo que a autora comprovou que antes do ano de 1991 já era segurada especial, logo, não há necessidade de comprovar 180 meses de carência, mas tão somente 174 meses mencionados na tabela do art. 142 acima mencionado. Pois bem. Nos autos, resta incontroverso o atendimento do requisito da idade, uma vez que os documentos em folhas 20 e 21 comprovam que a autora, nascida em 15/03/1955, contava com mais de 55 anos de idade completos no dia do ajuizamento da ação (23/08/2011). Quanto à comprovação da qualidade de segurado especial, sensível à dificuldade do rurícola na obtenção de prova escrita do exercício de sua profissão, o Superior Tribunal de Justiça já solucionou a matéria, adotando a solução pro misero, no sentido de que a exigência legal para a comprovação da atividade laborativa do rurícola resulta num mínimo de prova material, ainda que constituída por dados do registro civil - como em certidão de casamento, ou de nascimento dos filhos e, até mesmo, em assentos de óbito, no caso de pensão. Nesse sentido é o entendimento pacífico no E. STJ, consoante o seguinte aresto: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM BASE NAS ALÍNEAS A E C DO ART. 105, III DA CF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO REALIZADO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC NÃO CARACTERIZADA. APOSENTADORIA RURAL. TAMANHO DA PROPRIEDADE NÃO DESCARACTERIZA, POR SI SÓ, O REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. COMPROVAÇÃO DO LABOR RURAL. CERTIDÃO DE CASAMENTO E CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO POR PROVA TESTEMUNHAL. (...) 4. Não se deve aplicar rigor excessivo na comprovação da atividade rurícula, para fins de aposentadoria, sob pena de tornar-se infactível, em face das peculiaridades que envolvem o Trabalhador do campo. (...) Na hipótese dos autos, conforme

delineado pelo Juízo de 1ª instância, a autora logrou comprovar o labor rural com base em prova material (no caso, a Certidão de Casamento em que consta a condição de trabalhador rural do marido da autora e as Certidões de Nascimento de seus filhos, com o registro de sua profissão de lavradora), complementada por prova testemunhal.8. Recurso Especial conhecido em parte e, nessa extensão, parcialmente provido, para julgar procedente o pedido inicial e restabelecer a SENTENÇA em todos os seus termos. (REsp 980.065/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 20/11/2007, DJ 17/12/2007 p. 340) Com efeito, o verbete da Súmula 149 do STJ dispõe que a prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário. Corolário da exigência de "início" é que não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício, bastando que o conjunto probatório permita ao julgador, formar convicção acerca da efetiva prestação laboral rurícola. Como início de prova material da sua condição de segurada especial, a autora fez juntar aos autos, com a inicial, dentre outros documentos: Título Definitivo em nome do esposo da autora (fls. 23); Identificação e Classificação de Parceleiros, emitida em 02/02/1975 (fls. 24); Histórico escolar em nome da filha da autora, anos 1981, 1982 e 1983 (fls. 26 e 28);Certidão comprovando o assentamento no imóvel rural em 02/02/1975 (fls. 27); Declaração de Orlando Ribeiro afirmando que a autora e seu esposo trabalharam em seu imóvel rural no período de 1992 a 1998 (fls. 30); Declaração de Maria dos Santos Silva e Joaquim Inácio da Silva afirmando que a autora e seu esposo trabalharam em seu imóvel rural no período de 1998 a 2000 (fls. 32); Contrato de comodato de 2004 (fls. 34); Comprovante do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Mirante da Serra, de 2004 (fls. 36); Declaração da EMATER, afirmando que em 2002 o casal foi assistido pelo Órgão (fls. 37); Cadastro – Farmácia e Drogaria Betel de 2001 (fls. 38); Contrato de comodato entre Mauro César Almeida Passos e a autora e seu esposo – 2008 (fls. 39/40); Declaração de residência firmada pelo pastor da igreja em 2008 (fls. 45); Cadastro na Farmácia Santa Luzia Ltda – ME, feito em 2007 (fls. 46). Depoimento das testemunhas ouvidas (fls. 117), também corroboram a afirmação da qualidade de segurada especial. Assim, não resta qualquer dúvida que a autora realmente é ou era trabalhadora rural, porquanto vem demonstrada nos autos por início de prova documental corroborada pela prova testemunhal, segundo exige o art. 55, § 3º, da Lei 8.213/91 e contemporânea aos fatos, conforme regra contida no art. 62, do Decreto 3.048/99. Quanto ao requisito relativo à prova do exercício da atividade rural em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, correspondente ao período de carência de 174 meses, ou seja, 14 anos e 6 meses, entendo da mesma forma comprovado. As testemunhas arroladas pelo autor corroboraram a afirmativa de que este sempre trabalhou na lavoura em regime de economia familiar, tendo declarado: Levindo Ribeiro de Araújo (fls. 117) "...conhece a autora desde 1984 do município de Colorado do Oeste. Que lá eles tinham um sítio. Que eles vieram para 1985 para Mirante da Serra, mas compraram uma terra em Jaru e moraram por um tempo lá, sendo que inclusive eu mesmo residi na terra. Que venderam a terra e vieram para a Linha 81, em Mirante da Serra, para trabalharem no sítio do Sr. Orlando, onde plantavam lavoura branca. Posteriormente trabalharam no sítio do Sr. Joaquim. Então foram para a Linha 200, trabalhar para o Sr. César, estando neste local até hoje, onde também plantam lavoura branca." Geraldo Luiz Vieira (fls. 117) "... conheceu a autora e seu esposo em 1992 em Mirante da Serra, na propriedade do Sr. Orlando, onde ficaram de 1992/1998, sendo que posteriormente foram para a propriedade do Sr. Joaquim, nas proximidades, e depois foram morar na Linha 200, na propriedade do Sr. César. Naspropriedades do Joaquim e do Orlando sabe que plantavam lavoura branca, mas não pode esclarecer nada em relação à propriedade do Sr. César. ... sabe que recebiam uma porcentagem da colheita. ... sabe que a testemunha Josemar também chegou em Rondônia em 1984 e também conheceu a autora e seu esposo a partir de 1992." Assim, tenho que há início de prova material, corroborada pela testemunhal, suficiente para reconhecer a qualidade de segurado especial da autora. Em se tratando de segurado especial prevê a lei em seu ar. 39, I, a concessão do referido benefício no valor de 01 (um) salário mínimo, dada a comprovação da atividade rural no período de carência e à ausência de provas quanto ao recolhimento de contribuições no respectivo período. Outrossim, a condenação será devida a partir da citação, quando se perfaz a relação processual, e não da data que completou 55 anos, pois inexistiu pedido administrativo de aposentadoria por idade ou, se existiu, não foi mencionado nos autos. Nesse sentido, os julgados seguintes: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE RURAL COMPROVADA POR PROVA MATERIAL PLENA E POR PROVA TESTEMUNHAL BASEADA EM INÍCIO DE PROVA DOCUMENTAL. REQUISITOS COMPROVADOS. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR REJEITADA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. JUROS DE MORA. VERBA HONORÁRIA. 1. A falta de postulação administrativa não impede a propositura de ação visando à obtenção de benefício previdenciário. Precedente do STJ. Preliminar afastada. 2. Comprovada a condição de trabalhador rural, em regime de economia familiar, por prova testemunhal baseada em início de prova documental, na forma do art. 39, I, da Lei nº 8.213/91, e a idade superior a 60 anos, o segurado tem direito à aposentadoria por idade. 3. O registro de emprego lançado na CTPS do suplicante é documento hábil à comprovação do exercício de atividade rural, nos termos do art. 106, I, da Lei nº 8.213/91, constituindo prova plena da sua condição de rurícola. 4. Este Tribunal tem decidido em reiterados pronunciamentos que, não havendo requerimento administrativo, o benefício deve ser contado a partir da citação. 5. A Primeira Seção da Corte firmou entendimento majoritário no sentido de que os juros de mora são devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (TRF 1ª Região, 1ª Seção, AR nº 2002.01.00.020011-0/MG, j. de 7.10.2003). 6. Os honorários advocatícios devem incidir apenas sobre as parcelas vencidas até a publicação da SENTENÇA . 7. Apelação e remessa oficial, tida por interposta, a que se dá parcial provimento. (AC 2004.01.99.011312-0/MG, Rel. Desembargador Federal Antonio Savio De Oliveira Chaves, Primeira Turma, DJ de 27/09/2004, p.53). PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. EMENDA A INICIAL. EXIGÊNCIA DE INDICAÇÃO DE EMPREGADORES E PERÍODOS TRABALHADOS. COMPROVAÇÃO CABAL DAS ALEGAÇÕES INICIAIS. PRINCÍPIO PRO MISERO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO . IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA ANULADA. ART. 515, § 3º, CPC. INSTRUÇÃO COMPLETA. JULGAMENTO NO MÉRITO . INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA

MATERIAL. COMPLEMENTAÇÃO POR PROVA TESTEMUNHAL. ART. 106, DA LEI Nº. 8.213/91. ROL EXEMPLIFICATIVO. RECONHECIMENTO. IDADE MÍNIMA. TERMO INICIAL DA CONCESSÃO DOBENEFÍCIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS MORATÓRIOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS. 1. Tratando-se de ação previdenciária, objetivando benefício previdenciário de trabalhador (a) rural, deve-se homenagear o princípio do pro misero, afigurando-se desarrazoada a determinação judicial de indicação de todos os empregadores do (a) trabalhador (a) rural, com o respectivo período de labor rural, principalmente porque a comprovação do necessário tempo de serviço rural deve se dar, também, por meio de prova testemunhal. 2. Ademais, "a prova das alegações quanto ao fato constitutivo do direito em que se funda a ação é ônus da parte, não sendo lícito ao juízo compelir o autor a produzi-la com a inicial, senão no tocante aos documentos indispensáveis à propositura da ação, hipótese estranha a dos autos, sendo certo que a prova do exercício de atividade rural diz com o próprio MÉRITO da demanda, e não com as condições de exercício da ação." (AG 96.01.14612-1/MG, Relator Des. Fed. Carlos Moreira Alves, DJ 25.11.2002.) 3. Exaurida a instrução, é desnecessário o retorno dos autos ao primeiro grau, devendo ser aplicado o disposto no artigo 515, § 3º, do CPC, com julgamento de MÉRITO da ação. 4. É pacífica a jurisprudência no sentido de que o rol do art. 106 da Lei 8.213/91 é meramente exemplificativo, sendo admissíveis, portanto, outros documentos hábeis à comprovação do exercício de atividade rural, além dos ali previstos. 5. Reconhecimento de tempo de serviço prestado na condição de trabalhador rural exige início razoável de prova material. É inadmissível prova exclusivamente testemunhal. 6. Estende-se à mulher a condição de rurícola do marido, indicada na certidão de registro civil de casamento realizado em 27.07.1962 (fl. 6). 7. Prova documental complementada pela prova testemunhal (fls. 38/40). 8. Devido o benefício em questão, a partir da citação, tendo em vista a ausência do prévio requerimento administrativo. 9. A correção monetária incide sobre o débito previdenciário, a partir do vencimento de cada prestação, nos termos da Lei n. 6.899, de 8 de abril de 1981, conforme Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal. 10. Os juros de mora de 1% a.m. devem ser contados da citação, no tocante às prestações a ela anteriores e da data do vencimento, para as posteriores, de acordo com entendimento pacífico desta Turma. 11. Esta Corte estabilizou o entendimento de que são devidos honorários na ordem de 10% sobre o valor da condenação, correspondente às parcelas vencidas até a assentada desse julgamento. 12. O INSS goza de isenção de custas nas causas ajuizadas na Justiça Estadual de Minas Gerais, por força do disposto no art.10, inciso I, da Lei estadual nº. 14.939, de 29 de dezembro de 2003, que revogou a Lei nº. 12.427, de 27 de dezembro de 1996, e por ser a apelante beneficiária da justiça gratuita. 13. Apelação provida para anular a SENTENÇA e, prosseguindo no julgamento do feito, conforme autorizado pelo § 3º do artigo 515 do Código de Processo Civil, julgar parcialmente procedente o pedido inicial. (AC 2009.01.99.032444-5/MG, Rel. Desembargador Federal Francisco De Assis Betti, Segunda Turma,e-DJF1 p.108 de 08/10/2009) PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. REMESSA TIDA POR INTERPOSTA. PENSÃO POR MORTE. ERRO MATERIAL. FALECIMENTO COMPANHEIRO. TRABALHADOR RURAL. TERMO A QUO. CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. VERBA HONORÁRIA. CUSTAS. 1. Porquanto de valor incerto a condenação contida no comando sentencial, inaplicável à espécie a regra constante no § 2º do art. 475 do CPC.2. A ação foi intentada por Maria José Alves da Silva, porém, quando da concessão do pedido o magistrado de primeiro grau indicou Maria dos Santos Pereira como beneficiária de aposentadoria por morte. Assim, diante da qualificação realizada na própria SENTENÇA, coincidente com todos os pontos da presente demanda, deve ser corrigido o nome da beneficiária da pensão por morte pleiteada na peça inicial, esclarecendo que o benefício concedido no decisum recorrido é o de pensão por morte para Maria José Alves da Silva. 3. É assegurada a pensão por morte à viúva de trabalhador rural, que em decorrência de presunção legal é dependente previdenciária, nos termos da lei de regência. 4. Comprovada a condição de rurícola do instituidor da pensão ao falecer, segurado especial, por início razoável de prova material, confirmada por testemunhas, assiste a sua esposa o direito ao benefício. (art. 55, § 3º da Lei 8.213/91), nos termos do art. 39, I, da Lei 8.213/91. 5. Atendidos os requisitos indispensáveis à concessão do benefício previdenciário -, é devido o benefício de pensão por morte (art. 74, da Lei 8.213/91). 6. Ante a ausênciade requerimento administrativo, o termo inicial do benefício deve ser contado da data da citação. 7. Correção monetária aplicada nos termos da Lei n° 6.899/81, observando-se os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal, incidindo desde o momento em que cada prestação se tornou devida. 8. Juros de mora mantidos em 1% ao mês, a partir da citação, quanto às prestações a ela anteriores, em sendo o caso, e da data dos respectivos vencimentos no tocante às posteriormente vencidas. 9. Verba honorária mantida em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, incidindo somente sobre as parcelas vencidas até o momento da prolação da SENTENÇA (Súmula 111/STJ). 10. Apelação desprovida. 11. Remessa oficial, tida por interposta, parcialmente provida. (AC 2008.01.99.058276-7/MG, Rel. Desembargadora Federal Neuza Maria Alves Da Silva, Segunda Turma,e-DJF1 p.297 de 02/07/2009) PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADORA RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. PROVA DOCUMENTAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DATA DA CITAÇÃO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA . VERBA HONORÁRIA. REDUÇÃO PARA 10% SOBRE AS PARCELAS EM ATRASO. SÚMULA Nº 111, DO STJ. 1. Comprovado o exercício de atividade rural, na qualidade de segurado especial, em período igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício, conforme tabela progressiva do art. 142 da Lei 8.213/91, e a idade mínima exigida (60 ou 55 anos, se homem ou mulher, respectivamente), devida a aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, nos termos do art. 39, I da Lei 8.213/91. 2. Prova documental corroborada por testemunhas, de que a autora exerceu atividade rural, contando, à época do pedido, com mais de 55 (cinqüenta e cinco) anos de idade. 3. A aposentadoria será devida a partir da data do requerimento administrativo (Lei n. 8.213/1.991, em seu artigo 49, I, b). À mingua de requerimento administrativo, o termo inicial é a data da citação. Precedentes. 4. A correção monetária é devida nos termos da Lei 6.899/1.981, a partir do vencimento de cada parcela (Súmulas 43 e 148 do STJ). 5. Os juros de mora são devidos à razão de 1% ao mês, a partir da citação, considerada a natureza alimentar da dívida. Precedentes. 6. Em ações de natureza previdenciária, os honorários advocatícios devem ser

fixados em10% (dez por cento) sobre as parcelas em atraso, nos termos da Súmula 111 do STJ, e do art. 20, § 4º, do CPC. 7. Apelação e remessa oficial parcialmente providas, para reduzir o percentual da verba honorária. (AC 2007.01.99.019488-1/MG, Rel. Desembargador Federal Carlos Olavo, Primeira Turma,e-DJF1 p.81 de 03/02/2009) DISPOSITIVO Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por MARIA DA PENHA PEREIRA em face de INSS – INSTITUTO DE SEGURO SOCIAL para: 1- DETERMINAR que o INSS estabeleça, independente do trânsito em julgado, o benefício de aposentadoria por idade, nos termos da antecipação de tutela acima deferida; 2- CONDENAR o INSS a conceder-lhe o benefício previdenciário consistente na aposentadoria por idade na condição de trabalhadora rural no valor de 01 (um) salário mínimo mensal, inclusive com abono natalino, com efeito retroativo à data da citação (17/10/2012 – fl. 97), acrescidos de juros legais e correção monetária, cujo valor líquido deve ser apurado mediante aplicação de simples cálculo aritmético, atualizado na forma do art. 1º-F da Lei n. 9494/97. 3- CONDENAR o réu no pagamento de honorários advocatícios que arbitro em 10% das parcelas vencidas (Súmula 111 do STJ). O réu não está sujeito ao pagamento de custas nos termos do art. 3º da Lei n. 301/90. Encerro esta fase processual com resolução do MÉRITO nos termos do art. 269, I, do CPC. Sem reexame necessário, em razão do valor da condenação (art. 475, §2º, CPC). SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se. Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0003418-91.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ivonaldo Custódio de Souza
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (RO 4760)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos.IVONALDO CUSTÓDIO DE SOUZA, já qualificada, ingressou com a presente ação previdenciária face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS, pleiteando a concessão do benefício de auxílio-doença, alegando estar inapto para o trabalho, vez que seria acometido de quadro de instabilidade em ombro direito, ruptura total do supra espinhal com fratura do tuberosidade maior do úmero, preenchendo os requisitos para a mantença do benefício. Juntou documentos.Requereu a antecipação dos efeitos da tutela para restabelecimento do auxílio-doença.É, em síntese, o RELATÓRIO . Fundamento e DECIDO.O autor requereu, de forma liminar, a antecipação dos efeitos da tutela para que lhe concedesse o benefício de auxílio-doença, pois está inapto para exercício de seu labor, juntado documentos para a comprovação.Verifico nos laudos médicos apresentados pelo autor (fls. 38/39) que o mesmo está acometido de quadro de instabilidade em ombro direito, ruptura total do supra espinhal com fratura do tuberosidade maior do úmero, sugerindo incapacidade para o trabalho. Os laudos são desde o ano de 2010, sendo um mais recente de abril de 2013. Além disso, há menção nos referidos laudos que o autor teria sido encaminhado para tratamento fora do domicílio, mas não conseguiu que se realizasse.Quanto à sua qualidade de segurado do INSS, reputo ser verossímil a alegação em razão da documentação acostada à inicial, salientando o de fl. 35, lavrado pelo próprio INSS dando conta do indeferimento do benefício ao autor exclusivamente por entender não haver incapacidade laborativa, demonstrando que o demandante detinha qualidade de segurado, a qual até a data da propositura da presente ação, a priori, não perdeu.O perigo de dano irreparável ou de difícil reparação é inconteste, na medida em que as verbas pretendidas têm caráter alimentar e como tal não podem aguardar o deslinde do feito para que haja o pagamento, sob pena de comprometer a dignidade e a própria subsistência do autor.Posto isso, analisando os documentos trazidos pelo autor até o momento, reputo verossímil suas alegações, com base em provas inequívocas de que o autor está incapacitado para o trabalho, e preenchidos os requisitos para a concessão do benefício em caráter de tutela antecipada, CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, para determinar ao réu, sob as penas da lei, que implante imediatamente o benefício de auxílio-doença.Intime-se o representante do INSS para proceder, no prazo de 30 dias, à implementação do benefício de auxílio doença, sob pena de sua conduta ser considerada ato atentatório ao exercício da jurisdição, com aplicação de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) ao patamar de R$ 3.000,00 (três mil reais), sem desconsiderar outras penalidades de natureza administrativa e criminal, nos termos do art. 14, parágrafo único do CPC. Intime-se, via fax ou e-mail a ADJ, em Porto Velho.Encaminhe-se no expediente cópia da presente DECISÃO, bem como os documentos pessoais do autor. Intime-se a parte autora desta DECISÃO .No mais, defiro os benefícios da gratuidade judiciária (art. 12 da Lei n. 1.060/50).Processe-se pelo rito ordinário.Cite-se a parte requerida para, querendo, contestar a presente ação, no prazo legal e com as advertências legais. Após, intime-se a parte autora para manifestação. Prazo: 10 (dez) dias. Somente então, tornem conclusos.Expeça-se o necessário.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0002759-19.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Dilcinei Aparecida de Jesus
Advogado:Cleider Roberto da Rocha Dias . (RO 1783), Loana Carla dos Santos Marques (RO 2971), Sheilla dos Santos Marques (OAB/RO 5098)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Intime-se a parte autora para, em 20 dias, manifestar-se nos autos, apresentando comprovante do requerimento administrativo. Advirta-se que a inércia será interpretada como desistência e o feito será imediatamente extinto e arquivado.Ouro Preto do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0003688-18.2013.8.22.0004
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Exequente:Francisco Petarli da Rocha
Advogado:Pedro Riola dos Santos Júnior. (RO 2640)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
DESPACHO:
Junte-se aos autos cópia da SENTENÇA /acórdão cuja execução se propõe. Após:1. cite-se a Fazenda para no prazo de 10 dias, querendo opor embargos. (Art. 730);2. certificado o não oferecimento de embargos, requisite-se o pagamento (CPC, art. 730, I e II). Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0035198-25.2008.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Luzia Otênio
Advogado:Pedro Riola dos Santos Junior (OAB/AC 2195), Fernando Martins Gonçalves. (OAB/RO 834)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do INSS (RO 0000)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a informação da parte requerida de fl 87: (Informandoimplantação do beneficio)

Proc.: 0000698-54.2013.8.22.0004
Ação:Alvará Judicial
Requerente:Moacir Cassemiro Alves, Cleuza Pereira de Araujo Alves
Advogado:Loana Carla dos Santos Marques (RO 2971), Cleider Roberto da Rocha Dias . (RO 1783), Loana Carla dos Santos Marques (RO 2971), Cleider Roberto da Rocha Dias . (RO 1783)
DESPACHO:
Ante o flagrante descaso e inércia em cumprir a determinação judicial, remeta-se cópia integral do feito ao Ministério Público para que tome as medidas que entender cabíveis. Intimem-se os autores para requererem o que entenderem pertinente. Prazo: 15 dias.Ouro Preto do Oeste-RO, quinta-feira, 25 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0003779-79.2011.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nair Damasia de Lima
Advogado:Cleider Roberto da Rocha Dias . (RO 1783)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: “Certifico que não consta o cálculo elaborado, com as informações de RRA, para a expedição do PRV, conforme orientações da instrução normativa RFB n. 1.127””.

Proc.: 0003558-28.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vicente Gomes do Nascimento
Advogado:Robson Amaral Jacob (OAB/RO 3815), Marcos Donizetti Zani (OAB/RO 613), Camila Jacob do Nascimento Freitas (RO 5450)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos.VICENTE GOMES DO NASCIMENTO, já qualificado, ingressou com a presente ação previdenciária face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS, pleiteando o restabelecimento de auxílio doença com conversão em aposentadoria por invalidez, alegando estar inapto para o trabalho, vez que possui enfermidades indicadas no laudo de fl. 39, preenchendo os requisitos para a mantença do benefício. Juntou documentos.Requereu a antecipação dos efeitos da tutela para restabelecimento do auxílio-doença.É, em síntese, o RELATÓRIO . Fundamento e DECIDO.O autor requereu, de forma liminar, a antecipação dos efeitos da tutela para que lhe concedesse o restabelecimento do auxílio doença, pois está inapto para exercício de seu labor, juntado documentos para a comprovação.Verifico nos laudos médicos apresentados pelo autor, especialmente os de fls. 11/12, que o autor possui discopatia degenerativa L2-L3, L5-S1, litíase renal a direita?, sugerindo a necessidade de afastamento do trabalho.Quanto à sua qualidade de segurado especial do INSS, reputo ser verossímil a alegação em razão da documentação acostada à inicial, salientando que o autor chegou a receber auxílio doença, tendo este sido interrompido em razão do fato de não ter a autarquia constatado incapacidade laborativa, nada mencionando a respeito da condição de segurado. Logo, tal condição até a data da propositura da presente ação, a priori, o autor não perdeu.O perigo de dano irreparável ou de difícil reparação é facilmente constatado, porquanto a verba pleiteada tem caráter eminentemente alimentar.Posto isso, analisando os documentos trazidos pelo autor até o momento, reputo verossímil suas alegações, com base em provas inequívocas de que o autor está incapacitado para o trabalho, e preenchidos os requisitos para a concessão do benefício em caráter de tutela antecipada, CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, para determinar ao réu, sob as penas da lei, que restabeleça imediatamente o benefício de auxílio-doença.Intime-se o representante do INSS para proceder, no prazo de 30 dias, ao restabelecimento do benefício, sob pena de sua conduta ser considerada ato atentatório ao exercício da jurisdição, com aplicação de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) ao patamar de R$ 3.000,00 (três mil reais), sem desconsiderar outras penalidades de natureza administrativa e criminal, nos termos do art. 14, parágrafo único do CPC. A penalidade é ora cominada, tendo em vista que a autarquia tem sido contumaz no descumprimento das ordens emanadas deste juízo.Encaminhe-se no expediente cópia da presente DECISÃO, bem como os documentos pessoais do autor à ADJ em Porto Velho.Intime-se a parte autora desta DECISÃO .No mais, defiro os benefícios da gratuidade judiciária (art. 12 da Lei n. 1.060/50).Processe-se pelo rito ordinário.Cite-se a parte requerida para, querendo, contestar a presente ação, no prazo legal e com as advertências legais. Após, intime-se a parte autora para manifestação. Prazo: 10 (dez) dias. Somente então, tornem conclusos.Expeça-se o necessárioOuro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0003618-98.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Teixeira Neves
Advogado:Nádia Aparecida Zani Abreu (OAB/RO 300B), Edemilson Evangelista de Abreu (RO 2792)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos.JOSÉ TEIXEIRA NEVES, já qualificado, ingressou com a presente ação previdenciária face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS, pleiteando o restabelecimento de auxílio doença, alegando estar inapto para o trabalho, vez que possui enfermidades na coluna, com quadro de dor lombar crônica, irradiando para MIE (las POS. MIE a 60º), RNM lombar demonstra hérnias discais L2/L3, L3/L4 e L5/S1C, preenchendo os requisitos para a mantença do benefício. Juntou documentos.Requereu a antecipação dos efeitos da tutela para restabelecimento do auxílio-doença.É,

em síntese, o RELATÓRIO . Fundamento e DECIDO.O autor requereu, de forma liminar, a antecipação dos efeitos da tutela para que lhe concedesse o restabelecimento do auxílio doença, pois está inapto para exercício de seu labor, juntado documentos para a comprovação.Verifico nos laudos médicos apresentados pelo autor, especialmente o de fl. 15, que o autor possui as enfermidades descritas na inicial, sendo que o médico ortopedista consignou que “do ponto de vista ortopédico não pode elvar pesos maiores que 10 kg por tempo indeterminado”. Quanto à sua qualidade de segurado especial do INSS, reputo ser verossímil a alegação em razão da documentação acostada à inicial, salientando que o autor chegou a receber auxílio doença, tendo este sido interrompido, sendo a causa o fato de não ter a autarquia constatado incapacidade laborativa, nada mencionando a respeito da condição de segurado. Logo, tal condição até a data da propositura da presente ação, a priori, o autor não perdeu.O perigo de dano irreparável ou de difícil reparação é facilmente constatado, porquanto a verba pleiteada tem caráter eminentemente alimentar.Posto isso, analisando os documentos trazidos pelo autor até o momento, reputo verossímil suas alegações, com base em provas inequívocas de que o autor está incapacitado para o trabalho, e preenchidos os requisitos para a concessão do benefício em caráter de tutela antecipada, CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, para determinar ao réu, sob as penas da lei, que restabeleça imediatamente o benefício de auxílio-doença.Intime-se o representante do INSS para proceder, no prazo de 30 dias, ao restabelecimento do benefício, sob pena de sua conduta ser considerada ato atentatório ao exercício da jurisdição, com aplicação de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) ao patamar de R$ 3.000,00 (três mil reais), sem desconsiderar outras penalidades de natureza administrativa e criminal, nos termos do art. 14, parágrafo único do CPC. A penalidade é ora cominada, tendo em vista que a autarquia tem sido contumaz no descumprimento das ordens emanadas deste juízo.Encaminhe-se no expediente cópia da presente DECISÃO, bem como os documentos pessoais do autor à ADJ em Porto Velho.Intime-se a parte autora desta DECISÃO .No mais, defiro PROVISORIAMENTE os benefícios da gratuidade judiciária (art. 12 da Lei n. 1.060/50).Processe-se pelo rito ordinário.Cite-se a parte requerida para, querendo, contestar a presente ação, no prazo legal e com as advertências legais. Após, intime-se a parte autora para manifestação. Prazo: 10 (dez) dias. Somente então, tornem conclusos.Expeça-se o necessárioOuro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0000108-14.2012.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:W J J Comércio de Deridvados de Petróleo Ltda
Advogado:Arthur Pires Martins Matos (RO 3524), Maurício Tadeu da Cruz (OAB/RO 3569)
Requerido:Gilberto da Silva Matos
Advogado:Advogado Não Informado
SENTENÇA:
Trata-se de Cumprimento de SENTENÇA proposta por W J J Comércio de Derivados de Petróleo Ltda em face de Gilberto da Silva Matos (fls. 03/05). Juntou documentos de fls. 07/19. O feito foi suspenso, sendo que do DESPACHO já constava a advertência de que o exequente deveria promover o andamento do processo até o fim do prazo, independentemente de nova intimação, sob pena de ser presumida a desistência da demanda, acarretando extinção e arquivamento imediatos. O exequente foi regularmente intimado do DESPACHO de fl. 40, quedando-se inerte, razão pela qual extingo este processo, nos termos do art. 267, inc. III, e §1º do Código de Processo Civil. Sem custas.P. R. I. Após arquivem-se, independentemente de trânsito em julgado.Ouro Preto do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0003408-47.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:M. C. C.
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460), Éder Miguel Caram (OAB/SP 296.412)
Requerido:M. C. de O.
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO:
Inviável a realização de audiência de conciliação, pois a autora reside em outro país.Cite-se, sob as advertências legais.Realize-se estudo social na residência onde a criança se encontra.Em seguida, vistas ao MP.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0034348-34.2009.8.22.0004
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Cia Itauleasing de Arrendamento Mercantil S/A
Advogado:Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519), Celso Marcon (OAB/ES 10990), Daguimar Lustosa N. Cavalcante (OAB/RO 4120)
Requerido:Roberto Mercedes Veras
Advogado:Advogado Não Informado
SENTENÇA:
Trata-se de Ação de Reintegração de Posse com Pedido de Liminar proposta por Jcia Itauleasing de Arrendamento Mercantil em face de Roberto Mercedes Veras (fls. 05/08). Juntou documentos de fls. 09/35. O feito foi suspenso, sendo que do DESPACHO já constava a advertência de que o exequente deveria promover o andamento do processo até o fim do prazo, independentemente de nova intimação, sob pena de ser presumida a desistência da demanda, acarretando extinção e arquivamento imediatos. O exequente foi regularmente intimado do DESPACHO de fl. 113, sendo, após, intimada pessoalmente a impulsionar o feito, quedando-se inerte, razão pela qual extingo este processo, nos termos do art. 267, inc. III, e §1º do Código de Processo Civil. Sem custas. P. R. I. Após arquivem-se, independentemente de trânsito em julgado.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0004191-10.2011.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Cardoso Jardim
Advogado:Esperendeus Ferreira de Pinho . (OAB/RO 1429)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a - Ceron Eletrobrás
Advogado:Paulo Rogério Barbosa Aguiar (OAB/RO 1723), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)

DESPACHO:
Chamo o feito à ordem. Verifico que o apelante juntou com seu recurso o comprovante de recolhimento do preparo.Intime-se o recorrido para ofertar contrarrazões no prazo legal.Transcorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia.Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0004796-53.2011.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eliane Martins Ribeiro
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: "Certifico que a SENTENÇA editada no presente feito, TRANSITOU EM JULGADO ".

Proc.: 0004397-24.2011.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Dimam Agropeças Distribuidora Ltda
Advogado:Arthur Pires Martins Matos (RO 3524)
Requerido:Luzinete Ferreira de Souza Me
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
SENTENÇA:
Trata-se de Cumprimento de SENTENÇA proposta por Dimam Agropeças Distribuidora Ltda em face de Luzinete Ferreira de Souza Me (fls. 03/06). Juntou documentos de fls. 07/20. O feito foi suspenso, sendo que do DESPACHO já constava a advertência de que o exequente deveria promover o andamento do processo até o fim do prazo, independentemente de nova intimação, sob pena de ser presumida a desistência da demanda, acarretando extinção e arquivamento imediatos. O exequente foi regularmente intimado do DESPACHO de fl. 39, quedando-se inerte, razão pela qual extingo este processo, nos termos do art. 267, inc. III, e §1º do Código de Processo Civil. Sem custas.P. R. I. Após arquivem-se, independentemente de trânsito em julgado.Ouro Preto do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0003416-24.2013.8.22.0004
Ação:Inventário
Requerente:Sonia de Souza Mendonca da Silva
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (RO 4760)
Inventariado:Espólio de José de Souza Mendonça, Espólio de Maria Xavier Mendonça
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO:
O pedido de recolhimento de custas ao final será analisado após prestadas as primeiras declarações. 1. Nomeio inventariante a Sra. SÔNIA DE SOUZA MENDONÇA DA SILVA, a qual deverá firmar compromisso em 05 (dias) dias e prestar as primeiras declarações nos 20 (vinte) dias subsequentes, sob pena de destituição do encargo. 2. Prestadas as primeiras declarações, cite-se a Fazenda Pública (via A.R.) e o Ministério Público, bem como os eventuais herdeiros não representados. 2.1 Em seguida, ao partidor para conferência. Caso haja necessidade de complementações, intime-se a inventariante para faze-lo em 20 dias, sob pena de destituição do encargo. 3. Concluídas as citações, de-se vistas às partes pelo prazo de 10 (dez) dias para se manifestarem quanto às primeiras declarações. 4. Havendo impugnação, voltem os autos conclusos. 5. Transcorrido o prazo in albis, vistas à Fazenda Pública, pelo prazo de 20 (vinte) dias, para que informe o juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações. 6. Não havendo concordância por parte dos herdeiros quanto ao valor indicado pela Fazenda Pública, expeça-se MANDADO de avaliação dos bens do espólio. 7. Apresentado o laudo de avaliação, vistas às partes pelo prazo comum de 10 (dez) dias para se manifestarem.8. Não havendo impugnações e concordando todos os herdeiros com o laudo de avaliação, intime-se a inventariante a prestar as últimas declarações, na forma do art. 1.011 do CPC.9. Após, vistas às partes pelo prazo comum de 10 (dez) dias e ao Ministério Público para manifestarem acerca das últimas declarações. 10. Em seguida, não havendo impugnação, proceda-se ao cálculo do imposto de transmissão, devendo a inventariante ser intimada a recolhe-lo ou complementar o recolhimento eventualmente já realizado, conforme o caso. 11. Após, venham os autos conclusos.12. Atente-se o cartório para o fato de que há interesse de incapaz a ser resguardado. Desta forma, o Ministério Público atuará no presente feito, devendo sempre ser cientificado das etapas do presente procedimento.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0000616-57.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Elena Ferreira Campos
Advogado:Thiago Freire da Silva . (RO 3653)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
SENTENÇA:
[...] DISPOSITIVO . Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTEo pedido inicial formulador por MARIA ELENA FERREIRA CAMPOS em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- INSS, com base no artigo 269, inciso I, do CPC, a fim de: CONDENAR o réu a restabelecer o benefício previdenciário consistente no auxílio-doença, desde a data da concessão da tutela antecipada (f. 35), a qual mantenho e confirmo, corrigindo-se monetariamente as parcelas vencidas na forma descrita no art. 1-F da Lei 9.494/97; 2) CONDENAR o réu no pagamento de honorários advocatícios à base de 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação, excluídas as prestações vencidas após a SENTENÇA (Súmula 111 – STJ). O réu é isento do pagamento de custas (art. 3º da Lei n. 301/90). Providencie o Cartório as diligências necessárias para o pagamento dos honorários do perito nomeado. SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimada a parte autora pelo Diário da Justiça. Intime-se pessoalmente a parte requerida . SENTENÇA sujeita ao reexame necessário, salvo se o total da condenação for inferior à 60 (sessenta) salários mínimos ou se o autor desistir do valor excedente à esse limite (na forma do art. 475 para. 2º do CPC). Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0003427-53.2013.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Maria Celeste Severo Viana
Advogado:Eronaldo Fernandes Nobre (OAB/RO 1041)
Executado:Pedro Barreto Leal
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO:
Emende-se a inicial a fim de trazer aos autos o endereço do requerido.Prazo de 10 dias, pena de indeferimento da inicial. Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0001197-38.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:L. B. da S. E. B. da S.
Advogado:Edemilson Evangelista de Abreu (RO 2792), Nádia Aparecida Zani Abreu (OAB/RO 300B), Edemilson Evangelista de Abreu (OAB/RO 2792)
Requerido:O. J. da S.
Advogado:Advogado Não Informado
Edital - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0004956-44.2012.8.22.0004
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
DE: JOSÉ CARLOS XAVIER DA SILVA, brasileiro, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CONTESTAR, no prazo de 15 (quinze) dias, a ação abaixo identificada, ficando desde já advertido que não sendo contestada a ação, presumir-se-á que o requerido aceita como verdadeiros os fatos articulados pelo autor em sua petição inicial.
Processo: 0004956-44.2012.822.0004
Vara: 2ª Vara Cível
Classe: Ordinário
Assunto: Reconhecimento / Dissolução
Parte Autora: Darli de Castro Oliveira
Advogado: Defensor Publico
Sede do Juízo: Fórum Jurista Teixeira de Freitas, Rua Café Filho nº 127, Bairro União, Ouro Preto do Oeste-RO, 76.920000 - Fax: (69)3461-3813, Fone: (69)3461-2050. Ouro Preto do Oeste, 29 de Julho de 2013. Bel.ª Jozilda da Silva Bezerra Diretora de Cartório assina por determinação judicial

Proc.: 0002887-05.2013.8.22.0004
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
DE: VALDIR PEREIRA SOUZA, brasileiro, nascido aos 25.04.51, natural de Bacabau-MA, filho de Manoel Severino Pereira e de Maria de Souza Pereira, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CONTESTAR, no prazo de 15 (quinze) dias, a ação abaixo identificada, ficando desde já advertido que não sendo contestada a ação, presumir-se-á que o requerido aceita como verdadeiros os fatos articulados pelo autor em sua petição inicial.
Processo: 0002887-05.2013.822.0004
Vara: 2ª Vara Cível
Classe: Divórcio Litigioso
Procedimento: Procedimento Regidos por Outros Códigos e Leis
Parte Autora: Josina Nilce Souza
Advogado: Erminio de Souza Melo
Sede do Juízo: Fórum Jurista Teixeira de Freitas, Rua Café Filho nº 127, Bairro União, Ouro Preto do Oeste-RO, 76.920000 - Fax: (69)3461-3813, Fone: (69)3461-2050. Ouro Preto do Oeste, 29 de Julho de 2013. Bel.ª Jozilda da Silva Bezerra Diretora de Cartório assina por determinação judicial

Proc.: 0002976-28.2013.8.22.0004
Ação:Monitória
Requerente:Fábio Saiter Me
Advogado:Joilson Santos de Almeida . (RO 3505)
Requerido:João Batista Krugel
Advogado:Advogado Não Informado
Certidão dos Correios:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do E.C.T de fls 20-vº "DESCONHECIDO", para fornecer o atual endereço da parte Requerida e/ou outro dado indispensável.

Proc.: 0002386-51.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Altina de Souza Aguiar
Advogado:Nádia Aparecida Zani Abreu (OAB/RO 300B), Edemilson Evangelista de Abreu (RO 2792)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
Petição ¿ Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl 96-97: (Informando implantação do beneficio)

Proc.: 0002386-51.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Altina de Souza Aguiar
Advogado:Nádia Aparecida Zani Abreu (OAB/RO 300B), Edemilson Evangelista de Abreu (RO 2792)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0004350-21.2009.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Luiz de Oliveira Risso
Advogado:Christina de Almeida Soares . (OAB/RO 2542)
Requerido:G A Águia de Ouro Transporte Ltda Me
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO:
Suspendo o feito até 01/08/2014, cabendo ao cartório certificar o julgamento dos autos. Intime-se.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0003581-71.2013.8.22.0004
Ação:Alvará Judicial
Requerente:Eunice Silva de Oliveira
Advogado:Ricardo Oliveira Junqueira (OAB/RO 4477), Ariane Maria Guarido Xavier (OAB/RO 3367)
DESPACHO:
Intime-se a autora para apresentar cópia da ficha no IDARON em nome do de cujus ou outro comprovante idôneo. Deve ainda, no mesmo prazo, informar se há herdeiro incapaz. Caso positivo, deve qualifica-lo. Prazo: 20 dias.Em seguida, vistas ao MP.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0002161-02.2011.8.22.0004
Ação:Execução de Alimentos
Requerente:G. da S. E.
Advogado:Gilson Souza Borges . (RO 1533)
Requerido:A. R. E.
SENTENÇA:
Trata-se de Execução de Alimentos proposta por G. da S. E. em face de A. R. E.
(fls. 03/05). Juntou documentos de fls. 14/18. O feito foi suspenso, sendo que do DESPACHO já constava a advertência de que o exequente deveria promover o andamento do processo até o fim do prazo, independentemente de nova intimação, sob pena de ser presumida a desistência da demanda, acarretando extinção e arquivamento imediatos. O exequente foi regularmente intimado do DESPACHO de fl. 48, quedando-se inerte, razão pela qual extingo este processo, nos termos do art. 267, inc. III, e §1º do Código de Processo Civil. Sem custas. P. R. I. Após arquivem-se, independentemente de trânsito em julgado.Ouro Preto do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0002330-52.2012.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Mercantil Nova Era Ltda
Advogado:Maria de Fatima Paiva da Costa (OAB/RO 3037), Mirtes Lemos Valverde (OAB/RO 2808)
Requerido:S.meneses & Menezes Ltda Me
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
SENTENÇA:
Trata-se de Cumprimento de SENTENÇA proposta por Mercantil Nova Era Ltda em face de S. Menezaes & Menezes Ltda ME (fls. 03/07). Juntou documentos de fls. 09/19.O feito foi suspenso, sendo que do DESPACHO já constava a advertência de que o exequente deveria promover o andamento do processo até o fim do prazo, independentemente de nova intimação, sob pena de ser presumida a desistência da demanda, acarretando extinção e arquivamento imediatos. O exequente foi regularmente intimado do DESPACHO de fl. 31, quedando-se inerte, razão pela qual extingo este processo, nos termos do art. 267, inc. III, e §1º do Código de Processo Civil. Sem custas.P. R. I. Após arquivem-se, independentemente de trânsito em julgado.Ouro Preto do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0000550-77.2012.8.22.0004
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:M. M. C.
Advogado:Maria Helena de Souza . (OAB/RO 3016)
Executado:C. O. C.
Advogado:Advogado Não Informado
SENTENÇA:
Trata-se de Execução de Alimentos proposta por M. M. C. em face de C. O. C (fls. 03/05). Juntou documentos de fls. 08/18 O feito foi suspenso, sendo que do DESPACHO já constava a advertência de que o exequente deveria promover o andamento do processo até o fim do prazo, independentemente de nova intimação, sob pena de ser presumida a desistência da demanda, acarretando extinção e arquivamento imediatos. O exequente foi regularmente intimado do DESPACHO de fl. 58, quedando-se inerte, razão pela qual extingo este processo, nos termos do art. 267, inc. III, e §1º do Código de Processo Civil. Sem custas. P. R. I. Após arquivem-se, independentemente de trânsito em julgado.Ouro Preto do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0004880-54.2011.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Roberto Marcelino
Advogado:Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (RO 2505)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
SENTENÇA:
[...].Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial por não estar provada a incapacidade ou impossibilidade de recuperação da autora.Custas e honorários pelo requerente. Arbitro honorários em R$ 600,00 (seiscentos reais), suspendo a cobrança da sucumbência, na forma do artigo 12 da Lei 1.060/50. Providencie o Cartório as diligências necessárias para o pagamento dos honorários do perito nomeado. P.R.I. Transitada em julgado, arquive-se.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0002230-97.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Terezinha da Cunha Barroso Machado
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460), Éder Miguel Caram (OAB/SP 296.412)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
SENTENÇA:
Terezinha da Cunha Barroso Machado, qualificada nos autos em epígrafe, ajuizou a presente Ação de Concessão de Benefício Previdenciário em face do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, consoante os fundamentos fáticos e jurídicos insertos na inicial. O requerido propôs a título de acordo a concessão de Pensão por Morte em favor da requerente, nos termos descritos na petição de fl. 67 e 67v, proposta esta que a requerente aceitou (fl. 69). POSTO ISTO, HOMOLOGO acordo formulado entre as partes à fl. 71, nos termos do art. 11, inc. VII, c/c o art. art. 39, inc. I; art. 48, §§ 1º e 2º; art. 55, § 3º e art. 143, todos da Lei n. 8.213/91, que será regido pelas cláusulas nele estabelecidas. Resolvo esta fase do processo, com base no art. 269, III do CPC. Sem custas. DECISÃO não sujeita a reexame necessário, eis que o valor da condenação não atinge 60 (sessenta) salários mínimos.P. R. I.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0003101-64.2011.8.22.0004
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:A. R. J. J. R. J.
Advogado:Gilson Souza Borges . (RO 1533)
Requerido:N. B. J. N. C. J.
Advogado:Roseleide Campos de Miranda (ES 14195),
DESPACHO:
Intime-se a requerida quanto aos dados bancários informados pelos requerentes.Uma vez certificado o trânsito em julgado da SENTENÇA, arquive-se.Ouro Preto do Oeste-RO, quinta-feira, 25 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0004992-86.2012.8.22.0004
Ação:Inventário
Requerente:Mirian Pereira do Nascimento Santos, José Alves, Aldino Aparecido do Nascimento, Antonio Plínio Buenos de Mattos
Advogado:Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (RO 2505)
Inventariado:Espólio de Josué Alves dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
SENTENÇA:
Trata-se de Ação de Inventário proposta por Mirian Pereira do Nascimento Santos e outros (fls. 03/08). Juntou documentos de fls. 10/44. O feito foi suspenso, sendo que do DESPACHO já constava a advertência de que o autor deveria promover o andamento do processo até o fim do prazo, independentemente de nova intimação, sob pena de ser presumida a desistência da demanda, acarretando extinção e arquivamento imediatos. O autor foi regularmente intimado do DESPACHO de fl. 48, quedando-se inerte, razão pela qual extingo este processo, nos termos do art. 267, inc. III, e §1º do Código de Processo Civil. Sem custas. P. R. I. Após arquivem-se, independentemente de trânsito em julgado.Ouro Preto do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0009912-11.2009.8.22.0004
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:L. F. G. H.
Advogado:Jack Douglas Gonçalves (RO 586), Sônia Maria dos Santos . (RO 3160), Jess José Gonçalves (RO 1739), Eronaldo Fernandes Nobre (OAB/RO 1041)
Executado:C. H. N.
Advogado:Advogado Não Informado
SENTENÇA:
Trata-se de Execução de Alimentos proposta por L. F. G. H. em face de C. H. N.
(fls. 03/07). Juntou documentos de fls. 09/33. O feito foi suspenso, sendo que do DESPACHO já constava a advertência de que o exequente deveria promover o andamento do processo até o fim do prazo, independentemente de nova intimação, sob pena de ser presumida a desistência da demanda, acarretando extinção e arquivamento imediatos. O exequente foi regularmente intimado do DESPACHO de fl. 147, quedando-se inerte, razão pela qual extingo este processo, nos termos do art. 267, inc. III, e §1º do Código de Processo Civil. Sem custas.P. R. I. Após arquivem-se, independentemente de trânsito em julgado.Ouro Preto do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0005553-81.2010.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria das Graças Braga Neto
Advogado:Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (RO 2505)
Requerido:Fernando Martins Gonçalves ., Pedro Riola dos Santos Júnior.
Advogado:Fernando Martins Gonçalves . (RO 834), Pedro Riola dos Santos Júnior. (RO 2640)
DESPACHO:
DESPACHO Vistos. Intime-se a parte autora para, em 20 dias, manifestar-se nos autos, dando prosseguimento ao feito. Advirta-se que a inércia será interpretada como desistência e o feito será imediatamente extinto e arquivado.Ouro Preto do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0003642-29.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Dioclécio Dalvi
Advogado:Cleider Roberto da Rocha Dias . (RO 1783), Loana Carla dos Santos Marques (RO 2971)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
DESPACHO:
Intime-se o causídico para apor sua assinatura na peça inaugural. Prazo: 10 dias, sob pena de indeferimento. Cumprido o acima determinado, cite-se para, querendo, contestar no prazo legal.Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0004133-07.2011.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ivani dos Santos Moitinho Meireles
Advogado:Sônia Cristina Arrabal (OAB/RO 1872), Maria Helena de Souza . (OAB/RO 3016)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
SENTENÇA:
[...] DISPOSITIVO . Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulador por IVANI DOS SANTOS MOITINHO MEIRELES em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- INSS, com base no art. 269, inc. I, do Código de Processo Civil, a fim de CONDENAR o réu a restabelecer o benefício previdenciário consistente no auxílio-doença, desde a cessação do benefício (02/06/2011), corrigindo-se monetariamente as parcelas vencidas na forma descrita no art. 1-F da Lei 9.494/97, limitando-se à data do cumprimento da antecipação de tutela quando do cálculo.Mantenho e confirmo a tutela antecipada já concedida em fls. 80.CONDENO, ainda, o réu no pagamento de honorários advocatícios à base de 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação, excluídas as prestações vencidas após a SENTENÇA (Súmula 111 ? STJ).O réu é isento do pagamento de custas (art. 3º da Lei n. 301/90).Providencie o Cartório o pagamento dos honorários da perícia médica. Descabido o reexame necessário em razão do disposto no § 2º do art. 475 do CPC, salvo se a somatória das parcelas vencidas e não pagas superar 60 salários mínimos. SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimação da parte autora pelo Diário da Justiça. Intime-se pessoalmente a requerida.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0001282-58.2012.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:E. N. M.
Advogado:Karla Divina Perilo (RO 4482)
Executado:C. D. S.
Advogado:Edson Antonio Sperandio (OAB/RO 3480)
DESPACHO:
Manifeste-se a requerente quanto a petição de f. 78/79. Desde já, designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 22 de agosto de 2013, às 10h00. Intimem-se. Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 15 de maio de 2013.Maximiliano Darcy David Deitos Juiz de Direito

Proc.: 0004698-68.2011.8.22.0004
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Nilson Locatelli, Marlene Alves da Silva Locatelli
Advogado:Marcos Donizetti Zani (OAB/RO 613), Robson Amaral Jacob (OAB/RO 3815), Marcos Donizetti Zani (OAB/RO 613), Robson Amaral Jacob (OAB/RO 3815)
Embargado:Claudineia Saraiva Silva
Advogado:Suéllem Carla Fernandes da Costa Escudero (OAB/RO 3475)
DESPACHO:
Tendo em vista que a Embargada não foi intimada pessoalmente, redesigno o ato para o dia 20 de agosto de 2013, às 12h00. Saem os presentes intimados. Expeça-se o necessário para realização do ato. Ouro Preto do Oeste-RO, 24 de junho de 2013. Maximiliano Darcy David Deitos Juiz de Direito

Belª Jozilda da Silva Bezerra
Diretora de Cartório

COMARCA DE PIMENTA BUENO

COLÉGIO RECURSAL

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0002525-22.2012.8.22.0009
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça
Denunciado:Alisson Henrique Martins, Jackson Gomes dos Santos
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 05 (cinco) dias
Intimação dos DENUNCIADOS ALISSON HENRIQUE MARTINS, vulgo "Grilo", brasileiro, nascido em 25/09/1990, filho de Leila Martins da Silva e Amauri Martins da Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido e JACKSON GOMES DOS SANTOS, VULGO "Chica", filho de Hilda Gomes dos Santos, nascido aos 21/06/1990, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Intimação dos denunciados para comparecerem à audiência de instrução/interrogatório marcada para o dia 29/08/13, às 11h 30min, a realizar-se na sala de audiências da 1ª Vara Criminal, sito a Rua Cassimiro de Abreu, n° 237, Centro, Pimenta Bueno/RO."

Maria Aparecida Pequeno da Colsta
Diretora de Cartório

COMARCA DE ROLIM DE MOURA

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0002877-40.2013.8.22.0010
Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Ortenila Valandro Ceccon
Advogado:Edson Luiz Rolim (OAB/RO 313A)
Requerido:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
DECISÃO:
Mantenho o comando retro (fl. 41), pois que, nada obstante haver sido demonstrada agora a necessidade dos remédios, as quarenta e oito horas decorridas da prescrição deles não consubstanciaria período suficiente a caracterizar descumprimento do dever ao qual alude o art. 196 da Carta Magna e, por consequência, e a permitir antecipação algum da tutela.Em termos diversos, faltaria aqui o fumus boni iuris, que exige o art. 273, do CPC, para o deferimento da medida urgente. Intime-se.Rolim de Moura-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0005956-61.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Gilmar Francisco dos Santos
Advogado:Não Informado ( )
Requerido:Junta Comercial do Estado de Rondônia - JUCER, Maria Rosa Nunes de Andrade, Valmor Nunes de Andrade, Edimar da Silva Santos
Advogados: Noel Nunes de Andrade (RO 1586), Amanda Aparecida Paula de Carvalho (RO 5710)
Intimação dos requeridos Maria Rosa Nunes de Andrade e Valmor Nunes de Andrade, na pessoa de seus procuradores, acerca da SENTENÇA de fls. 119, abaixo transcrita:
"Tendo em vista que nos Juizados Especiais não se fará citação por edital (Lei 9.099/95, art. 18, §2°) e à vista do resultado negativo das diligências para a citação do réu Edimar da Silva Santos (fls. 104 e 117), extingo o feito. Arquivem-se.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013."

Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz de Direito.

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rolim de Moura-RO
e-mail: rmm1criminal@tjro.jus.br

Proc.: 0002675-68.2010.8.22.0010
Ação: Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Wlademir Luiz Martinelli
Advogado: Ronny Ton Zanotelli (OAB/RO 1393)
FINALIDADE: Intimar o advogado acima mencionado da designação de julgamento do réu acima, pelo Tribunal do Júri no dia 16/10/2013, às 08h00min, nos autos supracitados. Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes, Juíza de Direito. Eu, Solange Aparecida Gonçalves, Diretora de Cartório, mandei lavrar o presente.

Solange Aparecida Gonçalves
Diretora de Cartório

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

2ª PUBLICAÇÃO
Proc.: 0001878-24.2012.8.22.0010
Ação:Interdição
Interditante:Welson Adame
Advogado:Defensor Público do Município de Rolim de Moura ( )
Interditado:Magali Rosa Adame
Advogado:Defensor Público do Município de Rolim de Moura ( )
Edital - Publicar:
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO: 30 dias
De: TERCEIROS E INTERESSADOS
FINALIDADE: Notificar eventuais terceiros e interessados acerca da interdição de Magali Rosa Adame, brasileira, solteira, do lar, portadora da RG n. 46.958.486-5 - SSP/SP, inscrita no CPF (MF) sob o n. 354.678.148-18, filha de Welson Adame e Maria Rosa Adame, residente e domiciliado(a) no(a) Linha 168, Km 02, lado sul, Zona Rural, Rolim de Moura/RO, portador(a) da Certidão de Nascimento N. 164.586, Livro A-255, fls. 202, do Cartório do Registro Civil de São Bernardo do Campo/SP, por ser absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, sendo-lhe nomeado(a) curador(a) o(a) Sr(a) Welson Adame, brasileiro, casado, lavrador, portador da RG n. 13.288.265-6 - SSP/SP e do CPF(MF) n. 689.782.788-68, residente e domiciliado à Linha 168, Km 02, lado sul, Rolim de Moura-RO.. Tudo em conformidade com a SENTENÇA de fls. 21/23, abaixo transcrita.
N. do processo0001878-24.2012.8.22.0010
Classe/AçãoInterdição
InterditanteWelson Adame
Advogado(s)Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Interditando(a)Magali Rosa Adame
Advogado(s)Denfensor Público
SENTENÇA: "ISSO POSTO, nos termos do art. 3º, II, c/c o art. 1.767, I, ambos do Código Civil, e para regularizaruma situação de fato instalada, ACOLHO a pretensão deduzida na inicial e, como consequência,DECLARO a curatelada MAGALI ROSA ADAME absolutamente incapaz de exercer os atos da vidacivil. Logo, decreto-lhe a interdição.Nomeio curador do interdito o seu pai, WELSON ADAME.Esta SENTENÇA produz efeitos desde logo, ainda que sujeita a recurso.O exercício da curatela deverá obedecer ao disposto no art. 1.781, c/c o art. art. 1.740 e seguintes,todos do Código Civil.Nos termos do art. 1.778 do Código Civil, a autoridade dos curadores estende-se à pessoa e aos bensdos filhos incapazes do interdito.Resolvo a demanda com análise de MÉRITO, nos termos do art. 269, I, do CPC.Em atenção ao disposto no art. 1.184 do CPC, expeça-se MANDADO para inscrição desta SENTENÇA noRegistro de Pessoas Naturais.Publique-se esta DECISÃO no órgão oficial por três vezes, com intervalo de 10 dias, constando do editalo nome do(a) interdito(a) e do(a)s curador(a)es MAGALI ROSA ADAME e WELON ADAME, bemassim a causa da interdição e os limites da curatela.Nos termos do art. 1.772 do CC, pronuncio a interdição plena do interdito, sem limites. Ao curadorincumbe cuidar de todos os negócios ou bens do incapaz, sobretudo de sua saúde.Aplicam-se à curatela as disposições concernentes à tutela, com as alterações de estilo.Havendo meio de recuperar a interdita, o curador promover-lhe-á o tratamento em estabelecimentoapropriado.SIRVA-SE ESTA SENTENÇA COMO TERMO DE INTERDIÇÃO E CURATELA.Expeça-se MANDADO de registro/averbação/inscrição dirigido ao local de nascimento da ré.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 18 de dezembro de 2012. Leonardo Leite Mattos e SouzaJuiz de Direito"
Rolim de Moura, RO, 26 de Julho de 2013.
(a) Leonardo Leite Mattos e Souza
Juiz de Direito

Proc.: 0001148-76.2013.8.22.0010
Ação:Carta precatória (Área Família)
Exequente:D. H. dos S.
Advogado:Thiago Fuzari Borges (OAB/RO 5091)
Executado:R. dos S.
Advogado:Advogado Não Informado
FINALIDADE: Intimação da parte autora, através de seus(s) advogado(s), para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca da penhora realizada nos autos, bem como, da certidão da escrivania adiante transcrita: "Certifico e dou fé que decorreu "in albis" o prazo para embargos"

Proc.: 0003999-25.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Buzzo e Buzzo Ltda Me, Valtair Carlos Buzzo
Advogado:Luzinete Marciana da Cruz (RO 2813)
Requerido:Rogério Mota
Advogado:Paulo César de Camargo (RO 4345)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0089529-07.2006.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Elias Malek Hanna, Júlio César Pedroso
Advogado:Júlio César Pettarin Sicheroli (OAB/RO 2299)
Requerido:Nelson Manoel de Andrade, Banco Bradesco S/A, Banco da Amazônia S/A - BASA

Advogado:Roberta de Oliveira Lima Paes (OAB/RO 1568), Nivaldo Vieira de Melo (RO 257-A), Júlio César Pettarim Sicheroli (OAB/RO 2299), Elias Malek Hanna (OAB/RO 356-B), Monamares Gomes Grossi (OAB/RO 903)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face a juntada de comprovante de levantamento de alvará judicial.

Proc.: 0004465-53.2011.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Agropeças - Comércio de Peças Ltda ME
Advogado:Arthur Pires Martins Matos (RO 3524)
Requerido:Lider Construções e Terraplanagem Ltda.
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face a juntada de Ofícios informando a inexistência de créditos e imóveis registrados em nome da parte requerida.

Proc.: 0002021-76.2013.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Sueli Marcon
Advogado:Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433)
Executado:Osvaldo Nunes do Couto
Advogado:Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face a juntada de petição do executado nomeando bens à penhora.

Proc.: 0000710-50.2013.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:M. Andrade dos Santos & Cia Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (RO 2504)
Executado:Aurelio Agustinho Michels Primaz Junior
Advogado:Não Informado ( )
Certidão do Oficial de Justiça:I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 16-v, adiante transcrita: Certifico que, em cumprimento ao r. MANDADO, expedido por ordem do MM. Juiz de Direito desta comarca, diligenciei no endereço indicado contudo não encontrei o requerido; atuais moradores não souberam informar do paradeiro daquele, obtive informação junto ao Sr. Marcelo Primaz Michels (residente na Av. Porto Velho, n. 4914), o qual afirmou ser tio do requerido, que este mudou em agosto/2012 para o estado de Santa Catarina, sem deixar endereço, razão porque DEIXEI de CITAR o requerido Aurelio Augustinho M. P. Junior, e por não localizar bens deste DEIXEI de proceder ao Arresto".

Proc.: 0074411-20.2008.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:V M R Auto Posto Ltda Me
Advogado:Arthur Paulo de Lima (OAB/RO 1669)
Executado:Clovis Santo Borella
Advogado:Advogado Não Informado
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a manifestar prosseguimento no feito, face a devolução da carta precatória devidamente cumprida.

Proc.: 0005935-22.2011.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/A
Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
Executado:Valdemar Gomes Martins
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 34-v, adiante transcrita: "Certifico e dou fé que, em cumprimento ao MANDADO do MM. Juiz de Direito, efetuei diligencia no local indicado(Av. Espirito Santo, 4916) e aí o executado Valdemar Gomes Martins não foi encontrado, solicitei informações e fui informado pela Sra. Rosalina Martins que desconhece o executado e ainda a informante declarou que reside no local indicado a 03 anos, pelo que, deixei de proceder a devida citação e também deixei de proceder ao arresto de bens pelo motivo que nada foi encontrada em nome do devedor."

Proc.: 0024981-07.2005.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Sugifer Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Eloir Candioto Rosa (OAB/RO 4355)
Executado:Luiz Carlos Pilonetto, Osni Ortiz
Advogado:Airton Pereira de Araújo (RO 243), Cristóvam Coelho Carneiro (RO 115), Airton Pereira de Araújo (RO 243), Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 145-v, adiante trancrita: "Certifico e dou fé que, em cumprimento ao MANDADO do MM. Juiz de Direito, efetuei diligencia e aí não foi encontrado os bens indicados para penhora e também nenhum outro bem do executado, e, também não foi encontrado o executado Osnir Ortiz, solicitei informações no local e fui informado que o executado mudou, sendo que não obtive nenhuma informação sobre o paradeiro do mesmo, pelo que, deixei de proceder a devida penhora."

Proc.: 0001451-90.2013.8.22.0010
Ação:Carta Precatória (Cível)
Exequente:Cooperativa de Crédito do Centro Sul Rondoniense Sicoob Credip
Advogado:Noel Nunes de Andrade (RO 1586), Eder Timótio Pereira Bastos (RO 2930)
Executado:Simone Souza e Silva de Lima, Lourival de Souza e Silva, Amazonas Tropicanas Comercio Atacadista Ltda Me
Advogado:Advogado Não Informado
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o arresto, bem como sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 08-v, adiante transcrita: "Certifico que em cumprimento ao respeitável retro MANDADO do MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível, diligenciei-me a rua Corumbiara 5095 e lá estando, constatei

que a Empresa executada: Amazonas Tropicanas Comércio Atacadista Ltda, encerrou suas atividades Comerciais naquele local, atualmente se encontra sediada no endereço uma Clinica Veterinária. Em ato contínuo, dirigi-me a rua Guaporé, 3716, encontrei a casa Fechada, sem nenhum vestígios de pessoa, sendo informado pelo vizinhos que a mesma foi para os estado Unidos. Portanto, deixei de Citá-los. E estandoos em lugar incerto e não sabido, procedi o arresto do imóvel registrado em nome da executada: Simone Souza e Silva de Lima, conforme auto lavrado em anexo."

Proc.: 0000665-46.2013.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:M. Andrade dos Santos & Cia Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (RO 2504)
Executado:Andreia Ribeiro de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão do Oficial de Justiça:I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 16-v, a seguir transcrita: " Certifico que em cumprimento ao respeitável retro MANDADO do MM. Juiz de Direito desta Comarca, diligenciei-me ao endereço fornecido e lá estando, Citei a executada: Andreia Ribeiro de Oliveira, RG 976099-RO, para tomar conhecimento de todos os termos da presente ação, ficando bem ciente, recebeu a contrafé em seguida exarou sua assinatura. Certifico ainda, que deixei de proceder a penhora, face não encontrar bens para garantir a execução. Em ato contínuo, relacionei os bens que guarnecem a residencia: fogão, botija de gás, mesa com cadeiras, armário para louças, um balcão com pia, geladeira, TV, cama casal com colchão, cama solteiro com colchão, guarda roupas, ventiladores e máquina lavar roupas(tanquinho) e utensílios."

Proc.: 0001303-79.2013.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo
Advogado:Ellen Laura Leite Mungo (MT 10.604)
Executado:João Carlos da Costa
Advogado:Daniel Redivo (OAB/RO 3181)
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls. 42/44 nomeando bens à penhora.

Proc.: 0001201-57.2013.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco de Lage Landen Financial Services Brasil S/a
Advogado:Joaquim Felipe Spadoni (OAB/MT 6197)
Executado:Ismael de Freitas Farias, Terezinha Lucenilda da Silva Souza Faria
Advogado:Sílvio Vieira Lopes (OAB/RO 72B), Advogado Não Informado (000)
FINALIDADE: 1) Intimação da parte autora, através de seu(s) advogado(s), para se manifestar no prazo de 5 dias, acerca da petição da parte requerida nomeando bem(s) à penhora; 2) Intimação da parte requerida da juntada de petição do autor requerendo a juntada de matrícula do imóvel averbada nos termos do art. 615-a do CPC.

Proc.: 0004545-80.2012.8.22.0010
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:S. A. C. de V. L.
Advogado:Anderson Adriano da Silva (OAB/RO 3331)
Embargado:B. B. S.
Advogado:Nara Lima Carvalho (SSP/RO 5416), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0044884-86.2009.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:A Natural Colors Ltda
Advogado:Eloir Candioto Rosa (OAB/RO 4355)
Executado:Wilvis Carlos de Almeida
Advogado:Não Informado (xx)
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida parcialmente cumprida.

Proc.: 0041721-45.2002.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Auto Posto Fortaleza Ltda
Advogado:Edson Luiz Rolim (OAB/RO 313A)
Executado:José Arnaldo de Arruda
Advogado:Advogado não informado
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida sem cumprimento face a não localização do executado.

Proc.: 0004975-32.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Durvalino Teodoro Gomes Me
Advogado:José Renato Mota (OAB/RO 1485)
Requerido:Terra Nova Agroindústria Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0005683-82.2012.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A - BASA
Advogado:Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708), Ramiro de Souza Pinheiro (OAB/RO 2037)
Executado:Valdecir Mezari, Eliezer Ferreira da Silva, Associação dos Pequenos Prod.Rural Sol Nascente -Asprusna
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0003057-90.2012.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rose Fátima dos Santos Lima
Advogado:Arthur Paulo de Lima (OAB/RO 1669)
Executado:Osvaldo da Mota Alves
Advogado:Não Informado ( )
Certidão do Oficial de Justiça:I

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 22-v. a seguir transcrita: "Certifico e dou fé que, em cumprimento ao r. MANDADO, expedido por ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, após diligência, DEIXEI de CITAR Osvaldo da Mota Alves, haja vista que ele não mora mais no endereço constante no MANDADO, qual seja, Avenida Aracaju, ao lado do clube do Woshington, pois segundo informação obtida junto ao Srº Woshington o citando acima mencionado está residindo/SIC parando, nas cidades de Porto Velho e Cacoal, ambas em Rondônia, porém em local não sabido e todas as demais diligências no intuito de encontrá-lo restaram infrutíferas, motivo pelo qual devolvo o MANDADO ."

Proc.: 0000720-94.2013.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:M. Andrade dos Santos & Cia Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (RO 2504)
Executado:Ana Carla Gonçalves Silva
Advogado:Não Informado ( )
Certidão do Oficial de Justiça:I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl15-v, adiante transcrita: " Certifico que em cumprimento ao respeitável retro MANDADO do MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível, diligenciei-me ao endereço fornecido e lá estando, Citei a executada: Ana Carla Gonçalves Silva, RG 1258264-RO, para tomar conhecimento de
todos os termos da presente ação, ficando-o bem ciente, recebeu a contrafé em seguida exarou sua assinatura. Certifico ainda, que deixei de proceder a penhora, face a executada não possuir bens para garantir a execução. Relacionei os bens a residência quais são: geladeira, TV, sofá rasgado, fogão, botija, cama casal e cama solteiro um armário velho, mesa de madeira bruta."

Proc.: 0000961-05.2012.8.22.0010
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:N. P. dos S.
Advogado:Sandra Vicente de Almeida Rodini (OAB/RO 314-B)
Executado:M. L. dos S.
Advogado: Defensoria Pública.
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação por negativas gerais, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0005810-98.2004.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ediram dos Santos Costa
Advogado:Rejane Maria de Melo Godinho (OAB/RO 1042)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do INSS ( )
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 85-v, adiante transcrita: " Certifico que em cumprimento ao respeitável retro MANDADO do MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível, diligenciei-me ao endereço fornecido e lá estando, deixei de proceder a Intimação da requerente: Ediram dos Santos Costa Transpadini, pelo fato de não tê-la encontrado, sendo informado pela Sra. Iracy, que reside naquele endereço há mais de 2 anos e desconhece a requerente e indagando também aos vizinhos, fui informado que a requerente mudou-se há aproximadamente 8 anos, não deixando seu endereço a ninguém. Em ato contínuo, diligenciei-me até o Escritório da Dra. Rejane, no sentido de colher maiores informes, porém, não logrei êxito. Assim sendo, devolvo o MANDADO ao Cartório para os devidos fins."

Proc.: 0070169-23.2005.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Aparecida Pires de Andrade, Thiago de Andrade Oliveira, Jaqueline dos Santos Oliveira
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A), Vanderlei Casprechen (OAB/RO 2242), Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A), Vanderlei Casprechen (OAB/RO 2242), Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A), Vanderlei Casprechen (OAB/RO 2242)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a - Ceron
Advogado:Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face a certidão de fls. 352, adiante transcrita: " Certifico que devidamente intimada via gabarito e com vista dos autos, a parte executada não se manifestou".

Proc.: 0005685-52.2012.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A - BASA
Advogado:Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708), Daniele Gurgel do Amaral (OAB/RO 1.221)
Executado:Antonio Marques de Araújo, Osvaldo de Menezes, Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Setor Conceição
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0005684-67.2012.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A - BASA
Advogado:Daniele Gurgel do Amaral (OAB/RO 1.221), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708)
Executado:Canuto Ferreira de Souza, Valdir Petronilio de Jesus, Associação dos Pequenos Produtores Rurais Nova Esperança
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0005681-15.2012.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A - BASA
Advogado:Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708), Daniele Gurgel do Amaral (OAB/RO 1.221)

Executado:Rogério Frezze da Silva, Gelson Xavier, Associação dos Produtores Rurais da Linha Aspruli
Advogado:Advogado Não Informado
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0003698-15.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Adeilton Marques Fagundes
Advogado:José Renato Mota (OAB/RO 1485), Lidia Ferreira Freming Quispilaya (RO 4928)
Requerido:City Lar - Loja 82, LG Eletronics de São Paulo
Advogado:Fábio Luis de Mello Oliveira (OAB/MT 6848), Alessandra Francisco (OAB/RO 4661)
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls 136/138, informando o depósito no valor de R$ 832,60 e requerendo a extinção do feito.

Auda Caldeira de Almeida
Diretora de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Juízo da 2ª Vara Cível e Juizado da
infância e Juventude da Comarca de Rolim de Moura - RO
E-mail: rmm2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0046445-29.2001.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marli Nunes de Almeida
Advogado:Rejane Maria de Melo Godinho (OAB/RO 1042)
Requerido:Mileni Cristina Benetti Mota, Sociedade Beneficente Edson Mota - SOBEM
Advogado:Advogado não informado (RO 2222222)
DESPACHO:
1) Atento à ordem do art. 655 do CPC e ao princípio da realidade da execução, pelo qual o credor tem o direito de ser satisfeito o mais brevemente possível, foi procedida tentativa de penhora on line, a qual resultou negativa (fl. 650, v).2) Feita pesquisa ao RENAJUD não foram localizados veículos em nome da Executada (consulta fl. 639, verso).3) Feita pesquisa ao INFOJUD, NÃO foi apresentada declaração de IR pela executada (v. fl. 648, verso).4) DEFIRO (fl. 661). AGUARDE-SE conforme solicitado.Transcorrido prazo acima, manifeste-se e a exequente, de modo útil, informando se houve acordo.Caso não o tenha, INDIQUE bens à penhora, fazendo sua parte, pois o que era de responsabilidade do Juízo já foi feito. Conforme já decidido pelo E. TJRO, a responsabilidade do Juízo é complementar às diligências da parte e não meramente substitutiva. Neste sentido, entendimento do E. TJRO nos Agravos de Instrumento nrº 0002590-78.2011.8.22.0000, Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Diário da Justiça de 28/03/2011, pp. 12-13 e nrº 0001880-92.2010.8.22.0000, Relator: Juiz Glodner Luiz Pauletto, Diário da Justiça n.º 032, de 19/02/2010, p. 10.Intime-se, na pessoa do Procurador (arts. 234 e 236 do CPC e art. 50 das DGJ).Rolim de Moura, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Juiz Jeferson C. Tessila de Melo

Proc.: 0003087-91.2013.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Argemiro Luiz do Nascimento
Advogado:Regiane Teixeira Struckel (OAB RO 3874)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DECISÃO:
ARGEMIRO LUIZ DO NASCIOMENTO ajuizou ação revisional de contrato contra o Banco do Brasil S/A, aduzindo, em síntese, que celebrou diversos contratos de empréstimos consignados com o réu (contratos 755450728, 793174264, 795696315, 796175359, 7969820941, 804891105, 816447393, 807173609, 828134763 e 829257150).Alega o Autor que é funcionário da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia e da Secretaria de Educação do Município de Santa Luzia do Oeste.Aduz que os valores que estão sendo descontados pelos empréstimos acima suplantam o limite de 30% de descontos em seu salário (especificamente seriam 43,49% dos seus vencimentos líquidos fl. 5), o que infringe os princípios do mínimo existencial e da dignidade da pessoa humana.Pede, liminarmente, a antecipação dos efeitos da tutela consubstanciada na readequação dos descontos dos empréstimos contratados, observando o limite de 30% de sua renda.É o RELATÓRIO . Decido.Os critérios de aferição para o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela estão na faculdade do juiz, que ponderando sobre os fatos e documentos juntados com a inicial, decide sobre a conveniência da concessão, desde que preenchidos os requisitos legais (prova inequívoca e verossimilhança da alegação), podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la.Para o deferimento de medida inaudita altera pars (tutela de urgência), necessária a presença de dois requisitos: o fumus boni juris e periculum in mora.Sobre o fumus boni juris este deve refletir, ao menos num primeiro momento e em cognição não-exauriante (utilizando das palavras do Prof. KAZUO WATANABE), a plausibilidade do direito do Requerente. No magistério de ALEXANDRE FREITAS CÂMARA:?... o fumus boni juris estará presente, no caso concreto, toda vez que se considerar provável que as alegações de fato feitas pelo demandante venham a ter demonstrada sua veracidade no processo principal? (Lições de Direito Processual Civil. Vol. III. 3.ª edição. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2001, p. 310).Num juízo de cognição sumária, que não assiste razão ao Autor.O Autor sabia que estava tomando empréstimos, assinando os documentos de fls. 25 a 37.O Autor tomou empréstimos e gastou (sabe se lá como).Agora o Autor alega não poder pagar as obrigações ajustadas e para isso pretende contar com ?aval? do Poder Judiciário não se presta muito sensato.O Autor deveria ter feito melhor planejamento de sua situação financeira evitando contrair novas obrigações, em especial porque o Autor tem bens/veículos em seu nome (fl. 43, v).E o Autor não tem problema de saúde algum (ou coisa do tipo se tem não os mencionou, nem provou) que justificasse algum gasto extraordinário.O Autor optou por empréstimos consignados. Qualquer pessoa sabe que os chamados ?empréstimos consignados? têm taxas de juros menores, justamente porque são feitos descontos em folha de pagamento, com inadimplência quase zero.Não se mostra sensato o Autor optar por determinada transação bancária (com juros menores) e pretender que o Poder Judiciário suspenda justamente o que o Autor contratou.Portanto, se o Autor optou por esta modalidade de crédito deve honrar seus compromissos, pelo que estando ausente a razoabilidade do

alegado, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.Cite-se o requerido pelo rito ordinário para, querendo, apresentar resposta, no prazo e com as advertências legais. Consigne-se no MANDADO que juntamente com a resposta, O BANCO DO BRASIL DEVERÁ TRAZER TODOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS FEITOS COM O AUTOR.Após, com a vinda da contestação, com preliminares ou documentos, intime-se a parte autora para impugnação no prazo legal.CUSTAS ao final, pelo vencido, tendo em vista o valor da causa, que deverá ser o valor dos empréstimos em discussão (art. 259, inciso V do CPC).Aguarde-se resposta.Se for apresentado recurso ou outro expediente, desde já mantenho a DECISÃO por seus fundamentos.Intime-se, na pessoa do Procurador (arts. 234 e 236 do CPC e art. 50 das DGJ).Rolim de Moura, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jeferson C. Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0012672-12.2009.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Autor:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador Estadual ( )
Executado:Benedito Salinas Brito
Advogado:Advogado Não Informado (OAB/RO 2469)
DESPACHO:
Chamo o feito à ordem. Conforme Ofício Circular n. 074/2013-DECOR/CG, por determinação do CNJ, a partir de 07/05/2013, alguns movimentos do SAP são privativos dos magistrados, como é o caso desses autos, que foi concedida a suspensão do processo. Isso posto, suspendo o feito até 12/06/2014. Expeça-se o necessário, nos moldes da DECISÃO anterior. Rolim de Moura, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jeferson C. Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0066877-25.2008.8.22.0010
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Exequente:Luis Mendes da Silva, Maria Yvone Mendes da Silva, Alucimar Mendes da Silva, Vanderlei Mendes da Silva, Nelson Pinto da Silva, Elza Martins, Íris Martins, Márcia Regina Martins de Oliveira, Abel Sutil de Oliveira, Valdir Martins
Advogado:Cícero da Rocha (RO 394-B)
Executado:Município de Rolim de Moura RO, Emílio Romain Romero Perez
Advogado:Procurador Municipal (11111), José Odemar Andrade Góis (RO 623-A), Claudia Machado dos Santos (RO 1344)
DESPACHO:
CHAMO O FEITO À ORDEM. Trata-se de execução de título judicial. Os cálculos judiciais elaborados em 11/12/2009 (fls. 52/53) indicavam o valor da condenação como sendo R$ 81.300,00 e CUSTAS JUDICIAIS em R$ 1.219,50.O executado (Município de Rolim de Moura) depositou parte do valor da condenação nos autos - R$ 84.598,63 em 11/02/2011 (fl. 67).O Advogado levantou R$ 10.261,29 de honorários advocatícios em 06/03/2011 (fls. 70 e 211).Do saldo disponível há época - R$ 77.016,44 (fl. 164) foi expedido alvará para pagamento de R$ 7.701,64 a cada herdeiro (fl. 165). A CAIXA comprovou os depósitos/transferências às fls. 208/210.Em 28/11/2011 foi expedido outro alvará para saque/transferência de 10% do valor em conta para cada herdeiro (fl. 187). Desse expediente a Caixa só não conseguiu transferir a quota da herdeira Elza (fls. 200 e 206). Os demais foram transferidos/depositados nas contas indicadas (fls. 200/207). O que se referia à herdeira Elza voltou para a conta judicial.Posteriormente, apurou-se a existência de saldo remanescente em favor dos herdeiros e determinado ao executado a complementação do depósito (fl. 213).Após sucessivos incidentes, o Município ainda não foi intimado. No entanto, constato a existência de 3(três) depósitos novos na conta judicial em 28/06/2013, no valor total de R$ 43.447.36.O valor depositado pelo Município excede, em muito o débito atual. Restam ainda algumas pendências: 1) A cota-parte de Elza, que ao que tudo indica é no valor de R$ 109,61, conforme extrato da conta judicial de fls. 251/252.2) A QUITAÇÃO DAS CUSTAS JUDICIAIS, POIS QUE ATÉ HOJE NADA FOI RECOLHIDO.3) Saber quem depositou R$ 7.356,28 em 07/03/2012 (fl. 252) e quem sacou R$ 7.425,92 em 27/04/2012 por meio de alvará judicial, pois estas providências não foram determinadas pelo juízo. Por isso, DETERMINO: A) Oficie-se à CAIXA para transferência bancária do valor de R$ 109,61 em favor da herdeira Elza (dados à fl. 206).B) A remessa dos autos à Contadoria para apuração do saldo remanescente do débito e valor das custas judiciais. C) A expedição de ofício à Caixa para quitação das custas e envio dos comprovantes de depósito e saque listados no item 3, indicando depositantes do referido ID (em 7/3/2012) e quem o levantou mediante alvará, dia 27/4/2012. Posteriormente deliberarei quanto à liberação do excedente depositado pelo Município e quanto ao pedido de reserva dos honorários contratados.Rolim de Moura, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Jeferson C. Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0037293-15.2005.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edmilson Abílio dos Santos
Advogado:Edson Luiz Rolim (OAB/RO 313A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do INSS ( )
DESPACHO:
Intimado (fl. 148), o Advogado do Autor não se manifestou. INTIME-SE o Sr. EDMILSON por AR para cumprir a determinação judicial de fl. 147, verso, em 10 dias, com documentos.Caso EDMILSON não seja encontrado ou o AR volte negativo, NÃO deverá ser expedido MANDADO, pois o processo corre no interesse da parte Autora, devendo ser aplicado art. 238, §único do CPC. Além do que, devem ser priorizados processos com chance de êxito.Aguarde-se cumprimento das determinações judiciais, com manifestação útil e cumprindo as determinações legais.Não havendo manifestação útil, o processo será extinto e arquivado por falta de interesse, na forma do art. 267, incisos III e VI, do CPC.Rolim de Moura, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jeferson C. Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000081-76.2013.8.22.0010
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Imperial Com. e Rep. Comercial Ltda
Advogado:Noel Nunes de Andrade (RO 1586), Eder Timótio Pereira Bastos (RO 2930), Amanda Aparecida Paula de Carvalho (RO 647E)
Embargado:V. A. Vicente Me
Advogado:Edson Luiz Rolim (OAB/RO 313A)
DECISÃO: Trata-se de embargos de terceiro c/ pedido de liminar movidos por IMPERIAL COM. E REPR. LTDA em face de V. A VICENTE ME.Alega o 3.º Embargante que é possuidor do veículo GM OMEGA placas COV 6354, constrito nos autos 0016760-40.2002.822.0010.Decido:A medida liminar deve ser indeferida.A execução dos autos 0016760-40.2002.822.0010 tramita há quase ONZE ANOS e apenas após a restrição judicial

é que houve embargos.Ademais, o bem tem outras restrições judiciais (fl. 28, v).Porém, a restrição (de circulação) inserida nestes autos foi substituída apenas por transferência.Cite-se e intime-se o embargado, para querendo, contestar, sob pena de revelia e seus efeitos.Intimem-se na pessoa dos procuradores (arts. 234 e 236 do Código de Processo Civil e art. 50, das DGJ).Rolim de Moura, quarta-feira, 13 de fevereiro de 2013. Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000938-25.2013.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Creones Ferreira da Silva
Advogado:Josciany Cristina Sgarbi Lopes (OAB/RO 3868), Sílvio Vieira Lopes (SSP/RO 72-B)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
DESPACHO:
1) Não há preliminares ou incidentes a serem apreciados.2) Ao Autor para se manifestar quanto à contestação e documentos que a acompanham, em 10 dias.3) Desde já, ESPECIFIQUEM as partes as provas que pretendam produzir, justificando sua necessidade e pertinência com a lide.Havendo protesto ?genérico? por produção de todo tipo de provas, sem indicar sua necessidade, ou não havendo manifestação útil, a lide será sentenciada na forma que se encontra, pelo volume de documentos que há nos autos.4) Intimem-se as partes, na pessoa dos Procuradores (arts. 234 e 236 do Código de Processo Civil e art. 50, das DGJ).Rolim de Moura, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jeferson C. Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0031808-97.2006.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Exequente:Maria Aparecida da Silva Gomes, Frank Júnior da Silva Gomes, Francilei Michael Gomes
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A), Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602), Vanderlei Casprechen (OAB/RO 2242), Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A), Vanderlei Casprechen (OAB/RO 2242), Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602), Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A), Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602), Vanderlei Casprechen (OAB/RO 2242)
Executado:Romualdo Tristão
Advogado:Advogado não informado (RO 2222222)
DESPACHO:
1) Nos autos 0028718-81.2006.822.0010 e 0031808-97.2006.822.0010 o Executado é um só, a saber: ROMUALDO TRISTÃO.Nos autos 0028718-81.2006.822.0010 o Exequente é SALVADOR LUIZ PALONI, advogado executando honorários e nos autos 0031808-97.2006.822.0010 a Sra. MARIA APARECIDA DA SILVA GOMES figura como Exequente. Por sua vez, SALVADOR LUIZ PALONI atua também como advogado da Exequente MARIA APARECIDA DA SILVA GOMES nos autos 00318089720068220010, além de atuar nos autos 00287188120068220010 em causa própria. Ou seja, SALVADOR é parte (feito 0028718-81.2006.822.0010) e procurador (0031808-97.2006.822.0010).INDEFIRO o pedido de designação de nova venda judicial (fls. 72-73), pois a hasta que então designada foi um verdadeiro ?tumulto?, que resultou em desistência da arrematação, na forma de fl. 59 dos 00287188120068220010.Conforme já dito anteriormente, lamentável que se trate PROCESSO APARENTEMENTE INÓCUO pois, além deste feito, o Sr. ROMUALDO TRISTÃO tem contra si outras execuções, por ex. a exemplo autos 00287188120068220010, também patrocinada pelo Dr. Salvador e as de fl. 87.O Executado não tem qualquer bem em seu nome mesmo feitas pesquisas aos sistemas BACENJUD e RENAJUD (fls. 22, verso, 34, verso, 36, 61, verso e 62, verso) e INFOJUD (fls. 63, verso e 66).Devem ser privilegiados os feitos com alguma chance de êxito, o que não parece ser o caso em tela.Portanto, INDIQUEM outros bens à penhora.2) Por ora, DEFIRO apenas seja oficiado ao CRI e cadastro imobiliário local para que seja anotada e registrada a INDISPONIBILIDADE sobre o imóvel da quadra 137, lote 48, setor 4, Rolim de Moura. Doravante o bem acima não poderá ser alienado, vendido, doado, cedido ou dado em outra garantia real ou pignoratícia, sem anuência deste Juízo.Intimem-se as partes, na pessoa dos Procuradores (arts. 234 e 236 do Código de Processo Civil e art. 50, das DGJ).Rolim de Moura, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000666-36.2010.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nilda Camilo
Advogado:Daniel Redivo (OAB/RO 3181), Márcio Antonio Pereira (OAB/RO 1615), João Carlos da Costa (OAB/RO 1258)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss
DESPACHO:
A Autora, por intermédio de seu Procurador, interpôs recurso de apelação em face da SENTENÇA de fls. 78-79 (razões inclusas às fls. 85 a 91). O recurso foi interposto tempestivamente, por aplicação do art. 508 do CPC, Súmula 310 do Supremo Tribunal Federal e Lei Federal n.º 1.408/1.950. Presentes se encontram a legitimidade e o interesse em recorrer, estando a Recorrente devidamente representada. Não há necessidade de preparo, pela Assistência Judiciária Gratuita. Preenchidos, num juízo preliminar, os pressupostos objetivos e subjetivos do recurso (Neste sentido: NELSON NERY Jr. Princípios Fundamentais ¿ Teoria Geral dos Recursos. 4.ª edição. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais e HUMBERTO THEODORO Jr. Curso de Direito Processual Civil. Vol. I. 24.ª edição. Rio de Janeiro. Editora Forense, pp. 553/560), recebo o recurso interposto, nos efeitos devolutivo e suspensivo sem tutela antecipada, obviamente, porque se a SENTENÇA foi improcedente não há se falar em tutela. Ao INSS para querendo apresentar contrarrazões ao recurso do Autor. Intime-se com vista dos autos, porque não haverá prejuízos às partes, neste momento. Intimado, com ou sem contrarrazões, DETERMINO a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional da 1.ª Região para processamento e julgamento do recurso interposto, com nossas homenagens. Rolim de Moura, 23 de julho de 2013. - Jeferson C. TESSILA de Melo - Juiz de Direito -

Proc.: 0005893-36.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alexandre Leonardo Simões Piacentini
Advogado:Lucildo Cardoso Freire (RONDÔNIA 4751)
Requerido:Metalúrgica Lua Nova Ltda
Advogado:Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243), Cristóvam Coelho Carneiro (OAB/RO 115), Fábio José Reato (OAB/RO 2061), Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)

DESPACHO:
DESIGNO audiência una de tentativa de conciliação e, não sendo esta possível, também de instrução PARA O DIA 16 DE OUTUBRO DE 2013 (4.ª feira), ÀS 08:30 HORAS. Intimem-se as testemunhas arroladas às fls. 214 e 215, com as advertências legais, em especial: condução coercitiva, em caso de não comparecimento injustificado e pagamento das custas de designação de nova audiência (art. 412 do CPC). Ficam as partes intimadas, na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos (arts. 234 e 236 do Código de Processo Civil e art. 50 das Diretrizes Gerais Judiciais), mediante a publicação desta no DJe.2) Como diligência do Juízo, e com fundamento no art. 130 do CPC, DETERMINO seja oficiado do Município de Rolim de Moura para que envie cópia do plano diretor urbanístico e zoneamento ambiental desta cidade.O Município também deverá esclarecer se no local da empresa requerida (Avenida Norte Sul, n.º 6278, Bairro Planalto) é permitida instalação é funcionamento de empresas que tenham como objetivo comercial a prática dos atos de fls. 158-159, cujas cópias deverão acompanhar o ofício.Prazo para resposta: 10 diasExpeça-se o necessário. Rolim de Moura, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jeferson C. Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002059-88.2013.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eurides Pereira Sales
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A), Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602)
Requerido:Marcelo Henrique Ferreira Silva
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Recebo a inicial com a emenda de fl. 44.1. Custas ao final, pelo vencido nos termos da DECISÃO de fls. 42-43.2. Processe pelo rito sumário (art. 275, II, d, do CPC). 3. DESIGNO audiência para o dia 30 de OUTUBRO de 2013 (4.ª feira), às 8:30 horas.4. Cite-se e intime-se se o requerido, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, em relação à audiência acima designada4.1. Na audiência acima mencionada as qual as partes deverão comparecer - pessoalmente ou representadas por prepostos com poderes para transigir -, devendo fazer-se acompanhada de advogado (art. 277, §4.º do CPC). 4.2. Não sendo obtida a conciliação, na audiência o requerido oferecerá resposta escrita (ou oral) acompanhada de documentos e rol de testemunhas (art. 278/CPC). 4.3. Se for requerida perícia, ofertar-se-ão desde logo os quesitos podendo ser indicado, já, assistente técnico. 4.4. Será lícito ao(s) requerido(s) formular(em), em seu favor, pedido contraposto, desde que fundado nos mesmos fatos descritos na inicial. O julgamento de ambas as pretensões será conjunto.5. Não havendo acordo, nesta audiência será tomado o depoimento das partes, sendo designada outra oportunidade apenas para colheita de prova testemunhal.6. Impugnação ao valor da causa e outros incidentes que existam serão decidida de plano. Decidir-se-á, também na primeira audiência, eventual controvérsia sobre a natureza da demanda, capaz de autorizar a conversão do procedimento sumário em ordinário. A conversão ocorrerá, de igual, se indispensável prova técnica de maior complexidade. 6. Cumpra-sem, expedindo o necessário. Rolim de Moura, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0057817-91.2009.8.22.0010
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Itaú Seguros S/A
Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (RO. 1894)
Requerido:Rolim Comércio e Representações Ltda
Advogado:Regiane Teixeira Struckel (OAB RO 3874)
FINALIDADE: Intimar o advogado do Requerente, Dr. Luciano Boabaid Bertazzo OAB/RO. 1894 para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o número da agência e da conta bacária em nome de Itaú Seguros S/A.

Proc.: 0023206-88.2004.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Frama da Amazônia Ltda
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A)
Requerido:Valdir Kempim
Advogado:Advogado não informado (RO 2222222)
DESPACHO:
Chamo o feito à ordem. Conforme Ofício Circular n. 074/2013-DECOR/CG, por determinação do CNJ, a partir de 07/05/2013, alguns movimentos do SAP são privativos dos magistrados, como é o caso desses autos, que foi concedida a suspensão do processo. Isso posto, suspendo o feito até 05/06/2014. Expeça-se o necessário, nos moldes da DECISÃO anterior. Rolim de Moura, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003870-20.2012.8.22.0010
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:C. B. de L. B.
Advogado:Paulo César da Silva (OAB/RO 4.502)
Executado:R. P.
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Considerando que o Advogado da Exequente, devidamente intimado (fl. 20, verso), não deu andamento ao feito, e que compete à parte cumprir os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação dos provimentos judiciais, nos termos do art. 14, inciso V do Código de Processo Civil. Considerando a natureza da demanda, intimem-se a Exequente, na pessoa de sua genitora, APENAS via carta ARMP para, no prazo de 48 horas, dar andamento ao feito, não se manifestado entender-se-á não tem interesse no prosseguimento do feito será extinto, com fundamento no art. 267, incisos III, VI e VIII e do CPC.Rolim de Moura, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003864-13.2012.8.22.0010
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:C. B. de L. B.
Advogado:Paulo César da Silva (OAB/RO 4.502)
Executado:R. P.
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Considerando que o Advogado da Exequente, devidamente intimado, não deu andamento ao feito, e que compete à parte cumprir os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação dos provimentos judiciais, nos

termos do art. 14, inciso V do Código de Processo Civil. Considerando a natureza da demanda, intimem-se a Exequente, na pessoa de sua genitora, APENAS via carta ARMP para, no prazo de 48 horas, dar andamento ao feito, não se manifestado entender-se-á não tem interesse no prosseguimento do feito será extinto, com fundamento no art. 267, incisos III, VI e VIII e do CPC.Rolim de Moura, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0001827-13.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vagner Domiciano Moraes
Advogado:Edson Luiz Rolim (OAB/RO 313A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de Ação para Concessão do Benefício de Prestação Continuada (LOAS) ao portador de deficiência c/c Tutela Antecipada proposta por VAGNER DOMICIANO MORAIS contra o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS (petição inicial de fls. 3 a 11 com documentos de fls. 12 a 48).Determinada emenda da inicial (fl. 49), veio aos autos emenda de fl. 50 e documentos de fl. 51.Indeferido pedido de antecipação de tutela (fl. 52).O Requerido foi citado (fl. 54, verso) e contestou o feito (fls. 55 a 59, juntando os documentos de fls. 60/65). Alegou em síntese, que o Requerente não preenche o requisito renda inferior a ¼ do salário mínimo bem como não é incapaz para o trabalho.Impugnada a contestação (fls. 66/74).Determinada a realização de Estudo Psicossocial junto ao grupo familiar do Requerente (fl. 78, verso).Informação da impossibilidade de realização do Estudo em razão do falecimento do Requerente (fl. 80) e juntada de Certidão de Óbito (fl. 81).O Causídico do falecido pretende a intimação da genitora do gde cujus h para integrar a representação processual (fl. 82).É o RELATÓRIO . Decido:Fundamentação:Conforme informado à fl. 80 o Requerente faleceu, o que faz prova a Certidão de Óbito de fl. 81.O Causídico insiste no prosseguimento do feito pretendendo a intimação da genitora para integrar a representação processual.O prosseguimento da demanda não faz sentido, vejamos:Para a concessão do benefício pretendido, no caso em tela, necessário é preencher dois requisitos: 1. deficiência, e; 2. renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo. Quanto ao requisito deficiência, não há nos autos prova de que o falecido era deficiente, vez que o único documento médico juntado pelo Requerente (fl. 13), não atesta deficiência e sim incapacidade laborativa.Não há que se confundir incapacidade com deficiência, vez que:Deficiência é o termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. http://pt.wikipedia.org/wiki/Defici%C3%AAncia, acesso em 04/12/2012, às 10:12;E, incapacidade é a falta de capacidade; falta de aptidão, de habilidade; incompetência, inaptidão. Dir. Falta de aptidão legal para gozar de um direito ou exercê-lo sem assistência ou autorização: a incapacidade dos menores ou dos interditos foi estabelecida com o fim de os proteger. http://www.dicio.com.br/incapacidade/acesso em 04/12/2012, às 10:15.Além disso, o motivo do indeferimento do benefício na esfera administrativa foi: ausência de incapacidade para a vida independente epara o trabalho e também a renda per capita é igual ou superior a ¼ do salário mínimo (fl. 51) e não existe incapacidade laborativa total e multiprofissional (fl. 64).E se era o autor era deficiente, nao é mais, ante o óbito (fl. 80). Com o falecimento do Requerente, impossível é realizar perícia para determinar se este era Deficiente.Decidiu o E. TRF da 1ª região quanto a necessidade de perícia judicial:PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. LOAS. AMPARO SOCIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. PERÍCIAS MÉDICAS PRODUZIDAS PELAS PARTES. CONFLITO. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL EM JUÍZO. 1. A existência de indeferimento do pedido administrativo ante a CONCLUSÃO de perícia médica realizada pelo INSS, contrária à pretensão da parte, quanto à capacidade laborativa da autora, afasta a prova inequívoca da verossimilhança da alegação, de vez que a matéria só poderia ser deslindada mediante perícia médica realizada em Juízo. 2. Impossibilidade da antecipação dos efeitos da tutela para a concessão de LOAS, à falta dos requisitos legais, quais sejam, prova inequívoca da verossimilhança da alegação, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, I e II, do CPC), sob pena de ocorrer grave lesão ao patrimônio público. 3. Agravo a que se nega provimento.(AG 0036651-85.2008.4.01.0000 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI, SEGUNDA TURMA, e-DJF1 p.148 de 01/07/2010)No que tange ao outro requisito: renda inferior a ¼ do salário mínimo, foi um dos requisitos não preenchidos pelo Requerente quando do pleito na esfera administrativa.As profissionais do juízo (Psicóloga e Assistente Social), afirmaram não poder realizar o Estudo em razão do falecimento do Autor (fl. 80).Se não há mais autor vivo, nao há beneficiário para concessão de LOAS, devendo o feito ser extinto, de imediato. LOAS é de caráter imediato, precípua natureza alimentar. LOAS não se presta a angariar verbas para inventários, “retroativos”, fazer pecúlio aos familiares do falecido e afins.Assim ante a impossibilidade de comprovar os requisitos para concessão do benefício, quais sejam: Deficiência e renda inferior a ¼ do salário mínimo, o feito deve ser extinto com base no art. 267, incisos IV e VI do CPC.DISPOSITIVO:Diante do exposto, falecendo o autor, julgo extinta a presente Ação para Concessão do Benefício Prestação (LOAS) ao portador de deficiência proposta por VAGNER DOMICIANO MORAIS contra o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS, com fundamento no art. 267, incisos IV e VI do Código de Processo Civil.Sem custas e sem honorários. P. R. I.Ficam os familiares do autor intimados (arts. 234 e 236 do CPC e art. 50 das DGJ), mediante a publicação desta no DJe.Intime-se o Requerido, por AR.Transitada em julgado, arquive-se de imediato.Rolim de Moura, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0053050-10.2009.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia DETRAN/RO
Advogado:Procurador do Detran ( )
Executado:Antonio Einik
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
DESPACHO:
Defiro em parte o pedido de fl. 59.SUSPENDA-SE o feito até AGOSTO DE 2014, sem baixa (art. 40 da LEF).Decorrido o prazo acima, vistas ao Exequente, para dar andamento útil ao feito, em especial, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção, por falta de interesse, nos termos do art. 267, III, IV e VI do CPC.Rolim de Moura, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Jeferson C. Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002091-93.2013.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:J. B. S.
Advogado:Rhenne Dutra dos Santos (RO 5270)
Requerido:U. -. F. U. do T.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA I desmembrado ante o elevado número de beneficiários.1) A condenação foi mantida pelo TJRO, sendo reduzido apenas o montante.2) Intimados (fl. 408, v dos autos originários 0001215-12.2011.822.0010) a cumprir as determinações judiciais, não apresentaram defesa, nem recurso (fl. 410), pelo que constituo o título executivo judicial (cumprimento de SENTENÇA).3) DEFIRO, sob responsabilidade exclusiva deste Exequente.4) PROSSIGA-SE em execução (cumprimento de SENTENÇA), art. 475-J, do CPC.5) Neste contexto, como medida de efetividade e atento ao princípio da realidade da execução (vide: ARAKÉN DE ASSIS. Manual do Processo de Execução), considere-se que o credor tem o direito de ser satisfeito o mais brevemente possível.Aliado a isso, devem ser cumpridas as Metas 02 e 03/2010 e 03/2011, todas do CNJ, que determinam a redução de executivos fiscais em até 20% ao ano, sem contar que devem ser sentenciados/extintos mais processos que ingressam e a todo momento recebemos cobranças neste sentido, com inúmeros RELATÓRIO s, sistemas, etc.E quem não cumpre as metas é divulgado como inoperante ou não efetivo estatisticamente, pois é comum dizer ?o tribunal X cumpriu n% das metas?... ou ?o tribunal Z foi o que menos cumpriu as metas do CNJ?.Porém, não nos foi dito como conseguir o cumprimento das Metas acima, ainda mais conciliando os executivos fiscais Municipais, Estaduais e Federais com as ações da Vara Cível genérica, Fazenda Pública, a competência delegada do INSS (que toma cerca de 1/3 do nosso tempo), da CEF, do CREA, do CRF, do CRC, do CRMV, da OAB, do INMETRO, IPEM, DEPEM, BASA e outros, ainda com Juizado da Infância e Juventude (que por sua natureza tomam muito tempo). Além disso, e claro, não nos proporcionaram os meios para tanto. Nos ?deram? a meta (ou as metas), mas não os meios efetivos para realizá-la(s).Apenas no Juizado da Infância e Juventude, existe determinação para proceder visitas em Unidade de Internação (Ofícios Circulares n. 064/2010/DIVAD-CG e 030/2011/DIVAD-CG e diretrizes do Projeto Medida Justa, do CNJ). Existe AINDA determinação para visitas em Unidade de Acolhimento e realização de audiências concentradas (Ref. OF/CIRC. 022/2012/CGJ e Ref. OF. CIRC. 026/CNJ/COR/2012), dentre outras atividades jurisdicionais. São muitas determinações. E não custa dizer que a cada dia temos cada vez mais processos (aumento entre 35 a 40% na demanda, comparando-se os anos de 2010 e 2011) e menos funcionários e estrutura. Cumprir estas metas é uma ?equação? que não fecha: TEMOS CADA VEZ MAIS PROCESSOS PARA JULGAR, MAS CADA DIA COM MENOR ESTRUTURA E MENOS FUNCIONÁRIOS (vide, por ex. Portaria n. 0135/2012-PR, publicada no DJ de 15/02/2011, p. 1 e Portaria n. 0459/2012-SA, publicada no DJ de 14/03/2012, p. 103). Em contraposição à menor estrutura, MANDA-SE SENTENCIAR MAIS LIDES DO QUE INGRESSAM E REDUZIR EXECUTIVOS FISCAIS em até 20% ao ano, valor muito grande, pois seria 1/5 de todas Execução Fiscal que tramitam. TUDO É REDUÇÃO! É ?BAIXAR NÚMEROS?! TUDO SÃO NÚMEROS E ESTATÍSTICAS, e nada mais. Isso ocasiona excesso processual, cobrança de todos segmentos da sociedade, justificando a tomada de medidas mais enérgicas para andamento processual o mais rápido possível, em cumprimento às determinações acima.Considero, também a opinião do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Jorge Mussi o qual adverte que a sociedade brasileira está "perdendo a paciência" com o Judiciário (http://www.espacovital.com.br/noticia-26742-ministro-do-stj-adverte-que-sociedade-brasileira-esta-perdendo-paciencia-judiciario). Ou seja, todas providências para agilidade devem ser adotadas, cumprindo o que determinam o CNJ e Superior Tribunal de Justiça, que assim dispõe:Meta 2: julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007.Meta 3: reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009).Meta 3. Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.Desta forma, devem ser utilizados todos meio para que o processo tenha andamento mais rápido (cumprindo o art. 5.º, LXXVIII, da Constituição Federal). Para isso, como garantia da execução, foi feita busca de ativos financeiros junto ao sistema BACENJUD, que restou negativa (fl. 460).Esta busca inicial restou negativa por culpa da Executada. Quanto é tentada a busca ao BACENJUD, a Executada oferece a opção conta única para buscas. Porém, quando é feita a pesquisa, esta conta não tem saldo, a exemplo do que já correu em diversos processos.Feita nova busca, desta vez em todas as contas, restou cumprida (fl. 33, verso).6) INTIMEM-SE a Executada (por AR e mediante publicação no Diário da Justiça, na pessoa de seu Patrono) para cumprimento de SENTENÇA .No mesmo AR sobre a constrição ora feita (fl. 33, verso) e do prazo para embargos/impugnação.Aguardem-se eventuais embargos/impugnação.Desde já advirto que não serão liberados valores até a intimação da Executada. Se forem apresentados embargos/impugnação ou recurso os valores somente serão liberados em favor de qualquer das partes após DECISÃO do incidente.Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (arts. 234 e 236 do CPC e art. 50 das Diretrizes Gerais Judiciais).Rolim de Moura, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jeferson C. Tessila de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0020412-60.2005.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/A
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A)
Executado:Vanderlei Levi Menezes da Silva
Advogado:Advogado não informado (RO 2222222)
CERTIDÃO:
Certifico que decorreu o prazo de suspensão. O referido é verdade e dou fé. Rolim de Moura, RO, 08/08/2013.

Proc.: 0000838-70.2013.8.22.0010
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:B. K. de A. F.
Advogado:Thais Rodrigues Muradas (OAB/RO 3922)
Executado:A. A. F.
Advogado:Advogado Não Informado
CERTIDÃO:
Certifico e dou fé que decorreu o prazo sem manifestação do executado. Rolim de Moura, RO, 09/07/2013.

Proc.: 0000488-82.2013.8.22.0010
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:G. de S. P.
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A), Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602)
Executado:J. M. P.
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida.

Proc.: 0000863-83.2013.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo
Advogado:Ellen Laura Leite Mungo (MT 10.604), Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RS 30820)
Executado:Ednei Pereira dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
1) Penhora on line negativa (fl. 36, v).2) O bem nomeado em garantia (fl. 29) tem alienação fiduciária em favor do próprio HSBC (fls. 30-31), sendo EDINEI proprietário resolúvel.Portanto, o HSBC é proprietário do veículo, pelo que DEFIRO (fl. 36).3) RENAJUD inserida restrição.O que era de responsabilidade do juízo já foi feito.4) O Exequente NADA fez de útil até agora. Ao Exequente para fazer sua parte no feito e indicar outros bens penhoráveis.Conforme já decidido pelo E. TJRO, a responsabilidade do Juízo é complementar às diligências da parte e não meramente substitutiva. Neste sentido, entendimento do E. TJRO nos autos nrº 0002590-78.2011.8.22.000, e nrº 0001880-92.2010.8.22.0000. No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça, em inúmeras decisões, por ex: AgRg no Ag 496398/SP AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO, 2002/0170400-2, Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 15/09/2003 p. 317.E o Exequente nada fez até hoje para localizar o Executado ou bens penhoráveis deste, descumprindo suas obrigações (art. 612/CPC).Portanto, manifeste-se em termos de seguimento e quanto ao resultado negativo de tentativa de penhora on line, indicando bens penhoráveis para prosseguimento útil da execução, pena de extinção por falta de interesse (arts. 267, incisos III e VI e 598, ambos do CPC).Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (arts. 234 e 236 do CPC e art. 50 das Diretrizes Gerais Judiciais).Rolim de Moura, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Juiz Jeferson Cristi Tessila de Melo

Proc.: 0004266-94.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Milton Przybysz
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A), Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602)
Requerido:Amaury Adão de Souza
Advogado: Adi Baldo (OAB/RO 112-A), Amaury Adão de Souza (OAB/RO 279-A)
CERTIDÃO:
Certifico e dou fé que a impugnação a contestação de folhas 86 e seguintes é tempestiva. Rolim de Moura, RO, 11/07/2013.

Proc.: 0001690-94.2013.8.22.0010
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Bradesco Leasing S/A Arrendamento Mercantil
Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846), Ana Paula dos Santos (RO 4794)
Requerido:Jantel Rodrigues Namorato
Advogado:Não Informado ( )
DESPACHO:
1) Ante o contido à certidão de fl. 28, v, DEFIRO (fl. 30).2) EXPEÇA-SE carta precatória para cumprimento das determinações judiciais e citação (em caráter itinerante art. 204/CPC) e demais termos de fls. 23 e 23, devendo o interessado:a) retirar a carta precatória em cartório e instruí-la com as peças obrigatórias (art. 202 do CPC), tirando as respectivas fotocópias, visto que isso é de responsabilidade da parte e não do Juízo (art. 5.º, §1.º, II da Lei Estadual n.º 301/1990 e arts. 74 e ss. das DGJ);b) distribuir a carta precatória no Juízo deprecado e comprovar nos autos, no prazo máximo de 30 dias.Aguarde-se a retirada da Carta Precatória e comprovação de sua distribuição (art. 70 das DGJ).Não sendo retirada a Carta Precatória e comprovada sua distribuição o feito será extinto porá falta de interesse, com base no art. 267, incisos III e VI, do CPC.Intime-se para cumprimento, na pessoa do Procurador (arts. 234 e 236 do CPC e art. 50 das DGJ).Rolim de Moura, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004255-65.2012.8.22.0010
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Cidinei Fernandes de Souza
Advogado:Regiane Teixeira Struckel (OAB RO 3874)
Embargado:Fazenda Pública do Estado de Rondônia, Melquides Von Rondon
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia Rolim de Moura
DESPACHO:
RECEBO a inicial pelo rito ordinário. Citem-se e intimem-se os embargados, para querendo, contestar, sob pena de revelia e seus efeitos. Desde já determino que o Autor pague os impostos e multas em atraso do veículo (exercício/2013) e comprove nos autos. Observe-se entendimento do Superior Tribunal de Justiça REsp 1.227.318.
Intimem-se na pessoa dos procuradores (arts. 234 e 236 do Código de Processo Civil e art. 50, das DGJ). Rolim de Moura, 6 de junho de 2013. - Jeferson C. TESSILA de Melo - Juiz de Direito -.

Proc.: 0002884-32.2013.8.22.0010
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos Sa
Advogado:Ana Paula dos Santos (RO 4794), Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido:Lindomar Rodrigues Ramos
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 1111111111111111)
DESPACHO:
1) O Réu ainda não foi citado. Caso tenha, certifique-se o prazo para resposta, se houve ou não.2) Manifeste-se o Autor sobre o documento de fl. 26.Prazo: 10 dias.Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (arts. 234 e 236 do CPC e art. 50 das Diretrizes Gerais Judiciais).Rolim de Moura, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0001351-72.2012.8.22.0010
Ação:Prestação de Contas - Oferecidas
Requerente:Ednaldo Ferreira de Almeida
Advogado:Vanderlei Casprechen (OAB/RO 2242), Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602), Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A), Lucildo Cardoso Freire (RONDÔNIA 4751)
Requerido:Bv Financeira S/a Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Advogado Não Informado (000)

DESPACHO:
Contestação intempestiva (fl. 65, v).”Alega” o requerido que o veículo ainda não foi vendido (fl. 57 e v). Consultando o sistema RENAJUD (fl. 67, v) constato que há COMUNICAÇÃO DE VENDA registrada no DETRAN em 09/06/2010 à pessoa de FÁBIO SOARES ROSA. E o veículo VW Gol placas NBX3089 está cadastrado em São Paulo (fl. 66), ao passo que suposto comprador - FÁBIO SOARES ROSA - tem outtro endereço, em Anápolis/Goiás (fl. 66, v).Intime-se o réu para que esclareça a divergência entre as informações de fl. 57 e v e a base de dados do DETRAN e RENAJUD (fls. 66 e 67, verso), em 10 dias. Deverá, também, juntar cópia do processo administrativo do contrato n. 650080288. FICAM AS PARTES INTIMADAS, POR MEIO DE SEUS PROCURADORES, COM A PUBLICAÇÃO DESTA NO DIÁRIO DA JUSTIÇA.Rolim de Moura, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0001427-96.2012.8.22.0010
Ação:Monitória
Requerente:Órion Comércio de Motos Ltda
Advogado:Regiane Teixeira Struckel (OAB RO 3874)
Requerido:Franksmar Ribeiro Smith
Advogado:Não Informado ( )
DESPACHO:
Chamo o feito à ordem. Conforme Ofício Circular n. 074/2013-DECOR/CG, por determinação do CNJ, a partir de 07/05/2013, alguns movimentos do SAP são privativos dos magistrados, como é o caso desses autos, que foi concedida a suspensão do processo. Isso posto, suspendo o feito até 29/11/2013. Expeça-se o necessário, nos moldes da DECISÃO anterior.Rolim de Moura, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0019395-52.2006.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Banco do Brasil S/A
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A)
Executado:Adilberto Saraiva Maciel, Maria do Socorro da Silva Araújo Maciel
Advogado:Advogado não informado (RO 2222222)
DESPACHO:
Trata-se de Execução de Título Judicial na qual as partes, em audiência, acordaram no valor débito e forma de pagamento, sendo autorizado o levantamento do valor apontado nestes autos, R$ 21.632,94 ao credor e R$ 3.371,03 ao Advogado e devolução ao executado do valor remanescente (fl. 214).Expedido os alvarás ns. 120 (credor - fl. 216) e 121 (advogado - fl. 215), já levantados conforme informado na petição de fl. 217.Nos autos em apenso (00193877520068220010), foram expedidos ofícios para devolução dos saldos disponíveis nas contas do Banco do Brasil (cópia em fl. 233) e da Caixa Econômica (cópia em fl. 234). O Banco do Brasil cumpriu o comando e comprovou nos autos 00193877520068220010 (cópia do ofício - fl. 235). O RELATÓRIO de contas judiciais em favor das partes envolvidas nos autos (fls. 236 e 237) indica as contas da Caixa Econômica estão “zeradas”. A fl. 237, v, certificou a escrivania que não existem quaisquer valores bloqueados em contas e pendentes de levantamento pelos interessados.Isso posto, manifestem-se as partes, em 5 dias, se existe algum valor a ser recebido nestes autos. Não havendo manifestação, presumir-se-á satisfeita integralmente a obrigação e os autos virão conclusos para SENTENÇA de extinção.FICAM AS PARTES INTIMADAS, POR MEIO DE SEUS PROCURADORES, COM A PUBLICAÇÃO DESTA DECISÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA.Rolim de Moura, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0019387-75.2006.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:B. B. Financeira S/A - Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A)
Executado:Adilberto Saraiva Maciel, Maria do Socorro da Silva Araújo Maciel
Advogado:Advogado não informado (RO 2222222)
DESPACHO:
Trata-se de Execução de Título Judicial na qual as partes, em audiência acordaram no valor débito e forma de pagamento, sendo autorizado o levantamento do valor apontado nestes autos, R$ 34.512,86 ao credor e R$ 3.451,28 ao Advogado e devolução ao executado do valor remanescente (fl. 166). Expedido os alvarás ns. 118 (credor - fl. 167) e 119 (advogado - fl. 168), já levantados conforme informado na petição de fl. 169.Foram expedidos ofícios para devolução dos saldos disponíveis nas contas do Banco do Brasil (fl. 178) e da Caixa Econômica (fl. 179). O Banco do Brasil cumpriu o comando e comprovou nos autos (fls. 180/188). O RELATÓRIO de contas judiciais em favor das partes envolvidas nos autos (fl. 190 e v) indica as contas da Caixa Econômica estão “zeradas”. À fl. 189, v, certificou a escrivania que não existem quaisquer valores bloqueados em contas e pendentes de levantamento pelos interessados.Isso posto, manifestem-se as partes, em 5 dias, se existe algum valor a ser recebido nestes autos. Não havendo manifestação, presumir-se-á satisfeita integralmente a obrigação e os autos virão conclusos para SENTENÇA de extinção.FICAM AS PARTES INTIMADAS, POR MEIO DE SEUS PROCURADORES, COM A PUBLICAÇÃO DESTA DECISÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA.Rolim de Moura, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito

Humberto dos Santos Jorge
Chefe de Serviços de Cartório

COMARCA DE VILHENA

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0003679-60.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Nilda Silvestre
Advogado:Priscila Sagrado Uchida (RO 5255), Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223)
Requerido:Fazenda Pública do Município de Vilhena / RO
SENTENÇA:
Vistos etc.NILDA SILVESTRE ajuizou ação declaratória de inexistência de débito fiscal c/c restituição do indébito contra a FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE VILHENA/RO, aduzindo, em síntese, a existência de defeitos na constituição do crédito tributário que determinou a instituição e cobrança da contribuição de melhoria, sob os seguintes fundamentos: ausência de lei específica, de obra por obra, não sendo suficiente previsão genérica; inexistência de publicação de dois editais prévios, o primeiro anunciando a obra e o segundo,

dando-a como concluída; falta de notificação pessoal do contribuinte a respeito do lançamento do tributo. Colacionou entendimentos jurisprudenciais e doutrinários acerca da matéria aqui versada. Assim, postulou a declaração de inexistência do débito fiscal com a condenação do ente público à repetição do indébito.Citado (fls. 221), o Município de Vilhena apresentou contestação nos autos às fls. 225/229, alegando, a princípio, a necessidade de realização de avaliação para verificar a valorização do imóvel. Em preliminar, afirmou a falta de adequação, uma vez que já houve o lançamento tributário e eventual discussão deveria se dar por meio da ação anulatória. No MÉRITO, aduz a regularidade do procedimento realizado para a cobrança da contribuição de melhoria, vez que foram observadas as exigências legais. Afirma que obra foi terminada e que houve valorização do imóvel da requerente, sendo devido, portanto, o tributo. Pugna, assim, pela improcedência do pedido apresentado.Realizada audiência de conciliação, não foi possível a celebração de acordo entre as partes (fls. 222).Em sede de impugnação, a requerente aduz a desnecessidade de avaliação, reafirmando que a requerida não observou os requisitos exigidos por lei para a cobrança do tributo, portanto deve este ser declarado nulo (fls. 237/247). Vieram os autos conclusos.Relatados. DECIDO.Da preliminar de impossibilidade jurídica.Alega o requerido a impossibilidade jurídica do pedido uma vez que a via eleita pelo requerente é inadequada. Fundamenta suas alegações no fato de que já houve o lançamento do crédito tributário, portanto, eventual discussão acerca do mesmo só poderia se dar por meio de ação anulatória.Pois bem. Em que pese assistir razão aos argumentos doutrinários da parte requerida, certo é que o Colendo Superior Tribunal de Justiça já se manifestou em casos como estes no sentido de que não se deve extinguir o feito sem resolução do MÉRITO exclusivamente com base na nomenclatura da ação ordinária como "ação declaratória". Neste sentido:STJ-228761) PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO. CRÉDITO FISCAL CONSTITUÍDO AINDA NÃO EXECUTADO. AÇÃO DENOMINADA DE DECLARATÓRIA, MAS COM CONTEÚDO ANULATÓRIO. NATUREZA DA AÇÃO. IRRELEVÂNCIA DA NOMINAÇÃO DADA PELO AUTOR. 1. O pedido inicial formulado na ação ordinária, ajuizada antes da propositura do executivo fiscal, que objetiva a declaração de ilegalidade da inscrição da dívida no rol da Dívida Ativa do Distrito Federal e o conseqüente reconhecimento da inexistência do débito fiscal referente a IPTU, ostenta conteúdo constitutivo negativo de lançamento tributário supostamente eivado de ilegalidade, revestindo a demanda de natureza anulatória, malgrado o nomen iuris atribuído pelos autores (Precedentes do STJ: EDcl no REsp 894.545/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 17.05.2007, DJ 31.05.2007; AgRg nos EREsp 509.300/SC, Rel. Ministro Jorge Scartezzini, Segunda Seção, julgado em 08.02.2006, DJ 22.02.2006; REsp 392.599/CE, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 06.04.2004, DJ 10.05.2004; e REsp 100.766/SP, Rel. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, julgado em 15.06.1999, DJ 16.08.1999). 2. É cediço que, em sede tributária, faz-se mister distinguir a ação declaratória negativa da ação anulatória de débito fiscal, porquanto seus efeitos são diversos. Esta última tem como objetivo precípuo a anulação total ou parcial de um crédito tributário definitivamente constituído, sendo este, portanto seu pressuposto. Sua eficácia é, desse modo, constitutiva negativa. 3. "Como afirma Carreira Alvim, a "distinção que se há de fazer entre ação anulatória e declaratória é que a anulatória pressupõe um lançamento, que se pretende desconstituir ou anular; a declaratória não o pressupõe. Através desta pretende-se declarar uma relação jurídica como inexistente, pura e simplesmente" (Cleide Previtalli Cais, in O Processo Tributário, Ed. Revista dos Tribunais, 4ª ed., págs. 495/496). 4. Destarte, à luz dos princípios da mihi factum, dabo tibi ius e iura novit curia, não se revela escorreito encerrar o feito sem "resolução" do MÉRITO, tão-somente pelo fundamento de que, nomeada a ação ordinária de declaratória, faleceria aos autores o necessário interesse de agir, máxime na hipótese em que ainda não ajuizado o executivo fiscal pertinente. 5. Recurso especial desprovido. (Recurso Especial nº 862230/DF (2006/0139761-9), 1ª Turma do STJ, Rel. Luiz Fux. j. 05.08.2008, unânime, DJe 11.09.2008)Assim sendo, seguindo a linha de raciocínio exposta no julgado acima, afasto a preliminar arguida pelo requerido.Do MÉRITO Cuida-se de ação declaratória de inexistência de débito fiscal, em virtude da ocorrência de defeitos na constituição do crédito tributário que determinou a instituição e cobrança da contribuição de melhoria.A pretensão inaugural merece procedência.Segundo relata a prefacial, o requerido realizou serviços de terraplanagem e pavimentação asfáltica no setor em que o requerente possui imóvel, sendo que o custo global da obra foi utilizado para o cálculo da contribuição de melhoria. Alegam os autores que o edital de cobrança do tributo não atente aos requisitos estatuídos no Código Tributário Nacional e, mesmo assim, o réu começou a emitir os boletos para pagamento do tributo sem a observância das prescrições legais.Da análise do caso vertente, descortina-se que a municipalidade, de fato, desatendeu aos requisitos estatuídos no art. 82 do Código Tributário Nacional, a respeito da instituição e cobrança da contribuição de melhoria.A priori, verifica-se que o ente público municipal não editou lei específica para instituir a cobrança da contribuição de melhoria no caso em tela, em flagrante ofensa ao princípio constitucional da legalidade (art. 150, inciso I, da CF/88).Consta dos autos apenas o Decreto nº 19.440/2009 (fls. 066/0692), regulamentando o pagamento do tributo em discussão, entretanto, esta espécie normativa não possui o condão de substituir a lei específica e individualizadora da contribuição de melhoria aludida no art. 82 do CTN, de sorte que, a cobrança efetivada nessas condições, mostra-se manifestamente ilegal. Aliás, nesse sentido o Superior Tribunal de Justiça já exarou DECISÃO, cuja ementa do julgado restou assim vazada, senão vejamos:STJ-317679) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. LEI ESPECÍFICA PARA CADA OBRA. NECESSIDADE. /STJ. DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADA. /STJ. 1. A parte limitou-se a repetir, literalmente, as razões lançadas no recurso obstado, deixando de atacar os fundamentos da DECISÃO agravada. Incidência da do STJ. 2. Ademais, "A contribuição de melhoria é tributo cujo fato imponível decorre da valorização imobiliária que se segue a uma obra pública, ressoando inequívoca a necessidade de sua instituição por lei específica, emanada do Poder Público construtor, obra por obra, nos termos do, I, da CF/88 c/c do CTN, uma vez que a legalidade estrita é incompatível com qualquer cláusula genérica de tributação." (REsp 927.846/RS, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 03.08.2010, DJe 20.08.2010). Incidência da /STJ. Agravo regimental improvido. (AgRg no Agravo de Instrumento nº 1403536/RS (2011/0078435-6), 2ª Turma do STJ, Rel. Humberto Martins. j. 22.11.2011, unânime, DJe

25.11.2011). Em seguida, infere-se dos autos que a administração pública desatendeu, de igual forma, o previsto no art. 9º do Decreto-Lei nº 195/67, que prescreve o seguinte sobre a cobrança da contribuição de melhoria: "Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da contribuição de melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos".Ao que consta, o Município réu não trouxe aos autos provas cabais demonstrando que o valor cobrado dos requerentes observou o limite individual, qual seja, a efetiva valorização do imóvel.Desta forma, nem há que se falar em realização de avaliação do imóvel do requerente no presente momento, vez que competia ao Município ter tomado tal providência anteriormente, dando efetiva publicidade ao ato.Pelo que dos autos consta, antes de proceder o lançamento do tributo em questão, o Município publicou, por intermédio de editais o respectivo demonstrativo dos custos da obra efetivada. No entanto, nota-se que a publicação limitou-se ao custo da obra, nada mencionando acerca da valorização percebida nos imóveis.É indubitável que essa omissão implica no reconhecimento de que os lançamentos realizado em desfavor dos autores são eivados de nulidade, justificando, dessa forma, a inexigibilidade do tributo.A inexistência de dados acerca da valorização do imóvel impossibilita a aferição do cálculo exigido para a cobrança do tributo. A valorização individual do imóvel de cada beneficiado, direta e indiretamente pela obra pública, é elemento limitador do tributo em comento.É cediço que a base de cálculo da contribuição de melhoria é a valorização imobiliária. Portanto além de termos o limite total, qual seja, o valor da obra, ainda temos como limite individual o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado.Logo, não se obtendo o valor específico do acréscimo individual que a obra acarretou no imóvel dos autores, não há como se ter escorreito o valor cobrado pela municipalidade, a título de contribuição de melhoria.Nesse sentido:PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. DEPÓSITO PRÉVIO. DESNECESSIDADE. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. FATO GERADOR. PAVIMENTAÇÃO DO ASFALTO. VALORIZAÇÃO DO IMÓVEL. AFERIÇÃO POR RACIOCÍNIO LÓGICO. IMPOSSIBILIDADE. 1. A Ação Anulatória de Débito Fiscal não está condicionada ao depósito prévio de que trata o art. 38 da Lei 6.830/1990. Precedentes do STJ. 2. A contribuição de melhoria pressupõe a valorização do imóvel, devidamente apurada e demonstrada pelo Fisco. A singela alegação de que a pavimentação asfáltica necessariamente acarretou ganho em favor do proprietário é insuficiente para viabilizar a imposição tributária, mesmo porque se faz necessária a identificação do quantum. 3. Hipótese em que o Tribunal a quo consignou a ausência de comprovação da valorização do imóvel. 4. Agravo regimental não provido h (Agr. Rg. Nos Edcl no Ag. 1107172/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma do STJ, data julg. 03/09/2009, data pub. 11/09/2009).STJ-289849)PROCESSUALCIVILETRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. BASE DE CÁLCULO. VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA. INDIVIDUALIZAÇÃO. E DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. 1. Recurso especial no qual se discute a valorização imobiliária do imóvel na base de cálculo de contribuição de melhoria instituída pelo Município de Laranjeiras do Sul. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná consignou que o município rateou o custo total da obra entre os proprietários dos imóveis que ficavam às margens das ruas asfaltadas, sem prever no edital o limite individual do benefício trazido ao imóvel de cada contribuinte. 2. É pacífico no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que a valorização individualizada do imóvel do contribuinte é fator delimitador da base de cálculo da contribuição de melhoria, não sendo permitido tão somente o rateio do custo da obra entre aqueles que residem na área em que foi realizada a obra pública. Precedentes: AgRg no REsp 1.079.924/RS, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 12.11.2008; REsp 671.560/RS, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 11.06.2007; REsp 615.495/RS, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ 17.05.2004; REsp 362.788/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 05.08.2002. 3. O do Código Tributário Nacional dispõe que "a contribuição de melhoria [...] é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado". Enquanto que o, ? 1º, do CTN estabelece que "a contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra [...] pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização". 4. No caso, como o Tribunal de origem consignou que não houve o cálculo individualizado do benefício trazido ao imóvel de cada um dos contribuintes localizados na área abrangida pela respectiva obra pública, forçoso reconhecer, então, que o acórdão recorrido viola os e do CTN. 5. Recurso especial provido para restabelecer a SENTENÇA de 1º Grau; prejudicadas as demais questões. (Recurso Especial nº 147094/PR (1997/0062530-3), 1ª Turma do STJ, Rel. Benedito Gonçalves. j. 15.02.2011, unânime, DJe 21.03.2011).É inquestionável que a obra em testilha valorizou os imóveis da requerente, porém se faz necessário apontar essa exata valorização, do contrário, tudo que emergir daí não passa de mera estimativa que ofende aos preceitos legais, máxime quando estamos diante de uma relação tributária desigual, que acarreta sacrifício patrimonial forçado daqueles contribuintes que obtiveram valorização imobiliária.Desta forma, ao se concluir pela ilegalidade do procedimento adotado pela municipalidade, quanto a cobrança da contribuição de melhoria, que se afigurou manifestamente ilegítima, todos os recolhimentos assim efetivados, hão de ser considerados como indevidos e, por conseguinte, passíveis de serem repetidos.No caso, certo é que apenas um comprovante de pagamento foi anexado ao presente procedimento, devendo, assim, a restituição limitar-se ao respectivo valor (fls. 250).Nesse sentido colaciono os seguintes arestos:TRIBUTÁRIO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. OBRA INACABADA. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E FATO GERADOR DA EXAÇÃO. OBRA PÚBLICA EFETIVADA. VALORIZAÇÃO DO IMÓVEL. NEXO DE CAUSALIDADE. INOCORRÊNCIA. DIREITO À RESTITUIÇÃO . 1. Controvérsia que gravita sobre se a obra pública não finalizada dá ensejo à cobrança de contribuição de melhoria. 2. Manifesta divergência acerca do atual estágio do empreendimento que deu origem à exação discutida, sendo certo é vedado à esta Corte Superior, em sede de Recurso Especial, a teor do verbete Sumular n.º 07/STJ, invadir a seara fática-probatória, impondo-se adotar o entendimento unânime da época em que proferido o julgamento pelo Tribunal a quo, tanto pelo voto vencedor, como pelo

vencido, de que quando foi instituída a contribuição de melhoria a obra ainda não havia sido concluída porquanto pendente a parte relativa à pavimentação das vias que circundavam o imóvel de propriedade da recorrente. 3. A base de cálculo da contribuição de melhoria é a diferença entre o valor do imóvel antes da obra ser iniciada e após a sua CONCLUSÃO (Precedentes do STJ: RESP n.º 615495/RS, Rel. Min. José Delgado, DJ de 17.05.2004; RESP 143996 / SP; Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 06.12.1999) 4. Isto porque a hipótese de incidência da contribuição de melhoria pressupõe o binômio valorização do imóvel e realização da obra pública sendo indispensável o nexo de causalidade entre os dois para sua instituição e cobrança. 5. Consectariamente, o fato gerador de contribuição de melhoria se perfaz somente após a CONCLUSÃO a obra que lhe deu origem e quando for possível aferir a valorização do bem imóvel beneficiado pelo empreendimento estatal. 6. É cediço em doutrina que: "(...) Só depois de pronta a obra e verificada a existência da valorização imobiliária que ela provocou é que se torna admissível a tributação por via de contribuição de melhoria." (Roque Antonio Carrazza, in "Curso de Direito Constitucional Tributário", Malheiros, 2002, p. 499) 7. Revela-se, portanto, evidente o direito de a empresa que pagou indevidamente a contribuição de melhoria, uma vez que incontroversa a não efetivação da valorização do imóvel, haja vista que a obra pública que deu origem à exação não foi concluída, obter, nos termos do art. 165, do CTN, a repetição do indébito tributário. 8. Precedentes: RESP 615495/RS, Rel. Min. José Delgado, DJ de 17.05.2004; RESP 143996/SP, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 06.12.1999. 9. Recurso Especial provido Ante o exposto, com fundamento no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por NILDA SILVESTRE contra o MUNICÍPIO DE VILHENA/RO e, por consequência, DECLARO a nulidade do débito fiscal decorrente da contribuição de melhoria lançada em desfavor da autora. CONDENO o ente público a restituir o valor de R$ 385,56 (trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), valor este que deverá incidir correção monetária desde a data do efetivo pagamento e juros legais a contar da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97. Sem custas e honorários. SENTENÇA não sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório, por força do art. 11 da Lei nº. 12.153/2009. Após o transito em julgado, arquivem-se os autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Vilhena-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Gilberto José Giannasi Juiz de Direito

Proc.: 0007078-63.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:José dos Santos Damascena
Advogado:Valdete Tabalipa (OAB/RO 2140), José Antonio Correa (OAB/RO 5292), Claudinei Marcon Junior (RO 5510)
Requerido:Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia IPERON
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DECISÃO:
Vistos.JOSÉ DOS SANTOS DAMASCENA ajuizou Ação Previdenciária para concessão de pensão por morte com pedido de antecipação de tutela em face do IPERON – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Rondônia sustentando que era dependente de seu filho, Marivaldo Pereira Damascena, falecido em 13/05/2012 e, apesar de pleitear a concessão do benefício de pensão por morte administrativamente, não teve seu pleito deferido. Pugna pela antecipação dos efeitos da tutela, dado o caráter alimentar da verba.Juntou procuração e documentos. Sucintamente relatei.Decido.Trata-se de feito relativo ao Juizado Especial da Fazenda Pública e, em casos desta natureza, é vedado o deferimento de medidas cautelares e tutela antecipada que importem em pagamento e vantagens pecuniárias.Neste sentido é o posicionamento:VENCIMENTOS. PISO SALARIAL PREVISTO NO DECRETO MUNICIPAL Nº 7.153/1985. DEFERIMENTO POR MEIO DA INTERLOCUTÓRIA A QUO. IMPOSSIBILIDADE. EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. A DECISÃO interlocutória agravada é capaz de acarretar ao Ente público municipal lesão de grave ou de difícil reparação, considerando-se que o orçamento é planejado e executado de acordo com as dotações específicas definidas no exercício anterior, havendo a possibilidade de causar desequilíbrio na rubrica específica de pessoal. A Lei nº 9.494/1997 prevê, no seu art. 1º, que as disposições dos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437/1992 são aplicáveis aos pedidos de tutela antecipada contra a Fazenda Pública. O caput do art. 1º da Lei nº 8.437/92 proíbe a concessão de medida liminar quando igual providência não puder ser concedida em MANDADO de segurança, atraindo, portanto, a conjugação do art. 5º da Lei nº 4.348/64 e do ? 4º do art. 1º da Lei nº 5.021/66, que impedem a concessão de liminar em ação mandamental com o objetivo de equiparar ou pagar vencimentos e vantagens pecuniárias para servidores públicos. Inexistentes os requisitos autorizadores para a concessão da tutela cautelar liminar, deve-se reformar o decisum a quo. Recurso provido. (Agravo de Instrumento com Pedido de Efeito Suspensivo nº 829145200380600000, 2ª Câmara Cível do TJCE, Rel. Ademar Mendes Bezerra. j. 10.02.2010).TJDFT-161505) CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE ALFABETIZAÇÃO. VEDAÇÃO DE CONCESSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA FAZENDA PÚBLICA. LEI 9.494/97. PROIBIÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA QUE ESGOTE O OBJETO NO TODO OU EM PARTE. LEI 8.429/92. AUSÊNCIA DE PERICULUM IN MORA. Cuidando-se de pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias, tal DECISÃO somente pode ser imposta pelo Poder Judiciário à Fazenda Pública por ocasião da prolação da SENTENÇA, sendo-lhe vedado, pelo artigo 1º, da Lei 9.494/97, antecipar a respectiva tutela. Saliente-se que o artigo 1º, ? 3º, da Lei 8.437/92, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra ato do Poder Público, estabelece que "não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação". A antecipação dos efeitos da tutela recursal requer comprovação de prova inequívoca; suficiente para levar o juiz a acreditar que a parte é titular do direito material disputado e verossimilhança; a relação de plausibilidade com o direito invocado, ou seja, com o fumus boni iuris. Já o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação caracteriza-se no periculum in mora. Inexistindo nos autos receio de dano irreparável ou de difícil reparação, os efeitos da tutela pretendida não poderão ser concedidos antecipadamente. Agravo conhecido e não provido. (Processo nº 2012.00.2.009113-3 (598226), 6ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Ana Maria Duarte Amarante Brito. unânime, DJe 29.06.2012).Desta forma, considerando que o pleito liminar apresentado pelo autor visa justamente a concessão de vantagem pecuniária, INDEFIRO-O.Intime-se a procuradora a regularizar a sua representação, uma vez que, de acordo com a documentação anexada aos autos, a parte autora não é alfabetizada.Com a regularização, designe-se a serventia audiência de conciliação, bem como expeça-se o necessário para citação e intimação do requerido.Cumpra-se.Vilhena-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Gilberto José Giannasi Juiz de Direito

Proc.: 0009569-48.2010.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Francisco Ferreira da Silva
Advogado:Maria Gonçalves de Souza Colombo (RO 3371)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Vistos.Intime-se a executada a se manifestar sobre os cálculos apresentados às fls. 109.Caso discorde dos referidos cálculos, terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar o valor pago a título de gratificação CDS-13 no período compreendido pela condenação prolatada (item 69/87).Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Vilhena-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Gilberto José Giannasi Juiz de Direito

Proc.: 0001676-35.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Ondacir Antônio Bogo
Advogado:Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047)
Requerido:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Seiti Roberto Mori (OAB-RO 215-B)
SENTENÇA:
Vistos etc.ONDACIR ANTÔNIO BOGO, qualificado no autos, propôs a presente ação declaratória c/c pedido de indenização em face da FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DE RONDÔNIA e CARMEM PEREIRA, alegando, em síntese, que alienou veículo automotor, Mercedez Bens, 1218, ano 2001, placa NBM-3447, à segunda requerida, sendo que esta não cumpriu com a obrigação de transferir o referido veículo. Afirma que, apesar de efetivada a tradição, a Fazenda Estadual lançou tributos em seu nome, tendo como fato gerador a propriedade do veículo mencionado. Requer SENTENÇA declaratória para o fim de declarar a inexistência de responsabilidade sua sobre os referidos tributos, bem como pleiteia indenização pelos danos morais suportados. Juntou os documentos de fls. 21/44.Citada (fls. 60), a Fazenda Pública apresentou contestação (fls. 61/67), alegando preliminar de ilegitimidade passiva e, no MÉRITO, requer a improcedência do pedido, por descumprimento das normas dispostas na legislação de trânsito, sem a transferência do veículo junto ao DETRAN/RO.Juntou os documentos de fls. 68/71.Impugnação às fls. 74/76.Às fls. 79, consta a informação do autor que não cumpriu com o disposto no art. 134 do CTN, ou seja, não comunicou a venda ao órgão de trânsito. Diante da não localização da requerida Carmem Pereira para citação (fls. 51-v), pleiteou o requerente pela sua citação por edital.Às fls. 80, foi declinada a competência a este Juizado Especial da fazenda Pública.Vieram os autos conclusos.Relatei.Decido.A princípio necessário se faz registrar que a relação processual em face à requerida CARMEM PEREIRA, não restou constituída, uma vez que não foi citada do presente procedimento.Diferentemente se mostra a questão em relação à Fazenda Pública, pois devidamente citada e intimada, veio aos autos e apresentou sua defesa, formalizando, assim, a relação processual. Pois bem.Diante do referido contexto, bem como por tratar a questão divergente exclusivamente a matéria de direito, tenho que o julgamento do feito pode se dar em relação à requerida Fazenda Pública, restando ao autor a possibilidade de ingressar na Vara Competente para pleitear eventual pedido em relação à requerida Carmem Pereira. Assim, passo ao julgamento antecipado em relação exclusivamente à Fazenda Pública, nos termos do art. 330, I do CPC.A preliminar de ilegitimidade passiva alegada pela ré se confunde com o MÉRITO e com este deve ser apreciada.No caso dos autos certo é que existe norma de ordem pública que regula a responsabilidade tributária do proprietário de veículo automotor para os casos de omissão na transferência, devendo, portanto, ser aplicada.Alega o autor que transferiu veículo automotor a terceiros e não providenciou a comunicação ao órgão de trânsito (fls. 79). Propõe ação em face da Fazenda Pública Estadual para se ver livre do pagamento de tributos incidentes sobre a propriedade de veículo automotor e despesas com licenciamento.Assim, em que pese os argumentos apresentados pelo autor, entendo ser aplicável o art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro, a saber:"Art. 134. No caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação."Nos termos do art. 123 do Código Tributário Nacional, as convenções entre particulares não podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes, cuja redação passo a transcrever para maior lucidez:"Art. 123. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes."Neste sentido:DIREITO PROCESSUAL CIVIL - DIREITO TRIBUTÁRIO - REEXAME NECESSÁRIO - DIREITO CONTROVERTIDO QUE NÃO SUPERA SESSENTA SALÁRIOS MÍNIMOS - NÃO CONHECIMENTO - IPVA - TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO - AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AO ÓRGÃO DE TRÂNSITO - DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA PELO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Não se conhece do reexame necessário, nos casos em que, vencida a Fazenda Pública, o direito controvertido for de valor certo inferior a sessenta salários mínimos, aplicando-se a exceção prevista no parágrafo 2º, do artigo 475, do Código de Processo Civil. Em se constatando que a transferência do veículo não foi comunicada ao órgão de trânsito estadual, o antigo proprietário é responsável solidário pelo recolhimento do IPVA e penalidades até que se efetive a comunicação. (TJMG - Apelação Cível / Reexame Necessário n ? 1.0701.05.106174-8/001, Rel. Des. Moreira Diniz, J. 14/12/2006, P. 16/01/2007)Da conjugação destes DISPOSITIVO s, verifico que há responsabilidade tributária solidária do antigo proprietário, sendo impossível a declaração de transferência do veículo a terceiros.Por esta desídia, entendo impossível vincular a Fazenda Estadual a este feito, eis que a esta é possível impor ao autor responsabilidade tributária.Assim, válidos os lançamentos de impostos e taxas de polícia em nome daquele que consta no banco de dados do órgão encarregado do cadastro de veículos, entendo que o pedido não encontra amparo no ordenamento jurídico.Posto isto e pelo que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial em face da FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do art. 269, I do CPC.Com relação a requerida CARMEM PEREIRA, considerando que não é o caso de litisconsórcio passivo necessário, bem como que não houve formação da relação processual, deverá a parte autora ingressar com nova demanda perante o juízo comum.Com o trânsito em julgado desta DECISÃO, arquive-se.Vilhena-RO, quinta- feira, 08 de agosto de 2013.Gilberto José Giannasi Juiz de Direito

Proc.: 0007652-23.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Rosmeri de Oliveira Silverio, Anselmo Rosa
Advogado:Ruth Barbosa Balcon (OAB/RO 3454)
Requerido:Estado de Rondônia, Detran
Advogado:Não Informado ( ), Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Eventual ocorrência de prescrição será deliberada quando da análise do MÉRITO do pedido apresentado.Assim, prossiga-se o feito. Aguarde-se audiência.Cumpra-se.Vilhena-RO, quinta-feira, 08 de agosto de 2013.

Gilberto José Giannasi
Juiz de Direito

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz(a) ou contate-nos via internet. Endereço eletrônico: vha1criminal@tjro.jus.br
Juíza de Direito: Liliane Pegoraro Bilharva
Diretor de Cartório: Emerson Batista Salvador

Proc.: 0002602-16.2012.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (OAB/RO)
Denunciado:Marcos Dias de Moraes Pereira
Advogado:Cláudia Maria Soares (OAB/RO 4527), Raquel Lisboa Louback Vieira (OAB/RO 4493)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos.MARCOS DIAS DE MORAES PEREIRA, já qualificado nos autos, foi denunciado pelo Ministério Público como incurso nas penas do artigo 129, caput, do CP e artigos 303, § único e 306 da Lei 9.503/97, todos da forma do artigo 69 do CP, pelos seguintes fatos assim descritos na denúncia:1º FATOConsta do inquérito policial que, no dia 18 de março de 2012, entre as 21h e 22h50, na rodovia BR-364, nesta cidade, o denunciado MARCOS DIAS DE MORAES PEREIRA, por meio de marteladas, ofendeu levemente a integridade corporal da vítima João Inácio Rodrigues Neto, causando-lhe lesões nos membros superiores, conforme Laudo de fls. 60/61.Consta que por ocasião dos fatos denunciado e vítima retornavam de carro da ?Chácara da Amizade?, quando, em dado momento, iniciaram uma discussão, azo em que o denunciado parou o veículo em meio a BR-364 e apossou-se de um martelo, passando então a agredir a vítima João Inácio, que, mesmo logrando fugir em direção a uma mata, restou lesionada levemente nos braços, consoante laudo de fls. 60/61.2º e 3º FATOSConsta ainda que, após agredir a vítima João Inácio, o denunciado MARCOS DIAS DE MORAES PEREIRA seguiu pela BR-364 conduzindo imprudentemente sua camionete, marca FORD, modelo RANGER, placas DNW-9886, pois imprimia velocidade muito acima do permitido, vindo, neste contexto, a colidir na altura do Posto Catarinense com o veículo conduzindo pela vítima Renato Rodrigues Junior, causando-lhe várias lesões, consoante comprova o laudo de exame de corpo de delito de fls. 49/52.Apurou-se que no momento do acidente o denunciado desenvolvia uma velocidade de aproximadamente 90km/h, num trecho urbano em que a velocidade máxima permitida era de 60km/h, imprudência que, concomitantemente a conduta da vítima Renato ? que convergiu inadequadamente seu veículo HONDA FIT placa DKG-4545 pela via de rodagem do imputado -, veio a ensejar a colisão e as consequentes lesões corporais em Renato (fls. 49/52).Depreende-se, por fim, que por ocasião do acidente o denunciado conduzia seu veículo automotor com concentração de álcool por litro de sangue superior ao limite legal, mais precisamente com 0,54 mg/L (fl. 32), sendo certo ainda que ele, após o acidente, evadiu-se do local, deixando de prestar socorro à vítima Renato Rodrigues Junior, muito embora pudesse fazê-lo sem qualquer risco pessoal.O réu foi preso em flagrante em 19/03/2012 e obteve liberdade provisória em 04/05/2012 (fl. 132-v).A denúncia foi recebida em 30/03/2012 (fl. 87).O réu foi devidamente citado (fl. 92v), apresentando defesa por intermédio da Defensoria Pública, sem mencionar qualquer causa que impedisse o prosseguimento do feito (fl. 142).Por ocasião da audiência de instrução, foram ouvidas quatro testemunhas, bem como interrogado o acusado (fls. 157/162).Convertidos os debates orais em memoriais, o Ministério Público requereu a condenação do acusado nos exatos termos da denúncia (fls. 177/180).Por sua vez, a Defesa pugnou pela absolvição do acusado (fls. 183/193).Foram atualizados os antecedentes criminais do acusado (fls. 194/195 e 197/198).É o breve RELATÓRIO . Passo a decidir.A materialidade dos delitos imputados ao acusado se encontra demonstrada pelo APF de fls. 07/05; pelos registros de ocorrência policial de fls. 19/20 e 22/23; pelo BOP/PM de fls. 21/21v; pelo BAT/DPRF de fls. 24/31; pelo RAB de fl. 32; pelo BO/PRF de fls. 33/36; pelo teste de alcoolemia de fl. 37 e pelos diversos termos de declarações colhidos na fase inquisitorial e judicial.Note-se, aqui, no que toca especificamente à materialidade do delito previsto no artigo 306/CTB, que a defesa alegou a presença apenas de infração administrativa, na medida em que o resultado do teste de alcoolemia feito pelo acusado teria constatado 0,54 decigramas de álcool por litro de sangue, enquanto que, no seu entender, o mínimo exigido para se configurar o crime seria 0,60 decigramas de álcool por litro de sangue.Contudo, não merece amparo tal posicionamente da defesa, na medida em que, tendo o teste sido realizado por meio de ?bafômetro? o índice mínimo exigido é outro, nos termos do DECRETO Nº 6.488, DE 19 DE JUNHO DE 2008, o qual regulamenta os arts. 276 e 306 da Lei nº 9.503/97, disciplinando a margem de tolerância de álcool no sangue e a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia para efeitos de crime de trânsito.Nesse rumo, tem-se que o art. 2º de referido Decreto, fixou o seguinte para os fins criminais de que trata o art. 306 da Lei no 9.503/97:?I - exame de sangue: concentração igual ou superior a seis decigramas de álcool por litro de sangue; ouII - teste em aparelho de ar alveolar pulmonar (etilômetro): concentração de álcool igual ou superior a três décimos de miligrama por litro de ar expelido dos pulmões.? (grifamos e destacamos)Dessa forma, tendo o teste do acusado indicado a concentração de 0,54 décimos de miligrama por litro de ar expelido dos pulmões, resta comprovada a materialidade delitiva para imputada ao réu em face do crime previsto no art. 306 da Lei no 9.503/97.Quanto a autoria, denoto que a mesma se encontra satisfatoriamente demonstrada, mormente em face da confissão do acusado em seu depoimento prestado na fase inquisitorial (fl. 13), o qual se coaduna com as demais provas coligidas nos autos, em especial o depoimento da vítima e dos

policiais rodoviários federais e policiais militares ouvidos.Diante disso, passo a analisar a alegações da defesa para cada crime. DO 1º FATONeste ponto, a defesa técnica do acusado afirma que o réu agiu em legítima defesa, após agressões provocadas pela vítima.Contudo, tal versão não se coaduna com o depoimento prestado pelo réu na DPC. Vejamos: ?QUE tava de 'cabeça quente', motivo pelo qual tentou agredir seu amigo com um martelo; Que MARCOS saiu correndo, tendo então o depoente saído dali com seu veículo?.Além disso, a favor da acusação existe o depoimento da vítima, a qual foi enfática ao afirmar que, após iniciarem uma discussão verbal, o acusado parou o veículo no acostamento, pegou um martelo e começou a agredi-lo, desferindo vários golpes, enquanto a vítima tentava se defender, o que o levou a correr do local, sendo que o acusado retornou ao veículo para tentar atropelá-lo, forçando-o a se esconder na mata.DO 2º FATOQuanto a imputação de lesão corporal no trânsito, o acusado apenas tentou afastar a causa de aumento decorrente da omissão de socorro, alegando que se retirou momentaneamente para buscar ajuda no Posto Catarinense, retornando ao local logo em seguida.Contudo, tal versão não encontra respaldo nos autos. Note-se que todos os registros de ocorrência, seja da PMRO, seja do DPRF ou CBMRO, dão conta, quando da chegada das respectivas guarnições, de que o acusado não se encontrava no local e que, somente depois apareceu a esposa do mesmo (Sra. Vera Lúcia) afirmando que estava conduzindo o veículo FORD RANGER, tendo, inclusive, firmado declaração junto aos Policiais Rodoviários Federais nesse sentido (fl. 36). Entretanto, logo em seguida, o acusado compareceu e assumiu que era o verdadeiro condutor do veículo.Outrossim, quanto à alegação de culpa concorrente do condutor do outro veículo, para o acontecimento do acidente envolvendo o acusado, note-se que, consoante nossa jurisprudência, mesmo nessa hipótese, a culpa por infração administrativa da vítima não exime a responsabilização do acusado na esfera criminal.PENAL - HOMICÍDIO CULPOSO - TRÂNSITO - PRELIMINAR DE INÉPCIA DA DENÚNCIA -ATROPELAMENTO - EXCESSO DE VELOCIDADE - PREVISIBILIDADE OBJETIVA - CULPA CONCORRENTE - COMPENSAÇÃO DE CULPAS - IMPOSSIBILDADE - MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO. OFERECIDA A DENÚNCIA EM CONFORMIDADE COM O ART. 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, NÃO HÁ FALAR EM INÉPCIA DA INICIAL. CONSTATADO QUE FOI A INOBSERVÂNCIA DE UM DEVER GERAL DE CUIDADO (EXCESSO DE VELOCIDADE) A CAUSA DETERMINANTE DO ACIDENTE FATAL, E PRESENTE A RELAÇÃO DE DETERMINAÇÃO ENTRE A CONDUTA E O RESULTADO, TÊM-SE PRESENTES OS PRESSUPOSTOS PARA A CONDENAÇÃO. A EXISTÊNCIA DE CULPA CONCORRENTE DA VÍTIMA NÃO EXCLUI A RESPONSABILIDADE PENAL, EIS QUE EM DIREITO PENAL AS CULPAS NÃO SE COMPENSAM.(TJ-DF - APR: 707542220058070001 DF 0070754-22.2005.807.0001, Relator: SÉRGIO BITTENCOURT, Data de Julgamento: 03/05/2007, 1ª Turma Criminal, Data de Publicação: 24/10/2007, DJU Pág. 116 Seção: 3) (grifamos e destacamos)Somando a tudo isso, tem-se que o acusado conduzia seu veículo embriagado e com velocidade incompatível para a via (aproximadamente 90 km/h, em uma via de 60 km/h). DO 3º FATO Com relação ao delito de embriaguez ao volante, como já registrado acima, a defesa aduziu que, pela concentração de álcool acusada no teste, o fato se enquadraria como infração administrativa e não como crime. Contudo, como já fundamentado acima, quando tratamos da materialidade delitiva, é bem claro o teor do regulamento trazido no inciso II do artigo 2º do DECRETO Nº 6.488, DE 19 DE JUNHO DE 2008, pelo que não há como se acatar a tese defensiva. DISPOSITIVO Isso posto, julgo procedente denúncia para condenar MARCOS DIAS DE MORAES PEREIRA, já qualificado nos autos, pela prática dos delitos previstos no artigo 129, caput, do CP e artigos 303, § único e 306 da Lei 9.503/97, todos da forma do artigo 69 do CP.Da análise das circunstâncias constantes do artigo 59 do CP, observa-se que o acusado não possui antecedentes, inexistindo qualquer outra causa que possa influenciar na presente dosagem.I) Assim, para o delito do artigo 129, caput do CP, fixo a pena-base em 03 (três) meses de detenção.II) Para o delito do artigo 303, parágrafo único, do CTB, fixo a pena-base em 06 (seis) meses de detenção. Em face da causa de aumento acima reconhecida, majoro em 1/3, fixando-a em 08 (oito) meses de detenção.III) Para o delito do artigo 306 do CTB, fixo a pena-base em 06 (seis) meses de detenção e 10 dias-multa, cada um na base de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato.A conduta do acusado se deu em concurso material, pelo que, somadas as penas, essas ficam definitivamente fixadas em 01 (um) ano e 05 (cinco) meses de detenção e 10 (dez) dias-multa, no valor já arbitrado. Suspendo a habilitação do acusado para dirigir veículos pelo período de 06 (seis) meses, devendo, tão logo transite em julgado a presente, ser intimado a apresentar sua CNH em cartório para fins de recolhimento.Deverá o DETRAN ser notificado da suspensão. O regime inicial para cumprimento da pena privativa de liberdade será o aberto.Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade.Substituo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, consistentes em uma prestação pecuniária no valor de três salários mínimos, os quais serão destinados à APAE/Vilhena e uma de prestação de serviços à comunidade a ser especificada pela juízo das execuções penais. Arcará o acusado com as custas processuais, as quais, juntamente com a pena de multa, deverão ser abatidas do valor da fiança depositada, devendo eventual remanescente ser encaminhado com a guia de execução ao juízo competente. Com o trânsito em julgado da presente, lance o seu nome no rol dos culpados e expeça documentação para execução.Dê-se ciência às vítimas do inteiro teor da presente DECISÃO . P.R.I.C.Vilhena-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito Substituto

Proc.: 0043978-02.2000.8.22.0014
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça do Estado de Rondônia (Não informado)
Denunciado (Pronunciaso): Ênio Valdir Wesseling
Advogado:Mário Guedes Junior (OAB-RO 190-A)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima nominado do r. DESPACHO de fls. 517/518 a seguir transcrito: DESPACHO: Vistos.Processo em ordem, sem falhas ou nulidades a serem sanadas ou declaradas. Defiro a oitiva em plenário das testemunhas arroladas (fls. 508/516).Descreve a denúncia de fls. 03/04 que no dia 27 de janeiro de 1999, por volta das 23 horas, o denunciado Enio Valdir Wesseling e Pedro Loureiro da Fontoura, já julgado, ceifaram a vida da vítima Francisco Teixeira de Souza, com vários disparos de arma de fogo, atingindo-a diretamente na região craniana, o que levou a morte imediatamente. Segundo da denúncia os fatos

aconteceram no Bar Primavera, localizado na Avenida Melvin Jones, no Bairro Cristo Rei. Segundo consta da denúncia o corréu Pedro Loureiro da Fontoura iniciou um agressão física contra a vítima, logo em seguida efetuando vários disparos de arma de fogo pelas costas da vítima, deixando-a desfalecida. Logo em seguida o corréu Pedro dirigiu-se na direção de Enio Enio Valdir Wesseling, que o aguardava do lado de fora do bar em uma motocicleta, sendo que ambos empreenderam fuga do local. Assim agindo, foi-lhe imputado a prática do delito previsto no artigo 121, § 2º, I e IV, c/c artigo 29 do Código Penal. O denunciado Enio Valdir Wesseling encontra-se com MANDADO de prisão preventiva a cumprir, conforme noticia DECISÃO de fl. 309. Acompanhou a denúncia o Inquérito Policial de n. 047/1999, constando da peça acusatória, além da oitiva de quatro testemunhas (fls. 10, 11,12 e 69), e um interrogatório do corréu Pedro Loureiro Fontoura (fl. 39), laudo de exame de tanatoscópico (fls. 59/61), auto de reconhecimento de pessoa (fl. 68) e demais documentos que acompanham o IP. Recebida a denúncia antes da alteração da lei, o acusado Enio Valdir Wesseling foi citado por edital (fl. 103), sendo que teve decretada a suspensão do processo e consequente expedição de MANDADO de prisão, o qual foi cumprido em 18.12.2001. Às fls. 208/209, foi o acusado interrogado. Por conseguinte, por intermédio de Defensor constituído, apresentou defesa prévia. No decorrer da instrução foi realizada audiência de instrução onde efetuou-se a inquirição de duas testemunhas. Encerrada a instrução, foram oferecidas alegações finais por memoriais, o Ministério Público postulou pela pronúncia do acusado nos termos da denúncia. A Defesa, com advogado constituído requereu a impronúncia pela insuficiência de provas. Na DECISÃO prolatada às fls. 239/241, foi o acusado Enio Valdir Wesseling foi impronunciado. O Ministério Público recorreu da SENTENÇA de impronúncia, sendo que em DECISÃO de fls. 283/291, o Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia acolheu o recurso e pronunciou o acusado Ênio Valdir Wesseling, modificando a SENTENÇA proferida no Juízo de 1º grau, determinando a imediata expedição de MANDADO de prisão, uma vez que o permaneceu foragido durante quase toda a instrução criminal.

Com alteração da legislação processual em 2008 (Lei n. 11.689/08), o acusado foi intimado da SENTENÇA de pronúncia por edital. Com o trânsito em julgado desta DECISÃO, o Ministério Público e Defesa apresentaram o rol comum de testemunhas (fls. 508/516).Estando a pauta de julgamentos deste ano de 2013 perante o Tribunal do Júri totalmente preenchida, com algumas datas vagas somente para inclusão de processos relativos a réus presos, determino que os autos venham conclusos em dezembro do corrente ano para inclusão na pauta de 2014. Intimem. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Liliane Pegoraro Bilharva Juíza de Direito.

Proc.: 0004998-63.2012.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Advogado:Promotor de Justiça (OAB/RO)
Condenado:A. G. M.
Advogado:Elenice Aparecida dos Santos (0AB-RO 2.644)
FINALIDADE: INTIMAR a advogada acima nominada da r. SENTENÇA de fls. 100/107 a seguir transcrita:
SENTENÇA Vistos.ANTÔNIO GIBRAIR MADUREIRA, já qualificado nos autos, foi denunciado pelo Ministério Público como incurso nas penas dos artigos 129, §9º e 147, c/c o artigo 61, inciso II, ?f?, (em relação a vítima Valéria Alexandre de Lima) e no artigo 129, §9º c/c o artigo 61, II, ?h? (em relação a sua filha ?G.L.M? de apenas 9 anos), na forma do artigo 69, todos do Código Penal, pelos seguintes fatos assim descritos na denúncia:No dia 26 de maio de 2012, por volta das 16h36min, na Rua 607, nº1045, Setor 06, Parque São Paulo, nesta cidade, o denunciado ANTÔNIO GIBRAIR MADUREIRA ofendeu a integridade corporal de sua filha ?G.L.M? e de sua companheira Valéria Alexandre de Lima, haja vista tê-las agredido, provocando -lhes as lesões leves citadas nos laudos de exame de corpo de delito de fls.30/33.Apurou-se que por ocasião dos fatos, após chegar em casa embriagado, o denunciado passou a agredir sua filha ?G.L.M? (de 9 anos) com uma borracha, causando-lhe equimoses nos braços (fls.30/31). Ato contínuo, com a chegada de sua companheira Valéria Alexandre de Lima, o denunciado voltou-se contra ela, passando a agredi-la com o mesmo objeto até jogá-la ao chão, causando-lhe, por consequência, as lesões leves descritas no laudo de fls.32/33.Ato contínuo, após ser preso e conduzido à delegacia de polícia, o denunciado ameaçou por gestos causar mal injusto e grave a sua companheira Valéria Alexandre de Lima, fazendo sinais de que cortaria seu pescoço. Depreende-se, assim, que as referidas agressões e ameaças ocorreram em forma de violência doméstica e familiar, causando sofrimento físico e psicológico às vítimas.Preso em flagrante o réu obteve a liberdade provisória no dia 01/06/2012 (fls. 045).Em seu depoimento na Delegacia, a vítima manifestou a intenção de representar criminalmente contra o réu pelas lesões e ameaças sofridas, sendo a denúncia recebida em 12/06/2012 (fls. 49). Devidamente citado (fls. 52/53) o acusado apresentou defesa por intermédio de advogada constituída, sem que fossem arroladas causas que impedissem o prosseguimento do feito (fls. 56/61).Em audiência de instrução processual as vítimas foram ouvidas e interrogado o réu, sendo que o Ministério Público desistiu da oitiva da testemunha Iter, o que foi homologado (fls. 68/70).Apresentadas as alegações finais por memoriais o Ministério Público pediu a condenação do réu em relação aos crimes de lesão corporal e sua absolvição em relação ao crime de ameaça, argumentando que este não se concretizou em razão da ausência de temor por parte da vítima (fls. 71/74).A defesa, por seu turno, alegando a dependência etílica do acusado, pugnou por sua absolvição em relação a todos os crimes. Quanto ao crime de ameaça aduziu também que não se caracterizou porque não incutiu medo à vítima (fls.76/93).Foram atualizados os antecedentes criminais do acusado (fls. 84/92).É breve RELATÓRIO . Passo a decidir.Tratando-se de duas espécies de crime, efetuo a análise das condutas separadamente. Dos crimes de lesões corporais.Os delitos de lesões corporais restaram materialmente comprovados consoante auto de prisão em flagrante (fls. 06/12), auto de apresentação e apreensão (fls. 14), registro de ocorrência (fls. 21/22), laudo de exame de constatação e eficiência (fls. 29), laudos de exame de corpo de delito lesões corporais (fls. 34/37) e ainda, pela prova oral coletada.Nos laudos de exame de corpo de delito restou confirmado que as vítimas Gabriela de Lima Madureira e Valeria Alexandre de Lima sofreram lesões corporais de natureza leve.A autoria também é certa.Em Juízo, quando interrogado, o réu confessou que o constante da denúncia é verdadeiro. Disse que, por ter sofrido prejuízo financeiros em seus negócios, passou a beber e não tem lembranças do que fez no dia dos fatos. Narrou ainda que se recorda de ter feito um gesto na Delegacia mas que não era ameaça e sim um pedido para que sua esposa não dirigisse o carro (mídia de fls. 70).Com base nas declarações do

acusado, a Defesa Técnica requereu sua absolvição alegando, que em razão da embriaguez, ele não tinha ciência de seus atos. Ressaltou que as vítimas nunca deixaram de conviver com o acusado, sendo que os atos cometidos naquele dia foram os únicos em suas vidas e que inclusive Valéria tentou retirar a denúncia no dia seguinte.A atual situação do casal e da filha, contudo, não tem o condão de afastar a ilicitude da conduta anteriormente perpetrada.Da mesma forma, a alegação de embriaguez, quando dos fatos, não é suficiente para afastar a responsabilidade do acusado, uma vez que a embriaguez voluntária não exclui a imputabilidade, conforme orienta o artigo 28, inciso II, do Código Penal, tampouco pode servir como atenuante genérica do art. 66 do Código Penal.Para servir como causa de inimputabilidade a embriaguez deve ter sido completa e involuntária e ainda, ter sido atestada tal circunstância por meio de prova pericial. Não é o caso dos autos.No que se refere a intenção da vítima, no sentido de não ver o réu condenado, de nada vale se não manifestada antes do recebimento da denúncia. Portanto, afasto as teses da Defesa e passo a analisar as demais provas dos autos.Em Juízo foram colhidas as declarações das duas vítimas.Valéria Alexandre de Lima confirmou que os fatos se deram da forma descritas na denúncia. Narrou que convive com o denunciado por quatorze anos e que no dia dos fatos estava fora de casa quando foi chamada por uma vizinha a qual lhe falou que ele estava brigando com suas filhas. Disse que ao chegar em sua casa sua filha Gabriela já tinha sido agredida por ele e, naquele momento, o acusado voltou-se contra ela passando a agredi-la, lesionando-a. Relatou que o réu estava bêbado e que aquela foi uma situação única em suas vidas. Disse que se pudesse retiraria a queixa e que sua filha não se importaria com isto porque estão vivendo em harmonia depois dos fatos (mídia de fls. 70).Gabriela de Lima Madureira narrou que no dia dos fatos seu pai lhe perguntou sobre a mãe que não estava em casa e sobre a moto que estava na casa. Descreveu que então ele lhe bateu com uma borracha e quando sua mãe chegou também bateu nela. Disse que seu braço ficou roxo e que depois dos fatos seu pai melhorou muito (mídia de fls. 70). Tais declarações correspondem àquelas produzidas na fase de inquérito e estão de acordo com as lesões indicadas nos laudos de exame de corpo de delito.As palavras das ofendidas, no caso, merecem especial valor porque vieram comprovadas nas demais provas.Há ainda as declarações dos policiais que atenderam a ocorrência, os quais somente foram ouvidos na fase de inquérito (fls. 007 e 009) e na ocasião descreveram que, acionados, encontraram as vítimas já lesionadas do lado de fora da residência sendo que o réu as impedia de adentrar no local. Estas são, pois, as provas que se produziu, sendo suficientes para condenar o réu em relação a ambos os crimes.Assim, restou comprovado que o réu lesionou as vítimas Valéria, sua esposa, e Gabriela, sua filha, e que não estava sob qualquer excludente de ilicitude.Por consequência, o condenarei pelos crimes de lesões corporais descritos na denúncia.Em desfavor do acusado reconheço as agravantes constantes do artigo 61, II, ?f? e ?h?, do CP, posto que o delito foi cometido com violência contra a mulher, sua esposa, prevalecendo-se o infrator de relações domésticas e coabitação e, contra sua filha, criança, o que me fará aumentar a pena de cada um dos crimes em 1/6. Anoto que a atenuante da confissão não se faz presente porque embora o réu tenha dito que a denúncia é verdadeira descreveu que de nada se recorda.Tratando-se de crimes da mesma espécie, entendo que deve ser também reconhecida a continuidade delitiva e a consequente unificação e aumento da pena conforme previsto no artigo 71, parágrafo único, do Código Penal.Isto porque ficou comprovado que os dois crimes de lesões corporais narrados na denúncia se tratam de crimes continuados, cometidos com violência contra vitimas diversas e praticados nas mesmas condições de tempo, de lugar e maneira de execução. Quanto ao tempo, foram cometidos com intervalo de minutos, sendo pacífico na jurisprudência, a aceitação de intervalos de até 30 (trinta) dias. Quanto ao lugar dos crimes, foram praticados na mesma casa. A execução dos delitos se deu de forma semelhante, utilizando-se o agente do mesmo modus operandi.Em razão da continuidade delitiva considerarei a pena de um dos crimes, posto que iguais, e a aumentarei na proporção de 1/6 porque foram dois os crimes cometidos. Neste sentido é a lição de Guilherme de Souza Nucci, in Código Penal Comentado ? 10. ed. Rev., atual e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 468.Por fim, em relação aos crimes, resta ressalvar que deve incidir as normas da Lei 11.340/06, eis que, conforme já mencionado, foram praticados na forma de violência doméstica, pois o réu é convivente de uma das vítimas e a outra é sua filha.Do crime de ameaça. Já o crime de ameaça, que veio inicialmente registrado em ocorrência policial (fls. 22/23), se perfaz com a prática do ato, não havendo materialidade passível de ser comprovada, dependendo, o exame da existência dos fatos e da autoria, da análise da prova testemunhal obtida no curso do processoPois bem, no que se refere a tal crime, ainda que tenha se comprovado que o réu proferiu as ameaças, vejo que, como bem observado pelo Ministério Público, não se confirmou um dos requisitos do ilícito, qual seja, o temor por parte da vítima.Sobre a configuração do crime, pela pertinência, no ponto, transcrevo a lição de Guilherme de Souza Nucci, in Código Penal Comentado ? 10. ed. Rev., atual. E ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 147/148:Mal injusto e grave: é preciso ser algo nocivo à vítima, além de se constituir em prejuízo grave, sério, verossímil e injusto (ilícito ou meramente iníquo, imoral). Inexiste ameaça quando o mal anunciado é improvável, isto é, liga-se a crendices, sortilégios e fatos impossíveis. Por outro lado, é indispensável que o ofendido efetivamente se sinta ameaçado, acreditando que algo de mal lhe pode acontecer; por pior que seja a intimidação, se ela não for levada a sério pelo destinatário, de modo a abalar-lhe tranquilidade de espírito e a sensação de segurança e liberdade, não se pode ter por configurada a infração penal. Afinal, o bem jurídico protegido não foi abalado. ? (grifei)Ao ser interrogado, em Juízo, o acusado nada falou sobre as ameaças (fls. 60/61).A vítima, embora tenha confirmado as ameaças declarou em Juízo que não sentiu temor frente as ameaças do réu pois sabia que as estava proferindo somente porque estava bêbado (mídia de fls. 70).Portanto, há provas de que o réu proferiu as ameaças descritas na denúncia, todavia, das declarações prestadas pela ofendida em Juízo, vê-se que tais palavras não tiveram o efeito de amedrontá-la.Destarte, do que se mencionou, se extrai que em Juízo não se confirmaram as provas produzidas na fase de inquérito, ocasião em que Valéria representou criminalmente contra o réu.Tudo indica que de fato assim o fez porque foi agredida fisicamente, não porque se sentia receio de que ele concretizasse o que falou.Sabe-se que para uma condenação há necessidade de que a prova produzida na fase judicial, atenda aos princípios do contraditório e da ampla defesa, permitindo a vinculação do réu ao crime imputado. Isso não ocorreu.É entendimento predominante, que a prova policial, não confirmada por elementos obtidos na fase judicial, não autoriza um decreto condenatório.A propósito, conforme alteração efetuada no artigo 155, do Código de Processo Penal, pela Lei nº 11.690/08, em vigor, por expressa disposição legal, o Juiz não pode fundamentar

sua DECISÃO exclusivamente nos elementos informativos colhidos na fase de investigação.Restritos, portanto, os elementos de convicção que aportam aos autos, não havendo provas da ocorrência do crime em razão da ausência de um de seus requisitos. Por tal razão, a sua absolvição em relação ao crime de ameaça descrito na denúncia é a melhor medida.Diante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A DENÚNCIA feita pelo Ministério Público contra ANTÔNIO GIBRAIR MADUREIRA, já qualificado nos autos, para CONDENÁ-LO pela prática do delito de lesão corporal de que foi vítima Valéria, dando-o como incurso no artigo 129, §9º c/c artigo 61, II, ?f?, ambos do Código Penal e pela prática do delito de lesão corporal praticado contra Gabriela de Lima Madureira, como incurso no artigo 129, §9º c/c artigo 61, II, ?h?, ambos do Código Penal, ambos nos moldes da Lei 11.340/06 e ABSOLVÊ-LO em relação às ameaças, com fundamento do artigo 386, III, do CPP.Passo a dosar-lhe a pena para os dois crimes em conjunto diante da similitude das circunstâncias:Culpabilidade ? acentuada. Plenamente imputável, tinha pleno conhecimento da ilicitude de suas ações, logo, dele se exigia conduta diversa, presentes assim os elementos integralizadores da culpabilidade, pressuposto da punibilidade. Conforme certidões constantes dos autos o réu não possui antecedentes criminais. Não há elementos suficientes sobre sua conduta social e personalidade. O móvel dos crimes, ao que parece, foi a bebida. Circunstâncias normais às espécies. Não foram constatadas consequências extrapenais. Não há provas de que as vítimas tenham contribuído para a eclosão dos eventos.Desta forma, atento ao que dispõe o art. 59, CP, para reprovabilidade e prevenção dos delitos, fixo as penas-bases em: 03 (três) meses de detenção.Na segunda fase, presente as condições do artigo 61, II, ?f? e ?h?, do CP, majoro a pena de de cada um dos crimes em 1/6, passando para 03 (três) meses e 15 (quinze) dias de detenção.Na terceira fase, tendo sido reconhecida a continuidade delitiva considero a pena de um dos crimes, posto que iguais, e aumento-a em 1/6 para obter: 04 (quatro) meses e 02 (dois) dias de detenção, pena esta que torno definitiva diante da ausência de outras causas modificadoras.O regime de cumprimento de pena será o aberto, de acordo com o art. 33, §2º, c, do CP.Considerando que a substituição da pena privativa por restritiva de direitos revela-se incapaz de moldar o caráter do agente, inclusive sendo vedada por lei, uma vez que dois dos crimes foram praticados mediante violência à mulher (art. 17 da Lei 11.340/06 e art. 44, I, do CP). Porém, tem direito ao ?sursis?, pelo prazo de dois anos (art. 77, CP). Presentes os requisitos do art. 77 do Código Penal, suspendo a execução das penas privativas de liberdade, pelo prazo de 02 anos, mediante as seguintes condições: a) no primeiro ano do prazo, prestará serviços à comunidade na razão de um dia de tarefa por dia de condenação, ou seja, por 04 (quatro) meses e 02 (dois) dias; b) proibição de ausentar-se da Comarca onde reside, por mais de 30 dias, sem autorização judicial; c) comparecimento pessoal e obrigatório a Juízo, bimestralmente, para informar e justificar suas atividades. Concedo ao réu o direito de apelar em liberdade pois já obteve liberdade provisória e não causou óbice ao regular andamento do feito.Condeno-o ao pagamento das custas na forma da lei, cujo pagamento deverá ocorrer em dez dias, sob pena de inscrição em dívida ativa.Após o trânsito em julgado, proceda-se as comunicações de estilo; lance o nome do réu no livro rol dos culpados e expeça-se o necessário para a execução da pena imposta. Após, arquivem-se os autos.P.R.I.C. Cumpra-se. Vilhena-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito

Proc.: 0001331-35.2013.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:J. F. B.
Advogado:Armando Krefta (OAB/RO 321B)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima nominado, para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias do Laudo de Avaliação Psicológica juntado nos autos.

Proc.: 0000828-82.2011.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (OAB/RO)
Denunciado:Welligton Danilo Barreto Carvalho, Tiago Lima da Silva
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( ), Rodrigo Favaretto Lermen (OAB/RO 3376)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos.WELLINGTON DANILLO BARRETO CARVALHO e TIAGO LIMA DA SILVA, já qualificados nos autos, foram denunciados pelo Ministério Público como incurso nas penas do artigo 155, ¿?4º, II e IV, c/c o artigo 29, ambos do Código Penal pelos fatos assim descritos na denúncia:No dia 20 de novembro de 2.010, por volta das 02hs, no estabelecimento comercial Projetus, Engenharia, Comércio e Construção Ltda, na Av. Marechal Rondon, 6808, bairro Parque Industrial São Pedro, nesta cidade, os denunciados, previamente ajustados, mediante abuso de confiança, subtraíram aproximadamente R$ 25.0000,00 (vinte e cinco mil reais) em espécie, pertencentes à vítima Edis Custódio de Faria Moura, proprietária da referida empresa.Segundo o informado, dias antes do fato o denunciado WELLINGTON DANILLO BARRETO CARVALHO, na condição de office boy da sobredita empresa, recebeu a incumbência da proprietária para providenciar duas cópias das chaves das portas da frente e do escritório financeiro do estabelecimento, azo em que este imputado comentou o fato com o à época também funcionário TIAGO LIMA DA SILVA, ao que este, visualizando as facilidades para uma eventual subtração no local, sugeriu que WELLINGTON providenciasse uma cópia a mais de cada chave, mediante certa retribuição financeira.Anuindo ao plano de TIAGO, o imputado WELLINGTON providenciou as aludidas cópias das chaves, com as quais lograram entrar sorrateiramente na empresa alguns dias depois, de onde subtraíram aproximadamente R$ 25.000,00 em espécie, que se encontravam em um armário, dentro do escritório financeiro. Ao que se apurou, ainda, os denunciados consumaram a subtração abusando da confiança que lhes era depositada, pois, na condição de funcionários, se valeram do acesso às cópias das chaves e de informações preciosas sobre a rotina financeira do estabelecimento para realizarem a subtração.A denúncia foi recebida em 29/02/2012 (fls. 68).Os réus foram devidamente citados (fls. 72/73), tendo Tiago apresentado defesa por intermédio de seu advogado constituído (fls. 74/76) e Wellington, por intermédio da defensoria pública (fls. 90), sem trazer qualquer causa que impedisse o prosseguimento da ação penal.Durante a instrução processual a vítima (fls. 109) e quatro testemunhas foram ouvidas (fls. 110/113), bem como interrogados os acusados (fls. 119/122), sendo que houve a desistência quanto à oitiva das demais testemunhas (fls. 118). Apresentadas as alegações finais por memoriais o Ministério Público requereu a condenação do acusado Wellington nas penas do art. 155, ¿? 4º, II e IV, c/c o artigo 29, ambos do Código

Penal, e pela absolvição do codenunciado Tiago, justificada pela insuficiência de provas (fls. 128/132).A Defesa de Tiago pugnou por sua absolvição alegando fragilidade probatória constante nos autos (fls. 133/145); já a Defesa de Wellington pugnou por sua absolvição justificada pela fragilidade e falta de provas, e em caso de condenação pugnou pela desclassificação do delito previsto no artigo 155, ¿? 4º, II e IV, do Código Penal pelo de apropriação indébita previsto no artigo 168, ¿? 1º, III, do mesmo diploma legal (fls. 146/148).Foram atualizados os antecedentes criminais dos réus (fls. 149/154).É o breve RELATÓRIO . Passo a decidir.A materialidade do delito restou comprovada consoante registro de ocorrência (fls. 08), auto de apresentação e apreensão (fl. 09), termo de restituição (fl. 13), recibo que comprova a realização de cópias de chaves (fl. 11), laudo pericial em local de arrombamento (fls. 26/27) e prova oral constante dos autos.Com relação à autoria, existem provas contundentes apenas contra o acusado WELLINGTON, de que este concorreu para o delito, não só pela confissão espontânea do mesmo, onde deu detalhes de onde e como providenciou as cópias extras das chaves que deram acesso ao local de onde foi subtraído o dinheiro; mas, também, pelo conjunto probatório constante dos autos, mormente o depoimento dos proprietários do estabelecimento onde foram confeccionadas as cópias dessas chaves e das imagens do circuito de TV ¿ consoante RELATÓRIO de investigações de fls. 17/18.Portanto, firmes são as provas da autoria não havendo dúvidas de que foi o réu quem concorreu para o crime descrito na denúncia. Outrossim, entendo que restou suficientemente esclarecido que os crimes em questão são qualificados pelo abuso de confiança, porquanto o acusado era funcionário da empresa da qual foram subtraídos os valores, onde exercia as funções de office boy, realizando serviços bancários, o que demonstra total confiança em sua pessoa.Reconhecerei em favor do acusado a atenuante da confissão e a atenuante da menoridade, pois contava na época da infração com apenas dezenove anos de idade.De outra banda, forçoso é concluir que razão assiste ao MP e à defesa quando se trata da insuficiência de provas da autoria imputada ao acusado TIAGO. Este acusado negou haver concorrido para o furto em todas as oportunidades em que foi ouvido. Ademais, não se logrou encontrar qualquer indício de que este acusado tenha ficado com o todo, ou ao menos parte dos valores subtraídos. O que pesa contra o mesmo, apenas e tão somente, é a palavra do outro acusado WELLINGTON, o qual, referiu-se também a uma terceira pessoa denominada de PEDRO YAGO. Note-se, inclusive, a despeito de não haver chegado aos autos laudo conclusivo de exame grafotécnico, que a grafia do bilhete de fl. 12, visivelmente, não guarda qualquer semelhança com a grafia deste acusado (fls. 45/51), tampouco com a de WELLINGTON (fls. 52/57), o que indica, ao menos em tese, para a participação de uma terceira pessoa não identificada nas investigações. Ou seja, está-se diante de um exemplo claro de in dubio pro reu.Demonstradas materialidade, autoria e consciência da ilicitude pelo acusado WELLINGTON, há de se dar procedência parcial à denúncia em relação ao mesmo, em todos os seus termos.Isso posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para condenar WELLINGTON DANILLO BARRETO CARVALHO, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 155, ¿?4º, II e IV, c/c o artigo 29, ambos do Código Penal; e absolver TIAGO LIMA DA SILVA com base no artigo 386, VII do CPP.Assim, passo a dosar a pena do réu condenado.Atento às circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal, verifico que o acusado é tecnicamente primário, sendo que inexistem outras circunstâncias capazes de influir na presente fase. Assim, fixo a pena base em 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias multa, cada um na razão de 1/30 do salário mínimo nacional vigente à época dos fatos.Concorrem as atenuantes da confissão e da menoridade. Porém, deixo de atenuar a pena face da mesma já haver sido fixada em seu patamar mínimo na fase anterior (Súm. 231/STJ).Ausentes outras causas, torno a pena definitiva em 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias multa, cada um na razão de 1/30 do salário mínimo nacional vigente à época dos fatos.O regime inicial para o cumprimento da pena privativa de liberdade, atento ao que dispõe a alínea ¿gc¿h do ¿?2º do artigo 33 do Código Penal, será o ABERTO.Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade.Atento ao disposto no artigo 44 do CP, substituo a pena privativa de liberdade imposta, por uma pena restritiva de direitos consistente na prestação de serviços a entidades públicas a ser regulada pelo juízo das execuções penais, e uma pena de multa.Isento o acusado do pagamento das custas e multa, em face de haver sido representado pela Defensoria Pública e evidente insuficiência financeira.Após o trânsito em julgado da presente, lance o seu nome no rol dos culpados e expeça-se o necessário.Comunique-se a vítima sobre o teor desta DECISÃO, nos termos do art. 201, ¿? 2º, do Código de Processo Penal.P.R.I.C.Vilhena-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito Substituto

Emerson Batista Salvador
Diretor de Cartório

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

2º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)

Proc.: 0002140-59.2012.8.22.0014
Ação:Processo de Apuração de Ato Infracional
Autor:M. P. do E. de R.
Advogado:LAIRCE MARTINS DE SOUZA (OAB/RO 3041)
Menor infrator:M. P. da S.
Retorno do TJ: Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, tendo em vista acórdão, negando provimento à apelação.

Proc.: 0000449-10.2012.8.22.0014
Ação:Guarda
Requerente:R. de P. C.
Advogado:Bartolomeu Alves da Silva (OAB 2046)
Requerido:E. de C. R. R. da S.
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
SENTENÇA:O autor peticionou requerendo a desistência da ação de guarda uma vez que a criança atualmente está em companhia de sua genitora. Revogo o termo de guarda expedido às fls. 10.Assim, homologo por SENTENÇA o pedido de desistência de fls.53 e, nos termos do Artigo 267, VIII, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO. Sem custas.Transitada em julgado a presente DECISÃO, arquivem-se os autos.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Vilhena-RO, terça-feira, 6 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0005961-37.2013.8.22.0014
Ação:Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteç
Requerente:Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente Vilhena
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Infrator:Valdomiro Muniz de Souza
Advogado:Rafael Endrigo de Freitas Ferri (RO 2832)
DESPACHO:Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 10.2.2014, às 8h.Intimem-se. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, quinta-feira, 11 de julho de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Maria José Madeira Gavazzoni
Escrivão Judicial

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Sugestões ou reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: vha1civel@tjro.jus.br
Juiz de Direito: Andresson Cavalcante Fecury
Diretor de Cartório: Edeonilson Souza Moraes

Proc.: 0004590-38.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Márcio Bassanesi
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
FINALIDADE: Intimação - Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação (fls. 024/041), querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0002596-72.2013.8.22.0014
Ação:Exibição
Requerente:Odete Lopes Navarro
Advogado: Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Requerido:Banco BMG S/A.
FINALIDADE: Intimação - Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação (fls. 024/039), querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0003361-43.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Saraíva & Benício Ltda Me
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Requerido:Nelson Querino de Brito
FINALIDADE: Intimação - Certidão do Oficial de Justiça: fls. 029.
Manifeste a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça, em 10 (dez) dias.

Proc.: 0011373-80.2012.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:J. M. Ramos Fernandes & Cia Ltda
Advogado:Roberto Berttoni Cidade (RO 4178), Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616)
Requerido:Bianca Toricaquiri de Araujo
FINALIDADE: Intimação - Certidão do Oficial de Justiça: fls. 023.
Manifeste a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça, em 10 (dez) dias.

Proc.: 0054336-45.2008.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Auto Posto Catarinense Ltda.
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Transportadora Contak Ltda
FINALIDADE: Intimação para no prazo de 10 (dez) dias manifestar-se quanto a resposta do Banco do Brasil S/A (fls. 105/106).

Proc.: 0011524-46.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Welcome Luiz da Silva Sobrinho
FINALIDADE: Intimação - Certidão do Oficial de Justiça: fls. 068.
Manifeste a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça, em 10 (dez) dias.

Proc.: 0092301-62.2005.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Auto Posto Catarinense Ltda.
Advogado:Agenor Martins - OAB/RO 654-A
Requerido:José Carbossa
Finlaidade: Intimação para no prazo de 10 (dez) dias proceder levantamento de documento desentranhado.

Proc.: 0006340-51.2008.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Auto Posto Catarinense Ltda - Filial
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Executado:Milton César Flauzino Me, Flauzino & Lima Ltda
FINALIDADE: Intimação - Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida (fls. 139/142).

Proc.: 0040831-84.2008.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Invest Factoring Fomento Mercantil Ltda
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Emerson Bernini
FINALIDADE: Intimação - Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida (fls. 114/125).

Proc.: 0002433-63.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Requerido:Elias Alves Damascena
Advogado:Beatriz Bianquini Ferreira Barlette (RO 3602)

SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos etc...Considerando a satisfação do débito executado nestes autos, conforme depósito judicial de fl. 88, nos termos do art. 794, I, do CPC, JULGO EXTINTA a execução de SENTENÇA promovida por FUCK DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA contra ELIAS ALVES DAMASCENA. Custas pelo executado, que deverá ser intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, realizar o pagamento, sob pena de inscrição na dívida ativa. Expeça-se alvará judicial para levantamento do valor depositado à fl. 88, em favor da exequente.Nesta data procedo o levantamento da restrição realizado nos autos, junto ao sistema RENAJUD (doc. anexo).Autorizo o desentranhamento de documentos mediante substituição por fotocópia e recibo nos autos.Considerando a extinção do feito pelo pagamento, verifico a ocorrência da renúncia tácita quanto ao prazo recursal. Com as cautelas de praxe arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.Vilhena-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0009369-70.2012.8.22.0014
1ª Vara Cível
Edital de Citação - Prazo de 30 (trinta)dias. JUSTIÇA GRATUITA
Autos n. 0009369.70.2012.8.22.0014
Classe: Guarda e Responsabilidade com Pedido Liminar
Requerente: Maurina dos Santos
Adv. Drª Maria Lurdes Simionatto – OAB/RO 189-B-Defensora Pública
Requerida: Vanuza Vieira Barreto e Clodoaldo Santos Barreto
Citação de: Clodoaldo Santos Barreto, brasileiro, casado, motorista, filho de Maurina dos Santos e de Hélio Silva Barreto, atualmente em local incerto.
FINALIDADE: Citação para no prazo 15 (quinze) dias contestar(em), querendo, a presente ação, sendo que se a mesma não for contestada, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a).
Sede do Juízo: Forum Des. Leal Fagundes, Av. 520, n. 4432, Bairro Jardim América.
Vilhena, RO, 08.08.2013.
Eu, Edeonilson S Moraes, diretor de cartório, mandei digitar, subscrevi e assino por ordem do MM. Juiz de Direito.
Edeonilson S Moraes, diretor de cartório.

Edeonilson Souza Moraes
Diretor de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível

Proc.: 0002977-51.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/a
Advogado:Elias Malek Hanna (OAB-RO 356-B), Anne Botelho Cordeiro OAB/RO 4370
Executado:Freitas & Martins Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda Me
DESPACHO "Junte-se a petição aos autos. Intime-se a parte autora a requerer o que entender de direito, em 05 (cinco) dias. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, 05 de agosto de 2013. Sandra Beatriz Merenda.Juíza de Direito".

Proc.: 0076982-64.1999.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:L. T. de S.
Advogado:Wilson Luiz Negri (OAB/RO 3757), Aleteia Michel Rossi (OAB/RO 3396)
Requerido:F. de L. N.
DESPACHO "Defiro o desarquivamento dos asutos para extração de cópias. Após, nada sendo requerido, voltem ao arquivo. Vilhena-RO, 054 de agosto de 2013. Sandra Beatriz Merenda. Juíza de Direito".

Proc.: 0005381-07.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Guaporé Maquinas e Equipamentos Ltda
Advogado:Daniel Redivo (OAB/RO 3181), João Carlos da Costa (OAB/RO 1258), Silvane Secagno (OAB/RO 5020)
Executado:Franco e Ramos Agroindustria Ltda
DESPACHO "Recolhidas as custas, defiro o desarquivamento dos autos. Vilhena-RO, 02 de agosto de 2013. Sandra Beatriz Merenda. Juíza de Direito".

Proc.: 0008923-04.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/a
Advogado:Elias Malek Hanna (OAB-RO 356-B), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Gerson da Silva Oliveira (OAB/MT 8.350), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Executado:Construcenter Comercio Materiais Para Construção Ltda Epp, Eudes Araujo Moreira
DESPACHO:
Defiro o sobrestamento do feito por 90 (noventa) dias. Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente a dar andamento ao feito em 05 (cnico) dias, sob pena de extinção.Expeça-se o necessário.Vilhena-RO,quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito.

Proc.: 0007986-28.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:R. R. L.
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( )
Executado:W. B. L.
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
DE: CELMA RIBEIRO DA SILVA, CPF N. 790.793.582-68, brasileira, autônoma, solteira, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Promover a INTIMAÇÃO da Genitora do autor para no prazo de 48 (quarenta e oito horas) dar andamento nos autos, SOB PENA DE EXTINÇÃO e ARQUIVAMENTO.
Vara: 2ª Vara Cível
Processo: 0007986-28.2010.822.0014
Classe: Execução de Alimentos
Procedimento: Processo de Execução (Cível)
Parte Autora: Rallysson Ribeiro Leite
Advogado: Defensoria Pública
Vilhena, 30 de Julho de 2013.
MARIA JOSÉ MADEIRA GAVAZZONI
Escrivã da 2ª Vara Cível, cadastro 2212-8,
que assina por ordem da MMª Juíza de Direito

Proc.: 0005929-32.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Rafael Gomes de Faria
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0114534-53.2005.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gessi da Silva Batista
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000)
Requerido:Inss Instituto Nacional do Seguro Social
Retorno do TJ-1ª Região:
Com V. Acórdão: "Isto Posto, dou provimento à apelação oficial, tida por interposta, para, reformando a SENTENÇA, julgar improcedente o pedido. Condeno a parte autora aopagamento da verba honorária, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa essa condenaçãoi, por 05(cinco) anos, nos termos dos artigos 11, § 2º, e 12, da Lei 1.060/50, por estar a parte autora sob o pálio da assistência judiciária. Custas pela parte autora, que está isenta."

Proc.: 0005876-51.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Luizete Tereza Conte de Oliveira
Advogado:Andréa Melo Romão Comim (OAB/RO 3960), José Antonio Correa (OAB/RO 5292), Valdete Tabalipa (OAB/RO 612A)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0012163-35.2010.8.22.0014
Ação:Inventário
Requerente:Marlene de Souza Paiva, Omar Salim Costa, Lindomar de Oliveira Costa
Advogado:Valdete Tabalipa (OAB/RO 2140), José Antonio Correa (OAB/RO 5292), Valdete Tabalipa (OAB/RO 2140)
Inventariado:Emilia Helca Oliveira Medeiros, Helga Regina Oliveira Costa, Emilia Osmarina Botelho Costa, Osmar de Oliveira Costa
Advogado:Luciene Silva Marins (OAB/RO 1093), Ocicled Cavalcante (RO 1175.), Luciene Silva Marins (OAB/RO 1093), Ocicled Cavalcante (RO 1175.), Ana Paula Lucas de Amorim Alves (RO 4480), João Paulo das Virgens Lima (OAB/RO 4072)
DESPACHO:
Intime-se a inventariante a dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Ressalto que a inventariante poderá recolher a diferença das custas, bem como as faltantaes e depois exercer o direito de cobrança em relação aos demais herdeiros. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0001862-29.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Executado:Corrêa & Corrêa Ltda
DESPACHO:
Avoco os autos. Redesigno as hastas públicas para os dias 10/02/2014 (1º leilão) e 28/02/2014 (2º leilão), às 09:00 horas, no plenário do Tribunal do Júri, neste fórum.Caso a avaliação do bem tenha sido feita até 12 meses atrás, determino sua atualização monetária pela Contadora Judicial. Antes da designação de data para realização de leilão judicial, determino que o exequente junte aos autos cópia do registro do imóvel junto ao CRI, a fim de comprovar a legitimidade das partes, bem como a regularidade do imóvel. Caso a avaliação do bem tenha sido feita até 12 meses atrás, determino sua atualização monetária pela Contadora Judicial. Caso a avaliação do imóvel tenha sido feita há mais de 12 meses, determino nova avaliação por Oficial de Justiça. Expeça-se o necessário e oficie-se à 1ª Vara Criminal requerendo o plenário do Tribunal do Júri. Expeça-se o necessário.Vilhena-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0001863-14.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Corrêa & Corrêa Ltda
DESPACHO:
Avoco os autos. Redesigno as hastas públicas para os dias 10/02/2014 (1º leilão) e 28/02/2014 (2º leilão), às 09:00 horas, no plenário do Tribunal do Júri, neste fórum.Caso a avaliação do bem tenha sido feita até 12 meses atrás, determino sua atualização monetária pela Contadora Judicial. Antes da designação de data para realização de leilão judicial, determino que o exequente junte aos autos cópia do registro do imóvel junto ao CRI, a fim de comprovar a legitimidade das partes, bem como a regularidade do imóvel. Caso a avaliação do bem tenha sido feita até 12 meses atrás, determino sua atualização monetária pela Contadora Judicial. Caso a avaliação do imóvel tenha sido feita há mais de 12 meses, determino nova avaliação por Oficial de Justiça. Expeça-se o necessário e oficie-se à 1ª Vara Criminal requerendo o plenário do Tribunal do Júri. Expeça-se o necessário.Vilhena-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0003931-97.2011.8.22.0014
Ação:Inventário
Requerente:Yoshico Kitawara, Clarice Yurika Kitawara Hasemi, Edna Mitiko Hassemi Kitawara Mori, Américo Yabuuti Haasemi Kitawara, Claudia Sayuri Kitawara, Koody André Hassemi Kitawara
Advogado:Castro Lima de Souza (OAB/RO 3048), Sonia Maria Vieira de Moura Yamao (0AB/R0 4193)
Inventariado:Américo Mitsuzine Kitawara
Advogado:Sonia Maria Vieira de Moura Yamao (0AB/R0 4193)
DESPACHO:
Suspendo o feito por 30 (trinta) dias.Com o decurso do prazo, o peticionário deverá comprovar a efetiva notificação com a juntada do AR. Vilhena-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0001260-67.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681), Sergio Antônio Bergamin Junior (RO 4728)
Executado:Caputi Pavimentação Concreto Indústria e Construções Ltda
Advogado:Alex Luís Luengo Lopes (OAB/SP 210013), André Detofol (OAB/RO 4234), Diandra da Silva Valencio (OAB/RO 5657)
DESPACHO:
Considerando a existência de valores nestes autos, intime-se o exequente a indicar o valor das custas de baixa de protesto junto ao Cartório, em 05 (cinco) dias. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0008854-35.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Guaporé Maquinas e Equipamentos Ltda
Advogado:Hulgo Moura Martins (OAB/RO 4042)
Executado:Map Terraplenagem e Transportes Ltda
Advogado:Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616), Roberto Berttoni Cidade (RO 4178)
DESPACHO:
Intime-se o representante do Secretário Municipal de Finanças de Corumbiara Sr. José A. da Silva para que no prazo de 05 (cinco) dias proceda ao depósito em conta judicial vinculada a estes autos dos valores penhorados. Expeça-seo necessário. Vilhena-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Maria José Madeira Gavazzoni
Escrivã Judicial

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
Comarca de Vilhena
3ª vara cível
Cartório da 3ª vara Cível
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET .
JUIZ: Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
vinicius@tj.ro.gov.br
ESCRIVÃ: Genair Goretti de Morais
vha3civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0007521-14.2013.8.22.0014
EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
Prazo: 30 dias
Processo: 0007521-14.2013.8.22.0014
Classe: Guarda
Requerente: Odete Alves Moreira da Silva
Advogado: Edna Aparecida Campoio
Requerido: Luis Roberto Pereira
Valor da Ação: R$ 1.356,00
FINALIDADE: CITAÇÃO de LUIS ROBERTO PEREIRA, brasileiro, natural de Carazinho/RS, filho de Helio Pereira e Selita de Melo Pereira, atualmente residente e domiciliado em local incerto e não sabido, para tomar conhecimento da presente ação e INTIMAÇÃO para que compareça na audiência de Conciliação, designada para o dia 28 de agosto de 2013 às 11 horas, neste Juízo. Na audiência, uma vez não realizada a conciliação, poderá o requerido oferecer contestação, desde que o faça por meio de advogado. Sendo advertido ao requerido que sua ausência ou a falta de contestação implicará em revelia e confissão e à autora que sua ausência implicará em arquivamento.
Sede do Juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, CEP: 76980-000 - Vilhena/RO - Fone (69) 321-2340, 321-3184 e 321-3182.
Vilhena-RO, 06 de agosto de 2013
GENAIR GORETTI DE MORAIS
Escrivã Judicial

Proc.: 0005087-52.2013.8.22.0014
EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo: 30 dias)
Processo: 0005087-52.2013.8.22.0014
Assunto: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: SALVIANO ALVES DE SOUZA E OUTROS
Advogado(a): Newton Schramm de Souza OAB/RO 2947
Requerido(a): OSVALDO ALVES DE SOUZA E MARIA APARECIDA PITON
Valor da Ação: R$ 100.000,00
FINALIDADE: Proceder à CITAÇÃO de OSVALDO ALVES DE SOUZA, inscrito no CPF nº 190.477.542-04 e MARIA APARECIDA PITON, inscrita no CPF nº 356.630.739-49, atualmente residentes em lugar incerto e não sabido, para tomarem conhecimento da presente ação e querendo, apresentarem contestação no prazo de 15 (quinze) dias.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestado a ação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros os fatos articulados pelo autor.
Sede do Juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, CEP: 76980-000 - Vilhena/RO - Fone (69) 3321-2340 e 3321-3182.
Vilhena-RO, 05 de agosto de 2013.
Genair Goretti de Morais
Escrivã Judicial

Proc.: 0000714-75.2013.8.22.0014
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 dias
Processo: 0000714-75.2013.8.22.0014
Classe: Monitória
Requerente: FRANCISCO PAULA DE SOUZA
Advogado: Eric José Gomes Jardina OAB/RO 3375
Requerido: ELISÂNGELA PASSOS
Valor da Ação: R$ 253,41
FINALIDADE: CITAÇÃO de ELISÂNGELA PASSOS, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2046171-2 SSP/RO e CPF nº 107.184.862-34, residente e domiciliada em local incerto e não sabido, para no prazo de 15 (cinco) dias, efetuar o pagamento da importância de R$ 253,41 (duzentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos), ou oferecer Embargos, no mesmo prazo, sob pena de ser convertido o MANDADO inicial em MANDADO executório.

ADVERTÊNCIA: Poderá o(a) Citado(a) oferecer embargos em igual prazo, que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Cumprindo o(a) Requerido(a) o presente edital, ficará isento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 1.102c, do CPC. Na ausência de embargos e/ou de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma de execução.
Sede do Juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América,CEP: 78.995-000 - Vilhena/RO - Fone (69) 321-2340, 321-3184 e 321-3182.
Vilhena-RO, 11 de Julho de 2013.
Genair Goretti de Morais
Escrivã Judicial

Proc.: 0007306-72.2012.8.22.0014
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 dias
Processo: 0007306-72.2012.8.22.0014
Classe: Monitória
Requerente: Charlene Pneus Ltda.
Advogado: Greicis André Biazussi OAB/RO 1542
Requerido: Emily Karine Nande
Valor da Ação: R$ 948,41
FINALIDADE: CITAÇÃO de EMILY KARINE NANDE, brasileira, inscrita no CPF/MF nº 894.527.982-20, residente e domiciliada em local incerto e não sabido, para no prazo de 15 (cinco) dias, efetuar o pagamento da importância de R$ 948,41 (novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos), ou oferecer Embargos, no mesmo prazo, sob pena de ser convertido o MANDADO inicial em MANDADO executório.
ADVERTÊNCIA: Poderá o(a) Citado(a) oferecer embargos em igual prazo, que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Cumprindo o(a) Requerido(a) o presente edital, ficará isento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 1.102c, do CPC. Na ausência de embargos e/ou de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma de execução.
Sede do Juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, CEP: 78.995-000 - Vilhena/RO - Fone (69) 321-2340, 321-3184 e 321-3182.
Vilhena-RO, 11 de Julho de 2013.
Genair Goretti de Morais
Escrivã Judicial

Proc.: 0005941-46.2013.8.22.0014
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
PARA PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 686, § 3º DO CPC.
O Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Vilhena/RO, torna público que será realizada a venda dos bens a seguir descrito e referente à Execução que se menciona.
Processo:0005941-46.2013.8.22.0014
Classe:Carta Precatória (Área Família)
Exeqüente:Franciele Peres de Oliveira
Advogado:Cezar Augusto Valadares Dutra OAB/MG 50.246
Executado:Sérgio Peres de Oliveira
DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS):
- 01 (uma) máquina para selar sacos plásticos, marca MATISA, MS-3, nº 1457 10/86, sistema rotativa contínua, para fechamento de embalagens desde 100 a 400mm, de altura, equipada com: cabeçote selador sistema rotativo, equipado com controle eletrônico da caloria das resistências; resistências blindadas, com potência total de 500 Watts, sistema de selagem com fitas de aço pré- aquecidas; esteira transportadora metálica com 3200mm de guias laterais para proteção das embalagens; motores. Sendo a produção até 40 (quarenta) pacotes por minuto, ou 12 (doze) metros de selagem. Em bom estado de conservação e funcionamento. Avaliada em R$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos).
1ª PRAÇA: 11/09/2013, às 09 horas.
2ª PRAÇA: 24/09/2013, às 09 horas.
OBSERVAÇÃO: Não sendo possível a intimação pessoal do(a) executado(a), fica o(a) mesmo(a), intimado(a), bem como sua/seu esposa(o) se casado(a) for, por este meio. Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subseqüente.
COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda a fim de que o mesmo seja arrematado por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Sede do Juízo: Fórum Desembargador Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero, 4432, Jardim América, CEP: 78.995-000 -Vilhena/RO - Fone (69) 321-2340
Vilhena-RO, 31 de julho de 2013.
Genair Goretti de Morais
Escrivã Judicial

Proc.: 0019465-23.2007.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Conceição Ribeiro Milandri
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000 suplementar)
Requerido:Inss Instituto Nacional do Seguro Social
DECISÃO:
Conceição Ribeiro Milandri promoveu o cumprimento de SENTENÇA contra o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, exigindo pagamento de créditos nos valores de R$ 34.437,66, devidos à parte autora por decorrência da SENTENÇA condenatória e R$ 250,00 referentes a honorários de sucumbência. Citada pelo rito do art. 730 do CPC a executada se manifestou concordando com o valor apresentado.Decido.Com efeito a Constituição Federal art. 100, § 3º, com redação dada pela EC 30/2000, dispõe do pagamento independentemente de precatório para as obrigações definidas em lei como de pequeno valor. Em complemento, o art. 17, § 1º da lei 10.259/2001 trata do limite do valor como sendo de 60 salários-mínimos.É, portanto, de pequeno valor o crédito da exequente.Posto isso, com fulcro nas normas acima referidas, determino que o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social pague, independentemente de precatório, após o trânsito em julgado e em até 60 (sessenta) dias da entrega da requisição ao INSS, o valor de R$ 34.437,66 (trinta e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos), devidos à autora Conceição Ribeiro Milandri e R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) referentes a honorários de sucumbência, valores que deverão ser atualizados na oportunidade do pagamento.Expeça-se RPV encaminhando-o diretamente ao órgão responsável pelo pagamento, via correio, em observância ao que dispõe o art. 3º do provimento n. 004/2008 da corregedoria geral.Vilhena-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
Juiz de Direito

Proc.: 0047399-19.2008.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Aroldo Latocheski
Advogado:Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616), Sandra Vitório Dias Córdova (OAB/RO 369B)
Requerido:HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo
Advogado:Edson de Oliveira Cavalcante (RO 1510), Rafael Velloso Fontenelle Camelo Rodrigues (OAB/CE 19.035), Teresa Cristina Pitta Pinheiro Fabricio. (OAB/CE 14694)
SENTENÇA:
Aroldo Latocheski intentou procedimento para cumprimento de SENTENÇA contra HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo. Foram bloqueados valores do executado pelo sistema Bacenjud e levantados por alvará pelo executado, que apresentou o saldo remanescente. Nova consulta ao Bacenjud bloqueou o valor total informado pelo credor. Intimado, o executado não se manifestou. O credor pediu alvará. Decido.Expeça-se imediato alvará a favor do credor para levantar o valor penhorado e seus acréscimos.Posto isto, com fundamento no art. 794, I do CPC, julgo satisfeita esta fase de cumprimento de SENTENÇA .Custas pelo executado, inclusive as do processo principal que não foram quitadas.Publique-se.Registre-se.Intime-se, inclusive o executado para pagamento das custas. Não comprovado o recolhimento, inscreva-se em dívida ativa e após arquivem-se os autos.Vilhena-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0007798-30.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fernanda da Silva Alves Costa
Advogado:Joice Carla Santini Antônio (OAB/RO 617)
Requerido:Banco Bradescard S. A
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Com a inicial a autora comprovou apenas a inscrição no SCPC (fl. 13). Concedo o prazo de 10 dias para comprovar a inscrição no SERASA, conforme alegado.Vilhena-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0001287-16.2013.8.22.0014
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Itaú Unibanco Banco Múltiplo S/a
Requerido:Dalanhol & Cia Ltda Epp
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
O bloqueio de licenciamento e transferência dos veículos não repercute como ato processual porque sem apreensão e depósito do bem a penhora não é efetivada e, portanto, o bem não pode ser leiloado e tampouco haverá satisfação do crédito. Ademais, sobre o bem já consta restrição por alienação fiduciária o que por si só já impede a transferência do bem. Assim, indefiro o pedido.Que o autor dê andamento ao feito em 5 dias. Vilhena-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0004798-56.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Norte Brasil Transmissora de Energia Sa
Advogado:Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223)
Requerido:Norberto Ribeiro de Mendonça Neto, Walmiria Antonio de Mendonça
Advogado:Sandro Ricardo Salonski Martins (OAB/RO 1084), Eliane Gonçalves Facinni Lemos (OAB-RO 1.135), Renato Avelino de Oliveira Neto (RO 3249), Silvane Secagno (PR 46733), Renato Avelino de Oliveira Neto (RO 3249), Sandro Ricardo Salonski Martins (OAB/RO 1084), Eliane Gonçalves Facinni Lemos (OAB-RO 1.135)
DESPACHO:
Intimem-se as partes para efetuarem o pagamento dos honorários periciais. Prazo de 10 dias.Vilhena-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0000741-58.2013.8.22.0014
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Requerido:Sanches & Batista Ltda Me
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
SENTENÇA:
Cooperativa de Crédito do Sul de Rondônia Ltda - Sicoob Credisul moveu ação de busca e apreensão em face de Sanches & Batista Ltda Me, com fundamento no artigo 3º do Decreto - Lei nº 911/69, visando ao bem descrito na inicial, que lhe foi alienado fiduciariamente em garantia.Do pedido inicial foi deferida a busca e apreensão inaudita altera parte. Todavia o bem não foi apreendido. Instado, o autor pediu a extinção do processo pela desistência.Decido. Posto isto, em virtude da expressa manifestação do autor, com fundamento no artigo 267, VIII do C. P. C., homologo a desistência da ação e extingo o processo sem resolução do MÉRITO .Sem custas ou honorários de sucumbência.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Transitada em julgado, arquivem-se os autos.Vilhena-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0007198-09.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Evaldo Martins Fernandes
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Defiro a gratuidade.A demanda tal qual proposta imporá a realização de perícia médica, prova técnica de maior complexidade, razão pela qual determino a conversão para o rito ordinário CPC, art. 277, § 5º.Cite-se o requerido para responder em 15 dias, advertindo-o que se não contestar será declarada sua revelia e serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor.Servirá esta DECISÃO como carta e/ou MANDADO de citação, a ser cumprido no endereço declinado na inicial.Vilhena-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0024151-24.2008.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Auto Posto Catarinense Ltda.
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Requerido:Antonio Moraes do Carmo

SENTENÇA:
Auto Posto Catarinense Ltda intentou medida para cumprimento de SENTENÇA contra Antonio Moraes do Carmo. Apesar de diversas tentativas não foram localizados bens penhoráveis da executada, seja por consulta ao Detran, ao sistema Bacenjud ou ao Infojud. O credor pediu a suspensão do feito. Fluído o prazo e por mais uma vez frustrada a tentativa de penhora de bens, o credor requereu a desistência da ação. Decido.Em virtude da expressa manifestação do credor, com fundamento no art. 569 do CPC, homologo a desistência da ação e extingo o processo sem resolução do MÉRITO .Sem custas porque não satisfeita a execução.Defiro o desentranhamento do título que aparelhou a execução, desde que substituído por cópia autenticada pela escrivania e recibo nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Transitada em julgado, arquivem-se os autos.Vilhena-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0004409-37.2013.8.22.0014
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Fidis Sa
Advogado: Camila Domingos (OAB/RO 5567)
Requerido:Grs Transportes Rodoviários Ltda Me
Advogado:Gleice Regina Stein (RO 3577)
SENTENÇA:
Banco Fidis S/A moveu ação de busca e apreensão contra GRS Transportes Rodoviários Ltda Me, com fundamento no Decreto - Lei nº 911/69, visando ao bem descrito na inicial, que lhe foi alienado fiduciariamente em garantia. Juntou documentos.Do pedido inicial foi deferida e cumprida a busca e apreensão inaudita altera parte. A ré manifestou-se alegando que realmente deixou de efetuar o pagamento porque vem passando por dificuldades financeiras, porem sempre negociando o débito com a autora. Informa que depositou o valor das parcelas vencidas e adverte que já pagou cerca de 80% do preço do veículo, pedindo pela restituição do bem apreendido. Tratou do contrato entabulado entre as partes, insurgindo-se contra as taxas de juros, multa, correção monetária e comissão de permanência. Juntou documentos. Em nova manifestação juntou comprovante do pagamento de mais duas parcelas vencidas.Foi deferida a restituição do veículo à ré. O autor se manifestou concordando com o valor depositado, pedindo pelo levantamento por alvará e procedência da ação. É o RELATÓRIO . Decido.Com o advento da Lei n. 10.931/04, que modificou o DL 911/69, deixou de haver previsão legal expressa a permitir a purgação da mora nas ações de busca e apreensão decorrentes de alienação fiduciária em garantia. Isto porque o diploma modificado contempla apenas a possibilidade de o devedor fiduciário pagar a integralidade da dívida pendente, o que englobaria inclusive as parcelas vencidas antecipadamente em virtude do inadimplemento. Todavia, não existe vedação expressa à purgação da mora, que aliás, é instituto de preservação dos contratos. A regra geral, prevista no Código Civil é a de que o devedor terá direito à purgação da mora desde que a prestação não se torne inútil ao credor (art. 395, parágrafo único), hipótese em que se terá inadimplemento absoluto e não mora. No caso da alienação fiduciária em garantia, nítido é que a prestação pecuniária em atraso aproveita ao credor, inclusive porque o objeto do contrato é justamente mútuo em dinheiro, garantido pela alienação do bem financiado, o que garante domínio resolúvel ao credor fiduciário. Não pretendeu o credor adquirir veículo. Por meio da alienação fiduciária o veículo foi dado em garantia do cumprimento do negócio principal, o empréstimo. Desta feita, não se pode pretender que o negócio acessório, a mera garantia, venha preponderar sobre o negócio principal. Neste diapasão, preserva-se o contrato justamente purgando-se a mora. As pretensões iniciais de ambos os contratantes são mantidas: o devedor tem restituída a posse do bem e continua com a expectativa de direito de adquiri-lo, situação que se configura com o pagamento, em parcelas, de todo o financiamento. O credor continuará tendo remunerado o capital que emprestou a juros e prosseguirá tendo o empréstimo garantido pela alienação fiduciária do bem. Outros relevantes argumentos pela admissão da purga da mora constam do voto/condutor do acórdão do e. TJRS, transcritos após a seguinte ementa:?AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PURGA DA MORA MEDIANTE O PAGAMENTO DAS PARCELAS ATRASADAS DO CONTRATO ATÉ O DIA DO DEPÓSITO, ACRESCIDAS DOS SEUS ENCARGOS MORATÓRIOS. DIREITO A SER ASSEGURADO AO DEVEDOR FIDUCIÁRIO MESMO APÓS O ADVENTO DA LEI 10.931/04. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS, OBRIGACIONAIS E DE PROTEÇÃO ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO. DESCONSIDERAÇÃO DO VENCIMENTO ANTECIPADO DA AVENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO?.,DESA. ISABEL DE BORBA LUCAS, Relatora. Porto Alegre, 23 de março de 2006. Nº 70013642665Se não bastasse, estando-se diante de relação nitidamente de consumo, a purgação da mora é de ser autorizada ainda com mais razão. Isso porque, nos contratos considerados de adesão, a cláusula resolutória expressa é admitida apenas se a escolha couber ao consumidor (art. 54, § 2º, do CDC). E mesmo que tal disposição protetiva pareça em conflito com a recente regra do § 2º do art. 3º do Decreto-lei 911/69, com a redação da Lei 10.931/2004, essa antinomia evidentemente se resolve pela prevalência da regra protetiva em detrimento da lei especial, porquanto aquela está sustentada em princípios maiores que se sobrepõem à regra da especialidade, inclusive com status de norma constitucional, como garantia individual prevista no artigo 5º, inciso XXXII, da Lei Maior.Nessa linha de raciocínio, se a manutenção do vínculo contratual, mediante a purga da mora, se mostrar mais interessante ao consumidor do que a ruptura do contrato, tal direito é de lhe ser assegurado. Até porque, admitindo-se, de forma incondicional, a cláusula resolutória expressa e o vencimento antecipado da dívida, estar-se-ia praticamente impondo ao consumidor a resolução do contrato, com a perda do bem e dos valores pagos, em manifesta desconsideração aos princípios insertos no Código do Consumidor, segundo os quais são abusivas as cláusulas que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada ou se revelem incompatíveis com a eqüidade ou a boa-fé.A eminente relatora adverte ainda que a purga da mora é também cabível em outros institutos análogos, como nas vendas a crédito com reserva de domínio nos termos do artigo 1.071, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil e no arrendamento mercantil. No caso específico a purgação da mora importou em parcial reconhecimento do pedido, porquanto admitiu a ré a mora que legitimamente deu causa a ação de busca e apreensão. Ante o exposto, com fundamento no art. 269, I e II do CPC reconheço a purgação da mora, o que implica na restituição do veículo

à devedora/fiduciária, conforme já efetivado, permanecendo inalterada a execução do contrato estabelecido entre as partes. Condeno a ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que, na forma do § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, fixo em 10% (dez por cento).Expeça-se alvará para levantamento da importância depositada, a ser retirado pela pessoa autorizada da requerente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Transita em julgado, arquivem-se os autos.Vilhena-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0001169-40.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:R & S Comércio e Transportes de Materiais Para Construção Ltda
Advogado:, Michele Sodré Azevedo (OAB/RO 2985)
Requerido:Marlis Janete Alves Macedo
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Até o momento não foi possível o cadastramento deste Juízo junto ao SIEL, o que está sendo providenciado. Nada obstante busquei endereço no sistema Infojud-convênio com a Receita Federal, conforme RELATÓRIO .Manifeste-se o credor em 10 dias. Intime-se.Vilhena-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0010718-11.2012.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:R & S Comércio e Transportes de Materiais Para Construção Ltda
Advogado: Michele Sodré Azevedo (OAB/RO 2985)
Requerido:Éder Gôngara Pedraza Dourado
DESPACHO:
Até o momento não foi possível o cadastramento deste Juízo junto ao SIEL, o que está sendo providenciado. Nada obstante busquei endereço no sistema Infojud-convênio com a Receita Federal, conforme RELATÓRIO .Manifeste-se o credor em 10 dias. Intime-se.Vilhena-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0136965-47.2006.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Executado:Reinaldo José de Souza Neto, Ataíde Guizoni
Certidão dos Correios:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do E.C.T de fls., para fornecer o atual endereço da parte Requerida e/ou outro dado indispensável.

Proc.: 0018189-83.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Cristiane Tessaro, Agenor Martins
Executado:Fazenda Pública do Município de Vilhena / RO
Advogado:Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3691)
SENTENÇA:
Agenor Martins e Cristiane Tessaro propuseram ação de execução para cumprimento de SENTENÇA contra o Município de Vilhena. Citado pelo rito do art. 730 do CPC o executado manifestou-se concordando com o valor. Foi determinado o pagamento independentemente de precatório o que foi efetivado conforme comprovante juntado aos autos. Decido. Posto isto, ante satisfação integral da obrigação e documentos juntados aos autos, julgo extinta a execução com fundamento no art. 794, I do Código de Processo Civil. Publique-se.Registre-se.Intime-se.Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Vilhena-RO, segunda-feira, 22 de julho de 2013.Christian Carla de Almeida Freitas Juiza de Direito

Proc.: 0001414-51.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:L. R. S.
Advogado:Raquel Lisboa Louback Vieira (OAB/RO 4493)
Executado:S. H. S. S.
Advogado:Edna Aparecida Campoio (OAB/RO 3132)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre os novos documentos juntados.

Proc.: 0010425-41.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Condominio Residencial Royal Garden
Advogado:Vivian Bacaro Nunes Soares (OAB/RO 2386), Viviane Dias Previato (RO 3259), Estevan Soletti (OAB/RO 3702)
Requerido:Heládio Candido Senn
Advogado:Lenoir Rubens Marcon (OAB-RO 146)
DESPACHO:
‘’..que sejam abertas vistas para contrarrazões.’’ Vilhena-RO, terça-feira, 16 de julho de 2013.Christian Carla de Almeida Freitas Juiza de Direito

Proc.: 0006870-50.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Executado:Dalanhol & Cia Ltda Epp
Advogado:José Eudes Alves Pereira (OAB/RO 2897), Antônio de Alencar Souza (OAB/RO 1.904), Carla Regina Schons (OAB/RO 3900)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0003147-52.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Idi Golfetto
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Armando Krefta (OAB/RO 321-B)
Especificação de provas:
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo comum de 10 dias, intimadas a especificarem provas, inclusive arrolando testemunhas que pretendam ouvir, sob pena de preclusão.

Proc.: 0004117-57.2010.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisco Aclaildo de Souza, Arthur Augusto Menezes de Souza, Rebeca Vitória Menezes de Souza
Advogado:Danielle Rosas Garcez Bonifácio de Melo Dias (OAB/RO 2353)
Requerido:Porto Velho Shopping Sa
Advogado:Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0055046-02.2007.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Exequente:Mário Alexandre Kerber
Advogado:Agenor Roberto Catoci Barbosa (OAB-RO 318/A), Helena Dalle Mole (OAB/RO 2.841-OAB/RO)
Executado:Walter Ferreira da Silva “homônimo”
Advogado:Lenoir Rubens Marcon (OAB-RO 146)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0000213-68.2006.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria do Carmo Ferreira
Advogado:Rodrigo Will Mendes (OAB-RO 2175), José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000 suplementar)
Requerido:Inss Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar ante a não manifestação da parte requerida.

Genair Goretti de Morais
Escrivã Judicial

PRIMEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ALTA FLORESTA D´ OESTE

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0000039-06.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Avenilton Terra da Silva
Advogado:Thiago Fuzari Borges (OAB/RO 5091)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica o advogado da parte autora intimado da data da perícia médica que será realizada no dia 04/09/2013, ás 14:00 horas, no hospital São Paulo, localizada na Av: São Paulo, 2539, cacoal-RO

Proc.: 0000718-06.2013.8.22.0017
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:L. L. M.
Advogado:Adriana Janes da Silva (RO 3.166)
Executado:M. M. E. L. M.
Advogado:Salvador Luiz Paloni (RO 299-A), Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AConsiderando a informação de que o executado quitou o débito, sobretudo diante da manifestação da parte exequente à fl. 27, JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, nos termos do art. 794, inciso I, e 795, ambos do CPC. P.R.I.Com o trânsito em julgado, arquive-se. Alta Floresta DOeste-RO, sexta-feira, 5 de julho de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0002320-66.2012.8.22.0017
Ação:Carta Precatória (Cível)
Exequente:F. P. do M. de P. B.
Advogado:Procurador Municipal (NBO 020)
Executado:C. C. M. R.
Advogado:Paulo Francisco de Moraes (OAB/RO 4902)
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O Juiz de Direito da torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito e referente à Execução que se menciona.
Autor: Fazenda Pública do Município de Pimenta Bueno, Registrado sob o CNPJ 04092680000171, Av. Castelo Branco, 1046 - Não consta, Centro, 78984000, Pimenta Bueno - RO
Réu: Claudio Cesar Marcolino Ribeiro, brasileiro, casado, funcionário público, CPF, 036.142.598-89, CI/RG 11.096.745,, Rua Santa Catarina 3665, Não consta, Centro, 78994000, Alta Floresta do Oeste-RO
Vara: 1ª Vara Cível
Processo: 0002320-66.2012.822.0017
Classe: Carta Precatória (Cível)
DESCRIÇÃO DOS BENS: A) 01 (um) imóvel urbano constituído do Lote n. 16, setor 03, Quadra 14, medindo 12 metros de frente e fundo e 29.70 metros de lateis, perfazendo 356,40 m2, localizado na Av. Paraná, Santa Felicidade, Alta Floresta D’Oeste/RO, avaliado em R$ 90.000,00 (noventa mil reais); B) 01 (um) imóvel urbano constituido do Lote n. 15, do Setor 03, Quadra 14, medindo 12 metros de frente e fundo e 34,70 metros de laterais, perfazendo 416,40 m2, localizado na Av. Paraná, Santa Felicidade, Alta Floresta D’Oeste/RO, avaliado em R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
VALOR TOTAL: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
DATA PARA PRIMEIRA VENDA: 10 de setembro de 2013, às 09:00 horas.
DATA PARA SEGUNDA VENDA: 10 de outrubro de 2013, às 09:00 horas.
OBSERVAÇÃO: 1- Não sendo possível a intimação pessoal do(a) executado(a), fica este(a) intimado(a) por este edital.
2 - Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subseqüente.
COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lance igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á à segunda venda, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.

Sede do Juízo: Fórum Ministro Aliomar Baleeiro,, Av. Mato Grosso 4281, Centro, Alta Floresta do Oeste-RO, 76954000 - Fax: (69)3641-2239 - Fone: (69)3641-2588 - Ramal:
Alta Floresta DOeste, 16 de julho de 2013.
Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti
Juíza Substituta
Assinatura digital

Proc.: 0003523-63.2012.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Manoel Gonçalves da Silva
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (RO 4469), Valdinei Santos Souza Ferres (OAB/RO 3175), Cleuza Marcial de Azevedo (RO 1624)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica o advogado da parte autora, intimado da data da perícia médica que será realizada no dia 04/09/2013, às 14:00 horas, no hospital São Paulo, localizada na Av. São Paulo, 2539, cacoal-RO

Proc.: 0002756-59.2011.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:A. R. de O. N.
Advogado:Rejane Maria de Melo Godinho (RO 1042)
Requerido:I. N. do S. S. -. I.
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica o advogado da parte autora, intimado da data da perícia médica que será realizada no dia 04/09/2013, às 14:00 a ser realizada pelo Dr. Alexandre Rezende, no hospital São Paulo, localizada na Av. São Paulo n. 2539, centro, Cacoal/RO

Proc.: 0000730-54.2012.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:M. S. L.
Advogado:Sônia Maria Antônia de Almeida Negri (RO 2029)
Requerido:I. N. do S. S. -. I.
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica a parte autora na pessoa de seu advogado, intimado para que no prazo de 05 dias apresente os cálculos de condenação, de acordo com manual de orientação de procedimentos para cálculos na Justiça Federal.

Proc.: 0000176-90.2010.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eva Maria de Jesus Pontes
Advogado:Edson Luiz Rolim (RO 313-A.)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Fica a parte autora na pessoa de seu advogado, intimado para que no prazo de 05 dias apresente os cálculos de condenação, de acordo com manual de orientação de procedimentos para cálculos na Justiça Federal.

Proc.: 0000256-49.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elney Almar Santos
Advogado:Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica o advogado da parte autora, intimado da data da perícia médica que será realizada no dia 04/09/2013, às 14:00 a ser realizada pelo Dr. Alexandre Rezende, no hospital São Paulo, localizada na Av. São Paulo n. 2539, centro, Cacoal/RO

Proc.: 0002234-32.2011.8.22.0017
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Aparecida Maria da Silva Zavalis
Advogado:Salvador Luiz Paloni (RO 299-A)
Requerido:Antonio Feitosa de Assis
Advogado:Aleander Mariano Silva Santos (RO 2295)
Carta precatória - retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0000890-45.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Rosinei Oliveira Sezário
Advogado:Marcelo Penteado Rodrigues (RO 3083)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0003559-08.2012.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Ribas
Advogado:Sônia Maria Antônia de Almeida Negri (RO 2029)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica o advogado da parte autora, intimado da data da perícia médica que será realizada no dia 04/09/2013, às 14:00 a ser realizada pelo Dr. Alexandre Rezende, no hospital São Paulo, localizada na Av. São Paulo n. 2539, centro, Cacoal/RO

Proc.: 0000021-82.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Machado dos Santos
Advogado:Thiago Fuzari Borges (OAB/RO 5091)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica o advogado da parte autora, intimado da data da perícia médica que será realizada no dia 04/09/2013, às 10:00 a ser realizada pelo Dr. Alexandre Rezende, no hospital São Paulo, localizada na Av. São Paulo n. 2539, centro, Cacoal/RO

Proc.: 0003102-73.2012.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisca Rodrigues da Silva
Advogado:Thiago Fuzari Borges (OAB/RO 5091)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Laudo Pericial:
Fica a parte autora, por via de seu Advogado), no prazo de 10 dias, se manifestar sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0002889-67.2012.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Felizardo da Silva
Advogado:Marcio Antonio Pereira (RO 1615)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Laudo Pericial:
Fica a parte autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, se manifestar sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0002989-22.2012.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Iraci da Silva Gonçalves
Advogado:Thiago Fuzari Borges (OAB/RO 5091)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Laudo Pericial:
Fica a parte autora, por via de seu Advogado, no prazo de 10 dias, se manifestar sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0002062-90.2011.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Roque Bremm
Advogado:Lenir Correia Coelho Bonfá (RO 2424)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica o advogado da parte autora, intimado da data da perícia médica que será realizada no dia 14/08/2013, às 08:00 a ser realizada pelo Dr.Claudio Queiroz Silva, no hospital dos Acidentados e Maternidade São Lucas, localizado na Av. Cuiabá, 2651, bairro Jardim Clodoaldo, cidade de Cacoal/RO.

Proc.: 0003148-62.2012.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Moacir Moura da Silva
Advogado:Carlos Oliveira Spadoni (RO 607 A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica o advogado da parte autora, intimado da audiência que foi redesignada para o dia 26/08/2013, às 9:30 horas.

Proc.: 0003425-78.2012.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eva de Almeida Araújo
Advogado:Rejane Maria de Melo Godinho (OAB/RO 1042)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica o advogado da parte autora, intimado da data da perícia médica que será realizada no dia 29/08/2013, às 14:30 a ser realizada pelo Dr. Tel,o José Ávila Savoldi no hospital São Paulo, localizada na Av. São Paulo n. 2539, centro, Cacoal/RO

Proc.: 0001991-54.2012.8.22.0017
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:E. M. da C.
Advogado:Aleander Mariano Silva Santos (RO 2295)
Requerido:I. N. do S. S. -. I.
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Laudo Pericial:
Fica a parte autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, se manifestar sobre o Laudo Pericial de fls.56/57.

Proc.: 0000606-37.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Núbia Deyse Gomes Guimarães
Advogado:Aleander Mariano Silva Santos (RO 2295)
Requerido:Egídio Eidans Farias
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000547-83.2012.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cenira Coelho Leandro
Advogado:Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica a parte autora na pessoa de seu advogado, intimado para que no prazo de 05 dias apresente os cálculos de condenação, de acordo com manual de orientação de procedimentos para cálculos na Justiça Federal.

Proc.: 0001213-50.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Matilde Mario Quirino
Advogado:Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado (NBO 020)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0001244-70.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aelton Silva
Advogado:Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0003512-34.2012.8.22.0017
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Requerido:Moacir Soster
Advogado:Roberto Araújo Júnior (OAB/RJ 137438)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000791-75.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Orlando Candido Pereira
Advogado:Rejane Maria de Melo Godinho (RO 1042)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000883-53.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Teófilo Pereira Otoni
Advogado:Marcelo Penteado Rodrigues (RO 3083)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (RO 5017)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0003448-24.2012.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antônio Pereira Marciel
Advogado:Cintia Gohda Ruiz de Lima Umehara (OAB/RO 4227)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DECISÃO:
DECISÃO SANEADORATrata-se de ação de concessão de benefícios previdenciários, alegando a autora que se encontra incapacitada para o trabalho.Apresentada defesa pela parte requerida, não argüiu preliminar alguma.Constata-se, no mais, a presença dos outros pressupostos processuais positivos e a ausência dos negativos.Do ponto de vista das condições da ação, o pedido é juridicamente possível, nada havendo para impedir a sua apreciação. Há interesse processual e as partes são legítimas.Dou o feito por saneado, pois.Os pontos controvertidos da demanda são a existência ou de enfermidade considerada como deficiência capaz de tornar a autora totalmente incapacitada para vida independente e para o trabalho; em caso positivo, se é temporária ou definitiva e se há possibilidade ou não de readaptação para outras atividades; se a parte autora ostenta a condição de segurada.Fixada essa premissa, mostra-se pertinente a produção de prova pericial, para tanto nomeio como perito do juízo o Dr. Alexandre Rezende, na especialidade de ortopedia.Diante do grau de especialização do perito, a complexidade do exame o local de sua realização, tratando-se de parte autora beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 3º, parágrafo único da Resolução 541 do CJF, fixo os honorários periciais em R$ 400,00 (quatrocentos reais), que será pago pela Seção Judiciária do Estado, na forma da referida resolução.Advirta ao INSS, de que se eventualmente for vencido na SENTENÇA, poderá ser condenada a ressarcir o erário do valor da perícia acima, com a ressalva de que caso a autora beneficiária da justiça gratuita seja vencida, não há que se falar em reembolso, nos moldes do artigo 6º da Resolução 541 do CJF.Concedo o prazo de 5 dias para o autor querendo apresentar quesitos, bem como, para ambas as partes indicarem assistentes técnicos.Após, notifique-se o perito da presente nomeação, bem como para agendar data da perícia no prazo de 5 dias, com a ressalva de que o ato não poderá ser realizado durante o horário de trabalho e nem nos locais que eventualmente exerça medicina na rede pública. Vindo a indicação, intimem-se as partes, devendo o autor ser intimado por seu advogado para comparecer na data agendada para realização da perícia.Após a realização da perícia o Sr. Perito terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar o laudo em juízo. Seguem os quesitos do juízo: 1) Se o autor é portador de alguma enfermidade? Qual? 2) Caso positivo, se a enfermidade é considerada como deficiência capaz de tornar o autor incapaz para vida independente e/ou para o trabalho? Se o autor é portador de alguma enfermidade? Qual? 3) Se a doença é reversível? Quais os tratamentos adequados? Qual o prazo para reabilitação do autor? 4) O autor precisa da ajuda permanente de terceiro? 5) É possível indicar a data provável da incapacidade temporária ou definitiva? 6) Em caso negativo, é possível ao menos dizer se na data da cessação administrativa ocorrida em 22/10/2012 se o autor já estava provisoriamente ou definitivamente incapaz?Intime-se. Alta Floresta DOeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013. Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0000406-64.2012.8.22.0017
Ação:Ação Civil Pública
Autor:M. P. do E. de R.
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Requerido:W. S. M.
Advogado:Daniel dos Anjos Fernandes Junior (RO 3.214)
SENTENÇA:
Vistos etc.Trata-se de Ação Civil Pública por dano ambiental movida pelo Ministério Público em face de WILSON SMALESKI MOREIRA, já qualificado, narrando em síntese que o requerido teria praticado desmate no ano de 2004 a 2006 e que deve reparar o dano ambiental com base na responsabilidade civil objetiva ante a este desmate. Juntou documentos. Determinada a citação às fls. 136, citado às fls. 138-verso.Contestação às fls. 140/155 alegando em síntese a preliminar de falta de interesse de agir, visto que já houve termo circunstanciado no juizado especial com extinção da punibilidade pelo mesmo fato e de prescrição, no MÉRITO diversos óbices, dentre eles a ausência de dano ambiental, visto que a infração foi apenas de ausência de autorização legal, mas em área permitida.Impugnação à contestação às fls. 175/178.Intimados a especificar provas (fls. 179) apenas o requerido se manifestou que trata-se apenas de prova documental (fls. 180).Aberta novamente vistas ao Ministério Público para especificar provas e se manifestar sobre a CONCLUSÃO do parecer técnico que afirma que não houve dano ambiental (fls. 183).Manifestação do Ministério Público afirmando que conforme o parecer de fato não houve dano ambiental, mas requer ao final apresentação de nova proposta de recuperação da área (fls. 184/185). Vieram os autos conclusos e prontos para SENTENÇA .É o RELATÓRIO . Passo a decidir.Trata-se de ACP relativa a dano ambiental movida contra o requerido, requerendo a condenação a reparação de dano ambiental por desmate, com base na teoria objetiva.Considerando que é caso de prova meramente testemunhal entendo cabível o julgamento antecipado da lide, visto que nenhum das partes requereu outra prova que não as já existentes nos autos, sendo devidamente intimados para especifica-las.As preliminares se confundem com o MÉRITO, porém deixo de analisa-las separadamente.O requerido teve contra si instaurado procedimento especial em razão da prática do crime ambiental (PRAD), concernente a desmatamento de área de reserva legal, sem autorização do órgão competente de o que levou a Termo Circunstanciado que gerou os autos 0013752-58.2007.8.22.0017.Durante a instrução daqueles autos foi requerido pelo MP a elaboração de um Laudo de n ? 047/2011 – CAOMA – JI-PARANÁ, ou seja, Centro de Apoio Operacional do próprio Ministério Público (fls. 129 a 136 dos autos do Juizado, e fls. 119/129 da ACP).Tal laudo traz especifico a seguinte CONCLUSÃO:Item 12. O laudo elaborado pelo IBAMA, analisou adequadamente todas as questões necessárias que envolvem o caso em tela. Resposta: lamento em considerar que os técnicos do IBAMA se preocuparam mais com os aspectos legais, deixando de lado a parte técnica.Item 13. Para a área em questão, qual o percentual da reserva legal florestal?Resposta: [...] Portanto, segundo a legislação vigente a Reserva Legal desta propriedade denominada lote 02, excluídas as áreas de preservação permanente é de 270,55 hectares que equivale aos 35%.[...]Item 16. Existem outras considerações que este órgão técnico queira expor ou acrescentar?Resposta: após a análise e descrição e resposta aos quesitos, o 13

? quesito em especial nos intrigou, pois se mencionamos o percentual de reserva legal para Cerrado (35%) e este comprova que se for considerados os 35%, então não houve dano as reserva legal, onde nos perguntamos o porque da reparação de danos e qual o critério usado para se chegar aos 21,8981 hectares de reparação descritos no PRAD, no meu entendimento o crime ambiental se deu simplesmente pela falta de autorização de desmate, já que em todo momento a área sempre foi caracterizada como Cerrado. CONCLUSÃO: concluímos na certeza de termos atendido a contento aos quesitos formulados, e ainda sugestionamos sobre algumas situações técnicas, muito embora, voltamos a frisar que as intervenções feitas na propriedade, como mudança de solo, foram dentro do que a lei permite quanto ao percentual por ela determinado, houve crime ambiental somente por falta de autorização legal para supressão de vegetação nativa, e não podemos considerar esta área, que inclusive pelo próprio IBAMA foi considerada Cerrado, cuja a reserva é de 35%, imputando a mesma uma reserva legal igual a de uma Floresta, ou seja, 80%. Este laudo concluiu pela inexistência do dano ambiental e ofertou prova técnica de que a área desmatada não era de Reserva Legal, mas sim área permitida para desmate, embora este tenha sido feito sem autorização do órgão competente.Com base neste documento, atestando inexistência de dano ambiental a ser recomposto, que foi julgado em data de 21/09/2011 o processo do juizado criminal que foi extinto em razão de que apenas se tratava de infração relativa a ausência de autorização para desmate em área permitida, e portanto, não havia necessidade de recuperação de dano ambiental, visto que não houve dano ambiental.Tal DECISÃO não foi objeto de recurso e transitou em julgado em 17/10/2011 fls. 140 daqueles autos.Logo após, houve a propositura da ACP em data de 24/02/2012, requerendo a recomposição dos danos ambientais, com base no mesmo documento que serviu àquela SENTENÇA de extinção da punibilidade. Ora, observo que se o próprio órgão de apoio do Ministério Público afirma que o desmatamento ocorreu em área de cerrado, ambiente onde a exigência legal prevê a manutenção de 35% de reserva, afirmando não ser a de 80% da área, aliado ao fato de atestarem e concluírem pela inexistência de dano ambiental e que nada há se recuperar de área e não há sentindo uma Ação para recomposição de dano ambiental atestadamente não existente.Observo que na verdade o próprio Ministério Público concluiu e reconheceu em sua última manifestação que de fato que não houve o dano ambiental, mas requer recuperação.Assim, a ausência de dano não é ponto controvertido, visto que tanto o autor como o réu concordam que não houve dano ambiental, o que de fato também se observa com base na prova técnica de fls. 119/126.Ora, não há como se responsabilizar alguém a recuperar ou reparar um dano ambiental se tal dano não existe.Deste modo, entendo que não houve dano ambiental no caso, com base nas provas periciais dos autos e da incontrovérsia sobre este ponto, não tendo como se falar em responsabilizar objetivamente o requerido pelo dano.Assim, ausente o dano ambiental, também ausente um dos requisitos da responsabilidade civil objetiva, o que impede a condenação do requerido e leva a improcedência do feito.Deste modo, com base no parecer feito pelo próprio órgão vinculado ao Ministério Público, aliado a ausência de controvérsia a cerca da inexistência do dano ambiental, JULGO IMPROCEDENTE OS PEDIDOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO em face ao requerido WILSON SMALESKI MOREIRA, já qualificado, por ausência de dano ambiental a ser reparado, consequentemente ausente requisito necessário da Responsabilidade Civil Objetiva do Meio Ambiente.Consequentemente extinguindo o feito com resolução do MÉRITO, embasada no artigo 269, inc. I, do CPCSem custas ou honorários.Publicada e Registrada pelo SAP. Intime-se via DJ. Ciência ao Ministério Público. Após o trânsito em julgado desta SENTENÇA, arquivem-se estes autos.Alta Floresta DOeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0002027-33.2011.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eni Maria da Silva
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DESPACHO:
DESPACHORemetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Regional Federal da Primeira Região, observadas as formalidades legais.Alta Floresta DOeste-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Galileu Pereira da Silva
Escrivão Judicial

COMARCA DE BURITIS

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Lauda n.4360
Órgão emitente: 1ª Vara Criminal
Data:8 de Agosto de 2013
Proc.: 0021142-38.2005.8.22.0021
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça
Denunciado:Sérgio Alves Teixeira de Souza
Edital - Publicar:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 90 dias
Processo/MANDADO: 0021142-38.2005.822.0021/8
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Procedimento: Processo Comum
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Parte Ré: SÉRGIO ALVES TEIXEIRA DE SOUZA, brasileiro, convivente lavrador, filho de Antônio dos santos Teixeira e Terezinha Teixeira dos Santos nascido aos 19/07/1980, natural de Altônia/PR, residente à Rua Ouro Preto, s/n, setor 04, aos fundos do hospital Regional, e/ou Rua Frei Caneca, s/n, Setor 05, e/ou Jacinópolis, passando a máquina do Sr. Amaro, primeira entrada à esquerda e a primeira casa do lado esquerdo, Buritis/RO.

Advogado: Jean Noujain Neto OAB/RO 1684, militante na comarca de Ariquemes/RO.
DESPACHO: PELO EXPENDIDO e considerando tudo o que mais dos autos consta, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida na inicial e, em conseqüência, CONDENO SERGIO ALVES TEIXEIRA DE SOUZA, qualificado nos autos,por infração ao artigo 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal. Passo a dosar a pena, seguindo as diretrizes dos artigos 59 e 68 do CódigoPenal. Sérgio não registra antecedentes criminais. Não possui outras passagenspela Justiça, não ahvendo elementos para desvalorizar sua conduta social. A culpabilidadeestá bem evidenciada, sendo mediano o grau de reprovabilidade da conduta do acusado. O motivo foi o desejo de ganhar dinheiro fácil, com a comercialização do objeto furtado. As circunstâncias são normais ao delito de furto, já que não houve 'inovação' no modo de agir. As conseqüências são favoráveis porque o objeto furtado foi recuperado e restituído àvítima. O comportamento da ofendida não contribuiu de alguma forma para o crime. Assim, sopesadas as circunstâncias judiciais, a maioria favorável, fixo a penabaseno mínimo legal de 2 (dois) anos de reclusão. Deixo de aplicar pena de multa em razão hipossuficiência financeira do condenado. Reconheço a atenuante da confissão, contudo, deixo de aplicá-la diante da fixação da pena no mínimo legal. Não há agravantes. Desta forma, à míngua de outras causas de modificação, fixo a pena definitiva em 2 (dois) anos de reclusão, pena esta que reputo necessária e suficiente pararеprovação e prevenção do crime cometido. Considerando o disposto no art. 33, •˜ 2º, •gc•h, do CP, imponho ao condenado o regime prisional aberto. Atento ao disposto no Art. 44 do CP substituo a pena privativa de liberdadepor duas penas restritivas de direito, sendo a primeira prestação de serviço a comunidadeem entidade ou programa assistencial a ser designado, na forma com são estabelecida,pelo artigo 46 do CP. A segunda consistente na proibição da freqüência a lugarescriminógenos tais como prostíbulos e •gbocas de fumo, bem como recolhimento diário aresidência até as 23:00 horas, ambas as penas com o mesmo tempo de duração da penasubstituída. Isento de custas. Certificado o trânsito em julgado da DECISÃO condenatório ou do eventual recurso que a confirme, lance-lhe o nome no rol dos culpados e expeça-se guia de execução, instruído-as na forma da lei e com a ciência ministerial, encaminhando-se para aexecução das penas. Intime-se o réu desta SENTENÇA . Diante da renúncia do causídico, nomeio a Assistente da Defensoria Públicade Buritis/RO para atuação no feito. Cumpridas as DELIBERAÇÕES supra, arquivem-se os autos. Buritis-RO, quarta-feira, 20 de fevereiro de 2013. Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direito RECEBIMENTO Aos ____ dias do mês de Fevereiro de 2013. Eu, _____ Antônia Izaleth Siqueira Chaves - Escrivã(o)

Lauda n.4360
Órgão emitente: 1ª Vara Criminal
Data:8 de Agosto de 2013
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 dias
Processo/MANDADO: 0001818-52.2011.822.0021/11
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Procedimento: Processo Comum
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Parte Ré: Maurício Assis de Castro e Agnaldo Pereira dos Santos
Advogado:LAUANA DE LIMA BEZERRA OAB/RO 5121
FINALIDADE: INTIMAR o defensor acima mencionado da, r. DECISÃO abaixo trancrita:
DESPACHO: "...Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE A PRETENÇÃO PUNITIVA ESTATAL EXARADA NA DENÚNCIA e condeno OS RÉUS AGNALDO PEREIRA DOS SANTOS e MAURÍCIO ASSIS DE CASTRO nas penas do art. 155 § 4º, I e IV, do Código Penal ... Buritis-RO, 11 de dezembro de 2012, Luís Marcelo Batista da Silva, Juiz de Direito."
Buritis, 8 de Agosto de 2013
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
Proc.: 0004296-96.2012.8.22.0021
Prazo: 15 dias
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
Endereço Eletrônico: bus1criminal@tj.ro.gov.br
Lauda nº 4362
CITAÇÃO DE:
01) GERALDO JUNIOR DA SILVA, brasileiro, convivente, vaqueiro, natural de Ji-Paraná/RO, nascido aos 07/08/1979, filho de Geraldo José da Silva e Aparecida Ferreira da Silva;
02) RONALDO APARECIDO GREFF, vulgo "NONÔ", brasileiro, solteiro, lavrador, natural de Colorado do Oeste/RO, nascido aos 14/03/1991, filho de Adão Greff e Lídia Borges Greff;
FINALIDADE:
02) CITAR E INTIMAR o acusado para responder a denúncia do Ministério Público em 10 (dez) dias, por infração na forma do Art. 155, §4º, IV, do CP, pelo seguinte fato, resumindo: "...No dia 27 de agosto de 2012, em horário não apurado, na Rua Rio de Janeiro, 1521, setor 02, nesta cidade, os denunciados, agindo em concurso, previamente mancomunados, com unidade de desígnios e ânimo de assenhoramento definitivo, subtraíram, para eles, uma mesa e duas cadeiras, pertencentes à vítima Jorge Bressan..."(fl. 03/04).
03) Caso o acusado não apresente defesa, este Juízo poderá nomear defensor público para fazê-lo em nome do acusado;
04) Não sendo apresentada a defesa preliminar, a Defensoria Pública será nomeada para fazê-la - Art. 396, do CPP. Transcorrido o prazo a defesa, dê-se vistas.
Sede do Juízo: Fórum Juiz Jorge Luiz Gurgel do Amaral Neto, Rua Taguatinga, 1380, Setor 03, Buritis-RO, 76880000 - Fax: (69)3238-2860 - Fone: (69)3238-2910 - Ramal: 220.
Buritis, 08 de agosto de 2013.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
Proc.: 0004438-03.2012.8.22.0021
Prazo: 15 dias
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
Endereço Eletrônico: bus1criminal@tj.ro.gov.br
Lauda nº 4363
CITAÇÃO DE:
01) JUCINEI ROCHA DE SOUZA, brasileiro, solteiro, natural de Ouro Preto do Oeste/RO, nascido aos 28/06/1984, filho de Devair Rocha de Souza e Maria Aparecida de Souza.

FINALIDADE:
02) CITAR E INTIMAR o acusado para responder a denúncia do Ministério Público em 10 (dez) dias, por infração na forma do Art. 297, caput, do CP, pelo seguinte fato, resumindo: "...Em dia e horário não devidamente apurados, sabendo-se, porém, que no mês de junho de 2010, nesta comarca, o denunciado falsificou documento público, consistente em carteira nacional de habilitação..."(fl. 03/04).
03) Caso o acusado não apresente defesa, este Juízo poderá nomear defensor público para fazê-lo em nome do acusado;
04) Não sendo apresentada a defesa preliminar, a Defensoria Pública será nomeada para fazê-la - Art. 396, do CPP. Transcorrido o prazo a defesa, dê-se vistas.
Sede do Juízo: Fórum Juiz Jorge Luiz Gurgel do Amaral Neto, Rua Taguatinga, 1380, Setor 03, Buritis-RO, 76880000 - Fax: (69)3238-2860 - Fone: (69)3238-2910 - Ramal: 220.
Buritis, 08 de agosto de 2013.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
Proc.: 0004468-38.2012.8.22.0021
Prazo: 15 dias
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
Endereço Eletrônico: bus1criminal@tj.ro.gov.br
Lauda nº 4364
CITAÇÃO DE:
01) ROSA LEONICE BENTO DOS REIS, brasileira, solteira, RG 870230/SSP/RO, nascido aos 25/10/1983, filha de Luzia Bento.
FINALIDADE:
02) CITAR E INTIMAR o acusado para responder a denúncia do Ministério Público em 10 (dez) dias, por infração na forma do Art. 121, caput, c/c art. 14, II, do CP, pelo seguinte fato, resumindo: "...No dia 16/11/2012, por volta das 12h30, na rua Santa Eliza, nº 2238, setor 01, Campo Novo de Rondônia/RO, as denunciadas, munidas de uma arma branca, do tipo faca, agindo com a intenção de matar, tentaram efetuar golpes contra a vítima Silvana Pontes, somente não conseguindo consumar o seu intento criminoso por circunstâncias alheias à sua vontade..."(fl. 03/04).
03) Caso o acusado não apresente defesa, este Juízo poderá nomear defensor público para fazê-lo em nome do acusado;
04) Não sendo apresentada a defesa preliminar, a Defensoria Pública será nomeada para fazê-la - Art. 396, do CPP. Transcorrido o prazo a defesa, dê-se vistas.
Sede do Juízo: Fórum Juiz Jorge Luiz Gurgel do Amaral Neto, Rua Taguatinga, 1380, Setor 03, Buritis-RO, 76880000 - Fax: (69)3238-2860 - Fone: (69)3238-2910 - Ramal: 220.
Buritis, 08 de agosto de 2013.
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

Antônia Izaleth Siqueira Chaves
Escrivã Criminal

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Juizado Especial Cível BURITIS

Proc: 1000332-78.2012.8.22.0021
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
DORIVAL CORREIA SANDOVAL(Requerente)
Advogado(s): Ademir Guizolf Adur(OAB 373-B RO)
Banco Finasa B. M. C. S.A(Requerido)
Advogado(s): Mauro Paulo Galera Mari(OAB 4937 RO)
DORIVAL CORREIA SANDOVAL(Requerente)
Advogado(s): Ademir Guizolf Adur(OAB 373-B RO)
Banco Finasa B. M. C. S.A(Requerido)
Advogado(s): Mauro Paulo Galera Mari(OAB 4937 RO)
Vistos, Dispensado o RELATÓRIO, na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Pretende o autor Dorival Correia Sandoval a declaração de inexigibilidade do débito, com a consequente exclusão de seu nome dos cadastros de devedores, bem como a condenação do requerido Banco Finasa B.M.C S.A Banco Bradesco ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 12.000,00, em razão da 'negativação' indevida de seu nome. O requerido apresentou contestação rechaçando os argumentos da inicial, sob o fundamento de que a ação é temerária, que não houve conduta ilícita do requerido, que não houve dano moral. A ação é procedente em parte. O que se impõe é que seja desconstituída a suposta dívida levada a efeito junto aos órgãos de proteção ao crédito, SPC/SERASA, declarando-se, por conseguinte, a inexigibilidade do débito do autor para com o réu, em relação ao débito na quantia de R$ 7.714,72. Mister, outrossim, que o requerido seja responsabilizado pelos danos morais causados ao autor, que, não conseguindo cancelar os débitos junto ao réu, experimentou o desgosto do nome negativado junto aos órgãos de proteção ao crédito, SPC/SERASA, pois o autor comprovou o pagamento da dívida do credor, por intermédio de escritório terceirizado (mov. 1.5). Verte, outrossim, que o requerido não foi minimamente diligente com o autor, consumidor, pois se o tivesse sido, facilmente poderia ter resolvido a celeuma instaurada, a que o autor de modo nenhum deu causa, causando-lhe angústia não-desprezível. Há de se verificar, pois, qual o valor a que a autora faz jus, em razão do dano moral sofrido. A indenização por esse tipo de dano não pode, de um lado, ser fonte de enriquecimento indevido e, de outro, ser inexpressiva. Deve o julgador pautar-se pelo equilíbrio, de sorte que o valor fixado possa servir de lenitivo para o sofrimento experimentado pela vítima, bem como desestimular seu agente causador a proceder, no futuro, de igual modo. Reputo, portanto, sopesando-se os fatores acima considerados, que a fixação da quantia reparatória em R$ 8.000,00, seja a mais adequada para o presente caso. DISPOSITIVO . Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação para: a) conceder a antecipação da tutela pleiteada devendo o requerido providenciar, caso não tenha feito, a retirada do nome do requerente junto aos órgãos de proteção ao crédito, SPC/SERASA, no prazo de 72:00 horas, sob pena de multa no valor de R$ 200,00, até o limite de R$ 5.000,00; b) declarar nulo o débito levado a efeito junto aos órgãos e proteção ao crédito, SPC/SERASA, no valor de R$ 7.714,72, desobrigando o requerente de pagamento; c) condenar o réu a pagar ao autor a título de reparação por danos morais, a quantia de R$ 8.000,00, (oito mil reais) atualizada monetariamente a partir da presente data (Súmula nº 362, do STJ) e acrescida de juros moratórios de um por cento ao

mês a contar da citação (art. 405, Código Civil, c.c. art. 161, §1º, Código Tributário Nacional). Sem custas ou honorários advocatícios, na forma do art. 54 e do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Após o trânsito em julgado desta SENTENÇA, o réu deverá cumpri-la, no prazo e sob a pena prevista no art. 475-J, do Código de Processo Civil, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito devidamente atualizado. Saem os presentes intimados. Registre-se. Nada mais havendo encerrou-se a presente audiência que depois de lida e achada conforme vai devidamente assinada por todos. LUIS MARCELO BATISTA DA SILVA Juiz de Direito CONCILIADOR: Requerente: Adv. do Requerente: PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE BURITIS VARA ÚNICA - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Preposta do Requerido: Adv. do Requerido

Proc: 1000561-72.2011.8.22.0021
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
ALEXANDRE BATISTA DE SOUZA(Requerente)
Advogado(s): ALBERTO BIAGGI NETTO(OAB 2740 RO)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.(Requerido)
Advogado(s): Alexandre Paiva Calil(OAB 2894 RO)
ALEXANDRE BATISTA DE SOUZA(Requerente)
Advogado(s): ALBERTO BIAGGI NETTO(OAB 2740 RO)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.(Requerido)
Advogado(s): Alexandre Paiva Calil(OAB 2894 RO)
Vistos.
Intime-se a parte autora para manifestar quanto ao pagamento anexado mov. 22.2. PROJUDI.
Prazo 05 (cinco) dias.
Buritis, em 30 de julho de 2013

Proc: 1001124-66.2011.8.22.0021
Ação:Petição (Juizado Cível)
Carlos da Silva Oliveira(Autor)
Advogado(s): Karina Tavares Sena(OAB 4085 RO)
NEXTEL TELECOMUNICAÇOES(Requerido)
Advogado(s): JULIO CEZAR CALAIS(OAB 3418 RO)
Carlos da Silva Oliveira(Autor)
Advogado(s): Karina Tavares Sena(OAB 4085 RO)
NEXTEL TELECOMUNICAÇOES(Requerido)
Advogado(s): JULIO CEZAR CALAIS(OAB 3418 R
Vistos.Intime-se a executada para efetuar o pagamento do valor da condenação na formado artigo 475-J do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
Buritis, em 30 de Julho de 2013-Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

Proc: 1000803-65.2010.8.22.0021
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Vilmar Siqueira(Requerente)
Advogado(s): JULIO CEZAR CALAIS(OAB 3418 RO)
Ação Educacional Clarentiana(Requerido)
Advogado(s): Jose Luiz Mazaron(OAB 66992 SP)
Vilmar Siqueira(Requerente)
Advogado(s): JULIO CEZAR CALAIS(OAB 3418 RO)
Ação Educacional Clarentiana(Requerido)
Advogado(s): Jose Luiz Mazaron(OAB 66992 SP)
Vistos.Intime-se o devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias pagar a quantia devida, a multa referente a tutela específica, sob pena de inclusão de multa de 10% sobre o
valor, bem como acréscimos legais. Cumpra-se.Buritis/RO, 30 de julho de 2013.LUIS MARCELO BATISTA DA SILVA
Juiz de Direito

Proc: 1001126-36.2011.8.22.0021
Ação:Petição (Juizado Cível)
PEDRO ERNESTO AMORIM SENA (Autor)
Advogado(s): Karina Tavares Sena(OAB 4085 RO)
Banco da Amazônia(Requerido)
Advogado(s): MICHEL FERNANDES BARROS(OAB 1790 RO), WASHINGTON FERREIRA MENDONÇA(OAB 1946 RO), RAMIRO DE SOUZA PINHEIRO(OAB 2037 RO), Aline Fernandes Barros(OAB 2708 RO)
PEDRO ERNESTO AMORIM SENA (Autor)
Advogado(s): Karina Tavares Sena(OAB 4085 RO)
Banco da Amazônia(Requerido)
Advogado(s): MICHEL FERNANDES BARROS(OAB 1790 RO), WASHINGTON FERREIRA MENDONÇA(OAB 1946 RO), RAMIRO DE SOUZA PINHEIRO(OAB 2037 RO), Aline Fernandes Barros(OAB 2708 RO)
Vistos.
Converto em pagamento do débito o bloqueio de créditos do requerido efetuado via bacenjud (Projudi mov. 24.1). Levante-se a penhora do crédito em favor do requerente. P. R. I. Procedidas as baixas, anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos pelo cumprimento da SENTENÇA . Cumpra-se. Buritis/RO, 30 de julho de 2013. LUIS MARCELO BATISTA DA SILVA-Juiz de Direito

Proc: 1000340-55.2012.8.22.0021
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Maria Lúcia Silva Neves(Requerente)
Advogado(s): Ademir Guizolf Adur(OAB 373-B RO)
Banco BMB S/A(Requerido)
Advogado(s): JULIO CEZAR CALAIS(OAB 3418 RO)
Maria Lúcia Silva Neves(Requerente)
Advogado(s): Ademir Guizolf Adur(OAB 373-B RO)
Banco BMB S/A(Requerido)
Advogado(s): JULIO CEZAR CALAIS(OAB 3418 RO)
Vistos.
O recorrente recolheu a menor as custas do recurso (1 ½ por cento sobre o valor da causa), sendo o preparo pressuposto (objeto) de admissibilidade recursal, o que não foi obedecido pela demandante. Neste sentido, o Enunciado 80 O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995). (Aprovado no XI Encontro, em Brasília-DF Alteração aprovada no XII Encontro Maceió-AL). Ante o exposto, DECLARO DESERTOo recurso do recorrente (Projudi mov.20).Intimem-se.Nos termos do art. 475 J do CPC, intime-se o requerido para proceder ao pagamento do julgado no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa no valor de 10% sobre o montante da condenação.Cumpra-se.Buritis (RO), 07/06/2013.

ADIP C. E. HOMSI NETO
Juiz Substituto

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0002732-48.2013.8.22.0021
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Dione Maicon Aguilera da Silva
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador Federal do Inss ( )
DESPACHO:
OFÍCIO N. 484/2013TESTEMUNHAS: 1- Josélio Ramos Beninca, brasileiro, residente e domiciliado à Rua 27 de Dezembro, nº 1785, Bairro Nova Porto Velho, Setor 8, Buritis/RO;2- Elenice dos Santos, brasileira, residente e domiciliada à Rua Rodrigues, nº 1331, Setor 7, Buritis/RO;3- Patricia Carlo Bezerra, brasileira, residente e domiciliada à Rua 27 de Dezembro, nº 1785, Bairro Nova Porto Velho, Setor 8, Buritis/RO.Vistos, etc.Cumpra-se a carta precatória, servindo esta de MANDADO . Designo audiência para o dia, às, para a oitiva da testemunha.Oficie-se ao Juízo deprecante para ciência e intimação dos interessados (partes e procuradores). Intimem-se via diário da justiça. Ficam autorizados os benefícios do artigo 172, §º do CPC, e se constatada a hipótese legal, deverá o oficial de justiça proceder com a observância do disposto nos arts. 227-229 também do CPC. SERVE A PRESENTE COMO MANDADO /CARTA/OFÍCIOCumprido o ato, devolva-se à origem com nossas homenagens. Buritis-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000934-86.2012.8.22.0021
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marliane Fogaça de Oliveira Santos
Advogado:Alberto Biaggi Netto (OAB/RO 2740)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador Federal do Inss ( )
SENTENÇA:
Vistos.I - RELATÓRIO:Trata-se de Ação para Concessão de Benefício Previdenciário ajuizada por MARLIANE FOGAÇA DE OLIVEIRA SANTOS em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS alegando, em síntese, que é trabalhadora rural.Aduz que devido à sequela, encontra-se incapacitada para o exercício de atividades rurais.Requer a condenação da Autarquia Federal à concessão da aposentadoria por invalidez.Com a inicial, os documentos de fls. 08-59. Contestação do INSS (fls. 61-67), requerendo a extinção do feito, sem resolução de MÉRITO, ante a carência da ação por falta de interesse de agir, ou a suspensão do processo até que a Requerente comprove o indeferimento do pedido administrativo. Em instrução foi ouvida uma testemunha, bem como realizada perícia médica. Na ocasião a Requerente apresentou alegações finais remissivas.Vieram os autos conclusos para SENTENÇA . Decido. II Fundamentação:Sustentou o Requerido a carência da ação, ante a inexistência de provas quanto ao prévio requerimento administrativo formulado pelo Requerente.Sem razão a arguição feita, pois a prévia postulação administrativa para a concessão de benefício previdenciário não se trata de condição para se buscar em juízo a efetivação do seu direito. Sendo assim, afasto a arguição.MÉRITO:Nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91, o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez será devido ao segurado que, cumprindo a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade laborativa. In verbis:Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.De acordo com a legislação específica, a concessão da aposentadoria por invalidez pressupõe a comprovação, concomitante, dos seguintes requisitos: (a) incapacidade total e permanente para o exercício de qualquer atividade que seja apta a garantir a sua subsistência; (b) a qualidade de segurado; e (c) o cumprimento da carência de 12 (doze) contribuições mensais (art. 25, I, da Lei 8.213/91), dispensada esta no caso de a incapacidade decorrer de acidente de qualquer natureza ou causa (art. 26, II, primeira parte).Neste ponto, vale ressaltar que a concessão deste benefício em favor de trabalhador rural independe do cumprimento da carência exigida em lei (artigo 26, III, c/c artigo 39, I, da Lei nº 8.213/91). Todavia, segundo a legislação de regência (§ 3º do art. 55 da Lei n. 8.213/91) e o disposto nas Súmulas 149 do STJ e 27 do TRF da 1ª Região, a comprovação da atividade rural está ligada à existência de início de prova material, corroborada por prova testemunhal.A Requerente apresentou aos autos início de prova de atividades rurais em nome de seu esposo (fls. 10-11; 13; 16-59), que foi corroborada pela testemunha ouvida em Juízo. Assim, não há dúvidas da qualidade de segurado especial da Previdência Social.No entanto, embora o Laudo Pericial juntado nesta data conclua pela incapacidade parcial e temporária da Requerente, é possível verificar que a patologia apresentada poderá ser compensada por meio de medicamentos/cirurgias/outro tratamento específico.Ademais, o laudo não encontra respaldo em qualquer laudo confeccionado por imagem da coluna vertebral da autora, o que fragiliza a CONCLUSÃO .Destarte, ausente um dos requisitos, legais não há que se falar em invalidez a compelir a sua aposentadoria.III DISPOSITIVO:Posto isto, ausentes os pressupostos necessários para a concessão do benefício pretendido, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL e, via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Sem custas e honorários por ser beneficiário da AJG.Condeno o Requerido ao pagamento de honorários periciais no valor de R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos) ao Perito Dr. José de S. Almeida Junior, CRM 1221/RO, CPF n. 154.012.864-49.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Transitado em julgado, não havendo interposição de recurso, arquivem-se os autos.Buritis-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direitocas

Proc.: 0000646-41.2012.8.22.0021
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Izael da Cunha Lopes
Advogado:Michelle Souza Pires Stegmann (OAB/RO 4110)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador Federal do Inss ( )
SENTENÇA:
Vistos.I - RELATÓRIO:Trata-se de ação para concessão de benefício previdenciário ajuizada por IZAEL DA CUNHA LOPES em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS alegando, em síntese, que é trabalhador rural. Aduz ser portador de epilepsia, encontrando-se incapacitada para o exercício de suas atividades braçais em sua propriedade

rural.Requer a condenação da Autarquia Federal à concessão de aposentadoria por invalidez.Com a inicial, os documentos de fls. 09-39.Contestação do INSS (fls. 41-44), requerendo o indeferimento dos pedidos constante da inicialEm instrução foi realizada perícia médica. Na ocasião o Requerente apresentou alegações finais remissivas.Vieram os autos conclusos para SENTENÇA . Decido. II Fundamentação:MÉRITO:Nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91, o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez será devido ao segurado que, cumprindo a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade laborativa. In verbis:Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.De acordo com a legislação específica, a concessão da aposentadoria por invalidez pressupõe a comprovação, concomitante, dos seguintes requisitos: (a) incapacidade total e permanente para o exercício de qualquer atividade que seja apta a garantir a sua subsistência; (b) a qualidade de segurado; e (c) o cumprimento da carência de 12 (doze) contribuições mensais (art. 25, I, da Lei 8.213/91), dispensada esta no caso de a incapacidade decorrer de acidente de qualquer natureza ou causa (art. 26, II, primeira parte).Neste ponto, vale ressaltar que a concessão deste benefício em favor de trabalhador rural independe do cumprimento da carência exigida em lei (artigo 26, III, c/c artigo 39, I, da Lei nº 8.213/91). Todavia, segundo a legislação de regência (§ 3º do art. 55 da Lei n. 8.213/91) e o disposto nas Súmulas 149 do STJ e 27 do TRF da 1ª Região, a comprovação da atividade rural está ligada à existência de início de prova material, corroborada por prova testemunhal.O Requerente apresentou aos autos início de prova de atividades rurais em nome de seu genitor (fls. 12-13 e 20-39), demonstrando assim a qualidade de segurado especial da Previdência Social. Já o laudo médico-pericial acostado nesta data, foi expresso em consignar que o Requerente possui Epilepsia generalizada (grande mal), enfermidade esta que acarreta sua incapacidade total e definitiva para o trabalho, sendo insuscetível de reabilitação.Sobre o tema, oportuno acostar a seguinte ementa:ATO DE APOSENTADORIA PROPORCIONAL. RETIFICAÇÃO. DOENÇA GRAVE. PROVA. PREVISÃO LEGAL. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA INTEGRAL POR INVALIDEZ. FATO DESCONSTITUTIVO NÃO PROVADO. Demonstrado que a doença que acomete o servidor-autor é grave e obsta a que volte a trabalhar, impõe-se o reconhecimento do seu direito a aposentadoria integral, conforme a específica previsão legal. Ao Estado-réu cabe trazer aos autos prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. (0103970-15.2009.8.22.0001 Apelação. Rel.: Des. Renato Mimessi. 23 de novembro de 2010).A Lei 8.213/91, em seu artigo 43, § 1º, 'b', dispõe que a aposentadoria por invalidez será devida a partir da data do requerimento administrativo. E, nos termos do mesmo artigo, caput, do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do mesmo diploma legal.Por fim, na ausência de requerimento, deve ser considerada a data da citação, conforme jurisprudência do E. STJ. Transcrevo:AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO.1. O termo inicial do benefício de aposentadoria por invalidez, quando não houver sido precedido por auxílio-doença, e na ausência de prévio requerimento administrativo, é a data da citação.2. Agravo regimental improvido.(AgRg no Ag 1090820/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 25/10/2012). Na hipótese, não há nos autos prova da existência de requerimento administrativo formulado pela Requerente. Logo, a data da citação (dia 04/04/2012- fl. 40-v) será o termo inicial para pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez. III DISPOSITIVO:Posto isto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para condenar o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL a conceder o benefício de aposentadoria por invalidez em favor de IZAEL DA CUNHA LOPES, no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, inclusive abono natalino.O termo inicial do benefício será dia 04/04/2012. Correção monetária, aplicada com base nos índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federala partir do momento em que cada prestação se tornou devida.Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação até o advento da Lei 11.960/09, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês - ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido -, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação.E, via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC.Sem custas por isenção legal (Lei nº 301/1990).Pelo princípio da sucumbência condeno a Autarquia Federal ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado das prestações vencidas até a data da prolação da SENTENÇA (Súmula 111/STJ).Condeno o Requerido ao pagamento de honorários periciais no valor de R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos) ao Perito Dr. José de S. Almeida Junior, CRM 1221/RO, CPF n. 154.012.864-49.Em atenção ao inciso I do art. 475, do Código de Processo Civil, bem como à doutrina e jurisprudência amplamente majoritárias, transcorrido o prazo para a interposição de recurso voluntário pelas partes, remetam-se os autos ao égio Tribunal Regional Federal da 1ª. região, para fins de reexame necessário desta DECISÃO, vez que a hipótese dos autos não se encaixa na expressa permissão contida parágrafo 2º, do art. 475, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (art. 236 do CPC e Capítulo II, Seção III, item 44, das Diretrizes Gerais Judiciais).Buritis-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direitocas

Proc.: 0001337-55.2012.8.22.0021
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adaias de Jesus Franco
Advogado:Michelle Souza Pires Stegmann (OAB/RO 4110)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador Federal do Inss ( )
SENTENÇA:
Vistos.I - RELATÓRIO:Trata-se de ação para concessão de benefício previdenciário ajuizada por ADAIAS DE JESUS FRANCO em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS alegando, em síntese, que é trabalhador rural. Aduz que sofreu um acidente de transito em junho/2010 tendo se submetido a tratamento conservador desde então sem nenhuma melhora, encontrando-se incapacitado para o exercício de

atividades rurais.Requer a condenação da Autarquia Federal à concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença. Com a inicial, os documentos de fls. 09-28.Contestação do INSS (fls. 30-39), a extinção do feito, sem resolução de MÉRITO, ante a carência da ação por falta de interesse de agir, ou a suspensão do processo até que o Requerente comprove o indeferimento do pedido administrativo.Em instrução foram ouvidas duas testemunhas, bem como realizada perícia médica. Na ocasião o Requerente apresentou alegações finais remissivas.Vieram os autos conclusos para SENTENÇA . Decido. II Fundamentação:Sustentou o Requerido a carência da ação, ante a inexistência de provas quanto ao prévio requerimento administrativo formulado pela Requerente.Sem razão a arguição feita, pois a prévia postulação administrativa para a concessão de benefício previdenciário não se trata de condição para se buscar em juízo a efetivação do seu direito. Sendo assim, afasto a arguição.MÉRITO:Nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91, o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez será devido ao segurado que, cumprindo a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade laborativa. In verbis:Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.De acordo com a legislação específica, a concessão da aposentadoria por invalidez pressupõe a comprovação, concomitante, dos seguintes requisitos: (a) incapacidade total e permanente para o exercício de qualquer atividade que seja apta a garantir a sua subsistência; (b) a qualidade de segurado; e (c) o cumprimento da carência de 12 (doze) contribuições mensais (art. 25, I, da Lei 8.213/91), dispensada esta no caso de a incapacidade decorrer de acidente de qualquer natureza ou causa (art. 26, II, primeira parte).Neste ponto, vale ressaltar que a concessão deste benefício em favor de trabalhador rural independe do cumprimento da carência exigida em lei (artigo 26, III, c/c artigo 39, I, da Lei nº 8.213/91). Todavia, segundo a legislação de regência (§ 3º do art. 55 da Lei n. 8.213/91) e o disposto nas Súmulas 149 do STJ e 27 do TRF da 1ª Região, a comprovação da atividade rural está ligada à existência de início de prova material, corroborada por prova testemunhal.O Requerente apresentou aos autos início de prova de atividades rurais (fls. 12-13 e 20-27), que foi corroborado pelas testemunhas ouvidas em Juízo, demonstrando assim a qualidade de segurado especial da Previdência Social. Já o laudo médico-pericial acostado nesta data, foi expresso em consignar que o Requerente é portador de perturbação física com quadrode fratura de tíbia esquerdo por acidente de transito com consolidação não anatômica comprometimento em esqueleto axial e evoluindo com doeça vascular S72 M54, enfermidade esta que acarreta sua incapacidade parcial e definitiva para o trabalho, sendo insuscetível de reabilitação. Sobre o tema, oportuno acostar a seguinte ementa:ATO DE APOSENTADORIA PROPORCIONAL. RETIFICAÇÃO. DOENÇA GRAVE. PROVA. PREVISÃO LEGAL. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA INTEGRAL POR INVALIDEZ. FATO DESCONSTITUTIVO NÃO PROVADO. Demonstrado que a doença que acomete o servidor-autor é grave e obsta a que volte a trabalhar, impõe-se o reconhecimento do seu direito a aposentadoria integral, conforme a específica previsão legal. Ao Estado-réu cabe trazer aos autos prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.(0103970-15.2009.8.22.0001 Apelação. Rel.: Des. Renato Mimessi. 23 de novembro de 2010).A Lei 8.213/91, em seu artigo 43, § 1º, 'b', dispõe que a aposentadoria por invalidez será devida a partir da data do requerimento administrativo. E, nos termos do mesmo artigo, caput, do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do mesmo diploma legal.Por fim, na ausência de requerimento, deve ser considerada a data da citação, conforme jurisprudência do E. STJ. Transcrevo:AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO.1. O termo inicial do benefício de aposentadoria por invalidez, quando não houver sido precedido por auxílio-doença, e na ausência de prévio requerimento administrativo, é a data da citação.2. Agravo regimental improvido.(AgRg no Ag 1090820/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 25/10/2012).Na hipótese, não há nos autos prova da existência de requerimento administrativo formulado pelo Requerente. Logo, a data da citação (dia 07/10/2010 - fl. 17) será o termo inicial para pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez.III DISPOSITIVO:Posto isto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para condenar o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL a conceder o benefício de aposentadoria por invalidez em favor de ADAIAS DE JESUS FRANCO, no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, inclusive abono natalino.O termo inicial do benefício será dia 07/10/2010.Correção monetária, aplicada com base nos índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federala partir do momento em que cada prestação se tornou devida.Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação até o advento da Lei 11.960/09, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês - ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido -, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação.E, via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Sem custas por isenção legal (Lei nº 301/1990).Pelo princípio da sucumbência condeno a Autarquia Federal ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado das prestações vencidas até a data da prolação da SENTENÇA (Súmula 111/STJ).Condeno o Requerido ao pagamento de honorários periciais no valor de R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos) ao Perito Dr. Eder Aparecido Bueno, CRM 2110/RO, CPF n. 579.501.132-00.Em atenção ao inciso I do art. 475, do Código de Processo Civil, bem como à doutrina e jurisprudência amplamente majoritárias, transcorrido o prazo para a interposição de recurso voluntário pelas partes, remetam-se os autos ao égio Tribunal Regional Federal da 1ª. ão, para fins de reexame necessário desta DECISÃO, vez que a hipótese dos autos não se encaixa na expressa permissão contida parágrafo 2º, do art. 475, do CPC.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (art. 236 do CPC e Capítulo II, Seção III, item 44, das Diretrizes Gerais Judiciais).Buritis-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direitocas

Proc.: 0002635-82.2012.8.22.0021
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Lino Sergio
Advogado:Eurianne de Souza Passos Barrionuevo Alves (OAB/RO 3894), Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (RO. 301-B)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador Federal do Inss ( )
SENTENÇA:
Vistos.I - RELATÓRIO:Trata-se de Ação para Concessão de Benefício Previdenciário ajuizada por JOSÉ LINO SERGIO em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS alegando, em síntese, que é trabalhador rural.Aduz que sofreu acidente em 2008 vindo a sofrer um trauma em sua coluna com sinais de desidratação do disco inter-vertebral entre L5-S1 na evolução de discopatia degenerativa lombo-sacra, encontrando-se incapacitado para o exercício de atividades rurais.Requer a condenação da Autarquia Federal à concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença. Com a inicial, os documentos de fls. 14-34.Contestação do INSS (fls. 14-34), requer seja julgado improcedentes os pedidos aduzidos na inicial.Em instrução foi realizada perícia médica. Na ocasião o Requerente apresentou alegações finais remissivas.Vieram os autos conclusos para SENTENÇA . Decido. II Fundamentação:Nos termos da Lei n. 8213/91, são requisitos para a concessão dos benefícios de aposentadoria por invalidez e de auxílio-doença a qualidade de segurado da Previdência Social, com o preenchimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, inciso II, e a comprovação de incapacidade total para o exercício de atividade que garanta a subsistência (art. 42, § § 1º e 2º), devendo essa incapacitação ser definitiva, para a aposentadoria por invalidez, e temporária, no caso do auxílio-doença. Quanto à qualidade de segurado, vale ressaltar que, se tratando de trabalhador rural, não será necessário o cumprimento da carência exigida em lei (artigo 26, III, c/c artigo 39, I, da Lei nº 8.213/91). Todavia, segundo a legislação de regência (§ 3º do art. 55 da Lei n. 8.213/91) e o disposto nas Súmulas 149 do STJ e 27 do TRF da 1ª Região, a comprovação da atividade rural está ligada à existência de início de prova material, corroborada por prova testemunhal.O Requerente apresentou aos autos início de prova de atividades rurais (fls. 16-30), demonstrando assim a qualidade de segurado especial da Previdência Social.Já o laudo médico-pericial acostado nesta data, foi expresso em consignar que o Requerente é portador de pertubação física, paciente portador de doença osteoarticular em coluna cervical, com piora progressiva a aproximadamente 5 anos CID M 54, enfermidade esta que acarreta sua incapacidade parcial e definitiva para o trabalho.Dessa forma, o Requerente faz jus ao benefício auxílio-doença, pois presentes os requisitos exigidos pela legislação especial.Aponto ainda que o benefício somente poderá ser cessado se constatada a recuperação da capacidade para o trabalho por meio de nova perícia médica, ou CONCLUSÃO do processo de reabilitação ou, ainda, no caso de conversão do benefício em aposentadoria por invalidez. Sobre o tema, oportuno acostar a seguinte ementa:PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E PERICIAIS. CUSTAS PROCESSUAIS.1. O segurado da Previdência Social tem direito ao benefício de auxílio-doença em razão de incapacidade temporária para o seu trabalho e para o exercício de suas atividades habituais, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, nos termos do art. 59 da Lei n. 8.213/91. 2. O rurícola, para que seja enquadrado como segurado especial, deve apresentar início de prova material do exercício da atividade, o que ficou demonstrado nos documentos trazidos pela parte autora, além da prova testemunhal produzida em juízo.3. Laudo pericial no sentido de que o(a) requerente é portador(a) de enfermidade de caráter reversível, que acarreta sua incapacidade total e temporária para o trabalho.4. Direito à concessão do benefício de auxílio-doença, a partir do laudo pericial, na forma determinada na SENTENÇA, benefício que no MÉRITO poderá ser cessado mediante a recuperação da capacidade laboral, a ser aferida por perícia médica a cargo do INSS.5. As prestações em atraso monetariamente corrigidas, segundo os critérios estabelecidos pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal, incidindo tal correção desde a data do vencimento de cada uma (Súmulas n.s 148 do STJ e 19 do TRF - 1ª Região) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação até Lei 11.960/09, a partir de então à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês.6. Honorários advocatícios fixados em 10% sobre as prestações vencidas até a data da prolação da SENTENÇA no caso de sua confirmação, ou até a prolação do acórdão no caso de provimento da apelação da parte autora, atendendo ao disposto na Súmula 111/STJ. Entretanto, fica mantida a SENTENÇA, no particular, na hipótese de, inexistindo recurso das partes nesse sentido, os honorários terem sido fixados em valor fixo, ou percentual, menor que o valor acima indicado, sob pena de reformatio in pejus do julgado (Súmula 45 do STJ)7. Isenção de custas no âmbito da jurisdição delegada com base em lei estadual específica e, na Justiça Federal, com fundamento no art. 4º, inc. I, da Lei 9.289/96, abrangendo, inclusive, eventuais despesas com oficial de justiça.8. Deferida tutela específica da obrigação de fazer, seja em razão do cumprimento dos requisitos exigidos no art. 273, do CPC, ou com fundamento no art. 461, § 3º, do mesmo Código, já que a CONCLUSÃO daqui emergente é no sentido da concessão do benefício. 9. Em qualquer caso fica expressamente afastada a fixação prévia de multa, sem prejuízo de seu arbitramento na hipótese de efetivo descumprimento do julgado.10. Apelacões e remessa oficial providas, em parte. (Numeração Única: AC 0063406-29.2010.4.01.9199 / MG; APELAÇÃO CIVEL. Relator JUIZ FEDERAL MURILO FERNANDES DE ALMEIDA (CONV.). Órgão SEGUNDA TURMA. Publicação. 26/06/2013 e-DJF1 P. 153. Data DECISÃO 29/05/2013).A Lei n. 8.213/91, em seu artigo 60, dispõe que o auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz. Nos termos do mesmo artigo, §1º, será devido o benefício da data da entrada do requerimento administrativo, quando requerido após 30 dias de afastamento das atividades laborais. Neste sentido: EDcl no AgRg no Ag 883266 / RS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2007/0080821-8 Relator(a) Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO. Órgão Julgador. T5 - QUINTA TURMA. Data do Julgamento 23/02/2010 Data da Publicação/Fonte DJe 12/04/2010. STJ.Na hipótese, o Requerente formulou pedido administrativo de auxílio-doença que foi indeferido em 15/09/2009 (fl. 34). Logo, este será o termo inicial para pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez.III DISPOSITIVO:Posto isto, JULGO

PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para condenar o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL a conceder o benefício de auxílio-doença em favor de JOSÉ LINO SERGIO, observando o disposto no art. 61 da Lei 8.213/91.O termo inicial do benefício será 15/09/2009.Correção monetária, aplicada com base nos índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federala partir do momento em que cada prestação se tornou devida.Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação até o advento da Lei 11.960/09, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês - ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido -, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação.E, via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC.Sem custas por isenção legal (Lei nº 301/1990). Pelo princípio da sucumbência condeno a Autarquia Federal ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado das prestações vencidas até a data da prolação da SENTENÇA (Súmula 111/STJ).Condeno o Requerido ao pagamento de honorários periciais no valor de R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos) ao Perito Dr. Eder Aparecido Bueno, CRM 2110/RO, CPF n. 579.501.132-00.Em atenção ao inciso I do art. 475, do Código de Processo Civil, bem como à doutrina e jurisprudência amplamente majoritárias, transcorrido o prazo para a interposição de recurso voluntário pelas partes, remetam-se os autos ao égio Tribunal Regional Federal da 1ª. ão, para fins de reexame necessário desta DECISÃO, vez que a hipótese dos autos não se encaixa na expressa permissão contida parágrafo 2º, do art. 475, do CPC.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (art. 236 do CPC e Capítulo II, Seção III, item 44, das Diretrizes Gerais Judiciais).Buritis-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direitocas

Proc.: 0002100-56.2012.8.22.0021
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sonia Miranda
Advogado:Alberto Biaggi Netto (OAB/RO 2740)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador Federal do Inss ( )
SENTENÇA:
Vistos.I - RELATÓRIO:Trata-se de Ação para Concessão de Benefício Previdenciário ajuizada por SONIA MIRANDA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS alegando, em síntese, que é trabalhadora rural.Aduz que devido à sequela, encontra-se incapacitada para o exercício de atividades rurais.Requer a condenação da Autarquia Federal à concessão de aposentadoria por invalidez.Com a inicial, os documentos de fls. 08-32.Contestação do INSS (fls. 34-39), a extinção do feito, sem resolução de MÉRITO, ante a carência da ação por falta de interesse de agir, ou a suspensão do processo até que o Requerente comprove o indeferimento do pedido administrativo.Em instrução foi ouvida uma testemunha e realizada perícia médica. Na ocasião a Requerente apresentou alegações finais remissivas.Vieram os autos conclusos para SENTENÇA . Decido. II Fundamentação:Nos termos da Lei n. 8213/91, são requisitos para a concessão dos benefícios de aposentadoria por invalidez e de auxílio-doença a qualidade de segurado da Previdência Social, com o preenchimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, inciso II, e a comprovação de incapacidade total para o exercício de atividade que garanta a subsistência (art. 42, § § 1º e 2º), devendo essa incapacitação ser definitiva, para a aposentadoria por invalidez, e temporária, no caso do auxílio-doença. Quanto à qualidade de segurado, vale ressaltar que, se tratando de trabalhador rural, não será necessário o cumprimento da carência exigida em lei (artigo 26, III, c/c artigo 39, I, da Lei nº 8.213/91). Todavia, segundo a legislação de regência (§ 3º do art. 55 da Lei n. 8.213/91) e o disposto nas Súmulas 149 do STJ e 27 do TRF da 1ª Região, a comprovação da atividade rural está ligada à existência de início de prova material, corroborada por prova testemunhal.Nos autos há informações que foi concedido a Requerente auxílio-doença, cessado em 30/07/2007 (fls. 30), assim, não há dúvidas da qualidade de segurado especial da Previdência Social.Já o laudo médico-pericial acostado nesta data, foi expresso em consignar que a Requerente é portadora de pertubação física, paciente com quadro de doença osteoarticular em coluna CID M 54, enfermidade esta que acarreta sua incapacidade parcial e definitiva para o trabalho.Dessa forma, a Requerente faz jus ao benefício auxílio-doença, pois presentes os requisitos exigidos pela legislação especial.Aponto ainda que o benefício somente poderá ser cessado se constatada a recuperação da capacidade para o trabalho por meio de nova perícia médica, ou CONCLUSÃO do processo de reabilitação ou, ainda, no caso de conversão do benefício em aposentadoria por invalidez. Sobre o tema, oportuno acostar a seguinte ementa:PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E PERICIAIS. CUSTAS PROCESSUAIS.1. O segurado da Previdência Social tem direito ao benefício de auxílio-doença em razão de incapacidade temporária para o seu trabalho e para o exercício de suas atividades habituais, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, nos termos do art. 59 da Lei n. 8.213/91. 2. O rurícola, para que seja enquadrado como segurado especial, deve apresentar início de prova material do exercício da atividade, o que ficou demonstrado nos documentos trazidos pela parte autora, além da prova testemunhal produzida em juízo.3. Laudo pericial no sentido de que o(a) requerente é portador(a) de enfermidade de caráter reversível, que acarreta sua incapacidade total e temporária para o trabalho.4. Direito à concessão do benefício de auxílio-doença, a partir do laudo pericial, na forma determinada na SENTENÇA, benefício que no MÉRITO poderá ser cessado mediante a recuperação da capacidade laboral, a ser aferida por perícia médica a cargo do INSS.5. As prestações em atraso monetariamente corrigidas, segundo os critérios estabelecidos pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal, incidindo tal correção desde a data do vencimento de cada uma (Súmulas n.s 148 do STJ e 19 do TRF - 1ª Região) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação até Lei 11.960/09, a partir de então à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês.6. Honorários advocatícios fixados em 10% sobre as prestações vencidas até a data da prolação da SENTENÇA no caso de sua confirmação, ou até a prolação do acórdão no caso de provimento da apelação da parte autora, atendendo ao disposto na Súmula 111/STJ. Entretanto, fica mantida a SENTENÇA, no particular, na hipótese de, inexistindo recurso das partes nesse sentido, os honorários terem sido fixados em valor fixo, ou percentual, menor que o valor acima indicado, sob pena de reformatio in pejus do julgado (Súmula 45 do STJ)7. Isenção de custas no âmbito da jurisdição delegada com base

em lei estadual específica e, na Justiça Federal, com fundamento no art. 4º, inc. I, da Lei 9.289/96, abrangendo, inclusive, eventuais despesas com oficial de justiça.8. Deferida tutela específica da obrigação de fazer, seja em razão do cumprimento dos requisitos exigidos no art. 273, do CPC, ou com fundamento no art. 461, § 3º, do mesmo Código, já que a CONCLUSÃO daqui emergente é no sentido da concessão do benefício. 9. Em qualquer caso fica expressamente afastada a fixação prévia de multa, sem prejuízo de seu arbitramento na hipótese de efetivo descumprimento do julgado.10. Apelações e remessa oficial providas, em parte. (Numeração Única: AC 0063406-29.2010.4.01.9199 / MG; APELAÇÃO CIVEL. Relator JUIZ FEDERAL MURILO FERNANDES DE ALMEIDA (CONV.). Órgão SEGUNDA TURMA. Publicação. 26/06/2013 e-DJF1 P. 153. Data DECISÃO 29/05/2013).A Lei n. 8.213/91, em seu artigo 60, dispõe que o auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz. Nos termos do mesmo artigo, §1º, será devido o benefício da data da entrada do requerimento administrativo, quando requerido após 30 dias de afastamento das atividades laborais. Neste sentido: EDcl no AgRg no Ag 883266 / RS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2007/0080821-8 Relator(a) Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO. Órgão Julgador. T5 - QUINTA TURMA. Data do Julgamento 23/02/2010 Data da Publicação/Fonte DJe 12/04/2010. STJ.Na hipótese, o Requerente formulou pedido administrativo de auxílio-doença que foi deferido até 30/03/2007 (fl. 30). Logo, este será o termo inicial para pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez.III DISPOSITIVO:Posto isto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para condenar o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL a conceder o benefício de auxílio-doença em favor de SONIA MIRANDA, observando o disposto no art. 61 da Lei 8.213/91.O termo inicial do benefício será 30/03/2007.Correção monetária, aplicada com base nos índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federala partir do momento em que cada prestação se tornou devida.Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação até o advento da Lei 11.960/09, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês - ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido -, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação.E, via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC.Sem custas por isenção legal (Lei nº 301/1990).Pelo princípio da sucumbência condeno a Autarquia Federal ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado das prestações vencidas até a data da prolação da SENTENÇA (Súmula 111/STJ).Condeno o Requerido ao pagamento de honorários periciais no valor de R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos) ao Perito Dr. Eder Aparecido Bueno, CRM 2110/RO, CPF n. 579.501.132-00.Em atenção ao inciso I do art. 475, do Código de Processo Civil, bem como à doutrina e jurisprudência amplamente majoritárias, transcorrido o prazo para a interposição de recurso voluntário pelas partes, remetam-se os autos ao égio Tribunal Regional Federal da 1ª. ão, para fins de reexame necessário desta DECISÃO, vez que a hipótese dos autos não se encaixa na expressa permissão contida parágrafo 2º, do art. 475, do CPC.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (art. 236 do CPC e Capítulo II, Seção III, item 44, das Diretrizes Gerais Judiciais).Buritis-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013. Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direitocas

Proc.: 0001135-78.2012.8.22.0021
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valmir Raseira
Advogado:Michelle Souza Pires Stegmann (OAB/RO 4110)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador Federal do Inss ( )
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AVistos.I - RELATÓRIO:Trata-se de ação para concessão de benefício previdenciário ajuizada por VALMIR RASEIRA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL ¿ INSS alegando, em síntese, que sempre laborou na área rural em regime de economia familiar.Aduz que no ano 2003 sofreu acidente que o tornou incapaz para o exercício do labor rural.Pleiteia a condenação da Autarquia Federal à concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença.Com a inicial, os documentos de fls. 11-38.Contestação do INSS (fls. 40-51), requerendo seja julgado improcedente os pedidos iniciais. Em instrução foram ouvidas duas testemunhas, bem como realizada perícia médica.O Requerente apresentou alegações finais remissivas.Vieram os autos conclusos para SENTENÇA . Decido. II ¿ Fundamentação:MÉRITO:Nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91, o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez será devido ao segurado que, cumprindo a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade laborativa. In verbis:Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.De acordo com a legislação específica, a concessão da aposentadoria por invalidez pressupõe a comprovação, concomitante, dos seguintes requisitos: (a) incapacidade total e permanente para o exercício de qualquer atividade que seja apta a garantir a sua subsistência; (b) a qualidade de segurado; e (c) o cumprimento da carência de 12 (doze) contribuições mensais (art. 25, I, da Lei 8.213/91), dispensada esta no caso de a incapacidade decorrer de acidente de qualquer natureza ou causa (art. 26, II, primeira parte).Neste ponto, vale ressaltar que a concessão deste benefício em favor de trabalhador rural independe do cumprimento da carência exigida em lei (artigo 26, III, c/c artigo 39, I, da Lei nº 8.213/91). Todavia, segundo a legislação de regência (¿? 3º do art. 55 da Lei n. 8.213/91) e o disposto nas Súmulas 149 do STJ e 27 do TRF da 1ª Região, a comprovação da atividade rural está ligada à existência de início de prova material, corroborada por prova testemunhal.Nos autos há informações que foi concedido ao Requerente auxílio-doença, cessado em 28/02/2007 (fl. 33), assim, não há dúvidas da qualidade de segurado especial da Previdência Social.Já o laudo médico-pericial acostado nesta data, foi expresso em consignar que o Requerente é portador de perturbação física, doença osteoarticular degenerativa de coluna, enfermidade esta que acarreta sua parcial e definitivapara o trabalho, sendo insuscetível de reabilitação. Sobre o tema, oportuno acostar a seguinte ementa:ATO DE APOSENTADORIA PROPORCIONAL. RETIFICAÇÃO. DOENÇA GRAVE. PROVA. PREVISÃO LEGAL. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA INTEGRAL POR INVALIDEZ. FATO

DESCONSTITUTIVO NÃO PROVADO. Demonstrado que a doença que acomete o servidor-autor é grave e obsta a que volte a trabalhar, impõe-se o reconhecimento do seu direito a aposentadoria integral, conforme a específica previsão legal. Ao Estado-réu cabe trazer aos autos prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.(0103970-15.2009.8.22.0001 Apelação. Rel.: Des. Renato Mimessi. 23 de novembro de 2010).A Lei 8.213/91, em seu artigo 43, ¿? 1º, ¿eb¿f, dispõe que a aposentadoria por invalidez será devida a partir da data do requerimento administrativo. E, nos termos do mesmo artigo, caput, dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos ¿?¿? 1º, 2º e 3º do mesmo diploma legal.Por fim, na ausência de requerimento, deve ser considerada a data da citação, conforme jurisprudência do E. STJ. Transcrevo:AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO.1. O termo inicial do benefício de aposentadoria por invalidez, quando não houver sido precedido por auxílio-doença, e na ausência de prévio requerimento administrativo, é a data da citação.2. Agravo regimental improvido.(AgRg no Ag 1090820/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 25/10/2012).Na hipótese, foi concedido ao Requerente auxílio-doença, cessando em 28/02/2007 (fl. 33). Logo, esta data será o termo inicial para pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez.III ¿ DISPOSITIVO:Posto isto, JULGO PROCEDENTE pedido inicial, e o faço para condenar INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL conceder o benefício de aposentadoria por invalidez em favor de VALMIR RASEIRA, no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, inclusive abono natalino.O termo inicial do benefício será dia 28/02/2007. Correção monetária, aplicada com base nos índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federala partir do momento em que cada prestação se tornou devida.Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação até o advento da Lei 11.960/09, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês - ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido -, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação.E, via de consequência, declaro extinto o feito, resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC.Sem custas por isenção legal (Lei nº 301/1990).Pelo princípio da sucumbência condeno a Autarquia Federal ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado das prestações vencidas até a data da prolação da SENTENÇA (Súmula 111/STJ).Condeno o Requerido ao pagamento de honorários periciais no valor de R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos) ao Perito Dr. Eder Aparecido Bueno, CRM 2110/RO, CPF n. 579.501.132-00.Em atenção ao inciso I do art. 475, do Código de Processo Civil, bem como à doutrina e jurisprudência amplamente majoritárias, transcorrido o prazo para a interposição de recurso voluntário pelas partes, remetam-se os autos ao égio Tribunal Regional Federal da 1ª. ão, para fins de reexame necessário desta DECISÃO, vez que a hipótese dos autos não se encaixa na expressa permissão contida parágrafo 2º, do art. 475, do CPC.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (art. 236 do CPC e Capítulo II, Seção III, item 44, das Diretrizes Gerais Judiciais). Buritis-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0001005-88.2012.8.22.0021
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Benício de Almeida
Advogado:Michelle Souza Pires Stegmann (OAB/RO 4110)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador Federal do Inss ( )
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AVistos.I - RELATÓRIO:Trata-se de ação para concessão de benefício previdenciário ajuizada por BENÍCIO DE ALMEIDA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS alegando, em síntese, que é trabalhador rural.Aduz que é portador de doença infecto-contagiosa, encontrando-se incapacitado para o exercício de atividades rurais.Requer a condenação da Autarquia Federal à concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença. Com a inicial, os documentos de fls. 10-118.Contestação do INSS (fls. 120-130), pela improcedência do pedido.Em instrução foi ouvida uma testemunha, bem como realizada perícia médica. Na ocasião o Requerente apresentou alegações finais remissivas.Vieram os autos conclusos para SENTENÇA . Decido. II Fundamentação:MÉRITO:Nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91, o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez será devido ao segurado que, cumprindo a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade laborativa. In verbis:Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.De acordo com a legislação específica, a concessão da aposentadoria por invalidez pressupõe a comprovação, concomitante, dos seguintes requisitos: (a) incapacidade total e permanente para o exercício de qualquer atividade que seja apta a garantir a sua subsistência; (b) a qualidade de segurado; e (c) o cumprimento da carência de 12 (doze) contribuições mensais (art. 25, I, da Lei 8.213/91), dispensada esta no caso de a incapacidade decorrer de acidente de qualquer natureza ou causa (art. 26, II, primeira parte).Neste ponto, vale ressaltar que a concessão deste benefício em favor de trabalhador rural independe do cumprimento da carência exigida em lei (artigo 26, III, c/c artigo 39, I, da Lei nº 8.213/91). Todavia, segundo a legislação de regência (§ 3º do art. 55 da Lei n. 8.213/91) e o disposto nas Súmulas 149 do STJ e 27 do TRF da 1ª Região, a comprovação da atividade rural está ligada à existência de início de prova material, corroborada por prova testemunhal.O Requerente apresentou aos autos início de prova de atividades rurais (fls. 11-118), que foi corroborado pela testemunha ouvida em Juízo, demonstrando assim a qualidade de segurado especial da Previdência Social.Já o laudo médico-pericial acostado nesta data, foi expresso em consignar que o Requerente é portador de perturbação física e neurológica decorrente de doença infecto contagiosa CID A30, enfermidade esta que acarreta sua incapacidade parcial e definitiva para o trabalho, sendo insuscetível de reabilitação. Sobre o tema, oportuno acostar a seguinte ementa:ATO DE APOSENTADORIA PROPORCIONAL. RETIFICAÇÃO. DOENÇA GRAVE. PROVA. PREVISÃO LEGAL. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA INTEGRAL POR INVALIDEZ. FATO DESCONSTITUTIVO NÃO PROVADO. Demonstrado que a doença que acomete o servidor-autor é grave e obsta a que

volte a trabalhar, impõe-se o reconhecimento do seu direito a aposentadoria integral, conforme a específica previsão legal. Ao Estado-réu cabe trazer aos autos prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.(0103970-15.2009.8.22.0001 Apelação. Rel.: Des. Renato Mimessi. 23 de novembro de 2010).A Lei 8.213/91, em seu artigo 43, § 1º, 'b', dispõe que a aposentadoria por invalidez será devida a partir da data do requerimento administrativo. E, nos termos do mesmo artigo, caput, do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do mesmo diploma legal.Por fim, na ausência de requerimento, deve ser considerada a data da citação, conforme jurisprudência do E. STJ. Transcrevo:AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO.1. O termo inicial do benefício de aposentadoria por invalidez, quando não houver sido precedido por auxílio-doença, e na ausência de prévio requerimento administrativo, é a data da citação.2. Agravo regimental improvido.(AgRg no Ag 1090820/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 25/10/2012).Na hipótese, não há nos autos prova da existência de requerimento administrativo formulado pelo Requerente. Logo, a data da citação (dia 14/05/2012 - fl. 119-v) será o termo inicial para pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez.III DISPOSITIVO:Posto isto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para condenar o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL a conceder o benefício de aposentadoria por invalidez em favor de BENÍCIO DE ALMEIDA, no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, inclusive abono natalino.O termo inicial do benefício será dia 14/05/2012.Correção monetária, aplicada com base nos índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federala partir do momento em que cada prestação se tornou devida.Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação até o advento da Lei 11.960/09, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês - ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido -, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação.E, via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Sem custas por isenção legal (Lei nº 301/1990).Pelo princípio da sucumbência condeno a Autarquia Federal ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado das prestações vencidas até a data da prolação da SENTENÇA (Súmula 111/STJ).Condeno o Requerido ao pagamento de honorários periciais no valor de R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos) ao Perito Dr. Eder Aparecido Bueno, CRM 2110/RO, CPF n. 579.501.132-00.Em atenção ao inciso I do art. 475, do Código de Processo Civil, bem como à doutrina e jurisprudência amplamente majoritárias, transcorrido o prazo para a interposição de recurso voluntário pelas partes, remetam-se os autos ao égio Tribunal Regional Federal da 1ª. ão, para fins de reexame necessário desta DECISÃO, vez que a hipótese dos autos não se encaixa na expressa permissão contida parágrafo 2º, do art. 475, do CPC.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (art. 236 do CPC e Capítulo II, Seção III, item 44, das Diretrizes Gerais Judiciais).Buritis-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0002649-66.2012.8.22.0021
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Joel Baldo de Souza
Advogado:Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (RO. 301-B), Eurianne de Souza Passos Barrionuevo Alves (OAB/RO 3894)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador Federal do Inss ( )
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AVistos.I - RELATÓRIO:Trata-se de Ação para Concessão de Benefício Previdenciário ajuizada por JOEL BALDO DE SOUZA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS alegando, em síntese, que é trabalhador rural.Aduz que sofre de reumatismo, problemas de coluna e pressão alta, encontrando-se incapacitado para o exercício de atividades rurais.Requer a condenação da Autarquia Federal à concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença. Com a inicial, os documentos de fls. 15-45.Contestação do INSS (fls. 47-56), requerendo a extinção do feito, sem resolução de MÉRITO, ante a carência da ação por falta de interesse de agir.Em instrução o Requerente apresentou alegações finais remissivas.Vieram os autos conclusos para SENTENÇA . Decido. II Fundamentação:Sustentou o Requerido a carência da ação, ante a inexistência de provas quanto ao prévio requerimento administrativo formulado pelo Requerente.Sem razão a arguição feita, pois a prévia postulação administrativa para a concessão de benefício previdenciário não se trata de condição para se buscar em juízo a efetivação do seu direito. Sendo assim, afasto a arguição.MÉRITO:Nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91, o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez será devido ao segurado que, cumprindo a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade laborativa. In verbis:Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.De acordo com a legislação específica, a concessão da aposentadoria por invalidez pressupõe a comprovação, concomitante, dos seguintes requisitos: (a) incapacidade total e permanente para o exercício de qualquer atividade que seja apta a garantir a sua subsistência; (b) a qualidade de segurado; e (c) o cumprimento da carência de 12 (doze) contribuições mensais (art. 25, I, da Lei 8.213/91), dispensada esta no caso de a incapacidade decorrer de acidente de qualquer natureza ou causa (art. 26, II, primeira parte).Neste ponto, vale ressaltar que a concessão deste benefício em favor de trabalhador rural independe do cumprimento da carência exigida em lei (artigo 26, III, c/c artigo 39, I, da Lei nº 8.213/91). Todavia, segundo a legislação de regência (§ 3º do art. 55 da Lei n. 8.213/91) e o disposto nas Súmulas 149 do STJ e 27 do TRF da 1ª Região, a comprovação da atividade rural está ligada à existência de início de prova material, corroborada por prova testemunhal.Na hipótese, o Requerente apresentou início de prova de atividades rurais (fls. 15-32), porém não foi corroborado por prova testemunhal, logo, não restou configurado a qualidade de segurado especial da Previdência Social.Já o laudo médico-pericial, juntado nesta data, embora conclua pela incapacidade total e definitiva do Requerente, não encontra respaldo em qualquer laudo confeccionado por imagem da coluna vertebral do autor, o que fragiliza a CONCLUSÃO .Ademais, é possível verificar

que a patologia apresentada poderá ser compensada por meio de medicamentos/cirurgias/outro tratamento específico. Destarte, ausente um dos requisitos legais, não há que se falar em invalidez a compelir a sua aposentadoria ou auxílio-doença.III DISPOSITIVO:Posto isto, ausentes os pressupostos necessários para a concessão do benefício pretendido, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL e, via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC.Sem custas e honorários por ser beneficiário da AJG.Condeno o Requerido ao pagamento de honorários periciais no valor de R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos) ao Perito Dr. José de S. Almeida Junior, CRM 1221/RO, CPF n. 154.012.864-49.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Transitado em julgado, não havendo interposição de recurso, arquivem-se os autos.Buritis-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000064-41.2012.8.22.0021
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Carlos Roberto Oliveira Santos
Advogado:Michelle Souza Pires Stegmann (OAB/RO 4110)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador Federal do Inss ( )
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AVistos.I - RELATÓRIO:Trata-se de Ação para Concessão de Benefício Previdenciário ajuizada por CARLOS ROBERTO OLIVEIRA SANTOS em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL ? INSS alegando, em síntese, que é trabalhador urbano.Aduz que sofreu acidente, tendo dois dedos amputados. Em decorrência disso, sofreu atrofiamento muscular e ósseo, que o tornou totalmente incapacitado para o trabalho.Requer a condenação da Autarquia Federal à concessão de aposentadoria por invalidez.Com a inicial, os documentos de fls. 11-29.Contestação do INSS (fls. 31-42), requerendo a improcedência dos pedidos iniciais.Em instrução foram ouvidas duas testemunhas.A Requerente apresentou alegações finais remissivas.Vieram os autos conclusos para SENTENÇA . Decido. II ? Fundamentação:MÉRITO:Nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91, o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez será devido ao segurado que, cumprindo a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade laborativa. In verbis:Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.De acordo com a legislação específica, a concessão da aposentadoria por invalidez pressupõe a comprovação, concomitante, dos seguintes requisitos: (a) incapacidade total e permanente para o exercício de qualquer atividade que seja apta a garantir a sua subsistência; (b) a qualidade de segurado; e (c) o cumprimento da carência de 12 (doze) contribuições mensais (art. 25, I, da Lei 8.213/91), dispensada esta no caso de a incapacidade decorrer de acidente de qualquer natureza ou causa (art. 26, II, primeira parte).O Requerente apresentou CTPS onde indica a existência de contribuições à Previdência Social do ano 1979 à 01/2011 (fls. 13-20).Verifica-se que houve ausência de contribuições pelo período de 01/2011 à 01/2012, quando ajuizou a ação. No entanto, aplica-se ao caso o art. 15, inciso II, da Lei n. 8.213/91, pois a prova testemunhal produzida nos autos revela que o Requerente deixou de trabalhar em virtude da enfermidade incapacitante. Já o laudo médico-pericial acostado nesta data, foi expresso em consignar que o Requerente é portador de amputação traumática de dedos da mão, enfermidade esta que acarreta sua total e definitivapara o trabalho, sendo insuscetível de reabilitação.Sobre o tema, oportuno acostar a seguinte ementa:ATO DE APOSENTADORIA PROPORCIONAL. RETIFICAÇÃO. DOENÇA GRAVE. PROVA. PREVISÃO LEGAL. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA INTEGRAL POR INVALIDEZ. FATO DESCONSTITUTIVO NÃO PROVADO. Demonstrado que a doença que acomete o servidor-autor é grave e obsta a que volte a trabalhar, impõe-se o reconhecimento do seu direito a aposentadoria integral, conforme a específica previsão legal. Ao Estado-réu cabe trazer aos autos prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.(0103970-15.2009.8.22.0001 Apelação. Rel.: Des. Renato Mimessi. 23 de novembro de 2010).A Lei 8.213/91, em seu artigo 43, § 1º, ?b?, dispõe que a aposentadoria por invalidez será devida a partir da data do requerimento administrativo. E, nos termos do mesmo artigo, caput, do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do mesmo diploma legal.Por fim, na ausência de requerimento, deve ser considerada a data da citação, conforme jurisprudência do E. STJ. Transcrevo:AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO.1. O termo inicial do benefício de aposentadoria por invalidez, quando não houver sido precedido por auxílio-doença, e na ausência de prévio requerimento administrativo, é a data da citação.2. Agravo regimental improvido.(AgRg no Ag 1090820/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 25/10/2012).Na hipótese, não há nos autos prova da existência de requerimento administrativo formulado pelo Requerente. Logo, a data da citação (dia 13/02/2012 - fl. 30-v) será o termo inicial para pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez.III ? DISPOSITIVO:Posto isto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para condenar o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL a conceder o benefício de aposentadoria por invalidez em favor de CARLOS ROBERTO OLIVEIRA SANTOS, valor de 1 (um) salário mínimo mensal, inclusive abono natalino.O termo inicial do benefício será o dia 13/02/2012. Correção monetária, aplicada com base nos índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federala partir do momento em que cada prestação se tornou devida.Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação até o advento da Lei 11.960/09, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês - ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido -, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação.Pelo princípio da sucumbência condeno a Autarquia Federal ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado das prestações vencidas até a data da prolação da SENTENÇA (Súmula 111/STJ).Condeno o Requerido ao pagamento de honorários periciais no valor de R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos) ao Perito Dr. José de S. Almeida Junior, CRM 1221/RO, CPF n. 154.012.864-49.Em atenção ao inciso I do art. 475, do Código de Processo Civil, bem como à doutrina e jurisprudência amplamente majoritárias, transcorrido o prazo para a interposição de recurso voluntário pelas partes, remetam-se os autos ao égio Tribunal Regional Federal da ª. ão, para fins de reexame necessário desta DECISÃO, vez que a hipótese dos autos não se encaixa na expressa permissão contida parágrafo 2º, do art. 475, do CPC.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (art. 236 do CPC e Capítulo II, Seção III, item 44, das Diretrizes Gerais Judiciais).Buritis-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0002817-05.2011.8.22.0021
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Laudelira Rosa
Advogado:Defensoria Pública ( )
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador Federal do Inss ( )
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AVistos.I - RELATÓRIO:Trata-se de ação para concessão de benefício previdenciário ajuizada por LAUDELIRA ROSA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL ? INSS alegando, em síntese, que é trabalhadora rural. Aduz que desde os 11 (onze) anos de idade é acometida de poliomielite aguda ? CID A.80.4, enfermidade esta que agravou no ano 2005, encontrando-se totalmente incapacitada para o labor.Requer a concessão de aposentadoria por invalidez, a partir da data do requerimento administrativo.Com a inicial, os documentos de fls. 07-13 e 17.Contestação do INSS (fls. 19-23), requerendo seja julgado improcedente os pedidos iniciais.Em instrução foram ouvidas três testemunhas, bem como realizada perícia médica.Vieram os autos conclusos para SENTENÇA . Decido. II ? Fundamentação:MÉRITO:Nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91, o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez será devido ao segurado que, cumprindo a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade laborativa. In verbis:Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.De acordo com a legislação específica, a concessão da aposentadoria por invalidez pressupõe a comprovação, concomitante, dos seguintes requisitos: (a) incapacidade total e permanente para o exercício de qualquer atividade que seja apta a garantir a sua subsistência; (b) a qualidade de segurado; e (c) o cumprimento da carência de 12 (doze) contribuições mensais (art. 25, I, da Lei 8.213/91), dispensada esta no caso de a incapacidade decorrer de acidente de qualquer natureza ou causa (art. 26, II, primeira parte).Neste ponto, vale ressaltar que a concessão deste benefício em favor de trabalhador rural independe do cumprimento da carência exigida em lei (artigo 26, III, c/c artigo 39, I, da Lei nº 8.213/91). Todavia, segundo a legislação de regência (§ 3º do art. 55 da Lei n. 8.213/91) e o disposto nas Súmulas 149 do STJ e 27 do TRF da 1ª Região, a comprovação da atividade rural está ligada à existência de início de prova material, corroborada por prova testemunhal.A Requerente apresentou aos autos início de prova de atividades rurais (fls. 08-13 e 17), que foi corroborado pelas testemunhas ouvidas em Juízo, onde afirmaram que esta trabalhava na área rural juntamente com seu esposo, demonstrando assim a de segurada especial da Previdência Social.Ressalto que apesar de constar que a Requerente não trabalha há 05 anos, não há provas de vínculos laborais urbanos, a ensejar a descaracterização de qualidade de segurada especial. Já o laudo médico-pericial acostado nesta data, foi expresso em consignar que a Requerente é portadora de lombalgia e ciatalgia, enfermidade esta que acarreta sua incapacidade total e definitiva para o trabalho, sendo insuscetível de reabilitação.Sobre o tema, oportuno acostar a seguinte ementa:ATO DE APOSENTADORIA PROPORCIONAL. RETIFICAÇÃO. DOENÇA GRAVE. PROVA. PREVISÃO LEGAL. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA INTEGRAL POR INVALIDEZ. FATO DESCONSTITUTIVO NÃO PROVADO. Demonstrado que a doença que acomete o servidor-autor é grave e obsta a que volte a trabalhar, impõe-se o reconhecimento do seu direito a aposentadoria integral, conforme a específica previsão legal. Ao Estado-réu cabe trazer aos autos prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.(0103970-15.2009.8.22.0001 Apelação. Rel.: Des. Renato Mimessi. 23 de novembro de 2010).A Lei 8.213/91, em seu artigo 43, § 1º, ?b?, dispõe que a aposentadoria por invalidez será devida a partir da data do requerimento administrativo. E, nos termos do mesmo artigo, caput, do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do mesmo diploma legal.Por fim, na ausência de requerimento, deve ser considerada a data da citação, conforme jurisprudência do E. STJ. Transcrevo:AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO.1. O termo inicial do benefício de aposentadoria por invalidez, quando não houver sido precedido por auxílio-doença, e na ausência de prévio requerimento administrativo, é a data da citação.2. Agravo regimental improvido.(AgRg no Ag 1090820/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 25/10/2012).Na hipótese, a Requerente formulou pedido administrativo de auxílio-doença que foi indeferido (fl. 11). Logo, a data do requerimento (27/10/2006) será o termo inicial para pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez.III ? DISPOSITIVO:Posto isto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para condenar o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL a conceder o benefício de aposentadoria por invalidez em favor de LAUDELIRA ROSA, no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, inclusive abono natalino.O termo inicial do benefício será dia 27/10/2006.Correção monetária, aplicada com base nos índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federala partir do momento em que cada prestação se tornou devida.Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação até o advento da Lei 11.960/09, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês - ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido -, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação.E, via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC.Sem custas por isenção legal (Lei nº 301/1990).Pelo princípio da sucumbência condeno a Autarquia Federal ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado das prestações vencidas até a data da prolação da SENTENÇA (Súmula 111/STJ).Condeno o Requerido ao pagamento de honorários periciais no valor de R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos) ao Perito Dr. José de S. Almeida Junior, CRM 1221/RO, CPF n. 154.012.864-49.Em atenção ao inciso I do art. 475, do Código de Processo Civil, bem como à doutrina e jurisprudência amplamente majoritárias, transcorrido o prazo para a interposição de recurso voluntário pelas partes, remetam-se os autos ao égio Tribunal Regional Federal da 1ª. ão, para fins de reexame necessário desta DECISÃO, vez que a hipótese dos autos não se encaixa na expressa permissão contida parágrafo 2º, do art. 475, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (art. 236 do CPC e Capítulo II, Seção III, item 44, das Diretrizes Gerais Judiciais).Buritis-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0001383-44.2012.8.22.0021
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ismael Francisco de Oliveira
Advogado:Alessandro de Jesus Perassi Peres (OAB/RO 2383)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador Federal do Inss ( )
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AVistos.I - RELATÓRIO:Trata-se de ação para concessão de benefício previdenciário ajuizada por ISMAEL FRANCISCO DOS SANTOS em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL ? INSS alegando, em síntese, que é trabalhador urbano e, desde o ano 2009 recebe auxílio-doença, em virtude de enfermidade cardiovascular. Ocorre que a enfermidade tem se agravado, necessitando assim da concessão de aposentadoria por invalidez.Com a inicial, os documentos de fls. 10-45.Contestação do INSS (fls. 47-55), requerendo seja julgado improcedente o pedido inicial.Em instrução o Requerente apresentou alegações finais remissivas.Vieram os autos conclusos para SENTENÇA . Decido. II ? Fundamentação:MÉRITO:Nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91, o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez será devido ao segurado que, cumprindo a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade laborativa. In verbis:Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.De acordo com a legislação específica, a concessão da aposentadoria por invalidez pressupõe a comprovação, concomitante, dos seguintes requisitos: (a) incapacidade total e permanente para o exercício de qualquer atividade que seja apta a garantir a sua subsistência; (b) a qualidade de segurado; e (c) o cumprimento da carência de 12 (doze) contribuições mensais (art. 25, I, da Lei 8.213/91), dispensada esta no caso de a incapacidade decorrer de acidente de qualquer natureza ou causa (art. 26, II, primeira parte).Neste ponto, vale ressaltar que a concessão deste benefício em favor de trabalhador rural independe do cumprimento da carência exigida em lei (artigo 26, III, c/c artigo 39, I, da Lei nº 8.213/91). Todavia, segundo a legislação de regência (§ 3º do art. 55 da Lei n. 8.213/91) e o disposto nas Súmulas 149 do STJ e 27 do TRF da 1ª Região, a comprovação da atividade rural está ligada à existência de início de prova material, corroborada por prova testemunhal.Nos autos há informações que foi concedido ao Requerente auxílio-doença, cessado em 09/04/2012 (fl. 22). Assim, não há dúvidas da qualidade de segurado especial da Previdência Social.Já o laudo médico-pericial acostado nesta data, foi expresso em consignar que o Requerente é portador de cardiopatia valvular, enfermidade esta que acarreta sua incapacidade total e definitiva para o trabalho, sendo insuscetível de reabilitação. Sobre o tema, oportuno acostar a seguinte ementa:ATO DE APOSENTADORIA PROPORCIONAL. RETIFICAÇÃO. DOENÇA GRAVE. PROVA. PREVISÃO LEGAL. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA INTEGRAL POR INVALIDEZ. FATO DESCONSTITUTIVO NÃO PROVADO. Demonstrado que a doença que acomete o servidor-autor é grave e obsta a que volte a trabalhar, impõe-se o reconhecimento do seu direito a aposentadoria integral, conforme a específica previsão legal. Ao Estado-réu cabe trazer aos autos prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.(0103970-15.2009.8.22.0001 Apelação. Rel.: Des. Renato Mimessi. 23 de novembro de 2010).A Lei 8.213/91, em seu artigo 43, § 1º, ?b?, dispõe que a aposentadoria por invalidez será devida a partir da data do requerimento administrativo. E, nos termos do mesmo artigo, caput, do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do mesmo diploma legal.Por fim, na ausência de requerimento, deve ser considerada a data da citação, conforme jurisprudência do E. STJ. Transcrevo:AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO.1. O termo inicial do benefício de aposentadoria por invalidez, quando não houver sido precedido por auxílio-doença, e na ausência de prévio requerimento administrativo, é a data da citação.2. Agravo regimental improvido.(AgRg no Ag 1090820/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 25/10/2012). Na hipótese, foi concedido ao Requerente auxílio-doença, cessando em 09/04/2012 (fl. 22). Logo, esta data será o termo inicial para pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez.III ? DISPOSITIVO:Posto isto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para condenar o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL a conceder o benefício de aposentadoria por invalidez em favor de ISMAEL FRANCISCO DE OLIVEIRA, no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, inclusive abono natalino.O termo inicial do benefício será dia 09/04/2012.Correção monetária, aplicada com base nos índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federala partir do momento em que cada prestação se tornou devida.Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação até o advento da Lei 11.960/09, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês - ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido -, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação.E, via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC.Sem custas por isenção legal (Lei nº 301/1990). Pelo princípio da sucumbência condeno a Autarquia Federal ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado das prestações vencidas até a data da prolação da SENTENÇA (Súmula 111/STJ).Condeno o Requerido ao pagamento de honorários periciais no valor de R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos) ao Perito Dr. José de S. Almeida Junior, CRM 1221/RO, CPF n. 154.012.864-49.Em atenção ao inciso I do art. 475, do Código de Processo Civil, bem como à doutrina e jurisprudência amplamente majoritárias, transcorrido o prazo para a interposição de recurso voluntário pelas partes, remetam-se os autos ao égio Tribunal Regional Federal da 1ª. ão, para fins de reexame necessário desta DECISÃO, vez que a hipótese dos autos não se encaixa na expressa permissão contida parágrafo 2º, do art. 475, do CPC.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (art. 236 do CPC e Capítulo II, Seção III, item 44, das Diretrizes Gerais Judiciais).Buritis-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0000665-47.2012.8.22.0021
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdiva da Silva Santos
Advogado:Michelle Souza Pires Stegmann (OAB/RO 4110)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Não Informado (xx)
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AVistos.I - RELATÓRIO:Trata-se de ação para concessão de benefício previdenciário ajuizada por VALDIVA DA SILVA SANTOS em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL ? INSS alegando, em síntese, que sempre laborou na área rural em regime de economia familiar. Aduz que desde o ano 2011 vem se submetendo a tratamento de hanseníase, que o tornou incapaz para o exercício do labor rural.Pleiteia a condenação da Autarquia Federal à concessão de aposentadoria por invalidez.Com a inicial, os documentos de fls. 10-20.Contestação do INSS (fls. 22-31), requerendo seja julgado improcedente os pedidos iniciais. Em instrução foram ouvidas duas testemunhas, bem como realizada perícia médica.A Requerente apresentou alegações finais remissivas.Vieram os autos conclusos para SENTENÇA . Decido. II ? Fundamentação:MÉRITO:Nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91, o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez será devido ao segurado que, cumprindo a carência exigida, quando for o caso, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade laborativa. In verbis:Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.De acordo com a legislação específica, a concessão da aposentadoria por invalidez pressupõe a comprovação, concomitante, dos seguintes requisitos: (a) incapacidade total e permanente para o exercício de qualquer atividade que seja apta a garantir a sua subsistência; (b) a qualidade de segurado; e (c) o cumprimento da carência de 12 (doze) contribuições mensais (art. 25, I, da Lei 8.213/91), dispensada esta no caso de a incapacidade decorrer de acidente de qualquer natureza ou causa (art. 26, II, primeira parte).Neste ponto, vale ressaltar que a concessão deste benefício em favor de trabalhador rural independe do cumprimento da carência exigida em lei (artigo 26, III, c/c artigo 39, I, da Lei nº 8.213/91). Todavia, segundo a legislação de regência (§ 3º do art. 55 da Lei n. 8.213/91) e o disposto nas Súmulas 149 do STJ e 27 do TRF da 1ª Região, a comprovação da atividade rural está ligada à existência de início de prova material, corroborada por prova testemunhal.A Requerente apresentou aos autos início de prova de atividades rurais (fls. 11-20), que foi corroborado pelas testemunhas ouvidas em Juízo, demonstrando assim a qualidade de segurado especial da Previdência Social.Ressalto que, apesar de constar que a Requerente passou a residir na área urbana, não há provas de vínculos laborais urbanos, a ensejar a descaracterização de qualidade de segurada especial.Já o laudo médico-pericial acostado nesta data, foi expresso em consignar que a Requerente é portadora de doença infecto contagiosa com repercussão neurológica membros A30, enfermidade esta que acarreta sua e temporária (decorrente do tratamento médico) para o trabalho, sendo insuscetível de reabilitação.Sobre o tema, oportuno acostar a seguinte ementa:ATO DE APOSENTADORIA PROPORCIONAL. RETIFICAÇÃO. DOENÇA GRAVE. PROVA. PREVISÃO LEGAL. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA INTEGRAL POR INVALIDEZ. FATO DESCONSTITUTIVO NÃO PROVADO. Demonstrado que a doença que acomete o servidor-autor é grave e obsta a que volte a trabalhar, impõe-se o reconhecimento do seu direito a aposentadoria integral, conforme a específica previsão legal. Ao Estado-réu cabe trazer aos autos prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.(0103970-15.2009.8.22.0001 Apelação. Rel.: Des. Renato Mimessi. 23 de novembro de 2010).A Lei 8.213/91, em seu artigo 43, § 1º, ?b?, dispõe que a aposentadoria por invalidez será devida a partir da data do requerimento administrativo. E, nos termos do mesmo artigo, caput, do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do mesmo diploma legal.Por fim, na ausência de requerimento, deve ser considerada a data da citação, conforme jurisprudência do E. STJ. Transcrevo:AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO.1. O termo inicial do benefício de aposentadoria por invalidez, quando não houver sido precedido por auxílio-doença, e na ausência de prévio requerimento administrativo, é a data da citação.2. Agravo regimental improvido.(AgRg no Ag 1090820/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 25/10/2012).Na hipótese, não há nos autos prova da existência de requerimento administrativo formulado pela Requerente. Logo, a data da citação (dia 04/04/2012 - fl. 21-v) será o termo inicial para pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez.III ? DISPOSITIVO:Posto isto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para condenar o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL a conceder o benefício de aposentadoria por invalidez em favor de VALDIVA DA SILVA SANTOS, no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, inclusive abono natalino.O termo inicial do benefício será dia 04/04/2012.Correção monetária, aplicada com base nos índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federala partir do momento em que cada prestação se tornou devida.Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação até o advento da Lei 11.960/09, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês - ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido -, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação.E, via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC.Sem custas por isenção legal (Lei nº 301/1990).Pelo princípio da sucumbência condeno a Autarquia Federal ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado das prestações vencidas até a data da prolação da SENTENÇA (Súmula 111/STJ).Condeno o Requerido ao pagamento de honorários periciais no valor de R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos) ao Perito Dr. Eder Aparecido Bueno, CRM 2110/RO, CPF n. 579.501.132-00.Em atenção ao inciso I do art. 475, do Código de Processo Civil, bem como à doutrina e jurisprudência amplamente majoritárias, transcorrido o prazo para a interposição de recurso voluntário pelas partes, remetam-se os autos ao égio Tribunal Regional Federal da 1ª. ão, para fins de reexame necessário desta DECISÃO, vez que a hipótese dos autos não se encaixa na expressa permissão contida parágrafo 2º, do art. 475, do CPC.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (art. 236 do CPC e Capítulo II, Seção III, item 44, das Diretrizes Gerais Judiciais).Buritis-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0027965-28.2005.8.22.0021
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Roberto de Castro
Advogado:José Roberto de Castro (SP/RO 139.198/2350)
Requerido:Guascor do Brasil Ltda, Município de Buritis/ Ro
Advogado:Edio Antonio de Carvalho (RO 181-A), Fernando Bertuol Pietrobon (RO 4755), Procurador do Municipio de Buritis.ro ( )
DESPACHO:
Vistos.Nos termos da legislação vigente, é possível o sequestro de numerários do Ente Público, quando desatendida a requisição judicial para pagamento de quantia devida.Neste sentido, oportuno é a seguinte jurisprudência:EXECUÇÃO DE SENTENÇA - EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR - RPV - NÃO CUMPRIMENTO - SEQÜESTRO DE VALORES - LEGALIDADE.- Desatendida a requisição judicial para pagamento de quantia reconhecida pelo devedor, é possível a determinação de seqUestro do numerário suficiente ao cumprimento da DECISÃO .- Impossível o cancelamento da ordem de seqüestro sob a simples alegação de que foi aberto processo administrativo para pagamento do rpv, mormente se já ultrapassado o prazo legal de 90 dias para o adimplemento da obrigação.(Agravo de Instrumento n° 1.0024.07.525906-9. Rel. Dídimo Inocêncio de Paula. 02/07/2009. In TJ/MG).Na hipótese, foi determinado o prazo de 60 dias para o Município de Buritis/ RO efetuar o pagamento dos valores referente à condenação (fl. 204).Entretanto, decorreu o prazo sem qualquer manifestação do requerido.Desse modo, nos termos da legislação vigente, DEFIRO o pedido de fl. 206/207.Determinei a ordem de sequestro on line, em valores suficientes para pagamento do débito.Após, expeça-se o necessário para o levantamento dos valores sequestrados. Nada mais havendo arquive-se. Buritis-RO, quarta-feira, 24 de julho de 2013.Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direito

Gesilda Maria Campana Costa
Escrivã Judicial

COMARCA DE COSTA MARQUES

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Costa Marques/RO
Juíza de Direito: Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Proc.: 0000155-15.2013.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:I. M. G. M. E. G.
Advogado:Defensoria Pública ( )
Requerido:T. M. C. da S. I. G. G.
SENTENÇA:
SENTENÇA IRAEL MENDES GOMES e MARIA EGUES GONZALES ingressaram com pedido de guarda em face de Thalita Maria de Carvalho da Silva e Israel Gonzales Gomes, buscando obter a guarda de seu neto M.A.C.G. Afirmam os autores que são avós paternos do menor, e que os pais do mesmo resolveram separar-se, deixando o neto com eles. Alegam, ainda, que a genitora reside na casa dos requerentes, uma vez que não possui meios de se manter sozinha (fl. 04). Apresentou documentos de fls. 08/16. Os requeridos foram citados e não apresentaram resposta (fl. 19). O RELATÓRIO social (fls. 20/22), concluiu que não há nada que possa desabonar a solicitação dos requerentes.O Ministério Público, na condição de custus legis, se manifestou nos autos pela procedência do pedido (fls. 23/25). É o RELATÓRIO . Decido. Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, ausentes impedimentos, é possivel passar à análise do MÉRITO, uma vez que a demanda não necessita da produção de prova em audiência. Trata-se de ação de regulamentação de guarda manejada pelos avós paternos do menor M.A.C.G.. Consta dos autos que o menor está sob a guarda de fato dos autores, desde o seu nascimento em 17 de setembro de 2012. Consta, ainda, que a genitora do mesmo é menor de idade e também está sob os cuidados pelos autores, uma vez que o genitor do menor abandonou o lar. As partes informaram que exigem contribuição do genitor do menor, para manutenção das despesas, mas estas são em maior parte supridas pelos autores. Inicialmente importa ressaltar que o melhor interesse da criança é o princípio orientador de decisões que envolvem a guarda de menores, de maneira que seja assegurado ambiente que melhor lhes garanta bem estar físico e espiritual. Tal princípio encontra base no preceitos inseridos na Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, verbis:Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.Nos termos dos preceitos constitucionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n. 8.069/90) - dispõe em seus arts. 3º e 4º que:Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Assim, é dever do Estado atentar para o interesse do menor e, de acordo com o art. 33, §1º da Lei n.º 8.069/90 “a guarda destina-se a regularizar a posse de fato” e se norteia, pelo bem estar da criança cuja guarda se pretende. O art. 28, § 1º da Lei n. 8.069/90, por sua vez, dispõe que “na apreciação do pedido levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida”.Considerando que os requeridos não se opuseram ao pedido inicial para a concessão da guarda de seu filho em favor dos avós paternos, e, ainda, que o mesmo é mantido e criado pelos requerentes, conclui-se que o pedido deve ser deferido a fim de possibilitar que a situação de fato se converta em situação de direito e, assim, possibilite uma melhor assistência ao menor.Nesse sentido encontramos a jurisprudência:FAMÍLIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA AJUIZADA PELOS AVÓS MATERNOS. MAIOR INTERESSE DO ADOLESCENTE. GUARDA DEFERIDA AOS AVÓS. VISITAÇÃO PELA

GENITORA. POSSIBILIDADE. A Constituição Federal e o ECA asseguram ao menor ampla proteção, impondo ao Poder Público, à família e à sociedade o dever de garantir a plena eficácia dos direitos fundamentais que lhes são assegurados constitucionalmente. Presentes os requisitos necessários à concessão liminar de modificação de guarda, deve-se deferir a medida. A regulamentação de visitas é direito do menor/adolescente. Deve ser disponibilizada a oportunidade de convivência com a genitora de forma pacífica e saudável. É preciso buscar a alternativa que melhor assegure o interesse da menor para o seu desenvolvimento físico, social e emocional. Recurso provido, em parte. (TJMG; AGIN 1.0363.13.000762-0/001; Relª Desª Heloisa Combat; Julg. 18/07/2013; DJEMG 24/07/2013) AGRAVO DE INSTRUMENTO. INFÂNCIA E JUVENTUDE E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE GUARDA E REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS. INTERLOCUTÓRIO POSITIVO. – Menores aos cuidados dos avós paternos por longo período. Situação de fato consolidada. Ausência de risco. Estudo social favorável aos agravados. Guarda bem deferida. DECISÃO mantida. Recurso desprovido. Não há óbice na regularização da guarda em favor dos avós que já cuidam das crianças há cerca de 10 anos se o estudo social indica que eles dão concretude ao princípio do melhor interesse, ao menos neste momento de cognição incompleta, nada havendo que fragilize a manutenção ou evidencie situação de risco. (TJSC; AI 2011.097006-2; Capital; Quinta Câmara de Direito Civil; Rel. Des. Henry Petry Junior; Julg. 21/06/2012; DJSC 11/07/2012; Pág. 198) Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para conceder a Irael Mendes Gomes e Maria Egues Gonzales a guarda de seu neto M.A.C.G. Resolvo o feito nos termos do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Lavre-se termo de guarda. Após o trânsito em julgado arquivem-se.Sem custas e honorários por ser beneficiário da Justiça Gratuita.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Costa Marques-RO, quarta-feira, 07 de agosto de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0020146-50.2008.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procuradoria Geral do Estado ( )
Executado:O. M. de Queiroz Imp. e Exportação Me, Otaciano Macedo de Queiroz
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de execução fiscal proposta pela FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA em face de O.M. de Queiroz Imp. e Exportação-ME e Otaciano Macedo de Queiroz ajuizada em 17/04/2008, cujo valor é inicial era de R$ 566,42.O credor requereu a continuidade do feito para pagamento das custas processuais e honorários de advogado (fls. 57/58).Assim, dê-se vista ao Contador Judicial para auferir o valor das custas processuais e honorários advocatícios a fim de verificar a razoabilidade do prosseguimento do feito.Após conclusos para análise.Costa Marques-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0012097-20.2008.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procuradoria Geral do Estado ( )
Executado:O. M. de Queiroz Imp. e Exportação Me, Otaciano Macedo de Queiroz
SENTENÇA:
Vistos.Trata-se de execução fiscal proposta pela FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA em face de O.M. de Queiroz Imp. e Exportação-ME e Otaciano Macedo de Queiroz ajuizada em 17/04/2008, cujo valor é inicial era de R$ 1.606,34.O credor (fl. 61/62), requereu a continuidade do feito para pagamento das custas processuais e honorários de advogado.Assim, ao Contador Judicial para auferir o valor das custas processuais e honorários advocatícios.Após, conclusos para análise.Costa Marques-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0000330-09.2013.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:R. G. de C.
Advogado:Everardo Luz de Magalhães (OAB/RO 339-A)
Requerido:F. M. de C.
DESPACHO:
Vistos.Considerando que há possibilidade de acordo entre as partes, designo audiência de conciliação para o dia 02/09/2013, às 08hs30min.Intimem-se as partes e seus advogados.Vias desta servirão como MANDADO de intimação.Costa Marques-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0002431-53.2012.8.22.0016
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido:Jaqueline Ferreira Góis, Ailude Ferreira da Silva, Silene Barreto Marques do Nascimento
Advogado:Antonio Rabelo Pinheiro (RO 659)
DESPACHO:
Vistos.Ao Cartório para certificar nos autos a data da juntada do MANDADO de citação de fl. 471 e das constestações de fls. 464-469; 472-476, certificando, ainda, a tempestividade das peças de defesa de fls. fls. 464-469; 472-476; fls. 484/50.Após, venham os autos conclusos.Costa Marques-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0007330-41.2005.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procuradoria Geral do Estado ( )
Executado:Arnaldo Borges Prado
Advogado:Advogado não informado (0000000000000)
SENTENÇA:
Vistos.Trata-se de execução fiscal proposta pela FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA em face de Arnaldo Borges Prado ajuizada em 11/03/2005, cujo valor é inicial era de R$ 34.474,34.O credor requereu a continuidade do feito para pagamento das custas processuais e honorários de advogado (fls. 73/74)Assim, ao Contador Judicial para verificar o valor das custas processuais e honorários advocatícios.Após, conclusos para análise.Costa Marques-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0000246-76.2011.8.22.0016
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Cleusa do Nascimento Silva
Advogado:Marcos Rogério Garcia Franco (OAB/RO 4081), Sebastião Quaresma Júnior Cm (RO 1372)
Requerido:Maria Dalva
Advogado:Everardo Luz de Magalhães (OAB/RO 339-A)

DESPACHO:
Vistos.Compulsando os autos, verifico que a exequente pugnou pelo reforço de penhora, indicando para tanto o bem de fls. 89/90.Verifico também que os semoventes foram levadas à venda judicial, no entanto, não houve arrematação - fls. 95 e 97.Assim, defiro o pedido de penhora formulado pelo exequente. Expeça-se MANDADO de penhora, avaliação e intimação do executado do bem de fls. 89/90.Promova-se o necessário. Costa Marques-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0000213-18.2013.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ingridy Santiago de Almeida
Advogado:José Neves Bandeira (RO 182)
Requerido:Unitins Fundação Iniversidade do Tocantins
Advogado:Everardo Luz de Magalhães (OAB/RO 339A), Fabricyo Teixeira Noleto (OAB/TO 2937)
DECISÃO:
As partes manifestaram pela produção de provas testemunhais, as quais foram arroladas nos autos ? fl. 144/146.Assim, designo audiência de instrução para o dia 22/10/2013, às 08 horas. Expeça-se carta precatória para intimação da requerida e para a oitiva das testemunhas arroladas à fl. 143, em dia e hora a ser designado pelo Juízo deprecado.Intimem-se as testemunhas que residem nesta comarca, via Oficial de Justiça. Pratique-se o necessário, e cadastre-se o advogado indicado pela requerida - fl. 144.Costa Marques-RO, sexta-feira, 26 de julho de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0000111-30.2012.8.22.0016
Ação:Consignação em Pagamento
Requerente:Moabi Nicassio de Brito
Advogado:Angelo Luiz Ataide Moroni (3880-RO), Andre Luiz A Moroni (RO 4667)
Requerido:Ivamon Urmamm
Advogado:Defensoria Pública ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA I – RELATÓRIO MOABI NICASSIO DE BRITO move a presente ação de consignação em pagamento c/c cancelamento de protesto em desfavor de IVAMON URMAMM, todos qualificados, alegando, em síntese, que foi realizar um financiamento e descobriu que seu nome estava protestado desde 26/01/2009, pelo valor de R$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais). Afirma o autor que procurou, junto ao Cartório de Protesto da Comarca de Costa Marques/RO, pagar a dívida, porém o Cartório não recebeu alegando que teria que pagar em juízo, pois o prazo para pagar em Cartório já teria extrapolado. Alega que não se recorda qual foi à transação comercial realizada com o requerido, tampouco seu endereço. No MÉRITO, requer autorização para o depósito em juízo e o cancelamento do referido protesto. Apresentou documentos (fls. 08/12).Realizou pedido de tutela antecipada, o que foi deferido (fls. 13-14), e o pagamento do valor devido foi efetivado (fls. 19-20).O requerido foi citado por edital (fl. 22) e não compareceu aos autos, razão pelo qual foi nomeado curador, que apresentou defesa por negativa geral (fls. 23-24).O autor foi intimado para indicar provas, requerendo o julgamento antecipado da lide (fl. 32).É o RELATÓRIO . DECIDO. II – FUNDAMENTO Desnecessária a dilação probatória, pois a matéria discutida nestes autos é exclusivamente de direito, ademais, os documentos carreados aos autos são suficientes e autorizam o julgamento antecipado, na forma do inciso I, art. 330 do Código de Processo Civil. Presentes as condições da ação e pressupostos processuais, ausentes impedimentos, pass-se à análise do MÉRITO .O DISPOSITIVO legal contido no inciso III, art. 335 do Código Civil, estabece a possibilidade de consignação judicial quando “o credor, for incapaz de receber, for desconhecido, declarado ausente, ou residir em lugar incerto ou de acesso perigoso ou difícil”.Sobre a interpretação do inc. III do art. 355, vale transcrever acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal: ?A respeito da matéria trago à colação a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves: ?Em terceiro lugar prevê o art. 335, inciso III, a hipótese de o credor ser incapaz de receber ou desconhecido, ter sido declarado ausente, ou residir em lugar incerto ou de acesso perigoso ou difícil. O incapaz, em razão de sua condição, não deve receber o pagamento. A exigência de lei é que o devedor pague ao seu representante legal. Mas se, por algum motivo, o pagamento não puder ser efetuado a este (por inexistência momentânea ou por ser desconhecido, ou se recusar a recebê-lo sem justa causa, p. ex.), a solução será consigná-lo. Em geral, as obrigações são contraídas com pessoas conhecidas. Mas pode o accipiens, por fato posterior, tornar-se desconhecido, como, por exemplo, na hipótese de sucessão decorrente de morte do credor originário ou da transferência de título ao portador.? (Curso de Direito Civil Brasileiro-Obrigações, Vol.II, Editora Saraiva, pág 103).[...] (Ap.Cív. n. 2005.01.1.128125-3, rel. Des. Sandra de Santis, j. 11.4.2007).O autor, no dia 26/01/2009, realizou um financiamento e descobriu que seu nome estava protestado. Diz que procurou pagar a dívida junto ao Cartório de Protesto da Comarca de Costa Marques, porém o Cartório não recebeu alegando que o prazo para pagar em Cartório já teria expirado. O autor afirma em juízo que não se recorda qual foi à transação comercial realizada com o requerido, tampouco seu endereço (fl. 21).Assim, não há outra hipótese para regular a situação de protesto que não seja a consignação que é um modo indireto de o devedor liberar-se de sua obrigação, consistente no depósito judicial da coisa devida ou no depósito bancário da quantia devida.Se o credor não tomar a iniciativa de receber, ou pretender receber de forma diversa do contratado, ou quando não for conhecido o paradeiro do credor, o devedor possui meio coativo de extinguir sua obrigação: a consignação em pagamento.Assim, nos termos do artigo 890 do Código de Processo Civil, o devedor poderá requerer a consignação do pagamento como forma de quitação do débito.O requerente juntou comprovante do depósito, o qual comprova sua boa fé em quitar o débito junto ao requerido.DISPOSITIVO .Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar quitado o pagamento do débito objeto desta ação e, por consequência, DETERMINO o cancelamento do protesto 3193, livro 11, fl 394 (fl. 12), confirmando assim a tutela deferida às fls. 13/14.Determino que após o trânsito em julgado da SENTENÇA, que o Cartório promova o necessário para intimação do credor para retirado do dinheiro, em caso negativo o crédito deevrá ser enviado para o Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários ? FUJU (Resolução n. 016/2008-PR). Resolvo o feito, com análise do MÉRITO, na forma do art. 269, I do CPC.Oficie-se ao Cartório de Protesto de Costa Marques para que efetue o imediato cancelamento do protesto em nome do autor.Diante da ausência de pretensão resistida, e, de acordo com o princípio da causalidade, deixo de impor condenação em honorários advocatícios, pela mesma razão o pagamento das custas deve ser realizado pelo autor. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Costa Marques-RO, terça-feira, 16 de julho de 2013. Simone de Melo Juíza de Direito

Azenaide Alves dos Santos Neves
Diretora de Cartório

COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Nova Brasilândia do Oeste-RO
Email: nbo1civel@tjro.jus.br
Juiz Titular: Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos

Proc.: 0001932-57.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Abimael Pedro da Silva
Advogado:Aristides Gonçalves Júnior (OAB/RO 4303)
Requerido: Município de Novo Horizonte do Oeste - RO
Advogado: Danubia Aparecida Vidal Petrolini OAB/RO 3256, Procuradora Municipal
FINALIDADE: Intimar a o Município requerido na pessoa de sua procuradora, acerca da SENTENÇA prolatada nos autos, cujo teor final segue abaixo transcrito, para, querendo, apresente recurso no prazo de 10 dias. (Lei 12.153/2009).
SENTENÇA: (...) DISPOSITIVO .Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial, para condenar o Município de Novo Horizonte D' Oeste a pagar ao Requerente Abimael Pedro da Silva o valor de R$ 3.175,50 (três mil cento e setenta e cinco reais e cinquenta centavos), acrescido de correção monetária e juros de mora de 1% desde o inadimplemento, nos termos do artigo 1-F da lei 9494/97 (aplicando-se o princípio tempus regit actum, conforme entendimento do egrégio Superior Tribunal de Justiça: Resp 1307819 PE-2012/0020257-9, data da publicação 27/02/2013). Sem custas. Sem honorários.Publique-se. Registre-se. Intime-se.Transcorrido o prazo para recurso (dez dias) arquivem-se os autos.Nova Brasilândia-RO, sexta-feira, 19 de julho de 2013.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Jane de Oliveira Santana Vieira
Diretora de Cartório

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0000006-07.2013.8.22.0020
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (NBO 020)
Denunciado:Oséias Sovete Francisco, Rubens Vidal
Advogado:Defensoria Pública (NBO 020), Gabriel Feltz (OAB/RO 5656)
DESPACHO:
DESPACHO 1. Recebo os recursos interpostos pelo Ministério Público e pela Defesa do réu Rubens Vidal.2. Abra-se vista dos autos ao Ministério Público e à Defesa para apresentação das razões e, posteriormente, para contrarrazões.3. Após, encaminhe-se os autos ao e. Tribunal de Justiça, com nossas homenagens.Nova Brasilândia-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Cecilia de Carvalho Cardoso Fraga
Diretora de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Vara Cível-Juizado Especial Civel(PROJUDI)Nova Brasilandia d'Oeste-RO
Email: nbo1civel@tjro.jus.br
Juiz(a): Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos

Proc: 1000287-43.2013.8.22.0020
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Wellington Ferreira de Morais(Requerente)
Banco do Brasil S.A.(Requerido)
Advogado(s): OAB:261030 SP, Gustavo Amato Passini(OAB 4567 RO)
Fica a parte requerida através de seu procurador, INTIMADA da SENTENÇA cujo DISPOSITIVO segue transcrito.
SENTENÇA: [...]Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO por Wellington Ferreira de Morais em face de BANCO DO BRASIL S.A, para: a) declarar adimplido o contrato havido entre as partes em razão da quitação total do débito. # b) determinar a exclusão definitiva dos descontos indevidos. # Condenar a requerida ao pagamento da dobra legal, correspondente às parcelas descontadas indevidamente, que perfaz o valor de R$ 1.371,86 (hum mil trezentos e setenta e um reais e oitenta e seis centavos), com correção e juros de mora a partir da data da SENTENÇA . # d) Condenar a requerida a pagar ao requerente a quantia equivalente a R$3.000,00 (três mil reais), pelos danos extrapatrimonais suportados, corrigida monetariamente pelos índices determinados pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, calculados a partir da data da publicação desta DECISÃO, por ser o momento de arbitramento do quantum debeatur. # Por fim, declaro extinto o processo com julgamento do MÉRITO, na forma do art. 269, inc. I, do Código de Processo Civil. # O cumprimento voluntário da DECISÃO deverá ser implementado no prazo de quinze dias contados do trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, sob pena da multa de 10% prevista no art. 475-J, do CPC. # Sem custas e sem honorários. # Não havendo o pagamento, se requerido, proceda-se a execução, nos termos do artigo 52, da lei 9099-95 e artigo 655 do CPC. # Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transcorrido o prazo para recurso (10) dez dias, arquive-se. # Nova Brasilândia, em 19 de Julho de 2013. # Artur Augusto Leite Júnior - Juiz de Direito

Proc: 1000367-41.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Delcí Vieira Tiago de Souza(Adjudicante)
Advogado(s): BRUNO LEONARDO MOREIRA E VIEIRA PINTO(OAB 3585 RO)
Eletrobras Distribuição Rondônia - CERON(Requerido)
Fica a parte Autora através de seu procurador, intimada a no prazo de 05 dias, manifestar-se nos Autos informando se a parte requerida cumpriu a SENTENÇA de mov. 15 dos autos, em caso de não cumprimento, requerer o que entender por direito, sob pena de arquivamento do feito.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Nova Brasilândia do Oeste-RO
e-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Juiz de Direito: Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos

Proc.: 0000887-04.2001.8.22.0020
Ação:Caução
Autor:Sebastião Batista de Figueiredo, Celso Santos, Elpidio Antonio Volpato, Edeval da Cunha Cintra, José Ramos dos Anjos Neto
Advogado:Lauro Franciele Silva Lopes (RO 1005)
Requerido:Banco do Brasil S/A, Banco do Nordeste do Brasil S/A
Advogado:Donizeti Elias de Souza (RO 266-B), Antônio Manoel Araújo de Souza (OAB/RO 1375), Não Informado (RO 000)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o requerimento de fls. 510, para tanto, concedo o prazo de 30 dias, para o Banco do Brasil comprovar a distribuição da carta precatória.Int.Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0022584-13.2003.8.22.0020
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rose Aparecida Cordeiro
Advogado:Thiciane Costa Rebouças (RO 1567), Alice Sirlei Minosso (OAB/RO 1719)
Executado:Eletrobrás Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron
Advogado:Não Informado (OAB/RO 112-A)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando a impossibilidade dos presentes autos serem arquivados com valores pendentes para pagamento, tendo em vista que a obrigação da CERON para com a exequente já foi devidamente adimplida, expeça-se alvará para levantamento da quantia remanescente ainda bloqueada/depositada nos autos em favor da Eletrobrás – Centrais Elétricas de Rondônia S/A.Oportunamente, consigno que nos valores a serem levantados deverão estar inclusos os seus respectivos rendimentos, a fim de evitar que eventual remanescente permaneça em conta judicial vinculada aos autos.Após, decorrido o período de validade do alvará, oficie-se a Caixa Econômica Federal para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe e/ou comprove nos autos o levantamento total das quantia apurada, ou, se for o caso, descrimine eventual remanescente.Vindo resposta, havendo remanescente, tornem conclusos para demais DELIBERAÇÕES, caso contrário, inexistindo valores e/ou outras pendências, arquivem-se imediatamente os autos. Int. Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0014266-07.2004.8.22.0020
Ação:Inventário
Inventariante:Maria da Penha de Araújo Pereira
Advogado:Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2523)
Inventariado:Espolio de João Pereira Filho
Advogado:Não Informado (OAB/RO 112-A)
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a inventariante, por meio de seu advogado, via DJ, para dar cumprimento ao DESPACHO de fl. 213, considerando o decurso do prazo oferecido.Comprovando o recolhimento das custas processuais.Após, venham os autos conclusos.Int.Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0001667-89.2011.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:D. O. da S.
Advogado:Defensoria Pública (NBO 020), Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Requerido:I. -. I. N. do S. S.
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando a existência de interesses de incapaz, abra-se vista ao Ministério Público para análise e parecer.Após, vindo a manifestação, tornem os autos conclusos para SENTENÇA .Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0000395-26.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eliana Lopes de Assis
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
DESPACHO:
DESPACHO O INSS não se opôs aos valores apurados às fls. 28-32, conforme manifestação a fl. 34-v, assim considerando que essa quantia é considerada de pequeno valor, na forma do artigo 100, § 3º, da Constituição Federal, expeça-se as Requisições de Pequeno Valor.Após, expeça-se os alvarás de levantamento, nos valores apurados, em nome da parte beneficiária e/ou de seu advogado (procuração de fl. 23), intimando-os para procederem o levantamento.Oportunamente, consigno que nos valores a serem levantados deverão estar inclusos os seus respectivos rendimentos, e não somente as importâncias ali descritas, a fim de evitar que eventual remanescente permaneça em conta judicial vinculada aos autos. Posteriormente, decorrido o período de validade dos alvarás, oficie-se a Caixa Econômica Federal para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe e/ou comprove nos autos o levantamento total das quantias apuradas, ou, se for o caso, descrimine eventual remanescente.Vindo resposta, havendo remanescente, tornem conclusos para demais DELIBERAÇÕES, caso contrário, inexistindo valores e/ou outras pendências, arquivem-se imediatamente os autos. Desde já, defiro o requerimento de fl. 36, devendo, portanto, a escrivania encaminhar ao INSS cópia dos documentos solicitados.Providenciem-se ao necessário. Int. Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0000959-05.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Guilherme Reis de Lima
Advogado:Aristides Gonçalves Júnior (OAB/RO 4303)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

DESPACHO:
DESPACHO Considerando a ausência do autor na perícia designada, a fim de evitar maiores prejuízos as partes, tendo em vista que para o deslinde do processo é necessária a avaliação da incapacidade do mesmo, intime-se a perita nomeada ? Dra. Sandra Cristina Machado -, para agendar nova data e horário para a avaliação do quadro clínico do autor, informando este juízo o dia e hora com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a fim de oportunizar a intimação da parte. SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO da perita, observando o seguinte endereço: Clínica Fisiovida, Rua Florianópolis, 3083, Centro, Nova Brasilândia d'Oeste ? RO.Autorizo o uso das prerrogativas do artigo 172 do CPC e respectivos parágrafos.Vindo a informação, intime-se o autor para comparecer a perícia no dia e hora designada, sob pena de preclusão. Para tanto, providenciem-se e expeçam-se ao necessário.Int. Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0001002-39.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosa Vidal Matias
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Requerido:Nilton Ferraz da Silva, Maria Ferraz da Silva
DESPACHO:
DESPACHO Cumpra-se a determinação feita no processo em apenso, após renovem-se a CONCLUSÃO dos presentes autos.Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0001005-91.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Rosa Vidal Matias
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
DECISÃO:
DECISÃO Considerando que para o deslinde do feito é indispensável a comprovação da união estável supostamente existente entrea autora e o falecido, a qual, por sua vez, já está sendo averiguada nos autos n. 1002-39.2012.8.22.0020, determino a suspensão do presente feito até o proferimento de DECISÃO exauriente nos autos em apenso.Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0001009-31.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Suely Napoleão Machado
Advogado:Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2523)
Requerido:Elias Domingos da Chagas
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte Requerente, por meio de seu advogado, via DJ, para acostar aos autos a certidão de óbito de seu genitor, no prazo de 10 dias.Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.Int. Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0001385-17.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Joaquim José Soares
Advogado:Edson Luiz Rolim (OAB/RO 313-A)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando que a qualidade de segurado da de cujus é matéria controversa nos autos, determino a produção de prova testemunhal, a fim de corroborar o tempo de atividade rural desenvolvida pela parte Requerente, averiguando, consequentemente, se a parte requerente preenche ou não todos requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado.Consigno, desde já, que a parte Requerente deverá depositar o rol de testemunhas junto ao Cartório deste Juízo, no prazo de 10 (dez) dias.Vindo o rol de testemunhas, expeça-se o necessário.Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 03.10.2013, às 12h10min.SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO, para a parte Requerente, devendo a mesma comparecer à audiência acima designada, que realizar-se-á na sala de audiências da 1ª Vara Cível de Nova Brasilândia do Oeste - RO, sito na Rua Príncipe da Beira, n° 1500, Setor 13, Nova Brasilândia do Oeste, observando o seguinte endereço e dados:Requerente: Rua Mato Grosso, 2245, Nova Brasilândia d'Oeste, Rondônia. Quanto ao REQUERIDO: INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, intime-se por CARTA, conforme procedimento estatuído no § 3º da cláusula segunda do Termo de Cooperação Técnica n. 002/2012 firmado entre o TJRO e a Procuradoria Federal em Rondônia.Para as diligências a serem cumpridas nessa Comarca autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.Int.Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0001796-60.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:A. de A. I. da S.
Advogado:Defensoria Pública (NBO 020)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando que o contrato de imóvel a fl.11 está em nome de terceiro, intime-se os requerentes, para esclarecerem quais bens efetivamente pertencem ao casal, bem como deverão ser partilhados, no prazo de 10 dias. SIRVA A PRESENTE COMO INTIMAÇÃO para;a) ALDAIR DE ANDRADE, podendo ser encontrado no seguinte enderenço; Linha 15, Km 5, Sul, em Nova Brasilândia D'Oeste ? RO;b) INES DA SILVA, podendo ser encontrada no seguinte enderenço; Rua Barão do Rio Branco, nº. 2411, setor 14, em Nova Brasilândia D'Oeste ? RO.Autorizo o uso das prerrogativas do artigo 172 do CPC e respectivos parágrafos.Após, tornem os autos conclusos.Int.Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0001136-32.2013.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rogério Augusto Alves
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
DESPACHO:
DESPACHO Proceda-se estudo social in loco.Após, deliberarei sobre o pedido de antecipação de tutela.Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0018827-69.2007.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Alves Rosa
Advogado:Edson Luiz Rolim (OAB/RO 313-A)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando a SENTENÇA de fls. 123-124, intime-se a parte exequente, por meio de seu advogado, via DJ, para promover o que entender cabível, no prazo de 05 dias.Decorrido o prazo, inexistindo manifestação, arquive-se. Int.Nova Brasilândia-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013. Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0006662-19.2009.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adenir dos Santos
Advogado:Edson Luiz Rolim (OAB/RO 313A)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0001219-19.2011.8.22.0020
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:K. V. D. N. A. G. D. N. K. D. N.
Advogado:Defensoria Pública (NBO 020)
Requerido:S. B. N.
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o requerimento ministerial de fls. 47-v.Oficie-se à empresa Escritório Odebrecht (Usina), para informar qual remuneração mensal do Requerido.Após, vistas ao MP.Int. Nova Brasilândia-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0000603-10.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Edinéia Souza Santos
Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis (OAB/RO 4738)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
SENTENÇA:
SENTENÇA Após a designação de audiência de instrução e julgamento, a parte autora postula a extinção do feito em razão da desistência à fl. 38.Instado a se manifestar acerca da concordância da desistência, o requerido apenas deu ciência e nada requereu (fl. 39-v).A desistência é uma faculdade conferida ao autor que pode ser exercida antes de ter sido proferida a SENTENÇA de MÉRITO e, se manifestada antes do decurso do prazo para resposta, dispensa inclusive a intimação da parte adversa para manifestar sua anuência - entretanto, como o feito já se encontrava em fase de instrução e julgamento, o requerido, embora intimado, não se manifestou-se, compreende-se que este não se opõe à extinção do feito.Via de consequência, HOMOLOGO a desistência para os fins do artigo 158 do Código de Processo Civil, e com espeque no artigo 267 VIII, do mesmo Código, declaro extinto o processo. Autorizo eventuais levantamentos de documentos, mediante cópia e recibo nos autos. Publique-se. Registre-se.Arquivem-se os autos, independente de intimação.Nova Brasilândia-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0001329-81.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria do Rosário Silva Soares
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
DESPACHO:
DESPACHO INTIME-SE a requerente, por meio de seu advogado, via DJ, para no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca das informações de fl. 56.Após, venham os autos conclusos.Int.Nova Brasilândia-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0001876-24.2012.8.22.0020
Ação:Ação Civil Pública
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (NBO 020)
Requerido:Município de Nova Brasilândia do Oeste - RO
Advogado:Procurador Municipal (NBO 020)
DESPACHO:
DESPACHO Chamo o feito a ordem e revogo o DESPACHO de fl. 84. Em atenção ao requerimento Ministerial de fl. 81, verifico ser, por ora, inviável que o Oficial de Justiça proceda MANDADO de constatação junto a Casa de Acolhimento de Crianças de Nova Brasilândia d'Oeste. Até porque, a teor do RELATÓRIO de constatação feito pelo Oficial de Diligências do Ministério Público às fls. 82-83, até o dia 05/06/2013, não houve o efetivo cumprimento das ordens determinadas na liminar de fls. 64-69 por parte do Município.Assim, tratando-se de obrigação de fazer imposta ao Município de Nova Brasilândia d'Oeste, INTIME-SE o mesmo para comprovar, no prazo de 10 (dez) dias, o cumprimento das obrigações impostas, especificamente no último parágrafo de fl. 68, sob pena de efetivação do sequestro de valores ali previsto.No mais, considerando que o feito tramita há quase oito meses, e não havendo informação acerca do cumprimento integral da obrigação, CITE-SE o requerido para, querendo, apresentar contestação, com as advertências legais.SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO. Para o cumprimento da presente, autorizo o uso das prerrogativas do artigo 172 do CPC e respectivos parágrafos.Int.Nova Brasilândia-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0001057-58.2010.8.22.0020
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:J. M. B. R.
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Executado:C. R. C.
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando o decurso do prazo de suspensão, intime-se pessoalmente o exequente, em nome de sua representante legal, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender cabível, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO, observando o seguinte endereço: Linha 09, Km 07, Lado sul, em Nova Brasilândia D'Oeste ? RO.Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.Int.Nova Brasilândia-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Proc.: 0001175-34.2010.8.22.0020
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Requerente:Divina Nunes Caitano
Advogado:Alice Sirlei Minosso (OAB/RO 1719)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
DESPACHO:
DESPACHO Abra-se vista ao INSS, para manifestar-se acerca dos cálculos apresentados pela exequente às fls. 87-88.Após, venham os autos conclusos.Int.Nova Brasilândia-RO, quinta-feira, 8 de agosto de 2013.Bruno Magalhães R. dos Santos Juiz de Direito

Jane de Oliveira Santana Vieira
Diretora de Cartório

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0001295-17.2013.8.22.0006
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Manoel Aureliano Baesse
Advogado:Luciano da Silveira Vieira (RO 1643.)
DESPACHO:
Vistos.Defiro o pedido de visita formulado à fl. 44.Comunique-se à adminsitração da unidade prisional.Após, arquivem-se estes autos.Presidente Médici-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.

Ligiane Zigiotto Bender
Juíza de Direito

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Juizado Especial Civel

Proc: 1000086-30.2012.8.22.0006
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Antonio Barbieri(Autor)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
Tim Celular S/A(Requerido)
Advogado(s):OAB:21051RS,MarcelDavidmanPapadopol(OAB 5064 RO), OAB:56120 PR, OAB:56726 RS
Antonio Barbieri(Autor)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
Tim Celular S/A(Requerido)
Advogado(s): Marcel Davidman Papadopol(OAB 5064 RO), Gianmarco Costabeber (OAB:56120 PR), Marcel Davidman Papadopol (OAB:56726 RS)
Fica a parte requerida, por via de seus advogados, intimada para, em cinco dias, efetuar o pagamento das custas processuais finais, no importe de R$ - 145,84(cento e quarenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.Presidente Médici/RO, 07 de agosto de 2013.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0001392-17.2013.8.22.0006
Ação:MANDADO de Segurança
Impetrante:Antonio de Sousa Pinto
Advogado:Jose Juarez Barbosa dos Santos (RO 392-B.)
Impetrado:Maria de Jesus Lemos Costa Santos
DECISÃO:
Vistos.Trata-se de MANDADO de segurança, com pedido de liminar, impetrado por Antonio de Souza Pinto em face da Secretária de Saúde do Município de Presidente Médici/RO, alegando, em síntese, que possui hipertensão arterial pulmonar e necessita usar continuamente o medicamento Sidenafil – 50g (citrato de sildenafila). No entanto, não possui condições financeiras para arcar com os custos dos mesmos e a impetrada se recusa a fornecer o medicamento. Juntou documentos às fls. 13/18. É o necessário RELATÓRIO . Decido. Compulsando a inicial e os documentos juntados, resguardadas as limitações inerentes à essa fase de cognição sumária, verifico presentes os requisitos ensejadores da concessão da liminar pleiteada. Consta dos autos a prova inequívoca do estado de saúde da parte impetrante e a necessidade desta do uso contínuo do medicamento Sidenalfil – 50g (citrato de sildenafila), conforme receituário médico juntado às fl. 14/15. A Constituição vigente, assegura como fundamento da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana, impondo ao Estado o dever de assegurar o direito à saúde e a manutenção da vida do cidadão.Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:(...)III - a dignidade da pessoa humana;(...) Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (g. n.)O texto constitucional, ao estabelecer este dever do Estado, referiu-se a todos os entes federativos, União, Estados, Municípios e Distrito Federal, os quais respondem solidariamente quanto ao cumprimento dos serviços públicos de saúde.O entendimento é confirmado pela abalizada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, como no julgado, colacionado a seguir.”PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - FORNECIMENTO DE - SUS - OFENSAAO ART. 535 DO CPC - SÚMULA 284/STF – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS - LEGITIMIDADE DA UNIÃO.1. Aplicável a Súmula 284/STF quando o recorrente, a fim de indicar violação do art. 535 do CPC, não aponta, com clareza e precisão, as teses e os DISPOSITIVO s legais sobre os quais o Tribunal de origem teria sido omisso.2. O funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, de modo que, qualquer dessas entidades têm legitimidade ad causam para figurar no pólo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso à medicação para pessoas desprovidas de recursos financeiros.3. Recuso especial conhecido em parte e improvido”. (Recurso Especial 854316 / RS. Relatora Ministra Eliana Calmon. Segunda Turma. DJ 26.09.2006, p. 199). (g. n.)Além da imposição constitucional, há DISPOSITIVO s constantes da legislação específica que obriga os entes públicos a garantirem o acesso à saúde, em caráter de prioridade

absoluta, inclusive com expressa previsão do fornecimento gratuito de medicação e outros recursos necessários ao tratamento, habilitação e reabilitação.Verifica-se, também, que a medida se impõe por configuração do perigo que a demora normal da tramitação do processo poderia ocasionar.Diante do exposto, pelos argumentos esposados, concedo a liminar pleiteada pela parte impetrante, motivo por que DETERMINO que a autoridade apontada como coatora, em 05 (cinco) dias, providencie a adoção de todas as medidas para o fornecimento mensal, do medicamento Sidenafil – 50g (citrato de sildenafila), gratuitamente, conforme receituário juntado às fls. 14/15 (noventa comprimidos mensais). Intimem-se.Notifiquem-se a parte impetrada, para prestar as informações no prazo de 10 (dez) dias. Nos termos do inc. II do art. 7º da Lei 12.016/09, cientifique-se o órgão de representação judicial do Município de Presidente Médici, inclusive para ingressar no feito, querendo.Após a apresentação das informações ou decorrido o prazo, encaminhe-se os autos ao Ministério Público, para manifestação, em 10 (dez) dias, vindo em seguida conclusos para SENTENÇA .Presidente Médici-RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0002860-50.2012.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ivaldo Ferreira do Nascimento
Advogado:Regiane Teixeira Struckel (RO 3872)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado:Procurador do Inss
Ato ordinatório:
01 - Fica a parte requerida, por via de seu Advogado, intimada a se manifestar, no prazo de 05 dias, sobre certidão expedida às fls. 79, transcrita adiante, e, em querendo, alegar o que de direito. “Certifico e dou fé que o rol testemunhal de fls. 78 foi depositado em Juízo extemporaneamente. Outrossim, de acordo com as Diretrizes Gerais Judiciais do Estado de Rondônia, não é possível utilizar-se dos serviços do protocolo integrado[1] para protocolizar petição arrolando testemunha. Presidente Médici, RO, 01 de agosto de 2013. Bel. Gilson Antunes Pereira. Escrivão Judicial. (assinado digitalmente). [1] - Art. 421. Os Cartórios Distribuidores dos fóruns receberão petições dirigidas a outras comarcas do Estado, bem como as destinadas às Turmas Recursais e ao Tribunal de Justiça. § 1º A opção por esse serviço importa em conhecimento das regras estabelecidas para seu funcionamento, especialmente o que consta nesta seção. § 2º O disposto no caput não se aplica às petições iniciais, petições de recursos interpostos contra as decisões proferidas pelas Turmas Recursais e pelo Tribunal de Justiça. § 3º O disposto no caput não se aplica, também, às petições arrolando testemunhas, apresentando defesa prévia com o rol de testemunhas, de substituição de testemunhas, esclarecedoras de novos endereços de testemunhas, requerendo adiamento de audiências, em processos criminais de réu preso e aquelas requerendo esclarecimentos do perito e assistente técnico e depoimento pessoal da parte. § 4º No protocolo integrado aplicam-se integralmente as disposições referentes ao protocolo previsto na seção anterior.
02 - Fica a parte requerente, por via de seu advogado, intimado para comparecer à perícia médica designada para o dia 26 de agosto de 2013, às 16h00min horas, a ser realizada na Unidade Mista de Saúde de Presidente Médici, localizada na Rua Otávio Rodrigues de Matos, esquina com a Av. Brasil, Centro, Presidente Médici/RO, na presença do Dº. Rudyard A. Murilo Gavizu.

COMARCA DE SANTA LUZIA D´OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0019441-15.2009.8.22.0017
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Antônio Luiz Pereira
Advogado:Lidia Ferreira Freming Quispilaya (OAB/RO 4928)
Finalide: INTIMAR o réu, na pessoa de sua advogada, do r. DESPACHO abaixo transcrito, bem como, intimá-lo a comparecer no Cartório Criminal desta Comarca, para que seja certificado nos autos a data de sua partida e de seu retorno.
Vistos.
Defiro o pedido formulado à fl. 170.
Intime-se o beneficiado advertindo-o de que, tão logo retorne a esta Comarca, dirija-se ao Posto Avançado da Justiça Rápida de Alto Alegre dos Parecis/RO, onde será certificado nos autos.
Intime-se.
Pratique-se o necessário.
Santa Luzia D’Oeste/RO, quarta-feira, 7 de agosto de 2013.

Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti
Juíza de Direito

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0000591-73.2010.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Daniel Ladeia Coutinho
Advogado:Edson Luiz Rolim (RO 313-A.)
Requerido:Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DESPACHO:
Vistos etc.Mantenho a penhora no rosto do presente feito no valor de R$ 6.000,00 (fls. 154-156) pois foi o próprio requerente (devedor nos Autos 1000871-53.2012.8.22.0018) que propôs a realização da referida penhora para pagamento do seu débito junto ao credor Carlos Roberto da Silva, conforme ata de audiência em anexo.Assim:a) expeça-se um alvará de pagamento no valor de R$ 6.000,00 a favor de Carlos Roberto da Silva e/ou sua advogada Josciany Cristina Sgarbi Lopes, OAB 3868;b) o restante do valor deverá ser liberado ao autor e seu advogado nos termos do constante às fls. 151.Santa Luzia D’Oeste-RO, segunda-feira, 15 de julho de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0000290-21.2013.8.22.0018
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos Sa
Advogado:Maria Lucilia Gomes (SP 84206.)
Requerido:João Martins Balduino
Advogado:João Carlos da Costa (OAB/RO 1258), Daniel Redivo (RO 3181)

DESPACHO:
Vistos etc.Recebo o recurso de apelação em folhas 41/53, no efeito devolutivos, porquanto tempestivo e, também, porque efetuado preparo (fls. 54). Vista à parte apelada para contrarrazoar, querendo, em 15 dias. Caso a apelada alegue ausência de algum dos pressupostos de admissibilidade voltem conclusos para análise, senão, decorrido o prazo de resposta, apresentadas ou não as contrarrazões, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para apreciação, adotando-se as providências de praxe.Publique-se.Santa Luzia D'Oeste-RO, terça-feira, 16 de julho de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0001301-56.2011.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nadir Nunes de Andrade Moreira
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (RO 4469), Cleuza Marcial de Azevedo (RO 1624)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador Federal (NBO 020)
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de seu(s) advogado(s), intimada, para que no prazo de 05 cinco dias, se manifeste acerca de laudo médico pericial de fls. 93.

Proc.: 0001810-24.2010.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Argeu de Souza
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de sua advogada, intimada à retirar alvará expedido no prazo de 05 (cinco) dias.

Proc.: 0018810-71.2009.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Francisco da Silva
Advogado:Sônia Maria Antônia de Almeida Negri (RO 2029)
Requerido:Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS
Advogado:Procurador do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (DNI dni)
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de sua advogada, intimada a retirar alvará expedido pelo prazo de 05 (cinco) dias.

Proc.: 0000248-77.2010.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nair Pereira dos Santos
Advogado:Sônia Maria Antônia de Almeida Negri (RO 2029)
Requerido:Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de sua advogada, intimada, para que no prazo de 05 (cinco) dias, retire o alvará expedido.

Proc.: 0001432-94.2012.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antônio Debelazi
Advogado:Sônia Maria Antônio de Almeida Negri (OAB/RO 2029)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador Federal (NBO 020)
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de seu advogado, intimada para que no prazo de 05 (cinco) dias, retire alvará expedido.

Proc.: 0000975-62.2012.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adir Moraes
Advogado:Cintia Gohda Ruiz de Lima Umehara (OAB/RO 4227)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
FINALIDADE:
Fica a parte autora, por via de sua advogada, intimada para que no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste acerca do Ofício n° 417/SEMUSA/2013 de fls. 56, encaminhando laudo médico pericial.

Proc.: 0001224-81.2010.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Helena Maria dos Santos Souza
Advogado:Antonio Janary Barros da Cunha (RO 3678), Paulo Cesar da Silva (RO 4.502)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado:Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571), Fábio Antonio Moreira (OAB/RO 1553), Juvenilço Iriberto Decarli Junior (OAB/RO 1193), Juvenilço Iriberto Decarli. (248-A), Charles Baccan Junior (OAB/RO 2823-A)
Retorno do TJ:Ficas as partes intimadas para que no prazo de 05 dias manifeste sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, sob pena de arquivamento.

Proc.: 0000168-42.2012.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Geraldo de Oliveira
Advogado:Antonio Janary Barros da Cunha (RO 3678)
Requerido:Ceron - Centrais Elétricas de Rondônia S/A
Advogado:Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571), Francianny Aires da Silva (1190), Alex Cavalcante de Souza (sob o nº 1.818/RO), Paulo RogÉrio Barbosa Aguiar (OAB/RO 1723), Jorge Henrique Lima Mourão (OAB/RO 1117), Norazi Braz de Mendonca (RO 2814), Pedro Origa (OAB/RO 1953), Pedro Origa Neto (RO 02-A), Douglacir Antônio Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 287), Ivone de Paula Chagas Sant'Ana (OAB/RO 1114), Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230), Claudete Solange Ferreira (RO 972.), Juvenilço Iriberto Decarli Junior (RO 1193), Juvenilço Iriberto Decarli (248-A)
Retorno do TJ: Ficas as partes intimadas para que no prazo de 05 dias manifeste sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, sob pena de arquivamento.

.Proc.: 0030144-05.2009.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alexandra Pereira Marques
Advogado:Cristovam Coelho Carneiro (OAB/RO 115)
Requerido:José Cassimiro da Silva
Advogado:Advogado Não Informado
Ficam as partes interessadas, atraves de seus advogados, intimadas da audiência de instrução designada para a data 13 de novembro de 2013, às 9:00 horas.

Proc.: 0001834-52.2010.8.22.0017
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia, Município de Alto Alegre dos Parecis - Ro
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020), Almiro Soares (RO 412-A)
Requerido:Máriton Benedito de Holanda
Advogado:Antonio Fraccaro (RO 1941)
Certifico que em razão de acumulo de Serviço, posto que a MM. Juíza Drª Michiely Aparecida Cabrera Valezi Banadeti, encontra-se respondendo cumulativamente por esta Comarca e pela Comarca de Alta Floresta D'Oeste/RO, e ainda, considerando a Correição Ordinária que está occorendo nesta data, e a necessidade de a MM Juíza acompanhar os trabalhos, referentes a mesma, em outra localidade, de ordem redesigno a audiência para o dia 12 de novembro de 2013, às 9h15min.

Proc.: 0000885-88.2011.8.22.0018
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Fiat S/A
Advogado:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (RO 4986)
Requerido:João Maria Marcondes Pereira
DESPACHO:
Vistos etc. Antes de analisar o pedido de fls. 78, intime-se o patrono da parte autora a apresentar os cálculos atualizados, no prazo de 5 dias.Publique-se.Santa Luzia D'Oeste-RO, terça-feira, 16 de julho de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0001811-09.2010.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Agrimaldo Marchezine
Advogado: Lilian Santiago Teixeira Nascimento (RO 4511)
Requerido: Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS
Advogado: Procurador do Inss (000.)
Agendamento de Perícia:
Fica a parte autora, através de sua(eus) advogada(os), intimada acerca da perícia médica do Sr. Agrimaldo Marchezine, agendada para o dia 10/09/2013, às 13h00min, no Hospital Municipal de Alta Floresta D'oeste/RO, localizado na Av. Minas Gerais, 4850, Cidade Alta.

Antônio de Souza
Escrivão Cível

COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

1ª VARA CRIMINAL

1ª Vara Criminal
1º Vara Criminal
São Francisco do Guaporé
Juíza de Direito: Cláudia Vieira Maciel de Sousa
Diretor de Cartório: Edson Carlos Fernandes de Souza
Email do Cartório: sfg1criminal@tjro.jus.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
Email da Comarca: sfg@tjro.jus.br

Prazo 5 dias
Proc.: 0001511-24.2013.8.22.0023
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Maciel Batista dos Santos
ADVOGADO: Sidinei Sotele OAB/4.192 e Sandra Rondini OAB 214-B, ambos com escritório profissional na Rua Rio Branco n. 2393, Cacoal/RO.
FINALIDADE:Fica o réu intimado, por via de seus advogados, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestarem sob os cálculos de pena realizados nos autos supra citados.

Prazo 5 dias
Proc.: 0001510-39.2013.8.22.0023
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Juliano Szupka Santana
ADVOGADO: Sidinei Sotele OAB/4.192 e Sandra Rondini OAB 214-B, ambos com escritório profissional na Rua Rio Branco n. 2393, Cacoal/RO.
FINALIDADE:Fica o réu intimado, por via de seus advogados, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestarem sob os cálculos de pena realizados nos autos supra citados.

Proc.: 0000565-23.2011.8.22.0023
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Danilo Galvão de Carvalho
ADVOGADOS: Aírton Pereira de Araújo OAB-RO Nº 243, DrºCristovam Coelho Carneiro OAB nº 115-RO, Drº Daniel dos Anjos Fernandes Jr.OAB-RO nº 3.214, Drº Fábio José Reato OAB-RO nº 2.061 e Líbio Gomes Medeiros OAB nº 41 B, ambos com escritório profissional na Av. João Pessoa nº 4649 em Rolim de Moura/RO.
FINALIDADE: Fica o denunciado, por via de seus Advogados, intimado a apresentar alegações finais por memorias no prazo sucessivo de 05 dias, conforme determinação de fls. 239, em audiência realizada no dia 8.5.2013.

Edson Carlos Fernandes de Souza
Diretor de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

1ª Vara Cível (Juizado Esp. Cível)
1ª Vara Cível
São Francisco do Guaporé
Juíza de Direito Substituta: Simone de Melo
Diretor de Cartório: Aldeney Figueiredo Freire
Email do Diretor: sfg1civel@tjro.jus.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
Email da Comarca: sfg@tjro.jus.br
Edital de Intimação

Proc.: 1000221-88.2012.8.22.0023
Ação:Petição (Juizado Cível)
Promovente:José Carlos Bornia
Advogado:Emerson Carlos da Silva (OAB/RO 1352)
Promovido:Manoel Messias Avelino Rocha
Advogado: Cristiane Xavier (OAB/RO 1841)
FINALIDADE: Intimar as partes e seus advogados para compareçam na audiência de instrução e julgamento para o dia 01/10/2013, às 10hs00min.
DESPACHO:"...Ante a certidão juntada (mov. 36.1), pelo fato de não ter ocorrido a Audiência de Instrução e Julgamento designada para a data de 24/04/2013, e a antiga Conciliadora ter deixado de juntar a Ata de audiência (mov. 30.1), para cientificar se as partes foram intimadas ou não para a solenidade, Redesigno Audiência de Instrução e Julgamento para a data de 01 de outubro de 2013 ás 10h:00min. Intimem-se, cientificando a parte autora que sua ausência injustificada acarretará a extinção do feito, com pagamento das custas, e da parte requerida, em revelia.

Aldeney Figueiredo Freire
Diretor de Cartório

1ª VARA CÍVEL

1ª Vara Cível
1ª Vara Cível
São Francisco do Guaporé
Juíza de Direito Substituta: Simone de Melo
Diretor de Cartório: Aldeney Figueiredo Freire
E-mail do Cartório: sfg1civel@tjro.jus.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
E-mail da Comarca: sfg@tjro.jus.br

Proc.: 0001034-69.2011.8.22.0023
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria da Penha Oliveira
Advogado:Robervelte Braga Francisco (OAB/RO 3677)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social Inss
Fica a parte autora, na pessoa de seu advogado, intimada para se manifestar sobre a proposta de acordo de fl. 60/60v, no prazo de 5 dias.

Proc.: 0001287-86.2013.8.22.0023
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:G. C. dos S.
Advogado:Joyce Borba Defendi (OAB/RO 4030)
Requerido:M. S. M.
Advogado:Juarez Cordeiro dos Santos (OAB/RO 3262)
Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas da data da audiência de Instrução e Julgamento que será realizada neste juízo no dia 12/08/2013, às 09:00h.
Aldeney Figueiredo Freire
Diretor de Cartório

1ª Vara Cível
1ª Vara Cível
São Francisco do Guaporé
Juíza de Direito Substituta: Simone de Melo
Diretor de Cartório: Aldeney Figueiredo Freire
E-mail do Cartório: sfg1civel@tjro.jus.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
E-mail da Comarca: sfg@tjro.jus.br

Proc.: 0003214-55.2006.8.22.0016
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Banco do Brasil S/A
Advogado: Reynner Alves Carneiro (OAB/RO 2777), Jonas Miguel Bersch (637-E)
Executado:Ana da Silva Nicassio
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça cujo teor segue transcrito.
"Certifico que, em cumprimento ao r. MANDADO 63360/2013, realizadas as diligências pertinentes, DEIXEI DE PROCEDER A INTIMAÇÃO da RÉ Ana da Silva Nicássio, haja vista que compareci no endereço mencionado, onde fui atendido pelo Sr. Robson, o qual informou que a ré, ora mudou para a cidade de Ji-Paraná/RO, não sabendo informar o endereço exato..."

EDITAL DE VENDA JUDICIAL
Processo: 0001270-55.2010.822.0023
Classe: Execução Fiscal
EXEQÜENTE: Fazenda Nacional
ADVOGADO: procurador da fazenda Nacional
EXECUTADO: Oliveira & Cia Ltda Me
A Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de São Francisco do Guaporé/RO, torna público que será realizada a venda dos bens a seguir descritos referentes ao processo que se menciona.
Venda Judicial: 1º Leilão dia 07/10/2013 às 09:00 horas
2º Leilão dia 21/10/2013 às 09:00 horas
DESCRIÇÃO DO BEM: 15 (quinze) correias B, mercúrio, novas próprias para máquinas industriais e agrícolas, avaliada em R$ 102,12 (cem reais e doze centavos) cada, totalizando R$ 1.501,80 (mil, quinhentos e um reais e oitenta centavos); 03 (três) correias C, 390, mercúrio, novas, próprias para máquinas agrícolas e industriais, avaliada cada em R$ 249,94 (duzentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos), totalizando R$ 749,82 (setecentos e quarenta e nove reais e oitenta e dois centavos); 32 (trinta e duas) correias C97, mercúrio, novas, próprias para máquinas industriais e agrícolas, avaliada em R$ 62,27 (sessenta e dois reais e vinte e sete centavos), totalizando R$ 1.992,64 (mil, novecentos e noventa e dois reais e sessenta

e quatro centavos); 23 (vinte e três) correias C54, mercúrio, novas, próprias para máquinas agrícolas e industriais, avaliada em R$ 30,38 (trinta reais e trinta e oito centavos), totalizando R$ 698,74 (seiscentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos); 28 (vinte e oito) correias C55, mercúrio, novas próprias para máquinas agricolas e industriais, avaliada em R$ 30,94 (trinta reais e noventa e quatro centavos), totalizando R$ 866,32 (oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos); 24 (vinte e quatro) correias C90, mercúrio, novas, próprias para máquinas agrícolas e industriais, avalaida em R$ 54,53 (cinquenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), totalizando R$ 1.308,72 (mil, trezentos e oito reais e setenta e dois centavos); 13 (treze) correias, C96, mercúrio, novas, próprias para máquinas agrícolas e industriais, avaliada em R$ 61,36 (sessenta e um reais e trinta e seis centavos) totalizando R$ 797,68 (setecentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos); 26 (vinte e seis) correias A158 mercúrio, novas, próprias para máquinas agrícolas e industriais, avaliada em R$ 35,84 (trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), totalizando R$ 1.290,24 (mil, duzentos e noventa reais e vinte e quatro centavos); 22 (vinte e duas) correias A 180 mercúrio, novas, próprias para máquinas agrícolas e industriais, avaliada em R$ 40,85 (quarenta reais e oitenta e cinco centavos), totalizando R$ 898,70 (oitocentos e noventa e oito reais e setenta centavos); 31 (trinta e uma) correias A 128 mercúrio, novas, próprias para máquinas agrícola es industriais, avaliada em R$ 29,02 (vinte e nove reais e dois centavos), totalizando R$ 899,62 (oitocentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos); 17 (dezessete) correias A 173 mercúrio, novas, próprias para máquinas agrícolas e industriais, avaliada em R$ 39,25 (trinta e nove reais e vinte e cinco centavos), totalizando R$ 667,25 (seiscentos e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos), total geral R$ 11.671,53 (onze mil, seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e três centavos). OBSERVAÇÃO: Não sendo possível a intimação pessoal das partes, ou de seus representantes legais, ficam as mesmas intimadas por este Edital. Fica também ciente a parte autora de que se não houver arrematação, deverá a mesma, em 05 dias, adjudicar o bem pelo valor da avaliação, depositando, se houver, a diferença entre o crédito e a avaliação, ou, indicar outros bens à penhora, sob pena de liberação do bem penhorado e arquivamento dos autos. Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subseqüente. O(s) referido(s) bem(ns) está(ão) sob a guarda de Vanderlei Grando, residente na Av. Tancredo Neves, nº 3430, São Francisco do Guaporé/RO. COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil. São Francisco do Guaporé/RO, 08 de Agosto de 2013. Simone de Melo Juíza Substituta.

EDITAL DE VENDA JUDICIAL
Processo: 0001271-40.2010.822.0023
Classe: Execução Fiscal
EXEQÜENTE: Fazenda Nacional
ADVOGADO: Procurador da Fazenda Nacional
EXECUTADO: Plain Max Indústria e Comércio de Madeiras Ltda Me
A Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de São Francisco do Guaporé/RO, torna público que será realizada a venda dos bens a seguir descritos referentes ao processo que se menciona.
Venda Judicial: 1º Leilão dia 07/10/2013 às 09:00 horas
2º Leilão dia 21/10/2013 às 09:00 horas
DESCRIÇÃO DO BEM: 19m³ (dezenove metros cúbicos) de madeira serrada, espécie tábuas para caixaria, avaliada em R$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais)
OBSERVAÇÃO: Não sendo possível a intimação pessoal das partes, ou de seus representantes legais, ficam as mesmas intimadas por este Edital. Fica também ciente a parte autora de que se não houver arrematação, deverá a mesma, em 05 dias, adjudicar o bem pelo valor da avaliação, depositando, se houver, a diferença entre o crédito e a avaliação, ou, indicar outros bens à penhora, sob pena de liberação do bem penhorado e arquivamento dos autos. Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subseqüente. O(s) referido(s) bem(ns) está(ão) sob a guarda de Alvaci Ferreira de Souza, residente na Rua Albino Lukate, Setor Chacareiro, nº 412, São Francisco do Guaporé/RO. COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil. São Francisco do Guaporé/RO, 08 de Agosto de 2013. Simone de Melo Juíza Substituta.

Aldeney Figueiredo Freire
Diretor de Cartório

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

1ª Vara do Juizado Especial Cível
Comarca de São Miguel do Guaporé
Juiz: João Valério Silva Neto

Proc: 1000457-43.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
DIONEI GERALDO (Requerente)
Advogado(s): Naotoshi Tokimatu(OAB 4226 RO)
Banco Santander Brasil S/A(Requerido)
Advogado(s): Marcos Antônio Metchko(OAB 1482 RO), Marcos antônio Araújo dos Santos(OAB 846 RO)
DIONEI GERALDO (Requerente)
Advogado(s): Naotoshi Tokimatu(OAB 4226 RO)
Banco Santander Brasil S/A(Requerido)
Advogado(s): Marcos Antônio Metchko(OAB 1482 RO), Marcos Antônio Araújo dos Santos(OAB 846 RO)e CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET, OAB/RJ 15.311.
DESPACHO: Vistos. Através do Bacenjud, houve o bloqueio integral do valor, que convolo em penhora, já tendo sido determinada a transferência do valor para a agência local da Caixa Econômica Federal, através do protocolo n. 20130002152125. Intime-se a parte requerida para impugnar, querendo,em 15 dias. No silêncio, libere-se o valor à parte autora e arquive-se, com as baixas necessárias.
São Miguel do Guaporé, 6 de agosto de 2013. João Valério Silva Neto, Juiz de Direito.

Proc: 1000471-27.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
José Soares Galvão Filho(Autor)
Advogado(s): Eunice Aparecida Cardoso(OAB 1884 RO)
OI S/A(Réu)
José Soares Galvão Filho(Autor)
Advogado(s): Eunice Aparecida Cardoso(OAB 1884 RO)
OI S/A(Réu)
Vistos. Ante a recusa da empresa requerida em receber a carta de citação (mov. 19), redesigno a audiência de conciliação para o dia 13/09/2013, às 10h00min.
Expeça-se carta precatória para citação e intimação da empresa requerida, no endereço constante na exordial, bem como intime-se a parte requerente da audiência.
Atente-se a escrivania quanto a tutela concedida no mov. 07. Pratique-se o necessário.
São Miguel do Guaporé, 17 de julho de 2013. João Valério Silva neto. Juiz de Direito.

Proc: 1000025-87.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
João Pereira dos Santos(Requerente)
Advogado(s): Joilma Gleice Schiavi Gomes(OAB 3117 RO)
Banco Schahin S.A.(Requerido)
Advogado(s): Glaucia Elaine Fenali(OAB 5332 RO), OAB:76696 MG
João Pereira dos Santos(Requerente)
Advogado(s): Joilma Gleice Schiavi Gomes(OAB 3117 RO)
Banco Schahin S.A.(Requerido)
Advogado(s): Glaucia Elaine Fenali(OAB 5332 RO), OAB:76696 MG
Banco BMG S.A.(Requerido) Advogado(s): OAB:76696 MG
Vistos.
Intime-se a parte autora para que informe a este Juízo se a conta (Banco 001, Agência 4003-7, conta 128619) é de sua titulariedade, conforme TED juntado aos autos no mov. 24, prazo 15 (quinze) dias, sob pena de julgamento no estado que se encontra. São Miguel do Guaporé, 29 de julho de 2013.

João Valério Silva Neto.
Juiz de Direito.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Vara Cível da Comarca de São Miguel do Guaporé
Juiz: João Valério Silva Neto
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: smg1civel@tjro.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO E CONHECIMENTO DE TERCEIROS E INTERESSADOS
PRAZO: 30 dias
DE: VALDIR ANTÔNIO LIMA, CPF n. 285.485.159-53, atualmente em lugar incerto e não sabido, bem como de TERCEIROS, INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS
FINALIDADE: CITAR o requerido bem como dar conhecimento aos confinantes, interessados ausentes, incertos e desconhecidos, que neste Juízo se processam os autos de Usucapião, requerido por BENEDITA DOS SANTOS JANDREY, tendo como objeto o imóvel abaixo descrito, para contestar no prazo de 15(quinze dias sob pena de ser considerado como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na inicial.
IMÓVEL USUCAPIENDO: "Um imóvel rural, medindo 18,8607 hectares, equivalente a 7,79 alqueires paulistas, desmembrado do Lote n. 105 – Gleba 10 – Setor Rio Branco III, PF Guajará Mirim (DFF), denominado Sítio Santo Antônio com área de 52,2415(cinquenta e dois hectares, vinte e quatro ares e quinze centiares), cadastrado no INCRA sob o n. 232.2.04/3.124, cujas confrontações são NORTE: Lote n. 03 da Gleba 15, separado pela Linha 25; ESTE: Lote n. 107 da gleba 10; SUL: Lote n. 97 da Gleba 10; OESTE: Lote n. 103 da Gleba 10, registrado no Registro de Imóveis de Costa Marques sob o n. 0341, fls. 142 do Livro 2-B."

Proc.: 0001293-96.2013.8.22.0022
Ação:Usucapião
Requerente:Benedita dos Santos Jandrey
Advogado:Neide Skalecki de Jesus Gonçalves (OAB/RO 283-B)
Requerido:Valdir Antonio Lima
Sede do Juízo: Fórum Juiz Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé-RO.
São Miguel do Guaporé-RO, 07 de agosto de 2013
(a)João Valério Silva Neto
Juiz de Direito
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 dias
Ação de Execução Fiscal
De: Espólio de JOSÉ FERNANDES MOURA, CPF n. 034.929.231-00, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAÇÃO DO ESPÓLIO do co-responsável, para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a dívida acrescida de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, ofereça bens à PENHORA sob pena de lhes serem penhorados ou arrestados, bens suficientes que garantam a dívida.

Proc.: 0024150-20.2005.8.22.0022
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Procurador da Fazenda Nacional
Executado:Moura & Cia Ltda, José Fernandes de Moura, Maria das Graças Moura
Valor Total: R$ 39.516,34(trinta e nove mil, quinhentos e dezesseis reais e trinta e quatro centavos)
Natureza da dívida: dívida ativa
Data Insc./Reg. Dívida Ativa: 30/05/2005
Certidão nº: 24 4 05 000347-40
Sede do Juízo: Fórum Juiz Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé-RO.
São Miguel do Guaporé-RO, 07 de agosto de 2013
(a)Dr. João Valério Silva Neto
Juiz de Direito

Vânia Maria Vanzin
Diretora de Cartório

PROCLAMAS

COMARCA DE PORTO VELHO

2º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038708 - Livro nº D-82 - Folha nº 116
Faço saber que pretendem se casar: MARCOS ANTÔNIO MERCADO DE SAMPAIO, solteiro, brasileiro, funcionário público estadual, nascido em Porto Velho-RO, em 10 de Outubro de 1975, residente e domiciliado na Rua Maria de Lourdes, 6108, Bairro Igarapé, em Porto Velho-RO, filho de Alexandre Freire Sampaio - já falecido - naturalidade: não informada e Izabel Mercado de Sampaio - já falecida - naturalidade: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e ELIZÂNGELA DE SOUZA BARBA, solteira, brasileira, vendedora, nascida em Porto Velho-RO, em 30 de Maio de 1974, residente e domiciliada na Rua Maria de Lourdes, 6108, Bairro Igarapé, em Porto Velho-RO, filha de Albino de Souza Barba - já falecido - naturalidade: não informada e Nila Tico de Souza Barba - aposentada - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada; pretendendo passar a assinar: ELIZÂNGELA DE SOUZA BARBA SAMPAIO; pelo regime de COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 7 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038709 - Livro nº D-82 - Folha nº 117
Faço saber que pretendem se casar: EUDES ANDRANDE DE BARROS, solteiro, brasileiro, funcionário público municípal, nascido em Marília-SP, em 1 de Setembro de 1986, residente e domiciliado na Rua Dom Pedrito, 7775, Bairro Escola de Polícia, em Porto Velho-RO, filho de Eudes Bezerra de Barros - já falecido - naturalidade: não informada e Denise Andrade - professora - naturalidade: Diadema-SP - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e UÊNDI NASCIMENTO DE AQUINO, solteira, brasileira, universitária, nascida em Porto Velho-RO, em 13 de Julho de 1988, residente e domiciliada na Rua Dom Pedrito, 7775, Bairro Escola de Polícia, em Porto Velho-RO, filha de Wallace Negreiros de Aquino - pintor - naturalidade: Manaus-AM - residência e domicílio: não informada e Celuta Maria Gomes do Nascimento - falecida em 30/06/2009 - naturalidade: não informada; pretendendo passar a assinar: UÊNDI NASCIMENTO DE AQUINO ANDRADE; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 7 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038710 - Livro nº D-82 - Folha nº 118
Faço saber que pretendem se casar: ÉNILDO RODRIGUES DA SILVA, solteiro, brasileiro, assistente de cobrança, nascido em Porto Velho-RO, em 10 de Junho de 1970, residente e domiciliado na Rua Arariboia, 53, Vila Tupi, em Porto Velho-RO, filho de Joél Rodrigues Viâna - aposentado - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua Arariboia, 53, Vila Tupi, Porto Velho-RO e Éva Pereira da Silva - do lar - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua Arariboia, 53, Vila Tupi, Porto Velho-RO; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e ROZICRIS RIBEIRO RODRIGUES, solteira, brasileira, atendente de serviços, nascida em Porto Velho-RO, em 22 de Abril de 1985, residente e domiciliada na Rua Arariboia, 110, Vila Tupi, em Porto Velho-RO, filha de Braz Avelino Rodrigues - aposentado - naturalidade: Lagoa Nova-PB - residência e domicílio: Rua Arariboia, 110, Vila Tupi, Porto Velho-RO e Julivete Ribeiro Rodrigues - do lar - naturalidade: Paranavaí-PR - residência e domicílio: Rua Arariboia, 110, Vila Tupi, Porto Velho-RO; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 7 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038711 - Livro nº D-82 - Folha nº 119
Faço saber que pretendem se casar: JUCINEI PINTO DA SILVA, solteiro, brasileiro, armador, nascido em Humaitá-AM, em 8 de Agosto de 1984, residente e domiciliado na Rua Prudente de Morais, 2505, fundos, Centro, em Porto Velho-RO, filho de Vitor Pereira da Silva - agricultor - naturalidade: Belém-PA - residência e domicílio: Comunidade do Rio Acará, s/nº, Zona Rural, Baixo Madeira, Manicoré-AM e Irene da Fonseca Pinto - agricultora - naturalidade: Manicoré-AM - residência e domicílio: Comunidade do Rio Acará, s/nº, Zona Rural, Baixo Madeira, Manicoré-AM; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e DORVALINA RAMOS DA SILVA, solteira, brasileira, empresária, nascida em Porto de Moz-PA, em 7 de Novembro de 1962, residente e domiciliada na Rua Prudente de Morais, 2505, fundos, Centro, em Porto Velho-RO, filha de Pedro Romano Barbosa - pescador - residência e domicílio: não informada e Cândida Ramos da Silva - já falecida - naturalidade: Porto de Moz-PA; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 7 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038712 - Livro nº D-82 - Folha nº 120
Faço saber que pretendem se casar: ALFREDO DOS SANTOS, divorciado, brasileiro, encarregado de concreto, nascido em Santo Anastácio-SP, em 12 de Julho de 1956, residente e domiciliado na Rua Joaquim Bartolo, 4028, Bairro Cidade do Lobo, em Porto Velho-RO, filho de José Domingos dos Santos - já falecido - naturalidade: não informada e Maria Regina da Trindade - já falecida - naturalidade: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e JEOVANNA OLIVEIRA DA SILVA, solteira, brasileira, copeira, nascida em Coari-AM, em 10 de Junho de 1980, residente e domiciliada na Rua Joaquim Bartolo, 4028, Bairro Cidade do Lobo, em Porto Velho-RO, filha de Maria José Oliveira da Silva - do lar - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 7 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038713 - Livro nº D-82 - Folha nº 121
Faço saber que pretendem se casar: FREDEÇON SIQUEIRA DOS SANTOS COUTINHO, solteiro, brasileiro, agricultor, nascido em Porto Velho-RO, em 12 de Abril de 1973, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, 3113, Bairro Embratel, em Porto Velho-RO, filho de Raimundo Siqueira do Nascimento - autônomo - naturalidade: Rio Branco-AC - residência e domicílio: Rua Benjamin Constant, 3113, Bairro Embratel, neste Município e Maria Carmelita Siqueira dos Santos - funcionária pública municipal - naturalidade: Manicoré-AM - residência e domicílio: Rua Benjamin Constant, 3113, Bairro Embratel, neste Município; pretendendo passar a assinar: FREDEÇON SIQUEIRA DOS SANTOS COUTINHO FEITOSA; e VANILCE SARAIVA FEITOSA, solteira, brasileira, agricultora, nascida em Porto Velho-RO, em 15 de Janeiro de 1963, residente e domiciliada na Rua Jaci Paraná, 1767, Santa Bárbara, em Porto Velho-RO, filha de Luis Alves Feitosa - falecido em 02/07/1999 - naturalidade: não informada e Maria do Carmo Feitosa - autônoma - naturalidade: Humaitá-AM - residência e domicílio: Rua Jaci Paraná, 1767, Santa Bárbara, neste Município; pretendendo passar a assinar: VANILCE SARAIVA FEITOSA COUTINHO; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 7 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038714 - Livro nº D-82 - Folha nº 122
Faço saber que pretendem se casar: FRANCISCO VAGNER ANDRADE DA SILVA, solteiro, brasileiro, técnico em manutenção, nascido em Porto Velho-RO, em 19 de Junho de 1981,

residente e domiciliado na Rua Santa Luzia, 4725, Setor Industrial, em Porto Velho-RO, filho de José Vieira da Silva - autônomo - naturalidade: Cruzeiro do Sul-AC - residência e domicílio: Rua Lajeado, s/nº, Bairro Costa e Silva, em Porto Velho-RO e Maria Ângela da Conceição de Andrade - empregada doméstica - naturalidade: Cruzeiro do Sul-AC - residência e domicílio: Rua Lajeado, s/nº, Bairro Costa e Silva, em Porto Velho-RO; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e ANTONIA COSMO DA SILVA, solteira, brasileira, auxiliar de serviços gerais, nascida em Xapuri-AC, em 3 de Fevereiro de 1974, residente e domiciliada na Rua Santa Luzia, 4725, Setor Industrial, em Porto Velho-RO, filha de João Cosmo da Silva - autônomo - naturalidade: Rio Branco-AC - residência e domicílio: não informada e Francisca da Silva Cosmo - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 7 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038715 - Livro nº D-82 - Folha nº 123
Faço saber que pretendem se casar: LUY MICHEL BATISTA MORAIS, solteiro, brasileiro, empresário, nascido em Cuiabá-MT, em 3 de Janeiro de 1989, residente e domiciliado na Rua Manoel Laurentino de Souza, 2273, Bairro Embratel, em Porto Velho-RO, filho de Nelis Nelson Batista Morais - empresário - nascido em 16/01/1964 - naturalidade: Imperatriz-MA - residência e domicílio: Rua Manoel Laurentino de Souza, 2273, Bairro Embratel, em Porto Velho-RO e Erondina de Morais Batista - aposentada - naturalidade: Anápolis-GO - residência e domicílio: Rua Manoel Laurentino de Souza, 2273, Bairro Embratel, em Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: LUY MICHEL BATISTA DE ALMEIDA MORAIS; e KATIÉLY CAMELLO DE ALMEIDA, solteira, brasileira, estudante, nascida em Porto Velho-RO, em 26 de Dezembro de 1994, residente e domiciliada na Rua Bem-te-vi, 312, Apartamento 07, Bairro Jardim Eldorado, em Porto Velho-RO, filha de Ivair Francisco Almeida - já falecido e Cleusa Camello de Almeida - funcionária pública - nascida em 13/04/1971 - naturalidade: São Lourenço-SC - residência e domicílio: Rua Jandaia, 132, Centro, no Distrito de Nova Califórnia, em Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: KATIÉLY CAMELLO DE ALMEIDA MORAIS; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 7 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038716 - Livro nº D-82 - Folha nº 124
Faço saber que pretendem se casar: ALEX VAIRAN, solteiro, brasileiro, operador de roçadeira, nascido em Cacoal-RO, em 28 de Janeiro de 1988, residente e domiciliado na Avenida Carlos Reis, 9457, Bairro Mariana, em Porto Velho-RO, filho de Oroncio Moreira Vairan - aposentado - naturalidade: Teófilo Otoni-MG - residência e domicílio: não informada e Maria Candida Alexandre Vairan - do lar - naturalidade: Altamira-PR - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e VALTEANI DA SILVA FERREIRA, solteira, brasileira, do lar, nascida em Manicoré-RO, em 11 de Maio de 1982, residente e domiciliada na Avenida Rio de Janeiro, 2583, Bairro Mato Grosso, em Porto Velho-RO, filha de Pedro Ferreira Filho - falecido em 12/11/2009 e Maria do Rosário Brasil da Silva - do lar - naturalidade: Manicoré-AM - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 7 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038717 - Livro nº D-82 - Folha nº 125
Faço saber que pretendem se casar: JOSÉ JÔVE RAMALHO DA SILVA, solteiro, brasileiro, armador, nascido em Porto Velho-RO, em 3 de Outubro de 1990, residente e domiciliado na Rua Três e Meio, 2271, Bairro Nova Floresta, em Porto Velho-RO, filho de José Luiz Furtado da Silva - sindicalista - naturalidade: Manicoré-AM - residência e domicílio: Rua Maringá, 1893, Bairro Marcos Freire, em Porto Velho/RO e Maria do Rosário Gali-

no Ramalho - copeira - naturalidade: Manicoré-AM - residência e domicílio: Rua Maringá, 1893, Bairro Marcos Freire, em Porto Velho/RO; pretendendo passar a assinar: JOSÉ JÔVE RAMALHO DA SILVA MARQUES ARAÚJO; e ADRIELE MARQUES ARAÚJO, solteira, brasileira, auxiliar administrativo, nascida em Porto Velho-RO, em 8 de Outubro de 1993, residente e domiciliada na Rua Três e Meio, 2271, Bairro Nova Floresta, em Porto Velho-RO, filha de José Carlos de Araújo - operador de máquinas - naturalidade: Vitorino-PR - residência e domicílio: Rua Três e Meio, 2271, Bairro Nova Floresta, em Porto Velho/RO e Francilene da Silva Chianca Marques - assistente Técnica - naturalidade: Rio Branco-AC - residência e domicílio: Rua Três e Meio, 2271, Bairro Nova Floresta, em Porto Velho/RO; pretendendo passar a assinar: ADRIELE MARQUES ARAÚJO RAMALHO DA SILVA; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 7 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038718 - Livro nº D-82 - Folha nº 126
Faço saber que pretendem se casar: ERASMO DE OLIVEIRA RAMOS, divorciado, brasileiro, eletricista, nascido em Porto Velho-RO, em 24 de Abril de 1979, residente e domiciliado na Rua João Paulo, 2400, Casa 27, Quadra 9, Residencial Riviera, Bairro Areia Branca, em Porto Velho-RO, filho de José Ribamar da Silva - eletricista - residência e domicílio: Rua Curitiba, 2993, Bairro Caladinho, Porto Velho-RO e Maria Fátima Oliveira - do lar - residência e domicílio: Rua Curitiba, 2993, Bairro Caladinho, Porto Velho-RO; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e JECILENE FERREIRA ROSA, divorciada, brasileira, vendedora, nascida em Porto Velho-RO, em 16 de Agosto de 1978, residente e domiciliada na Rua João Paulo, 2400, Casa 27, Quadra 9, Residencial Riviera, Bairro Areia Branca, em Porto Velho-RO, filha de João de Deus Ferreira - autônomo - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua João Paulo, 2400, Casa 27, Quadra 9, Residencial Riviera, Bairro Areia Branca, Porto Velho-RO e Maria de Jesus Rosa Passos - auxiliar administrativo - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua João Paulo, 2400, Casa 27, Quadra 9, Residencial Riviera, Bairro Areia Branca, Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: JECILENE FERREIRA ROSA OLIVEIRA; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 7 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038719 - Livro nº D-82 - Folha nº127
Faço saber que pretendem se casar: DIEGO TELLES DE OLIVEIRA, solteiro, brasileiro, encarregado, nascido em Porto Velho-RO, em 28 de Julho de 1989, residente e domiciliado na Rua da Gaita, 1632, Bairro Cohab Floresta, em Porto Velho-RO, filho de Honorio Telles de Oliveira - aposentado - naturalidade: Imperatriz-MA - residência e domicílio: Estrada do Santo Antônio, S/N, Vila do 5º Bec e Creusa Alves de Oliveira - aposentada - naturalidade: Imperatriz-MA - residência e domicílio: Estrada do Santo Antônio, S/N, Vila do 5º Bec; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e NÚBIA ANDRADE OLIVEIRA, solteira, brasileira, vendedora, nascida de Porto Velho-RO, em 15 de Novembro de 1992, residente e domiciliada na Rua Renascer, 4662, Bairro Caladinho, em Porto Velho-RO, filha de Antoninho Cabral de Oliveira - mestre de obras - naturalidade: Fontoura Xavier-RS - residência e domicílio: Rua Renascer, 4662, Bairro Caladinho e Rosa de Andrade Oliveira - ferramenteira - naturalidade: Coxilha Rica-PR - residência e domicílio: Rua Renascer, 4662, Bairro Caladinho; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de Comunhão Parcial de Bens.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 8 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038720 - Livro nº D-82 - Folha nº 128
Faço saber que pretendem se casar: FELIPE DE OLIVEIRA CARVALHO, solteiro, brasileiro, fiscal, nascido em Porto Ve-

lho-RO, em 20 de Maio de 1993, residente e domiciliado na Rua Capitão Natanael de Aguiar, 2324, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, em Porto Velho-RO, filho de Esmiley Marcos Freitas Carvalho - já falecido - naturalidade: não informada e Edneide de Oliveira - aposentada - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua Capitão Natanael de Aguiar, 2324, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, em Porto Velho-RO; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e JAIRLANE DUARTE DE SOUZA, solteira, brasileira, estudante, nascida em Porto Velho-RO, em 4 de Março de 1994, residente e domiciliada na Rua Junquilho, 1286, Bairro Eletronorte, em Porto Velho-RO, filha de Jairo Rodrigues de Souza - policial militar - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada e Sueli Pereira Duarte de Souza - empregada doméstica - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada; pretendendo passar a assinar: JAIRLANE DUARTE DE SOUZA CARVALHO; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.

Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.

Porto Velho-RO, 8 de Agosto de 2013

Vinícius Alexandre Godoy

Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia

Vinícius Alexandre Godoy - Registrador

Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)

Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)

Registradora Substituta

Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365

e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br

EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038721 - Livro nº D-82 - Folha nº 129

Faço saber que pretendem se casar: FRANCISCO ALVES DA SILVA JUNIOR, solteiro, brasileiro, serviços gerais, nascido em Ji-Paraná-RO, em 1 de Abril de 1971, residente e domiciliado na Rua Palmeiras, 6487, Bairro Lagoinha, em Porto Velho-RO, filho de Francisco Alves da Silva - já falecido - naturalidade: Fortaleza-CE e Raimunda Bezerra do Nascimento - aposentada - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e LELCIANE GILSA DA SILVA, solteira, brasileira, auxiliar de cozinha, nascida em Porto Velho-RO, em 17 de Setembro de 1988, residente e domiciliada na Rua Palmeiras, 6487, Bairro Lagoinha, em Porto Velho-RO, filha de José Dilson da Costa Silva - garimpeiro - residência e domicílio: não informada e Rozilda Ferreira Gilsa - cozinheira - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.

Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.

Porto Velho-RO, 8 de Agosto de 2013

Vinícius Alexandre Godoy

Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia

Vinícius Alexandre Godoy - Registrador

Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)

Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)

Registradora Substituta

Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365

e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br

EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038722 - Livro nº D-82 - Folha nº 130

Faço saber que pretendem se casar: MAICON CRUZ MACHADO, solteiro, brasileiro, mecânico, nascido em Porto Velho-RO, em 23 de Maio de 1990, residente e domiciliado na Rua Rosalina Gomes, 9301, Bairro São Francisco, em Porto Velho-RO, filho de Joao Amauri Machado - construtor civil - naturalidade: Francisco Beltrão-PR - residência e domicílio: Rua Rosalina Gomes, 9301, Bairro São Francisco, em Porto Velho, Rondônia e Sandra Bezerra Cruz Machado - do lar - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua Rosalina Gomes, 9301, Bairro São Francisco, em Porto Velho, Rondônia; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e ANA LÚCIA DA COSTA, divorciada, brasileira, consultora de vendas, nascida em Palhano-CE, em 25 de Dezembro de 1975, residente e domiciliada na Rua Teodoro Lopes. 8476, Bairro São Francisco, em Porto Velho-RO, filha de José Almir da Costa - serviços gerais - naturalidade: Palhano-CE - residência e domicílio: Rua Eça de Queiroz, 8568, Bairro São Francisco, em Porto Velho, Rondônia e Maria Lindalva da Costa - do lar - naturalidade: Palhano-CE - residência e domicílio: Rua Eça de Queiroz, 8568, Bairro São Francisco, em Porto Velho, Rondônia; pretendendo passar a assinar: ANA LÚCIA DA COSTA MACHADO; pelo regime de Comunhão Parcial de Bens.

Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.

Porto Velho-RO, 8 de Agosto de 2013

Vinícius Alexandre Godoy

Registrador

COMARCA DE ARIQUEMES

1ª VARA CÍVEL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

MUNICÍPIO E COMARCA DE ARIQUEMES – ESTADO DE RONDÔNIA

Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510

Fone/Fax: 69-3535-5547 ou 69-3536-0943

LIVRO D-039 FOLHA 116 TERMO 014446

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.446

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

FRANCISCO RODRIGUES PEREIRA, de nacionalidade brasileira, de profissão servente, de estado civil solteiro, natural

de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 22 de janeiro de 1979, residente e domiciliado na Rua Vicente Nascimento, nº 30345, Setor 08, em Ariquemes-RO, filho de MANOEL DOMINGOS RODRIGUES e de LOURDES RODRIGUES PEREIRA; e DERLI RIBEIRO de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 27 de dezembro de 1980, residente e domiciliada na Rua Vicente Nascimento, nº 3034, Setor 08, em Ariquemes-RO, filha de ORLANDINO RIBEIRO e de MARIA DAS GRAÇAS RIBEIRO.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.

Ariquemes-RO, 05 de agosto de 2013.

Ângela Maria Fabiano Silva

Ofiacial

Angela Maria Fabiano Silva

Oficial REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
MUNICÍPIO E COMARCA DE ARIQUEMES – ESTADO DE RONDÔNIA
Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510
Fone/Fax: 69-3535-5547 ou 69-3536-0943
LIVRO D-039 FOLHA 117 TERMO 014447
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.447

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

CLÊITON BORGES SOUSA, de nacionalidade brasileira, de profissão Autônomo, de estado civil solteiro, natural de Tuntum-MA, onde nasceu no dia 29 de março de 1987, residente e domiciliado na Rua Três Maria, 5006, Setor Rota do Sol, em Ariquemes-RO, filho de JOSÉ ADIEL DE SOUSA e de MARIA ELENA BORGES SOUSA; e FERNANDA DA SILVA LOPES de nacionalidade brasileira, de profissão Do Lar, de estado civil solteira, natural de Araguatins-TO, onde nasceu no dia 14 de março de 1991, residente e domiciliada na Rua Três Maria, 5006, Setor Rota do Sol, em Ariquemes-RO, filha de JOSÉ LOPES NETO e de CLAUDENIZA RODRIGUES DA SILVA NETO.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.

Ariquemes-RO, 05 de agosto de 2013.

Angela Maria Fabiano Silva

Oficial

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
MUNICÍPIO E COMARCA DE ARIQUEMES – ESTADO DE RONDÔNIA
Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510
Fone/Fax: 69-3535-5547 ou 69-3536-0943
LIVRO D-039 FOLHA 118 TERMO 014448
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.448

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

MANOEL ARAUJO DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão Operador de Máquina, de estado civil divorciado, natural de São Miguel do Araguaia-GO, onde nasceu no dia 25 de janeiro de 1972, residente e domiciliado na Alameda Sabiá, 994, Setor 02, em Ariquemes-RO, filho de ISMAEL BARBOSA DA SILVA e de DORALICE ARAUJO NEVES; e LOURRUANE RIBEIRO GOMES de nacionalidade brasileira, de profissão Do Lar, de estado civil solteira, natural de Alto Paraíso-RO, onde nasceu no dia 01 de fevereiro de 1994, residente e domiciliada na Alameda Sabiá, 994, Setor 2, em Ariquemes-RO, filha de JOSÉ MARIA GOMES e de CREUSA RIBEIRO MESQUITA GOMES.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.

Ariquemes-RO, 05 de agosto de 2013.

Ângela Maria Fabiano Silva

Oficial

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
MUNICÍPIO E COMARCA DE ARIQUEMES – ESTADO DE RONDÔNIA
Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510
Fone/Fax: 69-3535-5547 ou 69-3536-0943
LIVRO D-039 FOLHA 119 TERMO 014449
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.449

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: MARCELO JOSÉ DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão Vaqueiro, de estado civil solteiro, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 04 de março de 1986, residente e domiciliado na Av. Rio Negro, nº 4400, Jardim das Palmeiras, em Ariquemes-RO, filho de JURANDIR JANUÁRIO DA SILVA e de MARIA JOSÉ DA SILVA; e CLEIDIANE ALVES CARDOSO de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil divorciada, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 19 de outubro de 1992, residente e domiciliada na Rua Rio Negro, nº 4400, Jardim das Palmeiras, em Ariquemes-RO, filha de VALDIR SILVA CARDOSO e de ZILDA ALVES ANDRADE CARDOSO.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.

Ariquemes-RO, 05 de agosto de 2013.

Angela Maria Fabiano Silva

Oficial

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
MUNICÍPIO E COMARCA DE ARIQUEMES – ESTADO DE RONDÔNIA
Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510
Fone/Fax: 69-3535-5547 ou 69-3536-0943
LIVRO D-039 FOLHA 120 TERMO 014450
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.450

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: MARLON JOSÉ RIBEIRO MORAES, de nacionalidade brasileira, de profissão

Policial Militar, de estado civil solteiro, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 17 de maio de 1988, residente e domiciliado na Rua Tapejara, nº 1815, Jardim Parana, em Ariquemes-RO, filho de JOSÉ RIBEIRO MORAES e de TEREZA JACOBSN MORAES; e DANIELLY VIEIRA SOARES de nacionalidade brasileira, de profissão Auxiliar Administrativo, de estado civil solteira, natural de Padre Paraíso-MG, onde nasceu no dia 15 de abril de 1988, residente e domiciliada na Rua Bou Gain Villea, nº 2939, Setor 4, em Ariquemes-RO, filha de EDSON VIEIRA DO CARMO FRANCO e de MARIA JOSÉ SOARES FRANCO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Ariquemes-RO, 05 de agosto de 2013.
Angela Maria Fabiano Silva
Oficial

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
MUNICÍPIO E COMARCA DE ARIQUEMES – ESTADO DE RONDÔNIA
Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510
Fone/Fax: 69-3535-5547 ou 69-3536-0943
LIVRO D-039 FOLHA 121 TERMO 014451
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.451
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
RONNE MAICON AMARO DOS REIS, de nacionalidade brasileira, de profissão vendedor, de estado civil solteiro, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 19 de maio de 1989, residente e domiciliado na Av. Candeias, nº 2604, Setor 03, em Ariquemes-RO, filho de DAVI ERNESTO DOS REIS e de MARIA AMARO DA SILVA REIS; e DANIELA RICART DO NASCIMENTO de nacionalidade brasileira, de profissão Autônoma, de estado civil solteira, natural de Cáceres-MT, onde nasceu no dia 22 de junho de 1988, residente e domiciliada na Avenida Candeias, 2604, Setor 03, em Ariquemes-RO, filha de JOSÉ RICART DO NASCIMENTO e de EDULA APARECIDA ALVES DO NASCIMENTO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Ariquemes-RO, 05 de agosto de 2013.
Angela Maria Fabiano Silva
Oficial

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
MUNICÍPIO E COMARCA DE ARIQUEMES – ESTADO DE RONDÔNIA
Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510
Fone/Fax: 69-3535-5547 ou 69-3536-0943
LIVRO D-039 FOLHA 122 TERMO 014452
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.452
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
CLAUDIR BORACINI FILHO, de nacionalidade brasileira, de profissão policial civil, de estado civil divorciado, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 24 de agosto de 1982, residente e domiciliado na Rua Piracicaba, nº 4262, Setor Jardim Paulista, em Ariquemes-RO, filho de CLAUDIR BORACINI e de LOURDES PERIOTO BORACINI; e DÉBORA CARVALHO MIQUELIN de nacionalidade brasileira, de profissão Estudante, de estado civil divorciada, natural de Rolim de Moura-RO, onde nasceu no dia 27 de outubro de 1986, residente e domiciliada na Rua Mato Grosso, nº 3796, Setor 05, em Ariquemes-RO, filha de JOSÉ ROBERTO BREGANTIN MIQUELIN e de MARLENE CARVALHO MIQUELIN.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Ariquemes-RO, 06 de agosto de 2013.
Angela Maria Fabiano Silva
Oficial

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
MUNICÍPIO E COMARCA DE ARIQUEMES – ESTADO DE RONDÔNIA
Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510
Fone/Fax: 69-3535-5547 ou 69-3536-0943
LIVRO D-039 FOLHA 123 TERMO 014453
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.453
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ISAIAS VICENTE DE OLIVEIRA, de nacionalidade brasileira, de profissão Serviços Gerais, de estado civil divorciado, natural de Campina da Lagoa-PR, onde nasceu no dia 21 de dezembro de 1969, residente e domiciliado na Rua Macauba, nº 4546, Setor 09 de cima, em Ariquemes-RO, filho de OTÁVIO PEDRO DE OLIVEIRA e de MARIA VICENTE DE OLIVEIRA; e VANILDE MARCIANO DE OLIVEIRA de nacionalidade brasileira, de profissão Do Lar, de estado civil viúva, natural de Nova Fátima-PR, onde nasceu no dia 03 de dezembro de 1962, residente e domiciliada na Rua Macauba, nº 4546, Setor 09 de cima, em Ariquemes-RO, filha de ANTONIO MARCIANO e de MARIA JOSÉ DA SILVA MARCIANO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Ariquemes-RO, 06 de agosto de 2013.
Angela Maria Fabiano Silva
Oficial

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
MUNICÍPIO E COMARCA DE ARIQUEMES – ESTADO DE RONDÔNIA
Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510
Fone/Fax: 69-3535-5547 ou 69-3536-0943
LIVRO D-039 FOLHA 124 TERMO 014454
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.454
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
FERNANDO AUGUSTO NERY LIMA, de nacionalidade brasileira, de profissão SERVIDOR PUBLICO FEDERAL, de

estado civil divorciado, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 28 de agosto de 1956, residente e domiciliado na Rua São Paulo, nº 2326, Jardim Paulista, em Ariquemes-RO, filho de JOÃO ARAÚJO LIMA e de JACYRA ALMEIDA NERY LIMA; e SALETE ANGELA DUTRA de nacionalidade brasileira, de profissão Do Lar, de estado civil solteira, natural de Realeza-PR, onde nasceu no dia 02 de outubro de 1968, residente e domiciliada na Av. São Paulo, nº 2326, Jardim Paulista, em Ariquemes-RO, filha de IZABEL SILVANA DUTRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Ariquemes-RO, 06 de agosto de 2013.
Angela Maria Fabiano Silva
Oficial

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
MUNICÍPIO E COMARCA DE ARIQUEMES – ESTADO DE RONDÔNIA
Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510
Fone/Fax: 69-3535-5547 ou 69-3536-0943
LIVRO D-039 FOLHA 125 TERMO 014455
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.455
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
HELITON MOREIRA DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão Autônomo, de estado civil solteiro, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 17 de novembro de 1992, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, n° 3139, Colonial, em Ariquemes-RO, filho de JOSÉ HELIO MOREIRA DA SILVA e de LENYR DA SILVA MAIA; e DANIELLE RAIANE VIEIRA MORAES de nacionalidade brasileira, de profissão Estudante, de estado civil solteira, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 13 de dezembro de 1996, residente e domiciliada na Rua Castelo Branco, nº 4794, Setor 08, em Ariquemes-RO, filha de OCIONE RIBEIRO MORAES e de MARIA DE LOURDES VIEIRA MORAES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Ariquemes-RO, 06 de agosto de 2013.
Angela Maria Fabiano Silva
Oficial

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
MUNICÍPIO E COMARCA DE ARIQUEMES – ESTADO DE RONDÔNIA
Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510
Fone/Fax: 69-3535-5547 ou 69-3536-0943
LIVRO D-039 FOLHA 126 TERMO 014456
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.456
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JAIR TORATTI DOS SANTOS, de nacionalidade brasileira, de profissão Funcionário Público, de estado civil divorciado, natural de Moreira Sales-PR, onde nasceu no dia 04 de dezembro de 1956, residente e domiciliado na Rua Curió, 787, Setor 09 de baixo, em Ariquemes-RO, filho de JOSÉ ALVES DOS SANTOS e de LEONILDA TORATTI DOS SANTOS; e ALDENUSA IPOLITO DE FRANÇA de nacionalidade brasileira, de profissão Vendedora, de estado civil solteira, natural de Machadinho do Oeste- Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 04 de fevereiro de 1973, residente e domiciliada na Rua Curió, 787, Setor 09 de Baixo, em Ariquemes-RO, filha de JOÃO LIANDRO DE FRANÇA e de ANTONIA IPOLITO DE FRANÇA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.

Ariquemes-RO, 06 de agosto de 2013.
Ângela Maria Fabiano Silva
Oficial
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
MUNICÍPIO E COMARCA DE ARIQUEMES – ESTADO DE RONDÔNIA
Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510
Fone/Fax: 69-3535-5547 ou 69-3536-0943
LIVRO D-039 FOLHA 127 TERMO 014457
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.457
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
SIDNEI STEDILE, de nacionalidade brasileira, de profissão Torneiro Mecânico, de estado civil solteiro, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 04 de dezembro de 1985, residente e domiciliado na Rua Andorinhas, nº 1820, Setor 02, em Ariquemes-RO, filho de ABELARDO STEDILE e de MARIA APARECIDA DE JESUS; e MAYRA GOMES DOS REIS de nacionalidade brasileira, de profissão Bancária, de estado civil solteira, natural de Cubatão-SP, onde nasceu no dia 07 de maio de 1991, residente e domiciliada na Rua dos Rubis, nº 1353, Parque das Gemas, em Ariquemes-RO, filha de JORDELINO GONÇALVES DOS REIS e de NOEMIA GOMES DOS REIS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.

Ariquemes-RO, 06 de agosto de 2013.
Ângela Maria Fabiano Silva
Ofial
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
MUNICÍPIO E COMARCA DE ARIQUEMES – ESTADO DE RONDÔNIA
Alameda Brasília, nº 2305, Setor 03 – Ariquemes-RO – CEP: 76.870-510
Fone/Fax: 69-3535-5547 ou 69-3536-0943
LIVRO D-039 FOLHA 128 TERMO 014458
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.458
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
SERGIO GONÇALVES SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão MARMORISTA, de estado civil solteiro, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 01 de julho de 1979, residente e domiciliado na Rua Turmalina, 1813, 25 de Dezembro,

em Ariquemes-RO, filho de JOSÉ DE SOUZA SILVA e de LUZIA GONÇALVES SILVA; e DABILA TAUANA SOARES de nacionalidade brasileira, de profissão Do Lar, de estado civil solteira, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 26 de agosto de 1991, residente e domiciliada na Rua Turmalina, 1813, 25 de Dezembro, em Ariquemes-RO, filha de JOSÉ SOARES e de ODETE ALVES DUTRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Ariquemes-RO, 06 de agosto de 2013.
Angela Maria Fabiano Silva
Oficial

LIVRO D-008 FOLHA 262
REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
MONTE NEGRO, ESTADO DE RONDÔNIA
Av. Juscelino Kubitschek, 2752 – Setor 02 - Fone: (69)3530-2009
Leonilde Aparecida Barbaresco de Goes - Oficiala
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.361
Faço saber que pretendem CONVERTER A UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
CRISTIANO RODRIGUES XAVIER, de nacionalidade brasileira, Vendedor, divorciado, natural de Guarapuava-PR, onde nasceu no dia 24 de julho de 1966, residente e domiciliado na BR-421, Linha C-40, Lote 42, Gleba 05, Zona Rural, em Monte Negro-RO, filho de SEBASTIÃO LOPES XAVIER e de CALORINDA VARELHA RODRIGUES; e_
DAYANE SIMIÃO DE SENA, de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, natural de Camacã-BA, onde nasceu no dia 21 de outubro de 1987, residente e domiciliada na BR-421, Linha C-40, Lote 42, Gleba 05, Zona Rural, em Monte Negro-RO, filha de JOSÉ MANOEL DE SENA e de MARIZETE DIAS SIMIÃO._
Os contraentes coabitam desde 01 de outubro de 2010, e pretendem continuar juntos, com firme vontade de constituirem familia e legalizar sua situação._
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
Monte Negro-RO, 07 de agosto de 2013.
Leonilde Aparecida Barbaresco de Goes
Oficiala

LIVRO D-002 FOLHA 399 TERMO 000599
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 599
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: "DIONE CASTRO DA SILVA e JESSICA VALÉRIO MAZZORANA"
Ele, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia aos cinco dias do mês de dezembro do ano de um mil e novecentos e oitenta e sete (05/12/1987), de profissão vigilante, de estado civil solteiro, residente e domiciliado na Linha C-20, Lote 10, Gleba 21, em Cacaulândia-RO, filho de SEVERINO IZIDRO DA SILVA e de ELIZABETE CASTRO DA SILVA, brasileiros, casados, agricultores, ele natural do Estado da Paraíba, ela natural do Estado do Paraná, residentes e domiciliados na Linha C-20, Lote 11, Gleba 21 em Cacaulândia-RO, o qual continuou a assinar o nome de DIONE CASTRO DA SILVA;
Ela natural de Cacaulândia-RO, onde nasceu no dia aos quatorze dias do mês de março do ano de um mil e novecentos e noventa e quatro (14/03/1994), de profissão agente de crédito, de estado civil solteira, residente e domiciliada na Rua Cerejeiras, nº 1935, Setor 04, em Cacaulândia-RO, filha de CLÉSIO ANTÔNIO MAZZORANA e de MARILENE DOS ANJOS VALÉRIO MAZZORANA, brasileiros, casados, agricultores, ele natural do Estado de Santa Catarina, ela natural do Estado do Paraná, residentes e domiciliados na RO-140, Linha C-25, km 15 em Cacaulândia-RO, a qual continuou, a assinar o nome de JESSICA VALÉRIO MAZZORANA;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado em Cartório no lugar de costume.
Regime Adotado: Comunhão Parcial de Bens.
Cacaulândia-RO, 07 de agosto de 2013.
Daniela Barbi Marchi
Oficiala Substituta

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
JOSÉ GERALDO SIMIÃO DA SILVA
Oficial e Notário do Registro Civil
EDITAL DE PROCLAMAS
TERMO: 1709 – LIVRO Nº D-009 – FOLHAS 033
O Oficial do Registro Civil de Pessoas Naturais do município de Alto Paraíso, Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER, que pretendem se casar: Ele: MAGNALDO RODRIGUES DA SILVA; Ela: DANIELE JEFTÁ XAVIER DOS SANTOS, Que ele é de nacionalidade BRASILEIRA, estado civil SOLTEIRO, profissão CIRCULEIRO, com 27 anos de idade, nascido(a) em ITAMARAJU - BA, no dia QUATORZE DE ABRIL DE UM MIL E NOVECENTOS E OITENTA E SEIS (14.04.1986), residente e domiciliado(a) à RUA AZALÉIA, 2440, JARDIM PRIMAVERA, EM ALTO PARAÍSO-RO; HÁ 07 ANOS , filho(a) de LAURINDO RODRIGUES DE SOUZA JÁ FALECIDO , e de MARINALVA FERREIRA DA SILVA JÁ FALECIDO; Que ela é de nacionalidade BRASILEIRA, estado civil SOLTEIRA, profissão BABÁ, com 16 anos de idade, nascida(o) em ARIQUEMES - RO, no dia SETE DE ABRIL DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E SETE (07.04.1997), residente e domiciliada(o) à RUA AZALÉIA, 2440, JARDIM PRIMAVERA, EM ALTO PARAÍSO-RO; HÁ 07 ANOS, filha(o) de RAIMUNDO SOUZA DOS SANTOS RESIDENTE EM ALTO PARAÍSO - RO, JURACY TEIXEIRA XAVIER DOS SANTOS RESIDENTE EM ALTO PARAÍSO - RO. Apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1525 do Código civil. Se alguém souber de algum impedimento oponha-se na forma da Lei. Lavro o presente para ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado no lugar de costume. O presente processo foi autuado em 08 de agosto de dois mil e treze (08.08.2013). O Oficial do Registro Civil - José Geraldo Simião da Silva - Rua Patrícia Marinho, 3255, CEP; 76862-000 – Alto Paraíso – RO.

COMARCA DE CACOAL

1ª VARA CÍVEL

República Federativa do Brasil
Estado de Rondônia
Município e Câmarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2013 6 00004 056 0000656 19
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
EDSON BRUMATTI, de nacionalidade brasileira, empacotador, solteiro, natural de Monte Negro-RO, onde nasceu no dia 16 de dezembro de 1993, residente e domiciliado na Rua Almirante Barroso, 2601, Novo Horizonte, em Cacoal-RO, passou a adotar o nome de EDSON BRUMATTI DE SOUZA, filho de Natalino Brumatti e de Dilce Correia Brumatti;
EDILENE CAROLINE DE SOUZA BARCELOS de nacionalidade brasileira, estudante, solteira, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 20 de dezembro de 1996, residente e domiciliada na Rua Almirante Barroso, 2601, Novo Horizonte, em Cacoal-RO, passou a adotar no nome de EDILENE CAROLINE DE SOUZA BARCELOS BRUMATTI, filha de Mauricio David Barcelos e de Natalina Rodrigues de Souza;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

República Federativa do Brasil
Estado de Rondônia
Município e Câmarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2013 6 00004 057 0000657 17
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
SEBASTIÃO BRAGANÇA FRANÇA, de nacionalidade brasileira, frentista, divorciado, natural de Paraíso do Tobias-RJ, onde nasceu no dia 26 de abril de 1962, residente e domiciliado na Rua Projetada F, 4182, Alphaville, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de SEBASTIÃO BRAGANÇA FRANÇA, filho de Jorge França e de Luiza Alves Bragança;
IZAURA HUWER de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, natural de São Gabriel da Palha-ES, onde nasceu no dia 15 de fevereiro de 1972, residente e domiciliada na Rua Projetada F, 4182, Alphaville, em Cacoal-RO, passou a adotar no nome de IZAURA HUWER FRANÇA, filha de Anisio Huwer e de Terezinha Freisleben Huwer;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

República Federativa do Brasil
Estado de Rondônia
Município e Câmarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2013 6 00004 058 0000658 15
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
LUIZ CARLOS SEMCZYSZYM, de nacionalidade brasileira, funcionário público, solteiro, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 13 de novembro de 1984, residente e domiciliado na Rua Domingos Perin, 1367, Teixeirão, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de LUIZ CARLOS SEMCZYSZYM, filho de Jerônimo Semczyszym e de Marta Piotrovski;
VALÉRIAN SANTOS SOUZA de nacionalidade brasileira, vendedora, solteira, natural de Rolim de Moura-RO, onde nasceu no dia 13 de dezembro de 1989, residente e domiciliada na Rua Domingos Perin, 1367, Teixeirão, em Cacoal-RO, passou a adotar no nome de VALÉRIAN SANTOS SOUZA SEMCZYSZYM, filha de Reginaldo de Souza e de Carmelita dos Santos Souza;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

República Federativa do Brasil
Estado de Rondônia
Município e Câmarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2013 6 00004 059 0000659 13
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JHONATAN VICENTE, de nacionalidade brasileira, vendedor, solteiro, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 17 de maio de 1990, residente e domiciliado na Av. Porto Velho, 3054, Centro, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de JHONATAN VICENTE, filho de Robson Vicente e de Dineia Alves Vicente;

RAIANE TERTUR FIGUEIREDO de nacionalidade brasileira, estudante, solteira, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 17 de fevereiro de 1997, residente e domiciliada na Av. Porto Velho, 3054, Centro, em Cacoal-RO, passou a adotar no nome de RAIANE TERTUR FIGUEIREDO VICENTE, filha de Domicio Fernandes Figueiredo e de Luzia Tertur Figueiredo;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

República Federativa do Brasil
Estado de Rondônia
Município e Câmarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2013 6 00004 060 0000660 16
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
MARCOS ALVES DA CRUZ, de nacionalidade brasileira, agricultor, solteiro, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 08 de outubro de 1991, residente e domiciliado na Linha 12 Gleba 12 Lote 10, zona rural, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de MARCOS ALVES DA CRUZ, filho de João Alves da Cruz e de Edinete Rizzi da Cruz;
JÉSSICA DAIANE ALVES de nacionalidade brasileira, estudante, solteira, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 13 de maio de 1996, residente e domiciliada na Linha 12 Gleba 12 Lote 12, zona rural, em Cacoal-RO, continuou a adotar no nome de JÉSSICA DAIANE ALVES, filha de Denilton Alves e de Ediana Aparecida Mendes Alves;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

República Federativa do Brasil
Estado de Rondônia
Município e Câmarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2013 6 00004 061 0000661 14
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ELVIS HENRIQUE DE CASTRO PIMENTA, de nacionalidade brasileira, publicitário, solteiro, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 04 de janeiro de 1993, residente e domiciliado na Rua da Biblia, 1336, Teixeirão, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de ELVIS HENRIQUE DE CASTRO PIMENTA, filho de José Pimenta e de Vera Lucia de Castro Pimenta;
LILIAN CARLA PIRES de nacionalidade brasileira, lavradora, solteira, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 16 de fevereiro de 1996, residente e domiciliada na Linha 09 Lote 58 PT 157, Zona Rural, em Cacoal-RO, passou a adotar no nome de LILIAN CARLA PIRES PIMENTA, filha de Carlos Squinilato Pires e de Celma Alves Pires;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

República Federativa do Brasil
Estado de Rondônia
Município e Câmarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2013 6 00004 062 0000662 12
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
AGEU DE OLIVEIRA SOUZA, de nacionalidade brasileira, almoxarife, solteiro, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 29 de maio de 1995, residente e domiciliado na Rua dos Marinheiros, 1784, Teixeirão, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de AGEU DE OLIVEIRA SOUZA, filho de Jair de Souza e de Elci Ribeiro de Oliveira Souza;
ROSICLER PROENÇA DA SILVA de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, natural de Alvorada do Oeste-RO, onde nasceu no dia 05 de janeiro de 1996, residente e domiciliada na Rua Guimarães Rosa, 1236, Vista Alegre, em Cacoal-RO, continuou a adotar no nome de ROSICLER PROENÇA DA SILVA, filha de Claudino Rodrigues da Silva e de Rosangela de Proença da Silva;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

República Federativa do Brasil
Estado de Rondônia
Município e Câmarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2013 6 00004 063 0000663 10
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo

artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ROBSON PILONI, de nacionalidade brasileira, agricultor, divorciado, natural de Colatina-ES, onde nasceu no dia 23 de abril de 1984, residente e domiciliado na Linha 196 Lote 30 Setor Prosperidade, zona rural, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de ROBSON PILONI, filho de Ademir Piloni e de Marizete da Silva Piloni;
MARIÂNGELA GONÇALVES DE MELLO de nacionalidade brasileira, auxiliar de produção, solteira, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 14 de junho de 1993, residente e domiciliada na Av. Albino Ragnini, 2320, Vista Alegre, em Cacoal-RO, continuou a adotar no nome de MARIÂNGELA GONÇALVES DE MELLO, filha de Abilio Moreira Gonçalves e de Maria de Lourdes de Mello Gonçalves;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

COMARCA DE CEREJEIRAS

1ª VARA GENÉRICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE CEREJEIRAS
MUNICÍPIO DE CORUMBIARA
TELEFAX (069) 3343-2314
E-mail cartório_manfredo@hotmail.com
Rua Ana Martins, 1456, Sala C, Centro, CEP: 76995-00
FRANCISCO MANFREDO DO AMARAL ALMEIDA
Oficial Titular do Registro Civil
Livro: D - 003 Folha: 37 V Termo: 978
MATRICULA
0927520155 2013 6 00003 037 0000978 77
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo Artigo 1525, incisos I-III-IV do Código Civil Brasileiro, JEFERSON RAIMUNDO CAMPOS e EDIMARA RODRIGUES DA CRUZ.
Ele, solteiro, natural de Araputanga - MT, onde nasceu no dia 05 de dezembro de 1994, residente e domiciliado na Linha 04, km 7,5, da 3ª para 4ª eixo, neste município de Corumbiara - RO. Filho Legítimo de GENADIR GONÇALVES CAMPOS e dona MARCILENE RAIMUNDA CAMPOS.
Ela, solteira, natural de Colorado do Oesto - RO, onde nasceu no dia 08 de maio de 1995, residente e domiciliada na Linha 05, km 10, da 3ª para 4ª eixo, neste município de Corumbiara - RO. Filha legítima de SEBASTIÃO CARMO DA CRUZ e dona IRENE SOARES RODRIGUES.
O regime adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os contraentes em virtude do casamento passaram a usar os nomes de: JEFERSON RAIMUNDO CAMPOS e EDIMARA RODRIGUES DA CRUZ CAMPOS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado em Cartório e no Diário Oficial do Estado.
CORUMBIARA - RO, 08 de agosto de 2013.

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

VARA CÍVEL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE COLORADO DO OESTE
TELEFAX (0xx69) 3341-2416 – FONE (0xx69) 3341-3969
E-mail: vilsondesouzabrasil@hotmail.com
RUA HUMAITÁ, nº 3400, SALA "A" – CENTRO, CEP: 76.993-000
VILSON DE SOUZA BRASIL – NOTÁRIO REGISTRADOR
BEL. RÔMULO AUGUSTO MARTINS BRASIL - TABELIÃO SUBSTITUTO
LIVRO D-014 FOLHA 109 TERMO 006394
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: JOSIMO MAGNO DA SILVA OLIVEIRA, solteiro, com vinte e um (21), de nacionalidade brasileira, pedreiro, natural de Colorado do Oeste-RO, onde nasceu no dia 17 de janeiro de 1992, residente e domiciliado na Rua Nu-Aruaques, 2669, em Colorado do Oeste-RO, filho de APARECIDO DIAS DE OLIVEIRA e de MARIA BEZERRA DA SILVA OLIVEIRA; Ela: JESSICA MARIANA BARRETOS DA SILVA, solteira, com dezenove (19), de nacionalidade brasileira, do lar, natural de Colorado do Oeste-RO, onde nasceu no dia 27 de janeiro de 1994, residente e domiciliada na Rua Nu-Aruaques, 2669, em Colorado do Oeste-RO, filha de ONEZIO JOSÉ DA SILVA e de MARIA JOSÉ BARRETOS. Determinando que o regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de Comunhão Parcial de Bens
Que após o casamento, o declarante, continuará a adotar o nome de JOSIMO MAGNO DA SILVA OLIVEIRA. Que após o casamento, a declarante, continuará a adotar o nome de JESSICA MARIANA BARRETOS DA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Colorado do Oeste-RO, 07 de agosto de 2013.
Vilson de Souza Brasil
Notário/Registrador

COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

1ª VARA GENÉRICA

Notas, Protestos, Títulos e Documentos, Registro de Imóveis Pessoas Jurídicas e Naturais
MUNICIPIO E COMARCA DE ESPIGAO DO OESTE – ESTADO DE RONDONIA
Bel. Helio Kobayashi – Notário e Registrador
Av. Sete de Setembro n° 2431 – CEP 76.974-000 – Espigão do Oeste – Rondônia – Fone/Fax: (69) 3481-2650
LIVRO D-021 FOLHA 032 TERMO 004921
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.921
Matricula nº 095778 01 55 2013 6 00021 032 0004921 41
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do

Código Civil Brasileiro, os contraentes: PEDRO FRANCISCO DE SOUZA, de nacionalidade brasileira, de profissão auxiliar de servicos gerais, de estado civil solteiro, natural de Itaquirai-MT, onde nasceu no dia 18 de novembro de 1975, residente e domiciliado na Rua da Matriz, n° 3855, Bairro Cidade Alta, em Espigão do Oeste-RO, filho de FRANCISCO ALCANTES DE SOUZA e de ROSA MARIA DE SOUZA; e VILMA FERREIRA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Guaira-PR, onde nasceu no dia 28 de julho de 1982, residente e domiciliada na Rua da Matriz, n° 3855, Bairro Cidade Alta, em Espigão do Oeste-RO, filha de SEBASTIANA FERREIRA CAOBELI.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado nesta Serventia em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tj.ro.gov.br).
Espigão do Oeste-RO, 08 de agosto de 2013.
Bel. Hélio Kobayashi
Oficial

COMARCA DE PIMENTA BUENO

1ª VARA CÍVEL

CARTÓRIO e TABELIONATO PIMENTA BUENO
Município e Comarca de Pimenta Bueno
Estado de Rondônia
EDITAL DE PROCLAMAS
LIVRO D-019
N.° 010332
Fls.79
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram-me os documentos exigidos pelo artigo 1.525 n.° do Código Civil Brasileiro: GILDÊNIO MENDES ALVES e MARCIANA BLAU DE ARAUJO.
Sendo ele, brasileiro, solteiro, natural em Pimenta Bueno, Rondônia, nascido aos seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e dois, sendo filho de JOÃO JOSÉ ALVES, natural do Estado de Bahia, e de CARMELITA LIMA MENTE ALVES, profissão Aux. de depósito, residente e domiciliado neste Distrito na Avenida João Pessoa Nº 628, Pimenta Bueno, Rondônia.
Sendo ela, brasileira, solteira, natural de Pimenta Bueno, Rondônia, nascida aos três dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e dois, sendo filha de MANOEL GOMES DE ARAUJO, natural do Estado de Espírito Santo, e de LEIDIMAR BLAU DE ARAUJO, natural do Estado de Espírito Santo, profissão , residente e domiciliada neste Distrito à AV. João Pessoa Nº 801, Pimenta Bueno, Rondônia.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado em cartório, no lugar de costume.
O referido é verdade e dou fé.
Pimenta Bueno, 5 de Agosto de 2013
Maria de Lourdes Souza Barros Grava
Oficial-Tabeliã

CARTÓRIO e TABELIONATO PIMENTA BUENO
Município e Comarca de Pimenta Bueno
Estado de Rondônia
EDITAL DE PROCLAMAS
LIVRO D-019
N.° 010334
Fls.80
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram-me os documentos exigidos pelo artigo 1.525 n.° do Código Civil Brasileiro: EXPEDITO ANSELMO DE SOUZA e MARINEIDE BELMIRO SILVA.REQUEREM A CONVERSÃO DA UNIÃO ESTAVEL EM CASAMENTO.
Sendo ele, brasileiro, divorciado, natural em Boa Água, Nova Cruz, Rio Grande do Norte, nascido aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinqüenta, sendo filho de JOSÉ ANSELMO DE SOUZA, e de MARIA JULIA DA SILVA, profissão vigilante, residente e domiciliado neste Distrito na Linha 40 S/N KM 01 Zona Rural, Pimenta Bueno, Rondônia.
Sendo ela, brasileira, solteira, natural de Natal, Rio Grande do Norte, nascida aos dezesseis dias do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, sendo filha de FERNANDO BELMIRO SILVA, natural do Estado de Rio Grande do Norte, e de FRANCISCA FERNANDES SILVA, natural do Estado de Rio Grande do Norte, profissão do lar, residente e domiciliada neste Distrito à Linha 40 S/N KM 01 Zona Rural, Pimenta Bueno, Rondônia.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado em cartório, no lugar de costume.
O referido é verdade e dou fé.
Pimenta Bueno, 7 de Agosto de 2013
Maria de Lourdes Souza Barros Grava
Oficial-Tabeliã

CARTÓRIO e TABELIONATO PIMENTA BUENO
Município e Comarca de Pimenta Bueno
Estado de Rondônia
EDITAL DE PROCLAMAS
LIVRO D-019
N.° 010335
Fls.80 v
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram-me os documentos exigidos pelo artigo 1.525 n.° do Código Civil Brasileiro: ADAN NICOLAS BARBOSA DA SILVA e DAIHANA FÁBIA WILL.
Sendo ele, brasileiro, solteiro, natural em JI-PARANÁ, Rondônia, nascido aos onze dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e seis, sendo filho de WALTER LUIZ CALDAS DA SILVA, natural do Estado de Pernambuco, e de MARIA JOSÉ BARBOSA, natural do Estado em Paraíba, profissão auxiliar de produção, residente e domiciliado neste Distrito na Avenida Presidente Kennedy, 692, Bairro Centro, Pimenta Bueno, Rondônia.
Sendo ela, brasileira, solteira, natural de PIMENTA BUENO, Rondônia, nascida aos vinte e três dias do mês de dezembro do

ano de mil novecentos e oitenta e cinco, sendo filha de SIVALDO WILL, natural do Estado de Espírito Santo, e de CLARA NEUZA CHAGAS WILL, natural do Estado de Espírito Santo, profissão encarregada de RH, residente e domiciliada neste Distrito à Rua 1 de Maio 496, Pimenta Bueno, Rondônia.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado em cartório, no lugar de costume.
O referido é verdade e dou fé.
Pimenta Bueno, 7 de Agosto de 2013
Maria de Lourdes Souza Barros Grava
Oficial-Tabeliã

COMARCA DE ROLIM DE MOURA

1ª VARA CÍVEL

-EDITAL DE PROCLAMAS CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE ROLIM DE MOURA-RO NILSON FRANCISCO DA SILVA Oficial

Faz saber que pretende casar-se. Apresentaram-se os documentos exigidos pelo Art. 180 do Código Civil

Nº 14.174 – GILDISON SANTOS OLIVEIRA com ELISMARA RUYVO CARVALHO, ele, solteiro, Mecânico, natural de Santa Luzia do Oeste - RO. Filho de GILMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA, e dona MARLIETE DE JESUS SANTOS RODRIGUES. Ela, solteira, Estudante, natural de Nova Brasilândia do Oeste - RO. Filha de ELIZEU FERNANDES DE CARVALHO, e dona APARECIDA RUYVO. Residentes Neste Município.

Nº 14.173 – REGINALDO DE SOUZA BARBOSA com TAÍLA RENATA QUEIROS, ele, solteiro, Serviços Gerais, natural de Rolim de Moura - RO. Filho de CLIMALDO FERREIRA BARBOSA, e dona ADELINA DE SOUZA BARBOSA. Ela, solteira, do lar, natural de Rolim de Moura - RO. Filha de , e dona APARECIDA PEREIRA DE QUEIROS. Residentes Neste Município.

Nº 14.172 – PEDRO SERGIO MENDES com SIRLEI ALVES DA SILVA MELO, ele, solteiro, Agricultor, natural de Rio Bananal - ES. Filho de JOSÉ MECIAS MENDES, e dona ZENAIR DA SILVA MENDES. Ela, viúva, Vigilante, natural de Mariluz - PR. Filha de JOSÉ ALVES DA SILVA, e dona ARMINDA MARIA DA SILVA. Residentes Neste Município.

Nº 14.171 – CAIO VINICIOS VIEIRA PERANDRÉ com NAYARA RODRIGUES CHISTÉ, ele, solteiro, Vigilante, natural de Glória de Dourados - MS. Filho de WALDENIR PERANDRÉ, e dona ELIANE CRISTINA VIEIRA PERANDRÉ. Ela, solteira, Secretaria, natural de Nova Brasilândia d Oeste - RO. Filha de FABIO SANTOS CHISTÉ, e dona SILVIA CONCEIÇÃO RODRIGUES. Residentes Neste Município.

Nº 14.175 – MANOEL GOMES DA SILVA com EMERCINA NERI FERREIRA, ele, Divorciado, Marceneiro, natural de Glória de Palmerina - ES Filho de MARIA LUZIA FILHA. Residente em Novo Horizonte do Oeste-RO. Ela, Divorciada, Professora, natural de Cruzália - SP. Filha de JOSE NERY DE SANTANA , e dona JOANA ROSA DE JESUS. Residentes Neste Município.
Nº 14.178 – DENIS MELLO DA SILVA com GABRIELA CESAR DUARTE, ele, solteiro, Estudante, natural de Guarujá - SP. Filho de RUBENS FERREIRA DA SILVA, e dona MARIA LUIZA DE MELLO SILVA. Ela, solteira, Estudante, natural de Rolim de Moura - RO. Filha de JAIR DUARTE, e dona ROSIMARA DE OLIVEIRA CESAR DUARTE. Residentes Neste Município.

Nº 14.177 – LUCIANO FERREIRA SILVA com ANDRÉIA DE FREITAS APOLINÁRIO, ele, solteiro, Motorista, natural de Rolim de Moura - RO. Filho de GILSON FERREIRA DA SILVA, e dona MARIA APARECIDA DE LIMA DA SILVA. Ela, solteira, Vigilante, natural de Amanbai - MS. Filha de IDELSON MARCOS APOLINÁRIO, e dona NEUSA GOMES DE FREITAS. Residentes Neste Município.

Nº 14.176 – SINVAL DA SILVA GRIGÓRIO com VANDINÉIA MARIA FERNANDES, ele, solteiro, Pedreiro, natural de Barra de São Francisco - ES. Filho de JOSÉ GRIGÓRIO, e dona ANA DA SILVA GRIGÓRIO. Ela, solteira, Serviços Gerais, natural de Nova Esperança - PR. Filha de APARECIDO ROMUALDO FERNANDES, e dona VANDA MARUJO FERNANDES. Residentes Neste Município.

Nº 14.179 – VALCIRLEI GONÇALVES com ZINÉIA SANTOS VASCONCELOS, ele, solteiro, Motorista, natural de Peabiru - PR. Filho de ORLEI GONÇALVES, e dona ANA MARIA DE SOUZA. Ela, solteira, Do Lar, natural de Guiratinga - MT. Filha de , e dona ONI SANTOS VASCONCELOS. Residentes Neste Município.

Nº 14.180 – MAURO PEREIRA ROQUE com RAMIQUETE PEREIRA DOS SANTOS, ele, solteiro, Agricultor, natural de Tuneiras do Oeste - PR. Filho de JOSE PEREIRA ROQUE, e dona ALICE PEREIRA ROQUE. Ela, solteira, Agricultor, natural de Areia, Jaguaré - ES. Filha de JOÃO PEREIRA DOS SANTOS, e dona MARIA HELENA BARROS DOS SANTOS. Residentes Neste Município.

Nº 14.181 – JADIR CUPERTINO DA SILVA com SELMA ROSA DA LUZ, ele, solteiro, Comerciante, natural de Santa Maria do Suaçuí - MG. Filho de ADEMAR FERNANDES DA SILVA, e dona MARIA CUPERTINO DE OLIVEIRA. Ela, solteira, Do Lar, natural de Moreira Salles - PR. Filha de ISAIAS BERNARDES DA LUZ, e dona OTACÍLIA BUZO DA LUZ. Residentes Neste Município.

Nº 14.182 – ROMARIO ROSA DA SILVA com DURCIÉRICA LANSON FERNANDES, ele, solteiro, Frentista, natural de Rolim de Moura - RO. Filho de MARLON ROSA SILVA, e dona ROSANA PEREIRA LOPES SILVA. Ela, solteira, Operadora

de Caixa, natural de Rolim de Moura - RO. Filha de IVALDO FERNANDES, e dona TEREZINHA LANSON FERNANDES. Residentes Neste Município.

Nº 14.183 – GEAN CARLOS DE OLIVEIRA BOY com NAIARA MATEUS DE MEDEIROS, ele, solteiro, Balconista, natural de Rolim de Moura - RO. Filho de AGEU BATISTA BOY, e dona CRISTINA JOSÉ DE OLIVEIRA. Ela, solteira, Atendente, natural de Cacoal - RO. Filha de NOEL ANTONIO DE MEDEIROS, e dona SOLANGE MARIA MATEUS. Residentes Neste Município.

Nº 14.184 – GILMAR NUNES DA SILVEIRA com ROZILDA SOUZA SANTOS, ele, divorciado, Serviços Gerais, natural de Pontes e Lacerda - MT. Filho de GILBERTO NUNES DA SILVEIRA, e dona IRANIDIA DE CASTRO SILVEIRA. Ela, solteira, do lar, natural de Rolim de Moura - RO. Filha de ANTONIO MANOEL DOS SANTOS, e dona ZENILDA MACHADO DE SOUZA SANTOS. Residentes Neste Município.

Nº 14.184 – WILERSON ANTONIO RUFINO com UÁTINA MOREIRA DA SILVA, ele, solteiro, Supervisor, natural de Foz do Iguaçu - PR. Filho de APARECIDO ANTONIO RUFINO, e dona ZENILDE APARECIDA RUFINO. Ela, solteira, do lar, natural de Peixoto de Azevedo - MT. Filha de EDIVALDO FERREIRA DA SILVA, e dona NEURIVANE LOPES MOREIRA. Residentes Neste Município.

Nº 14.186 – NEIRIVAN DA SILVA AZEVEDO com GEIZA CARLA KESTRING DE ABREU, ele, solteiro, Gerente Comercial, natural de Campo Grande - MS. Filho de NILTON DE OLIVEIRA AZEVEDO, e dona MARLENE DA SILVA AZEVEDO. Ela, solteira, Auxiliar de Escritório, natural de Rolim de Moura - RO. Filha de GILMAR VESCOVI DE ABREU, e dona HELENA APARECIDA KESTRING. Residentes Neste Município.

Nº 14.187 – ALITON CANDIDO DA SILVA com DIELI GOMES RIBEIRO, ele, solteiro, Mecânico, natural de Rolim de Moura - RO. Filho de ROBERTO FRANCISCO DA SILVA, e dona MARTA CANDIDO DE PONTES. Ela, solteira, Cabeleleira, natural de Rolim de Moura - RO. Filha de VALDERI RIBEIRO, e dona OSVALDINA GOMES DE SOUZA. Residentes Neste Município.

Nº 14.188 – ELTON VIEIRA HELMER com GEDIANE RODRIGUES SILVA DOS SANTOS, ele, solteiro, Operador Hidráulico, natural de Barra de São Francisco - ES. Filho de ERNANDE HELMER, e dona MARINALDA VIEIRA HELMER. Ela, solteira, Professora, natural de Rolim de Moura - RO. Filha de OSMAR RODRIGUES DOS SANTOS, e dona ELIANE DIAS DA SILVA. Residentes Neste Município.

Nº 14.190 – RIVAEL BRANDÃO FERREIRA com SUELLEN DE OLIVEIRA, ele, solteiro, Vigilante, natural de Ouro Preto d'Oeste - RO. Filho de ANTONIO VALENTIM FERREIRA, e dona MARIA BRANDÃO FERREIRA. Ela, solteira, Auxiliar Geral, natural de Rolim de Moura - RO. Filha de CLOVIS BERTO DE OLIVEIRA, e dona MARLI OLIVEIRA DE ARAUJO OLIVEIRA. Residentes Neste Município.

Nº 14.189 – RIVALDO FERREIRA MACIEL com LAUDICÉLIA BORGES, ele, solteiro, Serrador, natural de Rolim de Moura - RO. Filho de JADIR DA SILVA MACIEL, e dona MARIA FERREIRA MACIEL. Ela, divorciada, Serviços Gerais, natural de São Miguel do Iguaçu - PR. Filha de ADIR BORGES, e dona SENHORINHA MIGUEL BORGES. Residentes Neste Município.

Nº 14.191 – ALTANIR DE MIRANDA com ALICE CARDOSO, ele, divorciado, Aposentado, natural de Francisco Beltrão - PR. Filho de ALTINO DE MIRANDA, e dona ROSA DE MIRANDA. Ela, divorciada, Professora, natural de Enéas Marques - PR. Filha de HERCILIO MARCOLINO CARDOSO, e dona CONSTANCIA PALMIRA CARDOSO. Residentes Neste Município.

Nº 14.192 – ALEXSANDRO DOS SANTOS NOBRE com LUZENI NOVAES ALVES, ele, solteiro, Funcionário Público, natural de Cacoal - RO. Filho de ADILSON FERREIRA NOBRE, e dona CREUZA IDALINA DOS SANTOS. Ela, divorciada, Funcionária Pública, natural de Cacoal - RO. Filha de ANTONIO ALVES SANTANA, e dona MARIA DE FÁTIMA NOVAIS ALVES. Residentes Neste Município.

Nº 14.193 – DIEGO MARCELINO MIRANDA com MARCELA DOS SANTOS MARCELINO, ele, solteiro, Auxiliar de Produção, natural de Rolim de Moura - RO. Filho de SEBASTIÃO MARCELINO MIRANDA, e dona ROSALINA FLORENTINA DOS SANTOS MIRANDA. Ela, solteira, Doméstica, natural de Porto Velho - RO. Filha de JOSÉ MARCELINO, e dona ILMA CELESTINO DOS SANTOS. Residentes Neste Município.

Nº 14.194 – EDIVALDO PEREIRA RAMALHO com MIRIÃ FERREIRA BASTOS, ele, solteiro, Acumulador de Energia, natural de Lupionópolis - PR. Filho de GILBERTO PEREIRA RAMALHO, e dona MARIA NEUZA RAMALHO. Ela, solteira, Técnica de Enfermagem, natural de Dr. Oliveira Castro - PR. Filha de JOSÉ BASTOS FILHO, e dona ILZA FERREIRA BASTOS. Residentes Neste Município.

Nº 14.195 – FRANCISCO FERREIRA LOPES com FABIANA APARECIDA BATISTA, ele, Divorciado, Consultor de Obras, natural de Pocrana - MG. Filho de JOSÉ ALTIVO LOPES, e dona IVANIR PINTO FERREIRA LOPES. Residente Neste Município Ela, solteira, secretaria, natural de Nova Brasilândia do Oeste-RO. Filha de VALDIVINO BATISTA, e dona MARIA PEREIRA BATISTA. Residente em Nova Brasilândia D'Oeste-RO.

Nº 14.196 – ALESSANDRO MARTINS FERREIRA com ESTER LUIZ DA SILVA, ele, solteiro, Agricultor, natural de Rolim de Moura - RO. Filho de DARCI FERREIRA, e dona SANDRA DENAIR MARTINS FERREIRA. Ela, solteira, Agricultora, natural de Rolim de Moura - RO. Filha de EDUARDO LUIZ DA SILVA, e dona SILVANA GODOY SILVA. Residentes Neste Município.

Nº 14.197 – MARCIO JOSÉ ALVES com GESILAINE DIAS GONÇALVES, ele, divorciado, Cabeleireiro, natural de Guarulhos - SP. Filho de JOSÉ AQUINO ALVES JUNIOR, e dona ZELIA LOPES DE FREITAS. Ela, solteira, Op. de Caixa, natural de Rolim de Moura - RO. Filha de JOSÉ GONÇALVES, e dona MARIA DIAS GONÇALVES. Residentes Neste Município.

Nº 14.198 – JOÃO MARIA DA SILVA com IZAETTE MOURA DE FRANÇA, ele, divorciado, Autônomo, natural de Farol - PR. Filho de JOSE MARIA DA SILVA, e dona CASTURINA DA SILVA. Ela, solteira, Comerciante, natural de Barbosa Ferraz - PR. Filha de JOSÉ ROSA DE FRANÇA, e dona ANA MOURA DE FRANÇA. Residentes Neste Município.
Nº 14.199 – EDINEI QUARTEZANI com RAQUEL DE JESUS, ele, solteiro, Auxiliar de Produção, natural de São Mateus - ES. Filho de LOURIVAL QUARTEZANI, e dona ROSÁRIA PAVEZI QUARTEZANI. Ela, divorciada, do lar, natural de Rolim de Moura - RO. Filha de , e dona MARIA APARECIDA RODRIGUES DE JESUS.. Residentes Neste Município.
OBS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lavro o presente para ser afixado em cartório, no lugar de costume e publicado na imprensa local.

COMARCA DE ALTA FLORESTA D´ OESTE

VARA ÚNICA

LIVRO D-017 FOLHA 101 TERMO 004889
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.889
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: VALDECY CORREA DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão Motorista, de estado civil solteiro, natural de TANGARA DA SERRA-MT, onde nasceu no dia 20 de junho de 1974, residente e domiciliado na Rua afonso pena, 6585, redondo, em Alta Floresta d Oeste-RO, filho de LAURENTINO CORREA DA SILVA e de MARIA DA CONCEIÇÂO PINTO DA SILVA; e CRISTIANE BREMM de nacionalidade brasileira, de profissão Vendedora, de estado civil solteira, natural de Guaruja do Sul-SC, onde nasceu no dia 26 de abril de 1990, residente e domiciliada na Rua Afonso Pena, 6585, redondo, em Alta Floresta d Oeste-RO, filha de ROQUE BREMM e de TRAUDI KESSLER BREMM.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Alta Floresta d Oeste -RO, 07 de agosto de 2013.
Soraya Maria de Souza
Registradora

COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

VARA ÚNICA

EDITAL DE PROCLAMAS
MATRíCULA
095935 01 55 2013 6 00007 166 0002191 19
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Art 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ANDERSON DE SOUZA LEITE e ALDENICE DAS FLORES DAMASCENA
ELE, o contraente, é solteiro, com vinte e cinco (25) anos de idade, nacionalidade brasileira, profissão gerente de depósitos, natural de Guariba-SP, nascido aos trinta dias do mês de março do ano de um mil e novecentos e oitenta e oito (30/03/1988), residente e domiciliado na Rua 13 de Fevereiro, nº 5253, Bairro Santissina Trindade, em Urupá-RO, filho de VALMIRO FERREIRA LEITE e de TEREZINHA FERREIRA DE SOUZA LEITE, brasileiros, casados, ele natural de Mirante de Paranapanema-SP, nascido em 07/04/1966, fiscal rural, residente e domiciliado em Guariba-SP, ela natural de Doutor Camargo-PR, doméstica, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente.
ELA, a contraente, é solteira, com vinte e três (23) anos de idade, nacionalidade brasileira, profissão doméstica, natural de de Porto Velho-RO, nascida aos vinte dias do mês de abril do ano de um mil e novecentos e noventa (20/04/1990), residente e domiciliada na Rua Eli Batista, nº 6001, Bairro Alto Alegre, em Urupá-RO, filha de ANTÔNIO FERREIRA DAMASCENA e de FRANCISCA DAS FLORES DAMASCENA, brasileiros, casados, naturais de Santarém-PA, ele trabalhador rural, nascido em 23/09/1950, ela doméstica, nascida em 15/01/1955, residentes e domiciliados no mesmo endereço da contraente.
SE ALGUÉM SOUBER DE ALGUM IMPEDIMENTO, OPONHA-O NA FORMA DA LEI. LAVRO O PRESENTE PARA SER FIXADO NESTA SERVENTIA NO LUGAR DE COSTUME. Eles, após o casamento, passaram a usar os nomes: ANDERSON DE SOUZA LEITE e ALDENICE DAS FLORES DAMASCENA. Pretendem adotar o regime da Comunhão Parcial de Bens.
Urupá-RO, 08 de agosto de 2013.
Daieny Pires de Jesus
Oficiala e Tabeliã Substituta
Vencimento do Edital de Proclamas em 23/08/2013

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

VARA ÚNICA

LIVRO D-014 FOLHA 051 TERMO 003855
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.855
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
MARCOS DE OLIVEIRA SANTANA, de nacionalidade brasileira, de profissão pedreiro, de estado civil solteiro, natural de Presidente Médici-RO, onde nasceu no dia 21 de fevereiro de 1983, residente e domiciliado na Avenida Tancredo Neves, nº4821, em Vale do Anari-RO, filho de HOMERO GINO SANTANA e de MARIA DAS DORES SANTANA; e RAQUEL PÁSCOA DA VEIGA FRADE de nacionalidade portuguesa, de profissão autônoma, de estado civil solteira, natural de Caldas da Rainha, onde nasceu no dia 30 de outubro de 1981, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Vale do Anari-RO, filha de RUI FERNANDO FROES DA VEIGA FRADE e de ANABELA MARIA PÁSCOA VEIGA FRADE.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 08 de julho de 2013.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 049 TERMO 003853
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.853
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
FLAVIO RAFAEL DOS SANTOS, de nacionalidade brasileira, de profissão agricultor, de estado civil solteiro, natural de Mendes Pimentel-MG, onde nasceu no dia 01 de abril de 1962, residente e domiciliado na Linha C 74 lote 18 Sitio Arapongas, em Vale do Anari-RO, filho de PEDRO RIBEIRO DOS SANTOS e de CONCEIÇÃO RAFAEL DOS SANTOS; e
ELDA CANDIDA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 13 de março de 1976, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Vale do Anari-RO, filha de SEBASTIÃO CANDIDO e de MARIA DE LOURDES GUSSÃO CANDIDO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 08 de julho de 2013.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

VARA ÚNICA

MATRÍCULA:0959840155 2013 6 00003 124 0001047 80
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro:
MARCOS ALBERTO e ALINE APARECIDA DOS SANTOS SILVA
Ele, nascido ao(s) vinte e sete (27) de setembro (09) de mil novecentos e setenta e um (1971), em Mantena/MG, solteiro, agricultor, com quarenta e um (41) anos de idade, domiciliado à Linha 144, Km 10/Sul, neste município; filho de JOEL ALBERTO e ENY ALBERTO, naturais de Minas Gerais.
Ela, nascida ao(s) vinte (20) de maio (05) de mil novecentos e noventa e quatro (1994), em Cacoal/RO, solteira, agricultora, com dezenove (19) anos de idade, domiciliada à Linha 144, Km 10/Sul, neste município; filha de JOÃO BATISTA DA SILVA e LUCIA APARECIDA DOS SANTOS, naturais dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, respectivamente.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado em Cartório no lugar de costume, Neste Ofício.
Novo Horizonte do Oeste, 31 de julho de 2013.

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

VARA ÚNICA

Cartório de Registro Civil e Notas
Rogério Fernandes Virginio
Oficial Titular do Registro Civil
Av. das Palmeiras,
Centro, Castanheiras-RO
Fone (69)3474-2042
Edital de Proclamas N.º 251
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo artigo 1525 n.º I, II, III, IV e V do código Civil Brasileiro CÉLIO NUNES e ROSANGELA NEVES RIBEIRO.
Que ele é solteiro, com quarenta e dois (42) anos de idade, nacionalidade brasileiro, profissão agricultor, natural de Mantenópolis-MG, onde nasceu no dia primeiro (01) de janeiro (01), de mil novecentos e setenta e um (1.971), residente e domiciliado na Linha 180, km 31, neste município de Castanheiras-RO, há mais de 02 (dois) anos, filho de Sebastiana Santiago Nunes, brasileira, já falecida. Que ela é solteira, com trinta e oito (38) anos de idade, nacionalidade brasileira, profissão agricultora, natural de Iporã-PR, onde nasceu no dia dezessete (17) de novembro (11), de mil novecentos e setenta e quatro (1.974), residente e domiciliada na Linha 180, Km 31, neste município de Castanheiras-RO, há mais de 2 (dois) anos, filha de Raimundo Ribeiro dos Santos e Leonilde Neves Ribeiro, brasileiros, viúva, residente e domiciliada no município de Rolim de Moura-RO. Que não são parentes e não existe quaisquer impedimentos que os proíbam de casar. Que o regime de bens no casamento dos pretendentes será de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, e que após casamento os contraentes passaram a usar o nome CÉLIO NUNES e ROSANGELA NEVES RIBEIRO NUNES
Livro D-001, fls 251
Castanheiras-RO, 05 de AGOSTO de 2013